

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA CASA CIVIL

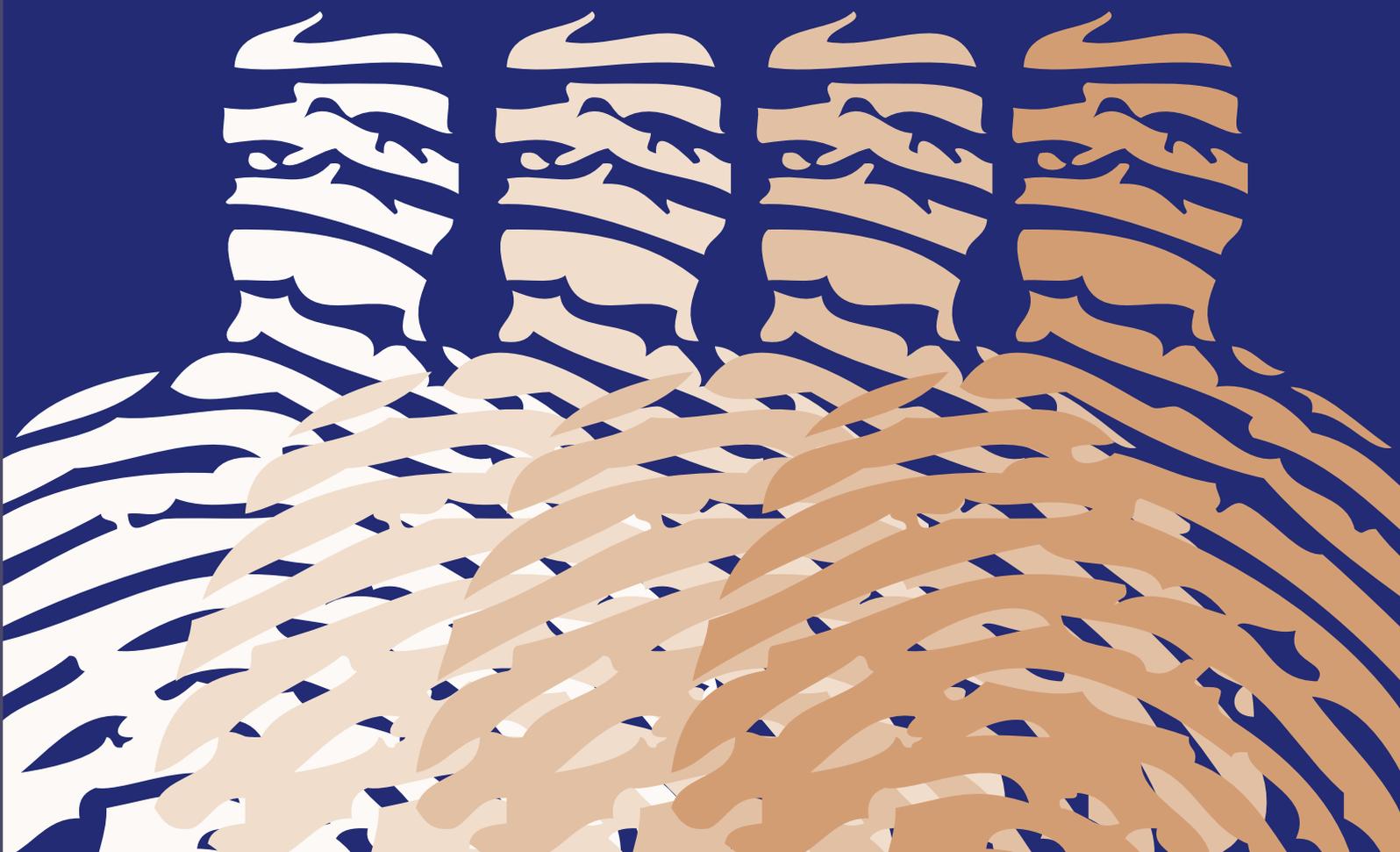


COMISSÃO ESTADUAL DA

MEMÓRIA
E VERDADE

DOM HELDER CÂMARA

RELATÓRIO FINAL
VOLUME II





GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA CASA CIVIL
COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA

RELATÓRIO FINAL VOLUME II

Fernando de Vasconcellos Coelho
Gilberto Marques de Melo Lima
Henrique Neves Mariano
Humberto Cabral Vieira de Melo
Jose Áureo Rodrigues Bradley
Manoel Severino Moraes de Almeida
Maria do Socorro Ferraz Barbosa
Nadja Maria Miranda Brayner
Vera Lúcia Costa Acioli

RECIFE
2017

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA RELATÓRIO FINAL – VOLUME II

Governador do Estado de Pernambuco

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretário da Casa Civil

Antônio Carlos dos Santos Figueira

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA

Fernando de Vasconcellos Coelho (Coordenador Geral)

Henrique Neves Mariano (Secretário Executivo)

Gilberto Marques de Melo Lima

Humberto Cabral Vieira de Melo

Jose Áureo Rodrigues Bradley

Manoel Severino Moraes de Almeida

Maria do Socorro Ferraz Barbosa

Nadja Maria Miranda Brayner

Vera Lúcia Costa Acioli

Assessores da CEMVDHC

Ana Cecília Lima

Fernando José Pereira de Araújo

Jacqueline de Araújo Florêncio

Joelma de Gusmão Lima

Lilia Maria Pinto Gondim

Monike Gabrielle de Moura Pinto

Rafael Leite Ferreira

Teresa Cristina Wanderley Neves

Zélia Maria Pereira da Silva

Consultoria Especial da CEMVDHC

José Almino de Alencar e Silva Neto

Secretaria da CEMVDHC

Lia Marques

Priscila Gonçalves Ferreira

Ruth Lima de Araújo Coutinho

Digitalização, Edição e Impressão

Companhia Editora de Pernambuco – CEPE

Diretor Presidente

Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão

Diretor de Edição e Produção

Edson Ricardo Teixeira de Melo

Equipe

Igor Burgos, Ana Cláudia Alencar, Débora Lôbo, Denise Vieira, Fabiola Rodrigues, Fátima Pessoa, Luciana Lino, Martiniano Lins, Pedro Souza, Joselma Firmino, Ayrton Poeta, Thaís Pinheiro, Gildson Alves e Valdeito Souza.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) foi integrada por nove membros, por designação do governador Eduardo Henrique Accioly Campos, conforme previsto no art. 2º da Lei nº 14.688. Compuseram-na durante todo o seu período de funcionamento – de 1 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2016 – os membros Fernando de Vasconcellos Coelho, Gilberto Marques de Melo Lima, Henrique Neves Mariano, Humberto Vieira de Melo, Manoel Severino Moraes de Almeida, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Nadja Maria Miranda Brayner. Foram designados para a composição inicial, mas se desligaram antes das conclusões dos trabalhos, Pedro Eurico de Barros e Silva (renunciou em 28 de dezembro de 2012, para assumir o cargo de Secretário Estadual da Criança e da Juventude) e Roberto Franca Filho (renunciou em 31 de outubro de 2016, para assumir o cargo de presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo - Funase). Os membros José Áureo Rodrigues Bradley, em 28 de dezembro de 2012, e Vera Lúcia Costa Acioli, em 4 de novembro de 2016, foram nomeados para substituí-los, tendo ambos permanecido nos cargos até a entrega do Relatório Final da Comissão.

Os trabalhos da CEMVDHC foram desenvolvidos sob a coordenação de seus membros e com a colaboração de nove assessores (conforme previsto no art. 8º da lei acima referida), consultores e colaboradores.

Coordenador geral: Fernando de Vasconcellos Coelho

Secretário executivo: Henrique Neves Mariano

Organizadores do relatório: Vera Lúcia Costa Acioli, Monike Gabrielle de Moura Pinto, José Almino de Alencar e Silva Neto, Lilia Maria Pinto Gondim e Rafael Leite Ferreira.

Relatores: Fernando de Vasconcellos Coelho, Gilberto Marques de Melo Lima, Henrique Neves Mariano, Humberto Cabral Vieira de Melo, Jose Áureo Rodrigues Bradley, Manoel Severino Moraes de Almeida, Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Nadja Maria Miranda Brayner, Roberto Franca Filho e Vera Lúcia Costa Acioli.

Consultoria especial: José Almino de Alencar e Silva Neto

Equipe da CEMVDHC

Assessoria de Administração: Fernando José Pereira de Araújo (Coordenação)

Colaboradores: Ruth Lima de Araújo Coutinho, Samara Késia (de outubro de 2012 a dezembro de 2013), Ana Cecília Lima Vasconcelos (de outubro de 2012 a dezembro de 2014), Maria Martha Cavalcante Padilha (de maio de 2013 a fevereiro de 2014), Geraldo José Carvalho Cisneiros (de julho de 2014 até agosto de 2016), Maria Nívea dos Prazeres Siqueira Melo Hoepfner (de agosto de 2015 a junho de 2016), Lia Marques (de junho de 2015 a maio de 2016, como voluntária, e a partir de junho de 2016, como contratada).

Assessoria de Audiências: Lilia Maria Pinto Gondim (Coordenação), Joelma de Gusmão Lima. Colaborador: Eduardo Gomes de Figueiredo (de agosto a dezembro de 2012).

Assessoria de Comunicação: Jacqueline de Araújo Florêncio (Coordenação)

Colaboradores: Débora Brito (de janeiro a julho de 2013), Maria Nívea dos Prazeres Siqueira de Melo Hoepfner (de agosto de 2013 a agosto de 2015), Rani Mendonça (de março a outubro de 2013), Neide Andrade (de maio a outubro de 2014), Ramone Soraia Ramalho de Souza (de dezembro de 2013 a maio de 2014), Cibelly Melo (a partir de agosto de 2015).

Assessoria de Pesquisa: Rafael Leite Ferreira (Coordenação), Zélia Maria Pereira da Silva, Teresa Cristina Wanderley Neves (a partir de maio de 2013).

Colaboradores: Vera Lúcia Costa Acioli, Lilia Maria Pinto Gondim, Joelma de Gusmão Lima, Monike Gabrielle de Moura Pinto, Priscila Gonçalves Ferreira, Samuel Carvalheira de Maupeou (até maio de 2013), Suzane Batista de Araújo (até junho de 2014), Valéria José Silva Santos (até agosto de 2013).

Assessoria de Sistematização da Documentação: Vera Lúcia Costa Acioli (Coordenação), Monike Gabrielle de Moura Pinto (de setembro de 2013 a julho de 2014, como voluntária, e a partir de agosto de 2014, como assessora).

Colaboradores: Valéria José Silva Santos (de agosto de 2012 a agosto de 2013), Suzane Batista de Araújo (de setembro de 2013 a junho de 2014), Priscila Gonçalves Ferreira (de setembro de 2013 a dezembro de 2014, como voluntária, e a partir de janeiro de 2015, como contratada).

Organização do Banco de Dados: Vera Lúcia Costa Acioli (Coordenação), Monike Gabrielle de Moura Pinto, Priscila Gonçalves Ferreira.

Organização das Fontes Documentais e Testemunhais de Investigação: Vera Lúcia Costa Acioli e Monike Gabrielle de Moura Pinto.

FICHA CATALOGRÁFICA

R382 Relatório final : volume II / Fernando de Vasconcelos Coelho ... [et al.] ;
organização Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder
Câmara. – Recife : CEPE, 2017.
442p : il.

Inclui referências.
ISBN 978-85-7858-498-6

1. PRISIONEIROS POLÍTICOS – PERNAMBUCO – RELATÓRIOS. 2. PESSOAS DESAPARECIDAS – PERNAMBUCO – RELATÓRIOS. 3. COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA – PERNAMBUCO – RELATÓRIOS. 4. CRIME POLÍTICO – PERNAMBUCO. 5. PERNAMBUCO – POLÍTICA E GOVERNO. 6. BRASIL – POLÍTICA E GOVERNO, 1964-1985. 7. DIREITOS HUMANOS. 8. PESSOAS DESAPARECIDAS – PERNAMBUCO – BIOGRAFIA. I. Coelho, Fernando de Vasconcelos. II. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara.

CDU 343.22
CDD 364.131

PeR – BPE 17-214

1. Os textos que compõem este Relatório Final – Volumes I e II – são de responsabilidade dos relatores, sub-relatores e colaboradores, nominados no início de cada Biografia, Capítulo e/ou Relatoria Temática.

2. As fontes das Referências Documentais e Testemunhais de Investigação, relacionadas no fim de cada texto, constam do Banco de Dados da CEMVDHC, podendo ser acessadas através do site: www.comissaodaverdade.pe.gov.br.

Links de acesso:

- **Para Biografias:**

Fontes documentais e testemunhais → *Mortos e desaparecidos*
→ Nome do biografado.

- **Para Partidos:**

Fontes documentais e testemunhais → *Organizações políticas*
→ Nome da organização política.

- **Para Relatorias Temáticas ou Capítulos:**

Fontes documentais e testemunhais → *Relatorias temáticas*
→ Título da Relatoria temática ou Capítulo.

SUMÁRIO

PARTE III - CONJUNTURA POLÍTICA E AÇÕES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO	9
CAPÍTULO 6. A VIGÊNCIA DA DEMOCRACIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 EM PERNAMBUCO...	11
A redemocratização e as primeiras eleições	11
A volta de Vargas e de Agamenon.....	16
O segundo governo Vargas, o conflito político-militar e o seu suicídio durante a presidência. A sucessão ao governo do estado de Pernambuco neste contexto de crise nacional	18
Golpe e contragolpe em 1955	21
A presidência de Juscelino Kubitschek: uma trégua democrática. Seus efeitos em Pernambuco.....	23
Outra tentativa de golpe	26
A eleição de Miguel Arraes ao governo do estado de Pernambuco	27
1962-1964: a crise do regime e o seu desfecho	29
A deposição e a prisão de Arraes	30
Um registro histórico: carta de Miguel Arraes, enviada de sua prisão a dom Helder Câmara.....	31
CAPÍTULO 7. FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO A CPI do IBAD	39
Arraes desmascara o IBAD	42
Histórico da CPI do IBAD	46
Parecer do relator	47
O crescimento das esquerdas em Pernambuco	51
Financiamento das eleições.....	52
CAPÍTULO 8. SUDENE: O DESMONTE DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL PLANEJADA NO NORDESTE	57
A Sudene – desde sua criação, na visão dos técnicos depoentes.....	59
Repressão e violência	69
A Sudene após 1964.....	82
A Aliança para o Progresso em Pernambuco	85
CAPÍTULO 9. A REPRESSÃO EM PERNAMBUCO: RESISTÊNCIA E ESTRUTURA	89
Repressão e resistência em Pernambuco	89
Estrutura da repressão em Pernambuco	94
A complexa máquina da repressão: DOI – CODI	94
Criação e localização do Destacamento de Operações de Informações (DOI) do Recife.....	95
Normas gerais de ação no CODI.....	96
A Secretaria de Segurança Pública e sua estrutura	98
Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)	98
Efetivo do DOPS Pernambuco	101
O papel dos informantes	102
Os financiadores da repressão em Pernambuco.....	104
Práticas da Repressão.....	105
A tortura em Pernambuco	111
O traço dos horrores da tortura.....	122
Locais de práticas de tortura em Pernambuco	123
Reconhecimento de responsabilidade civil pelo estado de Pernambuco.....	124
PARTE IV - GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM PERNAMBUCO.....	137
CAPÍTULO 10. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.....	139
A prisão de Miguel Arraes	142
CAPÍTULO 11. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO	152
Violências no campo	152
Ligas Camponesas.....	153
Depoimentos que confirmam a violência no campo.....	156
Os casos do Engenho Oriente e da Usina Estreliana	161
Chacina do Engenho Oriente	162
Chacina da Usina Estreliana	164
A Atuação das Diferentes Forças Políticas no Campo.....	166
Sindicatos de trabalhadores rurais	167
O Acordo do Campo de 1963	168
A Criação do GEPA	172
Atuação do Movimento Educacional Brasileiro (MEB) no Campo	173
Após 64 – O Estatuto da Terra – Obstáculo ao Acesso à Terra.....	175
Ação Política Repressora Aos Movimentos Sociais No Meio Rural	175

Reforma Agrária: o Sonho de Tiriri e o Pesadelo de 1964.....	184
CAPÍTULO 12. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS SOCIAIS URBANOS	
.....	199
Introdução.....	199
Trabalhadores pernambucanos em luta no interregno democrático (1945-1964).....	199
As associações de bairro.....	202
Ditadura militar entre a repressão e a resistência: o caso dos trabalhadores pernambucanos.....	203
Considerações finais.....	214
Justificativa e Recomendações.....	215
CAPÍTULO 13. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS	
.....	221
Introdução.....	221
Panorama geral do mundo acadêmico e cultural.....	221
Parte 1 - Violações dos direitos humanos junto as instituições de ensino e pesquisa.....	222
O Golpe de 64 em Pernambuco e a repressão à comunidade universitária.....	224
Estudantes participantes da delegação de Pernambuco, em Ibiúna-SP.....	232
Atentado ao presidente da União dos Estudantes de Pernambuco Cândido Pinto de Melo.....	233
Parte 2 - Violações de direitos humanos no meio artístico e cultural.....	240
Considerações finais.....	248
Recomendações.....	248
CAPÍTULO 14. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	
.....	251
Introdução.....	251
O papel da mídia no golpe de 1964.....	253
A Repressão Aos Jornalistas E A Censura Aos Jornais No Pós 64 Em Pernambuco.....	262
A Presença Da Censura Nas Redações Dos Jornais.....	268
Os Jornalistas E As Diversas Formas De Resistência À Censura.....	276
A Atuação Das Entidades Representativas Dos Órgãos De Imprensa.....	283
Conclusões E Recomendações.....	285
CAPÍTULO 15. GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DAS RELIGIÕES	
.....	291
Introdução.....	291
As Raízes Da Intolerância Religiosa No Brasil.....	291
O Longo Caminho Da Liberdade Religiosa.....	294
A Ação Católica E O Seu Olhar Para O Nordeste.....	294
Primeiras Tensões Entre Estado E Dom Helder Em Pernambuco.....	298
O Distanciamento Entre Os Militares E Dom Helder Câmara.....	300
A Reação Da Igreja Católica Contra A Tortura.....	302
A Ação Diplomática Contra Dom Helder Câmara: Documentos Secretos Do Itamaraty.....	305
A Comissão De Justiça E Paz E A Defesa Dos Direitos Humanos.....	311
Ação Católica Operária: Prisões De Seus Dirigentes.....	312
A Perseguição Ao Padre Romain Zufferey (Padre Romano): A Tentativa De Expulsão (1977).....	313
A Expulsão De Vito Miracapillo (1980).....	314
As Igrejas Protestantes, O Diálogo Ecumênico: A Conferência Do Nordeste.....	317
A Perseguição Às Religiões Afro-Brasileiras.....	320
Recomendações.....	323
PARTE V - RESPONSABILIZAÇÃO, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	333
RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	335
Implantação político institucional e de manutenção das estruturas de repressão.....	335
Gestores das estruturas violadoras de direitos humanos.....	341
Autoria direta de condutas que ocasionaram as violações de direitos humanos.....	342
CONCLUSÕES	349
RECOMENDAÇÕES	351
BIBLIOGRAFIA	353
ANEXOS	365
ANEXO I - Relação de Processos de Ex-Presos Políticos da Comissão Especial de Indenização – Lei Nº 11773 de 23/05/2000 – Governo do Estado de Pernambuco.....	367
ANEXO II - Resumo das Atas de Reuniões da CEMVHC (2012-2016).....	379
ANEXO III - Relação das Audiências Públicas e Reservadas realizadas pela CEMVDHC.....	431
ANEXO IV - Inventário do Acervo Físico da CEMVDHC.....	435

CAPÍTULO 6.

VIGÊNCIA DA DEMOCRACIA NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 EM PERNAMBUCO

Texto de José Almino de Alencar e Silva Neto.
(Consultor especial de CEMVDHC)

A REDEMOCRATIZAÇÃO E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

Em 18 de setembro de 1946, o Brasil via promulgada nova Constituição Federal que assegurava na sua letra a democracia representativa e liberal mais ampla jamais alcançada na sua história até então. Ela surgia no bojo das grandes transformações políticas advindas da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e a consequente reestruturação da ordem internacional, na qual o papel hegemônico dos Estados Unidos na América Latina sairia mais reforçado. Em particular, firmaram-se e ampliaram-se as bases de cooperação militar entre aquele país e o Brasil, praticamente inexistente até então, o que, com o advento e a evolução da chamada Guerra Fria, traria implicações para o desfecho do golpe de 1964 e para o regime que então se instaurou.

As manifestações estudantis de apoio aos Aliados, realizadas durante o ano de 1942, transformaram-se em atos pela democracia e representaram uma primeira transgressão à ordem ditatorial. Em agosto de 1943, representantes de Minas Gerais no Congresso Jurídico Nacional manifestaram-se a favor da redemocratização. Pouco depois, personalidades políticas e intelectuais influentes naquele estado realizaram sucessivas reuniões no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, decidindo divulgar um manifesto público que explicitasse suas aspirações democráticas.

Surgiu assim, em 24 de outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros, a primeira manifestação aberta, coletiva, contra a ditadura, assinada por indivíduos de tradição social, intelectual ou política em Minas Gerais. Seguiram-se outras tomadas de posição liberalizantes por parte de grupos associativos ou corporativos das elites nacionais, culminando com a simbólica Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores, de janeiro de 1945.

Concomitantemente, Getúlio Vargas procura conduzir o processo de mudança que lhe parecia inevitável. Em fevereiro de 1945, convoca o interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, para assumir o Ministério da Justiça, com o objetivo precípuo de introduzir medidas institucionais e jurídicas visando a disciplinar uma transição de regime¹. Pouco depois, o novo ministro publicará no jornal *Folha da Manhã* artigo intitulado “O regime vai mudar. E eu também”, onde também especificava as suas razões para a mudança: “Ditadura é bom regime quando somos o martelo, mas péssimo se somos o prego”.

O Brasil emergia para uma nova ordem política sob o impulso de grandes transformações internacionais que se harmonizaram com forças internas em favor da democracia, obrigando um reposicionamento dos que detinham o poder de Estado.

Em 28 de fevereiro de 1945: através da Lei Constitucional nº 9, inicia-se processo de abertura à Constituição de 1937, dando maior autonomia a estados e municípios, e estabelecendo critérios e prazos para uma eleição para a Presidência da República e a criação de uma Câmara dos Deputados. Em 18 de abril de 1945, Vargas assina decreto-lei concedendo anistia aos presos e exilados do Estado Novo: 565 presos políticos foram beneficiados pela anistia e postos em liberdade. Por fim, complementando a Lei Constitucional nº 9, o Decreto-Lei n. 7.586 de 28 de maio de 1945, também conhecido como Lei Agamenon, marca a legalização dos partidos políticos e estabelece as datas para as eleições para presidente da República, Conselho Federal e Câmara dos Deputados (2 de dezembro de 1945) e para governadores dos estados e Assembleias Legislativas (6 de maio de 1946).

Durante esse período de mudança e inovações legislativas, o governo procurava manter a tutela desse processo, determinando o seu sentido ou definindo os seus limites. Por exemplo, ao estabelecer que os partidos políticos fossem nacionais – diferentemente da regra vigente na Primeira República

que admitia organizações partidárias estaduais – o governo central pode utilizar de imediato o peso e influência da máquina administrativa que detinha na organização dos dois partidos cuja criação fora estimulada por Vargas: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nos estados, o PSD foi organizado sob a liderança dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelos interventores), membros da administração estadual e outras forças que apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos, o que lhe possibilitou manter uma base de sustentação extensa, durável e sólida:

Herdeiro da estrutura estadonovista, o Partido Social Democrático foi inegavelmente a maior e a mais importante agremiação partidária do país [...], mesmo tendo, em termos relativos, declinado sensivelmente a sua participação [...] Se, nas eleições de 1945, o PSD consegue atingir nacionalmente 57,48% do eleitorado, em 1962 essa percentagem se reduz para 29,09%. Apesar do relativo declínio, o PSD foi, durante as diversas legislaturas, o partido que sempre conseguiu fazer um maior número de cadeiras na Câmara Federal ².

Sobre a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a interpretação mais corrente é a de que o objetivo do partido era atrair as camadas populares, novas forças sociais nascidas do impulso econômico pela industrialização principalmente nos grandes centros urbanos, mobilizadas pela obra social e trabalhista do Estado Novo, e também pela imagem pública de Vargas. Segundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, o PTB, na concepção de Vargas, “destinava-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista — que tinha então voltado à legalidade” ³. Um fator decisivo para a organização do partido foi o Ministério do Trabalho. O titular da pasta em 1945, Alexandre Marcondes Filho, foi um dos seus principais organizadores, com José de Segadas Viana, Paulo Baeta Neves e outros igualmente ligados ao ministério e aos sindicatos, controlados pelo ministério.

A UDN nasceu de uma “ampla frente de oposição” ao Estado Novo. Advogava a reconquista das liberdades democráticas, mas a sua posição intransigentemente anti-Vargas reunirá interesses diversos: as oligarquias alijadas pela Revolução de 30, antigos aliados de Vargas que dele se afastaram durante a sua longa permanência no poder, frações regionais da política que foram marginalizadas dos novos arranjos partidários em torno da criação do PSD, etc. rompidos com Getúlio e o seu anti-varguismo sentido que reunia expressivos opositores de Getúlio Vargas e de Agamenon Magalhães.

Esses três partidos reuniriam entre si, pelas próximas décadas, a grande maioria dos eleitores,

mas o fato talvez mais marcante do período foi que pela primeira vez o Partido Comunista Brasileiro fora registrado e poderia participar abertamente das competições eleitorais.

Marcada a eleição presidencial para dezembro de 1945, desencadeia-se intensa movimentação política, na qual se evidencia – como tantas outras vezes na história republicana brasileira – a importância da atuação dos militares, cujo apoio é então reivindicado tanto pelo situacionismo quanto pela oposição que emergia fortalecida no pós-guerra. Vargas apoia a candidatura do general Eurico Gaspar, ainda seu ministro da Guerra; candidatura lançada pelos dois partidos criados com seu patrocínio, para dividir as Forças Armadas que apoiavam o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato de uma frente política encabeçada pela UDN.

Em Pernambuco, a estrutura de poder criada durante o Estado Novo exerceu forte influência no processo de transição democrática, que mais não fosse pela presença de Agamenon Magalhães, liderança expressiva, interventor durante os oito anos da ditadura varguista. Ao deixar o governo estadual para assumir o Ministério da Justiça ele indica como substituto Etelvino Lins, seu secretário de Segurança Pública que, por sua vez, mantém todos os auxiliares de seu predecessor, nomeando apenas o delegado Fábio Correia para a sua antiga secretaria. O comando da mudança para a democracia ficaria, portanto, nas mãos de um “dos mais autênticos elementos da máquina estadonovista” ⁴. Assim, já nas primeiras semanas ocorre um incidente violento que veio marcar simbolicamente a história pernambucana daquele período.

Os estudantes da Faculdade de Direito de Recife convocam a população – em nota publicada no *Diário de Pernambuco* – para ato público de apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de 3 de março. A manifestação termina com intervenção violenta da polícia. Houve tiroteio em que vários opositores saíram feridos e dois morreram baleados: o estudante Demócrito de Souza Filho e o carvoeiro Manoel Elias. O *Diário de Pernambuco* teve a edição proibida (proibição que se estendeu por mais 35 dias, sustada por decisão judicial) e várias prisões foram efetuadas, entre elas a do sociólogo Gilberto Freyre e a do conhecido jornalista opositor e diretor do jornal Aníbal Fernandes.

Com o processo de redemocratização já em marcha, durante uma campanha eleitoral nacional, o episódio não poderia deixar de contribuir para o desgaste do situacionismo, na sua variante local e nacional, que se esvaía. Os protestos durante o enterro e a missa de sétimo dia de Demócrito de Souza Filho reuniram grande massa de opositores, repercutiram nacionalmente e receberam

manifestações de solidariedade em muitos lugares⁵. Em Pernambuco, durante o período de redemocratização – assim denominado posteriormente – o governo de Etelvino Lins entreteve vivo esse clima de tensão, mantendo a polícia de prontidão e não hesitando em perseguir os seus adversários.

No país como um todo, a situação era volúvel, com governo e oposições envolvidos em uma “guerra de movimento”. Em julho de 1945, Getúlio Vargas retira o apoio a Dutra quando surge o movimento “Queremista”, uma articulação que pretende mantê-lo no poder e convocar apenas uma Assembleia Nacional Constituinte. No mês seguinte, o recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro adere ao Queremismo. O movimento cresce em São Paulo e em Minas Gerais, onde o nome do ditador é lançado como candidato à sua própria sucessão.

Desgastado pela herança que trazia do longo período ditatorial, isolado à esquerda, Getúlio e suas iniciativas provocaram reação maciça das Forças Armadas: em 29 de outubro de 1945, após década e meia no poder, ele é deposto pelo mesmo grupo de militares que estavam na origem da ditadura do Estado Novo (1947-1945), entre os quais alguns ex-tenentes da Revolução de 1930, como Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Newton Cavalcanti de Andrade e Ernesto Geisel. Candidato à sucessão, o general Eurico Gaspar Dutra apoia o golpe de Estado. Ao longo de 1945, o embaixador americano Adolf Berle teria encorajado discretamente o desmantelamento do velho regime, vindo a afirmar mais tarde que um seu discurso pronunciado em Petrópolis, no fim de setembro daquele ano, havia sido a *bomba atômica* que destruiu o Queremismo⁶.

Em 2 de dezembro de 1945, realizaram-se, portanto, as eleições para presidente da República e para a formação da Assembleia Nacional Constituinte que elaboraria a Constituição de 1946. Naquela época, o Brasil tinha 7,4 milhões de eleitores alistados, 16% da população total do país, aumento considerável desde o último pleito presidencial em 1930, no qual votou somente 5,6% da população brasileira⁷.

Daqueles eleitores registrados em 1945, apenas 5,87 milhões efetivamente votaram em algum candidato (as abstenções, os votos nulos e brancos não foram computados no tabelamento final), tendo o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) sido eleito para a Presidência da República folgadoamente, com 3,25 milhões (55,4%) dos votos, seguido por Eduardo Gomes (UDN) com 2,03 milhões (34,7%) e pelo candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Yedo Fiúza, com 0,57 milhões (9,7%) dos sufrágios⁸.

Em Pernambuco, como em todo o país, venceu o candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra, com 126.804 mil votos (48,2% do total). O segundo lugar coube ao udenista Eduardo Gomes, com

93.159 mil votos (35,4% do total). E em terceiro lugar, qualificou-se o desconhecido engenheiro Yedo Fiúza, representando o recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro, com um cômputo de 43.073 mil votos (16,4% do total)⁹. Na região do Grande Recife, o candidato comunista foi o vencedor na disputa presidencial. Votado, sobretudo em grandes cidades e regiões mais industrializadas – 27,5%, no Rio de Janeiro (Distrito Federal) e 14,7%, no estado de São Paulo – a proporção de votos recebida em Pernambuco, ímpar entre os estados menos desenvolvidos, seu segundo melhor resultado entre todos os estados, parecia já delinear a presença significativa que as forças de esquerda teriam na vida política pernambucana.

Vale lembrar que, após o levante de 1935, fracassado e duramente reprimido e em decorrência das perseguições durante o Estado Novo, os comunistas tinham quase desaparecido do mapa político brasileiro, depois de um período de intensa movimentação, logo após a Revolução de 1930. No entanto, a partir de 1942, as poucas centenas de militantes passaram a se reorganizar e souberam aproveitar o cenário de mobilização social dos anos seguintes. Em 1945, alguns estimam em 50 mil o número de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em fins de 1946, segundo Antonio Lavareda, este número se elevava a 180 mil inscritos; 25 mil estavam registrados na seção pernambucana do partido¹⁰. Em 1947, era o maior partido comunista da América Latina¹¹.

Para a Assembleia Nacional Constituinte, o estado de Pernambuco elegeu dois senadores e dezoito deputados federais. Foram eleitos senadores os dois candidatos do PSD: Antônio Novais Filho e Etelvino Lins. Para a Câmara Federal, o PSD conseguiu eleger dez deputados federais; a UDN quatro, o PCB três – Gregório Bezerra, Luís Carlos Prestes (Alcedo Coutinho)¹² e Agostinho Oliveira, e o PDC e o PR um deputado cada um. O comunista Gregório Bezerra foi o candidato mais votado de todos os partidos no Grande Recife e o segundo em número de votos em todo o Estado –, ficando atrás apenas do udenista João Cleofas. Já em fins de 1946, algumas estimativas atribuem nacionalmente cerca de 180 mil militantes ao PCB, sendo que, destes, 25 mil estavam registrados na seção pernambucana do partido.

Essa eleição de 1945 é considerada por muitos como a primeira efetivamente democrática ocorrida no Brasil. O pleito foi realizado sob a fiscalização do Poder Judiciário. O voto era obrigatório, direto e secreto, estendido a todos os cidadãos, homens e mulheres, maiores de 18 anos que não fossem analfabetos ou soldados. A limitação era importante, porque em 1945 aproximadamente 57% da população de mais de cinco anos de idade

era analfabeta.

No curso dos próximos anos a participação eleitoral cresceu bastante em números absolutos – o número de eleitores saltou para 12,5 milhões em 1960, nas últimas eleições diretas para presidente da República antes do golpe de 1964, um aumento de 69%, embora a importância relativa do eleitorado na população total tenha subido em apenas 10%, ou seja, para 17,7%¹³. Em 1960, a proporção de analfabetos entre os maiores de 5 anos ainda era de 39,6%¹⁴. Estima-se assim que mais de um terço da população em idade de voto, por ser analfabeta, foi excluído do exercício da cidadania eleitoral, ao longo das décadas de 40, 50 e 60¹⁵.

A população de Pernambuco tinha alta proporção de analfabetos, acima da média nacional: 74,3% das pessoas de 5 anos e mais não sabiam ler, o que provavelmente explica em boa parte uma percentagem bem menor de eleitores sobre a população total do estado do que no país como um todo¹⁶. Nas eleições presidenciais de 1945 votaram 263.040 eleitores, o equivalente a 9,8% da população total.

A nova ordem democrática passava a coexistir com um sistema socioeconômico bem diverso do que o país conhecera na sua primeira experiência republicana (1889-1930). Aprofundara-se a extensão e diversificação da divisão social do trabalho nacional no que diz respeito à distribuição agregada de sua população economicamente ativa, com as consequentes modificações no valor total e na estrutura de seu produto físico. Concomitantemente, os movimentos migratórios impulsionavam o processo de urbanização¹⁷, favorecendo o crescimento econômico geral e conformando uma nova estrutura social, embora trouxesse também problemas sociais básicos, como habitação, saneamento, saúde pública e um agravamento nas diferenças de renda entre indivíduos e entre regiões.

É bem verdade que o país se encontrava preso em níveis de miséria e carência abissais, como já indicava a alta taxa de analfabetismo mencionada. Se tomarmos apenas uma medida radicalmente expressiva, como a mortalidade infantil, teremos uma percepção do estado de pobreza e abandono a que estava relegada boa parte da população. Assim, por exemplo, na década de 40, entre mil recém-nascidos homens em São Paulo, 145 não completariam um ano de idade; no Rio de Janeiro, este número era de 167. No Recife, no mesmo período, 291 recém-nascidos do sexo masculino entre mil não viveriam mais de um ano¹⁸. À época, a esperança de vida ao nascer no Brasil era de 45,5 anos¹⁹ e a do Nordeste não chegava a 40 anos²⁰.

Após a posse de Dutra, em janeiro de 1946, José Domingues da Silva, deputado estadual e procurador da Delegacia Fiscal, foi nomeado interven-

tor em Pernambuco. Afastando-se das diretivas do PSD local, ele nomeia para o cargo de prefeito de Recife Pelópidas da Silveira (em fevereiro), engenheiro conhecido por suas posições progressistas e de oposição ao Estado Novo. Afastado poucos meses depois (em agosto) do cargo, por pressões das lideranças do situacionismo local, Pelópidas distinguiu-se e popularizou-se por suas iniciativas administrativas, o que o levou a ser escolhido pelo PCB como candidato ao governo do estado nas eleições de 1947, embora não fosse comunista.

Dentro do PSD pernambucano já começara a haver divisão originada quando da indicação de Barbosa Lima Sobrinho pela ala chefiada por Agamenon Magalhães e Etelvino Lins. Contra essa candidatura insurgiu-se Novais Filho – prefeito do Recife durante o Estado Novo – recém-eleito senador e líder do grupo de banqueiros e fornecedores de cana que, pouco tempo depois, ingressaria na UDN, aportando o apoio de ala do pessedismo local à candidatura udenista de Neto Campelo.

Em 19 de janeiro de 1947 foram realizadas eleições diretas para os governos estaduais e para as Assembleias Legislativas. Em Pernambuco, em oposição à poderosa máquina do PSD, que tinha Barbosa Lima Sobrinho como candidato, formou-se a “Coligação Pernambucana”, integrada pela UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL) em torno do nome de Neto Campelo. O Partido Comunista Brasileiro procurou viabilizar uma terceira via: eximindo-se de ter candidato próprio e juntando esforços com a Esquerda Democrática (agrupamento criado de uma cisão da UDN e que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro), apoiou Pelópidas da Silveira para o governo do Estado.

Barbosa Lima Sobrinho elegeu-se governador, com 37,8% dos votos, seguido por Neto Campelo (37,5%) e Pelópidas Silveira (24%). Este último venceu no Grande Recife sobre os concorrentes por maioria absoluta (56% dos votos), ultrapassando a votação de Yedo Fiúza em 1945. Pela segunda vez, a esquerda se apresentava como força político-eleitoral expressiva. Para a Assembleia Legislativa Estadual, o PCB elegeu 9 deputados dos 55 eleitos no total. A distribuição das vagas nessas eleições foi a seguinte – PSD: vinte e três; “Coligação Pernambucana” (UDN-PDC-PL): dezoito; PCB: nove; PR: três; PTB e PRP um deputado cada legenda.

Apesar da ambiguidade que permeava o período de transição – com a prevalência de regras advindas do Estado Novo e a participação ativa de muitos dos seus principais agentes políticos – há um generalizado consenso de que a Constituição de 1946, promulgada um mês antes das eleições para os governos estaduais, representava um avanço democrático para o país. Vinha substituir a Car-

ta de 1937, apelidada de “polaca” pela influência da constituição polonesa redigida após a ocupação nazista. Significativamente, o líder da minoria na Constituinte, Otavio Mangabeira, representante do estado da Bahia, viria a declarar que a Constituição de 1946 ficou marcada como uma Carta democrática nascida do ventre da ditadura.

Em certas matérias, ela ainda refletia particularidades moldadas pela estrutura social iníqua do país, assim como reafirmava normas jurídicas herdadas de regimes anteriores: estado novo, primeira república ou mesmo da monarquia. Medida típica, que conjuga esses dois elementos, se encontra no seu artigo 132 que denegava o direito de voto aos analfabetos, mantendo, portanto, a mesma proibição que fora introduzida pela Lei Saraiva de 8 de janeiro de 1881.

Em outros temas, os constituintes reformaram disposições institucionais passadas: restabeleciam a tradição do federalismo da Constituição de 1891, contra o centralismo instituído na Era Vargas, garantindo uma distribuição regional de poder mais equilibrada, porém, ao mesmo tempo evitando descentralização política da Primeira República e permitindo que o Executivo tivesse suas prerrogativas ampliadas.

A nova Constituição estabelece a tripartição e igualdade entre os três poderes. Recupera o bicameralismo da Constituição de 1891, com eleições simultâneas em todo o país, sendo ambas as Casas – Câmara Federal e Senado Federal – responsáveis por votar o orçamento. O texto é liberal, prevendo que o Estado só poderá intervir na economia mediante lei especial.

No que diz respeito à organização partidária, garantia a formação livre de partidos, embora proibisse a legalidade daqueles que “contrariassem o regime democrático”. É o que diz o seu artigo 141, em seu parágrafo 13:

É vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer Partido Político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

De fato, a Constituição apenas confirmava a restrição prevista no Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, o mesmo que marca a legalização dos partidos políticos no fim do Estado Novo, cujo art. 114 afirmava que:

O Tribunal (Superior Eleitoral) negará registro ao partido cujo programa contrarie os princípios democráticos, ou os direitos fundamentais do homem; definidos na Constituição.

Estava aberta a porta para a cassação do Partido Comunista Brasileiro, que ocorreria menos de

nove meses depois de promulgada a Constituição, a partir do qual, manteve-se intacta, por assim dizer, a norma do pluripartidarismo durante toda a vigência plena do texto constitucional.

Ainda como herança dos anos 30, guarda-se também a legislação corporativa que procurava disciplinar as atividades e a organização no mundo do trabalho, como é explicitado no artigo 159:

Art. 159 – É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo Poder Público.

No artigo 158, reconhece-se o direito de greve, conforme lei (a regulamentação prevista não ocorreu antes de 1964), mudando radicalmente o paradigma das constituições anteriores. Todavia, o STF entendeu que um Decreto-Lei anterior (9.070/46) havia sido recepcionado pela nova Constituição, o que impunha muitas limitações ao exercício efetivo daquele direito.

O governo Dutra assumiu uma feição politicamente conservadora, procurando se integrar ao revigoramento internacional dos mercados sob o impulso hegemônico da economia norte-americana, assim como aderindo aos princípios da Guerra Fria que se encontrava nos seus primórdios. Aliada dos Estados Unidos, liberal em economia, a nova administração era fortemente influenciada por empresários, os quais ocuparam muitos postos-chave na administração. Por outro lado, o governo manteve atuantes vários dos instrumentos legais advindos do Estado Novo que tutelavam a organização dos trabalhadores e, da mesma forma, guardou muito do vigor repressivo do autoritarismo ainda recente²¹.

Ora, 1946, o primeiro ano da presidência Dutra, foi de intensificação de lutas sociais por melhores condições de vida e trabalho. O movimento sindical reerguia-se, a esquerda se reorganizava. Uma inflação renitente e o congelamento dos salários desde 1942 – quando da declaração de guerra – resultaram numa onda de greves.

Nesse contexto, o governo passa a editar uma série de decretos que, por exemplo, limitavam severamente o direito de greve de enorme quantidade de categorias de trabalhadores, “consideradas fundamentais”; proibiam a “cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária”; vedavam qualquer “propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação”; assim como “candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato”²².

Ao mesmo tempo, o Brasil não ficara imune à Guerra Fria que se iniciava. As restrições aos mo-

vimentos sindicais e grevistas vieram assim de par com iniciativas oficiais para banir o Partido Comunista da ordem político institucional. Em 14 de maio de 1946, o Decreto-Lei nº 9.258, em seu artigo 26, previa o cancelamento do registro de partido político quando se provar que “pratica atos ou desenvolve atividade que colidam com os princípios democráticos ou os direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição”; ou, “quando se provar que recebe de procedência estrangeira orientação político-partidária contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio”. Instado pelo Executivo que se baseava nesta provisão legal, o Tribunal Superior Eleitoral, em 7 de maio de 1947, por três votos contra dois, pôe fora da lei o PCB.

A ilegalidade do PCB conduzia naturalmente à cassação dos mandatos de seus eleitos. A legislação determinava que essa medida só pudesse ser tomada pelo Legislativo. Mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista Brasileiro continuou representado nacionalmente por 15 deputados e um senador até 18 de janeiro de 1948, quando a Mesa da Câmara de Deputados votou a cassação dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB, por 181 a 74 votos. Poucas horas depois, o presidente Dutra assinou a sentença contra a bancada comunista e, no dia seguinte, uma Resolução da Mesa do Senado Federal extinguiria o mandato do senador comunista Luiz Carlos Prestes e do seu suplente, Abel Chermont.

Naturalmente, a medida se estenderia a todo o sistema representativo, nos estados e municípios: passadas 48 horas da sanção presidencial, os tribunais regionais eleitorais oficiariam as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais, enviando a relação dos eleitos pelo Partido Comunista do Brasil. Ao receber a lista, os presidentes daquelas casas deveriam declarar vagas as cadeiras dos citados, o que efetivamente se realizou.

A cassação do registrado Partido Comunista teve consequência quase imediata na política externa brasileira: o embaixador soviético retirou-se do país e, em outubro de 1947, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

O governo Dutra representou provavelmente a mais longa e harmoniosa conjunção das forças conservadoras durante a plena vigência da Constituição de 1946. O seu ministro da Guerra, o general Canrobert Pereira da Costa era reconhecidamente um virulento anticomunista, o que satisfazia os anseios de parte considerável do oficialato simpático a uma aproximação com os Estados Unidos e que se congregara em torno da candidatura de seu adversário, o brigadeiro Eduardo Gomes. O seu ministro de Relações Exteriores, Raul Fernandes, um dos próceres da UDN. E o seu ministro da Fazenda, Corrêa e Castro, foi mentor e responsável pelas medidas monetárias ortodoxas e por maior liberalização do comércio exterior, dentro do receituário preconizado pelos Estados Unidos²³.

No fim da guerra, muitos países da América Latina tinham a expectativa de que houvesse aumento significativo do fluxo de capitais dos Estados Unidos, sob a forma de ajuda ou de investimentos de longo prazo que viessem a estimular ou promover o desenvolvimento de suas economias. Na verdade, o governo americano se opôs à realização de qualquer reunião interamericana para tratar de assuntos econômicos e, à época, se opunha à criação de um Banco Interamericano de Desenvolvimento, cuja efetivação veio a se realizar apenas uma década mais tarde (em 1959).

Os interesses e esforços dos Estados Unidos estavam concentrados na recuperação da Europa e nas questões de segurança militar suscitadas pela Guerra Fria. Em uma conferência de imprensa, um mês antes da Conferência do Rio, presidente Harry Truman rejeitou a ideia de um possível Plano Marshall para a América Latina, declarando que “já existia um Plano Marshall” para a região “há um século e meio”. Era “conhecido como a Doutrina Monroe”²⁴.

O presidente Dutra teve assim frustradas as suas expectativas de que o total alinhamento ideológico e político com os EUA seria reconhecido e se traduziria em vantagens econômicas ao Brasil, num cenário descrito por um observador como “alinhamento sem recompensa”²⁵. No entanto, em fins da década de 40, já se vislumbravam os sinais de um debate com amplas proporções sobre os rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Ele estaria no centro dos conflitos políticos nas décadas seguintes.

A VOLTA DE VARGAS E DE AGAMENON

A década de 50 foi um período de grandes transformações no mundo. Os Estados Unidos, não tendo sido atingidos pelo conflito no interior de suas fronteiras e dentro do quadro geral de destruição a que tinham sido submetidas as economias europeias, da União Soviética e do Japão, saíram da Segunda Guerra como a grande potência motora da economia internacional, concentrando sob seu domínio 52% do PIB mundial. Por sua vez, a Europa encontrava-se dividida nos dois campos que definiriam a Guerra Fria. Na “parte ocidental” – que incluía o conjunto heterogêneo de todos os países não comunistas – o sistema monetário era remontado a partir da hegemonia do dólar, ao mesmo tempo em que a ofensiva comercial e de investimento do capital americano nas indústrias americanas em toda parte ganhava extensão nunca antes conhecida.

Para o Brasil, essa década se iniciava com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, em 31 de janeiro de 1951, desta feita como presidente eleito depois de campanha de vasto alcance popular que propunha continuar o esforço de criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico.

Traria na sua esteira à cena pública temas como o nacionalismo e o papel a ser exercido pelo Estado na direção da economia – que constituiriam fatores capazes de induzirem divisões ideológicas e políticas exacerbadas.

As articulações para a sucessão presidencial em 1950 começaram cedo. Em janeiro de 1948, os dois partidos políticos mais importantes, o PSD e a UDN, assinaram acordo interpartidário que visava a garantir ampla maioria ao governo Dutra no Congresso e abria caminho para a indicação de um candidato de consenso à Presidência. Vargas e o PTB não aderiram ao pacto, uma atitude que denunciava a intenção do ex-ditador de se apresentar como candidato nas próximas eleições.

No entanto, a ideia de candidatura única do PSD e da UDN – que deveria se fazer em torno de um pessedista – não prosperou. A UDN discordou da indicação de um candidato mineiro e, em maio de 1949, homologou mais uma vez o nome do brigadeiro Eduardo Gomes. O PSD, por sua vez, lançou a candidatura do deputado por Minas Gerais Cristiano Machado. Logo depois, em junho de 1950 é lançado oficialmente o nome de Getúlio pelo PTB, com o apoio do governador de São Paulo, Ademar de Barros, chefe de um novo partido político (o Partido Social Progressista, PSP) e que gozava de enorme popularidade no seu estado.

Dentro desse processo de composições e rupturas entre as várias facções das elites políticas, a participação militar – ou melhor, o aval de personalidades de liderança nas Forças Armadas – tinha importância decisiva para que uma solução prevalecesse ou se mantivesse. A UDN, partido que reunia grande porção de opositores ao Estado Novo e que mantinha um discurso liberal, insistia prudentemente em se apresentar na campanha para a Presidência com um candidato militar.

Da mesma forma, não era apenas entre políticos que Getúlio construía a sua volta à presidência. Bem antes de sua indicação oficial, no fim de 1949, ele mandaria emissários ao general Góis Monteiro para saber como os militares reagiriam à sua candidatura. Sem posição formal de comando, este último não perdera a influência sobre o oficialato, sendo altamente considerado entre os seus ex-comandados por sua participação decisiva, como ministro da Guerra, na deposição de Vargas em 1945²⁶. Quatro anos depois, o chefe militar garantia a Getúlio que as Forças Armadas não se oporiam à sua posse caso eleito, desde que respeitasse “não só a Constituição, como os direitos imposter-gáveis dos militares”²⁷.

As eleições de 1950 vieram comprovar o imenso prestígio de que Getúlio Vargas gozava. Vale acrescentar que durante a campanha ele se beneficiara do apoio de boa parte do PSD, com vasta influência sobre o eleitorado rural, cuja criação fora incentivada por ele e que contava entre seus membros muitos políticos egressos do grupo diri-

gente do Estado Novo. Seja como for, de 8.254.989 votantes, 3.849.040, ou seja, 48,7% escolheram seu nome. Eduardo Gomes recebeu 2.342.384 votos e Cristiano Machado não chegou a alcançar 1.700.000 votos.

A movimentação partidária visando à sucessão ao governo do estado de Pernambuco moldou-se, no seu início, ao que se fazia na esfera federal para a eleição de presidente. Assim, Barbosa Lima propôs a construção de uma frente partidária que unisse os dois grandes partidos em torno de candidatura única de conciliação. O projeto sofreu, de pronto, a resistência de Agamenon que condicionou o acordo interpartidário à indicação de um membro do PSD (partido majoritário) como o candidato a governador.

Firmado o impasse, em junho de 1950, a “Coligação Pernambucana” encerra as negociações e, pouco depois, o nome do udenista João Cleofas é homologado por largo espectro de partidos de oposição para concorrer ao governo do estado. Logo, a seguir, o PSD, como era esperado, escolhe Agamenon Magalhães como o seu candidato.

Barbosa Lima, derrotada a sua proposta de conciliação, recolhe-se a uma posição de neutralidade durante o pleito. Quanto ao Partido Comunista, a essa altura na ilegalidade, decide-se oficialmente pelo voto nulo²⁸. E mais uma vez, conhecendo a influência eleitoral do PCB, Agamenon Magalhães diz a Paulo Cavalcanti naquela ocasião: “Já li o manifesto do Comitê Central. Os comunistas vão votar em branco. Se assim acontecer, eu derrotarei João Cleofas”²⁹.

Diferentemente de muitos chefes estaduais do PSD, Agamenon Magalhães não abandonou a candidatura de Cristiano Machado para apoiar Getúlio Vargas. Em retaliação, Vargas apoia João Cleofas que, derrotado nas urnas, viria a ser seu ministro da Agricultura.

Em 13 de outubro de 1950, foram realizadas as eleições. Agamenon sai vitorioso com 196.880 (51,3%) dos votos contra 186.857 (48,7%) do candidato udenista. No cômputo geral, o PSD, além de continuar à frente do governo, elegeu Apolônio Sales senador e foi o partido que mais fez cadeiras para a Câmara Federal e estadual. Entre os 19 deputados federais do estado, nove foram do PSD, sete da UDN, um do PTB, um do PDC e um do PL. Na Assembleia estadual, num total de 65 parlamentares, o PSD fez 29, a coligação UDN-PL 20, o PSP sete, o PTB cinco, o PDC dois, o PRP um e o PST também um.

Agamenon toma posse em 31 de janeiro de 1951 e com apenas um ano e meio de governo, faleceu subitamente em 24 de agosto de 1952. Tinha 58 anos. Como não havia completado a metade de seu mandato, a Constituição estadual determinava

que outra eleição fosse realizada.

Novamente, esboçou-se movimento de união interpartidária, iniciado pelo candidato designado pelo PSD para suceder o governador recém falecido: Etelvino Lins. Principal herdeiro da máquina política do Estado Novo, no poder desde a redemocratização, o Partido Social Democrático era praticamente o único que dispunha de meios e instrumentos suficientes para disputar uma eleição imprevista e a curtíssimo prazo. Desta feita, portanto, fazia-se conveniente para os seus adversários atenderem à convocação para um entendimento. Assim, muito rapidamente uniram-se a UDN, o PSP e o PL, em torno da candidatura de Etelvino.

Para a oposição mais radical, o nome do ex-secretário de Segurança do Estado Novo, associado à repressão no período, era inaceitável. O Partido Socialista Brasileiro lançará como candidato para combatê-lo o nome do jornalista Osório Borba, conhecido opositor do Estado Novo. Sua candidatura receberá também o apoio dos comunistas que mesmo na ilegalidade mantinham-se com expressiva influência política, notadamente na capital do estado. Caracterizado como esquerdista, Osório Borba reunirá contra ele todas as forças conservadoras de Pernambuco e reforçará mais o pacto entre os grandes partidos, liderado pelos pessedistas. Em 23 de outubro de 1952, Etelvino Lins obtém fragorosa vitória, tendo computados 211.393 votos contra 57.400 dados a Borba³⁰.

O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, O CONFLITO POLÍTICO-MILITAR E O SEU SUICÍDIO DURANTE A PRESIDÊNCIA. A SUCESSÃO AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO NESTE CONTEXTO DE CRISE NACIONAL.

Logo que anunciada, a vitória eleitoral de Getúlio Vargas passou a ser contestada pelos adversários, invocando uma interpretação da Constituição que exigiria ao vitorioso maioria absoluta dos votos. O questionamento não chegou sequer a ser apreciado formalmente e foi praticamente decidido no âmbito das Forças Armadas; aliás, em fórum mais restrito, o do Clube Militar, uma associação corporativa e não governamental.

No Clube Militar, dois generais de imenso prestígio, Estillac Leal, presidente do clube, e Zenóbio da Costa declararam em público que Vargas havia vencido as eleições³¹.

As Forças Armadas, que, em 1945, pela deposição de Vargas, haviam tornado possível o estabelecimento de um regime constitucional democrático, viam-se cada vez mais envolvidas nas disputas políticas, no que, aliás, pareciam retomar uma prática inaugurada com a proclamação da República. Tornar-se-iam palco de conflitos, à medida que os grandes temas ideológicos da década foram se constituindo e adquirindo formato, notadamente

as questões do nacionalismo econômico e das relações com os Estados Unidos, em um contexto onde o anticomunismo, apareceria como elemento fundamental dessa aliança.

De maneira geral, a politização da corporação militar, para além das suas divisões em frações ideológicas e partidárias, indicava posição de relativa autonomia institucional, onde as Forças Armadas se impunham aos demais atores da política nacional como uma interlocutora do Poder Executivo (monitora crítica de seus atos, grupo de pressão ou de apoio) e não parte subordinada deste mesmo poder. Reforçava-se um desequilíbrio institucional, foco de tensões que seria característica fundamental da *realpolitik* da década de 50; e que viria a ter vários desdobramentos nos diversos movimentos insurgentes de oposição iniciados por oficiais militares, culminando com o golpe de 1964.

Muitos observadores dividem o segundo período constitucional de Vargas em dois momentos: o primeiro, de 1951 até meados de 1953, em que ele teria buscado firmar ampla aliança em torno das mudanças econômicas – sobretudo em um esforço para industrializar e prover o país de uma política energética –, e o segundo, a partir de 1953, em que enfrentou a radicalização de grupamentos políticos e militares que reuniam a oposição a essas mesmas políticas às frustrações das repetidas derrotas eleitorais desde a redemocratização.

O primeiro ministério refletia as diversas forças políticas de sua campanha eleitoral e um esforço de conciliação, refletido na predominância conservadora. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formalmente o partido de Vargas, recebeu apenas um ministério, o do Trabalho. O Partido Social Democrático (PSD) recebeu a maioria das pastas, cinco, sendo significativa a presença de Horácio Lafer, de um poderoso grupo econômico paulista, no ministério da Fazenda. Além disso, fez-se um gesto conciliatório à União Democrática Nacional, convidando um representante deste partido para a Agricultura.

Ao mesmo tempo em que abria espaço para a negociação política, Vargas reservou para si a iniciativa da elaboração de seu projeto econômico, centralizando-o em uma Assessoria Econômica da Presidência, criada para desempenhar as funções de uma secretaria (informal) de planejamento e de aconselhamento ao presidente em matéria econômica. Preencheu-a com técnicos e servidores públicos, de orientação nacionalista. Entre eles, destacavam-se os economistas Rômulo de Almeida, especializado em planejamento e política industrial, que montou a equipe, Ignácio Rangel, Cleanto de Paiva Leite; técnicos em energia e política mineral, como Jesus Soares Pereira e João Neiva Figueiredo, etc. Provinham de diversas áreas do serviço público e tinham experiência prévia em organismos como o Ministério do Trabalho, Indús-

tria e Comércio e Conselho Federal de Comércio Exterior.

O projeto de desenvolvimento econômico do novo governo trazia uma agenda ambiciosa: tratava-se de reforçar o papel do Estado e das empresas públicas em empreendimentos estratégicos para o crescimento enquanto lá fora, nos países capitalistas que buscavam reavivar as suas economias, buscava-se, sobretudo, reforçar o setor privado e a economia de mercado. No Brasil seria necessário criar novas instituições capazes de promover a reunião de recursos internos, incentivar os investimentos e atrair para o país empréstimos externos, capitais privados e tecnologia que fossem carreadas para áreas consideradas prioritárias pelo governo. As iniciativas de política econômica que tomaram, incluindo a criação de grandes corporações estatais – como Petrobrás, Eletrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico –, o planejamento e o controle de importações, marcaram profundamente o modelo de desenvolvimento que o Brasil passaria a adotar nos anos seguintes ³².

Ao justificar a sua linha de ação o governo Vargas procurava ater-se à razão técnica: o objetivo maior era buscar um caminho de industrialização em direção à substituição de importações pela integração vertical dos setores da infraestrutura com os da indústria pesada e de bens de consumo. Tratar-se-ia de alcançar uma diversificação do aparelho produtivo do país, internalizando a produção de bens industriais de consumo, ao mesmo tempo em que se ampliaria a importação de uma gama de insumos necessários a esse processo, integrando o crescimento nacional ao dinamismo que se instaurava pela ampla recuperação da economia internacional do pós-guerra.

Sublinhe-se que Vargas submeteu ao Congresso Nacional, e teve aprovadas, todas as suas grandes decisões econômicas. Entre elas, a criação da Petrobras, do Fundo Nacional de Eletrificação, do Fundo de Reaparelhamento Econômico, do BNDE e da Eletrobrás, além de legislações tarifárias e cambiais.

Apesar de não haver logrado firmar sólida base de apoio parlamentar, também não encontrou postura generalizada às iniciativas governamentais. Por trás de cada projeto, dava-se uma combinação diversa. Assim, o PTB e o PSD dividiam-se internamente nas votações, afetados por controvérsias internas e ou por disputas regionais, favorecendo a manipulação do Executivo. A UDN formou um bloco oposicionista com o PL, o PR e o PDC, mas isso não a impediu de apoiar a criação da Petrobras, tendo sugerido, inclusive, o caráter de monopólio estatal que o projeto original não possuía.

Entre os trabalhos de planejamento desse segundo governo de Vargas, talvez o mais relevante para a história do país tenha sido o programa energético, incluindo a questão da energia elétrica e a do petróleo. Essa última ganhara tal repercussão

que se transforma no grande fator de mobilização dos setores nacionalistas. Data de então uma campanha que afirmava a viabilidade e importância estratégica do monopólio estatal em todas as fases da exploração. Teve enorme penetração na opinião pública e imortalizou o slogan “O petróleo é nosso”.

No período a Guerra Fria atingira um dos seus pontos mais críticos: em 25 de junho de 1950, iniciava-se a Guerra da Coreia que se prolongaria até 27 de julho de 1953. No Brasil, parte do mundo ocidental, localizado na zona de influência dos Estados Unidos, uma posição nacionalista era frequentemente identificada a um movimento antiamericano, se não claramente comunista. Internamente, nos meios militares e políticos, fortaleciam-se aqueles que identificavam no anti-comunismo o critério prioritário para avaliar o alinhamento político, econômico e militar a ser buscado pelo país.

Nesse sentido, alguns líderes militares, como Juarez Távora, Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias, alertam para a crescente indisciplina e para a divisão dentro das Forças Armadas, e passam a denunciar o “avanço comunista dentro do Exército”. Reativa-se e intensifica-se a aproximação dos militares com grupos políticos da oposição e, em nome da ordem constitucional, passa-se a conspirar contra o governo, a quem se atribuem planos continuístas.

Durante o período, a economia do país era submetida às tensões criadas pelos impasses comuns aos processos de desenvolvimento: escassez de divisas, dificuldade de importação de equipamentos e matéria-prima, racionamento de energia elétrica. Neste contexto, o governo equilibrava-se entre necessidades conflitantes, dos industriais importadores, dos produtores agrícolas exportadores, da massa salarial politicamente ativa, procurando soluções que favorecessem o equilíbrio financeiro e cambial, mantivessem o esforço de crescimento e contivessem a inflação. Esta última manifestava-se persistente desde o pós-guerra, causando obviamente uma insatisfação generalizada ³³.

Em junho de 1953, entre greves e protestos de organizações sindicais nas grandes cidades, Vargas nomeia João Goulart para o Ministério do Trabalho. Desde o início de sua gestão, a oposição ergue campanha feroz e diária, através da imprensa, de boicote e acusações, em que o jovem ministro era definido como um perigoso ‘demagogo sindicalista’ e ‘admirador do justicialismo peronista’ e que se comportava como o porta-voz de uma classe trabalhadora rebelada. A situação torna-se particularmente grave, em fevereiro de 1954, quando Jango defende aumento de 100% no salário mínimo, aplicável, sobretudo, aos trabalhadores do comércio e da indústria do setor urbano.

O aumento prometido alarmou a classe empresarial, que alegava não poder absorvê-lo sem grande repasse aos preços, como também afetou

a classe média que, igualmente sob a pressão do custo de vida, não fora beneficiada por nenhuma medida similar. Neste contexto, dois dias depois de declarada a pretensão de aumento salarial, um grupo de oficiais divulgou documento intitulado *Memorial dos Coronéis*, com ampla repercussão na opinião pública. Nele, contrasta-se copiosamente a situação de penúria da instituição, as suas deficiências técnicas e financeiras, as remunerações insuficientes

com a iniciativa de elevação do salário mínimo que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, destacando qualquer possibilidade de recrutamento para o Exército de seus quadros inferiores.

O documento não é apenas um rol de reivindicações materiais, de críticas à incúria administrativa do governo, de denúncias de práticas ilegais (em certo momento, fala do “clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem nos últimos tempos envolvendo o país e até mesmo o Exército)” e ao seu descaso para com a corporação. Tal abandono teria implicações institucionais mais profundas, solapando-lhe a integridade política, enfraquecendo-lhe o papel de guardião da segurança da própria nação:

Os desestímulos e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. Prenuncia-se indistigável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerme às manobras divisionistas dos eternos portadores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública. E, com o comunismo solerte sempre à esquerda, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta³⁴.

O Memorial (também conhecido por Manifesto dos Coronéis) foi enviado a Getúlio por seu ministro da Guerra, general Ciro Cardoso. Assinado por 82 oficiais, o texto tem autoria atribuída ao então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva. Entre os signatários, vários nomes que seguiriam em franca oposição aos governos trabalhistas – e alguns que teriam posições de destaque no movimento que levou ao golpe militar de dez anos depois. Entre os coronéis, assinam, por exemplo: Syseno Sarmiento, Adalberto Pereira dos Santos, Jurandir de Bizarria Mamede, Antônio Carlos da Silva Muricy, Amaury Krueel, Ademar de Queiroz, Alfredo Américo da

Silva. Entre os tenentes-coronéis que endossaram o documento: Golbery do Couto e Silva, Sílvio Frota, Antônio Jorge Corrêa, Ednardo D’Ávila Melo, Fritz Azevedo Manso, Ramiro Tavares Gonçalves e Euler Bentes Monteiro.

Os antigetulistas atacavam Jango, mas o verdadeiro objetivo era o presidente. Em junho de 1954, Afonso Arinos, líder da UDN e da oposição parlamentar (UDN-PL-PR-PDC), encaminha pedido de impeachment de Vargas ao Congresso, apoiado em acusações de corrupção, conivência com atos criminosos e imoralidade. No entanto, apesar de forte campanha junto à opinião pública, a Câmara dá vitória esmagadora a Vargas: 136 deputados votam contra o impeachment, e apenas 35 a favor – destes, 21 da UDN (houve defecções em sua bancada), um do PRT, dois do PR, um do PSP, dois do PL, cinco do PSD do Rio Grande do Sul, um do PTB e dois de deputados sem partidos.

Pusera-se em marcha um mecanismo de questionamento permanente do regime e de sua legitimidade. Começava a se construir, na articulação das Forças Armadas com setores conservadores do país, a narrativa que serviria de justificativa para impedir as posses de Juscelino Kubitschek e de João Goulart. E que também estará presente, dali a uma década, no golpe de Estado de 1964. Trata-se de discurso contraditório, em que a busca da democracia é invocada como o agente motivador de um golpe contra a própria democracia:

Em nome da ordem constitucional, passa-se a conspirar contra o governo, a quem se atribuem planos continuístas. De fato, o caráter sensacionalista das notícias em torno desses acontecimentos agita a opinião pública, criando um clima de intranquilidade. Tal clima se difunde nas Forças Armadas, que cada vez mais se autoatribuem a função política de salvaguardar os interesses da nação contra os desmandos governamentais. Gradativamente, vê-se formada uma trama confusa e paradoxal, porém rotineira em nossa história política, que visa quebrar a ordem constitucional através de um golpe de Estado, alegando-se para tal estar-se assegurando a constitucionalidade do país³⁵.

O movimento iniciado pelos coronéis ganhou adesões, desde generais à grande imprensa, e junta-se à ofensiva sempre renovada dos udenistas mais radicais. A 21 de agosto, Café Filho, o vice-presidente da República, sugeriu que ambos, Getúlio e ele, renunciassem, para que assumisse a Presidência da República o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Luz. A proposta foi repelida. No dia seguinte, um grupo de oficiais da Aeronáutica liderados por Eduardo Gomes lançou manifesto também exigindo a renúncia do presidente, documento que lhe foi entregue pelo marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária

Brasileira na Segunda Guerra Mundial. Uma vez mais, Vargas resistiu.

Em 23 de agosto, forma-se larga aliança entre o alto oficialato para derrubar o governo: 27 generais do Exército, entre os quais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, Pery Bevilacqua, Humberto de Alencar Castelo Branco, Machado Lopes e Henrique Lott, lançaram manifesto à nação, exigindo a renúncia de Getúlio. Na madrugada do dia seguinte, Vargas se suicida nos seus aposentos no Palácio do Catete.

Em Pernambuco, eleito governador, Etelvino Lins toma posse em 12 de dezembro de 1952, para mandato de pouco mais de dois anos. Vinte e dois meses depois haveria a eleição de seu sucessor. Nesse intervalo de tempo, a situação político-administrativa do estado não poderia deixar de ser afetada pelos enormes conflitos que atravessavam o país, com o seu presidente progressivamente isolado por uma frente conservadora de grupamentos partidários, por setores das classes empresariais; e por uma oposição ativa e crescente entre os militares, fator de preocupação maior, tal a importância das Forças Armadas em todas as grandes mudanças políticas e institucionais no Brasil republicano: incluindo-se aí, desde as revoltas tenentistas dos anos 1920, a Revolução de 30, a criação do Estado Novo em 1937 até o restabelecimento do regime republicano democrático e a adoção da Constituição de 1946. A própria crise da presidência de Vargas precipitava as negociações e especulações sobre a sua sucessão (fragilizando mais o seu governo) que se efetuariam somente na eleição de outubro de 1955.

Entusiasmado com a união entre os grandes partidos, proporcionada por sua candidatura ao governo de Pernambuco, Etelvino Lins, ainda em campanha eleitoral, defendeu perante Vargas e em comício realizado em Serra Talhada (PE) a ideia de ser levado em nível nacional o esquema de união interpartidária nas eleições de 1955 para a sucessão presidencial. Em suas memórias, ele diz haver contado com a aquiescência do presidente, iniciou conversações com próceres da UDN, principalmente Eduardo Gomes, Odilon Braga, presidente do partido, e Afonso Arinos de Melo Franco, líder da bancada na Câmara, os quais em princípio acataram a sugestão. Esse é um dos exemplos das negociações que o período suscitava, muitas delas envolvendo tentativas de acordo entre o PSD e UDN, com o objetivo de segregar Getúlio dentro do processo sucessório, deixando-o sozinho com o PTB e as forças dispersas de esquerda que o apoiavam naquele momento.

Em relação à sucessão estadual, conservar a coligação que o elegera, implicava para Etelvino manter-se distante do presidente da República.

Sendo assim, ao tentar inicialmente lançar o nome do deputado federal pessedista Jarbas Maranhão para o governo do estado, diante da impossibilidade de essa candidatura obter apoio multipartidário, em virtude da aproximação de Jarbas Maranhão com Vargas, decidiu-se pelo nome do general Osvaldo Cordeiro de Farias. Promovido a general de exército em agosto de 1952, Cordeiro de Farias assumira o comando da Zona Militar Norte, sediada em Recife³⁶.

O general Cordeiro de Farias era um típico representante dos “tenentes”, grupo de jovens oficiais militares que ainda na década de 1920 iniciaram uma carreira de longo e intenso envolvimento na vida política do país: participou da Coluna Prestes, da Revolução de 30, combateu com as forças federais contra os rebeldes paulistas em 1932, foi interventor federal no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1945, fez parte do grupo de oficiais que exigiram a renúncia de Getúlio. Desde então, passou a fazer parte da oposição ao ex-ditador e aproximou-se da UDN.

Em seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, declara que

[...] Situado na oposição ao governo Vargas, compartilhava, [...] dos temores acerca de uma possível pretensão continuísta do presidente, o que implicaria a supressão das eleições gerais marcadas para outubro de 1954. Assim, inscreveu-se como candidato ao governo de Pernambuco, aprovado pelo PSD e os partidos Democrata Cristão (PDC) e Libertador (PL). Se eleito, passaria a dispor de um importante ponto estratégico para desencadear no Nordeste um movimento contra Vargas³⁷.

Cordeiro de Farias, embora tendo sido apoiado integralmente pelo PSD local, foi lançado como candidato extra-partido, um nome capaz de atrair a UDN, na medida em que sua candidatura fazia parte de um conjunto maior de forças nacionais contra Getúlio Vargas. No entanto, a tentativa de união partidária não foi bem sucedida e a UDN, com algumas dissensões, lançou a candidatura de João Cleofas que recebeu o apoio das esquerdas e de Jarbas Maranhão que integrou a chapa udenista como candidato ao Senado e se elegeu. Cordeiro ganhou a eleição tendo recebido 239.315 (53,9%) dos votos, contra 204.216 (46,1%) dados a Cleofas.

O suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954, contudo, mudaria em muito a situação sócio-política do país.

GOLPE E CONTRAGOLPE EM 1955

Em um primeiro momento, o desenlace dramático da crise de agosto de 1954 desestabilizou

as pressões para subverter a ordem constitucional vigente em favor do grupo antigetulista, não apenas pela imensa comoção popular suscitada, mas também, por uma razão singela: a oposição virá a se instalar no governo na pessoa do sucessor legal de Vargas, o vice-presidente Café Filho.

Para a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República foi escolhido o general Juarez Távora, que acumulava o cargo de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional; e como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar. Para o Ministério da Aeronáutica, foi designado o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato duas vezes à Presidência da República (1945 e 1950) pela UDN e com proeminente atuação no movimento militar que exigiu a renúncia de Vargas. O almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, militar de destaque neste movimento, foi nomeado ministro da Marinha. A assinatura de todos esses oficiais constava no Manifesto dos Generais de 23 de agosto de 1954. É também entre os signatários desse Manifesto que o governo vai buscar o novo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott. Os ministérios civis incluíam políticos e personalidades públicas identificados com a UDN, como Raul Fernandes (Ministério das Relações Exteriores) e Candido Mota Filho (Ministério da Educação).

Para o Ministério da Fazenda foi escolhido o professor Eugênio Gudin, economista defensor intransigente de políticas financeiras ortodoxas. No entanto, de maneira geral, a situação econômico-financeira, com o vai e vem de medidas governamentais adotadas para paliar seus problemas, não varia substancialmente entre o governo de Vargas e o curto período de Café Filho. Foram, sobretudo, os impasses e antagonismos políticos, crescentes desde a redemocratização, que se faziam valer naquele momento³⁸.

No começo de 1955, Café Filho reafirmou a intenção do governo em realizar a eleição presidencial na data marcada, em outubro daquele ano. Antes, ele recebera do ministro da Marinha um documento assinado pelos ministros militares e por oficiais de prestígio das três armas, defendendo que a sucessão presidencial fosse tratada “em um nível de colaboração interpartidária” que resultasse

em um candidato único, civil e apoiado pelas Forças Armadas.

A UDN tenta articular uma solução de união nacional para a sucessão presidencial, por meio de uma candidatura com o PSD. Neste contexto, Etelvino Lins – forte do apoio do recém-eleito governador de Pernambuco, Cordeiro de Farias, um prócer do antigetulismo nacional e na sua aliança com uma parte expressiva dos udenistas do estado – tentou lançar o seu próprio nome, mas as articulações para um grande acordo interpartidário não evoluíram em nível nacional.

Em vez disso, PSD e PTB se unem em torno do nome do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, eleito em convenção do PSD, em 10 de fevereiro de 1955. Em abril, João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), é convidado para ser o vice na chapa de Kubitschek. A escolha do ex-ministro do Trabalho de Vargas, cuja “cabeça” fora pedida (e cortada) há pouco mais de um ano, para compor a chapa presidencial aumenta as chances eleitorais da aliança PSD-PTB. A UDN, com estreitos laços com setores militares e em coligação com partidos menores, escolhe o general Juarez Távora como seu candidato. A luta pela sucessão se dá explicitamente em torno de posições favoráveis ou contrárias ao getulismo.

Em 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República, tendo obtido 35,68% do total de votos. Juarez Távora, da União Democrática Nacional (UDN), teve 30,27%; Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), recebeu 25,77%; e Plínio Salgado, do Partido de Representação Popular (PRP), foi o último colocado, com 8,28% do total de votos válidos.

A candidatura de Juscelino teve um efeito peculiar no quadro político em Pernambuco. O PSD do estado, liderado por Etelvino Lins, opusera-se a seu nome. A ameaça da direção nacional daquele partido de caçar o registro de sua representação nacional leva-o a aceitar retirar a sua própria candidatura ao cargo de presidente da República. No entanto, a máquina pessedista local não demonstrou empenho na campanha da chapa PSD-PTB, de Kubitschek e João Goulart. O resultado é uma expressiva vitória do candidato da União Democrática Nacional em um estado onde até então havia predominado o PSD.

TABELA: AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM PERNAMBUCO EM 1955

Candidatos	Partidos	Votos	Porcentagens
Juscelino Kubitschek	PSD – PTB	163.919	38,1%
Juarez Távora	UDN	184.847	43,0%
Ademar de Barros	PSP	51.739	12,0%
Plínio Salgado	PRP	29.200	6,8%
Total válidos		429.705	

Fonte: *Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil*. Eleição de 1955³⁹.

Em campanhas na imprensa, a oposição ude-nista voltou a afirmar, como o fizera em 1950, que a eleição de Juscelino seria a “vitória da minoria”, uma vez que 64,32 % dos eleitores se haviam manifestados contra ele. No seu jornal, *A Tribuna da Imprensa* (16/10/2014), Lacerda desferia ataques ao presidente eleito: “Deve ser entregue o Poder ao usurpador, apenas porque ele teve o cuidado de mobilizar uns quantos votos, minoria da minoria?”

Em 1º de novembro, no enterro do general Can-robert Pereira da Costa, o coronel Jurandir Bizarria Mamede profere violento discurso – na presença do ministro da Guerra, general Teixeira Lott – pronunciando-se ampla e favoravelmente a um golpe militar. A crise precipita-se e se desenvolve em uma série de incidentes:

Em três de novembro o presidente Café Filho sofre um ataque cardíaco e é substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este último recusa-se a punir o coronel Bizarria Mamede, como havia solicitado o ministro da Guerra.

Lott pede demissão em protesto contra a “inclinação golpista” do novo governo. Na sua percepção, havia então graves indícios de que o presidente interino estivesse ligado aos que planejavam impedir a posse de Kubitschek e de João Goulart. Em 11 de novembro, antes de deixar o ministério, o general Lott põe os tanques nas ruas para garantir a posse dos eleitos. Carlos Luz é deposto, no que ficou sendo conhecido como um “contragolpe preventivo”.

Logo a seguir, em 22 de novembro, o Congresso aprova o impedimento do presidente da República, Café Filho. Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, assume o governo e, em 24 de novembro, obtém do Congresso a aprovação para decretar estado de sítio. Finalmente em 31 de janeiro de 1956 Juscelino Kubitschek toma posse e pede ao Congresso a abolição do estado de sítio. No dia seguinte, põe fim a censura à imprensa⁴⁰.

O objetivo de Lott era garantir as regras do processo eleitoral, mas a defesa da legalidade teve de ser efetuada pelo ato de um golpe militar. O fato em si denunciava a instabilidade da democracia vigente, naquele momento expressada pelo conflito entre o “movimento de 24 de agosto” e o “movimento de 11 de novembro”.

O regime trazia consigo eleições nacionais para presidente que tinham caráter quase plebiscitário e quando a balança eleitoral pendia contra aqueles excluídos da partilha do poder desde a redemocratização, em favor de candidatos que, via de regra, recebiam o apoio das massas urbanas – um novo e crescente eleitorado – levantava-se a resistência das forças conservadoras e uma parte consistente das Forças Armadas vinha a ser sensibilizada e mobilizada. Entre 1950 e 1961, o país conheceria três tentativas graves de golpe de Estado (e várias conspirações e pequenos levantes), todas elas relacionadas com problemas sucessórios. Observado todo o

seu desenrolar e visto assim, *ex post*, a instabilidade político institucional era a marca do regime.

O que havia de permanente era a existência de um núcleo importante dentro das Forças Armadas que reivindicava para si a legitimidade de intervir na vida pública, fora ou a despeito das normas constitucionais. Sublinhe-se aqui a notável continuidade do pessoal desse grupo, que não é de todo espantosa, dados os pequenos intervalos de tempo entre os diversos movimentos golpistas. Em contraste, as reações militares em defesa da democracia são combinações *ad hoc*, formadas ao sabor de circunstâncias ou do senso de oportunidade e da habilidade dos dirigentes políticos em foco.

A PRESIDÊNCIA DE JUSCELINO KUBITSCHKEK: UMA TRÉGUA DEMOCRÁTICA. SEUS EFEITOS EM PERNAMBUCO

Embora o governo de Juscelino Kubitschek tenha decorrido em clima conspiratório “endêmico” e de tensões permanentes no meio militar⁴¹ (conheceu pelo menos duas pequenas rebeliões e alguns atos graves de insubordinação), ele emerge como um período atípico de desenvolvimento econômico continuado e estabilidade política, no meio de dois governos que findaram abruptamente: o de Getúlio Vargas, com o seu suicídio, e o de Jânio Quadros, encerrado com sua renúncia. Tornar-se-ia assim o segundo presidente, desde 1945 e até o golpe de 1964, que conseguiu cumprir o seu mandato por inteiro.

Durante a presidência, Juscelino procurou manter vivas três vias de ação que contribuíram decisivamente para a sua estabilidade: política de valorização e cooptação das Forças Armadas; política de desenvolvimento industrial empenhada em atrair o capital estrangeiro, embora tenha mantido intactos alguns dos pressupostos definidos anteriormente por Vargas, como o controle estatal de áreas adotadas como essenciais pelo projeto nacionalista, tais como os setores de produção de energia petrolífera e hidroelétrica; e fortalecimento da aliança política entre o PSD e o PTB que reunia os interesses e o concurso de parte ponderável das elites políticas e econômicas, assim como mantinha em aberto o caminho da negociação com um movimento sindical (urbano) em crescimento. Ao mesmo tempo, não houve nenhum movimento do seu governo para efetivamente promover políticas destinadas a introduzir reformas sociais no campo ou qualquer outra iniciativa que afetasse o poder ou os interesses dos grandes proprietários de terra.

No entanto, durante o quinquênio da presidência de Juscelino Kubitschek vigorou um clima de tolerância democrática que facilitaria o desenvolvimento de iniciativas contestatórias e o fortalecimento de forças de esquerda. Nesse período o movimento das Ligas Camponesas tem os seus inícios; assim, como foi tolerada a ação aberta dos

comunistas, embora o Partido Comunista Brasileiro fosse mantido na ilegalidade.

Em 1950, o PCB havia se negado a apoiar qualquer candidato nas eleições que reconduziram Vargas ao poder, refletindo o momento de isolamento que vivia. Na verdade, fez oposição ao novo governo, até ser surpreendido pelo suicídio de Getúlio em agosto, de 1954. No ano seguinte, apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek. Em contrapartida, Luiz Carlos Prestes e os militantes comunistas voltam a aparecer na cena pública. O partido começou a participar de negociações políticas e das campanhas eleitorais em muitos estados e municípios. Mantinha também jornal e editora de livros. Em algumas circunstâncias, militantes comunistas disputavam eleições (sobretudo os pleitos proporcionais) através de outras legendas partidárias registradas, que os abrigavam.

Esse esforço de reintegração dos comunistas brasileiros na vida institucional do país ia de par com as mudanças que afetaram o movimento comunista internacional depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956. Naquela ocasião, as denúncias de Nikita Krushchev sobre o período de Stalin “atingiram em cheio a organização interna do partido, que se caracterizava por uma linha política de orientação stalinista”⁴². As Declarações de Março de 1958, documento que refletia o debate interno do PCB, “afirmavam que a contradição entre o proletariado e a burguesia não mais exigia uma solução radical, na etapa atual e que nas condições atuais do Brasil, o desenvolvimento do capitalismo interessa ao proletariado e a todo o povo brasileiro e que é possível chegar ao poder pela via pacífica”⁴³, uma nova postura programática do PCB que, em consequência, passou a defender a via eleitoral como estratégia para a conquista do Estado.

Neste contexto, em Pernambuco, uma mudança institucional veio a ter importância estratégica no reordenamento do quadro político no estado: foi sancionada pelo presidente Café Filho em janeiro de 1955, após ter sido aprovada pelo Congresso Nacional, a lei que concedia autonomia eleitoral para o Recife⁴⁴, permitindo aos eleitores da cidade elegerem seu prefeito através do voto direto, o que não ocorria desde o fim do século XIX⁴⁵. Dessa maneira, emerge um espaço político favorável à atuação para as forças de esquerda que haviam firmado uma presença de longa data na capital.

Em 3 de outubro de 1955, houve a primeira eleição para prefeito de Recife – até então nomeado pelo governador. Pelópidas da Silveira foi lançado candidato com o apoio da Frente do Recife, movimento popular que agrupava comunistas, trabalhistas, socialistas e partidários de outros segmentos, entre eles o PTB, o PSB e pequenas agremiações como o Partido Trabalhista Nacional (PTN), ligado ao PTB. Houve a tentativa de impugnar sua candidatura, sob a acusação de que

era comunista, mas o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) deu-lhe o registro por unanimidade. Finalizada a apuração, Pelópidas Silveira foi eleito prefeito do Recife com 81.499 votos; Antonio Alves Pereira ficou em segundo lugar com 23.322 votos; Alcides Teixeira teve 11.028 votos; e Paulo Germano Magalhães, apenas 6.049 votos⁴⁶.

A eleição de Pelópidas rompeu a rígida alternativa que prevalecia nas disputas eleitorais do estado, com fortes consequências políticas para o futuro imediato:

Com a eleição de Pelópidas Silveira em 1955 e a consolidação da Frente do Recife – a que ele deu consistência e densidade, governando com as forças populares e com elas mantendo diálogo permanente – a situação de Pernambuco começou a mudar. O confronto eleitoral deixou de ficar confinado às duas legendas conservadoras, tradicionalmente majoritárias no estado: o PSD e a UDN. Com o peso do Recife aumentando a cada pleito, em decorrência da urbanização acelerada e da progressiva unificação política da região metropolitana. Na mesma proporção em que diminuía a influência dos “currais” eleitorais do interior – esvaziados pelo êxodo rural e pela gradativa redução do “eleitorado fantasma”. Em decorrência da fiscalização exercida pelos partidos interessados e, em alguns casos, também pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário⁴⁷.

O governo de Cordeiro de Farias, iniciado em 31 de janeiro de 1955, passa a se confrontar com uma oposição ativa e forte, articulada em torno de uma administração dinâmica e popular que comandava a capital do estado, centro da maior concentração urbana do estado.

Por outro lado, na zona rural da mata, despontavam as primeiras organizações de trabalhadores do campo. O movimento que se tornou nacionalmente conhecido como “ligas camponesas” foi criado em 1º de janeiro de 1955 e autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Inicia-se no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, nos limites da região do Agreste com a Zona da Mata de Pernambuco. A propriedade congregava 140 famílias de foreiros nos quinhentos hectares de terra do engenho que estava de “fogo morto”. Essa iniciativa de organização camponesa, a que se juntaram várias outras, foram todas elas quase sempre objeto de perseguição e por vezes duramente reprimidas, pela administração estadual.

A adoção, em novembro de 1957, de um novo Código Tributário que acarretou considerável aumento de impostos fez crescer a oposição ao governo do general Cordeiro de Farias. Essa medida provocou um rompimento entre o governo e os empresários que, liderados pelo Centro das In-

dústrias de Pernambuco (sob a presidência de Cid Sampaio) e pela Associação Comercial, decretaram a paralisação das atividades industriais e comerciais em todo o estado. A iniciativa contou com forte apoio popular e com a solidariedade pública dos sindicatos de trabalhadores com sede em Recife, ocorrendo assim uma aliança inédita no estado: um manifesto assinado pela maioria dos dirigentes sindicais de Recife hipotecou “irrestrita solidariedade à greve do comércio com o apoio da indústria e à luta que vêm empreendendo contra o regime do escorço fiscal que se pretende implantar no estado de Pernambuco”.

A partir desses episódios, as forças oposicionistas estabeleceram com a Associação Comercial uma frente única das oposições, reunidas em torno da candidatura de Cid Sampaio para o governo do estado. Prestigiado por seu desempenho administrativo que recebia largo apoio da população, Pelópidas Silveira ocupou o lugar de vice-governador da chapa das “Oposições Unidas”. A senadoria coube a Barros de Carvalho, representando o PTB, partido sem muita expressão eleitoral em Pernambuco, mas que contava com a liderança do vice-presidente da República, João Goulart, e detinha forte bancada no Congresso Nacional. Nas eleições de 3 de outubro de 1958, Cid Sampaio teve estrondosa vitória, com uma vantagem de 120 mil votos sobre o seu principal opositor, Jarbas Maranhão. Considerada uma das mais devastadoras conquistas eleitorais registradas pela história de Pernambuco, sua vitória produziu importante mudança na situação política local, já que, pela primeira vez desde a redemocratização de 1945, o PSD perdeu o controle do governo.

Encerrada a eleição estadual, no bojo na vitória de Cid Sampaio, reforçara-se politicamente a Frente do Recife junto ao eleitorado da capital e nada mais natural que procurasse permanecer à frente da Prefeitura do Recife. Entre os que se destacaram na campanha para o governo do estado, incluía-se Miguel Arraes que fora líder da oposição ao governo Cordeiro de Farias e que também disputava sua reeleição para a Assembléia Legislativa. Entretanto, segundo Paulo Cavalcanti, “tão grande fora seu interesse pela vitória de Cid Sampaio que se descuidara de sua própria campanha, sendo derrotado”. Concluindo seu mandato em janeiro de 1959, foi nomeado secretário da Fazenda.

Embora Arraes tenha vindo de uma derrota na tentativa de reeleger-se deputado estadual, desde os primeiros meses de 1959, ele passou a ter seu nome articulado por setores ligados ao PCB e ao PSB para ser lançado candidato a prefeito. Confirmado o apoio da Frente do Recife à candidatura Miguel Arraes, as divergências entre Cid Sampaio e as correntes de esquerda não impediram que esta fosse aceita pelo governador que efetivamente participou da campanha. Registrado oficialmente pelo Partido Social Trabalhista (PST) e apoiado

por um sistema de alianças que incluía o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), os socialistas e os comunistas, Arraes foi vitorioso com 82.812 votos contra 57.331 dados a Antonio Alves Pereira, candidato do Partido Rural Trabalhista (PRT) e do Partido Trabalhista Brasileiro PTB. Toma posse em 15 de dezembro de 1959⁴⁸.

Fortalecia-se a presença da esquerda no cenário político estadual, renunciando a polarização entre forças progressistas e conservadoras em todo o país e que antecedeu o golpe militar de 1964. No entanto, naquele momento, a segunda vitória da Frente do Recife significava, sobretudo, a reafirmação do apoio popular a um novo estilo de administração dinâmica e participativa visando transformações políticas e econômicas que vinham mudando a paisagem da capital pernambucana.

Assim como ocorrera com Pelópidas Silveira, Miguel Arraes passou a desenvolver uma ação administrativa voltada, sobretudo, para as camadas mais pobres da população recifense. Empreendeu obras de infraestrutura, promovendo a abertura e o alargamento de ruas e avenidas, ampliando as áreas servidas por transportes coletivos, e a urbanização dos mocambos. Deu continuidade ao modelo de gestão democrática introduzido pelo seu antecessor, envolvendo as associações de moradores e lideranças locais na identificação dos problemas específicos e mais urgentes de cada comunidade, ao mesmo tempo em que as redesenhava no espaço público da capital. Atraiu dessa maneira, não apenas o apoio das camadas marginalizadas da população, mas também a simpatia de largos setores da classe média.

No entanto, o projeto que se destacou como a marca de sua administração foi o da criação do Movimento de Cultura Popular, fundado simbolicamente em 13 de maio de 1960. O MCP, como era conhecido, desenvolveu intenso trabalho de alfabetização de crianças e adultos, em uma população que tinha mais da metade de analfabetos entre os maiores de quinze anos; além de apoiar toda gama de manifestações da arte popular regional, muitas delas já então praticamente desaparecidas. Particularmente notável foi a capacidade do Movimento para sensibilizar e mobilizar intelectuais, artistas, educadores, profissionais liberais e entidades estudantis – pessoas e grupamentos os mais diversos – na execução de seu programa.

De sua parte, Cid Sampaio rapidamente se distanciou das correntes de esquerda e estreitou os vínculos com os setores mais conservadores do seu esquema de alianças, provocando tensões e finalmente o rompimento com a Frente do Recife. A sua administração tentou adotar uma política de desenvolvimento para o estado – onde, através de incentivos fiscais e outras políticas de favorecimento –, procurou atrair, sem muito sucesso, novos e mais modernos empreendimentos industriais para

Pernambuco. Em linhas gerais, manteve uma postura de convivência democrática com as oposições, sobretudo quando comparado ao comportamento do situacionismo pessedista recente. Apesar dos conflitos políticos e sociais que se ampliaram. Durante o seu governo, ocorreu uma multiplicação de ligas camponesas em Pernambuco e aumento do número de choques entre trabalhadores e pequenos proprietários com latifundiários.

Na eleição presidencial de 1960, Cid Sampaio e a Frente do Recife (tendo agora Arraes como seu protagonista) ficaram em terrenos opostos. O primeiro apoiou o candidato udenista Jânio Quadros e foi um dos articuladores da escolha de Milton Campos para a vice-presidência nessa chapa, enquanto o segundo aderiu à chapa Henrique Tei-

xeira Lott-João Goulart, lançada pela coligação PSD-PTB, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outras forças e personalidades de esquerda. Jânio foi vitorioso por larga margem nesse pleito: com 5.636.623 (48,30%) de votos, contra 3.846.825 (32,97%) dados a Lott e 2.185.709 (18,73%) a Ademar de Barros ⁴⁹.

Jânio Quadros ganhou também folgadoamente em Pernambuco (cf: Tabela 2). A Constituição de 1946 previa votação em separado para a vice-presidência, o que possibilitou a reeleição de João Goulart para o cargo. Goulart derrotou o udenista Milton Campos, companheiro de chapa de Jânio Quadros, por uma margem relativamente pequena de 300 mil votos.

TABELA: AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM PERNAMBUCO EM 1960 ⁵⁰

Pernambuco			
Candidatos	Partidos	Votos	Participação
Jânio Quadros	PTN	226.211	50,7%
Teixeira Lott	PSD	185.136	41,5%
Ademar de Barros	PSP	34.626	7,8%
Total válido		445.973	

Assim como Getúlio Vargas em 1951, Jânio sucede a um presidente regularmente eleito e em ambiente de estabilidade política ⁵¹. Nessa eleição de 1960, observa-se curiosa inversão de papéis entre as forças em presença. Enquanto grupos nacionalistas, trabalhistas e esquerdistas atraíram a peça fundamental de sustentação militar de JK, o general Henrique Teixeira Lott, para que se tornasse seu candidato, as oposições lideradas pela UDN foram em busca de um líder de expressão popular – o governador de São Paulo, Jânio Quadros – com o objetivo de ganhar as eleições.

Diferentemente de Juscelino, portanto, Jânio não sofria restrições dos militares. A sua candidatura havia recebido larga adesão dos setores “golpistas” e ele veio a preencher vários postos de comando importantes com lideranças desse contingente. No entanto, não dispunha de apoio parlamentar. No Congresso, o bloco PSD-PTB ainda tinha maioria, assegurada nas eleições de 1958.

Desde o início, Jânio procura transmitir à população a idéia de que, sob seu comando forte e decisivo, o governo se caracterizaria por um dinamismo peculiar que levaria a eficiência e a moralidade às áreas as mais diversas da administração. Adota medidas contra a corrupção com grande alarde publicitário, restringe direitos do funcionalismo público e de militares, extingue cargos em representações diplomáticas. Em março – reagindo à inflação e aos problemas financeiros advindos da administração JK – anuncia uma reforma cambial que limita radicalmente as condições de financiamento para o empresariado nacional e

que favorece os credores internacionais. Em direção diversa, semanas depois, assina uma resolução restituindo as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional e anulando contratos de exploração por empresas estrangeiras. A essas iniciativas, acrescenta uma política externa independente, em que buscava se aproximar do bloco socialista. Em 25 de agosto, dizendo-se pressionado “por forças terríveis”, renuncia ao cargo, mergulhando o Brasil em grave crise institucional e tentativa de golpe de Estado ⁵².

OUTRA TENTATIVA DE GOLPE

Na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart se encontrava em viagem à China Popular. Correm rumores de um possível golpe militar para impedir a sua posse. Ainda em 25 de agosto, surgiram manifestações populares nas principais capitais, algumas em favor de Quadros, outras em defesa da posse de Goulart. Como determinava a Constituição, a presidência da República foi ocupada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático (PSD) de São Paulo, o segundo na linha sucessória.

Em 26 de agosto, o país amanhece em estado de sítio não oficial. Na prática, o poder havia sido tomado pelos três ministros militares – o general Odílio Denys, ministro da Guerra; o brigadeiro Gabriel Grün Moss, de Pernambuco, ministro da Aeronáutica; e o almirante Silvio Heck, ministro da Marinha. Estes declararam de pronto o estado de

sítio com o argumento de impedir manifestações públicas. O país passou a viver uma reencenação do novembro de 1955: entravam em choque duas concepções de legalidade: na noite de 25 de agosto, o marechal Lott divulga um manifesto manifestando o seu “repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à nação”⁵³. No dia seguinte, Leonel Brizola, governador trabalhista do Rio Grande do Sul, lança também manifesto que representou o início do que veio a ser conhecido como a “Campanha da Legalidade”, um movimento de resistência política à iniciativa golpista dos ministros militares.

A “Campanha da Legalidade” se organizava e se estendia a várias cidades do país e contou com a adesão de diversos setores da população. Ainda em 27 de agosto, os estúdios da rádio Guaíba (Rio Grande do Sul) são tomados pela Guarda Civil e ficam à disposição do governo Brizola. A rádio se tornaria “sede” da Cadeia Radiofônica da Legalidade, que nos próximos dias seria composta por “cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas”⁵⁴. O movimento viria a ser reforçado pela adesão do comandante do III Exército que rompe com o ministro da Guerra, passando a defender a posse de Goulart.

Os setores civis favoráveis aos ministros militares também agiam. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, partidário do golpe, censura os meios de comunicação e manda ocupar as rádios, ocupa as oficinas do *Última Hora* (ligado ao trabalhismo). Só um jornal seria poupado da censura: a *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador⁵⁵.

Em 30 de agosto, os ministros militares divulgaram manifesto à nação⁵⁶. Nele, deixavam claro que João Goulart era agente da subversão no país e que, fator obviamente agravante para a segurança nacional, mostrava-se abertamente identificado com o comunismo internacional.

O Congresso não agia, refletindo, de certa maneira, o impasse político que se armara entre os “legalistas” respaldados por um segmento importante do Exército e boa parte da opinião pública; e o alto comando das Forças Armadas, chefiando os outros três Exércitos e apoiado pelas forças conservadoras (UDN, empresariado, setores da classe média urbana), sem falar da classe política tradicional, sempre intimidada em momentos como esse⁵⁷.

Logo surgiram formuladores de compromissos, destacando-se entre eles Tancredo Neves. Este último vai ao encontro de João Goulart ainda fora do país e negocia uma solução. Em 2 de setembro, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 que garantiu a posse de Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista no país, limitando, portanto, o poder do presidente, prevendo para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade do novo regime.

Em Pernambuco, Cid Sampaio, udenista, via com maus olhos a Presidência chegar às mãos de um prócer getulista, depois da expressiva vitória eleitoral de Jânio a quem emprestara o seu prestígio no estado; no entanto, em público, adotou posição prudente, à parte das manifestações estridentes dos setores golpistas mais radicais do seu partido. Por outro lado, Arraes e seus aliados pronunciaram-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart e opuseram-se ainda à implantação do regime parlamentarista no país como fórmula conciliatória para garantir a ascensão de Goulart ao poder. De certa maneira, no período seguinte, ocorreu um processo de radicalização política em Pernambuco e no conjunto do país.

A solução do parlamentarismo é considerada por muitos como sinal de recuo dos militares diante de vasto movimento nacional. A emenda lhes teria servido como uma saída honrosa. No entanto, poder-se-ia igualmente argumentar que o inesperado da renúncia de Jânio houvesse apanhado desprevenidos os militares “golpistas”. A crise surgira tão subitamente que “impediu o processo ‘democrático’ da formação de opinião entre o corpo de oficiais”; e que “os ministros militares hajam superestimado a lealdade de seus comandantes regionais”⁵⁸.

Por sua vez, o grupo golpista mostrara-se com o seu núcleo preservado, constituído pelos mesmos oficiais de outras iniciativas conspiratórias e reunidos pelas mesmas convicções tão claramente expressas no Manifesto de 30 de agosto de 1961: a de que estavam engajados em uma luta maior contra o comunismo internacional e o que eram os supremos e permanentes guardiões da ordem e da segurança nacional, acima de todo e qualquer governo, mesmo daqueles que haviam sido legitimamente constituídos⁵⁹.

Seja como for, aquele foi marco decisivo de um processo de radicalização política que se esboçava no conjunto do país. Em Pernambuco, ele assumiria caráter bem definido com a disputa eleitoral para o governo do estado em 1962 e a vitória de Miguel Arraes.

A ELEIÇÃO DE MIGUEL ARRAES AO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O desempenho das administrações sucessivas de Pelópidas Silveira e de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife foi decisivo para a consolidação da Frente do Recife, como força política hegemônica na capital o Estado. Na trilha desse processo, ainda em 1961, começou a ganhar corpo a candidatura de Arraes para suceder a Cid Sampaio no governo de Pernambuco. No entanto, para que esse propósito se efetivasse, estimava-se que era necessário juntar-se a outros setores da oposição a Cid que, isoladamente, também não teriam êxito se arrissem uma candidatura independente.

Ex-pessedista, tendo o hábito e a habilidade das negociações políticas, Arraes consegue atrair para compor a sua chapa, como seu vice-governador, o deputado Paulo Guerra, uma liderança do PSD, grande proprietário de terra. Somaram-se a ele, os senadores José Ermírio de Moraes e F. Pessoa de Queiroz “que preteriram na oposição o jornalista e ex-governador Barbosa Lima Sobrinho, candidato lançado em faixa própria pelo PSB – eram grandes empresários e contribuíram decisivamente para viabilizar a campanha de Arraes”⁶⁰.

A aliança vitoriosa que lhe deu a governança do estado nas eleições de 1962 foi assim, ampla e heterogênea. No dizer de Fernando Coelho⁶¹:

ela formava um arco que ia de antigos e ultraconservadores coronéis do interior e outros representantes das oligarquias rurais – na maioria ligadas ao PSD e, adversários tradicionais, em cada região, das oligarquias ligadas à UDN e aos comunistas e socialistas. Com uma base urbana expressiva de formadores de opinião, sem filiação partidária, originados da Universidade, de sindicatos, de movimentos religiosos, de entidades de classe, de clubes de serviços, de associações de bairros e inúmeros

outros setores da sociedade civil. Incorporando, inclusive, áreas da classe média eleitoralmente importantes, que não haviam participado das campanhas políticas anteriores mas que se engajaram naquele ano, após compararem a contribuição que cada um dos candidatos poderia trazer ao progresso do Estado e à melhoria das condições de vida do povo.

Em contrapartida, montou-se poderosa máquina eleitoral a favor do usineiro João Cleofas de Oliveira, candidato de Cid Sampaio, do ex-governador Etelvino Lins e de outras lideranças estaduais do PSD e da UDN. A campanha eleitoral foi marcada pela radicalização ideológica da parte dos situacionistas que recorreram a um discurso violentamente anticomunista contra a candidatura adversária, com o reforço do poder econômico e financeiro, inclusive de organizações como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), cujo vínculo com o governo americano, através da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, foi posteriormente demonstrado⁶². Apesar disso, no pleito de 3 outubro de 1962 Miguel Arraes foi eleito governador obtendo 264.499 votos contra 251.146 dados a seu opositor.

TABELA: RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR DE PERNAMBUCO EM 1962

Candidatos a governador do estado	Votação	Percentual
Miguel Arraes	264.499	47,92
João Cleofas	251.146	45,50
Armando Monteiro Filho	36.340	6,58

Banco de dados do Superior Tribunal Eleitoral⁶³

A história dos 13 meses de governo de Miguel Arraes – abruptamente interrompido pelo golpe de 64 e o seu encarceramento – inscreve-se na História do Brasil, fixou o seu nome no imaginário de toda uma geração no Brasil. É difícil descrever, para os olhos contemporâneos o significado da extensão do salário mínimo e do 13º mês aos trabalhadores rurais de Pernambuco, assim como o livre exercício das suas atividades sindicais. Também constituía medida pioneira, a celebração de um acordo entre os trabalhadores e os plantadores estabelecendo um código disciplinador das tarefas no campo, impedindo assim que, ao ser decretado reajuste de salário por parte do governo federal, os empresários modificassem os padrões ou medidas das tarefas, anulando na prática o benefício ao qual o trabalhador tinha direito. Colocar a “polícia a serviço da lei, dando ao Judiciário condições de independência para dirimir os conflitos de sua competência, até então decididos na casa-grande dos engenhos, nos escritórios das usinas e nas

delegacias da Secretaria de Segurança Pública”⁶⁴ passava, à época, por ações revolucionárias. Assim como a extensão da concessão do crédito agrícola aos pequenos proprietários e mesmo aos “foreiros” em um programa executado em colaboração com a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil.

Para os grupos dominantes e antigos donos do poder essas iniciativas eram intoleráveis. Dispondo de recursos e do apoio da mídia puseram em ação violenta e incessante campanha de acusações contra o governo do estado, onde se misturava o ataque ideológico e a mistificação dos fatos. Procurava caracterizar a experiência em Pernambuco como a de um movimento comunista em marcha, o embrião de uma nova Cuba, cujo novo regime era motivo de apreensão por parte do governo americano e dos elementos conservadores no país como um todo e na América Latina:

Articulada com os núcleos civis e militares que já tramavam o golpe, a oposição transmitia interna

e externamente uma visão distorcida da realidade, para atingir Miguel Arraes e facilitar a execução do projeto nacional de direita⁶⁵.

1962-1964: A CRISE DO REGIME E O SEU DESFECHO

O movimento golpista de agosto de 1961, que durou pouco mais de uma semana, saldou-se em um compromisso: a adoção do regime parlamentarista. Dava-se posse ao vice-presidente eleito pelo antigo sistema, mas com poderes reduzidos. Se a fórmula vingasse, no longo prazo excluía-se as grandes eleições nacionais para a chefia de um Executivo forte e criava-se a possibilidade institucional de neutralizar a força de maiorias eleitorais pouco confiáveis, restringindo-se a política a círculos menores (partidos, parlamento) onde se poderia, inclusive, negociar ou mesmo atender aos eventuais vetos militares.

No entanto, inaugurado em setembro de 1961, o parlamentarismo duraria apenas 16 meses e o país volveria à situação institucional anterior. Em 6 de janeiro de 1963, em plebiscito antecipado, 11.500.000 dos 18 milhões de eleitores compareceram à votação, confirmando a opção pelo regime anterior por larga margem (proporção de 10 votos a favor da volta do presidencialismo para cada voto contra) e devolvendo assim o mandato presidencialista a João Goulart. Todavia, os conflitos entre as forças políticas e sociais mobilizadas havia tornado o sistema mais instável.

A extensão atingida pela Campanha da Legalidade simbolizava uma mudança de escala nos embates políticos e facilitara a criação e expansão de movimentos organizados. A presença de um trabalhista à frente do governo central, tornava mais difícil a repressão de atividades sindicais, que começavam também a ganhar as zonas rurais, onde havia grande número de assalariados, como na região açucareira de Pernambuco; o que afetava diretamente e assustava os setores mais atrasados e também mais fragilizados economicamente das classes proprietárias.

A questão da posse da terra faz a sua entrada na política nacional. Surgiam organizações camponesas que levantavam a questão da distribuição da terra, e exigiam reforma agrária. Esta era vista por muitos não apenas como instrumento de justiça social, mas também como estímulo necessário à expansão das forças produtivas em uma agricultura sufocada em muitas regiões do país pelo latifúndio.

A questão do desenvolvimento econômico tornava-se novamente centro de discussão política que alcançava uma esfera pública ampliada e assumia recortes ideológicos mais nítidos e conflitantes diante de problemas crônicos e interligados da economia do país: as limitações de sua capacidade de importação para desenvolver sua indústria,

o endividamento externo, o déficit público, cujo crescimento se acelerara desde o governo JK e as pressões inflacionárias resultantes, com a insatisfação social que lhe era associada.

As pressões dos credores estrangeiros, sobretudo americanos, e das instituições financeiras públicas ou privadas a eles associadas, exigiam medidas de austeridade que atingiriam, sobretudo, a grande massa assalariada, cujas organizações sindicais eram próximas do novo governo. Essas pressões exacerbavam também reações de grupos e personalidades progressistas que passavam a preconizar, por exemplo, medidas visando disciplinar o capital estrangeiro, limitando a evasão dos lucros, ou defendendo reformas sociais distributivistas que trouxessem mais autonomia e recursos para a grande massa trabalhadora. Assim como Miguel Arraes, uma nova camada de políticos emergia: parlamentares federais e estaduais, prefeitos e uns poucos governadores, que postulavam políticas nesse sentido, assim como mudanças nas estruturas sociais.

Em meio a esse conflito, o governo ainda procura uma via próxima do convencional para lidar com uma situação econômica que apresentava dificuldades crescentes no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos. Em 30 de dezembro de 1962, foi divulgado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – elaborado por Celso Furtado, futuro ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico, e conduzido pelo ministro da Fazenda, San Tiago Dantas – que procurava, no curto prazo, estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário. No rastro dessas medidas, o Plano também antecipava uma possível vinda de capitais externos – em razão da estabilização econômica –, um aumento das exportações e a execução de novas medidas tributárias, com a proposta de impostos específicos para os contribuintes com altas rendas.

O Plano Trienal fracassou quase desde o começo: por um lado o governo não obteve resultados muito favoráveis com investidores e credores norte-americanos, como pôde constatar o ministro da Fazenda quando de sua visita a Washington, no começo de 1963. Por outro lado, sem conseguir conter o aumento de preços, premido por seus apoios trabalhistas, pela massa de funcionários públicos e até pelos militares que reclamavam da corrosão de seus soldos, o governo promove renegociação e aumento dos salários desde o mês de abril do mesmo ano. Em outubro, tenta mais uma vez um plano de estabilização e combate da inflação – pela mão de um novo ministro da Fazenda, o conservador Carvalho Pinto – igualmente sem obter resultados.

Em meio a essas dificuldades, o país atravessava período de extrema vitalidade política, onde lideranças de sindicatos, de partidos, elementos de

todos os espectros políticos debatiam suas teses ou trocavam insultos na imprensa, nas organizações de classe, no parlamento e até dentro de um mesmo partido. O debate político chegou a envolver segmentos da suboficialidade nas Forças Armadas que, organizados em associações, passaram a vocalizar reivindicações corporativas, entre elas, o direito ao voto do qual eles estavam legalmente excluídos.

Vale lembrar que o manifestar de movimentos sociais ou grevistas, a simples balbúrdia política e, obviamente, as manifestações do suboficialato, em um ambiente de tolerância democrática, era recebido com suspeição por muitos setores, notadamente entre os militares, que em tudo viam uma porta de acesso para a infiltração comunista e a expansão de atividades subversivas.

E havia o espectro da Revolução Cubana. Em 1961, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com Cuba e Fidel Castro se aliava ao bloco socialista, o que faz aumentar, em muito, o interesse do governo norte-americano pela América Latina. Expandem-se os programas de assistência americanos. Entre 1962 e 1973, período que corresponde a quase toda a vigência da Aliança para o Progresso, programa de desenvolvimento para a região criado pela administração Kennedy, o total de assistência se eleva a US\$ 2,439 bilhões (dos quais US\$ 259,9 milhões para o setor militar) no período 1962 – 1973. Note-se que 42% da ajuda (US\$ 108,4 milhões) se encontram entre os anos de 1962 e 1965 ⁶⁶.

Ao mesmo tempo, intensifica-se o monitoramento da situação interna e as interferências diretas na política nacional por meio de organizações dirigidas por aliados internos. Isso ficou patente, sobretudo, durante a campanha eleitoral de 62, e não apenas em Pernambuco, quando se viram multiplicadas as ações de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, dirigido pelo general Golbery, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD – que recebiam financiamento dos EEUU –, na orientação e financiamento de certos candidatos. Este núcleo civil esteve também articulado à extrema direita, organizados em movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação particularmente junto ao movimento estudantil, então bastante influente.

O país vivia, portanto, em efervescência de conflitos sociais, discussões ideológicas, disputas vigorosas, muitas vezes violentas. O desfecho final se daria com o golpe militar de 31 de março de 1964. Ao descrever seu desencadear, o senso comum fixou alguns incidentes que permaneceram como expressões de seus antecedentes imediatos:

– O comício de 13 de março na Central do Brasil em que João Goulart discursou para 150 mil pessoas, anunciando reformas sociais de exten-

são e diversidade desconhecidas até então: desapropriação de terras por interesse social, uma nova lei do inquilinato com base no salário mínimo, a abertura do voto aos analfabetos;

– A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra o governo Goulart, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) e a Sociedade Rural Brasileira (SBR), entre outras entidades, realizada em 19 de março no Rio de Janeiro;

– A Revolta dos Marinheiros, no dia 25 de março, quando marinheiros e fuzileiros navais, depois de se reunirem em assembleia reivindicativa, contrariando o regulamento militar e ordens ministeriais, foram anistiados por Goulart. Incidente agravado, dias depois (30 de março) pela presença do presidente em uma reunião de 3000 sargentos, discursando em prol das reformas pretendidas pelo governo e invocando o apoio das Forças Armadas. Um dia depois, inicia-se em Juiz de Fora, o movimento militar que o depôs praticamente sem resistência ⁶⁷.

Desta feita, as Forças Armadas não imprimiam a sua iniciativa um caráter de veto corretivo, gesto talvez análogo ao do poder moderador, figura constitucional do Império. Vinham emprenhadas da força fundadora de um novo regime. Julgue-se por esses trechos marcantes de seu Primeiro Ato Institucional:

[...] O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das forças armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória.

A DEPOSIÇÃO E A PRISÃO DE ARRAES

O general Olímpio Mourão Filho iniciou a sua marcha que marca o desencadear do golpe militar

em direção ao Rio de Janeiro, na madrugada de 31 de março de 1964. No entanto, o seu desfecho em Pernambuco, com a deposição e a prisão do governador Miguel Arraes, iniciar-se-ia mais de 24 horas depois, no fim da manhã de 1º de abril. Leia-se o testemunho de Celso Furtado que esteve presente ⁶⁸:

[No fim da manhã do dia 1º de abril] voltei rapidamente ao palácio e pude perceber que Arraes estava a portas fechadas parlamentando com um grupo de oficiais. Como também participava o prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, decidi empurrar a porta e aproximarme. Arraes chamou-me para que me sentasse a seu lado. À sua esquerda, estavam três oficiais do Exército em traje de campanha, dois coronéis e um tenente-coronel – identifiquei o coronel João Dutra de Castilho, comandante do 14º Regimento de Infantaria; a seu lado estava o vice-almirante Augusto Rodrigues Dias Fernandes, comandante do III Distrito Naval; e, um pouco afastado, havia um major do Exército.

O vice-almirante dizia que estavam ali solicitando a cooperação do governador. [...] As condições do IV Exército eram a entrega da polícia militar e o controle de toda situação, devendo o governador, ademais, interceder junto ao presidente [João Goulart] a fim de que este “mudasse a sua política”. No fundo, queriam que Arraes renunciasse às suas prerrogativas e ainda se apresentasse diante da opinião pública nacional como apoiando, ou pelo menos “justificando, o comportamento dos insurretos”.

Arraes respondeu que não podia parlamentar, senão na condição de governador. Como político, e mesmo como cidadão, não tinha ele condições de sobreviver caso não defendesse o seu mandato até o fim. Era pai de nove filhos, e estes não o respeitariam se não defendesse suas prerrogativas de mandatário do povo que nele votara.

[...] Ficou claro então, para mim, que o objetivo deles era neutralizar Arraes, sem pagar nenhum preço diante da opinião pública. [Em] conversa anterior, haviam dito que a substituição de Arraes seria obtida na Assembleia estadual, caso ele não aceitasse as condições que estavam sendo impostas.

[...] À saída dos militares, havia grande nervosismo no palácio, pois tropas do Exército tinham cercado a área enquanto se parlamentava. As notícias eram todas muito ruins [...] Às 13 horas, o Repórter Esso local informou

que o IV Exército acabava de convidar o vice-governador para assumir, sendo iminente a saída do governador. Arraes sentou-se e gravou uma última proclamação, afirmando que não abandonara o mandato e que confiava na vitória das forças democráticas.

Logo em seguida, anunciaram a aproximação de dois oficiais, o coronel João Dutra de Castilho, que estivera parlamentando, e um tenente-coronel. [...] O rumor era de que vinham prendê-lo [Arraes]. A certa distância, o coronel Castilho parou e disse em voz alta: “Governador, o senhor está deposto por ordem do IV Exército”. Arraes respondeu: “Deposto, não. Poderei estar preso”. O coronel, como surpreendido, contestou: “O senhor está livre, podendo dirigir-se a qualquer parte do país ou do estrangeiro”. Arraes retomou: “Ninguém pode retirar o meu mandato que me outorgou o povo. Considero uma desatenção que me hajam cercado enquanto conferenciávamos a portas fechadas”. O coronel, sempre meio desorientado, respondeu: “Não houve cerco, apenas mudança de guarda. O senhor pode se retirar para a sua residência”. Arraes deu uns passos à frente, como se fosse sair. Violeta [sua irmã] fez um gesto desaprovando. Ele recuou e disse: “Aqui é minha casa, só saio preso”. O coronel respondeu, em tom conciliador. “Perdoe-me, não sabia que esta era a sua residência. Pode permanecer”. E retirou-se.

[...] Eram 16 horas quando se anunciou a vinda de um oficial. [...] Eu acompanhava pela janela a cena de pantomima militar em torno do palácio, e quando me voltei vi que estava na sala um capitão do Exército, acompanhado de um tenente que empolgava uma metralhadora e de um praça que trazia um fuzil de baioneta calada. Arraes estava no banheiro. Quando saiu, recebeu ordem de prisão.

Foi prisioneiro 13 meses, condenado a 23 anos de prisão à revelia pelo Tribunal Militar de Recife e exilado por 14 anos ⁶⁹.

UM REGISTRO HISTÓRICO: CARTA DE MIGUEL ARRAES, ENVIADA DE SUA PRISÃO A DOM HÉLDER CÂMERA.

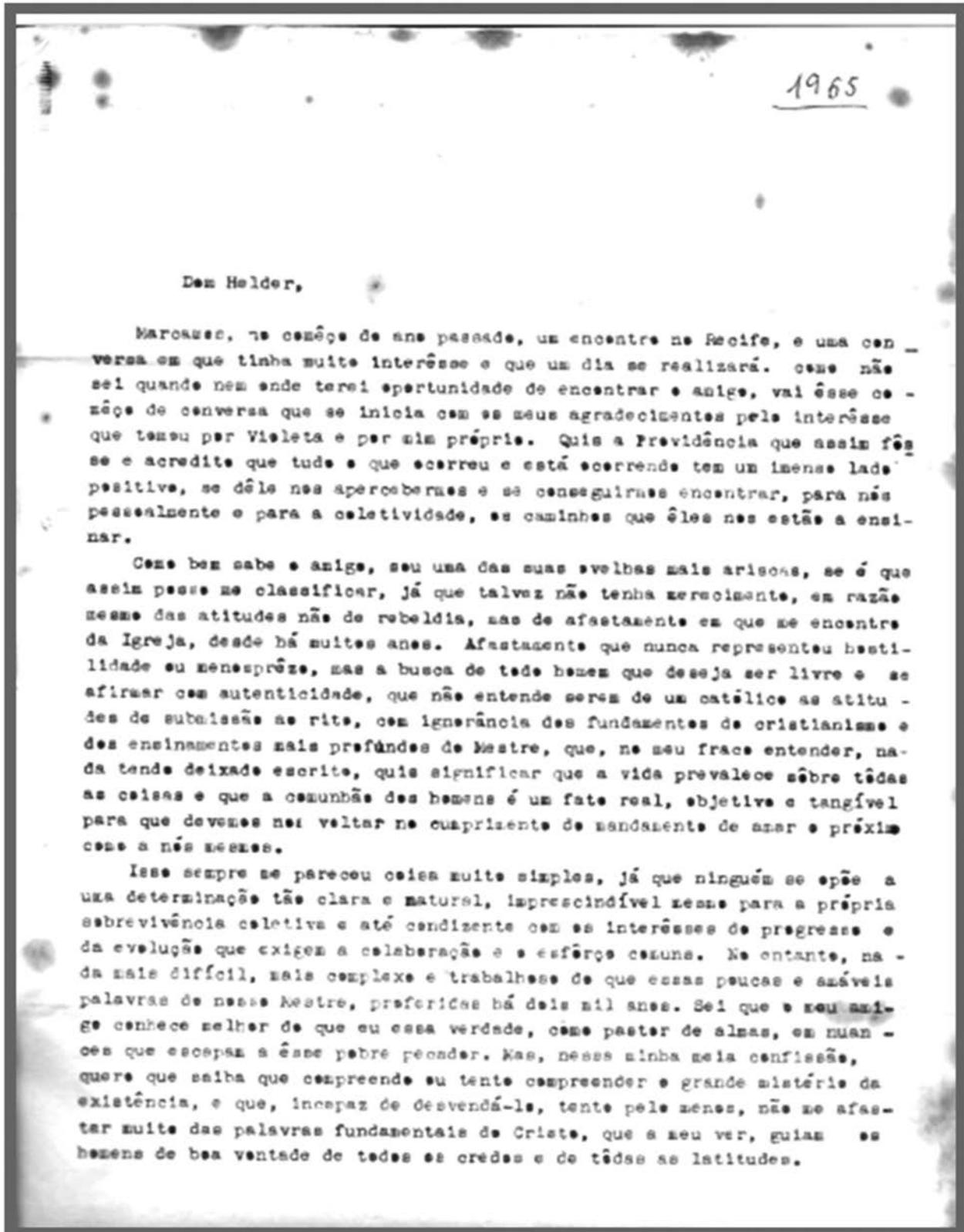
Deposto, Miguel Arraes foi encarcerado no 14º Regimento de Infantaria do Recife, sendo logo a seguir conduzido para a ilha de Fernando de Noronha, onde ficou preso por onze meses. Posteriormente, foi transferido sucessivamente para as prisões da 2ª Companhia de Guardas da 7ª região Militar do Exército e do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, ambas no Recife; e, finalmente, para Fortaleza de Santa Cruz, no Rio

de Janeiro.

A carta publicada em fac-símile, a seguir, datada de 18 de março de 1965 foi escrita durante a sua

prisão no Corpo de Bombeiros de Recife, situado na Avenida João de Barros⁷⁰.

Carta de Miguel Arraes de Alencar a dom Helder Câmara, datada de 18 de março de 1965 e escrita no Quartel dos Bombeiros no Recife-PE.



Se bem que sempre tenha assim pensado e procurado agir, jamais o disse de público, nem dissei, por entender que não tenho o direito de explorar esses sentimentos num sentido político, nem de invocar em vão as coisas sagradas, mas tentei conversar com alguns sacerdotes sobre as minhas dúvidas e preocupações interiores, que não posso separar da minha atividade pública, de minha ação política e de que penso a respeito das soluções para os angustiantes problemas de nosso povo. Confiava, porém, que, por motivos que não consigo apreender, talvez mesmo pela meu pouco hábito de falar e pelo costume de viver só, não encontraria receptividade de alguns com quem tentei, sincera e honestamente, de bater esses assuntos para me ajustar àquilo que me parecesse condizente com os meus sentimentos mais profundos e que espera resposta. Na verdade, sempre fui peste de quarentena por alguns, que, segundo creio, supunham, como é usual, se tratasse de simples manobra ligada aos interesses mais imediatos da vida. Fique certo de que compreendi muito bem essa atitude e a compensei com a de outros católicos que, sem as responsabilidades ferreas daqueles com quem falei, sempre representaram, junto a mim, testemunhas vivas da fé no Cristo e nas suas palavras, testemunhas que já mais foram traduzidas em palavras, mais em atos e num comportamento que me anima a acreditar na humanidade e nos seus destinos, malgrado as dificuldades ocasionais e os sofrimentos a que somos submetidos. Não devo, aqui, é claro, citar nomes, mas não poderia deixar de acrescentar, para que não pareça uma reclamação contra os sacerdotes, que muitos dentre eles, têm o seu testemunho senão das coisas de que falei e que, apenas, não aliavam às qualidades que possuem, outras condições que me permitissem também tratar das minhas dúvidas pessoais.

Soube que o amigo, conhecedor da alma humana, entende útil, sob esse aspecto, isto é, pelo lado da necessidade de meditar não só no quotidiano, mas, também, nas coisas mais definitivas e duradouras, a minha prisão. É possível que ela tenha realmente servido para isso, espécie de retiro espiritual imposto pelo IPR do Quarto Exército. Estaria mais satisfeito, entretanto, se a obrigação me tivesse sido imposta pelo Arcebispo da Diocese, depois de verificar, pessoalmente, que essas preocupações eram insuficientes e precisavam ser reavivadas. Acredite que, se assim fosse, já estaria em liberdade ou não chegaria a ser preso além dos 3 ou 4 dias dos retiros comuns. Creio, entretanto, que o grande benefício que recebi, em tudo isso, reside na oportunidade de viver a injustiça e de entrever e temer, de olhar de perto a intolerância e de pôr à prova a minha capacidade de não odiar, coisa que, tendo nascido na Arraípe, nem sempre é fácil praticar nas exatas condições determinadas pelo Cristo.

Ne entanto, tente fazê-lo, procurando compreender que muitos não sabem e que fazem. Lembre-se sempre, por outro lado, de que muitos outros estão como eu e, no meio deles, o meu amigo e homem da Igreja, Padre Francisco Lage, que sofreu talvez mais injustiças e que merecia muito menos a carga de intolerância, de cegueira e de incompreensão que se abateu sobre ele.

Tenho também meditado muito a respeito das coisas de nessa terra e penso às vezes, que, se conseguir sair da cadeia, estarei com minhas contas pagas e liquidadas, sendo de meu dever, então, cuidar da família, dos filhos, que são muitos, de educá-los e de procurar encaminhá-los na vida, para terminar minha missão na terra. Para mim e para eles, seria mais cômodo esse caminho, já que não ambiciono cargos ou posições e sempre os tive para servir. Pergunte a mim mesmo se seria certo, se não seria uma deserção que recairia sobre eles talvez com maior força de que as compensações materiais que uma vida burguesa alcançada certamente me daria. E isso me aflige tanto mais quanto vejo que, cada dia que se passa, mais se torna necessário agir no sentido da solução dos problemas coletivos e mais me parece possível encaminhar o problema brasileiro para uma solução de unidade que possa dar um exemplo da possibilidade de uma efetiva fraternidade dos homens na terra.

Tenho lido alguns dos seus lúcidos pronunciamentos e entendo que sua responsabilidade no encaminhamento desses assuntos é maior de que o amigo imagina, pois, no momento em que a Igreja se renova e procura abraçar espiritualmente a família humana, o papel político que pede desempenhar no Brasil é muitas vezes mais pesado e difícil de que os dos padres que lutaram pelas liberdades e que foram pendurados nas paredes desta nessa querida e gloriosa cidade de Recife. Trata-se de encontrar caminhos novos e desconhecidos, de quebrar preconceitos e hábitos, de uma nova evangelização, por assim dizer; trata-se, talvez, de escandalizar e não é fácil ajustar e escôndale as velhas, conseguir a convivência acomodatória, o chamado equilíbrio, teoricamente fácil, mas às vezes impossível, quando põe diante das realidades humanas.

Creio que a opção que se coloca diante de mim e a que me referi, é válida para todos e muito especialmente para o meu amigo, cuja carga é demasiada pesada e de cuja posição pendem o destino de milhões de irmãs nesses espalhados por esse Brasil afuera. Creio, também, que diante dela, devemos procurar a estrada certa, aquela que nos possa levar a uma alta e ampla compreensão dos interesses comuns, que possa unir na tolerância, para que não caiamos no que será necessariamente imposto pelos acontecimentos, se não conseguirmos dominá-los. Semente a Verdade nos pede conduzir a isso; a coragem de enfrentá-la e de suportar as consequências

1965

4.

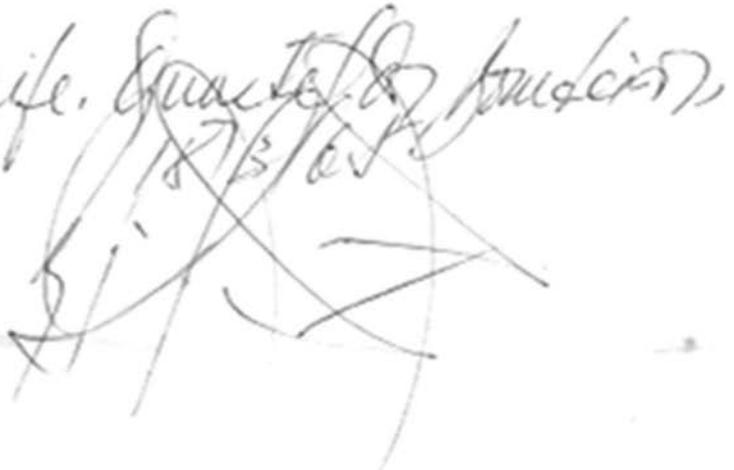
que essa atitude sempre acarreta, e que nem sempre é cômoda ou passível. Isso significa, sobretudo, ter que conhecer os mortos vivos e diáctin - guinde-os, enterrá-los para que não prevaleçam, como ocorre sempre, como ocorre agora, quando o passado nos governa. Creio que, se não formos capazes de encontrar agora, nesta grande encruzilhada, um roteiro seguro, muitas veredas surgirão que podem desdobrar em lugares não previstos, quando será passível e mais segura, a firmeza e a decisão que possam conduzir à unificação geral e à afirmação das forças reais de nossa comunidade.

Vivendo num mundo só, entrelaçadas com questões que transcendem da nossa vida nacional, precisamos encontrar, porém, nesse rumo pessoal, como única forma de nos resguardarmos ou de influirmos no que está fora de nosso alcance, mas, em que podemos passar poderosamente, se conseguirmos vencer a nós mesmos. Nisso, parece-me, reside toda a questão e daí resulta, no meu entender, toda sua responsabilidade, de divisar esse roteiro e a de marcar as grandes paralelas da estrada a percorrer.

Meu desejo, ao começar esta carta, era o de fazer uma confissão e acabar quase com um longo sermão e sem declinar as pecadas que talvez não sejam tantas, nem tão graves como podem supor e que se confundirão com as culpas de todos os homens. Espero, entretanto, que tudo isso sirva para indicar o rumo em que me encontro e como um começo de conversa.

Mas quero que fique certo de minha amizade, da esperança que tenho na sua atuação e na sua descortesia, assim como de meu desejo de servi-la.

Talvez não mereça sua bênção, mas sei que receberá o abraço sincero de amigo.

Recife, Quarta-feira, 17/3/65


NOTAS - CAPÍTULO 6

1 PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Editora Massangana, 1984, p. 88.

2 Idem, p. 99.

3 ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

4 Idem, p. 93; p. 91.

5 Idem, p. 92. Pandolfi dá como referência para o incidente de 3 de março e suas consequências imediatas, uma série de 8 reportagens de Ronildo Maia Leite no Diário de Pernambuco do 11/3/1979 ao 20/5/1979.

6 BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. Latin America between the Second World War and the Cold War: Some Reflections on the 1945–8 Conjuncture, **Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 1, p. 167-189, Cambridge University Press, 1988, p. 188.

7 Foi o nível mais alto de participação eleitoral da I República. NICOLAU, Jairo. Participação Eleitoral: Evidências sobre o Caso Brasileiro. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, set. 2004.

8 Um quarto candidato, Rolim Telles teve 10.000 votos, ou seja, 0,17%.

9 Em termos nacionais, o PCB teve um resultado eleitoral bastante satisfatório no curso das eleições de 1945. Além de eleger um senador – Luiz Carlos Prestes – e 14 deputados federais – entre eles, o escritor Jorge Amado –, o candidato do PCB à Presidência da República, Yedo Fiúza, conseguiu 10% dos votos do eleitorado brasileiro.

10 LAVAREDA, José Antônio. **Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p. 95.

11 CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922-1974)**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982. Chilcote estima em 200 mil, o número total de comunistas inscritos no PCB.

12 Como a Lei Agamenon permitia, durante as eleições de 1945, Luís Carlos Prestes concorreu, ao mesmo tempo, às vagas de senador pelo Distrito Federal e também de deputado federal pelo Distrito Federal, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Vencendo em todos os lugares, optou pela vaga senatorial, renunciando ao mandato em Pernambuco e empossando o médico comunista Alcedo de Moraes Coutinho.

13 IBGE. **Atlas das eleições presidenciais no Brasil**. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/1960>>. Acesso em: 29 out. 2016.

14 FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985, p. 43.

15 LIMA, Eduardo Martins de. **Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998)**. São Paulo: Annablume Editora, 2004, p. 54.

16 FERRARI, op. cit., p. 43.

17 Em 1900, a proporção da população urbana correspondia a 10% da população total do país. Na década de 1940, esse percentual atingiu 30%. Ao mesmo tempo, a renda per capita nacional, embora permaneça em nível pouco levado, mais do que triplica, de 55 dólares para 180 dólares anuais, no mesmo período. Dados do IBGE reunidos pela Organização dos Estados Americanos.

18 IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, ANO VI, 1941/45, Rio de Janeiro, 1946, p. 47. Na Argentina como um todo (para tomar uma referência latino-americana), no mesmo período, entre mil recém-nascidos (ambos os sexos) nascidos em 1949, 88 não viveriam até um ano. Cf: DIXON, John; SCHEURELL, Robert. **Social Welfare in Latin America**, Routledge Revival, N. York, 1990, p. 88.

19 Estimativa do IBGE: Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/adm/asplam/Aevolucaodaexpectativadevida.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016. Na Argentina, a esperança de vida era de 66 anos para o mesmo período. Cf. DIXON; SCHEURELL, op. cit., p. 89.

20 A esperança de vida ao nascer era de 36,8 anos, para a região Nordeste como um todo. Cf: IBGE. Estatísticas do século XX. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP210>>. Acesso em: 29 out. 2016.

21 ALENCAR, José Almino de. 1964 e a “Questão Militar”. **Revista de Estudos Brasileños**, v. 2, n. 3, 2015, p. 123.

22 Respectivamente, o Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março 1946, e o Decreto-Lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946.

23 ALENCAR, op. cit., p. 124.

24 BETHEL; ROXBOROUGH, op. cit., p. 186.

25 MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.

26 ALENCAR, op. cit., p. 125.

27 SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996, p. 105.

28 PANDOLFI, op. cit., p. 128-129.

29 CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso**

- foi: da coluna Prestes à queda de Arraes. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 264.
- 30 PANDOLFI, op. cit., p. 149-150.
- 31 SKIDMORE, op. cit., p. 135.
- 32 LOOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 166-167.
- 33 ALENCAR, op. cit., p. 125.
- 34 Idem, p. 126-127.
- 35 D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática, 1992, p. 178.
- 36 ABREU, op. cit.
- 37 Idem.
- 38 ALENCAR, op. cit., p. 127-128.
- 39 Disponível em: <<https://sites.google.com/site/atlas-eleicoespresidenciais/eleio-de-1955>>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- 40 ALENCAR, op. cit., p. 128-129.
- 41 SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 366-369.
- 42 Capítulo sobre o Partido Comunista na Parte I do relatório.
- 43 Idem.
- 44 A lei foi uma iniciativa de Antonio Barros de Carvalho, deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro.
- 45 SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 23.
- 46 Atas do Tribunal Regional Eleitoral. In: SANTOS, op. cit., p. 16.
- 47 COELHO, Fernando. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004, p. 50.
- 48 Atas do Tribunal Regional Eleitoral. In: SANTOS, op. cit., p. 25.
- 49 Total de votos válidos: **11.669.157**. Cf: Atlas das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/atlas-eleicoespresidenciais/1960>>. Acesso em: 19 mai. 2016.
- 50 Idem.
- 51 D'ARAUJO, op. cit.
- 52 ALENCAR, op.cit., p. 130-131.
- 53 No dia seguinte, Lott seria preso por ordem do ministro da Guerra e recolhido à Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro.
- 54 FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, v. 2, n. 3, 1997, p. 6.
- 55 Idem, p. 15.
- 56 Manifesto dos Ministros Militares: Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/4.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- 57 ALENCAR, op. cit., p. 131.
- 58 SKIDMORE, op. cit., p. 258.
- 59 ALENCAR, op. cit., p. 132.
- 60 COELHO, op. cit., p. 51.
- 61 Idem, p. 86.
- 62 COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. **IBAD: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil**. Cadernos da Memória e Verdade. v. 5. Recife, 2016.
- 63 Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 29 out. 2016.
- 64 COELHO, op. cit. p. 56-57.
- 65 Idem, p. 67.
- 66 BLACK, Jan Knippers. **A penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009, p. 350-351.
- 67 ALENCAR, op. cit., p. 132-133.
- 68 FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: **Obra Autobiográfica**. Tomo II. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997, p. 293-299.
- 69 Idem.
- 70 Documento do IDHeC. Coleção Maria Luiza e Edgar Amarante.

CAPÍTULO 7.

FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO

Texto elaborado pelos relatores Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Fernando Coelho e Vera Lúcia Costa Acioli, com a colaboração de Nadja Maria Miranda Brayner, Manoel Severino Moraes de Almeida, José Almino de Alencar e Silva, Fernando José Pereira de Araújo e Rafael Leite Ferreira.

Tentar erradicar a influência do poder econômico nas eleições brasileiras – mesmo com os avanços aos poucos já incorporados à legislação, como o voto eletrônico, a regulação da propaganda, a proibição do transporte particular de eleitores e do financiamento empresarial a candidatos, além da exigência da prestação de contas à Justiça Eleitoral – é, ainda hoje, um grande desafio. Nos anos sessenta constituía tarefa quase impossível. Sobretudo quando, diante das informações que circulavam e do volume dos recursos investidos em algumas campanhas políticas, ficava evidente que a disciplina deveria alcançar, também, a dinheirama vinda do estrangeiro. Capital público e privado. Que em alguns casos atuava ostensivamente sob proteção diplomática, sem qualquer controle eficaz, interferindo diretamente em assuntos internos do país e desrespeitando a soberania nacional. Sempre a serviço dos poderosos e de interesses que não eram nem os do Brasil nem os da maioria do povo brasileiro ⁷¹.

A instalação, em abril de 1963, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, destinada a “apurar a origem dos haveres e a atuação política das instituições conhecidas pelas siglas IBAD e IPES” ⁷², repercutindo denúncias feitas em quase todos os estados deu lugar, na história da República, à primeira tentativa consequente de enfrentamento do problema.

Iniciando suas atividades ainda no governo do presidente João Goulart, no clima de liberdade então existente, a chamada CPI do IBAD ouviu centenas de depoimentos e analisou milhares de documentos, inclusive extratos de contas movimentadas em bancos estrangeiros, no Brasil e no exterior.

Apesar ou, certamente, em razão da importância desses depoimentos, da repercussão que tiveram à época e da força da prova reunida no curso dos trabalhos, a CPI não chegou ao fim. Com a apreciação, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, do Parecer do Relator, deputado Pedro Aleixo,

e do Projeto de Resolução por ele encaminhado (PR 35/63), foi atropelada pelo golpe de Estado de 1º de abril de 1964. *Manu militari*. Pelos serviços da ditadura. Cassados, em seguida, logo na primeira lista publicada com base no Ato Institucional, os mandatos dos deputados que mais se haviam destacado na investigação, depostos e obrigados ao exílio o presidente João Goulart e o governador Miguel Arraes, e assassinado o deputado Rubens Paiva, vice-presidente da CPI ⁷³.

Por haver comprovado fatos e práticas que comprometiam, entre outros, políticos situacionistas de expressão, apesar de sujeita regimentalmente à apreciação pelo Plenário, em 30 de novembro de 1969, a proposição foi simplesmente arquivada pela Mesa da Câmara dos Deputados, trancados os autos a sete chaves no gabinete da Presidência e impedida a sua consulta até mesmo aos parlamentares. Ao assumir em 1975 o mandato de deputado federal por Pernambuco, Fernando Coelho pode constatar pessoalmente e teve indeferido o seu requerimento formalizado com aquele objetivo ⁷⁴. À semelhança do que ocorreu também com o deputado Genival Tourinho, por Minas Gerais, ao pleitear o desarquivamento da proposição ⁷⁵.

De posse, somente agora, de cópia dos 17 volumes dos autos ⁷⁶ – obtidos com o empenho dos deputados Pedro Eugênio e Luiza Erundina –, a CEMVDHC decidiu publicar as peças mais importantes da Investigação, a exemplo do Depoimento do governador Miguel Arraes de Alencar e do Parecer do Relator (resumido e comentado), deputado Pedro Aleixo – mais tarde vice-presidente da República no governo do general Costa e Silva, e, pela sua independência, demonstrada inclusive no episódio da edição do AI-5 ⁷⁷, impedido de assumir a Presidência na vacância do cargo. Produzidos há mais de 50 anos esses documentos, agora pela primeira vez publicados num conjunto, continuam atuais, inclusive propondo providências que, se adotadas, constituirão ainda passo importante

para o saneamento do processo eleitoral.

Com a publicação do Caderno da Memória e Verdade, volume V, quis a CEMVDHC, também, associar-se ao povo pernambucano nas solenidades que assinalam o transcurso do centenário do nascimento do governador Miguel Arraes de Alencar – um dos principais responsáveis pelo êxito da investigação sobre o IBAD e homem público que, mesmo deposto, preso e exilado em 1964, voltou a ser duas vezes novamente governador de Pernambuco, marcando o seu tempo, de forma indelével, pela defesa intransigente dos direitos humanos e dos interesses nacionais.

A CPI DO IBAD

A certa altura do depoimento do então governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar em sessões da Câmara de Deputados, nos dias 22 e 23 de agosto, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada para apurar a origem dos recursos do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), encontramos o seguinte diálogo entre o deputado Rubens Paiva, representante de São Paulo e o depoente:

O SENHOR RUBENS PAIVA – Muito obrigado, Senhor Governador. Dou a Vossa Excelência a tranquilidade de que a maioria desta Casa é composta de homens de espírito público, que saberão levar em conta a inquietação de V. Exa. e de todo o nosso povo. Finalmente, Sr. Governador, desejo trazer a esta Comissão um fato que me parece da mais alta gravidade e que me foi revelado por um deputado federal com assento nesta Casa, adversário de V. Exa., de que durante a campanha eleitoral V. Exa. utilizava um pequeno automóvel Volkswagen e que os homens do IBAD, como já haviam feito no Rio de Janeiro, eliminando um determinado cidadão que contrariava suas intenções, as intenções dessa entidade, promoveram em Pernambuco, ao sentirem que seriam batidos nas urnas por V. Exa., uma reunião em que estavam presentes todos os dirigentes do IBAD, da Adep⁷⁸ e dessas entidades em Pernambuco, sendo que nessa reunião ficou acertada, sob protesto de um militar presente, que provavelmente será o Coronel Carlos Astrogildo Correia, ficou acertada, repito, a eliminação física de V. Exa., através de um possível acidente de trânsito, no qual um grande caminhão abalroaria o Volkswagen que V. Exa. utilizaria. Tem V. Exa. conhecimento disso e poderá trazer algum esclarecimento sobre este fato estarrecido?

O SENHOR GOVERNADOR MIGUEL ARRAES – Senhor Deputado, tenho conhecimento des-

sa reunião, através de pessoa que diz ter tido acesso a ela, mas Vossa Excelência há de convir que não tomo conhecimento de ameaças, que venho recebendo, também agora, no governo de Pernambuco – várias e repetidas ameaças anônimas, através de pessoas que me vêm dizer que tais e tais elementos desejam a minha eliminação. Não tomo conhecimento, Sr. Deputado, desse tipo de ameaças. Essas ameaças visam, certamente, tirar-me do caminho que tracei na minha vida pública e dele não terei de sair. Não serão ameaças que me impedirão de fazer o que fiz nesta Comissão: vir depor, trazer documentos, denunciar e dizer a verdade. Mas sei Sr. Deputado que sou um homem marcado por aqueles que combatem os interesses do Brasil. Sou um homem marcado por esses que promoveram a corrupção. Sou um homem marcado, mas Sr. Deputado, essa marca temerária, sob as cinzas das estrelas há de um dia se apagar, com dizia Joaquim Cardoso, o grande poeta de meu Estado. Tenho esperança de que essa marca se apagará através da luta de V. Exa., de todos os democratas e nacionalistas desta Casa. Vamos apagar essa marca, com a nossa luta e a nossa confiança no povo brasileiro.

Não há como se ignorar o simbolismo dramático que esse diálogo do final de agosto de 1963, projeta para o futuro. Bastaria apenas invocar os duros acontecimentos que viriam se abater durante o regime ditatorial já próximo sobre as duas personalidades envolvidas.

Miguel Arraes, deposto no dia do golpe de Estado, foi imediatamente emprisionado pelo Exército nacional e encarcerado por 11 meses. Liberado, toma o caminho do exílio em junho de 1965 de onde só voltaria quatorze anos depois, por força da anistia.

Rubens Paiva teve destino semelhante ao que estava inscrito na advertência que fizera ao governador de Pernambuco, quando lhe transmitira a notícia de uma conspiração para assassiná-lo. Casado pelo Ato Institucional nº 1, em 10 de abril de 1964, passou a dedicar-se a sua profissão de engenheiro, embora permanecesse em contato com os meios oposicionistas. Em 20 de janeiro de 1971, foi sequestrado de sua residência no Rio de Janeiro, conduzido para o quartel da 3ª. Zonal Aérea e encaminhado para o DOI-Codi do I Exército, onde foi torturado e executado⁷⁹.

Essas duas breves sentenças – em meio a tantas outras evidências contidas nos documentos da CPI – já ofereciam um esboço do que estava em jogo, a sua amplitude e os meios que poderiam ser usados por um dos lados para abater os seus adversários. As organizações sob investigação eram apenas componentes de conspiração bem maior que atuavam no grande embate evocado por Miguel Arraes

na sua resposta ao deputado Rubens Paiva, em que dizia combater por uma democracia voltada para o povo e pela soberania nacional e para a qual convocava “os democratas e nacionalistas daquela Casa”. Representavam os conspiradores interesses externos e internos e procuravam permear todo campo político do país, até os meandros de uma eleição para um governo estadual. É bem verdade que de um estado onde o governador e sua administração foram por eles identificados como estando na linha de frente dos seus principais inimigos.

Vale lembrar que a década 1950 foi um período de grandes transformações no mundo. Não tendo sido atingido pelo conflito no interior de suas fronteiras e dentro do quadro geral de destruição a que tinham sido submetidas às economias europeias, da União Soviética e do Japão, os Estados Unidos da América saíram da Segunda Guerra como a grande potência motora do sistema econômico internacional, concentrando sob seu território 52% do PIB mundial.

A Europa, tentando se reerguer via-se então dividida nos dois campos que definiriam a Guerra Fria. No “mundo ocidental” – que incluía o conjunto heterogêneo de todos os países não comunistas – o sistema monetário era remontado a partir da hegemonia do dólar americano, ao mesmo tempo em que se estendia a ofensiva comercial e de investimento das indústrias dos Estados Unidos no exterior.

Nesse processo, uma das expressões mais significativas eram os grupos multinacionais multibilionários que nas suas estratégias de expansão global envolviam setores do capital e das elites nacionais – sobretudo nas regiões periféricas com potencial de crescimento – na dinâmica de seus próprios interesses, em detrimento de vastas porções da população intrometendo-se abusivamente nas políticas internas desses países, quando assim julgavam necessário ⁸⁰.

Os conflitos sociais e as disputas de poder durante esse período no Brasil, se dão em meio a conjunturas políticas marcadas por esses movimentos e contradições da economia, por sua vez também balizados pelo quadro programático da guerra fria.

Surgem reações ao que era percebido como uma alienação da condução do desenvolvimento econômico e social do país: grupos nacionalistas vêm à cena pública preconizar, por exemplo, medidas visando disciplinar o capital estrangeiro, limitando a evasão dos lucros, ou defendendo reformas sociais distributivistas que trouxessem mais autonomia e recursos para a grande massa trabalhadora.

Essas reações vinham de par com o crescimento do movimento sindical, a incorporação das massas urbanas à política e a multiplicação de líderes trabalhistas e esquerdistas que na cena eleitoral produziam conflitos e oposições mais vigorosos. A sindicalização começava também a avançar nas áreas rurais, onde havia grandes massas de assalariados,

como na região açucareira nordestina; o que afetava diretamente e assustava os setores mais atrasados e também mais fragilizados economicamente das classes proprietárias. Emergiam e se multiplicavam organizações camponesas que levantavam a questão da distribuição da terra e exigiam reforma agrária. Esta era vista por muitos não apenas como instrumento de justiça social, mas também como estímulo necessário à expansão das forças produtivas em uma agricultura sufocada, em muitas regiões do país, pelo latifúndio.

As relações com os Estados Unidos, além dos fluxos de comércio e investimento, se faziam presente por sucessivos acordos de ajuda econômica – do Ponto Quatro à Aliança para o Progresso – assim como pelas intervenções, através de políticas de crédito, nos sucessivos momentos de fragilidade financeira que atingiam a economia nacional.

A globalização do conflito e a competição entre os sistemas políticos (acentuados, no caso latino-americano pela emergência da revolução cubana) envolviam problemas que eram percebidos não somente como econômicos, mas, sobretudo, considerados parte indissociável da “segurança nacional”, aproximando ou reforçando os laços já existentes entre as elites civis, dirigentes da economia ou da política e os grupamentos militares que através desse conceito, consideravam o Brasil como um aliado do “mundo ocidental”, liderado pelos EUA na luta contra o comunismo.

Neste contexto, para os que representam a ordem econômica conservadora, o Nordeste, sobretudo Pernambuco, combinava atributos particularmente ameaçadores: era a região que reunia a maior massa de população pobre do país e que começava a conhecer um desenvolvimento inédito de organizações reivindicativas, acompanhado de um crescimento também considerável de forças políticas de esquerda. O espectro de Cuba rondava a imaginação dos mais reacionários e, sobretudo, do governo americano que passa a intensificar o monitoramento da situação nacional e as interferências diretas na política brasileira por meio de organizações dirigidas por aliados internos.

As eleições gerais de 1962 para governadores e para o Congresso Nacional tornaram-se o ponto prioritário de concentração desses esforços.

O governo Jango Goulart, cuja posse impedida momentaneamente por um golpe de Estado, nasce de compromisso com as forças conservadoras que o abandonaram progressivamente, apresentava-se enfraquecido, apoiado por uma esquerda reivindicativa e aguerrida que, por sua simples existência, tornava mais atrativa uma eventual intervenção externa.

Neste contexto, as eleições em Pernambuco tornaram-se um alvo ideal: elas punham em confronto bem definido uma alternativa entre a classe política tradicional, aliada dos grupos dominantes locais, com uma frente construída em torno de uma

liderança marcadamente de esquerda, reunindo, comunistas, católicos e incluindo até políticos sem clara afiliação ideológica; frente e prefeito egressos de uma administração amplamente aprovada pela população do Recife, onde estava concentrada uma proporção expressiva do eleitorado do estado.

Foi, sobretudo, a partir da campanha eleitoral de 1962, que se viram multiplicadas as ações de entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, dirigido pelo general Golbery, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD – mantidas com financiamento dos EUA –, na orientação e custeio de candidatos tidos como confiáveis ou aliados. Este núcleo civil esteve também articulado a grupos de extrema direita, organizados em movimentos anticomunistas, que praticaram muitos atos de terror e de intimidação particularmente no movimento estudantil, então bastante influente.

Os trabalhos da CPI sobre o IBAD comprovam que se realizou ampla campanha ideológica, onde foram mobilizados vastos recursos financeiros e tecnológicos para que se difundisse a ideia de uma “ameaça comunista” iminente. A importância de Pernambuco nessa campanha é também demonstrada, pela concentração desses meios no combate à candidatura do prefeito da capital, Miguel Arraes, ao governo do estado e aos ataques contra ela efetivados. Fatos, aliás, que vêm também a explicar o papel protagonista que o depoimento de Miguel Arraes, já governador, desempenhou durante aquela investigação feita pela Câmara dos Deputados.

ARRAES DESMASCARA O IBAD

Em 22 e 23 de agosto de 1963, depôs o então governador Miguel Arraes de Alencar ⁸¹ perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Congresso Federal e instaurada para apurar a origem dos recursos do IBAD, do IPES e suas atividades políticas.

Já no início de sua exposição declara-se “como democrata e como nacionalista” e afirma ter sido “por isso mesmo uma das maiores vítimas do Instituto Brasileiro de Ação Democrática neste país pela vultosa soma de recursos que levou para o pleito de Pernambuco”; não só para o pleito em que se elegeu governador, mas, também, nas eleições municipais que se travavam no estado e da qual, segundo Arraes previa, “apesar do dinheiro, sairemos vitoriosos com o voto do povo pernambucano” ⁸².

Defende a não interferência do poder econômico nas eleições para que os pleitos fossem livres. E, antes de tudo, o voto do analfabeto “maioria da nação” e que constitui, com o semialfabetizado, os que exercem “maior pressão social na nossa terra” e “aqueles que clamam pelas reformas, [...] aqueles que pedem as modificações indispensáveis à vida do país”. Argumenta ainda que as necessidades des-

sa camada da população tornaram-na vulnerável e imediatista tal qual “o poder de um pão diante de um faminto”. Aproveitando dessas carências, nas eleições municipais do Recife (1963) houve distribuição de cobertores e utensílios domésticos para essa população marginal, e por isso, ele depoente pedia a CPI do IBAD para apurar tais irregularidades ⁸³.

O depoimento de Arraes enfatiza a importância das ocorrências que se processavam em território pernambucano, cujos acontecimentos políticos tinham sua essência e ganharam vulto, entre outros motivos, por acusá-lo de comunista. Ou seja, toda ação que visava promover mudanças na ordem vigente era tida como subversiva e associada diretamente ao comunismo. Ação que passa a ser utilizada como justificativa para as investidas dos Estados Unidos na América Latina, como forma de combate ao comunismo. Afirma Arraes:

[...] Todos aqueles combatentes da luta nacionalista em nossa Pátria, não apenas eu, têm sido acusados de comunistas, porque há interesses estranhos, dentro do Brasil, que desejam se defender por essa forma, anulando a palavra dos nacionalistas e dos democratas de nossa terra e tentando confundir a opinião do povo brasileiro.

Disse ainda à CPI, em sua defesa e sobre a distorção que se faz dos fatos:

Fala-se em intranquilidade, em agitação e chovem acusações ao governo de pretender promovê-las, quando nos esforçamos exatamente em promover a pacificação. A maior prova disso é o entendimento, que jamais foi feito, entre usineiros e trabalhadores do campo que acaba de ser realizado no meu Estado.

[...] Ainda hoje os jornais do sul declaram que em Pernambuco ninguém pode ir ao campo e declaram isso no dia em que os usineiros, os proprietários de terras, firmam acordo geral de tabela com os camponeses, regulando o problema salarial no meu Estado. Não entendo, Sr. Presidente, como possam essas notícias chegar assim tão diferentes em certos órgãos de divulgação pois, na verdade, me parece que existe telégrafo, telefone, aviões diários do Recife para o sul do país e não compreendo nem entendo como se possa proclamar e dizer por toda esta terra, por toda esta nação, o que não é exato, o que não corresponde à verdade efetiva dos fatos. Há de haver uma explicação para isso e a minha esperança de que V. Exa. e os seus companheiros, dignos deputados desta Comissão consigam apurar esses fatos, se aí também está o dedo do dinheiro do IBAD ou de outra organização qualquer que possa, por

de trás, manipular essas notícias, ou se se trata de simples defeitos dos aparelhos de telégrafo nacional que, se estiverem defeituosos precisam ser consertados para não inverter assim as notícias que são publicadas⁸⁴.

Em 1964, o então embaixador americano Lincoln Gordon⁸⁵, em comentário escrito à Secretaria de Estado, atendendo ao pedido de informar sobre o que acontecia no Recife, tece a sua impressão, baseado em informações divulgadas na imprensa do eixo Rio-São Paulo. Impressão muito próxima à análise de Arraes em seu depoimento.

Os Jornais do eixo Rio-São Paulo concordam que a situação em Pernambuco é ameaçadora, mas discordam quanto à sua responsabilidade. De acordo com o *Última Hora*, órgão de esquerda que apoia Goulart – PTB, o Instituto Brasileiro para a Ação Democrática (IBAD) lançou-se em ‘vasto plano subversivo’ preparado para ‘impedir Arraes de governar’. O IBAD e seus aliados naturais, os produtores de açúcar e os usineiros, supostamente vingando-se contra Arraes por causa da sua vitória nas últimas eleições, assustados pelas promessas de Arraes em promover os ganhos dos trabalhadores rurais e melhorar o sistema tributário, temendo-se que Arraes tenha sucesso em melhorar a vida material dos trabalhadores e em combater o analfabetismo, o que acabaria com a dominação do trabalhador pelas classes abastadas. Assim, (de acordo com esta versão), a fim de desacreditá-lo, eles acusam Arraes de ser comunista e de nomear comunistas para cargos públicos, ao mesmo tempo que age contra os trabalhadores a fim provocar violência, forçar a intervenção federal e, portanto, depor o governador. A reclamação deles é que não podem pagar o salário-mínimo regional, enquanto os preços do açúcar continuarem no nível atual (relatado em vários jornais). Apenas uma desculpa, de acordo com Arraes como disse a *Última Hora* em 31 de março. Os preços do açúcar e pagamento do salário-mínimo: ‘dois assuntos absolutamente distintos’.

O *Jornal*, único jornal do Rio a informar regularmente sobre os acontecimentos em Pernambuco, vê as coisas de forma diferente. De acordo com suas informações, Pernambuco está em situação da ‘paz armada’ e ‘tensa expectativa’, colocada na porta de Arraes pelos produtores de açúcar. Eles negam à imprensa a intenção de intervenção, e reportam que a violência é encorajada pelo secretário de Segurança Pública, Humberto Freire, que supostamente emite ordens escritas para a polícia “não agir contra os camponeses” em confrontos de greve⁸⁶.

Miguel Arraes entregou à Comissão cerca de 500 documentos⁸⁷ comprobatórios nos quais, como disse, “se pode verificar a interferência direta, efetiva, incontestável, do poder do dinheiro e do IBAD” no pleito político em que se elegeu para o governo de Pernambuco. Consta do dossier que apresentou à Comissão: planejamento do IBAD no estado de Pernambuco, esquema publicitário, demonstração bancária, fotos de compromissos assinados por vários candidatos, declarações, fac-símiles de documentos, relação de viaturas compradas pelo IBAD, bilhetes, notas fiscais, entre outros.

O governador pediu à CPI que investigue de onde procediam esses recursos, insiste na origem do dinheiro, passando a expor sobre a

[...] máquina monstruosa de corrupção eleitoral que se tornou conhecida pela sigla tristemente famosa do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Dinheiro em larga escala, veículos do último tipo equipados com altofalantes, contratos fabulosos com jornais, estações de TV, emissoras de rádio, ofertas em dinheiro e vasto material de propaganda a quantos candidatos à deputação federal ou estadual formassem a seu lado, tudo utilizado com prodigiosa liberalidade, nada se poupou⁸⁸.

Acentuou o depoente que a situação financeira dos empresários do estado, a maioria ligada ao açúcar e que passava, à época, por séria crise precisando de empréstimos do Banco do Brasil para financiar futuras safras, não seria responsável por tamanho investimento em campanhas. Portanto, “nem as maiores fortunas do estado” teriam condições de dispor de tanto dinheiro, que “estribados no sigilo bancário”, os responsáveis procuram esconder sua origem e gastos imoderados⁸⁹.

As suas declarações no depoimento prestadas à CPI foram divididas em duas partes: uma expõe sobre o planejamento do IBAD, como ele se armou para operar em Pernambuco; outra, com a documentação que apresentou, mostra a atuação efetiva do IBAD em Pernambuco.

O depoimento destaca ainda os seguintes tópicos:

1. Afirma que foi criada pelo IBAD uma equipe de planejamento, talvez, melhor do que o de muitos estados que não dispõem de meios de planejar os seus negócios.
2. Ressalta que a importância gasta pelo IBAD em Pernambuco foi superior a que um governador, como o de Pernambuco, pode obter para cobrir as despesas do seu orçamento.
3. Adverte que as agências estrangeiras sediadas no Brasil e que exercem pressão sobre as eleições nacionais, devem ter o destino que a lei

brasileira determina.

4. Cita as verbas do IBAD usadas na imprensa, no rádio e na televisão, a exemplo do sr. Rui Cabral, produtor do programa semanal “Cadeira do Engraxate” que recebeu vultosa quantia. Este e outros programas que existiam permanentemente na cidade do Recife, sem ser de propaganda eleitoral, mas à véspera da eleição recebia para entrevistas candidatos ou parentes deles “fazendo seu comiciozinho, porque dispõe de um instrumento para utilizar na véspera das eleições sem que ninguém possa fazer nada”. [...] “Então, esses se chamam programas negociáveis”.
5. Propõe o fim do sigilo bancário para os políticos brasileiros.
6. Cita documentos que comprovam gastos do coronel Carlos Astrogildo Correia, que era um dos homens importantes do IBAD, são 46 talões de cheques, contendo 460 cheques. Cita depoimento do motorista do coronel cuja prestação de serviços incluía cuidar do escritório, ser motorista e consertar o motor da embarcação “Rio Brasileiro”. Para ele trabalhou de fevereiro a junho de 1963. O navio foi usado para contrabando, e depois de ser multado pela Capitania dos Portos, mudou de nome, e passou a se chamar “Maré”, e depois foi novamente batizado com o nome “Rio Brasileiro”.
7. Relata que o coronel Astrogildo e outros elementos da Ação Democrática compraram várias armas em Campina Grande, durante a campanha eleitoral em 14 de agosto de 1962.
8. Apresenta documento onde o candidato Arnaldo Peixoto de Oliveira, tendo recebido ajuda do IBAD, se compromete a seguir a orientação ideológica da Ação Democrática Parlamentar.
9. Entrega uma declaração de Adeildo Coutinho Beltrão⁹⁰, funcionário do IBAD de maio a outubro de 1962, exercia as funções de coordenador da Adep – Ação Democrática Popular; órgão destinado a realizar a ação popular do IBAD, nas organizações populares. Competia à Adep, por exemplo, lançar manifestos, promover programas radiofônicos e de televisão, com a finalidade de apoiar em bases populares os candidatos daquela organização.
10. Informa que Frutuoso Osório Filho⁹¹ representa em Pernambuco a Promotion e o IBAD⁹², mediante procuração outorgada por Ivan Hasslocher, Carlos Lavínia e Barthelemy Beer.

Sócios fundadores do IBAD: Ivan Hasslocher,

Francisco Camelo Lampreia⁹³, Sérgio Macedo, Carlos Lavínio Reis, Barthelemy Beer, Heider Castelo Branco, Frutuoso Osório Filho, Odemyr de Farias Barros Laura Beer e Aloisio Hammerli.



Imagem: Jornal Última Hora, Recife: 7 de setembro de 1963

11. Apresenta uma relação de remessas de dinheiro do Rio de Janeiro, no valor de mais de 308 milhões de cruzeiros, acrescida de outras, totalizando tudo 480 milhões de cruzeiros, afora veículos (aproximadamente 40), e daqui distribuídos para outros estados⁹⁴.



Imagem: Jornal Última Hora, Recife: 25 de agosto de 1963

12. Repudia a indagação do deputado Flores Soares – que tenta nivelar o financiamento de campanha como ato universal. Arraes responde:

[...] um movimento popular e democrático em torno do qual formam muitos homens que lutam sem interesse pessoais e até com sacrifício colaboraram comigo. Se V. Exa. quer ver o sacrifício dessas pessoas, vá à Prefeitura do Recife e verifique homens e mulheres que lá colaboravam em postos de direção, com prejuízo financeiro mensal dos seus modestos ordenados. V. Exa. há de permitir que aqui mencione, como ilustração, uma única pessoa, que está acima disso e que não desejaria ver seu nome mencionado em parte alguma, que é a Professora Anita Paes Barreto, uma das diretoras do Movimento de Cultura Popular,

que com sacrifício financeiro trabalha comigo na prefeitura e trabalha no governo do Estado. V. Exa. precisa notar que ainda há coisas que estão acima do dinheiro⁹⁵.

13. Disse desconhecer reforma agrária do IBAD no Nordeste e que conhece postos médicos, depois das eleições fechadas e só reabertos nas proximidades das últimas eleições.

14. Disse ignorar a origem dos recursos do IBAD.

Ao enfatizar no seu depoimento a fúria da campanha feita contra ele à época de sua eleição para governador em 1962, Miguel Arraes acusa o IBAD de promover propagandas, como “parte da chamada guerra santa, que contra mim se lançou no estado de Pernambuco”⁹⁶.

No depoimento à CPI entregou, entre outros documentos, um bilhete em que se encomenda uma imagem de Cristo com a coroa da foice e do martelo, símbolos do comunismo. Esse cartaz foi difundido em Pernambuco e sutilmente sugeria ser de autoria do então candidato a governador Miguel Arraes.

Na ocasião, o governador fez o registro dizendo considerar blasfêmia a imagem sagrada da religião cristã: “Está aí o material que foi distribuído e atribuído a mim, para minha campanha eleitoral em Pernambuco”⁹⁷.

O opositor de Miguel Arraes nas eleições de 1962, candidato derrotado ao governo de Pernambuco, João Cleofas de Oliveira, encaminha à CPI um depoimento escrito, em narrativa de contestação, onde postula como inverdades o proferido por Arraes em seu depoimento.

Em 2 de setembro de 1963 compareceu o senhor João Cleofas perante a Comissão, mas seu depoimento deixou de ser tomado por ter sido decidido, à vista do decreto executivo supressivo das atividades do IBAD, se suspender também os trabalhos da Comissão; nenhuma outra diligência devia ser praticada enquanto o assunto não fosse submetido à deliberação da Câmara dos Deputados. O senhor João Cleofas resolveu entregar o protesto escrito que havia elaborado contra o depoimento prestado pelo Sr. Miguel Arraes e no qual salientou que a campanha Arraes “foi feita com a mais ampla e afrontosa cobertura financeira, muitas vezes superior a qualquer cooperação da Adep ou do IBAD, mediante financiamento do sr. José Ermírio de Moraes”⁹⁸.

No Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro, João Cleofas de Oliveira fez entrega à CPI de carta em que expõe a sua versão dos fatos⁹⁹. Replica o que chama de “as insinuações pérfidas do Senhor Miguel Arraes” e afirma não se arrepender “um só instante da contribuição recebida da Adep, sem o menor compromisso da minha parte, pois conforme salientei repetidas vezes, a eleição de Pernam-

buco não foi uma simples luta eleitoral, mas uma luta de consciência”.

Em narrativa de contestação ao depoimento de Arraes, Cleofas afirma:

[...] o Senhor Miguel Arraes relaciona candidatos a mandatos legislativos, inclusive alguns da Paraíba, que teriam recebido contribuição em material de propaganda ou veículos da Adep ou do IBAD e aproveita a oportunidade para num deliberado propósito de distorção da verdade investir contra mim, como suposto beneficiário de vultosos recursos, aplicados na campanha eleitoral em processo de corrupção e suborno.

Sou forçado, por isto mesmo a acentuar que falta ao Senhor Miguel Arraes a menor parcela de autoridade moral para falar em suborno, corrupção e influência de poder econômico pois ele, na verdade, só conseguiu a vitória, com reduzida margem de votos, pelo apoio dos imensos recursos do maior magnata de indústria deste país, candidato a senador, de quem recebeu a mais ampla e afrontosa cobertura financeira, muitas vezes superior a qualquer cooperação da Adep ou do IBAD.

[...]

Reina no Estado, principalmente no meio rural, uma situação de completa insegurança, de absoluta intranquilidade e de total ausência de garantias para o trabalho nos campos.

A preocupação predominante do seu governo não é do amparo as legítimas reivindicações do trabalhador, mas a programação de um processo meticulosamente preparado de envenenamento das massas, a fim de incutir-lhes n'alma a convicção de que é indispensável a violência, a revolta, a subversão social, o aniquilamento do trabalho, o caos em fim, para solução dessas reivindicações¹⁰⁰.

Na visão de Cleofas, que perdera as eleições para Arraes, três pontos devem ser salientados: a) sobre o financiamento da campanha de seu adversário por José Ermírio de Moraes, deve-se esclarecer que o capital do industrial José Ermírio de Moraes era nacional; que ele era candidato ao Senado, portanto financiava a sua própria campanha; que na época não havia nenhuma lei que proibisse o financiamento privado de campanha eleitoral e nem havia financiamento público de campanha. Havia, no entanto, lei proibindo financiamento oriundo de capital internacional aos pleitos eleitorais; b) João Cleofas admite que recebeu contribuições da Adep, parte integrante do IBAD; c) e que sua decisão ao se candidatar à eleição era evitar a propagação do comunismo no Brasil, objetivo central das citadas entidades financiadoras das eleições no Brasil.

HISTÓRICO DA CPI DO IBAD

Conforme consta de publicação feita no Diário do Congresso Nacional de 15 de setembro de 1962, o deputado Eloy Dutra tomou a iniciativa de promover a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática ¹⁰¹. O texto da Resolução, subscrita por mais de 109 deputados, está fundamentado nas seguintes considerações: a) o IBAD está financiando candidatos ao Legislativo da Guanabara e demais estados de forma tão faustosa, que gera dúvidas sobre a origem dos respectivos recursos; b) o IBAD afirma estar o país nas mãos dos comunistas e que homens públicos, que ocupam postos-chave são adeptos do regime russo, lançando pânico nos espíritos menos avisados, com fins meramente eleitoreiros; c) a revista editada pelo IBAD prega abertamente a destruição da Petrobras; d) o IBAD justifica o financiamento que faz a candidatos ao Parlamento afirmando que os recursos são provenientes da venda de sua revista.

Vários nomes de deputados federais aparecem integrando essa Comissão Parlamentar de Inquérito, que deveria ter a participação de representantes de todos os partidos no Congresso Nacional. A União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD) retardaram a indicação dos seus representantes, Laerte Vieira e Peracchi Barcelos, respectivamente.

Em junho do mesmo ano a Comissão já funcionava. Em 27 desse mês a ata dos trabalhos é assinada pelos seguintes deputados: Peracchi Barcelos PSD, presidente; Rubens Paiva PTB, vice-presidente; Laerte Vieira UDN, relator geral; Regis Pacheco PSD; Eloy Dutra PTB; Anísio Rocha; José Aparecido UDN; Arnaldo Nogueira UDN, suplente; Benedito Cerqueira PTB, suplente; Broca Filho PSP, suplente; Benedito Vaz PSD, suplente; e Arnaldo Cordeiro.

Durante a atuação desses componentes, na CPI, houve críticas e acusações, de que alguns se beneficiaram dos recursos do IBAD; segundo o jornal *Última Hora*, apenas alguns membros, Eloy Dutra, José Aparecido, Paulo de Tarso, João Dória, Benedito Cerqueira e Rubens Paiva desejavam levar adiante as apurações. Também no Parlamento havia interessados em que as investigações sobre o IBAD não prosseguissem. Estas suspeitas conduziram a um acordo, entre os principais partidos aí representados e, conseqüentemente, com novos integrantes se restabeleceu a CPI.

Por motivos vários, especialmente o de estar para encerrar-se a sessão legislativa da Legislatura que findava em 31 de janeiro de 1963, a Comissão criada não teve solução de continuidade.

Mediante resolução datada de 15 de abril de 1963, assinada pelo deputado Paulo de Tarso e mais 144 deputados, na forma do disposto no art. 55 da Constituição Federal de 1946 ¹⁰², foi criada comis-

são de inquérito com o objetivo de apurar a origem dos haveres e a atuação política das instituições conhecidas pelas siglas IBAD ¹⁰³ e IPES, praticamente com os mesmos objetivos da anterior.

A proposta da Comissão de Inquérito estava fundamentada em documentos que foram entregues pelo deputado Paulo de Tarso à Comissão e aqui resumiremos o seu conteúdo: capa da revista Ação Democrática, em que consta o nome dos seus diretores; carta anônima de 24.5.1963, oriunda de São Paulo, denunciando o IBAD, a Promotion e pessoas da família de Ivan Hasslocher; requerimento do deputado Sérgio Magalhães, dirigente da Frente Parlamentar Nacionalista ¹⁰⁴, que solicitava ao Conselho de Ministros, através do ministro da Justiça e Negócios Interiores, informações sobre as atividades subversivas da entidade Adep ¹⁰⁵; resposta do tenente-coronel, Carlos Cairolli, Chefe da Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública. Entre outras informações, aquela autoridade denuncia pressões econômicas sobre órgãos de iniciativa privada, que não comungam com o seu pensamento; a desmoralização de homens públicos, contrários à sua ideologia, como exemplos, citou o sr. Antônio Ermírio de Moraes, por apoiar a candidatura do sr. Miguel Arraes ao governo de Pernambuco, o sr. Santiago Dantas e Fernando Gasparian; ataques da Ação Democrática à Sudene, através de campanha contra o seu superintendente Celso Furtado; cópia de entrevista do Sr. Miguel Arraes de Alencar, em Belo Horizonte, acusando o IBAD de incitar o eleitorado brasileiro contra sua candidatura.

Na ata de 25 de setembro de 1963 aparecem os novos componentes da CPI: deputados: Ulysses Guimarães – presidente; Bocaiúva Cunha; Pedro Aleixo, relator; José Maria Alckmin; Getúlio Moura; Temperani Pereira; Aduino Cardoso; Bento Gonçalves; Franco Montoro. Suplentes: Linoir Vargas; Afonso Celso; Cantídio Sampaio; e Magalhães Melo.

Durante os trabalhos da CPI foram realizados inúmeros depoimentos e produzidos documentos. Os mais importantes estão publicados em anexo no Parecer do Relator, relativos à intervenção do capital no processo eleitoral brasileiro daqueles anos.

No depoimento do sr. Hécio França, tesoureiro da Adep, causa espanto a seguinte informação: entre maio e agosto de 1962, remeteu para os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, estado do Rio de Janeiro, e à capital federal Brasília, a importância de Cr\$ 318.070.037,30; e para Pernambuco, a quantia de Cr\$ 353.000.000,00, no mesmo período.

As atividades eleitorais desta instituição se iniciaram em março de 1962. O seu fundador pensou em utilizar a estrutura do Movimento Popular Jânio Quadros, mas não conseguiu.

A Comissão Parlamentar de Inquérito encerrou suas atividades na 45ª reunião, em 3.12.1963. Nessa ocasião, foi apreciado o projeto de resolução, apresentado pelo relator, o deputado Pedro Aleixo, sobre as conclusões da referida Comissão. Houve pedidos de esclarecimentos e sugestões dos senhores Afonso Celso, Temperani Pereira e Ulisses Guimarães aceitos pelo relator e acrescentados no trabalho depois de unanimemente aprovados pela Comissão. Os senhores Temperani Pereira e Afonso Celso votaram com restrições apostas por escrito, na ocasião da discussão e votação do relatório.

O Parecer do Relator está disposto em 134 páginas datilografadas no volume 16, caixa 6, e ocupa desde a página 3.328 à 3.462. Foi aprovado no âmbito da Comissão, em 3.12.1963, pelo projeto de resolução nº 35, de 1963, fl. 1 à fl. 86¹⁰⁶.

PARECER DO RELATOR: APRESENTAÇÃO

O deputado federal Pedro Aleixo, representante do partido da União Democrática Nacional, na Câmara Federal, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou as ações do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, inicia o seu parecer historiando o surgimento das comissões parlamentares de inquérito, buscando suas origens no Parlamento inglês entre os séculos XVI e XVII e legitimando a sua faculdade investigativa, que decorre da própria natureza da função do Parlamento pela proveniência desse poder, que é a Constituição.

Para o relator “a função informativa do Congresso não pode ser separada da Legislativa”. Sem fatos não haverá debate inteligente no Congresso ou no Fórum Público; e fatos para serem usados, devem ser conhecidos.

Que direitos constitucionais e legais tem o Congresso para exercer o poder de investigar? Esta era uma das preocupações do relator e, para responder a esta indagação, ele reconhecia no Congresso a faculdade de investigar para preservar a liberdade das instituições.

Em sua definição “as Comissões de Inquérito são inegável direito das minorias, desde que possibilitem, nos termos da legislação brasileira, a um terço de qualquer das Casas do Congresso Nacional pleitear e obter o esclarecimento, a apuração de fatos determinados que, de outra forma, estaria fora de sua possibilidade de conhecimento”.

No Brasil, a Constituição de 1946 assegura, no art. 53, a criação de Comissão de Inquérito sobre fato determinado, sempre que um 1/3 dos membros da Câmara ou do Senado o requererem. O texto constitucional brasileiro exige como requisitos para sua criação:

- a) fato determinado;
- b) 1/3 de assinaturas dos membros da Casa (Câmara ou Senado)

c) proporcionalidade em sua composição tanto quanto possível.

Preenchidas estas condições, sua constituição estava assegurada como também a obrigatoriedade do seu funcionamento.

A Comissão, após sua reorganização¹⁰⁷ aprovou em 10 de setembro de 1963, 14 normas de trabalho:

- Dentro de oito dias, os membros da Comissão indicarão os nomes de testemunhas para depoimentos e proporão as diligências convenientes.

- Somente depois de ouvidas as testemunhas e socializadas as diligências, poderão ser admitidas outras testemunhas e outras diligências.

- Finda a inquirição e determinadas as diligências o relator fará exposição dos trabalhos e aí poderão sugerir providências complementares, que serão submetidas pela presidência à aprovação da mesma Comissão.

- A testemunha, ao comparecer, será qualificada e prometerá dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.

- O depoimento será prestado oralmente e as respostas serão registradas por escrito.

- O relator será o primeiro a inquirir.

- Qualquer deputado que não seja membro da Comissão e que desejar esclarecimento de qualquer ponto, requererá ao presidente.

- Terminada a inquirição da testemunha, o presidente de ofício poderá reinquiri-la.

- O presidente poderá impedir que se formule à testemunha pergunta que não tenha relação com o fato que constitui objeto do inquérito.

- O presidente não permitirá que a testemunha manifeste as suas apreciações pessoais.

- Se qualquer testemunha, depois de prestado seu depoimento, for considerada indicada pela Comissão, poderá ser convocada para submeter-se a interrogatório.

- A testemunha indicada e avisada de que seu depoimento interessa ao inquérito, deverá comparecer em dia e hora em que forem marcados.

- Se a testemunha intimada a depor recusar-

se a fazê-lo, sem motivo justificado, proceder-se-á na forma do disposto no artigo 218 do Código de Processo Penal.

- O presidente da Comissão designará um membro da mesma para propor diligências, especialmente de apreensão de quaisquer outros documentos necessários aos trabalhos.

Às primeiras reclamações públicas contra a atuação do IBAD, um nome foi apontado como responsável pela organização, suspeito de ser intermediário entre grupos financeiros ocultos e os executores visíveis de um plano de intervenção indébita na vida política do país: Ivan Hasslocher ¹⁰⁸.

Quando os trabalhos da Comissão iniciaram-se, Ivan Hasslocher saiu do país, viajou ao exterior, o que pareceu uma fuga. Os depoimentos que se sucederam no decorrer do trabalho da CPI afirmavam que apenas Ivan Hasslocher conhecia os nomes dos fornecedores dos recursos financeiros empregados nas atividades investigadas e as origens dos haveres.

Em agosto de 1963, voltou ao país Ivan Hasslocher ¹⁰⁹; alguns dias depois o presidente da República, João Goulart, mediante Decreto 52425 de 31.8.63, suspendeu por três meses a atuação do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, e da Adep – Ação Democrática Popular.

Em 25 de setembro de 1963, após ser intimado, compareceu Ivan Hasslocher perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Apresentou-se, não como testemunha, mas como indiciado, para se safar do compromisso de dizer a verdade.

Em seu depoimento consta que concebeu a criação de uma sociedade para combater o comunismo neste país. Fundada em maio de 1959, inicialmente associou-se a três pessoas, que foram os primeiros financiadores e depois aliciou mais 98. As contribuições foram entregues reservadamente e recolhidas ao Banco Real do Canadá em contas da S.A. Incrementadora de Vendas Promotion. As contas relativas ao IBAD nunca foram publicadas.

Um comitê de cinco membros representava os financiadores, os quais não podiam ter nenhuma ingerência nas decisões do IBAD.

Em março de 1962, Ivan Hasslocher criou outra entidade: a Ação Democrática Popular (Adep) e adotou o processo anterior pelo qual criou o IBAD. O objetivo era reforçar o combate ao comunismo, intervindo no pleito eleitoral. Para eleger democratas, convencionou-se que se levantaria a importância de 1 bilhão de cruzeiros entre 126 firmas das classes produtoras do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a média de contribuição por firma era de 7 a 8 milhões de cruzeiros.

Entre as 126 firmas contribuintes da Adep, constavam 86 ou 88 firmas financiadoras também do IBAD.

As importâncias recebidas eram depositadas no

Banco Real do Canadá e na mesma conta da S.A. Incrementadora de Vendas Promotion.

Assim como no IBAD, os financiadores não podiam ter ingerência sobre nenhuma ação da Adep.

Sobre este fato o relator concluiu que ao lado do IBAD e da Adep organizaram-se, sob a direção de Ivan Hasslocher, verdadeiras associações secretas. Prosseguindo, o relator diz ser possível enquadrá-las na figura de contravenção definida no art. 39 do Decreto-Lei 3.688, de 3.10.1941.

Limitou-se o principal protagonista do IBAD e da Adep a dar informações sobre as importâncias cobradas, o processo de arrecadação, o número de contribuintes e o critério de prestação de contas.

Segundo o depoente, as firmas financiadoras são nacionais; mas nunca quis confessar a exata, a precisa, a definida origem dos haveres ¹¹⁰ com os quais mantém as atividades políticas e eleitorais do IBAD e da Adep. Quando interrogado sobre os seus nomes permaneceu em silêncio, justificando que as firmas poderiam ser perseguidas. Quase todas as testemunhas intimadas e participantes das atividades do IBAD e da Adep não responderam aos questionamentos sobre as origens dos haveres alegando segredo profissional. Devido ao silêncio de Ivan Hasslocher e de outros depoentes essa Comissão não pôde concluir com êxito a sua investigação. Aliás, o segredo profissional foi alegado por todas as testemunhas e depoentes; justificando o silêncio, os depoentes se apoiaram no art. 207 do Código de Processo Penal, que proíbe depor pessoas que, em razão da função, ministério, ofício ou profissão devam guardar segredo, salvo se, desobrigado pela parte interessada, quiser dar o seu testemunho. O art. 144 do Código Civil e o art. 214 do Código Penal também dispõem sobre este assunto.

Para se amparar legalmente nesta legislação é necessário que o segredo chegue ao conhecimento da autoridade. Não é a testemunha quem escolhe a sua posição; portanto, os convocados não estavam praticando atos de natureza profissional, nem secretos; uma vez admitida a licitude de tais atos, não há sigilo. Por causa desse pretexto muitas informações foram sonegadas.

Desde o início das ações dessas duas sociedades, IBAD e Adep, houve desentendimentos entre os dois dirigentes por causa das contas. O secretário-geral do Colegiado Nacional da Adep, Arthur Oscar Junqueira, apresentou balancetes das suas despesas não confirmadas com as informações de Ivan Hasslocher. A imprensa noticiou o infiel emprego do dinheiro dos contribuintes da Adep; houve também queixas dos próprios contribuintes, que denunciaram um desfalque nos cofres da Adep de Cr\$ 60.000,000,00 (sessenta milhões de cruzeiros). Este fato levou à deterioração das relações entre Ivan Hasslocher e Arthur Oscar Junqueira. As discórdias se aprofundaram. Em vez de resolverem suas diferenças amigavelmente com documentos

que justificassem os gastos, os desacertos de contas aprofundaram o desentendimento das relações entre aqueles senhores.

Arthur Oscar Junqueira não se acertava com Ivan Hasslocher, porque não revelava os nomes dos fornecedores do dinheiro. As acusações de Ivan Hasslocher repercutiam na imprensa e na Câmara dos Deputados.

Ivan Hasslocher, acusado de graves delitos, insistia em não declarar o nome dos contribuintes, dos fornecedores do dinheiro. Como Ivan Hasslocher se encontrava em situação de inferioridade diante de Arthur Oscar Junqueira e numa tentativa de se acertar com este, Ivan Hasslocher dá a Arthur Oscar Junqueira uma quitação formal dos seus recebimentos e mais um cheque de Cr\$ 2.000.000,00, (dois milhões de cruzeiros) além de outros bens, como automóveis no valor de Cr\$ 10.000.000, 00 (dez milhões de cruzeiros).

Arthur Oscar Junqueira detinha todos os documentos da Ação Democrática Popular – Adep, com exceção da documentação que comprovava o fornecimento de dinheiro ao sr. Frutuoso Osório Filho ¹¹¹ e das despesas realizadas por este.

O que esta CPI apurou é que Arthur Oscar Junqueira recebeu mais de Cr\$ 300.000.000, 00 (trezentos milhões de cruzeiros) de Ivan Hasslocher, não fez a prestação de contas e incinerou toda a documentação que comprovaria o recebimento do dinheiro e as despesas realizadas, com a desculpa de que alguém seria capaz de fazer chantagem contra ele. Desse modo, Ivan Hasslocher não poderia ter essa documentação. Essa iniciativa de Arthur Junqueira foi tomada sem ouvir ninguém do colegiado nacional da Adep, do Conselho e da Comissão, que ele mesmo ajudou a criar. E, nessa ocasião, ele não mais pertencia à Adep; entretanto, quando prestou depoimento à CPI ainda não havia incinerado a documentação. Os documentos diziam respeito ao financiamento de campanha de candidatos, ajudados por estas organizações. Arthur Oscar Junqueira se apropriou de outros documentos: o livro caixa borrador e dividiu outros dois livros entre seus devotados seguidores: Antônio Lepoldino, ex-secretário do colegiado de Minas Gerais, e Hélcio França, ex-tesoureiro do colegiado de Minas Gerais, para que os referidos senhores fizessem de suas partes uma fogueira salvadora.

A verdadeira significação da queima de todos os documentos da Adep no estado da Guanabara está contida na espantosa declaração do Arthur Oscar Junqueira ¹¹²: “É absolutamente impossível fazer o levantamento dos comprovantes de despesas, em face dos dinheiros recebidos sem a apresentação dos documentos e dos livros retirados pelo depoente e por seus companheiros”.

Evidentemente, constitui obstáculo à obtenção da verdade em toda sua limpidez o fato de estarem alguns membros da Adep, sob a fundada suspeita de haverem praticado crime de apropriação indé-

bita de dinheiro, obtido de financiadores anônimos, para ser empregado na campanha eleitoral.

O deputado Bento Gonçalves propôs e a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou solicitações às empresas de rádio, de televisão e aos principais jornais informações sobre publicações em propaganda de candidaturas aos governos dos estados, ao Senado Federal, à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas. Não houve resposta até o final da composição desse parecer.

Caso a Comissão tivesse obtido as respostas solicitadas teria em mãos elementos precisos para aferir, numa comparação necessária e indispensável, como se processou o pleito eleitoral no qual intervieram, com tanta intensidade, o IBAD e suas subsidiárias.

Vários outros ofícios foram encaminhados aos Banco de Crédito Rural de Minas Gerais, Banco da Lavoura de Minas Gerais, Banco Nacional, Banco Mineiro da Produção, solicitando através deles o número das contas do IBAD, da Adep e da S.A Incrementadora de Vendas Promotion. A CPI não recebeu nenhuma informação a não ser referências ao sigilo bancário que deveria ser observado.

Entre os obstáculos que impossibilitaram a apuração da verdade, o sigilo bancário é apontado, segundo melhor entendimento, de “simples preconceito” e o relator se apoia em uma citação de Nelson Hungria para refutá-lo: “Não é indevassável segredo algum desde que, atrás dele ou no seu bojo, haja um ilícito penal ou civil ou um ilícito administrativo”.

Os trabalhos da Comissão sofreram, nas palavras do relator, “influências perturbadoras” em virtude da falta de compreensão dos limitados objetivos da Comissão.

Na opinião do relator, atribuiu-se ao IBAD uma importância que extrapolava em muito sua área de atuação. Viu-se nessas instituições, IBAD, IPES ¹¹³ e Adep a fonte de males cujas causas são ignoradas. Algumas testemunhas se apresentaram como vítimas de ameaças de agressão física, sem que indicassem os ameaçadores. Uma testemunha inquirida admitiu a morte de um jornalista sob influência criminosa de agente do IBAD. Outra testemunha, inquirida durante o curso das investigações, insinuou que de documentos que deveriam ter sido incinerados, foram tiradas fotocópias por diligência do Conselho de Segurança Nacional.

O IBAD influenciou em episódios da vida nacional: na indicação para primeiro ministro do Brasil quando o país viveu sob o sistema de governo parlamentarista e também na ocasião da campanha do plebiscito sobre o presidencialismo. O IBAD fez interferência no mercado de publicações brasileiras, causando prejuízos a várias empresas, que não puderam mais sobreviver.

Segundo o parecer do relator: “Afirmou-se no Senado Federal que o Exército brasileiro tem dossier completo sobre a participação do IBAD, dessa

organização de terrorismo eleitoral, dessa organização de traição nacional, que despendeu bilhões de cruzeiros na tentativa de descaracterizar o Congresso brasileiro, trazendo para a Câmara dos Deputados e para o Senado homens desfibrados, que não defendem os interesses nacionais e sim interesses apátridas desse IBAD, que vem se recusando a informar a origem dos seus recursos, e com isso trazendo mácula indelével em dezenas de mandatos que são exercidos nas duas Casas do Congresso Nacional, cujos mandatos não representam o povo brasileiro, enquanto não se esclarecer a origem dos recursos que receberam. Tem todas estas informações, o Exército brasileiro”.

O Exército não confirmou a denúncia mas, por ofício de 28 de outubro de 1963, respondeu à Comissão, através do ministro da Guerra: “Em consequência a documentação em causa, salvo melhor juízo, deve permanecer no serviço secreto de informação do Exército, tendo em vista resguardar as fontes, o desenvolvimento das pesquisas bem como a veracidade ou não dos documentos”.

Houve solicitações de câmaras municipais e entidades de classe de diversos pontos do território nacional, para que as investigações apurassem os malefícios das ações do IBAD. Por outro lado, a Comissão recebeu abaixo-assinados para que os postos de saúde não fechassem os núcleos assistenciais, financiados pelo IBAD, principalmente os que estavam localizados no Nordeste¹¹⁴. Os abaixo-assinados de Pernambuco, com centenas de assinaturas, são procedentes de Escada, Gravatá, Garanhuns, Arcoverde, Limoeiro, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Boa Vista (Bezerras), Pina (Brasília Teimosa), Sítio Caiana, Vasco da Gama, Cabo e Goiana.

O IBAD foi criado, segundo declaração expressa do Ivan Hasslocher, com o manifesto propósito de combater o comunismo. A Ação Democrática Popular também afirmava objetivo idêntico. Entretanto, a sua ação e o seu antagonismo se fizeram maior contra a Frente Parlamentar Nacionalista, pela sua abrangência e influência na sociedade. A atuação do IBAD se circunscrevia à propaganda de sua ideologia, editando revista, promovendo simpósio, divulgando seu programa através do Rádio e da TV. Os seus adversários não tinham condições de competir.

Entretanto, quando o IBAD resolveu intervir em pleitos eleitorais e concebeu a entidade Adep, não apenas os seus principais adversários, os comunistas, foram atingidos, mas também outros setores da sociedade e por diversas inspirações.

Em primeiro lugar, causava espanto o volume de dinheiro, que estava sendo lançado nos pleitos eleitorais. Não era preciso que se viesse a dar prova de que a procedência das centenas de milhões de cruzeiros utilizados na campanha era estrangeira, para que se lançasse sobre o IBAD e suas entidades afins o indignado anátema da mais pura censura cívica.

Para o Congresso Nacional é da maior importância a indagação sobre a origem das contribuições ou auxílio pecuniário. É que na Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, no item I está escrito: “É vedado aos partidos políticos receber, direta ou indiretamente, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro de procedência estrangeira”.

PARECER DO RELATOR

Em um dos trechos iniciais de seu parecer, o deputado Pedro Aleixo, relator da CPI do IBAD, fez questão de sublinhar:

Raramente podem ser encontrados tantos e tão fortes óbices a um inquérito quantos os que se antepuseram aos trabalhos da Comissão incumbida de apurar a origem dos haveres e a atuação das instituições conhecidas como IBAD e IPES.

Em seguida, o deputado-relator passa a enumerá-los sobriamente, restringindo-se muito naturalmente àqueles obstáculos materiais encontrados no decurso da investigação: fuga de um principal implicado, de negações de testemunhos, dificuldades de obter informações relacionadas com operações bancárias, etc. No entanto, a afirmação situada assim de pronto, mesmo discretamente soa como um desabafo, brilha como uma epígrafe, sinalizando a magnitude dos interesses e pressões ali cogitados, as repercussões que tiveram na opinião pública e até mesmo as implicações eventuais do que havia sido examinado e discutido para o ordenamento constitucional do país. Porque se tratava da investigação de um instrumento operativo de monta¹¹⁵, financiado por capital estrangeiro para exercer influência dentro de um embate político que envolvia decisões importantes para os destinos do Brasil. Ora, naquele momento as questões relativas à soberania nacional (a definição de um desenvolvimento econômico com maior autonomia e de uma política externa independente) constituíam eixos de forças políticas com apoio popular crescente no país e afrontava diretamente os interesses da potência dominante no hemisfério americano, os Estados Unidos da América, empenhados por sua vez em condicionar os rumos a serem tomados pelos governos da região aos seus propósitos estratégicos universais.

A evolução crescente de forças progressistas em Pernambuco, envolvidas em lutas políticas e sociais e com mensagem anunciadamente nacionalista, levava-as a disputar a eleição para governador em 1962, colocando-as na posição de poder eleger um candidato nomeadamente de esquerda, em uma região particularmente empobrecida, fato peculiar e ameaçador na lógica dos grupos dominantes, locais e inter-

nacionais. Nessa perspectiva, portanto, não foi por acaso ter sido Pernambuco o estado da federação a ter recebido a maior soma de financiamento estrangeiro, através do IBAD, para impedir a vitória de um candidato ao governo do estado.

O CRESCIMENTO DAS ESQUERDAS EM PERNAMBUCO

Com a morte de Agamenon Magalhães em 1952 e pelo fato de não existir à época em Pernambuco o cargo de vice-governador, o presidente da Assembleia Legislativa, Torres Galvão, assumiu provisoriamente a chefia do estado, e novas eleições foram marcadas para outubro do mesmo ano. O PSD, com apoio da conservadora “Coligação Democrática Pernambucana” (PDC, PSP e PL), lançou o nome de Etelvino Lins, secretário de Segurança Pública de Agamenon durante o Estado Novo. Por dificuldades internas, a UDN não lançou candidato próprio e, ao final, acabou por apoiar Etelvino. Na tentativa de apresentar solução alternativa para a sucessão de Agamenon, as esquerdas apoiaram o lançamento da candidatura do jornalista Osório Borba pelo Partido Socialista Brasileiro, e, mais uma vez, marcaram presença efetiva: Etelvino Lins venceu o pleito, mas perdeu na capital.

Em 1954, numa acirrada disputa com João Cleofas da UDN, o PSD conseguiu eleger o conservador general Cordeiro de Farias, com apoio dos coronéis do sertão e da máquina administrativa estatal. As esquerdas não participaram desse pleito, no entanto, articularam-se para fortalecer o lançamento da candidatura do socialista Pelópidas Silveira para a Prefeitura da Cidade do Recife. O pleito marcado para 3 de outubro do ano seguinte era o primeiro da história recifense ¹¹⁶.

Formou-se vasta aliança política entre os comunistas, socialistas, trabalhistas e setores da esquerda nacionalista em torno da candidatura de Pelópidas Silveira à Prefeitura do Recife. Esta aliança, que ganhou notoriedade com a denominação de “Frente do Recife”, obteve mais votos do que a soma total dos outros candidatos que concorriam à edilidade da capital, firmando-se assim como uma força política de inegável importância no estado.

Nas eleições para governador de 1958, a UDN pernambucana procurou o apoio dessa Frente para tentar vencer em coligação o situacionismo peessedista. Assim, formou a chapa das “Oposições Unidas” tendo Cid Sampaio (UDN) para governador e Pelópidas Silveira (Frente do Recife) para vice. As “Oposições Unidas” elegeram Cid e Pelópidas com uma expressiva votação. Miguel Arraes foi indicado para a Secretaria da Fazenda. No plano legislativo, a chapa “Oposições Unidas” obteve, em conjunto, a maioria da representação na Assembleia Legislativa.

Em 1959, a “Frente do Recife” impôs o nome de Arraes como candidato a prefeito do Recife, ainda

com o apoio udenista. Eleito com expressiva vitória, Arraes prosseguiu no ritmo de trabalho de seu antecessor, o socialista Pelópidas Silveira, atacando os problemas considerados básicos do município: ampliação dos transportes coletivos, urbanização dos mocambos e alargamento das avenidas.

A sua administração foi ainda marcada pela criação do Movimento de Cultura Popular – MCP. Fundado simbolicamente em 13 de maio de 1960, tinha como objetivo básico apoiar e promover as manifestações da arte popular regional e desenvolver um trabalho de alfabetização de crianças e adultos. O movimento contou com apoio da intelectualidade pernambucana, dos meios acadêmicos universitários, das entidades estudantis e de grupamentos políticos de esquerda. Ficou conhecido nacionalmente e serviu de modelo para movimentos semelhantes criados em outros estados brasileiros.

Na disputa presidencial de 1960, o governador Cid Sampaio recompôs-se com a direção nacional da UDN e, rompendo o pacto político com a “Frente do Recife”, passou a apoiar localmente a candidatura presidencial de Jânio Quadros. No entanto, a saída oficial da Frente do Recife do governo Cid somente ocorreu em janeiro de 1962, quando os comunistas enviaram uma carta ao governador dando as razões do rompimento. A essa altura, já se esboçava o duro embate do próximo pleito para governador que se daria em outubro do mesmo ano.

A competição eleitoral para uma candidatura de esquerda se dava em condições particularmente difíceis: força em ascensão, contestadora, ela se defrontava, sobretudo no interior do estado, a um sistema tradicional de constrangimentos, controles e violência que submetia parte do eleitorado às chefias políticas locais. E, provavelmente, um fator ainda mais importante em seu detrimento: a proibição do voto do analfabeto restringia significativamente o número de votantes entre as camadas populares.

Em 1960, nas últimas eleições diretas para presidente, estavam inscritos 12,5 milhões de eleitores em todo o Brasil, ou seja, 17,7% da sua população total. Na mesma época, por volta de 40% dos brasileiros de 15 anos ou mais eram analfabetos. Em 1960, a população de Pernambuco, segundo o recenseamento, era de aproximadamente 4,3 milhões. Nas eleições de 1962, votaram para governador 551.492 eleitores, o mesmo que 12,7% da população do estado, uma proporção abaixo da nacional, refletindo certamente o nível bem mais alto de analfabetismo no estado.

A vitória de Miguel Arraes em 3 de outubro de 1962 foi bastante apertada: 47,9% dos votos, contra 45,6% de João Cleofas (que se reapresentara candidato, com o apoio de Cid Sampaio) e 6,5% de Armando Monteiro Filho. No entanto, a simples perspectiva de vitória em circunstâncias tão adversas já

seria prova de um vigor inédito daquela nova força política até então nunca vitoriosa em Pernambuco. E explicaria, em boa parte, as reações extremas de seus adversários.

No entanto, a candidatura sob a liderança da Frente do Recife teria repercussões na sociedade local e nacional muito além do seu peso ou impacto nas competições eleitorais. Na verdade, ela representava um vasto movimento, assim caracterizado por Fernando Coelho:

A aliança vitoriosa em Pernambuco nas eleições de 1962, embora sob a liderança da Frente do Recife, era ampla e heterogênea, formando um arco que ia de antigos e ultraconservadores coronéis do interior e outros representantes das oligarquias rurais – na maioria ligadas ao PSD e, adversários tradicionais, em cada região, das oligarquias ligadas à UDN e aos comunistas e socialistas. Com uma base urbana expressiva de formadores de opinião, sem filiação partidária, originados da Universidade, de sindicatos, de movimentos religiosos, de entidades de classe, de clubes de serviços, de associações de bairros e inúmeros outros setores da sociedade civil. Incorporando, inclusive, áreas da classe média eleitoralmente importantes, que não haviam participado das campanhas políticas anteriores mas que se engajaram naquele ano, após compararem a contribuição que cada um dos candidatos poderia trazer ao progresso do estado e à melhoria das condições de vida do povo ¹¹⁷.

Esse conjunto de grupos, pessoas, movimentos, esforços e entusiasmos heterogêneos que possuía vivacidade e força peculiares, espicaçavam a imaginação pública, oferecendo-lhe uma alternativa para mudanças e uma perspectiva de poder. Para os seus adversários tornava-se imperativo impedir o seu avanço, conspurcando-lhes as ideias e motivações, detendo-lhes os passos político-eleitorais. Entre os meios utilizados foram criadas novas e modernas organizações de âmbito e reunidos recursos, dinheiro estrangeiro, em uma proporção jamais conhecida anteriormente na política brasileira.

FINANCIAMENTO DAS ELEIÇÕES ¹¹⁸

A escala e a origem dos recursos envolvidos na campanha contra a sua candidatura receberam os seguintes comentários de Miguel Arraes, durante a CPI do IBAD:

[...] essa soma de recursos que foi despejada em Pernambuco não é dinheiro dos pernambucanos que estivessem querendo ou pretendendo naquela oportunidade defender as suas fortunas. Senhor Presidente, os homens mais

ricos do Estado que estavam contra mim nas eleições – e que eram os usineiros, porque lá existem poucas grandes fortunas – esses homens não têm condições de gastar o que foi gasto em Pernambuco. Eles, para plantar cana, se financiam no Banco do Brasil e então seria porventura o Banco do Brasil que estaria financiando as campanhas eleitorais dos meus adversários através de industriais da terra? Não acredito, Senhor Presidente, que os usineiros fossem jorrar assim tanto dinheiro que tomam emprestado do povo, para campanhas eleitorais políticas no meu Estado, mesmo porque esse dinheiro não daria para tanto. Eu desejaria que esta Comissão pudesse, ao fim de tudo, saber de onde vêm esses recursos.

Atendo-se a demonstrar formalmente, com documentos à mão, que parte significativa dos recursos gastos pelos seus adversários vinha do IBAD, o governador, depois de um raciocínio em tom quase irônico, lançava um desafio à Comissão: E o dinheiro do IBAD, de onde vem?

A CPI estabeleceu as ligações existentes entre o IBAD e campanhas políticas, identificou os mecanismos utilizados para tais ligações, assim como os responsáveis nelas envolvidos, sem, no entanto, fornecer resposta cabal quanto à origem final do dinheiro, embora estivesse claro para todos, como sugere o governador, que este não teria condições de “jorrar” localmente.

Na verdade, a história da influência e interferência direta dos Estados Unidos no processo político brasileiro anterior a 1964, na preparação do golpe de Estado e na sua execução foi se revelando pouco a pouco, no curso desses cinquenta anos passados, à medida que foram se abrindo os arquivos americanos, que testemunhos inéditos apareceram, ou que documentos como os dessa CPI emergiram. Casos há, em que velhas testemunhas deram novos depoimentos, a exemplo do ex-embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que tem longa história de revisões do próprio depoimento, analisada em detalhe por James Green e Abigail Jones no ensaio: “Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964” ¹¹⁹:

No depoimento prestado ao Senado norte-americano, em 1966, Gordon proferiu a famosa frase de que o movimento que derrubou Goulart era “100% — não 99,44 — mas 100% puramente brasileiro” e reiterou que nem ele nem outros funcionários do governo norte-americano estiveram envolvidos “ajudando, incitando ou participando” da derrubada de Goulart.

Depois que documentos pertencentes à Operação Brother Sam ¹²⁰ vieram a público, Gordon nunca mais negou calorosamente o envolvimento norte-americano no golpe militar. Ele

passou a usar uma linguagem mais matizada e focada em pontos específicos do plano de contingência, como fez em 1976, quando declarou que a CIA não desempenhou nenhum papel no golpe, “dirigindo-o ou financiando-o”. Ele nunca esclareceu essa ambiguidade

Quando a Operação Brother Sam veio à luz, em 1977, Gordon passou a focar seu discurso nos propósitos da operação, não em suas especificidades:

A força-tarefa não foi criada para uma intervenção militar, com força de combate. Ela foi criada para tornar possível uma forma de ação norte-americana limitada, em uma contingência hipotética específica, uma guerra civil com o Brasil dividido em linhas geográficas, com forças do mesmo tamanho, e com um dos lados reconhecido por nós.

Se na investigação de Green e Jones, Lincoln Gordon pula de negaceio a negaceio, ou muda a cada hora de eufemismo, em entrevista dada a Geneton Moraes Neto, 39 anos depois do golpe e aos 89 anos de idade, o antigo embaixador americano responde de maneira singela e direta àquela pergunta feita pelo governador Miguel Arraes no seu

depoimento sobre a origem do dinheiro ¹²¹:

Geneton Moraes Neto: A CIA – afinal – deu ou não deu dinheiro a candidatos simpáticos aos Estados Unidos nas eleições de 1962 no Brasil?

Gordon: Demos. Definitivamente. Com o passar do tempo, considere que este foi um erro de nossa parte. Nós estávamos, na época, influenciados pelo que tinha acontecido na Itália logo depois da guerra: historiadores acham que o apoio aos anticomunistas italianos – inclusive com dinheiro e propaganda – foi o que tornou impossível a vitória eleitoral dos comunistas.

Geneton Moraes Neto: Quanto a CIA gastou no Brasil?

Gordon: A minha estimativa é de que foram cinco milhões de dólares ¹²². Mas não se produziram resultados importantes, porque o Congresso que foi eleito em 1962 não foi diferente do Congresso anterior. Miguel Arraes – por exemplo – se elegeu governador em Pernambuco, o que foi um fato mais importante do que qualquer mudança no Congresso.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo da Câmara dos Deputados Federais	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - IBAD e IPES	Câmara dos Deputados Federais	A documentação trata de uma CPI instituída pela Câmara, destinada a investigar a atuação do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), como possíveis órgãos financiadores de campanhas eleitorais no Brasil nos anos sessenta.
Arquivo do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA)	Aviso nº 9-D/68	EMFA	Documento comunicando assistência militar, programas de instrução, financiamento de material e para compra à vista e a crédito através do Departamento de Defesa. Envolvidos: Marinha, Exército, Aeronáutica e representante da Delegação Norte-Americana.

NOTAS - CAPÍTULO 7

71 Confirmada ajuda americana à candidatura de Cleofas em 1962. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 nov. 1977. LINCOLN GORDON: Demos dinheiro a candidatos em 1962. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 25 nov. 2002, p. 8.

72 DUTRA, Eloy. **IBAD**: sigla da corrupção. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

73 TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

74 Câmara dos Deputados, Gabinete da Presidência, GP/O/1698-77.

75 **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 1 jul. 1977.

76 Todo o Dossier da CPI do IBAD-IPES pode ser consultado no site da Cepe, disponível em: <<http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017. Cf. também in: **Caderno da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**, v. 5.

77 CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964-1984)**: os bastidores das sucessões presidenciais. Porto Alegre: L&PM, 1985.

78 Ação Democrática Popular.

79 BRASIL. **Relatório [da Comissão Nacional da Verdade]**: mortos e desaparecidos políticos. v. 3. Brasília: CNV, 2014, p. 218-226.

80 DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 61.

81 ANEXO II – Ata da Sessão. In: **Caderno da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**, v. 5, op. cit. Consultar site da Cepe.

82 Depoimento de Arraes.

83 Idem.

84 Idem.

85 Era embaixador dos Estados Unidos da América, no Brasil.

86 ANEXO III – Parte A (original) Telegrama secreto do Rio de Janeiro para a Secretaria de Estado dos Estados Unidos, datado de 04 de abril de 1963. In: **Caderno da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**, v. 5, op. cit. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353863/>>. Acesso em: 30 jan. 2017. Parte B (tradução) Tradução realizada pela Clí-

nica de Direitos Humanos – Neari – Faculdade Damas – Recife/PE.

87 Relação de documentos entregues por Miguel Arraes pode ser consultada no Parecer do Relator, publicado em fac-símile, mais adiante.

88 Depoimento de Arraes.

89 Idem.

90 Adeildo participava dessas ações, debandou do organismo e forneceu material para o dossier de Arraes. Sofreu três tentativas de atentado em um mesmo dia. A manchete do *Última Hora* estampa “Atentado a tiros contra o delator do IBAD”. Adeildo reafirmou à polícia tudo que tinha dito no depoimento e pediu garantias de vida.

91 Resumo das informações do depoimento de Frutuoso Osório, diretor-geral do IBAD pode ser consultado no Parecer do Relator, mais adiante. Ou no site da Cepe, já indicado: Dossiê do IBAD, Caixa 6, volume XVI, Parte A – p. 3380/3383 e Parte B – p. 3411/3413.

92 O IBAD em Pernambuco funcionava na rua da Soledade, 235, também em um casarão na rua Benfica e tinha escritório no Edifício Continental, no centro do Recife. Eram membros em Pernambuco: Orlando Parahym, Antônio Correa Oliveira e Olímpio Ferraz.

93 Resumo das informações do depoimento de Francisco Camelo Lampreia, diretor fundador do IBAD, mais adiante no Parecer do Relator. Também no site da Cepe, indicado: Dossiê do IBAD, Caixa 6, vol. XVI, pp. 3398/3401.

94 Todas as quantias em moeda nacional citadas em relação ao episódio do IBAD aparecerão nos valores originais, expressos em cruzeiros (Cr\$).

95 Depoimento de Arraes.

96 Idem.

97 Idem.

98 Parecer do relator, Caixa 6 Volume X, p. 3398. Disponível em: <<http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

99 ANEXO IV – Ata da sessão na qual seria tomado o depoimento de João Cleofas e carta que entregou à CPI. In: **Caderno da Memória e Verdade Dom Helder Câmara**, v. 5, op. cit. E também no Dossiê do IBAD, Cx. 4, v. X, p. 1830-1836. Consultar site da Cepe.

100 ANEXO IV – Carta de Cleofas. In: **Caderno da Memória e Verdade**, v. 5, op. cit.

101 Em 15 de julho de 1963 a constituição da Diretoria do IBAD, era a seguinte: Diretor Presidente – cargo vago; Diretor Superintendente – Ivan Hasslocher; Diretor Secretário – Carlos Lavínio Reis; Diretor Tesoureiro – Lauro de Barros; e Diretor Geral – Frutuoso Osório Filho. Sócios fundadores: Ivan Hasslocher, Francisco Camelo Lampreia, Sergio Macedo, Carlos Lavínio Reis, Barthelemy Beer, Heider Castelo Branco, Frutuoso Osório Filho, Odemyr de Farias Barros, Laura Beer e Aloisio Hammerli.

102 A Constituição de 1946 estava em pleno vigor nesse período.

103 Ver no Parecer do Relator, mais adiante, a Constituição da diretoria do IBAD, Estatutos aprovados e reformas dos estatutos. E também no site já indicado: Dossiê do IBAD, Caixa 1, v. II, p. 289/295. E ainda a Carta de Ivan Hasslocher ao general Barbato sobre a reorganização do IBAD. Caixa 1, v. II, p. 451/454.

104 A Frente Parlamentar Nacionalista atuou entre 1956 e 1964, reunindo cerca de 70 deputados de vários partidos. Os grandes temas nacionais dividiam o Congresso Nacional, delineando-se duas correntes: a nacionalista e a dos conservadores. Os nacionalistas defenderam a necessidade de organizar uma entidade sem que a procedência partidária fosse obstáculo. Nomes de deputados pernambucanos como Oswaldo Lima Filho, Josué de Castro, ocuparam a tribuna em defesa das questões nacionais e antiimperialistas.

105 Associação Democrática Popular fundada no 1º semestre de 1961 sob o governo Jânio Quadros. Participavam, dessa associação, deputados da UDN – União Democrática Nacional, e do PR – Partido Republicano, e outras siglas como o PSD – Partido Social Democrático.

106 Resolução pode ser encontrada na parte final do Parecer do Relator, publicado adiante.

107 Conforme consta de publicação feita no Diário do Congresso Nacional de 15 de setembro de 1962, o senhor deputado Eloy Dutra tomou a iniciativa de promover a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, baseado em várias acusações, entre elas: o IBAD está financiando candidatos ao Legislativo da Guanabara e demais estados de forma tão faustosa, que gera dúvidas quanto à origem dos respectivos recursos; o IBAD, através de sua revista, prega abertamente a destruição da Petrobras; o IBAD quer fazer crer que os seus recursos são provenientes de sua revista, que não tem anúncio e nem é vendida nas bancas. Por motivos vários, especialmente o de estar por encerrar-se a sessão legislativa da legislatura que findava em 31 de janeiro de 1963, a comissão criada não chegou a funcionar.

108 Bacharel em Humanidades por universidade dos Estados Unidos. Em 1951 volta ao Brasil e funda, em

1951 a S.A. Incrementadora de Vendas Promotion, uma agência de publicidade de pequeno porte. Filho de um ex-deputado estadual, Paulo Germano Hasslocher, do RGS, e neto do ex-deputado federal Germano Hasslocher.

109 Resumo das informações do depoimento de Ivan Hasslocher pode ser encontrado no Parecer do Relator, mais adiante. E também no site indicado: Dossiê do IBAD, Caixa 6, v. XVI, p. 3403-3411. E ainda: – Documento apresentado por Ivan Hasslocher. Caixa 4, v. X, p. 2052-2054.

110 “Como há muitos anos já foi reconhecido publicamente, eu também fui favorável à proposta de dar através da Agência Central de Inteligência – CIA, alguma assistência financeira aos candidatos ao Congresso que tinham uma atitude amigável com relação aos Estados Unidos”. GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo**. São Paulo: SENAC, 2002, p. 102. Na época em que se desenrolavam os fatos relativos à CPI do IBAD, Lincoln Gordon era embaixador dos Estados Unidos da América, no Brasil.

111 Frutuoso Osório Filho, sócio-fundador e diretor-geral do IBAD e coordenador das ações da Adep para os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e sócio da S.A Incrementadora de Vendas Promotion. No depoimento de Arthur Cesar Junqueira consta que Frutuoso Osório Filho recebeu Cr\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões) para serem empregados no Nordeste, na campanha eleitoral. No depoimento prestado pelo Sr. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, consta que Frutuoso Osório Filho representava em Pernambuco a Promotion e o IBAD, mediante procuração outorgada por Ivan Hasslocher, Carlos Lavínio Reis e Barthelemy Beer.

112 Resumo das informações do depoimento de Arthur Oscar Junqueira, ex-secretário da Adep, pode ser consultado no Parecer do Relator, publicado mais adiante. E também no site indicado. Caixa 6, volume XVI, p. 3383/3387 e 3416/3421.

113 O IBAD e o IPES são, segundo René Dreifuss, organismos ideológicos formadores de opinião pública. Defendiam interesses e articulações entre o empresariado nacional e estrangeiro, o governo dos Estados Unidos da América e os militares de alta patente para construir uma oligarquia que partilhasse cargos e espaços nos conselhos empresariais e em instituições estatais. A CPI não conseguiu provar seu vínculo com o IBAD, ainda segundo este autor. DREIFUSS, op. cit.

114 Frutuoso Osório Filho, em seu depoimento, informa que o IBAD tem 17 postos fixos e 20 postos volantes para assistência médica desde a Bahia até o Rio Grande do Norte. Só em Pernambuco estavam localizados 13 postos.

115 Já naquela época o ordenamento jurídico brasileiro impunha a pena de dissolução às entidades privadas, fosse qual fosse a sua natureza jurídica, que ofendesse o princípio da função social das sociedades civis, o qual deveria ser conduzido de par com o princípio democrático da cooperação para atingimento dos ideais republicanos e do estado de direito. Afinal, o país havia saído de uma ditadura e vivia sob a égide da Constituição democrática de 1946.

116 Mesmo com o fim do Estado Novo, o cargo de prefeito do Recife não provinha do sufrágio universal, mas sim de indicação dos governadores. Isto se devia ao fato de ser a capital pernambucana considerada uma zona estratégica de defesa do território nacional.

117 COELHO, op. cit., p. 86.

118 A influência do IBAD nos meios de Comunicação pode ser vista de forma mais detalhada no Capítulo 14

deste relatório - As Graves Violações dos Direitos Humanos nos Meios de Comunicação.

119 GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, 2009, p. 81.

120 A operação secreta norte-americana, batizada de Brother Sam, era um plano de contingência concebido em 1964 para responder ao agravamento da crise política no Brasil. A operação incluía uma força-tarefa naval e abastecimento de petróleo, gasolina, e derivados, além de armas e munição para os conspiradores. Idem, p. 80-81.

121 Publicada em: *O Globo*, 22 nov. 2002.

122 A preços de 2016, 38 milhões de dólares – ou cerca de 136 milhões de reais.

CAPÍTULO 8.

SUDENE: O DESMONTE DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL PLANEJADA NO NORDESTE

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da relatora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, fundamentado nos testemunhos de Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Clemente Rosas, Adalberto Arruda, Ulrich Hoffmann, Plínio Soares, Délio Mendes e José Expedito Prata, em depoimentos à CEMVDHC (Sessão pública, Auditório Calouste Goubenkian, Fundação Joaquim Nabuco, no dia 24 de setembro de 2015)..

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. (Agostinho, Santo. Confissões, livro XI: O homem e o tempo)

Em 17 de fevereiro de 1959, no Salão do Cate, parlamentares, ministros, governadores do Nordeste, e dom Helder Câmara, foram acolhidos pelo presidente Juscelino Kubitschek e pelo economista Celso Furtado para testemunharem o lançamento da Operação Nordeste, que JK denominou de META 31. Na mesma cerimônia, o presidente assinou uma mensagem ao Congresso, encaminhando o projeto da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sude-ne, e nessa mesma ocasião assinou outro decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – Codeno com sede no Recife. Segundo Francisco Oliveira, “um vasto sopro de esperança varreu a região”.

A região nordeste na década de 50 foi atingida por duas grandes secas, em 1952 e em 1958. O quadro da região era visto com preocupação, mas as autoridades federais não se sentiam responsáveis, pois o nordeste continuava entregue às oligarquias que se beneficiavam da situação explorando a chamada indústria da seca. Não havia política específica para combater esse flagelo e nem um plano de trabalho que incluísse a região, tida como lugar de subdesenvolvimento e descaso público. Em 1958, a renda per capita do nordeste registrou uma queda de 15% e os índices de produção 6% em relação à renda nacional. Estes índices faziam contraste com o centro-sul, cujo desenvolvimento industrial se encontrava em ascendência.

Diferentes forças políticas, sociais e religiosas se mobilizaram e pressionaram o governo federal para que tomasse medidas decisivas; o então pre-

sidente da república Juscelino Kubitschek criou em 1957 o GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, ligado diretamente à presidência da república, coordenado pelo economista Celso Furtado. O GTDN realizou minucioso estudo e elaborou um plano a ser aplicado à região. Em 1959 esse plano foi apresentado a Juscelino Kubitschek. Figuravam nas ações do plano para reverter as permanentes diferenças econômicas e sociais entre as regiões nordeste e centro-sul, a intensificação dos investimentos industriais, a ampliação das fronteiras agrícolas, a transformação da prática agrícola nas regiões úmidas visando o abastecimento dos centros urbanos e a elevação da produtividade na zona semiárida.

Antes e durante o governo de Juscelino Kubitschek já se movimentava dentro das forças armadas e entre os civis um pequeno grupo modernizante-conservador, que acompanhou o plano de Metas (mesmo que não o aprovasse integralmente), que incluiu a criação do BNDE, EPEA, depois IPEA, a Fundação Getúlio Vargas e as Escolas de Administração, todos necessários ao desenvolvimento nacional. Para que este planejamento estatal se realizasse foi necessário reunir especialistas: engenheiros, economistas, advogados, profissionais orientados para a racionalidade empresarial, eficiência e lucro. O que diferenciava a Sudene dessas diretrizes era, provavelmente, as metas para alcançar a racionalidade empresarial e eficiência limitadas às *considerações sociais*. Uma das preocupações de Celso Furtado ao ver se instalar no nordeste indústrias com tecnologia avançada era a possibili-

dade de que essas indústrias pudessem aproveitar e empregar a mão de obra da região.

A criação da Sudene foi aprovada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 1959, pela Lei 3.692. O seu 1º Plano Diretor foi aprovado em 1961; foi tão combatido pelas oligarquias nordestinas que se transformou em objeto de discussão e defesa em ato público, no centro do Recife, com a presença de milhares de pernambucanos, para pressionar o voto dos parlamentares, representantes do nordeste.

A Sudene enfrentou resistências de parte das elites nordestinas, temerosas por perdas de privilégios e até de setores atrasados do Congresso Nacional. Parlamentares, representantes do nordeste, se opuseram à criação do novo órgão.

A aprovação somente foi possível graças aos parlamentares do centro sul, alguns aliados de industriais nordestinos. Francisco de Oliveira escreveu:

A Sudene traz inscrita, desde a sua origem, a marca da intervenção 'planejada' no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder coercitivo do Estado, do capitalismo do centro sul. Isso não é uma dedução que se permite apenas por um exame a posteriori: o que não estava garantido era o sucesso do empreendimento, mas seus objetivos não poderiam ser mais claros. O novo organismo detinha entre suas funções a capacidade de criar empresas mistas, sendo obrigatoriamente combinando capitais da União, dos estados e combinado até do setor privado. Tal capacidade é inteiramente inédita no quadro político-administrativo do país; e o objetivo era precisamente o de tornar o Estado também produtor no Nordeste, dissolvendo sua antiga ambiguidade, que era a marca estrutural do populismo¹²³.

A Sudene chega ao nordeste com um potencial político de intervenção na região sem paradigma. Na tentativa de realizar a integração entre a região sudeste e nordeste, enfim criar liames entre as diferentes economias foi ocupando espaços políticos-administrativos em várias esferas: passou a ter poder e capacidade de dar câmbio de custo para importação de equipamentos industriais e agrícolas, sendo obrigatoriamente ouvida pela Sumoc, predecessora do Banco Central, também tinha assento no Conselho de Política Aduaneira. Havia incentivo total para as novas empresas que se instalassem no nordeste para o aproveitamento das matérias primas regionais e incentivo parcial para as empresas que já transformassem as referidas matérias primas. Esses mecanismos, teoricamente, não desfavoreciam necessariamente a burguesia indus-

trial regional, mas concretamente quem lucrava era a burguesia internacional associada ao centro-sul. Para Dreifuss,¹²⁴ a debilidade da burguesia industrial regional tornava-a inapta para reciclar seus esquemas de reprodução e as isenções fora um mero expediente para adiar a falência completa, salvo parte da burguesia regional já participante da grande burguesia nacional e internacional, como exemplos cita, em Pernambuco: o grupo Batista da Silva – indústria e banco; o grupo Bezerra de Melo – indústria e hotelaria; o grupo Lundgren – Casas Pernambucanas; grupo Brennand – indústria de azulejo e cerâmica; grupo João Santos - indústria de cimento; na Bahia, grupo Mariani Bitencourt – banco; grupo Calmon de Sá – banco.

Com o golpe civil militar de 1964 e a instauração do IPM da Sudene, dirigido pelo general Salvador Batista do Rêgo, não foram apenas os funcionários atingidos por medidas repressivas, prisões, perseguições, perda do emprego, violação dos direitos humanos, mas se abateu sobre a instituição a mão pesada do estado autoritário, no sentido de desmontar todo o projeto pensado para o desenvolvimento dessa região e sua integração com outras regiões do país.

Os dirigentes da Sudene, técnicos em desenvolvimento como seu superintendente Celso Furtado, o adjunto Francisco Oliveira, e os diretores de departamentos Jader Figueiredo de Andrade e Silva, Estevam Strauss, Joaquim Ferreira, Nailton Santos foram todos afastados, perseguidos, presos e ou exilados. Com exceção de Francisco Oliveira, os outros dirigentes citados faleceram e o que sabemos sobre eles, após o golpe, está registrado em seus depoimentos aos órgãos de repressão, na qualidade de presos políticos¹²⁵. Essas informações auxiliam a constituição do *corpus* dessa relatoria.

Estes técnicos e mais algumas dezenas constituíam uma elite orgânica; além de suas formações acadêmicas foram submetidos a cursos como o TDE – Técnico em Desenvolvimento Econômico, que seguia a orientação dos cursos da CEPAL¹²⁶. Bem formados, ocupavam cargos chave na administração governamental regional, que se implantou no nordeste, indo além dos limites dos estados. Com o golpe civil-militar de 1964, grande parte dessa elite intelectual foi submetida à prisão, à desmoralização e à condenação em tribunais militares. O desmonte desse aparelho governamental de planejamento significou a 'limpeza' nessa instituição e a sua reocupação por outra elite, tecnoempresarial, provavelmente indicada pelo IPES¹²⁷, responsável pelo redirecionamento das políticas públicas do estado ditatorial civil-militar. Para tanto o IPES e o SNI¹²⁸ foram passaportes para a montagem da nova administração na descaracterizada Sudene.

A Comissão Memória e Verdade Dom Helder Câmara realizou uma sessão de depoimentos com técnicos da Sudene, sobreviventes da repressão que se abateu sobre essa autarquia em 1964; realizada, em

24 de setembro de 2015, com o objetivo de obter dos depoentes informações que esclareçam à sociedade brasileira as circunstâncias em que essas violações de direitos humanos aconteceram, como também as mudanças tão bruscas no plano de ação da Sudene.

O plano de ação da Sudene foi estruturado em torno de quatro diretrizes: o aumento dos investimentos industriais e a organização da economia da zona semiárida, e dessas duas se derivavam outras duas: o aumento da produção de alimentos na faixa úmida e o deslocamento da fronteira agrícola da zona do semiárido em direção ao interior maranhense e goiano ¹²⁹.

A Comissão pergunta o que motivaria o estado autoritário pós-64 a desmontar um órgão que tinha esses objetivos.

Presentes à sessão estiveram Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Clemente Rosas, Adalberto Arruda, Ulrich Hoffmann, Plínio Soares e Délio Mendes, que se pronunciaram sobre os temas que seguem.

O arquiteto José Expedito Prata, funcionário da Sudene, que não pode estar presente na sessão pública sobre a Sudene, enviou pelo correio seu depoimento, que é uma visão sobre a instituição, seus objetivos, a ação do Golpe de 1964, prisão e exílio.

A SUDENE – DESDE SUA CRIAÇÃO, NA VISÃO DOS TÉCNICOS DEPOENTES

Que fatos, circunstâncias, motivações, levaram um grupo de indivíduos – homens e mulheres – a se congregarem, se irmanarem mesmo, sob um manto tecnocrático e um biombo burocrático-institucional, para sonharem juntos que eram, na expressão de um deles, ‘peregrinos do desenvolvimento’.

(Naílton Santos).

Francisco de Oliveira ex-superintendente adjunto ¹³⁰ da Sudene, declarou que desde o princípio a Sudene teve fortes inimigos.

O mais notório deles foi o senador Argemiro Figueiredo, da Paraíba, que desenvolveu uma luta feroz contra a aprovação do plano de criação da Sudene. Essas alianças e contradições variaram ao longo desses cinco anos; depois do golpe de 1964 não sabe avaliar como se deu. De início, por exemplo, a liderança do Cid Sampaio, que era governador de Pernambuco, funcionou muito a favor. Ele era um desenvolvimentista também, na linha juscelinista, e tentou tornar Pernambuco um polo de atração para as indústrias. Como ele era udenista ¹³¹, rapidamente virou oposição. Havia dubiedade entre os governadores. Havia governadores, como Aluísio Alves, com enorme força no Rio Grande do Norte e no nordeste. Havia o Virgílio Távora que além de coronel da reserva do

exército era no Ceará, muito forte. O Virgílio Távora chantageava todo o tempo, através de pequenas coisas...

Sobre a criação da Sudene, continua Francisco Oliveira,

foi produto do consenso, mas a Sudene não nasceu da cabeça de Minerva. O Celso foi a grande figura, sem ele não existiria, mas, antes, temos que levar em conta a realização do Congresso de Salvação do Nordeste, que foi basicamente uma iniciativa do Partidão, quer dizer, vamos botar a história nos seus pontos. O Partido Comunista Brasileiro tinha uma enorme influência na política brasileira. Depois que caiu na ilegalidade também continuou. Com todas as desvantagens para o nosso processo democrático e para os seus militantes. Mas a Minerva aí é outra, a Minerva é o Partidão, com as grandes ideias modernizadoras. Então o Congresso de Salvação foi o grande predecessor da Sudene, que foi confirmado depois no famoso Seminário de Garanhuns. Aí se dá o deslanche mesmo. E JK que era extremamente atilado e instruído pelo seu grande assessor Câmara, um embaixador que preferia estar no Brasil assessorando do que estar tomando uísque nas recepções é que instrui todo o processo e termina nas mãos de Juscelino. Juscelino cria o Codeno ¹³² e envia ao Congresso a Lei que cria a Sudene ¹³³. Quer dizer, esses também são aspectos, as vezes personalistas, mas que precisam ser recuperados. Juscelino não tem nenhuma boa imagem no Nordeste e, no entanto, é dele e do seu governo a grande iniciativa. Evidentemente, muito bem assessorado. [...] uma assessoria que tinha Câmara e Celso Furtado. O processo da Sudene é uma sucessão de tentativas de iniciativa, que culmina com o Seminário de Garanhuns, em 1958, onde acontece uma espécie de reivindicação. Getúlio Vargas já havia tentado. Por isso me surpreende que Fernando Henrique seja o único político importante que é, praticamente, anti-nordestino. Isso não existe na história do Brasil. Então Juscelino dá um passo decisivo, evidentemente ancorado em uma bela assessoria que era Celso Furtado, Câmara e Jesus Soares Pereira, o maranhense que deu assessoria a Rômulo de Almeida, que era o chefe da assessoria econômica. É uma história riquíssima de tentativas sucessivas de encontrar o caminho. O banco do Nordeste é de Vargas. Mas até se perceber que um banco não é exatamente uma instituição de desenvolvimento, demorou tempo e daí a criação da Sudene, digamos assim, estava madura para dar passos ousados, era uma reivindicação, não era uma coisa da cabeça de Minerva, era uma forte reivindica-

ção popular e popular quer dizer, veiculada, intermediada, trabalhada por organizações que eram populares; afinal de contas poucos partidos foram tão populares como o Partido Comunista que era o principal veiculador. O Partido Comunista Brasileiro como os Partidos Comunistas em geral do resto do mundo, tem uma história trágica. Ele é o grande veiculador da modernidade e é anulado por ela. [...] sonhamos comunistas e acordamos capitalistas.

Segundo Francisco Oliveira, Celso Furtado tinha muito prestígio junto ao Exército Brasileiro, pois era oficial da reserva, desta arma.

Naquela época [...] o Exército tinha uma plêiade de oficiais muito bem formados que não tinham nada o que fazer, desde que a guerra tinha passado e então ele (Celso Furtado) requisitou topógrafos, cartógrafos, engenheiros, geólogos, tudo lá; e com isso preencheu, no início, os quadros da Sudene. Depois entrou num período de formação dos nossos próprios quadros, com o inestimável auxílio da Universidade do Recife¹³⁴. O departamento de Geologia, por exemplo, foi quase todo fundado com estímulo da Sudene. Um departamento novo com o qual se teve muito contato. A Sudene destinou-se, basicamente, às teorias de planejamento que estivessem em moda, sob grande influência da CEPAL pra ensinar planejamento. [...] Mas nós não estávamos enquadrados em nenhum sistema de serviço público, de modo que as nomeações eram exclusivamente da escolha da própria Sudene... foi passeio num mar calmo? Não, de jeito nenhum.

A Sudene foi extinta formalmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Pode haver alguma contradição mais explícita? Quer dizer, um grande sociólogo, foi um grande sociólogo, (escreveu) algumas obras fundamentais. Pois Fernando Henrique extinguiu a Sudene ao invés de reformá-la. A Sudene, Sudam e tudo o que parecia tinha que ir junto. Isto é, ele foi um dos poucos políticos importantes que nunca deram atenção ao Nordeste. Isso é raro na história brasileira. Ele perseguiu.

“O que pensavam os militares que participavam do Conselho?”, perguntou o comissionado Manoel Moraes. Respondeu Chico Oliveira:

[...] os militares não pensavam nada. Eles faziam parte do Conselho da Sudene, isso era da Lei, e não só da Lei, da esperteza do Celso. Ele tinha sido da FEB, ele tinha um prestígio muito alto no Exército, por ser FEBiano. E ele era oficial da reserva. Mas o projeto de Lei da Su-

dene e finalmente a Lei saiu da mão dele e Juscelino assinou até sem saber muito. Já existia um membro representante do Estado Maior das Forças Armadas no Conselho da Sudene, mas eles não tinham projeto nenhum. O projeto de golpe caminhava ao largo, no Conselho da Sudene isso não aparecia, não tinha repercussão. Era toda a ala golpista do exército que conduzia o processo de conspiração. O exército tinha algumas táticas pra lidar com os seus quadros, não é? Os piores elementos eles mandavam pro Nordeste. Ou eram piores porque eram muito incompetentes ou eram piores... Por que o exército promove mesmo sem você ter mérito. Então você conhecia aqui quem foi comandante da 7ª RM e depois do IV Exército. Humberto Castelo Branco, Artur da Costa e Silva... eu estava no comando da Sudene numa certa crise, e o Paulo Guerra que era o vice-governador de Miguel Arraes..., disse que ia mandar invadir a Sudene pra tirar de lá os sacos de milho e feijão que a Aliança para o Progresso mandava. Eu fui ao general Artur da Costa e Silva: “Olhe general, eu não tenho soldados, então cabe ao senhor defender” Ele disse, “Não, o governador não é maluco, não vai fazer uma coisa dessas”. Eu voltei pra sede da Sudene, a gente ficava ali no edifício do IAPI, JK, até altas horas da noite e tal. E eu ia voltando com o rabo entre as pernas (pra casa)... é quando Jáder, que tinha ótimas sacações, disse: “Eles estão preparando um golpe, Chico. Se você for dizer que não tem condições aí...” o primeiro ministro, quem era? Tancredo Neves! “... Aí o Tancredão vai mandar ocupar a Sudene. Não façamos isso”. A gente voltou pra sede da Sudene, redigiu-se uma nota e foi pros jornais no outro dia. A cidade amanheceu no outro dia, vocês podem conferir isso na imprensa, com uma nota da Sudene esclarecendo tudo. Aí a gente furou o balão do golpe. No outro dia era a reunião exatamente do Conselho.

Sobre o mesmo tema, a Comissão ouviu o depoimento do advogado **Adalberto Arruda Silva**:

Eu acho que foi um projeto realmente revolucionário e democrático; a Sudene era um super ministério e isso foi o grande projeto de Celso, e que infelizmente o sistema, digamos assim, obscurantista e reacionário do governo ditatorial que se implantou em 64, assustado com as propostas desse projeto que era calcado numa nova visão da teoria econômica que não era uma visão meramente clássica nem mesmo só keynesiana, mas que envolvia componentes ecléticos, digamos assim, inclusive marxistas, do ponto de vista da teoria do poder econômico. Decerto assustados com a imagem de Celso e com o processo em mar-

cha, sobre o qual eu vou falar alguma coisa, desmontou toda aquela “fantasia organizada”, conforme Celso compara depois com a chamada “fantasia desfeita”, com a sua tristeza e, com a sua desilusão de tudo o que poderia ter sido feito, mas do qual muito se orgulhava e do qual podemos nos orgulhar.

[...] “eu quero dizer que essa visão [dava] ao projeto de Sudene, alguns poderes especiais listados aqui no que eu sublinhei entre outros: a Sudene participava em órgãos governamentais, por exemplo: [...] a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste integrava o Conselho da Superintendência de Moeda e Crédito, a Sumoc. É como hoje o Conselho de Política Monetária. Celso Furtado integrava esse Conselho. Mais o Conselho de Política Aduaneira: a Sudene era um superministério. Não podia ser um ministério porque o ministério tem ação setorial e a Sudene não queria ser ministério, queria ser uma Superintendência, digamos assim, especial, ligada diretamente à Presidência da República, com todos esses poderes. Integrava também a Comissão de Financiamento da Produção que determinava a política econômica pra financiamento do Banco do Brasil, do BNB, da Caixa Econômica, pra financiar a produção rural e a produção industrial. A Sudene integrava todos esses órgãos. E repito, os recursos, as designações orçamentárias para projetos constantes do orçamento da Sudene eram recolhidos ao Banco do Brasil e depois ao Banco do Nordeste. Tinha, portanto, esses poderes especiais; o planejamento econômico tinha uma outra função, antes da Sudene, dizia Celso. Ele diz isso tanto em “Operação Nordeste” como diz também em outros trabalhos que ele escreveu. O Nordeste tinha diversos órgãos públicos federais que aqui trabalhavam, cada um com um plano, o DNOCS tinha um, o DNER tinha outro. A Sudene integrou todos esses órgãos, que ficaram subordinados ao planejamento centralizado da Sudene. E ainda mais, aquele aspecto político a que nós nos reportamos aqui, o Celso criou um Conselho Deliberativo constituído pela Sudene, que foi uma criação necessária. Dentro de uma visão nacionalista de integração, porque o projeto de Celso Furtado era nacional desenvolvimentista. Era a integração nacional com a recuperação das áreas menos desenvolvidas da região, mas numa visão fundamentalmente de integração social, distribuição de renda no plano pessoal. A nossa visão era que a Sudene também [contribuía] para uma grande reforma administrativa. O projeto foi um projeto arrojado, que a gente lê, tanto na Lei que instituiu a Sudene, Lei 3692, mas sobretudo no primeiro Plano Diretor, que a Sudene utilizou

como instrumento básico; um plano que foi aprovado no Congresso Nacional com dotações específicas e essas dotações do Plano não caíam, em exercício findo e a Sudene tinha alguns poderes especiais, vejam essa situação da Sudene: “Por Lei fica aprovado a 1ª Etapa do Plano Diretor...” mais adiante “...vigorarão por três anos... é facultado à Sudene promover a organização, a incorporação ou a fusão de sociedade de economia mista...” Celso construiu 11 a 13 sociedades de economia mista. Uma reforma de choque na administração.

Nos cursos de seleção e treinamento dos seus técnicos – TDE, a tese que se desenvolvia era a seguinte: naquele espaço onde o setor empresarial privado não tivesse vocação, não tivesse dinamismo, a sociedade não podia parar e cabia ao Estado avançar e construir. Então se fez sociedade de economia mista pra pesca, perfuração de poços, era PENESA – Pesca do Nordeste S.A, companhia de serviços gerais, Companhia de Águas e Esgotos do Nordeste, CAENE, a CANESA, Companhia de Abastecimento do Nordeste, aliás essa foi uma iniciativa importantíssima de Celso, porque esse trabalho foi puxado por um grande economista internacional da FAO, professor Luiz Vasconcelos, que foi o fundador das Centrais de Abastecimento do Nordeste aqui, da CEASA, que se espalhou pelo Brasil inteiro. Era uma forma de facilitar o abastecimento das empresas e de assegurar uma oportunidade para que o pequeno produtor rural pudesse, nesse espaço, auferir uma melhor renda pelo seu produto eliminando a figura do intermediário que se apropriava de maior parte da sua renda, dando mais eficiência ao sistema econômico e melhorando o sistema de distribuição. Isso foi mais um projeto exitoso que veio da Sudene. Como foi exitosa também a visão da primeira Sudene de trabalhar com a micro e pequena empresa, ao construir o Núcleo de Assessoria Industrial, o NAI, que foi a semente para o desenvolvimento e criação hoje do SEBRAE. Isso foi iniciativa de Celso. Mas quero dizer que iniciativas desse tipo, como criar empresas, trabalhar com o planejamento econômico, porque o planejamento implica visão rápida, racionalidade nos processos de decisão econômica, decisão política governamental, e era isso que assustava os setores obscurantistas e reacionários da época que se opunham a Sudene confundindo planejamento, com planejamento centralizado e com comunismo.

A ação da Sudene, sem dúvida, foi o fator modificador. O sistema 34/18 era uma parceria público privada, sem dúvida. No depoimento de José Geraldo Vanderlei, na época, diretor

de Incentivos Fiscais, ele diz o seguinte sobre o assunto: “comparando os incentivos fiscais da Sudene, (que ele chama atenção que foram muito bem aplicados não obstante os riscos), que há numa parceria público privada, as indústrias surgidas com o apoio da Sudene criaram cerca de três milhões de empregos diretos e indiretos e são responsáveis por 70% dos impostos industriais arrecadados na região, em comparação com a USIMINAS que consumiu 6 bilhões de dólares em apenas 4 anos, ITAIPÚ no mesmo período 18 bilhões de dólares e as usinas nucleares que nem sequer entraram em funcionamento, 12 bilhões de dólares.

Ele chama a atenção de que isso significou cerca de 8 bilhões de dólares para a Sudene.

O depoimento do advogado **Clemente Rosas** avaliou o significado da criação da Sudene e o papel da Aliança para o Progresso no nordeste brasileiro.

Para compreender o nível de expectativa em torno da Sudene nesta abençoada fase de renascimento democrático do país, é importante lembrar o que representava ela em seus tempos primórdios em relação a gente e, em especial, ao jovem da região. Para toda uma geração recém saída dos bancos universitários era nada menos do que a perspectiva de plena realização pessoal, profissional e política através do engajamento na mais nobre das missões, a redenção econômica do Nordeste. E só quem viveu aqueles momentos pode bem testemunhar o entusiasmo e o desprendimento com que todos se dedicavam ao trabalho.

A ideia de arquivar todos os sonhos de mudança que tive como estudante, no movimento estudantil, e simplesmente ganhar dinheiro me repugnava. Como mergulhar na atividade profissional conservando a perspectiva de ação política? As estruturas partidárias paraibanas, montadas no clientelismo, não ofereciam espaço. O único partido digno desse nome era ilegal. Era o velho Partidão, como vocês sabem. A Sudene estava convocando recém diplomados habilitados a integrar seus quadros. Devia se enviar currículo indicando as razões porque se desejava trabalhar lá. Depois havia que redigir uma monografia sobre um tema informado por telegrama e, no final, submeter-se a uma entrevista. Se julgado apto, o candidato era inscrito num curso intensivo de Desenvolvimento Econômico fazendo jus a uma bolsa de manutenção e, finalmente, se aprovado em tal curso, era contratado pela Sudene. No comando desse rigoroso processo seletivo, como diretor de recursos humanos, estava Nailton Santos, auxiliado por Marcos

Lins. Ambos egressos do movimento estudantil, onde eu os vira brilhar. [...] fui trabalhar na cooperação internacional porque eu tinha sido, no meu tempo de dirigente da União Nacional dos Estudantes, eu tinha sido vice presidente de intercâmbio internacional; falava inglês e francês, então, muito embora nessa época a CI ¹³⁵ não tinha esse nome ainda, era chamada de GAP, Grupo da Aliança para o Progresso, que não me era simpático. Marcos Lins me convenceu de que a CI ia se construir e que a missão era controlar a ação dos americanos em sua política de assistência técnica ao Nordeste. Começou com a visita que dr. Celso Furtado fez ao presidente Kennedy, falou dos problemas do Nordeste, já havia muita notícia dos riscos que o Nordeste tinha de se converter num novo Vietnam, etc. e conseguiu uma determinada verba para ser aplicada, segundo os sonhos dele, nos planos de desenvolvimento que a Sudene ia implementar. Foi uma ilusão porque, de fato, o governo americano implantou no Nordeste uma missão, USAID, Assistência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos. Porque essas pessoas que vieram pra cá, eram vários especialistas em diversas áreas, todos muito bem remunerados em dólar, morando em mansões alugadas em Boa Viagem e se deslocando em carro com ar condicionado, o que era uma raridade nesse tempo, ninguém tinha. Eu lembro de alguns deles. Na realidade, eles não vieram colaborar com o plano de Celso Furtado, eles vieram também pra planejar e orientar os recursos para as prioridades deles, definidas por eles. Então o nosso papel era exatamente tentar controlar isso. Como se fosse um pequeno Ministério de Relações Exteriores da Sudene. Me lembro do nome de alguns deles: John Javrotsky, Donald Finberg, James Houska e Dennys Goulet.

Mas o nosso trabalho era desse tipo e eu podia citar alguns casos concretos de conflito entre o que a Sudene queria e o que os americanos queriam. O caso mais ilustrativo é o “Fortaleza Emergency Power”. No tempo que a energia elétrica de Paulo Afonso ainda não chegava em Fortaleza, cogitou-se de ter um gerador termo elétrico para atender as necessidades da cidade enquanto as linhas de Paulo Afonso não chegassem. Isso seria custeado pelo governo americano com recursos para se comprar esse gerador enquanto a energia de Paulo Afonso não chegasse. O que ocorreu é que ao discutir o convênio, esperava-se que uma vez Fortaleza abastecida de energia elétrica, esse gerador pudesse ser deslocado para outros lugares, segundo as prioridades da Sudene, para que pudesse atender outras populações. Eles incluíram no convênio uma regra que qualquer deslocamento tinha que ter autorização prévia da USAID, com o que nós não concordamos e dr.

Celso Furtado manteve a nossa posição. Veio até um advogado de Washington especialmente pra isso, não falava uma palavra de português, conversou conosco, não se resolveu, foi a dr. Celso e este manteve a posição. Aí eu me lembro que uma hora lá, lendo o texto ele disse que não, isso não era uma questão de “wording”, era questão de princípios. E o princípio é esse: vocês estão querendo fazer uma doação com uma cláusula onerosa, quase uma reserva de domínio, e nós não aceitamos isso. E aí ficou o impasse. Acabou sendo resolvido de uma forma conciliatória, até porque os técnicos da área disseram que o gerador podia ficar como uma unidade de reserva para quando houvesse panes ou qualquer outro tipo de problema com a linha de Paulo Afonso. E assim foi feito. Mas o princípio de autoridade da Sudene foi mantido.

Outro episódio interessante sobre a ação desses americanos...Os americanos tinham a política de sair oferecendo às instituições, ao DNER ¹³⁶, aos DER ¹³⁷, aos governos estaduais, bolsas, viagens, tanto para o que eles chamam “VIP – Very Important People” como pra outros e depois chegavam com esse fato consumado, o pessoal já de passaporte na mão, pra Sudene aprovar; todo mundo achava uma beleza viajar para o exterior naquele tempo. E uma dessas ofertas era uma viagem de engenheiros aos Estados Unidos por dois meses. Era um programa muito mais turístico. E isso como envolvia capacitação de pessoal, foi para parecer da Diretoria de Recursos Humanos, com dr. Naílton Santos, que deu parecer contrário, alegando que era muito mais importante que eles conhecessem as estradas do Nordeste, viajando pelo interior do Nordeste do que ir passear nos Estados Unidos. Isso provocou um surto... até de racismo, porque os vivas ao governador do Alabama que era, se não me engano Wallace, foi louvado por eles. Isso criou um problema muito sério, que levou o Dr. Celso a pedir que a gente oficiasse a representação das equipes, dizendo que eles não podiam fazer isso. Que não podiam estar oferecendo bolsas nem qualquer tipo de coisa sem combinar com um programa anterior, com a própria Sudene. E assim se passou.

O sociólogo **Plínio Soares**, depoente nesta audiência, também fez indagações sobre o papel dos americanos, naquele momento no Brasil.

Há duas coisas que ainda me impressionam muito no acervo da USAID que o Clemente falou exaustivamente hoje, e esse acervo já está à disposição naquela ONG nova de acesso à informação. Primeiro, porque esses americanos estavam aqui? O Lincoln Gordon trabalhou no Plano Marshall. Saiu um livro agora sobre

a história da CIA com todo o acervo liberado. Esse acervo pode revelar coisas extraordinárias porque neste livro o Lincoln Gordon confessa que deu dinheiro mesmo pro IBAD, aqueles cruzeiros do Acordo do Trigo. E aparecem outras coisas também. Aparece um mensalão, no Japão, pago e assumido pelos americanos. Aparece um na França, eles pagaram as eleições na França, e aparece um na Itália, não foi pouco dinheiro. Em certo momento chegou a 5% do Plano Marshall. Tá lá na documentação americana. Esse Lincoln Gordon tinha trabalhado no Plano Marshall na Europa. Eu espero uma biografia dele a qualquer hora porque aí vamos saber exatamente porque esse entusiasmo pelo Brasil.

Segundo, é a possibilidade da análise do 34/18. Porque o 34/18, que eu saiba, foi bolado com a ajuda de Gileno de Carli. Um deputado conservador, usineiro e, portanto, foi uma coisa que funcionou, operou. Esse ex-vice presidente de Lula fez um império em Minas Gerais com o 3418. Além do que eu calculo que dez ou vinte bilhões de dólares devem ter vindo pro Nordeste, e as taxas de crescimento aqui durante a ditadura parecem que foram mais altas que no resto do país. Eu não analisei esse assunto mas acho que é por aí. Portanto esse acervo é uma caixa preta na mão do Banco do Nordeste, que só os parlamentares podiam fazer a Universidade chegar a ter acesso sobre a análise técnica, econômica, financeira, científica, desse acervo.

Para o engenheiro formado pelo ITA ¹³⁸ **Ulrich Hoffmann**

a criação da Sudene foi uma extraordinária experiência histórica econômica e social. Começo pela palavra planejamento. Por que de repente essa atitude contrária ao planejamento? Não é um problema ideológico, é um problema de interesses. A ideologia está aí para configurar formas racionalizadas de explicação do porquê. Porque planejamento significa participação efetiva do estado, não como um estado interventor, nenhum... nem Celso Furtado, nem Chico Oliveira, ninguém falava em estado interventor, falava na responsabilidade do estado em cumprir as suas funções na educação, na saúde, no saneamento e no desenvolvimento econômico. Celso, quando cria estímulos ao desenvolvimento industrial, não tem nada aí do tipo estatizante, nem totalitário, nem coisa nenhuma. É uma visão de pôr ordem e organizar, orientar, a economia, a sociedade, a infraestrutura, na direção dos interesses sociais. Então o planejamento quando desprezado é um problema puramente ideo-

lógico. Uma ideologia que representa interesses. Celso Furtado toma a iniciativa, o Chico falou hoje de manhã, do Conselho. De juntar os governadores num Conselho e esses governadores votarem, as verbas, os recursos que a União, que a Federação colocava aqui para os estados do Nordeste. Por que a crítica ao Conselho? Por que essa acusação ao Celso Furtado de querer mandar? Não! O que Celso Furtado queria? Que os governadores passassem pela transparência pública. Era possível a presença de jornalistas naquelas reuniões, e todas as demandas tinham que vir com projetos. Estranho? Projeto com projeto. Não, mas todo projeto, toda ideia de alguma estrada tinha que ter por trás a justificativa econômica e social. Então essa ideia da transparência, de colocar que todos os recursos fossem fundamentados em projetos e que toda a importância do projeto fosse explicitada, era uma coisa que quebrava o costume de como cada governador recebia seus recursos, como se chama hoje também de verbas parlamentares; hoje, cada um usa onde quer as emendas, não é? Mas o governador cria sua emenda pra fazer passar a estrada pela terra dele. Ou seja, Celso Furtado, de certa forma estava quebrando esses interesses.

A experiência do sociólogo Plínio Soares é contada desde que chegou a Sudene e integrou a primeira turma do Curso de Desenvolvimento Econômico, oriundo de um setor também desenvolvimentista como a Federação das Indústrias de Pernambuco.

Eu trabalhava então no SESI e na Federação das Indústrias numa pesquisa que a Confederação Nacional da Indústria desenvolvia em Pernambuco, na época, para determinar a demanda de treinamento de mão de obra industrial. Logo lá fui advertido numa certa ocasião, pelo superintendente, que ele não queria sarna pra se coçar. “O senhor pode ser comunista lá fora, aqui dentro da Federação das indústrias, não”. E aquilo me causou uma surpresa muito grande, mas o fato é que eles me indicaram para que eu pudesse fazer o Curso de Desenvolvimento Econômico, o TDE porque a Confederação Nacional da Indústria, que publicava uma revista chamada “Desenvolvimento e Conjuntura”, e essa pesquisa estava em tela e eles estavam interessados em ter gente que pudesse trabalhar com esses assuntos. Isso já era a influência do ISEB ¹³⁹, que é um assunto que se tocou aqui muito rapidamente. O ISEB e a CEPAL naquela época, Comissão Econômica para a América Latina, foram se encontrando no início do governo Kubitschek. Nesse período desse encontro entre o ISEB e a CEPAL, aparecem as figuras de Mário Magalhães da

Silveira e Guerreiro Ramos, além de outros que fizeram o ISEB. Havia uma movimentação e a própria Confederação Nacional da Indústria, fez aquele seminário de Garanhuns que deu lugar a uma publicação de dois volumes com especialistas do país inteiro. A Igreja com dom Helder e o bispo de Natal fez por seu lado a sua contribuição, além do Congresso de Salvação do Nordeste onde o José Guimarães Sobrinho participou. Nessa época, trabalhava com Paulo Freire e Ariano Suassuna no SESI, na Federação das Indústrias e eu parti para fazer o primeiro curso de Desenvolvimento Econômico da Sudene, que era uma cópia absolutamente certa do curso da CEPAL. O curso da CEPAL tem uma história muito interessante. Na biografia que o Centro Celso Furtado acaba de publicar sobre Raul Prebisch, o argentino que abrigou Celso Furtado durante 10 anos como chefe da Divisão Estratégica da CEPAL, que definiu as políticas para a América Latina em contraposição ao liberalismo dos organismos das Nações Unidas, dizia que a divisão de Celso era a divisão vermelha. O outro bloco era do Jorge Almada. Jorge Almada era um agrônomo que fez curso na Universidade de Harvard e era amigo dos democratas cristãos... Sempre com aquela concepção de que a industrialização tem um papel chave na transformação de países agrícolas ou predominantemente agrícolas, em países industriais.

O depoimento de **Délio Mendes** apresentou uma leitura da criação da Sudene a partir uma perspectiva ideológica:

Eu sou marxista e vou trazer aqui a compreensão da criação da Sudene a partir da perspectiva da luta de classes. Eu vou dizer, por exemplo, que a Sudene é o momento em que a burguesia brasileira quer unificar o espaço brasileiro. Unificar o espaço para o capital. É muito interessante, porque ficou na cabeça de alguns que nós tínhamos um compromisso; nós tínhamos aqui um compromisso com a transformação da região. Transformação em termos do socialismo ou de coisas do mesmo valor, mas o que acontece e que é importante que a gente se lembre, é que a Sudene é fruto da contradição. Boa parte dos técnicos pôs na cabeça, incorporou, essa ideia de transformação pro socialismo.

Eu entrei na Sudene, aprovado em um concurso público, em 22 de agosto de 1961. O que é que ocorreu na Sudene? Dentro da Sudene, com essa divisão que eu já mostrei, ocorria duas linhas de trabalho: o pessoal que estava interessado em unificar o espaço econômico para o capital e aqueles que queriam ter um

projeto para além do projeto do capital.

José Expedito Prata fez uma narrativa síntese do que foi o II Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, aprovado, pelo Congresso Nacional, época em que foi admitido.

Em 27 de junho de 1963 foi aprovado, conforme Lei nº 4.239, o II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, para o período 1963/1965, encaminhado por Celso Furtado ao Exmo. Senhor Doutor Hermes de Lima, presidente do Conselho de Ministros.

Em linhas gerais o II Plano Diretor continha um elenco de diretrizes, que era, no entanto, um desenvolvimento do I Plano, aprovado em dezembro de 1960, agora, entretanto, com o seguinte conteúdo:

Criação da infraestrutura de transporte e energia:

Setores rodoviário, aeroviário, porto salineiro de Areia Branca, plano de eletrificação

Levantamento sistemático e aproveitamento dos recursos naturais:

Plano cartográfico, pesquisas e aproveitamento de recursos minerais, pesquisas hidrológicas.

Pré-investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano:

Ensino primário e educação de base, programa de treinamento industrial, programa de reequipamento e ampliação de escolas agrícolas, programa de ensino técnico de nível superior, formação de pessoal para os Estados e Municípios, treinamento de pessoal para a Sudene.

Reestruturação da economia agro-pecuária:

Ampliação da oferta de terras (povoamento do Maranhão, aproveitamento de terras públicas próximas aos grandes centros urbanos, melhoramento da pecuária, desenvolvimento da economia algodoeira, pesquisas e experimentação agronômicas, extensão e organização rural, reflorestamento e fruticultura, mecanização e conservação do solos, irrigação do sul médio São Francisco, desenvolvimento integrado do vale do Jaguaribe, projeto do Alto Piranhas, aproveitamento de águas subterrâneas.

Política de industrialização:

Reaparelhamento da indústria têxtil do Nordeste, aproveitamento industrial do sal, e das Águas-Mães de Salinas no Rio Grande do Norte,

oportunidades industriais do Nordeste, desintoxicação da torta da Mamona, para uso animal e determinação de novas aplicações para as proteínas contidas na torta, óleos vegetais, indústria de curtumes do nordeste, implantação da indústria siderúrgica na Bahia

Desenvolvimento da pesca:

Modernização da infraestrutura, adequação dos portos ao serviço da pesca, pesquisas de fomento, assistência às pescas continentais, integralização e aumento do capital da Sopene.

Racionalização do abastecimento de gêneros alimentícios:

Rede de armazéns e silos, centrais de abastecimento, outros, mercados urbanos e mercados expedidores rurais, estocagem de emergência e para regularização do mercado. informações de mercado.

Ajuda técnico financeira ao artesanato

Investimentos diretamente de caráter social:

Água potável

Esgotos sanitários;

Habitação popular.

Um plano ambicioso e abrangente. Uma política explícita de passar o Nordeste a limpo. Uma ação no atacado. Uma tarefa contagiante.

Continua José Expedito Prata:

Minha primeira atividade na Sudene foi a participação no projeto de reorganização da rede escolar do Estado de Sergipe. Antes do golpe militar de 64 a USAID - United States Agency for international Development- já estava presente e atuava, desde 1962, no Nordeste, como representante dos Estados Unidos, no Brasil, da nova política americana para América Latina: a Aliança para o Progresso, uma preocupação de Kennedy com o potencial revolucionário da América Latina....

A Divisão de Educação da Sudene, desenvolveu toda programação pedagógica para o projeto de melhoria e ampliação do sistema de educação primária e básica no Estado de Sergipe, revisão de currículos, treinamento de professores e a seleção dos terrenos, cidade por cidade, para construção de novas escolas. Foi neste projeto que mergulhei.

Participavam do projeto: além de Antonio Cabral, coordenador da divisão, Joaquim Coutinho, Lourival Novais Leitão, Antonio Gama, Ana Gláucia, Cristina Araújo, Dorotheia Barza, Irecê, Maria José Carvalheira, Norma Pereira, Socorro Kelly, Solange Bandeira de Melo, Sonia Morais, Zélia Dantas, Zuleide Aureliano, Valnira Cavalcanti, Helena Marcia, Elina Ribeiro, David Hulak, Jairo Eugenio Wanderley de Castro, entre outros.

O Setor de Arquitetura, onde estava lotado, era integrado pelos arquitetos Moisés Agame non de Andrade (coordenador), Frank Svensson, Edmilsom Almeida, Jamil, Alete Ramos, Ismael Cantinho, José Raposo, além de estagiários, desenhistas e pessoal auxiliar que completavam o quadro. Os projetos básicos de arquitetura já estavam concluídos quando cheguei e em fase de detalhamento de arquitetura, elaboração dos projetos de instalações elétricas e hidráulicas, memoriais descritivos, especificações técnicas, lista de materiais, quantitativos e iniciado o processo de licitação para execução das obras.

A Divisão de População, onde trabalhava Regina Mendes, desenvolvia duas pesquisas com amplo trabalho de campo, nos estados:

a) Alagoas e Pernambuco: pesquisa sobre a economia canavieira no Nordeste, englobando aspectos sócio-econômicos;

b) Piauí: pesquisa sobre as condições de vida da população de Guadalupe (PI) cidade a ser inundada pela construção da Barragem de Boa Esperança;

Participavam do projeto além de Regina Mendes, Marcia (coordenadora), Ana Maria Maciel, Ana Maria Regina, Miriam Gama, Helvécio, Dinamérica, Enir Guerra de Macedo, Juarez Guimarães Brito (janeiro 1964 a maio 1964), entre outros.

O projeto de colonização do Maranhão. Não tenho certeza, mas acho que Plínio Monteiro Soares participava do Projeto. A Sudene constatou a existência de uma progressiva corrente migratória de cerca de cinco mil famílias por ano do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e principalmente do Ceará e Piauí para as áreas de Caxias, Bacabal e Pindaré Mirim no Maranhão, à medida que se abria a BR-316, ligando o Nordeste seco à Amazônia. Em 1960-61, quando a Sudene estudou esta corrente migratória, a população migrante entrava pela picada aberta para a construção da estrada. Os nordestinos forjavam, com

sacrifício, mais uma saga na história de sua sobrevivência.

A população camponesa, tangida pela agrura das secas, ia em busca de novas terras para reconstruir suas vidas. Alimentava a esperança de conseguir um pedaço de chão. Contudo, “a omissão premeditada do governo facilitava a grilagem das terras e sua repartição entre empreiteiros e políticos locais. Depois de formados o roçado e a plantação de arroz aparecia o grileiro para cobrar do camponês “a meia”, e caso não fosse atendido, botava a polícia em cima do “invasor” para obrigá-lo ao pagamento do “tributo”. O camponês tinha que optar entre ficar como meeiro na esteira do latifúndio em formação ou ganhar a estrada e abrir outro roçado mais adiante, em terra pública, que lhe renovava a ilusão de ter um dia o seu próprio chão”...

...”O Estado do Maranhão, através de lei estadual de 1961, colocou as terras compreendidas entre os rios Pindaré e Turiaçu, ao longo da atual BR-316, à disposição da Sudene para o projeto de Colonização do Maranhão”.

A organização da Cooperativa do Tiriri, onde trabalhava Maria do Socorro Ferraz e Fernando Barbosa, segundo Antonio Callado, talvez tenha sido a ação mais bem sucedida coordenada pela Sudene. A Liga Camponesa, nos idos de 1960, havia ocupado as terras abandonadas da Antiga Companhia Ferroviária Great Western, e invadido parte do Engenho Tiriri. A qualidade da terra e as dificuldades em obter créditos não favoreceram o desenvolvimento das atividades agrícolas previstas, o que gerou um problema. A Sudene entrou em ação, quando mediada pelas Ligas se buscou financiar o grupo de agricultores e dando-lhe uma organização, constituindo a Cooperativa Agrícola de Tiriri em abril de 1963;

O Projeto de Irrigação do Bebedouro. Entre Juazeiro na Bahia, e Petrolina em Pernambuco, foi desenvolvido um projeto de irrigação com colaboração com a FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Este projeto, que analisou o rio São Francisco, revelou a grande potencialidade do vale para produção de alimentos à base de irrigação, aproximadamente 150 mil hectares com culturas irrigadas. Frank Svensson participou da elaboração do projeto básico de arquitetura dos núcleos habitacionais de Bebedouro e Mandacaru e de todos os espaços qualificados projetados e construídos para pleno desenvolvimento do projeto. “Em Bebedouro, por exemplo, cada pequeno produtor deveria

receber um lote com dimensões variáveis para a produção agrícola irrigada e um lote urbanizado de 800 metros quadrados com residência já construída para sua morada. Um conjunto de residências configuraria uma espécie de vila”

- O Plano de Industrialização para o Nordeste. O plano visava 2 objetivos:

a) reorganizar as indústrias tradicionais da região, modificar a estrutura do sistema industrial com a instalação de indústrias de base;

b) credenciar o sistema de incentivos fiscais conhecido por Artigo 34/18. Neste projeto trabalhavam Ulrich Hoffmann, José Hamilton Suarez e Marise Borem Pimenta, que analisavam os projetos de indústrias encaminhados à Sudene para serem aprovados e assim se credenciarem para receber os incentivos fiscais e financeiros previstos na legislação;

- Assessoria técnica aos estados e municípios. A assessoria compreendia o desenvolvimento de programas de treinamento de pessoal dos próprios estados e municípios, objetivando a formação de estruturas técnicas e administrativas capazes de, em caráter permanente, traduzir maior atendimento a atuação dos respectivos governos, sobretudo cursos de treinamento nas técnicas modernas de elaboração e execução orçamentária com participação. Participavam das atividades de assessoria: Nathánias Von Sohsten, Sacha Lidice, Heleno, Antonio Amado, Socorro Nóbrega, Adalberto Arruda, Marcos Lins, George Pellerin, Janiza Ribeiro, Wilma Ferreira da Silva e Leonardo.

- Qualificação profissional. Tratava-se do desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento profissional dos funcionários da Sudene, com cursos de qualificação tipo TDE - Curso de Desenvolvimento Econômico, com apoio da Cepal, e de realização de seminários e de palestras: lembro bem das palestras proferidas por Paul Baran, Paul Sweezy - e bolsas de estudo no exterior. Regina Nunes Mendes, Ulrich Hoffmann, Marise Borem Pimenta, Antonio Carneiro Leão, Nathánias Von Sohsten, Helvecio, Edmilson Almeida, Jamil, Hendrik, Ranilson, Clemente Rosas, Dorival Beulke, Delile Macedo e Erickson, por exemplo, fizeram o III Curso de Desenvolvimento Econômico, realizado em Recife no primeiro semestre de 1963. Era um curso intensivo com alunos pré-selecionados oriundos de todos estados que integravam a área de atuação da Sudene, inclusive o norte de Minas Gerais. O curso foi realizado em duas fases e abrangia as

seguintes matérias: matemática, análise econômica, contabilidade econômica, estatística, introdução ao conhecimento científico, programação do desenvolvimento e análise de projetos.

Esta era a Sudene de Celso Furtado, Chico de Oliveira, Estevan Strauss, Jader de Andrade, Nairton Santos, Antonio Cabral, Antonio Amado....

Sobre a atuação de Celso Furtado e de outros diretores da Sudene como Jader de Andrade, Nairton Santos, alguns depoentes responderam o que segue:

Francisco Oliveira respondeu indagações sobre a atuação de Celso Furtado e de Jader de Andrade:

É claro que a gente, sempre ao lembrar, constrói o seu período de ouro, com alguns acertos e muita fantasia. Esse foi o meu período de ouro.

Novo, jovem, sem muita regra, o Celso, que ainda ia subir mais no conceito nacional, mas o Celso simplesmente não tinha nem oficial de gabinete. Que era comum na alta burocracia brasileira. Nada! Não tinha nada disso. Não tinha negócio de pedir audiência, imagine! Então foi um período rico de decisões importantes e chefiadas por Celso Furtado. Vocês não conheceram, alguns conheceram, o Plínio, o Hoffman, o Celso era um republicano exemplar, se alguém quisesse defini-lo pode dispensar suas qualidades intelectuais e chamá-lo de republicano exemplar. A República era tudo pra ele, e nada abaixo disso.

Francisco de Oliveira ¹⁴⁰ escreveu que

a pressão sobre Furtado e a Sudene media-se por milibares. De um lado, governadores, prefeitos, chefes políticos, deputados que não aceitavam uma superintendência não manipulada por eles, que crescia em poderes e os convocava para negociações políticas no projeto de uma nova federação. De outro, os norte-americanos, que temiam que o Nordeste fosse a nova Cuba, muito mais perigosa. O relatório de Merwin Bohan, antigo embaixador da era rooseveltiana, designado por Kennedy para chefiar a missão da Aliança para o Progresso que faria o diagnóstico da situação do Nordeste, sugeria algumas medidas de apoio, sobretudo em forma de doações de gêneros alimentícios para as frentes de trabalho nas épocas de secas, formando estoques de emergência e desovando velhos estoques norte - americanos.

Um pequeno episódio, que eu não vou encher vocês de episódios, diz tudo: como o Celso era da Paraíba mas tinha pouco contato aqui com o Nordeste, um dia, algum gaiato, querendo agradar, porque a Sudene também não era nenhum paraíso, também tinha os “puxa saco”, e um deles indicou o tio do Celso pra ser contratado pela Sudene. O tio do Celso não tinha nada pra dar, já tinha passado o Cabo da Boa Esperança e estava se encaminhando..., ele foi admitido. Mas tinha outro, meu compadre Jáder, que era radical que nem a raiz da macaxeira, que cismou com o parente do Celso e demitiu ele. O Celso nem tomou conhecimento, tal era a isenção dele em relação ao que era público.

Mas o primeiro período da Sudene era de uma conduta exemplar. Nada transigido nos princípios do serviço público. O Celso era uma personalidade. Um caráter muito forte, muito discreto, tinha duas coisas que ele prezava muito, o concurso dele do DASP, de servidor público, e em segundo lugar ter sido voluntário da FEB. Isso de voluntário da FEB teve enorme importância, porque, “d’un autre temps”, o Exército era muito presente nas instituições civis.

Celso tinha enorme prestígio e foi nomeado sem grande interferência do Juscelino O objetivo (dos inimigos da Sudene) era derrubar o Celso porque a Sudene, digamos, na honra do presidente Juscelino, da sua memória, jamais traficou influência. O Celso foi nomeado pelo impacto que ele demonstrou à Juscelino. Até porque o famoso plano de Juscelino não era mais do que o resumo do grupo BNDES/CEPAL, que existiu no Rio e foi o Celso que organizou. Então as metas do grupo BNDES/CEPAL foram consultar alguma força política que pudesse fazer oposição. E assim seguiu pelos presidentes anteriores, não é? Quer dizer, Celso aguentou Jango, Jânio Quadros e Juscelino. Um superintendente com três presidentes, cada um mais diferente do que o outro. No golpe ele não resistiu, não é? No golpe ele não resistiu, nem podia resistir, porque aí... fomos, retirados da Sudene. Tiveram alguma dignidade com o Celso, principalmente porque ele era FEBiano, não é? Ele tinha feito parte da FEB, na Itália, e era um oficial da reserva do Exército. Tiveram dignidade, o tiraram do Recife e o levaram ao Rio, aí ele foi convidado pela Universidade e foi para os Estados Unidos e depois para a França.

Adalberto Arruda declara sobre o assunto:

[...] devo dizer que Celso, é um consenso, endossado por Fernando Henrique e outros que

analisaram ele, era um reformista democrata. Não obstante, a sua formação cultural eclética, ele fez o curso de marxismo na França na Academia de Ciências Políticas com o famoso professor Auguste (...?) em 1946 e publicou diversos trabalhos sobre Marx e a teoria econômica, juntamente com marxistas internacionais famosos, como Roger Garaudy, Theodor Adorno, trabalhando nesse assunto. Mas Celso combinava o conceito de teoria econômica clássica, os neoclássicos, digamos assim, a teoria keynesiana, retomando o fortalecimento da demanda com a ação do estado, intervenção do estado dosada, e também a visão histórica e crítica do marxismo. Esses eram os instrumentos na mente de Celso.

[...] ele era muito austero e devo dizer que morava num apartamento de três quartos em Boa Viagem, andava de Rural Willis, quem via guardava sempre dele essa postura de austeridade, que não foi morar numa casa colonial nem no Acaiaca, poderia muito bem mas não o fez, tinha um apartamento discreto, em Boa Viagem, e dava essa lição de austeridade.

[...] a Sudene também começou com o mito de uma super liderança que era Celso Furtado, e esse mito ficou marcado na época, na história da Sudene. E eu acho que todos aqueles que foram sudenianos sempre tiveram consciente ou inconscientemente essa busca dessa liderança forte que era Celso e que não houve na superintendência comum de outros.

O sociólogo **Plínio Soares** complementa:

[...] só que como o professor Celso Furtado era “a enciclopédia”, ele tinha uma sede de saber infinito. Quando ele conversava com os técnicos, como Strauss, ele aprendia. Petrolina, esse polo de fruticultura, por exemplo, não existiria se ele não tivesse trazido das Nações Unidas especialistas do mundo inteiro pra estudar o perfil pedológico, não é o perfil de solo, porque o perfil de solo é uma análise de solo de 50 reais, de duzentos reais, mas o pedológico é de milhões de dólares. Ele conseguiu trazer especialistas, uns das Nações Unidas, na época. Aquilo salinizava rapidamente. Não existia a EMBRAPA na época. Isso era um dos links, a possibilidade da Sudene como interface da Academia foi perfeita.

José Expedito Prata em sua narrativa reflete sobre Celso Furtado:

As posturas transformadoras propostas levavam as oligarquias a questionar: Celso Furtado é comunista? A Sudene é estatizante? A

industrialização do Nordeste significa a sovietação do Nordeste?

O senador Argemiro de Figueiredo, da UDN da Paraíba, não deixava por menos. Ajustou o foco e disparou suas críticas:

[...] A Sudene pode fazer despesas sem discriminação específica. Essa faculdade discricionária está nas mãos vermelhas do senhor Celso Furtado...

[...] Se a missão do Sr. Celso Furtado é promover a rebelião das massas camponesas, levar os nordestinos ao desespero, semear fome na região, comunizar o Nordeste e o Brasil, rendamos homenagens ao grande artista que soube hipnotizar dois governos [...]

Só Deus sabe se as mãos assalariadas pela Sudene estão empunhando a foice e o martelo dos russos ou os instrumentos que servem ao progresso do Povo.

Assis Chateaubriand, o “imperador dos Diários Associados”, certa vez chamara Celso Furtado de “o Antonio Conselheiro de fraque”, que podia ser interpretado, entretanto, e até mesmo como um elogio à capacidade de Celso em convencimento, sua capacidade em converter mentes e corações.

A esquerda brasileira, que possuía no Recife uma força além da que detinha no país, tampouco percebeu de imediato a força transformadora da Sudene. Chico Julião a via com a desconfiança de que esvaziaria a luta de classes enfraquecendo a luta pela reforma agrária.

O comissionado Manoel Moraes fez uma intervenção, durante a sessão, lembrando que Jader de Andrade ainda hoje é uma referência pra toda uma juventude nesse estado; o próprio Manoel Moraes participou dessa juventude que teve acesso a Jader e ele era uma figura notável. [...] Enfim a homenagem que se fez a este técnico foi uma homenagem mais do que justa e está sendo importante pra todos nós essa manhã.

A funcionária da Sudene, engenheira **Anna Luiza Limeira** ao se referir a Jader de Andrade, seu primeiro chefe, escreveu em seu livro ¹⁴¹:

Desnecessário falar de sua competência e qualificações técnicas, já que ele fora escolhido por dr. Celso para compor o seu primeiro escalão, Amava a causa do nordeste e acreditava no projeto que abraçara. Sempre aberto ao diálogo...aquela era a época das Ligas Camponesas e necessário se fazia que fossem elas ouvidas também. Meu chefe foi preso. Foi mais uma violência que então sofremos.

Opinião de **Plínio Soares** sobre Jader de Andrade:

[...] a propósito ainda das coisas de dr. Jader que muito bem foi homenageado hoje aqui, eu queria lembrar algumas coisas interessantes. Ele era economista, mas ele tinha uma sensibilidade fantástica. Ele recebia o padre Melo de manhã e recebia o Arrudão (Diógenes de Arruda Câmara), que foi do Comitê Central do partidão à tarde. E não alterava. Uma ocasião eu fui ao interior visitar uns campos de palma forrageira. Nós tínhamos um especialista lá, dr. Pessoa, Santiago Pessoa, que foi me doutrinando sobre a parte que interessava a ele que era o gado, os touros, a evolução genética, a importância da engenharia na revolução genética, e eu voltei e perguntei ‘Jader, mas como é esse negócio da revolução genética?’ Ele me disse: ‘Ah, você não sabe? O problema não é o touro, o problema são os donos dos touros que aqui são todos usineiros’. Ele descobriu a economia política da genética de Mao, era fantástico. Ele matou a charada. “Ah, você não sabe? O problema não são os touros, o problema são os donos dos touros”. Eu digo: ‘Mas que donos?’ Ele: ‘São todos usineiros’. Então ele tinha essa percepção.

Sobre um dos diretores da Sudene, o advogado Naílton Santos, já falecido, mais uma vez Anna Luiza Limeira comenta em seu livro, já citado, a sua competência e sua responsabilidade na qualificação técnica do pessoal de nível superior da Sudene.

Sob sua orientação o DATF – Departamento de Assistência técnica e Formação de Pessoal promoveu vários dos cursos de desenvolvimento econômico de orientação cepalina, de participação obrigatória para os técnicos, em sua maioria recém-saídos das universidades, que seriam depois admitidos na autarquia.

Naílton Santos, um dos diretores da primeira fase da Sudene não fez concessões a políticos nem aos americanos; por esta razão foi perseguido e exilou-se. Durante esse período trabalhou para a Organização das Nações Unidas – ONU, em países africanos. Com a anistia, voltou a trabalhar na Sudene e assumiu a Diretoria do Planejamento Global, “por um curto período: o necessário para verificar que nada mais poderia ser como dantes”, segundo Anna Maria Limeira.

REPRESSÃO E VIOLÊNCIA

Celso Furtado, Francisco Oliveira, Jader de Andrade, Estevão Strauss, Naílton Santos, superintendente, adjunto e demais diretores já não faziam parte do quadro efetivo da Sudene. Com exceção

de Celso Furtado, todos os outros foram presos, quando alcançados pela repressão ou decidiram sair do país para um exílio longo e incerto.

Francisco Oliveira ao ser perguntado sobre o que aconteceu após o golpe, em relação à repressão e violência instituídas afirmou o seguinte:

Depois do golpe, principalmente, você era convidado a ir à Casa de Detenção a cada 15 dias e ficava desagradável. Tinha gente que tinha uma maletinha já pronta com cueca, pijama, camisa pra trocar, mas eu me recusei a isso e aí fui pro Rio e de lá pra São Paulo. O resto é uma história comum, não fiz nada de excepcional. No golpe Celso não resistiu, nem podia resistir, porque aí... fomos, retirados da Sudene. Tiveram alguma dignidade com o Celso, principalmente porque ele era FEBiano, não é? Ele tinha feito parte da Força Expedicionária Brasileira - FEB, na Itália, e era um oficial da reserva do Exército. Tiveram dignidade, o tiraram do Recife e o levaram ao Rio, aí ele foi convidado por uma Universidade nos Estados Unidos e depois foi ser professor na Sorbone, França.

Quanto aos rapapés, os do segundo time, cadeia! Cadeia pra aprender o que é bom pra tosse. A minha experiência da ditadura demorou pouco, felizmente. Quarenta e cinco dias no Derby, tratado a pão de ló, porque a gente sempre conta as misérias, não é? Mas fui tratado a pão de ló, meu irmão era major da PM, o que faz diferença, não é? Essa história que os sociólogos cantam em prosa e verso de 'parentela' funciona mesmo. Mesmo num regime excepcional. Meu irmão era major da polícia. Mas tem gente que ficou muito traumatizada desde então. Eu tenho grandes amigos que não aguentaram, alguns vivem amargando até hoje. Mas a partir daí, vi que ficar no Recife era ter que me exibir ao Quartel General, então resolvi me mandar pra São Paulo, seguindo a trajetória de boa parte dos meus conterrâneos e aí encerrou-se a história.

Clemente Rosas respondeu sobre o mesmo assunto:

Eu tive talvez o privilégio de ser o primeiro técnico da Sudene a ser preso na Sudene. Só que nesse caso não foi por conta de nenhuma atuação relacionada com a Sudene. Foi simplesmente porque eu era casado de pouco, meu irmão também e tinha mais um outro irmão nosso que era estudante de agronomia e aqui nós morávamos numa espécie de república, e eles (a polícia) foram procurar meu irmão Nelson, que trabalhava na Secretaria Assistente do Cabo, era delegado da Secreta-

ria Assistente; era uma turma que administrava conflitos entre camponeses e proprietários rurais, uma função muito delicada, e Nelson um dia caiu na clandestinidade e só foi voltar a vida normal muitos anos depois, a história dele é longa. E eles prenderam o cunhado de Nelson que era Evaldo Gonçalves, um dos pernambucanos mais torturados por aqui, é possível que a Comissão já tenha ouvido falar dele, e Evaldo, sob tortura, deu o endereço de Nelson, porque ele sabia que Nelson não estava em casa. Então foi uma forma de aliviar um pouco, provisoriamente, o sofrimento. E assim eles foram lá na minha casa e por conta disso eu fui detido. Mas só fiquei 24 horas na Secretaria de Segurança, não fui maltratado, o meu problema mais foi de limitações que eu tive, posteriores, como obstáculos à emprego. Depois disso eu fui indicado por um colega de curso, que posteriormente foi superintendente da Sudene, Leonides. Trabalhamos juntos na Sudene. Por ele fui indicado pra ser representante do governo do Piauí junto à Sudene. No Piauí, distante, as condições de comunicação naquele tempo eram muito precárias, não se sabia de nada. Então tinha que ter pelo menos, no escritório, um representante aqui. E assim foi feito. Eu fui lá, fui recebido pelo governador Petrônio Portela, com todas as honras, conheci o secretariado todo, ao voltar, o gabinete do superintendente João Gonçalves de Souza, que era chefiado por um cavalheiro chamado Amorim, esqueci o primeiro nome dele, mandou pedir informações ao meu respeito e veio a minha ficha. E com base nisso o governador foi pressionado, mandou pedir muitas desculpas e desfez o convite.

Bom, depois disso, eu fui trabalhar, curiosamente, numa instituição financiada pelo Governo Americano, que era a Fundinor – Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste. Foi... é curioso como essa instituição foi criada, porque criou-se o fantasma de que a Sudene era uma instituição estatizante e era contra o desenvolvimento do Nordeste com base em iniciativas privadas. Nada mais falso! Mas criou-se esse clima e achou-se que se devia criar uma instituição, uma fundação sem fins lucrativos para motivar o empresariado a investir no Nordeste, divulgar os incentivos que estavam começando a funcionar, e aí foi criada a Fundinor. Com parte de recursos do SESI, com apoio da Federação Nacional das Indústrias e uma substancial ajuda americana. Pois bem, eu fui aceito pra trabalhar com esse pessoal e eles sabiam muito bem dos meus antecedentes.

Eu dou isso como exemplo de que essa res-

trição... como foi estúpida, como foi burra da parte das autoridades! Porque eu fui trabalhar numa instituição que era, em parte, financiada pelo governo americano. Além disso ainda respondi a três processos e sofri limitações, quando eu estava na Fundinor, por exemplo, e queriam me mandar pro exterior, pra uma temporada em Porto Rico, que era um país com experiência nesse tipo de promoção industrial, eu não consegui tirar passaporte. Pouco depois eu tentei fazer uma reciclagem, fazer um mestrado em economia na Universidade aqui e, ao final do curso, como eu era o único da turma que falava inglês, me ofereceram uma bolsa nos Estados Unidos. Eu era casado já, com um filho pequeno, disseram: 'A gente complementa sua bolsa, com sua mulher e seu filho'. Insistiram que eu fosse. Eu não pude tirar passaporte. Eu não ia mais fazer esse curso e depois sair frustrado. Então minhas restrições foram desse tipo.

Como me salvei e me livre dos processos? Todos nós fomos interrogados na Sudene. Eu passei um dia depondo, sem qualquer maltrato, evidente. Mas ao final disso nós fomos inocentados pelo CGI, Comissão Geral de Investigações. Era uma Comissão Nacional. Todos fomos inocentados porque não havia nada de concreto com relação à nós. No meu caso o que havia era do passado, do meu passado de política estudantil. A turma que o professor Chico Oliveira falou que tinha sido estatutária, era a turma mais antiga que tinha sido convertida pelo projeto do Virgílio Távora em funcionário público; nós éramos celestistas ainda, a turma nova. A turma minha, de Hoffman... éramos CLT. Então podíamos ser demitidos, não havia problema nenhum. E assim foi. Mesmo inocentados nós todos fomos demitidos e eu tive a honra de figurar entre os vinte e poucos que estão nesse documento que eu vou repassar à Comissão. Todos tinham pouco tempo de casa, o valor da indenização era pequena, e fomos demitidos. Isso gerou um processo, eu tenho aqui a cópia da denúncia, feita pelo promotor militar Francisco de Paula Aciolly Filho, e desse processo nós nos safamos, cada grupo recorrendo ao seu advogado e era um *habeas corpus* que determinava o trancamento da denúncia por inépcia. Quer dizer, hoje é que eu vejo qual era o sentido dessa inépcia da denúncia. Está aqui a peça do Francisco Aciolly, você lê todinha e não vê, a não ser palavreado, "tudo fizeram para aumentar a subversão, semear o ódio de classe..." não tem um formato concreto que seja tipificado como crime, mesmo na Lei de Segurança da época. Não tem nenhum, então a denúncia realmente não teve cabimento. Até na forma

da lei, nem cita a lei, e para se ter a dimensão de que era realmente inepta eu vou ver aqui e dizer pra vocês, porque isso tudo era julgado pelo Tribunal Militar, quais os generais que faziam parte desse Superior Tribunal Militar e que votaram todos pelo cancelamento do processo por inépcia da denúncia: ministro chefe-presidente – general Olímpio Mourão Filho; outro membro, general Pery Constant Bevilacqua; outro, tenente brigadeiro Gabriel Grun Moss, um dos três que se manifestaram contra a posse de Jango; quem mais? general Otacílio Terra Ururahí; general Ernesto Geisel, todos esses foram favoráveis à decisão de cancelar o processo, essa denúncia. Esse foi o processo da Sudene.

E o da UNE, esse é um ponto, uma referência, que eu quero fazer também no lado positivo, eu fui excluído até sem saber. Vim saber depois. Os companheiros da Paraíba, entre os quais estava Lindberg Farias, um médico, pai do Lindberg Farias que hoje é senador, que foi líder dos 'cara pintada', o Lindberg Farias pai foi meu companheiro e foi da Diretoria da UNE no ano anterior ao meu e foi responsável pela minha indicação como representante da Paraíba na UNE. Ele, através de um irmão que era advogado, Leidson Farias, já bastante escolado, ele e outros impetraram um *habeas corpus* pra nos livrar desse processo, e o Leidson foi ao Rio falar com Alcides Carneiro, que era um ministro civil, integrante do STM – Alcides Carneiro. Ele conhecia meu pai, não eram amigos, apenas conhecia, e meu pai nunca pediu nada a ele em favor de mim. Nunca pediu, mas ele sabia de mim, porque a Paraíba não é uma terra muito grande e eu tive uma certa notoriedade por conta dessa missão na UNE e já escrevia, gostava de literatura, e quando o pessoal chegou para ele com o documento, não sei se era uma petição de *habeas corpus*, e junto com a procuração dos constituintes, meu nome não estava, porque eu morando aqui não acompanhei essa articulação. E ele ao ver a lista, ele disse "Tudo bem, mas onde é que está aqui o menino de Evandro?", o nome do meu pai, não é? Aí o pessoal: "Mas Ministro, nós não tivemos a oportunidade, ele mora em Recife, e a gente não pode se articular...". "Não, mas vamos resolver isso, alguém bota o nome dele aqui, alguém assina por ele, eu não vou verificar isso não. Nem ninguém vai questionar. Pode botar o nome dele aqui?". E foi assim que eu fui beneficiado por essa decisão. É uma coisa que até me comove porque ele morreu e eu não tive oportunidade de agradecer-lhe.

Adalberto Arruda relata sua prisão:

Eu devo dizer que fui preso dentro da repartição e fiquei 5 dias na Secretaria de Segurança Pública; no primeiro dia foi um choque, eles queriam me levar para o “buque”, junto com os presos comuns, 1964, 13 de agosto de 1964. Então, quero dizer que, entre outras coisas, nos interrogatórios a que eu fui submetido, paguei um preço por cursos, que ministrei. O TDE formou dezenas de técnicos em desenvolvimento econômico. Nós tínhamos, por conseguinte, um *status* especial. Celso imaginava que um técnico em desenvolvimento era uma espécie de tropa de choque, digamos assim, do processo de desenvolvimento que ele conduzia, do chamado superministério, porque, repito, a nossa visão era que a Sudene era também responsável por uma grande reforma administrativa, era uma reforma de choque na administração; vou me permitir voltar ao assunto na época. Direi ainda, referentemente à minha pessoa, do ponto de vista da minha participação na Sudene, que trabalhei junto com Nairton no Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal, tive oportunidade de participar de muitas atividades como expositor, sobre Teoria do Desenvolvimento, em cursos diversos aqui em Pernambuco e noutros estados. Tive que prestar esclarecimentos sobre a atividade desses cursos. Após a saída da prisão, em 31/12/64, procurei refazer minha vida; não foi fácil, eu montei um escritório de planejamento, tive a honra de me reunir com Hoffman, foi meu sócio, era ‘Adalberto Arruda, Hoffman & Nathaniel Von Sothen’, genro de Hiram Pereira que foi do Partidão, nós todos participamos do Partido na época, tivemos essa honra, e eu quero dizer a vocês que era assessoria jurídica, econômica e esse escritório durou 1 ano e pouco aproximadamente, porque o Hoffman foi procurado por um coronel... não sei se foi o Ibiapina, dizendo que ele tinha só 48 horas pra deixar o Recife porque não podia garantir pela segurança física dele e os “revolucionários” de 64 estavam preocupados com a presença dele aqui em Pernambuco. A insegurança dele era total; a esposa dele, Marise tinha sido presa inclusive, se não me engano, num ‘buque’ de polícia lá em Caxangá, se não me engano. Agora eu quero registrar pra vocês, que eu fui vítima de uma prisão no governo ditatorial: a insegurança e o terror é também uma prisão quando não se está num estado de direito. Porque num estado de direito a prisão já é uma punição forte, é uma punição até questionável, hoje se diz que se prende demais e é preciso suavizar as penas, mas num estado ditatorial, porque o terror é individual, havia tortura na época e forte, e a

família ficava desesperada. Lá, onde eu estava, nas salas, à noite, as pessoas eram retiradas pra fazer depoimentos às 11 horas da noite.

O depoimento de **Plínio Soares** sobre sua prisão se estende a uma compreensão maior sobre suas relações, principalmente com alguns técnicos cubanos.

Quem havia passado por aqui na véspera antes do golpe de 64 eram alguns agrônomos que Che Guevara, ministro da Indústria, estava interessado em culturas de exportação. No Brasil tem algumas coisas que interessam e eles vieram aqui para o IPA, uma instituição de pesquisa que tem aqui, e o diretor do IPA era uma pessoa que tinha trabalhado com Jader lá na Sudene, isso já no governo Arraes. Eles vieram e tomaram as informações de agrônomos, eram informações técnicas e tal, e aí veio o golpe. Nessa ocasião eu fui recolhido preso, ainda dentro da Sudene, e os agrônomos cubanos ficaram aqui em Recife. Rosa Maria e algumas senhoras, a senhora do Guimarães Sobrinho e outras pessoas, cuidaram da saída desse povo daqui, porque o Brasil tinha relações com Cuba, e eles estavam aqui com passaporte, tudo regular, mas até explicar essa história, alguém ia ficar sem os dedos ou sem as unhas. De modo que foi um momento muito difícil. Eu fiquei na Secretaria de... Eu vou entrar no link pessoal muito rapidamente... Já se tocou muito nesses assuntos hoje e se a gente for contar essas histórias vai desfocar. Eu fiquei um tempo na Secretaria com o famoso Alvinho, o Álvaro Costa Lima, eu chamo atenção que uma boa parte da minha memória não tem mais nada, são 75 anos, a enciclopédia que o dr. Fernando Coelho escreveu é que me lembra muito desses detalhes. O Alvinho, ele colocava a gente lá sentado e tinha um tal de ‘buque’, lá em baixo, onde o sujeito entrava assim, da cor do Hoffman, e saía verdinho, quinze dias depois o cara estava verde, porque era um inferno. Depois eles me botaram na Companhia de Guardas e Francisco Julião tinha chegado preso já de Brasília. Haviam “solitárias” e eu fiquei numa delas. Eu fiquei algum tempo lá na Cia de Guardas e fui para o Sétimo Regimento de Obuses, em Olinda. Nesse RO-105, aí vi um assunto que interessa diretamente à Comissão. Num livro, Ivo Valença aparece como torturado, numa descrição adequada; mas uma Comissão de personalidades aqui do Recife visitou os quartéis e diz que o Ivan Rui, que acumulava na anarquia de cargos, que Gaspari fala nos livros dele, na anarquia ele acumulava a Secretaria de Segurança com o Comando do Quartel. E chegou até a destituir um general, está aqui no livro, que era o co-

mandante que não aderiu ao golpe, o Comandante da 7ª Região. Num certo dia, cinco horas da tarde, entra de sala adentro, dentro do RO, eles botaram uma metralhadora 50 na frente do corredor, não sei pra quê, porque a gente já estava dentro. Audálio estava comigo nessa mesma cela, não sei porque eles botaram essa metralhadora 50, que é um monstro pra guerra e a gente lá dentro. De repente cinco horas da tarde entram dois generais: o general Ernesto Geisel e o Antonio Murici, e um oficial com um bastão de comando, e os três ficaram ouvindo os presos; a maioria era de camponeses, que contavam os constrangimentos e as pancadarias que sofriam e quando terminaram eu adiantei o passo, eu tinha prestado serviço militar com o capitão Antão de Carvalho, e o vice era primo de Fernando Henrique, filho do marechal Cardoso, e eu sabia mais ou menos a linguagem. Eu adiantei o pé e disse: “Aqui tem um caso de tortura. Aquele senhor que estava ali.” Ivo Valença era muito disciplinado, do Partidão. Por isso que ele não quis contar nenhum relato dos encontros dele com Ibiapina. Então Ibiapina disse: “Isso é mentira”. Ai eu me virei pro Geisel e pro Murici que mantinham a austeridade de oficial superior e falei: “O senhor está vendo que não tem diálogo...” Respondeu Ibiapina: “Diálogo com comunista safado não existe”. Ai já botou a bengala na minha frente. Eu me calei e percebi que ele tinha cometido um erro fatal, não é, porque havia uma guerra interna entre os oficiais. Eles estavam em conflito aqui com o Castelo, só que era muito secreto, evidente, e eram rebeldes, eles não obedeciam. Pra atender o meu *habeas corpus* do Superior Tribunal Militar foi uma dificuldade. E depois mandaram avisar, “se ele ficar mais um dia aqui, volta”, e iam começar tudo de novo. Pediram a prisão preventiva de Sérgio Rezende, por exemplo, colocando meu nome e o de Othon Pires Rolim, junto.

Délio Mendes relatou a prisão e perseguição, que sofreu pelo Serviço Nacional de Informação – SNI.

Eu tenho aqui um documento, o meu *habeas data*, que mostra que eles me perseguiram oficialmente até 89, ou seja, depois da Constituição. Eu quero dizer uma coisa, eu sou do Partido Comunista Brasileiro, aquele que falaram aqui tão bem dele, eu sou ainda hoje e entrei nesse partido depois da declaração de março de 1958, que é a primeira declaração de um partido brasileiro de compromisso com a democracia. A declaração de março do partido Comunista é o primeiro documento que tem essa perspectiva.

Após a sua prisão, os colegas da Sudene se cotizaram e pagaram ao advogado Fernando Tasso de Souza pra fazer a sua defesa, quando foi decretada minha prisão preventiva. Mas no processo, eu fui falar com meu amigo dileto e querido a quem eu rendo a minha homenagem, Paulo Cavalcanti, e ele me chamou e disse: ‘Olha, você está atrapalhado ou vai pro exterior agora, como a gente queria lhe mandar desde o princípio.’ Mas eu não tinha condições, se eu fosse pro exterior eu não aguentaria ficar fora desse país sem poder voltar depois do exterior. Eu disse: ‘Não, eu prefiro ficar aqui, na cadeia. Eu já passei tanto tempo, não é? Eu já passei 6 meses da minha vida na cadeia’. Se bem que em boas companhias como Plínio, como outros, tá certo? Mas aí eu disse ‘Não, veja o que você faz’. Ele disse: ‘Eu vou fazer um *habeas corpus*, agora, aviso logo: se o *habeas corpus* não passar no Tribunal Militar ou no Superior Tribunal Federal, aí não tem mais dúvida... Concordei. Paulo Cavalcanti conseguiu que Heleno Fragoso me defendesse no Pleno do Superior Tribunal Federal. O voto do general, que aderiu ao golpe, mas que era liberal, Peri Bevilacqua foi importante. Ele votou pela inépcia da denúncia e falta de justa causa. Foi o primeiro caso. A partir do desfecho de meu processo, os outros seguiram o mesmo caminho e foi encerrado aquele processo da Sudene. Isso me fez ficar na Sudene. Eu fui contínuo, fui por concurso interno... Porque os meus amigos, uma coisa que é interessante, meus amigos que ficaram na Sudene, de direita ou esquerda, com raríssimas exceções dos dedos duros e outros cupinchas, eles foram extremamente leais, extremamente amigos. Eu gosto muito de me referir, por exemplo, ao meu amigo José Antônio, porque ele acompanhou parte da aventura e fez parte dessa aventura que foi a resistência dentro da Sudene.

Anna Luiza Limeira, uma das autoras do livro “Sudene, nós bem que tentamos”, escreveu no capítulo 8 que

de imediato foi instituído o medo. E em continuidade foram se estabelecendo a desconfiança, a angústia, o desencanto, as comissões de inquérito, o pré-julgamento, o afilhadismo, a incompetência, o autoritarismo, a injustiça, E se introduziram em nossa linguagem comum, novos e tristes vocábulos, como cassação, dedurismo, linha-dura, fuga, exílio, esvaziamento...

José Expedito Prata fala da sua prisão e do período sombrio de violência nos quartéis. Por sua formação em arquitetura, pôde descrever os espa-

ços utilizados pelos militares para realizarem suas práticas de violência contra os direitos humanos.

Como num passe de mágica, veio o golpe militar no dia 31 de março de 1964. Logo no início de abril, dia 1º ou 2, um grupo de funcionários da Sudene se reuniu na sua sede, com discursos inflamados. Arraes ainda estava no Palácio cercado pelas tropas do general Justino Alves diziam alguns. Funcionários saíram pelas ruas em passeata e se juntaram a uma multidão que já se encaminhava para o Palácio. De repente, tiros.

No dia 21 de abril de 1964 fui ao cinema com Juarez Guimarães Brito assistir o filme “Se meu apartamento falasse”, uma comédia de Billy Wilder com Jack Lemmon e Shirley Maclaine. O clima ainda era de incertezas. Maria do Carmo Brito, companheira de Juarez Brito, havia viajado para o sul para participar de uma reunião de avaliação da situação, com o pessoal da Polop. Certamente o quadro nacional não estava para comédia e o mar para peixe. Estávamos, Juarez e eu, num apartamento da rua Riachuelo, vizinho ao meu, onde residia o engenheiro Sergio Rezende, executivo da Administração do Porto de Recife, e parente de um antigo dirigente do PCB, veterano de 1935. Sergio e sua mulher fugiram para o sul. Juarez e Maria do Carmo há 2 meses no Recife tinham cedido sua casa, ainda desconhecida e localizada num excelente bairro (Santo Amaro), para membros do PCB, e cogitavam de mudarem para o apartamento do Sergio. Em todo caso iríamos, Juarez, Regina e eu, naquele momento, providenciar a mudança do engenheiro. Sergio Rezende e esvaziar o apartamento de suas “tralhas particulares.

Lá pelas tantas da madrugada batem à porta. Eram policiais, entraram na marra e indagaram pelo Azevedo, não tínhamos a mínima ideia de quem era. Perguntei ao policial, de bigodes, mais saliente, e que julgava ser o chefe da operação, o que queriam. Levei uma porrada de mão aberta no rosto e, por sorte, caí no sofá. Mexeram na casa toda e encontraram uma carta do Azevedo para seu parente Sergio. Percebemos então a situação. Tratava-se de Agliberto Azevedo. Segundo Marco Antonio Coelho em novembro de 1935 forças do exército sufocaram uma revolta na Base Aérea da Aviação do Exército em que participaram oficiais comunistas como Ivan Ribeiro e Agliberto Azevedo. Agliberto era um dirigente do PCB.

Sergio trabalhava na Superintendência da Administração do Porto do Recife com o Enildo

Carneiro Pessoa, engenheiro, superintendente do Porto e também procurado pelos agentes policiais.

- “Vocês (Juarez e eu) vão presos conosco”. Falou o policial de bigodes.

Não tive tempo de me arrumar, mas nada adiantaria, morava no mesmo prédio mas não naquele apartamento, estava só com a roupa do corpo, de sandálias tipo havaiana, calção e camiseta hering, sem dinheiro e com carteira de identidade, fornecida pelo CPOR de Belo Horizonte.

Fomos levados para o Quartel do Hospital Militar do outro lado da rua. Era uma quadra urbana de uso militar e possivelmente com outras unidades no local. Fomos conduzidos para o segundo andar de um edifício, localizado no interior da mesma quadra. Os responsáveis pela nossa prisão conversaram com um militar, oficial, que lá estava, embora fardado devia estar de prontidão. Não sei o que falaram, mas o clima estava calmo. Descemos e logo a seguir simularam um fuzilamento, nos encostaram numa parede, deram uns gritos, fizeram ruído com as armas, mas deu para perceber que se divertiam com ameaças... ainda eram só ameaças. Fomos caminhando, para não falar marchando, até outro edifício que tinha uma cela no térreo e com portas voltadas para o pátio. Um dos policiais, o mais jovem me deu um soco na barriga e aproveitando que me abaixei de dor, deu-me um ponta pé e fui cair dentro da cela, pois a porta já estava aberta. Uma ameaça, uma agressão desnecessária. Uma covardia. Ao cair na cela, que estava lotada, me acudiu uma pessoa que me perguntou se estava bem, e se apresentou:

- Meu nome é Abelardo da Hora e sou artista plástico. Também estou preso.

A cela era minúscula, não tinha camas, mas colchões pelo chão, e o entra e sai de presos era constante. Devia ser um local de trânsito de presos.

Ficamos não sei quanto tempo lá. Os militares ou quem quer que fosse responsável pela nossa prisão nunca perguntaram pelo nosso nome, e nada nos informaram.

Uma noite, 3 ou 4 dias depois, fomos despertados:

- Vocês dois aí, dirigiram o olhar para nós, eu e Juarez, se preparem, pois serão transferidos.

Chegamos no meio da noite no Quartel do 7º Regimento de Obuses (RO) em Olinda, que era comandado pelo coronel Ivan Rui de Oliveira, que mais tarde viria a ser Secretário de Segurança Pública. As celas ficavam à direita de quem entrava no Quartel. Havia uma cela maior e uma ou duas menores, do tipo cela especial. Na cela maior, onde ficamos, estavam amontoados, se não me engano, uns 25 a 30 presos. Dormíamos no chão, lado a lado, com cobertas estendidas sobre jornais, por causa da umidade. As cobertas de dia eram enroladas e o espaço da cela ficava maior. Apollon Fanzeres foi o único preso que se apresentou quando chegamos. Era um engenheiro eletrônico que havia montado um sistema de comunicação, via rádio, no sul do país e havia sido contratado pelo governo de Pernambuco, por recomendação de Brizola, para instalação de um serviço similar no Estado. Era ligado ao grupo dos 11 do Brizola, segundo ele dizia, mas os militares o julgavam comunista.

- 'Já falei para eles que eu cuido somente da montagem de rádios, de frequências e do espectro radio elétrico, eu não falo no rádio, mas todo mundo pode falar, até os comunistas.' Fanzeres esteve exilado no Uruguai, após 'liberado' em Pernambuco, onde ficou detido por quase 1 ano, passou inclusive pela Casa de Detenção. Foi condenado a 3 anos, mas seus advogados entraram com recursos (*Habeas Corpus*). Foi um grande escritor técnico com centenas de artigos publicados em revistas especializadas sobre eletrônica, televisão, eletricidade, etc.

A composição dos presos no RO era variada, além de Juarez Brito, Apollon Fanzeres e de Enoch Mendes Saraiva, me lembro de três camponeses: um de sobrenome Felix, assim apresentado, desconheço seu nome, e outros dois absolutamente discretos, um apelidado de "Jesus Cristo", calado, havia visitado Cuba, e o outro, não me lembro de seu nome, mas recentemente vendo o filme de Eduardo Coutinho, "Cabra marcado para morrer", o identifiquei. Os outros presos diziam que os 3 eram das Ligas Camponesas. Não se envolviam em conversas. Os demais presos eram bancários, professores, advogados, funcionários públicos, comerciantes. Gente do Governo ou das prefeituras e que haviam sido presos porque eram do Partidão ou simpatizantes, mas, certamente, próximos do governador Miguel Arraes e do prefeito Pelópidas Silveira.

Não conhecíamos viva alma e, obviamente, ninguém nos conhecia, pois, havíamos chegado recentemente em Pernambuco, Juarez há

três meses e eu há nove. Nesta época eu não era conhecido e nem tinha vinculações explícitas com organizações políticas no Recife. Juarez era no sul identificado como militante da POLOP mas, totalmente desconhecido no Nordeste. Como dizia Maria do Carmo (a mulher de Juarez) era preciso conservar o sangue frio até que tudo se esclarecesse: "fomos presos por engano".

Um dia nos chamaram para o cadastramento. Fomos "fichados" e anotaram nosso nome, dados pessoais, fotos e impressões digitais. Perguntaram pela minha identidade e mostrei a única que tinha, minha carteira do CPOR, oficial da reserva R2, que me servia também como comprovante de prestação de serviço militar. O oficial encarregado, um tenente mequetrefe, pegou-a e simplesmente rasgou-a, você não necessita desta carteira, pois não é uma carteira de identidade e você, além disso, você não a merece. Eu até que gostava do CPOR!

Percebia-se no ar, com a prisão do governador Arraes já consumada, um ódio, uma guerra a seu governo e uma persistente e obsessiva busca pela sua desmontagem, peça por peça, inclusive de instituições públicas federais com atuação no nordeste e de entidades públicas dos governos estaduais, com ênfase no Estado de Pernambuco.

Na cela eu gostava de conversar com o camponês Felix, o mais lúcido "naquele biotério" como Fanzeres apelidava a cela. Vocês, Felix me dizia, quando erram politicamente, pouco ou em quase nada são prejudicados.

- "A vida continua para vocês, trabalho, vida familiar, bons salários. Alguns até se candidatam e são eleitos. Quando nós erramos ou vocês erram, nós é que pagamos o pato, sozinhos. Não sei se sairei com vida desta nova aventura". Felix não tinha nada a perder, pois já tinha perdido tudo o que tinha.

Fiquei sabendo mais tarde que Felix havia sido liberado e assassinado. Não confirmei, mas ele tinha razão.

Uma noite, a história da transferência se repetiu, fomos avisados:

- "Vocês dois aí, Juarez e Prata, agora já nos reconheciam, se preparem pois vão ser transferidos.

Fomos transportados de caminhão para a 2ª Companhia de Guardas. Na boleia sargentos,

na carroceria um monte de soldados armados com mosquetão e nós no meio. Dava até para tentar fugir, mas seria arriscado.

A Companhia de Guardas era localizada na rua do Príncipe. Paralela a rua do Riachuelo. Lá também estavam acantonados o coronel Ibiapina, encarregado dos interrogatórios e montagem dos processos para a Auditoria Militar e seus auxiliares diretos: o capitão Noaldo, o capitão Jovino, sargentos e etc.

Havia 2 xadrezes, denominados X1 e X2, que ficavam à esquerda de quem entrava no quartel e do lado direito do corredor. Cada xadrez com 20 metros quadrados, e um compartimento sem portas com um WC, tipo latrina “turca” e com uma ducha fria no canto. O piso do xadrez era de cimento, com duas aberturas na parede do fundo, com grades, que permitiam a ventilação e iluminação natural da cela. Estes “buracos” só podiam ser alcançados subindo no segundo beliche, de onde se via o pátio e uma quadra de esportes. Observar soldados em forma no pátio era uma opção. Pior que no RO, não se via nada, nenhuma aranha, só moscas. E a tensão era maior. E assim ficamos talvez uns 3 meses. Quarta feira era dia de visita. Todos saíam da cela “arrumados” a seu jeito. A cela ficava vazia, só Juarez, eu e as moscas. Sem visitas aguardávamos o retorno dos outros com notícias e alguma nova gulo-seima dos dias de São João.

Em frente das celas um corredor perpendicular, estreito e escuro dava acesso a duas minúsculas celas solitárias, cada uma com um metro por dois. Conforme narrativa do tenente Lima¹⁴².

“Com paredes ásperas, chão cimentado, sem sanitário, precária ventilação e iluminação, ali ficavam os presos de alta periculosidade. Fazia-se rodízio para que todos frequentassem essas solitárias, que serviam também para “amaciar” os presos antes de serem ouvidos no IPM. Julião foi um assíduo frequentador da solitária”...

...“Os xadrezes (X1 e X2) ficaram apinhados, com mais de 30 presos naqueles cubículos. Situação inadequada a um ser humano, sem qualquer organização, uma mistura de todo tipo de gente, gerando uma catanga animalesca produzida pelo suor...”

Carlito Lima, o tenente Lima, era oficial na Segunda Companhia e foi nosso “carcereiro” é ele que relata estas estórias do X1 e do X2, e outras, em seu livro “Confissões de um capitão. Memórias”

Passavam pela Companhia de Guardas aqueles presos que seriam ouvidos e formalizados os processos a serem encaminhados à Auditoria Militar. Era um sinal que o “processo andava”.

Estiveram por lá, mas nunca os vi: o governador Miguel Arraes; Paulo Cavalcanti; Alfredo Ferreira Filho; Paulo Freire; Djalma Maranhão - que lançou o projeto “de pé no chão também se aprende a ler”; Ubiraci Barbosa; Assis Lemos deputado da Paraíba e dezenas de pessoas.

Estive no X1 com Juarez Brito, Cicero Targino Dantas, Gibrardo de Moura Coelho, Miguel Dália, Francisco Souto, David Capistrano Filho, Marcos Guerra, Dorival Beulke, Nathánias Von Sohsten

Os presos da solitária saíam das celas cobertos com lençóis para irem às instalações sanitárias. Não sei como comiam. Certa vez observei que enquanto a vigilância e o oficialato cochilavam, soldados, muitos com aparência de camponeses, iam de madrugada levar frutas para o Julião na solitária.

Na solitária havia uma lata para urinar que quando enchia um soldado vinha retirá-la. As vezes ele demorava. Mais tarde quando as visitas a Julião foram autorizadas sua filha vinha sempre às quartas feiras visitá-lo. Julião conseguiu papel e escreveu o livro “Até quarta, Isabela”.

Nas primeiras semanas de nossa “estadia” a situação ficou, de repente, mais difícil. Não deixavam entrar alimentos de qualquer natureza, e a comida do quartel era servida em pratos de alumínio, sem faca ou garfo “por medidas de segurança”, e somente uma colher. O prato era “feito” pelos guardas (arroz, feijão com pedras, um pedaço de músculo e macaxeira ou alguma verdura cozida), e a seguir colocado no chão e empurrado para a cela, por debaixo da porta. A porta era de metal e rente ao chão. A preocupação nossa era lavar, todos os dias, debaixo da porta para evitar infecções, pois o calor era insuportável e restos de comida poderiam ficar por ali e atrair moscas. Tantas eram as moscas, que adotamos o seguinte expediente. Todos ficávamos de pé perto da porta de entrada e juntos, colados uns aos outros, e com as toalhas nas mãos abanávamos as moscas em direção das janelas. Como uma boiada eram tocadas para fora do curral. O pior é que dava certo.

De vez em quando os militares davam uma batida de armas na mão em busca de alimen-

tos diziam, ou não sei de que. Nunca cheguei a entender a razão. Batida por comida! Aos poucos, mediante protestos, foram moderando, a comida melhorou e o garfo foi reintroduzido. Deixaram entrar papel higiênico e molho inglês, numa embalagem de plástico. Uma piada.

Conseguimos creolina que era usada para “desinfetar” o vaso sanitário. O cheiro forte da creolina até hoje me persegue, ao senti-lo lembro de imediato do X1. Devo ter síndrome de creolina. Nada se apaga da memória, à menor evocação, o cheiro da creolina ou o barulho de correntes, uma lembrança pode surgir.

A porta de entrada da cela era gradeada de ferro e trancada com cadeado que amarrava uma corrente de aço que rodeava parte das grades. Ao abrir as celas era sempre aquele barulho de correntes raspando o ferro da grade. Todos despertavam, assustados, pois alguém seria retirado para ser interrogado, transferido, ou iríamos receber novos hóspedes, intactos ou feridos. Era a oportunidade também de recebermos mais informações do mundo externo.

Certa vez um dos ‘capitães’ do coronel Ibiapina, creio que o capitão Jovino, veio próximo da porta e me chamou.

- Qual é seu sobrenome, indagou?

- Prata

- Não pode ser, Prata é seu codinome.

David Capistrano Filho, então com 16 anos, provavelmente, foi chamado para depor. Ele estava de passagem pelo X1. Ao voltar me acerquei dele, e aí?

- Tudo bem. Me perguntaram se conhecia um tal de Prata. Quem é ele?

Juarez e eu, ainda sem receber visitas e quase quatro meses sem tomar banho de sol, e sem sair da cela.

Prata resolveu avisar à família em Minas, que estava preso. O seu irmão Thomaz, padre católico, foi designado a vir ao Recife tentar ajudá-lo. Chegou no final do mês de julho. Tentou uma entrevista com o coronel Ibiapina, que o recebeu friamente ‘derramando autoridade’, segundo o padre.

O coronel Ibiapina lhe informou que

“Seu irmão, disse ele, é comunista, desses com cara de bom mocinho e ficará preso até o jul-

gamento. Trabalhava na Sudene e pertencia ao grupo de comunistas, disfarçados de anjos, que pregavam o comunismo como se fosse o único caminho para salvar o Brasil. São desordeiros travestidos de reformadores. O senhor me disse que é professor de Sociologia em sua terra. Isso é papo de marxistas. Sociologia é igual a leninismo. Só que não sabem disso. Com a cara mais dura do mundo estão em todos os setores sociais, inclusive na Igreja Católica. Há padres comunistas que não sabem que são comunistas”.

Por sorte, deu-lhe permissão para vê-lo uma vez por semana.

Conta o padre Prata que

“No dia determinado fui ao Quartel. Trouxeram meu irmão até mim, escoltado por dois militares armados de fuzil e baioneta. Estava macérrimo e estranhamente descorado. Dei a ele notícias de casa, de todos. Quanto a ele, quase nada me disse de fundamental, temendo a vigilância grudada entre nós dois.”

Procurou dom Helder que lhe sugeriu procurar outro coronel Antonio Murici ou o general Taurino Rezende (pai do Sergio Rezende) Também não resultou em nada positivo. Até que encontrou por acaso com o Frei Romeo Perea, amigo do Ibiapina.

Segundo a descrição do padre Thomaz Prata,

“Na segunda-feira, voltei ao Quartel. O Coronel Ibiapina não me recebeu, mas deixou-me um bilhete na portaria: “Padre Prata, pode voltar para Uberaba. Diga à sua mãe que seu irmão será libertado na próxima quarta-feira. Garanto-lhe. Coronel Ibiapina.”

É assim na vida: uma informação certa vale mais que um arcebispo e dois generais”.

O fato é que no dia seguinte fui avisado pelo carcereiro que tinha uma visita para mim, era um padre. Pela fresta da grade vi que a batina não era preta e sim marrom. Não era meu irmão, padre secular usa (usava naqueles tempos) batina preta. Era Frei Romeu Perea que se apresentou e me perguntou o que eu queria. Quero três coisas, respondi:

- “Ser ouvido, poder constituir advogado, e receber visitas de meus familiares, como os demais presos”.

No dia seguinte fui interrogado.

Depois de responder um longo questionário, onde confundiam Polop com Polícia Operária, fui liberado da Segunda Companhia de Guardas, mas com um recado, ou uma ameaça velada.

- “A polícia civil está te procurando e vão te buscar”.

Estavam me esperando. Na verdade não fui liberado e sim “transferido”. Voltei à estaca zero, e me levaram para a Secretaria de Segurança (Polícia Civil) do Estado de Pernambuco.

Não sei onde Juarez estava, perdemos contato.

No dia 27 de Julho Thomaz escreveu para minha mãe, como não tinha o que falar, não podia falar a verdade, registrou um trecho lapidar, coisa de padre:

- “Ele está bem (se referia a minha pessoa) mais amadurecido. No meu ponto de vista, a prisão foi uma graça de Deus que ele recebeu e a senhora também. Deus cura é com sal amargo”.

José Expedito Prata foi libertado, voltou a trabalhar na Sudene, casou-se com sua colega Regina Mendes e logo depois asilou-se na França, com a ajuda do cônsul daquele país M. Marcel Morin.

Uma das informações de Anna Luíza Limeira em seu livro já citado, que mais chamou atenção foi o fato de que, como num processo kafkiano, as autoridades da Sudene iniciaram internamente um processo de demissão de funcionários cujos acusadores eram colegas, funcionários da Sudene e os defensores também. Como eram processos marcados como um ‘cabra marcado para morrer’, já se sabia previamente que a pessoa ia ser demitida. Aquele que ia defender o colega não conseguia sua absolvição e aí se sentia completamente incompetente e às vezes envergonhado; a questão do silêncio foi uma marca terrível em todas essas instituições. O silêncio foi algo que era mais do que um discurso. Aparecem nestas circunstâncias a ‘culpabilidade’ em quem não tem culpa e o ‘silêncio’ que fez progredir a impunidade. Como nesse caso, a própria Anna Luíza vai defender um colega, não consegue ter êxito, o colega é demitido, e ela se acha culpada por isso. Considera-se esse comportamento dentro de um processo de crueldade, de violação do direito da pessoa “por ser obrigada a ter um tipo de vínculo com as famigeradas comissões e por saber que qualquer que fosse minha argumentação, o resultado já estava definido”. Um processo muito sofisticado utilizado para destruir a resistência que poderia ainda haver lá dentro da instituição.

No dia 21 de setembro de 1964 o encarregado do IPM da Sudene, Salvador Batista do Rêgo, solicita ao Secretário de Segurança diligências para cumprir mandato de prisão preventiva expedido pela Auditoria da 7ª Região Militar contra indiciados neste IPM: Abelardo Andrade Caminha Barros, Djalma Freire Borges, Estevam Strauss, Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, Jäder Figueiredo de Andrade Silva, Marcos Correia Lins, Maria Cealis Barreto Novaes, Nailton de Almeida Santos e Risoleta Célia Ezequiel Cavalcanti. Através desses mandatos ocorreriam as prisões. Mesmo antes de serem presos, foram demitidos. Nessa relação, datada de setembro de 1976, aparecem os 24 nomes de funcionários que são os seguintes: Abelardo de Andrade Caminha de Barros, Adalberto Arruda Silva, Antônio Augusto Carneiro Leão, Antônio Othon Pires Rolim, Arthur de Souza Linares, Clemente Rosas Ribeiro, Clóvis Bráulio de Carvalho Filho, Délio Mendes da Fonseca e Silva Filho, Dorival Rodrigues, Edson Filismino da Silva, Estevão Strauss, Fernando José de Barros Correia, Marcos Correia Lins, Inácio de Souza Farias, Jäder Figueiredo de Andrade Silva, João Melo Filho, Maria Cealis Barreto Novaes, Mario Lima Wu, Nailton de Almeida Santos, Natánias Ribeiro Von Sohsten, Plínio Monteiro Soares, Rivadavia Brás de Oliveira, Rui de Albuquerque e Ulrich Hoffman. Foram 24 denunciados, alguns estão vivos e uma grande parte já é falecida. No depoimento de Clemente Rosas ele narra como o processo chega até o Superior Tribunal Militar e qual foi o desfecho.

A CEMVDHC recebeu do engenheiro Ulrich Hoffmann, durante a sessão de depoimentos dois relatos sobre as violências sofridas durante a sua prisão e a de Marise Borem Pimenta Hoffmann, sua mulher. Aqui os transcrevemos:

Ulrich Hoffmann relata os problemas sofridos no estado de Pernambuco em decorrência do golpe militar de abril de 1964.

1. Logo após o Golpe Civil Militar de abril de 1964, no dia 2 ou 3 deste mês, fui preso por policiais do estado de Pernambuco, prisão essa realizada com invasão da residência ficando detido até o fim do mês de agosto de 1964 no quartel do IV Exército sem nenhuma prova ou processo. Nesse período sofri agressões físicas e também psicológicas como ameaças à familiares e amigos para delatar pessoas, dar informações sobre pessoas foragidas e confessar a participação em atividades ditas subversivas seja como ativista do Partido Comunista Brasileiro, seja como funcionário da Sudene dirigida por Celso Furtado. A Sudene se encontrava sob intervenção e seus funcionários em processo de investigação.
2. Mesmo antes da finalização do mencionado processo, fui demitido da Sudene na primeira lista de indiciados.

3. Fui solto em fins de agosto por falta de provas e acusações concretas, mas com a condição de me apresentar semanalmente no quartel ao coronel Ibiapina para relatar suas atividades. Em algumas dessas apresentações, simplesmente ficava detido por um ou dois dias.
4. Para sobreviver busquei fazer alguns trabalhos de engenharia e passei a dar aulas na Escola Penitenciária de Campina Grande, mas obrigado a residir em Recife, na rua Riachuelo, no Centro. Após alguns meses fui sumariamente demitido na Faculdade tendo o Diretor alegado pressões insuportáveis e definitivas vindas do Recife.
5. Após a demissão passei a realizar trabalhos de consultoria na área de projetos industriais que buscavam apoio financeiro da Sudene, mas as portas se fecharam a essa possibilidade e só conseguiu subsistir graças ao apoio financeiro de sua esposa que trabalhava na Sudene.
6. Em fins de outubro de 1965, fui detido na madrugada da divulgação do Decreto AI-02, com invasão de domicílio, juntamente com sua esposa Marise Borem Pimenta Hoffmann. Nesta invasão da residência foram realizadas agressões físicas e pressões psicológicas, além de uma desorganização e danos das instalações na procura de supostas provas materiais de atividades consideradas subversivas.
7. Após a prisão fui levado para a delegacia de Caxangá e colocado totalmente despido numa mesma sela em que estava preso o suposto assassino de um juiz do interior, e deixado sem alimentação e agasalho por uma semana, e sem qualquer tipo de comunicação com o exterior. Em duas oportunidades recebi pauladas e ameaças de morte. Além disso, foram realizadas ameaças que envolviam física e moralmente sua esposa.
8. Passados 15 dias, inesperadamente, possivelmente como resultado das pressões externas, a polícia resolveu expulsar a mim e a Marise do Recife colocando-nos só com a roupa do corpo em um avião de carreira para São Paulo. Esse fato, ainda que nessas circunstâncias tenha sido recebido como um grande alívio, significou a perda total de todos os móveis, aparelhos eletro-domésticos, objetos e demais pertences pessoais já que na oportunidade ninguém se dispunha a tomar possíveis iniciativas.
9. Um mês após a expulsão, foi decretada a minha prisão preventiva e de minha esposa, conhecida através de publicação em jornais e fomos considerados fugitivos. Tendo em vista esta situação tivemos que sair do país para evitar sermos novamente presos.
10. Posteriormente, após o término das investigações policiais em Pernambuco, foi aberto oficialmente o processo judicial contra o PCB em Pernambuco; ao término do processo fui condenado à reclusão a 2 anos de prisão e sua esposa Marise Borém Pimenta Hoffmann a 1 ano. Isto implicou nas nossas permanências fora do país até o ano de 1979, ano de decretação da anistia política para todos os perseguidos políticos.
11. Cabe assinalar que neste período de exílio o casal teve 2 filhas no Chile, onde lhes foram negadas o registro na embaixada como filhas de brasileiros. Também, na oportunidade da renovação do passaporte de Hoffmann e Marise a Embaixada Brasileira no Chile confiscou o meu passaporte e de minha esposa ficando ambos sem documentos. Com o golpe militar no Chile em 1973, fui outra vez preso e interrogado sobre minhas atividades no exterior contra o governo brasileiro; uma lista de nomes de brasileiros me foi apresentada para que os denunciasse como ativistas políticos contra o país e foram formuladas perguntas em português sobre minhas atividades políticas no exterior, dentro do plano de cooperação entre as autoridades policiais chileno-brasileiras. Em outubro deste mesmo ano, minha residência foi invadida por policiais chilenos equipados com as armas de guerra (metralhadoras e tanques) para verificar a existência de materiais subversivos, que segundo os mesmos foram informados de que este local era uma sede de reuniões de brasileiro subversivos, porém nada foi encontrado. No entanto, a pressão psicológica para os familiares, a esposa e filhas foi enorme, além de que o casal foi intimado a comparecer num prazo de 24 horas ao ministério de relações exteriores do Chile. Já sabendo do uso deste procedimento para realizar prisões entre os brasileiros exilados, eu, minha mulher e filhas nos exilamos na embaixada da Bélgica e posteriormente fomos recebidos como refugiados políticos pelo governo da Costa Rica, através da intermediação do Alto Comissariado de Refugiados das Nações Unidas.

Relato das perseguições políticas e seus desdobramentos, sofridas por **Marise Borem Pimenta Hoffmann**, em Pernambuco, em consequência do Golpe Civil Militar.

1. Por ocasião do golpe militar dado no País em 1º de abril de 1964, **Marise Borém Pimenta Hoffmann**, trabalhava na Sudene, como técnica em desenvolvimento econômico, cargo obtido por concurso público em agosto de 1963.
2. Na Sudene, participava de associação dos servidores, cujo presidente era Othon Pires Rolin, na organização de atividades culturais. Por ocasião do golpe e consequente intervenção

militar nesta Instituição, foi aberto processo contra a Associação dos Servidores da Sudene, e fui acusada de atividades subversivas (organização de protesto contra o golpe e atividades de incentivo a resistir a intervenção e às demissões que estavam sendo feitas dos funcionários desta Instituição. Fui intimada a prestar depoimento sobre minhas atividades profissionais, meu interesse em ir para o Nordeste, procurando encontrar alguma vinculação com organizações consideradas subversivas, como o PCB, as Ligas Camponesa, a AP (Ação Popular), etc. Neste interrogatório, fui pressionada para delatar colegas com cargos eletivos da Associação, inclusive com acusações de desvios de dinheiro e patrimônio desta Associação. No entanto nada foi apurado.

3. Naquele momento, estava noiva de Ulrich Hoffmann, que já estava preso sob alegação de comunista subversivo, estando o mesmo já demitido da Sudene; por tal razão continuei na Sudene, porém sentia-me constantemente ameaçada de demissão inclusive por estar em certa medida marginalizada dos trabalhos técnicos antes realizados. Por esta razão pedi transferência para o departamento de Recursos Humanos e Educação da Sudene, cuja chefia era do dr. Nailton Santos e integrei a equipe do dr. Antonio Amado, na área de Orçamento por Programas do referido departamento, onde permaneci até minha demissão.
4. Com a prisão de Ulrich Hoffmann, como sua noiva, tive permissão para visitá-lo, e no decorrer dos meses que este esteve preso, mais de uma vez fui chamada pelos militares, inclusive pelo coronel Ibiapina, advertindo-me que estava me envolvendo com pessoas perigosas e queria saber se eu também não fazia parte de atividades consideradas subversivas e inclusive de levar e trazer recados.
5. Após meu casamento passei a morar com Ulrich Hoffmann e acompanhá-lo nas suas atividades políticas de proteger pessoas perseguidas e tentar reorganizar o PCB. Para tanto alugamos uma granja para esconder algumas pessoas e realizar reuniões.
6. À razão destas atividades, fui intimada pelo coronel Ibiapina a uma entrevista na qual ele pressionou-me a dizer que atividade fazia, com quem me encontrava e disse que nós estávamos sendo vigiados pela polícia do DOPS de Pernambuco.
7. Na madrugada do dia da divulgação do AI-2 fui juntamente com meu marido presa na minha residência por policiais à paisana, que me levou

para a Delegacia de Polícia do Estado, onde fiquei presa e isolada numa cela. Na invasão de meu domicílio, este foi amplamente revisado para verificar provas de atividades subversivas e fomos ambos maltratados pelos policiais. Nos diferentes interrogatórios que foi feito pelo delegado da época, este sempre ameaçava de que poderia mandar me torturar, uma vez que eu me negava a prestar colaboração nas investigações. Como pressão para minha colaboração também utilizava do recurso de dizer que deveria contar toda a verdade para proteger meu marido que estava sendo torturado.

8. Após 15 a 20 dias foram feitos os respectivos depoimentos e ambos fomos expulsos de Pernambuco, com escolta de policiais até o aeroporto e sem tempo suficiente para providenciar, com exceção da compra de nossas respectivas passagens, a mudança para S. Paulo, o que acarretou a perda de todos os meus pertences (roupas, móveis, eletrodomésticos, livros e outros bens e sua residência). Além disto, fui demitida neste momento do meu emprego na Sudene, por motivo de abandono de cargo. No entanto, em 1986, pelo processo de anistia outorgada aos servidores públicos federais, fui reintegrada a Sudene. Posteriormente ao cumprir o prazo de tempo de serviço fui aposentada pela mesma. Cabe assinalar que esta reintegração não envolveu nenhum ressarcimento monetário pela causa de demissão efetuada.
9. Como consequência desta prisão e indiciamento no conseqüente processo judicial fui condenada à revelia por encontrar-me exilada no Chile, a um ano de prisão. Isto implicou na minha permanência fora do país, longe de meus familiares e sem reconhecimento de minha cidadania (documentação pessoal e para seus filhos nascidos no exterior), até o momento da abertura política do país, iniciado na segunda metade dos anos 70 e mais concretamente com a anistia de 1979 dada aos perseguidos políticos, que permitiu a volta, com minha família ao país.

A CEMVDHC recebeu também das mãos do sociólogo **Délio Mendes**, funcionário da Sudene, uma carta sobre as perseguições e prisões sofridas por ele e por vários colegas. Aqui a reproduzida.

Sobre a saudade se põe a falta, a saudade dos nossos amigos funcionários da Sudene, perseguidos, e a falta de uma Comissão da Verdade que no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, resgatasse a noite de tempestades passada pelos seus funcionários ao longo da ditadura de abril de 1964. A Tem-

pestade das Trevas: perseguições, pressões, prisões, torturas e a presença de uma Comissão de Inquérito agindo no âmbito da casa, deixado o ar tenso e a vida extremamente perigosa para todos os servidores, exceto, diga-se, para meia dúzia de aproveitadores, entregues de corpo e alma aos golpistas, achincalhando a vida de uma equipe, a qual comprometera suas vidas com um Projeto Humano de Desenvolvimento, cujo objetivo era tirar a região do patamar dos 90 dólares de renda per capita. Eram os profissionais do combate à miséria e à desigualdade.

Na grossura de suas arrogâncias, militares e civis golpistas, interrogavam os servidores na busca de dedos-duros medrosos que entregassem seus colegas de trabalho, era o IPM (Inquérito Policial Militar). E não foram poucos os atingidos pelas perseguições, a começar pelo patriota brasileiro de origem paraibana Celso Furtado, Superintendente, logo seguido pelo seu adjunto Francisco de Oliveira (preso logo depois o golpe). As prisões se seguiram, Délio Mendes, Milton Coelho da Graça, Clovis Bráulio de Carvalho, Plínio Monteiro Soares, Clóvis Cavalcante, Célia Dourado, Jáder de Andrade e outros. Exilados, além de Celso Furtado, Nailton de Almeida Santos iria encontrar-se no exterior com seu irmão Milton Santos, maior figura da Geografia brasileira, também perseguido, nos dois casos pesou ainda o racismo do golpe, ambos eram negros. Rivadavia Braz de Andrade, perdia a sua saúde no périplo entre prisões e hospitais do Recife. Arieldes (Léo) Macário da Costa penou entre quartéis e prisões nos anos de chumbo, não sendo morto pelos golpistas, pelo fato de seu irmão Walter, sargento do Exército, ter arriscado a própria farda para lhe tirar das mãos dos verdugos.

Para dizer muito mais, sinto saudades de Juares Guimarães de Brito e sua mulher maravilhosa lutadora, Maria do Carmo.

Helena Luiz Pessoa, longamente perseguida por suas posições foi ainda mais tolhida em suas reivindicações, por conta de ter sido amiga de Ednaldo Miranda, engenheiro tomado como bode expiatório no caso da bomba do aeroporto. Ednaldo morreu afirmando sua inocência e pedindo que se expusesse à tona a verdade desta luta cotidianamente repetida, da qual participou a patriota e sua companheira Lucila Bezerra. Os arquitetos Frank Svenson e Edmilson Carvalho passaram diversos males por suas posições políticas, Edmilson liderança maior de um partido de esquerda. A Sudene era a casa das perseguições. Habitavam-na, os

perseguidos, os perseguidores, uma malta de puxa-sacos da ditadura e os outros, que viviam suas vidas fechados, suas bocas caladas, alguns com a alma sangrando.

Quero continuar o meu relato falando de Ulrich Hoffmann do alto dos seus dois metros de altura, da sua vermelhice e da sua mulher Marise, sempre juntos com Hamilton, caminhando ao lado de José Expedito Prata e sua mulher Regina. Lembro para ser justo do advogado Pedro Mota e do vulnerável Janiro Pontes, o mais atrapalhado dos companheiros de luta. A luta na Sudene nos anos de chumbo estaria com a face incompleta sem uma homenagem aos companheiros Alcindo e Tânia Bacelar indispensáveis nas lutas do cotidiano. Sobre Hoffmann, podia-se dizer que o seu tamanho e sua cor e a especificidade do seu rosto o tornavam o comunista incapaz de esconder-se. Ele e a sua mulher arderam no sofrimento quando o golpe prendeu o Comitê Central do PCB em Pernambuco. Para tudo estou atento e não posso esquecer o “crente” Dorival Beulke; numa mão, a Bíblia, na outra, a transformação social. Clemilda Souza deu apoio a todas as nossas ações durante a vigência da ditadura, Sacha Lídice Pereira e seu marido Nathania fizeram parte da legião de perseguidos e Ana Luiza Limeira pela sua solidariedade permanente durante a vigência do golpe de Estado, se transformou na musa da abertura democrática.

Os primeiro réus foram processados. O processo correu na Auditoria da 7ª Região Militar, Abelardo Caminha Barros (fugitivo do golpe em 1964, tendo sido preso e torturado posteriormente) e outros, uma peça tão pequena que foi destruída no Superior Tribunal Militar, sem, todavia, livrar os sudeneanos de perseguições. A Assessoria de Segurança Interna-ASI, dirigida pelas figuras nada palatáveis do coronel Lima e, posteriormente, o burocrata José de Castro. Este organismo mesquinho durou até 1985, todavia, o meu habeas data traz informações até 1989. Guardo uma brutal lista de perseguições perpetradas por essa ASI braço envenenado da ditadura de abril.

Destas figuras maravilhosas de perseguidos ainda ouço sons nos meus ouvidos. As didáticas falas de Oto Rolim e as belas gargalhadas de José Linhares, Oto brutalmente torturado e Linhares ido antes do tempo de partir deixando saudades. Não posso me esquecer de Edson Felismino da Rocha, contínuo como eu à época, posto na rua e na dificuldade por ser apenas um patriota que queria mudar o mundo dos sem mundo. Ou melhor, dar a estes sem mundo, um mundo de pão e paz. Edson se foi

para o outro mundo. Quero que se faça justiça ao meu irmão e amigo Alves Dias, artista plástico e colecionador. Autor do Cristo Nú. Perseguido e preso, pintou a ditadura na dura e bonita plasticidade do soldado batendo no homem negro e em tantas outras obras, censuradas e apreendidas, fez da luta contra a opressão uma promessa de vida, cumprida fielmente ao longo da sua vida ainda hoje vivida.

Eis que me falta essa Comissão da Verdade da Sudene, trazendo para a história os paladinos do desenvolvimento, lutadores para transformar o Nordeste, mulheres da qualidade de Marise, Janisa Lima, Risalva Vasconcelos e tantas outras, que como Célia Dourado (in memória) fizeram de suas vidas exemplos a serem seguidos. Eis a recuperação da memória. Maria Ceales Barreto Novais, das Ligas camponesas era a nossa campesina de mãos dadas com Francisco Julião, queria fazer a Reforma Agrária na Lei ou na Marra. Éramos todos jovens, de juventude sadia e sonhos dourados, em todos os lugares que estávamos, havia militância da nossa parte, os já profissionais nas suas entidades de classe, os ainda estudantes nos seus Diretórios no caso de universitários, no meu caso e de outros, militávamos nas associações dos nossos colégios. Meu querido e amado Colégio Estadual de Pernambuco.

Portadores de sonhos, a luta era pela realização do sonhado, uns morreram nesta luta como Juarez Guimarães de Brito, outros como decorrência da luta e outros não mortos ainda vivos desacreditam em tudo. Outros, entre os quais me incluo, continuamos na busca da transformação, da produção de uma sociedade sem explorados e exploradores. Mulheres e homens gozando de uma liberdade maior, emancipados, capazes de dar forma aos seus próprios destinos. **A maior homenagem a estes nossos colegas que se foram e penam por este mundo é não arrefecer, ou perder a esperança, é continuar cavalgando a esperança no alazão de amor e paz.**

Peço licença a todos os companheiros de luta para dedicar este relato a Clovis Cavalcante, motorista de Nailton Santos e meu compadre, pela sua bravura e por não ter deixado nunca, até a morte, de crer no povo brasileiro. Seu povo, nosso povo.

A história precisa ser contada. A história viva, pelos ainda vivos. (grifo do autor)

A SUDENE APÓS 1964

Clemente Rosas falou sobre sua experiência na Sudene após o golpe de 64:

Na gestão posterior a de dr. Celso houve caso de tendência de monopolização da assistência técnica que havia sido iniciada na gestão anterior. Nesse tempo a Sudene recebia propostas de assistência técnica de vários países. De Israel, da França, da Alemanha e dos Estados Unidos, naturalmente, além das organizações internacionais, OEA¹⁴³ e Nações Unidas¹⁴⁴. Em determinado momento, foi um cochilo nosso, nós não percebemos a malícia, já havia uma missão francesa no Vale do Jaguaribe, que era GEVJ- Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe, e uma outra de Israel no interior do Piauí, estudando águas subterrâneas e uma missão das Nações Unidas no São Francisco, que é a origem de todos os projetos de irrigação do Nordeste. Começou lá, nesse grupo, a irrigação do São Francisco; nesse período os americanos chegaram com a ideia de fazer um contrato de estudo de quinze bacias hidrográficas do Nordeste. Era o que restava, não é? E nós concordamos. Depois é que descobrimos: o objetivo era fechar a área pra que não entrasse mais nenhum outro grupo de assistência de nenhum outro país. De repente apareceram os alemães nos oferecendo esse tipo de assistência e nós fomos ver que não havia mais bacia sobrando. Bom, aí, isso já foi na gestão posterior, dr. Celso já não estava mais lá, e essa foi uma grande decepção nossa. Nós verificamos que havia um prazo pra início dos trabalhos e que o governo americano não tinha cumprido o prazo. Depois disso, eram 2 meses, o convênio podia ser considerado rescindido. E aí nós propusemos ao novo superintendente João Gonçalves de Souza, que ele cancelasse com base nos termos do próprio convênio e oferecesse uma daquelas bacias à assistência técnica alemã. E João Gonçalves não teve coragem de fazer isso. Então ficaram lá as 15 bacias, não foram estudadas nem pelo governo americano nem por ninguém e nós ficamos frustrados. Nos últimos momentos, eles chegaram ao ponto, e eu já estou falando da fase posterior, de criar uma comissão interna na Sudene com funcionários da USAID participando de pareceres. Assinaram pareceres dois funcionários que eram da USAID. Isso chegou pra nós, na Cooperação Internacional, e o então diretor teve a coragem de mandar pra Assessoria Jurídica questionando se um servidor de outro governo podia dar parecer em documentos internos da Sudene. Obviamente não podia. Mas o pessoal não tinha qualquer limite quanto a isso. Eu trouxe aqui e vou deixar em poder dessa Comissão mais ou menos uns 10 pareceres que eu tive o cuidado de guardar nunca pensei que algum dia pudesse ter alguma utilidade, e acredito que agora tem. Havia questões,

propostas da USAID, que nós dávamos parecer contrário, todos os pareceres foram desconsiderados e na minha opinião, e é uma ideia que eu tenho, João Gonçalves de Souza foi aquele que os americanos queriam que fosse indicado pra substituir o dr. Celso Furtado, porque era um homem claramente incapaz pra função. Era um funcionário da Organização das Nações Unidas que trabalhava na Cooperação Técnica. Era só distribuir bolsas, não tinha uma grande formação profissional; [...] cearense de nascimento, muito tempo morando no exterior e sem qualquer compreensão, sem qualquer noção, da dimensão do trabalho da Sudene. Ele atendia as reivindicações, como um pedido de um governador ou outro. Então veja, esse aqui, só pra citar a natureza dos pareceres: era uma proposta, um documento que eles chamavam PIOT – Projeto para Implementação de Ordem Técnica – aí variava: quando era C era “comodities”, quando era P era “participants”, quer dizer, bolsistas; enfim, aí começaram as propostas de trazer técnicos pra cá, através de PIOTs, que eram submetidas à nossa aprovação. Esse aqui, por exemplo, (mostra um documento) era de um técnico em habitação que ia trabalhar no “staff” da USAID. Não era pra Sudene, e isso eram recursos do Acordo do Nordeste¹⁴⁵. Nós demos o parecer contrário, claro. Esse outro também, um técnico em merenda escolar para o “staff” da USAID, parecer contrário nosso. Terceiro, uma contratação de uma instituição chamada “American Institute for Free Labor Development”, é uma associação para o desenvolvimento do trabalho, para orientar aqui as Ligas Camponesas e os órgãos de representação de operários e de camponeses, sobre como operar, certo? Esse aqui, naturalmente, teve parecer contrário nosso. Até porque é o tipo de assistência que, como o próprio João Gonçalves chegou a reconhecer, mas não teve coragem de manter perante os americanos, é um tipo de assistência que seria mais adequada a uma instituição multinacional, Nações Unidas, coisas desse tipo, não um governo estrangeiro. Um outro... assistência técnica à USAID... técnico em educação de adultos, esse para assistência à Sudene, como se a gente não tivesse bastante conhecimento nessa área, a começar com o famoso programa de Paulo Freire e outros, não é? E esse aqui foi um técnico chamado Shirley Jonh Bocks, que eu não sei se por algum tipo de preconceito, no currículo dele dizia que a nacionalidade era UK – United Kingdom, e a gente ficava se perguntando a origem disso, mas depois descobrimos. Ele era um cingalês, do Ceilão, com físico de indiano, veio aqui, mas logo depois veio o movimento militar e ele ficou encostado. E quando ele foi nos procurar pra reclamar disso, dizendo que ia assinar o relatório final “blindfolded”, como ele diz, sem ver nada, dizendo “Eu não vi nada, só vi um posto médico, não tive acesso aos dados, e queria saber se vai ser

assim mesmo?” O que havia é que o novo diretor da área de hidrologia da Sudene achava que havia um conflito de assistências técnicas porque os americanos estavam trabalhando nisso e eles não dava acesso ao cingalês, quando na realidade o contrato com as Nações Unidas era anterior ao contrato com os americanos. E assim foram meus últimos tempos na cooperação Internacional da Sudene. Era uma frustração atrás da outra. O Instituto Brasileiro de Ação Municipal...para a USAID, um técnico pra USAID, da mesma forma.

Eu poderia dizer, em relação a essa gestão de João Gonçalves, que foi, eu vou usar uma palavra forte, foi o abastardamento da Sudene, porque tudo o que havia de autoridade técnica, de tratamento mais ou menos independente à região como um todo e não na base de reivindicação dos governadores de estado, tudo isso foi abandonado. Olhe, num primeiro momento, nós tivemos um interventor, um militar, era o general Expedito Ramalho...de Alencar...alguma coisa assim. Era um homem humilde, chegou lá, respeitava todo mundo, não causou muito problema. Passou só alguns meses, mas a gestão após Celso foi o começo do fim. A ponto de, o desencanto foi tal que funcionários administrativos pediam demissão da Sudene. Cito um exemplo significativo: Zeneide Rezende. Zeneide era secretária. Quando o superintendente recebia um pedido de demissão, mandava chamar o funcionário pra saber por quê? E Zeneide disse, simplesmente, que não acreditava mais na Sudene. Era uma funcionária administrativa. Teve o caso de Bonfim, Raimundo Bonfim, amigo de Náilton, baiano, que pediu licença pra fazer uma bolsa no exterior e o João Gonçalves Souza tentou convencê-lo do contrário, e ele disse: “Não, se o senhor negar, eu peço demissão e vou. Não há possibilidade de não ir. Imaginei que seria de interesse da Sudene depois, mas não vai ser.” E ele acabou concordando. E assim foi, muita gente saiu, alguns saíram como resultado dos inquéritos, e esse é o ponto que eu vou falar, o que é que eu sofri, o que os colegas sofreram.

Depois que fui demitido da Sudene fui trabalhar, curiosamente, numa instituição financiada pelo Governo Americano, que era a Fundinor – Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste. É curioso como essa instituição foi originada, porque foi criada pelo fantasma de que a Sudene era uma instituição estatizante e era contra o desenvolvimento do Nordeste com base em iniciativas privadas. Nada mais falso! Criou-se esse clima e achou-se que se devia criar uma instituição, uma fundação sem fins lucrativos para moti-

var o empresariado a investir no Nordeste, divulgar os incentivos que estavam começando a funcionar, e aí foi criada a Fundinor. Com parte de recursos do SESI, com apoio da Federação Nacional das Indústrias e uma substancial ajuda americana. Pois bem, eu fui aceito pra trabalhar com esse pessoal e eles sabiam muito bem dos meus antecedentes.

Adalberto Arruda descreve o que foi a Sudene no pós 64.

Foi um crime terrível que se cometeu contra a Sudene, contra o Nordeste, pelo sistema militar, pelo sistema de 64, de modo particular para esta região um mal muito maior do que fez para o resto do Brasil, desmontando uma fantasia organizada, desmontando um projeto agressivo, modernizador, revolucionário, para beneficiar a população regional e beneficiar todo o país, que foi o projeto original de Celso Furtado, fazendo-o brutalmente.

Agora devo dizer que toda essa fantasia organizada foi vista com obscuridade e violência pelo modelo reacionário que já se fez referência, a reação de parte da oligarquia regional e poderes também do sul que patrulharam a Sudene e setores da chamada filosofia da segurança nacional, que achavam que o projeto sudeniano de, como a gente está vendo, estruturalismo, desenvolvimentismo, e um relativo estatismo de criação de empresas ilimitadamente, até onde fosse necessário, planejamento econômico com racionalidade, isso seria um projeto perigoso para uma visão conservadora da sociedade. Então veio a repressão violenta nesses termos que aqui eu já me referi.

Para **Plínio Soares**, que trabalhava no setor da Agricultura da Sudene, o pós 64 impressiona quando se analisa o 34/18.

Porque o 34/18, que eu saiba, ele foi bolado com a ajuda de Gileno de Carli. Um deputado conservador, usineiro e, portanto, foi uma coisa que funcionou, operou. Esse ex vice presidente de Lula fez um império em Minas Gerais com o 34/18. Além do que eu calculo que dez ou vinte bilhões de dólares devem ter vindo pro Nordeste, e as taxas de crescimento aqui durante a ditadura parece que foram mais altas que no resto do país. Eu não analisei esse assunto mas acho que é por aí. Portanto esse acervo é uma caixa preta na mão do Banco do Nordeste, que só os parlamentares podiam fazer a Universidade chegar a ter acesso sobre a análise técnica, econômica, financeira, científica, desse acervo. Esses dois acervos, o da USAID e o do 34/18, acho que é pertinente, já

que estamos aqui falando dessas coisas.

Segundo **Délio Mendes** foram anos de dificuldade,

porque eles, meus amigos fizeram com que eu atravessasse esses anos de dificuldade, porque a Sudene era o espaço do terror e nós vivíamos extremamente pressionados. Qualquer coisa que falavam, por exemplo, eu participava de trabalhos porque eu tenho o hábito de escrever e geralmente me davam pra escrever relatórios. Porque eu tinha o hábito de escrever. Mas nunca saía com meu nome porque as pessoas viviam dizendo: “Não bota o nome de Délio porque senão a vaca vai pro brejo”. E, vejam mesmo, é uma coisa interessantíssima, por exemplo, eu fui convidado pra ir pra CEPAL, eu tenho esse documento. Porque eu fiz um curso que era obrigatório pra quem ascendia e o professor, não me lembro do nome dele não, aquele chileno, ele me indicou pra eu ir fazer o curso e ir pela Sudene. Mas eu fui ter uma fala extremamente surrealista com o coronel Lima, que era a nossa espada, era a espada sobre nossas cabeças. Era o homem do SNI. Ele me disse: “Ô Délio, se você tivesse ganho eu estava aí e você aqui.” E eu disse a ele: “Não. Eu não tenho nenhuma tendência de ser policial.” Aí ele disse: “Pois é. Pois se você sair não volta. Se você sair, e aqui você não tira passaporte, você não tira documento nenhum pra ir ao exterior”. Veja mesmo, depois eu devia fazer o mestrado. Eu já tinha sido aprovado no mestrado de Campina Grande, não consegui ir por causa do SNI. Fui conversar de novo com o mestre da espada, aí o que é que houve? Ele me disse assim: “Não senhor, o senhor não pode ir.” Mas aí houve um sujeito, como eu disse antes, a Sudene tem uma vantagem muito grande: como ela foi criada à sombra da ética, esse espírito ficou na Sudene durante muito tempo. Então Ronaldo Tavares, ele disse ao Superintendente: “Simplesmente não há mais treinamento no meu departamento porque a minha primeira prioridade de todos os técnicos é Délio, que é um dos meus melhores técnicos...” e isso eu já sabia, porque eu tinha consciência “...e não pode ir. Então eu não faço mais.” Então foi assim que ele conseguiu que eu fosse fazer o mestrado em Desenvolvimento Urbano. Fi-lo e fi-lo bem. Vejam mesmo, essa é a história da Sudene.

Sobre a reorganização da Sudene, segundo **Clemente Rosas**:

Ao tempo que tinha terminado o governo militar e estava havendo a recomposição da Sudene e a indicação de um civil para dirigi-la,

a briga política foi terrível. Nesse tempo toda a autoridade técnica havia desaparecido, então ficava uma briga entre partidos. Mas eu quero... para que vocês avaliem o que era a Sudene pra nós e em que se converteu digo que houve um nível de expectativa em torno da Sudene nesta abençoada fase de renascimento democrático do país; é importante lembrar o que representava ela em seus tempos primórdios em relação a gente e, em especial, ao jovem da região. Para toda uma geração recém saída dos bancos universitários era nada menos do que a perspectiva de plena realização pessoal, profissional e política através do engajamento na mais nobre das missões, a redenção econômica do Nordeste. E só quem viveu aqueles momentos pode bem testemunhar o entusiasmo e o desprendimento com que todos se dedicavam ao trabalho. Depois veio 1964 com toda a sua carga de equívocos e incompreensões em relação à autarquia de desenvolvimento regional. Seus melhores cérebros começaram a emigrar para o exterior e para a iniciativa privada. Sob o comando de João Gonçalves de Souza os critérios técnicos e pessoais para recrutamento, formação e promoção de quadros foram sendo paulatinamente abolidos, e os critérios políticos, com “p” minúsculo, para o cumprimento de reivindicações estaduais foram sendo adotados. Sem o carisma de um chefe respeitado pela sua competência, dedicação e honestidade, a equipe foi dominada pela viuvez e pelo desencanto. Até modestos funcionários administrativos pediram demissão por não acreditarem mais na Sudene. O processo de esvaziamento de perda da autoridade técnica, com as sequelas de degradação salarial, baixo rendimento de trabalho e retirada das atribuições continuou ao longo de todo o período autoritário, com dois breves momentos de retorno, logo contidos: as gestões Euler Bentes Monteiro e Rubens Costa. Os demais superintendentes até os anos recentes de abertura, pouco entendiam de desenvolvimento, estavam ali cumprindo ordens ainda que estas equivalassem, simplesmente, as de montar guarda a um monumento em ruínas. De planejadores responsáveis por toda a ação do governo federal da região já enfrentando o desafio das reformas estruturais, a Sudene converteu-se em mera administradora de incentivos ao empresariado e repassadora de recursos segundo critérios pré-estabelecidos por instâncias superiores. Os Planos Diretores, antes aprovados pelo Congresso foram abolidos. De interlocutor direto da presidência da República o seu superintendente passou a subordinado de um ministério cuja principal característica era o artificialismo e a falta de organicidade. Por fim até os incentivos se

foram pulverizando para outras regiões e setores e os recursos de repasse minguando a cada ano. É dispensável dizer que toda a capacidade de adaptação e auto regulação foi sendo perdida. O último esforço importante de correção de rota em razão de problemas emergentes deu-se com a criação do FINOR em 1974. Mas ainda prevalecem os critérios de prioridade para locação de recursos de incentivo para empresas estaduais e agrícolas estabelecidos em 1969. Como se mais de 15 anos não fosse período suficiente para impor um reexame da questão. A instituição ossificou-se quedando-se, hirta, à margem do tempo”. Isso foi o que aconteceu com a Sudene. Sem falar nos outros horrores que vocês já ouviram e vão ter oportunidade de ouvir.

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO EM PERNAMBUCO

O Acordo do Nordeste

A Carta de Punta del Este fixava medidas de desenvolvimento a longo prazo de programa de cooperação. Oito meses após a assinatura desta Carta os governos dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América assinaram em 13 de abril de 1962 o Acordo do Nordeste, em Washington – um acordo bilateral que fixava um programa de cooperação tanto a curto prazo quanto a longo prazo.

A de ação imediata era destinada a obter resultados a curto prazo para as necessidades mais urgentes do povo do nordeste. Seria constituído de projetos que poderiam ser incluídos no Plano Diretor da Sudene. Seriam no máximo \$14.670 (quatorze mil seiscentos e setenta dólares) e em cruzeiros seriam CR\$ 7.950,000 (sete milhões novecentos e cinquenta cruzeiros).

Segundo o acordo, a ajuda norte-americana em cruzeiros decorrerá de outros acordos sobre produtos agrícolas entre os dois governos, desde que fundos decorrentes desses acordos estejam definidos. Esses cruzeiros poderiam vir de pagamento de alguma importação de produtos excedentes nos Estados Unidos, como foi o caso do trigo. O Brasil importou trigo dos Estados Unidos pagou em cruzeiros e estes cruzeiros não saíram do país, pois foram destinados a pagamentos com despesas do IBAD realizadas aqui no Brasil, principalmente o financiamento de campanhas eleitorais. O acordo deixa em aberto a alternativa empréstimos ou doativos tanto para desembolso em dólares quanto para o dispêndio em cruzeiros.

A segunda linha de ação estaria destinada a projetos de desenvolvimento de longo prazo entre os anos 1962 a 1966, destinados a aumentar a capacidade do nordeste, tanto para melhorar o padrão de vida dos seus habitantes, quanto fazer a integra-

ção econômica da região nordeste com o restante do Brasil (o que se aproximava dos objetivos da Sudene). O acordo cita medidas como o combate à seca, melhorias para o suprimento de água no interior, melhoramento das estradas, desenvolvimento das fontes de energia elétrica, educação, saúde, saneamento, assistência à produção agrícola, comercialização e distribuição da produção. Os recursos eram da ordem de sessenta e dois mil dólares, no máximo equivalentes a 37 milhões e quinhentos mil cruzeiros.

Para a administração conjunta desses projetos o governo dos Estados Unidos da América designou a USAID – Agência para o desenvolvimento internacional dos Estados Unidos -, como executora de suas responsabilidades nesses projetos e para tanto estabeleceu um escritório especial no nordeste. O governo brasileiro seria representado pela Sudene.

O jornalista Vandek Santiago¹⁴⁶ dá a seguinte informação sobre a reunião do Conselho da Sudene, no dia 3 de maio de 1963, que tratou de denúncia contra o Acordo do Nordeste. Nessa manhã o governador Miguel Arraes chega à reunião acompanhado de todo seu secretariado. Estavam presentes, dois outros governadores, o da Paraíba, Pedro Gondim e Virgílio Távora do Ceará, o superintendente da Sudene, Celso Furtado e o embaixador dos Estados Unidos Lincoln Gordon, acompanhado do Cônsul Geral e de representantes da USAID.

O governador Miguel Arraes leu o relatório, que uma equipe do seu governo, chefiada por Germano Coelho, havia elaborado sobre a Aliança para o Progresso e sua intervenção na soberania nacional atingindo vários acordos na área de educação e outras áreas. Baseado nas conclusões da Comissão, o governador cancelou todos os convênios então existentes entre Pernambuco e os Estados Unidos e se pronunciou: “Não negociarei com potências estrangeiras, não sou presidente da República. Qualquer convênio para o Estado deveria ser feito entre EUA e Brasil com a intermediação da Sudene”.

A reação de Arraes foi enérgica porque os Estados Unidos estavam fazendo acordos bilaterais com estados da federação, o estado da Guanabara¹⁴⁷, por exemplo, sem respeitar o acordo anterior que previa a anuência do presidente João Goulart e da Sudene. Isto era inconstitucional.

A desconfiança dos Estados Unidos para com o superintendente da Sudene, Celso Furtado era antiga. A capacidade intelectual de Celso Furtado, a sua formação republicana, o seu compromisso com o desenvolvimento da região nordeste sem transigir no que diz respeito à soberania da nação brasileira faziam desse líder um intelectual à altura de qualquer discussão sobre os caminhos brasileiros.

O ano de 1962 foi de muita surpresa para a política americana em relação ao Brasil. Muitos dólares e cruzeiros derramados pelo IBAD financiaram eleições de simpatizantes da política americana

sem ter produzido o efeito esperado. Nas eleições saíram vitoriosos candidatos não apoiados pelos EUA, e o partido do presidente João Goulart teve uma vitória inesperada, tornando-se o segundo partido do Congresso.

Várias missões americanas aportaram no Brasil e seus relatórios apontavam o perigo vermelho e o governo de João Goulart nas mãos dos comunistas. Em 17 de dezembro chegou ao Brasil o irmão do presidente Kennedy, Robert, que teve por quase 3 horas uma reunião com o presidente João Goulart, na qual o pressionou a demitir integrantes da esquerda, que participavam do seu governo e foi explícito em relação ao economista Celso Furtado. Este deveria ser afastado do comando da Sudene¹⁴⁸.

Clemente Rosas confirma a atuação da Aliança para o Progresso no Nordeste.

Ela ficou praticamente envolvida com essa missão americana. Pelo menos naquilo que chegou à nível da Sudene. Então o que eles faziam aqui era o que era feito pela representação da USAID aqui. Agora o IBAD é outro esquema. Havia uma fonte de recursos que era bastante pródiga pros americanos, que era o chamado “Acordo do Trigo”. A Sudene não tinha nada a ver com isso, mas tinha esse conhecimento. Havia excedente na produção do trigo nos Estados Unidos que ficavam estocados, armazenados, e aquilo tinha um custo, certo? Então eles conceberam um programa pelo qual eles forneciam esse trigo ao governo brasileiro e o governo brasileiro pagava em cruzeiros. À primeira vista seria um programa maravilhoso, a gente ia abastecer o país de trigo. Nesse tempo a produção de trigo do Brasil era muito insuficiente e pagar sem dólares, pagar em cruzeiro. Esse dinheiro ficava aqui e era o que era usado pra financiar IBAD e outras coisas desse tipo, entendeu? E tinha também um estudo que tinha a participação do movimento estudantil também, e com isso eles financiavam. E alguns políticos não tinham nenhuma cerimônia.

O Brasil de Getúlio Vargas e de João Goulart distanciou-se dos governo de John Kennedy e de Lyndon Johnson, na visão de Almino Affonso. De fato, o governo Goulart não compactuou com a intromissão americana nos assuntos brasileiros. Essa resistência levou os EUA a participar da conspiração, através da CIA, articulada pelo general Vernon Walters contra o governo Goulart, a favor da deposição de Arraes e da perseguição aos líderes nacionalistas.

Os depoimentos aqui registrados pertencem às memórias subterrâneas, que afloram em momentos especiais de forma brusca. Elas ficam confinadas ao silêncio e esperam o momento propício para serem expressas; é hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Depoente (s)	Assunto em Pauta
Sessão pública, Auditório Calouste Goubenkian, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, em 24 de setembro de 2015.	Francisco de Oliveira Clemente Rosas Ribeiro Adalberto Arruda Ulrich Hoffman Délío Mendes Plínio Monteiro Soares	Sudene

Notas - Capítulo 8

- 123 OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- 124 DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**. Petrópolis, RJ: editora Vozes Ltda, 1987.
- 125 SSP/DOPS/APEJE, Fundo 20572.
- 126 Comissão Econômica para a América Latina. A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile.
- 127 Instituto de Pesquisas de Estudos Sociais, ligado ao IBAD – iniciou suas atividades patrocinando palestras e viagens de estudantes aos Estados Unidos. Ajudou a financiar um programa de treinamento em liderança para empresários, estudantes, operários; chegou a instruir 2600 pessoas no Brasil. Teve papel decisivo na trama do Golpe de 1964.
- 128 Serviço Nacional de Informação.
- 129 Esta região hoje está inserida no estado do Tocantins.
- 130 Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, nascido em Recife, sociólogo e um dos mais importantes cientistas políticos do Brasil. Foi superintendente adjunto da Sudene no período de 1959 a 1964. Professor titular de Sociologia da Universidade de São Paulo - USP. Atualmente reside em São Paulo.
- 131 Partidário da UDN – União Democrática Nacional
- 132 Codeno – Comissão de Desenvolvimento do Nordeste
- 133 Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
- 134 Hoje, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
- 135 Cooperação Internacional - departamento da Sudene
- 136 DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
- 137 DER - Departamento Estadual de Rodagem
- 138 ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
- 139 ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros – criado no governo Juscelino Kubitschek
- 140 OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução/Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo Editorial 2008.
- 141 **Sudene, nós bem que tentamos**. Organizadoras. Limeira, Anna Luiza e Alves, Gilzoneide. Recife: Inojosa Editores, 1992.
- 142 LIMA, Carlito. **Confissões de um capitão**. Memórias. Rio de Janeiro: editora Garamond, 2001.
- 143 OEA-Organização dos Estados Americanos
- 144 Organização das Nações Unidas
- 145 Sobre o Acordo do Nordeste ver a parte final do capítulo.
- 146 SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964**. Recife: Cepe, 2016.
- 147 Informa ainda Vandek Santiago à p. 152, do livro citado, que: “a política de canalizar os recursos da Aliança para o Progresso a governadores alinhados com a política dos Estados Unidos foi sugestão da CIA, conforme revelou Lincoln Gordon em *A Segunda Chance do Brasil*, São Paulo: Editora Senac, 2002.
- 148 Segundo Vandek Santiago, esta informação consta do relato do Secretário assistente de Estado para Assuntos Internacionais, Edwin Martin. Ob. cit. p. 147

CAPÍTULO 9.

A REPRESSÃO EM PERNAMBUCO: RESISTÊNCIA E ESTRUTURA

Texto dos relatores Fernando de Vasconcellos Coelho e Vera Lúcia Costa Acioli. Contou com a colaboração de Nadja Maria Miranda Brayner, Humberto Vieira de Melo e Henrique Mariano.

Entender as causas, natureza, extensão e intensidade das violações dos direitos humanos, ou seja, a “Estrutura da Repressão” construída em Pernambuco no período de 1964 a 1985, caracterizá-la para se ter uma representação mais fiel possível de sua ação e a de seus agentes no DOPS-PE, passou a se constituir elemento fundamental para concretização do trabalho da CEMVDHC. Este capítulo visa se inserir como um instrumento de pesquisa da Comissão. As informações que traz contemplam, em sentido amplo, a Declaração de Missão por ela adotada e tem como fios condutores dois dos objetivos de sua identidade organizacional.

São eles:

– Esclarecer e tornar público o modo como o Estado organizou e executou a repressão para enfrentar a resistência à ditadura, identificando as estruturas, os locais e as instituições que se relacionam à prática de violações de direitos humanos, ocorridas no estado de Pernambuco ou ainda fora deste território, quando atingiram pernambucanos.

– Estabelecer conexões entre órgãos repressores e a sociedade civil, identificando possíveis financiamentos de operações criminosas praticados por indivíduos ou empresas.

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA EM PERNAMBUCO

Derrotadas as forças legalistas no país e consolidado o Golpe de Estado de primeiro de abril de 1964 – depostos militarmente e presos em Pernambuco o governador Miguel Arraes e o prefeito da cidade do Recife, Pelópidas Silveira, como se a investidura do vice-governador Paulo Pessoa Guerra e do vice-prefeito Augusto Lucena tivessem ocorrido em um processo normal, de acordo com

o disposto na Constituição, e mesmo sem que tivesse havido confrontação armada foi implantado pelos novos governantes um verdadeiro clima de terror no estado. Em todas as áreas e em todos os níveis. No Executivo, no Legislativo e no Judiciário. Tanto no setor público, como no setor privado.

Cumprindo as determinações dos comandos militares, mais permeável, também, às pressões locais, a repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do país. Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio, mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingira maior intensidade.

Na “Guerra Santa” em que se empenharam seu alvo principal não era o “comunismo ateu” que – invocando a fidelidade a princípios religiosos, a partir das grandes mobilizações anteriores e preparatórias do golpe – a oposição dizia combater¹⁴⁹. Nem se mostravam preocupados com problemas ideológicos. Muito menos com a defesa dos direitos humanos. Ao contrário. A ação repressora desses grupos buscava atender, sobretudo, a interesses políticos e econômicos mais imediatos; atingidos ou ameaçados pelas reformas que começavam a ser implantadas no campo, com a nova postura adotada pelo estado e a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural. Quando não a meros acertos de contas pessoais, de alguns patrões e senhores de engenho com líderes das Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais. Acertos adiados durante o governo Arraes, na maioria das vezes em virtude da ausência da polícia na casa dos trabalhadores rurais que não estando mais à disposição dos donos da terra como antes, havia passado a cumprir a lei, sem dois pesos e duas medidas, o que representara um freio às violências comuns na região.

Orientada com extraordinária competência – da mesma forma que havia contribuído para criar condições favoráveis à preparação do golpe e para desestimular qualquer reação contrária eficaz – a mídia passara a fomentar, após o 1º de abril, o clima propício à repressão e ao anestesiamiento da consciência popular. Para citar apenas um exemplo: algumas estações de rádio do Recife, ocupadas militarmente desde a madrugada do dia 1º de abril, às 10 horas da manhã desse mesmo dia já noticiavam, com estardalhaço, a deposição do governador Miguel Arraes, fato que somente viria a ocorrer no final da tarde. A posse do vice-governador Paulo Guerra, verificada em sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado, iniciada às 23h30, foi noticiada também na manhã de 1º de abril.

Aproveitando a impossibilidade de defesa, João Goulart e Miguel Arraes eram apresentados pela mídia como responsáveis diretos pela subversão da ordem e pela corrupção – dita sem paralelo na história da República. Numa confusão propositada entre os dois governos e numa absoluta deturpação dos fatos. Denúncias sem quaisquer provas, totalmente inverídicas, eram divulgadas de forma sensacionalista, como se versassem sobre acontecimentos reais. Para que as violências contra adversários, quando chegassem ao conhecimento da população, pudessem ser entendidas como atos de justiça, representando um castigo merecido, imposto por governantes zelosos a antecessores incompetentes e desonestos. Tentar desmistificar a versão oficial e esclarecer o que, na verdade, estava ocorrendo, constituía conivência com o crime, expondo, quem ousasse fazê-lo, às sanções possíveis em um regime de terror e de insegurança geral.

Para recordar apenas alguns episódios fartamente explorados na época, a televisão exibia “macacões” de trabalho¹⁵⁰, vendidos nas feiras do interior pela Companhia de Revenda e Colonização (CRC), como fardas de uma suposta milícia popular que iria substituir as forças armadas regulares. Cujos membros, após a vitória dos comunistas, se conseguissem escapar do “paredão”, perderiam seus empregos com a já programada extinção tanto do Exército existente como das polícias militares. Os bacamarteiros de Caruaru – figuras típicas de festejos nordestinos desde a Guerra do Paraguai – eram apresentados no noticiário nacional como perigosa unidade paramilitar de combate, organizada nas Ligas Camponesas e treinada por instrutores cubanos para a revolução que o golpe abortara. Constituindo o “exército particular de Arraes” – que iria transformar o país em mais um satélite da União Soviética e fazer do governador de Pernambuco o novo ditador do Brasil.

Publicou o *Diário de Pernambuco* em maio de 1998, sobre o jornalista José do Patrocínio:

Era véspera de São João de 1963 e José do Patrocínio recebeu da redação de ‘O Globo’ a tarefa

de fazer uma matéria sobre os bacamarteiros. Ele viajou até Caruaru, entrevistou várias pessoas, providenciou as fotografias e, de volta ao Recife, escreveu uma reportagem de página inteira. Mas, quando o jornal chegou nas bancas da cidade, a manchete da primeira página o fez chorar de raiva, medo e decepção: “Bacamarteiros de Caruaru são o exército particular de Arraes”¹⁵¹.

Em sua campanha para enfraquecer João Goulart e os governos estaduais de esquerda, o jornal carioca acabou lançando seu repórter pernambucano numa grande fogueira. “Recebi um telefonema do próprio governador e depois, fugindo das pressões, quase morri de vergonha. Depois dessa fiquei estigmatizado como um jornalista de extrema direita”, – narrou, anos depois, o jornalista José do Patrocínio¹⁵².

Em tudo a repressão descobria o dedo dos comunistas. Respondendo a um Inquérito Policial Militar (IPM), por haver participado do Movimento de Cultura Popular, o teatrólogo Luiz Marinho foi interpelado porque havia escrito uma peça chamada *Viva o cordão Encarnado* e não escolhera outra cor. Os brincantes de um pastoril chegaram a ser presos na zona da mata, por estarem divulgando propaganda subversiva e promovendo – na simbologia do mesmo *cordão encarnado* – o regime bolchevista¹⁵³, do qual ouviram falar pela primeira vez naquela oportunidade, através do policial que os detivera e, zeloso, os interrogava.

Livros apreendidos em bibliotecas particulares ou retirados das livrarias e bibliotecas públicas – muitas vezes apenas pela cor das capas ou pela ambiguidade dos títulos – eram exibidos em exposições itinerantes como fermento de doutrinação marxista. *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal; *Nosso Homem em Havana*, de Graham Greene; *Guerra e Paz*, de Tolstoi; *A Rússia por Dentro*, de John Gunter, e até *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell, figuravam, entre outros, em exposições itinerantes de livros considerados subversivos, apreendidos em bibliotecas e livrarias. *A Capital*, de Eça de Queiroz foi confundida com a obra de Marx, *O Capital*, e álbuns sobre o cubismo com propaganda de Fidel Castro. O então tenente Carlito Lima, que participou da execução do golpe no Recife, recordou:

Com os presos foram apreendidos materiais considerados subversivos nas casas, nas ligas camponesas, nas associações, nos escritórios de trabalho. Os investigadores da Polícia Civil e os jovens soldados traziam esses materiais, principalmente livros dos mais diversos, facão, peixeira, revólver. Raramente vi alguma coisa, algum documento ou equipamento que merecesse uma consideração mais séria. Lembro-me de uma coleção de livros apreendidos, Clássicos Jackson, e perguntei o porquê daquela apreensão ao policial. Prontamente ele respondeu: ‘Olha a capa

dos livros, tenente: vermelho, só pode ser subversivo¹⁵⁴.

Os noticiários visavam não apenas difundir a ideia de que o golpe abortara uma revolução iminente, mas também, despertar entre os militares a necessidade de defenderem os seus empregos, que se encontrariam ameaçados de extinção. O apelo era forte, sobretudo para a oficialidade.

Prudente, cautelosa e omissa, em alguns casos, a Justiça fechava os olhos ao que acontecia à sua volta – preocupada, ela própria, em também sobreviver no meio à tempestade, com o mínimo de perdas escudando-se em filigranas jurídicas e artifícios processuais, para evitar confrontar-se com a repressão.

A Justiça do Trabalho de Pernambuco, não raro, nas entrelinhas de suas decisões, deixou transparecer o viés ideológico de pessoas da instituição diante de demandas de controle social e de repressão ao trabalhador. As informações preservadas no arquivo da Justiça do Trabalho da 6ª Região, sob a guarda da Universidade Federal de Pernambuco¹⁵⁵, revelam vozes em sintonia com o regime de exceção. Vozes de patrões que legitimaram seus desmandos com a chegada da nova ordem e, por vezes, corroborados com os agentes da justiça trabalhista, que usavam e acreditavam na “Revolução” como ideologia para um país mais justo e desenvolvido. Ambos, patrões e magistrados, justificam suas contestações/decisões, perante as reclamações trabalhistas, como ações subversivas e práticas comunistas, que iam de encontro à Lei de Segurança Nacional. Agiam explicando as “boas novas”, aos trabalhadores, como lição a ser aprendida e exercida, pela obediência e amor à pátria.

Estratégias de garantia de direitos sociais esvaíam-se, conquistas trabalhistas foram usurpadas e colocadas no bojo de decisões políticas de controle e manutenção da ordem vigente. Direitos trabalhistas, historicamente adquiridos por meios de resistências e lutas, transformaram-se em conflitos laborais na região portuária do Recife, na porta das fábricas têxteis, no interior das pequenas empresas.

Entre os portuários e suas lideranças de classes a repressão atuou em várias frentes, as perseguições foram frequentes e não somente praticadas pelo seu empregador direto, muitas vezes a repressão chegou como decisão judicial em acórdão legitimado pela Justiça do Trabalho.

Uma ação trabalhista demandada pelo portuário Otávio Rodrigues da Silva¹⁵⁶ em 10 de janeiro de 1967 contra a Administração do Porto do Recife é um exemplo desses acórdãos validados pela Justiça. Depois dos recursos cabíveis ao trabalhador, a Procuradoria opinou pelo não acolhimento dos mesmos e o Tribunal Regional do Trabalho concordou com a sua opinião; não via motivos para reformular a decisão em 1ª Instância e votou contra o acolhimento do recurso do portuário.

Não existe nos autos a menor prova de que o recorrente tenha sido elemento subversivo e contrário ao regime democrático.

[...]

Sabemos, por já termos convivido na zona portuária, quando os agitadores profissionais, vivendo a soldo do infame capital estrangeiro, procuram incutir na mente do trabalhador faminto, injustiçado e nas massas menos esclarecidas a semente germinadora e nefasta do comunismo, com promessas de melhores dias. Entretanto, o que eles querem é escravizar a maioria do povo brasileiro, verdadeiros soldados anônimos da pátria a serviço permanente do Brasil, como escravos da pústula comunista. Os profissionais da desgraça alheia, sentindo que o glorioso exército de Osório e de Caxias, verdadeiros soldados da República estão vigilantes na defesa do regime e soberania da Pátria, recuaram e nem sequer tiveram a sensatez de orientar esse pobre recorrente para o prazo fatal da prescrição bial que lhe impedia o direito de ação¹⁵⁷.

Por unanimidade, os juízes negaram a reintegração do reclamante ao trabalho, objeto do recurso do portuário, mesmo sabendo não existir nos autos a “menor prova de que o recorrente tenha sido elemento subversivo e contrário ao regime democrático”. Depois da lição de moral e civismo, do discurso salvacionista de defensores do “regime e soberania da Pátria”, alegaram que os profissionais “da desgraça alheia”, os comunistas, não tiveram o cuidado de informar o reclamante da prescrição de seu direito de recurso. Trata-se de um embate entre os representantes da lei e o trabalhador, corroborando que todos os ardis eram válidos no combate à subversão. Os trabalhadores, sobretudo eles, não tinham qualquer garantia.

Criou-se em Pernambuco um verdadeiro clima de insegurança. Os que tiveram condições de sair do estado, indiciados ou não em sindicâncias e inquéritos policiais militares, transferiram-se para outras regiões do país ou para o exterior. Inúmeros pernambucanos, uma parte da intelectuais de Pernambuco, foi presa, perseguida, alguns foram torturados, como Enildo Xavier Carneiro Pessoa, professor da Escola Politécnica de Pernambuco, outros passaram a residir e trabalhar em São Paulo e no Rio de Janeiro e alguns se exilaram como Paulo Freire, Celso Furtado, Germano Coelho, Jader de Andrade, Francisco Oliveira, Josué de Castro e mais outros. Isto sem falar nos intelectuais notadamente socialistas e comunistas, que tentaram iniciar vida nova. Até sacerdotes católicos foram perseguidos e obrigados a abandonar o Brasil ameaçados de prisão¹⁵⁸. As Ligas Camponesas, os sindicatos independentes de trabalhadores e entidades estudantis mais combativas, instituições ligadas à Igreja, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e a própria ação católica – principal-

mente a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Operária (ACO), e ainda os jovens do Partido Comunista Brasileiro (PCB), também foram vítimas do furor repressivo e até certo ponto anticlerical, que dominou Pernambuco.

Em 24 de outubro de 1968 a casa de dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, foi metralhada. Mais tarde, em 27 de maio de 1969, foi assassinado o padre Antônio Henrique Pereira Neto, assessor de dom Helder Câmara na Pastoral da Juventude da Arquidiocese. Posteriormente alguns padres norte-americanos que estavam trabalhando no Recife com o arcebispo, foram presos e expulsos do país¹⁵⁹. Idêntica sorte teve o padre Miracapillo, preso e também expulso do Brasil em 1980¹⁶⁰.

Em 15 de maio de 1977, os padres norte-americanos Lawrence Rosebaugh e Thomas Capuano foram presos pelos policiais Aluísio Cesário de Melo e Waldomiro de Oliveira, no Recife, quando empurravam uma carroça de alimentos para os pobres de uma favela. Mais tarde os policiais disseram que assim procederam porque os padres estavam “maltrapilhos, sujos e com cabelos e barbas longos”. Depois de torturados, foram soltos no dia 18, sem maiores explicações – sendo visitados pouco tempo depois pela sra. Rosalyn Carter, esposa do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, que então visitava o Brasil¹⁶¹. Em depoimento prestado após sua libertação, o padre Rosebaugh declarou:

A brutalidade que é realmente difícil de compreender é aquela praticada pela polícia: eles, que se proclamam defensores da ordem e da Justiça. É impossível compreender como eles podem torturar e ferir de maneira tão cruel os seus semelhantes. Ao passar esses poucos dias na cadeia, eu senti uma certa gratidão por compartilhar dessa parte da realidade que existe em nosso meio, pois fomos obrigados a sentir na pele a violência e a humilhação que os pobres experimentam no cotidiano. Pelo bem de todos os nossos irmãos e irmãs sofrendo nos cárceres e prisões, queremos gritar por condições mais justas e dignas de seres humanos; condições livres da fome, da tortura e do tratamento desumano. Esperamos que o nosso grito ressoe até os ouvidos daqueles que têm autoridade e poder de mudar essas condições; até aos ouvidos daqueles que têm condições o dever de promover a Justiça e os direitos humanos em nome do povo brasileiro¹⁶².

Analisando a interinidade de dom José Lamartine na Arquidiocese de Olinda e Recife, entre o falecimento de dom Carlos Coelho e a posse de dom Helder Câmara, Francisco A. S. Duarte de Alencar faz um resumo do que foi essa época em Pernambuco:

O golpe militar de 1º de abril ocorreu exatamente durante esse período. A fúria repressora que veio

no rastro da mudança da ordem constitucional atingiu Pernambuco com particular intensidade. Um clima de terror e perseguição instalou-se no Estado. A onda de cassações políticas em poucas horas removeu, dos cargos que ocupavam o governador Miguel Arraes, o prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, ambos presos, além de inúmeros parlamentares, intelectuais, sindicalistas, e lideranças do movimento estudantil, muitos igualmente privados de suas liberdades individuais. Começaram a surgir as primeiras denúncias de torturas, contra presos políticos. Jornais identificados como de esquerda foram invadidos por grupos militares, seus equipamentos depredados, edições apreendidas antes mesmo de chegarem às bancas. Até os órgãos de comunicação que simpatizavam com a nova ordem e haviam colaborado para a sua instauração sofreram constrangimentos, face à ação de censura oficial. Grupos paramilitares, acobertados pela impunidade, rompiam o silêncio das noites recifenses com tiros e disparos contra residências de familiares e amigos de personalidades identificadas como opositoras do novo regime. Setores da Igreja mais à esquerda não foram poupados. Jovens militantes dos movimentos ligados à Ação Católica eram vítimas de caça indiscriminadas. Instalações do MEB no interior do Estado foram destruídas, enquanto que parte dos seus funcionários eram presos e seus programas radiofônicos, suspensos até a emissão de uma nova contra – ordem autorizando as retransmissões, decorridos já há vários dias. Um detalhe é que, nessa fase, as aulas passaram a ser veiculadas com a presença de um censor dentro do estúdio, assim continuando até a extinção do movimento. A arrogância e a prepotência não tinha limites. A lei cedera lugar ao arbítrio. Entre os que consideravam visados, o pânico mesclava-se ao sentimento de desamparo, ambos reforçado por um fenômeno tão repulsivo quanto frequente nas situações de mudança da ordem institucional, figuras consideradas de esquerda subitamente passaram a renegar suas ideias de véspera, anunciavam de público o apoio ao novo regime, alguns colaborando na delação contra antigos companheiros. Nem tudo, porém, estava perdido. Em meio ao desalento e ao desespero, uma voz se fez ouvir, a única, nas circunstâncias, a falar com alguma possibilidade de ressonância, clamando pela vida e pelo respeito à dignidade dos perseguidos, dos presos, das vítimas de torturas. Era a voz de Dom Lamartine, que com serena firmeza fazia-se “voz dos que não têm voz”. De acordo com um testemunho, Dom Lamartine resistiu com toda força e dignidade aos desatinos de grupos militares em caça impiedosa a pessoas ditas de esquerda. Procurou conter, a todo custo, o braço repressor que então de abatia sobre militantes em Pernambuco, católicos ou não, ateus confessos, até¹⁶³.

O posicionamento de dom Lamartine pode ser comparado ao de dom Helder Câmara, de quem foi arcebispo auxiliar. Ambos contrastavam com outros dignitários católicos, alguns até de maior proeminência na hierarquia da Igreja, cuja posição, em face de acontecimentos semelhantes ocorridos na área de jurisdição de suas dioceses, era de indiferença e omissão.

COMANDO DO ESTADO NO PERÍODO PÓS-DEPOSIÇÃO DE MIGUEL ARRAES

Na primeira fase de seu governo, Paulo Guerra, substituto do governador deposto, só nominal e parcialmente exerceu o poder, já que todos os problemas direta e indiretamente ligados à segurança – na concepção amplíssima que esta passara a ter, a partir da doutrina difundida no Brasil pela Escola Superior de Guerra – eram decididos pelas autoridades militares ou pelos seus prepostos civis.

Representando o esquema militar vitorioso assumiu a Secretaria de Segurança Pública do governo de Pernambuco, o coronel do Exército Ivan Rui Andrade de Oliveira, sendo nomeados delegados de polícia, na maioria, antigos ocupantes desse cargo nos governos pedessistas e udenistas anteriores ao de Miguel Arraes. Posteriormente, ainda no governo Paulo Guerra, a Secretaria da Segurança Pública foi ocupada pelos generais Paes de Lima e Osvaldo Passos Viriato de Medeiros, que já exercera as mesmas funções na gestão de Barbosa Lima Sobrinho e a presidência da CTU, quando Miguel Arraes era prefeito do Recife.

Para o comando da Polícia Militar de Pernambuco foi nomeado o coronel Sílvio Cahú, também do Exército. Em 1º de abril foram ainda nomeados, entre outros, Álvaro da Costa Lima, delegado auxiliar, Moacir Sales, delegado de Ordem Política e Social, e Romildo Alves Leite, delegado de Investigações e Capturas.

Além dos coronéis Ivan Rui Andrade de Oliveira e Sílvio Cahú, nomeados respectivamente para a Secretaria de Segurança Pública e comando da Polícia Militar de Pernambuco, outros oficiais, embora sem deixarem as fileiras, continuaram exercendo importantes funções na área da segurança, como os coronéis Hélio Ibiapina e Antônio Bandeira, chefes da 1ª e 2ª Secções do IV Exército e ambos com participação destacada na articulação do golpe e nas ações posteriores da chamada “linha dura”. Amigo íntimo do presidente Castelo Branco, o coronel Hélio Ibiapina manteve com ele expressiva correspondência, várias vezes invocada por Luis Viana Filho para esclarecer decisões do governo, inclusive no episódio da soltura de Miguel Arraes pelo Supremo Tribunal Federal ¹⁶⁴.

Como um sistema autárquico, o aparelho de segurança funcionava com autonomia dentro da estrutura administrativa do estado, ligando-se diretamente ao IV Exército e sobrepondo-se aos

demais órgãos públicos. Sua subordinação ao governo era apenas formal. Não lhe prestava contas nem era cobrado pelo que fazia. Sem comandar essa área, preocupava-se Paulo Guerra, quase que apenas, em consolidar a base política, administrar a burocracia e definir pequenos investimentos.

LÍDERES MILITARES E CIVIS EM PERNAMBUCO

Na versão dos militares foram muitas as lideranças que atuaram em Pernambuco durante o governo militar. Tantos nomes que o coronel Gabriel Antônio Duarte Ribeiro ¹⁶⁵, querendo destacar alguns líderes civis e militares “que contribuíram para o sucesso da Revolução de forma honesta, dedicada e corajosa, em todo o Nordeste”, assim respondeu:

Militares muitos. Fico com receio de cometer alguma injustiça. Vou citar alguns como exemplo, mas todos tiveram participação muito importante. Diria: o general Antônio Bandeira; o general Hélio Ibiapina Lima; causou-me muito boa impressão o general Humberto de Souza e Mello, com quem estive na Bahia na época ele era coronel, chefe do Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM); o coronel Castilho, comandante do 14º RI; o coronel Ivan Ruy, comandante do RO; uma plêiade de oficiais brilhantes, líderes.

Civis, também, destacaria muitos, inclusive, alguns em posições importantes: Eraldo Gueiros, procurador-geral junto à Justiça Militar; Luís Maranhão, da usina Matari; José Lopes de Siqueira, da usina Estreliana; Arthur Bruno Schwambach, que muitas vezes nos ajudou, dono de uma empresa de ônibus.

No entender do presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg) em 1964, Eudes de Souza Leão Pinto ¹⁶⁶, o nome referencial é o do general Antonio Carlos Muricy, que sucedeu o comandante da 7ª Região Militar, no Recife, e que “após o 31 de março, realmente foi um bravo na condução dos trabalhos que deveriam dar continuidade à implantação da ordem e da paz tão ansiosamente aguardadas pela população”. E tentando evitar as omissões de nomes dos líderes civis, assim generalizou:

Na área civil, vários companheiros, amigos, delegados de polícia, pessoas que não afinavam com a doutrina comunista e que se jogaram com muita disposição na luta para eliminar os focos de subversão.

Repetidamente foram citados como líderes militares mais atuantes no Recife os coronéis Hélio Ibiapina e Ivan Ruy ¹⁶⁷. O primeiro, Ibiapina, em 1964 era tenente-coronel da 2ª Seção do Coman-

do do IV Exército e foi quem presidiu o Inquérito Policial Militar de 2 de abril a junho de 1964, que apurou as ações “*subversivas*” na área do IV Exército. Ele mesmo informa que indicou Álvaro da Costa Lima para secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Mais tarde, substituiu-o pelo próprio Ivan Ruy:

Quando soube que o Ivan Ruy tinha sido indicado para o Comando da Polícia Militar, falei com o Justino. A decisão foi deixar o Álvaro da Costa Lima como assistente do Ivan Ruy que ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública ¹⁶⁸.

O delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima foi citado pelo coronel Petrônio Araújo Gonçalves Ferreira ¹⁶⁹ como “notório anticomunista, que ocupou vários cargos na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco”. O mesmo coronel também citou mais alguns líderes civis como o usineiro José Lopes de Siqueira Santos; Francisco Falcão, da Associação dos Plantadores de Cana; Wilson de Queiroz Campos, presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco; e Antônio Galvão, vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco.

ESTRUTURA DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO

Ao procurar uma perspectiva de análise da Estrutura da Repressão em Pernambuco, esta relatoria encontrou fundamentação teórica na tese da professora/historiadora Marcília Gama ¹⁷⁰, conhecedora do arquivo do DOPS, onde trabalhou durante muitos anos. Seu livro põe a nu a construção, o funcionamento e a atuação da polícia política em Pernambuco – DOPS como órgão integrante da complexa e eficiente rede de informações instalada no país, pilar de sustentação do regime militar no Brasil de 1964-1985. Suas reflexões acadêmicas têm sido um terreno fértil para se entender as estruturas e o comportamento dos agentes que atuaram no período de ditadura civil militar no Brasil, em especial, em Pernambuco; reflexões que estabelecem pontes elucidativas com a documentação pesquisada no arquivo do DOPS-PE. Tal documentação denota não só o papel da produção, apreensão, disseminação e manipulação da informação por este órgão; ela também ilustra e personifica as práticas autoritárias de vigilância, averiguação, censura, coerção e estímulo à delação, base do estado de exceção, implantado no país por vinte e um anos.

Em paralelo, levantamento de dados foi desenvolvido por pesquisadores da CEMVDHC no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) em busca de mais informações. Foram consultados vários documentos visando entender a atuação da Secretaria de Segurança Pública e da

Delegacia Auxiliar de Pernambuco ¹⁷¹.

Testemunhos orais de alguns ex-agentes da Repressão em Pernambuco, ouvidos em audiências públicas pela CEMVDHC, complementaram as informações. Uns colaboraram esclarecendo fatos relevantes, outros permaneceram em silêncio, nada acrescentando. E também pesquisou-se nas entrevistas dos militares divulgadas na Série da Biblioteca do Exército – História Oral do Exército ¹⁷².

A COMPLEXA MÁQUINA DA REPRESSÃO: DOI – CODI

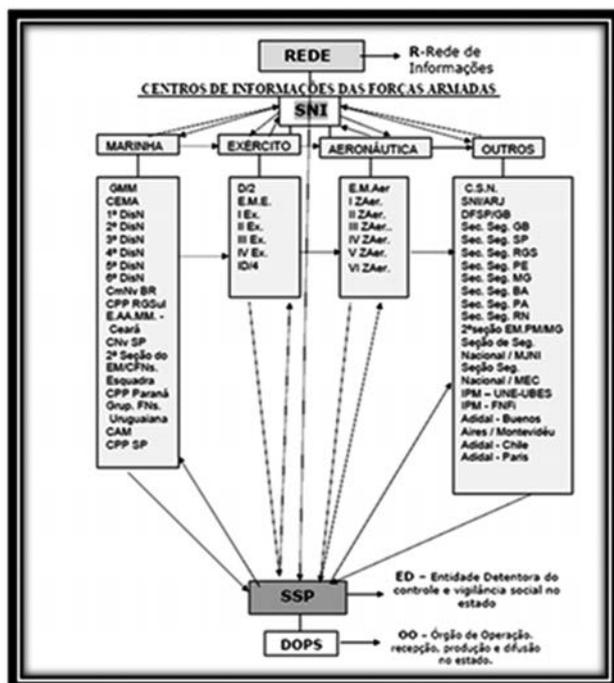
Com a reforma administrativa implantada pelo governo federal após o golpe, foram criadas Divisões de Segurança e Informação (DSI) em todos os ministérios civis e principais repartições federais, inclusive as da administração indireta, funcionando diretamente articuladas com os órgãos centrais e constituindo um sistema autônomo e poderoso dentro da estrutura do Estado, em torno do Conselho Nacional de Segurança e do Serviço Nacional de Informação. Esse sistema rapidamente tornou-se hegemônico no governo militar, afastando os oficiais que a ele não estivessem aliados e as lideranças civis que pudessem vir a criar dificuldades para a execução do projeto idealizado pelos serviços de inteligência. À sua influência é atribuída a designação dos generais Garrastazu Médi e João Figueiredo para a Presidência da República. Ambos haviam dirigido o SNI.

É preciso compreender alguns aspectos da estrutura da máquina da repressão política aprimorada pela ditadura militar que representou um verdadeiro império de espionagem. O primeiro passo foi criar o SNI – Sistema Nacional de Informação, instituído pela Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964. Entre seus objetivos encontrava-se o de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra informações no país e no exterior.

A sua constituição contou com a junção do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e da Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Até maio de 1967, o SNI atuava na repressão política através da estrutura dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos das Secretarias de Segurança Pública Estaduais. Neste mesmo ano foi criado o Centro de Informação do Exército (CIE), que organizou seus próprios meios de informação e uma complexa estrutura de equipe de repressão direta, tornando-se a mais letal peça da engrenagem montada pelos militares, ao lado do Centro de Informação da Marinha (Cenimar), criado em 1957, e do Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CISA), montado em 1970.

A partir de 1969, em São Paulo foi desenvolvido um trabalho integrado de repressão, formado por agentes e oficiais das três armas e de delegados dos serviços de inteligência dos Dops, a chamada Ope-

ração Bandeirante – (Oban). Sua estrutura permitia atuar em três esferas da doutrina da segurança nacional, que eram: a pesquisa de informação; interrogatórios e operações de combate. Este arranjo institucional nacionalizou-se com a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e Destacamentos de Operação Interna (DOI), os CODI-DOI, que estavam subordinados ao ministro do Exército. A repressão aos grupos armados passou a ser organizada em operações planejadas em escala nacional e internacional, com consequências locais, nas Secretarias de Segurança Pública e órgãos estaduais, que auxiliavam fornecendo: recursos humanos, informações complementares e infraestrutura.



Rede Nacional de Informações vista a partir do SNI, enquanto órgão de coordenação do Sistema. In: Gama, Marília da. Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985), 2007. p. 78.

O mapa acima esclarece o trâmite da rede dos centros de informações das Forças Armadas tendo como cerne o Serviço de Segurança Nacional (SNI), que se amplia pelas três Forças: Marinha, Exército e Aeronáutica, indo se completar com diversas secretarias de segurança dos estados, entre elas a de Pernambuco, e se estende aos adidos localizados no exterior, sendo citados os de Buenos Aires, Chile e Paris. A entidade responsável pelo serviço de vigilância e controle social no estado é a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o órgão de operação, recepção e difusão é a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

criação e LOCALIZAÇÃO DO DESTACAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES (DOI) DO RECIFE

O coronel Hahenderson Vieira, que serviu como assessor da Agência Regional do Serviço Nacional de Informação (SNI) e adjunto da 2ª Seção da 7ª Região Militar/Divisão do Exército (7ª RM/DE) no Recife-PE, informa em entrevista concedida à série da Biblioteca do Exército – História Oral do Exército – sobre a criação do DOI desta cidade.

Já existiam os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) em outros pontos do país e, por manter um contato maior com o general Dale Coutinho, fui designado para criar o DOI de Recife. Não era o chefe, porque havia um outro capitão bem mais antigo do que eu.

Para a criação do DOI de Recife, fomos apoiados, inicialmente, pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Após o impulso inicial começamos a caminhar com as nossas próprias pernas. Derrotamos as várias organizações subversivas; o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), praticamente foram dizimados na área do Nordeste: Recife, João Pessoa, Natal e Maceió. Foram várias as operações realizadas e desbaratamos aqueles grupos, os principais dentro da área do Nordeste.

Após esse período fui alçado à Seção de Operações do SNI, na Agência de Recife. Continuei o trabalho, mas não era do mesmo tipo do Destacamento de Operações de Informações. Fui para o setor de análise, tendo em vista o conhecimento que havia adquirido no DOI de Recife. Lá permaneci seis anos. Depois, ingressei na escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Após o curso retornei para o Recife, e fui classificado na 2ª Seção da 7ª Região Militar, onde continuei o trabalho de análise na área de inteligência.

Dois anos e pouco depois, transferiram-me para Brasília, também para o setor de inteligência, até 1983¹⁷³.

Outro militar, o coronel da Polícia Militar José Carlos Acâmpora de Paula Machado, em sessão pública da CEMVDHC, conjunta com a CNV¹⁷⁴, indicou onde se situava o DOI do Recife.

Machado – O DOI se situa... Se situava... Tem a Faculdade de Direito, tem o quartel do Exército, é aquela casa branca que até hoje existe, é onde era o DOI. É uma casa antiga. Em cima ficava a chefia e subchefia; logo à esquerda, quando você entra, porque entrava pelo lado, ficava a sala dos

interrogadores e a parte burocrática. As equipes de busca, elas ficavam... Não tinha local certo, ficavam à vontade, do lado esquerdo do fim da casa. Tinha uma saída que dava para o IV Exército. Ali é onde era o presídio e atrás era exatamente onde se faziam os interrogatórios. Era um beco, eu não sei, eu acho que isso tudo deve estar reformado hoje.

CEMVDHC – Nesse beco, vocês tinham quantas celas?

Machado – Parece que eram três, se não me engano. Não tenho certeza absoluta.

CEMVDHC – Vocês chegaram a ter quantas pessoas presas lá?

Machado – Se eu cheguei a ver? As equipes de busca não participavam. Prendiam e a gente trazia encapuzado exatamente por isso. Porque se a gente vivia dentro do Recife e fosse visto, se sabia, não se prendia mais ninguém. A gente entregava o preso e não tinha mais contato nenhum com ele.

Ainda na mesma sessão de audiência, interrogado sobre a cadeia de Comando dentro do DOI o coronel Machado explicou:

CNV – Se o senhor pudesse compartilhar conosco, eu queria umas informações, como o senhor está disposto a falar sobre o DOI. Dada essa composição mista das equipes que o senhor agora mencionou, Polícia Federal, Polícia Civil, Exército, qual era a cadeia de comando interna do DOI? Como é que funcionava a hierarquia dentro do DOI quando o senhor operou? Eu também queria saber quantas equipes...

Machado – Três.

CNV – Um momento senhor..., e se todas as equipes eram mistas.

Machado – Todas elas eram mistas e a cadeia de comando era a seguinte...

CNV – Se pudesse falar devagar para eu ir seguindo...

Machado – Certo. Um oficial do Exército, normalmente do Estado-Maior, do EMA, o daqui [do Recife] era. Depois vinha um major, que era a subchefia. Dele para baixo você tinha delegados e oficiais que comandavam as equipes, interrogavam, colhiam depoimentos e essas coisas. A hierarquia era essa. Quem era chefe de equipe era oficial e sargentos e agentes em baixo.

CNV – Na sua experiência isso funcionava de uma maneira regular ou essa cadeia de comando suscitava conflitos, tensões?

Machado – Não, a gente acha que não. Eu não acredito que gerasse tensão porque o risco maior era o da gente, na rua; não havia tensão, havia o cuidado, sim, do Exército tirar um oficial do Rio Grande do Sul e botar aqui, porque quando ele fosse transferido esquecia-se disso. Os da Polícia Militar ficavam, que isso muitas vezes eu disse lá dentro: 'A gente vai ficar aqui, certo? E vai ter inimigo para o resto da vida.'

[...]

CNV – Uma informação complementar. Em números absolutos, todo esse conjunto dessa cadeia de comando que o senhor mencionou, havia uma preponderância de oficiais do Exército?

Machado – O comando era de oficiais do Exército.

CNV – Aqui apenas o Exército?

Machado – Sim, nem Marinha nem Aeronáutica.

Quem também informou sobre a composição da hierarquia do DOI-CODI foi o coronel José Justo Pinheiro ¹⁷⁵ que nele serviu durante algum tempo. Perguntado sobre qual o organograma do DOI, assim respondeu:

O DOI tinha um chefe, um subchefe e a tropa. Esta era constituída por oficiais e praças; havia elementos da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Aeronáutica, da Marinha.

Realizávamos interrogatórios. Os inquiridos eram feitos lá mesmo, e as informações expedidas para os outros órgãos do país.

Portanto, deduz-se das informações acima que o "comando" era do Exército, e para as operações "havia elementos da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Aeronáutica, da Marinha".

NORMAS GERAIS DE AÇÃO NO CODI

• Medidas adotadas para as reuniões

Em 31 de agosto de 1971 o comandante da 7ª RM e 7ª DI, general Ednardo D'Ávila Mello, envia comunicado ao secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, estabelecendo propostas, para um projeto de Norma Geral de Ação a ser aplicado nas reuniões do CODI. O documento é confidencial, papel timbrado do Ministério do Exército, IV Exército, 7ª Região Militar e solicita o empenho do secretário para se mandar estudar e apresentar

sugestões visando tornar o referido projeto não só “compatível com as necessidades, possibilidades e particularidades de sua organização”, mas, “funcional e flexível” e também “coerente com os objetivos da segurança interna”. Para tanto, solicita ainda o comparecimento de um representante dessa organização para a primeira reunião do CODI em 10 de setembro de 1971, no QGR/7 “com a finalidade de consolidar todas as sugestões que certamente as Agências procurarão apresentar”.

Suas propostas tinham como finalidades: obter a integração e promover o intercâmbio de ideias entre todos os elementos responsáveis pela segurança interna na ADI/4 e dos seus escalões de segurança interna subordinados; proporcionar as condições para a efetiva coordenação do planejamento e da execução da segurança interna e garantir a plena efetivação da valiosa e imprescindível colaboração dos diferentes civis e militares existentes na área, tendo em vista as medidas de Segurança Interna a serem adotadas.

Para execução das propostas as reuniões seriam realizadas “quando julgadas oportunas e/ou necessárias, a critério do Comandante da ADI, ou por solicitação de qualquer dos elementos componentes do CODI, mediante entendimento e consoante autorização do mesmo”.

As reuniões estão classificadas em duas categorias:

a) as de caráter excepcional: “quando a eclosão de guerra revolucionária assim reclamar; quando houver uma necessidade de coordenação de cúpula e quando houver necessidade de emprego de meios vultosos”. Esclarece ainda sobre a constituição dos membros do mais alto nível da Comunidade de Segurança Interna da Área que a essas reuniões precisam comparecer: o comandante da 7ª RM/7ª DI e seu chefe EM; o governador (es) do(s) estado(s) de Pernambuco (e Alagoas), assessorados pelo(s) respectivo(s) secretário(s) de segurança pública e os comandantes das forças singulares (Marinha e Aeronáutica) sediadas na área, com os respectivos chefes EM como assessores;

b) as reuniões de rotina para as quais apenas devem comparecer: o chefe da 2ª Seção do 3º Distrito Naval; o chefe da 2ª Seção da 2ª Zona Aérea; o comandante da Polícia Militar de Pernambuco e seu chefe da 2ª Seção; o chefe da Agência do SNI, ou seu representante; o delegado regional do DPF/PE; o chefe e/ou adjunto da 2ª Seção da 7ª RM/7ª DI e outras autoridades ou personalidades, quando especialmente convidadas, incluindo-se um capelão militar (o da 7ª RM e 7ª DI).

Para efetivação das reuniões deveriam ser tomadas todas as medidas de segurança necessárias,

“inclusive o rigoroso controle do local, a fim de que ao mesmo só tenham acesso aqueles mesmos componentes do mais alto nível da Comunidade de Segurança Interna”. Os assuntos tratados teriam o caráter sigiloso, devendo receber o tratamento devido a esta classificação, e por ocasião das reuniões poderiam ser distribuídas notas para a Imprensa para divulgação de sua finalidade que “é a coordenação de medidas que visem assegurar a normalidade para os trabalhos relacionados com o desenvolvimento do Nordeste e a tranquilidade da família nordestina”¹⁷⁶.

• Medidas adotadas para o retorno de pessoas do exterior

Também foram regulamentadas normas de procedimentos a serem adotados para o caso de retorno ao país, “de elementos que se encontram no exterior em uma das seguintes situações: asilado, refugiado, atingido pelos Atos Institucionais ou em atividades contrárias por interesses nacionais”. Para tanto os órgãos de informações deveriam saber, com a maior antecipação possível, do retorno ao país de elementos suspeitos; informar à Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal (DPF), com todas as minúcias disponíveis (data da chegada, hora, meio empregado, local, acompanhantes, roteiro utilizado).

Por sua vez, a Polícia Marítima com base em notificação do DPF, ou pelo simples reconhecimento, deveria reter o recém-chegado e sua bagagem e comunicar o fato ao DPF. Deveria dispor de um fichário de indivíduos nas situações acima descritas, facilmente manuseável, “o qual será organizado de acordo com relações fornecidas pelo SNI/ARJ à Chefia do DPF e por este difundida. Deverá possuir, também, a folha de antecedentes de cada viajante”.

Por último, o Departamento de Polícia Federal deveria:

– examinar a bagagem do recém-chegado e as de seus acompanhantes, no próprio local de chegada e recolher o material de cunho subversivo ou suspeito, por ventura encontrado.

– convidar o viajante a comparecer a uma dependência do aeroporto, onde responderá os quesitos constantes do questionário anexo, tomando a termo suas declarações. Estas providências deverão ser rápidas e sem qualquer constrangimento.

– por ocasião do interrogatório, fotografar o recém-chegado.

– recomendar que, nos termos da legislação em vigor, o indivíduo, se atingido pelos Atos Institucionais, deverá abster-se de atividades e manifestações de caráter político.

– após a inquirição, caso não haja ordem de prisão decretada ou outras implicações que interessem à Segurança Nacional, o indivíduo poderá retirar-se.

– os agentes deverão ser qualificados de acordo com a categoria de cada viajante.

– em qualquer caso, fornecer cópias dos depoimentos à agência local do SNI à DSI/MRE e à DSI/MJ¹⁷⁷.

Tudo passo a passo controlado pelo Serviço de Segurança Nacional, contendo inclusive um questionário de 24 perguntas a serem respondidas pelas pessoas que retornavam ao país. Entre elas: Por que deixou o Brasil? Onde esteve? O que sabia sobre cada brasileiro exilado? Por que decidiu regressar e que correspondência trouxe do estrangeiro? Para quem? Quem lhe serviu de intermediário quando esteve fora do Brasil? E termina por perguntar “se tem conhecimento de que a legislação em vigor lhe proíbe manifestações de caráter político, inclusive através da imprensa”¹⁷⁸.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E SUA ESTRUTURA

Cada órgão que compunha a Secretaria de Segurança Pública tinha função específica, quer de vigilância, quer de detenção. Além de sua Diretoria de Expediente e Contabilidade, detinha os departamentos a ela agregados: as delegacias auxiliares; a Inspetoria Geral do Tráfego Público e Guarda Civil; a comissão de censura das casas de diversões públicas e a Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS). E ainda os órgãos auxiliares como o Instituto de Medicina Legal, o Gabinete de Identificação, a Inspetoria de Polícia Marítima, a Casa de Detenção e as cadeias do interior do estado.

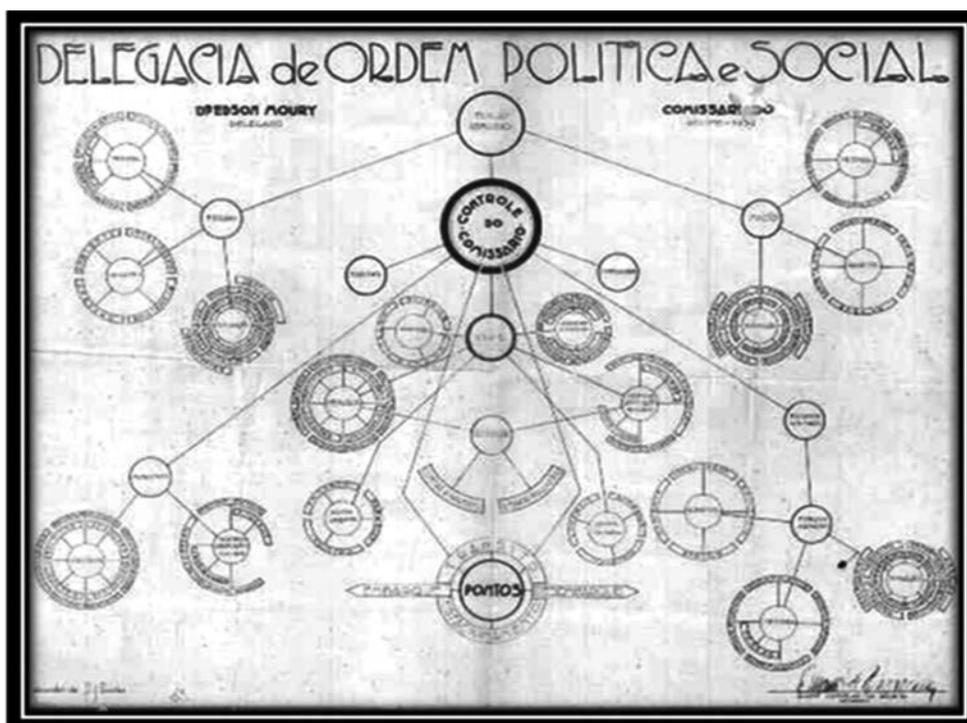
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS)

Agregadas à Secretaria de Segurança Pública, as

unidades das Delegacias de Ordem Política e Social, em nível de serviço de vigilância nos estados, e enquanto órgãos integrantes da rede de informação instalada no país, tornaram-se poderosas. Impuseram um clima de terror na sociedade, invadiram o mundo privado das pessoas, desestabilizaram vidas.

O DOPS, como é mais conhecido, foi criado pela Lei nº 71 em 23.12.1935, com sede na rua da Aurora, nº 405, no bairro da Boa Vista, no Recife. Em 1939, foi transformado em Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DEOPS), sendo instituído o Serviço Secreto/Serviço Especial¹⁷⁹, que cuidaria da espionagem em geral, por ordem do sr. Fábio Corrêa de Oliveira Andrade¹⁸⁰. Retornou à denominação de Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 15.4.1961, permanecendo até a sua extinção em 22.3.1990, pelo Decreto nº 14.276. A partir daí foi criado o Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública (CI/SSP) – órgão central da direção, departamento diretamente subordinado ao secretário de Segurança Pública¹⁸¹. O DOPS sempre teve muito poder e experiência, porque já se exercitava desde o Estado Novo.

Ainda na década de sua criação, um desenho, espécie de diagrama do órgão, foi elaborado por solicitação do então delegado Edson Moury Fernandes – Mapa da estrutura de atuação e controle da DEOPS em 1939. Transcrito abaixo em detalhe para melhor visualização, bem representa um projeto de controle da sociedade, ou seja, como havia um domínio sobre todos os segmentos a serem vigiados para melhor exercer suas práticas de controle e vigilância por parte dessa delegacia.



Mapa da estrutura de atuação e controle do DOPS em 1939. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 29638 – documentos administrativos

MAPA DA ESTRUTURA DE ATUAÇÃO E CONTROLE DO DOPS EM 1939¹⁸².
(TRANSCRIÇÃO POR COLUNA NOS CÍRCULOS)

FORÇAS ARMADAS

Estado			Nação		
Pessoal	Quartéis	Situação	Pessoal	Quartéis	Situação
1.Praças	1.Ambiente	1.Dedicados	1.Praças	1.Ambiente	1.Dedicados
2.Oficiais da Ativa	2.Localização	2.Apolíticos	2.Oficiais da Ativa	2.Localização	2.Apolíticos
2.Oficiais Reformados	2.Efetivo	2.Políticos	2.Oficiais Reformados	2.Efetivo	2.Políticos
2.Sargentos da Ativa	2.Eficiências	2.Suspeitos	2.Sargentos da Ativa	2.Eficiências	2.Suspeitos
2.Sargentos Reformados			2.Sargentos Reformados		
		3.Trânsito			3.Trânsito
		3.Repartições			3.Repartições
		3.Revindicações			3.Revindicações
		3.Ligações			3.Ligações
		4.Destino			4.Destino
		4.Descontentes			4.Descontentes

CONTROLE DO COMISSARIADO

Marinha	Municípios	Civis	Estados Vizinhos	Consulados
---------	------------	-------	------------------	------------



1. Indivíduos	1. Partidos, Associações, Núcleos
2. Polícias	2. Situação
2. Atividades	2. Possibilidades
2. Ligações	
2. Diligências	
3. Comunicações	3. Partidos políticos
3. Políticos prestigiados	3. Localização
3. Políticos militantes	3. Elemento numérico
3. Políticos descontentes	



1. Imprensa	1. Partidos, Associações, Núcleos
2. Estado	2. Situação
2. Nação	2. Possibilidades
2. Exterior	
	3. Partidos políticos
	3. Localização
	3. Elemento numérico

ATUAÇÃO

Contra o Governo	A Favor do Governo
1. Indivíduos	1. Assistência social
2. Ligações	2. Sindicatos
2. Residências	2. Federações
2. Políticos	
2. Atividades	
3. Outros Estados	3. Sociedades de previdência
3. Políticos descontentes	3. Sociedades Beneficentes

3. Políticos militantes	
3. Políticos prestigiados	

1. Zona urbana	1. Zona rural
2. Indústria	2. Indústria
2. Comércio	2. Comércio
2. Empresas	2. Empresas

1. PONTOS

2. Trânsito

2. Estacionamento

3. Embarque

3. Desembarque

Assinado: Amaro Carvalho de Siqueira (Comissário)

Observe-se que no centro das operações ficavam as Forças Armadas (primeiro círculo, no alto); a elas estavam ligados o Estado e a Nação (círculos laterais). Logo abaixo e diretamente ligado às Forças Armadas ficava o Comissário (círculo mais escuro) e todos que estavam sob seu controle direto – Marinha; Municípios (divididos em segmentos); Civis (divididos em segmentos); Estados Vizinhos; Consulados. Por último, a área de atuação, a favor ou contra o governo.

O mapa em questão, bem indica a principal finalidade da Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco: de exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social. O controle do Comissário se estende aos indivíduos, partidos, imprensa, entidades e núcleos. As informações incluem o monitoramento dos diversos segmentos sociais como era entendido pela polícia política do Estado.

Nessa perspectiva, outras práticas de controle social foram desenvolvidas como estratégia do Estado, antes do golpe de 1964. Observe-se no documento a seguir a preocupação com possíveis atividades de elementos comunistas e indícios de perturbação da Ordem Pública.

Ofício reservado nº 135, com data de 31 de outubro de 1960, do secretário da Segurança Pública de Pernambuco, tenente-coronel José Costa Cavalcanti, endereçado ao delegado auxiliar, solicita as providências para informar diretamente ao titular desta secretaria, “por escrito e com esclarecimento de detalhes, em caráter reservado e tão logo obtenha os elementos, os assuntos na ordem abaixo transcritos que, pela importância, devem ser colhidos por elementos de confiança, sob imediata e direta constatação de V.S.” dentre outros motivos constam:

– Indícios de atividades de elementos comunistas no estado, municípios onde essas atividades apresentam maior amplitude.

– Informes relativos ao aliciamento de adeptos para a deflagração de movimento subversivo de vulto, mediante a organização de ‘brigadas de choque’, ‘milícias populares’, ‘exército camponês’, ou outras denominações semelhantes.

– Atividades de indivíduos ou de grupos, comunistas ou não, que possam indicar o preparo ou o desencadeamento de grave perturbação da ordem pública ou de sublevação armada, associada ou não a atos de terrorismo. Caso positivo, qual a sua amplitude no meio civil?

– Permanência ou trânsito de comunistas, estrangeiros ou nacionais de outros estados, liderando ou orientando as atividades dos líderes vermelhos locais.

– Existência de atividades suspeitas visando a subversão da ordem no país e o desenvolvimento de movimento armado com a participação ou não do extinto PCB¹⁸³.

Recomenda o fornecimento mensal ao titular da secretaria, “em caráter reservado e por escrito”, um relatório da situação no estado de Pernambuco, relativamente aos itens acima indicados, “informando, por outro lado, em qualquer ocasião, além do relatório, o que se passar de anormal dentro daquela ordem de assuntos”. Portanto, o controle do Estado frente às “atividades suspeitas” do comunismo, vem de antes do golpe civil-militar.

Todo o aparato da rede de informação instituída no governo Vargas com a justificativa primeira de combate ao comunismo, foi reestruturada e am-

pliada a partir de 1964, tornando-a mais operativa no trabalho de vigilância à agitação no campo, ao movimento estudantil (panfletagem e pichação com ideias contrárias ao regime) e, mais tarde, aos militantes envolvidos com a luta armada.

Com o DOPS não foi diferente; a partir de 1964, teve redefinida sua atuação – funções básicas de administração, investigação, censura e repressão –, e também dinamizadas suas ações. Tornou-se destaque no âmbito estadual junto ao DOI-CODI do IV Exército, criado no segundo semestre de 1970.

Um procedimento, já em uso no DOPS e que foi intensificado com o número de prisões a partir de 1964, é fundamental que se explique por ser a origem e principal fonte documental desse relatório da CEM-VDHC – os prontuários – quer individuais, quando de pessoas, quer funcionais, quando de entidades.

O prontuário é uma espécie de coletânea de peças, montada pelo órgão investigativo (SSP-DOPS) e tida como prova que incriminava a pessoa investigada, construindo a sua revelia, a “verdade” de seus “atos subversivos”. Dele consta: registro de identificação criminal, dados pessoais, antecedentes do indivíduo, termo de declarações – do próprio ou de outros companheiros –, pedidos de busca, recortes de jornais, artigos, relação de objetos de posse do preso político investigado, datiloscópicos e tantas outras informações que o DOPS considerasse de importância para a ação incriminatória.

Os documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco, foram abertos ao público após consulta aos titulares das informações pessoais e, em caso de morte, aos familiares diretos descendentes ou ascendentes para que se pronunciassem por escrito, dentro de trinta dias, sobre o desejo de manter a restrição de acesso aos documentos sobre a pessoa prontuária. Esta consulta foi publicada no Diário Oficial de Pernambuco, em 1º de fevereiro de 2013, através do Edital nº 01/2013, sob o título “Reconhecimento de conjuntos documentais contendo informações pessoais como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância”¹⁸⁴.

ELETIVO DO DOPS PERNAMBUCO

Além de espaço físico com salas e repartições, o órgão contava com pessoas, que compunham em sua formação mais sistemática o serviço da Secretaria de Segurança Pública: eram os encarregados de aprender as técnicas de inquirição, entrevista, perseguição e espionagem. Dois nomes de agentes da Polícia Civil foram citados no depoimento do ex-major José dos Anjos Ferreira¹⁸⁵: o Henrique Pereira da Silva Filho – X9¹⁸⁶ “um rapaz que trabalhou muito tempo na rua e quando eclodiu a revolução, ele foi chamado para trabalhar nos serviços de informações [...] foi muito ligado ao DOPS” e o “Rivel Rocha, eu conheci menos, mas sabia que ele

era um homem de muita ação, trabalhava muito na rua”. Enfatizou ainda que eles fizeram “atuações indevidas que, inclusive, isso causou alguma dor de cabeça aos comandos militares, porque eles faziam muitas dessas ações à revelia. Apenas com o intuito de agradar o sistema”.

Para o quadro de investigadores¹⁸⁷ as designações eram feitas pelo delegado auxiliar; e que após 1964, sua maioria era integrada por pessoas indicadas por Álvaro da Costa Lima e Moacir Sales. Dele faziam parte estudantes, comerciantes, industriais, policiais, entre outros profissionais. Os integrantes deste órgão eram de confiança absoluta de seus chefes, considerados extremamente úteis para a cata de informações – os investigadores de campanhas ou os infiltrados. Espiões que conquistaram espaço na Secretaria de Segurança Pública. Cada investigador tinha um número de identificação; espécie normativa de ordem interna da secretaria cuja utilização do código, quando necessária, salvaguarda o nome do agente.

Para o quadro de “adidos” a servir no DOPS ou DOI-CODI eram recrutados sobretudo oficiais da Polícia Militar. “Eles passavam a adido, trabalhavam como adido do 4º Exército, saíam da condição de oficiais da Polícia Militar e passavam a trabalhar adidos”. Informou o depoente ex-major Ferreira dos Anjos que “se a Comissão se interessar pode oficial à Polícia Militar hoje, ou ao 4º Exército, que deverá existir publicado em boletim ‘Passa a servir adido ao 4º Exército os oficiais, fulano, fulano, fulano, foram muitos...”.

A Polícia Federal foi a força que mais mandou gente pra lá. Foi um pessoal da Polícia Federal em número menor porque o efetivo era menor, mas foi quem mais mandou gente pra lá. [...] Lembro-me de dois, mas foram vários, me lembro do major Flávio Mendonça (ele nem queria, mas forçaram e ele foi fazer parte) e também me lembro do capitão Barreto¹⁸⁸.

Portanto, do grupo dos seletos coletores de informações faziam parte os investigadores e também os adidos que prestavam serviço como, remunerados ou não. Havia diferença entre o investigador especial e o adido. Para tanto a Secretaria de Segurança Pública, através do DOPS já assegurava essa distinção desde 1947.

No sentido de evitar confusão nas denominações entre investigadores “especiais” e “adidos”, o Exmo. Snr. Capitão Secretário de Segurança Pública manda-nos comunicar, para os devidos fins, que são considerados investigadores “especiais” os extranumerários que percebem vencimento por esta Secretaria de conformidade com o decreto-lei orçamentária, e “adidos” os que prestam serviço em empresas particulares e os não remunerados. (grifo nosso)

A recompensa material e a impunidade possivelmente constituíam-se nas principais, mas não únicas vantagens desses agentes. A duplicidade de vencimentos era uma delas – alguns recebiam da unidade a que pertenciam e também do órgão de repressão a que estavam agregados. Seus chefes se preocupavam constantemente com a questão da justificativa ética, ajudando-os nessa missão espúria. Preleção aos pais dos estudantes nas universidades, sobre o movimento comunista internacional, contra o qual todos os métodos e armas são meios que justificam os fins, era comum. Denunciar era uma forma nobre e corajosa de atuar na defesa interna pelo bem da pátria. E eram correspondidos.

O secretário de Segurança de Pública de São Paulo, coronel Antonio Erasmo Dias, se reunia semanalmente em uma sala do DOPS com líderes estudantis acompanhados de seus genitores e proferia discursos de prevenção contra o inimigo, como ressaltava, sempre “à espreita”. A Carta Mensal nº 3, de setembro de 1974, contém uma dessas explanações transmitindo aos pais de estudantes mensagem “para que conheçam a técnica subversiva da ideologia fantasiosa comunista que procura lançar a juventude repleta de pujança, na senda do terrorismo, do crime, da masmorra ou da cova!” O documento foi repassado a todas as unidades do DOPS do país e o discurso de quase quatro páginas assim conclui:

Não fazemos isto tudo com o coração tranquilo, pois isto nos entristece, porém, o fazemos por obrigação, como um alerta, como o brado de um pai que não gostaria que seus filhos, por má obrigação, tivessem o destino inglório de uma cova rasa, de uma masmorra ou de um desterro, a troco de uma ideologia utópica que até hoje não se provou compatível com a alma brasileira!¹⁸⁹

Apresenta suas escusas aos pais pelo tempo “perdido” e reitera a certeza de ter alcançado “algumas consciências amortecidas, como se alguma alma se salvasse das profundezas do Inferno”. A masmorra, a tortura e a cova rasa continuaram sendo os destinos dos que teimaram em fazer oposição ao regime.

Por último, não se pode esquecer o papel dos agentes que vinham de fora do estado e contavam com o apoio irrestrito dos que atuavam no Recife, a exemplo do delegado José Silvestre. Nesse sentido veja-se a informação de Cláudio Guerra em depoimento à CEMVDHC¹⁹⁰:

CEMVDHC – E o senhor tem informações da atuação, por exemplo, o senhor relata contatos com Brillhante Ustra, Fleury...em Pernambuco, o senhor teve muito contato com Fleury, qual era... tinha algum diálogo específico sobre o estado, havia uma identificação...

Cláudio Guerra – A base dele aqui, a ligação dele aqui era o Silvestre.

CEMVDHC – Era o quê?

Cláudio Guerra – Era o delegado Silvestre, era a ligação dele aqui. Os dois operavam juntos. Era... porque cada Estado tinha o que eu chamo o ‘Cláudio Guerra’. O ‘Cláudio Guerra’ daqui era o Silvestre.

O PAPEL DOS INFORMANTES

Outro incentivo às denúncias era a garantia da confidencialidade absoluta. O fato é que depois de tantos crimes cometidos e fartamente denunciados pela imprensa, nenhum autor foi responsabilizado criminalmente¹⁹¹.

A confidencialidade e o sigilo dos depoimentos, especialmente dos infiltrados, era de suma importância. A informação de nº 1.690, datada de 13 de julho de 1973, do II Exército enviada para o IV Exército, denota essa preocupação com vazamento de informações. Declarações prestadas pelo delator Gilberto Thelmo Sidney Marques em São Paulo foram divulgadas em Fortaleza onde a imprensa publicou sua prisão com fotografia. O prejuízo foi logo transmitido para todas as agências do Nordeste para que o ocorrido não voltasse a acontecer: “devido a esta divulgação muitos militantes de esquerda fugiram”.

Tal inabilidade contrariou um dos princípios básicos da INFORMAÇÃO que é: ‘Preservação do Sigilo da Fonte’ e sua não observância acarretará duas consequências imediatas – Extinção da fonte e Represália em face da a informação dada.

Nota-se uma preocupação justificada das organizações terroristas em saber como se deu a prisão do elemento para assim identificar um possível infiltrado e daí, em contrapartida, cresce de importância a necessidade de medidas de segurança mais rigorosas no sentido de que não seja sequer aventada a circunstância em que se deu a prisão mesmo que se suponha que com isto se vá facilitar a colaboração do preso pela desmoralização¹⁹².

Pediu o IV Exército a todos os órgãos de Pernambuco que a informação fosse “alvo de análise e acurada meditação, a fim de que fatos dessa ordem não se repitam nessa área”, para o que contava com a irrestrita colaboração e empenho de todas as agências. Gilberto Thelmo Marques foi preso e entregue ao capitão Freddie Perdigão – DOI IV Exército – em 19 de junho de 1973¹⁹³.

A principal habilidade de um informante era, por certo, ter disposição psicológica para fazer as denúncias, o que significa ter assimilado a carga

ideológica, que portavam ou que recebiam, sem nenhum questionamento. De tal forma que muitos aceitavam a duplicidade de atividades sem vencimentos, como voluntários. Para tantos outros a contrapartida era a recompensa material e financeira largamente concedida a seus membros. O “Biu do Álcool” é um exemplo.

Um informe do Ministério da Guerra – IV Exército, 2ª Seção, de 30/11/1965, à Secretaria de Segurança Pública, bem define o papel que Severino Queiroz de Albuquerque¹⁹⁴, o “Biu do Álcool”, prestava ao estado de Pernambuco. Depois de ser denunciado por irregularidades fiscais (sonegação de impostos), o comerciante de combustíveis foi não só inocentado, como teve sua atuação nos Órgãos de Segurança enaltecida pelos serviços que prestava ao IV Exército como agente de informação.

Esclareço que já há muito tempo, antes de 31 de março de 1964, o Sr. Severino Queiroz de Albuquerque presta serviços ao Exército como agente de informação. Era ele um denunciante seguro das atividades exercidas pelos subversivos na cidade de Vitória de Santo Antão e adjacências. Foi ele que o major Walter Carronico, então chefe da 2ª Seção/7ª Região Militar penetrou em 1963, em Galiléia, quando maiores eram as atividades comunistas de Julião e Arraes, colhendo informações precisas e de alto valor, do que então se passava no principal reduto da agitação rural do Estado. [...]

Naquela ocasião de luta, portava ostensivamente uma Mtr, INA, que lhe fora entregue pelo Btl Sv Eng e posteriormente pela Polícia Militar de Pernambuco, para diligências em outros municípios até mesmo em Alagoas, onde prendeu alguns agitadores que se evadiram para aquele estado.

Este homem, necessariamente, não pode ser estimado pelos comunistas ou políticos inescrupulosos que se serviam daqueles para a conquista de seus objetivos pessoais e altamente nocivos aos interesses da Pátria.

Até mesmo os investigadores, comissários e adidos eram alvos da vigilância da Secretaria de Segurança Pública. O Arquivo Público de Pernambuco (APEJE) guarda uma relação funcional com 428 fichas de identificação¹⁹⁵ onde se encontram registrados, em sua maioria, investigadores ou comissários de polícia, colocados à disposição do DOPS, como efetivos ou interinos, substituindo colegas afastados por algum motivo. Constam das fichas também os civis: estudantes, com idade de 20 anos, ou pouco mais; comerciantes; industriais; funcionários públicos; pessoas indicadas muitas delas pelos delegados Álvaro da Costa Lima e Moacyr Sales. Alguns eram considerados “investigadores

especiais”¹⁹⁶, como Rogério Mattos do Nascimento, ainda estudante, apresentado em 12/7/1965 por Álvaro Gonçalves da Costa Lima para ser investigador adido. As apresentações às vezes partiam do IV Exército, como a de Antônio Severino Ramos¹⁹⁷ que era fiscal de campo no Engenho Martinica, Usina Tiúma, em Pernambuco. E não foi o único; outros colegas vigiavam os engenhos com autorização dos órgãos de segurança.



Cartão do vereador da Câmara do Recife, Wanderkolk Wanderley, a Moacir Sales, apresentando uma “pessoa sagaz” que seria informante e já prestava serviço desde março de 1964. SSP-PE/DOPS/APEJE, Fundo nº 7287, consta do fichário acima referido.

Mulheres também faziam parte do grupo de informantes da 2ª Seção do IV Exército. Em audiência pública à CEMVDHC o ex-major José Ferreira dos Anjos foi perguntado se conhecia uma senhora de nome Risoleta, envolvida com Rogério Mattos do Nascimento, à época o principal implicado no assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Ele respondeu:

Ela [Risoleta] não era informante do DOPS, ela pertencia a 2ª Seção do IV Exército. Eu conheci Risoleta quando houve o Congresso de Ibiúna, lá em São Paulo. A Polícia Militar de São Paulo fez uma busca lá no Sítio onde estava se realizando esse congresso e muitos fugiram. Daqui de Pernambuco, vieram pra cá onze foragidos de lá de São Paulo. Quando esse pessoal chegou aqui passou a ser procurado para que fosse preso – ordens do comandante do IV Exército. Então, o general que comandava a 7ª Região Militar aqui falou com o cel. Gabriel Duarte Ribeiro para que ele cedesse um oficial (que tivesse alguma experiência) para efetuar a prisão desse pessoal – desses onze ou doze estudantes – que pertenceram a esse Congresso de Ibiúna.

[...]

Quando o general Ednardo D’Ávila Melo me passou a missão de efetuar a prisão desse pessoal, na hora da saída, o chefe do Estado-Maior dele me chamou e me apresentou Risoleta Cavalcanti. Disse:

– Essa moça trabalha aqui na 2ª Seção que vai lhe ajudar, você quer? – Quero! Eu disse que queria. Até porque nós não tínhamos agentes femininos na 2ª Seção da Polícia Militar. O Exército tinha, o CENIMAR tinha, todas as forças de segurança tinham menos a Polícia Militar. Então eu usei Risoleta para localizar muitos desses estudantes.

OS FINANCIADORES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO

• Empresas civis e órgãos públicos

Financiamento requer a existência do capital financiador. Quem o forneceu é a questão aqui colocada. Nessa perspectiva uma primeira informação foi assegurada por um agente da repressão, o Cláudio Guerra. Em depoimento à CEMVDHC, perguntado se o César, codinome de Brandt, do coronel José Teixeira Brandt, aliciava os informantes no Recife com dinheiro, respondeu que sim. Sobre os valores e como era o esquema de pagamento – se em conta bancária, por depósito ou em dinheiro vivo – o agente informou:

CEMVDHC – Mas de uma forma geral, como é que vocês operavam?

Cláudio Guerra – O... era mesmo em dinheiro... alguns que eu sei que recebia, igual lá em São Paulo, tinha um que recebia, era 300 dólares o mês...

CEMVDHC – Vocês pagavam em dólar?

Cláudio Guerra – Dólar...

CEMVDHC – Esse dinheiro vinha de onde?

Cláudio Guerra – Era dinheiro do...

CEMVDHC – SNI?

Cláudio Guerra – Do SNI... O SNI tinha uma verba enorme. Olha eu era um... podia ser nada... ali dentro. O que eles me davam por mês, dava pra comprar um carro todo mês. Tinha determinadas operações que empresários pagavam.

CEMVDHC – Você tem nomes de empresários de Pernambuco que teriam colaborado?

Cláudio Guerra – Não, eu tenho os de São Paulo. Eu tive contato com os de São Paulo e os de Espírito Santo.

CEMVDHC – E eles colaboravam espontaneamente ou eram pressionados para colaborar?

Cláudio Guerra – Não, a maioria era espontaneamente. Na maioria... as grandes empresas

eram espontaneamente.

[...]

CEMVDHC – O Gilberto Prata, no depoimento da Comissão Especial, ele, você sabe, que foi um infiltrado que Brandt aliciou, disse que a equipe de São Paulo e de Recife tinham uma certa autonomia. O que é que ele quis dizer com isso?

Cláudio Guerra – Tinha dinheiro próprio, tinha uma sobrevivência própria, porque o Fleury, ele passou a não depender mais do dinheiro do SNI, eles passaram a ter renda de empresários. É essa a independência.

CEMVDHC – E por que Recife era, digamos, tão importante a ponto de ter essa autonomia? É pela colaboração dos empresários daqui? É isso? Seria essa a lógica?

Cláudio Guerra – Eu creio que sim. A lógica é essa ¹⁹⁸.

Um documento do Arquivo Público de Pernambuco divulga mais informações. O prontuário de nº 1296 – Processo de Investigação Sumária, de nº 61 e datado de 5 de junho de 1964 –, tendo como órgão executor a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, define no título introdutório a legitimação dessa condução jurídica: Processo de Investigação Sumária para apuração de atos abrangidos pelos §§ 1º e 2º do Artigo 7º do Ato Institucional ¹⁹⁹ de 9 de abril de 1964, outorgado pelo Comando Supremo da Revolução.

Apesar de se tratar de um documento alicerçado no mérito dessa legitimidade de deliberações concedidas ao poder estadual e municipal por decreto, sua leitura produziu análises acerca das despesas e dos recursos públicos e privados que foram destinados às operações de controle social adotadas nos primeiros dias do golpe civil-militar, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Incluso ao Processo de Investigação uma página com papel timbrado da Câmara de Vereadores do mesmo município, apresenta uma Emenda ao Projeto nº 13 de Lei, de 3 de abril de 1964, na qual se revogava as disposições em contrário e se autorizava o prefeito a abrir um crédito especial de um milhão e quinhentos mil cruzeiros “para ocorrer com o pagamento de gasolina, óleo e alimentação dos soldados da Polícia Militar do Estado e do IV Exército, destacados neste município durante a crise nacional de 1º de abril corrente” ²⁰⁰.

Outras páginas desse documento indicam que as cifras saíram não somente do erário público, mas, também, de entes privados, e transitaram, oficialmente, na ordem de Cr\$ 1.500.000,00 a 600.000,00, de latifundiários – senhores de engenhos, Engarrafamento Pitú e comerciantes: “A Associação Comercial arranhou acomodações necessárias à estada das tropas, inclusive da Polícia

Estadual, os proprietários de vários engenhos contribuíram com Cr\$ 600.000,00, para ainda fazer face às despesas”. Tudo em nome do controle dos “elementos perniciosos à sociedade inimigos à segurança do Estado”²⁰¹.

PRÁTICAS DA REPRESSÃO

Ao longo dos anos, o governo militar além das normas gerais já existentes, as preestabelecidas, foi construindo práticas de controle e combate à subversão, tidas como necessárias em diversos momentos. Sem o compromisso de estudar essas práticas em minúcias, assinalam-se aqui manifestações de estratégias produzidas pela Secretaria de Segurança Pública para melhor exercer o domínio sobre pessoas, sempre em nome da segurança nacional.

• Prisões arbitrárias: sem flagrante, sem culpa formada e sem ordem judicial

Os tempos haviam mudado. Outra ética era proposta em nome da segurança nacional. Para localizar um preso político em quartel do Exército ou em delegacia de polícia era necessário muito prestígio ou muita sorte. Muitas mães e esposas penaram de estabelecimento militar em estabelecimento militar, implorando em vão uma notícia de um filho ou de um companheiro desaparecido às vezes para sempre.

Enquanto o novo governo de Paulo Guerra em Pernambuco dava os seus primeiros passos, as prisões se multiplicavam, passando de milhares. Cerca de três mil em Pernambuco e quarenta mil no país. Os quartéis, as penitenciárias do estado, algumas cadeias públicas e as dependências da Secretaria de Segurança Pública (SSP) não eram suficientes para amontoar o grande número de pessoas detidas. Trabalhadores, estudantes, professores, profissionais liberais, políticos em desgraça por não terem aderido à nova ordem, funcionários públicos, escritores, jornalistas, integrantes de todos os segmentos sociais, superlotavam celas improvisadas na falta de outros espaços. Qualquer denúncia, independentemente de sua autoria, e, mesmo, anônima, justificava a prisão do “subversivo” apontado como perigoso. Ou de seus parentes, que entre outros crimes contra a segurança nacional, poderiam estar ocultando o paradeiro do acusado.

Quem exercitava o poder físico de prender, dos comandos à periferia da estrutura policial militar, passava a ser juiz absoluto e incontrastável da liberdade dos demais cidadãos. Os direitos individuais e as garantias fundamentais da pessoa humana nada significavam e não impunham qualquer limitação à prática arbitrária das autoridades. Sob a inspiração da ideologia da segurança nacional, a ordem jurídica legítima ceder lugar à desordem formalizada através do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

O ex-major José Ferreira dos Anjos²⁰² explicou à CEMVDHC sobre a falta de ordem escrita para efetuar uma prisão:

Na verdade, ordens escritas não tinham, tinha ordem da força. Era o regime de força que prevalecia naquela época. Ninguém, absolutamente discutia qualquer ordem emitida de prisão por um desses generais ou pelo chefe de Estado-Maior deles, ninguém discutia isso. Era cumprir, simplesmente cumprir.

O arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Câmara narra a seus colaboradores como ocorriam os aprisionamentos no Recife; alguns depoentes em audiências à CEMVDHC referiam-se a essas prisões pelo termo “sequestros”.

O que choca, antes de tudo, é a clandestinidade. Não se sabe quem prende, porque prende, onde prende... Há casos em que a vítima é arrancada de casa ou do trabalho. O comum é o rapto.

Chegam viaturas, de tipo variado (Variantes, Corcéis, Jipes, Opalas...), mas sempre de chapa fria. Embora se afirme que os integrantes destas polícias paralelas vêm do sul e mudam de três em três meses, alguns se tornam conhecidos: é o Louro, é o Gordo. Em geral, são agigantados e terrivelmente mal-encarados.

Costumam apresentar-se como da “Polícia Federal” e mostram de maneira rápida, e de longe, carteiras que podem inclusive ser frias. Mas, regra geral, nem é possível pensar em discutir com eles: infundem terror.

Quando se dá o rapto – quer de quem vem marchando a pé ou rodando de carro –, a vítima é convidada a não estrilar, é informada de que está presa e é convidada a entrar na viatura que está ao lado.

É, então, que recebe o célebre capuz e é jogado para o fundo do carro.

Há, então, a farsa de rodar, rodar, rodar para que não se saiba que se está entrando em dependência do próprio quartel do IV Exército.

Só quando a vítima já está na cela é que pode tirar o capuz. O costume é deixá-la despida ou com o mínimo de roupa e isto não só porque não há muda, mas a pretexto de evitar que a vítima se enforque...²⁰³

Na tentativa de destacar, entre tantos exemplos do mecanismo de práticas repressivas usadas pelo IV Exército, cita-se aqui a prisão de um colaborador do próprio arcebispo dom Helder.

Em 1973, João Francisco de Souza, pessoa ligada ao arcebispo Helder, foi preso pelo DOI – IV Exército, em sua residência por ocasião das investigações sobre o suposto Congresso da VPR em Paulista-PE, onde foram mortos seis militantes e presas mais sete pessoas (Caso da Granja de São Bento)²⁰⁴. Dom Helder, com seu auxiliar dom Lamartine, logo compareceu aos órgãos de segurança do estado a fim de buscar informações.

Carta escrita em 16 de janeiro de 1973 pelo arcebispo ao comandante do IV Exército bem denota a aflição com o desaparecimento, ou falta de notícias, de um seu colaborador na diocese, principalmente depois do assassinato, anos antes de outro auxiliar – o padre Antônio Henrique. Desde 8 de janeiro havia expedido Ofício para Secretaria de Segurança de Pernambuco pedindo informações sobre João Francisco de Souza, sem resposta.

Exmo. Sr.

No dia 8 de janeiro de 1973, estando João Francisco de Souza, colaborador da Arquidiocese nos trabalhos pastorais, em sua residência à rua América Cisneiro, nº 201, do Alto do Pascoal, se apresentaram quatro homens portando armas e o levaram de casa em uma condução de placa amarela, nº IK-3157, matriculado em Afogados da Ingazeira – PE. Os agentes não quiseram se identificar e deixaram ordem à sra. Maria Inês Fornari de Souza para que não saísse de casa, sob pena de prejudicar o seu marido. Ela se encontra no 7º mês de gravidez e precisando de cuidado médico.

Na tarde do mesmo dia, 8 de janeiro, acompanhado de meu Bispo Auxiliar, Dom José Lamartine Soares, estive na Secretaria de Segurança do Estado a fim de fazer a devida notificação do ocorrido e solicitar informações sobre o paradeiro de João Francisco. Fomos atendidos pelo chefe de gabinete do sr. secretário de Segurança que fez anotações dos dados pedidos e prometeu que telefonaria dando informações que, segundo ele, seriam colhidas nos diversos setores de sua Secretaria e, a pedido nosso, em outros órgãos de segurança.

Até o momento não recebemos nenhuma informação e isto faz crescer a apreensão de sua esposa e a expectativa dos vários setores da Arquidiocese ligados aos trabalhos de João Francisco e que, sabedores do acontecido no dia 8 de janeiro, aguardam ulteriores informações sobre a sua atual situação.

Este ofício de hoje é a reiteração do pedido feito no dia 8 de janeiro, à Secretaria de Segurança, e está sendo dirigido às diversas autoridades sob cuja jurisdição se encontram os Órgãos de Segurança.

Aguardando as informações pedidas,

Atenciosamente,

+ Helder Câmara (Arcebispo de Olinda e Recife)

O Centro de Informações da Aeronáutica informou que João Francisco foi “preso para averiguações, por ter sido apontado como mantendo ligações com elementos daquela organização subversiva, em Pernambuco” – a VPR. Divulgou e difundiu a vários órgãos: – SNI/AC – CISA – CENIMAR – CI/DPF – DSI/MRE – DSI/MJ -, a informação de nº 216, de 10 de março de 1973, à qual anexou o Boletim Arquidiocesano nº 231 e a cópia da carta de dom Helder ao comandante do IV Exército, supracitada.

Segundo análise do CISA, a atitude de dom Helder pode ser resumida em três propósitos:

– de insistir em “acusar as Forças Armadas de Repressão ao Terrorismo [...] de usarem de violências desnecessárias ao deter supostos e responsáveis pela subversão”.

– de ferir os “mais comezinhos princípios de ética, levando ao conhecimento do povo nordestino fatos distorcidos”.

– de manter-se “no propósito de lançar a Igreja contra as Forças Armadas”²⁰⁵.

Conclui a informação com texto incisivo:

Causa preocupação a deformação que dom Helder Câmara teima em fazer, apresentando as forças da ordem como violentas, arbitrárias, anticristãs, para desvinculá-las ou mal situá-las no quadro da opinião pública, **impedindo ou retardando a conquista primordial na Guerra Revolucionária.** (grifo nosso)

Portanto, segundo o CISA, trata-se de uma Guerra Revolucionária que estava sendo retardada por conta de dom Helder. Lembrem-se aqui as palavras do coronel Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio, “guerra é guerra” e nela “não existe direitos humanos”.

Quando estamos em uma guerra não existe direitos humanos, não existe mesmo. [...] Mas, no combate, atira para matar, nada de prender. Sou contra a tortura, frontalmente, e os terroristas torturaram muita gente! Houve tortura de ambos os lados e do nosso lado quem pensou em torturar pagou por isso. Mas, o que nós temos que deixar bem claro é que – guerra é guerra²⁰⁶.

Conta Márcio Moreira Alves que em meados de junho de 1964, em um encontro dos bispos da província eclesiástica de Pernambuco, o coronel Hélio Ibiapina, “um dos maiores responsáveis pelas torturas de Pernambuco”, que comparecera ao encontro na condição de convidado, disse a dom

Helder Câmara, na presença de seus companheiros de episcopado:

Muitas vezes o senhor tem vindo ao IV Exército reclamar de torturas contra presos políticos. Traz os nomes e as torturas a que estes homens foram submetidos e não sei como consegue estas informações. Invoco o seu testemunho para dizer que nunca neguei que as torturas existissem. Elas existem e são o preço que nós, os velhos do Exército, pagamos aos jovens. Caso tivessem os oficiais jovens empolgado o poder os senhores estariam hoje reclamando não de torturas mas de fuzilamentos. Nós torturamos para não fuzilar ²⁰⁷.

• Estímulo à denúncia

Informantes e/ou colaboradores, às vezes até anônimos, foram estimulados a denunciar até como ato de civismo e serviço relevante prestado à pátria. Entendia-se como louvável irmão delatar irmão, colega apontar colega, aluna acusar seu mestre. Nas faculdades, muitos professores tinham suas aulas gravadas por agentes dos serviços de segurança infiltrados no corpo discente para controle do que diziam e punições exemplares, se cometessem qualquer deslize ideológico.

Veja-se o caso de José Gersino Saraiva Maia, estudante, ex-militante do PCBR. Preso em 1971 no antigo estado da Guanabara, se tornou um colaborador da repressão. Escreveu na prisão uma carta de arrependimento e nela expõe ao então ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, o compromisso assumido perante a mídia, de renunciar as suas “atividades numa organização terrorista, de repudiar as organizações e suas atividades, e ainda, de tudo fazer para ajudar o Brasil a extirpar este mal e arrancar para o desenvolvimento” ²⁰⁸. Cumpriu esse compromisso em 5 de julho de 1971 pedindo que fizesse chegar sua carta ao presidente da república, aos ministros e “às mãos de todos os brasileiros”. Assim se fez.

Dez dias depois, em 15 de julho o ministro Souza Mello não só respondeu como se comprometeu a ler as suas cartas e, segundo o ministro, ele e Gersino tornaram-se pessoas que “pensam da mesma forma”. Conseguira mudar a mentalidade do estudante. E queria que ele servisse de exemplo para tantos outros.

Compreendo o seu sincero e humilde esforço de reabilitar-se perante a sociedade e espero – pois a razão maior da minha resposta pública à sua carta – que outras crianças-quase-homens reflitam, profundamente, sobre o conteúdo das nossas cartas, verificando que o jovem Gersino reabilitado e o velho Ministro, a despeito da diferença de idade e de formação pensam da mesma forma.

Continue a escrever quando quiser. Lerei as suas cartas.

Elas me farão bem.

Márcio de Souza Mello

Ministro da Aeronáutica ²⁰⁹.

A carta rendeu a Gersino uma publicação, editada pela Aeronáutica, contando a sua história de ex-militante, teve “grande repercussão” e o efeito multiplicador desejado. Suas declarações, publicadas pelo CISA e difundidas por outros órgãos de informação, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, chegaram aos mais longínquos recantos do país, merecendo nota para a disciplina de Moral e Cívica em um conceituado educandário pernambucano.



A carta do terrorista JOSÉ GERSINO SARAIVA MAIA, ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica e respectiva resposta divulgada pelo CISA, sob o título “A vitória de um terrorista” e largamente divulgada na área do Recife e cidades do interior pela DIS-2, vem obtendo grande repercussão. Na cidade de Triunfo, interior de Pernambuco, distante 450 km da capital, a Irmã Superiora, Diretora do “Ginásio e Escola Normal Stella Maris” o mais conceituado Educandário do Sertão determinou que fosse feito pelos alunos trabalhos sobre a referida publicação do CISA e que foi utilizado para nota mensal de Moral e Cívica no referido colégio.

Depois disso, Gersino não só renunciou e repudiou “as suas atividades numa organização terrorista”, mas, tudo fez “para ajudar o Brasil a extirpar este mal”, como tinha prometido. Começou a delatar seus antigos companheiros. O primeiro deles foi o Edmilson Vitorino de Lima, em dezembro de 1972, no Recife ²¹⁰. Em junho de 1973, em outro

depoimento, denunciou mais outros, completando as informações a respeito do quadro partidário do PCBR.

Gersino não foi o único. Também Gilberto Thelmo Sidney Marques fez uma carta de arrependimento ao comandante do II Exército, general Ednardo d'Ávila Mello, que ao ouvi-la nos festejos em comemoração à “revolução” de 31 de março de 1964, “emocionou-se até as lágrimas”. A carta foi apresentada em pronunciamento de Gilberto à imprensa em 17 de maio de 1975 ²¹¹. Também como Gersino denunciou e entregou vários militantes da ALN para os órgãos de segurança.

Em repartições públicas do estado de Pernambuco foram constituídas comissões de sindicância ou de inquérito, para receberem denúncias e apurarem supostos atos de corrupção e de subversão, principalmente quando atribuídas as responsabilidades a ex-dirigentes afastados. Em algumas delas chegaram a ser instaladas caixas coletoras para recolhimento de denúncias anônimas, que eram divulgadas sem ao menos o conhecimento dos acusados e sem qualquer esforço para apurar sua veracidade. Durante muito tempo as atividades dessas comissões – independentemente de comprovação e de oferecimento de defesa pelos acusados – alimentaram o noticiário sensacionalista encaminhado diariamente aos jornais pela Assessoria de Imprensa do Palácio do Governo para denegrir a imagem dos antigos administradores e tentar justificar as violências que estavam sendo cometidas.

• A produção de provas para o indiciamento

O papel da produção, apreensão, disseminação e manipulação da informação, como elemento fundamental ao funcionamento dos órgãos de segurança e informação, materializa uma nova modalidade de poder que auxilia na perpetuação de práticas autoritárias de vigilância, investigação, censura e repressão, base do estado de exceção implantado no país por vinte e um anos, promovendo uma aura de suspeição e estímulo à delação, irregularidades nas formas de convivência na sociedade e permanente violação das leis, dos direitos fundamentais, do cotidiano e da vida das pessoas ²¹².

Os interrogatórios, tão temidos pelos presos políticos, podem ser considerados como torturas psicológicas antecipadas, muitas vezes, às físicas. Conforme ensina o “Boletim Carta Mensal” sobre a “Orientação repassada aos Órgãos de Segurança” acerca dos interrogatórios, os agentes nem sabiam o que na realidade pretendiam:

Muitas e muitas vezes interrogamos pessoas, não porque saibamos o que queremos, porém a fim de autoestimularmo-nos e obter ideias. Se deseja criar um ambiente favorável à obtenção de informações ou como buscar fatos, ou que espécie de fatos buscar, tem que ser receptivo a ideias novas. As pistas novas surgem como resultado de se

ouvir a várias diferentes pessoas com diferentes tipos de ideias. Muitas vezes, se entrevistarmos, estamos catando para ver o que é possível encontrar. [...]

Há outras considerações que não são levadas em conta como objetivo da entrevista. Às vezes queremos realizar uma entrevista, não para descobrir algo que não sabemos ainda, mas, sim para preparar o terreno ou estabelecer bases para o futuro entrevistamento [sic]. Pode um indivíduo ser trazido em nossa presença. Por alto, já sabemos o que provavelmente nos dirá na primeira entrevista. Porém este interrogatório inicial pode ser encarado como uma finalidade de estabelecer alguma espécie de relação com esse indivíduo, de modo que, em data posterior, outra espécie de interrogatório possa ser realizado com o indivíduo ²¹³.

Declara o mesmo “manual” ser objetivo de o interrogador proceder “a certas investigações preliminares, a fim de realizar um interrogatório proveitoso e, tal trabalho, frequentemente obriga a que se procurem pessoas não diretamente ligadas ao crime em si”.

Encare o interrogatório do ponto de vista do que pretende conseguir. Em muitos casos, o interrogador tem em mira obter informações diretas sobre o crime ou sobre os criminosos: obter certos tipos de fatos que o habilitem a construir um caso, demonstrando que uma certa pessoa praticou algo, ou que alguma outra pessoa praticou algo, ou que alguma outra o fez.

Muitas vezes, perguntas feitas sobre assunto que não é diretamente pertinente ao crime em si, poderão vir a ser cabíveis. Você poderá estar interessado em formar uma longa cadeia de fatos sobre acontecimentos que precederam ao crime ou acontecimentos que se lhe seguiram ²¹⁴.

O trâmite do processo de investigação do indivíduo, da vigilância ao seu enquadramento era o seguinte:

– Suspeição – ocorre por denúncia, informes provenientes ou não de delação.

– Pedido de busca – rastreamento dos antecedentes em toda rede.

– Quando constatado o envolvimento do investigado em passeatas ou manifestação pública, passava a ser identificado como agitador; com antecedente com o partido comunista, passava a ser taxado como simpatizante ou comunista. Todos considerados “como risco à segurança e à ordem nacional”.

– Entram em ação os investigadores externos: Exército, Marinha, Aeronáutica, DOI-CODI e DOPS.

Daí em diante o “elemento suspeito” será rastreado permanentemente em todo o território local/nacional, e tem que optar pela clandestinidade, meio de resistência e sobrevivência pessoal e da organização a que se está ligado.

• Os álbuns de fotografias para reconhecimento dos militantes

Nos interrogatórios era comum os agentes apresentarem um álbum com fotografias de militantes dos partidos, para reconhecimento de pessoas por parte dos interrogados; álbuns que foram, à época, distribuídos para todos os estados e territórios brasileiros. O coronel Clidenor de Moura Duarte²¹⁵ atribuiu para si a ideia da origem de tal prática. Disse ter ido com um tenente, que era excelente fotógrafo, para São Paulo, encontrar-se com o Romeu Tuma, depois senador, então no começo de carreira. “Encontrei-me com ele e falei”:

– Quero fotografar todos os participantes do Congresso de Ibiúna.

– Não precisa – disse ele – um sargento da Marinha está fazendo tudo isso.

– Que tipo de fotografia você está fazendo? – perguntei ao sargento.

– 3x4 – respondeu.

Voltei a fazer contato com o dr. Tuma e falei:

– Doutor Tuma, não quero fotografia para identidade. Quero fotografia para identificação do pessoal, porque são eles que vamos enfrentar daqui a um ou dois anos. Eu quero fotografia de corpo inteiro, de frente e de perfil. Quero fazer essas fotografias lá no Presídio Tiradentes.

Fui para lá com o tenente e fotografei todos eles, cerca de setecentos e cinquenta; e dos líderes fizemos slides.

Lembro-me de que, naquela época, estavam lá o atual ministro Serra, o Dirceu, presidente do PT, tem um do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), de Goiás, Aldo Arantes; por sinal, este quis bancar o valente, não queria tirar a fotografia.

Fizemos umas medidas na parede, onde o cidadão se encostava para que tivéssemos uma ideia da altura e tipo físico – detalhe importante para a área de informações.

Montamos um álbum para cada Secretaria de Segurança, com todos eles – 21 estados da federação e os territórios.

Acrescentou o coronel Duarte que “previa que,

na hora em que se deflagrasse a luta armada, acharia no álbum a identificação daquela turma”. E conclui: “E não deu outra. Todos estavam lá”²¹⁶.

• As escutas telefônicas

É fundamental que se frise duas das práticas de controle bem estratégicas do DOPS sobre as pessoas ou entidades: as escutas telefônicas e os métodos de práticas policiais de rastreamento dos passos de uma pessoa, como forma de controle preventivo por serem consideradas ameaças à ordem social. As campanas mais frequentes no Recife foram endereçadas às pessoas de David Capistrano, Hiran Pereira, Francisco Julião, Gregório Bezerra, entre os militantes de esquerda, e dom Helder Câmara, dito do clero progressista ou do credo vermelho.

Relatórios reservados de telefones ligados a dom Helder eram encaminhados ao comissário-chefe da Delegacia de Segurança Social e até diretamente ao delegado Moacir Sales, com serviços de censura realizados por investigadores da referida delegacia na Companhia Telefônica de Pernambuco (ou em subestações da mesma companhia) – com “escutas e observações” dos telefones de números 25513 (Juvenato Dom Vital), 26536 (Palácio dos Manguiños ou Palácio Episcopal), 20400 (Arquidiocese de Olinda e Recife) e também o telefone de número 90768 (Mosteiro de São Bento de Olinda) – “em obediência às determinações desta especializada” ou “conforme determinação de V. Sa.”²¹⁷.

Essa vigilância policial estendia-se aos sindicatos, às Ligas Camponesas, à imprensa alternativa e especialmente aos jornalistas. Veja-se o caso de uma das muitas e minuciosas “atividades de observações” feitas pelos agentes do DOPS sobre Hiran Pereira²¹⁸.

Continuando com a série de observações as atividades do Sr. Hiran Pereira e sob as ordens do chefe de Serviço Externo, tenho a informar na oportunidade o seguinte:

Que o Sr. Hiran saiu de sua residência, hoje às 8h30 tomando o destino das ruas Imperial (onde tem residência), Vidal de Negreiros tendo demorado em palestra com um elemento desconhecido em frente a Padaria Leão do Norte. Dali, seguiu pela Rua das Águas Verdes com destino a Av. Dantas Barreto, passando pela Igreja de S. Antonio rumando para o Edf. do I.A.P.C, subindo ao 4º andar. Ali descobri que o mesmo é Vogal dos empregados em uma das Juntas de Conciliação na Justiça do Trabalho. Demorou-se por mais de hora e meia. Em seguida voltou à sua residência pelo mesmo itinerário sem se interromper em sua marcha chegando ali cerca das 11h50.

Sendo só o que tinha a informar.

Respeitosamente

M. Otaviano- nº 293.

Essas informações tinham por intuito não só a coleta de informações sobre os passos das pessoas consideradas pela polícia como subversivas, e por isso mesmo objeto de acompanhamento contínuo, mas também o objetivo de intimidá-las e implantar-lhes o medo.

• As operações de monitoramento

Paralelo à criação do aparato policial especializado, como dito, a serviço da Segurança Nacional, sentiu a “máquina da repressão” necessidade de monitorar essa vigilância com outras ações estratégicas e sigilosas. Além das grandes “Operações” para planejamento e avaliação das ações de inteligência e repressão das três Forças Armadas em conjunto com delegados, que combinavam coleta de informações, interrogatórios e operações de combate, a exemplo da Operação OBAN (São Paulo), existiam operações de monitoramento, geralmente localizadas nos estados que nem por isso deixaram de ser divulgadas como experiências promissoras da repressão militar. Vejam-se duas dessas operações articuladas, a primeira em nível nacional, a segunda, em nível local, ambas divulgadas em Pernambuco:

Operação Esvaziamento – Executada em agosto de 1968, visando neutralizar as atividades subversivas de elementos estudantis. O título do encaminhamento que indica a que se destina: “Atividade Psicológica”; prática a ser difundida junto à sociedade civil e que consideravam eficaz para conter os estudantes e as reformas que pretendiam no ensino brasileiro. Tinha por finalidade fornecer algumas diretrizes para que as Agências do SNI “possam estimular e coordenar ações de outros órgãos (oficiais ou particulares) no sentido de neutralizar as agitações previstas para agosto [de 1968]”. A missão seria desenvolver um videotape de uma entrevista com o professor Sucupira, que era conselheiro do Grupo de Trabalho do MEC para implantação da reforma na universidade.

É importante aprender duas claras intenções, aliás ressaltadas no documento, na divulgação do teipe: a primeira de que o governo estava empenhado com a reforma da universidade brasileira; uma segunda, de conseguir persuadir o povo que, “embora o governo se empenhe na reforma da universidade, minorias estudantis, manejadas por outros interesses, procuram promover o caos”.

A apresentação do teipe deveria ser acertada com as emissoras de televisão locais, caracterizando o empenho do governo em transmiti-lo em horário de audiência. Encontrava-se em poder da Agência Nacional local à disposição do SNI. Outras ações subsequentes poderiam ser as mais va-

riadas possíveis, como a realização de entrevistas, lançamento de panfletos, noticiários em jornais e rádio, “sempre utilizando a possibilidade de reunir esforços e recursos em todas as áreas”²¹⁹.

Operação Casa-Grande – Desencadeada na área do Grande Recife em novembro de 1972 e difundida por diversos órgãos²²⁰. A informação nº 1970-B-E/2 determinava que:

Qualquer elemento que chegasse a ser preso e, ao ser interrogado solicitar ‘falar com a Casa Grande’, deverá ser mantido preso, cessando o interrogatório, ficando incomunicável e informada esta Agência, com a máxima urgência do ocorrido²²¹.

No verso aparece uma solicitação requerendo informação sobre o período que deveria durar essa operação no que confirmaram que o prazo era indeterminado. Subentende-se que o disfarce era suspender o interrogatório até que se informasse às autoridades competentes sobre a prisão do agente e posterior tomada de posição. Em 3 de janeiro de 1974, a informação de nº 08 B-E/2 indica que “não mais perdura a senha”²²².

Em depoimento à CEMVDHC o coronel Acâmpora Machado²²³ disse que chamavam de “operações” quando o Exército se organizava para debelar algum movimento ou prender algum militante. Para ele eram tantas as operações que necessariamente não tinham nomes. Mas existiam os disfarces dos investigadores:

Machado – A gente não sabia do nome da operação, amigo. Isso aí olhe, hoje é que a Polícia Federal dá nome bonito, os nomes mais bonitos do mundo eles dão, Vassoura não sei o quê... Olhe, lá não tinha nome assim não. Agora, não sei se hoje nos depoimentos que vocês têm alguém deu esses nomes. Na minha época não me lembro disso.

CEMVDHC – Machado, você dizia que participava das operações. Como é que participava? Como era sua vestimenta? Como era que o senhor andava pela cidade?

Machado – Os presos com capuz. Eu, do mesmo jeito que estou aqui, menos o sapato vermelho. Era tênis.

CEMVDHC – Mas tinha roupas de hippie, era?

Machado – O quê?

CEMVDHC – Hippies.

Machado – Ah, roupas de hippie. Sim, porque quando a gente tinha que ir, por exemplo, no Mustang²²⁴, era uma bolsa velha, o cabelo... na

época eu tinha cabelo, o cabelo era grande.

Outras existiram em Pernambuco como a **Operação Petrolina**²²⁵, deflagrada por Fleury que veio ao estado para prender Ruy Frazão.

Machado – Eu vou lhe contar o que eu sei, porque eu não participei dela. Esse cidadão que o senhor [está se dirigindo ao membro da Comissão Humberto Vieira] está procurando, eu não sei o nome [foi perguntado sobre Ruy Frazão], ele foi preso na feira e de lá ele foi conduzido para o quartel da PM, por erro de quem o prendeu, porque não era para ter ido para quartel da PM. E de lá, pelo que eu sei, ele foi pra Brasília e daí não se tem notícias mais.

CEMVDHC – Coronel, se ele foi para PM, algum PM participou dessa busca?

Machado – Sim, agora eu vou me limitar a não dar o nome de ninguém aqui, porque eu não tenho autorização e tem muita gente na polícia, frouxo, que não vem aqui porque tem medo. Então eu não vou fazer o que ocorreu aqui²²⁶, essa brincadeira não serve para mim. Eu sempre fui um homem disposto a morrer pelo que eu acredito. Se um dia essa lei mudar e quiserem me sacrificar e eu tiver que passar o resto dos meus dias preso, eu não faço a mínima questão, certo? Agora frouxo, aí não. Aí é problema meu, é honra.

CEMVDHC – O senhor falou que tinha uma equipe de busca e que essa operação foi feita por Fleury. Então foi designado Fleury que não era uma pessoa daqui, você disse que ele veio poucas vezes, e era uma operação em Petrolina. Então uma das equipes de busca do DOI deve ter ido...

Machado – Deve não, foi.

CEMVDHC – Foi. Essa equipe era composta por PMs locais ou Polícia Civil local?

Machado – Pois é. As equipes do DOI não eram compostas só de PMs. Elas tinham Exército, Polícia Federal, Polícia Civil... Aqui não tinha ninguém da Marinha ou Aeronáutica, mas teve da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Exército.

O secretário da Câmara Municipal do Jaboatão²²⁷, Ruy de Almeida Cruz, se congratula com o delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima em 21 de abril de 1964, pela maneira competente “como vem desenvolvendo a ‘**operação limpeza**’ com a colaboração eficiente do dr. Wandenkok Vanderley, extinguindo assim a praga comunista que assolava nosso Estado”²²⁸.

Essas práticas acima expostas são algumas evi-

dências de táticas, às vezes sutis, usadas nos bastidores da repressão, planejadas e tendo concentradas as suas atenções para conter os diversos atores resistentes ou opositores do regime. A mais cruel e traumática delas foi a tortura, item desenvolvido a seguir.

A TORTURA EM PERNAMBUCO

A Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU – Sobre a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes de 10 dezembro de 1984, reconhecida internamente pelo Brasil, conceitua, no art. 1º, a tortura como:

Qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões, de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido, ou seja, suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outras pessoas no exercício de funções públicas, por sua instigação, ou com seu consentimento ou aquiescência.

Já no direito brasileiro, a Lei nº 9.455/1997 dispõe sobre o crime de tortura:

Artigo 1º: Constitui crime de tortura:

I – Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II – Submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Após o golpe de Estado de 1964, o espancamento e a tortura para obtenção de informações ou de confissões – embora em alguns casos também por vinda pessoal ou mero sadismo – nas prisões passaram a constituir uma rotina, aperfeiçoada pelo emprego de métodos de inquirição, testados no exterior. Pela repercussão que as denúncias e relatos de presos políticos alcançaram no país – quando a

censura não havia, ainda, silenciado totalmente a imprensa – o recém-empossado presidente Castelo Branco viu-se compelido a promover uma investigação em Pernambuco, incumbindo dessa missão o chefe do seu Gabinete Militar, general Ernesto Geisel, futuro presidente da República de março/1974 a março/1979.

É reveladora a confusão então reinante em Pernambuco e que transparece na correspondência dirigida pelo presidente Castelo Branco ao seu “amigo e confidente” coronel Hélio Ibiapina. De sua leitura percebe-se preocupação que Castelo Branco deixa transparecer para o amigo a quem pedia ajuda para “consolidação da revolução”. Dizia-se preocupado porque “o povo ainda, na sua parte pensante, nos espia, não tendo ainda nos dado um apoio franco e indispensável” e “o estudante se acha distante da Revolução. Cada episódio fora da lei é um passo atrás na opinião pública”.

[...] Temos que arranjar uma base política para a Revolução, melhorar o câmbio, arrumar empréstimos, reorganizar tudo. O povo ainda, na sua parte pensante, nos espia, não tendo ainda nos dado um apoio franco e indispensável. O estudante se acha distante da Revolução. Cada episódio fora da lei é um passo atrás na opinião pública (Não é a opinião demagógica) e uma restrição no estrangeiro.

Precisamos resolver os problemas que nos desafiavam. Não sou somente presidente de expurgos e prisões. E não pedi para ser o que hoje sou. Aceito sugestões daí ²²⁹.

A visita do presidente a Pernambuco produziu alguns resultados imediatos, embora as torturas ²³⁰ tenham recrudescido tão logo seus auxiliares deixaram o Recife.

Supondo que as torturas devem ter provocado marcas na memória e na vida dos que atuaram direta ou indiretamente na resistência ou no apoio ao regime de exceção, pesquisou-se depoimentos e entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram esses atos, alguns em lados opostos. São debates que permanecem presentes no imaginário individual e coletivo da sociedade.

Para a alta oficialidade do Exército que concedeu entrevista para a série da Biblioteca do Exército – História Oral do Exército ²³¹ –, a tortura é uma questão controversa. Uns negam que ela tenha existido, outros admitem, como necessária para coibir os “terroristas”. Trechos de suas declarações denotam diferentes visões e versões que tinham sobre a tortura. Expõem suas opiniões, alguns, por certo, reconhecem como fato óbvio, mas minimizam, preocupados em preservar a imagem da instituição a que serviam. São confrontos de percepções sobre o que acontecia naquele período dentro das Forças Armadas.

Aqueles que se muniam do discurso da “segurança nacional”, acentuam o uso da violência como necessária, mas atribuem o excesso à polícia. Tal é a opinião do coronel Hahenderson Vieira, designado para criar o DOI de Recife e atuar no SNI nesta cidade.

Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza [...] durante os dois anos nos quais passei trabalhando no DOI, não soube de qualquer caso de tortura. Mas não digo que tenha sido regra geral; talvez tivesse ocorrido, mas se houve, foi coisa episódica. Episódica e restrita até a algumas pessoas. [...] Tivemos que pedir contribuição da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar, e isso foi o calcanhar-de-aquiles, porque o pessoal que vinha trabalhar conosco trouxe o mau hábito policial, isto é, bater para conseguir a informação ²³².

O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou a Operação Bandeirante de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, conhecido como expoente torturador no Brasil, explica:

Para entender melhor o assunto ‘tortura’, vamos abordar o tipo de inimigo que combatíamos. [...] eles não eram estudantes inocentes [...]. Tínhamos pressa, pressa para salvar vidas, pressa para prender o maior número possível de terroristas e evitar que novos ataques fossem realizados. Nessa situação, devíamos interrogá-los com rigor, duramente, deixando-os com sono, cansados e pressionados psicologicamente. [...] É claro que devemos respeitar os Direitos Humanos das pessoas. Devemos respeitar! Mas, em primeiro lugar, é preciso respeitar os direitos humanos da vítima, os direitos humanos dos inocentes, os direitos humanos das pessoas corretas. Depois, então, vamos respeitar os direitos humanos do bandido, os direitos humanos do terrorista ²³³.

Sublinhe-se ainda a palavra dos menos radicais como a do coronel José Roberto Eichler, que argumenta sobre os direitos humanos transgredidos nas sessões de tortura “em alguns momentos”:

No aspecto referente aos direitos humanos, creio que tenham acontecido, em alguns momentos, alguns episódios de exacerbação, do que se chamou tortura. [...] As Forças Armadas brasileiras, tradicionalmente, são magnânimas no trato com o inimigo. Agora é verdade que, numa guerra, quando se precisa obter do inimigo dados sobre suas operações, embora sob convenções internacionais como a Convenção de Genebra e outras, são realizados interrogatórios. Então, em ações descentralizadas, em ações de ponta, no correr de operações, quem é que pode garantir que no

fragor da luta, não existiria um momento ou outro em que o interrogatório não transitasse para um quadro de violência, que não é compactuado por nenhum de nós, hoje, como não era naquela época. Ninguém pensava dessa forma, ninguém determinou que isso fosse feito [a tortura], mas como deturpação do processo teria acontecido efetivamente a transgressão dos direitos individuais da pessoa humana ²³⁴.

O coronel Hahenderson Vieira admite não conhecer “qualquer caso de tortura” na sua jurisdição – o DOI do Recife – e terem sido as Polícias – Civil, Federal e Militar – as responsáveis pelo mau hábito de “bater para conseguir a informação”. O tenente-coronel Moacir Vêras, que aceita ter sido a tortura “um erro que se cometeu”. Mas, acrescenta: “É o que exploram, hoje. Não sei se seria possível evitar, especialmente no calor do combate” ²³⁵. E, por último, a declaração do general-de-divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres, que profere: “houve casos, [de tortura] claro; seria uma infantilidade dizer que não aconteceram excessos” ²³⁶.

A versão dos familiares de desaparecidos políticos e mortos pelo governo militar no que se refere à tortura como crime contra a humanidade é diferente e procedente. Na verdade, houve tortura e não foram poucos os casos de excessos em Pernambuco. Vale o registro histórico do prof. Luciano Oliveira ²³⁷:

Com raríssimas exceções, nunca se viu tal franqueza por parte dos militares brasileiros que conduziram a “guerra suja” entre 1969 e 1976. Antes de seguir, entretanto, convém abrir um breve parêntese histórico a fim de evitar a equivocada impressão de que a tortura foi inventada pelo regime de 1964. Na verdade o aparato de repressão erigido a partir de 1964 e consolidado em dezembro de 1968, com seu cortejo de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos, não foi um invenção *ex nihilo* do regime militar. A tortura no Brasil contra presos comuns sempre fez parte da nossa história de “longa duração”, por assim dizer. O “pau de arara” o método de tortura por excelência adotado nos porões da ditadura – tão característico daqueles anos a ponto de ter se tornado símbolo do movimento Tortura Nunca Mais – já era utilizado de forma rudimentar pelos senhores de escravos para imobilizá-los, como pode se ver em gravuras de Debret feitas “no tempo do rei”. É interessante observar que o torturador emblemático dos anos de chumbo, aquele que em certo momento se tornou símbolo dos seus horrores, foi um civil, o delegado Sérgio Fleury da polícia de São Paulo.

Pode-se ainda destacar os registros de violência nas primeiras décadas do Século XX, perpetrada contra os trabalhadores no início dos movimentos

operários. Bem como, é de conhecimento geral a violência usada contra os opositores do Governo Vargas de 1930 a 1945, especialmente contra os comunistas a partir de 1935 e da implantação do chamado Estado Novo.

A Comissão Civil de Investigações ouviu entre outros presos que denunciaram haver sofrido torturas, agressões e espancamentos, Francisco Julião, Waldir Ximenes, Milton Coelho da Graça, Gregório Bezerra, Manoel Félix da Silva, Luiz Serafim dos Santos, Carlos Alberto Cardoso, Ubiraci Barbosa, Evaldo Lopes, Cândido Rodolfo, Adauto Rodrigues da Silva, José Luiz dos Santos e Osias da Costa Ferreira ²³⁸. Na “Denúncia Coletiva enviada pelos Presos da Detenção do Recife,” constam, entre outros, como vítimas de torturas no mesmo período, José Sobreira de França, Edvaldo Ratis, José Campelo Filho, João Virgínio, José Guedes de Andrade, José Joaquim dos Santos, José Pedro da Cruz, David Capistrano Filho, Miguel Dália, José Reis, Naide Teodósio, José Leite Filho e Luiz Iglesias, além de um grupo identificado apenas como de “funcionários do IAPI” ²³⁹.

Da mesma forma que alguns nomes foram repetidos nesses documentos – de origens diversas – em número muito maior foram omitidos, como ressaltou Márcio Moreira Alves, pela impossibilidade de levantamento e, até, em alguns casos, por decisão das próprias vítimas que, totalmente indefesas, recebiam com a denúncia enfrentar novamente a ira dos torturadores ²⁴⁰.

Em estudo recente – elaborado inicialmente como dissertação de mestrado, apresentada ao programa de pós-graduação em antropologia e ciência política da Universidade Fluminense – Priscila Carlos Brandão Antunes concluiu:

Apesar do envio de oficiais brasileiros ao exterior para aprenderem técnicas de interrogatório e tortura, da utilização de cobaias brasileiras nas aulas sobre tortura, ela nunca foi admitida pelos militares como prática institucional, sendo sempre abordada como uma questão de ‘excessos’. Ainda que houvesse uma cadeia de comando para ela aos comandos hierárquicos, que recorreu ao uso da tortura e se desenvolveu principalmente pela necessidade de otimizar a coleta de informações, esta cadeia não atuava sem o conhecimento do comando regular. A tortura foi institucionalizada durante o regime militar, sendo utilizada, à vista dos cursos ministrados dentro das Forças Armadas, como um método científico de obtenção de informações ²⁴¹.

• Caso Gregório Bezerra

A própria hierarquia – considerada fundamental na organização das Forças Armadas – era continuamente agredida por militares mais realistas que o rei, da chamada linha dura. Alguns não abriam mão do poder de determinarem, eles próprios, na

ponta do sistema, mesmo contra ordens superiores, até onde poderiam chegar no exercício da repressão política.

Alguns agiam como se a tortura e outros crimes fossem galardões que enobressem suas carreiras. As torturas praticadas no Recife, em 1964, por Darcy Ursmar Villocq Vianna, coronel do Exército e comandante da Companhia de Motomecanização da 7ª Região Militar, violências contra Gregório Bezerra, que se encontrava sob sua custódia, transgrediram qualquer lógica compreensível de humanidade. Ressalte-se o episódio de sua prisão e tortura, outro fato de repercussão nos jornais e televisão.

Gregório Bezerra era militante histórico do Partido Comunista Brasileiro, ex-constituente de 1946 e uma espécie de ícone da esquerda marxista, preso na zona da mata de Pernambuco. É um caso emblemático e inédito de tortura em praça pública que aconteceu no Recife. Gregório, após intensas torturas que lhe deixaram o corpo literalmente coberto de sangue, teve o pescoço envolvido por cordas cujas extremidades eram puxadas por soldados, sob as ordens do então major Darcy Villocq, foi arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte, onde se encontra localizado o quartel para o qual foi conduzido. Aos gritos, emitidos em tons descritos como histéricos por parte de testemunhas, Villocq tentava incitar os transeuntes a linchar o prisioneiro. Não houve quem se dispusesse a tal sinistro propósito.

Quem interveio para tentar resolver tão deprimente episódio foi dom Lamartine, bispo auxiliar de dom Helder.

O algoz decidiu enforcar sua vítima, para tanto conduzindo-o à Praça de Casa Forte, um local coberto de árvores, portanto propício à concretização do intento. Nesse ponto, a cena foi presenciada pela Madre Superiora do Colégio Sagrada Família, um educandário situado em frente à praça. Horrorizada, a freira telefonou para Dom Lamartine, relatando o que estava acontecendo. Do Palácio do Manguinho, onde se encontrava, Dom Lamartine telefonou para o comandante do IV Exército, pedindo clemência para Gregório. Em atenção ao apelo do bispo, um coronel foi despachado para Casa Forte, com ordens expressas para deter a chacina, havendo chegado a tempo de ver cumprida a missão ²⁴².

Outro testemunho do que ocorreu com Gregório é o do coronel Dynalmo Domingos de Souza²⁴³. Relata o que ocorreu desde a operação realizada no interior do estado na busca por Gregório Bezerra, cumprindo ordens dos coronéis Helio Ibiapina Lima e Antônio Bandeira. Com a prisão de Gregório, os mesmos coronéis ordenaram a Dynalmo que o levasse para o Quartel das Cinco Pontas que, por se encontrar lotado, não pode receber o prisioneiro.

Dynalmo, então, por ordem de Ibiapina, levou Gregório para o aquartelamento de Casa Forte e entregou-o ao coronel Villocq, diretor do Parque de Motomecanização.

Quando cheguei, desembarquei, cumprimentei-o e disse:

– Villocq, aqui está o Gregório Bezerra.

– Muito obrigado, sua missão termina aqui.

[...]

Senti que ele [Villocq] estava muito tenso. Ele respondeu:

– Pode deixar, ele está bem entregue. Não se preocupe, ele está entregue e vai ter a recepção que merece

[...]

Quando vou saindo, já havia terminado minha missão, assisti à seguinte cena: o Gregório Bezerra havia sido despido de sua roupa, estava só com um calção de educação física (calção de soldado, aquele calção azul), descalço, com uma corda no pescoço; essa corda era comprida e em cada extremidade havia um militar, um sargento ou um cabo, Villocq disse: [...]

– Venha comigo, vamos dar um passeio com ele.

Entraram na avenida 17 de Agosto, a pé, todos a pé. Eu mesmo tive dificuldade de sair porque o portão estava impedido. Esperei a saída daquele pessoal. Pensei: ‘O que Villocq vai fazer na rua com o Gregório?’

Eram 9h ou 10h da manhã; vi que aquele cortejo era um negócio deprimente.

Resultado: as pessoas correram para a janela, para os portões, o trânsito ficou interrompido.

Tomei a direção do IV Exército para me apresentar, informar que terminara a minha missão, mas estava ouvindo comentários de que a coisa estava feia, lá em Casa Forte. Quando cheguei ao Quartel General, o ambiente era de pavor. A televisão já havia sido chamada, além de várias estações de rádio. Estavam filmando tudo... Aquele cortejo em direção à Praça de Casa Forte. Fizeram a volta na praça. Os locutores afirmavam que aquela corda era para enforcá-lo numa árvore, num poste. Assim, espalhavam os boatos [...] ²⁴⁴.

Em matéria publicada no *Diário de Pernambuco*, datada de julho de 1979, Villocq, o mandante das torturas, afirmou: “Eu dei em Gregório Bezerra, em 1964, quando ele disse que me mataria, caso estivesse do lado vencedor”. E confirmou: “Na ocasião, [Gregório] estava dizendo que a Revolu-

ção havia fracassado. Aí eu passei com ele preso, para mostrar que a Revolução não havia fracassado, mas nunca o torturei”²⁴⁵.

• As torturas em Pernambuco durante o governo Médici

As torturas e assassinatos de presos políticos não se limitaram apenas ao período imediatamente posterior ao golpe. De quando em vez recrudesciam, como ocorreu especialmente durante o governo Médici.

Segundo Cecília Maria Bouças Coimbra²⁴⁶ foi durante o governo Médici o período que mais se torturou no Brasil.

No nosso caso, apesar da implantação em 1964 de um governo de força, somente a partir do AI-5 é que a tortura se tornou uma política oficial de Estado. Na verdade, muitos opositores políticos foram torturados naquela primeira fase da ditadura militar, mas eram casos pontuais. A vitória da chamada “linha dura”, o golpe dentro do golpe, instituiu o terrorismo de Estado que utilizou sistematicamente o silenciamento e o extermínio de qualquer oposição ao regime. O AI-5 inaugurou também o governo Médici (1969-1974), período em que mais se torturou em nosso país.

Entre outros casos ocorridos em Pernambuco, já na década de 70, obteve repercussão nacional o assassinato do estudante Odijas Carvalho de Souza após violentas torturas – fato denunciado na Câmara Federal pelo então deputado Marcos Freire²⁴⁷ e, pela liderança do MDB, no Conselho da Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Através do oficial médico da Polícia Militar de Pernambuco dr. Ednaldo Paes Vasconcelos foi expedido atestado de óbito a indicar como causa da morte “embolia pulmonar”, como a se tratar de falecimento por causa natural.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara ajuizou, perante o Poder Judiciário de Pernambuco, Ação de Retificação de Assentamento do Registro Civil de Óbito, NPU Nº 0053895-68.2013.8.17.0001, na qual ficou provada a causa morte por lesões causadas por atos de tortura. O pedido de retificação judicial proposto pela CEMVDHC foi julgado procedente, através de sentença prolatada pela Juíza Andréa Epaminondas Tenório de Brito, da 12ª Vara de Família e Registro Público da Comarca do Recife, tendo sido procedida a devida retificação do Registro Público.

Nas relações de desaparecidos políticos durante a ditadura militar – nascidos, com atuação ou presos no Estado – constam ainda, de Pernambuco, entre outros, David Capistrano da Costa, Hiram de Lima Pereira, Rui Frazão Soares, Ramires Maranhão, Eduardo Collier Filho, Fernando Santa Cruz, Umberto Câmara Neto.

A primeira denúncia pública do desapareci-

mento de Fernando Santa Cruz, foi feita por Fernando de Vasconcelos Coelho, coordenador da CEMVDHC, em 1974, na televisão, como candidato a deputado federal, no programa de Propaganda Eleitoral do MDB. Burlando a censura – que proibia a divulgação sobre fatos dessa natureza – a denúncia no programa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), alcançou grande repercussão no estado, embora não tenha sido divulgada em qualquer jornal.

Diz Fernando Coelho que, como deputado federal, mais de 10 anos depois, ouviu inúmeros relatos dramáticos. Denunciados na tribuna do Congresso Nacional, nem por isso esses crimes eram investigados ou tinham os responsáveis punidos²⁴⁸. Se apurados – consoante constou em alguns casos –, suas conclusões nunca vinham a público, como se constituíssem segredo do Estado e esse procedimento ajudasse a preservar a imagem da instituição a que pertenciam seus autores. Quando não podiam ser negados, os assassinatos eram comumente justificados como tendo ocorrido em luta armada, iniciada por grupos subversivos.

• Caso Ezequias Bezerra

Em 1991, já depois da abertura ao público de alguns arquivos policiais no Recife, a Comissão de Pesquisas e Levantamentos dos Mortos e Desaparecidos Políticos – oficializada naquele ano pelo então governador Carlos Wilson – comprovou que o geólogo e preso político de Pernambuco, Ezequias Bezerra da Rocha, foi torturado e morto no dia 11 de março de 1972. Era considerado até ali como desaparecido político²⁴⁹.

Segundo a versão oficial, assumida à época pelo general Dale Coutinho, comandante do IV Exército – em informação prestada, por telegrama, ao Supremo Tribunal Militar – ele havia “evadido-se através de resgate de elementos não identificados”. A mesma explicação que havia sido dada para o desaparecimento do deputado Rubens Paiva.

Esse telegrama foi feito por Simplício Bezerra, pai do geólogo, queria saber o paradeiro do filho e impetrou dois *habeas corpus*, insistindo na esperança de revelá-lo. O primeiro foi negado com a justificativa de que o *habeas corpus* estava prejudicado por determinação do AI-5. Já para o segundo, que também foi negado, o ministro Armando Perdigão resolveu pedir as explicações da prisão ao comandante do IV Exército. Antes dos pedidos de *habeas corpus* foi encontrado um corpo de um homem na Barragem de Bambu, Engenho Massauassu, Escada. Isso ocorreu em 12 de março, 24 horas depois da prisão do geólogo e sua mulher. Como a família de Ezequias não chegou a ver esse corpo, ficou a dúvida, que hoje não existe mais por causa das impressões digitais que estão no ofício do delegado Bartolomeu Ferreira Melo²⁵⁰.

Em março de 1972, a Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos de Pernambuco revelou:

Além de passar a ter certeza de que o corpo era mesmo de Ezequias, a família também descobriu onde o corpo de Ezequias foi enterrado: no Cemitério da Várzea, como indigente. O coveiro, que depositou o corpo na cova, ainda lembrava-se da ocasião. E disse a Ednaldo que, dois anos depois, a ossada foi removida para o ‘Buraco do Inferno’. Como é conhecida uma vala que existe no Cemitério Parque das Flores. Nessa vala, que fica numa área interditada do cemitério, estão todas as ossadas de presos políticos mortos em Pernambuco ²⁵¹.

Considerando que a originária Certidão de Óbito de Ezequias Bezerra indicava-o como desaparecido, a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara moveu, perante o Poder Judiciário de Pernambuco, Ação de Retificação de Assentamento do Registro Civil de Óbito, NPU Nº 0007632-07.2015.8.17.0001, tendo sido comprovada a causa morte por lesões causadas por atos de tortura. O pedido de retificação foi julgado procedente, através de sentença prolatada pela juíza Paula Maria Malta Teixeira do Rego, da 11ª Vara de Família e Registro Público da Comarca do Recife e procedida a devida retificação do Registro Público.

Alguns cemitérios do país ainda conservam sepulturas dessa época, com as vítimas enterradas sob nomes falsos, como indigentes, e depois transferidas para a vala comum, sem qualquer registro idôneo que pudesse facilitar sua identificação. Também no Cemitério da Várzea, no Recife, foram localizadas várias dessas sepulturas, tendo sido constatada a utilização de nomes falsos para o enterramento dos cadáveres. Igualmente ao que ocorreu no Cemitério Dom Bosco, de Perus, em São Paulo, e no Cemitério Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro ²⁵².

Alguns corpos, depois de cortados e perfurados para que não boiassem, teriam sido jogados no mar ou em rios profundos – conforme relatos de ex-militares ²⁵³. A ameaça de lançamento no Oceano Atlântico – quando era transportado de avião, preso, para Fernando de Noronha, depois de ter sido sequestrado, logo após a renúncia de Jânio Quadros – foi feita, entre outros políticos detidos naquela ocasião, ao jornalista Hiram Pereira, à época secretário de Administração da Prefeitura do Recife. Depois do golpe viveu algum tempo, clandestinamente, no Recife, até transferir-se para o Sul do país, onde foi assassinado pela repressão ²⁵⁴. Não por acaso o ex-deputado Assis Lemos, quando era conduzido para Fernando de Noronha comentou: “Se for para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), prefiro pular e me suicidar” ²⁵⁵. Segundo ele, no DOPS de Pernambuco fora torturado.

Narrativas constrangedoras de companheiros de infortúnio, que presenciaram e descreveram em seus depoimentos à CEMVDHC sessões brutais de tortura, tornam-se provas incontestes a qualquer argumento de “não violência” por parte dos agentes de interrogatórios. Consultem-se as biografias de Odijas Carvalho, Ezequias Bezerra, Anália Alves e mais outros. Leia-se na biografia de Manoel Lisboa sobre a tortura por ele sofrida e relatada por José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior ²⁵⁶ enquanto esteve preso no DOI CODI, no Recife, experiência atroz que faz parte das lembranças do historiador e publicitário pernambucano.

Márcio Moreira Alves expõe em seu livro “Torturas e Torturados” um levantamento que considera “bastante amplo – 39 nomes, com as indicações necessárias à sua localização”. E conclui:

Deixei de citar alguns casos comprovados que conheço, porque os torturados, que já estão em liberdade, me preveniram que negariam as torturas caso tivessem de depor oficialmente. Compreendo, embora não aprove, esse receio. Quem passar uns dias em Recife verá ser o medo uma constante na vida da cidade. O meu trabalho está encerrado. Pode ser que contenha algumas imperfeições, certamente conterà omissões. Cabe agora aos governos da União e do Estado, completar a tarefa. Os torturadores têm de ser punidos. O fato de as torturas terem cessado, não os isenta de culpa. Elas existiram, sistemáticas e brutais. Volto a insistir que a honra do Exército foi maculada por um governo de sádicos. Qualquer complacência para com eles seria uma deturpação do espírito de corporação, que deve, realmente, existir nas Forças Armadas. Conservando-os na impunidade, os chefes militares estarão faltando ao seu papel de liderança e afrontando os sentimentos da esmagadora maioria de seus comandados. Punir criminosos não é vergonha, é dever ²⁵⁷.

• O caso Ximenes

Não se pode deixar de frisar o comentado caso de tortura de Valdir Ximenes de Farias, que segundo Moreira Alves

[...] era homem de convicções moderadas, antigo secretário-executivo da reacionaríssima Cooperativa dos Plantadores de Cana e Usineiros de Pernambuco, mas que teve a pouca sorte de ser cunhado do governador Miguel Arraes. Contra Arraes os torturadores nada ousavam fazer, pois desencadeariam um tremendo escândalo nacional e internacional caso o torturassem. Contra Ximenes, colaborador obscuro, acreditavam tudo ser permitido. Estropiaram o homem para o resto da vida. Ximenes pagou por si e pelo cunhado — teve duas vértebras fraturadas, os rins deslocados

e os nervos da mão atingidos pelo excesso de choques elétricos que recebeu. O inquérito que sobre seu caso foi aberto, em virtude de uma representação do coronel médico Oldano Pontual, que recusava a responsabilidade de recebê-lo no Hospital do Exército sem que se soubesse como ficara no estado lastimável em que se encontrava, nada apurou. Não chega a ser surpresa.

[...]

Mas no Brasil não há nem houve justificativa alguma para as torturas, nem as abjetas. Era a tortura pela tortura. E persistentemente negada. O general Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar da Presidência da República, que recebeu do presidente Castelo Branco a incumbência de inspecionar as prisões do Nordeste, aparentemente para dar a cobertura do poder federal aos torturadores do IV Exército, teve em mãos as fichas médicas do Sr. Valdir Ximenes, conversou com diversos torturados e declarou à imprensa, que nada constatara, que tudo estava normal, no melhor dos mundos possíveis, talvez porque o golpe de Estado preservara a civilização ocidental e cristã derrotando a corrupção e a subversão que ameaçavam o Brasil²⁵⁸.

Em sessão reservada a CEMVDHC em 21 de janeiro de 2013 ouviu os filhos de Waldir Ximenes de Farias: Célia Ximenes, José Ximenes e Ricardo Ximenes. E também Antônio Campos, irmão do ex-governador Eduardo Campos que compareceu à reunião como representante do Instituto Miguel Arraes. Esclareceu que era primo de Waldir Ximenes, mas o considerava tio e prestou outros esclarecimentos. Na ocasião pediu autorização para apresentar um e-mail que recebera de sua mãe Ana Arraes.

Tio Ximenes foi brutalmente torturado, visitei-o no Hospital do Exército que ficava na Rua Gervásio Pires. Ele era uma pessoa saída do campo de concentração. Pesava 47 quilos, todo queimado, braços pernas e corpo devido aos choques elétricos. Tinha vértebras fraturadas perdeu um ouvido e outras sequelas descritas pelo ilustre e corajoso médico doutor Lalor Mota. Diga-se ainda que além da tortura física, existiu também a mental. Ameaçavam levar tia Ivone, mãe dos três filhos que aqui estão, que foi convidada a visitá-lo na prisão e recebeu um aviso para não ir, porque seria também torturada.

Comentou Antônio Campos que as torturas praticadas contra Waldir Ximenes “em grande parte era o que queriam fazer com Miguel Arraes de Alencar”, com o agravante de que Waldir Ximenes não era um militante ideológico “naquela praxe mais rigorosa do que possa se dizer”. Para ele “foi uma verdadeira vingança em cima da família Arraes

e em cima da família Ximenes, o que fizeram de forma inaceitável com o cidadão Waldir Ximenes”.

O filho Ricardo Ximenes disse que a família ainda tem exames físicos do médico Lalor Mota que assistiu o pai e o visitou por três vezes no Quartel de Obuses, em Olinda, e a segunda e terceira vez já foi no Hospital Geral do Exército. Apesar dessas visitas não terem sido no mês de abril, ainda havia a evidência física da tortura que ele tinha recebido: edemas das articulações; deslocamento do rim direito, consequência das inúmeras pancadas que sofrera na região lombar e membros inferiores; fratura da primeira vértebra. O médico concluiu dizendo que não ter nenhuma dúvida que “o senhor Waldir Ximenes de Farias foi vítima de graves lesões traumáticas das quais ele estava se recuperando no momento”²⁵⁹.

• O caso Manoel Messias

Entre os 39 nomes citados por Moreira Alves estava o de Manoel Messias da Silva, natural de Caruaru, Pernambuco, professor de ciência política e de sociologia, que em depoimento à CEMVDHC²⁶⁰ disse ter sido preso e levado para o “buque” da Secretaria de Segurança. Lá encontrara Paulo Cavalcanti e mais outras pessoas. No dia seguinte à sua prisão foi levado para Caruaru e comentou: “você vejam aí o ódio de classe em Caruaru estava em cima de mim, eu era o ‘homem de Arraes’ na cidade, como eles diziam”. Foi Manoel Messias levado para o quartel do Exército onde ele havia servido e aí foi barbaramente torturado, “para confessar o inconfessável, onde era que tinha armas, onde é que tem isso, confessar que eu queria botar veneno na água de Caruaru pra matar a população. Havia toda uma guerra psicológica...”. Ficou no chão, sangrando, todo rebentado, e um tenente do Exército, um senhor que era protestante, que lhe cercou e disse:

– ‘Rapaz, o que é que você tem, você tá muito mal...’ [...]

E eu disse:

– ‘Olhe, tente um contato aí com o SAMDU’.

Era uma organização de saúde federal que tinha em Caruaru, um Pronto-Socorro, que pudesse vir aqui no momento. Eu tinha trabalhado também lá no SAMDU e era possível. E ele fez. Sem ninguém saber ele entrou em contato lá e de repente chegou lá um médico.[...]

Então chegou um médico, Horácio Florêncio, uma pessoa... Amigo meu, discuti com os militares, entrou no xadrez, me deu todo tipo de medicamentos, e ficou me assistindo. Peitou o coronel:

– ‘Não, o rapaz não está doente, ele foi espancado, ele foi torturado aqui. vocês são responsáveis por isso.’ Horácio Florêncio. Um cara espetacular. A sociedade civil tem pessoas importantes.

Quando de sua passagem pelo Recife o general Geisel esteve com diversos torturados, no quartel da 2ª Companhia de Guardas, deles ouvindo detalhadas denúncias. Um deles foi o Manoel Messias e seu caso, ao que constava, teria dado motivo à abertura de inquérito, por ordem do general Muriçi, mas ele não foi ouvido ²⁶¹.

Também os agentes a serviço da repressão, em oitivas, não tiveram como negar essas práticas de espancamentos e tortura. Às vezes até denegadas pelas vítimas por medo de represálias. Veja-se o que disse o ex-major Ferreira em depoimento à CEMVDHC sobre um fato acontecido em 1969/1970, e que ele testemunhara.

Isso foi em 69, 70 mais ou menos, [...] mas não no DOI-CODI, foi no presídio. Lá no presídio que existia, onde teve muitos presos políticos, em Dois Unidos (foi pouco tempo, mas ficou uma turma muito grande de preso político lá) e desta vez foi o cel. Câmara Sena que mandou que eu fosse lá para ver se um rapaz havia sido espancado.

Me mandou porque a guarda era da Polícia Militar e como nós já tínhamos um relacionamento, ele pediu que eu fosse ver se o rapaz estava espancado. Eu fui, entrei facilmente por a guarda ser da Polícia Militar, e chamei o preso à minha presença e perguntei ao preso se ele havia sido espancado e ele falou:

– De jeito nenhum! (ele estava com medo, não é?) Eu não fui espancado.

Ele negou. Aí eu disse:

– Tira a camisa.

E quando tirou a camisa estava cortado de cacete, estava muito “lapiado”.

Eu disse:

– Vista a camisa, você está mentindo.

– Mas o senhor sabe que eu não posso falar.

– Está certo, você tem toda razão.

Mas aí eu reporteí ao cel. Câmara Sena que o preso havia sido espancado, ‘Não precisa nenhum médico ver, o homem está cortado de cacete e estava ele lá junto com vinte tantos presos mais’. Especificamente foi esse o caso que eu tomei co-

nhecimento ²⁶².

José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior²⁶³ disse em depoimento à CEMVDHC ter sido sequestrado no dia 29 de agosto de 1973 e levado para o DOI-CODI, no Recife. Disse ainda ter visto Leonardo Trindade Cavalcanti ser torturado, até quase a morte; Dionary Sarmento, Maria Aparecida, Moisés Domingos, Luiz Nogueira, entre outros. “Todas vítimas da tortura durante o sequestro”. “Eu vi Jua-rez José Gomes esfolado dos pés à cabeça, não foi torturado, batido”, afirmou o depoente.

• A violência sexual como ato de tortura

A violência sexual como método de tortura física e psicológica foi uma prática disseminada durante a ditadura militar, e vitimou homens e mulheres, constituindo graves violações dos direitos humanos e crimes contra a humanidade.

O cenário dessas violências está descrito de forma detalhada no capítulo “Violência sexual, violência de gênero e violência contra mulheres e crianças”, do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ²⁶⁴.

Apoiada em parâmetros estabelecidos pela legislação do Direito Internacional e Nacional que tratam da questão da tortura, e de formas discriminatórias contra as mulheres, a CNV define a violência sexual praticada de forma sistemática contra militantes políticos, como uma forma de tortura e adota a definição dada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) onde para qual, a violência sexual compreende:

Quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar um ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidos, atos para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, sem estar limitados a residência e o trabalho. Abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obriga outra pessoa à prática sexual ou sexualizada contra a sua vontade, por meio da força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, indução da vontade, sedução) ou do uso de armas e drogas ²⁶⁵.

Várias formas de violências sexuais e a crueldade com que eram realizadas foram explicitadas pela Comissão Nacional da Verdade, através do relato de mulheres e de homens. Constituíam práticas frequentes: exposição do corpo nu; revistas nos órgãos genitais à procura de armas, bilhetes, e outros objetos, com o claro objetivo de humilhar e quebrar a capacidade de resistência política.

Com as prisioneiras mulheres, eram comuns: toque nos seios e na genitália, seguidos de choques

elétricos nessas regiões mais sensíveis do corpo; uso do pau de arara com elas despidas e em alguns casos menstruadas. Finalmente, o estupro propriamente dito com a prática das relações sexuais efetuadas por vários torturadores, inclusive na presença dos maridos e companheiros de partido não visando apenas à satisfação sexual, mas, sobretudo, com o objetivo de promover a humilhação e afirmação de dominação.

As mulheres grávidas também foram submetidas ao suplício do pau de arara, sendo recorrente o relato de aborto “natural” em decorrência desse tipo de violência.

No caso das mulheres, a lógica patriarcal de construção da identidade do feminino como inferior na sociedade brasileira, se traduzia também na violência verbal que acompanhava a violência física. Ora, eram rotuladas como “prostitutas”, “vadias”, “vagabundas”, “putas”, e que, na condição de militantes, procuravam homens, sexo, servindo coletivamente aos companheiros dentro dos “aparelhos”. Ora, eram consideradas como “assexuadas”, “mal-amadas”, “sapatonas”, quando desprovidas das vaidades próprias às mulheres jovens. Consideravam-nas “merecedoras de violência sexual”, pois, diferentemente dos homens, são consideradas duplamente transgressoras, pois além de lutar contra a ditadura, rompiam os padrões tradicionais de comportamento reservado às mulheres, de mães e donas de casa ²⁶⁶.

Essa compreensão por parte da repressão sobre a participação das mulheres nas organizações partidárias encontra-se exemplarmente expressa em documento elaborado pelo secretário de Segurança Pública de Pernambuco, o odontologista Armando Hermes Ribeiro Samico, que se refere à existência de “certos afrouxamentos morais” no ambiente da residência dos militantes políticos, e declara textualmente:

Tem-se notado nas desarticulações de aparelhos terroristas que moças residentes nos mesmos servem como “mulheres de partido,” atendendo aos reclamos sexuais dos rapazes. Não raras vezes surgem doenças venéreas. E, por estranho que pareça, esposas de uns, às vezes deixam os maridos e logo se juntam a outros, como amantes, no mesmo “aparelho” ²⁶⁷.

• Relatos de violência sexual contra mulheres

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara constatou que tal qual como ocorreu em outras regiões do país, os mesmos tipos de sevícias sexuais foram, de modo geral, praticados em Pernambuco. Embora esta forma de violência tenha atingido também os homens, no caso de Pernambuco, elas foram predominantemente usadas contra as mulheres conforme se pode constatar através da leitura de processos encaminhados à Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humana-

nos (Sejudh) para fins de reparação, e dos depoimentos de ex-presos políticos homens e mulheres, obtidos em audiências públicas.

Para exemplificar, selecionaram-se três casos de violências sexuais contra as mulheres, representativos do elevado grau de abuso perpetrado contra elas pela repressão em Pernambuco, após o golpe de 64. Os testemunhos foram tão emocionados e dramáticos que tiveram que contar com acompanhamento especializado de psicólogos, no caso, da Clínica de Testemunho da Sejudh ²⁶⁹.

• Sílvia Lúcia Viana Montarroyos ²⁷⁰

Sílvia foi uma das primeiras presas políticas submetidas a torturas após o Golpe. Era jovem, na época tinha 21 anos de idade, foi presa em 2 de novembro de 1964, no bairro dos Prazeres, no município de Jaboatão, hoje Jaboatão dos Guararapes, com seu noivo o uruguaio Pedro Macovski Clemachuk (“Gustavo”) e demais companheiros do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). A operação foi comandada pessoalmente pelo conhecido torturador delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima, que conduziu os presos para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco ²⁷¹.

Sílvia passou toda a noite ouvindo os gritos dos companheiros que estavam sendo espancados. Valendo-se de um descuido da vigilância conseguiu escapar na manhã seguinte, sendo recapturada dias depois. Sua fuga provocou a ira dos policiais, especialmente do delegado, que passou a comandar pessoalmente as violências contra “Tatiana”, nome como era conhecida junto aos companheiros de partido, chamando-a de “perigosa terrorista de olhos diabolicamente ingênuos”.

Filha de tradicional família pernambucana de classe média alta, Sílvia, que naquela ocasião estudava direito e belas artes, era apenas uma jovem estudante e sua imagem em nada condizia com o rótulo de “perigosa terrorista”, imputado pelo próprio delegado e estampado nos jornais locais. O fato é que, sem qualquer elemento de prova sobre suas atividades partidárias, ela foi barbaramente torturada, estuprada e levada à loucura por seus torturadores que terminaram autorizando seu internamento no Manicômio Judiciário do Estado de Pernambuco.

Em depoimento emocionado à CEMVDHC, Sílvia Montarroyos relatou os maus-tratos sofridos no DOPS:

Aí sim, aí a barra foi muito pesada, porque eles estavam furiosos comigo porque eu tinha feito uma desfeita pra eles, era uma menina que tinha ludibriado a vigilância deles, ainda por cima as câmaras de televisão filmaram minha recaptura e o delegado Álvaro da Costa Lima disse à televisão que os pais tivessem muito cuidado com

suas filhas e não se enganassem com suas caras de inocentes, porque Tatiana tinha cara de ingênua mas era diabólica. E eu cuspi na cara dele. Eu fiquei revoltada e cuspi na cara dele e tiraram do ar, puseram um comercial, mas não conseguiram evitar que aquilo aparecesse na televisão. Ele ficou furioso, ele pessoalmente me queimou em todos os lugares e mais alguns com cigarros, ponta de cigarros acesas e charutos. Pronto. Recebi muita pancada ali, também, imensas, depois veio a ordem para eu passar da cadeia pública para o Exército. Eu corri praticamente todos os quartéis do Recife ²⁷².

Ressalte-se que neste período não existia a estrutura do DOI-CODI no IV Exército, sendo as torturas praticadas no DOPS, nos diversos quartéis do Exército e nas delegacias localizadas nos subúrbios do Recife.

Considerados infrutíferos os interrogatórios, Sílvia foi levada para um quartel onde se encontrava seu noivo “Gustavo”. Ali, foi estuprada conforme seu relato:

Cada vez que passava pra outro quartel as torturas eram maiores, chegou ao ponto então que resolveram me torturar na frente de Gustavo, que também tinha ficado calado até esse momento. Ele também não falou. Mas aí o trouxeram e diante dele três homens me estupraram. Eu estava no chão, eu lembrei desse fato já muito tempo depois. Eu estava na casa de um amigo, escondida, clandestina no Rio de Janeiro e, de repente me lembrei, porque durante muito tempo ficou soterrado, porque foi terrível. Eu estava no chão, sangrando por todos os lados, um deles colocou o cotovelo no meu estômago, assim bem forte mesmo, quase que me colando ao chão, havia também joelhos que também me enterravam no chão, eu sangrava pelo nariz, pela boca, pelos ouvidos, pelo sexo mais que qualquer coisa, eu estava toda num banho de sangue ²⁷³.

Não satisfeitos, a conduziram para o quartel de Tejipló ²⁷⁴, onde foi encarcerada despida em uma cela móvel, impedida de dormir por meio de luminosidade constante de lanternas no rosto e queimaduras com cigarro no seu corpo. Sílvia, conta o horror desses momentos:

Aí eles fizeram o pior que se pode fazer com um ser humano. Eles me puseram dentro de uma jaula que tinha 80cm x 80cm, deve ser mais ou menos isso aqui. E a altura era 1,80m ou 1,70m. Isso chama-se “Fernandinho” que era uma paródia, só podia ser, não é? A Fernando de Noronha que era uma ilha paradisíaca, mas lá tinha um presídio. Agora, talvez fosse porque dali ninguém fugia, e da ilha também não, tinha que atravessar o mar a nado....

Sim, eu sei que isso da jaula foi no quartel de Tejipló, porque tem mata lá. Primeiro, essa jaula que me puseram foi posta num subterrâneo do quartel. E esse subterrâneo era úmido, era escuro, não tinha luz absolutamente nenhuma, não tinha entrada pra mínima réstia de luz, era muito frio, muito úmido e cheirava a mofo. Eu peguei uma pneumonia dupla e um reumatismo que até hoje carrego.

Para sentar, tinha que ser com as pernas encolhidas e eu devo ter ficado ali dentro dessa jaula por mais ou menos 15 dias. É o meu cálculo, eu sei que foi um mês, mas deve ter sido quinze dias ali e depois quinze dias ao ar livre, nas matas do quartel, deixada, esquecida como um bicho... E lá me deixaram, assim, no fundo da mata do quartel, entregue à chuva, ao sol, ao vento. Então eu tinha visitas. Vinham me visitar todos os dias ratos, lagartixas, baratas, aranhas-caranguejeiras, escaravelhos, lacraus, muriçocas imensas, maruins imensos ²⁷⁵.

As violências praticadas contra Sílvia foram confirmadas em depoimento público prestado à Comissão pelo médico psiquiatra Othon Coelho Bastos Filho, que trabalhava no Hospital da Tamarineira neste período.

Segue o tempo, e então eu sou também chamado pra Tamarineira, Hospital Ulisses Pernambucano. Lá estando de serviço, eu recebo uma jovem que tinha vindo trazida pela Rádio Patrulha, assim, em estado deplorável de higiene corporal, de tudo. Inclusive estava em surto psicótico pós traumático. Essa moça, eu me recordo bem, chama-se Sílvia [...] o irmão tocava teclado [...] Eu então botei no meu fusquinha e levei lá pra clínica e internei mesmo sem o professor, sem nada, ter conhecimento; tudo bem, mas quando eles souberam todos ficaram de acordo ²⁷⁶.

Revelou também que por conta da proteção oferecida para tratamento da jovem prisioneira, teve que prestar esclarecimentos: “mas aí eu fui chamado à 2ª Seção do IV Exército. Lá estive e relatei tudo. Essa moça, de nível universitário, diferenciada, e que era presa política, eu tomei a liberdade de pedir alta e levá-la para um serviço decente e condigno. Pronto” ²⁷⁷.

No depoimento, ele denunciou ainda profissionais da área da saúde coniventes com a repressão, entre os quais o psiquiatra Lamartine de Holanda Júnior e também o dentista Armando Hermes Ribeiro Samico, que era o secretário de Segurança Pública de Pernambuco neste período, responsabilizando-o pelas violências sofridas pela jovem.

• **Anatália de Melo Alves** ²⁷⁸

A violência sexual praticada contra Anatália de

Melo Alves é um exemplo emblemático das graves violações humanas cometidas pela ditadura contra as mulheres em Pernambuco. Anatólia foi sequestrada, torturada, estuprada, morta e queimada pós-morte, tendo seu sepultamento sido realizado sem conhecimento dos familiares. Sua morte, dentro da própria sede do DOPS, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, foi justificada pela repressão, como um caso de suicídio.

Os relatos de violência sexual a que foi submetida foram dramaticamente relatados em sessão pública pelos ex-presos políticos José Adeildo Ramos, Edmilson Vitorino de Lima e Luiz Alves de Melo, seu marido, que em depoimento emocionado à Comissão relatou o que vivenciou nos porões do DOI-CODI do IV Exército:

[...] aí submetem ela, a uma tortura violentíssima e três ou quatro agentes da polícia torturando ela, eu numa grade, mas ouvia os gemidos dela, ela sendo torturada clamando por mim, eu numa grade preso só fazia protestar, não é? Bandidos, canalhas. Então quando chega num momento que ela gritando muito e me chamando, aí vem um companheiro, depois disse que ela estava sendo estuprada por cinco homens, cinco policiais. Miranda e mais outros ²⁷⁹.

Sequestrada em 17 de dezembro de 1972, com seu marido e outros companheiros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR, a jovem foi levada para as dependências do DOI-CODI do IV Exército, onde permaneceu até 13 de janeiro de 1973, quando foi entregue ao DOPS/PE, mediante recibo, tal qual se entrega um objeto qualquer.

Segundo Luiz Alves de Melo, durante os 10 dias que permaneceu no Dops, Anatólia de Melo Alves se recusou a prestar qualquer depoimento alegando nada saber sobre as atividades partidárias conforme se pode comprovar pela ausência de qualquer documento por ela assinado.

Diante da urgência da formalização das prisões para posterior envio dos presos para as penitenciárias de Itamaracá (homens) e Bom Pastor (mulheres), e da possibilidade da ocorrência de uma denúncia por parte de Anatólia de Melo Alves sobre as violências sofridas e, de modo especial, sobre o estupro ocorrido no DOI-CODI, a solução encontrada foi o seu assassinato mediante simulação de um suicídio. Morte por enforcamento com a tira de sua própria bolsa.

Além disso, para encobrir qualquer vestígio revelador da violência sexual por ela sofrida, resolveram queimar seu corpo na região próxima aos órgãos genitais, conforme registro do parecer inicial de levantamento do corpo, assinado pelo médico-legista Pedro França, que constata: “a existência de queimaduras extensas de 1º e 2º grau espalhadas nas regiões femural anterior direita e esquerda,

umbilical e pubiana”.

Devido às características apresentadas pelas lesões, existe suposição de que o instrumento utilizado para causar as queimaduras, tenha sido um maçarico. Uma hipótese considerada plausível em face das informações da existência de outros casos ocorridos com presos comuns com lesões similares.

Os elementos comprobatórios das violências sofridas por Anatólia de Melo Alves que culminaram com seu assassinato, constam do seu relatório individual elaborado pela CEMVDHC, e da petição inicial da ação judicial movida perante o Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, que após reconhecer a responsabilidade do estado por sua morte, prolatou sentença de retificação de seu atestado de óbito, reconhecendo a “farsa do suicídio” montada para legalizar sua morte.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara apresentou, perante o Poder Judiciário de Pernambuco, pedido de Ação de Retificação de Assentamento do Registro Civil de Óbito, uma vez que Anatólia Alves Melo tinha registro de óbito na condição de morta por suicídio. Sua certidão foi retificada e declarada a causa da morte como “asfixia por estrangulamento”, por homicídio, provocada por lesões causadas por atos de tortura. A averbação do documento de óbito, já correto, está registrado no 4º Cartório de Registro Civil da Capital, na rua Gervásio Pires, 79, Boa Vista, Recife-PE.

• Genivalda Melo da Silva ²⁸⁰

Em audiência pública, a Comissão ouviu o depoimento de Genivalda Melo da Silva, esposa de José Manoel da Silva, ex-marinheiro e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), assassinado com cinco companheiros no chamado “Massacre da Granja de São Bento”, ocorrido em 1973 em Pernambuco.

Genivalda Melo da Silva, mãe de quatro filhos, tinha 26 anos de idade e nenhuma participação política na organização conforme declarou e, posteriormente, a CEMVDHC pôde comprovar pela inexistência de qualquer tipo de processo envolvendo seu nome após o assassinato de seu marido. Geni, nome com o qual era conhecida entre familiares e amigos, relatou a prisão de José Manoel da Silva em Toritama no interior do estado de Pernambuco e sua luta para recuperar junto ao Cemitério da Várzea em Recife os restos mortais de seu marido para sepultamento em sua cidade de origem. O que veio a ocorrer alguns anos depois.

Chorando muito, a depoente denunciou a violência sexual sofrida sob forma de diversos estupro de que foi vítima durante anos e que resultou em uma gravidez indesejada e em um aborto realizado por não suportar a ideia de ter um filho em decorrência dessas brutalidades que sofreu. Genivalda precisou de apoio psicológico durante seu

depoimento prestado à CEMVDHC para ter condições de falar sobre todo o sofrimento que passou:

e depois do acontecido a polícia me pegou, eu fui estuprada (depoente muito nervosa chora), tive que fazer um aborto, jamais eu teria condições de ter esse filho num estupro de quatro homens, que eles queriam que eu dissesse quem eram os amigos de meu marido, mesmo sabendo do cabo Anselmo eu nunca entreguei ninguém, eu não sabia realmente o que tinha acontecido com eles, só sabia que meu marido tinha morrido num tiroteio. E aí fiquei grávida e nos quatro meses eu tive que abortar esse filho (depoente fala chorando) porque eu não concebia como é que uma mãe podia matar um filho.

Revoltada com as brutalidades sofridas que atingiu toda sua família, desabafa:

Eles eram donos do mundo? Donos de tudo? Pegam uma mulher inocente, eu sem experiência nenhuma, com 26 anos de idade, quando meu marido morreu eu tinha 26 anos, para estuprar, pra pintar miséria, e depois eu ainda ser lama e nojo desses homens? Além de ser estuprada, depois fui obrigada a muitas vezes ir pra motel (depoente fala chorando) com eles, pra não perder a vida, pra os meus filhos não morrerem, eu dizia que tinha câncer e eles diziam – “vai cancerosa mesmo”. Nesse depoimento que eu estou falando isso, é um depoimento que eu nunca falei, mas eu disse – “Senhor, eu tenho que contar a verdade, não foi uma vez nem duas não, foram muitas e eu me sentia a mulher mais nojenta do mundo. Quando eu chegava em casa ia pro banho e eu tinha um nojo tão grande de mim, meu Deus, e saber que eu estava na mão daqueles homens e todos eles eram agentes da Polícia Federal. E eu ter que me sujeitar aquilo, ser uma mulher bandida, uma prostituta. Isso me doía muito, me doía muito.

O TRAÇO DOS HORRORES DA TORTURA

Por sua destacada posição combativa às prisões, perseguições e sevícias que os presos políticos sofriam em Pernambuco, uma carta de dom Helder dirigida à “Família Mecejaneense”²⁸¹, em 23 de novembro de 1973, foi escolhida como descrição dos excessos cometidos nos interrogatórios àqueles que foram submetidos à saga dos horrores da tortura por parte dos agentes do Estado. É um resumo de um relato com palavras incapazes de traduzir tamanha covardia.

É difícil escrever com serenidade e com a indispensável perspectiva histórica sobre acontecimentos graves, na hora em que eles se passam, mas se na hora não fica o registro, perde-se muito

do sabor, do colorido, das vivências dos acontecimentos... Seria injusto afirmar que tortura em preso político é criação do golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Mas parece fora de dúvida que jamais tiveram período tão longo de torturas para presos políticos, torturas atingindo números tão altos, torturas chegando a requintes dignos dos piores dias da famigerada Inquisição.

[...]

As primeiras horas costumam ser de total mistério: ninguém para acusar, ou interrogar, ou ouvir... Quando começam os interrogatórios, costumam ser precedidos por torturas pesadas. E vem o aviso: se colaborar, se falar (isto é, se disser o que eles querem que seja dito), as torturas so- mem. Em caso contrário, vão crescendo, chegando, não raro, à morte. As torturas mais comuns:

– choques nas mãos e nos pés; nos órgãos genitais e no ânus; no seio (para as senhoras e moças) e na língua. De vez em quando com água para doer mais;

– murros, tapas, pontapés, sobretudo no ventre, no peito, e, no caso de homens, no órgão genital;

– é comum ser amarrado de braços para cima. Em casos especiais, a vítima fica suspensa, amarrada em uma grade, mãos e pés...

– como se está sempre de capuz, há ameaças e simulacros de fuzilamentos;

– há casos em que o cano do revólver é introduzido no ânus, com ameaça de disparo;

– passar 36 horas sem comer nem beber é pena de que poucos escapam;

– quando se trata de senhoras ou moças, as ameaças de brutalidades sexuais são a arma preferida para fazer falar. Não raro, as ameaças se concretizam. As jovens, logo que podem falar com a família, pedem, por precaução, pílulas anticoncepcionais;

– é rotina perguntar, perguntar, sem cansaço e sem fim. Depois, fazer escrever sobre tudo e sobre todos.

– os palavrões mais insultuosos são a linguagem comum. Os interrogatórios traduzem ódio contra a Igreja do Vaticano II e de Medellín, ódio contra bispos, padres e leigos “progressistas”...

– funcionam, amplamente, intrigas: afirmação de desinteresse total e abandono por parte da Igreja, da família e de amigos...

Altas horas da madrugada, o carcereiro entra

com o capuz preto e as algemas. Já se sabe que alguém vai ser levado para a tortura. Nestas horas, o único sustento é a prece. Normalmente, os presos rezam quatro vezes por dia (em geral, liderados por um monitor de evangelização; e, alguns casos, por um pastor evangélico). Rezam ou cantam salmos. Leem profetas e passagens do Novo Testamento sobre perseguições e prisões.

Na hora em que um colega sai para ser torturado, os demais ficam o tempo todo de joelhos, em oração aflitíssima. Nestas preces se unem não só católicos e evangélicos. Raro é o humanista ateu que não acaba aderindo.

Parece fora de dúvida que a busca é de elementos subversivos especialmente ligados à A.P. Parecem convictos de que o Movimento de Evangelização e a Operação Esperança são frentes legais, que me permitem abrigar elementos altamente comprometidos e subversivos... E até hoje não foi possível, ao governo, provar vinculação atual de nenhum dos nossos com movimentos de esquerda, em geral, e com a A.P., em particular...²⁸².

Conclui-se com o conhecido pensamento do mesmo Helder Câmara: “Pode até ser que consigamos convencê-los que torturar não mata ideias, que o terror é insuficiente para a manutenção da ordem. Precisamos tentar convencê-los. Eu continuo tentando”. Das pessoas ouvidas em audiências pela CEMVDHC deduz-se que a maioria recordava emocionada e constrangida a tortura sofrida, mas deixava transparecer que não se arrependia e até se orgulhava de ter participado da resistência à ditadura.

LOCAIS DE PRÁTICAS DE TORTURA EM PERNAMBUCO

A CEMVDHC, diante dos diversos depoimentos tomados, identifica como principais locais de sistemática prática de torturas:

- **A Delegacia de Ordem Política Social** – DOPS da então Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, localizado na rua da Aurora, Recife.

- **A sede do DOI-CODI** em Pernambuco situado no interior do então **Quartel General do IV Exército**, hoje Hospital Geral do Exército, Praça Adolfo Cirne, Recife e a Base Aérea do Recife na avenida Maria Irene, Jordão, Recife. Em ambas, são muitos os casos de prisões e torturas que ocorreram em suas dependências.



Imagem aérea do prédio onde funcionou o DOI-CODI do IV Exército, em Recife. Fonte: Google Earth. Relatório CNV – Vol. I, p. 785.



Edificação com faixa de azulejos, ao centro, dificulta o acesso ao prédio original do DOI-CODI do IV Exército, local apontado como de prática de tortura. Fonte: Arquivo CNV. Relatório CNV - Vol. I, p. 786.



Escada de acesso ao prédio reconhecido por ex-presos políticos como local de tortura. Fonte: Arquivo CNV. Relatório CNV – Vol. I, p. 786.

Destaquem-se ainda como locais de prisões, às vezes de tortura, revelados pelos depoimentos e documentos coletados pela CEMVDHC:

- O **Quartel do 7º Regimento de Obuzes** – 7º RO, em Olinda. Aí foi torturado Valdir Ximenes de Farias²⁸³, cunhado de Miguel Arraes e preso com ele.

O coronel José Justo Pinheiro²⁸⁴, que exerceu o cargo de subcomandante do I Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 (1/7º RO 105) em Olinda-PE, explica que “o prédio da Enfermaria foi transformado em prisão, foram postadas sentinelas, o oficial de dia era responsável; mas não havia grades”. Nele esteve preso Pelópidas Silveira, ex-prefeito do Recife, e o ex-sargento Gregório Bezerra que “na conferência diária dos presos, feita pelo oficial de dia, perguntava-se – existia um certo acordo entre os tenentes – se havia algum comunista entre eles. Nessa hora, o Gregório sempre se declarava: ‘Eu!’. Ele nunca deixou de se manifestar; os demais permaneciam calados”²⁸⁵.

- Outro **Quartel do Exército** situado em Olinda, ironicamente denominado “**Colônia de Férias**”, local em que nos primeiros dias após o golpe ficaram detidos principalmente os líderes do campo (trabalhadores rurais) e os dirigentes dos sindicatos urbanos. Trata-se de uma unidade de detenção localizada no município, no terminal do Bairro Novo, cuja denominação “irônica” foi dada pelos militares quando prendiam presos políticos e indicava que iam para a “Colônia de Férias de Olinda”²⁸⁶ – a 1ª Bateria do 3º Grupo de Artilharia de Costa Mecanizado (1/3º GACosM) que posteriormente transformou-se no 4º Batalhão de Polícia do Exército.

Foi criada para monitoramento dos indivíduos e isolamento para fins de interrogatórios; pela lista dos presos que se encontravam na “Colônia de Férias” em abril 1964, a maioria era de funcionários públicos, camponeses, homens de profissões diversas, sindicalistas; nenhum preso político. Para lá eram conduzidas pessoas enquanto aguardavam as sentenças de prisão e de lá saíam para os conhecidos interrogatórios, às vezes, noturnos; quando terminados para lá retornavam.

Segundo José Rodrigo de Araújo, que apresentou dissertação de mestrado sob o tema Colônia de Férias de Olinda; presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964), ela foi criada oficialmente em 28 de abril de 1964, sob a direção do major do Exército Walter Moreira Lima e teve todo um regulamento estabelecido²⁸⁷.

Possivelmente os quartéis foram a válvula de escape para distribuir os presos nos primeiros dias de abril de 1964, quando a Secretaria de Segurança Pública não comportava mais tantas pessoas.

- A **Companhia de Guardas do Exército**, na avenida Visconde de Suassuna, no Recife, hoje prédio do Ministério Público de Pernambuco, que funcionou como mais um centro de passagem de presos políticos. As detenções eram muitas e os presos eram encaminhados para outros locais, em grande maioria, as prisões nem eram registradas. A exemplo dos presos políticos que permaneceram dias ou meses na Colônia de Férias de Olinda e no Quartel de Obuses, locais já mencionados.

RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ESTADO DE PERNAMBUCO

Reconhecendo oficialmente e assumindo a culpabilidade pelos atos de violações de direitos humanos, o estado de Pernambuco confronta e revisa a historiografia desse período nebuloso, com documentos comprobatórios e verdadeiros que tornam público os “abusos ocultos”, ajudando a construir uma sociedade mais justa e equitativa, sem medos ou afrontas.

A lista de assassinados ou desaparecidos por motivos políticos de pernambucanos ou de fatos ocorridos em Pernambuco elaborada por essa Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara é de 51 pessoas. No entanto, o número de torturados – entre vivos, mortos e desaparecidos – é de 425, reconhecidos pelo Estado de Pernambuco, através da Comissão especial de Indenização a Ex-Presos Políticos – Lei nº 11.773, de 23 de maio de 2000 –; pessoas atingidas por atos da ditadura em Pernambuco, praticadas por agente do estado ou em estabelecimento público, que foram indenizadas conforme critérios e limites previsto na referida lei.



**COMISSÃO ESPECIAL DE
INDENIZAÇÃO
A EX-PRESOS POLÍTICOS**

ACÓRDÃO

Processo: 168/01

Vítima: ANATÁLIA MELO ALVES

Interessado: Luiz Alves Melo

Relator: Marylúcia Pereira Feitosa

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO EM RAZÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS POR SEUS AGENTES DURANTE O PERÍODO DE EXCEÇÃO. TORTURA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS.

A Comissão, por unanimidade, concedeu a indenização nos termos do voto do Relator, com base no inciso II do art. 7º da Lei Estadual nº 11.773/00 e, pelo voto unânime de seus membros, fixou o valor em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Decisão em 24/07/2001

Pemberton de Oliveira Brito

Presidente

Marylúcia Pereira Feitosa

Relator

Indenização, reconhecendo responsabilidade, concedida pelo Estado de Pernambuco, exemplo do Acórdão relativo ao Requerente Luiz Alves Melo, na condição de viúvo de Anatólia Melo.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 1617 D Fundo 28661	Prontuário - Aliança Brasil Anticomunista	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Recortes do Diário de Pernambuco, de 27/10/1962, sobre a Fundação da Aliança Brasil Anticomunista, manifesto, dirigentes e objetivos.
APEJE: DOPS – PE, nº 1865 D Fundo 26981	Prontuário - Barreto Campelo (1933-74) (Colônia Férias)	DOPS - SSP-PE	Relação de aparelhos de organizações políticas radicais; Relação Nominal de presos com diversas informações; Relação de Presos que se encontraram na Colônia de Férias de Olinda; Relação de presos Casa de Detenção do Recife; Relação de presos com prisão decretada; Relação de presos que se encontram no Hospital Militar; Relação de presos que não podem receber visitas.
APEJE: DOPS – PE, nº 1775 D Fundo 1642	Prontuário - Comando de Caça aos Comunistas (CCC)	DOPS - SSP-PE	Comunicado da Federação dos empregados bancários do Rio Grande do Sul sobre ameaça anônima recebida do CCC.
APEJE: DOPS – PE, nº 1829 D Fundo 29858	Prontuário – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)	DOPS - SSP-PE	Informação do Cenimar com cópias de fotografias dos presos e foragidos. Relação de mandados de prisões decretados pela 7ª Região Militar. Antecedentes de Maria Chailles Barreto Novaes. Atividades do PCBR. Pedido de buscas e informações. Reuniões subversivas na Granja do Alfreidinho, em São Bento do Una PE (Cita o Pe. José Orlando, cabeça do Sindicato dos Trabalhadores rurais - 1968). Declaração de José Francisco de Oliveira. Relação dos condenados do PCB.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31874	Prontuário - Centro de informações	DOPS - SSP-PE	Informes, pedidos de busca ou respectivas respostas sobre: atividades contra o regime; banidos e terroristas brasileiros na Argentina; levantamento de fundos para a APLM; punição de estudantes que distribuíram panfletos; solicitação de relatório de financiamento nos municípios de Caruaru, Petrolina, Caetés e Garanhuns; Pe. Joseph Pierre Augusth Servat; professora do Colégio Pernambucano; terrorista do Exército Revolucionário do Povo (ERP); Livraria Diálogo, pertencente à Ação Católica Operária; e outros professores e palestras.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31876	Prontuário - Centro de informações	DOPS - SSP-PE	SSP-PE pede informação sobre a “Casa do Povo”, de propriedade do Mosteiro de São Bento de Olinda, onde Dom Helder fazia reuniões. Pedido de informação sobre acordos culturais entre a Secretaria de Educação de Pernambuco e governo russo.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31884	Prontuário - Centro de informações	DOPS - SSP-PE	Relação do pessoal do Centro de Informações da SSP-PE; notícia da Folha de São Paulo sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; informe sobre propaganda política em colégios; pedido de busca do Ministério do Exército sobre o Movimento Tortura Nunca Mais; outros informes.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 29638	Prontuário - Decretos - Delegacia Auxiliar	DOPS - SSP-PE	Diversos documentos da Delegacia Auxiliar da SSP-PE, contendo informações importantes para compreensão da estrutura de repressão em Pernambuco, incluindo organograma da instituição; relação de pessoas lotadas nesta delegacia, incluindo duas fotografias de alguns funcionários; cópias de páginas do Diário Oficial; recortes de jornais.
APEJE: DOPS – PE, nº 889 D	Prontuário - Delegacia Auxiliar	DOPS - SSP-PE	Recortes de jornais; relação do pessoal lotado na Delegacia Auxiliar; escalas de serviços e de férias; Plano para reestruturação da delegacia; ordens de serviço interno; relatórios; relação de órgãos sindicais filiados ao CONSINTRA; lista de usinas de Pernambuco, por município.
APEJE: DOPS – PE, nº 108 A (7) Fundo 29238	Prontuário Funcional - Fábrica Paulista (Partido Nazista em PE)	DOPS - SSP-PE	Documentos em alemão, recortes de jornais, fotografias.
APEJE: DOPS – PE, nº 19114 Fundo 25118 B	Prontuário Individual - Gilberto Telmo Sidney Marques	DOPS - SSP-PE	Registros geral e de preso, histórico, antecedentes, pedidos de busca e de captura, declarações que presta, encaminhamentos, informações, ofícios, recortes de jornais, fotografias.
APEJE: DOPS – PE, nº 1920 D Fundo 5395	Prontuário Funcional - Normas Gerais de Ação (1971-1972)	DOPS - SSP-PE	Procedimento a ser adotado no retorno ao país, de pessoas que se encontram no exterior como exilados, refugiados, atingidas pelos Atos Institucionais ou em atividades contrárias aos interesses nacionais. Inclui questionário.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 30803	Prontuário - Recortes de jornais (Repressão AI-5)	DOPS - SSP-PE	Periódicos de Pernambuco, com matérias sobre repressão, de 1964 a 1984.
APEJE: DOPS – PE, nº 2199 D Fundo 26996	Prontuário - Relação dos delegados SSP-PE	DOPS - SSP-PE	Contém relações dos Delegados Especiais de Polícia de Pernambuco, de 1ª, 2ª e 3ª categoria.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 1178	Prontuário - Ofícios recebidos (janeiro a abril de 1964)	DOPS - SSP-PE	Ofício nº 342/64 da Câmara dos Veradores do Recife ao delegado auxiliar da SSP-PE, Álvaro da Costa Lima, congratulando-se “pela maneira eficiente como vem desenvolvendo a “Operação Limpeza” com a colaboração do Dr. Vandekolk Vanderley, extinguindo assim a praga comunista que assolava nosso Estado”.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 6372	Prontuário Funcional - Informações diversas (parte)	DOPS - SSP-PE	- Informação nº 2256-B-E/2: Normas de segurança recomendadas para autoridades e pessoas que desempenham cargos de presidência ou direção de empresa.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 6372	Prontuário Funcional - Informações diversas (parte)	DOPS - SSP-PE	- Informe nº 20/73 DOI IV Exército: Ocorrência entre agentes da SSP – discussão sobre mulher enforcada na SSP, possivelmente Anátalia Alves.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário nº 19012 Fundo 25030 B	Prontuário Individual José Gercino Saraiva	DOPS - SSP-PE	- Militante que se arrependeu, elogiado pelo que ser viu de exemplo para os jovens estudantes, rendeu até concurso de redação sobre o assunto.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 6372	Prontuário Funcional - Informações diversas (parte)	DOPS - SSP-PE	- Informe nº 70 B-E/2: Operação Casa Grande – realizada na área do Grande Recife – qualquer elemento a ser preso, quando interrogado, solicita “falar com a Casa Grande”.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 6372	Prontuário Funcional - Informações diversas (parte)	DOPS - SSP-PE	- Informação nº 889 B-E/2: Quebra de sigilo de informação – contém em anexo cópia da informação nº 1990/73-AM, sobre divulgação do depoimento de Gilberto Thelmo Sidney Marques prestado em São Paulo e divulgado em Fortaleza, tal prática estava prejudicando a prisão de outros militantes.
APEJE: DOPS – PE, nº 2156 D Fundo 4558	Prontuário - Documentos Diversos (parte)	DOPS – Serviço de informação	Carta mensal nº 3, de setembro, contendo explanação do Secretário de Segurança Pública, Cel. Antonio Erasmo Dias, transmitindo aos pais de estudantes mensagem “para que conheçam a técnica subversiva da ideologia fantasiosa comunista que procura lançar a juventude repleta de pujança, na senda do terrorismo, do crime, da masmorra ou da cova!”
APEJE: DOPS – PE, nº 2156 D Fundo 4558	Prontuário - Documentos Diversos (parte)	DOPS – Serviço de informação	Cartilha do Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), criado dentro do programa da Aliança Para o Progresso, em convênio entre Sudene, USAID/Brasil e UFPE, tendo como órgão financiador o Conselho Técnico da Aliança Para o Progresso (CONTAP).
APEJE: DOPS – PE, nº 1296	Prontuário - Processo de investigação sumária	DOPS - SSP-PE	Arrolou Walfrido (suplente de vereador), Ivo de Queiroz Costa (Prefeito do município de Vitória), José Mariano e Severino Claudino (vereadores). Ainda como suplentes: José Aglailson, Noel Alves, Olívio Lins e José Alves.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_91328_76	Info nº 34/872/76	Ministério das Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações	Relatório dos empregados nas indústrias e empresas urbanas de Pernambuco para órgãos de repressão. Cita: José Pimentel, Antonio Bispo, Cláudio Holanda de Souza, Jarbas Vasconcelos, Carlos Eduardo da Costa Pereira, Plínio Duque, Roberto Freire, Manoel Teodósio, Eufrásio Barbosa, Aldo Paes Barreto.
Arquivo Nacional de Brasília: APA_ACE_7938_84	Encaminhamento nº 222881/74 DCI SSP RS	SSP do Rio Grande do Sul	Encaminha cópias de “A política da tortura e do assassinato” e “Voz Operária” para órgãos de segurança. Lista 157 nomes de presos torturados e assassinados na prisão. Cópias do jornal <i>Voz Operária</i> .
Arquivo Nacional de Brasília: ASP_ACE_6576_81	Joaquim Ferreira Filho	SNI	Inclui troca de telex sobre Joaquim Ferreira Filho entre os diversos órgãos repressores.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852	Encaminhamento nº 263/77	Ministério da Justiça	“Normas baixadas por autoridades para evitar subversão em conluio com presos”.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1086	Encaminhamento nº 088/79/DSI/MJ	Ministério da Justiça/ Divisão de Segurança e Informações	Cópia da edição do Jornal "Em Tempo", contendo relação de 442 nomes de pessoas apontadas como "torturadores".
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1591	Info nº 927/78 - DSI MJ - Conselho Regional de Medicina de SP (CREMESP)	Ministério da Justiça	Sobre tomada de depoimento de Marco Antonio Tavares Coelho no processo contra Harry Shibata. Relação de médicos denunciados como coniventes com a tortura
Arquivo Nacional de Brasília: DI_ ACE_ 5742_ 69	Ofício nº 499/SNI/ ARE/GAB	SNI/ Agência Recife	Relação de 365 nomes de elementos fichados na Agência do SNI no Recife no período de 1 a 30 setembro de 1969. Constam nomes e ideologia.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_ 5771_ 80_ 001	Denúncia de torturas ao gabinete civil da Presidência da República	SNI	Faz menção à preparação para exterminar a guerrilha do Araguaia. - OAB denunciando torturas. Manual de torturas e lista de torturadores feitos pelo comitê de solidariedade aos presos políticos no Brasil. Presídio Fernando de Noronha e Casa de Detenção de Recife.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_ 53513_ 73	Informação nº 046/16/ARE/ 1973	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Informação sobre a prisão de João Francisco de Souza, pessoa ligada a Dom Helder Câmara. Anexo: - Boletim Arquidiocesano nº 231, Recife, e Denúncia de Dom Helder sob o título "Porque mais uma denúncia e mais um protesto?" - Cópia Telex n R032/16/UU 01 092200: Sobre prisões efetuadas pelo DOI IV Exército por ocasião das investigações sobre o suposto Congresso da VPR em Paulista, na ocasião foram mortos seis militantes e presas mais sete pessoas (Caso da Granja de São Bento).
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_ 55112_ 73	Informação nº 216/ S-102-S3-CIE.	Centro de Informações da Aeronáutica (CIE)	Boletim Arquidiocese, Carta de D. Helder enviada ao IV Exército. Relato episódio da Granja São Bento, prisões, cartas Dom Helder Câmara, João Francisco de Souza (Funcionário da Arquidiocese). Informação sobre a queda do aparelho da VPR, resultando na morte de seis militantes e a prisão de João Francisco de Souza (08/01/73), apontado como tendo ligações com os mortos. Crítica à atitude de Dom Helder ao realizar denúncias sobre a prisão de João Francisco, que divulgou através de boletim arquidiocesano, distribuído nas paróquias, acusando as Forças Armadas de arbitrariedade. Anexos: - Denúncia de Dom Helder sob o título "Porque mais uma denúncia e mais um protesto?" - Carta de Dom Helder enviada ao Comandante do IV Exército, na qual relata prisão de João Francisco e solicita informações sobre ele.
Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	Caso 2577	Organización de Los Estados Americanos - CIDH	Sobre presos políticos

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	Casos 1684 e 1772	Organización de Los Estados Americanos - CIDH	Sobre casos de tortura
Arquivo do EMFA	Aviso nº 01 FA-6-325	EMFA	Relatório de observação das Forças Armadas em território brasileiro, nas regiões Norte e Centro-Oeste, datado de 04 de dezembro de 1973.

FONTES TESTEMUNHAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Depoente (s)	Assunto em Pauta
Sessão reservada, em julho 2012.	Jorge Tasso	Repressão
Sessão pública, Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Recife-PE, em 31 de julho 2012.	Jorge Tasso	Repressão
Sessão pública, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife-PE, em 06 de dezembro 2012.	Marcelo Mário Melo Francisco de Assis Pedro Bezerra	Repressão
Sessão pública, Auditório da Faculdade Maurício de Nassau, Recife-PE, em 13 de dezembro 2012.	Carlos Alberto Soares José Calistrato José Emilson Barbosa	Repressão
Sessão pública, FUNDAJ, Recife-PE, em 31 de janeiro 2013.	Cláudio Guerra	Repressão
Sessão pública, Sindicato dos Servidores de Pernambuco (SINDSEP), Recife-PE, em 19 de novembro 2013.	Edgard Sobreira	Órgãos da Justiça
Sessão pública, SINDSEP, Recife-PE, em 28 de novembro 2013.	Othon Bastos	Repressão
Sessão pública, Associação dos Docentes da UFPE (ADUFEPE), Recife-PE, em 09 de dezembro 2013.	Silvia Montarroyos	Repressão
Sessão reservada, sala do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, Recife-PE, em 28 de maio de 2014.	José Carlos Acâmpora de Paula Machado, Cel. da Polícia Militar de Pernambuco	Agentes da repressão
Sessão pública, Centro de Convenções de Pernambuco (CECON), Recife-PE, em 13 de outubro 2014.	-José Carlos Acâmpora de Paula Machado, Cel. da Polícia Militar de Pernambuco -Cel. Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto	Agentes de repressão
Sessão pública, Hospital Geral do Exército (HGE) e IV Exército, Recife-PE, em 14 de outubro 2014.	Alanir Cardoso Lilia Gondim Marcelo Mesel José Adeildo Ramos	Visita ao DOI/CODI
Sessão reservada, CECON, Recife-PE, em 17 de novembro 2015.	Pedro França	Médico Legista

NOTAS - CAPÍTULO 9

149 A exemplo do tom religioso ressaltado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e na Cruzada Democrática Feminina (CDF), dirigida à época em Pernambuco por Carmen Salazar (presidente), Aracy Penha Brasil (vice-presidente), Maria Rosa Borges (secretária-geral), Maria Clara Melo Mota, Carmita Brito, Nilinha Campelo, Elza Camposana, Leonor Correia e Maria do Carmo Tavares de Miranda. Apud Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, Recife, 1.4.65). In: COELHO, op. cit., p. 190-191.

150 O coronel Clycio Azevedo, perguntado em entrevista como soube desses macacões, disse que estivera com um em mãos, que eram fabricados na Rua da Matriz, no Recife, “faltando apenas um bordado que seria colocado na lapela, estampando a foice e o martelo”. Série da Biblioteca do Exército – História Oral do Exército. MOTTA, Aricildes de Moraes. (Coord.). **31 de março: o movimento revolucionário e sua história**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. 15 vols. Entrevista em 24 de maio de 2000, Tomo VI, p. 145.

151 O Exército de Brancaneone, *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 mai. 1998, p. 60.

152 Idem.

153 Sobre o episódio ocorrido com Luiz Marinho: MOURA, Ivana As lições que vêm da terra. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 out. 1995, p. 1.

154 LIMA, Carlito. **Confissões de um capitão: memórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 88.

155 O arquivo funciona no 4º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

156 UFPE, acervo do TRT-6, 1ª JCJ-RE, processo 136/67 B.

157 Idem. Decisão colegiada do TRT 6ª Região.

158 Entre outros que atuavam em Pernambuco tiveram de deixar o país os padres jesuítas Geraldo Freitas, reitor da UNICAP, Antônio Machado e Paulo Menezes; o dominicano Joseph Comblin e o padre Almeri Bezerra, antigo assessor religioso da JUC da Arquidiocese de Olinda e Recife. COELHO, op. cit., p. 223.

159 PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972, p. 274.

160 MIRACAPILLO, Vito. **O Caso Miracapillo: conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil**. Recife: Nordestal/ Comunicarte, 1985.

161 Padre americano volta a apanhar da polícia, *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1979.

162 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 mai. 1977.

163 ALENCAR, Francisco Duarte de. **Dom José Larmartine: o Pastor do Silêncio**. São Paulo, Paulinas, 1994, p. 57-61.

164 VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975, p. 322-323.

165 Em 1964, o então major Duarte era estagiário do Quartel General do IV Exército no Recife; após a conclusão do curso de Estado Maior, tornou-se Chefe de Seções do Estado Maior do IV Exército e, no Recife, chefiou a Agência do SNI (1988-1990). In: MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 83.

166 Idem, p. 300.

167 A exemplo da entrevista do coronel Expedito Bandeira de Araújo que em 1971 foi transferido para o CODI e assumiu a chefia do DOI, no IV Exército. In: MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 156.

168 Chegou na carreira militar a general de brigada. In: MOTTA, op. cit., Tomo II, p. 167, 180.

169 Em 1964, o coronel Petrônio Ferreira era 1º tenente e serviu no Primeiro Grupo do 7º Regimento de Obuses 105 em Olinda-PE. In: MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 179.

170 SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

171 A Delegacia Auxiliar (DA) foi criada pela Lei nº 423, de 31.12.1948, e Decreto nº 58, de 17.01.1949; reestruturada posteriormente pelo Regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, Decreto nº 382.

172 In: MOTTA, op. cit.

173 MOTTA, op. cit., Tomo V, p. 277-278.

174 Sessão realizada no Centro de Convenções (Olinda-PE), auditório do Brum, em 13 de outubro de 2014.

175 MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 166.

176 SSP/DOPS/APEJE, nº 1920 D, Fundo 5395. Pron-tuário funcional – Normas Gerais de Ação (1971-1972).

177 SSP/DOPS/APEJE, nº 1920 D Fundo 5395. Pron-tuário funcional – Normas Gerais de Ação (1971-1972).

178 Idem.

179 SILVA, op. cit., p. 158.

- 180 Foi substituto do secretário de Segurança Pública, entre 1939 e 1945, em diversas ocasiões e delegado do DOPS-PE em 1945.
- 181 SILVA, op. cit., p. 158.
- 182 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 29638 – documentos administrativos
- 183 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 29.638, Pasta Delegacia Auxiliar nº 889 D.
- 184 **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, 1 jan. 2013 – Secretaria de Educação, a qual o arquivo é vinculado.
- 185 Depoimento do ex-major José Ferreira dos Anjos a CEMVDHC, sessão realizada em 20/9/2012, no Auditório do Banco do Brasil, Recife-PE.
- 186 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 6805, de X9.
- 187 Fichário de investigadores do SSP/DOPS/APEJE.
- 188 Depoimento do ex-major José Ferreira dos Anjos a CEMVDHC, citado.
- 189 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 2156 D, Fundo nº 4.558.
- 190 Depoimento reservado prestado em sessão de 21 de janeiro de 2013, na sala do Conselho da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.
- 191 Existe no Arquivo Estadual de Pernambuco (SSP/DOPS/APEJE) um livro encadernado só para controle de registros confidenciais da 2ª Seção do IV Exército, do Setor de Informações, datado de 1972. Dele constam: o número do protocolo e data do documento; procedência, espécie; assunto (indicado de forma sucinta); destino e data.
- 192 Informação nº 889 B-E/2. SSP/DOPS/APEJE, Prontuário Funcional, sem nº, Fundo nº 6372.
- 193 SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual de Gilberto Thelmo Sidney Marques, nº 19.114, Fundo nº 25.118 B. Outras identidades de Gilberto Thelmo: Glauco Antonio Andrade Santos, Carlos Andrade Lima, Êlcio Malmente, Êlcio Mainete Cobusci, Joaquim, Telmo, Mestre Giba, Júlio, Reginaldo, Cobusci e Mauro.
- 194 Severino Queiroz de Albuquerque, prontuário individual, SSP/DOPS/APEJE, nº 17041, Fundo nº 23127.
- 195 SSP/DOPS/APEJE – Fundo nº 7287.
- 196 Idem.
- 197 Idem.
- 198 Depoimento reservado prestado em sessão de 21 de janeiro de 2013, na sala do Conselho da Fundação Joaquim Nabuco, no Recife.
- 199 Art. 7º, §§1º e 2º – Ficam suspensas por seis (6) meses as garantias Constitucionais ou legais de vitalidade e estabilidade: §1º mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, ou dispensados, ou ainda, como vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva, ou reformados mediante atos do CSR, até posse do novo Presidente da República e, depois de sua posse, por decreto presidencial, ou se tratando de servidores estaduais por decreto do Governo do Estado, desde que tenha atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da Administração Pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitas. §2º Ficam sujeitas as mesmas sanções os servidores municipais; neste caso, a sanção presente no §1º lhes será aplicada por determinação do Governo do Estado; mediante proposta do Prefeito Municipal. In: SSP/DOPS/APEJE, Prontuário Atos Institucionais.
- 200 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 1296 denominado Processo de Investigação Sumária, que arrolou, Walfrido dos Santos Costa – suplente de vereador, entre outros, como Ivo de Queiroz Costa – Prefeito do município de Vitória – José Mariano e Severino Claudino – vereadores. Ainda como suplentes: José Aglailson, Noel Alves, Olívio Lins e José Alves.
- 201 Idem.
- 202 Depoimento do ex-major José Ferreira dos Anjos à CEMVDHC, cit.
- 203 PILETTI, Nélon; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997.
- 204 Consultar Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_55112_73. Informação nº 216 / S-102-S3-CIE. Centro de Informações da Aeronáutica. Contém: Boletim Arquidiocesano nº 231, Recife. Denúncia de Dom Helder sob o título “Por que mais uma denúncia e mais um protesto?”. E Cópia Telex n R032/16/UU 01 092200.
- 205 Idem.
- 206 Tomás de Aquino de Carvalho Lima Sampaio em 1964 servia no 3º Grupo de Artilharia da Costa e Forte de Copacabana, como 2º tenente, comandante de Cúpula 305 mm, da 1ª Bateria. MOTTA, op. cit., Tomo X, p. 399.
- 207 ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966, p. 25.

- 208 SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual de José Gercino Saraiva nº 19012, Fundo 25030 B.
- 209 Idem.
- 210 Idem.
- 211 Notícia do *Jornal do Brasil*, 17 mai. 1975 sob o título Terrorista arrependido acusa financiadores da subversão. In: SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual de Gilberto Thelmo Sidney Marques, nº 19.114, Fundo nº 25.118 B.
- 212 SILVA, op. cit.
- 213 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional nº 1.729 – Documentos administrativos, Doc. 1 e 2.
- 214 Idem.
- 215 Foi chefe, entre 1978 e 1987, da Agência do SNI no Recife. MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 120.
- 216 Idem.
- 217 Nas “Referências Documentais” deste capítulo podem ser apontados alguns desses relatórios, dias depois do assassinato do padre Antônio Henrique.
- 218 SSP/DOPS/APEJE, prontuário individual de Hiram de Lima Pereira, nº 1095, Fundo 2821.
- 219 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional Operação Esvaziamento, nº 1797 D, Fundo 1679. Encaminhamento nº 088/SNI/ARE, de 6 de agosto 1968.
- 220 Difusão: SSP/PE – SNI/ARE – DPF/PE – PM/PE – 2ª ZA – 3ºDN – GPTFZXAV – 7ª RM-DOI/IV EX – DOSSIE-ARQ. Fonte: SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional s/nº, Fundo 6372.
- 221 Idem.
- 222 Idem.
- 223 Informação de coronel Acâmpora Machado, depoimento citado.
- 224 Bar que existia no Recife onde se encontravam principalmente estudantes.
- 225 Informação de coronel Acâmpora Machado, cit.
- 226 Refere-se ao tenente coronel do Exército, Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto que na mesma audiência sobre Agentes da Repressão, nada quis dizer.
- 227 Área do grande Recife, Pernambuco.
- 228 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional s/nº Fun-
- do 1178.
- 229 VIANA FILHO, op. cit., p. 322-323.
- 230 Sobre a tortura no regime militar: ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. Este inclui entre os presos políticos torturados no Recife logo após o golpe: Ubiraci Barbosa, Ivo Valença, Evaldo Lopes Gonçalves, José Antônio Lopes de Albuquerque, Edval Freitas, Manoel Messias da Silva, Gregório Bezerra, Enildo Carneiro Pessoa, José Leite Camelo Filho, José Amaro da Silva, Edvaldo Ratis, José Pedro da Cruz, Jarbas de Holanda, Ramiro Justino, Assis Lemos, Geraldo Gomes, Luiz Iglesias, Sérgio Murilo, Demóstenes Dias da Rocha, Pedro Bernardo Sobrinho, José Sobreira, Ivanhoé Baracho, fora inúmeros camponeses, mencionados sem os seus sobrenomes – Osias, Marinho, Índio, ou líderes sindicais, também somente conhecidos pelos seus prenomes, como Luiz, Potiguara, etc. ALVES, op. cit., p. 64.
- 231 MOTTA, op. cit., Tomo VI.
- 232 Idem, Tomo V, p. 281-282. O coronel Hahenderson possuía todos os cursos regulares do Exército. No Recife serviu de assessor da Agência Regional do Serviço Nacional de Informação (SNI) e de adjunto da 2ª Seção da 7ª Região Militar/Divisão do Exército (7ª RM/DE).
- 233 Idem, Tomo V, p. 231-232.
- 234 Idem, Tomo V, p. 271. Em 1964 era 1º tenente instrutor da Escola de Instrução Especializada (EsIE), tornando-se depois chefe da Divisão Técnica de Ensino da mesma escola.
- 235 Idem, Tomo II, p. 362. Em 1964 era major, Chefe da 2ª Seção do Comando da 1ª Região Militar no Rio de Janeiro.
- 236 Idem, Tomo VIII, p. 100. Integrou o corpo de Instrutores da Escola do Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME) e que em 1965/1966 cursou a coirmã do Exército Norte-Americano em Fort Leavenworth-KS, mais tarde sendo promovido a general.
- 237 OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fev. 2011.
- 238 ALVES, op. cit., p. 41-102.
- 239 Idem, p. 82-84.
- 240 Idem.
- 241 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: entre a teoria e a prática uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001, p. 200.

- 242 ALENCAR, op. cit., p. 57-61.
- 243 MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 39-58. Dynalmo Domingos de Souza, em 1964 era major, chefe do serviço de Motomecanização da 7ª RM, no Recife.
- 244 Idem.
- 245 Villocq confirma que espancou Gregório. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jul. 1979, p. A-4.
- 246 COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001, p. 7.
- 247 FREIRE, Marcos. **Oposição no Brasil, Hoje**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 99-120.
- 248 As relações mais completas sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – muito embora ainda incompletas – somente foram elaboradas a partir da aprovação da Lei de Anistia. ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida (Coord.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife, Cepe, 1995. MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 1999. TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- 249 ARNS, op. cit., p. 292. CABRAL, Reinaldo, LAPA, Ronaldo. **Desaparecidos Políticos: prisões, seqüestros, assassinatos**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979, p. 101-104.
- 250 Mais um desaparecimento político na Justiça. *Jornal do Commercio*, Recife, 20 jan. 1992.
- 251 Idem.
- 252 *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1991. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1991. BARCELLOS, Caco. *O Globo Repórter* sobre a vala de Perus. In: TELES, op. cit. Segundo denúncia do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou como agente do OI-CODI em São Paulo, muitos presos políticos, depois de assassinados, “eram esquartejados e as partes de seus corpos enterradas em lugares distintos, para dificultar a identificação”.
- 253 Alguns corpos foram “depois de cortados e perfurados com faca para que não boiassem, amarrados a placas de concreto de 40 a 50 quilos e jogados no Rio Novo”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jan. 1992, p. 1-4.
- 254 O advogado Homero Freire dá notícia de haver abrigado, durante uma noite, o jornalista Hiram Pereira, na clandestinidade ainda no Recife. FREIRE, Homero. **Confissões do Tempo Anterior**. Recife: FUNDARPE, 1986, p. 133.
- 255 Informação do primeiro-tenente Luciano Gonçalves Viana d’Albuquerque, que escoltara presos políticos de João Pessoa ao Recife. MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 288. Esse militar é natural do Recife-PE, e fez no IV Exército estágio de analista de área e foi instrutor de estágio de técnicas de operações de inteligência.
- 256 TELES, op. cit., p. 195-208.
- 257 ALVES, op. cit., p. 64.
- 258 Idem, p. 22-23.
- 259 Sessão e depoimentos citados.
- 260 Sessão conjunta com o artista pernambucano Abelardo da Hora, realizada em 21/11/2013, no auditório da Ordem dos Advogados de Pernambuco.
- 261 ALVES, op. cit., p. 55.
- 262 Depoimento prestado por José Ferreira dos Anjos no Auditório do banco Central do Recife, em 20/09/2012.
- 263 Depoimento prestado na Associação Docente da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) em 16/5/2013.
- 264 COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Capítulo 10.
- 265 Este conceito amplo envolve, além da violação física do corpo humano (a penetração vaginal, anal ou oral, com partes do corpo do agressor, com objetos ou até animais), como quaisquer outros atos que não imponham penetração ou sequer contato físico (como o desnudamento forçado e a revista íntima). ASSUMPÇÃO, Júlia Melaragno. Tortura e violência sexual durante a ditadura militar: uma análise de jurisprudência internacional. **Revista Liberdades**, n. 21, jan.-abr., 2016.
- 266 Idem.
- 267 Informações prestadas em documento datado de 4 de junho de 1971 por Armando Hermes Ribeiro Samico, ex-secretário de Segurança de Pernambuco sobre a morte de Odijas Carvalho de Souza para atender a solicitação do então ministro da Justiça, dr. Leonardo Greco.
- 268 A Clínica do Testemunho de Pernambuco foi criada pela Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, através de um projeto da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça com o objetivo de oferecer apoio e atenção psicológica aos indivíduos, fa-

mílias e grupos afetados pela violência praticada pelos agentes do estado entre 1946-1988.

269 Depoimento prestado à CEMVDHC por Sílvia Lúcia Viana Montarroyos em audiência pública realizada em 9 de dezembro de 2013, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE), Campus Universitário, Recife-PE.

270 O delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima foi um dos homens mais associados ao anticomunismo e à repressão política no estado de Pernambuco. Chefiou durante parte do Estado Novo e também depois do Golpe de 64, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco, tornando-se muito conhecido por sua trajetória de violência com os presos políticos.

271 Depoimento de Sílvia Montarroyos, cit.

272 Idem.

273 Bairro do grande Recife.

274 Idem.

275 Depoimento prestado à CEMVDHC por dr. Othon Coelho Bastos Filho, médico psiquiatra, em audiência pública realizada em 28 de novembro de 2013 no auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco (SINDSEP).

276 Idem.

277 Relatório Individual de Anátalia de Melo Alves

constante do Relatório Final da CEMVDHC.

278 Depoimento prestado por Luiz Alves de Melo à CEMVDHC.

279 Depoimento prestado por Genivalda Melo da Silva à CEMVDHC em audiência pública realizada em 19 de dezembro de 2013, no auditório da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE), Campus Universitário, Recife-PE.

280 PILETI; PRAXEDES, op. cit., p. 321-322.

281 Idem.

282 Valdir Ximenes possui prontuário no SSP/DOPS/APEJE, sob o nº 14310, Fundo 20689.

283 MOTTA, op. cit., Tomo VI, p. 166.

284 Idem.

285 SSP/DOPS/APEJE, prontuário funcional Barreto Campelo: presos políticos (1933-74) nº 1865 D Fundo 26981. Contém: Relação de Presos que se encontraram na Colônia de Férias de Olinda; Relação de presos na Casa de Detenção do Recife; Relação de presos com prisão decretada; Relação de presos que se encontram no Hospital Militar; Relação de presos que não podem receber visitas.

286 Dissertação apresentada em agosto de 2013 na Universidade Federal da Paraíba, p. 66.



A BALA QUE (FINALMENTE) MATOU CÂNDIDO

*Foi na época mais amarga da ditadura militar.
Um tiro. O homem devia morrer. Foi na sua
terra natal, sua Recife.*

*O homem-do-poder errou. Não sabia que ha-
via atirado num super-homem.*

*Mas a bala deixou a marca. A bala também
deixou poder. A bala veio, e ficou.*

*O homem-que-levou-a-bala resolveu que não
era a hora, não ainda.*

*O homem-eu-levou-a-bala parou o tempo, fin-
gindo que não havia bala.*

*Enganou o homem-do-poder-enganou o tem-
po, enganou o destino. Só para prosseguir na
sua tarefa. Tornou-se o homem-que-parou-o-
tempo.*

*O homem-que-parou-o-tempo levantou-se.
Não para revidar. Levantou-se para ensinar.*

*Ensinar ao homem-do-poder que não existe
poder-da-bala. Só existe o poder-acreditar e
o poder-sonhar. E ele acreditava, e sonhava,
que tinha uma missão. E esta crença parou o
tempo. E assim, parou a bala.*

*Sem saber que havia levado-bala o homem-
que-parou-o-tempo foi para longe.*

*Resolveu que o espaço, assim como o tempo
(que ele agora controlava), era um detalhe
menor na sua missão. E assim, o homem-
que-parou-o-tempo, tornou-se simplesmente
Cândido.*

[...]

*Um dia Cândido voltou à sua querida Cidade.
Acreditava que era chegada a hora.*

*E assim fechou-se o círculo. Do tempo e do es-
paço.*

*A sua aula precisava de uma última lição. A
mais importante. E assim, um dia resolveu
que o tempo deveria ser liberado. E seus alu-
nos deveriam entender que os grandes sonhos
não morrem. E vale a pena viver por eles.*

E a bala terminou seu trajeto.

Umberto Tachinardi.

PARTE IV

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS EM PERNAMBUCO

CAPÍTULO 10.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO ²⁸⁷

Texto do relator Fernando de Vasconcellos Coelho.

O Ato Institucional de 9 de abril de 1964 suspendeu por seis meses as garantias constitucionais ou legais da vitaliciedade e estabilidade do serviço público (art.7º). Estabeleceu ainda que, mediante investigação sumária, os titulares daquelas garantias poderiam ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que – a critério do Comando Supremo da Revolução até a posse do novo presidente da República, deste ou dos governadores dos estados – tivessem tentado “contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública” (art.7º, §1º). O AI-2, de 27.10.1965, reabriu aquele prazo, por tempo indeterminado, acrescentando ainda, à lista das garantias constitucionais ou legais suspensas, as da inamovibilidade e do exercício em funções por tempo certo (art. 14). Para a motivação dos atos exigiu apenas que os punidos tivessem demonstrado “incompatibilidade com os objetivos da Revolução” (art. 14, parágrafo único). O AI-5, de 13.12.1968, suspendeu novamente aquelas garantias, que haviam sido restabelecidas pela Constituição de 24 de janeiro de 1967 (art. 6º). Como o AI-2, o AI-5 também deixou em aberto o prazo durante o qual as sanções políticas poderiam ser aplicadas. Indo além dos anteriores – o que poderia ter parecido impossível – o AI-5 dispensou o presidente da República da obrigação de motivar os atos punitivos, ao mesmo tempo em que os subtraía, bem como os respectivos efeitos, a “qualquer apreciação judicial” (art.14). Era a completa institucionalização do arbítrio, sem precedente na nossa história. E sem paralelo conhecido em qualquer país civilizado.

Em alguns casos explicáveis, apenas pela necessidade de abertura de vagas para a nomeação ou promoção de candidatos protegidos pelos novos donos do poder. Após o golpe militar, ocorreram em Pernambuco, nos três poderes, centenas de demissões, aposentadorias compulsórias, reformas, exonerações, dispensas de funções por motivos políticos simplesmente para atender interesses su-

balternos dos novos donos do poder. Para ser atingido bastava que o servidor tivesse alguma ligação com o governo anterior ou houvesse discordado de sua deposição. Candidatos à nomeação, que dispunham de padrinhos fortes, localizavam nas repartições públicas as vagas que poderiam ser abertas mediante o afastamento dos titulares dos cargos, levantando fatos que eventualmente os incriminassem.

Na Polícia Militar dezenas de oficiais – à frente o major Romeu Sobreira, que ocupara a chefia da Casa Militar no governo Arraes – foram sumariamente reformados, abrindo espaços para as promoções dos protegidos do novo regime. No Ministério Público foi imediatamente punido, entre outros, o promotor Paulo Cavalcanti, escritor, ex-secretário de Administração e de Finanças dos prefeitos Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, diretor da Administração do Porto do Recife no primeiro governo Miguel Arraes e ex-deputado estadual, que se destacara na Assembleia Legislativa pela luta e defesa dos interesses nacionais e populares ²⁸⁸.

Da mesma forma o promotor Murilo Barbosa da Silva, preso e demitido por haver atuado no inquérito policial que apurou o assassinato de trabalhadores rurais do Engenho Oriente, de Itambé. Nem os magistrados escaparam a essas perseguições. Para lembrar apenas um exemplo: a aposentadoria do dr. Edgard Homem de Siqueira – então juiz de Direito da Comarca de Olinda, respeitado pela sua cultura e honradez, falecido em 1993 sem haver revertido ao serviço ativo – não teve outra explicação, desde que jamais lhe poderiam ser imputadas as acusações de corrupto ou subversivo. A razão invocada foi a de que ele fazia parte da Associação Pró Autodeterminação dos Povos – princípio fundamental de uma política externa independente ²⁸⁹ e de que teria participado de uma viagem a Cuba.

Entre outros magistrados de Pernambuco foram também punidos os juizes de Direito Márcio Rolemberg Leite, de Gameleira; Moacir Costa Gomes, de Palmares; e João Batista Neto, de Barreiros

– comarcas da zona canavieira, que haviam sido palco de graves conflitos entre usineiros e trabalhadores rurais. Alguns juizes chegaram a ser presos, como o dr. Edgard Sobreira, mais tarde desembargador do Tribunal de Justiça e um dos mais ilustres membros da magistratura do estado.

Ao Judiciário – atingido, também, com a prisão e o afastamento de vários magistrados, sobretudo daqueles que haviam decidido, em favor dos camponeses, litígios trabalhistas na zona da mata sul do estado – foi expressamente proibido apreciar o mérito desses atos, bem como sua motivação, conveniência e oportunidade –, resumindo-se o controle judicial ao exame de suas formalidades extrínsecas²⁹⁰. Numa fase posterior até esse exame foi vedado. A coragem e independência de alguns magistrados, recusando-se a dar respaldo às violências, mesmo com o risco de serem demitidos – em contraste com a omissão ou a conivência dos que se dobraram as situações de fato –, impediram injustiças maiores.

As pressões para que fossem afastados dos seus cargos aqueles que tivessem tido qualquer ligação com o governo deposto, ou com movimento sindical independente, chegaram até ao setor privado. Facilitava a ingerência, quando não o apoio ao golpe, a dependência do Estado a que vivia grande parte do empresariado – temeroso de perseguições tais ou de restrições nos estabelecimentos oficiais de crédito. Nos quais os que perdiam seus direitos políticos eram proibidos de operar. Trabalhadores presos e, por essa razão, impossibilitados de comparecerem ao serviço, foram sumariamente demitidos, sob o pretexto de abandono de emprego, sem direito à defesa e sem qualquer indenização. Algumas empresas pelo receio de, desavisadamente, acolherem funcionários considerados subversivos e incorrerem na suspeição de conivência – passaram a exigir, para admissão de novos empregados, uma carta de apresentação firmada por autoridade policial ou militar, quando não o atestado de ideologia fornecido pelo DOPS. O que praticamente impedia o reingresso dos demitidos por motivos políticos, no mercado de trabalho local.

Profissionais de várias áreas – pelo só fato de sua opção funcional – eram aprioristicamente postos sob suspeição. Assistentes sociais, economistas, sociólogos, historiadores, jornalistas e muitos outros eram tratados como agitadores em potencial e subversivos enrustidos, de altíssima periculosidade. Anos depois Carlos Chagas recordou:

Porque tempo houve, logo após o golpe de 1964, em que Sociologia era palavra subversivo. No auge da censura à imprensa não foi uma única vez, apenas, que as redações de jornais receberam ordens de censura proibindo o uso do substantivo. Não se podia escrever “Sociologia” nem “sociólogo”, que para os donos do poder eram sucedâneos de subversão, comunismo, esquer-

dismo e coisa parecida. Os cursos de sociologia, mal engatinhando, haviam sido proibidos de funcionar nas universidades, inclusive na PUC do Rio de Janeiro, para tristeza do padre Ávila, um dos grandes impulsionadores da matéria. Por ser sociólogo, Fernando Henrique teve que fazer as malas e tomar o rumo do Chile, depois da França. A vida não deixa de ser irônica, ao colocar agora um sociólogo no poder, exaltado por outros que chegam a pregar a ‘sociologia’ como solução para os nossos problemas²⁹¹.

Em certa fase, para fornecerem certidões e outros documentos, sob a orientação do DOPS algumas repartições passaram a exigir dos interessados – sobretudo de professores universitários, funcionários públicos e intelectuais – que fizessem publicar nos jornais uma humilhante declaração abjurando ideias e posições contrárias ao regime, sem o que não teriam seus requerimentos atendidos. A imprensa da época registra essas notas, que muitos pernambucanos, constrangidamente, foram obrigados a assinar. Alguns, mesmo assim, com sacrifícios pessoais reagiram à humilhação e não se deixaram dobrar.

Até entidades culturais e recreativas foram fechadas e seus dirigentes presos. Entre outras, a Sociedade Cultural Brasil – URSS, a Associação Pró-Auto-determinação dos Povos e o Movimento de Cultura Popular. Algumas entidades como a União Brasileira de Escritores praticamente deixaram de funcionar naquele período, somente reiniciando suas atividades normais muitos anos depois, com o advento do processo de abertura política. Os órgãos do movimento estudantil também sofreram violenta repressão com a ocupação e fechamento de suas sedes e a prisão, tortura e assassinato de muitos de seus líderes. Alguns deles, sem perspectiva de atuação política legal, ingressaram na luta armada, através das organizações que haviam feito essa opção. O Clube dos Inapiários teve sua sede fechada e seu arquivo apreendido, inclusive os livros de atas²⁹². A Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), que chegara a estabelecer um “Fundo de Liberdade de Imprensa”, para ajudar os presos políticos, presidida por Carlos Garcia, ainda chegou a manifestar solidariedade ao professor Amaro Quintas, quando da homenagem que lhe prestaram seus alunos da Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), em virtude de sua aposentadoria compulsória, determinada pelo regime militar, e a estabelecer entendimentos com a OAB, para adoção de providência em favor de jornalistas presos. Depois caiu na vala comum, passando a priorizar atividades administrativas internas, como a reforma de sua biblioteca, a ampliação do Departamento Médico, a construção do edifício-sede e a inauguração do Mausoléu dos Jornalistas, no Cemitério de Santo Amaro²⁹³.

Voltando-se a repressão contra a universidade – cujo reitor, João Alfredo da Costa Lima, pouco depois foi punido com base no Ato Institucional e afastado –, inúmeros professores e estudantes chegaram a ser presos e processados, ao mesmo tempo em que eram retirados das bibliotecas e, em alguns casos destruídos, livros considerados de orientação marxista.

Sob a orientação de Paulo Freire, atuavam no Serviço de Extensão Cultural da UFPE, entre outros, os padres Almeri Bezerra e Paulo Menezes, Elza Maria Freire, Astrogilda de Andrade, Aurenice Cardoso, Maria Adozinda, Maria Margarine, Maria Luiza Porto Carreiro, Jarbas Maciel, Artur Carvalho, Juracy Andrade, Paulo Pacheco, Luiz da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito e Marcius Frederico Cortez. Presos e processados quase todos “por exercerem atividades subversivas”, foram afinal liberados pelo Superior Tribunal Militar em novembro de 1967, através de *habeas corpus* impetrado pelo jornalista Artur Carvalho, por intermédio do advogado Roque de Brito Alves²⁹⁴.

Importantes obras de arte – consideradas “subversivas” – foram destruídas ou confiscadas, como o mural de 1959, existente na Sala de Imprensa da Prefeitura do Recife e os álbuns de desenhos da coleção “Meninos do Recife”, de Abelardo da Hora. Ou os doze quadros pintados por Francisco Brennand para ilustrar as aulas de alfabetização pelo método Paulo Freire – que no dia do golpe se encontravam no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Pela folha corrida dos seus autores: Abelardo da Hora havia sido um dos fundadores e dirigentes do Movimento de Cultura Popular, e Francisco Brennand, à época do golpe, chefiava a Casa Civil do governador Miguel Arraes.

O mural de Abelardo da Hora, com três metros de largura por dois de altura, fora colocado para a inauguração da Sala de Imprensa da Prefeitura da Cidade do Recife, em 1959, na gestão do prefeito Pelópidas Silveira.

Era ‘uma colagem com a primeira página de todos os jornais do dia, sete ao todo, todos diários. Em cima dos jornais Abelardo rasgou a cara de um gazeteiro, escancarada e sem dentes, como se estivesse a gritar as manchetes do dia. Que falavam de pena de morte, greves, aumento das tarifas de ônibus, doenças dos manguês, fome nos morros, reforma agrária. Outro jornal denunciava manobra da Câmara de Vereadores para decretar o impedimento de Pelópidas. Comunismo, o pretexto de sempre. O golpe de 64 arrancou da parede o mural, para jogá-lo nos porões. Depois foi serrado’²⁹⁵.

O esforço para descobrir e identificar “subversivos” não conhecia limites. Na caça às bruxas, com base em Inquérito Policial Militar (IPM) presidido pelo major Benedito Cordeiro, o promotor militar

Francisco de Paula Accioly Filho chegou a oferecer denúncia contra integrantes de vários “Grupos dos Onze” – de cuja atuação, em Pernambuco, ninguém ouvira falar nem tivera conhecimento antes, durante ou depois do golpe. De Pernambuco foram denunciados, com base nesse IPM, Sedofas Pereira de Albuquerque Melo (funcionário do DCT), Cláudio Rodrigues Sampaio (estivador), Kerginaldo Maia (funcionário do Iapetec), Flósculo Correia de Lima Filho (bancário aposentado) e Manoel Binga da Rocha (funcionário da Prefeitura de Santa Maria da Boa Vista) – constituído no Grupo dos Onze, “organizações do tipo militar, com finalidade combativa”, sob o comando de Leonel Brizola²⁹⁶. Sobre essas organizações disse Clodomir Morais – um dos principais dirigentes das ligas camponesas e ex-deputado estadual de Pernambuco – em depoimento ao Centro de Documentação e Estudos da História Brasileira (Cehibra) da Fundaj: “Não conheci ninguém que formasse um grupo dos onze, mas nunca vi estruturação em nível de micro e, muito menos, de macro. Houve muito blá-blá-blá”²⁹⁷.

No final, apesar do apelo a processos inquisitoriais e de toda a truculência empregada – para surpresa daqueles que, de boa-fé, influenciados pela propaganda oficial massiva, haviam acreditado no perigo de um golpe comunista iminente –, nada de concreto foi provado contra o governo deposto. Nada que caracterizasse corrupção ou subversão da ordem jurídica e muito menos, que justificasse a ruptura da legalidade democrática, a deposição do governador eleito, as cassações de mandatos, as prisões, as torturas e outros crimes cometidos. Ao contrário. A despeito do facciosismo da maioria das comissões de inquérito instaladas em todas as repartições públicas – muitas com seus membros receosos de serem penalizados, se não responsabilizassem os réus – o que ficou constatado – embora omitido à época, por motivos óbvios, foi a absoluta correção e zelo com que vinham atuando as administrações do estado e da Prefeitura do Recife. E a inexistência de qualquer atividade que pudesse indicar ou fazer ao menos presumir, com o mínimo de seriedade, os preparativos da revolução que segundo a versão oficial, o golpe teria conseguido abortar. De todo o arsenal que a oposição dizia haver – com armas modernas, recebidas da União Soviética, da Tchecoslováquia e de Cuba – foram encontradas apenas, no MCP, “quatro espingardas de madeira e uma metralhadora de plástico, compradas na feira de Caruaru, para uso na encenação de uma das peças teatrais de Luiz Marinho”.

Apesar do empenho das autoridades militares para descobrirem os famosos arsenais de armas cubanas e tchecas, cuja existência a oposição denunciava utilizando todos os meios, inclusive a tortura, para obterem informações – elas não foram encontradas. Simplesmente, não existiam, ou melhor, existiram somente as matérias divul-

gadas fartamente pela imprensa, para a preparação do golpe. Diferentemente do que ocorreu em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, com Adhemar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, a própria Polícia Militar de Pernambuco continuava usando o mesmo equipamento obsoleto adquirido muitos anos antes, por outras administrações. A PMPE não modernizou o seu armamento nem aumentou o seu efetivo – o que demonstra, também sob esse aspecto, não ter sido preocupação do governo Arraes a preparação de uma revolução. Não houve em Pernambuco, por outro lado, qualquer iniciativa do governo para armar os trabalhadores, embora muitos desejassem estar preparados para a resistência contra o golpe²⁹⁸. Se armas havia em 1964, em poder dos civis, estavam nas mãos de alguns senhores de engenho e usineiros, preocupados com a sua segurança, que julgavam ameaçada – e dos grandes proprietários rurais que, desde a colonização, pelo isolamento e perigos que enfrentavam, sempre mantiveram sistemas particulares de defesa²⁹⁹.

Algumas comissões de inquérito, integradas por funcionários públicos obrigados à tarefa por dever de ofício, procuraram atuar com a isenção possível nas difíceis circunstâncias de então. Homero Freire relata os problemas que enfrentou como presidente da CI constituída na Companhia de Revenda e Colonização pela Portaria nº 63/64, para investigar o convênio celebrado pela CRC com o Sindicato dos Feirantes e outros fatos apontados como delituosos pelo novo governo. Tais fatos – segundo a propaganda oficial – objetivariam apenas o financiamento da subversão, incriminando o ex-presidente Waldir Ximenes, cunhado de Miguel Arraes, preso e torturado após o golpe³⁰⁰. Como refere Homero Freire:

Afinal, o inquérito da CRC chegou ao fim, após penosas investigações, periciais, testemunhais e documentais, tudo enfiado em volumoso processo. As conclusões foram decepcionantes para os acusadores. Digo no relatório que elaborei e foi assinado por todos os membros da comissão:

Juridicamente, do ponto de vista da companhia, o contrato não se nos antolha eivado de defeito maior, e seus objetivos se colocam no âmbito da atividade de comercialização de gênero de primeira necessidade da população que CRC vem adotando.

E mais adiante:

A violação à lei, não a encontramos, pois o dito contrato se situa entre as atividades que a companhia vem desenvolvendo até o momento, sem impugnação dos acionistas do governo.

Daí porque conclui:

a responsabilidade dos diretores por eventual resultado negativo do convênio com o Sindicato do Feirantes, será de natureza civil, e não criminal (art.121, §1º, do Decreto-Lei nº2.627, de 1940)³⁰¹.

Com base nas conclusões desse inquérito, a denúncia oferecida contra Waldir Ximenes e outros servidores da CRC foi, afinal, rejeitada conforme sentença do juiz de direito da 2ª Vara Criminal do Recife, Agamenon Duarte Lima (Processo-Crime nº165/64), confirmada em grau de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado, através dos desembargadores Pedro Martiniano Lins, Augusto Duque e Cláudio Vasconcelos. Com a absolvição, Waldir Ximenes foi libertado. Por esse ato de independência o juiz Agamenon Duarte Lima esteve na iminência de ser detido no próprio Palácio da Justiça, havendo repellido com dignidade e coragem pessoal a pretensão dos militares, que ali compareceram para conduzi-lo preso. Pela isenção com que presidiu a Comissão de Inquérito da CRC o advogado Homero Freire, por sua vez, alguns dias após a entrega do seu parecer, foi demitido pela empresa, pelo então presidente, o general Paes de Lima. Gláucio Veiga escreveu sobre essas “Comissões de Investigação, que, no final, coisa alguma investigaram. Evidente que foi recrutado para essas comissões, com uma outra singularíssima exceção, tipo gato preto em campo de neve, o que havia de pior”³⁰².

Neste capítulo do relatório da CEMVDHC sobre as Graves Violações contra parlamentares, o seu coordenador Fernando Coelho, afirma ter podido testemunhar como advogado, defendendo servidores municipais indiciados em processos administrativos, o esforço de alguns membros dessas comissões – no clima de insegurança em que todos viviam – para conciliarem problemas de consciência com medo de perderem os seus empregos e, até, a própria liberdade. Na maioria dos casos, no entanto, cumpriam o ritual determinado pelos novos donos do poder, torcendo os fatos para o indiciamento e punição dos acusados.

A PRISÃO DE MIGUEL ARRAES

Maior evidência da absoluta falsidade do pretexto de resistência armada, invocado para depor e prender Miguel Arraes, foi o fato de que os militares se apossaram do poder sem que tivessem enfrentado qualquer ação articulada do governo.

Boa parte do escalão superior do governo do estado, talvez a sua maioria, foi surpreendida com o golpe de 1964. Havia uma crença ingênua de que, após a frustração da tentativa de impedimento da posse de João Goulart, em 1961, no episódio da renúncia de Jânio Quadros, a democracia se consoli-

da no Brasil e as instituições fortalecidas haviam deixado de correr riscos maiores, ao menos a curto e médio prazo. As esquerdas evidentemente subestimaram seus adversários. O debate político colocado pela Frente do Recife na eleição municipal de 1963 refletia essa convicção.

Ainda na noite de 31 de março e na madrugada de 1º de abril, circulava no Palácio do Campo das Princesas a informação de que a situação nacional estava sob controle e a revolta isolada do general Mourão Filho, praticamente dominada. Não teria maior expressão que os episódios de Jacareacanga e Aragarças, ocorridos sem grande repercussão no governo Juscelino Kubitschek. Afirmava-se, também com absoluta segurança, a posição legalista dos comandos militares federais em Pernambuco, todos contatados mais de uma vez naquela noite. O empenho para vencer os desafios administrativos e atender às complexas tarefas de governo, ademais, concentrava as principais preocupações de muitos secretários de Estado e servidores do primeiro escalão, colocando em plano secundário o acompanhamento mais detido da evolução da conjuntura política nacional. Não houve nenhuma reunião do secretariado para debatê-la. Os comunistas, por outro lado – os únicos com alguma organização a esse nível –, receberam de seus órgãos de direção ordens para não lutarem. Prestes relata em suas memórias: “No dia 1º de abril, a instrução que eu dei, a responsabilidade que assumi, foi de recuar em todas as frentes, salvando o que for possível salvar... A ordem fundamental era a retirada”³⁰³.

Jacob Gorender, que à época integrava o Comitê Central do PCB, escreveu por sua vez:

Na manhã de 31 de março, já inconformados sobre a rebelião em Minas, os membros do CC, que se encontravam no Rio, reuniram-se às presas. Prestes comunicou-lhes que tentara sem êxito uma ligação com Goulart e a única resolução importante tomada pelo perplexo coletivo foi a de inserir nessa ligação (depoimento de Apolônio de Carvalho). Ao entardecer, informado de que o Comando Geral dos Trabalhadores aprovaram uma resolução, sob o argumento de que o governo federal dispunha de forças militares suficientes para liquidar o levante. Tanta passividade era “dose para cavalo” e a decisão da greve foi mantida, embora só cumprida com erros táticos – na Guanabara. Enquanto isso, em São Paulo, os militares comunistas, que procuravam as direções, recebiam a orientação de se manterem calmos e inativos, na expectativa do pronunciamento do general Krueel, comandante do II Exército, que ia acabar com o golpe. À noite, Krueel tornava público seu apoio ao movimento pela derrubada do governo legal. Na mesma noite de 31 de março, segundo Prestes (Coo-jornal, cit., nº62, fevereiro de 1981), a direção

do PCB teria tomado a decisão de “recuar em ordem”. Desconheço qualquer registro, sequer alusivo, de semelhante decisão. Mas, ainda que não se trate de invenção cosmética para esconder as feiúras da história, ao invés do recuo em ordem houve desmoroamento, desmantelamento, descalabro, salve-se quem puder³⁰⁴.

Miguel Arraes também era contrário à luta armada, nas circunstâncias existentes³⁰⁵. Todos esses fatores explicam a facilidade com que o governo estadual foi deposto, sem nenhuma resistência militar ou do povo, igualmente ao que ocorreu no plano federal, a partir da orientação adotada pelo presidente João Goulart³⁰⁶.

Da decisão adotada pelo Comitê Central do PCB resultou, por sua vez, o fato de não terem os golpistas conseguido prender, naquela ocasião, nenhum dos principais dirigentes comunistas de Pernambuco – exceção única de Gregório Bezerra que, atuando no campo, não estava em contato com o CC do seu Partido³⁰⁷ e, entre os militantes de maior expressão, Paulo Cavalcanti e Abelardo da Hora. Os membros da cúpula do governo deposto e as demais lideranças independentes, inteiramente despreparadas para a situação, desarticulados e sem nenhum esquema para a emergência, ficaram à mercê da repressão dos vencedores. Como observou Page:

Havia muito pouco controle ou coordenação sobre as atividades repressivas dos vários coronéis e capitães do Exército que detinham funções de comando, e dos vários ‘delegados’ que desempenhavam a função de aplicar a lei civil, comandados pelo Secretário da Segurança Pública. Mais de 24 horas depois que os soldados tinham tirado Paulo Freire de sua residência, sua mulher e seus amigos eram incapazes de dizer se ele estava em segurança onde se encontrava. Inicialmente os oficiais do IV Exército negaram que ele tivesse sido preso. Finalmente descobriram que um capitão havia tomado para si a tarefa de jogar o diretor do SEC na cadeia. Durante este tempo, Justino Alves Barros estava ocupado demais, viajando por todo o estado, de cidade em cidade, recebendo homenagens dos chefes políticos locais, e não podia controlar seus asseclas. Paulo Guerra também não demonstrou qualquer interesse em segurar os cachorros. Ironicamente, seus caçadores de comunistas pegaram muito pouco comunistas reais. A liderança do partido em Pernambuco desapareceu quando o golpe começou. Seus planos de emergência provaram ser muito efetivos durante a crise, resultando que Hiram Pereira, Aluísio Falcão e os outros grandes do partido efetuaram fugas perfeitas. Hiram Pereira escapou vestido de padre (O sempre caridoso padre Melo sub-

sequestradamente denunciou o padre que o tinha ajudado). Os únicos a serem presos foram os tipos mais à margem, tais como artista Abelardo da Hora, o intelectual mais importante do partido no Recife, Paulo Cavalcanti, e, naturalmente Gregório Bezerra. A liderança nacional mais importante do partido, capturada pelo Exército, foi Carlos Marighella que recebeu um tiro no estômago, dentro de um cinema, no Rio. Marighella sobreviveu e rompeu com o partido, tornando-se líder das guerrilhas urbanas do Brasil. Em 1969 as autoridades não repetiram o erro de 1964: a polícia matou-o a tiros numa emboscada de rua. Um setor que sofreu pesada repressão foi a esquerda católica, muitos foram aprisionados. Vários padres foram forçados a deixar Pernambuco³⁰⁸.

Apesar de representar uma frente política relativamente heterogênea e de Miguel Arraes haver sido substituído pelo vice-governador, Paulo Guerra, eleito com ele, o escalão superior da administração estadual permaneceu, sem exceção, solidário com o governador deposto, nenhum dos seus auxiliares mais próximos aceitando participar do novo governo. Mais ainda: os que permaneceram no Brasil se engajaram de alguma forma, apesar das dificuldades e riscos, na resistência política ao regime militar, tendo constituído a base sobre a qual foi estruturado o MDB de Pernambuco. Diferentemente do que ocorreu na Assembleia Legislativa do estado, onde grande número de deputados que apoiavam Arraes até a véspera do golpe, imediatamente aderiram à nova ordem, alguns até aprovando o seu impedimento. Da mesma forma que inúmeros vereadores à Câmara Municipal do Recife, que até a véspera compunham a bancada da maioria, apoiando o prefeito Pelópidas Silveira.

Aconteceu no Recife, exatamente o contrário do que foi arguido para justificar o golpe. Os únicos tiros disparados em Pernambuco dia 1º de abril partiram do próprio Exército sublevado, no centro do Recife, para dissolver uma passeata, em defesa da legalidade, de jovens estudantes desarmados – dois dos quais foram mortos no local. Além de uma comerciária, que trabalhava nas proximidades e cujo nome a imprensa sequer registrou. Uma passeata improvisada de estudantes, de protesto contra o golpe e solidariedade ao governador Arraes, foi dissolvida à bala pelo Exército, no centro da cidade. Tombaram mortos, na ocasião, os jovens Jonas Albuquerque Barros, de 17 anos, e Ivan Rocha Aguiar, de 21. Todos estavam desarmados³⁰⁹. Em agosto de 1977, os familiares dos estudantes mortos anunciaram que iriam pleitear a indenização devida, com base na Lei nº 9.140/95, a título de reparação aos mortos e desaparecidos políticos, vítimas da ditadura³¹⁰.

Como foi dito, não houve em Pernambuco nenhuma ação de resistência armada ao golpe, quer

partida de governo, quer de iniciativa das organizações sindicais ou populares. Tropas e viaturas da Polícia Militar, deslocadas para alguns pontos estratégicos do Recife, inclusive para a proteção do Palácio do Campo das Princesas, pouco depois voltaram aos quartéis, sem disparar um único tiro, cumprindo determinação do próprio governador Arraes. A tentativa de Gregório Bezerra, de organizar uma resistência de trabalhadores na região de Palmares, foi isolada e antecipadamente inviabilizada pelo Exército, como ele próprio relatou:

Falei rapidamente com os trabalhadores reunidos. Recomendei aos casados e aos velhos que voltassem para as suas casas, para, no dia seguinte, voltarem, se a cidade não fosse ocupada pelo Exército. A massa queria seguir para o Recife, mesmo desarmada. E claro que não poderia permitir uma coisa dessas, pois seria um assassinato em massa. Mas muitos insistiam, dizendo que as foices e estrovengas também eram armas. Assim, fui obrigado a recorrer à disciplina, explicando: Se tivermos possibilidades de resistir, é aqui mesmo que devemos resistir. Quando muito, em Palmares; mas a cidade já está ocupada pelo 20º Batalhão de Caçadores, de Maceió. Essa cidade (Ribeirão) também pode ser ocupada. Contra o Exército, não se pode resistir com foices e estrovengas. Assim dizendo, recomendei que ficassem em suas casas, prontos para qualquer eventualidades. Admirei a disposição dos trabalhadores, mas a verdade é que não havia nenhuma condição real para resistir naquelas condições³¹¹.

Sobre a posição adotada pelo governo de Pernambuco, declarou o próprio Miguel Arraes:

Não tínhamos condições militares de resistência em Pernambuco contra o movimento armado de 1º de abril. Havia apoio popular, mas mesmo se os camponeses, se os trabalhadores e grande parte da população do estado estivesse 'disposto' a defender o governo, eu considerava um erro desencadear uma resistência localizada em nível de um estado do Nordeste, sem condições de ser acompanhada por um movimento nacional do mesmo tipo. Quando estive no Rio e em Brasília, logo depois do comício de 13 de março, constatei que havia um grande engano dos nossos aliados do sul do país, quanto à situação militar. Alguns amigos, oficiais do Exército, me procuraram, no dia 14 de março, para concordar com a posição que assumi, naquela oportunidade, de defesa da legalidade, o que parecia a única forma não só de sustentar o governo federal, como de preservar o governo de Pernambuco. Fora da estreita margem de manobra que tinha, era a única saída para defender o governo. Ao mesmo tempo

constatei, também, que o governo federal cada vez mais se isolava, tanto que não puderam ser mobilizados governadores para o comício, salvo Seixas Dória, de Sergipe, Badger da Silveira, do Rio, e eu próprio³¹².

Inúmeras críticas foram feitas na esquerda, à posição assumida pelo presidente João Goulart e pelas principais lideranças. Jacob Gorender escreveu:

Dispensou-me de entrar em detalhes sobre a inação generalizada. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. Todos ficaram à espera do comando do presidente da República. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais socialistas. Jango não quis a

luta, receoso de que a direção política lhe espancasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal³¹³.

Gregório Bezerra também observou:

A meu ver, confiamos demasiado no dispositivo militar dos nossos aliados e subestimamos o dispositivo de nossos inimigos. Estávamos com a cabeça cheia de êxitos parciais. O nosso partido não estava preparado para a luta armada e, em consequência, não preparou a classe operária e as massas trabalhadoras para enfrentar o golpe. Os golpistas souberam aproveitar-se de todas essas debilidades e alcançaram uma vitória tranquila³¹⁴.

RELAÇÃO DOS NASCIDOS OU COM ATUAÇÃO EM PERNAMBUCO, PUNIDOS DURANTE O REGIME MILITAR, COM BASE EM ATOS INSTITUCIONAIS³¹⁵

Abelardo Germano da Hora	Gilberto Azevedo	Manoel Vicente Ferreira
Adalgisa Rodrigues Cavalcanti	Gildo Mário Porto Guerra	Maurílio Figueira Ferreira Lima
Adelmar da Costa Carvalho	Guilherme Soares de Lima	Mauro Pugliesi Branco
Almany Sampaio	Harlan Albuquerque Gadelha	Miguel Arraes de Alencar
Almir Campos de Almeida Braga	Hiram de Lima Pereira	Miguel Batista da Silva
Amaro Carneiro da Silva	Inácio Mariano Valadares Filho	Moisés Margolis
Amaro Fernandes da Silva	Inaldo Ivo Lima	Murilo Barros Costa Rego
Amaro Soares Quintas	Jarbas de Holanda Pereira	Murilo Costa Rego
Amaury Vasconcelos	João Alfredo Gonçalves da Costa Lima	Nailton de Almeida Santos
Andrade Lima Filho	João Barbosa de Vasconcelos	Newton da Silva Maia
Aníbal D'Albuquerque Bezerra	João Bosco Tenório Galvão	Ney de Albuquerque Maranhão
Aníbal de Oliveira Valença	João Vasconcelos	Oscar Santos
Antônio Bezerra Baltar	José Cardoso da Silva	Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima
Antônio de Andrade Lima Filho	José Carlos Estelita Guerra	Filho
Arnaldo Cavalcanti Marques	José Dias de Oliveira	Paulo Macário da Silva
Artur Lima Cavalcanti	José Fagundes de Menezes	Paulo Odilon Dockhorn
Audálio Tenório de Albuquerque	José Ferreira de Amorim	Paulo Régus Neves Freire
Barros Barreto	José Inácio da Silva	Paulo Rodolfo de Rangel Moreira
Carlos Luiz de Andrade	José Lamartine Távora	Pelópidas Silveira
Cícero Tarjino Dantas	José Leite Lopes	Ramiro Justino da Silva
Claudio Braga	José Marques da Silva	Renato Gomes da Silva
Clodomir Alcoforado Leite	José Saraiva de Macedo	Rinaldo Gomes Santiago
Clodomir Santos de Moraes	Josezito Moura do Amaral Padilha	Roberto de Moraes Coutinho
Clóvis Costa Lima	Josué Apolônio de Castro	Romero do Rego Barros Rocha
David Capistrano da Costa	Joviniano Ferreira de Almeida	Sérgio Murilo Santa Cruz Silva
Décio Padilha	Juarez Antônio Mendes	Severino de Souza Borba
Demóstenes Dias da Rocha	Juracy da Costa Andrade	Severino de Souza Pepeu
Dorany de Sá Barreto Sampaio	Jurandi Bezerra Lins	Severino Rodrigues Sobrinho
Dourival Rodrigues Beulke	Lamartine Távora	Silvio Pessoa
Edgar Bezerra Leite	Lenito Cândia de França	Ubiraci da Silva Barbosa
Edson Moury Fernandes	Liberato Pereira da Costa Júnior	Vicente Alfredo Carício
Egídio Ferreira Lima	Liberato Xavier	Waldemar Alberto Borges Rodrigues
Elias Libânio da Silva Ribeiro	Lúcio Flávio Uchoa Regueira	Filho
Estácio Souto Maior	Luiz Cavalcanti	Waldemar Alves da Silva
Eufrásio Barbosa	Luiz de Andrade Lima	Waldemar Amaro Ferreira
Fausto de Lima Nogueira	Luiz de França Costa Lima Filho	Waldemar Luiz Alves
Felício Coelho de Medeiros	Luiz Portela de Carvalho	Waldir Ximenes de Farias
Francisco Julião Arruda de Paula	Luiz Serafim dos Santos	Willian Torres Jansen
Geraldo Pinho Alves	Luiza Dantas Pimenta	Wilson de Souza Queiroz Campos

RELAÇÃO DOS SECRETÁRIOS DE GOVERNO EM 1964
EXONERADOS E NOMEADOS PELO GOVERNADOR PAULO GUERRA ³¹⁶

SECRETARIADO EXONERADO “ATENDENDO A PEDIDOS” ³¹⁷	SECRETARIADO NOMEADO PARA OS CARGOS VAGOS
Anita Paes Barreto – Educação e Cultura	Edson Moury Fernandes – Educação e Cultura
Antonio Fausto Nascimento – Secretário Assistente	Marco Antônio de Oliveira Maciel – Secretário Assistente
Enildo Galvão Carneiro Pessoa – Administração do Porto do Recife	Heitor Antonio Fernandes de Oliveira (capitão-de-corveta) – Administração do Porto do Recife
Fernando Augusto de Mendonça Filho – Secretário Particular	Joaquim Coutinho Correia de Oliveira – Secretário Particular
Fernando de Vasconcellos Coelho – Presidente do IPSEP	Nestor Cavalcanti - Presidente do IPSEP
Francisco Brennand – Chefe da Casa Civil	Edson Régis de Carvalho – Chefe da Casa Civil
Gildo Guerra – Presidente da Fundação da Promoção Social	
Hando Trench – Comandante Geral da Polícia Militar	Sílvio de Melo Cahú – Comandante Geral da Polícia Militar
Hélio Mariano – Governo	José Antonio Barreto Guimarães – Governo
Humberto Freire de Andrade – Segurança Pública	Ivan Rui de Andrade Oliveira (coronel) – Segurança Pública
Jader de Holanda – Agricultura, Indústria e Comércio.	Mário Lacerda de Melo – Agricultura, Indústria e Comércio
João Ferreira Lima – Saúde	Álvaro Vieira de Melo – Saúde
João Guerra – Fazenda	Mariano Teixeira – Fazenda
Jovany Sampaio – Administração	Arnaldo Assunção – Administração
Luiz Gonzaga Arcoverde – Procurador Geral do Estado	
Luiz Souto Dourado – Interior e Justiça (pediu exoneração a Miguel Arraes)	João Inácio Ribeiro Roma – Interior e Justiça
Ned Cavalcanti Lima – Departamento de Saneamento do Estado	João Geraldo Gonçalves – Departamento de Saneamento do Estado
Risaldo Carneiro Raposo – Departamento de Estrada de Rodagem	Florisval Silvestre neto – Departamento de Estrada de Rodagem
Romeu Sobreira de Moura (major) – Chefe da Casa Militar	Nelson Ambrósio da Silva (coronel) – Chefe da Casa Militar
Sílvio Lins – Viação e Obras Públicas	Murilo Carneiro Leão Paraíso – Viação e Obras Públicas
Waldir Ximenes de Farias – Companhia de Revenda e Colonização.	Manuel Paz de Lima (general) e Bráulio Ferraz (coronel) – Companhia de Revenda e Colonização
	Walter Costa Porto – Departamento de Assistência às Cooperativas

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
EXONERADOS “ATENDENDO A PEDIDOS” ³¹⁸	NOMEADOS PARA OS CARGOS VAGOS
Francisco de Moraes Souto – Delegado Auxiliar	Álvaro da Costa Lima- Delegado Auxiliar
Gildo Sá Leitão Rios – Ordem Econômica	Moacir Sales de Araújo – Ordem Econômica
Ivanildo Leal Avelar – Trânsito	Anésio Mota –Trânsito
Olinto Ferraz – Investigação e Capturas	Romildo Leite – Investigação e Capturas
Miguel Dália – Vigilância Geral e Costumes	Nivaldo Braz de Almeida –Vigilância Geral e Costumes
Hulmo Zoroastro dos Passos – Acidentes	Galba Matos –Acidentes
Plínio Alves de Araújo Filho – 1º Distrito	Ivon Pires – 1º Distrito
Solon Pereira de Araújo – 2º distrito	Rivadavia Rocha – 2º distrito
João Clímaco Ratis de Azevedo e Silva – 3º distrito	João Batista Moreno – 3º distrito
Rubem José Guimarães da Silva – 4º Distrito	Mauro Fonseca – 4º Distrito
Alexandrino de Barros – 5º distrito	Gil Teobaldo de Oliveira – 5º distrito
Francisco Pinto – Menores	João Paulino da Nóbrega – Menores
	Ranulfo Cunha – Administração

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 1724 D Fundo 1156	Prontuário - Atos da Revolução (Aeronáutica)	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Coletânea (rara) publicada pelo ministério da Aeronáutica, em dois volumes, contendo todos os atos de exonerações de pessoas contrárias ao Governo Militar, após o ano de 1964.
APEJE: DOPS – PE, nº 29694	Prontuário - Atos Institucionais	DOPS - SSP-PE	Publicação da Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, de 1964, contendo: - Ato Institucional do Comando Supremo da Revolução; - Decreto nº 941, de 20/04/1964, do Governo do Estado; - Legitimidade do Ato Institucional.
APEJE: DOPS – PE, nº 121 Fundo 6392	Prontuário Funcional - Edson Moury Fernandes.	DOPS - SSP-PE	Contém documento informando que Edson Moury teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos; e pedido de busca sobre denúncia recebida contra Edson Moury.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 1574	Prontuário - Fotos (Prestes, Arraes, Reuniões, Associações, Indivíduo)	DOPS - SSP-PE	Cartazes, fotografias, panfleto, selo com símbolo do PCdoB.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 28560	Prontuário - Ofícios Expedidos (Francisco Julião)	DOPS - SSP-PE	Documentos sobre audiências do processo contra Francisco Julião.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 30707	Prontuário - Francisco Julião - Recorte de Jornal	DOPS - SSP-PE	Recortes de jornais sobre Francisco Julião.
APEJE: DOPS – PE, nº 15923 Fundo 22017	Prontuário Individual - Germano de Vasconcelos Coelho	DOPS - SSP-PE	Registro geral e de preso, antecedentes, parte, ofício, termos de declarações, informações, recortes de jornais, cartilha do Movimento de Cultura Popular (MCP).
APEJE: DOPS – PE, nº 14311 Fundo 12184 A	Prontuário - Gregório Bezerra	DOPS - SSP-PE	Registro geral e de preso, antecedentes, histórico, investigações de Campana, datiloscópica, textos e publicações, ofícios, alvará, documentos manuscritos, anotações de serviço de observação, biografia, correspondências, diligências, informações, mandado de prisão, fotografias, Parte de Serviço, pedido de busca, relatórios, telegramas, termo de declaração, termo de perguntas.
APEJE: DOPS – PE, nº 12335 Fundo 18795 B	Prontuário - Miguel Arraes de Alencar	DOPS - SSP-PE	Antecedentes, Registro do Preso, Encaminhamentos, Relatório da Reunião em Timbaúba, Boletim do Governo da Alemanha, Apelação de 1965, Cópia do manuscrito Pe. Vito, Depoimento de Viriato Natividade Duarte, Publicações, Descrição do Esquema, Discurso de Miguel Arraes, Fotografias, Histórico sobre Miguel Arraes, Informações, Lista de Advogados de PE, Ofícios, Listagem de subversivos, Relatórios, Texto de Natal, Informações, Resposta ao Radiograma, Resposta Circular, Convenção de Emancipação RJ, Documento Confidencial, Relatório IPM, Textos e Publicações, Documentos sobre Dom Helder.
APEJE: DOPS – PE, nº 10077 Fundo 16458 B	Prontuário Individual - Pelópidas Silveira	DOPS - SSP-PE	Contém: - Antecedentes. - Requerimento de Pelópidas Silveira, de 25/05/1964, encaminhado à Comissão constituída (Universidade do Recife) para dar cumprimento aos artigos 7º e 8º do Ato Institucional. Declara ser do Partido Socialista Brasileiro (de “esquerda não subversiva”), pedindo que lhe seja assegurada ampla defesa para comprovar inocência à imputação de subversão, “dada essa oportunidade estará tranqüilo de que cessará inclusive a sua detenção”. - Autos de declarações de Moisés Barbosa da Silva e de José Gueiros de Carvalho. - Transcrição de matéria de jornal sobre Pelópidas e recortes de jornais. - Carta de Paulo Cavalcanti à Pelópidas Silveira. - Relação de comunistas que estiveram no Teatro de Santa Isabel em evento em homenagem a Pelópidas Silveira. - Campanas diversas.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_88734_75	Relatório mensal de informações	Ministério da Aeronáutica – Centro de Informações da Aeronáutica (CISA)	Estudo teórico sobre Comunismo com representações gráficas de suas estruturas. Relatório sobre atuação política em todos os estados brasileiros.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_48309_72	Informação nº1872 S/193.2 - Parlamentares integrados à propaganda comunista	Centro de Informações do Exército (CIE) do Rio de Janeiro	Informação originária do IV Exército sobre propaganda adversa contra os órgãos de segurança - cita Marcos Freire e Jarbas Vasconcelos.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_ N8_004_045	Ata da reunião de cassações na Câmara Federal	Conselho de Segurança Nacional (CSN)	Ata da reunião com o Presidente da República e todo o CSN, inclui ministros e chefes militares.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_97584_76	Informação nº 1444/S-102-A9-CIE	CIE	Dossiê sobre Germano Coelho
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_222_79	Informação nº 1584	CIE	Sobre Miguel Arraes e Gregório Bezerra
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_33695_70	Relatório especial de informações	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Dados colhidos na documentação apreendida no aparelho de Toledo e Relação de nomes e codinomes.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_73089_74_001 e AC_ ACE_73089_74_002	Informação nº 058/16/74	SNI	Sobre o Movimento Popular de Libertação (MPL).

FONTES TESTEMUNHAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Depoente (s)	Assunto em Pauta
Sessão pública, Sindicato dos Servidores de Pernambuco (SINDSEP), Recife-PE, em 19 de novembro 2013.	Edgard Sobreira	Órgãos da Justiça
Sessão pública, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife-PE, em 19 de novembro 2015.	Dorany Sampaio Maurílio Ferreira Lima Waldemar Borges Luiz de A. Lima	Parlamentares

NOTAS - CAPÍTULO 10

287 COELHO, op. cit., p. 218-235.

288 CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo – memórias políticas. v. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2008.

289 PORTELLA, Eduardo. **Política Externa e Povo Livre**. São Paulo: Fulgor, 1963.

290 Após a outorga do AI-2, de 27.10.1965 – que subtraiu da apreciação, pelo poder judiciário, qualquer lesão de direitos individuais praticada com base nos atos institucionais ou complementares – foram arquivados no tribunal federal de recursos, em Brasília, vários man-

dados de segurança em que figurávamos como advogado de funcionários públicos ou de servidores autárquicos sumariamente demitidos após o golpe, por perseguição política. As ações eram fundamentadas, nesses casos, pela supressão sistemática do direito de defesa na instância administrativa. Por um lapso dos que o redigiram, o ato institucional não eliminara também essa garantia, que o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Federal de Recursos, em certa fase, consideraram subsistente. Centenas de *habeas corpus* e mandados de segurança impetrados em favor de presos e perseguidos políticos originários de todos os estados, foram igualmente considerados prejudicados, por força do art. 1º do AI-2 e, mais tarde, do art. II do AI-5.

291 CHAGAS, Carlos. Os sociólogos de ontem e de

- hoje. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jun. 1995, p. A-6.
- 292 LIMA, Jonas Ferreira. Perguntas e Respostas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 jul. 1999, p. A-5.
- 293 MAIA, Carlos Leite. **50 anos da AIP**: Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: Massangana, 1982, p. 255-277.
- 294 CARVALHO, Arthur. O Sistema Paulo Freire. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 mai. 1997, p. 3. ANDRADE, Juracy. Restaram engarrafamentos. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 ago. 1999, p. 7. ALVES, Roque de Brito. **Habeas corpus perante o Superior Tribunal federal**: 1967-1968. Recife: CEPE, 2014.
- 295 Os desenhos de Abelardo da Hora haviam sido expostos, inicialmente, em 1962, na Galeria de Arte da Prefeitura do Recife, destruída após o golpe. Segundo o artista o confisco dos álbuns “Meninos do Recife”, editados pelo MCP, deveu-se ao fato de que os desenhos “eram uma denúncia de pobreza. LEITE, Ronildo Maia Leite. Bom dia Recife. *Jornal do Commercio*, Recife, 30 abr. 1995, p. 2.
- 296 *Jornal do Commercio*, Recife, 29 dez. 1966.
- 297 LEITE, Ronildo Maia Leite. Bom dia Recife. *Jornal do Commercio*, Recife, 10 out. 1995, p. 2. Entrevista Clodomir Moraes. Um jornalista nas Ligas Camponesas. *Jornal do Commercio*, Recife, 8 out. 1995, p. 8.
- 298 BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 179.
- 299 MOURA, Ivana. As lições que vêm da terra. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 out. 1996, p. 1.
- 300 ALVES, op. cit., p. 65-80.
- 301 FREIRE, op. cit., p. 134-135.
- 302 VEIGA, Gláucio. Arco, Flecha e Alvo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 jul. 1979.
- 303 MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes**: Lutas e Autocríticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982, p. 171.
- 304 GORENDER, Jacob. 64: o fracasso das esquerdas. **Movimento**, São Paulo, n. 299, mar. 1981.
- 305 TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 21.
- 306 SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975, p. 394-407; 430-446.
- 307 BEZERRA, op. cit. p. 190-192.
- 308 PAGE, op. cit., p. 248-249.
- 309 Conforme o relato do secretário de Educação de Pernambuco no governo Jarbas Vasconcelos. ASSIS, Francisco de. O 1º de abril de 64. *Jornal do Commercio*, Recife, 2 abr. 2002, p. 9.
- 310 Famílias de estudantes recorrem por indenização. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 ago. 1997, p. 6.
- 311 BEZERRA, op. cit., p. 161.
- 312 TAVARES; MENDONÇA, op. cit., p. 21.
- 313 GORENDER, op. cit., p. 66.
- 314 BEZERRA, op. cit., p. 189. Não difere muito a crítica de Apolônio de Carvalho. CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997, p. 185-189. Também a análise de Leôncio Basbaum: BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**: de 1961 a 1967. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 87-99.
- 315 COELHO, op. cit., p.473-476.
- 316 Cf. COELHO, op. cit., p. 181-182.
- 317 Pelos atos de números 1842 a 2036, publicados no Diário Oficial do Estado a partir do dia 3 de abril de 1964, foram exonerados todos os secretários “atendendo a pedidos”. A única exceção foi o do secretário Luiz Souto Dourado – Interior e Justiça – que já havia pedido sua exoneração para assumir seu mandato de deputado e votar contra o “impeachment” de Miguel Arraes.
- 318 As exonerações foram publicadas no Diário Oficial do Estado a partir do dia 3 de abril de 1964.

CAPÍTULO II.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Este texto foi elaborado sob a responsabilidade da relatora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, com a colaboração de Fernando Coelho, Humberto Vieira e Henrique Mariano.

Em 2007, o livro *Direito à Memória e à Verdade* divulgou o trabalho de onze anos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, resultado de grande esforço de familiares dessas vítimas e do reconhecimento deste trabalho pelo governo federal. Nessa direção o trabalho de pesquisa foi se aperfeiçoando e trazendo a público acontecimentos ocorridos no campo, antes e durante a ditadura civil-militar; em 2010 foi publicado “Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962/1985, que trata sobre crimes ocorridos, no campo, em vários estados da Federação brasileira; a Comissão Nacional da Verdade, Violação de Direitos no Campo, 1946/1988, lançou seu relatório final em audiência pública, no Senado, em dezembro de 2014.

Cada documento que surge como denúncia de violações dos direitos humanos torna-se uma contribuição para o esclarecimento das relações sociais entre os trabalhadores e os proprietários de terras. Os camponeses e os povos indígenas foram os menos vistos nesse processo de recuperação da memória da luta camponesa: por uma reforma agrária, que não veio ou pelos seus direitos trabalhistas, sempre negados.

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, durante o período em que investigou as mortes e desaparecimentos de indivíduos que sofreram violações dos seus direitos mais primários por agentes do Estado brasileiro, registrou número elevado de casos graves de mortes e torturas de trabalhadores rurais, efetuadas por agentes privados que tinham a cobertura e a anuência de autoridades civis e militares. Esta realidade levou a CEMVDHC a apresentar um relatório temático sobre a situação camponesa neste estado registrando os casos mais emblemáticos anteriores e posteriores ao ano de 1964.

Esta tarefa da CEMVDHC complementa e dá continuidade ao que se iniciou pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos “que a partir de uma iniciativa do executivo federal, assumiu a responsabilidade do Estado pela morte ou

desaparecimento de opositores ao regime militar em decorrência da ação do seu aparelho repressivo”³¹⁹.

A CEMVDHC promoveu audiência pública sobre ocorrências relativas às graves violações de direitos humanos contra camponeses e militantes políticos, na zona rural, em Pernambuco, no período da ditadura militar, iniciada em 1964 e no anterior a este fato e depois dele.

O trabalho da Relatoria das graves violações aos direitos humanos nos movimentos sociais do campo baseia-se em documentos da época, em depoimentos de militantes e seus familiares, como inquéritos instaurados por instituições policiais-militares, processos trabalhistas como é o caso da Chacina de Matapiruna³²⁰ e processos-crime como exemplo o massacre do Engenho Oriente; a literatura sobre o tema é volumosa; dissertações e teses universitárias, entrevistas de líderes como Gregório Bezerra, Francisco Julião, Clodomir Moraes e de líderes camponeses têm ajudado aos pesquisadores na compreensão do problema da terra tão antigo no Brasil, que poderíamos reportá-lo às dificuldades dos índios em se manter vivos, durante a colonização.

A CEMVDHC tem consciência de que o seu trabalho não vai esgotar as denúncias sobre as barbaridades praticadas contra camponeses em todas as regiões do estado de Pernambuco.

Na relação das 51 vítimas de morte e desaparecimento por agentes do Estado brasileiro constam vários camponeses como Albertino José da Silva, José Inocêncio Barreto, Amaro Félix Pereira e Manoel Aleixo da Silva, cujas biografias foram escritas e, na medida do possível, as circunstâncias de suas mortes e ou desaparecimentos esclarecidos. Aqui, relatamos as mortes de vários camponeses como os da Usina Estreliana, a do militante Jeremias no Engenho Oriente, a prisão e tortura de Gregório Bezerra, entre outras vítimas reconhecidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAPE – e pela Comissão Camponesa da Verdade.

Das poucas notícias sobre a formação de organizações camponesas, no Brasil, há algumas indicativas que em 1930, no município de São João do Meriti, no estado do Rio de Janeiro, funcionava o Sindicato Agrícola de Meriti, formado por pequenos camponeses autônomos³²¹. Em 1935, já funcionavam 600 sindicatos urbanos no país e apenas dois sindicatos de trabalhadores rurais de trabalhadores agrícolas, em Campos e Parati, também no estado do Rio de Janeiro. Em 1940 há registros da existência de algumas ligas camponesas em Pernambuco, mas de existência efêmera, por causa da reação dos proprietários de terras contra este tipo de organização. Na Bahia, nos anos 50, há registros de sindicatos em Belmonte e Ilhéus. O Partido Comunista Brasileiro fundou algumas ligas camponesas em alguns estados da Federação brasileira, sob forte oposição dos donos de terras ajudados pela polícia. Portanto as organizações de camponeses surgem e ao mesmo tempo são consideradas casos de polícia.

VIOLÊNCIAS NO CAMPO

Em 24 de julho de 1949, a *Folha do Povo*³²² publica denúncia sobre a situação dos camponeses na Usina Nossa Senhora das Maravilhas, em Goiana, de propriedade do usineiro Diniz Perilo. Segundo o jornal, a vítima foi Antonio Firmino, que vivia de fabricar cordas, não é camponês, mas cedeu sua casa para que a liga camponesa tivesse uma sede e os camponeses e pequenos sítiantes pudessem nela se reunir. Firmino já velho foi espancado e proibido de tirar embiras no mato; proibido de caçar veados, pacas, caranguejos nos mangues. Para sobreviver, locomovia-se até as matas da Paraíba, mas mesmo assim “em Boca da Mata foi espancado até cair exânime, por quatro capangas da Usina Maravilha”. A notícia é completada por informações sobre a violência dos Perilos: “o doutor Eugênio, o doutorzinho até já matou um cristão com um tiro na boca, apenas porque não lhe deu as boas tardes”³²³. Apesar dessa luta desigual, os camponeses confiavam que poderiam um dia ter terras para nelas trabalhar.

A partir da redemocratização em 1945, houve mobilização das massas camponesas em muitos estados da Federação brasileira.

Nesse esforço se destacou naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agremiações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo empregando para isso a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários³²⁴.

Estas e outras ações das elites pensantes deste país levaram os trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, a níveis muito baixos de educação e

de expectativa cidadã. As leis trabalhistas somente atingiram o campo no governo de João Goulart.

A consolidação das leis trabalhistas deu impulso ao desenvolvimento do sindicalismo urbano no Brasil, mas, no mesmo período, o sindicalismo rural não conseguiu leis específicas para sua regulamentação e proteção. Esta realidade levou aos que atuavam politicamente no campo a utilizar o Código Civil brasileiro, que admite a organização de associações não necessariamente trabalhistas. Entre 1945 e 1947, os comunistas fundaram centenas de *ligas camponesas*, em grande parte do país, principalmente nos meios rurais. Estas organizações incluíam assalariados agrícolas, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros em quase todos os estados brasileiros. O PCB dirigiu esse movimento acobertado pela aliança operário-camponesa, com palavras de ordem dirigidas a uma política unitária para os trabalhadores. Não houve nesse momento o surgimento de uma liderança expressiva camponesa, tanto pela presença de Luís Carlos Prestes no partido, quanto pelo desnível ideológico dos camponeses em influir nas teses programáticas do movimento agrário.

À proporção que o movimento camponês foi se estruturando, a violência dos latifundiários foi aumentando na completa impunidade, com o apoio das autoridades civis e militares, sem que houvesse legislação a qual os camponeses pudessem recorrer.

Em 1947, com o PCB na ilegalidade, houve o fechamento das ligas camponesas no Brasil e conseqüentemente a perseguição aos camponeses militantes, com prisões e grande número de assassinatos, sob a responsabilidade do governo do general Eurico Gaspar Dutra, comprometido com os latifundiários. Apenas poucas organizações continuaram resistindo na clandestinidade e muitas tiveram que se reorganizar sem a assistência política do partido, principalmente onde predominava a agricultura de subsistência.

No arquivo do DOPS/PE encontra-se um relatório de um investigador da Polícia Civil, Waldeimar de Souza, nº 41, que assina esse documento. Nele, o investigador descreve a visita que fez ao Engenho Taboca da Furna, em Vitória de Santo Antão/PE, em 15 de março de 1951. Ele relata o seguinte:

1. Até novembro de 1950 existiu uma Liga Camponesa na propriedade Mourico, próximo à cidade de Vitória de Santo Antão.
2. No Engenho Taboca de Furna a 37 km de Vitória de Santo Antão os trabalhadores estão parados porque o novo proprietário, sr. Dácio Wanderley Santiago, chegou em novembro de 1950 e trouxe consigo 30 trabalhadores; reuniu os antigos moradores e deu prazo para se retirarem de suas terras. Revoltados, reuniram-se

na residência de Moisés Francisco Sales, não aceitando as novas ordens. São 70 trabalhadores que habitam nesse engenho e, destes, 37 têm entre dezesseis e cinquenta e dois anos de residência no local. Eles têm, inclusive, muitas benfeitorias feitas no terreno.

3. A questão dos trabalhadores foi parar na Justiça. O advogado do dr. Dácio deu seis meses para que eles se retirassem.

4. Dos 37 moradores, 20 concordaram com a proposta do sr. Dácio Wanderley.

5. O juiz de Direito de Vitória, José Aragão Bezerra Cavalcanti, não demonstra o menor interesse pela causa dos moradores e concordou com o advogado do senhor de engenho de engavetar o protesto dos moradores.

6. Os 17 moradores inconformados designaram uma comissão de cinco homens a fim de comunicarem a situação ao governador Agamenon Magalhães. Este encaminhou ao secretário de Agricultura do estado, que por sua vez enviou um agrônomo e um fotógrafo, que não fotografou os prejuízos, pelo adiantado da hora.

7. Não existe e jamais existiu Liga Camponesa no Engenho Taboca da Furna. Não foi encontrado material comunista nas residências dos moradores. A propriedade não foi visitada por nenhum elemento estranho ou comunista.

8. O que existe é uma forte união entre os moradores relutantes, oriunda da situação crítica em que se encontram e da perseguição que sofrem por parte do sr. Dácio Wanderley Santiago.

O relatório é esclarecedor em relação à investigação. Ela é feita não para apoiar as reivindicações dos trabalhadores e corrigir os desmandos do proprietário, mas para verificar *in loco* se eram comunistas ou se estavam organizados a partir de uma entidade de classe. De toda forma, as injustiças eram tão gritantes em relação ao trabalhador rural, que um agente do Estado, mesmo treinado e orientado para proteger os poderosos, não se furtou a relatar apenas a verdade.

Apesar das dificuldades, em 1954 foi realizado

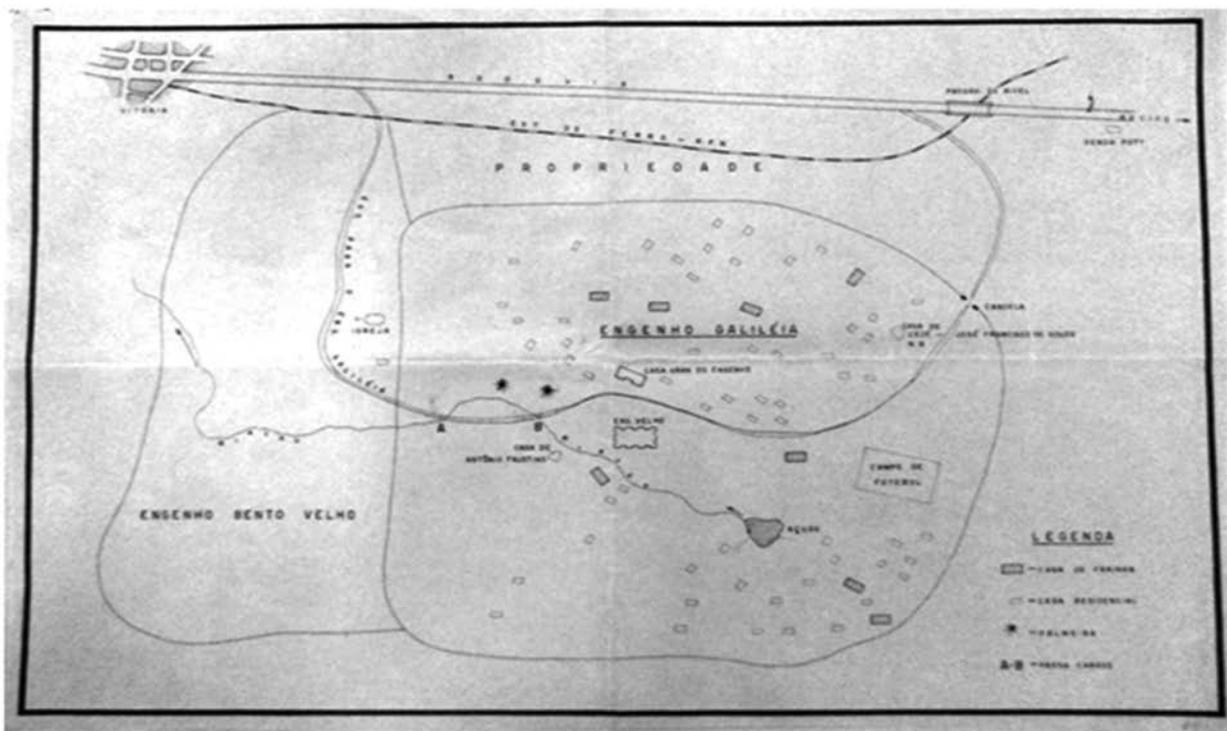
o Primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, em Pernambuco. Com expressiva participação de camponeses, pequenos agricultores e assalariados o congresso se realizou em Limoeiro sob a liderança de um operário, Pedro Renaux Leite, de orientação comunista. Tinha como objetivo reunir grande número de associações e se institucionalizar. A polícia encerrou violentamente o congresso, mas em contrapartida foi expulsa da cidade pela invasão de milhares de trabalhadores agrícolas armados de foices, facões e enxadões, todos pertencentes ao Sindicato Agrícola de Goiana, que funcionava sem personalidade jurídica.

Ainda, em 1954, há registro da existência do Sindicato dos Trabalhadores da Usina de Barreiros, em Pernambuco, e de algumas ligas camponesas no município do Recife, como a da Iputinga, dirigida por José Ayres dos Prazeres, e a da Mirueira, em Paulista, dirigida por Manoelzinho; as Ligas de Limão, em Água Preta, Espera e Cova da Onça, em Jaboatão, eram as mais ativas. Em novembro de 1955, um grupo de camponeses, liderados pelo velho João Tomás, do município de Goiana, repeliu à bala a agressão feita pela polícia na instalação de uma liga camponesa.

A partir de 1958, com a formação da Frente do Recife, que reunia partidos de oposição ao governo liderado pelo PSD ³²⁵, elegeram-se prefeitos do Recife – Pelópidas Silveira e Miguel Arraes de Alencar. Políticos sensíveis às diferenças sociais e às dificuldades dos trabalhadores, realizaram administrações voltadas para as camadas sociais menos favorecidas. Em 1962, com a eleição de Miguel Arraes ao cargo de governador, os trabalhadores de todo o estado sentiram na nova administração apoio às novas leis trabalhistas estendidas ao campo. Após a posse do governador, as ligas camponesas realizaram 80 atos públicos ³²⁶.

LIGAS CAMPONESAS

Essas lutas pretéritas levaram a massa camponesa a compreender que poderia se organizar sob forma política não declarada explicitamente. Daí surgiu, em 1955, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) baseada no núcleo de camponeses do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco.



Propriedade Engenho Bento Velho (Engenho Galileia) - Fundo 31858 Mapoteca 1 gaveta 4 documento 9

No Engenho Galileia habitavam cento e quarenta famílias, cerca de mil pessoas, mais ou menos, em 1961. Não eram assalariados, eram posseiros e rendeiros. O proprietário do engenho, Oscar Beltrão, negava aos trabalhadores o direito previsto na Constituição Federal que obriga a que todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores ofereça escola gratuita aos filhos dos seus empregados.

A SAPPF era uma sociedade beneficente, de auxílio mútuo. Seu objetivo era fundar uma escola primária e constituir um fundo para adquirir caixões para enterrar crianças (na época havia alto índice de mortalidade infantil) e adultos. O estatuto da sociedade previa a compra de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental e de assistência técnica. Após a eleição da diretoria – presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, os trabalhadores convidaram o proprietário Oscar Beltrão para ocupar o cargo de presidente de honra da SAPPF, e ele aceitou. Alertado pelos seus colegas Sadir Pinto do Rego, dono do Engenho Surubim, e Constâncio Maranhão, dono do Engenho Tamatamirim, Oscar Beltrão declinou do convite e passou a perseguir camponeses associados, exigindo a extinção da Sociedade. Houve resistência e a maioria apoiou o movimento liderado pelo antigo administrador do engenho, José Francisco de Souza, o Zezé da Galileia.

Os proprietários chamavam o movimento camponês de Ligas Camponesas. Esta denominação difundida pelos proprietários tinha a intenção de “carimbar” o movimento camponês como atividade comunista. De fato, os comunistas tinham or-

ganizado ligas de trabalhadores urbanos ou rurais, como a da Iputinga e a da Mirueira, no Recife e em várias partes do país.

A perseguição se fez cada vez mais violenta e a reação dos camponeses, através de suas lideranças, foi buscar apoio no Recife, junto à Assembleia Legislativa de Pernambuco. José dos Prazeres, líder da Liga da Iputinga, e Paulo Travassos, presidente da SAPPF, conseguiram o apoio de parlamentares como os deputados Ignácio Valadares Filho, José Dias da Silva, da UDN; Francisco Julião de Paula, do Partido Socialista; Clodomir Moraes e Paulo Viana de Queiroz, do Partido Trabalhista Brasileiro; o vereador Guimarães Sobrinho, do Partido Social Trabalhista; o prefeito de Paulista Cunha Primo, do Partido Social Democrático; e o advogado Djaci Magalhães, do Partido Comunista. Após a formação desse núcleo de apoio, esses defensores dessas sociedades passaram a visitar periodicamente os locais de camponeses organizados, tentando evitar que a polícia praticasse atos de violência contra os camponeses. A criação de ligas camponesas localizadas em engenhos ou lugares de assalariados isolados, levava a questões de vulnerabilidade em relação aos proprietários, à polícia e à Justiça. Com o intuito de fortalecer o movimento, posteriormente foi criado o Conselho Regional das Ligas, composto de profissionais liberais, políticos, intelectuais, pessoas influentes na sociedade, formadores de opinião. Em geral, estavam presentes, entre outros militantes, comunistas e socialistas. No Conselho Regional das Ligas Camponesas de Pernambuco, Francisco Julião de Paula era uma figura proeminente, tendo sido eleito Presidente de

Honra das Ligas Camponesas.

Em 1964 existiam setenta ligas camponesas ³²⁷ em vários municípios do estado de Pernambuco, a saber:

- Água Preta – Xexéu, Limão e Caiçara;
- Arcoverde – Av. João Pessoa, 522;
- Amaragi – Engenho Amaragi;
- Barreiros – na cidade;
- Belo Jardim – na cidade;
- Bezerras – Sítio Junco/ Fazenda Japecanga;
- Bom Jardim – Fazenda Vitória/ Bizarra;
- Bonito – Barra de Guabiraba, no Sítio Estreito e a do Engenho Vera Cruz;
- Buíque – no Sítio Contador, no Sítio Cabo do Campo/Serrinha;
- Cabo – Ponte dos Carvalhos, Engenho Tiriri e Engenho Camaçari;
- Canhotinho – Caititu;
- Carpina – no município;
- Cortez – no município;
- Escada – no município;
- Gameleira – no município;
- Glória de Goitá – Apoti – propriedade Ossos;
- Goiana – na cidade de Goiana, em Condado e em Porta d'Água;
- Gravatá – na cidade, no Sítio Jucá e no Sítio Nicácio;
- Igarassu – na cidade e em Araçoiaba;
- Ipojuca – na Usina Salgado;
- Jaboatão – no centro da cidade, no Engenho Cova de Onça, no Cristo Redentor/ Taboqueira e Cumby, na Goiabeira/Santo Aleixo e a do Engenho Mussaíba;
- João Alfredo – em Oiteiro;
- Maraial – no Engenho Lusitano;
- Machado – em um distrito;
- Moreno – na cidade;
- Nazaré da Mata – no Engenho Babilônia;
- Olinda – da Santa/ Fragoço;
- Palmares – Engenho São Manoel;
- Pau d'Alho – no centro da cidade, a do Engenho Malemba e a do Engenho Pindobal;
- Paulista – Mirueira e Jaguaribe;
- Pedra – na propriedade Alegre;
- Pesqueira – no centro da cidade e a do Posto dos Índios;
- Quipapá – em Cavas, no Engenho Quipapá e a do Engenho Uruçu;
- Recife – a sede das Ligas, a da Boa Ideia, a da Iputinga, a de Beberibe e a do Totó;
- Ribeirão – no centro da cidade;
- Rio Formoso – no Engenho Cigarra;
- São Lourenço da Mata – São Lourenço/Engenho Pau Ferro;
- Também – na cidade;
- Timbaúba – no centro da cidade;
- Vitória de Santo Antão – no centro da cidade, a de Caiçara, Galileia, Mauês.

Hino do Camponês

Letra: Francisco Julião

Música: Geraldo Menucci

Regência: Geraldo Menucci

*Companheiros, irmãos de sofrimento,
Nosso canto de dor sobe da terra.
É a semente fecunda que o vento
Espalha pelo campo e pela serra*

*Estrilho: A bandeira que adoramos,
Não pode ser manchada,
Com o sangue de uma raça,
Preso ao cabo da enxada.*

*Não queremos viver na escravidão,
Nem deixar o campo onde nascemos.
Pela terra, pela paz e pelo pão,
Companheiros, unidos, venceremos.
Estrilho*

*Hoje somos milhões de oprimidos,
Sob o peso terrível do cambão.
Lutando nós seremos redimidos;
a reforma agrária é a salvação
Estrilho*

*Nossas mãos têm calos de verdade,
Atestando o trabalho honrado e duro.
Nossas mãos procuram a liberdade
E a glória do Brasil para o futuro.
Estrilho*



Francisco Julião



Geraldo Menucci

DEPOIMENTOS QUE CONFIRMAM A VIOLÊNCIA NO CAMPO

A CEMVDHC realizou, em 18 de agosto de 2016, sessão pública no auditório do SINDSEP de depoimentos com camponeses sobreviventes à ditadura, que atuaram nas ligas e nos sindicatos. São testemunhos da violência, que atingia os camponeses e de suas vidas miseráveis. São denúncias dos castigos corporais que recebiam, da desconstrução dos indivíduos e das mortes dos trabalhadores, por defenderem seus direitos e por compreenderem a importância da organização política. Quando foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, milhares já haviam morrido de exaustão, de doenças e maus-tratos, quando não assassinados. Para fazer valer o Estatuto do Trabalhador Rural, outro tanto de trabalhadores rurais foi sacrificado. De acordo com os depoimentos que seguem, os nossos rios e açudes são leitões para os mortos.

José Paulo Assis, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, ex-vice-prefeito de Rio Formoso e ex-diretor da FETAPE, fez seu depoimento ³²⁸ à CEMVDHC descrevendo a situação dos camponeses em Pernambuco e a violência sem limite dos donos de terras.

José Paulo de Assis – O meu nome é José Paulo de Assis. Sou um camponês analfabeto, nunca fui para escola na minha vida, aprendi meu nome chamando boi. Comecei a trabalhar com sete anos de idade, nasci em 36, comecei a trabalhar em 43, uma crise horrível. Em 1945, eu tinha nove anos, quando terminou a Segunda Guerra Mundial. A crise era terrível, não é? Farinha vinha do Rio Grande do Sul, a comida aqui era a carne de baleia, não chegava nem no sítio onde a gente morava. Então, meus amigos e minhas amigas, me permitam chamar dessa forma, a situação pesadíssima depois da Segunda Guerra Mundial, muito pior do que antes, um sofrimento triste. Levava minha conta que a minha irmã passava para o serviço, chamando boi e ABC, foi assim que eu aprendi. Nunca fui para a escola um dia porque também não tinha escola também na região. E, foi assim que eu aprendi. Aprendi com a vida, aprendi com o mundo, tomando conta da minha mãe e três irmãs, ganhando oito mil réis por dia. Minha mãe ia para a feira em Sirinhaém, trazia seis cordas de caranguejo e trazia também uma cuia de farinha, naquele tempo não era por quilo, era por cuia: a cuia de Barreiros, a cuia de Sirinhaém, uma maior, outra menor. E foi assim a minha vida. Depois da Segunda Guerra Mundial, minha mãe não podia comprar nem querosene, nem gás para lumiar dentro de casa porque só vendia gás a quem tinha, a quem podia, a quem fazia feira na bodega da cidade. Aí, vendia uma garrafa

de gás e nós ficava no escuro porque não tinha dinheiro para comprar gás porque eu ganhava oito mil réis por dia. Nesse tempo, não havia remunerado, repouso remunerado, que só veio depois de Miguel Arraes e João Goulart. Então era 48 mil réis que a minha mãe levava pra feira, meus amigos e minhas amigas, foi a minha vida sempre; minha roupa eu me lembro que minha mãe comprava na padaria. Tinha umas letrazinhas bonitinhas, “moinho Recife”, “60 kg”, era justamente a minha roupa, minha mãe comprava pra fazer calça e camisa. Isso rolou até chegar... Vi muitos companheiros no serviço trabalhar a pulso, chegava a noite, chegava os caminhões, chegavam os carros da Usina, encostava a máquina; vi vários companheiros trabalhar doentes; eu nunca trabalhei, nunca trabalhei a pulso de jeito nenhum, porque antes de ser a pulso eu já ia trabalhar. Pra não trabalhar a pulso, eu via os outros, então eu aprendia com os outros. Portanto a repressão era terrível. Essa coisa modificou a partir do momento em que foi eleito um senhor, que eu assisti a falação dele lá na frente do mercado, foi dr. Miguel Arraes de Alencar, em 62, quando eles subiam num caminhão lá de Severino Alicate e dizia: “Meus senhores, minhas senhoras, meus amigos, se eleito for, muita coisa não trago pra vocês, mas vou mandar pelo menos uma banda de cuscuz”. A partir daí, que ele foi eleito, assumiu em 63, aí meus amigos e minhas amigas, foi quando o preto aqui comeu uma carninha, porque antes disso não havia informação nenhuma nos engenhos; eu morava no engenho Xanguá, não havia informação nenhuma, ninguém tinha um rádio, só quem tinha rádio era o barraqueiro. Naquele tempo já Luiz Gonzaga vinha pra rádio Jornal, a gente tinha notícia; nas quartas-feiras era quando esse barraqueiro que já era o vendeiro de um engenho, ligava o rádio à noite. Quando ele ligava a gente assistia Luiz Gonzaga na rádio. E rádio depois a gente só veio ver depois que Miguel Arraes assumiu o governo do Estado, portanto, gente, é como aquela cantiga “o que é bom dura pouco”. Logo, logo veio abril de 64, a partir daí, meus amigos e minhas amigas, eu gostaria de adiantar, justamente o que ocorreu no engenho aonde eu morava. Eu morava nesse engenho Xanguá, eu não tenho nada organizado em papel, nem data, porque não me ocorria que ia ter essa oportunidade, tá certo? Também é o tempo, que também não ajuda a gente a anotar as coisas, mas no engenho que eu morava, eu vi seu Francisco Firmino, o pai do meu cunhado, tiraram ele de dentro do rio, com a barriga cheia d’água, da pisa que levou da polícia, já foi tirado morto. E isso ocorria assim, sistemático, só faziam mais à noite, que era pra justamente talvez a gente não ver. E

muita gente não vê. Justino Albertino tem um irmão lá, Antônio Albertino e antes de eu sair eu fiz uma reuniãozinha com os parentes, pra poder vir aqui e ter mais segurança das coisas. Essa Comissão precisa de ir nesses locais que é pra justamente justificar e certificar isso que eu estou falando. Além do que eu já tinha falado, o velho, o pai do meu cunhado, seu João Firmino, o Justino Albertino levou uma pisa na frente de todo mundo assim, depois de um pouco de tempo morreu. Seu Amaro Justino também, que morava na barraca junto com ele. Levou uma pisa, sendo chamado assim de “agitador” e essas coisas todinhas. Morreu com um pouco de tempo. Amaro Gato, de São Francisco, do engenho São Francisco, Amaro Gato, a família mora em Santo Amaro, mora perto, essa Comissão precisa ir lá nesses locais e o sindicato pode ajudar a ir em cada local desses, para justificar essa questão. Amaro Gato, no engenho São Francisco, que era apelidado de engenho Carrapato, amarraram uma corda nos testículos dele e penduraram e chamaram os trabalhadores pra ver. Isso foi na casa de farinha, que tinha homem, mulher e tudo. A família dele, essa Comissão vai lá, e eu vou levar na casa dos filhos dele, da família dele. Eu vou levar lá, eu tenho todo interesse que tenha justiça, que haja justiça, pelo amor de Deus. Será que a gente vai falar em democracia se a gente também não juntar tudo isso aí? Não é? A gente precisa de juntar isso aí. No mesmo engenho fizeram fila de homem pra apanhar: “Façam fila aí, é pra apanhar! Fica tudo aí, não sai nenhum, só depois que apanhar”. E era assim, apanhando e saindo, apanhando e saindo. Um dirigente do sindicato, na época, era um tal de Neném. Nunca deu o nome dele pra ninguém, o nome só era Neném. Com o golpe, ele tinha um pouco de raiva de um velho lá, Elias Domingos, a família está lá, a Comissão graças a Deus vai ajudar nisso aí; o dirigente do sindicato pegou o jipe, botou na porta do rapaz, porque não gostava dele, o homem levou uma pisa e morreu. Não é brincadeira um negócio desses meus amigos. Eu gostaria de estar aqui com um documento organizado, pra poder ajudar a Comissão melhor, mas eu estou falando isso, mas posso ajudar, no futuro estou lá, estou realmente terminando... Terminando não, porque meu mandato ainda tem uns dois anos como presidente do sindicato. Mas também estou organizando a minha aposentadoria que é pelo salário mínimo, mas tem também a parte da prefeitura que eu fui vice-prefeito da cidade, fui prefeito também, e eu gostaria que esse período pudesse ajudar, e estou tentando organizar essa questão da minha aposentadoria para justamente depois poder ajudar essa Comissão, antes de eu sair,

pra essa Comissão comprovar tudo direitinho o que eu estou falando aqui. Não tenho muita coisa pra dizer, e gostaria só de ficar por aqui. Esses acontecimentos que eu digo de trabalho a pulso foi antes, agora toda essa repressão foi depois. Depois de abril de 64. Puramente por agentes da polícia.

Em seguida prestou depoimento, José Joaquim da Silva, Zito da Galileia, neto de Zezé da Galileia, um dos fundadores da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAAP.

Zito da Galileia – Meu nome é Joaquim José da Silva, conhecido como Zito da Galileia. Então eu quero repetir que parabeno a mesa, os companheiros que estão presentes, e esse testemunho, ele já foi dado em vários lugares. Então, antes do movimento dos camponeses, antes das Ligas, e no período das ligas camponesas também, ali em Vitória de Santo Antão, no engenho Galileia, as repressões já existiam pelos latifundiários. Ela já havia. Se batia, jogava dentro do rio, amarrado, com uma pedra pendurada no pescoço, batia-se em camponeses. Por exemplo, no engenho Galileia, a miséria era total e absoluta. Total. A ponto de, até crianças, foram enterradas no mourão da porteira porque não tinha dinheiro pra enterrar. Ali o povo era subordinado a viver pagando “cambão”, que seria três dias de condição, de graça, havia o “engano do lápis”, que o barraqueiro errava na conta no momento de notificar, e quando terminava a semana o trabalhador chegava lá e não tinha mais nada a receber. Além do engano do lápis havia o “pulo da vara”, que o cabo aumentava, dava dez braçadas, a quatro em quatro triângulos, e o povo vivia em uma situação de miséria mesmo. E naquele engenho, Galileia, havia uma planta de laranja cravo. Essa planta de laranja, o Sr. Oscar Beltrão, dono do engenho, mandava os trabalhadores limpar o laranjal, ou carpir, como queira entender, e era necessário todos os trabalhadores trabalhar assoviando pra não chupar laranja. Então o trabalhador começava trabalhando, puxando a enxada, trabalhando e assoviando, fi fi fi, fi fi fi, quando ele cansava os lábios o dono da terra dizia: “Por que o senhor parou a música? Aqui não tem moleza pra ninguém não. Todo mundo tem que trabalhar assoviando”. Era pra não comer laranja. Tudo bem. Então o nosso vizinho proprietário, Constâncio Maranhão, que aparece hoje como Anacleto perguntou pra mim, porque ele aparece atirando naquela época, quando a CIA veio, em 1957, até Galileia, a CIA já estava monitorando os movimentos e a gente não sabia de nada. Chegaram lá, filmavam os bois, as galinhas, os cavalos, as crianças, as famílias; já

em 57 a CIA estava lá fazendo espionagem. E chegou no engenho Tamatá Mirim para perguntar ao dono do engenho como é que estavam os seus trabalhadores, se ganhavam bem, se comiam bem; e o Constâncio Maranhão disse assim, que os trabalhadores dele viviam bem, comiam bem e recebiam bem: “Se se organizarem aqui esse aqui garante a parada”, aí puxava um 38 e começava a atirar. Isso está no filme, a gente tem esse documentário, que foi filmado em 1957. Hoje eu guardo com muito carinho porque eu vejo eu, com 7 anos, olhando, quando minha vó jogava flores na cabeça de Francisco Julião, então eu passava ali, com 7 anos, com a camisa desabotoada, e depois de tantos anos eu vejo isso. Então, veja bem, o coronel Antônio Vicente era do engenho Outeirão. No açude, eu estive lá faz mais ou menos uns três meses que eu fui visitar esse açude, que eu nunca tinha ido, e aqueles moradores disseram a mim que ali, tem no mínimo, no mínimo, quinze corpos que eles viram jogar ali. Amarrava uma corda no pescoço, com uma pedra, e jogava dentro. Eu estive lá e fotografei aquele açude. Os trabalhadores disseram que eles viram 15. Ali tem mais, mas eles viram 15, serem jogados dentro daquele açude, de cabeça pra baixo, com uma pedra amarrada no pescoço. Seu Antônio Vicente, coronel Antônio Vicente. Um delegado do sindicato que morava nas terras dele, chamado Erasmo, ele monitorava, mandava esses trabalhadores, os seus trabalhadores, tocar as pessoas, pra ver se iam pra reunião do sindicato e pra reunião das ligas camponesas. Ele mandava ir atrás, de longe, pra ver se ia. Esse Erasmo, foi chamado a ser delegado do sindicato de Moreno e naquele momento, quando ele soube, foi lá com o seu capataz, com o seu capanga, entrou dentro da casa o delegado do sindicato, e desferiu dois tiros. Matou. Ele correu, caiu de baixo de um pé de manga, ele deu mais três tiros e acabou de matar Erasmo. E a polícia, a Justiça, só ia lá pra fazer uma ocorrência e acabou. Porque a Justiça lá era o dono do engenho, o dono da terra. O latifundiário mandava na Justiça, mandava no juiz, mandava no promotor, mandava nos delegados, mandava em todo mundo. E quando queria soltar, soltava também. Não tinha esse negócio de fazer um processo, fazer um boletim de ocorrência, nada! Quando era pra prender, prendia; e quando era pra soltar, soltava. Era o dono da terra que fazia isso. Isso que eu estou falando é fora ainda do golpe militar. Constâncio Maranhão, um vizinho nosso, do engenho Tamatá Mirim, ele mandou nove homens pra dar uma surra em Miro, que morava na Galileia. Porque esse Miro convocou o pessoal pra pedir aumento de salário, porque o salário naquele

engenho era muito escasso. Então Miro falou com o pessoal e depois dessa reunião ele mandou pegar Miro e deram uma surra que quebrou duas costelas e deixaram ele quase morto. Aí foi quando Francisco Julião soube e mandou recolher esse rapaz, levou pra Assembleia Legislativa, mas como Constâncio Maranhão também era deputado estadual, nada deu pra ele. Acabou, ali mesmo morreu. Então a situação era essa. O sr. Izair Pinto do Rego, do engenho Casa-Grande, também no município de Vitória de Santo Antão, mandou matar uma criança de 10 anos com um tiro na cabeça porque pegou ele tirando chuchu pra comer. Foi um tiro na cabeça, derrubou e acabou, não tinha mais o que fazer. E não tinha mesmo. Isso tudo antes do golpe militar. E a gente via que o seu Alarico Bezerra, quantas vezes mandou jogar corpos de pessoas dentro do rio? Dentro do açude de Serra, centenas! Olha, já no governo de Miguel Arraes, em 62, os camponeses, alguns entraram dentro do açude e arrancaram ossadas, dezenas de ossadas tiraram do açude de Serra. Colocaram numa madeira e saíram fazendo uma passeata pelas ruas de Vitória pedindo justiça. Foi tudo o que aconteceu. É isso, ninguém sabia de nada: camponês, trabalhador, pé-rapado, e aí? Matavam e estava acabada a história. Bom, em 1964, aliás, como as ligas camponesas nasceram em 1955, eu tinha 8 anos na época, ela nasceu na residência do meu avô, eu assistia aquelas reuniões sentado nas pernas de David Capistrano, de Clodomir Moraes, e eu não entendia de nada, mas depois o tempo foi passando, eu comecei a entender de alguma coisa, e com treze anos já comecei a acompanhar as manifestações, as greves, as campanhas políticas, comecei já a participar de todas essas coisas. As ligas começaram a crescer e, depois de Galileia, nasceram as ligas de Bento Velho, que aquele senhor ali, Severino José de Santana, era o presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho. Ele está ali, veio comigo. Por que ele está aqui? Esse homem foi preso junto com Maria Celeste Vidal, Luís Serafim dos Santos, dois irmãos de Serafim e mais algumas pessoas, foram presos e depois se esconderam ali, dentro das ligas de Bento Velho. Isso foi de tarde, quando Arraes estava encurralado no Palácio das Princesas. Então, esse senhor que está ali atrás, ele era presidente das ligas do engenho Bento Velho, e quando ele foi preso lá levaram todo mundo preso pra delegacia de Vitória, colocaram numa sala e aí, segundo ele, todo mundo era chamado pra um quarto de um em um pra ser torturado lá. O primeiro que foi, foi Luís Serafim. Ele falou pra mim que quando ele saiu, Luís Serafim saiu com as mãos abertas pingando... As unhas todas arrancadas e o sangue

caindo no chão. As unhas foram arrancadas de alicate, isso é uma dor que a gente sente até no momento que a gente está falando, é muito triste. O Exército entrou dentro de Galileia com três caminhões de soldados, pra buscar Zezé, meu avô, Rosário e João Virgínio. Não pegou ninguém lá, mas depois eles se entregaram. Aí pegaram Zezé, meu avô, com mais de 60, quase 70 anos, trouxeram pra RO de Olin-da, colocaram num cubículo quadrado pra ficar deitado em um papelão no chão, davam pão, mas não davam água pra ele beber. Ele só bebia água porque no meio da cela tinha... O esgoto estava quebrado, aí ele jogava a água do esgoto na boca. Comia pão e jogava a água do esgoto dentro da boca. Aí deu um AVC nele, dentro da cadeia, ele não prestava mais aí mandaram soltar. E isso foi já no golpe militar. João Virgínio foi preso, é aquele que está no filme “Cabra marcado para morrer”, colocaram ele num tanque de fezes, com fezes até a boca do estômago, pra ficar 24 horas em pé. Isso não é brincadeira nem coisa que se faça. Rosário foi preso e outras pessoas que foram presas também. Agora, Severino José de Santana está aí? Ele vai falar. Ele entrou com um processo. Ele saiu daqui, foi pra São Paulo, com medo da repressão ele trocou o nome, de Severino José de Santana pra Djalma, e por causa disso indeferiram o processo dele e ele não recebeu nada. Então Zezé, Maria Celeste, Luís Serafim, Albertino José de Farias, presidente das ligas do engenho São José, também no município de Vitória de Santo Antão, Albertino José de Farias quando viu a polícia ele correu e se escondeu no mato. Eles cercaram a mata, não sei se pegaram Albertino, não sei, eu só sei que com 8 dias os urubus acharam o corpo de Albertino lá dentro da mata. Oito dias depois. Agora, desapareceu Benedito do Olho Cego, ninguém sabe pra onde foi, o que fizeram com ele; o presidente do sindicato, Manoel Barbosa da Silva, eles tiraram do poder e colocaram um indicado pela igreja católica, colocaram Manoel dos Santos; o Manoel Barbosa deram sumiço, ninguém sabe o que aconteceu mais com ele; Benedito do Olho Cego deram sumiço também; Arlindo, que era motorista de Francisco Julião, também foi preso em Vitória, no jipe das ligas; roubaram o jipe e deram sumiço a ele e até hoje ninguém sabe aonde ele foi. Então essa é um pouquinho de uma história tão longa, que expressa o movimento das ligas camponesas até o fim do golpe militar de 64, em 85. Então a gente vê ainda, que essas pessoas desaparecidas, a gente não conhece familiares deles, nenhum. Desapareceu todo mundo. Arlindo ninguém soube mais, o jipe das ligas ninguém sabe o que fizeram; o jipe de João Virgínio, meu tio, apodre-

ceu. Colocaram na frente da delegacia e lá a ferrugem comeu. Tomaram o jipe, tomaram documento, tomaram tudo. E a ferrugem comeu o jipe todinho. Então esses são um pouco, já estamos passando da hora, são um pouco da história da luta e do prejuízo que veio para aquela luta dos camponeses que lutavam por um pedacinho de terra pra viver, pra comer um pedacinho de carne, porque só comia farinha com peixe. O peixe porque pescava e a farinha porque plantava. E não pensava do jeito deles, então sofreram uma situação dessas. Muito obrigado, e eu pergunto ainda, eu quero mostrar pra vocês, pra passar aqui de mão em mão nessa Comissão, os jovens como viviam. Veja se tem jovem que veste nessa situação, com roupa remendada desse jeito. Esse é meu tio (mostra foto), ele foi segundo secretário das ligas camponesas. Vejam a roupa dele como é que era. Ninguém comprava uma roupa. A roupa era tão remendada que ninguém depois sabia o tamanho da roupa. Se tinha o tamanho da roupa original ali. Tudo numa situação de miséria dessa. Então é essa a situação do camponês daquela época. Hoje melhorou muito, mas se não houvesse luta estava do mesmo jeito. Isso só melhorou porque houve uma luta, houve o povo se levantando, houve o povo se organizando, o povo se conscientizando, e se não tivesse acontecido isso estaria do mesmo jeito. Por isso eu digo, é necessário o povo se organizar, lutar, e nós temos esperança de dias melhores.

Severino José de Santana, ex-presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho, que foi mencionado por Zito da Galileia, também se pronunciou, nessa sessão.

Severino José Santana – O meu nome é Djalma Soares de Santana. É Severino, mas eu me chamo agora Djalma Soares de Santana. Eu fui obrigado a trocar de nome por causa da perseguição política, portanto hoje eu me assino como Djalma, mas eu sou Severino José de Santana. Zito já começou a falar aqui um pouco da situação, não é? Como eu ia dizendo, eu me chamo hoje Djalma por causa das circunstâncias que eu na época por causa da perseguição eu tive que trocar o nome para Djalma. Fui para São Paulo, lá tirei documentação, como Djalma, por isso que hoje eu permaneço me chamando Djalma, por causa de algum direito adquirido no nome Djalma, mas que Djalma e Severino são a mesma pessoa. O que eu tenho a declarar aqui é que eu fui presidente das Ligas Camponesas de Bento Velho em Vitória de Santo Antão, graças ao deputado Francisco Julião, porque ele foi o criador das Ligas Camponesas e eu fazia parte como

presidente da Liga Camponesa de Bento Velho. Veio, como Zito falou, que em 64... Em 62, o dr. Miguel Arraes foi eleito governador do estado e o dono do engenho passou o engenho para a Usina Bulhões, aí começou as perseguições. Começaram a perseguir mesmo antes do golpe de 64. Mas, quando foi em 64 houve o golpe e eu, Luís Serafim, Maria Celeste Vidal fugimos para Glória de Goitá. E de lá, Maria Celeste Vidal quis voltar para ver os filhos que tinha deixado, e a polícia pegou ela e por causa disso a gente ia sair de onde a gente estava localizado, porque ela sabia onde era e ela, através dos castigos, poderia dizer onde nós estávamos. Mas, antes mesmo de a gente sair, de meia-noite, eu estava dormindo e quando eu me acordei, acordei com a minha cama rodeada de policial, tudo de arma na mão, mandou eu levantar e fomos conduzidos a Vitória de Santo Antão, no presídio de Vitória. Passamos lá a noite, aí foi quando houve sessão de tortura, porque foi preso eu, Luís Serafim, os irmãos de Luís Serafim e, quando a gente estava no presídio, chegou o major e começou a falar com Luís Serafim dizendo, perguntando a ele: “Olha aí o teu governo! “Aí, aonde ele disse: “No entanto não era só o meu governo, mas era de todos os pernambucanos”. Ele disse: “Cale-se, senão eu lhe faço uma peneira aqui!” Então, a situação era essa. Depois levaram ele para uma sala, quando ele saiu, saiu com as unhas minando sangue. Certamente eles apertaram, fizeram a tortura lá que quiseram. Quando foi a minha vez, aí que vieram me bater, aí eu não aguentei calado, eu gritei, aí eles não fizeram tanto comigo como fizeram com Luís Serafim. Vim para a Secretaria. Quando cheguei aqui na Secretaria de Segurança Pública, antes que eu tirasse o documento do meu bolso, eles estouraram a mão no meu bolso e tiraram um documento. Eu estava com um documento do meu irmão, uma identidade, no bolso. Aí, justamente eles registraram como se fosse o meu irmão. Foi por isso que eu saí e hoje estou contando a história porque senão eu tinha morrido, porque os homens lá da Usina disseram que, caso me prendessem, não era para me soltar que eu era perigoso. Eu nunca fui perigo para ninguém, eu nunca roubei, nunca matei, nunca invadi terra de ninguém. Dei o apoio sim, no Engenho Serra, aonde o companheiro ali falou, que eles matavam o pessoal e jogavam dentro do açude. Mas, lá eu dei o apoio... Eu dei um apoio, quer dizer os próprios moradores de lá vieram, falaram comigo e eu dei o apoio moral, quer dizer, apoiei eles e eles lá foi que invadiram, mas eu nunca invadi terra de ninguém. Eu era presidente sim, mas a gente dava apoio, a gente saía, alguém procurava a gente, a gente respondia, correspondia.

Mas, eu nunca invadi terra de ninguém, nunca matei ninguém, nunca roubei ninguém para eles dizerem que eu era o perigoso. E, graças a esse documento do meu irmão, a minha vida foi poupada, porque senão, tinham feito como os outros que mataram por aí, como Severino Catolé que foi morto por eles, como tantos outros que eles mataram, que estão sumidos e sabemos que foi graças à ditadura militar. Portanto, eu quando saí, quando eles lá na Secretaria, que eles fizeram registro como meu irmão, como eu fosse o meu irmão, aí, quando foi de meia-noite, eles me soltaram. Quando eles descobriram que eu tinha saído, que eles tinham me soltado, aí começou a perseguição. Aí, eu comecei a saltar de galho em galho. Quando ele descobria que eu estava em um lugar, quando eles chegavam lá, eu já estava em outro. E assim passou-se um ano, eu fui para Escada, vim aqui para o Recife... Chegava nesses lugares e passava um tempinho, quando eles descobriam que eu estava naquele lugar e chegavam lá, eu já estava em outro lugar, já tinha saído dali. E, assim por diante, e foi então que eu fui para São Paulo, eu troquei o nome e fui para São Paulo. Lá ainda padeci uns anos, uns três anos, porque eu cheguei lá fui para o interior para colheita de milho, de cana-de-açúcar, de algodão, porque não tinha a documentação normal que um ser humano deve ter. Quando foi em 68, em São Paulo, aí foi que eu tirei a minha identidade como Djalma, tirei a documentação, me alistei no Exército para pegar a reservista, e foi assim toda a trajetória, a minha trajetória, no decorrer desses anos de 64 até 1985. E aí então, votaram a anistia e daí nós poderíamos... Eu pude viver mais sossegado porque até então eu vivia com o documento trocado, mas eu pensava que a qualquer momento eles poderiam descobrir, como descobriram o deputado Francisco Julião, no Mato Grosso, foi ele trabalhando como pedreiro, descobriram ele pela mão e pela arcada dentária. Descobriram e prenderam e eu temia que a qualquer momento eu fosse descoberto também e fosse pagar mais um preço, porque eu já tinha pagado um. Mas, graças a Deus, eu estou aqui, estou vivo, estou contando a história. Entrei, depois que veio a anistia, eu entrei com um processo no Ministério da Justiça e eu estava com o nome de Severino, eu entrei com um processo como Severino, mas o requerente era Djalma, e eu comuniquei à Justiça que Djalma e Severino era a mesma pessoa, mas eles não acreditaram, não sei o quê e arquivaram o processo. Está lá arquivado. Inclusive, eu trouxe até o número do processo, está com Anacleto. Eu entreguei para ele, lá tinha o número do processo, porque se forem verificar, aí já tem o número e já fica mais fácil; mas o

processo está em nome de Severino Soares de Santana, mas eu já tinha comunicado à Justiça que Djalma Soares de Santana e Severino José de Santana eram a mesma pessoa; só por causa da perseguição política eu fui obrigado a fazer isso. Portanto, eu agradeço a essa Comissão, agradeço ao povo. Não sei se eu falei tudo o que deveria falar, mas eu agradeço a oportunidade e um bom dia ou boa tarde para todos.

Em seguida se pronunciou José Joaquim Camilo de Santana, filho de Joaquim Camilo, presidente das Ligas Camponesas de Jaboaão. O seu pai foi um líder camponês comprometido com a luta de sua classe, desde 1950.

José Joaquim Camilo – Quero falar para o povo aqui, os amigos aqui, que eu sai do engenho com a idade de 20 anos, porque foi na época que Miguel Arraes convidou meu pai para ser sindicalista rural, não é? Aí, ele saiu do engenho e foi-se embora pra rua e eu fui procurar meu destino, fui procurar uma indústria para trabalhar. Aí, eu quero dizer que tem uma entrada minha aí, um documento meu aí, uma procuração. Porque em 64, o velho, meu pai, ele já tinha saído do sindicato, ele já tinha saído do sindicato. Aí, eu fui chegando no sindicato e não sabia o que estava acontecendo, mas só que o velho, meu pai, já estava sabendo, porque Miguel Arraes ligou para o velho, meu pai, que a polícia ia procurar todos eles. Aí, eu não estava sabendo de nada, quando eu vi um jipe parou perto assim, um jipe, e me pegou; me pegou e aí amarrou logo meus braços, logo, e me arrastaram para Vitória. Rodaram a noite todinha com eu lá em Vitória e me fazendo medo, que iam me amarrar numa corda e iam me jogar dentro do açude. Aí, agora está aí, tem uma questão pronta aí. Agora não sei porque até aqui não saiu, já está com 6 anos parece e não saiu ainda. Por isso que o amigo ali mandou eu falar para vocês pra ver se vai dar outra entrada ou se vai procurar o mesmo que está aí. Era isso que eu queria saber somente isso só.

Gregório Bezerra, em seu livro de memórias³²⁹ relata sobre acontecimento na Usina Caxangá, que demonstra o nível de tensão entre trabalhadores rurais e patrões.

Desgraçadamente alguns meses após a posse de Miguel Arraes, o administrador e os pistoleiros da Usina Caxangá, de propriedade de Júlio Maranhão, mataram o delegado sindical do município de Ribeirão e feriram gravemente um companheiro seu. O usineiro providenciou imediatamente um caixão rústico, improvisado e mandou enterrar a vítima no pátio de sua usina. Revoltados com o covarde assassinato, os operários e os trabalhadores agrícolas da usina, que já

estavam em greve havia quase dez dias, desenterraram o corpo do irmão tombado na luta e levaram-no à sede do sindicato rural, onde lhes deram um caixão decente e velaram seu corpo toda a noite. Sepultaram-no no dia seguinte no cemitério local, com a presença de milhares de camponeses e da maioria da população da cidade.

A onda de comoção e agitação tomou conta dos camponeses e a concentração deles se deu no pátio da usina. As falas dos oradores foram no sentido de avisos: a partir de hoje qualquer trabalhador assassinado ou humilhado será revidado na mesma medida – olho por olho³³⁰.

OS CASOS DO ENGENHO ORIENTE E DA USINA ESTRELIANA

No pré-64, de todo o país, o Nordeste – devido ao seu enorme território, ao seu considerável número de camponeses, de sindicatos e trabalhadores rurais e ao seu histórico de lutas no campo etc. – foi a região que apresentou o maior número de movimentos reivindicatórios, de greves e manifestações na área rural. Em rápida pesquisa nos jornais da época, perceber-se-á dezenas de depoimentos de empresários, políticos e militares conservadores, latifundiários, grandes proprietários de terra, senhores de engenho e grileiros, explicitando enorme inquietação e preocupação com o nível de organização e conscientização de expressivos segmentos de trabalhadores rurais.

Nesse período, além de se organizarem através dos sindicatos de trabalhadores rurais, os trabalhadores dessa região passaram também a ir em busca de seus direitos trabalhistas, na maioria das vezes, desrespeitados ou negados pelos patrões. Como é sabido, desde a década de 1930, diversos direitos trabalhistas passaram a ser conquistados pelos trabalhadores brasileiros, tais como a criação do Ministério do Trabalho (1930), da Carteira do Trabalho, da jornada diária de 8 horas, da regulamentação do trabalho do menor e da mulher (1932), do direito a férias anuais remuneradas (1934), do salário mínimo (1940), da Justiça do Trabalho (1941), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (1943), da Lei Orgânica da Previdência Social (1960), do 13º salário (1962).

Neste contexto, cabe lembrar, mais uma vez, que a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais foi tardia, pois até a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado em 2 de março de 1963 através da Lei Federal nº 4.214, os direitos trabalhistas eram garantidos apenas aos trabalhadores urbanos e sindicalizados. Ou seja, foi através desta medida que o presidente João Goulart passou a estender aos trabalhadores rurais, pela primeira vez, as conquistas trabalhistas já garantidas aos trabalhadores urbanos pela CLT.

Além da prática de desrespeito à legislação trabalhista por parte dos empregadores, vale acrescentar dois outros problemas enfrentados pelos homens do campo durante os anos 60: primeiro, a histórica violência da elite açucareira nordestina sobre os camponeses e trabalhadores rurais; e segundo, uma questão muito particular e presente nessa década: o constante medo do “perigo comunista”.

Vivendo dentro de um contexto polarizado entre Estados Unidos e União Soviética durante a Guerra Fria, considerável parcela da sociedade brasileira do pré-64 realmente considerava que os soviéticos haviam deflagrado uma investida para a conquista mundial. Para tanto, utilizar-se-ia de estratégias de infiltração, manipulação e sedução ideológicas. Os defensores dessa tese acreditavam que as lutas travadas no meio rural brasileiro eram, na verdade, um grande artifício para a implantação do comunismo no país. Assim, ao lutarem durante os anos 1960 pela reforma agrária e pelos seus direitos trabalhistas, os trabalhadores rurais e líderes sindicais, na maioria das vezes, passaram a ser considerados “comunistas” e/ou “subversivos”³³¹.

Convém lembrar que para essa parcela conservadora da sociedade brasileira, a imagem da recente Revolução Cubana (1959) – onde através da estratégia do “foquismo” o meio rural revelou-se de suma importância para o processo revolucionário – estava muito presente. E isso, de fato, os atemorizava. Num país autoritário, patriarcal, patrimonialista e desigual como sempre foi o Brasil qualquer contestação ao *status quo* ou ato reformista para diminuir as históricas injustiças sociais sempre foram associados ao comunismo. Este, além de levar o Brasil ao atraso, a desgraças e misérias em todas as áreas, era considerado pelos setores conservadores como uma antítese da história liberal do país. O comunismo era assim descrito como uma afronta à liberdade, à democracia e à civilização ocidental, como “[...] o outro que não podia fazer parte da nação, um cancro, uma ‘ideologia de importação’, algo infiltrado e nocivo à harmonia que era vista como componentes da nacionalidade”³³².

Como se pode perceber, o início da década de 1960 no meio rural brasileiro não ficou marcado apenas pela história de luta de trabalhadores e camponeses, de importantes greves e manifestações, de significativa organização dos trabalhadores em aliança com forças políticas de esquerda, mas também por uma enorme história de violência, de violação aos direitos humanos, de desrespeito à legislação trabalhista e de convivência com o aparato repressivo do Estado.

CHACINA DO ENGENHO ORIENTE

Um dos mais famosos casos de violência do latifúndio ante o avanço da organização dos trabalhadores rurais, por exemplo, foi retratado pelo

cinasta Eduardo Coutinho, no filme *Cabra marcado para morrer*, que narra a história das Ligas Camponesas de Galileia (PE) e de Sapé (PB), além da vida de João Pedro Teixeira, fundador e líder da Liga de Sapé, assassinado a mando de latifundiários de Pernambuco em 1962.

A história dos trabalhadores rurais desses anos, portanto, assemelha-se a uma moeda de dupla face: de um lado, uma forte história de luta e de resistência, de organização e de solidariedade de classe; de outro, uma triste história de aumento de foro, de despejo sem indenização pelas benfeitorias e lavouras, de trabalho obrigatório sem pagamento e de rotineiro uso da violência (contendo, inclusive, inúmeros casos de extrema exploração, expropriação, opressão, torturas, desaparecimentos forçados, mortes de trabalhadores etc.) que se expressou tanto através do Estado, pela ação das forças policiais e do Exército, quanto através de meios privados, pela ação de milícias e jagunços sob a guarda da elite açucareira nordestina – e, em alguns casos, na junção dessas duas forças, privada e estatal³³³.

Uma história conhecida por poucos, que mescla essas duas faces do campo brasileiro – violência e resistência –, foi trazida à tona pelo jovem historiador José Felipe Rangel Gallindo ao publicar no final de 2013 o livro *Jeremias: o trotskismo no campo de Pernambuco* que narra a história de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), morto em 8 de agosto de 1963, em Itambé, mata norte de Pernambuco³³⁴.

Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, nasceu em 22 de setembro de 1940 no estado de Minas Gerais. Seus pais Sebastião Pinto Santana e Florência Pinto tiveram 4 filhos: Wilson, Edson, Lélia e Milton. O pai Sebastião exerceu seu ofício como proprietário de gráfica no interior de São Paulo, no município de Moji das Cruzes e era militante do PCB.

No ano de 1961, Jeremias participou em Belo Horizonte de I Congresso Nacional dos Camponeses pela Reforma Agrária, convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTRA), cujo conclave reuniu lideranças de expressão nacional ligadas ao movimento do campo. Naquela oportunidade, Jeremias conheceu militantes e lideranças das Ligas Camponesas, como Francisco Julião, então deputado estadual, e Joel Câmara, liderança das ligas do município de Itambé, estado de Pernambuco. Nos idos de 1962, Jeremias chegou ao estado de Pernambuco e construiu sua liderança na zona da mata norte do estado.

No início da tarde de 8 de agosto de 1963, Jeremias estava liderando uma assembleia de trabalhadores rurais próximo a Ferreiros, distrito de Itambé, quando recebeu um chamado de José Pereira Gouveia Borba (62 anos, proprietário do Engenho Oriente), através de um capanga, alegando que havia conseguido empréstimo na Paraíba para fazer

o pagamento dos trabalhadores. Jeremias e um grupo de camponeses partiram do centro de Ferreiros para o Engenho Oriente para se reunirem e reivindicarem o pagamento atrasado do 13º salário ao proprietário José Borba.

Ao chegar à porteira do engenho, numa verdadeira emboscada, Jeremias encontrou José Borba e vários de seus capangas fortemente armados, ocasião em que o líder trotskista desarmado foi atingido por um tiro de rifle e outros trabalhadores rurais saíram feridos. O jovem Jeremias morreu no local, enquanto os outros camponeses foram enviados para o hospital em situação grave. De acordo com Gallindo,

a articulação do proprietário do Engenho Oriente, José Borba, em armar seus empregados, que andavam ostensivamente armados, contratar pistoleiros que o acompanhavam, foi a forma violenta com que quis responder ao processo de conscientização e organização dos seus trabalhadores rurais liderados por Jeremias³³⁵.

Dias depois de seu assassinato, o corpo de Jeremias foi exumado e colocado em um caixão de chumbo comprado pelo governo estadual e lacrado, sendo enviado por avião até os familiares em Moji das Cruzes, onde foi sepultado. Jeremias foi homenageado nessa cidade pelos seus companheiros de partido e pelo PSB e familiares num ato público realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do município em 21 de agosto de 1963, que decretou luto de três dias.

Em Itambé, um comício foi realizado em 12 de agosto, do qual participaram o então deputado federal Francisco Julião e o irmão mais velho de Jeremias, na praça principal, em homenagem póstuma a Jeremias. Tal fato causou profundo temor nos latifundiários da região, pois foi interpretado como um levante popular contra os proprietários de terra da região. Logo após a morte de Jeremias, José Borba fugiu para a Paraíba e o engenho ficou sendo administrado pelo seu filho mais velho, Pompeu Veloso Borba, que possuía terras naquele estado. À época do assassinato de Jeremias, Pompeu Borba era presidente em exercício do Sindicato dos Agricultores de Timbaúba, Itambé, Aliança, São Vicente Ferrer e Macaparana.

O livro de Gallindo é resultado de sua dissertação em História, sob o título *O trotskismo no campo em Pernambuco: o Jeremias das "caminhadas"*, defendida em agosto de 2010 na UFPE. O trabalho de Gallindo teve como intuito não apenas de reconstituir a memória de um militante político que teve a sua vida ceifada precocemente, mas, principalmente, de servir como registro de denúncia histórica à sociedade sobre o alto grau de violência que ocorre cotidianamente no meio rural deste país.

Durante sua atuação como militante político,

Jeremias foi preso três vezes. A primeira prisão ocorreu em 1962, quando Jeremias atuou junto aos metalúrgicos da Mineração Geral do Brasil, em Moji das Cruzes, em uma panfletagem à frente desta fábrica, durante o ato de 1º de maio. A segunda ocorreu em 25 de outubro de 1962, quando Jeremias realizou pichamento no centro do Recife em favor de Cuba, contra sua possível invasão pelos EUA, no contexto da crise dos mísseis. O autor suspeita de uma provável terceira prisão de Jeremias (sem qualquer mandado judicial ou registro nos arquivos do DOPS) em Itambé três dias antes de ser assassinado, de onde foi levado para a Delegacia Auxiliar em Recife.

Através do livro de Gallindo fica visível o quanto foi difícil a vida de Jeremias, um jovem idealista que morreu lutando por uma sociedade mais justa e igualitária. Jeremias, por exemplo, trocou o conforto de sua casa com sua família para militar no campo nordestino, tendo que dormir todos os dias em local diferente, em "casas de farinha" ou mesmo no meio do mato, para não ser assassinado por algum usineiro daquela região. Como disse acertadamente Gallindo: "Falar de Jeremias [...] e de outros militantes trotskistas ou não, que atuaram politicamente naquele período [...] é lembrar de um tempo onde a utopia estava na ordem do dia e o hoje só tinha importância em função de um amanhã igualitário"³³⁶.

O autor salientou um fato emblemático na "Chacina do Oriente", que diferiu de outras chacinas ocorridas no meio rural nordestino, a constituição de uma comissão de inquérito por parte do governador Miguel Arraes com o propósito de apurar as responsabilidades pelo massacre no Engenho Oriente. É importante salientar que eram bastante comuns os mandos e os desmandos no campo ficarem impunes, sem nenhum desdobramento policial e judicial. No curso das investigações dessa comissão, o proprietário de terras José Borba foi obrigado a prestar depoimento na Delegacia de Itambé sobre o caso. Embora tenham ido apenas uma vez à delegacia, houve forte sentimento de desmoralização por parte dos Borbas pelo fato de, pela primeira vez, um dono de engenho ter se dirigido à delegacia para prestar depoimento sobre a "simples" morte de um trabalhador rural.

Na Comissão de Inquérito, a defesa de José Borba, mandante do crime, foi a de que havia respondido a uma tentativa de invasão armada dos trabalhadores rurais, agindo assim em legítima defesa. O inquérito aberto pelo promotor público Murilo Barbosa responsabilizou José Borba pelo crime. Como era de se supor, as investigações conduzidas pela Promotoria Pública estadual encontraram forte resistência por parte dos latifundiários da região de Itambé.

Em relação às repercussões e à cobertura jornalística, a Chacina do Engenho Oriente foi tratada de duas formas distintas. De um lado, o *Última*

Hora, fundado por Samuel Weiner, que noticiou/denunciou o fato, e de outro o *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco*, ecoando a fala dos latifundiários de que havia um clima de subversão no campo e o discurso anticomunista da época.

Após o golpe civil-militar de 1964, o processo contra os Borbas foi arquivado e os participantes da investigação sofreram perseguição e exoneração de seus cargos – o promotor Murilo Barbosa e o tenente da Polícia Militar, Francisco Santana Nunes (designado pelo secretário de Segurança Pública para presidir o inquérito); e o juiz Edgard Sobreira foi preso por 54 dias sem nenhuma acusação formal. Após a sua prisão, Edgard foi retirado da comarca e substituído. O juiz substituto absolveu todos os acusados de envolvimento na morte de Jeremias³³⁷.

A motivação para esse lamentável episódio é por certo encontrada na execrável vinculação e cumplicidade entre os poderes Judiciário e Executivo pós-64 a fim de atender interesses familiares e perseguir e punir arbitrariamente os opositores políticos. A esse fato, convém lembrar que, no estado de Pernambuco, o governador que assumiu o cargo após o golpe de 64 foi o então vice-governador de Arraes, Paulo Guerra, que era casado com Virgínia Borba, sobrinha de José Borba, proprietário do Engenho Oriente.

A história de Jeremias, que passou quase 40 anos esquecida, hoje é apresentada dignamente à sociedade. Após seu assassinato, o nome de Jeremias, foi proibido de ser dado aos bebês nascido na região. Atualmente, seu nome faz parte dos movimentos sociais de Itambé, tendo, inclusive, a ocupação de um latifúndio como “Acampamento Jeremias”. Jeremias também foi lembrado recentemente pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em audiência pública realizada, em parceria com o Grupo de Trabalho “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e às Trabalhadoras e ao Movimento Sindical” da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 26 de maio, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Embora tardio, Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, assume de modo definitivo seu lugar na história política como um homem ativo, corajoso e fervoroso defensor dos trabalhadores rurais, sem, contudo, ter propagado a violência como caminho para alcançar seus ideais.

CHACINA DA USINA ESTRELIANA

Em 7 de janeiro de 1963, três semanas antes da posse de Miguel Arraes como governador do estado, cinco trabalhadores rurais foram mortos (quatro deles pelas costas) e mais três feridos, no pátio da Usina Estreliana, no município pernambucano de Ribeirão, na zona da mata sul, pelo deputado federal e proprietário do latifúndio, José Lopes de Siqueira Santos, e seus capangas. Os trabalhadores rurais, que foram reivindicar o pagamento atra-

sado do 13º salário, foram recebidos com rajadas de metralhadora. Quatro vítimas eram da mesma família: Ernesto Batista do Nascimento e o filho, João Batista do Nascimento, e os irmãos Israel Batista do Nascimento e Zacarias Batista do Nascimento. O quinto: Antonio Soares de Farias. O caso ficou conhecido como a “Chacina da Usina Estreliana”. A alegação do industrial José Lopes de Siqueira Santos foi “legítima defesa”, pois, segundo ele, a propriedade estava sendo atacada pelos camponeses. A posição das facas na bainha e dos chapéus dos camponeses na foto de primeira página do *Diario de Pernambuco*, do dia 9 de janeiro de 1963, revela que não houve reação por parte das vítimas.



Capa do *Diario de Pernambuco*, 8 de janeiro de 1963.



Foto da Chacina em detalhe.

As supostas armas que os camponeses carregavam eram “peixeiras”, instrumento comum de trabalho na zona rural. As investigações foram conduzidas pelo delegado Romildo Leite. Não houve nenhum tipo de interrogatório policial. Com base no inquérito policial feito pelo delegado, os acusados foram absolvidos e o caso foi arquivado.

O historiador Pablo Francisco de Andrade Porfirio articulou judicioso trabalho *O Tal de Natal: Reivindicação Por Direito Trabalhista e Assassinações de Camponeses. Pernambuco, 1963*. Nessa obra, o referido historiador faz minuciosa descrição do fato conhecido como “Chacina da Usina Estreliana”.

Ribeirão, Mata Sul de Pernambuco, 7 de janeiro de 1963. Era manhã de uma segunda-feira. Quase uma centena de trabalhadores rurais, homens e mulheres, e algumas crianças, dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança marcharam em direção ao escritório da Usina Estreliana, pertencente ao deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), José Lopes de Siqueira Santos.

O usineiro atuava como importante líder político da elite agrária de Pernambuco. Era ainda conhecido por suas práticas de violência contra trabalhadores e moradores da região. Costumava andar com “cipó de boi”, chicoteando publicamente os empregados quando julgava necessário³³⁸.

Na manhã de 7 de janeiro de 1963, os trabalhadores foram ao escritório da Usina Estreliana receber o “Tal de Natal”, que, em verdade, era o abono de natal ou 13º salário. Continua ainda o historiador Pablo Porfirio:

Naquela manhã de janeiro de 1963, quando José Lopes chegou ao escritório, interpelou os camponeses sobre o que eles desejavam e quem era o líder do movimento denominado por ele de greve. O diálogo não durou muito. Foi interrompido por vários disparos de armas de fogo. Cinco camponeses morreram. Existe uma versão de que alguns trabalhadores tentaram atingir o usineiro com um facão e por isso houve reação dos empregados da Estreliana, que teriam saído em defesa do patrão.

[...] Os tiros de fuzil demonstram como o usineiro dispunha de pesado armamento. A forma como os camponeses foram baleados, pelas costas, indica que eles provavelmente estavam tentando fugir do local ou mesmo que foram atingidos sem qualquer chance de defesa. Isso desqualifica a ideia de conflito, que ainda deve ser questionado pelo fato de que os capangas dos usineiros tinham armas – fuzis

–, enquanto os camponeses carregavam apenas seus instrumentos de trabalho. Os fuzis foram disparados para matar os trabalhadores e não apenas para proteger o usineiro, como defenderam os textos do *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*. A própria reportagem deste último indicava essa questão quando reproduziu mais trecho da entrevista dada pelo camponês Antônio Farias: Tantos tivessem, morriam, doutor. Se não morreu mais gente foi porque tudo correu³³⁹.

Com esta tensão no campo provocada pela negação dos latifundiários em respeitar a nova legislação –, o Estatuto do Trabalhador Rural – era esperado grande movimentação por parte dos trabalhadores rurais.

Um dos casos de maior repercussão durante a ditadura foi a tortura e assassinato do José Benedito da Silva, massacrado por Leão Diniz de Souza Leão, proprietário do Engenho Fanal da Luz, no município de Palmares. O trabalhador citado e sua mulher Elídia Maria da Conceição foram cobrar o 13º salário, que não havia sido pago pelo proprietário. Contrariado, reagiu brutalmente. Acusou o trabalhador de haver roubado uma rede para justificar a sessão de tortura, que o levou à morte.

Em 5 de junho de 1970, José Benedito foi amarrado a uma carroceria de um caminhão e espancado a golpes de pau de goiabeira por Leão, José Martins, o administrador do engenho, Amaro Barbosa, o barraqueiro, Manoel Coquinho e Chié. Após muitas horas de espancamento, o administrador do engenho foi buscar a mulher de José Benedito, que teve o mesmo destino. Diante da tortura de sua mulher, José Benedito foi obrigado a confessar o pseudocrime do roubo da rede o que foi desmentido pelo comerciante Edvaldo José da Silva, a quem Leão acusou de receptor do material do crime. Nessa mesma noite José Benedito foi submetido a outras torturas: teve as costas escalpeladas. Já quase morto foi levado, com sua mulher, à casa de um funcionário do engenho. Elídia conseguiu escapar e se dirigiu à cidade de Palmares, onde foi socorrida e levada ao hospital da cidade. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares foi avisado da cruel ocorrência e de imediato denunciou ao delegado de polícia local, inclusive o enterro clandestino que o Leão estava providenciando, forjando outra identidade da vítima. Os policiais acompanhados do líder sindical alcançaram os assassinos a tempo de impedir o enterro de José Benedito.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares fez um relatório sobre o crime e os indícios de sua autoria e o encaminhou às autoridades de segurança pública. Foi aberta investigação. O juiz de Palmares decretou a prisão preventiva de Leão Diniz de Souza Leão e seus capangas, em 18 de junho de 1970. O *Jornal do Commercio* denunciou

que o juiz havia sido ameaçado pelo Leão e que deveria deixar a comarca. No outro dia o juiz em entrevista ao *Diário de Pernambuco* declara que não foi ameaçado. Semanas depois do ocorrido, ninguém havia sido preso. O *Diário de Pernambuco* entrevista Romildo Vieira, antigo proprietário do Fanal de Luz, que o havia vendido a Leão Diniz de Souza Leão, e o mesmo acusa Leão de não haver pago o valor do referido engenho.

Meses depois houve a primeira audiência em Palmares para apurar as responsabilidades pela morte de José Benedito e, para espanto do presidente do sindicato, Sebastião Santiago, um agente da Polícia Federal foi testemunha de defesa de Leão Diniz de Souza Leão. A morte de José Benedito até hoje está impune.

Este proprietário continuou perseguindo trabalhadores, camponeses, que ocupavam terras para plantio até 1982, sem nenhuma punibilidade³⁴⁰.

A ATUAÇÃO DAS DIFERENTES FORÇAS POLÍTICAS NO CAMPO

Entre 1950 e 1960 forças políticas passaram a atuar no campo em Pernambuco: o Partido Comunista Brasileiro, que já se mobilizava desde 1940, o Partido Socialista Brasileiro e a Igreja Católica. Os líderes dessas organizações mais conhecidos eram Gregório Bezerra, Francisco Julião e o Padre Crespo, dirigente de uma organização católica denominada SORPE³⁴¹. As atuações do PCB e da Igreja Católica foram mais dirigidas aos sindicatos e a de Francisco Julião às Ligas Camponesas.

A sindicalização rural até 1962 não teve apoio na legislação brasileira. Portanto, os que viviam de salários tinham limitações severas para enfrentar a luta contra os proprietários; enquanto os arrendatários, foreiros, posseiros poderiam enfrentá-los com base no Código Civil. Entretanto, a luta pela reforma agrária não foi no início uma palavra de ordem uníssona.

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e seu vice João Goulart, evidenciou-se que as liberdades democráticas no Brasil possibilitaram a discussão sobre a fome³⁴² e a reforma agrária. Além da abertura da sociedade para esta discussão, três fatores contribuíram para a expansão das Ligas Camponesas, segundo Clodomir Santos de Moraes³⁴³: o Congresso de Salvação do Nordeste, o desmoroamento da oligarquia agrária e a vitória da Revolução Cubana. Os anos sessenta trazem a marca da transição de um país ainda com características de uma economia dominada pelo mundo rural, caminhando em direção ao processo de industrialização bastante significativo para a sociedade brasileira.

Todavia, foi no governo do presidente João Goulart que várias medidas e propostas foram encaminhadas com vistas a resolver o problema da terra no Brasil.

Em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural. Sindicatos dos trabalhadores rurais e sindicatos dos patrões foram organizados nos moldes corporativistas. A Lei 4.214/63 aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural. Através desta lei o trabalho rural foi reconhecido como profissão. Em 1963, o governo Goulart criou a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), que incorporou órgãos como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Serviço Social Rural e o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Em 1963, João Goulart encaminhou ao Congresso Nacional uma emenda constitucional que alterava o § 16 do art. 141 da Constituição, que exigia o pagamento prévio, em dinheiro, para a desapropriação de terras e regulamentava o artigo 147 que tratava da desapropriação por interesse social.

A proposta de João Goulart previa pagamento com títulos da dívida pública encaminhando ao Congresso Nacional um projeto, que efetivamente dava condições para alterar a estrutura fundiária do país³⁴⁴.

Os avanços nessa área foram tão significativos que o governo ditatorial de pós-64 não conseguiu anular algumas das conquistas dos trabalhadores rurais. Em novembro de 1964, o governo militar do general Castelo Branco sancionou o Estatuto da Terra, que estabelecia os objetivos e os termos de uma reforma agrária; também foi aprovada emenda constitucional que permitia que as indenizações das terras desapropriadas por interesse social fossem pagas por títulos da dívida pública. Está presente nessa emenda o conceito de propriedade improdutiva e a proposta de realizar um cadastramento da propriedade da terra no Brasil. As entidades ruralistas reagiram fortemente e o governo recuou

Mesmo para um governo ditatorial tratar da implantação dos direitos trabalhistas em um país com forte herança do latifúndio e conseqüentemente das relações de desigualdade social, trouxe à tona conflitos seculares no que se refere ao trabalhador do campo e o acesso à terra.

A ideia de um Código Rural Brasileiro surgiu desde o período do Estado Novo, mas não vingou. Em 2 de maio de 1939, no governo do Presidente Vargas, foi criada a Justiça do Trabalho, pelo Decreto – Lei nº 1.237, e aprovado o seu regulamento em 12 de dezembro de 1940, pelo decreto 6.596; todavia este instrumento não se estendia aos trabalhadores rurais. A Consolidação das Leis do Trabalho veio pela Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943, só beneficiando os trabalhadores urbanos; mesmo que alguns dispositivos da Consolidação estendessem aos trabalhadores do campo os benefícios básicos: salário mínimo, aviso prévio, férias anuais remuneradas e descanso semanal remunerado, era ineficaz pela falta de órgãos fiscalizadores capazes de assegurar o integral cumprimento da lei.

Na tentativa de fazer cumprir o Estatuto do Trabalhador Rural, João Goulart, em 1963, como presidente da República, complementou os benefícios ao trabalhador rural criando os Conselhos Arbitrais através da Lei nº 4.214, numa tentativa de fiscalizar a aplicação das leis trabalhistas referentes ao campo. O art.151, da referida lei cria um Conselho Arbitral em cada sede de comarca, composto de um representante do Ministério Público, dois da Associação ou Sindicato dos Empregadores Rurais da comarca, e dois da Associação ou Sindicato dos Trabalhadores Rurais, local.

A Lei nº 4.214, do Estatuto do Trabalhador Rural, nos artigos 115 e 116 promovia a sindicalização rural, não só dos camponeses como do patronato rural, atribuindo-lhes prerrogativas e deveres entre os quais: celebrar convenções ou contratos coletivos de trabalho, colaborar com o Estado, com órgãos técnicos e consultivos no estudo de problemas que se relacionem com as classes representadas, promover conciliação dos dissídios de trabalho, criar cooperativas para as classes representadas; manter serviço de assistência para seus associados.

A referida lei, no artigo 159 estendia as vantagens da Previdência Social não só aos segurados mas também à sua família: aposentadoria por invalidez ou velhice; assistência à maternidade; auxílio doença; pensão aos beneficiários em caso de morte; assistência médica e auxílio funeral, benefícios estes que seriam prestados através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), durante cinco anos.

Essa lei garantia o pagamento do salário mínimo integral a todos os trabalhadores rurais a partir dos 16 anos de idade; dava direito também ao aviso prévio (art. 90); às férias anuais remuneradas, após cada 12 meses (art. 43); à estabilidade, com 10 anos de serviço efetivo (art.95); e ao repouso semanal remunerado (art.42), adotando normas específicas para sua aplicação. O Estatuto dispõe no art. 79, sobre prazo de contrato, assegurando o direito ao trabalhador, quando dispensado antes do término do contrato, sem motivo justo para a cessação das relações de trabalho, de receber indenização à base da maior remuneração que deste tenha percebido compreendendo um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, que significa, de acordo com o art. 7º, o período em que o trabalhador estiver à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens.

O Estatuto do Trabalhador Rural ³⁴⁵, no artigo 29 proibia o recebimento, pelo trabalhador rural, dos vales, moeda usual nos 'barracões' das usinas e engenhos para efeito de compra de gêneros de primeira necessidade.

SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

Com a aprovação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, esses passaram a ter condições de de-

fender seus direitos, protegidos por uma lei; para tornar possível a execução dessa lei o governo deveria multiplicar o número de fiscais do trabalho para ajudar nesta tarefa; para tanto se valeu da instituição dos sindicatos. Para o seu funcionamento oficial era necessário que o Ministério do Trabalho e a Previdência Social lhes outorgassem a Carta de Reconhecimento.

Em Pernambuco, mesmo antes da aprovação do Estatuto havia alguns sindicatos de trabalhadores rurais funcionando em Barreiros ³⁴⁶, Rio Formoso e Sirinhaém, região da zona da mata sul, onde havia concentração maior de trabalhadores na cana-de-açúcar. Os sindicatos se multiplicaram em praticamente todas as cidades da zona da mata, e muitas do agreste e algumas do sertão; os camponeses compreenderam que o caminho para o atendimento de suas solicitações trabalhistas era o sindicato.

Inicialmente os sindicatos tiveram grande apoio da Igreja e do Partido Comunista Brasileiro, mesmo estando na ilegalidade. Segundo o depoimento de Euclides Nascimento ³⁴⁷, a Igreja, após a encíclica de João XXIII, deu-lhe a incumbência de fundar sindicatos de trabalhadores rurais na zona da mata norte de Pernambuco e na região agreste. Fundou, então o sindicato de Nazaré da Mata, Panelas e Cabo (na mata sul) e muitos outros. As reuniões sindicais, segundo Euclides Nascimento, realizavam-se sob fortes tensões. Os camponeses compareciam armados com foices, facas e estrovas.

Além de sindicatos organizados pelos padres Melo e Crespo, havia também sindicatos organizados e orientados pelo líder comunista Gregório Bezerra, de origem camponesa e familiarizado com os problemas do campo. Sindicatos como os de Jaboatão e de Palmares, Ribeirão, Rio Formoso, Água Preta foram muito atuantes pelo número de sindicalizados e pela força política que demonstraram na correlação de forças com o patronato. Na região da mata norte os comunistas tiveram grande influência nos sindicatos de Igarassu e Paudalho. Outras forças políticas participaram da formação de sindicatos e na orientação das ações referentes à luta de classes. Por meio da Igreja Católica, militantes da Ação Popular (AP) investiram nesse trabalho de massa. Através de dirigentes das Ligas Camponesas como Joel Câmara e João Alfredo dos Anjos, o Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT, teve atuação nos sindicatos de Limoeiro, Surubim e Itambé, na zona da mata norte do estado. O Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Revolucionário e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário também estiveram presentes na organização dos sindicatos e na orientação da luta dos trabalhadores. Em 1964, existiam em Pernambuco 71 sindicatos de trabalhadores rurais.

Com a eleição de Miguel Arraes ao governo de

Pernambuco e com as medidas propostas pelo governo Goulart, aprovadas pela Câmara Federal, os trabalhadores rurais passaram a ter respaldo jurídico e político. O Estatuto do Trabalhador Rural lhes amparava juridicamente e o governador Miguel Arraes transferiu as questões, que antes eram consideradas crimes contra a “ordem vigente”, das delegacias de polícia para a Justiça, simplesmente retirando a polícia da porta do trabalhador rural e não dando mais respaldo policial às milícias partilhadas dos senhores de engenho e dos usineiros.

Para se ter ideia da mentalidade retrógrada dos proprietários de terras, Miguel Arraes em discurso no teatro Paramount, em São Paulo, revelou quanto de obscurantismo reinava entre os grandes senhores de terra, reproduzindo um diálogo entre um trabalhador e um senhor de engenho:

Trabalhador – “Patrão, que jeito se faz para receber essa lei?”

Senhor de engenho – “O jeito é ser mais homem do que eu”³⁴⁸.

O trabalho de organização sindical, seja orientado pelos comunistas, seja pela Igreja, cresceu e se multiplicou desde que Miguel Arraes assumiu o governo de Pernambuco e desautorizou a polícia de perseguir camponeses.

O salário mínimo nessa época era de Cr\$ 450,00 (cruzeiros antigos), mas o patronato rural não cumpria suas obrigações e pagava 150 a 250 cruzeiros antigos para os homens e metade para as trabalhadoras mulheres e para os trabalhadores menores de idade. Em março de 1963, os trabalhadores já tinham conseguido que o salário de Cr\$ 450,00 estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do estado de Pernambuco. Quando a massa camponesa reivindicou um salário de Cr\$ 950,00, o patronato rural reagiu negativamente. Organizou-se uma greve, a maior na história dos canavieiros: 200 mil trabalhadores em greve³⁴⁹.

A luta que os trabalhadores enfrentavam não era apenas pela sindicalização, mas por salários, pagamento das horas extras, reforma agrária, abolição do vale dos barracões, tarefas, assistência médica e muitas outras necessidades.

O ACORDO DO CAMPO DE 1963

Pernambuco nem se parece com Cuba nem com a URSS. Por outro lado já não parece muito com o resto do Brasil. (Antônio Callado)

O ano 1963, em Pernambuco, começa com dois marcantes momentos nas relações de trabalho entre os trabalhadores rurais da cana-de-açúcar e os setores patronais das usinas e dos plantadores de cana-de-açúcar – 1) a luta no mês de janeiro para assegurar aos trabalhadores rurais o pagamento do

13º salário, instituído pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, regulamentada pelo Decreto nº 1.881, de 14 de dezembro do mesmo ano; 2) a posse, em 31 de janeiro, de Miguel Arraes de Alencar como governador do estado.

O primeiro significou para a classe trabalhadora rural, no enfrentamento aos constantes descumprimentos pelos patrões dos direitos trabalhistas, a utilização de um novo instrumento de pressão, a greve³⁵⁰.

Já o segundo momento, a cristalização de um governo, que não se prestava para intervir com a polícia nas atividades dos trabalhadores, em especial na zona da mata canavieira, bem como a polícia estatal deixou de servir aos poderosos nas soluções de conflitos³⁵¹, retirando as pendências das delegacias de polícia, e encaminhando as soluções para os foros competentes da Justiça do Trabalho e da Justiça Estadual, conforme a natureza da discussão se decorrente do contrato de trabalho ou relativa à matéria fundiária.

As primeiras mobilizações com paralisação da atividade laboral, na luta pelo pagamento do 13º salário, ocorreram com os operários da Usina Caxangá e da Usina Muribeca; em ambos os casos os trabalhadores obtiveram a garantia do recebimento da gratificação natalina, inclusive com intervenção da Delegacia do Trabalho, em Pernambuco; no entanto o benefício não foi estendido aos trabalhadores rurais, aqueles que trabalhavam diretamente com terra.

Como o agravamento dos conflitos em 7 de janeiro de 1963, deu-se a chamada Tragédia da Estreliana, quando cinco trabalhadores rurais foram mortos e três feridos, pela ação de capangas do usineiro José Lopes Siqueira Santos quando estes tinham ido à sede da Usina Estreliana, Ribeirão-PE, reivindicar o direito ao recebimento do 13º salário, com a indicação de que caso houvesse recusa os trabalhadores entrariam em greve.

A querela sobre o 13º salário tornou-se um ponto de união das lutas trabalhistas e sindicais dos trabalhadores rurais da zona canavieira pernambucana, tendo a morte dos companheiros na Usina Estreliana como elemento aglutinador. A possibilidade de decretação de greve passou a ser um recurso utilizado nos processos de negociação³⁵².

O certo é que, já em 10 de janeiro de 1963, na Delegacia Regional do Trabalho, foi firmado acordo entre as partes assegurando o pagamento do 13º salário até 31 de janeiro. O que significou o reconhecimento do direito dos trabalhadores pelos empregadores.

Ante o não cumprimento do acordo firmado, os trabalhadores rurais iniciaram uma série de paralisações, com agregação de um novo elemento que foi a realização de grandes passeatas; neste momento o estado de Pernambuco já estava sob o governo de Miguel Arraes.

De modo que as negociações deslocaram-se da

Delegacia do Trabalho para o interior do Palácio dos Campos das Princesas, onde o governador recebeu não só os representantes do Sindicato da Indústria do Açúcar mas também os representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, que vieram em passeata ao Recife.

Com esta intervenção governamental foi assegurado em definitivo o pagamento do 13º salário e não punição dos grevistas e pagamento dos dias parados. Significando importante vitória para os trabalhadores rurais.

Porém, estas conquistas se importantes do ponto de vista do simbolismo, eram ínfimas em face das condições medievais e de violência a que estavam submetidos os trabalhadores na cana-de-açúcar em Pernambuco, havendo total desrespeito pelos empregadores aos mais simples direitos presentes na legislação trabalhista ³⁵³.

O medo de reclamar refletia o perene clima de violência nas terras das usinas e engenhos. Não era raro trabalhadores serem ameaçados de morte ou de destruição de seus bens caso recorressem à Justiça ³⁵⁴.

As greves aliadas às passeatas (atos públicos) seguiram como instrumentos importantes de pressão dos trabalhadores rurais nas reivindicações relativas às suas condições de trabalho.

As ações dos trabalhadores não refletiam apenas nas relações trabalhistas:

Independentemente das formulações teóricas e programáticas, a intervenção das massas camponesas tem o efeito de questionar o conjunto das relações sociais vigentes e em consequência o próprio sistema de propriedade. Nas condições de debilidade da estrutura capitalista do Nordeste, as reivindicações salariais e trabalhistas transitavam, muito rapidamente, para pôr em cheque o sistema capitalista como um todo, pois afetavam não só a essência da própria reprodução do capital na região, como seus fundamentos ideológicos ³⁵⁵.

Já em março de 1963, sob a condução do governo do estado, iniciou-se a discussão sobre a garantia ao pagamento do salário mínimo regional aos trabalhadores rurais vinculados ao setor da cana-de-açúcar, o que veio a ser reconhecido em junho de 1963, inclusive com unificação das zonas de aplicação de valor do salário mínimo, de modo que toda a região da mata canavieira passou a estar considerada na segunda zona, o que implicava um mesmo salário mínimo para todos os trabalhadores rurais.

A garantia do recebimento do salário mínimo

por outro lado trazia a discussão do horário de trabalho em confronto com o modelo de pagamento por tarefa.

Iniciou-se, então, a discussão para implantação de uma unificada Tabela de Tarefas que regulamentasse a atividade laboral na lavoura de cana-de-açúcar e, ao mesmo tempo, resguardasse o direito ao recebimento do salário mínimo pelos trabalhadores rurais.

Assim, em agosto de 1963, sob mais uma vez a condução do Governo do Estado de Pernambuco, foi realizada reunião com esse objetivo com os representantes da categoria dos trabalhadores, na qual ao final foi esboçada uma inicial proposta de Tabela de Tarefas.

Em seguida, nova reunião realizada, agora com os representantes da indústria do açúcar, sendo-lhes apresentada a proposta inicial da Tabela de Tarefas. Após longa discussão foi apresentada pelo setor patronal nova proposta de Tabela de Tarefas, na qual se evidenciava a pretensão de sobrecarga de tarefas diárias.

Novas reuniões foram realizadas, sob a coordenação do próprio governador do estado, agora com a presença de representantes de ambos os lados, até que finalmente foi obtido um acordo entre as partes e, em 23 de agosto de 1963, foi firmada a Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo:

PROPOSTA CONJUNTA DAS TABELAS DAS TAREFAS DO CAMPO

I – Os representantes dos produtores de cana e do açúcar de um lado, e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos autônomos e Ligas Camponesas de outro, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Delegado do Trabalho, assessorados pelo Secretário Assistente em exercício, concordaram em apresentar aos demais membros das respectivas categorias, a presente tabela conjunta que abaixo vai transcrita:

II – A medida para todo o Estado será a braça de 2,20 m.

III – Por “CONTA” entende-se a área de 10 braças por 10.

IV – Para efeito de elaboração desta tabela, foi tomada como norma a jornada de trabalho de oito (8) horas por dia, conforme preceituam as Leis Trabalhistas, na boa execução do serviço, de acordo com os usos locais.

TABELA

ROÇAGEM

FRACA – 1,5 contas

MÉDIA – 1,0 conta

DIFÍCIL – 0,5 conta

ENCOIVARAÇÃO

FRACA – 3 contas

MÉDIA – 2 contas

DIFÍCIL – 1 conta

REVOLVIMENTO DA TERRA COM ARADO

Diária ou produção por entendimento

PLANTIO DE ESTOURO

Diária ou produção por entendimento

SULCAGEM COM BOI

Diária ou produção por entendimento

LIMPA DE SULCO CHALEIRA OU LAMBAIO

Diária ou produção por entendimento

COBERTA DE SULCO

MEIA TERRA – 1,5 a 2,0 contas

TODA TERRA – 1,0 a 1,5 contas

LIMPANDO – 1,0 (variando para menos dependendo das condições do serviço)

CAVAGEM DE ENXADA

TERRA CULTIVADA – 250 braças corridas

CAPOEIRÃO – 150 braças corridas

CAVAGEM DE SULCO

50 braças corridas ao terreno duro

CORTE DE SEMENTE

Diária ou produção por entendimento

DESPALHA DE CANA (sem retoque) 3,0 contas

ADUBAÇÃO DE SOCA INCLUINDO CAVAGEM

Diária ou produção por entendimento

TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO

Diária ou produção por entendimento

LIMPA DE CANA

Variável de 0,30 a 2,0 de acordo com as condições do serviço.

TRANSPORTE DE CANA (Moagem)

Diária ou produção por entendimento

LIMPA COM CULTIVADOR

Diária ou produção por entendimento

ENCHIMENTO DO CARRO

CONDUÇÃO – por animais ou tração animal – 10 toneladas – Cr\$50,30

CAMINHÃO E TRATOR – 5 toneladas – Cr\$ 100,60

REBOLADOR

Diária ou produção por entendimento.

DOSADOR OU IMUNIZADOR (devendo usar luvas)

Diária ou produção por entendimento

SEMEIO DE ADUBO OU CANA EM SULCO TERRENO ACIDENTADO – onde o boi não pode ir 900 braças corridas

TERRENO PLANO OU INCLINADO – 1200 braças corridas

GRADEAÇÃO

Diária ou produção por entendimento

MOAGEM CORTE DE CANA

BOA – 200 feixes de 20 canas cada

MÉDIA – 150 feixes de 20 canas cada

FRACA – 100 feixes de 20 canas cada

Ordem de 1,20; sendo 10 pedaços de 1,20 e 10 pedaços menores que possam ser amarrados pelos dois atilhos.

FORMAS DA MOAGEM

Por cana boa de cortar – entende-se a cana fina em terreno limpo.

Por cana média – entende-se a cana grossa – (POJ) ou com mato.

Por cana fraca – entende-se com bastante mato ou falhada.

Nos casos especiais, entendimento ou diária, inclusive corte por tonelada.

Por canas queimadas, em casos fortuitos, esta tabela deverá ser aumentada em 20%.

Quando a queima da cana for realizada por determinação do proprietário, não haverá o aumento dos 20% acima citado.

NORMAS ESPECIAIS

I – Em todo serviço, por produção, quando o material não chegar às mãos do trabalhador, sem ser por sua responsabilidade, este passará a perceber por diária.

II – Ficarão vetados quaisquer descontos sobre o salário do trabalhador que não se enquadrem em Lei.

III – Fica determinado que os Sindicatos representantes das classes trabalhadoras e patronais, assim como o Governo do Estado, se empenharão junto aos poderes federais no sentido de que a Previdência Social passe a funcionar objetivamente em benefício do Trabalhador, e, imediatamente.

IV – Toda vez em que não se chegar a um acordo quanto à classificação dos serviços da tabela acima estipulada, será executada na diária. Essa opção por parte do trabalhador só poderá ser feita na ocasião do início do serviço.

V – Ficam permitidas modalidades além da tabela, desde que haja acordo entre as partes.

VI – Os plantadores de cana, para efeito de pagamento do feriado remunerado, em toda a zona canavieira, reconhecem o seguinte: Sexta-Feria da Paixão, Corpo de Deus, Ascensão do Senhor, o Dia do Padroeiro do Município, o da emancipação municipal ou outro dia a ser combinado e os 24 e 29 de junho, além dos nacionais, que serão os seguintes: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, salvo lei municipal em contrário.

VII – Concordaram para que em cada engenho haja um representante do Sindicato, devidamente credenciado, trabalhador residente no engenho, sendo o mesmo substituído pelo Sindicato nos casos de incompatibilidade pessoal comprovada.

VIII – Os plantadores de cana ficam obrigados a fornecer luvas ao envenenador e aos semeadores de cana, quando fizerem o tratamento fitossanitário.

O documento foi assinado por representantes dos governos do estado e federal, por representantes dos trabalhadores e por representantes patronais: Miguel Arraes de Alencar, governador do estado; Enoch Mendes Saraiva, delegado do Trabalho; Fernando Mendonça Filho, secretário estadual assistente; Manoel Gonçalo Ferreira, presidente da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Adauto Ferreira da Cruz como representante das Ligas Camponesas; Antônio Guedes da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Igarassu; José Evangelista Nepomuceno, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jaboatão; Joaquim Camilo de Santana, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Moreno; Júlio Santana, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso. Manoel Félix da Silva, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares; Antônio Castro de Cerqueira, em nome do Sindicato dos Empregadores da Cana em Pernambuco; Renato Bezerra de Melo, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar.

Mas o ano de 1963 não se encerrara; ao lado de diversas denúncias, tanto do lado patronal quanto principalmente pelos representantes dos trabalhadores, do descumprimento da Tabela de Tarefas, tem início, através da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP), a campanha salarial com proposta de reajuste de 80% para a catego-

ria dos trabalhadores rurais, além de melhoria nas condições de trabalho.

À proposta lançada pela FTRP foram aderindo as mais diversas entidades representativas dos trabalhadores rurais, proporcionando uma unidade de ação, enquanto que os representantes dos empregadores condicionavam qualquer reajuste salarial à revisão do preço do açúcar.

Não havia perspectiva de acordo entre as partes, no que diz respeito unicamente ao reajuste salarial. Em relação a todos os demais itens da pauta encaminhada pelos trabalhadores à Delegacia de Trabalho havia concordância por parte dos empregadores.

Igualmente, os trabalhadores, através do Comando Unificado, não tinham concordância com a condicionante patronal de aumento do preço do açúcar.

Frustradas as tentativas de acordo, foi decretada a greve pelos representantes dos trabalhadores, em 18 de novembro de 1963; o campo parou com 200 mil trabalhadores rurais em greve.

Já em 20 de novembro foi obtido o acordo, assegurado o reajuste de 80% pretendido pelos trabalhadores, bem como pretendia a classe patronal, a revisão do preço do açúcar.

Conforme o seguinte texto:

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

1º – Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos sindicatos rurais contratantes, na base de 80%, com início de pagamento a partir de 1º de dezembro próximo.

Parágrafo único – O governo federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisões e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste contrato.

2º – Haverá, em cada engenho, um delegado sindical eleito pelos trabalhadores, dentre os pertencentes à categoria profissional e residente, há pelo menos três meses na propriedade, o qual não poderá ser demitido sem o competente inquérito judicial e gozará de ponto facultativo. Levantado pelo empregador incompatibilidade da empresa com o delegado eleito, será a questão submetida a uma comissão composta de um representante dos sindicatos dos empregadores, um dos trabalhadores e o delegado do Trabalho. Fica certo que a ausência do delegado eleito não será remunerada pelo empregador, ressalvando-se, porém, o direito à percepção do repouso remunerado, no caso da ausência de um dia, apenas, ao serviço. O prazo do mandato do delegado

sindical será de dois anos.

3º – No prazo de 15 dias os sindicatos contratantes indicarão, paritariamente, representantes para uma comissão visando mover, junto ao governo federal, ao Instituto do Açúcar e do Alcool e ao governo do Estado, o apressamento da interiorização da Previdência Social, da assistência médica e da assistência escolar.

4º – Comprometem-se as empresas compreendidas no âmbito da jurisdição dos sindicatos contratantes a realizar, mediante notificação do órgão de classe interessado e de acordo com o art. 541 da CLT o desconto das contribuições devidas ao sindicato e arbitradas na forma da lei. O trabalhador que não desejar participar do seu sindicato está isento, devendo para isto, no entanto, comunicar, por escrito, sua decisão ao sindicato, obrigatoriamente, e ao empregador.

5º – Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre carteira profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de 60 dias será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo do seu tempo de serviço. No caso de o trabalhador não possuir carteira profissional, ressaltar-se-á o empregador quanto à obrigação de anotar a mesma, persistindo, no entanto, a de fazer, com o tempo efetivo de serviço, o devido registro. Ocorrendo dúvidas quanto ao tempo de serviço, serão as mesmas decididas pela comissão que trata da cláusula nº 2º.

6º – Fica certo que a Proposta Conjunta de Tabela das Tarefas do Campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-las, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembleias. A comissão instituída na cláusula 2ª, do presente contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.

7º – Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais aqui previstas, o 13º mês será pago, no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.

8º – Será antecipado o pagamento da importância correspondente ao valor de dois dias de trabalho à base de Cr\$ 503,00, na primeira semana

de serviço, e referente às faltas aos serviços dos dias 18 e 19 do andante, como adiantamento feito pelo empregador da parcela do 13º mês de salário, a ser paga no mês de abril próximo futuro.

Parágrafo único – Fica, desde logo, esclarecido que o pagamento das faltas acima referidas será submetido à decisão da Justiça do Trabalho que, considerando a legalidade ou ilegalidade das mesmas, determinará ou não seu pagamento. A falta ao serviço do dia 20 do corrente será paga aos trabalhadores na base da remuneração ora acordada, por inteira responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Alcool.

9º – Institui não demissão de qualquer operário, mesmo grevista.

O novo Acordo Coletivo de Trabalho de forma expressa reafirma a validade, a vigência e a aplicabilidade da Tabela de Tarefas firmada entre as partes com intervenção do governo do estado no seu item 6º.

O Acordo do Campo foi uma vitória expressiva para os trabalhadores do açúcar. O governo do estado, entretanto, tinha sua visão estendida aos camponeses em sua inteireza. A garantia do salário mínimo e a aplicação da Tabela de Tarefas significaram importantes ganhos na qualidade de vida dos trabalhadores rurais, ainda que convivendo com a violência endêmica dos empregadores³⁵⁶.

Somente a campanha salarial de 1979, com a greve geral na zona canavieira, sob a coordenação da Contag e da Fetape, conquistou um salário acima do mínimo, com tabela de tarefas correspondente. A tabela de tarefas é, a partir de então, fundamental para garantir o salário dos trabalhadores que cortam e cultivam cana de açúcar. Nenhum trabalhador da cana quer, desde então, trabalhar com salário mensal sem tabela de tarefas, pois esta estabelece uma relação entre uma dada quantidade de cana cortada e o salário mínimo da categoria, o que possibilita fazer mais de uma diária ou terminar a tarefa mais cedo. Os canavieiros passaram a trabalhar com carteira assinada e o contrato temporário para a época da safra assinado pelos patrões e reconhecido pelo sindicato.

A CRIAÇÃO DO GEPA³⁵⁷

O governador Miguel Arraes preocupado com os pequenos agricultores do agreste e do sertão organizou um serviço de assistência creditícia aos pequenos produtores, criando o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), que, em convênio com a carteira agrícola do Banco do Brasil, facilitou a multiplicação de contratos de pequeno porte. Estes se elevaram de 6.000 em 1962 para quase 40.000 em 1963 e a meta era atingir os 100.000 em 1964. O crédito agrícola bancário libertava o pe-

queno produtor do pagamento de juros extorsivos aos intermediários, fazendo com que aumentasse a renda do agricultor, libertando-o da fome, da necessidade de trabalhar na área açucareira durante o verão e da obrigação da venda antecipada da produção. O crédito era acompanhado de assistência técnica, prestada através da Secretaria da Agricultura. O agricultor estava ainda protegido na hora da comercialização pela presença da Companhia de Revenda e Colonização, que na época da safra intervinha no mercado impedindo queda acelerada do preço.

O programa foi aplicado com grande participação dos agricultores, mesmo aqueles que não tinham muita confiança no governo. Nesse ponto, as Ligas Camponesas tiveram papel importante junto aos pequenos agricultores.

Com o golpe civil-militar de 1964, derrubando o presidente João Goulart e o governador Miguel Arraes, em Pernambuco, os novos governantes não anularam o Estatuto do Trabalhador Rural, mas trataram de frear o movimento camponês por considerá-lo subversivo e contrário aos interesses nacionais. A polícia e a justiça, em grande parte, foram utilizadas para espalhar o medo e o terror nos meios sindicais trabalhistas. Tanto os sindicatos como as ligas foram perseguidos, suas lideranças presas e substituídas por trabalhadores menos reivindicativos, informantes e dependentes dos novos senhores. Os sindicatos de trabalhadores rurais de orientação comunista sofreram intervenções e os militares toleraram apenas a influência do Padre Melo, que havia rompido com Arraes desde o início do governo. As Ligas Camponesas congregavam, sobretudo, trabalhadores autônomos, que defendiam a reforma agrária mais radical “na lei ou na marra”³⁵⁸. Desapareceram como forma de luta, foram simplesmente eliminadas.

ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO (MEB) NO CAMPO

Entre os depoentes da sessão de 18 de agosto de 2016, que investigou as graves violações dos direitos dos trabalhadores rurais, ouvimos a pedagoga Aída Bezerra, que trabalhou como técnica educacional no Movimento Educacional Brasileiro – MEB. A atuação da Igreja Católica no campo, através da CNBB, foi significativa.

Aída Bezerra – Meu nome oficial é Maria Aída Bezerra Costa, Evidentemente eu vou falar mais do meu tempo de Pernambuco. [...] Eu senti essa pressão do Estado desde menina, o meu pai era militante do PCB, se dedicando à causa, (...?...) e as crianças, nós éramos bem pouquinhos, nós éramos nove. Corre, corre, carrega os livros, corre e desaparece com papai, e então desde pequeninha que eu já sei como é a repressão do Estado, então eu sou

duas vezes marcada pela repressão do Estado. [...] Esse é um lado; o outro lado é assim: o que significaram organizações e movimentos que estiveram, de algum modo, no berço das organizações dos trabalhadores rurais? O MEB era o resultado do trabalho da Igreja com, praticamente só, o Ministério da Cultura. Mas, a gente tinha algumas coisas, sem ser muito esclarecida politicamente, nem trotskista, nem marxista, nem nada, mas havia, todo mundo tinha, um esforço e um investimento na justiça e o MEB se voltou muito para o campo; e se voltou muito para alfabetização e uma das coisas mais bonitas que eu vi, foi uma escola radiofônica que tinha a escolha do professor de forma diferente: você chegava no povoado, no sítio, no engenho e aí eles que escolhiam quem ia ser o monitor ou monitora. Quem tinha algum nível de alfabetização, eles escolhiam e aí virava uma escola radiofônica. A aula a gente dava pelo rádio antes mesmo do dr. Paulo fazer todo o estudo dele sobre o universo vocabular, a gente trabalhava em cima das palavras da vida do povo. Isso foi incrível, porque a gente encontrava um casebrinho, montava uma escola radiofônica, fazia o treinamento do monitor, que quando se voltava na casa, já era outra casa porque ela já tinha um lampião, eles pegavam o rádio, botava o rádio em cima de um paninho bordado, limpinho e ali era um lugar de encontro dos trabalhadores. Isso eu vi lugares se transformando em lugares de encontro à noite, porque a aula era à noite. Isso, essa criação, esse fortalecimento de laços, esse lugar livre, de encontro, isso fortaleceu muito a coisa. E como a gente não tinha alinhamento ainda na época, na época não tinha, mas depois eu tive, a gente não tinha alinhamento aí a gente se afinava com a Liga Camponesa, com todo o mundo que estava no campo. Eu me lembro de uma briga que teve aqui, de que o pessoal não queria, era uma resistência porque o partido comunista tinha assumido, ganhou o sindicato, acho que Jaboatão. Aí, queriam que os trabalhadores fossem lá se envolver, resistir à posse da diretoria do sindicato porque era do partido. Aí, o pessoal me procurou, aí eu disse: “Gente não tem etiqueta! Trabalhador rural do partido comunista é trabalhador rural... Não tem etiqueta, vamos acabar com esse negócio” e eles não foram. Não foram a essa rachadura, digamos. E o movimento dos trabalhadores começou a caminhar por essa aproximação, não é? Por esses fortalecimentos, várias coisas. [...] De qualquer maneira, eu fui sendo empurrada não só pela visão de militância do meu pai, não é? Meu pai era ateu, marxista e minha mãe era uma católica tradicional popular poeira”. [...] Então, o meio rural virou pra mim uma espécie de en-

cantamento. E eu fui evoluindo naquilo e me aproximando do meio rural. Fui indo; o primeiro trabalho meu foi no Vale do São Francisco, foi sertão, tá entendendo? Depois um que era um projeto da OEA, Ministério das Minas e Energia. Depois fui bater trabalhando junto com Lucinha no Serviço Social Rural. Aí é que o MEB recebe um enorme apoio do convênio com o Serviço Social Rural e a gente começa esse trabalho de Escola Radiofônica. Em Pernambuco eram 11 sistemas rádio educativos, nós duas coordenávamos, era muita coisa. Mas, enfim, mas a vida foi me levando mais para perto ainda dos trabalhadores quando começou toda a discussão sindical, quando a gente viu a Igreja se movimentar para organizar os trabalhadores do lado da cristandade, digamos. Era um tipo de separação e a gente trabalhava ao largo disso. E aí, fomos criando, mais ou menos, alguns confrontos com esse tipo de tendência de unificação. Mas isso deu a gente um campo de aprendizado enorme, mas uma imensa dificuldade com a hierarquia da Igreja Católica, não é? Isso, você pode imaginar era um trabalho da CNBB que alguns ajudavam, outros resistiam e a gente continuava. Quando eu me dei conta, eu estava de tal modo envolvida no trabalho de organização do sindicalismo rural que não tinha mais volta. Então, eu tinha que tomar um certo afastamento do MEB, porque ia ficando difícil. E depois, eu tive a possibilidade de fazer isso oficialmente, quando sai do Serviço Social Rural para a Supra, que foi no governo Jango, não é? A Supra dava uma ênfase ao sindicalismo rural e eu fui nomeada responsável. Então, eu podia fazer tudo o que eu queria fazer oficialmente. Então, eu era encarregada de ajudar também. Teve muita ajuda, muita ajuda na orientação política, eu não vou esquecer disso, de Egídio Ferreira Lima na época. Era incrível, advogado e político. E a perspectiva da gente, eu não quero estender muito como é que esse processo de organização do sindicalismo, não é? E aí, com o apoio do Estado, no caso, e do outro lado de alguma maneira com o apoio da Igreja. E, isso foi se fortalecendo. E a gente vivia coisas terríveis no MEB. Não vou descrever os cenários que a gente vivia da pobreza da Zona da Mata. Mas, de repente, você tinha condições, era lícito lutar pela organização dos sindicatos rurais. Era lícito. E a briga foi boa, mas a grande orientação, o grande feito, talvez, digamos assim, nessa progressão para a fundação da Federação, da FETAPE, agora, com todos, com todos. Porque tinham as brigas e tinham outros independentes que viviam fiscalizando quem estava por trás. Tinha a AP, tinha o Partidão, que já estava na área por muito tempo... Isso não interessa, vamos fun-

dar uma FETAPE com a presença de todas as tendências. Foi um longo trabalho, uma longa negociação, mas quando da primeira diretoria da FETAPE, estavam todos representados. Zé Eduardo de Palmares, dentro da diretoria; Manuel Gonçalo, de Panelas, mais para perto da AP, dentro da diretoria; Biu de Timbaúba, mais ligado aos católicos, dentro da diretoria. E assim foi se compondo uma diretoria da Federação, onde todos se sentiam representados, inclusive eles escolhiam quais eram os assessores deles que podiam compor a assessoria da Federação. Essa foi uma das coisas que eu fiz, não foi só uma que eu fiz na minha vida, mas deu resultado. A Federação ainda era muito frágil quando ocorreu, também não vou entrar nos detalhes, a primeira greve da cana em Pernambuco. Essa foi uma greve muito difícil; Manoel Gonçalo era o vice-presidente da CONTAG e era o presidente aqui da FETAPE e Biu de Condado assumia a presidência na ausência de Manoel Gonçalo. E aí, é decretada uma greve, uma espécie de agressão, de aparente agressão, dos camponeses com desfile na cidade, a burguesia da cidade enfureceu-se, pressionou e o pessoal da Federação disse: “Não, nós vamos fazer uma pauta e entrar em greve”. Gente, não foi fácil. A primeira experiência de greve da cana era essa. E teve uma descoberta que eu achei incrível, a greve foi interrompida pelo meio do caminho, a pressão era tão forte da burguesia pernambucana que Jango disse: “Tem até amanhã, às dez horas da manhã, para voltar às atividades, a cana voltar às atividades, senão o Estado é obrigado a intervir (...?)”, foi uma ameaça desse tamanho. E aí, dr. Miguel, sob pressão, foi na televisão e disse, antes de consultar os trabalhadores ou a Federação. E eu fui acordada, corre para Federação, chego lá na Federação está Biu de Condado dormindo numa cadeira, sentado. “Biu, lembra, o governador daqui a pouco está aí você sabe para quê?” Ele olhou para mim e disse: “Sei. Nós perdemos, né? Mas nós bote-mo ele e só nós tira ele”. E aí todo o movimento pra toda a diretoria estar presente na Federação e até às quatro e meia da manhã a gente estava despachando presidente de sindicato pra área rural, para parar às dez horas. Às dez horas da manhã, as máquinas tinham voltado a funcionar. Mas descobri uma coisa: não dependeu só da Federação, nem dependeu só de nós, dependeu de uma coisa que eu nem sabia que existia: o sistema de comunicação entre eles, que era tão ágil e tão forte, e que a gente desconhecia, permitiu que isso fosse tão ágil, tão rápido. E aí, depois, a gente começou a descobrir pedrinhas marcadas onde os bilhetinhos eram deixados entre um engenho e outro, e vários sistemas de comunicação. A

grande iniciativa da Federação foi mandar os emissários, o presidente, correndo; mas o resto é interno, aí não era ordem do presidente só faltava a ordem de comunicação aos engenhos. Isso eu aprendi, eu não fazia ideia de como a sociedade estava organizada, como é que a senzala se organiza. Você está sentado em cima de uma cadeira organizacional e não faz ideia. Depois eu aprendi um pouco mais. Vejam como foi devagar a organização. Como as Ligas em (união) com o sindicato, como elas conseguiram se aconchegar, como havia uma luta imensa, mas o negócio é porque eram todos trabalhadores rurais e ninguém era mais do que o outro. Isso eu acho que se conseguiu, mas foi muito pouco tempo, e aí chegou em 64, acabou, não é?

APÓS 64 – O ESTATUTO DA TERRA – OBSTÁCULO AO ACESSO À TERRA

O Estatuto da Terra, que se torna Lei nº 4.504, em 30 de novembro de 1964, é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil.

Mesmo com as leis trabalhistas urbanas estendidas ao campesinato brasileiro, em 1962, o governo militar pôde controlar o movimento sindical, afastando os comunistas e parte da Igreja Católica progressista da orientação desses sindicatos. O problema que se colocava desde os anos sessenta, não resolvido no governo Jango, era o da distribuição da terra no Brasil, ou melhor, a execução de uma reforma agrária. O governo militar perseguiu e interveio em sindicatos prendendo suas lideranças; foi responsável por torturas, muitas vezes seguidas de morte, todavia não conseguiu acabar com a tensão social intensa, que havia no mundo do trabalho. Esta legislação (o Estatuto da Terra) tinha por objetivo ser um mecanismo de controle das tensões sociais relacionadas à posse e à propriedade das terras dentro do modelo capitalista do patronato rural. O que aparece como mudança é o condicionamento da apropriação individual deste bem ao cumprimento de sua função social. O Estatuto da Terra era de fato contra o minifúndio e tecnicamente contra o latifúndio, mas na realidade não atingiu em nenhum momento a grande propriedade no Brasil, inclusive a não produtiva, a que não tinha função social.

A ideia era catalogar toda propriedade rural do Brasil e depois classificá-la em um dos quatro tipos existentes: módulo rural (suficiente para garantir o sustento de uma família); minifúndio (propriedade considerada insuficiente para garantir o sustento de uma família); latifúndio (propriedade rural concentrada e ao mesmo tempo subutilizada); empresa rural (propriedade ligada ao agronegócio).

O Estatuto da Terra foi colocado como um freio nos movimentos camponeses anteriores a 1964,

deslocando o foco do conflito, que saiu da sociedade e se direcionou para o próprio Estado. Este foi o interesse primordial e não executar a reforma agrária, que terminou por se transformar numa ação de resolução de conflitos e não de transformações sociais.

O governo militar de Castelo Branco não considerou as diferenças na propriedade das terras no Brasil como uma herança maldita, que poderia ter sido corrigida. Na compreensão dos militares, os problemas sociais vivenciados pelo trabalhador do campo estavam relacionados à falta de adequação da economia agrária do país às novas tecnologias do desenvolvimento capitalista.

A Emenda Constitucional nº 10, de 10 de novembro de 1964, propõe no art. 5º, § 5º:

Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal ³⁵⁹.

Esta proposta, que foi aprovada, chamava ao Executivo a responsabilidade da desapropriação de terras no Brasil. Apesar das justificativas alegadas se basearem no problema político e social do país, o governo militar não realizou a reforma agrária, pelo seu compromisso com a grande propriedade no Brasil.

AÇÃO POLÍTICA REPRESSORA AOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO RURAL

Em vez de proposta positiva para os trabalhadores do campo, instalou-se após o golpe civil-militar um Inquérito Policial Militar Rural, o IPM Rural de 1964 ³⁶⁰, autorizado pelo comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, que delegou ao tenente-coronel Hélio Ibiapina de Lima ³⁶¹ o comando deste IPM. Este instrumento tinha por objetivo apurar as responsabilidades dos que se envolveram direta ou indiretamente em atos considerados subversivos contra o regime político democrático vigente, bem como crimes contra o Estado e seu patrimônio na zona rural do Nordeste, em particular.

Na introdução do relatório do IPM/PE, fica muito explícito as razões deste IPM:

Este é um INQUÉRITO POLICIAL MILITAR diferente do normal, e, pois, diferente terá de ser este RELATÓRIO. Trata-se de investigar uma ação ideológica; é um relatório de investigações de profundas lutas ideológicas. É ação em defesa da BANDEIRA, do HINO, do POVO, dos COSTUMES, da NAÇÃO e da PÁTRIA. [...] É necessário pensar e agir socialmente, sem con-

templações e sem desfalecimentos até a punição final e total dos culpados! Invoquemos a nossa consciência de patriotas, a nossa inteligência e mais que tudo e, sobretudo, a nossa masculinidade, legando à juventude um Brasil trabalhador, feliz, independente e ativo entre os povos. (grifos nossos)

As ocorrências descritas nesse IPM/Rural têm uma dilatação no tempo, são anteriores a 1964 e se estendem até 1985. A área abrangente é Pernambuco. Os agentes policiais militares investigaram duas organizações de trabalhadores rurais: as Ligas Camponesas, fundadas por Francisco Julião, e os sindicatos de trabalhadores rurais, organizados e influenciados ideologicamente por vários partidos e grupos políticos: PCB, PCdoB, AP, PORT ³⁶² e padres do clero da Igreja Católica, segundo apuraram.

A compreensão dessas informações será facilitada se apreciadas em conjunto com o IPM Geral do Nordeste, o IPM da Polícia Militar, o IPM do Primeiro Grupamento de Engenharia a cargo do major Ney de Oliveira Aquino e com os inquéritos sumários instaurados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, nos primeiros dias que decorreram após o golpe civil-militar de 1964.

As informações acerca da situação no campo após 1965, 1966, 1968 ou mesmo nos anos 70 foram colhidas através da documentação encontrada em vários arquivos, incluindo os arquivos secretos do SNI, do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e dos depoimentos de sobreviventes, de familiares sobre a atuação de militantes de vários partidos políticos e sobre a repressão a qual foram submetidos.

O IPM Rural indiciou 102 indivíduos ligados às Ligas Camponesas e aos sindicatos de trabalhadores rurais sem perder de vista a atuação da UNE e do PCB, dos estudantes, da CGT, do CONSINTRA ³⁶³ e da máquina do Governo do Estado de Pernambuco; o inquérito ainda responsabilizou membros da Secretaria Assistente e de outras repartições públicas, como o Ministério do Trabalho, advogados trabalhistas, políticos dos Poderes Executivo e Legislativo e funcionários do Poder Judiciário.

Para a maioria dos indiciados foi pedida a inclusão na Lei de Segurança do Estado. Parte majoritária dos indiciados, militantes das Ligas Camponesas ou dos sindicatos de trabalhadores rurais não compareceu às audiências, tendo, portanto, sido considerados foragidos. Os relatores, que se ocupam desse tema, compararam informações posteriores de indivíduos desaparecidos e assassinados com os que foram considerados foragidos. Os que compareceram ao chamado dessas autoridades ou os que já se encontravam presos prestaram depoimentos valiosos ³⁶⁴ sobre as ocorrências no campo e estes documentos estão mais ou menos

preservados para a consulta.

A relação de líderes camponeses presos, torturados, assassinados e desaparecidos é significativa.

Em 1963, Marcos Martins da Silva, um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada e seu primeiro presidente, foi espancado por policiais à paisana, por pistoleiros a mando de senhores de engenho. Sua segunda prisão ocorreu em 1966, após ter sido sequestrado por um chefe de pistoleiros que servia aos senhores de engenho, cujo nome é José Mendes, dono de um açougue.

Marcos foi preso várias vezes, torturado e ameaçado de morte. Marcos Martins, em 2010, tinha 85 anos, vivia no interior de Goiás. Em depoimento aos pesquisadores que organizaram o livro *Retrato da Repressão Política no Campo. Brasil 1962/1985*, afirmou que em “toda usina tem uma cadeia escondida”.

Manoel Gonçalo Ferreira, pequeno proprietário agrícola, ligado ao SORPE ³⁶⁵, ex-presidente do Sindicato Rural de Panelas/PE, era o presidente da FETAPE ³⁶⁶ quando dirigiu a greve dos canavieiros em 1963, que resultou no Acordo do Campo e na conquista da Tabela das Tarefas impostas ao trabalhador rural. Na ocasião do golpe de 1964, era vice-presidente da FETAPE e pertencia à Ação Popular (AP); foi obrigado a renunciar ao cargo para o qual foi eleito. Preso entre abril e agosto de 1964, em consequência da tortura a que foi submetido, perdeu o uso das faculdades mentais.

No depoimento de Aída Bezerra, já citado anteriormente, ela confirma o que aconteceu depois do golpe de 64 com Manoel Gonçalo:

Manoel Gonçalo foi imediatamente preso, outros como Zé Eduardo (...?) e vai por aí. Não vou descrever a quantidade de mortes, de perseguições (...?) até as atuais. Aí eu sei que a Federação (FETAPE) era muito frágil, muito novinha ainda, e aí houve intervenção na Federação e em todos os sindicatos; foi virando pouco a pouco uma espécie de escritório de registro de documento, serviço dentário... Foi se transformando numa outra coisa e eu tive que sair.

Segue abaixo breve histórico das vidas de dois grandes líderes de trabalhadores rurais/camponeses, Gregório Bezerra e Francisco Julião. O primeiro com trabalho mais voltado para a formação e atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais e o segundo com organização de ligas camponesas e a atuação como advogado.

Gregório Lourenço Bezerra, líder histórico do PCB, nasceu em Panelas, Pernambuco, em 13 de março de 1900. Sua vida está ligada ao campo desde os cinco anos de idade quando começa a

trabalhar no Engenho Brejinho, juntando bagaço, cortando cana e reunindo os bois para transportá-la; em 1907, torna-se órfão de pai e mãe e vai morar com os avós. Muda-se para o Recife e trabalha como empregado doméstico de uma família de latifundiários; foge dessa casa e vai trabalhar como ajudante de pedreiro, na construção civil; participa de alguns movimentos de rua, reivindicatórios de sua categoria; em 1922, ainda analfabeto, alista-se no Exército; em 1925, já alfabetizado enfrenta o curso da Escola de Sargentos da Infantaria e em 1927 é promovido a sargento-instrutor. Em 1929, casa-se com Maria da Silva e, em 1930, ingressa no Partido Comunista Brasileiro; em 1935 torna-se dirigente da Aliança Nacional Libertadora; em 1945 é eleito deputado federal pelo PCB, exercendo o mandato até 1948, quando é cassado. Por muitos anos agiu como militante comunista na ilegalidade, fundando ligas e sindicatos em Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Paraná e Bahia. Em 1958, Gregório se fixa em Pernambuco, participa das eleições de Cid Sampaio, Pelópidas Silveira e Miguel Arraes e recebe do PCB a tarefa de orientar o movimento camponês em Pernambuco. Entre 1963 e 1964 o movimento camponês brasileiro contava com mais de 1.200 sindicatos de trabalhadores rurais organizados; mais de 2.200 milhões de trabalhadores assalariados, 43 federações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a Confederação Nacional dos Lavradores na Agricultura (CONTAG) ³⁶⁷.

Após a deposição de Jango e a de Arraes, Gregório Bezerra, responsável pela organização do setor do campo do PCB, em Pernambuco, dirigiu-se para algumas cidades da região da mata sul, onde se concentrava a grande maioria da massa camponesa e com quem lidava, fazendo o trabalho de organização política desses camponeses. Sobre a possibilidade de uma reação das forças populares contra o golpe, ouviu do governador Arraes uma rápida análise sobre as circunstâncias desfavoráveis aos que defendiam a Constituição brasileira, Gregório foi se juntar aos camponeses de Catende, Palmares, Gameleira, Ribeirão para ouvi-los e aconselhá-los o que fazer nesse momento difícil. Sabia que seria preso a qualquer momento. Quando se dirigia para Cortês, perto da usina Pedrosa foi preso, em 1º de abril, por um grupo de investigadores da polícia, comandados pelo capitão da Polícia Militar, Rego Barros, que estava a serviço do Exército e do coronel Ivan Rui, agora o novo chefe da polícia de Pernambuco. Em Ribeirão, um destacamento do vigésimo batalhão de caçadores quis trucidar Gregório, com os capangas de José Lopes de Siqueira Santos. Foi conduzido à presença do comandante do 20º Batalhão de Caçadores, que o enviou ao general do IV Exército Justino Alves, na carroceria de um caminhão com os pés e as mãos algemados, o pescoço e as pernas amarradas, sob forte escolta. Foi recebido pelos coronéis Ibiapina e Antonio Bandeira com insultos, calúnias, uma coronhada

no peito e outra na face direita, que lhe partiu os dentes. Após interrogatório foi levado à Fortaleza das Cinco Pontas, mas o comandante alegou que não havia cela disponível e de lá foi levado ao quartel de Moto Mecanização em Casa Forte. Foi recebido pelo coronel Villocq a golpes de cano de ferro por todo o corpo e palavras indignas para um oficial das Forças Armadas brasileiras ³⁶⁸.

Gregório relatou a sua tortura aos juízes militares quando foi interrogado na Circunscrição da Justiça Militar da 7ª Região Militar, sediada em Recife:

Uns três ou quatro sargentos do Parque de Moto-Mecanização, instrumentos inconscientes daquele verdugo, completavam o espancamento com pontapés e socos por todos os lugares do meu corpo. As pancadas se sucediam, no estômago, no rosto, nos rins, nos testículos, nas costas e nas pernas. Um grupo de sargentos e soldados, ao longe do pátio do quartel, assistia aquele quadro de covardia e sadismo sem precedentes, silenciosamente. [...] As sevícias continuaram no xadrez... o próprio Villocq batia com o cano de ferro. Desnudaram-me quase desmaiado... vestiram-me um calção, ataram-me o pescoço com uma corda e me fizeram andar num chão com ácido para queimar as plantas dos pés e resolveram passear nas ruas adjacentes do quartel. [...]

Aí Villocq comandou a minha saída em precisão pelo subúrbio da Casa Forte numa demonstração tipicamente medieval. Eu na frente de calção com o sangue a jorrar por todos os lados e a malta de militares, com Villocq no comando, a puxar-me pelo pescoço, em três tiras de corda, cada um puxando para um canto. [...]

- Gregório Bezerra vai ser enforcado na Praça de Casa Forte! Venham ver! Gritava o nazista Villocq, como um possesso. Outras vezes convidava o povo para linchar-me sem que fosse atendido. Também aludia ao fuzilamento. Os alunos do CPOR negaram-se a participar do massacre. Uma irmã de caridade desmaiou. Mais de mil pessoas assistiam atônitas o massacre. O trânsito parou. Uma freira telefonou para o arcebispo interino pedindo para parar o espetáculo do 'circo romano'. O pastor se entendeu diretamente com o comandante do IV Exército, o general Justino, aquiesceu ³⁶⁹.

Por ordem do general Justino foi levado à Fortaleza das Cinco Pontas, onde três horas antes havia sido rejeitado por "falta de espaço". Depois foi enviado à Casa de Detenção do Recife e daí saiu por força do sequestro do embaixador americano e da negociação entre vários partidos de esquerda.

Segundo o *Jornal do Commercio*, de 15 de outubro de 1970, o processo encabeçado por Gregório

Bezerra se constitui de 37 volumes e envolve 100 “fomentadores da subversão”. O processo procedente do Superior Tribunal Militar entrou na Auditoria da 7ª Região Militar. Gregório foi defendido na justiça militar pela advogada Mércia Albuquerque.

Gregório Lourenço Bezerra, permaneceu no exílio durante 10 anos, voltou ao Brasil, com a anistia em 1979, reencontrou-se com suas atividades políticas junto ao PCB e escreveu suas memórias. Faleceu em 21 de outubro de 1983, no Hospital da Beneficência Portuguesa, em São Paulo aos 82 anos, de enfarto do miocárdio.

Francisco Julião Arruda de Paula, nasceu em 16 de fevereiro de 1915, em Bom Jardim, no Engenho Boa Esperança, também conhecido como Espera, no agreste de Pernambuco, filho de Maria Lídia Arruda e Aduino Barbosa de Paula³⁷⁰. Era o segundo dos sete filhos do casal. Neto de senhores de engenho pelo lado materno, Manoel Tertuliano Travassos de Arruda e paterno o capitão Francisco de Paula, provavelmente descendentes de uma elite secundária, cuja base de sustentação era o açúcar. Recebeu instrução religiosa católica. Fez o curso secundário interno em colégio do Recife. Queria ser médico, mas formou-se em direito, em 1939, pela Escola de Direito do Recife, tornando-se advogado principalmente de pequenos e médios agricultores. Com o fim do Estado Novo filiou-se ao PR – Partido Republicano. Mas, em 1947, desfilia-se do PR participando da fundação do PSB – Partido Socialista Brasileiro, em 1952; em 1954, foi eleito deputado estadual por este partido exercendo seu primeiro mandato. Em 1955, foi procurado por uma comissão da SAPP – Sociedade dos Agricultores, Pecuaristas e Plantadores de Pernambuco, para que advogasse em favor desta sociedade que pleiteava a distribuição da terra no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão. Francisco Julião já advogava para camponeses que eram sujeitos ao cambão³⁷¹. Rendeiros, foreiros e posseiros estavam sujeitos a esta condição.

Em 1956, Francisco Julião, advogado do processo dos foreiros do Engenho Galileia, foi preso por oficial da Polícia Militar de Pernambuco, na própria Galileia. Francisco Julião continuou o seu trabalho e publicou em 1957 *A Cartilha do Camponês*, o *ABC do Camponês* e a *Carta de Alforria do Camponês* e nesse mesmo ano, em 1º de maio esteve à frente de uma demonstração de 3000 camponeses na cidade do Recife. O processo de Galileia seguiu com prisões de líderes como Zezé da Galileia, Luiz Serafim, João Virgínio e outros. Em 1959, no governo de Cid Sampaio, foi deferido judicialmente, garantindo a posse da terra aos camponeses de Galileia. Em 1961, Francisco Julião viaja a Cuba e com ele alguns líderes do movimento camponês.

E em 1963, as Ligas Camponesas sob sua liderança participam da greve dos 200 mil dos trabalhadores rurais do açúcar, paralisando essa importante atividade econômica.

Galileia era um engenho praticamente de foreiros. Segundo Francisco Julião,

A SAPP não tinha como objetivo principal criar um fundo para enterrar suas crianças que naquela região morrem como moscas. É uma informação exagerada, embora até certo ponto válida. [...] A Sociedade Agrícola tinha objetivos modestos: formar um caixa entre os próprios associados para contratar uma professora a fim de alfabetizar as crianças; constituir uma cooperativa de produtores de verdura, para o que era necessário obter crédito destinado à aquisição de sementes, adubo e instrumentos agrícolas³⁷².

Julião costumava dizer que não foi para debater a morte que se criou a SAPP, mas para debater a vida. Na década de 1960, segundo Francisco Julião, 80% das terras de lavoura e pecuária permaneciam nas mãos de 2% de brasileiros; a população camponesa do Brasil alcançava os 50 milhões; desses, 17 milhões se situavam no Nordeste brasileiro, sendo que 15 milhões vendiam sua força de trabalho como proletário, semiproletário e camponeses. Daí se explica a força da Liga Camponesa nessa região e a origem da liderança de Francisco Julião. Esta atividade diferia do trabalho sindical, do qual cuidavam, principalmente, os partidos comunistas.

Julião foi deputado estadual em duas legislaturas. Em 1962, foi eleito deputado federal por Pernambuco. Quando do golpe militar, em 1964, estava em Brasília, no Congresso Nacional, permanecendo até 7 de abril. Com a ajuda do seu colega deputado federal pela UDN, Aduino Lúcio Cardoso, Julião, disfarçado de camponês, chegou até Belo Horizonte, onde escreveu um manifesto de protesto ao golpe militar. Em 9 de abril, através do Ato Institucional, teve seus direitos políticos cassados. Retornou a Goiás, onde foi preso, em 3 de junho de 1964, por um comando policial e transportado a Brasília, aí permaneceu durante 21 dias custodiado pelo IV Exército. Foi transferido para o 2º Batalhão de Guardas no Recife, colocado numa cela solitária por 40 dias. Transferido para o Quartel do Corpo de Bombeiros ficando na mesma cela do governador Miguel Arraes de Alencar. Nesse tempo, escreveu uma carta-testamento intitulada “Até Quarta, Isabela”. Em 1965, através de seu advogado Sobral Pinto, requereu *habeas corpus*, tendo sido atendido com o compromisso de uma vez libertado sair de Pernambuco em 24 horas. Conseguiu asilo no México. Em 30 de setembro de 1966, foi condenado pelo Conselho Permanente do Exército à pena de oito anos e um mês de detenção, incurso, que foi, na Lei de Segurança Nacional; pela justiça militar do IV Exército foi condenado à pena de 28 anos

de prisão. Em 23 de fevereiro de 1967, o Conselho Permanente do Exército o condenou a 19 anos de prisão. Com a anistia, em 1979, o 7º Conselho de Justiça Militar julgou extinta a punibilidade atribuída a Francisco Julião Arruda de Paula. Aos 12 de agosto de 1999, Francisco Julião falece no México, de enfarto fulminante.

A CEMVDHC promoveu audiência pública sobre ocorrências relativas às graves violações de direitos humanos contra camponeses e militantes políticos, na zona rural, em Pernambuco, no período da ditadura militar, iniciada em 1964.

A sessão de depoimentos foi realizada em 18 de agosto de 2016, onde foram ouvidos Martinho Leal de Campos, José Paulo de Assis, José Joaquim da Silva, José Joaquim Camilo de Santana, Severino Soares de Santana, Aída Bezerra, Anacleto Julião e Alves Dias.

Martinho Leal de Campos, economista, ex-militante do PORT, falou à CEMVDHC sobre a morte de Paulo Roberto Pinto, o Jeremias, fato que ficou conhecido como a Chacina do Engenho Oriente, acontecida em 8 de agosto de 1963.

Tenho a necessidade de dizer que compreendo que a memória é a forma de ultrapassar a morte, de não deixar que a morte faça com que haja o esquecimento e o completo desprendimento da verdade. Por isso, reputo da mais alta importância o trabalho dessa Comissão, quero ressaltar isso. Parabenizar todo esse trabalho da Comissão entendendo que realmente não se trata aqui de nenhum ofício e exercício de punição, mas de não permitir que a história seja esquecida. [...] Mas, vamos então ao que interessa. O fato se deu então em Itambé, mais precisamente em Serrinha. Naquela região, naquele momento caracterizou-se muito francamente uma repressão dos latifundiários da época que não aceitavam de maneira nenhuma, de bom grado, e não poderia ser de outra forma, as novas diretrizes legais para os trabalhadores do campo. [...] No caso de Itambé, a grande luta se dava como em outras regiões da Paraíba, para citar os dois estados em que o trabalho das Ligas Camponesas se desenvolveu com mais força e posteriormente a criação de sindicatos, uma repressão que se dava em torno do pagamento, por exemplo, do 13º salário. Jeremias foi para Itambé por orientação do partido que tinha sua sede, sua base em São Paulo. [...] Essa compreensão que se desenvolveu mais fortemente a partir do Congresso da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) em Minas Gerais, quando Jeremias teve o contato mais forte com os companheiros do campo em Pernambuco; foi quando, então, nesse momento, que se decidiu que o partido deveria vir para Pernambuco e assim foi feito [...] O partido é pequeno, carregando toda a tradição da Quarta Internacional, vem para o campo em

Pernambuco e começa a trabalhar com muito pouca força de militância para fazer um trabalho no sindicato. E foi aí que Jeremias desenvolveu todo um trabalho de liderança importante. Poucas vezes, e aí a importância de se frisar a questão da verdade, poucas vezes se falava que Jeremias pertencia ao Partido Operário Revolucionário Trotskista. Ele era da direção do partido, do bureau político do partido. Jovem, operário gráfico paulista, de Moji das Cruzes, com 21 anos estava nessa luta, veio para Pernambuco para desenvolver este trabalho, mas que, evidentemente, estava com muito pouca força do ponto de vista material, do ponto de vista de organização política. Acredito que houve neste momento um erro de avaliação por parte nossa, do partido, porque não era o momento para que se agisse daquela forma e a radicalização foi muito forte da parte do Partido Operário Revolucionário Trotskista. Nós pleiteávamos conselhos de camponeses como se fossem os conselhos de fábrica, toda aquela visão de desenvolver um trabalho antiburocrático, que fizesse com que as direções do campo não enveredassem pelo mesmo caminho daquelas direções que se tornaram pelegas. Logicamente que o trabalho de Jeremias foi recebido com muita, eu diria, temor por parte dos latifundiários daquela região, que se prepararam para golpear de maneira muito drástica. [...] Jeremias, poucos meses antes de ser assassinado, tinha sido detido na época e passou alguns dias na Secretaria de Segurança, não declinou a que partido pertencia, razões para isso ele deve ter tido, mas não declinou e ele ficou na história como o camponês, o líder camponês, o simples camponês que era um líder. Mas, não é isso. Então, a verdade, é que ele era um militante trotskista, dirigente do PORT. [...] Agora, o que eu quero dizer é que, quando Jeremias foi preso, foi detido, não foi preso, não se sabia concretamente a que partido pertencia, inclusive alguns companheiros até do partido comunista, o que é lógico e é normal, acreditaram que ele pudesse ser um agente de direita infiltrado. Um agente preparado pela direita para criar problemas no campo. Volto a dizer, não sei porque ele não declinou, eu nunca discuti isso e não sei dizer, mas sei que ele, a mim, ele confidenciou que naquele momento estava prestes a ser assassinado, o que aconteceu factualmente? É que havia uma greve no Engenho Oriente para defender e insistir no pagamento do 13º salário e o proprietário José Borba não queria aceitar. É uma atitude muito comum naquele momento, por parte desse setor conservador latifundiário, que via, no 13º e nos outros benefícios legais aos trabalhadores assalariados do campo, uma forma de tolhê-los do ponto de vista de ganhos e de cortar a forma feudal com que eles vinham até aquele momento agindo. O Zé Borba preparou uma cilada. Em determinado momento, de uma

assembleia no sindicato de Serrinha, dedicada a discutir a questão de como é que avançava a luta para que se conseguisse o pagamento do 13º, chega um enviado da parte do latifundiário para informar que o Sr. José Borba estava naquele momento com uma autoridade do Ministério do Trabalho, delegado ou coisa que o valha, para fazer o pagamento do 13º salário e, convidava o líder do sindicato, no caso o Jeremias, a comparecer, a presenciar esse pagamento. Logicamente que Jeremias sentiu que aquilo era uma cilada, mas foi. Ele tinha uma atividade muito forte, tinha um carinho muito grande no trabalho com os outros camponeses. Ele quando saía às ruas, parecia um messias. Os camponeses o acompanhavam e não foi difícil na sua ida ao Engenho Oriente naquele momento, ser seguido por uma pequena multidão. Dizem, eu não estava presente, mas segundo informações obtidas logo depois que eram uns 300 ou 400 camponeses, trabalhadores agrícolas, que foram com ele em passeata até o engenho e ao chegar no engenho, na porteira, ele simplesmente abriu os braços e disse: “Estamos vindo em paz” e, naquele momento, o tiroteio começou. Foi alvejado no tórax, depois nas costas, dois camponeses, dois trabalhadores agrícolas que estavam perto dele foram assassinados também naquele momento, outros foram feridos estava um companheiro da Paraíba que tinha ido, destacado pelo partido para dar assistência a Jeremias, de nome Francisco de Assis Fernandes, nome de guerra Cassiano, que foi ferido na perna. Eu conversei com ele antes de vir para cá, mas ele entrou num processo, depois disso, de muita depressão. Ele não consegue falar sobre o acontecido, não tem condições. Eu gostaria de ter trazido um recado objetivo da parte dele sobre este acontecimento, mas não foi possível. Este acontecimento nefasto do assassinato de Jeremias e da chacina, como ficou conhecido, do Engenho Oriente, nunca foi julgado, não houve condições. Essas pessoas ficaram impunes e tiveram todo interesse, e ainda tem, de apagar essa história só que não podem apagar porque a atividade, a militância, o arrojo, a dedicação, a honestidade com que Jeremias, independentemente de que sua posição possa ser criticada pelo radicalismo, pelo nosso radicalismo, mas ninguém é capaz de dizer que ele não foi um cidadão digno, honesto e íntegro, e essa integridade, essa honestidade de Jeremias fez com que os camponeses o adorassem. Há pouco tempo estive com o Felipe Galindo lá no Engenho Oriente, fomos ver o local da chacina e pessoas, já velhinhas, vieram ao nosso encontro para falar de Jeremias. Algumas pessoas jovens sabiam de Jeremias pela história, dentro do processo de oralidade, não está morto. [...] Não foram punidos, ficaram impunes fizeram tudo, porque logo a seguir veio o golpe civil militar e aí eles, evidentemente, se aproveitaram

para impedir que o julgamento pudesse ter o seu término e pudesse aquilatar o crime e julgar esse crime por parte do latifundiário José Borba e todos os demais. Outros crimes aconteceram, lembro, por exemplo, todos sabem, João Pedro Teixeira na Paraíba, outros que morreram na Usina Estreliana, tantos que foram assassinados durante esse tempo. [...] é importante que hoje se registre tudo isso, se coloque novamente para que a posteridade, para que as gerações vindouras possam ter conhecimento concreto, perfeito, dessa história.

O depoimento que se seguiu foi o de Anacleto Julião, filho do deputado Francisco Julião, que lutou por décadas por melhores condições para o campesinato brasileiro.

Bom, queria agradecer o convite feito pela Comissão D. Hélder Câmara para dar um depoimento sobre a repressão no campo. Represento nesse momento o Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco, que é a sociedade civil organizada com o intuito de, realmente, não só termos a verdade e a memória, mas também fazermos justiça aos casos da repressão da ditadura civil-militar de 64 a 86... 85. [...] Gostaria de chamar a atenção para um fato que uma companheira me disse. Todos aqueles camponeses, ex-camponeses que estiveram aqui fazendo o seu depoimento são da raça negra. Vocês são filhos de escravos que nós tivemos nesse país e nós teríamos que ver. Veja que comparação: uma mesa totalmente branca inclusive eu e aqueles que vieram aqui fazer o seu depoimento são negros, descendentes de escravos e esta é outra luta que nós devemos travar, tá certo? Da igualdade, igualdade racial. Feitos esses esclarecimentos, eu gostaria de ser muito concreto com relação ao material que eu vou entregar a essa Comissão. Queria chamar a atenção do seguinte: todos nós reconhecemos que houve uma ditadura civil-militar no Brasil. Então, a Comissão deveria ter se preocupado, de algum tempo atrás, de definir essa questão por uma razão bem simples: não foram só agentes do Estado diretamente que causaram a repressão. Foram além de Forças Armadas, mas também de deputados como aqui já foi dito, delegados de polícia, latifundiários que tinham a legitimidade dada pelo Exército, pelas Forças Armadas de reprimir também. E é importantíssimo dizer isso por uma razão bem simples: então nós não poderíamos chamar à Justiça aqueles latifundiários, aquelas pessoas que reprimiram, que assassinaram, que torturaram. Porque o Exército, em si, é importante ter isso em mente, o Exército em si, ele foi deslocado para aqueles lugares onde as Ligas Camponesas, o sindicalismo era mais forte e sabiam ou esperavam uma reação popular. No entanto, eles tiveram

um grande aliado que foram os latifundiários, os usineiros; os usineiros e latifundiários que reprimiram com o seu próprio exército, com os capangas que eles tinham. Isso é importante de se dizer também. Há quarenta anos eu procuro saber o que foi que aconteceu. Eu digo quarenta anos porque em 76 eu estive visitando meu pai, Francisco Julião, lá no México e, eu fui lá com um objetivo, porque ele estava exilado no México e eu estava exilado na Suécia, então eu fui lá com um único objetivo: colocar uma câmera super-8 em frente a ele e perguntei: Julião, o que foram as Ligas Camponesas? E deixei ele falar à vontade. Eu tenho aqui dois livros de Francisco Julião que eu quero entregar à Comissão. Um deles é o “Até quarta, Isabela” que foi escrito e é muito conhecido, foi escrito durante a prisão dele. O outro é um verdadeiro estudo, eu não conheço melhor estudo sobre as Ligas Camponesas e sobre o campesinato brasileiro que esse livro “Cambão”. Esse livro deve ser divulgado e aproveitado ao máximo. O “Cambão”, ele além dele tratar da questão política, da situação do campesinato brasileiro à época, porque foi escrito em 68, ele também traz a relação que existia entre o camponês e o latifundiário, o camponês e a polícia, o camponês e as Ligas Camponesas, a filosofia do camponês, como pensa o homem da terra. E esse é um livro que pode subsidiar muito, tudo o que os companheiros relataram de torturas, de trapanças que se fez. E, também queria entregar a vocês alguns dos processos que nós colaboramos para resgatar a história desses companheiros. O fato é que, quando surgiu a possibilidade de nós irmos ao campo, o Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco fez várias incursões no interior e nós levantamos muita coisa, subsidiando e entregando à Comissão. E, obviamente, lá eu me deparei com muitos companheiros que me relatavam suas histórias e que não sabiam, não sabiam como encaminhar os processos. Então, eu dei uma de advogado, mas como esses processos são na área administrativa, não são jurídicos, então nós conseguimos fazer. Nós realizamos talvez uns 12 processos ajudando as famílias e todos eles tiveram realmente êxito e, principalmente, os que eram camponeses, tanto da Galileia, como também alguns familiares. Eu tenho uma tia, por exemplo, que ela foi sequestrada e ninguém sabia disso. E também explicar que muitos, mas muitos, milhares de histórias que estão aí perdidas, são companheiros que foram assassinados pelos latifundiários, são companheiros que desapareceram. São companheiros que até hoje mudaram o nome e não querem nem sequer aparecer. O caso do companheiro tem muitos casos como o seu: que se exilaram no seu próprio país. Eles foram exilados tanto quanto eu fui exilado. Aliás, eu acho que pior ainda, porque o fato é que eles sempre tiveram o temor

a ser encontrados. No entanto, no meu caso, eu não tinha temor de ser encontrado pelas Forças Armadas do Brasil. Meu temor era outro, era mais simples, era o temor que os Estados Unidos invadissem Cuba, tá certo? Eram as crises que existiam porque o mundo estava dividido. [...] O meu exílio, como eu costumo dizer, o meu exílio é uma condenação eterna. Não se esqueçam disso. Quem foi exilado está condenado eternamente e a razão é muito simples porque quando você sai daqui como Zito saiu daqui com dez anos, eu com dez anos, por razões políticas, você passa um tempo fora e quando você volta, na verdade você não chega ao mesmo lugar que você deixou, tudo está mudado. As pessoas, você perdeu os amigos, você quase perdeu as suas raízes. Eu apenas consegui manter meu o idioma por insistência da minha mãe e da minha irmã porque em casa só se falava português senão eu teria perdido também o meu idioma. Isso tudo dói muito e fica uma coisa muito estranha. Eu já, em várias ocasiões, eu me encontrei em debate com alguma pessoa, que bateu no meu ombro e disse: “Você sabia que eu sou sua prima?” – “Não, sabia não.” – “Sim, eu sou fulana filha de cicrana e nós somos primos [...] Então, essa é a situação. Então, eu vou passar a entregar o material, por favor. Nós temos o caso de Seu Anastácio que já foi mencionado aqui; o do Alberto José de Farias com a questão da identidade; o caso de José Joaquim Camilo de Santana, processo que nós vamos falar depois; nós temos o que foi indeferido pelo nome, o Severino José de Santana, das Ligas Camponesas de Bento Velho, presidente das Ligas. Desaparecidos, desaparecidos mesmo: Arlindo, que era o motorista de Francisco Julião; o desaparecido Benedito, que você mencionou também, não foi Zito? Benedito; Laurindo, que se exilou no Rio de Janeiro nessas circunstâncias; você tem o Luís Albino da Silva, exilado político junto conosco em Cuba, e também o Isaac Teixeira, filho de João Pedro Teixeira, e que também foi conosco para salvar a vida de um deles pelo menos. Resultado: nós éramos quatro filhos de Francisco Julião e Alexina, que eram Anatailde, Anatilde, Anatólio e Anacleto, mas nós tínhamos dois irmãos mais, que foram apoiados, conviveram conosco, viveram na nossa casa que era o Luís Albino, um rapaz negro, forte como aquele senhor que esteve aqui, Zé Paulo, e o Isaac. [...] Também o Manoel Barbosa da Silva, presidente do sindicato de Vitória, preso pelo Exército e desaparecido e o que o Zito da Galileia nos relatou foi muito interessante porque também é outro material que vai ser entregue a vocês. Eu chamo atenção desse filme, se chama “Brasil, o problema da terra”. Esse filme foi realizado por uma equipe de cineastas vinda dos Estados Unidos e que ficou escondido durante muitas décadas. Porém, nós vimos que já era um tempo em que os

Estados Unidos deixa a documentação ser livre e foi resgatado por meu irmão e inclusive foi traduzido, porque é todo em inglês, com a legenda feita pelo meu filho Andreas Julião. Esse filme relata a situação do homem no campo, certo? E depois, ele começa logo assim: “Você conhece esse homem? Ele se chama Francisco Julião, amigo de Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, inimigos dos Estados Unidos. Francisco Julião é hoje o maior líder camponês da América Latina, tem que se ter cuidado [...]”, e aí começa o relato dizendo tudo isso. É nesse filme que aparece o Constâncio Maranhão quando chega o repórter pra fazer uma entrevista com ele, e ele está no pátio, está entrando o gado dele com alguns camponeses e ele diz assim: “Não, aqui na minha terra não. Aqui os meus camponeses estão todos bem alimentados, está tudo bem”. E passam os camponeses, com uns farrapos, descalços, você nota no filme a pobreza, a miséria que as crianças tinham, que o homem do campo tinha, as mulheres. E ele então diz: “O quê? Não. Aqui? Aqui quem vier organizar camponês vai ter justiça porque a justiça aqui é isso, o meu revólver. Aliás, revólver esse fabricado nos Estados Unidos, da melhor qualidade” E começa, “Pôu! Pôu! Pôu!” “Hahahahaha” “Hahahahaha” “Pôu! Pôu! Pôu!”. Isso demonstra a crueldade e a cumplicidade desses que talvez não sejam, no caso deles, agentes públicos, chamemos assim, mas eles sim, foram. Eles foram orientados pelo Exército, pelo momento determinado pra toda essa repressão. Isso é óbvio, entendeu? Isso é o óbvio. Então tem também que procurar justiça contra esses. Então eu queria entregar a vocês os processos, depoimentos, de muita gente. Alguns estão aqui, outros não. Está, por exemplo, o processo de Luís Serafim, está aqui, que eu não fiz. Eu não colaborei, mas tem muitos aí, tá o Biu da Galileia; tá Maria, a esposa do Dequinha, irmão de Julião; tem muita coisa aqui, foi muito trabalho. Outra coisa importante a chamar a atenção: as ligas camponesas não eram um partido político. As ligas camponesas eram um movimento de massas que cabia todo mundo, estudantes que vinham de outros estados participar das ligas aqui, os diferentes partidos políticos, como os trotskistas que deram um apoio muito forte, como os membros do partido comunista. Entrava quem queria, como os membros do partido socialista... Alguns, seguramente, vocês tem, mas outros não. “Julião, verso e viola”, Julião era poeta, escritor, advogado, de mão cheia. Ele realmente foi um homem excepcional. Extraordinária pessoa, de idealismo total. [...] Ele deu a atenção que ele pôde a todo mundo. [...] “Memórias clandestinas” esse é um documentário que ganhou o primeiro prêmio no Festival (...?) do Rio de Janeiro, que relata a história de Alexina Lins Crespo; tem depoimento dela, dos filhos dela, e a volta do

exílio; “A voz do campo”, esse é provável que vocês tenham, porque muita gente veio através da Fetape, porque era um movimento muito forte, mas é esse daqui do Euclides Nascimento, sobre o sindicalismo rural; “As ligas camponesas e a luta pelo socialismo”, Clodomir Moraes; “Memórias do Sindicato”; “Seminário crimes da ditadura”, feito por nós do Comitê da Memória, Verdade e Justiça; “Entrevista de Anacleto à TV Brasil”, e aí tem muitos depoimentos, “Primeira Jornada pela Memória, Verdade e Justiça no campo”, está aqui todo esse trabalho feito por nós; “Brasil, o problema da terra”, em inglês, mas tem legenda, Brazil, the trouble land”; “Marcas de uma luta”, Ayberê de Sá; “Francisco Julião na lei ou na marra”, de preferência na marra, porque na lei não foi; “Reportagem da Globo com Julião – 50 anos das ligas camponesas”, com a colaboração sempre presente de Zito da Galileia; “Ligas camponesas e último depoimento de Francisco Julião no Brasil, em 1994”, onde ele reafirma tudo o que ele disse antes do golpe, durante sua prisão e depois da prisão, reafirmando todos os compromissos e o amor que ele tem pelo campesinato brasileiro; e, obviamente, não poderia faltar, Gregório Bezerra, que foi um grande sindicalista ainda que houvesse discordâncias como o companheiro trotskista nos relatou. Cada um tinha a sua forma, ou o seu método, sua forma de pensar para alcançar uma sociedade mais justa. E no caso de Gregório, ele veio a Pernambuco, por orientação do seu partido, o partido comunista, simplesmente para esvaziar as ligas camponesas trazendo os camponeses das ligas para o sindicato. Nada mais justa. Só são discordâncias políticas que existem e que não se tem que discutir sobre quem tinha razão ou não. Eu acho que todos tinham razões e contra razões. Acho que é bem claro, quando você começa a estudar todo esse processo passado, é bem claro você ver que o governo federal que foi levado pela população camponesa, pela população das ligas, do sindicato, de movimentos armados, foi levado a prometer e tentar realizar uma reforma agrária no Brasil. O mesmo era refletido aqui com o Miguel Arraes. Quer dizer, o governo estadual e o governo federal queriam fazer a reforma agrária. Ou através do sindicalismo, porque os comunistas acreditavam que quem faria a revolução não era o camponês, mas sim o operariado, o operariado das cidades, mas o fato é que era uma população majoritária no Brasil e você tinha que ter em consideração o todo. E também o próprio governo Arraes. Eu acho que foi extraordinário você ver com que emoção, com que bravura os companheiros defendem o nome de Miguel Arraes. Porque houve mudanças e a mesma coisa está acontecendo atualmente.”

Respondendo a uma pergunta do comissionado

Manoel Moraes sobre possível organização armada dentro das Ligas Camponesas, Anacleto Julião assim se pronunciou:

Agradeço as palavras de vocês, foi extraordinário e me sinto emocionado com esse relato que vocês também estão trazendo porque uma das funções queira ou não queira, da Comissão, é exatamente uma questão de, como se chama, de psiquiatra, de psicólogo, a gente poder desabafar um pouco essas coisas e poder relatar essas coisas, ainda bem, assim abertamente. Então, essa também tem sido uma função, vocês pensam nisso assim e foi extraordinário ouvir vocês, foi muito bom. Veja, as Ligas Camponesas, era como eu disse não era um partido, tinham companheiros e companheiras, de todos os matizes políticos, de partidos menores como o caso dos trotskistas. Os trotskistas organizaram, sim, uma guerrilha aqui no Rio Grande do Norte me parece; e então existia, realmente existia, a parte legal, jurídica, a parte parlamentar e as pessoas defendiam muito a figura de Julião no sentido de que ele não poderia estar envolvido em movimentos de guerrilhas, com armas etc. e tal. Mas, existia sim o embrião de um partido político como braço armado das Ligas Camponesas que era o Partido Revolucionário Tiradentes, não é? Era incipiente, mas realmente realizaram ações de guerrilha e para isso precisavam de armas e essas armas eram compradas ou requisitadas, armas, na época, armas muito boas porque era só o Exército que poderia mudar. Numa ocasião, eu recorde que me foi relatado que o Claudio Aguiar, ele chegou e tinha uma pessoa lá, morando na casa do meu avô, pai de Julião e onde Julião residia muitas vezes. Então, ele foi ao sótão, ou sótão é embaixo? Era em cima, pronto. Foi ao sótão e lá estava uma pessoa limpando um bando de armas e de coisas e ele ficou assustado e foi até Julião e disse: “Olha, fulano está, com um bocado de armas aqui na tua casa; se chegar aqui alguém, alguma pessoa, a polícia ou qualquer coisa dessas vai complicar para todo mundo”. Então, eles tiveram realmente que retirar as armas dali e levar para outro lugar. Não sei se essas armas foram transportadas em mala, em fusca, não sei. Mas, tiveram que esconder. Alexina também nos relata que até hoje existem determinados locais onde existem armas enterradas. [...] Nós não sabemos aonde estão essas armas, também não nos interessa, no mais mínimo, desencavar isso. Não sei, porque ela realmente sempre disse: “Eu levo isso comigo”. Então, ela (Alexina) realmente foi além de grande companheira, política, revolucionária, com o seu conhecimento, além disso ela foi uma mãe dedicada. Fazia a comida e corria para a máquina de escrever para fazer as petições de Julião e, além de tudo, ela era um guarda-costas dele. E mais, tem uma frase de Clodomir Moraes que ele

diz assim: Julião não era um homem valente. Era um homem corajoso, porque valentia você pode ter num momento dado, você pode chegar num bar, tomar umas e outras e querer bater na cara de todo mundo. Isso é um valentão, não presta de nada. Mas Julião era um homem corajoso.

Fernando Coelho, em seguida, convida Antônio Alves Dias, ex-funcionário da Sudene, artista plástico e militante das Ligas Camponesas, para dar seu depoimento.

Antônio Alves Dias, artista plástico. E sobre Julião, tem uma coisa interessante, que Palmeira, que depois chamavam de Capivara, ele participava dos comícios, Capivara foi uma figura extraordinária, principalmente na vida de Francisco Julião. Nós íamos para os comícios com uma capa e uma metralhadora na capa, é algo que a gente não devia nem estar falando... Julião eu conheci na casa dele. Clodomir Moraes é que criou esse grupo que ele chamava guerrilheiros. Nos comícios, eu lembro bem o de Casa Amarela, eu com a capa, vestido, e a metralhadora embaixo, que era pra proteger Julião, proteger Capivara e Clodomir Moraes. Éramos os defensores de Francisco Julião. Eu era a segurança de Julião, não é? Para protegê-lo. Me lembro que um dia num desses comícios, lá em casa Amarela, Clodomir criou uma espécie de segurança pra proteger Julião. E teve um grande comício que foi feito em Casa Amarela, na antiga feira de Casa Amarela, era pra Julião ir e ele tinha que ser protegido nesses comícios. Mas Julião nem se incomodava com nada. Pra ele não existia morte, nem vida e eu fazia parte do grupo dele, nessa pequena equipe de segurança. Esse grupamento que Capivara criou era pra defender Julião nos comício eu então vestia uma capa, sem estar chovendo nem coisa nenhuma, e a metralhadora escondida aqui. Mas era coisa pra defesa de Julião, porque se houvesse alguma coisa a gente já estava ali perto pra defendê-lo. [...] É, mas aí já era uma formação por Clodomir Moraes. Tanto assim que a gente saiu de Casa Amarela, uma madrugada, pegamos um jipe que a gente tinha comprado. [...] Em Goiás, já estava lá um grupo pra iniciar a guerrilha. Não me lembro o ano, perdi muita memória. Eu sei que a gente comprou um jipe, em meu nome esse jipe, e pegou Aduato, eu, Cleto Campelo, Leonardo, lá ele foi preso. [...] A gente estava chegando, quando se ouviu os tiros. Mas a gente já tinha um sistema de fuga. E um avião metralhou e destruiu tudo. Não era um avião da Aeronáutica, era um avião alugado, um teco-teco, alguma coisa assim, nesse sentido, não tinha nada a ver com as forças armadas não. Tinha, lá no Rio Grande do Sul, me esqueço o nome do lugar, que estava também se criando um grupo de guerrilhas...

Antes de encerrar a sessão, Fernando Coelho, coordenador da CEMVDHC, se pronunciou dizendo que ouviu esses depoimentos com uma emoção especial. De alguns fatos, tomou conhecimento na época porque era dirigente do velho Partido Socialista Brasileiro, apesar de recém formado. Era inclusive diretor da parte jurídica tendo atuado várias vezes pelo partido junto ao tribunal eleitoral. Teve a honra de trabalhar no governo Miguel Arraes, e inclusive pôde constatar pessoalmente a identidade que havia nos propósitos, às vezes com divergências nos métodos de ação. Foi um período extraordinariamente rico da nossa história, abafado em seguida pela repressão do golpe civil-militar; espera-se que esse período de repressão nunca mais se repita e é para isso que essa Comissão tem trabalhado.

REFORMA AGRÁRIA: O SONHO DE TIRIRI E O PESADELO DE 1964 ³⁷³

Dentre as propostas de mudanças apresentadas pelo Presidente João Goulart no início dos anos sessenta, a reforma agrária era a mais polêmica. Subsistente, ainda, o clima de intranquilidade que sucedeu à renúncia de Jânio Quadros, tudo que dissesse respeito à propriedade da terra era visto de forma pouco racional e apaixonada. Dividia opiniões, radicalizava os debates e se tornava um ponto nevrálgico nas discussões políticas. Ainda que tivesse o apoio de muitas áreas, inclusive de estratos mais modernos do setor produtivo, a reforma agrária, mesmo a mais tímida, contrariava interesses arraigados das classes dominantes e feria privilégios seculares. Ameaçava o latifúndio improdutivo e atingia a própria estrutura de dominação das oligarquias rurais – intocada na sua base desde o período colonial e firmemente estabelecida nos centros do poder. Qualquer medida que arranhasse, mesmo de leve, o domínio da terra, mobilizava mais adversários no Congresso Nacional que as sugestões de mudanças, por mais inovadoras que pudessem ser, sobre temas políticos. Unia, na mesma oposição radical, parlamentares que se desentendiam em tudo o mais. De repente assumindo o mesmo discurso e solidários, entre si, na determinação comum de impedirem, a todo custo, qualquer restrição ao exercício sem limites do direito de propriedade. Passando a atuar num bloco único. Suprapartidário. Superior a quaisquer siglas e legendas. Tornadas pouco importantes diante dos interesses de classe. Como divergências menores. Relegadas a plano secundário, diante das razões mais fortes que impunham a preservação do latifúndio.

Em meados de 1963, quando mais conflituosas eram as relações entre os camponeses e os proprietários de terra na zona da mata de Pernambuco – com a implantação do recém aprovado Estatuto do Trabalhador Rural, o crescimento das ligas campo-

neas e os esforços do governo Arraes no sentido de transferir, para o Poder Judiciário, as demandas até então decididas pela polícia – o início das atividades da Cooperativa Agrícola de Tiriri, no município do Cabo, parecia inaugurar uma fase nova no relacionamento entre empresários do campo e trabalhadores assalariados. Representava uma experiência de parceria, que a Sudene se dispusera a estimular, contribuindo para resolver os problemas enfrentados pelas usinas Santo Inácio e Salgado e o drama que estavam vivendo centenas de camponeses, ameaçados de perderem seus empregos. Um experimento diferente no grande laboratório social em que o Nordeste se transformara, e que poderia, para os técnicos daquela agência, se tivesse êxito, ser transplantado para outras áreas, com problemas semelhantes. Embora contestada pela esquerda radical – que a considerava reformista e conciliadora, ladeando o problema central da luta pela terra – e vista com reservas, também, pelas áreas mais conservadoras da agroindústria do açúcar. Acostumados às práticas pré-capitalistas do trabalho no campo e reacionariamente infensas a quaisquer alterações nas relações de produção. Mas, que se poderia converter em alternativa pacífica para as transformações “na lei ou na marra” exigidas pelas Ligas de Francisco Julião. Assegurando aos camponeses a posse da terra em condições menos adversas que as formas costumeiras de exploração da mão de obra semi-execrava, num sentido inverso ao que vinha agravando o drama dos antigos “moradores”, assalariados “de fora”, “cassacos”, “corumbas”, “catingueiros” e outros contingentes sazonais envolvidos na atividade sucroalcooleira. Uma experiência nova no trato do problema mais grave da região. Na linha do cooperativismo que, em tese, era defendida tanto por setores de direita como da esquerda, embora em perspectivas diferentes, e recomendada, expressamente, para a zona canavieira de Pernambuco, por um órgão técnico da importância do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Fundada em 23 de julho 1963 por trabalhadores de engenhos pertencentes à Usina e antigos invasores de áreas ociosas da Rede Ferroviária do Nordeste, com a finalidade de arrendar terras da Usina e assegurar o fornecimento de cana para moagem, exatamente uma semana depois de constituída, a Cooperativa recebeu em locação, pelo prazo de dez anos, os engenhos Tiriri, Massangana, Algodois, Serraria e Jasmim. O que demonstrava, com o apoio oficial, sua viabilidade econômica.

A assinatura do contrato de arrendamento, no dia 30 de julho de 1963, teve caráter solene e ampla cobertura na imprensa nacional. Para acentuar seu significado o ato contou com a presença do próprio Presidente João Goulart, que se fez acompanhar dos ministros Abelardo Jurema, da Justiça; Celso Furtado, do Planejamento, Paulo de Tarso, da Educação; Amauri Silva, do Trabalho e Darcy Ribeiro,

da Casa Civil; por vários governadores, entre os quais Miguel Arraes, de Pernambuco, e Lomanto Júnior, da Bahia, além de numerosas autoridades federais, estaduais e municipais, que também assinaram o documento, como testemunhas. Pouco depois foram iniciadas várias ações dos poderes públicos na área dos engenhos arrendados, visando proporcionar o aumento da produção agrícola e a melhoria das condições de vida da população. O governo federal apostava alto na solução política que o empreendimento representava. O governo estadual também fazia a sua parte, executando obras de infraestrutura e colaborando com a Sude- ne, na assistência aos cooperados.

No meio de uma região marcada por graves conflitos, até certo ponto Tiriri passou a constituir um oásis de tranquilidade. O projeto despertava o interesse dos trabalhadores e dos estudiosos do problema agrário. Visitantes ilustres, inclusive estrangeiros, vinham observá-lo. A abertura e a pavimentação de estradas de acesso, a eletrificação, a construção de dezenas de casas, afora outros melhoramentos, mudavam a paisagem e valorizavam a propriedade arrendada. Os bancos oficiais forneciam o crédito; e a Secretaria Estadual da Agricultura, a assistência técnica de que a Cooperativa necessitava. A resposta a esse esforço foi positiva. Apesar do quadro geral de crise, os cinco engenhos aos poucos retomaram e aumentaram sua produção, passando das 32 mil toneladas previstas no contrato, em 1963, para 33 mil toneladas na safra 66/67 e 40 mil na safra 67/68. Exatamente o contrário do que estava acontecendo na região.

Ocorre que, ao firmarem o contrato de locação, os proprietários da Usina não haviam previsto que um golpe de Estado superveniente iria criar, para eles, alternativas ainda mais lucrativas que o arrendamento. Como a venda ou a desapropriação das terras, valorizadas pelas obras públicas executadas depois da criação da Cooperativa. Nesse quadro, a manutenção do contrato anterior passara a ser inconveniente. Prejudicava os interesses dos usineiros, constituindo um obstáculo à negociação dos engenhos. Como um gravame, reduzindo seu valor. Era necessário, assim, rescindir o contrato ou expulsar os trabalhadores – para que pudessem vender a área, livre de quaisquer ônus. Ou usá-los, para conseguirem sua desapropriação. A situação política do país, após o golpe de 1964, ficara totalmente favorável ao patronato, estimulando as pretensões da usina. A desocupação das terras já não teria de enfrentar, como aconteceria antes, a resistência de camponeses decididos e organizados nas ligas e nos sindicatos. Nem a solidariedade de outros trabalhadores. Nem a fiscalização do governo. Nem as garantias da Justiça. A repressão violenta liquidara tanto as Ligas como os sindicatos mais combativos. Seus principais líderes ou haviam sido assassinados, ou estavam presos. A polícia voltara a obedecer docilmente às ordens da casa grande. Per-

dera a imparcialidade mantida no governo Arraes. Os delegados e agentes haviam sido reinvestidos nas funções de capitães do mato, para cumprirem as ordens dos usineiros e senhores de engenho. A Justiça, violentada com a supressão das garantias da magistratura e com as perseguições a Juizes de Direito e Promotores Públicos da região, também não tinha força para oferecer garantias a ninguém. Sobretudo a camponeses, aprioristicamente postos sob suspeição pelas autoridades. Como subversivos natos ou criminosos potenciais. Não seria difícil expulsá-los das terras que ainda ocupavam.

Já em 9 de agosto de 1967 a Usina Santo Inácio iniciou o processo judicial para reaver a posse dos engenhos, notificando a Cooperativa Tiriri e seus associados para desocupá-los, sob a alegação, arditosamente fabricada, de que haviam descumprido suas obrigações contratuais. Antes, em 2 de dezembro do ano anterior, preparando a retomada, sem qualquer alusão à inadimplência que veio posteriormente a alegar, a Usina comunicara oficialmente à Cooperativa haver recebido proposta de compra dos engenhos, notificando a locatária para exercer, querendo, o direito de preferência à aquisição, no prazo de 30 dias. Como a lei exigia para a validade da venda a terceiro. Sabia, de antemão, que simplesmente estava cumprindo uma formalidade, porquanto a Cooperativa não dispunha de dinheiro, nem de crédito, para comprar os engenhos. Sabia, também, que a Sude- ne, depois do golpe de 1º de abril, mudara de orientação - passara a jogar o jogo dos usineiros e já não ajudaria os camponeses. Agia com absoluta segurança, de acordo com o cronograma preestabelecido.

Vencida a primeira etapa, em 15 de setembro de 1967 a Usina ingressou em juízo, na comarca do Cabo, com uma ação de reintegração de posse nos engenhos, na qual requereu e obteve, sem audiência da ré, a medida liminar, executada em 5 de dezembro do mesmo ano. O mínimo de prudência desaconselharia sua concessão, mas ela foi deferida pelo Juiz do Feito, sem a audiência da Cooperativa e independentemente de qualquer diligência. A boa vontade com a Usina, em tudo e por tudo, era evidente. Citada, já com a liminar concedida, a ré contestou a ação, arguindo a incompetência do Juízo e, no mérito, o descabimento do pedido e a total improcedência da demanda. Pediu a revogação da liminar e comprovou, com documentos, a inexistência das infrações contratuais alegadas, requerendo de logo a audiência de testemunhas e a realização de perícias e vistorias. Através desses exames se propunha a provar que a própria Usina, e não ela, recebera do DER a indenização pelas casas desapropriadas para abertura da PE-1. Não podendo atribuir, em consequência, à ré, como fizera, a responsabilidade pela sua demolição. Ou que usara nos seus fornos, como sempre acontecera, a lenha das matas que ela mesma, a Usina, e não a Cooperativa, mandara derrubar. Como

fora ajustado e era prática antiga. Não obstante, a reintegração liminar foi mantida, arrastando-se o processo, a partir daí, em ritmo lento e sem pressa, como convinha aos interesses da autora. Já investida na posse dos engenhos, a Usina procurava ganhar tempo, enquanto armava o cenário para justificar sua desapropriação pelo governo federal. Mantendo a ameaça de despejo como uma espada de Dâmocles sobre os trabalhadores.

A reação da Cooperativa, todavia, não fora prevista. Imaginavam os usineiros que poderiam dobrar sua diretoria. Com facilidade, dadas as circunstâncias da época, em plena ditadura. Não conseguiram.

A partir da contestação a ação judicial passara a representar uma ameaça aos interesses da Usina, na medida em que a sentença final poderia revogar a reintegração de posse, tornar exigível a concordância dos trabalhadores para alienação dos engenhos, ou assegurar sua participação no rateio do preço. Para não falar no desaparecimento da causa que estava sendo trabalhada para justificar a desapropriação: o problema social. Para a Usina, então, era imprescindível alterar esse quadro desfavorável, de qualquer jeito. Não podendo modificar unilateralmente a relação processual, nem conseguindo que a diretoria da Cooperativa recuasse, optou pela solução operacional mais cômoda ao seu alcance: mudar os diretores. Para tanto usou a força do seu prestígio, conseguindo do governo militar que decretasse a intervenção na entidade, logo efetivada a pretexto de apurar denúncias de subversão. A manobra não foi difícil, numa época de caça às bruxas e repressão violenta contra os camponeses.

O interventor, nomeado por indicação da Usina, começou a agir imediatamente, como seu principal aliado. Revogada a procuração do advogado que vinha funcionando no processo, o interventor passou a fazer abertamente o jogo dos seus patrões.

O passo seguinte seria conseguir do governo federal a desapropriação dos engenhos. Nada melhor para justificá-la que a ameaça de despejo dos camponeses e suas famílias, tornada possível pela reintegração liminar da Usina na posse dos engenhos.

Devidamente acionada, a imprensa fez sua parte, ajudando a criar o clima propício à desapropriação. Reportagens, entrevistas e até editoriais trataram do problema, agravado nas cores fortes em que era descrito. Nos jornais, nas televisões e nas emissoras de rádio. Colocando-se aparentemente ao lado dos trabalhadores o polêmico padre Melo, vigário do Cabo e antes do golpe ligado a alguns sindicatos de trabalhadores rurais, denunciava pelos jornais a iminência de um conflito violento entre usineiros e camponeses. Fazendo coro com o Interventor. No mesmo tom. A própria Cruzada Democrática Feminina – entidade que atuara fortemente na mobilização da classe média para o golpe de 1964 – embora advertindo que “os preços compensadores do açúcar podem ter levado os

proprietários da Usina a reconsiderar o propósito de entregar as terras aos trabalhadores” – ressuscitava, de um longo torpor, no mínimo ingenuamente, para denunciar, também, a situação dramática em que se encontrariam as famílias ameaçadas de despejo. Tudo muito bem orquestrado. Pela gravidade com que era apresentada a questão repercutia na Assembleia Legislativa, inicialmente através do deputado eleito pela Usina. Ensejando debates, apelos e cobranças ao governo. Do qual eram esperadas providências imediatas, para evitar uma hecatombe. O IBRA e a Sudene somente aguardavam o momento oportuno, para cumprirem o papel que lhes fora reservado.

Sem a participação dos trabalhadores – a partir da intervenção na Cooperativa, afastados do processo judicial, indefesos e temerosos de represálias – em 24 de abril de 1970 foi celebrado um acordo entre o interventor nomeado e a Usina. Através dele a Cooperativa, renunciando à posição que assumira antes da intervenção reconhecia, implicitamente, haver dado causa à rescisão do arrendamento dos engenhos; concordava com a desistência da ação de reintegração de posse e com a desapropriação encaminhada pelo governo federal (Decreto nº62.168, de 24.01.1968) e autorizava a Usina, ainda, a receber e levantar o preço a ser pago pelo IBRA a título de indenização.

Homologada pelo juízo a desistência da ação, com a concordância da Cooperativa através do interventor, a Usina Santo Inácio pode ultimar o negócio, sem problemas, levantando o preço da desapropriação, pago com recursos do Tesouro Nacional repassados ao IBRA pela Sudene.

Com a solução, os trabalhadores perderam definitivamente a posse dos engenhos que haviam arrendado por dez anos e que haviam ajudado a valorizar. As benfeitorias que lhes foram indenizadas não guardavam qualquer proporção com o crédito a que teriam direito, em condições normais. Se devidamente apurado. Pouco depois a Cooperativa de Tiriri foi realocada, em áreas mais distantes e incomparavelmente mais pobres, para dar lugar à implantação do Complexo Portuário de Suape. A Usina recebeu a importância a que se achava com direito, ficando, ainda, com uma faixa de terras de 500 metros de profundidade ao longo da rodovia PE-1, dos engenhos Algodoads, Massangana e Serriaria, excluída da desapropriação conforme acordo firmado com o IBRA. Justamente a área mais valorizada com as obras públicas realizadas após o arrendamento. O interventor, como era sabido desde o início, ultimada a desapropriação e cumprido o seu papel concluiu que o pretexto arguido para justificar a intervenção era improcedente. Não conseguiu identificar nenhum sinal da subversão que as denúncias diziam existir.

No episódio, como sempre – somente os trabalhadores saíram perdendo. Tangidos para longe, foram os únicos a não obterem nenhum ganho.

Além do mais, o fracasso da experiência – atribuído à incapacidade gerencial dos camponeses – passou a ser explorado, também, como argumento para demonstrar a inviabilidade da reforma agrária na região. Uma vez que – segundo foi dito – a produção da cana não dispensaria a mão de ferro do senhor de engenho e a estrutura semi-feudal em que ele secularmente se apoiava. O engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco começara a forjar o seu sonho de abolição da escravatura, serviu de testemunha muda daquela luta e do seu final melancólico.

Relocalizada, com o tempo a Cooperativa foi declinando. Atiçou a cobiça de alguns aproveitadores, tomou empréstimos vultosos em bancos oficiais, comprou engenhos, quebrou, foi executada, teve suas terras leiloadas para pagar impostos, obrigações sociais e muitas dívidas. Em 1996 os jornais já noticiavam que ela estava falida e que os trabalhadores haviam perdido tudo. Mesmo executando o patrimônio remanescente, seus credores também sofreram grandes prejuízos.

Quanto à reforma agrária – que o golpe de Estado, entre outros objetivos, visara impedir – não foi além do sonho de alguns visionários. O Estatuto da Terra – editado em razão do compromisso assumido pelo Brasil, na Conferência de Punta Del Este, em 1961, ainda no governo João Goulart, e que chegara a criar entre os mais crédulos uma expectativa favorável – apesar de sua timidez ficou praticamente sem execução. Serviu quase que apenas para justificar alguns negócios, como terminou sendo o Tiriri. Os conflitos sobre terras passaram a ser tratados como do interesse da segurança nacional e resolvidos segundo essa perspectiva. O processo de militarização da questão agrária atingiu o seu ápice com a criação do Ministério de Assuntos Fundiários, sob a tutela dos militares do Conselho de Segurança Nacional. A reforma agrária desapareceu do discurso governamental. Os poucos assentamentos realizados através de projetos diversionistas, como o Proterra e o Funterra, apenas arranharam a superfície do problema. A proposta de reforma efetiva da estrutura fundiária – como haviam feito, com resultados positivos, outros países, a exemplo da Itália e do México – passou a ser considerada subversiva. Até a expressão “reforma agrária” deixou de ser usada, para impedir que subsistissem quaisquer dúvidas sobre a orientação do governo. A partir do período Médici, até a locução foi eliminada dos documentos oficiais, sendo substituída por eufemismos como “reorganização fundiária” ou simplesmente “programa de redistribuição de terras”. Que mal disfarçavam o objetivo final de incentivar a apropriação de extensas propriedades por grupos econômicos poderosos, inclusive estrangeiros, a título de estímulo à modernização da agricultura, aumento da produção no campo e valorização da atividade empresarial. Canalizando para a área incentivos fiscais e credití-

cios de grande monta. Muitas vezes, apenas para a constituição de reservas estratégicas das empresas e especulação. Em favor de uns poucos – muito ricos. De acordo com o novo modelo de desenvolvimento adotado para o País. Cada vez mais concentrador e mais injusto.

A relação que segue abaixo é de sindicalistas do campo – mortos e desaparecidos em Pernambuco entre 1961- 1988, sem reconhecimento oficial ³⁷⁴:

Antonio José da Silva – 17/10/1987 - Moreno
Deocláudio Pereira da Silva – 23/7/1984- Passira
Domingos Inácio da Silva – 1967 – Nazaré da Mata
Evanduil Pereira da Silva – 2/9/1985 – Aliança
Jaime Barbosa dos Santos – 17/11/1979 – Santa Maria da Boa Vista
João Pedro Francisco Nogueira – 28/10/1984 – Água Preta
Joaquim Celso Leão - abril/ 1964 – Goiana
Joaquim Ignácio – 23/9/1972 – Machado
José Benedito da Silva – junho/1969 – Palmares
José Bezerra – 1981 – Bonito
José Francisco dos Santos (Zé Vaqueiro) presidente do sindicato – 15/8/80 –Correntes
José Francisco Pereira – sem informações
José Noel Teixeira – 11/1984 – Barreiros
José Severino da Silva – 3/5/1987
Josias Paulino de Almeida – 15/8/83 – Ibimirim
Júlio Santana – 14/12/1977 – Sirinhaém
Lucas Francisco da Silva – Brejão
Manoel Camarão – Timbaúba
Manoel Tenório da Silva – Vicência
Mário Batista da Silva – Maraial
Miguel Farias – Surubim
Natanael C. F. da Silva – São Benedito do Sul
Raimundo Félix da Silva – Serra Talhada
Severino Correia da Silva – Condado
Valdomiro Manoel Lima – Maraial

Os nomes abaixo são de sindicalistas rurais mortos que estão excluídos da Justiça de Transição³⁷⁵:

1966

Mário Batista da Silva
Idade: 21 anos
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira de Maraial
Cargos nas entidades sindicais: Secretário
Cidade: Maraial
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 04 de dezembro de 1966
Localidade do assassinato: Praça Central da cidade.
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade:

1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 37. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 71. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 61

1967

Domingos Inácio da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical:
Cargo na entidade sindical: Delegado Sindical
Cidade: Nazaré da Mata
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 1967
Localidade do assassinato: Nazaré da Mata
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 37. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 71. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59.

Manoel Tenório da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vicência
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: Vicência
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: dezembro de 1967
Localidade do assassinato: Vicência - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 42. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 97. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59. Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco, Recife, 1981.

1969

José Benedito da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares
Cargo na entidade sindical: Militante do movimento sindical
Cidade: Palmares

Estado: Pernambuco
Data do assassinato: junho de 1969
Localidade do assassinato: Palmares - PE
Fontes: Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 71. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59. Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco, Recife, 1981.

1972

Joaquim Inácio da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Machados
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Machados
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 23 de setembro de 1972
Localidade do assassinato: Machados - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 69. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 72. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 60.

1976

Lucas Francisco da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejão
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Brejão
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: julho de 1976
Localidade do assassinato: Em sua residência
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 133. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 62.

1977

Julio Santana
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sirinhaém
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical

Cidade: Sirinhaém
Estado: Pernambuco
Data da morte: 14 de dezembro de 1977.
Localidade da morte: Residência
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 133. Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 71. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 61.
OBS. Informes que morreu em consequência de torturas que sofreu em 1973

1979

Raimundo Felix da Silva
Idade: 43 anos
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Serra Talhada
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 17 de outubro de 1979
Localidade do assassinato: Em sua residência
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 192. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição, Brasília: 2013, pag. 61.

1980

José Francisco dos Santos
Apelido: Zé Vaqueiro
Idade: 46 anos
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador Rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntes
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Correntes
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 15 de agosto de 1980
Localidade do assassinato: Correntes - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 220. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 63.

1981

José Bezerra da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bonito
Cargo na entidade sindical: Delegado sindical
Cidade: Bonito
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 1981
Localidade do assassinato: Bonito - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 249. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 65. Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco, Recife, 1981.

1983

Josias Paulino de Almeida
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibimirim
Cargo na entidade sindical: Delegado sindical
Cidade: Ibimirim
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 15 de agosto de 1983
Localidade do assassinato: Ibimirim - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 310. Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 73. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 66.

1984

Deocláudio Pereira da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passira
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Passira
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 23 de julho de 1984
Localidade do assassinato: Passira - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 356. Ana Carneiro e Marta Cioccarri. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 74. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da

Justiça de Transição, Brasília, 2013, pag. 70.

José Noel Teixeira

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador rural

Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros

Cargo na entidade sindical: Delegado Sindical

Cidade: Barreiros

Estado: Pernambuco

Data do assassinato: novembro de 1984

Localidade do assassinato: Engenho Roncador

Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 357. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 75. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 71.

Pedro Francisco Nogueira (ou João Pedro Francisco Nogueira)

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador rural

Entidades sindicais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Preta e Central Única dos Trabalhadores

Cargos nas entidades sindicais: Membro da oposição sindical, da Executiva da CUT Pernambuco e da Direção Nacional da CUT.

Cidade: Água Preta

Estado: Pernambuco

Data da morte: outubro de 1984

Localidade do atentado: em sua residência

Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: 1986. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag.75. Acervo CEDOC CUT

OBS. Sofreu atentado no dia 28 de setembro vindo a falecer em outubro.

1985

Evanduir Pereira da Silva

Idade: 27 anos

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador rural

Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aliança

Cargo na entidade sindical: Presidente

Cidade: Aliança

Estado: Pernambuco

Data do assassinato: 03 de setembro de 1985

Localidade do assassinato: Aliança - PE

Fontes: Conflitos no Campo no Brasil 1985. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia: 1986. Boletim Nacional da CUT, São Paulo, nº 4, setembro

de 1985. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 422. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 75. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 75.

Pedro Gonçalves da Silva

Apelido: Pedrinho

Idade: 28 anos

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador rural

Entidade sindical:

Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical

Cidade: Maraial

Estado: Pernambuco

Data do assassinato: 08 de maio de 1985

Localidade do assassinato: Engenho Guerra

Fontes: Conflitos no Campo no Brasil 1985. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia, 1986. Boletim Nacional da CUT, nº 2, junho-julho de 1985. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 421. Ana Carneiro e Marta Ciocari. Retrato da repressão política no campo – Brasil: 1962 – 1985. Brasília: MDA, 2010, pag. 75. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 74.

1987

Antonio José da Silva

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador rural

Entidade sindical:

Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical

Cidade: Moreno

Estado: Pernambuco

Data do assassinato: 17 de outubro de 1987

Localidade do assassinato: Moreno - PE

Fontes: Conflitos no Campo no Brasil 1987. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia: 1988. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 78

José Severino da Silva

Sexo: Masculino

Profissão: Trabalhador Rural

Entidade sindical:

Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical

Cidade: Camutanga

Estado: Pernambuco

Data do assassinato: 03 de maio de 1987

Localidade do assassinato: Camutanga - PE

Fontes: Conflitos no Campo no Brasil 1987. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia, 1988. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 78.

Natanael Cosmo Francisco da Silva
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador Rural
Entidade sindical:
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: São Benedito do Sul
Estado: Pernambuco
Data do assassinato: 26 de janeiro de 1987
Localidade do assassinato: São Benedito do Sul - PE
Fontes: Conflitos no Campo no Brasil 1987. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Goiânia: 1988. Teses para discussão sobre a questão agrária no 3º Congresso Estadual da CUT Pernambuco. Recife: 1987, pag. 27. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 77.

Assassinados após 1964, sem data definida:

Antonio Guedes
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paulista
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Paulista
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Paulista - PE
Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 484.

Joaquim Celso Leão
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiana
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: Goiana
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Goiana - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 485. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 58. Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco, Recife, 1981.

Manoel Camarão
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: Timbaúba
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Timbaúba - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 485. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59. Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco, Recife, 1981.

Mário
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: Nazaré da Mata
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Nazaré da Mata - PE
Fonte: Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco. Recife, 1981

Marivaldo
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nazaré da Mata
Cargo na entidade sindical: Dirigente do movimento sindical
Cidade: Nazaré da Mata
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Nazaré da Mata - PE
Fonte: Resoluções do 1º Encontro da Classe Trabalhadora de Pernambuco. Recife, 1981.

Miguel Farias
Sexo: Masculino
Profissão: Trabalhador rural
Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim
Cargo na entidade sindical: Presidente
Cidade: Surubim
Estado: Pernambuco
Data da morte: Pós 1964
Localidade do assassinato: Surubim - PE
Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade:

1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 485. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59.

Severino Correia da Silva
 Sexo: Masculino
 Profissão: Trabalhador rural
 Entidade sindical: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Condado
 Cargo na entidade sindical: Presidente

Cidade: Condado
 Estado: Pernambuco
 Data da morte: Pós 1964
 Localidade do assassinato: Condado - PE
 Fontes: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no Campo, Crime e impunidade: 1964 – 1985. São Paulo: Global Editora, 2ª edição, 1987, pag. 485. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República. Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição. Brasília: 2013, pag. 59.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 1829 D Fundo 29858	Prontuário – Centro de Informações da Marinha (CENIMAR)	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Informação do CENIMAR com cópias de fotografias dos presos e foragidos; Relação de mandados de prisões decretados pela 7ª Região Militar; Antecedentes de Maria Chailles Barreto Novaes; Atividades do PCBR; Pedido de buscas e informações; Reuniões subversivas na Granja do Alfreidinho, em São Bento do Una-PE (Cita o Pe. José Orlando, cabeça do Sindicato dos Trabalhadores rurais - 1968); Declaração de José Francisco de Oliveira. Relação dos condenados do PCB.
APEJE: DOPS – PE, nº 14001 Fundo 20390	Prontuário Individual - Antônio Joaquim de Medeiros (Chapéu Couro).	DOPS - SSP-PE	Registro geral e de preso; antecedentes; individual datiloscópica; termo de declarações de Antônio Joaquim de Medeiros; anotações manuscritas; documentos sobre o caso Barreiros; ofícios; fotografias recortes de jornais.
APEJE: DOPS – PE, nº 701 Fundo 27531	Prontuário - Arnaldo Moreira Pinto (Protestos Trabalhadores)	DOPS - SSP-PE	Fotografias de protestos e mobilizações de trabalhadores.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31876 (parte)	Prontuário - Centro de informações	DOPS - SSP-PE	Pedido de busca, datado de 17/02/1975, solicitando informações sobre um camponês morto, Edvaldo Vieira da Silva, “tendo em vista a possibilidade do morto pertencer a alguma organização subversiva”.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 29541	Prontuário - Engenho Matapiruma de Baixo 3 (1972-85 PE)	DOPS - SSP-PE	Correspondências; Termo de Autuação; Convocatória do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Escada; ofícios; auto de penhora e depósito; declarações de Severino Mandú, Marcos Barros, Afrânio Santos, Robson Barbosa, João Justino de Oliveira, Maria da Silva e Manuel da Silva; informação sobre o Engenho Matapiruma; exame de Corpo e Delito; histórico do caso do Engenho Matapiruma; abaixo-assinado referente a permanência de Delegado de Polícia; Portaria de abril de 1985; Relatórios da Delegacia de Polícia de Escada, do Departamento de Ordem Social e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 30707	Prontuário - Francisco Julião - Recorte de Jornais	DOPS - SSP-PE	Recortes de jornais sobre Francisco Julião.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 28560 (parte)	Prontuário - Ofícios expedidos 1965	DOPS - SSP-PE	Ofícios sobre Francisco Julião, Julio Santana e Chapéu de Couro.
APEJE: DOPS – PE, nº 27556	Prontuário - IPM Rural IV Exército (M Guerra 1964 a 1984)	DOPS - SSP-PE	Relatório IV Exército; Relação de pessoal implicado no IPM; reprodução artificial de Florestas.
APEJE: DOPS – PE, nº 41 Fundo 29309	Prontuário - Ligas Camponesas (Caiçara, Engenho Barra, Cachoeira, Vitória de St. Antônio)	DOPS - SSP-PE	Sobre camponeses que invadiram engenhos em Vitória de Santo Antão; Colonização de terras; incêndios em canaviais; relatórios sobre a situação dos engenhos; situação do município com a instalação das Ligas Camponesas; Cita os engenhos Barra, São Bento, Terra Preta, Caiçara e Galiléia. Contém: declarações de Severo Pessoa de Lira, Amaro Miguel de Lima, José Corrêa de Amorim e José Soares Ferreira; Reclamação e relatório de sindicância trabalhista de João Manoel de Souza; Decreto do Governo do Estado de Pernambuco desapropriando as terras dos engenhos Barra e Terra Preta; recortes de jornais. Cita Maria Celeste Vidal.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 1573	Prontuário - Ligas Camponesas (Sociedade Agrícola e Pecuária - Plantadores de PE)	DOPS - SSP-PE	Contém: Planta manuscrita salientando alguns engenhos em Pernambuco; documentos sobre Ligas Camponesas de Limoeiro; biografia de Cícero Targino Dantas; Ações de reintegração de posse de propriedades rurais em Limoeiro, Altinho, Cabo, Bom Jardim, João Alfredo, Surubim; vários documentos manuscritos; recortes de jornais.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 29313	Prontuário - Ligas Camponesas de Vitória Santo Antão	DOPS - SSP-PE	Contém: Relatório sobre a invasão às terras do engenho Barra no município de Vitória de Santo Antão; Termos de declarações de Maria Celeste Vidal, Enésio José de Oliveira, Rildo Veloso de Melo; Rivadávia Braz de Oliveira, David Hulac, Grivaldo Tenório, Luís Serafim dos Santos, Amaro Miguel de Lima, José Soares Ferreira, Severo Pessoa de Lira, José Corrêa de Amorim; Exames de lesão corporal; colonização dos engenhos Galiléia, Terra e Barra.
APEJE: DOPS – PE, nº 16 Fundo 7956	Prontuário - Ligas Camponesas de Goiana 1959	DOPS - SSP-PE	Contém: recortes de jornais sobre agitação no campo em Goiana; espécie de relatório da situação de agitadores e infiltrados; relatório das ocorrências observadas (1959/1960); documentos manuscritos. Cita: David Capistrano, Clodomir Moraes e Francisco Julião.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 28072 (parte)	Prontuário - Ofícios expedidos 1967	DOPS - SSP-PE	Ofício solicitando informações de Maurício Guedes, vulgo “Chapéu de Couro”, e de José Simão de Melo, vulgo “Dedé”.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 1178 (parte)	Prontuário - Ofícios recebidos	DOPS - SSP-PE	Contém: documento pedindo escolta especial para os réus Júlio Santana da Silva e José Antônio da Silva, por saber que planejavam resgatar os réus; documento narrando aparato bélico camponês a frente do sindicato dos trabalhadores rurais de Sirinhaém, onde aconteceria uma audiência com Antônio Medeiros (“Chapéu de Couro”), resultando em um morto e dois feridos.
APEJE: DOPS – PE, nº 112 Fundo 7790	Prontuário - Partido Ruralista Brasileiro (PRB)	DOPS - SSP-PE	Documento com nome de candidatos a vereadores do Recife pelo PRB; recortes de jornais sobre o partido.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31858 Mapoteca 1 gav 4 doc 9	Prontuário - Propriedade Eng. Bento Velho (Eng. Galileia)	DOPS - SSP-PE	Planta do Engenho Galileia.
APEJE: DOPS – PE, nº 27057	Prontuário - Informes (diversos)	DOPS - SSP-PE	Cópia de telegrama sobre Maria Celeste Vidal.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_24577_70	CNF 1/1 - Enc. 2281/970/SNI- AC (Carlos Alberto Viana Montarroyos)	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Informações sobre Carlos Montarroyos: deslocou-se para Montevideú, retornou ao Brasil em 1966, articulando-se para formar a FPL com o POC, AP, Brizola, Arraes, PORT. Contém degravação realizada em 18/08/70.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_93821_75	Inf. nº 0061/03/ ARE/ 1975 (Maria Celeste Vidal Barros).	SNI	Sobre militância nas Ligas camponesas; Ligação com D. José Maria Pires. Contém dossiê de Maria Celeste encaminhado pelo IV Exército.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_IE_011_002	Informes	Centro de Informações do Exército (CIE)	Contém vários documentos sobre análise da conjuntura chilena no período Allende. Sobre: “Jeremias” - Paulo Roberto Pinto (p. 9); Antonio José de Barros – VPR (p. 20); APML do Brasil - expulsão de “Dori” e “João” (p. 26); Participação de brasileiros em atividades policiais uruguaios (p. 74); Trânsito de brasileiros por Uruguaiana em abril/ maio/ junho de 1973 (p. 82); Avaliação relações Brasil x Chile pós Allende (p. 97); Relação de 41 brasileiros detidos no Chile no Estádio Nacional (p. 126).
Superior Tribunal Militar (STM): IPM nº 58143	IPM – João Batista Neto.	Tribunal de Justiça de Pernambuco	Apresenta como denunciado o Juiz de Direito da cidade de Barreiros, João Batista Neto.
Superior Tribunal Militar (STM): Processo nº 33/65	IPM Rural Geral do Nordeste	Justiça Militar	Contém informações sobre a situação de atuação de pessoas com influências sobre os camponeses.
Superior Tribunal Militar (STM): Ligas Camponesas	Ligas Camponesas	Justiça Militar	IPM sobre ação das Ligas Camponesas. Contém: Termos de inquirição, relação de Ligas Camponesas existentes em Pernambuco, fotografias, documentos manuscritos, matéria de jornal.
Superior Tribunal Militar (STM): nº 58143	IPM - João Batista Neto	Tribunal de Justiça de Pernambuco	IPM contra João Batista Neto, Juiz de Direito da Comarca dos Barreiros – 1964/66.

FONTES TESTEMUNHAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Depoente (s)	Assunto em Pauta
Sessão reservada, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife-PE, em 24 de setembro de 2013.	Irmã do Jeremias	Caso Jeremias
Sessão reservada, Município de Escada.	Maria Antônia do Nascimento Ademar Ribeiro da Silva	Possível existência de um cemitério clandestino no município de Escada.
Sessão pública, Sindicato dos Servidores do estado de Pernambuco (SINDSEP), em 18 de agosto de 2016.	José Paulo Assis Maria Aída Bezerra Costa Martinho Leal de Campos Anacleto Julião Antônio Alves Dias José Joaquim Camilo de Santana José Joaquim da Silva (Zito da Galileia) Severino Soares de Santana	Violações de Direitos Humanos no Campo

NOTAS - CAPÍTULO 11

319 Guilherme Cassel e Paulo Vannucchi, ministro do Desenvolvimento Agrário e ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, respectivamente, em: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão Política no Campo – Brasil: 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010, p. 11.

320 Este caso está relatado no primeiro volume do relatório da CEMVDHC, a partir da biografia de José Inocêncio Barreto.

321 LUZ FILHO, Fábio. **O cooperativismo e os latifúndios**. São Paulo: Editora Unitas, 1931.

322 Jornal do Partido Comunista Brasileiro, em Pernambuco.

323 Noticiado pela *Folha do Povo*, em 24 de julho de 1949.

324 MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: IATTERMUND, 1997, p. 12.

325 Partido Social Democrático no poder em Pernambuco, desde o Estado Novo.

326 Por volta de 1960 a população camponesa no Brasil era de 50 milhões de indivíduos. Desses, 17 milhões se localizavam no Nordeste; 15 milhões vendiam sua força de trabalho: proletários, semi-proletários e camponeses. In: FRANCISCO, Julião. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013.

327 Documento do Superior Tribunal Militar (STM). Relação das Ligas Camponesas no estado de Pernambuco, produzida pela Delegacia Auxiliar da Secretaria de

Segurança Pública de Pernambuco.

328 Em sessão de 18 de agosto de 2016 no auditório do Sindicato dos Servidores do Estado de Pernambuco (SINDSEP).

329 BEZERRA, op. cit.

330 BEZERRA, Gregório. *Memórias / Gregório Bezerra*. São Paulo: Boi Tempo, 2011, p. 513.

331 FERREIRA, Rafael Leite. Paulo Roberto Pinto, o Jeremias: outro cabra marcado para morrer. **História e-História**, v. 14, 2014, p. 3.

332 AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 2, n. 4, 1994, p. 88.

333 Infelizmente, ainda hoje, centenas de casos de violações de direitos humanos de trabalhadores rurais ainda estão obscuros, pois faltam denúncias e documentos comprobatórios.

334 GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

335 GALLINDO, op. cit., p. 83.

336 GALLINDO, op. cit., p. 9.

337 FERREIRA, op. cit., p. 9.

338 PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, pp. 745-766, set.-dez.

2016, p. 747.

339 PORFÍRIO, op. cit., p. 748.

340 Este texto sobre a morte de José Benedito da Silva foi baseado no depoimento de Sebastião Santiago, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares e na entrevista do próprio Sebastião Santiago a Marta Cioccarri, no projeto *Retrato da Repressão Política no Campo*, que serviram de fontes para o texto ao Relatório da Comissão Camponesa da Verdade.

341 Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. Estavam ligados a esse Serviço de Orientação Rural Dom Helder Câmara, Dom Antonio Fragoso, Padre Paulo Crespo, Padre Servat, e o Padre Melo.

342 Celso Furtado, superintendente da Sudene, em 1962, falou sobre a fome na reportagem “Nordeste, as vítimas da imprevisão” ao repórter da revista O Cruzeiro, Mauritônio Meira, em 9 de dezembro de 1961. “Se se tem em conta que três quartas partes do Nordeste passam fome todos os dias do ano, que esta miséria resulta de que o homem nordestino não tem oportunidade de utilizar sua capacidade de trabalho e que ao mesmo tempo as melhores terras do nordeste são subutilizadas e os capitais formados na região tendem a emigrar, resulta que o sistema econômico está socialmente condenado, devendo ser modificado em suas bases”.

343 MORAIS, op. cit. p. 26.

344 FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

345 Este projeto teve a defesa na Câmara Federal do deputado Fernando Ferrari da bancada do Rio Grande do Sul. Por causa de suas divergências com o presidente João Goulart renunciou à liderança da bancada do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. O deputado Almino Afonso deu continuidade a esta luta e recebeu apoio pelas palavras e pelas emendas que enriqueceram a proposição de Oswaldo Lima Filho, Sérgio Magalhães, Aurélio Viana, Temperani Pereira e Rui Ramos, entre outros. Citado por Almino Afonso in 1964, Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart. SP: Imprensa Oficial, 2014, pp 454,455.

346 Ainda que sem a carta de recomendação.

347 **A voz do campo**: Euclides Nascimento e o sindicalismo rural de Pernambuco. Direção de Daniella Almeida. São Paulo: Cultzone Filmes. 2010. DVD (60 min.): NTSC, son., color.

348 AFFONSO, Almino. **1964**: na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart. São Paulo: Imprensa Oficial, p. 467.

349 BEZERRA, op. cit., p. 2012.

350 BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e Negociações no Campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. 2013. 241 Cf. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

351 ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. Sindicalismo Rural em Pernambuco nos 60: lutas e repressão. Recife, Clio, n. 22.

352 BARROS, op. cit.

353 DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007, p. 604.

354 FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Conflitos Trabalhistas nas Terras do Açúcar. Recife, **Revista Crítica Histórica**, n. 5, jul. 2012.

355 SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 133.

356 FERREIRA FILHO, op. cit.

357 Baseado no texto de: ANDRADE, Manuel Correia de. **Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957/1964)**. Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro, abr. 1980.

358 Frase de grande efeito nos discursos da época atribuída ao deputado Francisco Julião.

359 Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

360 Ministério da Guerra IV Exército – 1964 a 1984 – Brasília DOC -27556

361 Além do coronel Ibiapina, o tenente-coronel Elisário Paiva também foi encarregado do IPM Rural e do IPM do Nordeste.

362 Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Ação Popular, Partido Operário Revolucionário Trabalhista.

363 CGT – Comando Geral dos Trabalhadores; CONSINTRA – Conselho Sindical dos Trabalhadores.

364 Referência aos depoimentos de Francisco Julião, Clodomir Moraes e Miguel Arraes de Alencar, entre outros.

365 Serviço de Orientação Rural de Pernambuco dirigido pelo padre Paulo Crespo.

366 Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco. A FETAPE, em 1964 reunia 34 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e outros 36 postulantes ao reconhecimento.

367 Antes era União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Cf. BEZERRA, op. cit., p. 609-610.

368 A tortura sofrida por Gregório Bezerra está descrita em seu livro: BEZERRA, op. cit., p. 531-538.

369 BEZERRA, Gregório. **Eu, Gregório Bezerra, Acuso!** Recife, 1967.

370 Descendente de família de médios proprietários, da zona da mata norte.

371 “A palavra Cambão tornou-se um termo genérico para expressar todo e qualquer dia de trabalho que o camponês dava ao proprietário, fosse ele foreiro ou não, sem receber a contraprestação em dinheiro.” In: FRAN-

CISCO, Julião, op. cit., p. 105.

372 Idem., p. 126-127.

373 A Cooperativa de Tiriri foi uma experiência realizada pela Sudene, sob a responsabilidade do economista e técnico da Sudene Jader Andrade, na área de plantação de cana de açúcar, descrita e analisada por COELHO, op. cit.

374 As informações são da Fetape – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

375 Esta relação foi entregue à CEMVDHC por Gilney Viana, participante da Coordenação da Comissão Camponesa da Verdade. Esta lista faz parte do Relatório apresentado pela Secretaria de Direitos Humanos à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 26 de setembro de 2012. Gilney Viana, na ocasião era assessor da ministra – chefe Maria do Rosário, da referida secretaria. Segundo o Relatório, Pernambuco foi um dos estados que acumulou o maior número de assassinatos: 86, na sua maioria, homens.

CAPÍTULO 12.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS SOCIAIS URBANOS

Texto elaborado sob a responsabilidade da relatora Nadja Maria Miranda Brayner, com a colaboração de Manoel Severino Moraes de Almeida e Rafael Leite Ferreira.

INTRODUÇÃO

A relatoria temática responsável pelos trabalhadores e pelo meio sindical tratou de investigar as graves violações de direitos humanos impostas à classe trabalhadora pernambucana (prisões ilegais, desaparecimento forçado, monitoramento, suicídios, assassinatos políticos); o modelo socioeconômico imposto aos trabalhadores (salários baixos, deterioração das condições de trabalho, extensão da jornada de trabalho); as invasões, destruições e intervenções sindicais; a aliança da polícia política, das delegacias regionais do Trabalho e do Ministério do Trabalho com o patronato para reprimir as greves, entre outros.

Grande parte dos depoimentos que balizaram a construção deste relatório foi colhida no evento público intitulado “Ato Unitário sobre os crimes da Ditadura contra a Classe Trabalhadora”, realizado, no dia 22 de agosto de 2014, no auditório do Sindicato dos Bancários em Pernambuco, numa parceria entre a CEMVDHC, Grupo de Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade (GT/CNV), Central Única dos Trabalhadores (CUT), CONLUTAS, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Essa relatoria foi criada para dar conta da intensa repressão sofrida pelos sindicatos e trabalhadores urbanos, em Pernambuco, durante o regime militar (1964-1985). Não se deve esquecer que, devido ao histórico de lutas libertárias e de forte presença de segmentos progressistas, populares e de esquerda, Pernambuco foi o estado do Nordeste onde a repressão se abateu de maneira mais forte.

Entre 1945 e 1964, sobretudo na década de 1950, Pernambuco foi palco privilegiado de importantes iniciativas político-sociais, no campo e na cidade. Ou seja, na fase que antecedeu ao golpe, o estado de Pernambuco vivia um clima de eferescência política com a crescente agitação e manifestação das classes trabalhadoras. A eferescência

política no estado, com reflexos sobre o conjunto do Nordeste fez de Pernambuco um ator destacado no cenário político nacional. O tópico a seguir é destinado a historicizar essa questão.

TRABALHADORES PERNAMBUCANOS EM LUTA NO INTERREGNO DEMOCRÁTICO (1945-1964)

O período pós Segunda Guerra Mundial é marcado por significativas mudanças no âmbito do capitalismo mundial que se expressam em crescentes e profundas transformações no mundo do trabalho. Esta nova realidade se acentuou internacionalmente nos países desenvolvidos em fins da década de 1960 com a passagem do modelo produtivo fordista-taylorista para o chamado padrão toyotista de produção iniciando-se assim a era da acumulação flexível e de novos processos de trabalho, visando a recuperação da produtividade e lucratividade.

Sob a égide do avanço tecnológico via automação, robótica e a microeletrônica, revolucionou-se a cadeia produtiva configurando-se na historiografia do mundo do trabalho, o que se convencionou denominar de “reestruturação produtiva”. Desemprego crescente mediante eliminação de postos de trabalho, precarização via aumento do trabalho informal terceirizado e temporário, aumento da exploração via intensificação do trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, reformulação do papel do Estado em crise, agora ausente do seu tradicional papel de agente regulador de produção, retirada de direitos e garantias sociais, eis as consequências desse novo padrão de acumulação do capital.

Neste contexto, operou-se um hiato entre o trabalho e suas formas de representação. Incapaz de responder a essa nova realidade, o sindicalismo em nível mundial premido em alguns países por uma forte repressão e uma conjuntura econômica e política desfavorável com a queda do socialismo real, se orientou para políticas defensivas e geren-

ciais junto às empresas, perdendo suas referências político-ideológicas e fazendo surgir o chamado sindicalismo de empresa.

Como integrante periférico da nova ordem mundial, o Brasil buscou se organizar econômica e politicamente para, em sintonia com os acontecimentos internacionais, promover sua reinserção no mercado monopolista do capitalismo mundial. Assim, a expansão industrial dos anos 1950 e 1960 estiveram vinculadas às grandes indústrias tecnologicamente avançadas, dando origem a um novo operariado urbano. Essas indústrias, inicialmente concentradas na região Sudeste, se expandiram por outras regiões do país em decorrência de políticas públicas de desenvolvimento regional. O Nordeste, e, em particular, Pernambuco, foi contemplado por estas iniciativas, tendo na instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sua maior significação.

Pernambuco tornou-se então, nos anos 60, o principal Centro Industrial da Região, aglutinando significativos contingentes operários no quadro de uma tradição de lutas historicamente reconhecidas. Esse processo de industrialização, apesar de diversificado, não resultou em modificações radicais no parque industrial local. Os chamados setores tradicionais da base produtiva do Estado – indústria sucro-alcooleira, têxtil e alimentícia, permanece e passa a conviver com as modernas indústrias do setor químico e metalúrgico. A ruptura se realizou em termos de modernização secundária com evidentes mudanças qualitativas na composição do operariado.

A ação sindical que se desenvolveu nesse contexto do pós-guerra sofreu os primeiros revezes dessas transformações. O movimento sindical fortemente reprimido durante o Estado Novo ganhou novo ímpeto com a redemocratização, sobretudo no breve período 1945-1947, época em que o PCB foi legalizado, elegendo inúmeros deputados constituintes. No entanto, o movimento sindical não teve tempo de consolidar-se.

Em maio de 1947, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi posto na ilegalidade, ao mesmo tempo em que o Decreto-Lei nº 23.046, de 7 de maio de 1947, ordenou o fechamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das uniões sindicais estaduais. Destituíram-se as diretorias de mais de 400 sindicatos, substituindo-as por juntas governativas definidas pelo Ministério do Trabalho. A partir desse ano, os candidatos a cargos sindicais tiveram que apresentar atestado ideológico fornecido pela polícia política.

Déborá Bithiah de Azevedo destacou que um dos principais êxitos do governo em conseguir a cassação do PCB se deu devido à intensa campanha difamatória e grandiloquente lançada a respeito dos chamados “planos subversivos” do partido vermelho. Isto é, o discurso político oficial do imediato pós-1945 buscou desconstruir toda a imagem

positiva e de conquistas do comunismo e construir outra (de maneira negativa) que associava o comunismo à desordem, fim das liberdades, complôs e conspirações contra o Ocidente. Uma das principais ações empregadas visando esse objetivo foi apagar dos compêndios da história brasileira a participação do PCB no combate ao Estado Novo e, na Europa, a aliança da União Soviética aos aliados na luta contra o nazi-fascismo. Como argumentou a autora: “Era preciso destruir essas imagens, reconstruir um perfil do comunismo que o associasse à desordem, à marginalidade política”³⁷⁶.

Após a cassação do PCB seguiu-se uma onda de repressão a todo tipo de movimentos sociais durante esse período. “O mecanismo de associação do comunismo à desordem permitia caracterizar todo ato não inscrito nos espaços políticos oficiais como atividades subversivas, independente de uma ligação real com o PCB”³⁷⁷. Como salientou Déborá Bithiah, a justificativa ideológica e legal para tal repressão foi, de maneira geral, a seguinte:

[Durante o governo Dutra], o discurso oficial trabalhava a noção de democracia como ordem, paz, unidade e legalidade. O discurso da legalidade queria marcar a diferença em relação a um tempo anterior, identificado com a ditadura e o arbítrio, e afirmar que bastava o recurso às leis para garantir a existência de uma ordem democrática. Unidade e paz indicavam que a nação era o espaço, por excelência, do harmônico, da convivência do povo ordeiro, onde o cidadão era visto como uma figura que deveria entrar em cena somente nos espaços e tempos demarcados pelo discurso oficial. Assim, a manifestação do conflito e da diferença, apontada como desordem, podia ser descaracterizada como legítima³⁷⁸.

Entre 1945 e 1964, Pernambuco foi palco privilegiado de importantes iniciativas político-sociais, no campo e na cidade. Sobretudo na década de 1950, a efervescência política no Estado com reflexos sobre o conjunto do Nordeste fez de Pernambuco um ator destacado no cenário político nacional.

O ano de 1955 foi estratégico para uma compreensão dos movimentos subsequentes no estado. É nesse ano que o Recife adquire autonomia política, elegendo o engenheiro Pelópidas da Silveira como prefeito da cidade. É também, em 1955, que se realizou o “Congresso de Salvação do Nordeste” e ocorre o “1º Congresso Camponês de Pernambuco”, encerrado com uma passeata camponesa pelas ruas do Recife.

É importante ressaltar que, após a morte de Vargas, em 1954, o PCB passou a estabelecer uma linha eleitoral muito mais clara. A estratégia de atuação do partido passou a tomar como referência básica o apoio ao “programa desenvolvimen-

tista” e o estabelecimento de “alianças” com outras forças também defensoras da modernização social e econômica do país. Em Pernambuco, esta estratégia ganhou nitidez e repercussão política com a realização em agosto de 1955 do “Congresso de Salvação do Nordeste”. Este conclave suprapartidário – que foi o ponto de partida para a criação da Sudene, em 1959 – organizado pelas lideranças políticas nacionalistas e comunistas reuniu representantes sindicais, deputados, vereadores de todos os estados do Nordeste e de todos os partidos, obtendo uma grande repercussão pela sua representatividade e pelas teses defendidas.

As questões levantadas pela política desenvolvimentista foram trazidas para o cenário nordestino incorporando cores mais dramáticas e radicais com as disparidades regionais e a reforma agrária. Neste Congresso, procurou-se realizar uma avaliação das debilidades estruturais que afligiam o povo do Nordeste, reivindicando do Governo Federal medidas eficazes para solucionar problemas como a seca, o analfabetismo, a alimentação, saúde e, principalmente, a falta de uma política de industrialização que provocava uma migração em massa para o Sudeste do país. Logo após a realização do Congresso, estruturou-se uma aliança entre os socialistas, trabalhistas, setores da esquerda nacionalista e comunistas (então na ilegalidade), tendo em vista, portanto, a primeira disputa para a Prefeitura da Cidade do Recife, que, naquele ano – 1955 –, obtinha a sua autonomia política.

Essa aliança ganhou notoriedade com a denominação de “Frente do Recife”, a qual obteve uma estrondosa vitória de seu candidato, o engenheiro e urbanista Pelópidas Silveira (PSB), que venceu o pleito com mais votos do que a soma total dos três outros candidatos que concorriam ao cargo. Essa Frente foi capaz de eleger por três vezes consecutivas (1955, 1959 e 1963) o prefeito da capital, assim como elegeu Miguel Arraes para o governo do Estado em 1962 e apoio decisivo na vitória de Cid Sampaio em 1958³⁷⁹. De acordo com a pesquisadora Virgínia Pontual, a formação da “Frente do Recife” ocorreu em função de um histórico na esquerda pernambucana pós-Estado Novo que remontava a três importantes acontecimentos políticos:

a) o pleito eleitoral de 1947, quando o PCB pernambucano encampou uma candidatura popular-democrática ao lançar o engenheiro Pelópidas Silveira na coligação PCB-Esquerda Democrática;

b) o pleito eleitoral de 1952, quando o PSB lançou o jornalista Osório Borba, que obteve expressiva votação no Grande Recife, fortalecendo o prestígio da esquerda junto aos setores populares, médios e, até mesmo, políticos tradicionais;

c) o “Congresso de Salvação do Nordeste”, por ter produzido, entre outros resultados, a aproximação do PCB com o PTB, por meio de sua ala nacionalista³⁸⁰.

Ainda durante a década de 1950 e início de

1960, ampliou-se o movimento do campo, com o incremento do sindicalismo rural e com o surgimento das ligas camponesas. O movimento social urbano ganha fôlego com a criação do CONSINTRA (Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco)³⁸¹ e através do fortalecimento de associações de moradores. As eleições de Cid Sampaio para o Governo do Estado e de Arraes para a prefeitura de Recife constituem momentos decisivos na Política de Pernambuco. A possibilidade da aliança operário-estudantil-camponesa ganhou concretude nesse período, sobretudo nas propostas das ligas camponesas.

Em 1951, com o fim do Atestado Ideológico, o PCB atuou intensamente na rearticulação do movimento sindical, criando o Movimento Popular Trabalhista (MNPT), cujo Comitê em Pernambuco foi lançado em 1955. Em 1958, as direções operárias ligadas ao PCB assumiram o Controle do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco, fazendo com que suas reivindicações trabalhistas fossem permeadas pelo jogo político que ocorria no Estado.

Desse modo, o avanço do movimento popular nesse período não vai se traduzir apenas na multiplicação das organizações de setores de classe na defesa dos seus interesses mais imediatos, mas em especial, no caráter político dessas reivindicações e mobilizações. Ilustram as mobilizações nesse período: a adesão dos estivadores, portuários, ferroviários e tarefeiros de Pernambuco à greve nacional, para garantir a posse constitucional de Goulart e protestar contra as prisões de líderes sindicais, a luta empreendida pelo Consintra com o objetivo de impedir a extinção do Imposto Sindical, prevista na reforma da Lei Orgânica da Previdência Social, percebida como clara ameaça ao sindicalismo brasileiro e ainda, o lançamento da Campanha pelo plebiscito sobre o parlamentarismo pelo Consintra, por ocasião da comemoração do décimo quinto aniversário da Constituição Federal.

A vitória de Miguel Arraes nas eleições de outubro de 1962 impulsionou o movimento sindical em Pernambuco. Com Arraes no governo, as organizações operárias e camponesas passaram a ter acesso direto a administração do Estado através da Secretaria Assistente – criada no período Cid Sampaio – instituindo-se, então a Assessoria Sindical. A organização e mobilização das classes populares e sua incorporação no espaço político durante o governo Arraes, produziu as reações mais diversas por parte das classes dominantes, que denunciaram a todo instante o clima de “agitação popular” promovido e conduzido por grupos autônomos, a exemplo do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organizados e orientados pelo poder público.

No plano cultural, a participação estudantil e dos setores médios progressistas também foi intensa, com a união de católicos e comunistas no Mo-

vimento de Cultura Popular (MCP), criado com o apoio explícito do então prefeito do Recife, Miguel Arraes. Os Centros de Cultura Popular (CCP) da UNE, articularam-se em Pernambuco com o MCP, utilizando a arte como veículo privilegiado no processo de sensibilização e conscientização das massas.

O golpe civil-militar de 1964 silenciou os movimentos sociais, redirecionando a política econômica, bem como a política sindical. Como poderá ser visto no tópico a seguir, as intervenções se sucederam nos sindicatos pernambucanos e as suas principais lideranças foram presas, torturadas, perseguidas.

AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

As primeiras Associações de Bairro foram criadas na cidade do Recife após 1945, influenciadas pelo Partido Comunista do Brasil, PCB. Tinham um caráter acentuadamente político/reivindicatório, posto que estas agremiações políticas reconheciam nessas novas formas de organização um relevante meio de luta no enfrentamento dos problemas e conflitos urbanos resultantes principalmente das ocupações realizadas nas áreas urbanas da cidade do Recife por um forte contingente populacional, ou seja, homens e mulheres advindos do interior do Estado de Pernambuco, “expulsos” pelos os grandes proprietários rurais em decorrência do monopólio da terra.

Contudo, foi na gestão de Pelópidas da Silveira, iniciada em 1955, consubstanciada na proposta de planejamento urbano, que surgiu a maioria dessas associações; incentivadas pela Prefeitura, que considerava a participação popular na defesa de suas reivindicações focadas nas melhorias urbanas como um elemento fundamental auxiliar no exercício de uma gestão de administração pública voltada para os interesses populares.

A expansão do número dessas associações propiciou a criação em janeiro de 1963 da Federação das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco - FABEP, contando inicialmente com cerca de 30 associações.

A representatividade dessa Federação fica evidente quando publicam no jornal *Última Hora* do dia 12 de maio de 1963, o manifesto, “Aos trabalhadores e ao povo do Recife,” de apoio à candidatura de Antonio Carlos de Cintra do Amaral à Prefeitura do Recife, subscrito por 53 associações e mais um representante da FABEP³⁸².

Em novembro desse mesmo ano a Federação, realiza no Recife, o 1º Encontro das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco, com o objetivo de discutir ações de interesse da população, na melhoria da infraestrutura urbana.

Reconhecidas pelo DOPS, como grupos comunistas originários de antigas células do PCB, elas foram fortemente vigiadas e combatidas, desenca-

deando-se com o golpe de 1964, uma forte repressão junto a essas associações através de invasões de suas sedes, perseguições, espancamentos e prisões de vários líderes comunitários fazendo com que as mesmas praticamente sumissem do quadro político local.

Essas formas alternativas de organização popular vão ressurgir a partir de 1965, com a criação da Operação Esperança sob a égide da Igreja Católica Progressista em Pernambuco, comandada pelo Arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Câmara. São formados agora com a denominação de Conselhos de Moradores dos Bairros, com basicamente os mesmos objetivos das antigas associações, ou seja, lutar por uma efetiva melhora nas condições de vida dos moradores dos Altos, Córregos e Bairros pobres da cidade do Recife.

Apesar do ambiente adverso estabelecido pelo golpe militar, datam deste período a criação das Comunidades Eclesiais de Base (1968) e o Encontro de Irmãos (1969), movimentos católicos, unindo evangelização com um trabalho de conscientização da população para reivindicar direitos e melhorias urbanas para suas comunidades.

ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO 1945-1964

1. Federação das Associações de Bairro do E. de Pernambuco – Amaro Wanderley – Presidente
2. Associação Rui Barbosa – Severino Damasceno Soares – Presidente
3. Associação do Bem Estar do Porto da Madeira – M^a de Lourdes Ferreira da Silva – Presidente
4. Associação de Bairro da Rua Ledinha – Aluisio Emídio da Silva
5. Associação de Bairro de Campo Grande – Antenor Ferreira de Lima – Presidente
6. Associação Defensora dos Moradores do Alto Mira Mar – Evaldo Lima – Presidente
7. Associação dos Moradores do Alto do Pascoal – Estanislau Alves de Oliveira – Presidente
8. Associação dos Moradores do Córrego de São Sebastião – José Francisco da Silva – Presidente
9. Associação dos Amigos do Sítio do Berardo – José Colaço Sobrinho – Presidente
10. Associação dos Moradores do Sítio do Cardoso – Gervásio Glicério do Nascimento – Presidente
11. Associação dos Moradores do Córrego da Areia – Joaquim Ferreira Quirino – Presidente
12. Associação do Alto de Santa Isabel e Adjacência – Diniz Gomes Cabral – Presidente
13. Associação dos Amigos do Coque – Hildebrando Dias da Silva – Presidente
14. Associação dos Moradores da Mangueira - José Bezerra da Silva – Presidente
15. Associação dos Moradores de Camaragibe – Pedro Gomes da Silva – Presidente
16. Liga Urbana da Estrada dos Remédios – José de Santana

17. Associação dos Amigos da Várzea – Luiz Sebastião do Rêgo Cavalcanti - Presidente
18. Associação dos Amigos do Bairro de São Mateus – José Estanislau de Andrade
19. Associação do Alto de Santa Terezinha – Lourenço Luis da Silva- Presidente
20. Associação Beneficente da Linha do Tiro – José de Santana – Presidente
21. Associação dos Amigos do Córrego do Bartolomeu – Severino Pereira Pedrosa
22. Associação de Defesa dos Moradores de Campo Grande – Sebastião Marinho da Silva – Presidente
23. Associação 12 de Outubro do Caçote – Lourival Brederodes de Azevedo Campos – Presidente
24. União dos Trabalhadores do Recife – Joaquim Barreto da Silveira – Presidente
25. União Rural dos Plantadores do Recife – João Barnabé da Rocha – Presidente
26. Associação dos Moradores da Boa Idéia – Moisés Alves de Lima – Presidente
27. Liga Camponesa do Totó – João Domingos Correia – Presidente
28. Liga S.O.C. Agrícola e Pecuária de Pernambuco – Francisco Alexandre da Silva – Presidente
29. Associação dos amigos da Vila Mauricéia – Manuel Tavares das Chagas – Presidente
30. Associação dos Amigos do Barro – João Nunes de Oliveira
31. Associação dos Moradores do Bairro do Pina – José Cavalcanti de Albuquerque – Presidente
32. Associação dos amigos do Bairro da Iputinga – Agenor Borges da Silva – Presidente
33. Associação do Bairro de Coqueiral – Abdias Guilhermino – Presidente
34. União Beneficente de Águas Compridas – Francisco Marques de Assis – Presidente
35. Associação dos Moradores do Alto do Mandu – José Carlos dos Santos – Presidente
36. Associação dos Amigos de Santo Amaro – Amaro Rodrigues de Souza – Presidente
37. Associação dos Amigos dos Peixinhos – Ramiro Ribeiro – Presidente
38. Associação dos Moradores do Cumbe – Severino Manuel da Silva – Presidente
39. Associação do Bairro de Beberibe – José Francelino da Silva – Presidente
40. Associação dos Moradores de Caixa D'Água – João Francisco da Silva – Presidente
41. Associação dos Amigos do Sítio da Palmeira – Valdemir José de Santana
42. Associação dos Moradores do Jardim S. Paulo – Fernando E. de Moura – Presidente
43. Associação de Defesa do Alto do Mandu – Paulo Pereira Magalhães – Presidente
44. Associação de Defesa dos Moradores da Mustardinha – Raul Feitosa de Amorim – Presidente
45. Associação dos Amigos do Alto do Coqueiro Beberibe – Bernardino Lima – Presidente
46. Associação dos amigos dos Torrões – Jorge Ferreira – Presidente
47. Associação dos Amigos do Jardim Jussara – Amaury da Silva – Presidente
48. Associação de Bairro do Fundão de Dentro – Valdeci Silveira Silva – Presidente
49. Associação dos Moradores do Salgadinho – Emílio Pereira de Melo – Presidente
50. Frente Nacionalista de Dois Unidos – Carlos Francisco Junqueira – Presidente
51. Associação Cultural e Defensora dos Moradores da Ilha Joana Bezerra – Antonio José Lopes – Presidente
52. Associação de Barraqueiros de Areias – Joaquim Alves Pereira – Presidente
53. Associação Esportiva do Perez – M. Souza Rolim – Presidente
54. Associação Atlético da Vila Henrique de La Roque – José Gomes da Silva – Presidente

Fonte: Aos Trabalhadores e ao Povo do Recife. *Última Hora*, Recife, 12 mai. 1963, p. 3.

DITADURA MILITAR ENTRE A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA: O CASO DOS TRABALHADORES PERNAMBUCANOS

A partir do golpe de 1964, o Brasil passou a viver um dos períodos mais repressivos de sua história, quando se inaugurou um verdadeiro ciclo de perseguições, cassações e demissões, e os movimentos sociais, de caráter popular, foram duramente combatidos. “Neste período, foram muitos os que sofreram ou morreram. Foram muitos os que pagaram caro por ter mantido a chama da resistência. Foram muitos os que, pacientemente, com riscos e sacrifícios, conquistaram alguns centímetros de espaços e alguns metros de liberdade”³⁸³.

Com o golpe de 64, iniciou-se uma fase de puro ódio, uma verdadeira caça às bruxas. Somente nos primeiros dias de abril de 1964, quase duas mil pessoas foram presas em Pernambuco. Em milhares de casos, as prisões políticas não tinham formalidade legal. Entre as prisões, havia centenas de detenções por desavenças pessoais. Naquele contexto, nas águas da perseguição política, tudo era válido.

Nos primeiros dias após o golpe, diversos presos políticos pernambucanos, em sua maioria, trabalhadores, foram levados a uma unidade de detenção, denominada pelos militares “Colônia de Férias de Olinda”. Esta foi criada oficialmente no dia 28 de abril de 1964, em Olinda, sob a direção do Major do Exército Walter Moreira Lima. No prontuário correspondente à Colônia pode-se encontrar a ficha de entrada contendo a lista com o nome dos presos, o local de origem, a profissão, a data de sua prisão e de saída³⁸⁴. Na tabela a seguir, pode-se perceber o perfil das profissões e ati-

vidades dos presos detidos na Colônia de Férias de Olinda ³⁸⁵.

De acordo com o historiador José Rodrigo de Araújo Silva, o curto tempo em que os presos políticos passavam no local para depois serem conduzidos a outras unidades nos sugere que a Colônia

seria um local de isolamento para presos políticos que, enquanto aguardavam as suas sentenças, deveriam permanecer neste local. Para ele, a Colônia de Férias seria, portanto, um suporte estratégico que auxiliaria nas investigações dos suspeitos de “subversão” ³⁸⁶.

Colônia de Férias (1964) – relação de presos de acordo com as ocupações

Profissões	Número de presos
Funcionários públicos federais	13
Funcionários públicos estaduais	2
Funcionários públicos municipais	2
Agricultores	6
Comerciantes	5
Camponeses	4
Advogados	3
Motoristas	3
Operários	3
Tecelão	1
Barbeiro	1
Estudante	1
Padeiro	1
Gráfico	1
Carpinteiro	1
Ferroviário	1
Gazeteiro	1
Ajudante de mecânico	1
Portuário	1
Bicheiro	1
Maquinista	1
Linotipista	1
*Atividades não identificadas	5

Logo após o golpe, a Polícia Militar de Pernambuco junto ao Exército fechou várias sedes sindicais vinculadas ao Consintra (ver relação desses sindicatos Imagem 2) e prenderam e indiciaram várias lideranças sindicais, como, por exemplo, Cícero Targino Dantas, Cícero Gomes da Silva e João Messias da Silva, militantes do Partido Comunista

e vinculados ao Consintra ³⁸⁷. “O histórico dos militantes é tido como primordial nesse processo, baseando-se nas datas de ingresso no PCB, nas ações que realizaram junto aos sindicatos, nas prisões anteriores, e nas viagens ao exterior, em especial a Cuba” ³⁸⁸.

RELAÇÃO DOS PRESOS QUE SE ENCONTRAM NA "COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA"							
Nº OGD.	N O M E S	DATA ENTRADA	DATA SAÍDA	PROFISSÃO	LOCAL-TRABALHO	MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
1	ABÁRIAS FIANCISCO DE BARROS	22/4/64		Comerciante			
2	AMADEU VIANA RACHADO	23/4/64	12/5/64	Tecelão			
3	AMARO FERNANDES DA SILVA	24/4/64	6/6/64	Fun. Pub. Fed.	I A P I	Recife	
4	APONSO FERREIRA GOMES	27/4/64	30/4/64	Comerciante			Não possui profissão
5	ANTONIO BATISTA DE LIMA	27/4/64	1/6/64	Camponês	Eng. Machado	Serrinha	morado (dois)
6	AMARO ANTONIO DA SILVA	27/4/64	6/6/64	Barbeiro	Conta própria	Recife	
7	ANDERSON LOPES DE ARAÚJO	28/4/64		Fun. Pub. Mun.	Trezecentos de Recife	"	Não possui
8	AMARO ALVES DE MENDONÇA	28/4/64	1/6/64	Fun. Pub. Fed.	D A P C	"	
9	CLAUDENIR SANTOS DE MORAES	28/4/64		Estudante		Barreiros	
10	CLAUDENIR DA SILVA	28/4/64		Padeiro			
11	CIRILO DINIZ DE CARVALHO	22/4/64	20/5/64	Fun. Pub. Fed.	Agência Correios e Telégrafos	Possina	
12	DAIMA DUTRA DE BARROS	24/4/64	20/5/64	"	"	"	diga s/profissão
13	ESTEVAN FRANCISCO SALES	24/4/64		Agricultor	Engenho Bom Jardim	Serra Talhada	
14	ELIDOLFO FRANCISCO TEIXEIRA	24/4/64		"	"	Cabo	
15	EDVALDO RATIS	19/4/64		Gráfico	Última Hora	Recife	
16	ERNESTO PAULINO DA COSTA	22/4/64	2/5/64	Telegrafista	Esso	Recife	
17	ERNESTO REZENHA GUEDES	18/4/64	6/6/64		Sindicato dos Arrumadores	Recife	
18	EVARISTO AMARO DE LIMA	24/4/64		Fun. Pub. Fed.	D N E R u	Carapina	
19	SILVANO PIO HANST	21/4/64		Fun. Pub. Fed.	I A P I	Recife	por oculto e vultem
20	INACIO ANTONIO DIAS	27/4/64		Carpinteiro	Recife	"	
21	JOÃO BATISTA DE NEDEIROS	24/4/64	6/6/64	Operário	Guerra Cavalcanti	"	
22	JUNAS DE SOUZA	28/4/64		Fun. Pub. Fed.	I A P C	"	
23	JOSÉ SIBRÔNIO DE SANTANA	24/4/64		"	Delegacia Fed. de Saúde (D N E R u)	"	
24	JOSÉ ARAÚJO LIMA	18/4/64	1/6/64	Ferrovário	Aposentado	"	por oculto
25	JOSÉ PEDRO DA CRUZ	23/4/64		Portuario	Sindicato dos Portuarios	"	
26	JOSÉ REIS DE BARROS	11/4/64		Gazeteiro	Conta própria	"	
27	JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA	12/4/64		Agricultor	Eng. Galvão	1.ª Antio	
28	JOSÉ GUIMARÃES SOBRINHO	28/4/64	1/6/64	Advogado	Câmara Mun. Recife	Recife	oculto
29	JOSÉ SEVERINO DE OLIVEIRA	27/4/64	13/5/64	Camponês	Usina Muribica	Jaboatão	

CONTINUAÇÃO DA RELAÇÃO DOS PRESOS QUE SE ENCONTRAM NA "COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA"							
Nº De Unidade	N O M E S	DATA ENTRADA	DATA SAÍDA	PROFISSÃO	LOCAL-TRABALHO	MUNICÍPIO	OBSERVAÇÕES
30	JOSÉ IZIDIO DA PAZ	27/4/64	13/5/64	Camponês	Eng. Machado	Serra Talhada	
31	JOSÉ CLEONILDO DO NASCIMENTO	27/4/64	6/6/64	Eng. Mecânico		Recife	
32	JOSÉ MARCEL INACIO	1/4/64		Operário	Fábrica Tecido Paulista	Paulista	oculto e vultem
33	MARCEL FERREIRA COSTA LINS	3/4/64	1/6/64	Telegrafista	Sind. Rural de B. Bahia	Coaraze	oculto
34	MARCEL FERREIRA GONÇALVES	2/4/64	1/6/64	"	Chã de Sapó	"	oculto
35	MARCEL JOSÉ MOURA	23/4/64	6/4/64	Fun. Estab. Adm.	Xaparaiz do Congo de Am.	Recife	
36	MILTON DA SILVA CORREIA (Dr.)	28/4/64		Advogado	Escola de Belas Artes	"	
37	ORÁVIO ALVES DE SIQUEIRA	27/4/64	7/5/64	Fun. Pub. Fed.	Ministério do Trabalho	Gravatá	
38	ORÁVIO JOSÉ DO NASCIMENTO	24/4/64	6/6/64	Fun. Mun.	Departamento Limpeza Pública	Recife	
39	OSVALDO DE ALBUQUERQUE CARVALHO	28/4/64		Barbeiro	Loteira do Estado	"	
40	PEDRO SEVERINO SOBRINHO	22/4/64		Comerciante	Mercado da Madalena	"	
41	PEDRO RIGUEL QUEIROZ	24/4/64	12/5/64	Camponês	Engenho Lavagem	Pan de Azú	
42	PEDRO REZENHA DA SILVA	8/4/64		Magnético	Usina Barreiros	Barreiros	
43	SEBASTIÃO CRAGAS DA SILVA	22/4/64	6/6/64	Comerciante	Conta própria	Recife	
44	SEBASTIÃO CIRILO ARRUDA DE PAULA	24/4/64		Agricultor		Ipatinga	por oculto e vultem
45	SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA	27/4/64	1/6/64	"	Eng. Machado	Serra Talhada	por oculto?
46	SEBASTIÃO FERREIRA DE MORAES	24/4/64	20/5/64	Comerciante	COMPARE	Recife	
47	SEVERINO REZENHA DA SILVA	3/4/64		Agricultor	Possina	Limoeiro	
48	SINELMO CUNHA JOSÉ	8/4/64		Limpeira	Trabalho na Filha de P.	Recife	por oculto e vultem
49	VALDIRIO BARBOSA DE LIMA	20/4/64	12/5/64	Operário	Sindicato dos Feriantes	"	
50	WILSON MAGALHÃES	2/4/64		Fun. Pub. Fed.	D N E R	"	
51	ANALIO BORGES DO NASCIMENTO	8/5/64		F.P.Fed.	I. A. P. I.	Recife	
52	GERALDO FERREIRA DE LIMA	13/5		F.P.Fed.	Tabuleiro de Timbuba	Timbuba	
53	MIGUEL DE SOUZA COSTA	10/5		Advogado	R. D. Manoel Pereira	Recife	Grat. Econômica
54	REINALDO DO REGO VIEIRA	10/5		F.P.Fed.	SAPS	Recife	
55	DERCIO PESSOA	12/5		F.P.Fed.	I. A. P. I.	Recife	
56	MARCEL ALVES DE OLIVEIRA	13/5					

Imagem 1 - Relação dos presos da Colônia de Férias. In: SSP-PE/DOPS/APEJE, Prontuário Barreto Campelo (1933-74) nº 1865 D Fundo 26981 (Colônia Férias)

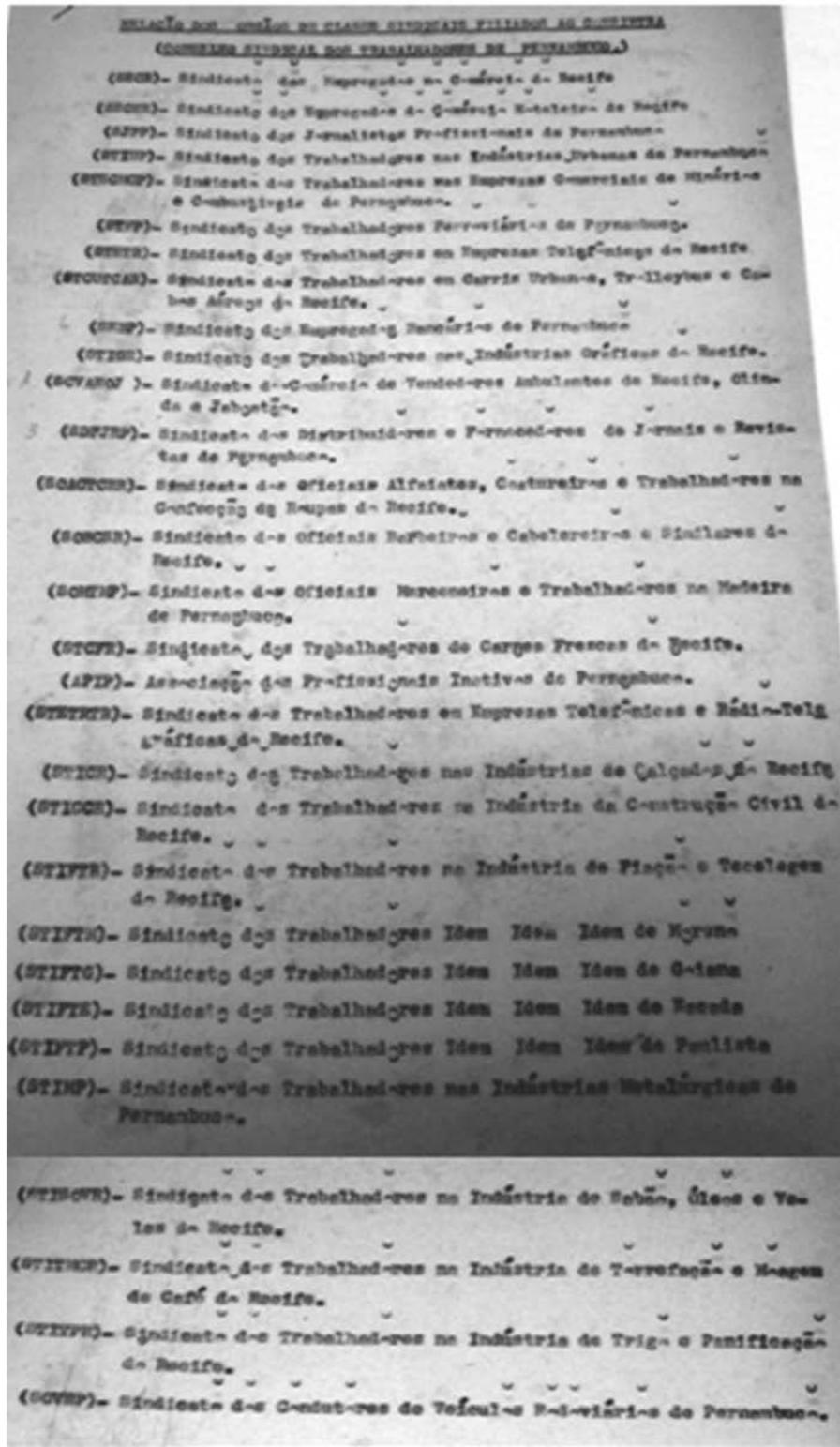


Imagem 2 - Órgãos de classe sindicais filiados ao CONSINTRA. In: SSP-PE/DOPS/APEJE, Prontuário nº 3 Fundo 3893.

A partir do golpe de 64, seguiram-se vinte e um anos de ditadura militar, durante a qual as eleições diretas foram suspensas, assim como muitas liberdades individuais. Os movimentos sociais organizados foram duramente sufocados. Iniciou-se uma longa fase de recessão e arrocho salarial para a classe trabalhadora pernambucana. Órgãos de segurança do estado invadiram casas residenciais,

universidades, colégios, hospitais, sindicatos, associações, seminários e igrejas para prenderem opositores do regime. Sequestros, assassinatos, grupos de extermínio, prisões ilegais sem registro oficial, extensos períodos de incomunicabilidade, denúncias sem provas, confissões sob torturas, sequestro de bens pessoais dos detidos, sentenças condenatórias sem embasamento documental, foram alguns

elementos que marcaram a atuação da estrutura repressiva da ditadura. De fato, foi um verdadeiro “Deus nos acuda” para grande parte da população pernambucana. O advogado Paulo Cavalcanti descreveu os fatos ocorridos durante aquele momento em Pernambuco:

Foi uma fase de ódio. Foi uma caça às bruxas, uma fase de terrorismo... As prisões não tinham formalidade legal, prendiam por prender. No meio dessas prisões políticas, havia as prisões por malquerenças pessoais. O senhor de engenho que tinha problemas com os camponeses, o plantador de cana que não gostava de plantador rural, até mulher que não gostava do marido, o sujeito que emprestava dinheiro e não recebia. Eles iam ao DOPS e denunciavam o camarada como comunista. Então, nas águas da perseguição política, tudo era válido. Quase dois mil presos políticos em Pernambuco ³⁸⁹.

Tomando como base a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra durante as décadas de 1950 e 1960, os militares, após assumirem o poder através do golpe de 1º de abril de 1964, procuraram colocar em prática a lógica da “vigilância total e permanente” do país, sob o argumento de “defesa da segurança nacional”. De acordo com esta doutrina, qualquer cidadão poderia estar sob o poder do “inimigo comunista” e qualquer ação coletiva ou individual poderia esconder uma intenção “subversiva e revolucionária”. Permeava, assim, na mentalidade militar, a lógica do “inimigo interno” ou dos “inocentes úteis” que eram manipulados por forças comunistas. Por isso, merecedores de serem controlados e vigiados ³⁹⁰.

Embora na ótica dos militares todo e qualquer tipo de prática social poderia causar danos “à ordem pública e à segurança nacional”, algumas atividades, no entanto, foram vistas como altamente indesejáveis e, por isso, merecedoras de uma “dose” maior vigilância. Entre os inúmeros exemplos, podemos citar as entidades sindicais urbanas e rurais, as atividades da chamada Igreja progressista, as associações de bairro e as reuniões clandestinas estudantis e político-partidárias como as mais representativas.

Neste contexto, como parte do projeto político autoritário de desmantelamento das forças de esquerda e das instituições democráticas do antigo regime, os trabalhadores foram duramente atingidos pela repressão. Em poucos dias após o golpe, inúmeros líderes sindicais foram aprisionados, perseguidos ou expurgados. Além de presos, fichados e estigmatizados como “subversivos”, os líderes, quando respondiam a inquérito policial em liberdade, eram obrigados a comparecer perio-

dicamente ao Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), para controle. Algumas prisões ilustram o estado de terror vivido nos primeiros dias após o golpe em Pernambuco.

Um dos primeiros sindicatos a sofrer com os abusos dos militares no meio urbano pernambucano foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas. A entidade foi invadida por soldados do Exército no dia 1º de abril de 1964. O presidente do Sindicato, Edvaldo Ratis ³⁹¹, foi expulso do comando do sindicato, preso e torturado; publicações do órgão foram queimadas e outros documentos foram destruídos. Logo após o golpe, foi preso também o líder bancário e comunista José Raymundo da Silva ³⁹², condenado a 19 anos de prisão, assim como o presidente da entidade, Darcy Leite ³⁹³. No município do Paulista, foi preso “preventivamente” o operário Antônio Pereira da Silva ³⁹⁴, 40 anos, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu, entre os dias 26 de setembro e 11 de novembro de 1964, na cadeia pública do Paulista, sob o argumento de “agitador da paz e da tranquilidade do meio social”. Na Prefeitura do Recife, vários servidores foram sumariamente demitidos sob acusação de subversão ³⁹⁵.

Com a força dos sindicatos no início dos anos 1960, diversos líderes sindicais foram eleitos. No pleito de 1962, foram eleitos para Assembleia Legislativa de Pernambuco: Luiz Cláudio Duarte (do Sindicato dos Ferroviários) ³⁹⁶, Gilberto Azevedo (do Sindicato dos Bancários) ³⁹⁷ e Cícero Targino Dantas (do Sindicato dos Portuários) ³⁹⁸. Todos eleitos pelo Partido Social Trabalhista (PST). Com o golpe de 64, esses sindicalistas foram presos e os seus mandatos cassados.

Um dos casos que mais chamou a atenção dessa relatoria ocorreu no ano de 1965 na Fábrica de Tecidos do coronel Othon, do grupo Cotonifício Othon Bezerra de Melo S/A, situada no bairro da Macaxeira, no Recife. Em 19 de abril de 1965, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife enviou uma denúncia à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Previdência Social de que estariam havendo maus tratos, humilhações e coação a trabalhadores na Fábrica Othon. No dia 26 de abril de 1965, o Delegado Regional do Trabalho determinou a formação de um grupo de Inspectores do Trabalho para proceder a uma fiscalização na referida fábrica. Na diligência, os Inspectores constataram que a fábrica havia colocado 33 operários, todos com estabilidade ³⁹⁹, concentrados em uma pequena casa (apelidada de “museu” pela direção da empresa e “campo de concentração” pelos trabalhadores) na vila operária, sem nenhuma função, com o objetivo de coagi-los a assinar acordos em que revogassem o seu direito à estabilidade ⁴⁰⁰.



[Handwritten signatures and initials]
49 75

COPIA

COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA

EDITAL Nº II

Tendo a Comissão Geral de Investigações Sumárias (C.G.I.S.), criada pelo Decreto nº 6.964, de 4/5/61, do Excmo. Sr. Prefeito do Município de Recife, admitido a representação feita contra os servidores municipais: ARILARDO GERMANO DE MOURA, ERLOISA CAVALCANTI, AGRINALDO GOMES DA SILVA, ANTERSON LOPES DE ARAÚJO, ANTONIO CANDIDA DO NASCIMENTO, ANTÔNIO ROBERTO DA COSTA, CARLOS JOSÉ DE SAUS, CARLOS LUIZ DE ARAÚJO, CLÓVIS RIBEIRO DO RÊGO MELO, EDUARDO MARTINS DE LIMA, EUVALDO MARRAS, FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA, FRANCISCO EUDORATO, GABRIEL VILAS BOAS DE MELO, GERALDO LAURO OLIVEIRA, GERSON MARINHO, GERALDO FERNANDES, OLÍMPIO DE SÁ LEITEIRO SIOS, GIULLIA FARIAS DE ALBUQUERQUE FONSECA, GILVÂNIO TONFON, GUILHERME NUNES DA SILVA, GUILHERME JOSÉ ROBALINO DE OLIVEIRA CAVALCANTI, HUGO ZON-AMARAL DOS SANTOS, LUIZ BEZERRA DA SILVA, MARCEL AMARAL DE MOURA, RAFAEL JOSÉ DE SAUS JÚNIOR, MARIA ELZA DA SILVA, ARMÊNIA GALDINO DE ARAÚJO, EDMUNDO CARLOS, OTÁVIO FERNANDES RIBEIRO, OTÁVIO JOSÉ DO NASCIMENTO, PELDO FRANCISCO FERREIRA, RUI PITAGORA DE AMORIM, REINALDO DE JESUS CASTILHO FERREIRA, SAMUEL KRUMHOLTZ, TICOPILIO FELDO DO NASCIMENTO, VALEMIAN FRANCISCO DOS SANTOS, VANERIO AUGUSTO DE OLIVEIRA, e VICTOR DENTE DE SAUS, para comparecerem perante a aludida Comissão (C.G.I.S.), em vista da acusação que lhes é feita, gratias de atos contábeis à Secretaria do Fidei e ao regime de Responsabilidade, devendo os agtos todos comparecer à Secretaria de Assuntos Jurídicos (segunda da Rua das Flores, esquina com a Praça da República), nesta Cidade, no horário das 9 (nove) às 18 (dezois) horas, nas segundas, quartas e sextas-feiras, para apresentarem até o dia 27 do corrente (prazo previsto no § Único do art. 7º do Decreto nº 6.964/61, a defesa que por ventura tiverem.

RECIFE, DIA DO MAIO DE 1964

AUTENTICAÇÃO
Caratéis para a primeira folha e fol de seguira
1964

[Handwritten signature]
MUNICÍPIO DE RECIFE

49

Imagem 3 - Relação dos servidores exonerados da Prefeitura do Recife (4 de maio de 1964). In.: SSP-PE/DOPS/APEJE.



RELAÇÃO DOS OPERÁRIOS QUE SE ENCONTRAVAM CONCENTRADOS
EM UMA CASA DA VILA OPERÁRIA DA FÁBRICA OTHON BEZERRA DE MELO, NO
BAIRRO DE MACAXEIRA, RECIPE

NOME	TEMPO DE SERVIÇO
Julieta de Oliveira	26
João Patrício de Oliveira	33
Mancel Silvestre	31
Maria Emília da Silva	25
João Clímaco de Andrade	31
Maria da Conceição Silva	27
Severino Bernardino de Sena	22
José Ferreira Batista	33
José Vicente dos Santos	16
José Oliveira Costa	25
José de Freitas	20
Nildo Bernardo da Silva	22
Rui Cabral de Melo	23
Fernando Torres Cardoso	22
José Luiz da Silva	27
João Severino de Aguiar	24
João Martins do Rêgo	24
José Herculano Nunes	20
Vicente Galdino da Silva	22
Valdomiro Brito de Souza	18
Severino Correia de Lima	28
Antônio Pereira da Silva	26
Antônio Dionísio da Silva	25
Heronildo Alexandre Nascimento	13
Euclides de Melo Azêdo	29
José Ferreira de Moraes	20
Rosendo Luiz da Silva	26
Filomeno Agripino da Silva	16
Frutuoso Domingos	18
José Antônio de Oliveira	20
Cosmo Ricardo	25
Edgar José da Silva	30
Virgílio Tertuliano (ENFERMEIRO)	29

Observações: Todos estes empregados se encontravam sob a
supervisão do escriturário da mesma Fábrica, Sr.
Jorge Pedro de Sousa.

Anexamos ao Relatório. Em 28 de abril de 1965

(a.a.) Joaquim Costa Pinto Dantas Sídney Soares de Almeida

INSPETORES DO TRABALHO

Após o golpe civil-militar de 1964, federações e entidades sindicais foram fechadas ou tão seriamente controladas que restou ao movimento sindical opositor pouco ou quase nenhum espaço de manobra. Para alcançar os seus objetivos, a ditadura utilizou-se da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e/ou de algumas outras leis de caráter mais repressivo criada durante o primeiro governo Vargas, como foi observado por Kenneth P. Erickson: “Durante o Estado Novo, sob o governo Dutra e, novamente, após 1964, o Estado usou a estrutura corporativista para impor sua vontade sobre o movimento operário diminuindo, substancialmente, sua ação autônoma”⁴⁰¹.

O controle dos sindicatos foi uma pedra indispensável para o governo no que se refere à efetivação de suas diretrizes econômicas: a determinação dos reajustes salariais, exclusivamente, através de decretos governamentais; o rebaixamento dos salários; a piora nas condições de trabalho; a dilapidação das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores; o aumento da subordinação do trabalhador à disciplina da empresa; o maior controle das greves; o aumento de produtividade nas empresas e de rotatividade no emprego; as intervenções nos sindicatos, incluindo expurgos, espionagem, prisões, torturas, campanhas de difamação, perseguições arbitrárias, censura e assassinatos de inúmeros sindicalistas; o incentivo à prática “peleguista” e “assistencialista” dos sindicatos; a supressão das liberdades civis; o aumento da “espoliação urbana”, isto é, a inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que justamente com as dificuldades de acesso a terra e a moradia aguçavam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho.

A implantação dessa política econômica gerou sérias consequências para a classe trabalhadora. Com a supressão do regime de estabilidade e a crescente erosão do salário real, grande parte dos trabalhadores procurou recompor suas rendas recorrendo a duas medidas básicas: a “intensificação do trabalho familiar” e a “extensão da jornada de trabalho”. Em relação à primeira iniciativa, percebe-se, a partir deste período, o aumento significativo no número de trabalhadores dentro de uma residência, visando completar a renda familiar. A própria Constituição de 1967 (art. 158, Item X) reduziu a idade legal mínima de trabalho para doze anos, institucionalizando um sistema de trabalho infantil que acarretou em consideráveis custos sociais para a sociedade brasileira. No que diz respeito à segunda medida, percebe-se a elevação brutal da produtividade física do trabalhador brasileiro. Isto é, a fórmula ideal que aumentou a reprodução do capital no país e que gerou as precondições para o “milagre econômico” a partir de 1968.

À medida que os sindicatos viviam mergulhados numa onda de intervenção e de repressão constante, estando, de fato, nas mãos do governo, o sindicalis-

mo brasileiro acabou perdendo uma das características básicas de sua função, isto é, o seu poder de reivindicação, a sua autonomia e liberdade, a sua capacidade de luta. Durante anos, apenas a ameaça de intervenção foi uma arma eficiente do governo na tarefa de se desencorajar a militância sindical.

Para intervir nos sindicatos, o governo não precisou criar um novo conjunto de leis, especificamente, de exceção, repressivo, mas simplesmente recorrer, de maneira ampla e efetiva, aos dispositivos legais que foram criados durante o primeiro governo Vargas. Para aprimorar o arcabouço jurídico da CLT e dar continuidade ao plano econômico do governo, este decretou um considerável corpo de novas leis trabalhistas e sindicais para aplicar com mais “eficiência” os aspectos repressivos da CLT e estreitar seus canais de ação. Nas palavras de Leôncio M. Rodrigues: “A estrutura corporativa foi mantida inalterada e diversos decretos governamentais foram baixados no sentido de aumentar o controle do governo sobre as organizações sindicais”⁴⁰². O regime militar – apesar de trabalhar com os elementos da mesma ideologia do “Estado Novo” (paz social, colaboração entre classes e ordem etc.) – na verdade, necessitou reformular algumas técnicas de pressão e alguns mecanismos legais daquele período, como meio de atingir os seus objetivos.

Com o regime militar, é possível constatar significativas modificações no mundo do trabalho em Pernambuco, entre elas se destacam:

- O desaparecimento ou perda de importância de alguns setores operários (ferroviários, portuários, têxteis, etc), crescimento de outros, a exemplo dos metalúrgicos e químicos, bem como dos trabalhadores do setor terciário, em virtude da expansão das atividades estatais e terciárias;
- A mudança na organização do trabalho fabril, modernização tecnológica, novos processos de trabalho e de gestão com a eliminação das vilas operárias, o que constitui um emblemático exemplo das relações de trabalho dos “novos tempos”.

Assim como o Estado Novo, o regime militar procurou romper com a liberdade, a autonomia e a pluralidade das organizações sindicais no Brasil, ao mesmo tempo em que as tornaram em órgãos de colaboração do Estado, evitando, assim, que os trabalhadores desenvolvessem uma ação mais coerente com seus interesses de classe. A entrevista do ministro Arnaldo Prieto, por exemplo, demonstra o pensamento da ditadura a este respeito:

Autonomia para quê? Autonomia para voltar ao que era antes de 1964? Essa, se Deus quiser, não haverá, o sindicato não será instrumento de agitação, de intranquilidade, de arruação,

de perturbação da ordem do país. Autonomia para defender os legítimos interesses da classe, essa tem, e deve ser aperfeiçoada. Acho que o principal é que o sindicato se transforme num organismo atuante. E isso pode ⁴⁰³.

A principal medida adotada pelo governo para adequar os sindicatos à sua política foram as “intervenções”, que visavam a um só tempo quebrar a espinha dorsal do pujante movimento organizacional dos trabalhadores, em ascensão desde os anos 1950, e impedir que nas organizações sindicais se estruturasse qualquer possibilidade de resistência contra o golpe.

De acordo com Leôncio M. Rodrigues, entre 1964 e 1970 foram efetuadas 536 intervenções (sendo 483 em sindicatos, 49 em federações e em 4 confederações). A maior parte dos sindicatos atingidos, durante este período, por intervenções foram sindicatos de trabalhadores industriais (49% do total das intervenções). Das intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho, a maioria ocorreu nos primeiros dois anos do regime. Entre 1964 e 1965, 63 dirigentes sindicais tiveram seus direitos cassados e houve intervenção em 4 confederações, 45 federações e 383 sindicatos ⁴⁰⁴. Somente entre os meses de março e abril de 1964, a ditadura nomeou o expressivo número de 235 interventores.

As intervenções concentraram-se nos grandes sindicatos, ou seja, aqueles mais poderosos e politicamente mais ativos: atingiram 70% dos sindicatos que tinham mais de 5 mil membros, 37% dos que contavam entre mil e cinco mil afiliados, e 19% dos que possuíam menos de mil associados. Maria H. Alves observou que, entre os anos de 1964 e 1965, as intervenções foram geralmente justificadas por uma das três seguintes razões:

- a) os funcionários dos sindicatos, federações ou confederações haviam “desaparecido”, e o Ministério do Trabalho presumiu abandono dos cargos, intervindo para indicar novos responsáveis;
- b) os líderes sindicais eram “subversivos”;
- c) o comandante militar da região fora obrigado ocupar as “instalações dos sindicatos para impedir atividades subversivas”. Sob ocupação militar, o sindicato não podia exercer suas funções normais, solicitando por isso a intervenção do Ministério do Trabalho. A intervenção frequentemente limitava-se a ratificar iniciativa já tomada por um comandante militar local ou representante da Delegacia Regional do Trabalho ⁴⁰⁵.

De acordo com Heloisa de Souza Martins, o maior número de intervenções ocorreu na região Nordeste 42,32% seguida pela região Sudeste 39,55%. Nestas duas regiões, os estados que apre-

sentaram maior índice foram Pernambuco com 23,25% do total e São Paulo com 22,99%, respectivamente ⁴⁰⁶. Segundo Paulo Cavalcanti, logo após a deflagração do golpe civil-militar, isto é, já no dia 8 de abril de 1964, 21 sindicatos operários e 3 federações de trabalhadores estavam sob intervenção do novo Delegado do Trabalho em Pernambuco, José David Gil Rodrigues, que nomeou velhos “pelegos” ou oficiais do Exército e da Marinha para a presidência das entidades ⁴⁰⁷. As intervenções causaram um profundo esvaziamento dos sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, que tinha alcançado a marca de 2.000 sócios nos anos anteriores ao golpe de 1964, caiu para 200 associados em 1965.

Como se vê, a legislação sindical estruturada a partir do golpe civil-militar serviu, de modo geral, a três objetivos principais:

- a) apertando os controles diretos, ela impediu os sindicatos de estruturar uma base organizacional a partir da qual pudessem atacar o sistema político e social existente, ou opor-se a políticas governamentais específicas;
- b) procurou fortalecer os sindicatos e o sistema corporativo para seu papel na construção da nação e da coesão social;
- c) e sob a escusa do controle da inflação, transferiu recursos para a indústria, sujeitando os trabalhadores a vários tipos de programas de poupança forçada.

Será, portanto, neste novo quadro, que serão retomadas as lutas operárias e sindicais em Pernambuco.

Com o golpe militar de 1964, iniciou-se um novo ciclo na vida sócio-política, cultural e econômica de Pernambuco. Com as classes populares fortemente atingidas pela repressão, dissolveram-se as bases populares e a frente de massas sobre a liderança do PCB. Os setores médios da população, apenas parcialmente atingidos pela repressão, passam a ser vistos como alternativa para a reorganização das forças de esquerdas. Em consequência, o PCB remanejou quadros militantes e passou a concentrar sua atenção entre esses setores da classe média. Isso explica porque o movimento estudantil que, no pré-64, desempenhava, num certo sentido um papel periférico dentro do processo em curso naquele período, passou a desempenhar a partir de então, um papel fundamental, buscando ocupar o espaço vazio deixado pelas frentes de massa silenciadas pela repressão. Foi, portanto, a partir desse período que o movimento estudantil se atribui o papel de vanguarda política, pretendendo expressar as demandas reprimidas da população. Por essa razão, não é possível pensar o movimento estudantil, descolado das orientações político-partidárias e das estratégias adotadas pelos partidos políticos e

grupos organizados da sociedade civil.

No plano sindical, embora a maior parte das intervenções tenha se dado entre os anos de 1964 e 1965, a partir deste período ainda houve um número significativo de intervenções em diversas entidades espalhadas pelo país. A partir de 1965, segundo Leôncio M. Rodrigues, “[...] o número de intervenções decresceu fortemente uma vez que o controle dos principais sindicatos já havia sido realizado”⁴⁰⁸. Se, entre 1964 e 1965, a “subversão” era apontada como o principal motivo para as intervenções, durante o período de 1966 a 1970, os motivos eleitorais (irregularidades nas eleições), assim como outros motivos (rejeição de prestação de contas da antiga diretoria, infração das normas e regulamentos etc.), constituíram a grande maioria das justificativas apresentadas pelo governo para a destituição da diretoria sindical e indicação de um interventor, isto é, um “pelego”. A partir deste período, ocorreram elevados níveis de corrupção dentro das organizações sindicais. Isto se deu por dois motivos: por um lado, pela inexpressiva participação dos trabalhadores, e, por outro, pelo fato de o governo recompensar a lealdade política dos líderes sindicais, pelego ou não, fazendo vista grossa à constante malversação dos fundos sindicais.

Além das “intervenções”, “atestado de ideologia”, “cooptação” e “expurgos” de líderes não-alinhados com o regime militar, uma forma também de controlar as organizações sindicais no pós-64 e de recuperar o contingente expressivo de associados que os sindicatos haviam conquistado nos anos anteriores ao golpe foi a “mudança de função” dos sindicatos. Isto é, a partir do golpe de 64, o governo procurou tirar, cada vez mais, os sindicatos de suas funções reivindicatórias, mais combativa, para incentivar-lhes na ampliação de seus patrimônios físicos e atribuir-lhes funções meramente burocráticas: atendimento médico e odontológico, assistência jurídica, concessão de bolsas de estudo, homologações, etc., valendo-se para isso das gordas somas vindas do “imposto sindical”, criado desde os anos Vargas. Como salientou Heloisa de Souza Martins, a partir desse período surgiu no Brasil um “sindicalismo gerencial”, que acentuou o caráter burocrático do sindicato e o papel de administrador de seus diretores. Estes se transformaram em executores das exigências burocráticas do Ministério do Trabalho.

Os militares esperavam do dirigente sindical um comportamento semelhante ao chefe de uma empresa, um mero “burocrata”. O dirigente sindical surgiu como membro do quadro administrativo estatal cujas atribuições, dentro da legislação sindical e trabalhista existente, consistiam em pôr em prática os objetivos definidos pelo poder governamental. Na ótica do governo, o papel dos sindicatos deveria ser o de “abafar” os conflitos trabalhistas, atuando como um mediador entre empregados e empregadores e prestador de assistência social à

classe trabalhadora. Em outras palavras, a ideia do regime militar era que o sindicato deveria ser uma agência bem gerenciada, para a prestação de serviços, seja à categoria, seja ao país:

Na realidade, os sindicatos foram transformados em organizações de previdência social que desempenham as funções de um Estado Previdenciário, em grande parte liberando o governo central de obrigações sociais. Simultaneamente o peso desse encargo impede que os sindicatos cumpram sua finalidade intrínseca: a de representar os interesses econômicos dos trabalhadores⁴⁰⁹.

Quando houve o endurecimento do governo militar, através do AI-5, de 13 de dezembro de 1968, a repressão sobre os trabalhadores se fez de forma intensa, inviabilizando o funcionamento de suas organizações.

Após 1974, quando o clima político do país passou a ser menos repressivo, com a democratização “lenta e gradual” do regime militar, (re)surgiram diversos movimentos sociais no Brasil, atravessando o Estado, de lado a lado, despontando novas formas de participação social e política das classes populares⁴¹⁰. Gerou-se um rico debate sobre a legislação trabalhista e a velha estrutura sindical herdada dos anos 1930, ao lado de ações sindicais que buscam uma crescente inserção no quadro de articulação nacional do sindicalismo brasileiro.

Ganhou relevo, também, nesse período, a participação de setores médios da população, através de entidades não necessariamente políticas na sua origem, a exemplo da CNBB, da OAB e de outras associações profissionais.

Em Pernambuco, a partir da segunda metade da década de 1970, começaram a surgir inúmeras associações, em sua maioria, ligadas a grupos de moradores, e no interior de diversas fábricas segmentos de trabalhadores que compartilhavam de uma perspectiva mais “reivindicativa” – algo, inclusive, que, neste período, começava a apontar também em diversos outros sindicatos espalhados pelo país. As reuniões desses trabalhadores, ocorridas geralmente durante a hora do almoço, eram improvisadas, clandestinas e tinham como pauta principal a discussão dos problemas enfrentados pela categoria. Como destacou, por exemplo, o então metalúrgico João Paulo da Silva, ex-prefeito do Recife e ex-deputado federal pelo PT-PE:

[...] a gente conversava um pouco sobre nossa realidade. Não só conversava, mas tentava buscar alternativas. Isso foi em 74, quando organizamos a Caixinha de Ajuda Mútua. A partir daí, conseguimos criar uma biblioteca, compramos livros que falavam sobre o movimento operário e circulamos esses livros dentro da fábrica. Foi desse jeito que, pela primeira vez,

conseguimos paralisar a empresa, por causa do arrocho salarial que todo mundo vivia ⁴¹¹.

Cabe destacar que essa estratégia de confronto trouxe consigo também uma série de represálias por parte do patronato. Além do risco constante de desemprego em função da militância desempenhada, houve, durante o período de 1974-1978, perseguições, suspensões, advertências, exploração, abusos, conforme relatou um metalúrgico: “[...] a questão do confronto direto com o patrão foi um negócio sério, a questão de puxar a arma, de ameaçar gente, de dar murro no birô, isso aí aconteceu com muitos empresários” ⁴¹². Estas atitudes da classe empresarial foram tomadas, é importante que se diga, com a conivência dos militares:

[...] a empresa queria que trabalhássemos no feriado. Discutimos a questão com um grupo de trabalhadores que já vinham se encontrando. Como a situação era ruim, o salário muito baixo, decidimos não ir trabalhar. Articulamos o pessoal e na firma não foi ninguém [...]. Depois o pessoal começou a reagir contra o expediente dobrado para quem trabalhava à noite. Uma vez eu e mais três companheiros deixamos as máquinas funcionando e dissemos que não poderíamos dobrar. Depois disso, fui chamado e eles me identificaram como uma pessoa que estava incentivando o pessoal e **ameaçaram de me entregar para o IV Exército** ⁴¹³.

Como se pode perceber, entre 1974 e 1978, houve uma intensa movimentação de pequenas luta trabalhistas no interior das fábricas pernambucanas. Essa situação, portanto, faz cair por terra a conservadora ideia de que os trabalhadores urbanos dessa região foram indivíduos “passivos” e “amorfos” em relação ao governo e ao patronato, sem nenhuma participação/contribuição na redemocratização do país. Basta tão somente arrancar o véu para perceber o que estava escondido, esquecido pela historiografia oficial do período: mesmo em pleno regime autoritário, diversos trabalhadores pernambucanos agiram, em diversas ocasiões, de maneira “silenciosa”, “clandestina” no interior das empresas e do próprio sindicato situacionista a fim de (re)organizar e mobilizar a categoria pro-

fissional.

No esteio da onda grevista desencadeada no país no final da década de 1970, a partir da região do ABC paulista, *diversas categorias de trabalhadores pernambucanos no campo e na cidade passaram a se organizar com vistas a manifestarem publicamente suas reivindicações e críticas ao regime militar. Foi nessa época também que veio à tona um grupo de trabalhadores, com características combativas e reivindicativas, ligados à oposição sindical, que lutavam contra os patrões, a política econômica do governo e as lideranças situacionistas e pelegas do período. Na área rural, o processo de renovação das direções sindicais se deu mais rapidamente* ⁴¹⁴.

A expressão mais elevada deste novo sindicalismo rural concentra-se na Zona da Mata de Pernambuco, onde a perfeita articulação entre a Federação [a FETAPE] e um expressivo e ativo grupo de sindicatos conseguiu atingir um nível de organização e mobilização capaz de desencadear movimentos grevistas, envolvendo 200 mil trabalhadores, em três campanhas salariais sucessivas (1979, 1980 e 1982) ⁴¹⁵.

Na área urbana de Pernambuco, o processo de renovação das direções sindicais ocorreu de maneira lenta. Nesta região – mesmo no final da década de 1970, quando já se apresentavam algumas lideranças “combativas” em outros estados brasileiros –, os dirigentes sindicais estavam desligados de qualquer trabalho de base e, em geral, contrários à proposta de reformas efetivas e profundas na legislação sindical. Em Pernambuco, as novas lideranças dos trabalhadores começaram a surgir *à revelia* de suas entidades sindicais.

Como fruto da articulação desses trabalhadores, inúmeras greves e paralisações em diversas categorias profissionais foram deflagradas no meio urbano de Pernambuco entre os anos de 1979 e 1984, período final do regime militar. O sucesso dessas ações criou um clima de “euforia grevista” entre os trabalhadores, e isto incitou muitas greves ou tentativas no período que se seguiu.

O quadro abaixo apresenta a composição das greves ocorridas em Pernambuco nos anos finais da ditadura militar:

Greves urbanas ocorridas em Pernambuco entre os anos de 1979 e 1984 ⁴¹⁶

Ano	Categoria	Período
1979	Médicos-residentes	22/05* 03/06 – 19/06
	Professores da rede particular	30/05 – 05-06
	Professores da rede oficial	30/05 – 04/07
	Motoristas e cobradores de ônibus	31/05 – 01/06
	Caminhoneiros	21/08 – 24/08
	Eletricitários (CELPE) Eletricitários (CHESF)	29/10 – 13/11 31/10 – 04/11
1980	Professores da UFPE Professores da UFRPE	19/11 – 10/12 27/11 – 08/12
1981	Motoristas e cobradores de ônibus	01/10*
	Professores da UFPE/UFRPE	11/11 – 01/12
1982	Médicos-residentes	28/06 – 19/08
	Professores da UFPE/UFRPE Servidores da UFPE/UFRPE	18/11 – 17/12 15/12 – 20/12
	Operários da Micromotores **	02/05 – 09/05
1983	“Passeata dos desempregados”	18/05*
	Professores da rede particular	27/05 – 07/06
	“Dia Nacional de Protesto”	21/07*
	“Seca-pneu”	07/04*
1984	Professores da rede particular	04/06 – 11/06
	Médicos-residentes	12/06 – 01/08
	Médicos	19/06* 04/07 – 06/07
	Professores da UFPE/UFRPE Servidores da UFPE/UFRPE	15/05 – 07/08 22/05 – 06/08
	* Refere-se às greves com duração de 24horas (ou menos). ** Greve que não envolveu a paralisação de toda a categoria, ficando restrita apenas a uma empresa, mas que causou grande repercussão no período.	

As manifestações ocorridas no meio urbano pernambucano, ao enfrentarem o governo e/ou patrões, tornaram-se num ponto central na luta dos trabalhadores dessa região, pois, ao mesmo em que furaram o cerco montado pela ditadura, trouxeram esses indivíduos à cena política e à luta pela democracia que se desenhava no país. Nas palavras de um grevista, à época dos acontecimentos: “O que ninguém pode negar é que este movimento por melhores salários transformou-se na mais importante manifestação política da cidade, no momento” ⁴¹⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um conceito que vem ganhando bastante espaço na comunidade internacional, após a Segunda

Guerra Mundial, é o da “Justiça de Transição”. Como o próprio nome sugere, a Justiça de Transição ocorre no contexto da transição entre um regime autoritário e/ou totalitário e um regime que lhe sucede, este com princípios e valores democráticos. Denomina-se Justiça de Transição o conjunto de medidas que devem ser adotadas pelo Estado, após o fim de um conflito ou um regime de força, direcionadas a consolidar o Estado Democrático de Direito, superar os graves danos causados à sociedade, a garantir a não repetição das atrocidades do passado e a reconstruir as relações de confiança entre o Estado e os seus cidadãos ⁴¹⁸. A implantação da Justiça de Transição em determinada localidade ou sociedade implica a adoção das seguintes providências:

- a) promover a reparação dos danos às vítimas;
- b) esclarecer a verdade;
- c) realizar a justiça, mediante a responsabilização dos violadores de direitos humanos;
- d) reformar institucionalmente os serviços de segurança, inclusive as Forças Armadas e os órgãos policiais, para adequá-los ao Estado Democrático de Direito, fundado no respeito aos direitos fundamentais;
- e) instituir espaços de memória, para que as gerações futuras possam conhecer e compreender a gravidade dos fatos.

Como se vê, dentro do escopo da Justiça de Transição, a verdade e a memória têm um lugar essencial. Para Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling, os países latino-americanos que instituíram Comissões de Verdade possuem, hoje, uma democracia e um respeito aos direitos humanos em um patamar mais elevado. E nenhum deles experimentou retrocesso por ter promovido a justiça e a verdade. Estas categorias reforçam a cidadania e a democracia pela valorização da verdade e da reparação, bem como pelo repúdio à cultura da impunidade e do segredo ⁴¹⁹.

A CEMVDHC foi criada justamente dentro do espírito da Justiça de Transição, no efetivo sentido de proporcionar às vítimas do regime militar o direito de conhecer a verdade sobre os abusos que sofreram (as circunstâncias e fatos das violações), incluindo a identificação dos perpetradores, as causas que deram origem a tais violações, e, quando for o caso, o destino final ou o paradeiro de desaparecimento forçado (familiares e amigos). A tomada de consciência sobre o passado de violações aos direitos humanos é importante para avançar na reconstrução da democracia e do Estado de direito, que não poderá ser alcançada enquanto persistirem as feridas dos tempos de violência. Assim, o reconhecimento da verdade – dura, complexa e livre de maquiagens – é a tarefa fundamental de uma Comissão da Verdade.

As vítimas do regime militar têm o direito a uma reparação efetiva por parte do Estado. A verdade sobre os fatos ocorridos é uma dívida do Estado para com os familiares das vítimas de abusos de direitos humanos. A verdade e a memória, apesar de algumas vezes doloridas, podem auxiliar no processo de superação após eventos traumáticos, podem restaurar a dignidade pessoal (muitas vezes, após muitos anos de estigmatização) e proteger contra a impunidade e a negação.

[...] a memória é parte integrante do processo de acerto de contas com o passado e um aspecto importante de qualquer processo de justiça de transição que busca corrigir o registro histórico. Memorialização pós-conflito se insere sob a rubrica das formas de reparação, como uma categoria de reparação simbólica que

busca reconhecer as vítimas e contribuir para processos mais amplos de reconciliação ⁴²⁰.

A CEMVDHC, criada sob a luz da Justiça de Transição, teve a função crucial de reconhecimento histórico, em oposição à negação e o silêncio do anterior Estado de Exceção, e de cumprir um imperativo moral do direito das vítimas à verdade e à memória sobre o passado e as violações que tenham sofrido. A relatoria temática “Violações dos direitos humanos nos meios sindicais”, cujo objetivo foi analisar a repressão da ditadura sobre os trabalhadores e aos meios sindicais urbanos, buscou realizar um verdadeiro acerto de contas com o passado e com a história de nosso Estado.

Após anos de silenciamento, os trabalhadores receberam atenção especial da CEMVDHC. Para os ideólogos da ditadura, o golpe civil-militar de 1964 se fez contra a suposta corrupção do governo João Goulart, contra a “subversão, a baderna e a anarquia das esquerdas” e o temor da instalação de uma “República Sindical” no país. Para a CEMVDHC, mais apropriado seria afirmar que o golpe de 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política vivida no país; um movimento contra as reformas sociais e políticas prometidas, em nível federal, pelo governo de João Goulart, e, em nível estadual, pelo governo Miguel Arraes; e, principalmente, uma ação repressiva contra a politização da organização dos trabalhadores no campo e na cidade. O inédito espaço político conquistado pelos trabalhadores rurais e urbanos e pelas lideranças sindicais no interregno democrático de 1945-1964 incomodava e amedrontava determinados setores militares, religiosos, empresariais, da imprensa e da classe média e dominante. Como acertadamente resumiu o historiador Paulo Fontes: “O golpe de 1964 foi, antes de tudo e, sobretudo, um golpe contra os trabalhadores e suas organizações” ⁴²¹.

JUSTIFICATIVA E RECOMENDAÇÕES

Embora seja reconhecida a tradição histórica das lutas sindicais dos trabalhadores urbanos em Pernambuco, desde o início do século XX, existem muitas lacunas com relação ao conhecimento sobre a participação dos mesmos nas lutas políticas desenvolvidas na sociedade brasileira, e em particular do Estado de Pernambuco.

Sabe-se que diferentemente do que ocorreu em outros Estados, essa participação política mais ampla foi significativa e ocorreu em importantes momentos políticos ocorridos/acontecidos no Estado, entre os quais, a Revolução de 1930, o Levante Armado do 21º Batalhão de Caçadores 1931, movimento de caráter constitucionalista, que antecedeu a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, na organização popular frentista, denominada de Aliança Nacional Libertadora/ANL e a

participação de vários segmentos de trabalhadores no Movimento Armado de 1935.

Além disso, ocorreu forte participação dos trabalhadores pernambucanos nos diversos processos eleitorais ocorridos na década de 1930 e de modo particular após a redemocratização do país através das eleições de 2 de dezembro de 1945, que elegeu deputados e senadores representantes do mundo do trabalho para integrar a Assembléia Nacional Constituinte, instalada no dia 2 de dezembro de 1945, responsáveis pela elaboração da Constituição Brasileira, promulgada em 18 de setembro de 1946. Nas eleições de Pelópidas Silveira, Miguel Arraes de Alencar, a década de 60 e tantos outros fatos.

A Memória Social do Nordeste, e em particular de Pernambuco, precisa ser resgatada.

Acredita-se que a existência de um Centro com esses objetivos, representa um importante passo e contribuirá certamente para uma maior conscientização e organização dos trabalhadores.

Nesse sentido, trata-se também de devolver aos trabalhadores, o que os regimes autoritários iniciados em 1937 e em 1964 lhes roubaram e negam, o resgate da história, através de documentos produzidos principalmente pelos próprios trabalhadores e militantes da causa operária.

Reunidos ao longo do ano de 2014, o Grupo de Trabalho, que tratou das violações dos direitos humanos promovidos pela ditadura contra os trabalhadores em Pernambuco em parceria com a Comissão da Verdade, sugeriu para a continuidade dessas atividades e de outras questões relativas ao mundo do trabalho, que após o encerramento do mandato da CEMVDHC, fosse criado um “Centro de Memória Política dos Trabalhadores Urbanos do Estado de Pernambuco (CMPTU)”, com o objetivo geral de recuperar, preservar e divulgar a História dos Trabalhadores Urbanos em seus múltiplos aspectos e dimensões, propiciando aos trabalhadores, e pesquisadores um espaço permanente aberto para o aprofundamento dos estudos

e discussão sobre as lutas sociais travadas em Pernambuco ao longo dos anos.

Seu funcionamento ocorrerá de modo solidário congregando além de representantes de sindicatos, centrais sindicais, associações profissionais, entidades e núcleos diversos, militantes políticos e pesquisadores individuais e vinculados às diversas instituições de pesquisa que se encontrem comprometidos em recuperar a história protagonizada pelos trabalhadores pernambucanos.

Para garantir a preservação dessa história social propomos a criação de um acervo a ser formado mediante a montagem de um banco de dados, capaz de reunir as informações hoje existentes de forma desorganizada e dispersa nos arquivos ou bibliotecas privados das diversas entidades (sindicatos centrais sindicais, associações de classes), arquivos particulares de pessoas físicas, e arquivos públicos diversos.

Esse acervo, além do banco de dados, será formado por livros, revistas, monografias, dissertações, teses, artigos publicados, documentos manuscritos, jornais, e acervo áudio-visual formado por fotografias, filmes e vídeos, constituindo uma biblioteca colocada à disposição do público em geral.

Além disso, o Centro terá ainda como um de seus objetivos o incentivo a realização de pesquisas sobre as questões recentes envolvendo as transformações derivadas do processo de reestruturação produtiva operadas no âmbito das unidades produtivas, bem como suas consequências nas formas de organização dos trabalhadores dentro e fora das unidades produtivas e nas condições e qualidade de vida dos trabalhadores urbanos.

A premissa para sua organização deve repousar no princípio básico inegociável de total independência política das diversas instâncias dos poderes públicos, União, Estado e Municípios, evitando-se dessa forma quaisquer ingerências de ordem político-partidária capaz de comprometer as diversas atividades a serem desenvolvidas pelo Centro.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 3 Fundo 3893	Prontuário - Conselho Sindical dos Trabalhadores (CONSINTRA)	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Contém: Estatuto do Conselho Consultivo datado de 18/6/1953; encerramento de suas atividades em 31/5/1961; vários recortes de jornais; Ofício nº 554 de 29/3/1965, sobre inquérito policial “onde ficou retratada a atividade de comunistas através do CONSINTRA”, assinado por Álvaro da Costa Lima; distribuição de livros e folhetos anti-comunistas; fotografias; manuscritos; relação de órgãos filiados ao CONSINTRA.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
APEJE: DOPS – PE, nº 2156 D Fundo 4558	Prontuário - Documentos Diversos	DOPS - SSP-PE	<p>Contém: Calendário de prováveis agitações, assinalando as datas comemorativas “vermelhas” e “azuis”; Carta mensal nº 3, de setembro, contendo explanação do Secretário de Segurança Pública, Cel. Antonio Erasmo Dias, transmitindo aos pais de estudantes mensagem “para que conheçam a técnica subversiva da ideologia fantasiosa comunista que procura lançar a juventude repleta de pujança, na senda do terrorismo, do crime, da masmorra ou da cova!”, e também notícias políticas, operárias sindicais; Relação de colaboradores que mereciam renovar suas credenciais; Panfleto do Triunvirato Civil Democrata alertando sobre ameaça comunista, e outros panfletos; Relatório das atividades do DOPS do ano de 1969; Relação das visitas dos presos à Penitenciária Barreto Campelo (dia 26/04/1965); Relação de inquiridos encaminhados à Justiça Militar desde 3101/1967 até 04/1968; Cartilha do Centro Regional de Administração Municipal (CRAM), criado dentro do programa da Aliança Para o Progresso, em convênio entre Sudene, USAID/Brasil e UFPE, tendo como órgão financiador o Conselho Técnico da Aliança Para o Progresso (CONTAP).</p> <p>Cita: Severino José Galdino, da Associação dos Profissionais Inativos de Pernambuco; Padre Aluísio, da Igreja de Apipucos, que pregava em reuniões da Igreja sobre a situação política do país</p>
APEJE: DOPS – PE, nº 108 A (7) Fundo 29238	Prontuário Funcional - Fábrica Paulista (Partido Nazista em PE)	DOPS - SSP-PE	Recortes de jornais, fotografias, carteira de trabalho e documentos em alemão.
APEJE: DOPS – PE, nº 27057 (parte)	Prontuário - Informes (diversos)	DOPS - SSP-PE	Cópia do ofício 20/66, comunicando sobre associados “subversivos” que instruem colegas contra o aumento da taxa sindical, listando quais as firmas onde eles mais atuavam.
APEJE: DOPS – PE, prontuário sem nº Fundo 30803 (parte)	Prontuário - Recortes de jornais (Repressão AI-5)	DOPS - SSP-PE	Recorte de jornal contendo a matéria “Governo decreta rigor sindical”.
APEJE: DOPS – PE, prontuário sem nº Fundo 30839 (parte)	Prontuário – Sindicato dos Ferroviários (recorte de jornal)	DOPS - SSP-PE	Recortes de jornais sobre o meio sindical dos ferroviários.
APEJE: DOPS – PE, prontuário sem nº Fundo 28560 (parte)	Prontuário – Ofícios expedidos 1965	DOPS - SSP-PE	Ofícios e relatório sobre o meio sindical (sindicatos dos trabalhadores rurais e Fábrica Othon).
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_7775_80_003	Relatório de análise do movimento estudantil	Não identificada	Análise da atuação da UNE, CBA, Movimento Sindical, Mobilização de professores no Rio Grande do Sul referente a D. Evaristo Arns e Pastoral Operária, CJP, CNUS (identificada como embrião da CUT), CONCLAT e análise do movimento feminino no período 1964/1975.

NOTAS - CAPÍTULO 12

376 AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 2, n. 4, 1994, p. 84.

377 Ibid., p. 95-96.

378 Ibid., p. 79.

379 Para um melhor entendimento sobre a formação da Frente do Recife, ver: SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. DANTAS, Rodrigo César de Araújo. **Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962)**. 2015. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

380 PONTUAL, Virginia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Ed. da UFPE, 2001, p. 123.

381 O CONSINTRA foi instalado em 22 de outubro de 1953 (sucessor da União Geral dos Trabalhadores de Pernambuco), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir dessa entidade sindical, originou-se o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. IPM do CONSINTRA após o golpe civil-militar: Cícero Targino Dantas; Gilberto Azevedo; José Raimundo da Silva; João Barbosa de Vasconcelos; Hercílio Sergio de Melo; Moacir Côrtes; e Agenor Candido Duarte.

382 Vide documento com assinaturas em Anexo IV.

383 RAINHO, Luís Flávio; BARGAS; Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. v. 1. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983, p. 7.

384 SSP-PE/DOPS/APEJE. Barreto Campelo (1933-74) – Colônia de Férias. Prontuário 1865-D. Fundo SSP nº 26981.

385 A relação dos presos políticos de acordo com a sua profissão pode ser encontrada no documento original (Imagem 1)

386 SILVA, José Rodrigo de Araújo. **“COLÔNIA DE FÉRIAS DE OLINDA”**: Presos políticos e aparelhos de

repressão em Pernambuco (1964). 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, p. 64-65.

387 ARQUIVO NACIONAL. BR_AN_RIO_TT_0_MC_15.

388 NASCIMENTO, Dmitri Félix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): o Estado de Pernambuco**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013, p. 83-84.

389 GUERRILHAS de Julião eram burguesas. **Jornal do Commercio**, Recife, p. 8, 12 nov. 1995.

390 Para um maior conhecimento acerca da ideologia que permeou a “defesa da segurança nacional” durante o regime militar, ver: COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

391 SSP-PE/DOPS/APEJE. Edvaldo Ratis. Prontuário nº 12025, Fundo 18439.

392 SSP-PE/DOPS/APEJE. José Raimundo da Silva. Prontuário nº 11893, Fundo 18273.

393 SSP-PE/DOPS/APEJE. Darcy Leite de Oliveira. Prontuário nº 14449, Fundo 20824.

394 SSP-PE/DOPS/APEJE. Antônio Pereira da Silva. Prontuário nº 14570, Fundo 20942.

395 Vide a lista dos exonerados Imagem 3.

396 SSP-PE/DOPS/APEJE. Luiz Carlos Duarte. Prontuário nº 15827, Fundo 21921.

397 SSP-PE/DOPS/APEJE. Gilberto de Oliveira Azevedo. Prontuário nº 13188, Fundo 19584.

398 SSP-PE/DOPS/APEJE. Cícero Targino Dantas. Prontuário nº 12790, Fundo 19193.

399 A relação dos operários que se encontravam concentrados no “museu” da Fábrica Othon pode ser vista no Imagem 4 do presente texto.

400 É importante ressaltar que até a edição da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o FGTS, os trabalhadores empregados há mais de dez anos na mesma empresa adquiriam “estabilidade”, podendo ser demitidos apenas se o empregador provasse falta grave na justiça. Este direito foi adquirido em 5 de Junho de 1935, com a instituição da Lei nº 62. De acordo com esta lei, se o empregador perdesse na Justiça ao tentar demitir um trabalhador com “estabilidade”, era obrigado por

lei a readmiti-lo e pagar-lhe os salários atrasados, além de arcar com os custos judiciais. Com a concordância do trabalhador, o empregador poderia deixar de readmiti-lo, pagando-lhe o dobro da indenização. A partir deste sistema de “estabilidade”, os empregados estáveis (com mais de 10 anos de casa) e os que estavam há mais tempo na firma – mesmo sem terem alcançado ainda a estabilidade – tornaram-se, em diversas ocasiões, uma “liderança natural” nas lutas reivindicatórias dentro das empresas, devido a sua maior experiência e, sobretudo, pelo fato de serem “intocáveis” pela principal arma patronal: a “demissão”. O término da estabilidade, em 1966, quebrou a força política dos trabalhadores oriunda dessa garantia, levando-os a viver sob a ameaça constante da demissão e do desemprego.

401 ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 53.

402 RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 551.

403 O sindicato deve lutar em paz. *Veja*, São Paulo, n. 471, p. 24, 14 set. 1977.

404 FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**: 1964/1974 – a resistência à ditadura, 1964/1971. v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987, p. 17.

405 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005, p. 84.

406 SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979, p. 100.

407 CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo: memórias políticas. v. 2. 4. ed. Recife: CEPE, 2008, p. 24.

408 RODRIGUES, op. cit., p. 551.

409 ALVES, op. cit., p. 289-290.

410 SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

411 GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. **Até chegar no Zé**. Recife: Recife Gráfica Editora, 1988.

412 Ibid.

413 Depoimento de Raimundo Barreto citado por: MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. **Ação Católica Operária**: fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992, p. 228, grifo nosso.

414 ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE/Editora Oito de Março, 2005, p. 148-151.

415 SOARES, José Arlindo. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: Vozes/CEDEC, 1984, p. 90.

416 FERREIRA, Rafael Leite. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984)**: entre mudanças e permanências. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 39.

417 Queixa de mestre é contra Maciel. *Jornal do Comércio*, Recife, p. 12, 24 jun. 1979.

418 Conforme Relatório do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) ao Conselho de Segurança. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**, S/2004/616, 24 ago. 2004.

419 SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The impacts of human rights trials in Latin America. *Journal of Peace Research*, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, v. 44, n. 4, p. 427-445.

420 ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Coord.). **Da memória à ação**: um kit de ferramentas para memorialização em sociedades pós-conflito. Brasília, DF: Comissão de Anistia, p. 11.

421 FONTES, Paulo. **O golpe contra os trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-contra-os-trabalhadores/4/30727>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CAPÍTULO 13.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS

Texto elaborado sob a responsabilidade das relatoras Nadja Maria Miranda Brayner (Parte 1) e Maria do Socorro Ferraz Barbosa (Parte 2).

INTRODUÇÃO

Esta relatoria tem como objetivo resgatar as diversas formas de violações de direitos humanos ocorridas nas universidades e junto aos diversos movimentos culturais em Pernambuco, após o golpe civil-militar de 1964.

No âmbito educacional as violações envolveram professores, estudantes e funcionários das diversas instituições universitárias de ensino e pesquisa e escolas de ensino de nível médio, à época denominada escolas de ensino secundário.

No meio artístico cultural, os atingidos foram artistas e intelectuais integrantes dos chamados setores médios progressistas envolvidos em atividades das mais diversas formas de expressão da arte e da cultura existentes em Pernambuco, entre os quais: educadores, escritores, artistas plásticos, pintores, escultores, músicos, compositores, cantores (as) atores, atrizes e demais profissionais envolvidos com as artes cênicas.

Na impossibilidade de esgotar todos os aspectos e questões inerentes a esse contexto, optou-se por realizar alguns recortes que, além de fornecer em um panorama geral das violações ocorridas, possibilitassem destacar as formas de violência que em decorrência da sua brutalidade produziram graves consequências no meio acadêmico e cultural durante esse período ditatorial.

Nesse sentido, o presente relatório apresentará um rápido panorama geral envolvendo o mundo acadêmico e cultural dos anos 1940 a 1963, período que antecede o golpe, seguindo-se de duas outras partes que tratarão das violações de direitos humanos nos meios acadêmicos e culturais.

A primeira terá como foco os diversos tipos de violências cometidas contra as instituições de ensino e pesquisa de nível universitário e secundário e seus integrantes, após o golpe civil militar de 1964, com seus desdobramentos através dos Atos Institucionais e em especial após o Ato Institucional nº 5,

que produziu um efeito devastador no mundo cultural em nosso Estado. Nessa parte serão apresentadas as investigações realizadas sobre o atentado a bala sofrida pelo líder estudantil de engenharia da UFPE e presidente da União Estadual dos Estudantes de Pernambuco, Cândido Pinto de Melo, que o deixou paraplégico aos 23 anos de idade. A segunda parte tratará das violências praticadas pela repressão no meio artístico e cultural envolvendo, além da censura, a destruição de projetos educativos de caráter popular democratizante.

Para consecução desses objetivos além da consulta à documentação originária dos órgãos da repressão, depositada nos arquivos públicos, foram promovidas oitivas com professores, pesquisadores, artistas, educadores e estudantes que viveram, de diversas formas, as violações cometidas pelo aparato repressivo civil e militar vigente no pós-golpe.

Com relação ao meio estudantil e acadêmico prestaram depoimento no dia 15 de dezembro de 2015 no auditório Paulo Rosas da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE): Abdias Vilar de Carvalho, Carmen de Castro Chaves, José Arnóbio Pereira, José de Moura e Fontes, João Bosco Tenório Galvão e Martha Maria Henrique da Silva.

PANORAMA GERAL DO MUNDO ACADÊMICO E CULTURAL

A presença dos estudantes brasileiros na política se dá de modo marcante a partir da primeira metade da década de 1940, no bojo da luta contra o nazi-fascismo e pela participação do Brasil na II Guerra. Esse movimento amplia-se na luta pela anistia e pelo fim do Estado Novo, com a restauração da ordem democrática.

Em Pernambuco, o célebre episódio da Pracinha do Diário, que culminou com o assassinato do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho e do carvoeiro Manoel Elias, é exemplo emblemático

dessa movimentação.

Entre 1945 e 1964, a participação estudantil e dos setores médios progressistas ocorre de forma intensa na luta pelas reformas de base, entre as quais, a reforma universitária e a reforma agrária. Em resumo, a luta é pela construção de uma sociedade mais justa.

Pernambuco, como já foi ressaltado em várias partes desse relatório, protagonizou momentos de riqueza política envolvendo amplos setores da sociedade civil, notadamente a partir da década de 1950, através de articulações políticas, para montagem de frentes de luta de caráter popular, envolvendo as mais diversas tendências e pensamentos políticos.

Progressistas, socialistas, comunistas e católicos, se uniram com o objetivo de estabelecer uma estratégia política, visando à implantação de projetos democratizantes nas diversas instâncias executivas do poder, como foi o caso do governo de Miguel Arraes de Alencar e da gestão do prefeito da cidade do Recife, em 1955, Pelópidas da Silveira.

Apesar da forte resistência dos setores conservadores e antidemocráticos, notadamente dos setores radicais anticomunistas, de histórica presença no Estado, lentamente Pernambuco avançou no fortalecimento da representação popular e no processo de conscientização da população, contando inclusive com formas alternativas de organização popular formadas pelas associações de bairro.

Além disso, contou com uma grande participação de jovens estudantes integrados em diversos projetos culturais, desde os Centros de Cultura Popular os chamados CCPs organizados pela União Nacional dos Estudantes; o Movimento de Cultura Popular (MCP), formado com o apoio declarado do prefeito Miguel Arraes de Alencar; e o Movimento de Educação de Base (MEB) criado pela Igreja Católica através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Com o golpe civil militar de 1964, encerra-se este ciclo de iniciativas sócio-político-cultural de Pernambuco.

Com as classes populares fortemente atingidas pela repressão dissolvem-se as bases populares e as conquistas de massas sob a liderança do PCB. Os setores médios da população, parcialmente atingidos pela repressão, passam a ser vistos como alternativa para a reorganização das forças de esquerda. Em consequência, as organizações políticas notadamente o PCB e a AP remanejam quadros militantes e passam a concentrar sua atenção entre esses setores da classe média.

Isso explica porque o movimento estudantil que no pré-64 desempenhava, num certo sentido, um papel periférico dentro do processo em curso naquele período, passa a desempenhar a partir de então um papel fundamental, buscando ocupar o espaço vazio deixado pelas frentes populares silenciadas pela repressão. Aqui se refere de modo

especial ao movimento sindical urbano e aos movimentos sociais do campo (ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais) fortemente reprimidos no imediato pós golpe civil militar de 1964.

É, pois, a partir desse contexto que o movimento estudantil se atribui o papel de vanguarda política, pretendendo expressar as demandas reprimidas da população. Por essa razão, não é possível pensar o movimento estudantil, e as manifestações culturais diversas, descoladas das orientações político-partidárias, estrategicamente adotadas pelos partidos políticos e grupos organizados da sociedade civil.

Parte 1 - VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA

A Universidade do Recife foi fundada em 11 de agosto de 1946 através do Decreto nº 21.904, a partir da união das diversas escolas e faculdades isoladas, Faculdade de Direito (1827), Escola de Engenharia (1895), Faculdade de Medicina (1927), Escola de Belas Artes (1932), Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire) (1941). Em 1965, transforma-se na atual Universidade Federal de Pernambuco.

O primeiro reitor da Universidade do Recife foi Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas que administrou essa universidade desde o período de sua fundação em 1946, até 1959, quando foi substituído pelo reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, tendo como vice-reitor o professor Newton da Silva Maia, diretor da Escola de Engenharia.

A gestão democratizante do reitorado João Alfredo, em um momento de grande efervescência política no Estado, colocou a universidade no centro desse processo, particularmente ao ser criado o Serviço de Extensão Cultural (SEC), em 1962, por Paulo Freire, que se torna diretor do mesmo, com o objetivo de “desenvolver atividades no âmbito da cultura e da realidade brasileira, fomentar a educação e a cultura popular e promover políticas de extensão universitária”⁴²².

Além da utilização de um novo método de alfabetização para jovens e adultos, concebido por Paulo Freire, são criados os meios necessários para por em prática o projeto do SEC: uma rádio, a rádio da Universidade, a Revista Estudos Universitários, e uma emissora de televisão, hoje a Televisão Universitária. Note-se que a estrutura organizacional da universidade permaneceu intocável, sendo as decisões tomadas de cima para baixo por pequenos grupos, independente das manifestações do conjunto da comunidade acadêmica.

A revolução causada em pouco tempo por esse projeto inovador foi suficiente para suscitar uma campanha contra o reitor João Alfredo, dentro e fora do âmbito universitário, através de um movimento liderado pelo sociólogo e escritor Gil-

berto Freyre, através de artigos de caráter político e ideológico logo após o golpe de 64, “contra as ideias comunistas” que permeavam a universidade, divulgados pelos principais jornais locais, ambos conservadores que publicavam diariamente seus artigos. O resultado dessa campanha levou à renúncia de João Alfredo, por não suportar o nível de pressão sobre seu reitorado, seguida de sua exoneração.

Nos primeiros anos da década de 60, que antecedem o golpe militar, o movimento estudantil em Pernambuco, contava com lideranças nos cargos de direções estudantis como: Ênio Ney Teixeira, Fernando Teixeira, Fernando Barbosa e Marco Antônio Maciel, eleito para o Diretório Central dos Estudantes, num processo polêmico em que a oposição acusou esta eleição de fraudulenta.

Nesse momento, a “Reforma Universitária” se colocava como a mais importante reivindicação das universidades brasileiras, que reconheciam que a arcaica estrutura organizacional das instituições universitárias, face ao seu caráter burocrático-elitista, baseado no sistema de cátedra, não respondia mais às necessidades de formação de profissionais para um novo quadro econômico e político derivado das transformações ocorridas na década de 50, particularmente com o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Embora fosse reconhecida por todos a necessidade de mudanças nas universidades, não havia unanimidade em relação ao projeto de reforma a ser implantada. Os debates se sucediam principalmente por iniciativa do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE). Muitos foram os seminários realizados promovendo-se lentamente o processo de gestação da reforma universitária que deveria envolver, além das necessárias mudanças no ensino, a garantia de uma maior participação estudantil nas diversas instâncias do poder, engessada até aquele momento pelo sistema de cátedra, instituto promotor de uma política de compadrio na admissão de docentes que criou verdadeiros feudos nas escolas então existentes.

Nesse contexto, as mobilizações são constantes no âmbito das universidades locais gerando, cotidianamente, confrontos principalmente entre estudantes e as autoridades das administrações centrais.

A Universidade Rural, que agregava os cursos de Agronomia e Veterinária, além dos problemas e questões que enfrentava em comum com outras universidades e de modo particular com a Universidade do Recife, em torno da necessidade de mudanças para melhoria do ensino e democratização das diversas instâncias administrativas, convivia, segundo denúncia dos estudantes, com práticas consideradas corruptas por parte da administração central da universidade, sob o comando do reitor Manoel Rodrigues Filho.

Na Faculdade de Direito do Recife grande era o clima de insatisfação e descontentamento; as tensões e permanentes conflitos, se davam em torno do diretor José Soriano de Souza Neto, que tinha como vice-diretor Sérgio Loreto. Embora respeitado como jurista, mas como diziam os estudantes, Soriano Neto era pouco assíduo às aulas e possuía um perfil autoritário, dificultando o trato com a comunidade acadêmica.

Em 1961, um desentendimento com Antônio Carneiro Leão, então presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, em torno de uma conferência realizada por Célia Guevara, mãe do líder revolucionário da revolução cubana, Che Guevara, foi o estopim de uma crise que se estabeleceu na faculdade. A iniciativa da conferência foi fortemente punida através de uma suspensão imposta ao dirigente universitário, por parte do diretor prof. Soriano Neto, gerando desdobramentos com a eclosão de uma greve estudantil, que rapidamente recebeu adesão da Escola de Engenharia e das Escolas de Agronomia e Veterinária, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O movimento contou com grande apoio popular e de modo especial do Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco (Consintra), que contava, hegemonicamente, nas entidades do Conselho e na sua Direção com os comunistas filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

As consequências desse episódio possibilitaram a ocupação da Faculdade de Direito, seguida de uma intervenção militar ordenada pelo presidente Jânio Quadros em 7 de junho de 1961; o prédio da faculdade cercado com tanques e metralhadoras com o objetivo de intimidar os estudantes que se encontravam no seu interior, seguida de invasão com carros de combate sobre as escadarias da faculdade ⁴²³. O Consintra sofreu punição através da prisão de alguns dos dirigentes presos e levados para o presídio da ilha de Fernando de Noronha ⁴²⁴.

Posteriormente, com a renúncia de Jânio Quadros em 24 de agosto desse mesmo ano, ocorrem significativas mobilizações dos estudantes e operários através das entidades estudantis, União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), sob a presidência de Fernando Teixeira. A UEP foi invadida pela polícia do exército auxiliada pela polícia civil do governo de Cid Sampaio. Na ocasião foram presos Fernando Barbosa, Socorro Ferraz, Ana Maria Ferraz, Jarbas Maciel e George Pellerin Silva. Todos foram levados para a Segunda Companhia de Guardas do Exército e ouvidos pelo tenente coronel Ibiapina; em seguida foram dispensados, com exceção de Fernando Barbosa que teve sua prisão e incomunicabilidade decretadas ficando em uma cela do 7º Regimento de Obuses, em Olinda-PE. Só foi libertado após a negociação para a posse de João Goulart, quando assumiu a presidência sob o regime parlamentarista.

O Conselho Sindical dos Trabalhadores de Per-

nambuco (Consintra), através do seu diretor-presidente, o bancário Gilberto Azevedo, se antecipa aos acontecimentos, lançam no dia 26 de agosto um manifesto intitulado “Às Autoridades e Parlamentares, aos Trabalhadores e Estudantes, e ao Povo em Geral” convocando a população para barrar o golpe e garantir a posse do vice-presidente João Goulart ⁴²⁵.

As consequências advindas desse movimento levaram às prisões o dirigente do PCB David Capistrano, do portuário Cícero Targino e do bancário Gilberto Azevedo, entre outros; todos levados para o presídio da ilha de Fernando de Noronha ⁴²⁶.

Além da Universidade do Recife e da Universidade Rural funcionavam as Faculdades de Ciências Médicas (1950); de Odontologia de Pernambuco (1955); de Enfermagem de Nossa Senhora das Graças (1945) e, posteriormente em 1965, a de Ciências da Administração, que se uniram à Escola Politécnica de Pernambuco, criada em 1912, formando a Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP), transformada em 1990 em Universidade de Pernambuco (UPE). Quanto à Universidade Católica de Pernambuco (UCP), fundada em 27 de setembro de 1951, congregava nos anos 60, os cursos de Economia, Direito e Filosofia. Posteriormente passou a ser denominada de Unicap.

O GOLPE DE 64 EM PERNAMBUCO E A REPRESSÃO À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Os primeiros mortos vítimas da ditadura de 1964, em Pernambuco, foram os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros, secundarista de 17 anos, e o universitário estudante da Escola de Engenharia Ivan Rocha Aguiar (23 anos), ambos metralhados pelo exército no dia 1º de abril, quando participavam de uma passeata no centro da cidade do Recife contra o golpe que destituiu do poder o governador Miguel Arraes e o prefeito Pelópidas Silveira.

Nesses primeiros dias pós-golpe, dois outros jovens secundaristas foram também alvo dos órgãos da repressão, notadamente das autoridades policiais.

Albérrio José Maia de Farias, à época era menor de idade, tinha 17 anos quando sofreu duas prisões. A primeira, quando convocado através de nota publicada na imprensa local, na edição de 3 de maio de 64 do *Jornal do Commercio*, para se apresentar às dependências do Departamento de Ordem Social e Política (DOPS), da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Compareceu no dia 18 de maio de 64, sendo na ocasião, antes de prestar seu depoimento, formalmente identificado e fotografado seguindo-se o interrogatório realizado pelo conhecido anticomunista e torturador, o delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima. Após sua oitiva, permaneceu preso,

incomunicável durante três dias, sendo liberado no dia 20 de maio. No mês seguinte, junho de 64, foi apanhado em sua residência por dois agentes do IV Exército, sendo levado para o Quartel da Segunda Companhia de Guardas, dessa feita foi interrogado pelo tenente coronel Hélio Ibiapina Lima, para informar, segundo o militar, sobre suas ligações com os comunistas, sua atuação política antes e durante o movimento de 1º de abril e suas atividades no meio estudantil. Permaneceu preso durante 15 dias, ocasião em que encontrou o amigo e colega do Colégio Estadual de Pernambuco, David Capistrano da Costa Filho, Davizinho, como era conhecido entre os amigos.

No dia 30 de agosto de 1965, Albérrio José Maia de Farias foi novamente convocado a prestar depoimento no Quartel da Companhia do QG do IV Exército ao tenente coronel Manoel Costa Cavalcanti, agora como indiciado nos termos do IPM UNE/UBES - PE instaurado no IV Exército pela Portaria nº 10 CP, de 15 de julho de 1965, conforme Ofício 7-IPM de 21 de outubro de 1965. Os “crimes” atribuídos ao jovem estudante secundarista eram de ser filiado à Sociedade dos Amigos da União Soviética, de pertencer à Frente do Recife, de pertencer ao PCB, de atuar nas entidades estudantis secundaristas – Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas (ARES) - e na União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES), ambas, segundo as militares, articuladas com o Consintra, CGT e as Ligas Camponesas.

As fortes perseguições sofridas por Albérrio Maia de Farias, estudante considerado brilhante e bastante conhecido na cidade do Recife por participar de um programa na TV Jornal do Comércio, respondendo sobre a vida de Castro Alves, podem ser associadas à sua atuação como presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Padre Félix, ao lado do seu vice Eduardo Chaves Pandolfi, eleitos em forte disputa eleitoral com o candidato considerado de direita, o ex-deputado já falecido Sérgio Guerra, que foi apoiado por Ettore Labanca presidente do Centro dos Estudantes Secundarista do Estado de Pernambuco (Cespe). Esse apoio teria sido dado a Sérgio Guerra, como contrapartida ao apoio à sua candidatura por ocasião das eleições da Cespe, quando ele fora beneficiado pela renúncia do candidato, dito oficial, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Antonio Cláudio Pedro. Nesse quadro, de acirrada disputa eleitoral com o candidato José Fortuna de Melo apoiado pelos comunistas, Ettore Labanca terminou saindo vitorioso. O fato é que as perseguições e prisões deixaram sobre o jovem estudante, ao longo dos anos, graves sequelas em sua saúde ⁴²⁷.

David Capistrano da Costa Filho, Davizinho, filho do dirigente do Partido Comunista Brasileiro, David Capistrano da Costa, embora não conste do seu prontuário de nº 15914 no APEJE, foi também preso e levado para o Quartel da Segunda Compa-

nhia de Guardas do IV Exército, em 23 de junho de 1964 onde foi interrogado pelo tenente coronel Hélio Ibiapina Lima sobre suas atividades políticas junto ao PCB e atividades estudantis no Colégio Estadual de Pernambuco envolvendo as entidades ARES, UBES, o Clube Literário Monteiro Lobato (CLML) e a Associação Literária Machado de Assis (ALMA). David era estudante secundarista, sendo na ocasião menor de idade com 16 anos de idade ⁴²⁸. Em 14 de agosto foi levado para o DOPS onde, sob espancamentos e outros tipos de tortura, prestou depoimento. Além de ser indagado por sua participação na “Sociedade dos Amigos da União Soviética” foi ainda questionado sobre o paradeiro de seu pai que se encontrava na clandestinidade. Tal como Albérrio Maia de Farias foi indiciado no IPM UNE/UBES PE ⁴²⁹.

Além das prisões dos estudantes secundaristas também foram presos alguns professores universitários.

Na madrugada do dia 13 de abril de 1964, os médicos, professores e pesquisadores do Curso de Medicina da Universidade do Recife, Naide Regueira Teodósio e Bianor da Silva Teodósio foram levados presos para o DOPS. Ambos participavam da gestão do governo de Miguel Arraes; a “dra. Naide”, como era conhecida entre seus alunos e amigos, dirigia o Departamento de Reeducação e Assistência Social do Serviço Social contra o Moçambo, e dr. Bianor dirigia o Serviço de Assistência Itinerante que oferecia equipe multidisciplinar de saúde à população das zonas da mata, agreste e sertão. Permaneceram afastados dos seus quatro filhos por mais de oito meses, quando então foram liberados pela polícia.

Naide Teodósio sofreu outras prisões, assim como sucedeu com seus filhos Manoel Silva Teodósio Neto (Mano), Joel Regueira Teodósio e Marta Regueira Teodósio. Ney Freitas Quadros, genro do casal Teodósio, também foi preso e submetido a violentas torturas. Estas prisões ocorreram em Estados da federação e em períodos distintos marcando de forma definitiva a vida de todos os membros da família e, de modo particular, interrompendo de modo irreversível o trabalho científico que vinha sendo desenvolvido pelos dois pesquisadores. As violências sofridas e suas consequências sobre a vida da família podem ser vistas no documento entregue a CEMVDHC por Marta Regueira Teodósio, quando da sessão pública para tomada de depoimentos ⁴³⁰.

Paralelamente às prisões, a repressão rapidamente se instalou na Universidade do Recife através de medidas que atingiram de diversas formas, professores estudantes e funcionários. As medidas foram de abrangência nacional com repercussões locais, e outras de caráter local, determinadas pelas autoridades militares que se encontravam no comando do golpe em Pernambuco.

Seguindo determinações do governo militar

são instalados os famosos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), reconhecidos como Inquéritos Sumários, com o fim de apurar os “atos subversivos”. O objetivo inicial era realizar uma “limpeza” no âmbito dos principais órgãos públicos considerados de maior teor explosivo, no sentido de rejeitar o novo quadro institucional instalado no país, no que se incluíam as universidades.

Procura-se calar as vozes discordantes e ao mesmo tempo inibir qualquer resistência futura às medidas de políticas gerais e especiais a serem implantadas no campo educacional. Ressalte-se inclusive que, diferentemente de outras universidades, como foi o caso da USP em São Paulo - que levou à elaboração do chamado “Livro Negro da USP”, onde se encontram relatados todos os mecanismos de controle político ideológico desenvolvido pela ditadura nessa instituição educacional - o número dos professores que se opuseram abertamente ao regime em Pernambuco foi bastante reduzido. Muito embora não se possa esquecer os feitos quase heróicos assumidos por alguns professores, particularmente no período mais duro da repressão, após o AI-5.

A primeira medida de impacto realizada na Universidade do Recife atingiu o então reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. Como já dito, sob fogo cruzado dos militares e da imprensa conservadora local, representada pelos dois maiores jornais da cidade, foram publicados artigos virulentos do sociólogo e escritor Gilberto Freyre que cobrava dos militares o afastamento do reitor em virtude de o mesmo, segundo o escritor, favorecer a expansão de ideias esquerdizantes difundidas por supostos comunistas nos diversos órgãos da administração central. Não suportando a violenta pressão, João Alfredo renuncia ao cargo de reitor em junho de 1964, assumindo o então vice-reitor professor Newton da Silva Maia, com o único objetivo de “organizar e realizar a eleição do novo reitor”, uma vez que o mesmo era considerado pelos militares e por muitos dos seus colegas professores, como inadequado para assumir o cargo devido as suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro.

Os bastidores dessa “pseudo-eleição” se encontram retratadas nos depoimentos de importantes autoridades da Administração Central da Universidade, entre os quais o professor Jônio Santos Pereira de Lemos, que se tornou vice-reitor da primeira gestão pós-golpe e da professora e educadora Maria Antônia Amazonas Mac Dowell, também nomeada pró-reitora acadêmica dessa mesma gestão.

Apesar das disputas no âmbito interno da universidade tudo se resolveu de acordo com as determinações dos militares, representadas pela sua autoridade máxima no Estado, o general Joaquim Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, que necessitava naquele momento de um gestor

confiável e, sobretudo, habilidoso e capaz de levar adiante as decisões de ordem institucional minimizando as repercussões negativas das medidas a serem impostas, ou seja, atuando no sentido de manter o controle sobre o setor considerado mais descontente, representado pelo corpo discente⁴³¹.

Nesse sentido, a eleição e nomeação, pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) do reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães, tendo como vice-reitor Jônio Santos Pereira e Lemos, atendeu favoravelmente aos interesses dos golpistas garantindo ao longo de sete anos desse reitorado, o “equilíbrio político necessário” para a implantação do Projeto de Reforma Universitária elaborado pelo governo militar, que contou com a participação fundamental da pró-reitora acadêmica, prof.^a Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, nomeada por Murilo Guimarães com esse objetivo. Ressalte-se a presença fundamental dessa professora na história da Universidade Federal de Pernambuco, atuando em diversos cargos, sempre próxima ao reitor em exercício e nas articulações de bastidores em todos os reitorados, fossem eles dos mais à direita, dos mais ou menos autoritários, até dos mais flexíveis, nos tempos do chamado período de abertura lenta e gradual do governo militar.

Estabelecidos os rumos da Administração Central da Universidade do Recife, segue-se a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM) conforme Ofício, sem número, datado de 7 de julho de 1964, enviado pelo major Manoel Moreira Paes, encarregado do IPM, ao reitor da universidade, no caso Murilo Guimarães, onde informa que através de portaria de nº 19, datada de 1º de julho, tinha recebido do general comandante do IV Exército,

delegação de atribuições policiais que lhe competem, para apurar responsabilidades, de quantos se envolveram, direta ou indiretamente, na “Universidade do Recife”, na prática de atos tendentes à subversão do regime político-democrático, assim como em crimes contra o Estado ou seu patrimônio, com ofensa à Lei nº 1802, de cinco de Janeiro de 1953 e ao Código Penal Militar...

Além dessa informação o referido ofício solicitou um conjunto de informações detalhadas sobre as atividades de todo pessoal vinculado à Universidade (professores, funcionários e estudantes); questões relativas às verbas, prestação de contas, especificamente em relação aos convênios entre o MEC e o SEC; o regimento interno da instituição; coletânea da revista Estudos Brasileiros e uma cópia da sindicância presidida pelo professor catedrático Armínio de Lator Motta, incluindo-se as atas das reuniões da Comissão. O prazo para entrega dos documentos foi de dez dias⁴³².

Referindo-se provavelmente ao IPM acima no-

minado, Maria Antônia esclarece que essa

Comissão de Inquérito Policial Militar foi composta pelos professores Everaldo Luna, de Direito Penal, e Alberto Cavalcanti de Figueiredo, da Escola de Química, e por um coronel do Exército, instalada na reitoria para apurar os “crimes de subversão” cometidos por pessoal da Universidade.

Relata ainda que Everaldo Luna abriu os trabalhos com a Constituição nas mãos, tornando claros os princípios que norteariam os trabalhos: “não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal.” E conclui: “a Comissão concluiu pela desqualificação e arquivamento de todas as acusações”⁴³³.

Ainda com relação a essa Comissão o professor e ex-reitor George Brown observa:

Houve uma Comissão de Inquérito, que era presidida por um coronel, capitão, não sei o quê e um sargento que era o escrivão. Essa Comissão funcionava na Procuradoria da Reitoria. Disso eu me lembro porque ele mandava chamar professores. Interrogava professores.

E cita um episódio que considerou muito engraçado envolvendo os professores Pessoa de Moraes e Vamireh Chacon que, segundo ele, tinham verbosidade semelhante e que acabaram por cansar a Comissão devido ao longo tempo dos dois depoimentos, em torno de seis horas, e conclui: “então o coronel não agüentou mais e disse: ‘Quer saber de uma coisa? Vá embora daqui. Eu não quero saber de nada mais dos senhores, não suporto mais isso!...’”. Então tinha umas coisas muito engraçadas”⁴³⁴.

Nem autonomia da universidade através dos seus dirigentes, como Maria Antônia parece insinuar, nem ausência de punições e, muito menos, se tratou de situações engraçadas como tenta fazer parecer George Brown. Na verdade, as punições ocorreram na universidade e atingiram renomados e respeitados professores-pesquisadores de reconhecimento nacional e internacional, devido à sua grande contribuição em diversas áreas do conhecimento. As “situações engraçadas” foram na verdade situações de humilhação impostas aos docentes diante de militares, em sua maioria pouco afeita ao mundo das letras.

Assim professores e funcionários, da então Universidade do Recife, foram punidos com demissões, dispensas, exonerações, “renúncias voluntárias” à diversos cargos e aposentadorias compulsórias, conforme foi apurado ao longo do trabalho da CEMVDHC, de acordo com a relação abaixo.

Diário Oficial do dia 18 de junho de 1964.

Exonerado:

João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, após ter renunciado ao cargo de reitor

Diário Oficial do dia 9 de outubro de 1964.

Aposentados: Amaro Soares Quintas (preso), Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra Baltar, Arnaldo Cavalcanti Marques (preso), Arthur Eduardo de Oliveira, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito (preso), José Laurênio de Mello, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus Neves Freire, Pelópidas da Silveira ⁴³⁵.

Demitidos: Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus Neves Freire.

Dispensados: Amaro Carneiro da Silva, Miriam Campelo, Paulo Pacheco da Silva, Roberto de Moraes Coutinho.

Exonerado: Newton da Silva Maia.

Finalmente, após a conquista da anistia em 1979, com as mudanças instaladas agora na então Universidade Federal de Pernambuco, foram reintegrados os seguintes docentes conforme registrado no documento na imprensa oficial

Diário Oficial do dia 22 de setembro de 1980.

Professores e funcionários reintegrados à universidade: Amaro Soares Quintas, Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra Baltar, Jomard Muniz de Brito, Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Rodolfo de Rangel Moreira e Pelópidas Silveira.

Em estudo realizado sobre as universidades e o regime militar, o historiador Rodrigo Patto referindo-se a conduta dos dirigentes durante o período ditatorial, observa:

Não existiu a figura do reitor ou diretor crítico em relação em relação ao regime militar, pois eles seriam afastados imediatamente. No máximo houve alguns espaços para jogos ambíguos de negociação, em que alguns dirigentes universitários se empenharam em proteger certos membros da comunidade universitária, mas sempre prestando apoio ao Estado ⁴³⁶.

Foi exatamente isso o que ocorreu em Pernambuco. Os reitores e vice-reitores “eleitos” no período da ditadura pelos Conselhos Universitários, responderam de modo geral de acordo com as im-

posições estabelecidas pelos órgãos de segurança. Poucos foram os docentes, em particular, aqueles que ocupavam cargos na administração, que ou- saram enfrentar as ordens advindas dos diversos órgãos de segurança particularmente no tocante às arbitrariedades sofridas pelos estudantes.

A ocupação para os diversos cargos na Administração Central e nas diversas Escolas se deu com base em critérios políticos, com a nomeação dos apoiadores do governo militar. Aos demais, os chamados “subversivos”, cabia aceitar o monitoramento e vigilância dos colegas ditos democratas. O fato é que, as “eleições” para reitor e diretores durante todo o período militar, ocorreu com base em disputas de caráter personalista entre os grupos de docentes dominantes no interior da instituição, sempre sob a égide dos militares.

Para uma maior compreensão dos fatos ocorridos durante o período ditatorial envolvendo docentes representativos de tendências políticas diversas no âmbito dessa instituição, apresenta-se a relação dos dirigentes que administraram a universidade nesse período.

Quadro dos reitores e vice-reitores da Universidade Federal de Pernambuco, no período 1959-1991.

Reitor - João Alfredo Gonçalves da Costa Lima - ago/1959 - jun/1964

Vice-reitor - Newton da Silva Maia - ago/1959 - jun/1964

Reitor - Newton da Silva Maia - jul/1964 ago/1964 (nomeado para realizar novas eleições, face ao seu impedimento por determinação das autoridades militares).

Reitor - Murilo Humberto de Barros Guimarães - ago/1964 - ago/1971.

Vice-reitor - Jônio Santos Pereira de Lemos - ago/1964 - ago/1971

Reitor - Marcionilo de Barros Lins - ago/1971 ago/1975

Vice-reitor - Rômulo Maciel - ago/1971 - ago/1975

Reitor - Paulo Frederico do Rego Maciel - set/1975 - set/1979

Vice-reitor - Geraldo Lafayette Bezerra - set/1975 - set/1979

Reitor - Geraldo Lafayette Bezerra - dez/1979 - abr/1983

Vice-reitor Geraldo Calábria Lapenda - dez/1979 - abr/1983

Reitor - Geraldo Calábria Lapenda - abr/1983 a nov/1983 - assumiu o mandato em virtude do falecimento do então reitor Geraldo

Lafayette Bezerra

Reitor- George Browne do Rego – nov/ 1983 – nov/1987

Vice-reitora – Maria Antônia Amazonas Mac Dowell - nov/1983 – nov/1987

Reitor - Edinaldo Gomes Bastos – nov/1987 – nov/1991

Vice-reitor – Êfren de Aguiar Maranhão – nov/1987 – nov/1991

Com o golpe militar, definem-se os princípios norteadores da política educacional da ditadura a ser implantada no país, capitaneada pela “Reforma Universitária” que já vinha sendo gestada de diversas formas por alguns setores da sociedade brasileira desde a segunda metade da década de 50.

Propostas foram também elaboradas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidade fomentadora do golpe, e dirigentes universitários do Ministério da Educação e Cultura, via negociações com a United States Agency for International Development (USAID), que redundaram nos chamados acordos MEC-USAID tendo como base o modelo uma universidade privatista e autoritária.

Com relação ao movimento estudantil, além dos diversos Atos Institucionais, e a Lei de Segurança Nacional, os estudantes foram atingidos pela repressão no âmbito de suas instituições de ensino através de legislações específicas.

Nomeado em 15 de abril de 1964, como ministro da Educação e Cultura (MEC), o professor Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da Universidade do Paraná, inaugurou o que se convencionou chamar de primeira fase repressiva a atingir os estudantes nas universidades públicas.

Através da Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, chamada Lei Suplicy de Lacerda, foi autorizada a intervenção na entidade estudantil União Nacional dos Estudantes, nas entidades estaduais, como ocorreu com a União dos Estudantes de Pernambuco, nos Diretórios Centrais de Estudantes e Diretórios Acadêmicos dos diversos cursos universitários, colocando todas as entidades na ilegalidade.

O objetivo era desarticular o movimento estudantil, bastante organizado e com forte grau de mobilização, conforme atestaram os movimentos grevistas ocorridos na então Universidade do Recife e Universidade Rural nos anos que antecederam o golpe.

Contudo essa iniciativa não teria surtido o efeito desejado, conforme se pode depreender de um documento da repressão, pois, passado o impacto inicial da medida, os estudantes voltaram logo a se articular criando além de Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes e mesmo Diretórios Acadêmicos e Uniões de Estudantes chama-

dos livres, ou seja, fora das normativas legais impostas; frentes políticas envolvendo as lideranças estudantis de universidades locais, inovando do ponto de vista organizacional.

Em documento originário do IV Exército, datado de 2 de junho de 1965, dirigido ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, encontra-se expressamente que “a Lei Suplicy vem encontrando sérias resistências por parte dos estudantes no tocante à sua aplicação. Estes procuram combatê-la, imprimindo ao movimento um caráter de rebeldia e de reprovação do governo”⁴³⁷.

Em Pernambuco, a intervenção mais significativa junto às entidades estudantis, ocorreu através da indicação, feita pelo comando do IV Exército, do estudante de Economia, o então presidente do Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas, Djair de Barros Lima, como interventor da União Estadual de Pernambuco⁴³⁸.

Em 21 de maio de 1965, na condição de presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Recife, Djair de Barros Lima compareceu a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e prestou uma denúncia ao delegado Auxiliar Álvaro Gonçalves da Costa Lima, informando que, devido a sua condição de interventor, passou a receber críticas à sua administração e ameaças por não concordar com as posições políticas dos seus adversários, e que, já como presidente do DCE (1965), por não concordar com a realização das últimas greves na Escola de Engenharia ocorridas devido às prisões dos estudantes Alexandre Magalhães e Ruy Frazão, passou a ser ameaçado de espancamento e morte, razão pela qual prestava a presente denúncia contra alguns estudantes de engenharia vinculados ao Diretório Acadêmico⁴³⁹.

Segundo Simone Tenório o movimento estudantil, alguns estudantes e representantes de entidades apoiadoras do golpe, se manifestaram na Universidade Católica e na Faculdade de Direito do Recife, congratulando-se com os militares pela vitória do movimento, denominado por eles como “revolucionário”. A União Pernambucana dos Estudantes Secundários (UPES), entidade secundarista de tendência direitista, lança através do seu presidente Carlos Frederico Canavarro, em 7 de setembro, o “Manifesto da Independência” dentro de um clima ufanista em torno das “Forças Armadas Brasileiras”⁴⁴⁰.

Com o Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, conhecido como Decreto Aragão, numa referência ao então ministro da Educação e Cultura, Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão, revogou-se a Lei Suplicy endurecendo ainda mais o controle sobre as entidades estudantis. Mantida a essência da lei anterior, foram criados os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais dos Estudantes, com o objetivo de inibir organizações estudantis que não se enquadrassem nesses mode-

los, como era o caso das uniões estaduais dos estudantes (UEEs), e ainda regulamentava o processo decorrente da dissolução dessas instituições para que fossem direcionadas em favor dos DCEs.

Outras legislações foram posteriormente criadas, como foi o caso do Decreto-Lei 477 de 1969, somente revogado através da Lei 6.680 de 16 de agosto de 1979, no contexto do chamado governo João Figueiredo de “abertura lenta e gradual”. Outros mecanismos foram utilizados nessa época na tentativa de cooptar os estudantes para o projeto governista; um deles, através da criação em 1967 do Projeto Rondon oferecido como atividade extracurricular com o objetivo de estimular o patriotismo entre os jovens.

A outra iniciativa do governo militar, se deu através da implantação do Decreto nº 869 de setembro de 1969, que incluiu a disciplina Educação Moral e Cívica como obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades. O objetivo era inculcar na cabeça dos jovens valores patrióticos, religiosos e, particularmente, anticomunistas, dentro do espírito do governo militar ⁴⁴¹.

Na Universidade Federal de Pernambuco a disciplina foi ministrada sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros, tendo como coordenador o prof. Antonio Carlos Palhares Moreira Reis. Essa iniciativa sofreu forte resistência por parte das lideranças estudantis e dos estudantes em geral, face ao conteúdo conservador, pró interesses governistas. Muitas mobilizações ocorreram com denúncias e questionamentos sobre os verdadeiros interesses do projeto. A prof.^a Maria Antônia reconheceu em depoimento, ter sido criada a disciplina como um instrumento de doutrinação a serviço da ideologia do regime ⁴⁴².

Um projeto de intercâmbio cultural posto em funcionamento junto às universidades durante o período de 1962-1971 foi o da Associação Universitária Inter-Americana, projeto direcionado ao Brasil pela Inter-American University Foundation, associação criada por Midred Sage e Patrícia Bidner, visando identificar futuros líderes políticos, sociais e empresariais oferecendo, segundo elas, uma formação complementar mediante uma visão abrangente da sociedade americana. O projeto financiado 90% por empresários e 10% pelo Departamento de Estado norte-americano levou, por exemplo, no ano de 1962, setenta estudantes de quatro Estados brasileiros, de tendências políticas diversas, para participar de seminários vinculados à Universidade de Harvard. Nessa ocasião, em julho de 1962, foi ciceroneado pelo embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, que se encontrava nos Estados Unidos, relatou sobre conversas mantidas em Brasília com o presidente João Goulart, tendo na ocasião garantido aos estudantes brasileiros um encontro com o então presidente John Kennedy.

Importantes lideranças estudantis participaram, em anos distintos, do intercâmbio, entre os quais

Marco Antonio de Oliveira Maciel, José Francisco Rezek, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovão Buarque, Roberto Freire, Eduardo Chaves Pandolfi, João Bosco Tenório Galvão, José Antonio Guimarães Lavareda Filho e mais outros. Segundo alguns estudantes, tratava-se de tentativas de cooptação visando arrefecer a mobilização estudantil contra os acordos mantidos com os americanos, particularmente o MEC-USAID, ou seja, uma espécie de “lavagem cerebral”. João Bosco Tenório em depoimento relata sua experiência com relação a esse intercâmbio ⁴⁴³.

Embora o movimento estudantil pernambucano, envolvendo universitários e secundaristas, se encontrasse fortalecido nos primeiros anos da década de 60, vai ser duramente atingido pelo golpe face às diversas formas de repressão, que iam desde as violações da ordem institucional, já nominadas, no interior das universidades e estabelecimentos públicos de ensino secundário, até perseguições e à repressão policial, com prisões sob o comando do IV Exército e órgãos da repressão estadual, representada pelo DOPS da SSP/PE.

No âmbito das escolas secundárias as punições atingem os grêmios estudantis das escolas, especialmente do Colégio Estadual de Pernambuco (CEP) e Colégio Estadual do Recife (CER), exclusivamente feminino, onde estudavam suas principais lideranças.

A Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas (ARES) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), claramente opositoras do golpe militar, foram permanentemente monitoradas mediante a infiltração policial em seus encontros e seminários. Em relação ao Centro de Estudantes Secundários de Pernambuco (Cespe) tudo se passava de forma diferente em virtude da hegemonia na entidade, das lideranças de direita pró-ditadura, tornando a participação dos opositores bastante tensa e conflituosa, conforme depoimentos de José Arnóbio Alves Pereira e de João Bosco Tenório prestados em audiência à CEMVDHC, e do relato de Paulo Pontes, no seu processo de reparação junto ao governo do Estado de Pernambuco ⁴⁴⁴.

As proibições de reuniões e de manifestações estudantis dentro das universidades chegaram a considerar conversas entre três pessoas nos corredores das escolas como “reunião” e, nesse sentido, proibidas de acontecer. Os restaurantes universitários eram pontos de encontros importantes para o movimento estudantil e, por essa razão, eram permanentemente vigiados, sendo monitorados por funcionários da própria faculdade ou por policiais travestidos de estudantes à serviço da repressão, sempre na tentativa de localizar “estudantes considerados subversivos”, que vinham sendo procurados pela polícia, ou visando se antecipar às iniciativas de mobilização para a realização de quaisquer tipos de eventos ou manifestações públicas.

Diante de tais medidas repressivas, o movimento estudantil, comandado por organizações políticas de esquerda que, embora clandestinas, desenvolviam uma política eficaz de aproximação junto aos estudantes, de certa forma explicaria a retomada rápida das suas lutas já em 1965. No caso de Pernambuco, a retomada do movimento está vinculada à experiência organizativa e disposição de luta do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Popular (AP) que, embora em disputa permanente pela hegemonia do movimento, conseguiram através de novas formas de organização de caráter frentista, estabelecer certa unidade das ações realizando o enfrentamento com a repressão.

As mobilizações dos anos 1965, 1966, 1967, 1968, envolveram várias reivindicações: aumento de vagas; absorção dos excedentes (alunos aprovados além do número de vagas oferecidas); melhoria dos restaurantes universitários (na qualidade e preço cobrado por refeição); democratização em todos os órgãos e instâncias universitárias (até então comandados pelos professores através das chamadas Congregações e Conselhos Universitários); e a mais importante, a “Reforma Universitária”, bandeira antiga do movimento estudantil, agora retomada de modo mais incisivo face às investidas da ditadura no sentido da privatização das universidades públicas. Na verdade essa luta incluía o conjunto das reivindicações nominadas, mas principalmente destacava a necessidade da melhoria do ensino, considerado defasado diante da realidade econômica e social do país.

Nesse contexto várias formas de luta foram adotadas. No âmbito interno das escolas, contra as intervenções sofridas pelas entidades estudantis, promovendo-se eleições fora das normas legais impeditivas e principalmente procurando fortalecer a resistência através de frentes políticas com as diversas escolas buscando a unificação das bandeiras de luta e formas de ação política conjunta através de assembléias, greves, passeatas, comícios relâmpagos diários nas ruas, realização dos tradicionais trotes universitários, transformados em importante momento de denúncia à população da política educacional da ditadura.

Denunciar o golpe militar e o combate da ingerência estrangeira, através da reforma proposta patrocinada pelos norte-americanos via acordos MEC-Usaid, tornou-se a maior preocupação do movimento. As palavras de ordem demonstravam também as diferenças de estratégias e táticas das organizações políticas que comandavam o movimento estudantil através das diversas entidades estudantis.

A presença constante na rua dos estudantes, nas diversas manifestações, visava quebrar o isolamento junto à população, diante da ausência de notícias na imprensa conservadora que até então nada divulgava contra os golpistas.

Muitas prisões ocorreram durante esses even-

tos, com espancamentos, pressões e “conversas” com delegados na Secretaria de Segurança Pública, seguida de rápida liberação. Poucos foram os casos de enquadramento na Lei de Segurança Nacional em vigor. Fato esse, que lentamente começou a mudar a partir de 1968, como uma decorrência natural da mudança do quadro político nacional colocando a chamada linha dura dos militares, via sofisticados mecanismos de repressão, em constante enfrentamento cotidiano com as ações promovidas pelos recém criados partidos clandestinos adeptos da luta armada.

As disputas eleitorais realizadas no âmbito das diversas instituições universitárias do Estado de Pernambuco, quer federais ou estaduais, públicas ou privadas, para representantes de turmas, dirigentes de Diretórios Acadêmicos e de dirigentes de Diretórios Centrais de Estudantes, apesar das proibições impostas, não deixaram de se realizar; a UNE, apesar de toda perseguição aos seus líderes, funcionou durante todo o período ditatorial.

Esses processos eleitorais se realizavam sob constante tensão, seja pelos confrontos abertos com os grupos organizados de direita, constituído por ataques verbais e até confrontos físicos como era o caso da Faculdade de Direito da UFPE, que tinha um movimento de direita bastante organizado, seja devido à repressão pelas autoridades policiais, comandadas pelo DOPS, particularmente nas eleições ditas clandestinas, em entidades que atuavam sem reconhecimento formal, para dirigentes das instituições pelas autoridades universitárias, como ocorreu com a eleição de Cândido Pinto para a UEP. As outras entidades da Universidade Rural, Unicap, Fesp e escolas secundárias sofreram o mesmo tipo de dificuldade.

As primeiras prisões ocorridas no movimento estudantil universitário no pós 64 ocorreram em 1965 na escola de Engenharia, em face de sua forte mobilização diante de eventos arbitrários ocorridos no âmbito da escola. Nesse período foram presos Alexandre Magalhães, Ruy Frazão, Aécio Gomes de Mattos, Eduardo Ramires e Cândido Pinto de Melo ⁴⁴⁵.

Em dezembro de 1967, cinco dirigentes do Partido Comunista Brasileiro e integrantes do Comitê Universitário do PCB de Pernambuco, foram presos: Irineu José Ferreira, Adriano Roberto Ayres Costa, Hércules Sidnei Pires Liberal, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho e Flávio Gomes Barbosa. Outros militantes foram indiciados na Lei de Segurança Pública entre os quais vários universitários: Sílvio Lira Rocha, Orestes Timbaúba Rodrigues, Napoleão Carneiro da Silva, David Capistrano da Costa, Manoel Barbosa Ferreira, Francisco Luiz de França, Frederico Jayme Katz, Cândido Pinto de Melo, Airton de Albuquerque Queiroz, Eduardo Ramirez Pinheiro da Silva, Odijas Carvalho de Souza, José Oto de Oliveira, Ezequias Bezerra da Rocha. Todos foram indiciados na Lei de

Segurança Nacional. Como desdobramento dessas prisões, Odijas Carvalho de Souza, que conseguiu escapar de ser preso diante das perseguições que sofreu, optou pela clandestinidade para evitar sua prisão. E, em decorrência da prisão do estudante Francisco de Assis Barreto da Rocha, foi decretada uma greve na Faculdade de Direito do Recife.

Em 28 de fevereiro de 1967 foram presos Célia Maria Leite Costa, Lácio Túlio de Oliveira Feliciano, Geraldo Nascimento de Aguiar e Paulo Roberto Pereira Guimarães quando, de acordo com a decisão nacional tomada pelo UNE, distribuíam panfletos denunciando a farsa da eleição do general Arthur da Costa e Silva. Foram levados para o Quartel do Derby onde permaneceram durante 180 dias, enquanto Célia ficou em prédio anexo à maternidade do Derby. Condenados por seis meses, posteriormente obtiveram redução para três⁴⁴⁶.

A violência policial dirigida aos estudantes sob forma de invasões às faculdades, com espancamentos e prisões realizadas de modo aleatório, foi uma constante, sempre com o objetivo de atemorizar, intimidar, apostando no esvaziamento das articulações e mobilizações estudantis.

A invasão da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, conhecida como Fafpinha, localizada na rua Nunes Machado, por exemplo, foi realizada com espancamento de vários estudantes. Segundo as autoridades, a invasão teria ocorrido devido ao desrespeito às autoridades policiais que foram vaiadas quando transitavam em viaturas policiais realizando patrulhamento ostensivo em torno do prédio da faculdade. Os estudantes colocaram barricadas na entrada do edifício como forma de impedir novas investidas policiais.

Invasão com consequências mais graves ocorreu na Faculdade de Direito do Recife em 18 de dezembro de 1958; nessa oportunidade, além de espancamentos, registraram-se as prisões dos estudantes Saulo José Freire Correia Lima, Bartolomeu Gentil de Medeiros, Aristides José Cavalcanti Batista e Lucinéia Melo, sob a acusação de estarem distribuindo panfletos e boletins considerados subversivos. Autuados em flagrante, foram os autos encaminhados à Auditoria da 7ª Região Militar através de ofício de nº 591 de 20 de dezembro de 1968.

Outro fato de grande repercussão se deu com o cerco policial realizado à Universidade Católica de Pernambuco onde se encontrava um significativo número de estudantes e lideranças que adotaram o local como ponto de encontro, após a realização de diversos comícios relâmpagos no centro da cidade do Recife, em preparação a grande passeata em repúdio ao assassinato do estudante secundarista Edson Luiz, no Rio de Janeiro. O episódio não assumiu caráter de maior gravidade em decorrência da interferência pessoal de dom Helder Câmara que, ao tomar conhecimento do ocorrido, deslocou-se para a Unicap, unindo-se aos estudantes e,

consequentemente, inibindo a invasão por parte da Polícia Militar que, além de interditar o quarteirão onde se localizava a universidade, desligou a energia elétrica nessa região, passando em seguida a desenvolver técnicas de abordagem para tais situações, aprendidas nos treinamentos militares das academias de polícia, fechando o cerco, ou seja, avançando de tempos em tempos em torno do alvo a ser atacado. A permanência do arcebispo durante todo o tempo da ocupação impediu, sem dúvida, mais um ato violento da repressão contra os estudantes acampados no prédio da Unicap.

Em 12 de junho de 1969 são presos os secundaristas Roberto Franca, Lília Gondim, Eridan Magalhães, Maria Inês Moreira e Ismênia Carolina Gomes no momento que pixavam ônibus do Recife com palavras de ordem como “Fora Rockefeller” e “Abaixo a Ditadura”. Permaneceram 5 dias detidos no prédio da Secretaria de Segurança Pública e mais 30 dias, as mulheres na chamada à época Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, e Roberto Franca, no Centro de Aperfeiçoamento da Polícia Militar. O julgamento realizado pela Justiça Militar ocorreu em abril de 1970, sendo os três primeiros condenados a um ano de prisão⁴⁴⁷. Maria Inês Moreira e Ismênia Carolina Gomes, por serem menores de idade, foram liberadas e não sofreram processos junto à Auditoria Militar.

Outras prisões ocorrem em datas distintas envolvendo mais universitários e secundaristas ligados ao envolvimento estudantil como Rômulo Raimundo Maranhão do Vale, Carmen de Castro Chaves, José Eudes Freitas, Nelson Thadeu Leal de Macedo, José Carlos Moreira de Melo, Paulo Pontes da Silva, Ramires Maranhão do Vale Fernando Santa Cruz de Oliveira, Veramilton Almeida, Flávia Martins, Rodolfo Mesquita do Nascimento e Antonio Sérgio Melo Martins de Souza.

Em outubro de 1968, após as eleições da UEP, e antes mesmo do AI-5 de 13 de dezembro de 1968, ocorrem atentados do Comando de Caça ao Comunismo/CCC, com a invasão de escolas e depredações dos Diretórios Acadêmicos da Escola de Engenharia, Faculdade de Filosofia (Fafipe), Universidade Católica de Pernambuco e das Escolas de Agronomia e de Veterinária no campus da Universidade Rural, no bairro de Dois Irmãos. Outras ações de pichamentos, atentados à bomba, atentado ao líder estudantil Cândido Pinto e o assassinato de Padre Henrique estavam de alguma forma vinculados a esses grupos, respaldados diretamente pelo DOPS, e pela 2ª Seção da Polícia Militar e do IV Exército⁴⁴⁸.

Muitos dos integrantes do CCC, em sua maioria estudantes, estavam vinculados à 2ª Seção da Polícia Militar de Pernambuco e às escolas de Medicina, Engenharia, Direito e Geologia da UFPE, da UNICAP e também da UFRPE.

Alguns desses grupos paramilitares anticomunistas datam da década de 1950 em Pernambuco;

funcionavam abertamente, de forma legal e com o apoio do então delegado Álvaro da Costa Lima nas suas participações em seminários e eventos realizados em outros estados da federação quando, através de ofícios, eram recomendados às autoridades policiais. Entre esses grupos destacam-se a Frente Anti-Comunista dos Estudantes Secundários de Pernambuco, já existente em 1959, espécie de embrião do CCC dos anos seguintes, e ainda a Aliança Brasileira Anti-Comunista, datada também dos anos 50⁴⁴⁹.

Após o AI-5 agrava-se fortemente o quadro político nacional, com o aprimoramento da repressão, levando à perseguições permanentes às principais lideranças estudantis entre as quais os secundaristas Ramires Maranhão do Vale e Fernando Santa Cruz de Oliveira e os universitários Marcos José Burle de Aguiar e Umberto de Albuquerque Câmara Neto, estudante de medicina, e ainda Cândido Pinto de Melo, estudante de engenharia, este último vítima de um atentado no dia 28 de abril de 69.

A vigilância dentro das universidades, realizada por agentes civis infiltrados, possibilitou a invasão e prisão pelo DOPS, sem qualquer ordem judicial em 25 de abril de 1969, das estudantes Maria Zélia de Souza, Tânia Nobre de Medeiros, Tereza Maria Dantas Vilar, Vânia Nobre de Medeiros e Lígia Maria Vilar Campos, moradoras no edifício Daniel Rodrigues, na av. Manoel Borba, no Recife-PE. A líder estudantil de medicina, Carmem de Castro Chaves, que inadvertidamente compareceu ao local para atender uma das garotas com problemas de saúde, também foi presa.

Em depoimento prestado à Comissão Carmem Chaves relata que:

Em abril, em 25 de abril de 1969, fui naquela casa da Manoel Borba, por que eu soube que tinha uma pessoa que estava com infecção urinária e que tinha me chamado pra eu ir atender. Quando eu vim de volta subi, e quando eu cheguei lá em cima os caras já tinham levado as meninas todinhas, e me pegaram e levaram pra lá também. Ai tem um fato curioso, porque eles não tinham onde colocar a gente. E a gente ficava de dia numa cela e de noite a gente dormia em camas de lona na sala do secretário, e logo cedo colocavam o jornal na sala pra o secretário, e a gente dava uma espiada no jornal. Precisamente na noite do dia 28 de abril, Miranda esteve lá, me acordou com aquela gentileza (...?...?) e aí ele disse: “Cadê Cândido?” eu disse: “Não sei” – “Eu sei que alguém tinha lhe falado onde é que ele está. Eu sei que você sabe” – “Não sei!” Eu não sabia, nem queria saber, por que eu já tinha uma relação com Cândido, de antes, porque ele era professor de matemática da minha irmã caçula que era pouco estudiosa. Então eu já o conhecia de muito antes por essas coisas. E aí, de manhã, o cara traz o jornal, quando eu

abri dei aquele grito: “O que foi galega?” - “Pegaram Cândido!”.

Essas prisões foram realizadas pelos agentes do DOPS da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. A partir de 1964, eram os diversos Quartéis do IV Exército, existentes no Estado, entre os quais, a Segunda Companhia de Guardas, os Comissariados Policiais localizados nos subúrbios da cidade e a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

Posteriormente, nos anos 70, com a criação do DOI-CODI em Pernambuco (1972), vinculado à 2ª Seção do IV Exército as atribuições repressivas com relação ao estudantado, foram divididas entre o IV Exército e o DOPS no que se refere à vigilância, ao monitoramento e à detenção dos mesmos.

Os agentes da repressão mais conhecidos e temidos pelos universitários e secundaristas no período foram: Armando Hermes Ribeiro Samico; o ex-major José Ferreira dos Anjos da 2ª Seção da Polícia Militar; os delegados Álvaro da Costa Lima, Moacir Sales de Araújo, José Bartolomeu Lemos Gibson, Redivaldo Oliveira Acioly e José Silvestre de Oliveira; os agentes e/ou investigadores Luiz Martins de Miranda, Dário Xavier, Fausto, e os carcereiros/torturadores do DOI-CODI Waldeck, Teles, Leite; e o coronel Antonio Cúrcio Neto, chefe da 2ª Seção do IV Exército.

Entre 1968 e 1974, período em que a ditadura militar promoveu a Reforma Universitária com base nas diretrizes de Acordo MEC-USAID, ocorre o desmantelamento do Movimento Estudantil, em decorrência da forte repressão que se abate sobre as lideranças estudantis e suas entidades representativas. A UNE, já na clandestinidade, realiza em 1968 o Congresso de IBIUNA que resultou na prisão de centenas de líderes estudantis, entre os quais toda a delegação de Pernambuco, formada por 30 estudantes das diversas escolas integrantes das universidades existentes em Pernambuco.

ESTUDANTES PARTICIPANTES DA DELEGAÇÃO DE PERNAMBUCO, PRESOS EM IBIÚNA/SP

Ademir Alves de Melo; Airton José de Lima; Alberto Romeu Gouveia Leite; Cândido Pinto de Melo; Carmem de Castro Chaves; Francisco Flávio Modesto de Andrade; Guilhermina de Sousa Bezerra; Hugo Farias Ramos; Jader Nunes de Oliveira; José Gomes de Lima Filho; Juarez José Gomes; Luciano Correia de Araújo; Luiz Augusto Pontual; Manuel Fernando de Brito Figueiredo; Marcos Antônio Tavares Marinho; Marcos José Burle de Aguiar; Marcos Vinicius Oliveira de Athayde; Maria Luzinete de Lima; Maria Tereza Costa Sales de Melo; Marta Maria Henrique da Silva; Miguel Ramos Rodrigues; Netovich Maia Duarte; Paulo Henrique Muniz Maciel; Ricardo José Delgado Noblat; Romildo Rangel do Rego Barros; Umberto

de Albuquerque Câmara Neto; Valfrido Carneiro da Cunha Miranda; Valmir Costa; Vera Maria Martins de Albuquerque; Vera Maria da Rosa Borges⁴⁵⁰.

Sobre o Congresso de Ibiúna, ver o capítulo Estrutura da Repressão que trata da montagem de um álbum de fotografias com todos os participantes do Congresso da UNE, idealizado e posto em prática pelo coronel Clidenor de Moura Duarte, através de seus assessores militares. Esse coronel foi inclusive chefe da Agência do SNI no Recife, entre 1978 e 1987, atuando junto as universidades conforme pode-se comprovar através de documentação cedida pela própria UFPE⁴⁵¹.

Com relação às violências praticadas contra o estudante Cândido Pinto de Melo, face à gravidade do fato e suas vinculações com o assassinato do padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido um mês após o atentado contra o estudante, a CEMV-DHC resolveu proceder a uma investigação específica **sobre o caso, conforme relato que se segue.**

ATENTADO AO PRESIDENTE DA UNIÃO DOS ESTUDANTES DE PERNAMBUCO CÂNDIDO PINTO DE MELO

Cândido Pinto de Melo, filho de Álvaro Quintino de Souza de Melo e Elinor Pinto Pessoa de Melo, nasceu em 4 de maio de 1947, na cidade de João Pessoa-PB.

Ingressou em 1965 no curso de Engenharia Elétrica da então Universidade do Recife – atual UFPE –, tendo sido aprovado em terceiro lugar em concorrido vestibular.

Participou ativamente das lutas em defesa da universidade pública, na época ameaçada pelos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), e pela reorganização das entidades estudantis, tais como, a UNE, a UEP, o DCEs e o Das, duramente atingidas pela Lei nº 4.464, de nove de novembro de 1964 (“Lei Suplicy”), cujos dispositivos legais impediam que os órgãos de representação dos estudantes tivessem uma atuação política autônoma, em defesa das reivindicações estudantis e do retorno às liberdades democráticas.

Já no primeiro ano como aluno universitário de engenharia da UFPE, foi eleito representante da sua turma de Engenharia da UFPE. Posteriormente foi eleito secretário do Diretório Acadêmico do curso e presidente da UEP em 1968.

Tornou-se alvo das forças de repressão em razão de sua atuação política. Em 28 de abril de 1968, aos 21 anos de idade, foi vítima de um atentado na Ponte da Torre, na cidade do Recife, tendo sido alvejado por dois tiros de revólver, deixando-o paraplégico.

Em agosto de 1969, fixou residência e domicílio na cidade de São Paulo, onde se submeteu a um

tratamento clínico especializado na Benemerita Beneficência Portuguesa. No mês de janeiro de 1970, foi transferido para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), onde iniciou processo de reabilitação física.

Na cidade de São Paulo, concluiu o curso de Engenharia Elétrica, especializando-se, posteriormente, em Engenharia Biomédica. Integrou a equipe do cirurgião Jesus Zerbini, no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas em São Paulo. Nesse Estado, Cândido Pinto ajudou a fundar a Associação de Bioengenharia Brasileira. Nessa época, conheceu Joana Melo, com quem se casou.

Sua luta em favor da inclusão das pessoas com deficiência resultou na fundação do Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes (MDPD).

No ano de 2002, a Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica (SBEB) instituiu o Concurso Cândido Pinto de Melo, idealizado com o objetivo de reverenciar a memória de Cândido Pinto, um pioneiro em Engenharia Biomédica no Brasil, fundador da Sociedade Brasileira de Engenharia Biomédica, seu primeiro Presidente.

Paralelamente às suas atividades profissionais, Cândido Pinto seguiu sua trajetória de militante político, passando a atuar no PT, no Sindicato dos Engenheiros e na luta em favor dos direitos humanos.

Pouco antes de sua morte, Cândido Pinto voltou para o Recife onde, a convite do então prefeito João Paulo Lima e Silva, assumiu o cargo de diretor presidente da Empresa Municipal de Informática (EMPREL), em abril de 2001. Sua saúde, no entanto, foi gradativamente comprometida em razão de sequelas deixadas pelo atentado sofrido em 1969. Faleceu precocemente na madrugada do dia 3 de agosto de 2002, em sua residência no Recife, aos 54 anos de idade, vítima de embolia pulmonar.

CONTEXTO POLÍTICO À ÉPOCA DO ATENTADO

Cândido Pinto foi eleito Presidente da UEP no mês de agosto de 1968. Em dezembro do mesmo ano, o povo brasileiro foi aturdido com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), e o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que estabelecia, de maneira sumária, a punição de professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino acusados de subversão ao regime militar.

O forte clima anticomunista vigente no país, durante os anos de 1960 a 1970, fomentou a criação de diversos grupos paramilitares de extrema direita. Constituídos por estudantes, policiais, militares, empresários e políticos conservadores, esses grupos tiveram forte atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Um dos mais truculentos e extremistas desses grupos foi o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) que, no Recife, foi acusado de ter

metralhado, no dia 28 de abril de 1969, o Juvenato Dom Vital – onde o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara trabalhava – e, em seguida, baleado, no bairro da Torre, o estudante Cândido Pinto, deixando-o paralítico.

A intensificação da repressão policial, aliada aos diversos atos de vandalismo de grupos paramilitares de direita, sob forma de depredações de sedes estudantis, pichamentos com ameaças de morte a estudantes e representantes da ala progressista da Igreja, constituiu um forte alerta para todas as forças democráticas que atuavam naquele momento. Além disso, sabedor das ameaças proferidas pelo policial Luiz Martins Miranda Filho⁴⁵² contra sua integridade física, Cândido Pinto, a exemplo de outras lideranças mais visadas do movimento estudantil, viu-se obrigado a se afastar de sua residência e a desenvolver suas atividades políticas na clandestinidade.

CIRCUNSTÂNCIAS DO ATENTADO

Apesar de perseguido e vivendo na clandestinidade, Cândido Pinto continuou a desenvolver suas atividades políticas. No dia 28 de abril de 1969, por volta das 22h30, Cândido Pinto estava sozinho na parada de ônibus, localizada na rua Amélia, esquina com a Avenida Rui Barbosa, próximo à ponte da Torre, no bairro de mesmo nome, na cidade do Recife. Quando aguardava o ônibus, parou um carro caracterizado como Rural Willys de cor verde escura, de onde saltou um homem de estatura elevada, mascarado com uma meia de mulher, portando um revólver. Ordenou que Cândido Pinto entrasse no veículo, sob pena de ser alvejado. Apesar da ameaça, Cândido não obedeceu à ordem e foi alvejado por duas vezes. O primeiro tiro atingiu de raspão sua face, logo abaixo do olho direito. Tonto por conta do impacto do primeiro tiro inclinou-se para o meio fio, quando o agressor disparou mais duas vezes, tendo sido atingido por mais um projétil, ferindo-o gravemente e derrubando-o no chão. Em seguida, o atirador entrou no veículo e disparou mais três vezes, tendo um projétil atingindo o barbeiro José Honorato da Silva, que no momento transitava pela Ponte da Torre. Em seguida, a rural saiu em alta velocidade no sentido subúrbio, sendo as vítimas socorridas pelo soldado da PM do Batalhão de Trânsito, que se encontrava trabalhando no sinal próximo ao Museu do Estado, nas imediações do atentado.

Cândido Pinto foi então levado ao Hospital Pronto Socorro em estado gravíssimo e posteriormente transferido para o Hospital Pedro II, onde passou a contar com os cuidados de uma irmã médica. Ficou sob custódia da Polícia Civil, do policial Luiz Martins Miranda, e sob vigília permanente dos estudantes universitários e secundaristas que se revezavam no hospital, com receio que o mesmo fosse sequestrado e morto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO

Cândido Pinto foi preso em três oportunidades. A primeira prisão ocorreu no ano de 1965, sem que tenha havido qualquer registro oficial, sob a acusação de ter confeccionado cartaz conclamando os estudantes à greve. Segundo as autoridades policiais da época, tratou-se apenas de um “corretivo”, pois a prisão durou menos de vinte e quatro horas. Já no dia 04 de abril de 1966, Cândido Pinto foi novamente preso, desta feita por ter secretariado uma assembleia dos estudantes de Engenharia. Por ordem do delegado Álvaro da Costa Lima teve sua residência invadida, tendo sido conduzido pelo investigador Luiz Martins de Miranda Filho para a 2ª Companhia de Guarda, onde ficou incomunicável durante 30 dias. Posteriormente, foi transferido para o 7º Regimento de Obuses de Olinda. Contra ele foi instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), resultando em uma condenação de um ano de prisão. A partir de então, Cândido Pinto passou a viver na clandestinidade. Por meio de recurso de apelação, o Superior Tribunal Militar (STM) o absolveu das acusações indicadas no IPM. Em outubro de 1968, por ocasião do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado na cidade de Ibiúna, em São Paulo, Cândido Pinto foi novamente preso e recolhido ao Presídio Tiradentes.

Quando se submetia ao tratamento de reabilitação física na AACD de São Paulo, foi preso durante um mês na referida unidade de reabilitação, tendo sido interrogado pela Operação Bandeirante (OBAN), cujos agentes intencionavam transferi-lo para o Presídio Tiradentes. A transferência de Cândido Pinto para este presídio foi impedida pelos médicos que o assistiam, indignados com a suspensão do tratamento.

Ainda em tratamento na AACD, teve sua prisão preventiva decretada, em 11 de março de 1970, pelo Conselho de Justiça do Exército, por conta do IPM instaurado em Recife, quando fora acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Posteriormente, a Justiça Militar o absolveu das acusações.

INQUÉRITO POLICIAL E PROCESSO JUDICIAL SOBRE O ATENTADO

Logo após o atentado, através de Portaria nº 271, de 20 de abril de 1969, o então secretário de Segurança Pública, general Adeodato Mont'Alverne, do governo Nilo de Souza Coelho, designou o coronel Artur Rodrigues de Freitas Júnior como Delegado Especial para instaurar o Inquérito Policial destinado a apurar o atentado.

Na instrução do inquérito policial foram tomados vários depoimentos, dentre os quais, o da outra vítima, o barbeiro José Honorato da Silva, testemunhas que se encontravam próximas ao lo-

cal do atentado, (frentistas dos postos de gasolina e policiais do batalhão de trânsito), cujos depoimentos foram fundamentais na identificação do veículo usado pelos agressores, pois todos se referem a uma Rural Willys de cor verde escura ou cinza escura.

Vários Oficiais da Polícia Militar também foram ouvidos, tais como (i) o major Melquisedec Vicente Ferreira, oficial de dia no Quartel do Derby na data do atentado; (ii) O coronel Adilson Alves Wanderley, chefe da 2ª Seção da PMPE que no período substituiu interinamente o coronel Pitágoras Pacheco Duque; e, (iii) o capitão Adelson Alves Wanderley, irmão do coronel Adilson, que chefiou diligência na casa de Cândido Pinto, em fins de janeiro de 1969, confirmando que o estudante estava sendo procurado por diversos órgãos de segurança.

O depoimento do então capitão e conhecido como ex-major José Ferreira dos Anjos (o “Major Ferreira”), em 23 de julho de 1969, e de vários integrantes de sua equipe de trabalho nas diligências e prisões aos chamados subversivos, entre os quais cabo José Silva, motorista, foram esclarecedores em relação ao efetivo uso da tal rural Willys de cor verde escura.

A estudante Risoleta Cavalcanti Pereira de Souza prestou quatro depoimentos, os quais foram reveladores no sentido de confirmar os nomes das principais lideranças que vinham sendo procuradas e perseguidas pela repressão, dentre eles Cândido Pinto de Melo, Umberto Câmara e Marcos Burle, os dois últimos estudantes de Medicina.

O Inquérito Policial foi concluído em 22 de setembro de 1969 e remetido ao secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, apontando como autor da ação criminosa o ex-major José Ferreira dos Anjos, o qual foi indiciado por crime de lesão corporal com base no artigo 129, parágrafo 1º, incisos I e II, parágrafo 2º, inciso III e ainda o art. 129, “caput”, combinado com o artigo 53, do Código Penal.

Importante destacar que durante a instrução do Inquérito Policial concluído no dia 22 de setembro de 1969, o ex-major José Ferreira dos Anjos foi intimado para ser reinquirido. No entanto, sua ausência foi justificada pelo coronel Expedito Queiroz, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Pernambuco, em 14 de agosto de 1969, através de um ofício comunicando ao Delegado Presidente do Inquérito sobre a impossibilidade do comparecimento do indigitado, sob alegação de o ex-capitão ter viajado naquela data para os Estados Unidos da América a fim de realizar curso na Escola Internacional da Polícia.

Fundamentado no Inquérito Policial que apontou o ex-major José Ferreira dos Anjos como autor das lesões corporais contra Cândido Pinto, o promotor Paulo Pires de Almeida Amazonas, da 5ª Vara Criminal, apresentou a Denúncia em 4 de

maio de 1974. Contudo, o Juiz Carlos Cavalcanti da Mata da 5ª Vara Criminal da Comarca do Recife, por sentença lavrada em 06 de maio de 1974, deixou de receber a Denúncia por considerá-la inepta. Inconformado, o Ministério Público, através do promotor Paulo Pires de Almeida Amazonas, interpôs recurso de Apelação. Todavia, sem qualquer razoabilidade ou amparo jurídico, o Juízo da 5ª Vara Criminal, ao invés de remeter o processo e o respectivo recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, remeteu-o ao Procurador Geral da Justiça, Dr. Fernando Augusto Mendonça, que manifestando surpresa com o encaminhamento indevido do recurso para o Ministério Público, procedeu a sua devolução para que o mesmo fosse encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Ato contínuo, de forma inesperada e inusitada, o Diário Oficial do Estado publicou ato administrativo efetivando a transferência da 5ª Vara Criminal do Promotor de Justiça, Paulo Pires de Almeida Amazonas, subscritor do Recurso de Apelação contra a sentença que não recebeu a Denúncia contra o ex-major José Ferreira dos Anjos, para o Cargo de 3ª Entrância, substituindo-o por Jorge Augusto Lopes da Cruz Filho, que em novo parecer, requereu a desistência do recurso de Apelação interposto contra a sentença de não recebimento da Denúncia. Em seu parecer, o novel Promotor Jorge Augusto Lopes da Cruz Filho teceu comentários sobre a vítima Cândido Pinto e ao ex-major José Ferreira dos Anjos, rotulando o primeiro de agitador e subversivo e, simultaneamente, exortando a eficiência funcional do indigitado oficial.

Por força de Mandado de Segurança impetrado contra o ato administrativo que o transferiu da 5ª Vara Criminal, o Promotor Paulo Pires de Almeida Amazonas foi reintegrado à dita Vara Criminal, tendo requerido a imediata nulidade dos atos preteritamente praticados por seu substituto, notadamente quanto ao pedido de desistência da peça recursal anteriormente interposta.

Por fim, o recurso de Apelação foi julgado pela 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, formada pelos desembargadores Agamenon Duarte de Lima, Benildes de Souza Ribeiro e Augusto Duque. Tendo o desembargador Agamenon Duarte como relator, a 2ª Câmara Criminal decidiu por unanimidade, em Acórdão datado de 31 de maio de 1978, pela aceitação da Denúncia contra o ex-major José Ferreira dos Anjos. A defesa do Réu manejou *habeas-corpus* no Supremo Tribunal Federal, cujo pedido foi acolhido, em parte. Em nova decisão, dessa feita proferida em 10 de janeiro de 1979, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a presença de “veementes e suficientes indícios”, quanto à culpabilidade do acusado, ordenando o prosseguimento do feito.

Finalmente, em 15 de setembro de 1980, aproximadamente 12 anos após o atentado, o juiz Célio

de Castro Montenegro absolveu o ex-major José Ferreira dos Anjos da acusação de ter provocado lesão corporal com deformidade permanente contra o estudante Cândido Pinto de Melo.

Em 1999, o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC subscreveu pedido de reabertura do caso Cândido Pinto de Melo. No entanto, alegando impossibilidade jurídica do pedido, por se vislumbrar na espécie a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, em face do decurso de mais de 20 anos do fato, o Ministério Público do Estado de Pernambuco lavrou parecer pelo arquivamento do pedido, cujo entendimento foi ratificado, por sentença, pelo Juízo da 5ª Vara Criminal do Recife em 09 de maio de 2002.

REPARAÇÃO

A Comissão Especial de Indenização a Ex-Pré-sos Políticos do Governo do Estado de Pernambuco, processo nº 263/01, por unanimidade, concedeu a Cândido Pinto de Melo indenização nos termos da Lei Estadual nº 11.773/00, por transtornos psicológicos e lesão física em razão de atos ilícitos praticados por seus agentes do Estado durante o período de exceção.

AÇÕES DA COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA

A CEMVDHC promoveu encontro presencial com a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco com o escopo de obter cópia integral do processo referente ao caso de Cândido Pinto, tendo como réu o ex-capitão José Ferreira dos Anjos. O pedido inicial foi formulado através do Ofício nº 025/2012 – CEMVDHC, datado de 1º de agosto de 2012.

Ato contínuo, a Presidência do Tribunal de Justiça, através do Ofício nº 614/2-12-GP, de 10 / 10/ 2012, em resposta ao Ofício nº 025, encaminhou à CEMVDHC cópia, capa/capa, dos autos originais do processo de reabertura de inquérito, que tramitou perante o Juízo da 5ª vara Criminal da Comarca do Recife.

Mediante Ofício nº 127/2012, datado de 04-12-2012, a CEMVDHC formulou novo pedido ao Tribunal de Justiça de Pernambuco:

Informamos que o processo original relativo ao caso CÂNDIDO PINTO DE MELO foi tombado sob o nº 134/1969. Por sua vez, o pedido de reabertura foi registrado sob o nº 001.1969.000370-7, o qual tramitou perante a 5ª vara Criminal da Comarca do Recife. Em face da indisponibilidade jurídica do pedido de reabertura do citado caso, por se vislumbrar na espécie a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, o Ministério Público de Pernambuco requereu o arquivamento

do pedido de reabertura. Desse modo, requeremos que Vossa Excelência adote as medidas necessárias a fim de disponibilizar a esta Comissão da Verdade cópia integral do processo original, o qual foi tombado sob o nº 134/1969.

Por meio do Ofício nº 06/2013-GP, o Tribunal de Justiça de Pernambuco assim respondeu:

[...] em atendimento ao pedido formulado por meio do ofício referenciado, sirvo-me do presente expediente para informar que foram realizadas buscas incessantes em todos os órgãos judiciais e administrativos deste Tribunal de Justiça, no intuito de localizar o Processo nº 134/1969, referente ao caso Cândido Pinto de Melo, tendo restado debalde ditas buscas, conforme certidões anexas. Por oportuno, informo a Vossas Excelências que o processo nº NPU 000370-18.1969.8.17.0001 (original nº 001.1969.0003.000370-7), que tinha como objetivo a reabertura do processo nº 134/1969, já em poder dessa douta Comissão, contém cópia de todas as peças do Processo cujo extravio restou patenteadado.

Em 10 de outubro de 2013, através do Ofício nº 429/2013, a CEMVDHC apresentou à Prefeitura da Cidade do Recife uma pauta de reivindicações em favor da memória e história de Pernambuco, como mecanismos de reparação às vítimas do regime ditatorial compreendido entre 1964-1985. Destarte, recuperação da placa em homenagem ao estudante Cândido Pinto de Melo na Ponte da Torre, entre outras medidas.

Como preservação da memória de Cândido Pinto e em comemoração ao seu 68º aniversário, a CEMVDHC, em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife, realizou no dia 4 de maio de 2015, solenidade em homenagem a Cândido Pinto. Na ocasião, foi recolocada, em homenagem ao estudante, uma placa na Ponte da Torre, no Recife, local onde Cândido Pinto sofreu o atentado, no dia 28 de abril de 1969. Luciano Siqueira, vice-prefeito do município, membros da CEMVDHC e familiares participaram do evento.

CONCLUSÕES

Em 1969 havia forte clima anticomunista vigente no país, semeado pelas forças de segurança e de repressão política, tendo, inclusive, fomentado a criação de grupos paramilitares de extrema direita, constituídos por estudantes, policiais, militares, empresários e políticos conservadores. Dentre eles destaca-se um dos mais truculentos e extremistas, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), com forte atuação na cidade do Recife.

A proximidade das datas dos disparos de pro-

jéteis de arma de fogo contra o Juvenato Dom Vital – educandário onde o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara trabalhava, o atentado sofrido por Cândido Pinto de Melo e o assassinato do referido religioso, os dois primeiros ocorridos no mesmo dia 28/04/1969 e o terceiro no dia 27/05/1969, torna indubitável para a CEMVDHC que esses crimes foram perpetrados pelo mesmo grupo de extrema direita com notória atuação na cidade do Recife, intitulado Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Essa assertiva também está fundamentada nos depoimentos tomados pela CEMVDHC em sessões públicas e privada, bem como nos demais materiais manejados e analisados por esta Comissão ⁴⁵³.

Ademais, as provas carreadas no Inquérito Policial e na Denúncia oferecida pelo Ministério Público comprovam que o veículo utilizado nos disparos de arma de fogo contra o Juvenato Dom Vital, no atentado de Cândido Pinto de Melo e no sequestro e posterior assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto têm as mesmas características, Rural Willys de cor verde escura ou cinza escura, o que também aponta que esses crimes foram executados pelo mesmo grupo criminoso.

No que tange ao evento criminoso que foi vítima Cândido Pinto de Melo, o Inquérito Policial concluído em 22 de setembro de 1969, o Acórdão unânime datado de 31 de maio de 1978, da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, formada pelos desembargadores Agamenon Duarte de Lima, Benildes de Souza Ribeiro e Augusto Duque e a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida em sede de *habeas-corpus*, apontam invariavelmente para a responsabilização pessoal e direta do ex-major da Polícia Militar de Pernambuco, José Ferreira dos Anjos, autor do crime de Lesão Corporal capitulado no art. 129, § 1º, Incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

Ainda no tocante à repressão, institucionalizada no interior das universidades após 1969, são de significativa importância algumas considerações sobre o caráter dessa repressão, bem como os depoimentos de alguns dirigentes administrativos da UFPE.

Com relação à Administração Central da UFPE surge no contexto político do AI-5, a partir de 1970, outra forma de aumentar a vigilância interna sobre a comunidade acadêmica. Trata-se da instalação dentro das universidades das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIS ou ASIS), órgãos de informação vinculados ao Serviço Nacional de Informação (SNI).

Analisando o papel da AESI nas universidades, Rodrigo Patto Sá Mota registra:

Segundo as normas oficiais, era papel da AESI:

a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitada ⁴⁵⁴.

Ainda segundo este autor, a Divisão de Segurança e Informações – DSI do Ministério de Educação e Cultura era uma das maiores e mais importantes, numa demonstração clara das preocupações presentes entre os militares com relação à construção e fortalecimento da resistência ao regime dentro do meio universitário.

Embora subordinadas ao reitor, elas estavam sujeitas às imposições normativas derivadas do SNI, servindo de certa forma como mecanismo de controle do próprio reitor. Desse modo feriam a autonomia dos reitores, sendo consultado como a última palavra com relação à contratação de docentes, promovendo perseguições impeditivas de progressão funcional, de obtenção de bolsas de mestrado e doutorado e de pesquisa dentro e fora do país, determinação da criação de inquéritos administrativos com o objetivo punitivo e mantinham sob os docentes e discentes com relação a sua participação nas suas entidades representativas e em eventos, seminários, encontros culturais etc. ⁴⁵⁵.

Referindo-se a instalação dessa Assessoria na UFPE, Palhares Moreira Reis tece os seguintes comentários:

Tinha um grupo de estudantes e funcionários que informavam do que se passava na Universidade aos militares do IV Exército. Essa coisa toda. Na verdade, no reitorado de Murilo Guimarães nunca houve muito esse negócio, não. Havia mais nas outras universidades. E tinha uma turma que era muito ostensiva, que fazia questão de mostrar que tinha relações com os militares. Depois do reitorado de Murilo, já no reitorado de Marcionilo Lins, passou a existir na Reitoria uma Assessoria de Segurança e Informação. “No fim do corredor do segundo andar, onde tinha a sala de acesso reservado; e, dentro dessa sala reservada, havia a sala secreta, na qual ninguém podia entrar.” E mais adiante: “Veja bem, dentro da Universidade havia professores, funcionários e estudantes que eram informantes. Em Direito, em Odontologia, na Administração. Depois, a exacerbação terminou e somente ficou a Assessoria de Segurança e Informações, ou seja, a coisa se institucionalizou. Para a admissão de qualquer docente ou servidor, era preenchida uma ficha de segurança para examinar os antecedentes políticos de quem estava sendo cogitado para ocupar algum cargo ou emprego. A ficha usava mesmo a palavra cogitado ⁴⁵⁶.

Sobre esse momento de forte repressão que envolvia pessoas estranhas ao quadro da universidade, a profa. Maria Antônia acrescenta:

Veio outro, depois, que nunca entendi bem: ele fazia lá direitinho o trabalho da 2ª secção (era o “Órgão de Segurança” do Exército) e com a Pró-Reitoria as relações eram tensas. Mas, de vez em quando “deixava escapar” alguma informação para uso nosso, por exemplo, dizer na frente de Theophilo: fulano vai ser em tal e tal, dia e lugar”, sabendo que Theophilo iria direto avisar o fulano...

Depois deste, Marcionilo pôs naquela assessoria um professor – imagino que devia ser “politicamente correto”, mas, no que dissesse respeito à universidade, era “um cão fiel”: para ele, o que a UFPE fizesse, em princípio estava certo, e sua principal função na assessoria era fazê-lo ver à 2ª Secção. Veio algumas vezes à Pró-Reitoria colher subsídios e, um dia, apareceu-me com: “eles estão falando muito das reprovações na Área II; eu já disse que não é culpa da universidade, mas se a senhora pudesse ir lá explicar melhor...” Os índices, nas matemáticas, eram mesmo muito altos e já estávamos pensando no que fazer; daí, porém a ir dar satisfações à 2ª Secção... Mas vi a aflição dele e fui. Recebeu-me um capitãozinho, que se pôs a falar na superioridade da Escola Militar e de seus métodos, mostrou um gráfico, explicando-me que aquilo era uma “curva de Bell” na qual se viam os bons resultados obtida pelos cadetes, etc. etc. Quando terminou, eu disse: “Capitão, para a Escola Militar vocês selecionam os alunos no país inteiro, os que entram têm todos as mesmas base. Na Área II entram alunos que não sabem resolver equações do 2º grau, outros que não resolvem as do 1º e outros que não dominam as quatro operações com frações ordinárias. Em termos desse seu gráfico, o eixo das abscissas, com que nós trabalhamos, não é uma reta, é um zig zag.” A conversa não foi muito adiante. Mas o nosso assessor saiu satisfeito: “não lhe disse, capitão? A universidade sabe o que faz!” E, convencido, ou não, o capitão não se meteu mais conosco ⁴⁵⁷.

O prof. Heraldo Pessoa Souto Maior, um dos fundadores do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPE, referindo-se a concessão de bolsas que na época dependiam dos recursos da Sudene para o mestrado e para o doutorado, no exterior, da USAID, revela sua experiência junto a esse órgão no interior da universidade durante o governo militar. Eis o relato contido em seu livro:

Ao assumir a coordenação, o professor Heral-

do Souto Maior conhecedor das circunstâncias, procurou agendar uma entrevista com o coronel Lima, então chefe dessa segurança. De início sua secretária informou que o encontro não poderia ser realizado no mesmo dia, em função de outros compromissos do coronel. Este consultado, ao saber do que se tratava, mostrou em realizar o encontro no mesmo dia, o que aconteceu. A entrevista foi uma longa conversa, na verdade, um longo e disfarçado interrogatório. Por trás de tudo estava o interesse de conhecer as idéias do coordenador e saber se ele e o Programa representavam ou não um perigo para as instituições. A conversa girou sobre os temas mais variados, inclusive sobre religião, moral e idéias sobre a família, a juventude e educação dos filhos. No final, foi possível convencer o coronel Lima de que as instituições não estavam em perigo e o coordenador parecia confiável. De certa forma, pode-se dizer que o encontro foi algo como o do gato e do rato; o coronel Lima era um militar afável, inteligente e difícil de ser enfrentado ⁴⁵⁸.

O professor Heraldo cita também a tentativa de veto de bolsas às candidatas Tereza Sales e Célia Uchoa Leite, em ambos os casos devido a prisões sofridas pelas alunas, a primeira em 1968, no Congresso da UNE em Ibiúna, e a segunda em 1967 por distribuir manifestos nas ruas do Recife. Os dois casos foram resolvidos segundo o mesmo, após conversas com o coronel Lima.

Mais dois casos graves de veto de bolsas envolveram os conceituados professores e pesquisadores, o prof. Sílvio Maranhão para os Estados Unidos e a profa. Silke Weber para a França, acusados de serem comunistas pelo serviço de segurança da Sudene. A solução encontrada se deu através da retirada dos nomes e as bolsas terminaram sendo concedidas pela Fundação Ford, entidade “suspeitíssima” para as esquerdas. Outras situações foram citadas no livro que, face às limitações este relatório fica impedido de relatar ⁴⁵⁹.

A importância desse depoimento se deve ao fato de ser o professor Heraldo absolutamente insuspeito com relação a qualquer posição considerada de esquerda no âmbito da universidade. Quanto ao referido coronel Lima poucas informações foram encontradas. O máximo conseguido foi saber da existência também no Serviço de Segurança interno da Sudene de um coronel com o mesmo nome.

Ainda nos anos 81 e 82, a recém-criada Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco ADUFEPE (1979) denuncia, em nota datada de 9 de abril de 1981 sob o título “UFPE: o domínio do personalismo, do arbítrio e do caos” e, em novembro de 1982, “UFPE, HOJE: vergonha e insanidade”, as perseguições, demissões arbitrárias e vários tipos de ilegalidades cometidas pelo reitorado de Geraldo Lafayette contra os profes-

res Waldomiro Cavalcanti da Silva, Cesare Galvan, Marcelo Gravini Antinori, Denis Bernardes, Sylvio Zanchetti, Alberto Clementino Junior e Célia Maria de Lira Cavalcanti da Silva. Ressalve-se que apesar da Anistia conquistada em 1979, a universidade ainda continuava submetida às determinações do SNI, através do já mencionado coronel Clidenor de Moura Duarte, conforme comprovam os ofícios enviados pelo mesmo para a administração central da UFPE até os anos de 1984.

Com o endurecimento do governo civil-militar, através da promulgação do AI-5, abre-se o espaço para um ataque frontal ao movimento estudantil, através da promulgação do Decreto-lei nº 477 datado de 26 de fevereiro de 1969, vai reprimir fortemente todas as tentativas de livre expressão dentro das universidades em todo país.

Cassações estudantis nas universidades públicas federais atingiram em Pernambuco a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal Rural, a FESP e a Católica. Uma das formas consideradas mais eficientes para calar os protestos dos estudantes vai se viabilizar através do Decreto 477 que suspendeu o direito de estudar durante três anos.

Neste contexto, a repressão irá se manifestar atingindo de modo particular os estudantes e suas entidades representativas de classe, já que os docentes considerados como de esquerda, já tinham sido expurgados no primeiro momento do golpe em 64. Desse modo, o movimento estudantil necessitou se reinventar para o enfrentamento político com a ditadura.

A aplicação do Decreto-lei nº 477, datado de 26 de fevereiro de 1969, nas universidades pernambucanas adquiriram especificidades considerando-se o grau de mobilização dos estudantes e, de modo especial, a conduta dos docentes mais ou menos autoritários e subservientes às determinações do MEC.

O fato é que a expulsão levará muitos estudantes agora impedidos de estudar, a se vincular as lutas desenvolvidas pela guerrilha urbana e rural em todo país.

RELAÇÃO DE ESTUDANTES CASSADOS PELO
DECRETO-LEI 477/ 1969

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Pernambuco

Faculdade de Medicina: Alírio Guerra; Luciano Siqueira; Marcos Burle de Aguiar.

Faculdade de Direito: Eneida Melo Correa de Araújo; José Áureo Bradley; José Tomaz da Silva Nono Neto; Marcelo Santa Cruz de Oliveira; Marlene Diniz Villanova; Valdomiro Pereira Barros.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Arnou de Holanda Cavalcanti

Faculdade de Odontologia: Aída Maria Custódio de Lima; GenyAbramof; Lúcia Carneiro de Souza; Maria de Fátima Bernardes de Lacerda; Luiz Carlos Pimentel Cintra; Martha Maria Henrique da Silva; Vera Lúcia Sobral Delgado.

Faculdade de Enfermagem: Ranússia Alves Rodrigues.

Faculdade de Ciências Econômicas: Aécio Flávio Vieira Andrade; Eleonora Garcia Cardoso; Cristina Maria Buarque; Margarida Maria Costa Carvalho; Nagicina Cardoso Cunha; Mário Roberto Pereira; Cláudio de Paiva Maia Gomes; Carlos José França e Silva; Carlos Henrique de Albuquerque; Oswaldo Moraes Sarmento.

Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural de Pernambuco

Faculdade de Agronomia: Carlos Alberto Lopes Neves; Eduardo José de Almeida; José Carlos Costa do Nascimento; José Gildo do Nascimento; José Pereira dos Santos; Jonas Celso Maia de Brito; Juarez José Gomes.

Faculdade de Veterinária: Alberto Soares da Silva; Antônio Castanha de Souza; Geraldo Paes de Vasconcelos; Glauco Augusto Duque Porto; Gregório Isaac de Macedo; Jailton Balbino dos Santos; Joaquim Xavier de Araújo; José Gomes de Lima; José Moura e Fontes; Marcelo Apolinário de Oliveira; Paulo Eduardo de Andrade; Petrônio Correia Sodré; Relúcio José Correia de Mendonça; Roberto Leite Targino; Sandino de Albuquerque Pereira; Veramilton Almeida da Silva.

Instituição de Ensino: Universidade Católica De Pernambuco

Cassados pelo Regimento Interno da Universidade - reitor Potiguar Matos

Curso de Direito: Alberto Romeu Leite; Carlos Eduardo Vasconcelos; João Bosco Tenório; João Marques; José Paulo Cavalcanti Filho; Paulo Henrique Muniz Maciel; Raimundo Nonato; Rosalvo Melo.

Curso de Economia: Francisco Alberto Alencar; Luís Augusto Pontual; Ricardo Antônio Vanderley Tavares.

Curso de Filosofia: Ana Cristina Arruda Salgueiro; Ana Elizabeth Salgueiro; César Augusto Sales de Araújo; Célia Maria Muniz de Brito; Francisco Monte Alverne de Sales Sampaio; Glauvânia Oliveira Melo; Hugo Farias Ramos; José Tadeu

Colares; Marcos Vinícius Oliveira de Ataíde; Marcos Vinícius Oliveira de Ataíde; Maria Lia Cavalcanti; Maria do Rosário Collier; Matilde Maria Almeida Melo; Ricardo José Delgado Noblat; Romildo Rangel do Rego Barros; Sônia de Miranda Guilliod; Tarcísio Alves da Costa; Valdomiro Pereira Barros; Vera Lúcia Sobral Delgado.

Instituição de Ensino: Faculdade de Ensino Superior de Pernambuco

Faculdade de Ciências Médicas: Francisco de Sales Gadelha de Oliveira; José Luiz de Oliveira; José Romualdo Filho; Paulo Santos Carneiro; Rosane Alves Rodrigues.

SECUNDARISTAS

Instituição de Ensino: Secretaria de Educação de Pernambuco

Secundaristas proibidos de se matricular na rede oficial de ensino, por Ofício da Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação: Alfredo Lopes Ferreira Filho; Genezil Aguiar Coelho Moura; Geraldo Sobreira Liberalquino; José Sebastião Lins; Judas Tadeu de Lira Gabriel; Lília Maria Pinto Gondim; Paulo Fernando Magalhães Santos.

Parte 2 - VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO MEIO ARTÍSTICO E CULTURAL

O crescimento urbano e demográfico nas décadas de 50 e 60, do século XX, introduziu novos conceitos de modernização e urbanização na cidade do Recife, influenciados por uma nova conjuntura nacional e internacional, que atingiu política e socialmente nosso país.

A introdução de alguns elementos de política desenvolvimentista na sociedade brasileira, predominantemente agrária, e a consequente emergência das classes populares a exigir participação em movimentos políticos, sociais e culturais, levou o chamado Brasil profundo a clamar por mudanças. Com uma grande parte da população carente em educação e a região Nordeste ainda subordinada às relações sociais de semi-escravidão, as contradições eram visíveis, exigiam mudanças o que levava a grandes impasses.

As reformas reclamadas estavam na ordem do dia. Principalmente a reforma agrária que poderia possibilitar “a agricultura a se constituir num dos grandes polos da criação de um mercado interno que a indústria já criara aceleradamente, mas que não encontrava contrapartida no mundo agrário”⁴⁶⁰.

Fala-se em efervescência cultural, em decorrência da existência de um expressivo conjunto de manifestações culturais no campo das letras (literatura, imprensa), das artes plásticas (arquitetura,

escultura, pintura) e do áudio visual (cinema, teatro, rádio, televisão), que se alinhavam aos movimentos sociais.

Some-se a esse quadro, a contribuição dada ao debate nacional sobre educação e sociedade pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros - o ISEB, criado em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, cujo foco central de discussão girava em torno do nacional desenvolvimentismo, temática relevante do governo de Juscelino Kubitschek.

Referindo-se ao papel desempenhado pelo ISEB para implementação dos movimentos culturais dos anos 60, Jomard Muniz de Brito, professor da UR (UFPE), em artigo escrito em 1964, assinala essas contribuições: o que era projetado pelos intelectuais do ISEB adquiria caráter pragmático e cunho de aplicabilidade através dos ‘movimentos de cultura popular’. (...) Enquanto o ISEB lançava o problema da alienação cultural e projetava uma ideologia para o desenvolvimento nacional, os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) introduziam de modo concreto, o problema da democratização da cultura ⁴⁶¹.

Além disso, a presença da Sudene também contribuiu para o fortalecimento desse quadro sociocultural regional favorecendo a transformação e articulação dos movimentos sociais. Nesse contexto, foram beneficiados o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), as Ligas Camponesas, o Instituto Joaquim Nabuco hoje Fundação Joaquim Nabuco e a própria Universidade do Recife, hoje, Universidade Federal de Pernambuco.

Como consequência desse cenário intelectual predominantemente reformista surgem em Pernambuco, experiências significativas, críticas e inovadoras no âmbito educacional, artístico e cultural. Exemplos dessas experiências são: o Movimento de Educação de Base, o Movimento de Cultura Popular e o Serviço de Extensão Cultural.

Torna-se necessário referir que entre os anos 50 e 60, do século XX, construiu-se em Recife um forte movimento intelectual constituído pelo debate e, em alguns momentos verdadeiros embates, entre setores progressistas, vinculados ou não ao Partido Comunista Brasileiro e, diversos outros estudiosos católicos, representados em sua maioria por professores e educadores que compunham o reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (1959-1964).

Dentre os pensadores e pesquisadores progressistas mais importantes destacados pela contribuição deixada à nossa história social que participaram desses embates na sociedade ocorridos no período pré-golpe em Pernambuco, assinalamos entre outros: Paulo Reglus Neves Freire, considerado como um dos mais importantes pensadores da disciplina pedagogia, reconhecido por desenvolver uma prática didática com ênfase na educação po-

pular voltada para a escolarização e formação de uma consciência política crítica; Josué Apolônio de Castro, conhecido como Josué de Castro, possuía vasta formação intelectual. Médico, nutrólogo, geógrafo, pesquisador e escritor ⁴⁶², reconhecido internacionalmente por sua contribuição no combate à fome em todo o mundo, com passagem festejada em diversos organismos internacionais. Logo após o golpe, Josué de Castro foi destituído do cargo de Embaixador-Chefe em Genebra, tendo seus direitos políticos cassados pelos primeiros Atos Institucionais; Paulo Figueiredo Cavalcanti foi promotor público, advogado de presos políticos, jornalista, escritor, memorialista e militante e dirigente comunista durante toda sua vida. Sua contribuição se deu de modo especial junto à União Brasileira de Escritores-seccção de Pernambuco (UBE-PE), e na Associação de Imprensa de Pernambuco ⁴⁶³. Paulo Cavalcanti foi homenageado postumamente em sessão organizada pela CEMVDHC no auditório da OAB seccção de Pernambuco para entrega à sua esposa e companheira de toda vida Maria Ofélia de Figueiredo Cavalcanti, do título de anistiada política pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, concedido em 25 de maio de 2015.

Do outro lado, encontravam-se setores conservadores, não menos intelectualizados, capitaneados pelo sociólogo Gilberto Freyre, que inicia a divulgação após o golpe, no dia 3 de maio de 1964 de uma série de oito artigos nos jornais locais Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio acusando o reitor João Alfredo da Costa Lima “de ser conivente com a gritante propaganda de caráter, senão comunista, para-comunista”. Da opinião, Freyre salta na jugular: “não se pretende que lhe sejam cassados direitos políticos; nem que sua magnificência seja detida, mesmo em sua casa; e sim convidado - apenas isto - a afastar-se do cargo que continua a ocupar”, escreve em três de maio daquele ano. Freyre pediu a cabeça do reitor da Universidade de Recife ⁴⁶⁴, por achar que ‘comunistas’ ou ‘para-comunistas’ haviam se apossado da rádio universitária, do serviço de extensão e das campanhas de alfabetização, encabeçadas por Paulo Freire. Em 1963, ele já havia pedido o afastamento de supostos comunistas da Sudene ⁴⁶⁵.

O que os pesquisadores indagam é o que levou a sociedade pernambucana tradicional, arcaica, a uma reação desmedida contra o novo, considerando válido combater ideias com violenta repressão policial? O medo pode explicar.

Para compor este quadro dinâmico e seus desdobramentos de ordem política sobre seus atores, a Comissão realizou audiência pública, onde obteve significativos relatos sobre algumas dessas iniciativas, que se expandiram em todo país face ao seu ineditismo e eficácia.

Neste sentido foi realizada uma sessão pública em 22 de outubro de 2015, no Auditório Paulo Ro-

sas da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco - Adufepe, tendo como depoentes Argentina Rosas, Jomard Muniz de Brito, Geraldo Menucci, Leda Alves e Maria Lúcia Moreira. Todos, ativos participantes dos movimentos artísticos e culturais objeto dessa relatoria. Ressalte-se que a escolha do próprio auditório que recebeu o nome do respeitado educador e pesquisador Paulo da Silveira Rosas se deu de modo deliberado, como uma forma de homenagear postumamente a esse importante professor que ao lado de outro professor e educador Paulo Reglus Neves Freire deixou inestimável contribuição à educação e à cultura de Pernambuco e do Brasil.

Apresenta-se, nesta relatoria informações sobre esses três movimentos de cultura, instalados em Pernambuco, especialmente no Recife, que são referenciais para se ter um panorama da sociedade pernambucana em transição nos anos de 50 para 60 do século XX.

O Movimento de Educação de Base/ MEB, fundado em 21 de março de 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, como uma sociedade civil tinha sede e foro no Distrito Federal. Inicialmente, influenciado pelo método Paulo Freire, o MEB visava à alfabetização e educação de base de jovens e adultos no meio rural, por meio de escolas radiofônicas e emissoras católicas existentes em algumas áreas rurais. Em Pernambuco, foi através da Rádio Olinda que as aulas para a população foram transmitidas. Após dois anos de atuação, o MEB se alinhou a outros movimentos como o de Cultura Popular, passando a incorporar a ideia de que o trabalho de alfabetização das massas deveria incorporar o processo de conscientização das camadas populares.

Sua metodologia visava à alfabetização da população, principalmente a do interior do país como meio de acesso à produção cultural das elites e a reelaboração de sua própria cultura.

Os que faziam o MEB se importavam mais com a forma como esse movimento/escola se estruturava e com o treinamento dado aos seus agentes do que com o aprendizado formal.

Toda a experiência deveria se voltar para a compreensão das reformas de base propostas pelo governo João Goulart. Vale aqui lembrar os pronunciamentos de dom Helder sobre as mudanças estruturais.

A alfabetização era o ponto de partida; na medida em que a escola se transformava cada vez mais num veículo de participação popular, o ensino se ligava mais às problemáticas locais. A cartilha Viver é Lutar era uma alavanca para a discussão que se colocava sobre os problemas enfrentados pela população.

Participaram desse Movimento em Pernambuco Maria Lúcia Moreira ⁴⁶⁶, que chegou a ser coordenadora estadual do MEB, Leda Alves, Hermilo Borba Filho, José Carlos Borges, Zélia Barbosa e

mais alguns bispos e párocos de algumas cidades da zona da mata e um número significativo de jovens católicos que atuavam como monitores.

Lúcia Moreira ⁴⁶⁷, em sua fala à CEMVDHC, afirmou que quase todas as dioceses fizeram parte do Movimento. No interior a juventude formada por professores e professoras participou ativamente. Os que faziam parte do MEB acreditavam que poderiam através da educação transformar as estruturas. O MEB era de abrangência nacional, mas falava a linguagem local. O meio de comunicação era o rádio. O MEB patrocinou a fabricação de um rádio, cujo funcionamento prescindia da luz elétrica. Havia treinamento e se evitava intervir na cultura local, principalmente a dos camponeses. Era um movimento de troca, como se pode ver pela cartilha que foi elaborada – *Viver é Lutar*. Todas as ilustrações foram feitas por Ziraldo, o cartunista. Os jovens, logo se engajaram e enfrentaram uma oposição nos locais de atuação.

A denúncia de Carlos Lacerda, à época governador da Guanabara- RJ, logo após o Golpe civil-militar de 1964, provocou o fechamento das equipes. Em 02 de abril de 1964, muitos camponeses que participavam dos cursos de alfabetização foram perseguidos e procuraram o MEB para ajudá-los.

Referindo-se a repressão que se abateu sobre o MEB, após o golpe militar, no depoimento já citado, prestado a CEMVDHC, Lúcia Moreira fez as seguintes observações com relação às emissões radiofônicas:

“A do agreste, que era Caruaru, o centro, que era uma equipe muito boa, tanto que chamou tanta atenção que a equipe toda foi presa e o Bispo foi junto e ele disse que só saía quando a gente saísse. Ele ficou uma noite e uma manhã inteira; mais um dos rapazes que era advogado da equipe, este foi preso no Recife e foi muito torturado”... No dia 1º de abril eu recebi às 5 horas da manhã uma comunicação de que o pessoal da Ação Católica tinha, [...] tinha passado a noite rodando um manifesto a favor de Arraes, contra o exército, etc, então eu, junto com um rapaz que trabalhava lá também, nos deslocamos pra sede, e aí a gente teve que enterrar o mimeógrafo, arrumar tudo o que tinham deixado, e o mimeógrafo era daquele o álcool, que saía roxinho. E tinham deixado tudo espalhado, a gente recolheu tudo. Às oito horas da manhã, depois de três horas, eu tinha pensado que já tinha limpado tudo... Quando a gente foi sair, disseram: “Ah, não, vocês não vão sair, vocês estão presos.” Ai, na rua, estava Dom Helder e dona (?) sem poder entrar e a gente sem poder sair, mas eu digo que a sorte chegou porque quando chegou o delegado ele era sobrinho de Dr. Arruda, que era uma pessoa de um projeto de eletrificação rural

em Itacuruba “... Então quando ele entrou foi muito engraçado, eu vou contar, ele entrou e disse “Lucinha, você aqui?” e eu disse “Carlos, você aqui? Por que aqui é meu ambiente de trabalho, mas você aqui?”

Segundo a depoente tudo se resolveu. Nada de mais importante foi levado, pois usamos a mesma justificava que pertencia ao MEC e que tinha que prestar contas.

Mais adiante, no mesmo depoimento, ela reconhece:

E como o pau sempre quebra no mais fraco, nós começamos a receber notícias da prisão dos monitores nos engenhos. Na Zona da Mata era uma tragédia. Era uma coisa difícil, porque parecia de vez em quando, ainda parece, que o dono do engenho, o dono da usina, são donos das pessoas. Então fizeram fogueiras queimando os rádios.[...] e mais adiante observa que se os bispos de um modo geral não se envolveram com as equipes locais, as protegeram. O de Caruaru foi pra prisão com a equipe, o de Afogados da Ingazeira disse aos repressores “Aqui vocês não tem nada para ver “e por aí se foi. Tinha o de Carpina, que se chamava Mané Pereira, ele dizia: “Não, no meu pessoal ninguém mexe, não”. E aí foi uma vantagem enorme, não somente na instalação mas também no fechamento do MEB, contar com a Igreja na pessoa dos bispos.

Algumas escolas, após o Golpe de 1964, continuaram em ação, mas foram censuradas, especialmente as do Recife. A repressão atingiu as dioceses ligadas ao MEB, principalmente na Rua do Giritiquiti, onde atuava Dom Helder. Algumas prisões foram efetuadas na zona da mata de Pernambuco, além de outras violências como queimam de fogueiras com rádio, cadernos, cartilhas e outros materiais.

Fazendo uma breve avaliação do trabalho de educação do MEB, Lucia Moreira afirmou que no meio rural havia muitas dificuldades com a alfabetização para os adultos e para a tomada de conscientização da situação de semi-escravidão em que viviam os camponeses. O que lhes era mais próximo era o sindicato. O segmento que mais aproveitou do projeto foi o nível intermediário.

Complementa o depoimento de Maria Lúcia Moreira o de Maria Aída Bezerra Costa, que na sessão pública de depoimentos sobre o Campo discorreu sobre suas atividades no MEB, no processo de alfabetização de camponeses em Pernambuco:

O MEB era o resultado do trabalho da Igreja com, praticamente só, o Ministério da Educação. Mas, a gente tinha algumas coisas, sem ser muito esclarecida politicamente, nem trotskis-

ta, nem marxista, nem nada; todo mundo tinha um esforço e um investimento na justiça e o MEB se voltou muito para o campo; e se voltou muito para alfabetização e uma das coisas mais bonitas que eu vi, foi uma escola radiofônica que tinha a escolha do professor de forma diferente: você chegava no povoado, no sítio, no engenho e aí eles que escolhiam quem ia ser o monitor ou monitora. Quem tinha algum nível de alfabetização, eles escolhiam e aí virava uma escola radiofônica. A aula a gente dava pelo rádio antes mesmo do Dr. Paulo Freire fazer todo o estudo dele sobre o universo vocabular, a gente trabalhava em cima das palavras da vida do povo. Isso foi incrível, porque a gente encontrava um casebrinho, montava uma escola radiofônica, fazia o treinamento do monitor, que quando se voltava na casa, já era outra casa porque ela já tinha um lampião, eles pegavam o rádio, botava o rádio em cima de um paninho bordado, limpinho e ali era um lugar de encontro dos trabalhadores. Isso eu vi: lugares se transformando em lugares de encontro à noite, porque a aula era à noite. Essa criação, esse fortalecimento de laços, esse lugar livre, de encontro, isso fortaleceu muito a coisa. E como a gente não tinha alinhamento (político) ainda na época, na época não tinha, mas depois eu tive, a gente não tinha alinhamento aí a gente se afinava com a Liga Camponesa, com todo o mundo que estava no campo.

Já não existe espaço para uma universidade fechada sobre si, surda e muda em relação aos conflitos sociais, aos problemas da desigualdade de raça, gênero ou classe.

Fábio Lucas

O Movimento de Cultura Popular – MCP foi criado em 19 de setembro de 1961, no momento em que o tema cultura popular estava em discussão entre a intelectualidade brasileira. A partir da década de 50, o tema aparece juntamente com a discussão sobre desenvolvimento brasileiro durante o governo de Juscelino Kubistchek. Logo apareceu a polêmica entre cultura popular versus cultura elitista. O que se definia como cultura popular era a que era produzida pelo povo. Havia, ainda, outra discussão sobre a distinção entre o que era popular e o que era folclórico. Mas na realidade o que se queria discernir era a realidade social brasileira naquele elemento que mais a caracterizava: a grande defasagem econômica e cultural entre as classes. Dessa discussão, a princípio levantada por intelectuais, professores e estudantes, surgiram os centros de cultura. E desses, foram dois os que mais se notabilizaram: o Centro Popular de Cultura – CPC, por iniciativa da UNE – União Nacional dos Estudantes e o Movimento de Cultura Popular

– MCP, por iniciativa de um grupo de intelectuais e professores, da Universidade do Recife (UFPE), de pronto apoiados pelo prefeito, desta capital, Miguel Arraes, recém eleito. Esses grupos já trabalhavam com um conceito, praticamente definidos: a cultura popular não é apenas a que vinha do povo e sim a que se fazia para o povo. Portanto, ela é um instrumento de educação e conscientização.

A partir das definições explicitadas pelo professor Paulo Freire em suas palestras pelo Brasil afora, acrescentou-se outro conceito o de politização: a finalidade principal da alfabetização e educação do povo era dar-lhe uma consciência social que, por sua vez o condicionaria para uma opção política. Em um artigo para a revista Estudos Universitários, Paulo Freire afirma:

O professor se faz educador autêntico na medida em que é fiel ao seu tempo e ao seu espaço. Sem essa fidelidade, mesmo bem intencionado, compromete-se sua atividade formadora. É que não pode haver formação do educando se o conteúdo da formação não se identifica com o clima geral do contexto a que se aplica. Seria antes uma deformação.

O Movimento de Cultura Popular – MCP, que englobava outras habilidades além da alfabetização de crianças e adultos, realizou uma verdadeira revolução no campo da educação popular unindo alfabetização com as diversas formas de expressão da cultura popular fortalecendo nossas raízes culturais. Literatura, Teatro, Música, Arquitetura, Pintura, Escultura e Paisagismo, compunham um mosaico de grande riqueza cultural, revelando o grande potencial ainda inexplorado em nosso Estado. Embora tenha sido apoiado pela prefeitura do Recife, durante o mandato de prefeito de Miguel Arraes de Alencar, o movimento constituiu-se como uma sociedade autônoma formada por intelectuais, pesquisadores e artistas, vinculados a correntes de pensamentos diversos, conseguindo unir comunistas e cristãos vinculados a JUC num projeto revolucionário sob a direção do professor e educador Germano de Vasconcelos Coelho.

De acordo com o art. 1º do seu Estatuto eram objetivos do MCP promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; atender ao objetivo fundamental da educação que era desenvolver as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, assegurando também o ensino facultativo; proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

O MCP, além do seu trabalho diretamente liga-

do à educação ainda contou com três departamentos: de formação da cultura – DFC; de documentação e informação – DFI e o de difusão da cultura – DFC. Estes departamentos funcionavam através de programas ou projetos especiais sob a direção de coordenadores como Anita Paes Barreto que era responsável pela divisão de ensino. As escolas radiofônicas destinadas aos adultos foram coordenadas por Norma Carneiro Coelho que juntamente com Josina Godoi escreveram uma cartilha, que era a base para leitura dos alfabetizados.

As cartilhas, tanto a do MCP como a do MEB, traziam uma grande inovação: o conteúdo era uma representação da realidade viva dessas populações. O que se comentava a época é que nunca mais os analfabetos iam aprender a ler “Eva viu a uva” numa alusão às cartilhas oficiais da época. Germano Coelho criticando material de alfabetização produzido pelo Sistema de Rádio Educativo – SIRENA, na época em plena ação, assegurou:

[...] que o material era impossível de utilizar-se no Recife. Ele dizia coisas assim para o analfabeto: “no fim do mês ponha sua poupança na Caixa Econômica Federal, não deixe passar um ano sem pintar a sua casa” ora que pintura se podia colocar num mocambo? E que poupança tinha o povo analfabeto, pobre nos mangues, nos morros, nos alagados?⁴⁶⁸.

O MCP produziu sua própria Cartilha de Leitura elaborada a partir de novos caminhos metodológicos de ensino, com o foco voltado para a população adulta. Organizou as famosas Praças da Cultura, como um espaço democrático de debates sobre nossa realidade social. Realizou oficinas de pintura e escultura, difundiu a música clássica e popular, criou corais e apresentação de peças teatrais.

Para tanto, além do seu idealizador e fundador Germano Coelho, participaram do projeto expressivos nomes do mundo da educação e das artes populares em nosso e outros Estados. Entre os quais, Anita Paes Barreto, já citada, Paulo Freire, Paulo da Silveira Rosas, Argentina Rosas, Norma Coelho, Josina Godói, Jarbas Maciel, Silke Weber, Abelardo da Hora, Geraldo Menucci, Joacir de Castro, Luiz Mendonça, Luiz Marinho, José Wilker, Ilva Nino, Nelson Xavier, Teresa Calazans e muitos outros.

Os programas radiofônicos eram transmitidos pela Rádio Clube de Pernambuco.

O MCP fundado em 1960 teve um projeto exitoso; em menos de três anos já funcionavam 201 escolas, freqüentadas por 19.646 alunos de diferentes faixas etárias; 452 professores e 174 monitores, que ministravam uma rede de escolas incluindo as radiofônicas, um centro de artes plásticas e diversos cursos de artesanato e cinco praças de cultura. O ensino correspondia ao primeiro grau, supletivo,

educação de base e artística⁴⁶⁹.

Em 1962, Miguel Arraes foi eleito governador de Pernambuco e o MCP se estadualizou. A interiorização proporcionou uma campanha de alfabetização de adolescentes e adultos, utilizando-se o método Paulo Freire. O próximo passo foi o projeto se expandir para quase todo o Brasil, inclusive no Rio Grande do Norte, onde a Aliança para o Progresso financiou, através do plano de Governo Aluísio Alves.

Com ideologias distintos diversos grupos participavam do movimento como o CPC da UNE, CPCs estaduais, prefeituras, governos estaduais, governo federal e o MEC, entidades universitárias como o Serviço de Extensão Cultural da UFPE, órgão dirigido pelo professor Paulo Freire.

A campanha de alfabetização ganhou espaço em quase todo o Brasil. Estados da federação brasileira onde o movimento de cultura popular para além da alfabetização se implantou: Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Bahia, Guanabara, Estado do Rio, Minas Gerais, Goiás, Brasília, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁴⁷⁰.

O êxito obtido no pouco tempo em que funcionou o MCP, como era de se esperar, provocou a ira dos setores conservadores de Pernambuco.

A oposição seguida de perseguição ao MCP e aos movimentos culturais do Estado pode ser comprovada pelos documentos encontrados no DOPS. São investigações realizadas por comissários, os quais se reportam ao Secretário de Segurança Pública e à Delegacia Auxiliar.

Aqui reporta-se apenas alguns. Um desses informativos de 17 de agosto de 1962 cita as pessoas que participam do teatro do MCP: Nadja Pereira (apelido Diuchinha) faz parte do teatro; Zodja Pereira bailarina do MCP é dirigida por Flávia Barros; Sacha Pereira reside no Rio de Janeiro, integra a UNE dirigindo um departamento desta entidade. Todas as filhas de Hiram Pereira. Terezinha Calazans veio do Rio de Janeiro, fez curso intensivo de doutrinação e guerrilhas para atuar em Pernambuco, patrocinado pela UNE; José Fernandes exilado na Romênia foi afastado da divisão de chafarizes e construções.

Outros documentos informam que setores estudantil secundário e universitário vão lançar manifesto na UEP – União dos Estudantes de Pernambuco, no mês de setembro; que a Livraria Castro Alves, na Rua do Livramento vende livros traduzidos da língua russa e húngara contrários ao regime nacional. Assina por este informativo Edson Maranhão.

Encontramos também entre os documentos do DOPS um prontuário de Miguel Arraes e Germano Coelho de nº 7105, nº de ordem 2, documento 3⁴⁷¹.

Desse modo, como numa escalada logo nos primeiros dias após a instalação do golpe, os milita-

res, em uma ação “espetaculosa”, promoveram a invasão com tanques de guerra na sede do MCP, localizada no sítio da Trindade, bairro popular de Casa Amarela. Prisões de vários dos seus integrantes foram realizadas, como as de Germano Coelho, Paulo Freire, Anita Paes Barreto, do escultor militante e dirigente do PCB Abelardo da Hora, Joacir de Castro, Luiz Costa Lima, Jomard Muniz de Brito, entre outros. Demissões se realizaram sem justa causa ou através de inquéritos sumários; a instalação de um IPM específico sobre a área da educação e cultura levou à destruição do projeto, promovendo o fechamento da sociedade. Para um estudo aprofundado sobre esse movimento, sugere-se a consulta a livros e publicações específicas sobre o assunto, especialmente o livro de autoria do coordenador do MCP, professor Germano Coelho ⁴⁷². O Movimento de Cultura Popular foi encerrado e substituído em 1966 pela Fundação Guararapes.

Ouvimos alguns intelectuais, partícipes desse Movimento na sessão pública, de 28 de outubro de 2015, replicaremos algumas informações importantes para a compreensão do funcionamento do MCP e sua destruição.

Com a presença do vice-reitor da UFPE, nessa sessão, representando o reitor Anísio Brasileiro, o coordenador da CMVDHC, professor Fernando Coelho concedeu àquela autoridade universitária à incumbência de fazer a abertura da sessão. Em suas palavras o professor Silvio Romero Marques agradeceu a oportunidade de participar desta sessão que ele considerou histórica para a Universidade. Disse que veio trazer sua solidariedade aos depoentes, que hoje relatam sobre um tema importante para a história da UFPE. Ressaltou a necessidade de se estabelecer critérios para a preservação da memória, necessária em sua essência para a História, para se chegar à verdade.

Em seguida passou a palavra ao coordenador da CMVDHC, o professor Fernando Coelho, que chamou a depoente Argentina Carlos da Silva Rosas, professora da UFPE, fundadora do MCP.

Argentina iniciou sua fala dizendo que trazia para esta sessão os murmúrios, as insatisfações, as discussões paralelas entre grupos de ideologias diferentes; o MCP se abriu para grandes núcleos. Duas correntes aparentemente opostas ideologicamente, comunistas e cristãos se reuniram sob um denominador comum, para um objetivo maior que era a inclusão pela educação e cultura de cidadãos que estavam à margem da sociedade. Um grupo significativo de cristãos, que assumiria a direção do MCP foi solicitar ao arcebispo Dom Carlos Coelho permissão para participar do MCP ao lado dos comunistas.

Na visão contemporânea de Argentina este fato está relacionado ao medo disseminado por todos os meios contra os comunistas. Dizia-se que o MCP era apartidário com objetivos políticos diferentes.

Abelardo da Hora não tinha essa mesma visão, mas Aloísio Falcão era apartidário. Numa visão de hoje, segundo Argentina, nem Abelardo da Hora nem Aloísio Falcão eram contrários aos cristãos. Germano Coelho sempre com muitas ideias, muito atarefado.

O trabalho de alfabetização produziu um instrumento de ensino - a cartilha, que não era algo novo. O que era novo era o conteúdo. A cartilha foi importante para as escolas radiofônicas, mas não chegou a romper com a forma tradicional de ensinar. A confecção da cartilha envolveu famílias e grupos: Paulo Rosas, Paulo Freire, Norma Coelho e Josina Godoy, foram os protagonistas. As duas foram à França e lá prepararam pedagogicamente a cartilha. A cartilha foi muito importante, mas Paulo Freire avançou muito mais para o conhecimento do estado de desenvolvimento educativo do povo brasileiro. Paulo Freire estava muito além da cartilha.

Segundo Argentina, Paulo Rosas viu a experiência das praças de cultura do Rio Grande do Sul, conseguiu implantar aqui no Recife, mas não ficou para administrá-las, entregou a Silke Weber. Paulo Rosas, depois dessa experiência volta à Universidade, que era a sua vocação e deixa a sua ‘missão’ de cristão que era o MCP.

As praças de cultura, as bibliotecas ambulantes foram importantes difusores dos objetivos do MCP, que mudou a sociedade pernambucana. “Nunca mais tabuada, nunca mais Eva viu a uva”⁴⁷³.

O segundo depoente dessa sessão foi o maestro Geraldo Menucci, vindo do Rio de Janeiro, chegou a Pernambuco com 20 anos, para passar três meses de férias e aqui ficou por 14 anos. Envolveu-se com o trabalho de ação política, social e cultural e ficou até ser desligado em 1964. Já tinha conhecimento com o regente Fittipaldi; foi seu regente auxiliar. Ele era o regente titular da OSR – Orquestra Sinfônica do Recife, Vicente Fittipaldi. Logo que chegou conheceu Abelardo da Hora, que em 1952 idealizou A Casa das Artes, que funcionou por 8 anos dentro do MCP. Um trabalho muito importante que passou por toda a comunidade do Recife, por todos os bairros.

Em 1955, Menucci fundou o coral do Recife e em 1957 participou do Encontro de Coros no Brasil, onde se apresentaram 82 países; apresentou-se, também, no Festival da Juventude, em Moscou. Com o apoio de Pelópidas Silveira, então prefeito do Recife, fez um trabalho com 1000 operários. Fez, no Recife, grandes concertos, atividades com corais em escolas.

Trabalhou com Paulo Freire no SESI em 1959/60. Com a ascensão de Arraes à Prefeitura e com o apoio de pessoas como Germano Coelho, que tinha formação na França, fizemos o Coral do MCP.

Durante seu trabalho no MCP ele se relacionou com um grupo de artistas da maior qualidade: Abelardo da Hora nas artes, Luís Mendonça no

teatro, Flavia Barros na dança e ele Menucci na música. Ainda no MCP Introduziu as Serenatas do Rio Capibaribe e por fim gravou o hino das Ligas Camponesas – poesia de Francisco Julião e música de sua autoria. O hino se transformou no Hino Nacional dos Camponeses sendo gravado com o coral do MCP. Segundo Menucci, todo o seu trabalho foi fundamentado na filosofia universal para o bem comum.

Em seguida prestou depoimento o professor universitário, poeta, homem das letras Jomard Muniz de Brito.

Tratou o referido professor dos dilemas da época: alienação versus participação. Na época, continuou Jomard, acusava-se a Universidade de ser alienada e os professores não engajados em algum movimento da sociedade como elitistas e alienados. Ou você era alienado ou você queria se desalienar e entrava num processo de engajamento. O MCP era o choque do jogo entre a alienação e a participação. Era católico praticante. Nunca foi vinculado institucionalmente ao MCP. Falava-se muito na pré revolução brasileira e nas reformas de base – todas eram de base.

O debate dentro do MCP levou ao lançamento de um livro de leitura excelente; bastante engajado. Paulo Freire, em sua opinião, avançou muito com o seu método, que se transformou em um sistema de educação - O Sistema Paulo Freire de Educação de Adultos, que era todo na base de slides, de palavras geradoras utilizadas, com os slides projetados, a grande novidade tecnológica; enquanto isso acontecia, o MCP lançava a cartilha muito engajada, mas foi um constrangimento. Paulo Freire chamava para o debate, não nas salas de aula, mas nos círculos de cultura.

Paulo Freire estava com projeção nacional com o seu método e na análise de Jomard, o mais importante foi o debate trazido por Paulo Freire entre natureza e cultura. Ele deu este norte antropológico aos círculos de cultura. O seu método jogava antes das palavras o debate sobre natureza e cultura; usava slides. Isto se deu pelo avanço da tecnologia criando certo constrangimento com a não utilização do livro de leitura do MCP.

Com o golpe, Jomard pela sua participação no MCP e no SEC/ UNIVERSIDADE foi punido. Tendo sido perseguido, afastado de suas atividades profissionais e preso. Na Casa de Detenção encontrou com Gregório Bezerra e tentou ajudá-lo dando-lhe algumas aulas de francês. Com a redemocratização ele recuperou o seu lugar na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal da Paraíba, onde também atuava profissionalmente.

O último depoimento da sessão foi feito pela atriz, promotora de cultura e hoje secretária de cultura da Prefeitura da Cidade do Recife, Leda Alves.

Leda avisou que antes de falar sobre sua expe-

riência no MEB, vai falar sobre o TPN – Teatro Popular do Nordeste.

Segundo a depoente o TPN nasceu aqui no Recife, nos anos 60, mas sua origem é no teatro de estudantes dos anos 40. A vinda de um curso superior de teatro para a Universidade do Recife trouxe ao movimento de teatro uma perspectiva positiva. O movimento cresceu. Jovens estudantes de direito haviam criado o TEP - Teatro do Estudante de Pernambuco ⁴⁷⁴, com uma proposta inovadora, com debates entre os mestres da cultura popular. Este teatro parece não ter tido longa vida. Muitos participantes saíram para outros centros e Hermilo foi para São Paulo. Depois, Ariano o chamou de volta e então fundaram o TPN, que nasceu com compromisso político, não partidário, mas de uma política cultural fechada com a cultura brasileira. Estreou com a peça A Pena e a Lei de Ariano Suassuna. Como sempre, na obra de Ariano a igreja tem uma representação bastante criticável. O padre, personagem principal, vivido pelo comunista Hiram Pereira, era venal e pagodeiro; Hiram, que era muito engraçado e dançava muito bem agradou em cheio ao público. Foram dois meses de espetáculo no Teatro do Parque com 2000 lugares, casa cheia. A reação veio do arcebispo dom Antonio Almeida de Moraes Junior, vulgo Toinho coca-cola, que denunciou e enviou circular as paróquias fazendo com que os padres recomendassem a não participação dos cristãos naquele espetáculo, com o argumento de que a peça era comunista. A segunda peça encenada foi A Mandrágora de Maquiavel – história em torno de um frade muito libidinoso; Leda fazia a namorada do frade. Assustou-se com a possibilidade de ser censurada por sua família, pelo arcebispo e pela JIC – Juventude Independente Católica, da qual era dirigente. Todavia, apesar dos temores encarou profissionalmente o seu trabalho.

Na verdade a censura veio do arcebispo e do Exército.

Depois dessa experiência foi chamada para trabalhar com Lucinha Moreira no MEB. Lá estavam Normas Coelho, Argentina Rosas e Elza Freire, faziam a cartilha do MEB. O MEB resolveu fazer aulas, que fossem além da alfabetização; eram novelas radiofônicas que tratavam de temas como higiene, meio ambiente, cidadania e outros. Hermilo Borba Filho, José Carlos Borges e José de Moraes Filho, diretores do TPN e escritores de teatro escreviam os capítulos como rádio novela, onde existia o personagem entremeado pelo espírito crítico, utilizando-se o mamulengo, o bumba meu boi e o pastoril. Foi um sucesso.

Em seguida Leda relata a experiência do grupo no MCP. Germano Coelho convidou Hermilo a fundar o MCP, foram todos os que participavam do TPN, sem partidatismo. O pedido de Germano, Hermilo fez um projeto de teatro para o Recife. Foi aprovado por Germano que o apresentou em um

programa de TV local. Hermilo era diretor de cultura da secretaria de cultura do Recife e de repente foi demitido e substituído por Paulo Freire. Como justificativa Germano alegou que isto aconteceu pelo fato de Hermilo não apoiar politicamente Araes.

Não aceitando esta justificativa, os que apoiavam Hermilo se retiraram do MCP: Ariano, Capiba, José de Moraes Filho, Gastão de Holanda e Aluísio Magalhães.

Leda solicitou da Comissão a compreensão para esclarecer este fato, pois nunca pôde colocar a verdade sobre esse episódio. Mas, que em se tratando de um depoimento numa Comissão da Verdade sentiu a necessidade de falar sobre o tema.

Depois do golpe civil-militar de 1964, o TPN saiu do teatro do Parque e alugou o Teatro de Arena. Foram dois anos de muitas dificuldades. Durante a ditadura o TPN sofreu perseguições: sede cercada, invadida, ‘batidas’ com metralhadoras, censura em todos os níveis. O TPN funcionava em um casarão na Conde Boa Vista; o seu corpo de teatro dirigido por Hermilo Borba Filho resolveu fazer denúncias contra a ditadura de forma improvisada. Mesclava os textos teatrais com as informações que deveriam ser difundidas; a censura enlouqueceu, não sabia a cada dia o que o grupo ia fazer. Veio o 477 que proibiu reunião, congresso, tudo era vigiado. As verbas do Ministério da Cultura foram cortadas, como também as ajudas da Prefeitura e do Estado.

Leda falou sobre a participação surda na preparação do enterro do Padre Henrique que foi feita no primeiro andar do teatro, às escondidas. A situação ficou cada vez mais difícil e os diretores do TPN se espalharam por outras cidades.

Com a perda do emprego de Hermilo na prefeitura do Recife, as dificuldades foram cada vez maiores; Hermilo adoeceu, faleceu e o TPN não suportou o desgaste e quebrou.

O Serviço de Extensão Cultural- SEC/UR foi criado na Universidade do Recife, e formalmente institucionalizado pelo então reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, através da portaria nº2, no dia 08 de fevereiro de 1962. Este serviço emerge do debate em torno da modernização da Universidade e da necessidade de democratização da cultura. A sua criação inaugurava um projeto pioneiro de universidade popular. Paulo Freire esteve à frente desse projeto que abrangia desde a questão da alfabetização, a criação da Rádio Universidade, cujo slogan era “uma rádio a serviço da democratização da cultura”⁴⁷⁵ depois se chamou Rádio Universitária e a Revista Estudos Universitários, que esteve a cargo de Luiz Costa Lima, até o final de 63. (foi cassado por 10 anos Ato Institucional nº I).

Apesar dos embates públicos pela imprensa com Gilberto Freyre o projeto foi exitoso e resistiu até 1964, quando veio o golpe, a partir de então,

dar-se-á o desmonte do Serviço de Extensão Cultural da UR – Universidade do Recife, hoje UFPE.

Em 1962, Paulo Freire passou a coordenar este serviço de extensão cultural da UR. SEC/UR. A criação desse serviço atendia às reivindicações estudantis por reformas por reformas dentro da Universidade, e abrangia também os planos de universidade popular propostos por Paulo Freire e pelo reitor João Alfredo. A SEC/UR foi à primeira experiência de extensão no Brasil⁴⁷⁶.

Além das atividades com a revista e com a rádio o SEC através do programa de Universidade Popular ofereceu cursos para o público extra universitário e desenvolveu pesquisas vinculadas ao sistema Paulo Freire de educação.

As Artes Cênicas constituiu outro rico caldeirão cultural presente nesse pré 64 em Pernambuco através da formação de vários grupos teatrais envolvendo um amplo leque de concepções especialmente na forma de fazer teatro, fosse com relação aos textos produzidos, ou na forma de representar.

Dentre os grupos, destacamos o Teatro de Cultura Popular do MCP representado entre outros por Luiz Mendonça, Luiz Marinho, Nelson Xavier, José Wilker, Ilva Nino, Leda Alves. Para tanto, contribuiu sobremaneira, a criação do Curso Superior de Teatro na Universidade do Recife. O Teatro do Estudante de Pernambuco com a participação dos importantes teatrólogos Ariana Suassuna e Hermilo Borba Filho. Contudo, foi através da fundação do Teatro Popular do Nordeste/TPN, em 1960, por Ariano Suassuna, Hermilo Borba Filho, Leda Alves, Evandro Rabelo, Aldomar Conrado, Hiram Pereira e outros, que Pernambuco, especialmente o Recife desenvolveu um permanente ambiente teatral de significativa importância no quadro nacional.

Estabelecido em local, integrado por um pequeno espaço de convivência onde funcionava uma galeria de arte e o chamado barzinho do TPN, tornou-se durante muito tempo um local de permanente encontro de intelectuais, estudantes e de pessoas vinculadas ao mundo do teatro, propiciando muitos debates culturais e políticos sobre o mundo das artes e da política nacional e local.

As autoridades policiais consideravam o local como sendo um “antro de marginais”, mantendo-o por essa razão em constante monitoramento através da presença de agentes civis camuflados de “amantes do teatro e das artes em geral.” Além disso, através do DOPS /SSP-PE, abertamente se faziam ameaças e realizavam incursões no recinto, apostando na possibilidade da localização de “subversivos,” foragidos da polícia política do Estado. O Comando de Caça aos Comunistas – CCC, através dos seus métodos terroristas de ação também se fazia presente, ameaçando constantemente, através de telefonemas anônimos, a invasão do teatro.

Outro interessante grupo criado nessa época foi formado por músicos, compositores, cantores (as)

atores e atrizes como Teca Calazans, Zélia Barbosa, Paulo Guimarães, Marcelo Melo e Benjamim Santos, entre outros, com o objetivo de divulgar a música regional através da montagem de espetáculos teatrais envolvendo teatro e música como foi o caso do espetáculo denominado “Cantochão,” que desfrutou de grande sucesso junto ao público nesse período face às temáticas abordadas que incluía uma forte crítica à ditadura e suas diversas formas de repressão, notadamente a censura.

A permanente censura sobre os shows musicais, não poupou o escritor, compositor e cantor Francisco Buarque de Holanda o famoso Chico Buarque, presente na cidade do Recife, para uma série de apresentações no Teatro Santa Isabel, junto com o grupo musical MPB 4. O compositor foi recepcionado com uma convocação feita pelo Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, para comparecer a Secretaria de Segurança Pública e lá prestar alguns esclarecimentos sobre o espetáculo a ser encenado. Esse depoimento de Chico Buarque consta do livro de Hiram Fernandes⁴⁷⁷, conferindo-lhe ainda um prontuário específico junto aos órgãos de segurança em nosso Estado.

Muito interessante, é o caso do Cônsul Francês Marcel Morim que esteve nesse cargo entre 1955 a 1966, em Pernambuco, período em que foi permanentemente monitorado pelo Cenimar, em virtude das suas posições políticas.

Sobrevivente das lutas ocorridas na resistência francesa, durante a II Guerra Mundial, quando foi gravemente ferido tendo nessa ocasião perdido uma das pernas. A conduta do diplomata chamou atenção das autoridades policiais, pelo relacionamento mantido com militantes comunistas, entre os quais a médica Naíde Teodósio e, além disso, em nenhum momento se furtou em apoiar de forma aberta vários jornalistas perseguidos pela repressão como foi o caso de Carlos Garcia conforme já relatado em relatoria específica.

Amigo de Arraes realizou articulações na França, junto a senadores franceses visando garantir a segurança e permanência do governador em território francês. Incentivador das manifestações populares locais, entre os quais os blocos de pau e corda, apaixonaram-se pelo bloco carnavalesco Inocentes do Rosarinho, promovendo sua ida a França para realizar apresentações. Em contrapartida foi presenteado pelo compositor João Santiago com a marcha de bloco “Inocentes em Paris”, onde em várias partes da letra é citado o seu nome, Marcel Morin⁴⁷⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos seguintes, a recomposição do Movimento Estudantil ocorre de modo precário, passando o mesmo a desempenhar um papel pouco expressivo na política local e nacional. O silenciamento ocorrido na Universidade se explicaria pelo expressivo número de líderes estudantis se encontrarem nesse momento na clandestinidade integrados aos grupos armados da guerrilha urbana, muitos dos quais mortos ou tornados desaparecidos.

A partir da 2ª metade da década de 1970, ganha relevo a participação de setores médios da população, através de entidades não necessariamente políticas na sua origem, a exemplo da CNBB, da OAB e de outras associações profissionais.

Em Pernambuco, essas entidades articulam-se no “Trabalho Conjunto”, cujas reuniões ocorriam na antiga sede do MDB da João de Barros, integrando posteriormente a secção local do Comitê Brasileiro de Anistia – CBA, lançado formalmente em maio de 1979 na sede de Diretório Central dos Estudantes.

O Movimento Estudantil inicia seu processo de organização e mobilização a partir da segunda metade de 74. Entre 1979 e 1980, a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos vão contribuir para inaugurar um novo ciclo na história política do país e em Pernambuco.

RECOMENDAÇÕES

As distintas realidades observadas nas universidades pernambucanas, escolas secundárias e meio artísticos e culturais, bem como o grande número de violações aos direitos humanos ocorridas nessas instituições nesse período, nos levam a sugerir a criação de Comissões da Verdade na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, nas Escolas Secundárias Pernambucanas, especialmente o antigo Colégio Estadual de Pernambuco, hoje Ginásio Pernambucano, e o antigo Colégio Estadual do Recife, atualmente Éfrem Escola de Referência de Ensino Médio Sizenando Silveira.

Além disso, o meio artístico cultural envolvendo as artes cênicas, música e artes, envolvendo a pintura e escultura carece de levantamentos específicos que, de modo transparente, revelem o importante papel desenvolvido por esse segmento na construção de uma sociedade mais democrática apoiada em suas raízes e manifestações culturais.

NOTAS - CAPÍTULO 13

- 422 VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: a Revista Estudos Universitários (1962-1964). 2010. 232 Cf. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- 423 CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada**. Recife: CEPE, 2009.
- 424 MELO, Marcelo Mário de. **David Capistrano**: entre teias e tocaias. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- 425 FERNANDES, Hiram. **Confidencial**: documentos da ditadura militar. Recife: CEPE, 2013, p. 59.
- 426 MELO, op. cit.
- 427 Informações retiradas do Processo de pedido de reparação nº 405/01 da SEJUDH. Consultar no site da Cepe, já citado.
- 428 IPM de fls. 1699 a 1704, objeto do processo nº 35.970, existente nos arquivos do STM. Apud: FERNANDES, op. cit.
- 429 Processo nº 275/01 da SEJUDH. Cf. no site da Cepe.
- 430 Documento intitulado “Relato da Família Teodósio sobre a repressão sofrida durante a ditadura civil militar” entregue à CEMVDHC pela filha do casal Marta Regueira Teodósio, onde se encontram relatados em detalhes os momentos dramáticos vividos pela família decorrentes das prisões, e demais violações de Direitos Humanos que sofreu toda a família.
- 431 SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE**: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- 432 Ofício 2 – IPM do Quartel General da 7ª Região – 7401 de 7/7/64, dirigido pelo major Pereira Paes, encarregado do IPM, ao reitor da Universidade do Recife, ocasião em que solicita um conjunto de documentos .
- 433 SANTOS, op. cit., p. 253.
- 434 Ibid., p. 121.
- 435 Ainda foram presos os professores: Eliazar Machado, Paulo Freire e Germano Coelho.
- 436 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008, p. 33.
- 437 Pedido de busca nº 287 – B-E/2 do Ministério da Guerra. IV Exército. EM – 2ª secção, 2 de junho de 1965.
- 438 MACHADO, Otávio Luiz (Org.). **Aspectos da História dos jovens em Recife pós anos 1960**. Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013.
- 439 Idem.
- 440 ROCHA E SILVA, Simone Tenório. **Em busca da utopia**: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968). 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- 441 MOTTA, p. 184-186.
- 442 SANTOS, op. cit., p. 243.
- 443 Ver depoimento de João Bosco Tenório Galvão à CEMVDHC no dia 15 de dezembro de 2015 e o site da Associação Universitária Internacional (AUI). Disponível em: <http://www.aui.org.br/livro/fotos_turma.asp>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- 444 Depoimentos de José Arnóbio e João Bosco Tenório em 15 de dezembro de 2015 e de Paulo Pontes da Silva. Processo nº 056/01 da SEJUDH.
- 445 ROCHA E SILVA, op. cit.
- 446 Processo SEJUDH nº 381/01 de Paulo Roberto Pereira Guimarães. Cf. site da Cepe.
- 447 Processo de SEJUDH de Lília nº 421/01.
- 448 ROCHA E SILVA, op. cit.
- 449 Sobre o CCC, vide ROCHA E SILVA, op. cit.
- 450 Sobre o Congresso de Ibiúna, ver o capítulo "Estrutura da Repressão" que trata sobre a montagem de um Álbum de Fotografias com todos os participantes do Congresso, da UNE, idealizado e posto em prática pelo Coronel Clidenor de Moura Duarte, através de seus assessores militares. Esse Coronel foi inclusive chefe da Agência do SNI no Recife, entre 1978 e 1987, atuando junto às universidades conforme podemos comprovar através de documentação cedida pela própria UFPE.
- 451 Coletânea de Ofícios (total de 112) compreendendo o período de 22/12/79 a 15/04/83, trocado entre a Reitoria da UFPE e outros dirigentes universitários, com o DSI, o chefe da Agência do SNI/Recife e o delegado do MEC/PE. Documentos cedidos pela gestão do prof. Anísio Brasileiro, atual reitor da UFPE.
- 452 Investigador de polícia lotado no DOPS-PE. Parece que as ameaças eram de lhe quebrar as pernas, o que é mais um agravante já que ficou paraplégico.

- 453 Assinalados nas Fontes Documentais e Testemunhais de investigação.
- 454 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- 455 Ibid.
- 456 SANTOS, op. cit., p. 47-49.
- 457 Ibid., p. 244 -245.
- 458 SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. **Para uma história da Sociologia em Pernambuco**: a Pós-Graduação (1963-2004). Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2005, p. 55-61.
- 459 Ibid.
- 460 OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964**: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- 461 BRITTO, Jomard Muniz. **Contradições do homem brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1964.
- 462 Josué de Castro é autor de inúmeras obras entre as quais “Geografia da Fome”.
- 463 Paulo Cavalcanti escreveu vários livros de literatura. A sua última produção foi “O Caso eu Conto como o Caso foi: Memórias Políticas” em 4 volumes. Uma obra sobre história política e social de Pernambuco.
- 464 A Universidade do Recife posteriormente nomeada Universidade Federal de Pernambuco.
- 465 CARVALHO, Mario Cesar. Céu & inferno de Gilberto Freyre. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2000.
- 466 Lucinha Moreira estudou Filosofia na década de 1950. Foi bastante atuante junto aos movimentos estudantis. Foi representante estudantil na União dos Estudantes de Pernambuco - UEP, do Diretório Central dos Estudantes - DCE e da União Nacional dos Estudantes - UNE.
- 467 Em seu depoimento à CMVDHC, em 25 de outubro de 2015.
- 468 BORBA, Sabrina Maia Cavalcanti. **Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular e a contribuição do Diário de Pernambuco**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006, p. 37.
- 469 Ibid., p. 38.
- 470 LEITE, Sebastião Uchoa. Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, set. 1965.
- 471 Prontuário Funcional do MCP – Doc 1501 – D. 1960 - 1984. Fundo 29841 – APEJE.
- 472 COELHO, Germano. **MCP**: história do Movimento de Cultura Popular. Recife: CEPE, 2012.
- 473 Frase alusiva à pedagogia tradicional de se aprender a contar e a escrever.
- 474 Segundo o depoimento de Luiz de Mendonça, sobre a experiência do Teatro de Cultura Popular de Pernambuco. Reproduzido de “Arte em revista”, ano 2 n. 3, 1964. Os fundadores do TEP foram Ariano Suassuna, Clênio Wanderley, Hermilo Borba Filho, João Cabral de Melo Neto e Francisco Brennand.
- 475 O responsável pela rádio foi o gráfico amador José Laurênio.
- 476 VERAS, Dimas Brasileiro. O Professor Universitário como um Educador: as contribuições de Paulo Freire 1950/1960. **ANPUH – XXVIII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013.
- 477 FERNANDES, op. cit.
- 478 NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI)**: o Estado de Pernambuco vigiado. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CAPÍTULO 14.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Texto elaborado sob a responsabilidade da relatora Nadja Maria Miranda Brayner com a colaboração de Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Manoel Severino Moraes de Almeida e Rafael Leite Ferreira.

INTRODUÇÃO

Na sessão do dia 17 de julho de 2014, realizada no Auditório Calouste Gulbenkian na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), destinada à tomada de depoimentos de jornalistas sobre o exercício de sua atividade profissional no pós 1964, o Coordenador da CEMVDHC, o advogado Fernando de Vasconcellos Coelho deixou registradas essas significativas palavras:

Tenho ouvido e constatado com frequência, nas palestras feitas, sobretudo, em Diretórios Acadêmicos e órgãos estudantis, a surpresa de estudantes, jovens estudantes, diante de fatos que são hoje comprovados e vêem sendo denunciados pelos membros da Comissão.

Demonstrando surpresa perguntam:

- “Mas aconteceu isso aqui no Estado”? Quer dizer, na verdade, a censura que se estabeleceu nos meios de comunicação, entre outras medidas, impediu a construção de uma memória evitando que um contingente expressivo da população tomasse conhecimento da realidade ao seu redor ⁴⁷⁹.

Nesse sentido, essa relatoria nasceu da necessidade de identificar, em Pernambuco, mesmo que de forma incompleta, violações aos direitos humanos perpetradas pelos órgãos de repressão junto aos meios de comunicação (imprensa escrita e emissoras de radiodifusão), particularmente sob forma da censura que atingiu, de modo especial, os profissionais vinculados às atividades jornalísticas e editoriais (jornalistas, repórteres, fotógrafos, chargistas, operários das oficinas gráficas, etc.), durante o longo período ditatorial inaugurado com o golpe de 1964.

Essas ocorrências de caráter repressivo envolvendo, além da censura, perseguições, demissões,

prisões, torturas e até mortes não se constituíram, na verdade, em uma novidade em nosso país posto que, durante a década de 1930, especialmente no período do Estado Novo, a partir de 1937, alguns profissionais da imprensa já tinham sido penalizados de diversas formas pelos governos de Getúlio Vargas e, em Pernambuco, pelo do interventor Agamenon Magalhães.

Apesar do foco dessa relatoria estar voltado para os atos dos agentes públicos da repressão contra os órgãos e profissionais dos meios de comunicação, foi inevitável estabelecer, durante a elaboração deste relatório, o contraponto resistência versus colaboração no interior do próprio meio profissional jornalístico.

Não podemos esquecer que, ao lado da violência policial do estado se desenvolveu um controle político ideológico exercido pelos proprietários dos grandes jornais, gerando o colaboracionismo de alguns profissionais da imprensa em apoio ao golpe, o que muito contribuiu para a instalação de um clima de permanente perseguição e ameaças nas redações dos principais jornais locais.

Além das questões já mencionadas, será considerada também a repressão exercida sobre as entidades e associações de classe dos profissionais de comunicação – a Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP) e o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco.

É importante ressaltar, na elaboração da relatoria, as dificuldades encontradas na tentativa de reconstituição desse passado, em decorrência de fazê-lo dezenas de anos após esses acontecimentos, quando um grande número de pessoas que podiam esclarecer os fatos já não mais convivem entre nós, sem falar na prática, usualmente adotada pelas ditaduras, de destruição dos documentos depositados nos arquivos públicos.

Contudo, apesar desses problemas, conseguimos localizar prontuários e outros documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco/DOPS depositados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, APEJE; os Proces-

sos de Pedidos de Reparação encaminhados pelas vítimas da repressão junto à Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco/SEJUDH; bem como livros, jornais e impressos diversos.

Além dessas fontes documentais, entendeu a Comissão que seria da maior importância ouvir aqueles que diretamente vivenciaram essas violências que, todos nós sabemos, não ficaram restritas aos mesmos, mas atingiram toda a sociedade brasileira, sobretudo através da censura que se exerceu em termos sem precedentes em nossa história política, impedindo o conhecimento sobre o que de fato ocorria no país.

Nesse sentido, foram ouvidos 15 jornalistas que, em sessões públicas realizadas nos dias 3/10 e 5/11 de 2013 e 17/07, 16/12 e 17/12 de 2014, prestaram depoimentos diretamente aos membros da CEMVDHC.

Além desses depoimentos valiosos, face à riqueza de detalhes das informações sobre o período analisado, cabe registrar nossos agradecimentos ao apoio e generosidade desses profissionais que, além de fornecerem documentos diversos dos seus acervos particulares, inclusive inéditos, indicaram fontes bibliográficas e disponibilizaram tempo e paciência para prestar outros esclarecimentos com o único objetivo de contribuir para a recuperação da memória do jornalismo pernambucano durante este período.

De modo especial agradecemos ao escritor, poeta e jornalista Samarone Lima, a disponibilização de 130 depoimentos gravados em conversas com militantes de diversas organizações políticas, que integravam seu acervo pessoal e hoje integram os arquivos da Comissão.

Como parte das atividades da relatoria, realizamos também um debate público, com o jornalista Audálio Dantas, por ocasião do lançamento do seu livro “As Duas Guerras de Vlado Herzog,” ocorrido no dia 10 de dezembro de 2012, em parceria com a Livraria Saraiva do Shopping Rio Mar, no Recife. Nesse debate, o jornalista destacou fatos relevantes para o conhecimento do contexto de terror vivido pelos jornalistas nos anos 1974-1975, que redundaram na morte do jornalista Vladimir Herzog, forjada pela repressão como “suicídio”. Além de reconstituir em detalhes este grave episódio, desmontando a versão oficial da morte de Herzog, Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo no período 1975-1978, também resgatou, nesse livro, o papel desempenhado pelo Sindicato dos Jornalistas na denúncia desse assassinato cometido por militares nas dependências do II Exército, no Estado de São Paulo ⁴⁸⁰.

Finalmente, através dessa relatoria, prestamos homenagens póstumas a dois, importantes jornalistas pernambucanos: Maria Cristina de Lima Tavares Correia e Geneton de Moraes Filho.

Cristina Tavares, além de contribuir como jor-

nalista no combate à ditadura, denunciando as violências praticadas contra todos os segmentos da população, deu continuidade à sua luta através do exercício de mandatos parlamentares iniciados em 1979, quando foi eleita deputada federal pelo partido do Movimento Democrático Brasileiro, à época denominado “MDB autêntico”.

Na condição de deputada federal, deu uma enorme contribuição à luta contra a censura e pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. São conhecidos seus discursos proferidos na Câmara dos Deputados, “A Censura é um atentado à liberdade”, pronunciado em 10 de março de 1981, onde denuncia a censura sobre o jornalismo e outras formas de expressão e “Contra a privatização das Teles” pronunciado em 20 de abril de 1989, onde relaciona as medidas tomadas pelo governo federal no sentido de promover a privatização do setor. Além disso, presidiu uma Comissão de Imprensa, contra a censura prévia, que serviu de subsídio para uma ação que Aduino Lúcio Cardoso ajuizou contra o regime militar, para impedir a instalação da censura prévia no Brasil ⁴⁸¹.

Homenageando a amiga e companheira de lutas logo após sua morte, o então deputado federal Fernando Lyra, em reconhecimento à importância da sua vida dedicada às lutas democráticas, deixa registrado em pronunciamento na Câmara dos Deputados, em fevereiro de 1992, estas emocionantes palavras: “Guerreira Cristina, cujas mãos só carregaram bandeiras. E que bandeiras! Bandeiras da liberdade, da justiça, da dignidade, da soberania nacional, do compromisso com a vida” ⁴⁸².

Maria Cristina de Lima Tavares Correia morreu, prematuramente, em Houston, nos Estados Unidos, aos 56 anos de idade, no dia 23 de fevereiro de 1992, após lutar bravamente durante vários anos contra um câncer ⁴⁸³.

Geneton de Moraes Neto, o respeitado jornalista, escritor, documentarista e repórter investigativo pernambucano, reconhecido por todos os seus amigos e profissionais dos meios de comunicação como “genial” face ao seu enorme talento como repórter, deixou um extraordinário legado na história do jornalismo brasileiro.

Pioneiro na busca da verdade histórica, particularmente com relação aos episódios relativos ao período após o golpe de 1964, ficou notabilizado por suas entrevistas e documentários realizados ao longo de uma carreira de 44 anos de jornalismo.

Entrevistou importantes personalidades do mundo inteiro. No Brasil, realizou entrevistas consideradas antológicas, ao enfrentar corajosamente os militares considerados como os mais violentos durante o período da ditadura, “os chamados militares da linha dura,” entre os quais, os generais Leônidas Pires Gonçalves, Newton Araújo de Oliveira e Cruz e o coronel Jarbas Gonçalves Passarinho.

Entrevistou ainda quatro ex-presidentes brasileiros, o embaixador americano Lincoln Gordon,

de quem conseguiu extrair informações de extrema relevância sobre a montagem do golpe de 1964 junto aos militares brasileiros, mas também ex-guerrilheiros adeptos da luta armada como Carlos Eugênio da Paz, o “Clemente”, como era conhecido pela esquerda no Brasil. Sua trajetória profissional foi assim por ele sintetizada:

Fazer jornalismo é produzir memória. Eis aí uma boa missão. É o que tento fazer. Lugar de exercer patrulhagem ideológica é na cabine de votação ou na mesa do bar, jamais numa redação. Mas há jornalistas que se recusariam a entrevistar um general de “direita” – ou um guerrilheiro de “esquerda”. Repito: minha tribo é outra. Não é a patrulhagem ⁴⁸⁴.

E mais adiante:

Penso que posso, como jornalista, dar uma contribuição mínima ao meu país: fazer do jornalismo que pratico uma fonte de produção de memória. Se uma matéria que eu fizer ajudar um telespectador ou um leitor a entender melhor o que aconteceu, estarei satisfeito ⁴⁸⁵.

Geneton de Moraes Neto faleceu em 22 de agosto de 2016, aos 60 anos de idade, vítima de um aneurisma na artéria aorta.

O PAPEL DA MÍDIA NO GOLPE DE 1964

A gestação do golpe e o poder político ideológico dos meios de comunicação

Os meios de comunicação social desempenharam um papel fundamental no processo de desestabilização do governo João Goulart e, em Pernambuco, do governador Miguel Arraes de Alencar.

Conscientes da relevância da utilização da comunicação como instrumento de disputa de hegemonia político-ideológica, partidos e grupos opositores ao governo João Goulart se organizaram através das entidades Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES e o Instituto de Ação Democrática – IBAD, definindo uma estratégia de ação fortemente amparada na mídia, visando a difusão do seu projeto modernizante conservador, em oposição ao modelo nacional reformista defendido pelas forças progressistas e populares em ascensão no país.

Para levar adiante esse projeto, o IPES, considerado o Centro Estratégico do Complexo IPES/IBAD, formula um discurso baseado no ataque às chamadas velhas oligarquias rurais, ao combate ao comunismo, às ideias socialistas, à crise econômica e aos chamados atos de corrupção atribuídos aos governos dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Coube ao IBAD, através da criação da Ação Democrática Parlamentar/ADEP, entidade esta voltada especificamente

para as candidaturas parlamentares, o papel operacional, ou seja, de colocar em prática as formulações oriundas do planejamento elaborado pelo IPES.

Na tentativa de conquistar a opinião pública para seu projeto conservador, é posta em prática pelo IPES uma competente estratégia política, ideológica e psicológica, através de ações elaboradas pelos seus dois grupos mais importantes vinculados ao setor de comunicação: o Grupo de Publicação e Editoração (GPE) e o Grupo de Opinião Pública (GOP), ambos estruturalmente subordinados, nacionalmente, à coordenação do ideólogo e estrategista político general Golbery do Couto e Silva, considerado um perito em informação e contra informação.

Através da ação desses grupos é promovida a produção, publicação e divulgação de livros, panfletos, jornais, revistas. Ao mesmo tempo, promove-se a realização de palestras, simpósios e debates públicos. Cuida-se também da produção, elaboração, divulgação e apresentação de filmes, peças teatrais, desenhos animados programas diversos de cunho propagandístico para serem veiculados nas emissoras de rádio e televisão.

Visando o fortalecimento de atitudes tradicionais e percepções negativas do chamado bloco popular nacionalista, “O GPE escrevia, traduzia e distribuía material impresso anticomunista, anti-trabalhista e anti-populista” ⁴⁸⁶.

Decisivas foram as contribuições de literatos a exemplo de José Rubens da Fonseca, Raquel de Queiroz, e Nélida Piñon, na adaptação da linguagem de textos dirigidos a públicos estrategicamente selecionados como os mais importantes na formação da opinião pública, dentre os quais empresários, políticos, estudantes, principalmente universitários e mulheres, notadamente as donas de casa, segundo os mesmos, face à sua condição de responsável pela educação dos filhos no respeito aos valores e costumes norteadores da família cristã.

Além disso, filiados ao IPES das mais diversas áreas de formação profissional, entre as quais editores, jornalistas, publicitários, cineastas, bem como empresas vinculadas aos meios de comunicação, tais como editoras e agências publicitárias nacionais e internacionais de pequeno e grande porte, são convocadas a colaborar com as forças conservadoras na produção e manipulação de notícias visando à deposição do Governo João Goulart.

Significativo exemplo constitui a publicação do livro *UNE Instrumento de Subversão*, de Sônia Segnanfreddo em São Paulo, pela editora GRD, 1963, subvencionada pelo IPES, com o apoio de recursos financeiros norte-americanos, visando baratear a publicação junto ao seu público alvo, para servir de apoio na campanha contra a mobilização estudantil em defesa do nacional reformismo.

Quanto à imprensa escrita, adotou-se a estratégia de aproximação com os órgãos de comunicação já existentes, de propriedade de poderosas famílias vinculadas a área da comunicação.

Mediante uma aliança baseada na distribuição de favores econômicos, financeiros e políticos aos proprietários de jornais, em sua grande maioria, formados por industriais com atividades também em outras áreas e políticos institucionalmente eleitos, entre os quais alguns senadores, montaram-se um esquema para a publicação de matérias propagandísticas de caráter político ideológico anticomunista em diversos jornais em todo país.

Ressalte-se que, além das empresas de comunicação, muitos jornalistas colaboraram de forma independente e voluntariamente, em troca de benefícios financeiros e outros favores conforme ficou comprovado, através de farta documentação examinada na Comissão de Inquérito Parlamentar criada na Câmara dos Deputados em abril de 1963, sobre as ações de corrupção do IBAD e de outras organizações subsidiárias, a exemplo da Ação Democrática Popular ADEP, ambas acusadas de graves crimes eleitorais.

Dentre os órgãos de comunicação destacaram-se: a poderosa Rede dos Diários Associados, formada por jornais, rádios e emissoras de televisão de propriedade do jornalista, empresário, mecenas e político Assis Chateaubriand, o famoso Chatô, considerado um magnata das comunicações no Brasil; o *Jornal Folha de São Paulo*, gerenciada por Octávio Frias, um dos membros integrante do IPES; o *Jornal O Estado de São Paulo*; o *Jornal da Tarde* e a *Rádio Eldorado*, pertencente ao Grupo Ruy Mesquita; o *jornal O Globo*, das Organizações Globo, do empresário Roberto Marinho, que detinha ainda o controle da *Rádio Globo*, de alcance nacional; e a *Tribuna da Imprensa*, órgão de propriedade do jornalista e político brasileiro da UDN Carlos Frederico Werneck de Lacerda, governador da Guanabara no período compreendido entre 1960-1965.

Ressalte-se ainda a participação de outros jornais, rádios e televisões, como o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias*, a *TV Record*, a *TV Paulista* e outros órgãos de menor alcance no território nacional.

O contraponto a esses órgãos de comunicação conservadores foi realizado por alguns jornais oposicionistas vinculados a partidos de esquerda, entre os quais *A Voz Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que circulou em grande parte da sua existência clandestinamente e, de modo particular, pelo *Jornal Última Hora* fundado em 1951, no Rio de Janeiro na época, Estado da Guanabara, pelo repórter, jornalista e escritor Samuel Wainer, com o claro objetivo de dar sustentação às posições do Governo de Getúlio Vargas.

Combatendo abertamente os setores chamados por ele de “conservadores e entreguistas”, Wainer

monta uma estrutura de jornal moderno em sua narrativa cobrindo assuntos de variados interesses da sociedade brasileira, de modo especial os dos trabalhadores, sem deixar de lado um discurso agressivo em defesa dos interesses nacionais.

Na difusão do conteúdo político e social do *Jornal Última Hora* eram utilizadas caricaturas e charges como recurso para o humor visual, o que representou uma inovação diante dos outros jornais em circulação, causando um significativo impacto entre seus leitores.

Na sua biografia pessoal, Samuel Wainer relata, sem falsos pudores e de forma corajosa e transparente, além de sua trajetória diante das questões de ordem pessoal que teve de enfrentar face à sua condição de judeu naturalizado brasileiro, os grandes e diversos embates no enfrentamento aos poderosos grupos econômicos, seus concorrentes, para garantir a fundação e funcionamento do seu jornal. Nesse sentido, atacava seus adversários, entre os quais o jornalista Assis Chateaubriand, com inúmeros adjetivos pouco lisonjeiros, acusando-o de concorrência desleal ao utilizar “métodos de gângster” para alcançar seus objetivos em seus negócios e empresas⁴⁸⁷.

Carlos Lacerda, reconhecido polemista e portador de especiais qualidades oratórias, foi também contemplado. Teve que enfrentar o ex-colega de adolescência Samuel Wainer, a quem alguns atribuem a origem do apelido dado à Lacerda de “O Corvo”, em razão de algumas características físicas, somadas ao registro da presença do mesmo em um evento fúnebre trajado de preto. Independente da autoria do apelido, o fato é que o mesmo passou a ser retratado, sistematicamente, no *Jornal Última Hora*, como o “Corvo Golpista”, simbolizado pela caricatura de um corvo com as características fisiológicas de Lacerda.

A imprensa conservadora de Pernambuco

O efervescente clima político existente em Pernambuco nesse período, com a presença de fortes lideranças políticas populares como Miguel Arraes de Alencar e Pelópidas da Silveira, ambos já testados nas urnas e respaldados em uma forte organização popular no campo, e nas cidades, desperta uma especial atenção das forças conservadoras, levando a uma efetiva e significativa atuação do IBAD e de suas outras entidades subsidiárias, entre as quais a ADEP, no sentido de interromper o processo de ascensão social desses seguimentos via compra de votos e outros tipos de fraudes implantadas no processo eleitoral em andamento.

A estratégia desenvolvida junto aos meios de comunicação foi a mesma adotada nacionalmente: investir politicamente junto aos fortes grupos midiáticos locais, considerando a sua estabilidade econômico-financeira e a capacidade de alcance de sua rede de comunicação; cooptar através da

persuasão, com a distribuição de diversos tipos de “benesses”, especialmente recursos financeiros; ou obter seu apoio através de vários tipos de ameaças veladas ou explícitas.

Muito embora circulassem diariamente no Recife, nesse período, sete jornais, é desenvolvida, pelas forças conservadoras, uma ação direta junto aos dois maiores jornais matutinos de expressão no estado de Pernambuco. Trata-se do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Commercio* que, embora fossem comercialmente rivais, no plano político ideológico não apresentavam maiores divergências, praticando o anticomunismo abertamente em suas diversas páginas e colunas e, ao mesmo tempo, trabalhando na busca da simpatia ao ideário udenista representado pela candidatura de João Cleofas ao governo de Pernambuco.

O *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, detentor do título de mais antigo Jornal da América Latina, integrante dos Diários Associados desde 1931, era o representante nordestino da rede de 34 jornais que Assis Chateaubriand construiu ao longo de sua vida.

Além do jornal, a *Rádio Clube de Pernambuco* integrava a rede que, embora fundada em 1919 por outros empresários, foi adquirida em 1952 pelo grupo, passando a pertencer à cadeia dos Diários Associados, e ainda uma emissora de televisão, a *TV Rádio Clube*, inaugurada em 1960 e tornando-se mais uma das emissoras da Rede Tupi de Televisão.

Por outro lado, o *Jornal do Commercio*, foi fundado em 1919, pelo paraibano Francisco Pessoa de Queiroz, empresário, diplomata e político. O Grupo Pessoa de Queiroz, como era conhecido pelos pernambucanos, era constituído, além do matutino, pelo vespertino *Diário da Noite*, a Rádio Jornal do Comércio fundada em 1948, com uma rede formada por 5 (cinco) difusoras espalhadas pela Zona da Mata e Agreste de Pernambuco, e ainda um canal de televisão inaugurado em junho de 1960, a TV Jornal do Comércio, montada com equipamentos modernos e excelentes instalações físicas, consideradas funcionais e luxuosas para os padrões da época.

Esses órgãos de comunicação, além de receberem grandes somas em dinheiro para difusão de vários tipos de propaganda advindos da região sul do país, organizavam programações locais com seus jornalistas, repórteres e apresentadores pagos para a produção desses programas locais, em geral de debates e entrevistas veiculados na rádio e na televisão. Um dos quadros de maior sucesso exibido nesse período foi a “Cadeira de Engraxate”, produzido e apresentado todos os sábados, no programa de variedades “Noite de Black-Tie”, pelo radialista e ator Rui Cabral.

Vivendo o personagem de um engraxate, o radialista convidava e entrevistava ao vivo, no auditório da própria TV Jornal do Comércio, perso-

nalidades e políticos com o claro objetivo de obter dividendos de caráter eleitoral. Assumindo postura contrária às ideias progressistas, o ator fustigava os convidados provocando-os de diversas formas. Pela cadeira do engraxate passaram importantes políticos, entre os quais, Juscelino Kubitschek e o próprio Miguel Arraes de Alencar.

Na documentação examinada na CPI do IBAD foi possível constatar que alguns apresentadores de televisão foram remunerados financeiramente, para declarar publicamente o apoio ao candidato udenista João Cleofas, na rádio e na televisão, dentre eles Florisa Rossi e Fernando Castelão, apresentador do programa “Você faz o Show” que ia ao ar ao vivo no domingo à noite e o próprio Rui Cabral remunerado pelo já referido programa de entrevista da noite do sábado ⁴⁸⁸.

A imprensa de esquerda: os jornais “A Folha Do Povo” e “A Hora”

É relevante a participação da imprensa de esquerda em Pernambuco desde o início do século passado, bem como as práticas de censura aos profissionais ligados a essas publicações desde o Estado Novo e de modo particular, no Regime Militar iniciado em 64.

A *Hora Social*, jornal criado em 1920, organizado pela Federação da Classe Operária em Pernambuco, foi um dos primeiros jornais proletários da cidade do Recife. Dirigido pelo gráfico Sindulfo Correia Josué, que trouxe para o jornal o lema “Órgão do Povo e Para o Povo”. O jornal sofreu todo tipo de perseguição, levando, com frequência, seus redatores a prestar esclarecimentos junto às autoridades policiais. Finalmente, em decorrência de uma edição datada de 26 de outubro de 1920 que, segundo as autoridades, teria sido o estopim para uma greve, o jornal foi invadido, tendo suas oficinas destruídas forçando o mesmo a deixar de circular em 11 de dezembro desse mesmo ano. Outros jornais foram criados, mas tiveram um funcionamento de curta duração.

Em primeiro de junho de 1935, Osório de Lima e o escritor Rubem Braga colocaram em circulação a *Folha do Povo*. Apoiador de Prestes e da Aliança Nacional Libertadora – ANL, o jornal sofreu perseguição policial, forçando os redatores Rubem Braga e Mota Cabral a andarem com habeas-corpus preventivos nos bolsos para qualquer eventualidade ⁴⁸⁹.

Segundo Sindulfo Correia Josué, uma comissão formada por representantes da ANL, entre os quais médicos, jornalistas e líderes sindicais financiaram e colocou em funcionamento a “Folha do Povo”, como órgão dos comunistas, sob a direção política de Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro e dirigente do PCB em Recife. A firma constituída para financiar o jornal foi a Editora *Folha do Povo Ltda.*, e contou com

importantes personalidades que contribuíram financeiramente através da compra de cotas para o funcionamento do jornal, entre os quais, o escritor Paulo Cavalcanti, Hiram Pereira, Pedro Mota Lima, David Capistrano da Costa, Sindulfo Correia Josué, Edvaldo Ratis, Rubem Braga, Osório de Lima⁴⁹⁰.

Apesar do apoio de jornais do sul do país, da Associação da Imprensa de Pernambuco (AIP) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) contra a violência policial dirigida aos seus profissionais, incluindo redatores e gráficos, na manhã de 24 de novembro, com o início do movimento comunista de 35 em Recife e Natal, a *Folha do Povo* foi empastelada, ficando todo o período da era Vargas, sem funcionar.

Com o Estado Novo, em 1937, e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o conhecido DIP, cresceu e se expandiu a repressão e censura, atingindo até os jornais aliados ao governo ditatorial de Vargas.

Entre 1945 e 1947, com os novos ventos da redemocratização, surgem outros periódicos, entre os quais o quinzenário *A Voz Operária*, de circulação clandestina, produzido e escrito por operários, e a reabertura do jornal *Folha do Povo*, ambos integrantes da rede de comunicação organizada pelo Partido Comunista Brasileiro-PCB.

Embora estruturalmente deficiente, *A Voz Operária*, jornal carioca inicialmente semanal e depois mensal, foi fundado em fevereiro de 1949 pelo Partido Comunista do Brasil-PCB, circulando até fevereiro de 1959, quando foi fechado pelo próprio partido. Voltou a circular, na clandestinidade, entre 1964 e 1975 e, dessa data em diante até agosto de 1979 foi editado no exterior. Com a perspectiva da Anistia em 1979 e a possibilidade de saída da clandestinidade, o PCB suspendeu, no mês de setembro, a publicação de *A Voz Operária*, criando um novo periódico, *A Voz da Unidade*, lançado em março de 80. *A Voz Operária* teve alguns números editados clandestinamente no ano de 1980, em apoio a Prestes, quando ele, no mês de março saiu do cargo de Secretário Geral do PCB. *A Voz Operária* constituía a segunda maior rede com jornais, revistas, editoras e através da agência de notícias *Interpress*, distribuía informações para todo o país.

Em relação ao jornal *Folha do Povo*, a estratégia adotada pelos responsáveis pela sua edição foi publicar um novo jornal, quando o original era fechado pela polícia. Isto ocorreu com a publicação do jornal *Luta*, que substituiu a *Folha do Povo*, em 1935 que, em seguida, foi substituído pelo jornal *O Popular*.

A *Folha do Povo* voltou a funcionar em novembro de 1948, sendo fechada em setembro de 1951, quando é então substituída pelo *A Hora*, que funcionou até 1964. Assim, através de uma circular assinada por David Capistrano dirigida a diversas entidades, é anunciado que a partir de 5 de agosto

de 1961 circulará, em Recife, um novo jornal semanal, *A Hora*, sob seu comando, de caráter nacionalista e popular, visando a defesa das reivindicações mais imediatas dos operários, camponeses, pequena e média burguesia, burguesia nacional. Durante o período de circulação do jornal foram publicadas 141 edições, sendo a última datada de 27 de março de 1964, às vésperas do golpe militar⁴⁹¹.

As emissoras de rádio de Pernambuco durante o Regime Militar

O Recife sempre se destacou como um importante pólo da radio difusão no Brasil, ocorrendo em 1977 uma ampliação nessa participação face à onda de evangelização que se realizou no município, através do rádio. Visando os objetivos deste relatório, iremos tratar das emissoras que estiveram vinculadas por motivos diversos ao contexto ditatorial da década de 1960 e 1970.

A primeira emissora fundada em Pernambuco, em 6 de abril de 1919, foi a Rádio Clube de Pernambuco, considerada pioneira, pelo fato de ter realizado a primeira transmissão oficial em um estúdio improvisado na Ponte d'Uchoa no Recife. Em 1952, passou a integrar à rede dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e a partir de 3 de fevereiro de 2014, até os dias de hoje, adotou a denominação de Rádio Globo Recife, resultado de uma parceria entre os Diários Associados e o Sistema Globo de Rádio.

A segunda emissora, fundada, foi a Rádio Jornal do Comércio, em 3 de julho de 1948, integrando a Empresa Jornal do Comércio, do senador e empresário Francisco Pessoa de Queiroz. Ao enfrentar dificuldades financeiras, em 1970 essa emissora terminou sendo adquirida, no final da década 1980, pelo empresário João Carlos Paes de Mendonça, ocorrendo um conjunto de modificações.

Finalmente, a Rádio Tamandaré surge como a terceira emissora de rádio, criada em 31 março de 1951 por Assis Chateaubriand; em 1982 seu controle acionário é adquirido pelo grupo Edson Queiroz, sendo posteriormente arrendada, em 1995, à Igreja Universal do Reino de Deus. Hoje, pertence ao Ministério Missionário 100% Jesus.

Estas três emissoras, a exemplo dos jornais que compunham suas redes, assim como outras existentes em Recife, a exemplo da Rádio Repórter, Rádio Capibaribe Rádio Relógio Musical, apesar de constar em suas programações noticiários, os mesmos não apresentavam um caráter informativo abrangente, estando sua programação voltada para o entretenimento, com programas de auditório, apresentando cantores e cantoras, orquestras, rádioteatros, novelas e transmissões de futebol. Com a ausência de uma programação que envolvesse debates, que orientasse seus ouvintes reflexiva e criticamente, é compreensível que a censura exer-

cida nessas rádios estivesse voltada para a chamada “defesa da moral e dos bons costumes”, proibindo-se o uso de palavrões e músicas de duplo sentido.

Veja-se o relato do repórter e radialista Geraldo Freire sobre um episódio ocorrido quando trabalhava na rádio Repórter. Devido ao sucesso de seu programa junto à população, por apresentar programas de paradas musicais e lançar discos de cantores populares a exemplo de Lindomar Castilho, o radialista sofreu denúncias à censura feitas pelos próprios companheiros de profissão:

Quando a Repórter disparou, Ivan Lima, que era diretor da Rádio Clube, se sentiu incomodado e foi à Polícia Federal e procurou um delegado que tinha aqui, chamado Demerval Lélis. Começou, então, a perguntar: “Doutor Demerval, a que horas o senhor acorda?” Ele respondeu: “Às sete, oito horas...” Aí Ivan disse: “Olhe, Geraldo Freire está esculhambando... É só música de duplo sentido, é só palavrão, é só putaria de madrugada!” Lembro que na época a gente tinha que ter uma carteira da Polícia Federal para trabalhar ⁴⁹².

Esse fato é relevante para demonstrar as vinculações, de uma parte dos profissionais, junto aos órgãos de segurança que, para enfrentar a concorrência do chamado Ibope, que envolvia as emissoras, não titubeavam em denunciar seus colegas de profissão, aos órgãos policiais ⁴⁹³.

Outro fato relatado pelo radialista diz respeito ao período em que trabalhou na Rádio Capibaribe, em 1978, quando teria se tornado uma espécie de porta voz dos motoristas de táxi do Recife. Nessa ocasião, foi preso junto com os mesmos numa carreta que denunciava a insegurança que estavam vivendo os taxistas em decorrência de muitos assaltos e assassinatos. Esse episódio chegou a travar o trânsito na cidade, acarretando muitos aborrecimentos ao jornalista, que necessitou dar explicações às autoridades policiais no DOPS ⁴⁹⁴.

Apenas duas emissoras se colocaram, durante esse período, na contramão das emissoras citadas, adotando caminhos conectados a defesa dos interesses populares. Foram as Rádios Olinda e Universidade que desempenharam um papel relevante na década de 60, seja pelo caráter educativo predominante na sua programação com relação à alfabetização de jovens e adultos, seja pela valorização da cultura popular local e regional e, em momentos mais tensos após o golpe de 1964, como oposição ao regime militar, colocando-se claramente como agentes aglutinadores das camadas populares e tornando-se, na prática, uma espécie de porta voz das reivindicações e demandas sociais, ressaltando-se as denúncias das violências policiais contra os presos e perseguido políticos.

A primeira delas, a Rádio Olinda, foi fundada em 1953 pelo empresário Arlindo Cardoso de

Moura. Impossibilitada de competir com as outras emissoras existentes nesse período, face às muitas dificuldades de ordem financeira, foi vendida à Arquidiocese de Olinda e Recife, na década de 1960.

Temendo uma intervenção policial, em função da militância de dom Helder Câmara em defesa dos perseguidos e presos políticos, que redundou no monitoramento permanente do Arcebispo pelos órgãos de segurança após o golpe de 64, o Arcebispo de Olinda e Recife, dom Carlos Gouvêa Coelho, transferiu a administração da emissora para as Edições Paulinas, salvaguardando-a desses imprevistos.

A *Rádio Olinda*, além de promover a prestação de serviços, dar destaque ao jornalismo e aos esportes, desempenhou um papel relevante no que diz respeito à educação, pois era através da mesma que se fazia a difusão da programação do Movimento de Educação Popular MEB, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos do meio rural.

Desse modo, através do exercício da educação pedagógica dirigida às camadas mais pobres da população, era realizada toda uma reflexão crítica sobre a realidade social do país e, de modo particular sobre o Nordeste, tornando-se a mesma uma espécie de porta-voz das reivindicações dos movimentos populares.

Ressalte-se a existência do espaço reservado, diariamente, para as palavras do Arcebispo, o que era considerado o ponto alto da programação onde, através de profundas reflexões, Dom Helder Câmara manifestava suas idéias e preocupações com a situação de pobreza e miséria do nordestino e com a defesa dos direitos humanos, face à violência reinante no campo neste período ⁴⁹⁵.

Referindo-se à censura realizada a essa emissora de rádio, informa em depoimento, Lailson:

[...] aquela listazinha que Jodeval falou, Ivan falou, eu vi na rádio Olinda. Minha namorada na época, ela trabalhava na Rádio Olinda, e quando eu ia buscá-la estava lá, pregado no quadro de avisos: “Não pode escrever a palavra camponês. A palavra camponês é subversiva, remete às Ligas Camponesas, a Francisco Julião...” e então você tinha que usar eufemismos, que hoje a gente tem nessa linguagem politicamente correta ⁴⁹⁶.

A segunda foi a *Rádio Universidade*, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco, fundada em 1963, no reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (1959-1964), por iniciativa do educador Paulo Freire, como um Setor de Rádio e Televisão integrante, ao lado da Revista Estudos Universitários, do Serviço de Extensão Cultural da UFPE – SEC. A emissora possuía uma programação de caráter eminentemente cultural e educativa,

voltada para a formação da cidadania.

A Rádio, gozando de plena autonomia de produção e expressão intelectual, constituiu um instrumento fundamental na difusão dos objetivos preconizados pela SEC. A rádio era dirigida por José Laurêncio de Melo, radialista com experiência anterior na BBC de Londres e antigo membro do coletivo de artes gráficas da cidade do Recife, que adotou como slogan da emissora: “Rádio Universidade do Recife, a serviço da democratização da Cultura”⁴⁹⁷.

O fato de não possuir qualquer vinculação partidária, muito menos com o Partido Comunista Brasileiro/PCB, não o fez escapar da ira do escritor e sociólogo Gilberto Freire, em guerra declarada ao Reitorado de João Alfredo, particularmente pelo grande espaço ocupado pelos projetos de Paulo Freire com apoio irrestrito do reitor, taxados pelo mesmo como esquerdistas, comunistas etc.

Tudo indica que a grande irritação de Gilberto Freyre com José Laurêncio de Melo, teria se dado após a colocação no ar de um programa radiofônico derivado do Movimento de Cultura Popular e alfabetização. Para o mesmo, o reitor tinha permitido que “comunistas” ou “para comunistas” “tomassem” a Rádio Universidade. Nesse sentido, os jornais locais eram municiados diariamente com artigos contendo denúncias e críticas contra o reitor João Alfredo e aos jovens intelectuais e professores integrados ao SEC, entre os quais Luiz Costa Lima, Juracy da Costa Andrade, Paulo da Silveira Rosas, Jomard Muniz de Brito, Jarbas Maciel, Almeri Bezerra.

Em depoimento prestado à Comissão, Juracy da Costa Andrade informa que iniciou sua carreira em 1962 na Rádio Universidade, compondo a equipe de Paulo Freire, e que durante os primeiros meses após o golpe nada aconteceu na Universidade, pois os coronéis estavam preocupados com as lideranças vinculadas às ações no meio rural, como Julião, Gregório Bezerra, e outras lideranças camponesas.

Segundo o mesmo, só se lembraram da Universidade lá para o mês de julho e agosto, quando foi instalado o Inquérito Policial Militar/IPM da Universidade, segundo seu ponto de vista, por conta da insistência de Gilberto Freyre, que afirmava estar o reitorado de João Alfredo cheio de comunistas.

Juracy da Costa Andrade que, na época, possuía dois programas na rádio, foi preso em agosto de 1964 por ordem do coronel Ibiapina, sendo levado para o IV Exército e submetido ao tratamento usual do isolamento na “cafua”, por onde teriam passado outros presos nesse período, conforme já relatado neste relatório. Sobre estes momentos vividos nas mãos da repressão, ele declara:

Bom, aí eu fiquei preso e quando foi lá pro fim do mês o capitão mandou me chamar, aí eu digo: “Mas capitão, o senhor mandou me

prender por quê? Eu estava num local certo e sabido, tudo direitinho, já tinha feito um depoimento ao senhor [...] e ele disse: “Ah, não. É pra vocês não se combinarem em depoimentos.” Meu Deus do Céu! Eu já tinha tido seis, sete meses pra combinar os depoimentos que quisesse, não é? É a mentalidade curta. Dois dias depois ele me mandou embora, e foi a única prisão que eu sofri”⁴⁹⁸.

Mais adiante surge outra vez o nome do cônsul francês, em mais um gesto de solidariedade:

Depois disso então, o Cônsul Marcel Morin, famoso, tem muita gente que conhece ele, me arranhou uma bolsa para estudar na França, eu já tinha estudado na França antes do golpe, tinha amigos lá e tudo, mas aí tinha um problema familiar, minha esposa não queria saudades de papai, mamãe, e aí eu fui ficando, fui ficando... fiz uma grande besteira. “Fiz muitas outras, mas essa aí foi muito grande, de não ter voltado pra França, onde pelo menos não teria os problemas que eu tive depois aqui no Brasil.”

O depoente refere-se a censura que teve que suportar em outros jornais, especialmente no jornal alternativo *Opinião*⁴⁹⁹.

Posteriormente, em 1968, a Rádio Universidade, passou a ser denominada de Rádio Universitária AM, e foram criadas a TV Universitária, em 1968, e a Rádio Universitária FM, em 1979. Hoje, todas estas emissoras integram o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU) da Universidade Federal de Pernambuco.

Em algumas destas emissoras de rádio citadas, trabalharam importantes jornalistas, a exemplo de Alexandrino Rocha e Aluizio Falcão, na Rádio Tamandaré e, este último, em 1955, na Rádio Olinda, ocasião onde conheceu o jornalista pernambucano Múcio Borges da Fonseca, que era o chefe de programação da emissora.

O jornal oposicionista Última Hora e a luta contra a corrupção do IBAD

A fundação da sucursal do jornal Última Hora, edição Nordeste, em Pernambuco em 1962, vai transformar o ambiente político local, hegemonicamente dominado pelos dois principais jornais conservadores. Ao colocar-se como porta-voz do Governo João Goulart, o jornal assume a luta em defesa das reformas de base, que em Pernambuco eram apoiadas pelos dois mais importantes líderes políticos locais: os socialistas Pelópidas da Silveira e Miguel Arraes de Alencar que, em suas gestões a frente da Prefeitura do Recife, já tinha demonstrado, na prática, seus compromissos com os trabalhadores do campo e da cidade através da criação

e implantação de políticas sociais consideradas relevantes para a melhoria das condições de vida da maioria da população.

A montagem do jornal foi possível devido ao apoio do industrial progressista José Ermírio de Moraes, então candidato a senador da república por Pernambuco, e do empresário paraibano João Sales Asfora, que convenceram Samuel Wainer da necessidade da criação de um forte veículo de comunicação de oposição no estado, para se contrapor, eleitoralmente, às tentativas de avanço dos chamados setores conservadores, representados pela candidatura de João Cleofas de Oliveira, da UDN. Sabedor do interesse particular de João Goulart na eleição de Arraes, Wainer concordou, finalmente, com o desafio de, num curto espaço de tempo, fala-se em 15 dias, colocar o jornal em circulação.

Em detalhado relato, em seu livro *Os Vulcões de Abril*, o jornalista e ex-secretário da edição nordestina da Última Hora, Ronildo Maia Leite, destaca as inúmeras dificuldades de ordem econômica, financeira e, particularmente, política, que tiveram que enfrentar para garantir a instalação e funcionamento do jornal, durante os cerca de dois anos em que o mesmo circulou⁵⁰⁰.

As iniciais dificuldades de ordem financeira foram resolvidas, através da associação do próprio Samuel Wainer, o bem sucedido empresário, com João Sales Asfora, trazendo larga experiência em mercado de capitais, e José Ermírio de Moraes, engenheiro, industrial e político pernambucano, fundador do grupo Votorantim. Assim foram garantidos os recursos necessários para a compra de máquinas para a instalação das oficinas, no caso, velhos equipamentos adquiridos ao antigo jornal *Correio do Povo*, de propriedade do então deputado trabalhista Edgar Bezerra Leite.

Oficinas precárias, montadas em um velho galpão situado à rua Visconde de Goiana, no bairro da Boa Vista, centro da cidade do Recife, onde funcionava a antiga editora do *Correio do Povo*; algumas poucas máquinas de escrever, falta de estoque de papel, serviço telegráfico internacional desativado, radiofonia desmontada, falta de recursos para contratação de profissionais qualificados, no caso, repórteres e jornalistas; nenhuma dessas dificuldades impediu o funcionamento desse jornal diário.

Rapidamente, Samuel Wainer convida experientes jornalistas, o pernambucano Múcio Borges da Fonseca, então radicado em São Paulo, o carioca Milton Coelho da Graça, que era chefe de reportagem da edição vespertina do *Jornal Última Hora* no Rio de Janeiro, o repórter e jornalista Eurico Andrade e o repórter, jornalista e escritor Ronildo Maia Leite para assumirem a organização e direção do jornal.

Para suprir as dificuldades de contratação de pessoal, particularmente de jornalistas, foi inicialmente organizada uma redação com jovens estu-

dantes estagiários, advindos do recém criado curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Por outro lado, obtiveram contribuições de importantes jornalistas e cartunistas, entre os quais, Aluizio Falcão, Otávio Ribeiro Malta, Paulo Francis, Adalgisa Néri, Sérgio Porto, este último mais conhecido pelo pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, Jaguar e até o famoso colunista social Jacinto de Thormes, que atuavam, em sua maioria, nas sucursais de alguns jornais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

É nesse contexto que o jornal estréia, em 18 de junho de 1962, com um editorial escrito pelo próprio Samuel Wainer sob o sugestivo título “Missão de Guerra”.

Essa manchete, simbolicamente, significava que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, do ponto de vista financeiro, técnico e administrativo e, especialmente, de ordem política, face ao constante monitoramento e à perseguição policial, o jornal tinha uma missão: desmantelar, no Nordeste, o esquema montado contra as reformas de base propostas pelo Governo Goulart. Para tanto, se fazia necessária a eleição de Miguel Arraes ao Governo do estado de Pernambuco.

Sem sombra de dúvidas, o papel da Última Hora foi decisivo na eleição de Arraes em 1962 e no combate ao esquema de corrupção promovido pelo IBAD e a ADEP no processo eleitoral, envolvendo políticos e a imprensa brasileira, representada por empresas e profissionais da área de comunicação.

A forte derrama de recursos de toda ordem, especialmente financeiros, advindos de várias fontes: empresas nacionais, estrangeiras, multinacionais, e do sistema financeiro internacional, através de bancos estrangeiros, são reveladoras dos objetivos pretendidos, de eleger políticos afinados com os interesses do grande capital internacional, infringindo, abertamente, nossa Constituição e, conseqüentemente, pondo em risco a soberania do estado brasileiro.

Proclamada a “Missão de Guerra” pelo próprio Samuel Wainer, o jornal torna-se, no dia a dia, uma verdadeira trincheira anti-golpe na luta em defesa intransigente dos interesses nacionais, fato este largamente reconhecido por significativos setores progressistas e populares da sociedade pernambucana.

Sucedem-se as denúncias contra as ações pró golpe, atos de violência policial contra estudantes e trabalhadores do campo e da cidade, favorecidas pela manipulação da imprensa, e as ações abertas de corrupção promovidas pelo IBAD através do derrame de dólares, em favor de candidaturas, na tentativa de derrotar os candidatos do campo progressista, comprometidos com o projeto nacional do Governo Goulart.

As expressões são fortes: os militares golpistas, são chamados de “gorilas”, os civis são os “vendidos

ao imperialismo americano”, Lacerda era “o Corvo”, e o deputado Amaral Neto, o “Amoral Nato”. As manchetes do jornal seguem a mesma tônica, são fortes e incisivas.

Os indícios da ingerência norte-americana em Pernambuco se denunciam através do registro da presença de numerosos integrantes do movimento “Voluntários da Paz” nas ruas do Recife, jovens americanos ligados a um programa assistencial, que muitos afirmavam tratar-se de agentes disfarçados da CIA.

A nomeação de 15 (quinze) vice-cônsules dos Estados Unidos em Pernambuco, enquanto em São Paulo existiam apenas dois, em efetivo exercício, despertou fortes suspeitos sobre as verdadeiras intenções desses altos funcionários, que se declaravam preocupados com a pobreza e a miséria do nordeste.

Denunciam-se ainda as ações de arregimentação de católicos através do Movimento de Rearmamento Moral e a presença, em Recife, do padre Patrick Peyton responsável pela difusão da Cruzada do Rosário em Família, cujo lema era “A família que reza unida, permanece unida”.

Em 20 de agosto de 1962, o jornal registra com fotografias, o flagrante da chegada ao porto do Recife de uma estranha carga, advinda do hemisfério norte, e estampa a seguinte manchete: “Armas e munições chegam ao Recife para o Consulado Norte-Americano! Duzentas mil balas numa só caixa”. As explicações do Consulado são confusas, não convencem, e agitam ainda mais a disputa eleitoral no estado.

E era tudo verdade, conforme irá “confessar” anos depois o embaixador norte-americano no Brasil naquele período (1961-1966), o economista Abraham Lincoln Gordon.

Em consequência dessa atuação, o Jornal passa a ser alvo de intensa e violenta repressão por parte das forças conservadoras, culminando com a invasão de sua redação pelo Exército no dia 1º de abril de 1964. Na ocasião, são presos o Diretor Geral do jornal, Múcio Borges da Fonseca, o Chefe de Redação, Ronildo Maia Leite e o Diretor de Publicidade, Pascoal Ceglia Neto que, no momento da invasão, preparavam uma edição extra do jornal contrária ao golpe que não chegou a circular, sob o título: “Tropas legalistas Avancam sobre Minas”.

Após a soltura de seus diretores, ainda nos primeiros dias de abril, o jornal ainda tentou se manter em funcionamento regular, quando foi novamente invadido, às 12 horas e vinte minutos do dia 18 de abril de 1964, pelos agentes da polícia política, comandada pelo delegado auxiliar da Secretaria de Segurança Pública do estado de Pernambuco Álvaro Gonçalves da Costa Lima, interrompendo o jornal, definitivamente, suas atividades no Nordeste.

O registro do horário da “visita” policial foi registrado por Clodomir Bezerra, ao fotografar, no

dia seguinte, o relógio da redação perfurado de balas, parado, marcando a hora da agressiva invasão que destruiu as oficinas e os móveis diversos, deixando as instalações físicas do jornal totalmente arrasada.

Nesta ocasião, Samuel Wainer já se encontrava fora do país; Múcio Borges da Fonseca, já solto, retorna a São Paulo, emprestando seus serviços na direção do que restou do jornal na região Sudeste.

A dimensão do papel político, desenvolvido pelo jornal Última Hora, em defesa da democracia e soberania nacional nos conturbados dias pré-golpe de 64, só virá a tona alguns anos depois, com a publicação do livro de René Armand Dreifuss, que analisa a interferência do capital estrangeiro no financiamento do golpe de 64, com a abertura de importantes arquivos nos Estados Unidos e, de modo especial, com a divulgação de parte do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída através da iniciativa do governador Miguel Arraes, para apurar o esquema de corrupção montado pelo IBAD em Pernambuco ⁵⁰¹.

Através das sessões da CPI revela-se o papel desempenhado pelo governador Miguel Arraes de Alencar, que em importante depoimento, denuncia os esquemas fraudulentos montados pelo Complexo IPES/IBAD, em sintonia com a política definida para a América Latina e no caso para o Brasil pelo Governo Kennedy, no contexto da Guerra Fria, visando a submissão da nação brasileira aos interesses do grande capital internacional.

O exame da farta documentação tornada pública pelo próprio Arraes, evidenciou a manipulação, promovida pelos meios de comunicação junto à opinião pública, do financiamento, pelos golpistas, de candidaturas anticomunistas de deputados, senadores e governadores em diversos estados brasileiros, com o objetivo de influenciar os resultados eleitorais de 1962.

Revelam-se, de forma contundente, os beneficiários do esquema fraudulento organizado pelo IBAD e, hoje claramente sabido, pelo Governo norte-americano, comandado no território nacional pela CIA, estrategicamente orientada pelo Pentágono, o Departamento de Estado, e a Embaixada norte-americana no Brasil, conforme bem assinala o ex-deputado Federal Fernando de Vasconcelos Coelho, em seu importante livro: “Direita, Volver: O golpe de 64 em Pernambuco” ⁵⁰².

Particularmente significativas para a recuperação da nossa memória histórica, foram as declarações feitas à imprensa brasileira, sob a forma de entrevista, do embaixador Lincoln Gordon, participante direto das articulações de conspiração pró-golpe.

Em entrevista concedida ao jornalista Roberto Garcia, publicada na revista *Veja* com o título “Castelo perdeu a batalha” e o subtítulo: “A presença da embaixada americana na deposição de João Goulart em abril de 1964”, Lincoln Gordon faz impor-

tantes revelações sobre a participação dos Estados Unidos da América na deposição do Presidente João Goulart, destacando as alianças e articulações entre o empresariado brasileiro, via IPES/IBAD, com a ajuda militar e financeira, coordenada internamente no território brasileiro pela CIA ⁵⁰³.

O embaixador declara, entre outros fatos, que foi procurado por civis e militares pedindo apoio para viabilizar a deposição do Presidente da República, inclusive através de uma ajuda ativa. Que de início, tudo se resumia à implantação de um conjunto de ações oriundas do programa Aliança para o Progresso, em várias áreas: economia, agricultura, saúde, educação e política assistencial, mediante a celebração de acordos comerciais entre órgãos públicos brasileiros, a exemplo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste/Sudene, e a *United States Agency for International Development/USAID*, em português, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Ressalte-se que essa Agência do governo norte-americano, seguia diretrizes estratégicas do Departamento de Estado desde 1961, quando foi fundada pelo governo do Presidente John Fitzgerald Kennedy, para atuar diretamente em colaboração com a CIA na desestabilização de governos não alinhados aos interesses dos Estados Unidos.

Lincoln Gordon esclareceu ainda questões relativas à assistência militar dada, à pedido do governo brasileiro, o que, segundo suas palavras, já se realizava desde a II Guerra Mundial, e que não houve qualquer relação com o seu pedido de maior ajuda militar com o golpe de 64, mas que o fato decorreu de necessidades objetivas de ordem prática, ou seja, a aproximação com a data final de um acordo anteriormente celebrado. Em sua opinião, o fato fora interpretado de maneira errônea.

Informou também, que só percebeu as divisões internas dos brasileiros em julho-agosto de 1963, diante do agravamento da crise econômica e política. E que até janeiro de 1964, acreditava em uma saída dentro da legalidade e que, resolvida a questão econômica, poderia se chegar às eleições de outubro de 1965 com a provável eleição de Juscelino Kubitschek.

Confirma apoio da embaixada na organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, esclarecendo, no entanto, que 98% dos recursos aplicados no evento foram de responsabilidade do IPES, entidade onde, aliás, tinha muitos amigos.

Finalmente declara que, a doação de recursos financeiros para as eleições de 1962, teria sido em torno de cinco milhões de dólares, quantia que considerava insignificante, e que os pedidos eram feitos através dos Cônsules e empresários americanos, e que diversos partidos receberam ajuda. Que a CIA, com seus métodos de operação, usou mecanismos para dissimular esses repasses de dinheiro, através de empresas reais e fantasmas, objetivando a compra de horários de rádio e o este último paga-

mento da produção de material de divulgação dos candidatos.

O fato da embaixada americana no Brasil, ser a maior do mundo neste período, foi justificada aludindo necessidades de ordem técnica diante da existências de muitos programas em execução e das proporções geográficas do país que demandava uma grande quantidade de pessoal. Confirma a presença de muitos agentes da CIA, de militares, funcionários da USAID e do Departamento de Estado, residindo e trabalhando em diversos estados brasileiros. Daí, a necessidade de muitos recursos financeiros para sustentar o funcionamento desta estrutura político-administrativa.

Finalmente, reconhece o amplo apoio dado à oposição brasileira, traduzida em ajuda logística de suprimentos, munições e petróleo. E conclui, referindo-se aos 50 milhões de dólares injetados no Brasil logo após o golpe e os demais 150 milhões, como uma necessidade para o enfrentamento das dificuldades de toda ordem existente no país, e que acreditava que Castelo Branco representava forças democráticas e que sem a ajuda americana, “em vez de regime militar brando”, teríamos tido um regime muito mais repressivo e muito mais autoritário.

Alguns anos depois, por ocasião da sua presença no Brasil e também no Recife, para lançamento do seu livro “A segunda Chance do Brasil”, o embaixador concede uma nova entrevista, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, ao repórter Geneton Moraes Neto, publicada no jornal *O Globo*, em 25 de novembro de 2002.

Incisivo em suas declarações, Lincoln Gordon volta a afirmar que o governo dos Estados Unidos da América deu dinheiro, através da CIA, a candidatos simpáticos ao seu governo, nas eleições de 1962. Que estima que o valor tenha sido de 5 milhões de dólares, o correspondente a cerca de 30 milhões de dólares, a preços de 2002, ou cerca de 100 milhões de reais. Contudo, ressalta que pouco adiantou, pois não se produziram os resultados eleitorais esperados, admitindo mais uma vez que teria sido um erro tal atitude.

Assume, por último, sua concordância com a decisão do seu governo, de deslocar uma frota armada com bandeira americana para a costa do nordeste do Brasil em 64, visando, num primeiro momento, desencorajar possíveis reações em favor do Governo João Goulart, e deixando subentendido que poderia também ter ocorrido uma atuação efetiva caso tivessem ocorrido reações violentas por partes de setores da sociedade brasileira, no nosso entendimento, referia-se aos trabalhadores do campo.

O acesso, por parte da CEMVDHC, a uma correspondência do Cônsul Geral Edward J. Rowell, datada de 7 de abril de 1964, dirigida ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, o tenente coronel Ivan Ruy Andrade de Oliveira, onde são informados os nomes dos procuradores, creden-

ciados pelo Consulado, para tratar de questões relativas a documentação necessária para permanência no Brasil de vários técnicos das mais diversas áreas de conhecimento, corroboram as declarações do embaixador sobre a extensão das missões estabelecidas para serem efetivadas no território brasileiro durante este período.

A REPRESSÃO AOS JORNALISTAS E A CENSURA AOS JORNAIS NO PÓS 64 EM PERNAMBUCO

Repressão policial aos jornalistas no período ditatorial

As primeiras prisões de jornalistas ocorridas em Pernambuco, após o golpe de 64, se deram na redação do jornal Última Hora, no dia 1º de abril do mesmo ano, quando os diretores Múcio Borges da Fonseca, diretor geral do Jornal, Ronildo Maia Leite, chefe de redação, e Pascoal Ceglia Neto, diretor de publicidade, preparavam uma edição extra do jornal contrária ao golpe que não chegou a circular, sob o título: “Tropas legalistas Avancam sobre Minas”. Detidos, os três jornalistas foram levados para 2ª Cia. de Guardas, na av. Visconde de Suassuna, no bairro da Boa Vista, local onde estavam sendo “depositados”, de modo indiscriminado, todos aqueles considerados num primeiro momento como subversivos. Permaneceram neste quartel até serem ouvidos, sendo soltos no dia 3 de abril.

Além desses jornalistas, foram presos ainda, neste mesmo dia, Eurico Andrade, Chefe de Reportagem e Milton Coelho da Graça, que tinha também integrado o quadro funcional do jornal Última Hora, quando, por volta de uma hora da madrugada, distribuíam o jornal *Resistência*, publicação criada improvisadamente, com a manchete “mentirosa” “Arraes Resiste”, conforme depoimento deste último à CEMVDHC. Levados para a Delegacia de Ordem Econômica, pois o Dops encontrava-se lotado de “subversivos”, Eurico Andrade permaneceu preso, enquanto Milton da Graça, mediante um artifício engendrado junto às autoridades policiais, conseguiu se safar, sendo preso, novamente, alguns dias depois, em seu próprio apartamento⁵⁰⁴.

Vinculado ao periódico Última Hora, o jornalista Otávio Ribeiro Malta, conhecido pela repressão pelos fortes artigos escritos no jornal oposicionista contra o movimento golpista em preparação, teve mais sorte, pois apesar de não ter sido preso na ocasião, teve que permanecer, certo tempo, na clandestinidade para não ser detido.

Os jornalistas vinculados ao jornal *Folha do Povo* e depois ao seu jornal substituto, *A Hora*, foram também perseguidos e alguns presos de imediato. Dentre eles foram presos Edvaldo Ratis e Sindulfo Correia Josué, velhos conhecidos da re-

pressão desde o período do Estado Novo por sua militância partidária e sindical junto aos gráficos e ao Consintra.

Edvaldo Ratis, gráfico do jornal *Folha do Povo*, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), prontuariado no DOPS sob o nº 12025 desde a década de 1950, foi preso diversas vezes ao longo de sua vida de militante político. Em 1964, foi preso no dia 19 de abril, permanecendo até o dia 28 de abril no DOPS/PE onde foi submetido a vários tipos de tortura, sendo recolhido para o Quartel do Exército do 1º G.A.COS.M. – Grupo de Artilharia da Costa Mecanizada, no Bairro Novo, Olinda, jocosamente denominado pelos militares como “Colônia de Férias de Olinda”, onde ficou trancafiado, saindo apenas para prestar depoimentos no DOPS. Foi liberado em 22 de junho de 1964⁵⁰⁵.

José Leite Filho, histórico militante comunista, ex-deputado estadual pela legenda do Partido Comunista Brasileiro em 1947, jornalista e redator da *Folha do Povo*, foi preso em 27 de abril de 1964 e levado para a Casa de Detenção do Recife de onde era retirado apenas para prestar declarações na Delegacia Auxiliar da SSP-PE. Sua prisão se deu em cumprimento da solicitação da prisão preventiva decretada pela Junta Militar, sendo expedido um alvará de soltura pela Auditoria Militar da 7ª Região, em virtude de Habeas Corpus concedido pelo Superior Tribunal em 05 de maio de 1965. Posteriormente, foi condenado à pena de 9 anos de reclusão por sentença do Conselho Permanente de Justiça do Exército. As violências contra ele praticadas bem como as sequelas decorrentes das torturas, foram registradas em documento pelo médico Paulo Loureiro, que se encontrava preso junto com o mesmo na Casa de Detenção⁵⁰⁶.

Sindulfo Correia Josué, gráfico-linotipista, importante liderança sindical e militante histórico do Partido Comunista Brasileiro, foi preso no dia 8 de abril de 1964, conforme consta do seu prontuário de nº 5401, sendo também levado para a “Colônia de Férias” de Olinda, sendo retirado para depoimentos na Secretaria de Segurança Pública como ocorreu com Edvaldo Ratis.

David Capistrano, que tinha lançado o jornal *A Hora* em 1961, foi preso neste mesmo ano, duas vezes. A primeira vez em junho, durante uma greve dos estudantes de Direito em Recife, e a segunda em agosto, depois da renúncia de Jânio Quadros, por se integrar à campanha pela legalidade. Com o golpe militar de 1964, conseguiu escapar de ser preso, entrando para a clandestinidade onde passou a trabalhar na rearticulação do PCB, editando o jornal clandestino *Combater*.

Hiram Pereira, militante do PCB, jornalista, ator do Grupo Hermilo Borba Filho do Teatro Popular do Nordeste, e um dos diretores da *Folha do Povo*, tal qual David Capistrano, foi sequestrado em 10 de junho de 1961 e levado para Fernando de Noronha, junto com Irineu Ferreira outro diretor

do Jornal, conforme relato detalhado encaminhado à Associação da Imprensa de Pernambuco, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife e ao Clube de Imprensa de Pernambuco ⁵⁰⁷.

Além desses jornalistas ligados à Última Hora, à Folha do Povo e ao jornal *A Hora*, o então Secretário de Imprensa do Governo de Miguel Arraes, conhecido radialista e jornalista Amaro Alexandrino da Rocha, foi preso no dia 03 de abril de 1964, ao sair da casa de um amigo no bairro da Boa Vista, dando uma carona para um sobrinho do dono da casa. Ambos foram levados para o Departamento de Ordem Política e Social/ Dops e de lá seguiram para o Horto de Dois Irmãos, onde no caminho, na altura da praça de Casa Forte encontraram Gregório Bezerra, amarrado com uma corda no pescoço sendo arrastado para o quartel de Moto-mecanização, para onde também acabaram sendo levados. Segundo suas palavras:

Quando saí do carro, já fui apanhando, levei uma surra de baioneta. Villocq tinha convencido os soldados que a gente ia estuprar as irmãs deles, as esposas deles... Na hora em que o menino ia descendo da Rural, tropeçou e deu uma cabeçada num sargento. Aí disseram “esse rapaz é perigosíssimo” e cobriram ele na tapa. Eu sei que minha roupa ficou toda ensangüentada, quebraram o meu rosto todo, levei um “telefone” [golpe aplicado com as mãos simultaneamente nos dois ouvidos], mas o pessoal do exército não sabia dar telefone, eles ainda estavam aprendendo... Depois nos colocaram num galpão escuro. Foi lá onde conheci o “Cubano”. Aí ficavam dizendo que à meia-noite iam levar a gente para Fernando de Noronha, que tinham resolvido não fuzilar em Dois Irmãos... Isso a noite toda. E eu não podia me sentar, não podia ficar em pé, todo doído ⁵⁰⁸.

Sua prisão foi testemunhada por Paulo Cavalcanti e Abelardo da Hora na 2ª Cia. de Guardas e registrada pelo jornalista Márcio Moreira Alves, em matérias publicadas no *Correio da Manhã* ⁵⁰⁹.

Depois de 31 dias de prisão, graças à interferência de alguns amigos junto ao general Cordeiro de Farias, do vice-governador Paulo Guerra e do então ministro da Agricultura José de Moura Cavalcanti, Amaro Alexandrino da Rocha foi solto, sendo, posteriormente, preso mais quatro vezes, passando por torturas morais e muitas humilhações.

Apesar de todas as violências sofridas, Alexandrino Rocha retoma sua vida profissional, fundando com outros jornalistas a revista *Carta Econômica do Nordeste Ltda.*, Cenel, e assumindo, ainda em 1971, a Chefia de Reportagem da sucursal da *Revista Manchete*, em Recife.

O acompanhamento realizado pelas autoridades policiais sobre suas atividades profissionais

pode ser constatado através de um documento secreto do Serviço de Nacional de Informações, que revela o monitoramento que vinha sendo realizado junto ao setor artístico e meio jornalístico:

Editorialistas da *Revista Manchete* - a) AMARO ALEXANDRINO DA ROCHA, sem dados de qualificação, segundo documentos reservados de 1964, o marginado figura, entre outros, no Relatório da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, abrangendo atividades subversivas no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 1964 ⁵¹⁰.

Além dessas atividades, o jornalista passa a assinar uma coluna no *Jornal do Commercio* e ocupa uma Assessoria junto à Diretoria da TV Globo Nordeste, quando finalmente em 1980, pede demissão da Globo para, à convite de Gilberto Freyre e de Fernando Freyre, trabalhar na Fundação Joaquim Nabuco, até a obtenção de sua aposentadoria em 1998 ⁵¹¹.

Outro profissional da imprensa preso no dia 01 de abril foi o advogado e jornalista Ubiraci Silva Barbosa, ao participar de um comício nas ruas do Recife, denunciando o golpe. Possuidor de uma extensa folha policial, inaugurada desde os anos 50, de modo especial, por desenvolver diversas atividades profissionais junto ao jornal *A Folha do Povo*, órgão pertencente ao Partido Comunista Brasileiro, a exemplo de outros jornalistas vinculados a esse jornal, vivia constantemente vigiado.

Na ocasião foi levado, imediatamente, para a Secretaria de Segurança Pública e em seguida para a 2ª Cia Gd – 2ª Companhia de Guardas, onde permaneceu sofrendo todo tipo de violência conforme testemunho registrado anos depois em um dos livros de memórias, do advogado Paulo Cavalcanti, também preso político naquela ocasião ⁵¹².

Ainda durante o período de sua prisão, o jornalista Marcio Moreira Alves denuncia, através de edição datada de 22 de setembro de 1964 do jornal *Correio da Manhã*, as atrocidades cometidas nas prisões do Recife contra o referido jornalista:

O advogado Ubiraci Barbosa é um sujeito entroncado, de cara redonda. Na noite de 30 de maio foi retirado da cela onde se encontrava, no 1º Grupo de Artilharia da Costa Mecanizada, em Olinda. Teve os olhos vendados com adesivos e foi levado para o local das torturas, que presume ser o Quartel da Subsistência do Exército, pois foi diversas vezes enfiado em uma câmara frigorífica. Diz ter reconhecido a voz do coronel Ibiapina, durante as cinco ou seis horas de interrogatório. Foi posto no pau de arara, ou seja, pendurado em um pau firmado entre duas mesas, com as mãos amarradas sob os joelhos em posição semelhante ao movimento dos remadores quando se in-

clinam para frente. Sofreu ainda o “tratamento” de choques elétricos e ficou de tal forma combalido que a 1º de junho foi socorrido por dois médicos militares, um capitão e um 1º tenente, cujos nomes são sabe. Passou trinta dias tomando remédios e banhos de luz”⁵¹³.

Ressalte-se que durante todo este período em que sofreu torturas, não houve qualquer registro de sua detenção. Ubiraci Silva Barbosa somente teve reconhecida sua prisão, através de seu “registro de preso” parte integrante do prontuário sob o nº 11.534, originário da Delegacia Auxiliar da SSP/PE, na data de 16 de setembro, nos seguintes termos: “16.9.1964 - Foi preso por atividades subversivas. Contra o prontuário foi decretada prisão preventiva pela justiça militar”, seguindo-se a anotação manuscrita de seu recolhimento para a Casa de Detenção no dia 18 de setembro de 64.

Respondeu IPM do IV Exército, conforme relatório datado de 18 de outubro de 1964, acusado de ser “comunista confesso, convicto e atuante” e Inquérito Policial concluído em 19.12.1964, instalado contra o mesmo e outros, considerado como um dos responsáveis por uma célula de base do Partido Comunista Brasileiro junto ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários/ IAPI, incidindo nas penas dos artigos 9º e 10º da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e dá outras providências, sendo demitido do referido Instituto, por força do Ato Institucional nº 01, conforme publicação do Diário Oficial de 09 de outubro de 1964. Ubiraci Silva Barbosa, teve também seus Direitos Políticos Suspensos, durante 10 anos por determinação do Conselho de Segurança Nacional, com base no artigo 10 do Ato Institucional nº 01 de 9 de abril de 1964. Finalmente em 18 de fevereiro de 1965, foi expedido pela Justiça Militar o Alvará de Soltura expedido em favor de Ubiraci Silva Barbosa⁵¹⁴.

No dia 8 de fevereiro de 1968, o jornalista voltou a ser preso, dessa vez num sábado de Carnaval, por agentes da SSP/PE, desta feita junto com Evaldo Lopes Cavalcanti da Silva e o escritor Paulo Cavalcanti. Na quarta-feira de cinzas foram soltos por ordem do delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima, que em entrevistas dadas a imprensa local, jocosamente tentava ridicularizar os detidos, insinuando que tinham a intenção de promover subversão no período momesco⁵¹⁵.

Milton Coelho da Graça exercia funções de jornalista no jornal Última Hora e de assessor para assuntos jornalísticos na Sudene, na cidade do Recife, quando foi preso na madrugada do dia 20 de abril de 1964, por membros do IV Exército e pela Polícia Civil do Estado de Pernambuco sendo, inicialmente, levado à Secretaria de Segurança Pública, onde sofreu espancamento. Em seguida, foi transferido para as dependências do hospital do

IV Exército, situado na rua Gervásio Pires, e posteriormente trancafiado na prisão militar, do Parque de Motomecanização do Exército, no bairro de Casa Forte, cujo Comandante era o coronel Villocq, conhecido, por ter torturado em praça pública o líder popular Gregório Bezerra.

Nessa prisão, ficou confinado durante dois dias junto com outros presos políticos, entre os quais Abelardo Germano da Hora, Manuel Messias, e o também jornalista Amaro Alexandrino Rocha, em um cubículo sem ventilação, sem luz e sem água, denominado “Cafua”, com o objetivo de, sob esta pressão, serem obtidas “confissões” dos presos.

Após alguns dias, começaram os interrogatórios e torturas físicas e psicológicas praticadas pelos Coronéis Hélio Ibiapina Lima e Darci Ursmar Villocq Viana, tendo os dentes quebrados em uma dessas sessões de interrogatório, bem como o pulmão perfurado, forçando seu internamento no Hospital Geral do Exército⁵¹⁶.

Prontuário sob o nº 14.267 em 1964, no Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, o jornalista Milton Coelho da Graça denuncia o registro de seus antecedentes “criminais”, o fato de ter assinado em 19.03.64 um Manifesto de Apoio ao governador Miguel Arraes e de pertencer à Sociedade dos Amigos da União Soviética, o que foi considerado na época uma conduta altamente subversiva.

O colunista social do *Jornal do Commercio*, José de Souza Alencar, Alex, não escapou da fúria despropositada da repressão. Em 20 de maio de 1964 foi sequestrado e levado para as dependências do IV Exército por ordem do coronel Ibiapina, tendo ficado numa cela junto com o jornalista Celso Marconi, também preso na ocasião, e mais 14 pessoas, conforme relato do próprio Celso Marconi. O cronista social foi acusado de promover ingerências junto à vida privada do então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, de quem era amigo pessoal, ao insinuar, através de sua coluna social, que o então viúvo, estaria se relacionando com uma professora de uma universidade sediada em Pernambuco. Ou seja, noticiou um “suposto” namoro do recém viúvo Humberto de Alencar Castelo Branco com uma professora da UFPE. Além de sofrer assédio moral, ao ser nominado como homossexual, Alex foi pressionado a revelar nomes de militares que comungavam com sua suposta preferência⁵¹⁷.

A violência dispensada ao cronista social José de Souza Alencar, foi absolutamente desproporcional ao ato por ele praticado, demonstrando inclusive outra faceta da ditadura, a intolerância sexista, num desrespeito às liberdades de escolha dos indivíduos com relação a suas opções sexuais. Reafirma-se aí o alto grau de virulência das autoridades locais que, historicamente, se notabilizavam pela brutalidade como resolviam quaisquer tipos de infrações cometidas pelos cidadãos, fossem elas

de maior ou menor gravidade.

Outro punido pela ditadura foi Celso Marconi de Medeiros Lins, jornalista, crítico de arte e cinema, cineasta e professor na área de comunicação. Foi colaborador dos jornais *Folha do Povo*, *Folha da Manhã*, *Jornal Pequeno*, *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* e em 1963, da Última Hora, onde passou a escrever uma coluna diária sobre cinema, combatendo a indústria do cinema norte-americano em defesa do cinema nacional. Com o pseudônimo de João do Povo, assinou artigos críticos no jornal comunista *Folha do Povo*, quando chegou a ser preso por três meses em 1964 sendo, na ocasião, submetido a torturas psicológicas, visando a arrefecer seu ânimo na luta em defesa de uma produção cultural liberta da dominação de valores estranhos a nossas raízes culturais. Pelas posições nacionalistas assumidas, em defesa de uma produção cinematográfica desenvolvida no Brasil, o jornalista, tornou-se *persona non grata* para o mercado jornalístico tradicional. “Os jornais estavam proibidos de admitir ex-funcionários da *Folha do Povo*, passei mais de um ano sem poder trabalhar”. Só não teve maiores problemas financeiros em virtude do emprego que possuía no INSS⁵¹⁸.

Em 1988, quando o *Jornal do Commercio* foi adquirido por uma nova gestão, a de João Carlos Paes Mendonça, Celso Marconi foi demitido, com prejuízos efetivos para sua aposentadoria.

O jornalista José Carlos Rocha, da sucursal do *Jornal do Brasil* em Pernambuco, também foi preso, espancado e torturado em 1964, por ter enviado notícia que foi divulgada no mesmo jornal em 12 de agosto, assinada pelo jornalista Mário Martins, sobre a vinda, sob escolta, do governador Miguel Arraes de Alencar, que se encontrava preso há 32 dias em Fernando de Noronha, para assistir ao casamento de sua filha primogênita Ana Lúcia Arraes. O texto detalha, ironicamente, o inusitado da cerimônia realizada na Capela da Base Aérea por um capelão militar, ressaltando a necessidade de salvo-conduto para que os familiares, inclusive a irmã caçula de Ana Lúcia de apenas meses de idade, pudessem estar presentes à cerimônia. Além disso, a nota ressalta as qualidades de homem público do Governador, “o Sr. Arraes desfruta de justo e merecido conceito, por seus inegáveis dotes de filantropia e permanente preocupação por obras sociais de proteção aos desvalidos da sorte...” destacando ainda o ambiente de emoção que teria tomado todos os presentes, inclusive os agentes condutores de Arraes ao casamento⁵¹⁹.

O escritor e jornalista Nagib Jorge Neto, maranhense, com larga passagem no meio jornalístico em Pernambuco, revela que se encontrava no Maranhão, na condição de chefe de redação do *Jornal do Povo*, de Neiva Moreira, que tinha o slogan: Contra a Opressão e a Injustiça Social, quando ocorreu o golpe. Após ameaças dos militares o jor-

nal resolveu encerrar suas atividades no dia 2 de abril, o que levou muitos profissionais a ficarem escondidos. Certo de que Castelo cumpriria sua promessa de realizar eleições em 1965 e cansado de ser perseguido, apresentou-se no dia 11 de abril para prestar esclarecimentos. Ficou preso durante três meses. Diante da impossibilidade política de continuar no Maranhão, veio para Recife onde, através de contatos realizados por amigos, conseguiu uma vaga na sucursal do *Jornal do Brasil*. Sobre a mudança, ele esclarece:

[...] E aí o pessoal daqui, o Paulo Reider, que era o chefe da sucursal, disse assim: “Olhe, você vai cobrir a Auditoria Militar.” (risos) Eu disse: “Eu vou pra boca do lobo, é”? Ele disse: “Exatamente, você vai pra boca do lobo”. Eu disse: “Reider, você está ficando maluco, cara, afinal de contas...” Ele disse: “Não, já teve uma pessoa da sucursal que foi presa, torturada, o Cel. Bandeira saiu muito mal, e aí eles não vão querer confusão com o *Jornal do Brasil*”. Bom, aí eu fiquei assim... O *Jornal do Brasil* ta muito longe e eu to aqui no Recife, sou muito pequeno, muito fraco, e depois tenho um processo nas costas. Então, resultado, fui⁵²⁰.

O jornalista torturado ao qual se refere o Paulo Reider foi justamente o José Carlos Rocha, que tinha noticiado o casamento da primogênita do governador Miguel Arraes.

O conceituado e experiente jornalista Carlos Garcia foi preso em Recife, após sofrer um longo período de perseguição policial. Carlos Garcia trabalhou, logo após ter deixado a Última Hora, no Recife, em 64, na sucursal do jornal *O Estado de São Paulo*, em Recife, empresa essa que não aceitou a imposição da proibição de não contratar jornalistas remanescentes do jornal oposicionista Última Hora. Um ano após o golpe de 64, com o abrandamento das proibições já mencionadas, foi convidado também a dirigir o jornal *Diário da Noite*, que integrava a Empresa Jornal do Comércio. Além disso, nesse período, era vice-presidente da AIP. Carlos Garcia tinha trabalhado ainda no próprio *Jornal do Commercio* em 1953, e em 1956, na Rádio Olinda, emissora pertencente à Arquidiocese de Recife e Olinda.

Em rico depoimento prestado a CEMVDHC, face aos detalhes relatados, o jornalista informou que, quando trabalhava no Diário da Noite, foi “convidado” diversas vezes para depor. Segundo o mesmo, “era figurinha carimbada”, tendo recebido 13 convocações para depor pelas notícias mais variadas e bobas:

[...] como, por exemplo, explicar... tinha um Cabo da Aeronáutica, enfermeiro, que estava fazendo aborto criminoso, então eu botei um titulozinho: “Militar preso por fazer aborto

criminoso”. Então fui lá, depois de qualificado devidamente, fizeram a pergunta chave: “O senhor teve a intenção de ofender as Forças Armadas com esse título?” - “Evidente que não, não é? “É porque ele é militar”. - “Se fosse civil, o senhor botava que era civil?” - “Não, porque civil, todo criminoso é civil”. E sucediam-se fatos deste tipo. Uma vez eu botei um título na guerra do Vietnam: “Monge budista bota fogo em seu próprio corpo”, alguma coisa assim. Então, por causa disso eu fui chamado pra depor porque estava sendo favorável aos comunistas no Vietnam ⁵²¹.

E mais adiante, relata Garcia:

[...] E sucediam-se fatos dessa ordem, dessa chatice. Até que veio o AI-5 e começou realmente a perseguição. Aí eu senti-me perseguido mesmo. Ah, antes houve um episódio muito engraçado. Na Assembleia Legislativa, estourou uma bomba. Foi um tesoureiro lá, que queria destruir uns documentos, e botou uma bomba pra destruir os documentos. Agora, antes, o sujeito se apressou e ligou para o Diário da Noite, me procurou pelo telefone e disse: “Olhe, estourou uma bomba na Assembleia”. Eu liguei para a Delegacia Auxiliar, que era Álvaro da Costa Lima e disse: “Dr. Álvaro, estourou uma bomba na Assembleia?” Ele disse: “Não!” E daí a 5 minutos estourou a bomba. Aí ele disse: “Como é que você sabia que ia estourar a bomba?” Aí foi outra chatice. Eu fui lá e me levaram para explicar, e aí já fiquei sob suspeita, não é? De soltador de bomba ⁵²².

Segundo ainda Carlos Garcia, com o AI-5, recrudescer a perseguição aos meios de comunicação e, como o Estadão não aceitou a censura prévia, ele tinha ordem de enviar tudo o que ocorria, de modo especial com relação a prisões e assassinatos de presos políticos que tinham passado a ocorrer com maior frequência neste período. A celeridade na divulgação das prisões pressupunha, por parte dos jornalistas, um meio eficiente no sentido de evitar mortes e desaparecimentos. Além disso, as notícias eram imediatamente passadas para as agências internacionais *United Press*, *Associated Press* e *France Press* que, coincidentemente, estavam instaladas no mesmo prédio do jornal Estadão. Assim, sempre que era “convidado” a comparecer à polícia política, a pergunta mais comum que lhe era feita consistia em indagar como ele sabia das prisões políticas que ele, de pronto, informava através de matérias à redação do Estadão, em São Paulo. Esses fatos geraram vários convites para oferecer explicações no Departamento de Ordem Política e Social/SSP e, em seguida, à Polícia Federal, herdeira desse tipo de censura aos jornais. Segundo Garcia:

Eu costumava levar para essas convocações um livro chamado “Vade Mecum do Jornalismo,” que era a legislação que havia em defesa do jornalista, que garantia o sigilo da fonte. O que mais preocupavam eles era a fonte. “Quem lhe deu essa notícia?” Então eu levava isso e mostrava: “Olha aqui, a lei não permite. Me garante o direito de não informar a fonte”. Isso me valia como tentativa de intimidação, mas eu perdi a conta das vezes em que fui chamado para dar explicações. Foram mais de 10 vezes, tranquilamente. Isso num período até 74 ⁵²³.

Outra questão esclarecida pelo jornalista era que, por ser a sucursal do Estadão em Recife a melhor estruturada, recebia informações dos correspondentes dos jornais de outras cidades do Nordeste, enviando-as para São Paulo e que um parceiro fundamental na difusão das notícias foi dom Helder Câmara. Que mantinham contato telefônico quase todos os dias e que era um diálogo de troca de informações, tendo sido chamado, em algumas ocasiões, pelo Arcebispo, no Geriquiti, para registrar um cerco policial feito ao Palácio dos Manguinhos, por conta da prisão de alguns dos seus auxiliares e também por ocasião dos pichamentos e tiros dados pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC, no Geriquiti.

Carlos Garcia foi preso na própria sucursal do Estadão, no dia 11 de março de 1974, por ter denunciado a prisão do então vereador do Recife, Marcus Cunha. O “crime” cometido pelo vereador foi na qualidade de primeiro secretário do partido Movimento Democrático Brasileiro/MDB, emitir convites para um Ciclo de Conferências sobre Problemas Brasileiros a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco/ALEPE, em fevereiro de 1974, com a presença dos Professores Fernando Henrique Cardoso, Pinto Ferreira, Francisco de Oliveira e o então deputado Marcos Freire.

As palestras não ocorreram, e o vereador Marcus Cunha foi sequestrado por agentes do IV Exército e levado numa rural de chapa AG 2079 para destino ignorado. Posteriormente, soube-se que foi conduzido ao DOI-CODI, e que o responsável por sua prisão foi o coronel Antônio Cúrcio Neto. Eis o relato feito por Carlos Garcia de sua violenta prisão:

O episódio mais doloroso foi realmente a notícia da prisão de Marcus Cunha. Quatro dias antes da posse do marechal... era general ou marechal? marechal, não é? Em 74... general... marechal só foi Castelo, não é? Do general Geisel. Foi quatro dias antes da posse dele, no dia 11 de março, que fui preso. Eu nunca entendi direito porque, nesse dia, foi diferente das outras vezes. Thomas Skidmore, aquele brasileiro, escreveu no livro dele que eu fui um... que eu fui um bode expiatório. Foi uma

experimentação de Médici, da linha dura, contra a abertura, a linha chamada aberturista. Eu não sei não, porque, pela primeira vez, o nome do Major... do coronel Cúrcio Neto apareceu no jornal como chefe do DOI-CODI. Eu publiquei, fiz questão de botar que a prisão de Marcus Cunha tinha sido determinada pelo coronel Cúrcio Neto, Antônio Cúrcio Neto. Então ele deve ter ficado zangado comigo, porque eu botei o nome dele. Ele já tinha consciência do papel que estava fazendo e me prendeu, encapuzado, me encapuzou no... quando entrou no carro... me encapuzou e eu vendo tudo aquilo tive direito a... fui tratado aos costumes: choque, pau de arara, pendurado num gancho, aquelas coisas todas que a gente... já é do conhecimento geral. Uma coisa que me lembro bem, é que havia uma pessoa que me auscultava de vez em quando, porque a ideia é destruir física, estruturalmente e mentalmente a pessoa. Então, quando ele parava o choque eu desabava, caía no chão, então vinha uma pessoa e me auscultava. Uma das vezes que me penduraram num gancho com algemas, eu fiquei na ponta do pé, então chegou um médico... chegou um médico ou enfermeiro, que me auscultou e disse: “Pode deixar” e saiu. Aí eu fiquei com medo. Aí foi realmente quando eu tive medo de morrer; eles ameaçavam, essa coisa de “vamos lhe matar”, mas essa coisa não me afetou não. Eu tive medo de morrer naquele momento. Até que nuns dez ou quinze minutos depois ele voltou, o médico ou o enfermeiro, não sei, me auscultou e disse: “Tira, tira, tira, tira...” Eu imagino que eu estava desfalecendo e eles me soltaram, e eu realmente desfaleci⁵²⁴.

Referindo-se à prisão de Carlos Garcia pelo DOI-CODI do IV Exército, o jornalista Ricardo Leitão relata em depoimento à Comissão:

Ficou preso lá, durante dois dias foi torturado e sendo interrogado por Cúrcio Neto ou alguém de Cúrcio Neto, sobre informações de como era o esquema da célula comunista do Estado de São Paulo, a célula comunista na imprensa em Pernambuco e por aí vai, e todos nós desesperados, nós jornalistas⁵²⁵.

Segundo o jornalista Ivan Maurício Monteiro dos Santos:

O fato de Garcia ter nominado quem tinha mandado prender Marcus Cunha, teria deixado o coronel fora de controle, ao ver seu nome estampado no jornal autorizando a prisão de um político⁵²⁶.

O grau de desespero propiciado pela situação

motivou os jornalistas Ricardo Leitão, Ricardo Noblat e Ivan Maurício, a fazerem uma visita ao DOI-CODI, na tentativa de localizar o paradeiro do colega de profissão. Em depoimento prestado à Comissão da Verdade, Ivan Maurício, reconhece:

Eu acho que essa nossa visita um pouco ajudou a precipitar o fato. Foi um ato ingênuo, uma coisa assim, não planejada, a gente tinha recorrido à Associação de Imprensa de Pernambuco, que nada fez, ao sindicato, que nada fez, a gente queria ver se levava a entidade para lá, não é? O que seria diferente de nós, pessoas físicas. Mas não conseguimos. A gente disse: “Vamos formar aqui uma trinca e vamos lá. Vamos bater na porta do homem e saber se Carlos Garcia está aí”⁵²⁷.

A visita, além de ter servido para identificar o local da prisão de Garcia, propiciou aos mesmos uma lição de moral por parte dos militares, no dizer de Ivan Maurício:

A gente ficou numa sala, ele tinha um gabinete, nós ficamos antes com um major que nos deu uma meia hora de esporro e tal, nos deu lição de moral, de brasilidade... E eu me lembro que o Cúrcio, quando nos recebeu ele tinha um álbum, feito um álbum de casamento com as fotos de Noblat no Congresso de Ibiúna. Héber! Era o nome do major, Héber. Esse era o que falava mais, o Cúrcio era um cara mais... O Héber falava que dom Helder era um cara perigoso, que era comunista, Jarbas Vasconcelos também, ele misturava tudo, era um discurso meio paranóico, que os jornalistas estavam acabando com a liberdade que havia no Brasil, a gente é que era o problema⁵²⁸.

Segundo Ricardo Leitão, paralelamente a esse fato, houve uma grande mobilização junto a várias autoridades, para localizar Garcia e depois soltá-lo. Só se conseguiu êxito através do apoio de Moura Cavalcanti, que era ministro da Agricultura do general Emilio Garrastazu Médici, e que intercedeu a favor do jornalista, fazendo com que o mesmo fosse solto três dias depois de sua prisão.

Referindo-se às convocações policiais feitas a Garcia, a jornalista Divane Carvalho lembra que também trabalhava na sucursal do Estado de São Paulo e, que o mesmo tinha adquirido o hábito de assinar antecipadamente cheques para prover as necessidades familiares em caso de se efetivar sua prisão, ou como uma artimanha de ganhar tempo para dar conhecimento de sua convocação aos colegas, quando alegava às autoridades que aguardassem, pois precisava assinar cheques, quando ocorriam estes chamados policiais⁵²⁹.

Carlos Garcia esclarece ainda que, no período em que trabalhou no Diário da Noite, havia um

clima muito conturbado junto ao Sindicato dos Jornalistas, cujo Presidente era Aluísio Falcão, que teve que fugir de Pernambuco, porque era perseguido. Quanto a ele, exercia a vice-presidência da Associação de Imprensa de Pernambuco, e faz uma surpreendente revelação com relação à enorme solidariedade recebida do cônsul francês Marcel Morin nesse difícil momento de repressão:

Na AIP era Reynaldo Câmara, presidente, e eu era vice-presidente; resistimos a uma tentativa de golpe com Wandenkolk Wanderley, que era um dos mais exaltados anticomunistas do Recife, com revólver na mão. Teve momentos de tensão durante essa época, não é? Eu trabalhava no *Diário da Noite* e saía do jornal toda noite à meia noite, onze horas/meia noite, e tinha uma pessoa que ia me buscar todo dia e me levar pra casa, era o cônsul Marcel Morin, que era meu amigo e achava que eu ia ser preso e, estando com ele, não seria preso. E se fosse preciso me levaria pra casa dele ⁵³⁰.

Até dona Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do jornal *Correio da Manhã*, foi presa em Pernambuco, ao paraninfar uma turma de jornalistas da Universidade Católica de Pernambuco, em cerimônia ocorrida no Mosteiro de São Bento em Olinda, quando foi levada para o DOPS pelo delegado Bartolomeu Gibson. Eis o relato de Paulo Cavalcanti, citado por Fernando Coelho:

Niomar Muniz Sodré, então diretora do *Correio da Manhã*, praticamente o único jornal da imprensa carioca a combater abertamente o novo regime, foi convidada para paraninfar a turma de bacharelados em Jornalismo, da Universidade Católica. Niomar estava no índice da polícia política, na relação dos indesejáveis. Após proferir sua oração, foi presa e levada à presença do delegado Gibson. Alegando ser jornalista e estar no gozo dos seus direitos constitucionais, ouviu de Gibson, a seguinte resposta: “Jornalista coisa nenhuma. Você é uma puta” ⁵³¹.

A PRESENÇA DA CENSURA NAS REDAÇÕES DOS JORNAIS

Embora a invasão da Última Hora, com a prisão dos seus diretores nos primeiros dias de abril de 64, tenha inaugurado o chamado período de “caça às bruxas”, com o objetivo de, no primeiro momento, calar as vozes discordantes ao Golpe, foi consenso entre os depoentes que vivenciaram o período ditatorial o reconhecimento de que, o processo repressivo envidado pelos órgãos de segurança, se amplia nos dias e anos posteriores, particularmente após o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, quando a repressão se acentua e se fortalece

com a criação de novos mecanismos de censura, entre as quais a chamada censura prévia institucionalizada junto aos meios de comunicação.

Essas novas formas de cerceamento da liberdade de opinião, atingindo indiscriminadamente todos os órgãos de imprensa, inclusive os próprios apoiadores do regime ditatorial, são acompanhadas pelo aprimoramento dos órgãos federais encarregados de realizar este tipo de fiscalização.

Não se pode deixar de reconhecer também que o golpe encontra, em Pernambuco, uma imprensa servil e inteiramente submissa às autoridades militares.

Essa realidade pode ser constatada através das manchetes dos jornais, após o 1º de abril, dos principais artífices do golpe no nosso meio jornalístico, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio*, que expressam seu reacionarismo e cumplicidade na divulgação de manchetes, muitas delas beirando o ridículo, em grande parte, encaminhadas pelos gabinetes militares, como: “Apreendidas pelo Exército 10 mil uniformes dos guerrilheiros de Arraes!”; “Dólares falsos trazidos por chineses iriam custear a revolução comunista!”; “Cédulas com a foice e o martelo seriam usadas como dinheiro pelos comunistas” ⁵³².

Contudo, essas manifestações de apoio explícito ao golpe, não foram suficientes para preservá-los de um rígido esquema de censura imposto no interior das redações, pelo Departamento de Ordem Política e Social/DOPS, e posteriormente pelo seu sucessor no trato das questões relacionados à censura, a Polícia Federal.

Segundo Beatriz Kushnir, autora do livro “Cães de Guarda”, nos locais onde não houve a figura do “censor”, como foi o caso dos jornais pernambucanos, a censura se dava de maneira prévia, através da utilização da figura do “jornalista colaboracionista” que atuava em aliança com a ditadura, dentro das redações ⁵³³.

Em depoimento prestado à CEMVDHC, o jornalista pernambucano Ricardo Leitão que, à época, trabalhava no jornal *Diário da Noite*, referindo-se ao papel desempenhado pela imprensa local, é incisivo em suas declarações ao criticar o comportamento de alguns colegas jornalistas:

Toda direção de todos os jornais de Pernambuco, de todos eles, da ditadura até a redemocratização foram coniventes com o Golpe. Todos! Não houve um diretor de redação, não houve um chefe de reportagem, não houve secretário de redação, não houve editor de política, não houve um colunista político que não estivesse naquela função sem o consentimento da ditadura. Nenhum. E nós repórteres, iniciantes, eu comecei com 19 anos, sabíamos disso, e se tentava trabalhar nas brechas. E se tentava fazer um trabalho alternativo, fora das redações convencionais” ⁵³⁴.

Referindo-se ainda à censura e suas consequências no dia a dia dos jornalistas, é importante transcrever ainda este trecho do seu depoimento:

Mas houve, já mesmo em 70, seis anos depois do golpe, já havia uma convivência ostensiva com a censura. E ninguém tinha ilusão que ia ser diferente. Eu não peguei um censor presencial. Houve logo em seguida, depois do golpe. Tinha a censura presencial, oficial, das forças armadas dentro da redação lendo as notícias e autorizando, ele, e não o secretário de redação, o que descesse para a impressão e o que não fosse de interesse fazia (...?...), lixo, guarda, quem foi? E se era um negócio grave processa, chama, prende ⁵³⁵.

E mais adiante denuncia:

Teve um caso de um jornalista que se suicidou, ele foi... Deixa eu lembrar o nome dele... Foi Nilton Faria, era editor da primeira página do Diário da Noite, uma pessoa que tinha um certo quadro depressivo, foi impedido de trabalhar, ficou impedido de sair de casa e se matou. Por conta da pressão da repressão. Então, era um ambiente de extrema tensão e quando eu entrei ainda continuava. Essa coisa que Clériston falou da permanência da cultura do terror, é uma coisa às vezes pior do que o período do terror. Aí, depois da censura presencial, vieram esses telex. Na verdade às vezes nem eram telex, eram esses bilhetes assinados, somente uns datados, isso diariamente chegava no quadro de avisos de todas as redações... Depois, nem mais bilhetes, era alguém que ligava. Ligava o Comandante X, ligava o Coronel Y, ligava o delegado do Espinheiro, ligava o Comissário de Casa Amarela e proibia. Proibia. Qualquer assunto ⁵³⁶.

E conclui, o jornalista, com uma denúncia da maior gravidade:

Até que um dia foi proibido noticiar o surto de meningite. Era uma realidade nacional, as pessoas morrendo, e os jornais ficaram proibidos de noticiar que havia um surto de meningite no país, porque isso estava denegrindo a administração da saúde pública federal ⁵³⁷.

Em entrevista, falando sobre o período ditatorial, o experiente jornalista pernambucano, com larga trajetória em diversos órgãos de imprensa locais e nacionais, Homero da Fonseca, além de registrar o clima de terror vivido nas redações, reforça a denúncia sobre a questão do surto de meningite:

Era terrível o clima de opressão, a dificuldade

de se noticiar. Havia uma tensão que até hoje tem em qualquer redação, mas na época era maior, porque havia a censura política. Eu não convivi com censor dentro da redação, mas chegavam as comunicações, por escrito, de tantos órgãos que eu não me lembro quais... Que podia ser qualquer um: Comando da Aeronáutica proíbe isso, o delegado do Espinheiro proíbe aquilo... Quer dizer, o problema da ditadura não é só o poder discricionário de uma minoria que está ali. Esse é o principal, mas não é só. O grande problema da ditadura, na minha opinião, é que ela se espalha como uma cultura. Então, o inspetor de quartirão, o cabo da delegacia, esse é um ditador no seu microcosmo... Isso entra na alma das pessoas, está entendendo? Isso vira uma cultura, a ponto de, quando a ditadura acaba, institucionalmente, essa cultura ainda permanece durante muitos anos... o mal da ditadura permanece... Aí veio a epidemia de meningite, foi proibido dar e não se deu, mesmo! A gente ainda forçou pra burro, Geneton foi quem fez a cobertura, trouxe a notícia, briguei pra botar na primeira página... ⁵³⁸.

O jornalista Ivan Maurício Monteiro dos Santos é um profissional com larga experiência como repórter e editor, adquirida ao longo dos anos em diversos periódicos locais e em sucursais de jornais localizados na região Sudeste, entre os quais, Diário da Noite (1969), O Globo - sucursal do Nordeste (1972-1973), o jornal Opinião (1972-1976), o *Jornal Movimento* (1976), a *Revista Manchete* (1974), o *Jornal do Commercio* (1978-1983) e o *Diário de Pernambuco* (1994-1995); além disso, foi fundador do semi-alternativo *Jornal da Cidade*, fundado nos anos 70 e dos jornais alternativos *Rei da Noite* e *O Papa Figo*. Junte-se ainda à sua vivência uma reconhecida militância estudantil nos anos 60 na Universidade Católica de Pernambuco/UNICAP e de militante junto ao Partido Socialista de Pernambuco.

Ivan Maurício, além de testemunhar vários episódios marcantes da história política do Estado de Pernambuco, no período ditatorial, trabalhou ativamente na condição de repórter responsável pelo desvendamento de fatos obscuros para a população pernambucana, angariando, contra si e seus familiares, a ira de muitos opositores, particularmente dos agentes policiais da ditadura.

Foi, contudo, a condição de editor chefe do *Jornal da Cidade*, periódico fundado em 1974, em Recife, que lhe permitiu bater de frente com a ditadura, particularmente no “Caso do Cotonifício Moreno”, que levou à cassação do senador pela Arena, Wilson de Queiroz Campos, acusado de corrupção, e no “Caso do Escândalo da Mandioca”, que levou ao assassinato do Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. Esta última reportagem garan-

tiu-lhe o Prêmio Esso de Jornalismo e, ao mesmo tempo, atíçou o ódio de alguns militares reconhecidos como perigosos matadores, entre os quais o ex-major da Polícia Militar, José Ferreira dos Anjos, condenado a mais de 30 anos pelo assassinato do jovem Procurador⁵³⁹.

Porém, a matéria que considera mais importante e arriscada, entre as que enfrentaram, e que causou maior impacto junto a sociedade, foi o do chamado “Caso do Bizu” publicada no jornal *Diário da Noite*, que levou à anulação do vestibular da Universidade Federal de Pernambuco em 1970, e que envolveu, de modo especial, a Polícia Federal, por tratar-se de uma instituição federal de ensino.

Ivan Maurício assim relata o caso:

Mas seguindo essa caminhada de repórter, nós fizemos um trabalho que foi de muito impacto naquele momento, que tem uma ligação com o momento e a situação que vivíamos, que foi a anulação de um primeiro vestibular em Universidade Federal, que foi chamado Caso do Bizu; fui eu, Daura Lúcia, com quem eu me casei, e o finado jornalista, um grande amigo, Nilson Pereira Lima, filho do deputado Diocleciano Pereira Lima, o querido Nilson, e nós pra fazer essa reportagem, agora a gente já pode contar, e eu estou contando aqui em primeira mão pra Comissão, mas contamos com uma preciosa ajuda, que eu não sei e agradeço às pessoas que colaboraram naquela época, do PCBR, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, foram eles que nos ajudaram, o pessoal que fazia militância na Universidade, que nos ajudaram nos caminhos do Bizu. E esse caso foi pra Policial Federal, a gente não podia dizer quem era a fonte, na época, a Constituição... até hoje... garante, os militares esqueceram disso, aí nós nos garantimos no nosso depoimento dizendo que, se o fato não fosse verdade, que nos processassem, mas a fonte a gente não era obrigado a declarar⁵⁴⁰.

Referindo-se ao significado do termo Bizu, Ivan Maurício atribui a invenção do nome a Ronildo Maia Leite, editor chefe do *Diário da Noite*. Segundo o cartunista e chargista Lailson, a expressão Bizu, seria uma forma de você encontrar respostas de maneira mais fácil. Complementando, Ivan Maurício destaca que a expressão, “circulava no meio popular, assim, quando você queria dar o pulo do gato, aí dizia ‘o Bizu’, e principalmente no meio estudantil”⁵⁴¹.

Concluindo seu depoimento sobre o episódio, explica o jornalista:

O que aconteceu foi o seguinte, nós conseguimos, com antecedência, até por uma questão didática é importante explicar isso: nós conseguimos, com antecedência, as perguntas do

vestibular e registramos em cartório e, propositadamente, procuramos o cartório de Álvaro da Costa Lima (risos) e foi registrado lá, no Álvaro da Costa Lima. E ficou registrado dois dias antes da prova. Quando a prova foi realizada nós mostramos que as perguntas que estavam na prova já estavam em nosso poder dois dias antes do vestibular de 1970. O vestibular de 70, janeiro de 70. Então isso aí proporcionou a primeira anulação de prova de uma universidade federal no Brasil. Então teve uma repercussão nacional muito grande. Isso gerou inquérito na Polícia Federal, terminou envolvendo professores e tudo, mas o caso em si foi esse, foi uma anulação⁵⁴².

Ivan Maurício relata ainda que, pelo fato de Daura Lúcia ser irmã de um preso político do PCBR, Carlos Alberto Soares, havia uma suspeita permanente da vinculação do casal com o partido. Destaca então, que o *Jornal do Commercio*, indiretamente, colaborou com o DOI-CODI através de um editor de polícia, Valdomiro Arruda, enviando nossas folhas de presença para o Exército, para serem cruzadas com os assaltos a banco que ocorriam no Nordeste. Ivan Maurício declarou que, hoje não guarda qualquer rancor do seu delator, considerando isto como coisa do passado. “E que o mesmo está anistiado”.

Finalmente, ele “consegue” ser detido em outro momento de sua atividade profissional, ao publicar, no *Jornal Opinião*, “que o delegado de Roubos e Furtos roubava carros”. E, segundo o mesmo, arrumou um grande problema, porque tinha certeza, mas não tinha uma prova concreta. “E fui detido e fiquei indo durante três, quatro dias, todo dia prestar depoimento no DOPS, que não era depoimento de nada, não é? Ficavam lá, conversando, só pra constranger mesmo”. Até que conseguiu, através de um amigo, o Processo no Tribunal de Justiça confirmando sua denúncia. Conseguiu também tirar a cópia do processo completo. E conclui:

Aí eu cheguei cheio de direitos no DOPS e disse, “Olha pode me processar agora, que eu provo que ele está envolvido e, no caso, ele é citado e faz parte do inquérito da polícia e tudo”. Aí ficou o dito pelo não dito e só ficaram as ameaças. Nesse período foi um período muito difícil pra mim, do ponto de vista pessoal e familiar porque eles passaram a pegar meus filhos na escola, eles estudavam no Instituto Capibaribe, e ficavam ligando pra minha casa quando eu estava trabalhando dizendo “Seu filho ta saindo da escola agora, ta indo pra casa,” como quem está dizendo, “eu estou acompanhando essas crianças e posso levar ela pra onde eu quiser.” Então foi um período muito...⁵⁴³.

Jodeval Duarte, revisor do *Jornal do Commer-*

cio em 1976, também em depoimento à Comissão, informou que a depuração se realizava na própria redação. Relatou que existia um quadro de avisos e que, de vez em quando, aparecia uma pessoa desconhecida e colocava pequenas notas proibitivas neste mural. Durante anos ele guardou alguns desses comunicados, a maioria sem data, onde se encontravam as notícias que eram proibidas de divulgar, como: informar sobre prisões; espancamentos de presos; pronunciamentos de categorias profissionais entre as quais, professores, e estudantes; fazer quaisquer referências à personalidades consideradas contra o regime, a exemplo dos deputados de oposição.

Esses comunicados, sob a forma de tirinhas, foram entregues por este jornalista à Comissão durante seu depoimento, conforme transcrito abaixo. Observe-se, na leitura, que as “tirinhas” encontram-se intercaladas por pequenos comentários do próprio jornalista:

A censura, olhem:

“NOTÍCIA PROIBIDA: CONTINUA PROIBIDO NOTÍCIAS RELATIVAS SEQUESTRO MENOR FIM EVITAR QUE DILIGENCIAS POLICIAIS SEJAM PREJUDICADAS QUALQUER MATERIA SOBRE ESSE ASSUNTO SERÁ OPORTUNAMENTE DIVULGADA ATRAVES NOTA OFICIAL.”

“MATERIA RELATIVA A ATIVIDADE TERRORISTA E SUBVERSIVA INCLUSIVE REFERÊNCIA A REUNIÃO OU ENCONTRO DE GRUPOS TERRORISTAS NO PAÍS OU NO EXTERIOR. MATÉRIA REFERENTE A PRONUNCIAMENTO CONTRA INTERESSES NÃO NACIONAIS, CONTRA AUTORIDADES BRASILEIRAS, E CRÍTICAS AOS ATOS, DECISÕES DO GOVÊNO? FEITAS NO EXTERIOR POR BRASILEIROS OU TERRORISTAS.”

Vejam que maravilha! (incompreensível) mesmo porque não se tinha condições de dar notícias. As notícias nacionais que vinham das agências, a gente não tinha como dar notícias nacionais, mas eles proibiam a gente de saber o que é que estava acontecendo.

“DE ORDEM SUPERIOR, FICA PROIBIDA QUALQUER NOTÍCIA DE PRISÃO E ESPANCAMENTO DE PRESOS POLÍTICOS POR ORGÃOS DE SEGURANÇA NO BRASIL.”

Aqui tem:

“NOTÍCIA PROIBIDA: DIVULGAÇÃO (INCLUSIVE MATÉRIA PAGA) VG RELATIVAS A PRONUNCIAMENTO DE ESTUDANTES OU PROFESSORES SOBRE QUALQUER ASSUNTO DE NATUREZA POLÍTICA OU ADMINISTRATIVA VG ABORDANDO PROBLEMA DE ALIMENTAÇÃO VG ANUIDADE VG ALOJAMENTO VG INSTALAÇÕES VG DEMISSÃO VG REMOÇÃO TRANSFERÊNCIA ET DISPENSA DE PROFES-

SORES VG RECLAMAÇÕES ET OUTRAS MANIFESTAÇÕES PT.” D.P. FEDERAL.”

“FICA PROIBIDA DIVULGAÇÃO ESCRITA, FALADA, TELEVISADA, NOTÍCIAS, COMENTÁRIOS OU OUTRAS MATERIAS SOBRE SEQUESTRO PESSOA QUALQUER, AREA TERRITORIO NACIONAL, ESPECIALMENTE SEQUESTRO MENOR, OCORRIDO HOJE A FIM DE EVITAR QUE SEJAM PREJUDICADAS INVESTIGAÇÕES.

“NOTÍCIA PROIBITIVA: DE ORDEM SUPERIOR, FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO QUALQUER DIVULGAÇÃO ATRAVÉS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ESCRITO, FALADO E TELEVISADO, RELATIVO A NOTÍCIA, COMENTÁRIO REFERÊNCIA A TRANSCRIÇÃO PANFLETAGEM E MANIFESTAÇÕES- TUDANTIL DE QUALQUER EM TODA ÁREA DO TERITÓRIO BRASILEIRO”

Tá chegando aqui ao fim, esse é grande porque eles botaram várias notinhas num papel só:

“CENSURA FEDERAL – PROIBIÇÃO: DIVULGAÇÃO SOBRE DESENTENDIMENTO ENTRE AGENTES DE SEGURANÇA E POLÍTICOS, COMO TAMBÉM QUALQUER RESULTADOS DESSES INCIDENTES.”

Felizmente essa nota veio com data, então a gente sabe que foi às 14 horas do dia 9 de março de 1974. Maravilha.

“DE ORDEM SUPERIOR”, também na mesma data, “ FICA PROIBIDA A DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS ATRAVÉS DOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO, REFERENTE A CONFERÊNCIA SOBRE “PROBLEMAS BRASILEIROS”, PROMOVIDO PELO PRIMEIRO CICLO DE PALESTRA DO MDB DE PERNAMBUCO A SER REALIZADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO”.

Outra nota:

“FICA PROIBIDA A DIVULGAÇÃO DA PRISÃO DECRETADA CONTRA ALEXANDRE DA COSTA RODRIGUES, E DE QUALQUER ASSUNTO A SEU RESPEITO.”

Maravilha, não é?

“FICAM PROIBIDOS COMENTÁRIOS A RESPEITO DA DECISÃO DO MM DR JUIZ JOSÉ FOERTER QUE NEGOU O LIMINAR NO MANDATO DE SEGURANÇA, IMPETRADO PELA DIRETORIA DA “FUNIVERSO”, CONTRA O PREFEITO DE OLINDA – PE.”

Estou lendo do jeito que está aqui:

“PROIBIDO FALAR EM REJEIÇÃO DE TÍTULO DE CIDADANIA PROPOSTOS EM ASSEMBLEIA OU CÂMARAS MUNICIPAIS PARA ALTAS AUTORIDADES DO PAÍS.”

“PROIBIDO FALAR SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ORGÃOS DE SEGURANÇAEM ÁREA DO TERRITÓRIO NACIONAL, SENTIDO LOCALIZAR E PRENDER INDIVÍDUOS ENVOLVIDOS EM AÇÕES CONTRÁRIAS A SEGURANÇA NACIONAL”

“PROIBIDA QUALQUER NOTÍCIA ATRIBUINDO AOS MEMBROS DA COMITIVA SENHOR

PRESIDENTE DA REPÚBLICA, OPINIÕES SOBRE NOMES INDICADOS PARA MINISTROS PELO PRESIDENTE GEISEL.”

Então não precisa de muita (...?) para falar de censura depois de uma maravilha dessas. Isso naturalmente eu vou deixar aqui com a Comissão⁵⁴⁴. (grifos nossos).

NOTÍCIA PROIBIDA: Continua proibido notícias relativas a sequestro menor fim evitar que diligências policiais sejam prejudicadas qualquer matéria sobre esse assunto será oportunamente divulgada através nota oficial.

MATERIA RELATIVA A ATIVIDADE TERRORISTA E SUBVERSIVA INCLUSIVE REFERÊNCIA A REUNIÃO OU ENCONTRO DE GRUPOS TERRORISTAS NO PAÍS OU NO EXTERIOR. MATÉRIA REFERENTE A PROMULGAMENTO CONTRA INTERESSES NAÇIONAIS, CONTRA AUTORIDADES BRASILEIRAS, E CRÍTICAS AOS ATOES, DECISÕES DO GOVERNO FEITAS NO EXTERIOR POR BRASILEIROS OU TERRORISTAS.

DE ORDEN SUPERIOR, FICA PROIBIDA QUALQUER NOTÍCIA DE PRISÃO E ESPERANÇAMENTO, DE PRISÃO POLÍTICA por órgãos de segurança no Brasil.

W. A. ...
J. ...
NOTÍCIA PROIBIDA: DIVULGAÇÃO (INCLUSIVE MATÉRIA PAGA) DE RELATIVAS A PROMULGAMENTO DE ESTUDANTES OU PROFESSORES SOBRE QUALQUER ASSUNTO DE NATUREZA POLÍTICA OU ADMINISTRATIVA DE ACREDITAÇÃO DO PROBLEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ALUGUEIS DE ALOJAMENTO DE INSTALAÇÕES DE EMISSÃO DE REMOÇÃO TRANSMISSÃO DE DISCREPÂNCIA DE PROVERBES DE RECLAMAÇÕES E OUTRAS MANIFESTAÇÕES DE
D. P. Federal

NOTÍCIA PROIBITIVA
De ordem superior, fica terminantemente proibido qualquer divulgação através meios de comunicação social escrito, falado e televisado, relativo a notícia, comentário referência a transcrição panfletagem e manifestações estudantis de qualquer em toda área do território brasileiro.

Algumas das Notícias proibitivas afixadas nas redações dos meios de comunicação como normas a serem obedecidas.

Foi consenso, entre os jornalistas ouvidos pela Comissão, que a atuação mais coercitiva da censura aos meios de comunicação ocorreu após 13 de dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, quando foi instituída a censura prévia à imprensa, posteriormente consolidada através do decreto lei 1.077 de 26 de janeiro de 1970, no qual fica expresso, que não se admitiria publicações contrárias ao regime, à moral e aos bons costumes nos meios de comunicação. Essa censura envolvia as mais variadas questões que, a critério dos censores, pudessem surgir como uma forma de denegrir o regime constituído.

Um recurso bastante usado pelos órgãos de repressão era “plantar” matérias nos jornais para justificar alguns fatos ocorridos durante o período mais duro da repressão. Foi possível constatar, em algumas situações, a publicação em jornais locais e nacionais, de matérias com texto idêntico, incluindo-se até os erros de português, porventura, existentes no texto. Um exemplo próximo dessa prática, pode ser reconhecido nas matérias publicadas no *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* no final do mês de outubro de 1973, em Recife, envolvendo as mortes dos jovens Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes da Mata Machado, em um suposto “tiroteio” num bairro próximo da Cidade Universitária, que ficou conhecido junto a opinião pública, como “O Teatro da Caxangá”; no “flagrante” de armas e armamentos que, supostamente, as Ligas Camponesas possuíam, em cenário forjado pelo delegado Álvaro da Costa Lima, do DOPS de Pernambuco, para incriminá-las; e ainda no “Cenário do Massacre da Granja de São Bento,” com script e produção forjados pelo Exército, como uma situação de confronto armado entre a polícia e um grupo de “terroristas”.

A respeito desta questão, o escritor e jornalista Nagib Jorge Neto declara:

Bom, o que eu posso dizer, é que a maioria dos jornalistas, inclusive os editores, tentava reagir, e isso não só a partir de 74 e depois de 76. Quer dizer, quando a coisa estava mudando nos Estados Unidos, e tal e coisa, e a palavra de ordem já era outra, não era mais manter as ditaduras na América Latina. Agora, isso não impedia que nós recebêssemos matérias plantadas, porque elas não vinham exatamente pro editor, não vinham para o repórter, não vinham pro comentarista ou colunista. Elas vinham direto pros jornais com a recomendação de publicar: Publique-se e cumpra-se! Acabou. Não tinha o que discutir. Quer dizer, restava a nós aquele trabalho de homem rã, não é, quer dizer, de breçar uma matéria ali, de botar outra no lixo, e mais isso e aquilo, e também porque nós tínhamos nas redações colegas jornalistas que não entregavam a gente por questões corporativas, mas que faziam tudo para agra-

dar os militares. Os militares, os governos estaduais, o governo federal, é mais ou menos por aí ⁵⁴⁵.

O jornalista Ivanildo Sampaio de Souza era redator regional do *Jornal do Commercio* em 1966, e recorda que apesar da censura não ser acintosa, nesse período anterior ao AI-5, eram estabelecidas restrições para publicação de notícias sobre alguns religiosos vinculados a Igreja Católica:

Um correspondente do Ceará cobria muito um bispo de Crateús que se chamava Dom Frago. Havia recomendação específica de que eu evitasse publicar declarações mais pesadas de D. Frago. E a outra recomendação já era em relação a Dom Helder Câmara. Que também evitasse matérias onde o arcebispo aparecesse de maneira positiva ⁵⁴⁶.

Em 1967, Ivanildo foi trabalhar na sucursal da revista *Manchete*, da Editora Bloch, onde foi responsável pela cobertura da morte do padre Henrique; chegou a sofrer ameaças telefônicas por conta de uma matéria publicada na revista *Fatos e Fotos*, dessa mesma Editora, onde ficava mais ou menos claro que tinha sido a repressão a responsável pelo assassinato do padre Henrique. Diante destas circunstâncias foi transferido para o Rio de Janeiro quando, após deixar a Editora Bloch, foi trabalhar na TV Educativa e na Rádio MEC/Ministério de Educação e Cultura como produtor de programas. Também nesta rádio sofreu censura, conforme relata:

Novamente Ney Braga na minha vida. Havia uma portaria proibindo terminantemente que se executasse qualquer música de um cidadão chamado Francisco Buarque de Holanda. Nem A Banda, aquela música dele, tão famosa, podia ser tocada. E Geraldo Vandré de maneira alguma, não se podia sequer falar do nome. Uma coisa que eu sou vítima disso, porque voltei pra Recife e fui trabalhar na TV Globo e novamente Dom Helder era proibido de aparecer por ordem de Roberto Marinho ⁵⁴⁷.

Reconhece uma exceção no caso de Dom Helder, para publicação de sua imagem no jornal:

Agora, outra eu testemunhei, na redação do *Jornal do Commercio*, eu ainda era estagiário, estudante, não era profissional; foi uma matéria com a foto de dom Helder Câmara, com o signo do partido integralista, colocado no jornal, a foto dele, uma matéria mandada por Álvaro da Costa Lima, por um repórter chamado Edson Mulatinho... eu estava na redação, quando essa foto chegou, pelo repórter de polícia, naquela época, você tinha setorialistas

de polícia. Só faziam cobertura na área policial. E esse repórter, cujo chefe Carlos Garcia conheceu, o chefe imediato era Waldomiro Arruda, que também tinha uma ligação muito íntima com a polícia, e o repórter chegou com a foto de dom Helder debaixo do braço e disse: “Olha aí, dr. Álvaro mandou pra gente publicar isso amanhã.” E foi publicada ⁵⁴⁸.

No entendimento dessa relatoria, este fato é revelador da estratégia adotada pelos órgãos de segurança, de criar contradições com relação ao citado religioso, denegrindo sua imagem junto a opinião pública. E mais adiante em seu depoimento, Ivanildo Sampaio denuncia:

Veja bem, a direção do jornal, os donos na época, dr. Pessoa de Queiroz, Paulo Pessoa de Queiroz, que era o que vivia à frente, eles tinham uma ligação direta com a quinta secção, conversavam, recebiam telefonemas e trocavam informações... A segunda secção! A área de informação parece que é segunda secção, não é? Enfim, eles ligavam, eles mandavam o major Ibiapina, que ia com frequência à redação do *Jornal do Commercio* ⁵⁴⁹.

E confirma a existência de uma coluna no jornal, assinada pelo referido major:

Era “Cartas a tio Ibi” o nome da coluna. Ele levava todos os dias. Tio Ibi era o major Ibiapina. Então esse era o elo entre os donos do jornal, por consequência, com o diretor de redação e o Exército. Que eu me lembre, eu era estudante ainda, mas que eu lembre não ia gente da Marinha lá não, nem da Aeronáutica. Só ia do Exército. Era quem tinha uma presença mais forte na redação. Vladimir era o editor geral, naquela época chamava diretor geral, não tinha uma diretoria da redação, não. Ele tinha as amizades dele lá com o pessoal da segunda secção. E dr. Pessoa era senador, obrigatoriamente foi pro MDB porque senão não criavam o partido, mas ele foi do MDB que nunca fez oposição, era situacionista ⁵⁵⁰.

O jornalista pernambucano Antonio Hermenegildo Portela, atuou na imprensa local, e de 1968 a 1974, nos jornais de São Paulo. Falando sobre sua experiência após o AI-5 em São Paulo, o jornalista recorda o aumento da tensão envolvendo o jornal *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, que pertenciam a família Mesquita:

Os Mesquitas diziam à redação que publicasse o que achasse que devia publicar e o censor que se encarregasse de cortar, e quando ele eliminava as matérias os proprietários resolveram colocar no Estadão, no lugar... porque a

censura não permitia que se colocassem tarjas pretas porque indicaria censura... então no O Estado de São Paulo se escolhia um poema de Camões que substituía as matérias, o que ficava bastante sem sentido, para o leitor. Às vezes na primeira página vinha um trecho dos *Lusíadas*. E o *Jornal da Tarde*, o vespertino mais popular, moderno, eram receitas de bolo que foram... que eram escolhidas e foram determinadas pelo diretor que era o Rui Mesquita, recentemente falecido. Eu estava até conversando há pouco com o Fernando e Garcia, lembrando quando ele falou sobre o ministro da Justiça da época, o Alfredo Buzaid, que o Mesquita, numa matéria censurada, mandou estampar um título de página, ao alto, o título era “Pasteizinhos ao Alfredo Arcadas.” Pasteizinhos porque eram receitas de bolo, e Alfredo Buzaid que era da Faculdade de Direito da São Francisco das Arcadas ⁵⁵¹.

O jornalista Ricardo Leitão, que trabalhava no jornal vespertino *Diário da Noite*, reconhecido por apresentar mais abertura, relata um episódio que bem demonstra a loucura de que foi possuída a censura naquele período:

Mas uma vez, vejam como são as coisas, eu fiz uma matéria sobre o canal de Setúbal, é só um episódio pra vocês verem como era louca a imprensa, a censura, no segundo mês de trabalho, mostrando que o canal de Setúbal estava poluído, era uma matéria de Cidades, típica, que estava poluído, que estava criando problema para a população naquela área, e que a Prefeitura não tomava conta, dizia que era uma área de Marinha, e aí a Marinha não tomava conta, ninguém tomava conta. Resultado, eu fui chamado formalmente pelo Comando Naval. Meu Deus! Eu já sabia como as coisas estavam acontecendo porque a gente via no jornal, o Exército... Muita gente era chamada e não voltava. Eu fui lá, e o comandante, não sei o nome dele, não lembro mais, disse que eu estava incitando a população contra a Marinha, contra as Forças Armadas. Que era uma tentativa subliminar de desmoralizar a Marinha de Pernambuco dizer que a Marinha não tomava conta do canal de Setúbal. Eu disse: “Mas comandante, o canal está poluído.” Ele disse: “Está poluído, mas não é pra dizer, não! E o senhor, por favor, não continue trabalhando nesse assunto”. O assunto saiu da pauta do jornal” ⁵⁵².

Referindo-se ainda à censura nas redações, vários jornalistas assinalaram em seus depoimentos, as vantagens de se trabalhar em Pernambuco nas sucursais dos jornais da região centro-sul, entre os quais *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do*

Brasil, face ao ambiente de convivência ser bem menos tensionado, uma vez que a censura se realizava nos locais de sede dos jornais. Aliás, a repressão estabelecida em nosso estado, chegou a ampliar as equipes da maioria dessas sucursais, a exemplo do *Jornal do Brasil* que chegou a ter em Recife cerca de 40 funcionários. Evidentemente, esse diferencial de tratamento não impediu prisões e torturas de alguns jornalistas correspondentes.

Além da presença dos famosos bilhetinhos presentes nas redações dos jornais, outras formas de perseguição foram realizadas no meio jornalístico por diversos órgãos públicos, além dos já conhecidos da área da segurança pública, que inclusive redundaram em demissões de jornalistas.

Desse modo, o documento originário do Ministério da Guerra – IV Exército – E M -2ª secção, datado de Recife, 8 de julho de 1965, encaminhado à SSP/PE, denominado Pedido de Busca nº 368-B-E/2, transcreve crônica assinada pelo jornalista Severino Barbosa do *Diário de Pernambuco*, sob o título “O AGITADOR”, onde o articulista faz menção a um espécie de comício feito por um indivíduo, em cima de um caixote, em praça pública. O documento em questão solicita do jornalista, a qualificação do agitador citado na crônica, e outros dados julgados úteis⁵⁵³.

O conhecido jornalista Ronildo Maia Leite, que integrava a Sala de Imprensa da Prefeitura do Recife, foi também presenteado com um ofício, datado de 3 de agosto de 1965, assinado pelo Assistente que respondia pela Chefia de Gabinete do Prefeito, Júlio Jesum de Carvalho, dirigido ao delegado auxiliar dr. Álvaro da Costa Lima da SSP/PE, solicitando: “debaixo de segredo respectivo, informações sobre o jornalista”. A resposta se deu rapidamente, através da informação nº 3207:

Informo que o Sr. RONILDO MAIA LEITE, foi prontuariado neste arquivo sob o nº14.192, por ter assinado, com outros, o Manifesto de Solidariedade ao Povo Cubano, conforme nota publicada no *Jornal do Commercio* de 26 de julho de 1962. Junto a este, cópia de uma carta datada de 29 de março de 1961, enviada ao mesmo por “MÊS FLÊ”. Recife, 4 de agosto de 1965. Arquivista⁵⁵⁴.

É interessante ressaltar que a maioria das prisões ocorreu logo após o golpe, talvez pela “necessidade” de calar de imediato as vozes contrárias ao movimento armado, criando um clima ameaçador e de terror que, sem dúvida, iria desestimular qualquer iniciativa de afrontamento às forças ditatoriais; ou talvez por não terem aprimorado ainda os mecanismos de censura alcançados após o endurecimento do regime, através do AI nº 5, particularmente, a partir do ano 69, com destaque para os anos 1972 até 1979, quando as forças democráticas conseguem aprovar o projeto da Anistia.

O monitoramento por parte do Serviço Nacional de Informação/SNI era constante e abrangente, envolvendo todos os meios de comunicação e o setor artístico. A Informação nº 189 /71/ARJ/SNI, datada de 26 de fevereiro de 71, por exemplo, faz referência à infiltração das esquerdas nestes setores, ressaltando que a imprensa escrita e estações de televisão, tem sido utilizadas, através de seus programas, para a transmissão de mensagens para os chamados grupos subversivos. Refere-se às editoras, destacando a existência de infiltração também na Bloch Editores S/A, muito embora o seu proprietário, Adolpho Bloch, russo naturalizado brasileiro, seja reconhecidamente anticomunista. Neste mesmo documento, vamos encontrar uma referência ao então editorialista da Revista Manchete, Amaro Alexandrino da Rocha, como tendo desenvolvido atividades subversivas de 1º de abril a 31 de dezembro de 1964⁵⁵⁵.

As perseguições se estenderam ainda às editoras, livrarias e até as bancas de jornais e revistas.

A livraria da Companhia Editora Nacional, localizada na rua da Imperatriz, no centro da cidade do Recife, foi visitada pela polícia por ordem do delegado auxiliar, no dia 29 de maio de 1965, sendo apreendidos os livros: Revistas Civilização Nº 2 e Assim Marcha a Família. Declaração essa, feita pelo gerente cujo nome encontra-se absolutamente ilegível.

No dia 28 de maio de 1965, a Editora Civilização Brasileira – Nordeste Ltda., localizada na rua de Santa Cruz, em Recife, recebeu também a visita de policiais comandados pelo agente Aluizio Simões que, por ordem da Delegacia Auxiliar, apreenderam os seguintes livros: Revista Civilização nº 2; Brasil, guerra quente na América Latina; Diálogos Brasil-URSS; Golpe de Abril; Até quarta Isabela; Palavras de Arraes; Assim marcha a família; e O Golpe começou em Washington. Trata-se de uma declaração do responsável do depósito de livros da Editora em tela, o Sr. Ludovico Francesco Santoro. Nesse caso, foi impetrado um mandado de segurança contra o delegado auxiliar da SSP/PE, conforme solicitação de informações, em 13 de agosto de 1965, do juiz Aníbal V. Cavalcanti, do 3º cartório Cível do Estado de Pernambuco. Não foi possível saber o resultado decorrente desta demanda por parte da Editora.

Em entrevista dada para o Projeto Memória Viva de Pernambuco, o jornalista e repórter José do Patrocínio Oliveira, informa que era proprietário desde 1951 de bancas de venda de jornais e revistas, sendo uma das mais conhecidas a que se localizava na Av. Guararapes, denominada Banca Globo, onde eram vendidos diversos tipos de publicações, como jornais, revistas, folhetos, entre outros, procedentes da região centro sul do país. Relatou que, com o seu comércio, adquiriu, ao lado de melhorias financeiras, no princípio da década de 80, graves problemas, tendo de enfrentar grupos

de extrema direita que, através de bilhetes, ameaçavam explodir suas bancas por venderem publicações da chamada imprensa alternativa, que faziam críticas ao regime militar. Entre estas publicações se encontravam os jornais *o Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Coojournal*, etc. Por não se deixar intimidar por estes grupos fascistas foi contemplado pelo *Pasquim*, com uma foto com a legenda “Cabra Macho”⁵⁵⁶.

OS JORNALISTAS E AS DIVERSAS FORMAS DE RESISTÊNCIA À CENSURA

Mecanismos forjados pelos jornalistas fora e dentro das redações contra a censura

Diante das limitações impostas pela ditadura, várias foram as formas de resistência forjadas pelos profissionais da imprensa com o objetivo de garantir à população o direito à informação sobre os fatos de ordem econômica, política ou social, fossem eles locais, nacionais ou internacionais, assim como defender o livre exercício de expressão de opinião.

Dentre esses fatos encontravam-se aqueles relacionados à repressão policial, que se manifestava através de ações violentas como invasões a residências particulares ou quaisquer tipos de prédios públicos, prisões, torturas, “suicídios forjados” e desaparecimentos de pessoas consideradas “subversivas”, pertencentes ou não a partidos políticos, sindicatos ou qualquer outra entidade.

Diante do enfrentamento que se realizava cotidianamente nas redações dos jornais entre as direções e os jornalistas e repórteres, comprometidos esses últimos com a ética e, politicamente, com os princípios constitucionais do direito à informação, universalmente aceitos como um dos pilares de qualquer sociedade democrática, visando burlar a censura, foi necessário adotar estratégias na montagem das matérias a serem divulgadas.

A jornalista Maria Helena Beltrão, iniciou suas atividades como estagiária em 1966 na sucursal da revista *Manchete* pertencente a Bloch Editores. Conforme declara a jornalista, nessa época, a sucursal era dirigida por Fernando Luiz da Câmara Cascudo, que contava com todo apoio dos militares e Alexandrino Rocha, chefe de reportagem, este último, ex-assessor de imprensa de Arraes, preso e submetido a torturas, logo após o golpe.

Como repórter e jornalista, ela entrevistou um general no IV Exército, cobriu passeatas estudantis, enfrentou, com a bolsa cheia de bolas de gude a cavalaria nas ruas do Recife e, de modo especial, foi obrigada a se refugiar junto com seu amigo e também jornalista Lúcio Flávio Regueira, na igreja de Santo Antônio, na Praça da Independência, por ocasião do célebre episódio da invasão da igreja pela cavalaria da Polícia Militar, sendo salva de ser presa quando já era arrastada para o camburão,

pelo então editor do *Jornal do Commercio* Wladimir Calheiros.

No início de 1968, Helena se muda para o Rio de Janeiro, onde trabalha na revista *Fatos e Fotos* cobrindo manifestações políticas contra as violências praticadas pela ditadura, inclusive o enterro do estudante Edson Luis assassinado pela repressão no restaurante Calabouço em março de 68. Após o AI-5, exatamente no dia 31 de dezembro de 1968, recém-casada, embarca para Paris segundo suas palavras: “com raiva e decepcionada com o país”.

Referindo-se a sua estadia na França, Helena Beltrão assinala as muitas palestras ministradas por Dom Helder Câmara, que causaram grande repercussão na imprensa internacional, face à gravidade das denúncias de prisões e torturas que o Arcebispo relatava.

Porém o fato que pode ser considerado como mais relevante para jornalista, nessa época, diz respeito à sua participação numa rede de informações sobre os fatos que vinham ocorrendo no Brasil. Helena Beltrão fala, com detalhes, sobre esta rede que contou com a participação de uma amiga sua:

A Luciana Mota era minha amiga, e ela estava lá também como estudante e arranjou um emprego no Consulado como telefonista. E aí, como telefonista, ela tinha acesso às informações de quem estava chegando lá, do que acontecia... de algumas coisas. E era uma época difícil pra nós, mas, sobretudo, para os exilados brasileiros, que não sabiam onde pisavam e o que estava acontecendo aqui. E aí nós formamos, e eu participei, essa rede de informações sobre o que estava acontecendo, o vinha acontecendo, o que poderia acontecer lá; era um ponto de informação, o Consulado. A Luciana me passava a informação, eu passava para Violeta Gervaiseau, irmã de Arraes, e isso ia pra Argélia e começou uma rede de informações...⁵⁵⁷.

Foi através dessa rede que se conseguiu saber o que era planejado pela repressão no Brasil, nos períodos em que iam ocorrer palestras com políticos brasileiros que estavam cassados entre os quais o próprio Arraes:

E aí, nessa mesma época, ia chegar lá o Sérgio Fleury, que era um conhecido delegado da repressão. E essas palestras iam acontecer na França e em Roma, em Paris e em Roma, e era exatamente o mesmo percurso que ia fazer o delegado Fleury. E aí, a Luciana me passou essa informação, ela como telefonista escutava e tinha toda a programação do cara, eu passei para Violeta e essa informação foi depois, certamente, checada em outros lugares, e o Fleury foi proibido de entrar nos dois países⁵⁵⁸.

Depois Helena volta ao Brasil, permanece um ano no Rio de Janeiro e volta para o Recife, onde passa a trabalhar no *Jornal do Brasil*, cobrindo, como substituta eventual, a jornalista Divane Carvalho que, na época cobria dom Helder Câmara, o reinício do movimento sindical e o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base.

Depois, já na época das diretas, foi trabalhar na TV Globo, onde recebeu recomendação expressa de não falar sobre o movimento das diretas. Segundo a mesma: “Então eu não cansava de dizer, em todas as matérias, ‘Diretamente’ (risos) você tem que achar jeito. Aí combinava até com o entrevistado muitas vezes”⁵⁵⁹.

Na TV Globo foi encarregada de cobrir Dom Helder Câmara, e relata ter conseguido quebrar a resistência do Arcebispo de dar uma entrevista para a emissora local, mesmo com restrições, com o argumento de que a sua presença era fundamental para tranquilizar seus fiéis. Ressalte-se que, ainda nessa época, não entrava matéria com ele no *Jornal Nacional* e em nenhum outro noticiário nacional⁵⁶⁰.

O jornalista Ricardo Leitão revela, em depoimento, uma dessas estratégias que visava, além de garantir a divulgação da notícia, proteger os profissionais diante da direção do jornal e dos órgãos de repressão:

Você tinha uma matéria e você fazia um acordo de publicação simultânea. No lugar de uma pessoa só publicar, um veículo só publicar, se dividia aquela informação, quer dizer, deixava de ser a matéria exclusiva, mas pra que a coisa saísse, fosse conhecida. E proteger assim, o repórter e proteger o jornal. Outro recurso também, eu estou tergiversando, como diz Teles, outra coisa era mandar a matéria pro jornal do sul, você apurava aqui, mandava para o jornal do sul, o pessoal do sul publicava e devolvia a matéria pra cá como matéria da agência de notícias. Aí como vinha da agência havia uma chance de publicar porque não era apuração local, ou passava pelo filtro da censura porque vinha da agência. Eram recursos.

Outro recurso, só para terminar, era o chamado *three lead*. *Three lead* é o seguinte, a técnica jornalística tem as cinco linhas iniciais, é o *lead* da matéria, onde devem estar as informações mais importantes. Nas cinco linhas de baixo, tem o *sub lead* que são as informações complementares do *lead* e a partir daí a matéria se desenvolve a critério do jornalista. Aí, se criou, durante a censura, o *three lead*. Só que a censura normalmente só lia o *lead* e o *sub lead*. Não havia tempo e deixava escapar o *three lead* e na verdade o *three lead* era o *lead*. (risos) Aí muita coisa passou porque estava no *three lead*. Teve um tiroteio assim assado... O

tiroteio aconteceu no... Aí vinha o *three lead*, aí o nome o cara, dizia que ele estava perseguido pelo carro da polícia. Era pra estar no primeiro parágrafo, mas era no terceiro parágrafo pra ver se escapava. Isso não existe mais, eu suponha⁵⁶¹.

Divane Carvalho, repórter e jornalista pernambucana que acompanhou como profissional este difícil período da repressão, sendo inclusive testemunha ocular da prisão do seu colega, o jornalista Carlos Garcia do jornal *O Estado de São Paulo*, informa em entrevista:

Olha, as matérias quase todas, da área de presos políticos era censurada. Não saía nada. Primeiro, a gente ficava com aquele negócio, assim: “Vou fazer, quem quiser que censure”. Você tem de reagir de alguma forma porque você fica com raiva, não é? Mas aí a gente começou a aprender...” Agora eu vou enganar o censor” Essa foi uma das partes mais interessantes, o jornalismo que a gente aprendeu e deu certo. Começou de brincadeira, depois ganhou até o nome. Chamava-se “trilide”. Era o lide, o sublide e o trilide. Não quer dizer nada. Quer dizer: a gente começava a matéria com uma informação bem bobinha, aí o segundo parágrafo com outra bem bobinha e, aí no terceiro, botava tudo o que agente queria. Isso era possível porque o censor não conseguia ler o jornal todo. Era humanamente impossível. Então ele lia o começo da matéria e liberava. Outro truque importante era chamar as pessoas de subversivas. Salvamos a vida de muita gente chamando-a de subversiva. Com isso conseguimos dar notícia de muita gente desaparecida que estava presa. E, depois que a prisão era noticiada, ficava difícil torturar até a morte⁵⁶².

O jornalista Nagib Jorge Neto, referindo-se ao período mais duro da repressão, assinala em depoimento:

Isso não quer dizer que nós, jornalistas, naquele tempo de chumbo, sabe, nós tínhamos um recurso para fazer denúncias. Por exemplo, você vinha na internacional com uma matéria que o rei do Burundi foi deposto num golpe de estado e tá exilado num engenho de açúcar. Então ali você colocava: Dom Helder fez um pronunciamento assim e assim. Então, você dava, naquela linha podre, teve seus percalços, porque com o chumbo...⁵⁶³.

Quanto a mudança de postura em 74 dos meios de comunicação, esclarece:

A minha impressão é a seguinte: é que até

70/72, com aquela coisa do milagre brasileiro, a classe média, incluindo aí alguns jornalistas, ela estava muito entusiasmada com o país crescendo e tal, isso mais aquilo, aquela expectativa de termos o paraíso e tal e coisa... e mais adiante: Mas a resistência dos jornais... os donos dos jornais não queriam tanto essa resistência, acontece que os editores e os gráficos de certa maneira tinham maior compromisso com o jornalismo informativo do que os empresários. Aí a partir de 74, 75, 76 é que eles ficaram entre aquele lado da revolução que estava prejudicando eles também, e o lado dos leitores de jornal da classe média ⁵⁶⁴.

A imprensa alternativa e a resistência à ditadura através da sátira e do humor

Foi através da imprensa alternativa que se construiu, no Brasil, ao longo da ditadura iniciada em 64, espaços democráticos para informar e valorizar fatos de significativa relevância que ocorriam no território nacional, mas que, em função das imposições da censura em franca colaboração com a grande imprensa conservadora, eram ignorados em seus veículos de comunicação.

À medida que a censura foi se fortalecendo, especialmente após o AI-5, cresceram o número de comunicados dos órgãos de segurança, notadamente da Polícia Federal, encaminhados às redações, com a relação de assuntos que não poderiam ser tratados e de nomes de personalidades proibidas de terem seus nomes divulgados nos jornais, independente da temática tratada.

Nesse momento, são atingidos de forma indiscriminada todos os meios de comunicação, independentemente do seu tamanho e de suas linhas editoriais, fossem elas de apoio ou de oposição ao governo militar.

O conhecimento da violência empregada nas prisões brasileiras, através de torturas, assassinatos, “suicídios forjados” e desaparecimentos de pessoas independentemente de serem militantes políticos ou não, gerou um clima de indignação, fazendo crescer a resistência, motivando os setores progressistas da imprensa brasileira através dos profissionais dentro dos jornais, agora conscientes da gravidade do momento político, na busca de formas de divulgação desses crimes junto à população.

Apesar dessa conjuntura desfavorável, foram fundados, em vários estados brasileiros, jornais e diversos outros tipos de publicações, denunciando o estado de terror implantado no país, levando, de certo modo, a que o conceito de alternativo ficasse associado a uma posição anti-governista, desviada das tendências da imprensa convencional ⁵⁶⁵.

Estima-se em cerca de 160 jornais alternativos criados no período de 1964-1979, caracterizados como culturais, satíricos, políticos, classistas eco-

lógicos e feministas ⁵⁶⁶.

A crise econômica que elevou o preço do papel para imprensa foi um fator utilizado pelo governo, impeditivo para o funcionamento desses jornais, gerando descontinuidade na sua circulação. No entanto, passado o período de crise financeira interna, logo retornavam às suas atividades.

Desestimular a publicidade, em jornais, foi outro mecanismo utilizado para favorecer o fechamento da chamada imprensa “nanica”, face às dificuldades de obtenção de receitas. Naturalmente, a contrapartida foi a concentração de grandes conglomerados jornalísticos, monopolizando cada vez mais o setor midiático.

Nesse contexto, uma das formas encontradas de resistência, denunciando e questionando as violências praticadas pela ditadura, foi a sátira e o humor do tipo cômico ou negro, caminho adotado pelos jornalistas, especialmente cartunistas e chargistas, conseguindo formular, por essa via, críticas contundentes ao governo ditatorial.

Segundo o estudioso dos meios de comunicação, Roberto Elísio dos Santos:

Mais do que uma simples forma de entretenimento, o humor em quadrinhos desvela certas práticas sociais, culturais e políticas, cobertas pelos mecanismos disciplinares de poder, colocando em relevo as fraquezas e imperfeições dos sujeitos e das sociedades. Ao delinear, de maneira crítica, os contornos de grupos sociais, o humor em quadrinhos permite compreender as tensões entre os mecanismos de controle e as forças de resistência; entre as normas impostas e a acrasia; entre os comportamentos de submissão e transgressão. Nesse sentido, atuam como um tipo de expressão cultural popular que objetiva, ao satirizar os grupos dominantes, trazer à luz as adversidades que nos cercam. Ao combater de forma crítica e irônica as injustiças humanas e sociais, o humor gráfico assume um papel social de destaque na cultura midiática. Por meio de charges, cartuns e histórias em quadrinhos, os artistas apresentam sua visão de mundo ⁵⁶⁷.

Desse modo, surge no Rio de Janeiro, no período de maio a agosto de 1964, a revista PIF PAF, considerada uma das primeiras publicações de humor e crítica política. Publicada sob a responsabilidade de Millôr Fernandes, essa revista revelou muitos chargistas e cartunistas, entre os quais Jaguar, Claudius, Ziraldo, Fortuna, Henfil, Nani, Chico e Paulo Caruso, Edgar Vasques e tantos outros que, posteriormente, se integraram a outras publicações, como foi o caso do jornal, *O Pasquim*.

Semanário editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991, O PASQUIM ficou conhecido pelo papel ocupado no cenário da contracultura da década de 1960 e por sua crítica mordaz

à ditadura militar. Apesar da repressão e das dificuldades financeiras, o jornal atingiu a marca de tiragem de 200 mil exemplares em meados dos anos 70, tornando-se um grande fenômeno no mercado editorial brasileiro.

Nos anos 70, *O Pasquim* teve todos seus redatores presos e processados, somente podendo circular durante cerca de dois meses, devido à colaboração solidária de outros jornalistas. O jornal sofreu ainda dois atentados à bomba nos dias 12.03.1970 e 10.05.1970, assumidos pelo Comando de Caça aos Comunistas/CCC⁵⁶⁸.

Contribuição relevante a crítica da ditadura foi dada por Sérgio Porto, cognominado Stanislaw Ponte Preta, através da famosa série de livros publicados sob o título de “O Festival de Besteira que assola o País – FE-BE-A-PÁ” durante os anos 1966-1968, onde o autor ridiculariza as absurdas intervenções da censura federal frente à produção literária, o teatro, o cinema, a música e a chamada Música Popular Brasileira/MPB.

Outra importante contribuição foi dada pelo cartunista, quadrinista, jornalista e escritor brasileiro Henrique de Souza Filho, o Henfil, criador de famosos personagens, que o tornaram popular em todo o país após o AI-5, entre os quais, os *Fradinhos Cumprido* e *Baixim*, a *Graúna*, o *Bode Olerana*, o *Nordestino Zeferino*, as famosas cartas da Mãe do Henfil e ainda Ubaldo, o paranóico, lançados em revistas e jornais alternativos da época. Henfil foi, sem dúvida, um marco na história de resistência à ditadura, via o chamado humor negro⁵⁶⁹.

A imprensa alternativa em Pernambuco: sátira e humor

Pernambuco também se destacou nessa forma de jornalismo. Assim, no período compreendido entre os anos 1972 e 1985, foram criados vários jornais e folhetins alternativos em Recife, entre eles *O Jornal da Cidade*, *O Povão*, *O Jornal da Semana*, *O Folhetim Humorial*, *O Rei da Notícia* e o *Papa Figo*.

Para garantir seu funcionamento, essas publicações contaram com a participação de importantes e competentes jornalistas, cartunistas e chargistas, alguns já reconhecidos nacionalmente, entre os quais Ivan Maurício Monteiro de Santos, Marcelo Mário Melo, Lailson de Holanda Cavalcanti, Antonio Clériston de Andrade, Paulo Santos de Oliveira, Humberto Araújo, Romildo de Araújo Lima, o Ral, Manoel Bione que, inspirados nas experiências dos jornais alternativos que os antecederam, a exemplo da Revista *PIF PAF* e do jornal *O Pasquim*, criaram sua própria linguagem na forma de tratar, especialmente, os fatos econômicos, políticos e sociais ocorridos localmente.

O *Jornal da Cidade*, fundado em 1974, por iniciativa de Vanildo Aires, ex-deputado estadual e ex-presidente do Santa Cruz Futebol Clube, embo-

ra não apresentasse as características dos chamados jornais alternativos, que focavam no humor gráfico, desempenhou um relevante papel como um dos poucos veículos de comunicação de oposição à ditadura, conforme já mencionado neste relatório, pelo seu editor chefe Ivan Maurício. Denunciou as perseguições, prisões e as manipulações políticas no cenário local e nacional. Realizou entrevistas com políticos da situação e oposição, contribuindo para o conhecimento e a conscientização da população com relação ao que acontecia no país.

Referindo-se a ao *Jornal da Cidade*, Ivan Maurício relata que teve seu nome indicado por Ronildo Maia Leite para assumir o jornal e que, de pronto, convidou alguns experientes colegas jornalistas que tinham trabalhado com ele no Diário da Noite, como o ator e jornalista Jones Melo e Vera de Souza Ferraz, que desempenhou no jornal diversas funções, entre as quais repórter, chefe de reportagem e chefe de redação⁵⁷⁰.

Com as mesmas características do *Jornal da Cidade*, foi criado em 1980, pelos jornalistas Marcelo Mário Melo e Paulo Santos, *O Povão*, jornal quinzenal de cunho fundamentalmente político, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, que circulou apenas até 1981. Por conta da divulgação da prisão do padre Vito Miracapillo e da publicação de trechos de um hino feito pelo padre Reginaldo Veloso, da paróquia do Morro da Conceição, em solidariedade ao referido padre, o jornal foi recolhido das bancas, pela Polícia Federal. Segundo depoimento de Marcelo Mário Melo, no que pese a censura, conseguiram esconder da repressão de 14 mil exemplares, que foram distribuídos, clandestinamente, à população⁵⁷¹.

Por sua vez, o *Jornal da Semana*, fundado em 1972, era considerado um tablóide, e contou com Vera de Souza Ferraz como repórter. O jornal da *Semana*, na verdade, não era considerado concorrente dos alternativos, pois seu caráter era mais comercial e começou inserindo o folhetim *O Papa Figo*, que depois se transformou em folhetim independente, contando com a participação de Bione, Lailson, Paulo Santos e Ral.

Contudo, foi através do folhetim *O Papa Figo* (1976), o folhetim *Humorial* (1980) e *O Rei da Notícia* (1980), que surgiu e se fortaleceu uma imprensa local voltada especificamente para a sátira política e o humor gráfico.

O longo *O Papa Figo*, criado em 1976 através das mãos de Ral, Paulo Santos e Bione, tendo posteriormente incorporado os chargistas Clériston e Lailson, surge inicialmente como uma página de humor, encartada no *Jornal da Semana*; fundado em 1972, tornou-se, posteriormente, um encarte com 4 páginas, permanecendo vinculado ao *Jornal da Semana* até o seu fechamento em 1983. A partir de 1984, passou a circular como um jornal independente, permanecendo em circulação até os

dias de hoje. Em 2009 completou 150 edições, fato inédito, para esse tipo de publicação.

O *Folhetim Humorial*, criado em 1980 por Lailson, com o apoio de outros artistas gráficos, entre os quais Clériston e Humberto, dedicava-se a satirizar as autoridades políticas e econômicas locais e nacionais. Esta publicação não conseguiu sobreviver muito tempo por conta da censura e perseguições policiais, sendo obrigada a fechar após 4 meses de criação⁵⁷².



Fonte: Revista Continente: documento especial. Retrato Oficial – 25 anos de charges – Lailson. p. 110.



Fonte: CLERISTON. Minha verdade sobre a ditadura de 65: Charges. Charge publicada em 9 de setembro de 1976.

Por último, *O Rei da Notícia*, publicação mensal da CPS Editorial e Promoções, fundado em 1985, apresentava-se como um periódico anárquico armorial. Além dos editores Clériston e Paulo Santos, o jornal contava com muitos colaboradores, entre os quais Marcelo Mário de Melo, Ivan Maurício, Jomard Muniz de Brito, o pintor Zé Cláudio, Carlos Garcia, Bráulio Tavares, Xico Sá, Manoel Bione e outros.

Ouvidos pela Comissão em audiência pública,

os jornalistas Clériston e Lailson assinalaram a importância da charge e do cartum como um importante meio para informar a população sobre os fatos que ocorriam no dia a dia do país e da cidade, de forma direta, através do humor gráfico, bem diferente da tradicional imprensa escrita. Relataram também as constantes pressões, constrangimentos e conflitos que tiveram de enfrentar dentro das próprias redações, com seus companheiros jornalistas e, externamente, com a Polícia Federal, órgão responsável pela realização da censura nesse período junto aos meios de comunicação.

Em depoimento, Clériston conta que entrou aos 23 anos de idade no *Diário de Pernambuco*, a convite do chargista Sávio Araújo, para dividir um espaço que garantia a publicação de duas charges por dia. Segundo o mesmo que, na época, pouco sabia de política, entendia a produção daquela charge como um espaço de fala. O fato é que terminou por permanecer no *Diário de Pernambuco* entre os anos 1976-1986 tendo, ao longo desse período, publicado mais de três mil charges.

Referindo-se a essa forma particular de jornalismo, diz o chargista:

Teorizando um pouco, charge é um tipo de enunciado crítico e opinativo do campo do humor gráfico, por isso sua proibição é imediata em casos de ditaduras, ou então, sua enunciação tem vigilância cerrada, sofrendo constantes censuras⁵⁷³.

Continuando suas reflexões, ele declara, no Prefácio do seu livro recém-lançado, que trata do período ditatorial:

As charges são puro ato jornalístico, em cima de fatos, principalmente dos fatos não ditos, escondidos, pela vergonha da censura, que não permitia, durante uns tempos, nem que se escrevesse o nome de Dom Hélder. Eu conto a história e o quanto fiquei intrigado quando disseram isso. Parece um paradoxo pensar em humor e riso num período de tamanha repressão e autoritarismo. Mas, justamente, quanto maior é a sisudez mais o humor se faz necessário para tornar a vida mais leve e, mais que isso, dizer de forma graciosa o que não se ouaria dizer ao diabo⁵⁷⁴.

Sobre a censura sofrida, durante esse período, revela em seu depoimento à Comissão:

[...] que embora nunca tenha sido ameaçado de demissão pelo jornal ao longo desse período, paradoxalmente, briguei durante quase esse tempo todo com o jornal e havia uma autocensura enorme no profissional. Depois, a gente ia descobrindo que tem realmente pressões externas, telefonemas, reclamações, por

exemplo, eu lembro de uma charge, que teve uma eleição e a gente tinha sido proibido, fizeram uma reunião comigo e com outros chargistas e disseram: “Vocês estão proibidos, os chargistas, de desenhar caricaturas e de colocar siglas partidárias” A reunião fechada, não é, com o editor, Zé Leite Barbosa e Gladstone Oliveira Belo, mais eu e Lailson. Aí eu disse “Mas Gladstone, como é que a gente não vai fazer caricatura e nomes de siglas numa época de eleição? Quando o leitor abrir o jornal no dia seguinte, ele não vai ver as caricaturas, as charges, vai estranhar “- “Não, mas veja tem o aumento do café, o aumento do leite, o aumento do pão”- “Mas, 30 dias você falando do aumento do café quando está acontecendo um bando de coisas aqui?”⁵⁷⁵.

E referindo-se ainda à proibição de publicar caricaturas no período eleitoral, destaca um interessante episódio:

Não podia desenhar uma caricatura, então o que é que eu fiz? Desenhei Gustavo Krause de costas. E como é que eu sabia que as pessoas iam saber que era Gustavo Krause? Eu acho que ele era, na época, vice-governador, tinha assumido, e ele só usava uns conjuntinhos “safári”, não é? Tinha uma calvície e uma coroinha, e todo mundo sabia que era ele. Tinha tido um comício no domingo e, quando eu voltei do jogo do Sport e Santa Cruz no Arruda, eu vi muitos ônibus levando gente pro comício deles lá... e desenhei o Gustavo Krause de braços abertos de costas, dizendo “Povo do Recife” e em vez de desenhar o povo só desenhei os ônibus. Foi publicado no jornal e foi um sucesso incrível... E aí depois eu soube, por Lailson, que Aderbal Jurema teria ligado na segunda feira pro jornal e teria dito o seguinte “A gente gasta não sei quantos mil pra fazer um comício, um evento, e vem um chargista e estraga tudo”⁵⁷⁶.



Fonte: CLERISTON. Minha verdade sobre a ditadura de 65: Charges. Charge publicada em 2 de novembro de 1982.

Esse episódio ilustra bem, além do talento do chargista em conceber tal idéia, a força do humor gráfico, capaz de produzir reais prejuízos à imagem das pessoas, sejam políticos ou meros cidadãos, no caso em tela, estrago reconhecido pelo próprio senador da ARENA, Aderbal de Araújo Jurema.

Como outros jornalistas, Clériston recebeu também intimação para comparecer a Polícia Federal e segundo o mesmo, ficou receoso e consultou um advogado por telefone que lhe teria dito “Olhe, se até às dezenove horas você não aparecer a gente cai em campo”⁵⁷⁷.

E esclarece Clériston:

Eu fui apreensivo, mas eu lembro, eu fui com medo, mas era como se eu dissesse assim “Eu não fiz nada, cara, por que vão me prender?” Fui tranquilamente, fui muito bem recebido e atendido por um funcionário da Polícia Federal, que me levou numa sala e me fez perguntas, enquanto alguém datilografava tudo o que eu dizia. Ele foi bem franco. Mostrou uma carta, disse: “Olhe, isso aqui é uma carta do coronel fulano de tal”, não me lembro agora o nome, que era comandante do Detran, porque todas as autarquias aqui eram comandadas por militares, aposentados ou coisa assim, ele mandou uma pedindo providências enérgicas porque a imprensa e os chargistas queriam denegrir a imagem das Forças Armadas. Aí ele me mostrou umas cópias Xerox de algumas charges minhas, eu olhei todas elas, e eram 4 5 ou 6 charges que tinham um militar. Aí ele pegou uma delas e fez: Por que você fez essa aqui? Era um militar da PM, com aquela roupinha e tal, ajudando uma senhora idosa a atravessar a rua. E alguém comentava “deve ser novato” (risos). Era uma coisa muito forte, mas ao mesmo tempo, feita por mim, era certa inocência porque eu não tinha a dimensão, hoje eu tenho, do quanto isso era metafórico⁵⁷⁸.

Clériston revela ainda outra “visita” realizada, desta feita, ao Comando da Polícia Militar do Estado de Pernambuco:

Fui chamado também, depois, pelo Comandante da Polícia Militar. Foi de tarde, o Sávio tinha feito uma charge, nem era insinuando era colocando que as bolas dos Globetrotters... (sic) foi o seguinte, os Globetrotters (sic) vieram em Pernambuco fazer uma apresentação de basquete. E Sávio desenhou um globetrotter (sic) batendo a bola e a bola assim e ia lá pro fusca do DETRAN. Bastava isso. Mas Sávio não ficou contente e escreveu” Não sei o que há com essas bolas que procuram os carros do DETRAN “(risos). O Comandante chamou a gente na sala dele, o comandante mesmo da PM, e disse: “Olha, tem muito policial honesto aqui na casa, eles se sentiram... Eles são contra

as pessoas que cometem esse tipo de ilícito, e alguns queriam dar uma “coça” em vocês, mas a gente disse. ”Não, não é por aí, são uns garotos, e tal e tal”⁵⁷⁹.

Segundo Clériston, a charge tinha sido inspirada em uma experiência ocorrida com o próprio Sávio em contato com agentes de trânsito dias antes.

Em seu depoimento, o chargista assinala que embora muito longe dos companheiros que sofreram tortura ou outros tipos de perseguições consideradas graves, reconhece que o cotidiano silencioso a que foram submetidos os brasileiros nesse período, constituiu uma grave violação dos direitos humanos, razão pela qual resolveu publicar seu recente livro “Minha verdade sobre a ditadura em 64 charges”.

Lembrando aqueles momentos vividos nas redações, ele destaca:

A minha briga não era com o jornal. Eu brigava muito com Carreiro, com Gladstone, eu nunca fui ameaçado por eles, então eu tentava dizer o que achava que tinha que dizer, sobre liberdade de imprensa, sobre ditadura militar, sobre tortura, sobre Dom Helder, tudo o que conseguisse dizer, a gente tentava dizer. Porque achava que era um direito. Achava que a imprensa era livre, que era uma tribuna mesmo, então era o direito de dizer tudo⁵⁸⁰.

E conclui seu depoimento com algumas reflexões sobre a censura que, segundo o mesmo, persiste nos dias de hoje, revestida de novas formas:

A gente tinha dificuldade pra desenhar os generais da época, desenhávamos os políticos com alguma dificuldade, mas hoje ainda existe essa coisa na imprensa, no mundo inteiro. Há um cerceamento principalmente do poder econômico, os jornais sobrevivem também de verbas municipais, federais e estaduais, e muitas vezes ficam meio subservientes por isso. Não precisa dizer nomes porque é tudo muito claro, não é? Não vou fazer uma denúncia, porque basta abrir o jornal⁵⁸¹.

Lailson de Holanda Cavalcanti, o conhecido cartunista Lailson, prestou um importante depoimento a Comissão, em 17 de dezembro de 2014.

Segundo relatou à Comissão, iniciou suas atividades no Brasil em 1971, quando retornou de um estágio como desenhista nos Estados Unidos, ao receber um convite de Paulo Santos de Oliveira para trabalhar junto a Ivan Maurício no *Jornal da Cidade*. Seu primeiro trabalho jornalístico se deu na transformação de uma reportagem sobre uma grande cheia do Rio Capibaribe ocorrida na cidade do Recife em 1975, em duas páginas de história em quadrinhos. Depois, foi para o *Jornal da Semana*,

onde começaram a produzir uma página denominada de *O Papa Figo* que, posteriormente, tornou-se um jornal independente. Nessa época, participavam desse jornal de humor, além do próprio Lailson, Bione, Paulo Santos e Ral. Contou:

Então nós fazíamos uma sátira sobre o que acontecia aqui em Pernambuco. E o pessoal considerava que a gente era tudo comunista, a gente era tudo terrorista, não é? Na verdade nós éramos pessoas que queriam contestar o que estava acontecendo”... “o *Jornal da Semana* não pagava a gente. A gente fazia isso por amor a arte. Éramos quatro abnegados românticos e sonhadores⁵⁸².

Segundo a compreensão de Lailson:

A charge, ela é um elemento da iconografia. A charge, ela não registra o político, a figura pública, *a posteriori*. Ela vai registrando a medida que ele faz suas grandes ações ou suas ações danosas. Então ela é uma opinião crítica sobre o processo de desenvolvimento de um país, com um viés absolutamente crítico e geralmente um viés de oposição. Fazer humor a favor é propaganda da mesma forma que fazer arte a favor do Estado é propaganda. A arte tem que ser a expressão do ser humano, humor tem que ser a crítica do processo que está ocorrendo sócio politicamente⁵⁸³.

A partir dessas reflexões de Lailson, é possível compreender melhor a forte repressão que se abateu sobre a imprensa alternativa, ou “nanica” como a denominava a repressão, que mantinha um acompanhamento constante sobre essas publicações. Isso pode ser observado através da Informação nº 207/78 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça datado de 09 de março de 1978, que entendia essas publicações como “propaganda comunista e contestação dos governos revolucionários”. Esse documento reporta-se aos jornais “Bagaço”, “Repórter,” e a revista “Leitura”, destacando os tópicos publicados pelos mesmos como mentirosos, tendenciosos, etc. Na verdade, os jornais denunciavam a relação de desaparecidos, a existência da tortura, a censura de peças teatrais, de filmes e livros. Este documento carimbado como oficial termina com esta observação:

Esta divisão alerta para o fato da proliferação de jornais da chamada “imprensa nanica”, registrados e operando legalmente, estar sendo realizada, senão pelos mesmos elementos, também por jornalistas simpatizantes ou engajados na doutrina comunista. A legislação atual não delimita condições mínimas tais que impeçam a multiplicação de jornalecos e editoras que

surgem hoje e desaparecem amanhã, que objetivam a subversão pela contestação, que pretendem representar a opinião pública insidiosamente, que afinal longe estão de representar um jornalismo responsável e imparcial, tradutor da veracidade da opinião pública”⁵⁸⁴.

Referindo-se à censura ele declara que, quando começou suas atividades profissionais, já era o período da chamada distensão lenta e gradual:

Então, uma coisa engraçada, eu não fui censurado pela ditadura militar. Eu fui censurado pela imprensa que tinha medo do regime militar. Então essas eram as pessoas que aceitavam, que não contestavam, aquela listazinha, que Jodeval falou, que Ivan falou, que eu vi na Rádio Olinda⁵⁸⁵.

Lailson narra uma experiência bem especial ocorrida, envolvendo a viúva do governador Miguel Arraes de Alencar, dona Madalena Arraes:

Eu tive, muitos anos depois, uma visita de d. Madalena, ela foi me visitar no meu estúdio, dona Madalena Arraes, dr. Arraes já tinha morrido, aí D. Madalena chegou pra mim e disse: “Meu filho, olhe: quando a gente estava no exílio, mandavam as suas charges pra gente, e eram ótimas. Quando a gente voltou, todo dia eu e Miguel, a gente lia a sua charge. Era a primeira coisa que a gente fazia. A gente abria o jornal...” na época o Diário, principalmente, tinha um peso muito grande na formação da opinião. Então ela dizia “todo dia de manhã era a primeira coisa que a gente fazia, a gente abria o jornal pra ver o que é que Lailson fez o que é que Lailson disse, e eu dizia pra Miguel: olhe, Lailson deve ter isso, mas isso vai se perder, a gente podia fazer um livro”. E Miguel morreu e a gente não fez, mas eu queria saber, você aceitaria, meu filho, fazer, juntar essas charges que você fez sobre Miguel e fazer?”. Eu disse, “Isso não é um pedido. É uma ordem. Com o maior prazer! Agora, tem uma coisa, a minha opinião sempre foi minha, sempre foi livre, em alguns momentos eu fiz críticas a dr. Arraes, quando eu discordei da posição dele, fiz críticas. E aí, como é que ele reagia? “Aí ele não ria” (risos) Isso pra mim, é uma grande lição de democracia. O político tem que saber que, como figura pública, ele está sujeito à crítica. E aquela crítica não é simplesmente uma oposição gratuita pra dizer Eu não gosto de você, é uma crítica que tem a ver com o caminho que ele está trilhando. Ele não está só dirigindo a vida dele, ele está dirigindo a vida de cada um, então ele tem uma responsabilidade com cada um⁵⁸⁶.

A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DOS ORGÃOS DE IMPRENSA

Associação de imprensa de Pernambuco (AIP)

Segundo Paulo Figueiredo Cavalcanti, a idéia de criação da Associação de Imprensa de Pernambuco/ AIP ocorreu no almoço comemorativo do Dia da Imprensa, em 10 de setembro de 1931. Fato este, que veio a se efetivar logo em seguida, com a eleição de Salvador Nigro como seu primeiro presidente.

Tomando como referência a Associação Brasileira de Imprensa /ABI, criada no Rio de Janeiro, a entidade definiu como objetivo reunir jornalistas para lutar em defesa de seus interesses e da liberdade de expressão, de opinião. Atingidos pelas limitações impostas pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, estabelecido após a Revolução de 1930, que exigia naquele momento da sociedade civil organizada, ações no sentido de promover a restauração da ordem constitucional, ampliou-se seu papel.

Talvez, por esta razão, durante vários anos, a AIP atuou de forma um tanto confusa, misturando ações reivindicatórias de caráter sindical dos profissionais dos meios de comunicação, com mobilizações que envolviam demandas mais amplas da sociedade.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, a situação se complicou ainda mais, pois agentes da ditadura Varguista, entre eles, o jornalista José Campelo ocuparam sua diretoria para, através do Departamento de Imprensa e Propaganda /DIP, impingir à população uma falsa imagem do regime e do próprio Presidente Getúlio Vargas.

É plausível afirmar que a trajetória da AIP foi bastante controversa. O fato de, estatutariamente, assegurar o direito à filiação e o voto aos proprietários das empresas jornalísticas, concorreu fortemente para o estabelecimento de disputas internas, envolvendo grupos representativos de pensamentos diversos, de direita, de esquerda (socialistas e comunistas) e ainda grupos sem definição e clareza ideológica.

Neste sentido, importantes nomes do jornalismo, de tendências políticas diversas, participaram da Associação, entre eles Luiz Beltrão, Reinaldo Câmara, Mário Melo, Jorge Abrantes, Ronildo Maia Leite, Carlos Garcia, Aluizio Falcão, Eugênio Coimbra Junior, Rildo Souto Maior, Hiram de Lima Pereira.

Paulo Cavalcanti reconhece que, apesar de ter participado de importantes lutas, a exemplo da defesa da legalidade constitucional, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a entidade revelou-se frágil e inerte diante de acontecimentos fundamentais que ocorriam na sociedade e que exigiam

uma postura efetiva em defesa dos princípios e liberdades democráticas.

Somente com a fundação do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco em 1947, quando ocorreu uma efetiva separação entre os objetivos das duas entidades, foi possível um fortalecimento das mesmas, permitindo uma maior eficiência e respostas diante dos desafios colocados pelo processo de redemocratização em curso no país.

Com o golpe de 1964, Paulo Cavalcanti, um dos principais artífices da criação e funcionamento da entidade, foi preso no dia 8 de abril, nas dependências da própria Associação da Imprensa de Pernambuco, em pleno exercício de suas funções de 1º secretário da entidade.

Foi levado ao IV Exército e enviado pelo general do exército Antônio Bandeira para a 2ª Companhia de Guardas, situada na Av. Visconde de Suassuna, hoje Edifício Promotor de Justiça Paulo Cavalcanti, em sua homenagem. Ainda no mês de maio, foi transferido para o Quartel do 14º Regimento de Infantaria, na Vila Militar Floriano Peixoto, em Jaboatão dos Guararapes, onde permaneceu preso durante alguns meses. Solto em novembro de 1964, ficou ainda em regime de prisão domiciliar durante dois anos, sem ter o direito de se ausentar do Recife a não ser com autorização da Auditoria Militar. Muitas outras prisões desse dirigente iriam ocorrer ao longo dos anos em que perdurou o regime militar⁵⁸⁷.

Sindicato dos jornalistas de Pernambuco

A exemplo da AIP, o Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco possui uma trajetória bastante atribulada e controvertida. As querelas já se iniciam com a discussão em torno da própria data de sua fundação. Para alguns, 27 de novembro de 1947, data de registro de sua Carta Sindical, sendo eleito o jornalista Newton Farias, seu primeiro Presidente. Para outros o ano teria sido 1941, data de sua primeira Ata.

Independentemente da data exata de sua fundação, o relevante é destacar a descontinuidade que ocorreu em suas gestões a partir da década de 1960, quando vão se alternar, na condução da entidade, gestões conservadoras com progressistas posto que jornalistas de tendências políticas ideológicas diversas compuseram sua diretoria ao longo do período ditatorial.

No que se refere ao jornalista Newton Farias, primeiro presidente da entidade, é necessário registrar, conforme o fazem entre outros, os jornalistas Fernando Menezes e Ricardo Leitão, que as humilhações e perseguições a que o mesmo foi submetido durante suas atividades profissionais na imprensa local, o levou a um processo de profunda depressão que culminou com o seu suicídio. Newton Farias, como tantos outros brasileiros, não suportou as torturas psicológicas a que foi subme-

tido, cuja violência, apesar de não explícita, marca profundamente o psíquico dos indivíduos vitimados por essa forma particular de violência.

Assim, apesar do reconhecimento dos próprios jornalistas, de que a atuação dessas entidades não representou muitas preocupações junto aos órgãos de repressão, nem por isso deixaram de ser controladas de diversas formas seja legalmente, através das disputas eleitorais internas, seja através de mecanismos institucionais e policiais administrados pelos órgãos da repressão.

Referindo-se a estes momentos, relata Carlos Garcia um episódio que o envolveu e a outros colegas de profissão:

Fui vítima, eu, Jorge Nagib Neto e Ronildo Maia Leite, uma vez. Éramos candidatos numa chapa do sindicato e fomos chamados pelo delegado do Trabalho Romildo Leite, ele chamou nós três e ameaçou com o DOI-CODI: “Você já tem experiência, viu? Cuidado senão vai voltar prá lá se não renunciar.” E eu confesso que renunciei. Porque eu tinha duas alternativas, ou renunciava à candidatura, que era só Conselho Fiscal, era só para compor, ou renunciava ou tinha que me mudar da cidade, ou ir pro DOI-CODI novamente. Uma experiência que eu não gostaria de repetir⁵⁸⁸.

Carlos Garcia refere-se a sua prisão em 1974, por ter denunciado a também prisão do vereador Marcus Cunha, conforme já relatado.

Referindo-se ainda a este episódio, o jornalista Nagib Jorge Neto, declara:

E também me lembro do caso de nós três que fomos proibidos de exercer um direito legítimo que era ser candidato ao sindicato. E chegou a proibição pra nós. Então eu me lembro que a última reunião que nós fizemos, Garcia disse: “Vocês não sabem o que é ser torturado no DOI-CODI. Então eu sei, e eu renuncio”. Aí, eu fui pra casa com aquela preocupação, meu Deus, o que é que eu vou fazer diante de um negócio desses? Eles queriam minha renúncia. Então eu tinha recebido o negócio do sindicato, um papelzinho, que era pra mim bater a máquina e levar assinado. Aí eu peguei o papelzinho umas três da manhã lá no meu apartamento na rua Samuel Pinto, e digitei o negócio: “Sr. Romildo Leite, delegado do Trabalho – Nesta. Ciente renúncia da minha candidatura. Assinado: Atenciosamente, Nagib Jorge Neto.” Bom, aí quando eu cheguei, disse que resolvi renunciar pra sair tudo bem. Aí quando eu entreguei a ele o papelzinho ele disse: “Mas que é isso?” Ele já tinha mandado pedir um café pra mim. Eu disse: “Isso é que eu estou renunciando”. Ele disse: “Mas aqui você não está renunciando a nada”. Eu disse:

“Mas eu estou dizendo que estou ciente da renúncia da minha candidatura. Dá no mesmo. Eu já fui renunciado, assim como Ronildo e Garcia. Nós estamos renunciados e eu estou só dando ciência a você”. Ele disse: “Mas então o que é que eu digo pros home?” Você telefona pra eles e diz assim: Olhe major não sei o que lá, é o seguinte, Nagib acaba de renunciar. Foi o último a renunciar. Pronto. Acabou-se. Eles não vão pedir comprovante de coisa nenhuma. Você fica com o documento aí e comunica ao pessoal do sindicato e pronto ⁵⁸⁹.

Carlos Garcia reconhece que foi devido a manobras como essa, de Romildo Leite, e de outras, que a Associação de Imprensa de Pernambuco e o Sindicato dos Jornalistas foram, de certa forma, entregues a pessoas favoráveis ao regime, que fizeram modificações estatutárias nas finalidades da AIP, retirando a primeira finalidade da entidade, que era defender a liberdade de imprensa. Por sua vez, o Sindicato adotou o lema: “Liberdade de Imprensa é problema de Patrão”. Então, nos congressos nacionais e em toda parte, o lema do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco era esse.

Apesar de todas estas dificuldades, o Sindicato dos Jornalistas tomou importantes iniciativas junto a Administração Eraldo Gueiros e Augusto Lucena nos anos 1974, conforme atesta documento informe nº33/217/74, datado de 16.05.74 originário da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Minas e Energia, com o carimbo de Confidencial, para ser difundido entre os diversos órgãos de informação ⁵⁹⁰.

O documento faz referência ao encerramento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito criada a partir de uma denúncia do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco na Assembléia Legislativa de Pernambuco, para investigar gastos em publicidade realizados pelo governo Eraldo Gueiros.

Como conclusão da CPI o documento sinteticamente registra:

a) O jornalista Aldo Paes Barreto é diretor do Departamento de Imprensa do Estado e também diretor do *Diário de Pernambuco*; b) O jornalista Gladstone Belo, superintendente dos Diários Associados de Recife, é Assessor de Imprensa da Prefeitura de Recife. Não comparece ao expediente da mesma, mas tem remuneração (?) ao nível de Diretor de Divisão; c) O jornalista Samir Abud Hanna, Diretor da Sala de Imprensa da mencionada Prefeitura é simpatizante de esquerda. 1.3- Frequentemente o prefeito de Recife, Augusto Lucena é elogiado ou tem a obra exaltada pela imprensa sob a forma de notícias ou comentários de iniciativa dos jornais. Entretanto, tais notícias ou comentários da realidade são pagos pela Seção de Finanças da edilidade, que realmente, jun-

tamente com os recortes do que foi publicado, recebe faturas dos serviços prestados. Com relação aos assuntos políticos os meios com eles relacionados mostram-se impressionados com o elevado custo da campanha que é orçado em torno de CR\$ 300.000,00 para os candidatos a deputado. Os candidatos, segundo dizem, procuram apoio dos dois grandes grupos financeiros locais: LINALDO UCHOA DE MEDEIROS E FERNANDO RODRIGUES ⁵⁹¹.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ficaram patente nos diversos depoimentos prestados à Comissão, as tentativas e efetivas violações dos direitos humanos ocorridas junto aos meios de comunicação, atingindo de modo particular os profissionais do setor, no que se refere aos princípios éticos que orientam o exercício da profissão, a garantia da preservação das suas fontes de informação bem como sua própria liberdade física e de opinião, num desrespeito permanente aos direitos e garantias individuais asseguradas pela constituição brasileira de 1988.

Por outro lado, a grande quantidade de informações detalhadas obtidas no decorrer dos trabalhos da Comissão, seja através de documentação ou de depoimentos orais, nos orienta no sentido de recomendar a continuidade e aprofundamento da análise dessa temática em Pernambuco, para o período anterior a 1964 e para além do período proposto, tendo em vista o significativo e histórico papel desempenhado pela imprensa em nosso Estado. Acreditamos que outros trabalhos podem suscitar questões que, infelizmente, os limites impostos por este tipo relatório não conseguiu realizar.

Como mecanismo de proteção ao livre exercício da profissão, a relatoria recomenda três medidas básicas:

1) A adoção do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) estabelecido pelo Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177 de 12 de maio de 2010, que no seu Eixo orientador V - Educação e Cultura em Direitos Humanos, estabelece a “Diretriz nº 22 : Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Por sua vez, essa diretriz se desdobra em dois objetivos estratégicos:

- Objetivo Estratégico I: Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos;
- Objetivo Estratégico II: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação.

As Ações Programáticas, por sua vez, com ênfase nos Direitos Humanos, na democratização do

acesso a informação, inclusão digital e acessibilidade, deverão ser implantadas pelo Ministério das Comunicações, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, e demais Ministérios ou órgãos de alguma forma vinculados à temática das comunicações⁵⁹².

2) Continuidade da aplicação da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, sem prejuízo do seu aprimoramento, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas aplicáveis aos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, um importante mecanismo, conquistado pela sociedade, para o fortalecimento das políticas de transparência pública e consequentemente da consolidação do regime democrático brasileiro.

Contudo, apesar dos avanços estabelecidos pelo PNDH-3 e da Lei de Acesso à Informação, ainda existem grandes lacunas que precisam ser preenchidas, envolvendo aspectos relevantes no que se refere à democratização dos meios de comunica-

ção. É notória, no atual quadro político do país, a necessidade de um debate nacional sobre a regulação dos meios de comunicação, que envolvam questões relativas ao monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica, necessidade de ampliação da produção regional, garantia de funcionamento das rádios comunitárias e, sobretudo, que se cumpra a legislação já existente, que proíbe políticos portadores de mandatos de serem proprietários de concessionárias de serviço público, evitando-se a relação promíscua, hoje imperante, entre o poder político e o chamado “poder midiático”.

3) Nesse sentido, sugere-se a criação de uma Legislação Reguladora da Mídia, que ao mesmo tempo que assegure a liberdade de imprensa, proteja a sociedade dos riscos de manipulação política da opinião pública face ao grande poder dos meios de comunicação orientados por interesses políticos, econômicos e financeiros, de ordem comercial. Assegurar uma imprensa independente e, sobretudo, afirmativa com relação ao entendimento da comunicação como um direito humano a ser preservado no estado democrático de direito.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, nº 19012 Fundo 25030 B	Prontuário - José Gercino Saraiva	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	Registro Geral, antecedentes, histórico, termos de declarações prestadas por José Gercino, relação de codinomes, relação de elementos citados em depoimento, pedido de busca, correspondências, informações, encaminhamento, ofícios, telex, radiograma, recorte de jornal, Aspectos das organizações clandestinas, Diagrama do DOI, Diagrama do interrogatório DOI, manuscrito “A Vitória de um Terrorista”, documento do PCBR apreendido, Normas de Organizações Subversivas, Ponto no Nordeste (Encontros), Registro da Faculdade de Medicina UFRN.
APEJE: DOPS – PE, prontuário sem nº Fundo 28560	Prontuário - Ofícios expedidos 1965 (Parte)	DOPS - SSP-PE	Contém: Pedido de busca solicitando indicação e quem é o agitador citado em uma crônica assinada por Severino Barbosa do <i>Diário de Pernambuco</i> , sob o título “O agitador”; várias comunicações do órgão responsável pela censura estética sobre pichações com inscrições subversivas; Pedido de busca sobre a possibilidade de uma greve geral de artistas; pedido de informação sobre Romildo Maia Leite; pedido de Mandado de segurança da Editora Civilização Brasileira.
APEJE: DOPS – PE, nº 444 Fundo 5608	Prontuário - Rui Veloso Cabral	DOPS - SSP-PE	Informe sobre o redator do Jornal <i>A Hora</i> , Ruy Veloso Cabral, Cita Julião e Padre Alípio de Freitas e o médico Aníbal Bezerra.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_33837_71	Inf. 173 (Plano Nacional de Informações)	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Esquerdas no Brasil e a infiltração nos meios de comunicação social; Jornais e revistas dominados pela esquerda - Correio da Manhã e Pasquim; Necessidade de limpeza da área - Cita demissões e admissões em substituição; Conclusão: Necessidade do serviço de censura mais apurado; Editorialistas da revista Manchete; Enciclopédia Bloch.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_70944_74	Informe nº 33/217/74 (Administração de Eraldo Gueiros e Augusto Lucena)	Ministério das Minas e Energia – Divisão de Segurança e Informações	Término da CPI da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) para investigar os gastos com publicações realizados por Eraldo Gueiros. Menciona os jornalistas Aldo Paes Barreto, Gladstone Belo e Samir Abuhanna.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_VAZ_012_0041	Informe 034/A-2 (Levantamento dos integrantes dos órgãos de informações pela imprensa escrita no Brasil)	Ministério da Aeronáutica	Documento originário do CENIMAR sobre <i>O Globo, Jornal do Brasil, Estadão, Folha de São Paulo e Veja</i> - solicitam relação de nomes de militares, funções exercidas, data e local de nascimento, nome das esposas e filhos.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_VAZ_013_0104	Informe nº 035/BAMN/84 (Campanha pela imprensa a fim de provocar as autoridades militares)	Ministério da Aeronáutica – Base Aérea de Manaus	Sobre perguntas da imprensa com o objetivo de irritar altas autoridades militares, elaboradas por sociólogos de esquerda.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_BSB_VAZ_041_0128	Informação nº 191/QG-4 (Terrorismo)	Ministério da Aeronáutica	Análise da matéria “Para o terror de Recife, morte por fuzilamento”, publicada pelo “ <i>Jornal da Tarde</i> ”, 12/05/1970.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1219	(Imprensa) Info 207/78 - DSI-MJ Info 397/78 - DSI-MJ Info 496/78 - DSI-MJ Info 459/78 - DSI-MJ Anexo do INFÃO nº 397/78/DSI - MJ	Ministério da Justiça	Sobre diversos jornais: <i>Jornal Bagaço, Movimento, Em Tempo</i> , outros; Imprensa nanica desde o <i>PIF PAF</i> em 1964; Subversão através da imprensa alternativa; <i>Jornal Resistência</i> - Sociedade Paranaense de defesa dos Direitos Humanos; Dossiê imprensa nanica.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_RJ_AN_RIO_TT_0_MCP_AVU_0167_d001	Correspondência Chefe do gabinete do SNI	SNI	Sobre liberdade de imprensa x censura
Doação – Notas para Imprensa	Censura Federal - Proibição		Notas da repressão para imprensa, sobre notícias proibidas de serem veiculadas. Entregues a CEMVDHC pelo jornalista Jodeval Duarte.

FONTES TESTEMUNHAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Depoente (s)	Assunto em Pauta
Sessão pública, Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife-PE, em 03 de outubro 2013.	Samarone Carlos Garcia	Repressão aos órgãos de comunicação
Sessão pública, Sindicato dos Servidores de Pernambuco (SINDSEP), Recife-PE, em 05 de novembro 2013.	Aluisio Falcão	Imprensa
Sessão pública, FUNDAJ, Recife-PE, em 17 de julho 2014.	Nagib Jorge Neto; Juraci da Costa Andrade; Ivanildo Sampaio; Antônio Portela; Carlos Garcia.	Repressão aos órgãos de comunicação
Sessão pública, FUNDAJ, Recife-PE, em 16 de dezembro 2014.	Ricardo Noblat; Jodeval Duarte; Ricardo Leitão; Clériston de Andrade	Repressão aos órgãos de comunicação
Sessão pública, FUNDAJ, Recife-PE, em 17 de dezembro 2014.	Helena Beltrão; Ivan Maurício; Lailson Cavalcanti	Repressão aos órgãos de comunicação

NOTAS - CAPÍTULO 14

479 Palavras de Fernando Coelho na abertura da sessão pública destinada a ouvir jornalistas no dia 17 de julho de 2014.

480 DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog**: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

481 Jornalista Ivan Maurício em depoimento no dia 17 de dezembro de 2014.

482 CRUVINEL, Tereza. **Cristina Tavares**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 91.

483 Idem.

484 VIEIRA, José Carlos. Entrevista com Geneton Moraes Neto: “Fazer jornalismo é produzir memória”. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/02/02/interna_diversao_arte,347449/entrevista-com-geneton-moraes-neto-fazer-jornalismo-e-produzir-memoria.shtml>. Publicado em: 2 fev. 2013. Acesso em: 19 maio de 2016.

485 Idem.

486 DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 194.

487 WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro, Record, 1988.

488 LEITE, Ronildo Maia. **Os Vulcões de Abril**: história das eleições no Recife. Recife: Bagaço, 2002, p. 123-126.

489 LINS, Aline Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo de. **A Imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX**. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luís. A Censura na Imprensa. São Luís: Rede Alcar, 2006.

490 JOSUÉ, Sindulfo Correia. **Oitenta anos de luta pela vida**. Recife: s/d, 1982. Texto mimeografado, gentilmente cedido por Roberto Arrais.

491 MELO, Marcelo Mário de. **David Capistrano**: entre teias e tocaias. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

492 FREIRE, Geraldo. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson (Orgs.). **Palavra de Jornalista**: Memória Viva da Imprensa de Pernambuco. Recife: Comunigraf, 2006.

493 Idem.

494 Idem.

495 OLIVEIRA, Sheila Borges de. O rádio na Região Metropolitana do Recife: do jornalismo à evangelização. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011.

496 Depoimento de Lailson de Holanda Cavalcanti à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.

497 CORTEZ, Marcius. As oligarquias culturais e os palhaços da burguesia. In: **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco,

- v. 24/25, n. 5/6, p. 31-32, dez. 2004/2009, p. 31.
- 498 Depoimento de Juracy Andrade à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 499 Idem.
- 500 LEITE, Ronildo Maia. **Os Vulcões de Abril**: história das eleições no Recife. Recife: Bagaço, 2002.
- 501 DREIFUSS, op. cit.
- 502 COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.
- 503 Castelo perdeu a batalha. *Veja*, São Paulo, n. 444, 9 mar. 1977.
- 504 Milton da Graça. Informações retiradas do Processo nº 303/01 da SEJUDH. Consultar no site da Cepe.
- 505 ALVES, Márcio Moreira. **Tortura e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966, p. 62.
- 506 José Leite Filho. Informações retiradas do Processo nº 284/00 da SEJUDH. Consultar no site da Cepe.
- 507 Relatório do Jornalista Hiram de Lima Pereira. Disponível em: <<http://www.hirampereira.com/relatorio-do-jornalista-hiram-pereira>>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- 508 ALEXANDRINO, Rocha. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit.
- 509 ALVES, op. cit.
- 510 Informação nº 189 /71/ARJ/SNI (SS-16-025), de 26 de fevereiro de 1971. Arquivo Nacional.
- 511 ALEXANDRINO, Rocha. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit.
- 512 CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- 513 ALVES, op. cit.
- 514 FERNANDES, Hiram. **Confidencial**: documentos da ditadura militar. Recife: CEPE, 2013, p. 615.
- 515 CAVALCANTI, op. cit., p. 366.
- 516 ALVES, op. cit.
- 517 BRANCO, Ângelo Castelo. **Provocações da memória**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2009, p. 39.
- 518 Entrevista com Celso Marconi. *Jornal do Comércio*, 21 fev. 2011. Celso Marconi foi testemunha também da prisão de Alex.
- 519 ALVES, op. cit.
- 520 Depoimento de Nagib Jorge Neto à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 521 Depoimento de Carlos Garcia à CEMVDHC no dia 3 de outubro de 2013.
- 522 Idem.
- 523 Idem.
- 524 Depoimento de Carlos Garcia à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 525 Depoimento de Ricardo Leitão à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 526 Depoimento de Ivan Maurício à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 527 Idem.
- 528 Idem.
- 529 CARVALHO, Divane. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit., p. 227.
- 530 Depoimento de Carlos Garcia à CEMVDHC no dia 3 de outubro de 2013.
- 531 CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina. 2. ed. Recife: CEPE, 2008, p. 194.
- 532 CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo. v. 2. 4. ed. Recife: CEPE, 2008.
- 533 KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
- 534 Depoimento de Ricardo Leitão à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 535 Idem.
- 536 Idem.
- 537 Idem.
- 538 FONSECA, Homero. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit., p. 253-254.
- 539 Depoimento de Ivan Maurício à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 540 Idem.
- 541 Idem.
- 542 Idem.
- 543 Idem.
- 544 Depoimento de Jodeval Duarte à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 545 Depoimento de Nagib Jorge Neto à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 546 Depoimento de Ivanildo Sampaio à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.

- 547 Idem.
- 548 Idem.
- 549 Idem.
- 550 Idem.
- 551 Depoimento de Antonio Hermenegildo Portela à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 552 Depoimento de Ricardo Leitão à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 553 Informação enviada pela Prefeitura do Recife em 3 de agosto de 1965. Ofício nº 86 encaminhado ao Delegado Álvaro da Costa Lima pedindo informações sobre Ronildo Maia. SSP/DOPS/APEJE, Ofícios expedidos – 1965 – Fundo 28.560.
- 554 Documento do IV Exército, 2ª Secção, de 8 julho de 1965. SSP/DOPS/APEJE, Ofícios expedidos – 1965 – Fundo 28.560.
- 555 Documento Secreto da ARE-RJ/SNI. Informação nº 189/71/ARJ/SNI. Arquivo Nacional.
- 556 PATROCÍNIO, José do. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit., p. 12.
- 557 Depoimento de Helena Beltrão à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 558 Idem.
- 559 Idem.
- 560 Idem.
- 561 Depoimento de Ricardo Leitão à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 562 CARVALHO, Divane. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit., p. 234.
- 563 Depoimento de Nagib Jorge Neto à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 564 Idem.
- 565 ACIOLI, Alexandre. Papa-Figo: Resistência da imprensa alternativa em Pernambuco. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4386478>>. Acesso em: 29 jan. 2017.
- 566 Idem.
- 567 SANTOS, Roberto Elísio dos. **HQs de humor no Brasil: variações da visão cômica dos quadrinhos brasileiros** (1864-2014). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- 568 JORGE, Fernando. **Cale a Boca, Jornalista!**: o ódio e fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. ed. 5. São Paulo: Novo Século, 2008, p. 108; 157-158.
- 569 COELHO, op. cit., p. 216-217.
- 570 MAURÍCIO, Ivan. In: COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson, op. cit., p. 325.
- 571 LINS; LIRA, op. cit.
- 572 Depoimento de Lailson de Holanda Cavalcanti à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 573 ANRADRE, Cleriston. **Minha verdade sobre a ditadura em 64 charges**. Recife: Fundarpe, 2016.
- 574 Idem.
- 575 Depoimento de Clériston de Andrade à CEMVDHC no dia 16 de dezembro de 2014.
- 576 Idem.
- 577 Idem.
- 578 Idem.
- 579 Idem.
- 580 Idem.
- 581 Idem.
- 582 Depoimento de Lailson de Holanda Cavalcanti à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 583 Idem.
- 584 Informação nº 207/78, de 09 de março de 1978, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.
- 585 Depoimento de Lailson de Holanda Cavalcanti à CEMVDHC no dia 17 de dezembro de 2014.
- 586 Idem.
- 587 CAVALCANTI, op. cit., p. 425-446.
- 588 Depoimento de Carlos Garcia à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 589 Depoimento de Nagib Jorge Neto à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 590 Depoimento de Carlos Garcia à CEMVDHC no dia 17 de julho de 2014.
- 591 Documento Confidencial do Ministério das Minas e Energias – Divisão de Segurança e Informações. Informe nº 33/217/74, de 16 de maio de 1974. Assunto Eraldo Gueiros e Augusto Lucena. Relato feito pela DSI do MME referente à CPI criada para investigar a Administração de Eraldo Gueiros e Augusto Lucena instalada na ALEPE por solicitação do Sindicato dos Jornalistas. AC.ACE 70944 – 74 – Arquivo Nacional.
- 592 O Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

CAPÍTULO 15.

GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DAS RELIGIÕES

Texto elaborado sob a responsabilidade do relator Manoel Severino Moraes de Almeida. Pesquisas, investigações e redação foram desenvolvidas com a colaboração de Henrique Mariano, Nadja Maria Miranda Brayner, Vera Lúcia Costa Acioli, Joelma Gusmão Lima, Lília Maria Pinto Gondim, Rafael Leite Ferreira.

INTRODUÇÃO

O presente relatório temático emergiu pelo relevante impacto da ditadura militar na perseguição aos sacerdotes e leigos engajados, em decorrência da doutrina da segurança nacional⁵⁹³, implicando “limitação” da liberdade religiosa e monitoramento político de qualquer manifestação que viesse a ser considerada “ato subversivo”, “comunista” ou “socialista”.

O golpe contra o governo do presidente João Goulart recebeu apoio expressivo de grupos religiosos mais tradicionais que saíram em marcha nas ruas do Recife e no Brasil pretextando a defesa da família, da propriedade e do Estado criando, internamente, nas igrejas, uma disputa conceitual sobre o sentido da democracia e o lado que os movimentos religiosos deveriam seguir.

À medida que a violência do governo militar foi recrudescendo, o regime passou a perseguir religiosos e leigos com prisões e torturas. Em Pernambuco, o assassinato do padre Henrique representou o fato de maior gravidade nessa delicada convivência, que vinha se mantendo no fio da navalha. Diante da repressão aos movimentos católicos mais expressivos a Igreja Católica denunciou, internacionalmente, as torturas praticadas por agentes do Estado, divulgou documentos e relatos que levaram os organismos internacionais a pedir informações sobre os presos políticos. Esse protagonismo internacional contra os atos do governo foram entendidos pelos militares como atos contra o país.

Os atos institucionais formam o lastro autoritário do regime e, no Ato Institucional nº 5, suprimiram-se direitos civis e políticos para garantir a manutenção de um projeto conservador utilizando, sempre que possível, a justificativa de serem praticados em “defesa” da “nação católica”.

O apoio popular de segmentos religiosos ao golpe civil-militar de 1964 é resultado de complexa moldura propagandística que legitimou a

tomada do poder para livrar o Brasil do “terror do comunismo ateu”, tendo sido o imaginário religioso fortemente manipulado. Tratava-se do contexto da Guerra Fria⁵⁹⁴. Consolidou-se a ascensão aos círculos do poder de novos protagonistas da cena religiosa como os protestantes, mais próximos do alinhamento teológico americano e, conseqüentemente, de uma vigilância policial às religiões de matriz africana.

Situar o presente relatório no processo transicional brasileiro na rede de sentidos interpretativos de documentos e relatos, neste recorte temático, teve como fundamento a liberdade religiosa como princípio angular da dignidade humana, e que esteve presente em Pernambuco nas lutas mais remotas por emancipação política do cidadão perante o Estado.

AS RAÍZES DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

A intolerância religiosa nasce no Brasil colônia, onde não havia liberdade religiosa. Na província de Pernambuco o esforço colonial da ocupação europeia promoveu-se, entre outras medidas, pelo estabelecimento de ordens religiosas e a decorrente criação de conventos e mosteiros. Transferiram-se os sacerdotes da Igreja Católica portuguesa para o território da então colônia a fim de catequizar os povos indígenas e também assegurar a posse das terras destinadas à Igreja.

As religiões afro-brasileiras surgem, naturalmente, como resultado da presença das negras e negros traficados como escravos para o Brasil, onde lhes era negado pelos donos de terra todos os direitos, inclusive a liberdade religiosa, mas o culto aos orixás permaneceu, clandestinamente, durante séculos de escravidão.

Diante da imposição do culto aos santos da Igreja Católica contra a religiosidade indígena e africana, surgiu no Brasil um fenômeno social, cultural e político denominado sincretismo

religioso, mesclando várias identidades aos ícones e divindades, formando uma matriz religiosa sincrética.

Entre 1630 e 1654, a capitania de Pernambuco, ocupada pelos holandeses através da Companhia das Índias Ocidentais, trouxe o denominado protestantismo de invasão⁵⁹⁵, praticou-se certa liberdade religiosa, e ocorreram outras conquistas como a abertura dos portos. Havia nesta mesma época, na então província de Pernambuco, uma importante comunidade judaica. Consagrou-se aqui a primeira sinagoga das Américas e surgiram inúmeras paróquias calvinistas, a ponto de ter sido o Recife o lugar do primeiro sínodo reformado em território nacional, em pleno século XVII⁵⁹⁶.

Por outro lado, os escravos que fugiam em massa dos engenhos e se instalavam em trincheiras na luta contra a escravidão, se organizaram e criaram, ao longo do tempo, espaços de preservação de sua cultura, os quilombos, onde seus rituais religiosos podiam ser praticados livremente. A repressão aos quilombos está diretamente associada a dois eixos fundamentais: o prejuízo econômico acarretado aos senhores de engenho com as fugas em massa de escravos e a proibição de práticas religiosas criminalizadas que levava os sacerdotes a serem taxados de feiticeiros perigosos. Ainda restam no Estado comunidades quilombolas.

No início do século XIX, em Pernambuco, a Igreja Católica, como religião oficial do império português, exercia total domínio do poder simbólico do sagrado. Essa hegemonia não impediu uma divisão do seu clero em dois grupos: o alto clero e o baixo clero. Entre os personagens históricos dessa luta interna destacou-se Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo – Frei Caneca⁵⁹⁷, seu pensamento, aproximou-o das lutas libertárias na defesa dos direitos civis e políticos, inspirados nos ideais humanistas e iluministas que fundamentaram a revolução de 1817, e por conta deles foi preso, passou quatro anos na prisão e, sendo anistiado, retornou ao Recife.

A independência do Brasil fortaleceu a necessidade do reconhecimento dos brasileiros que lutaram contra os portugueses, nas respectivas províncias. As lutas políticas marcadas por mais autonomia em relação ao poder central das cortes, recebiam agora o apoio da população que aclamou o novo projeto de país.

O recente proclamado império do Brasil, por outro lado, seguiu na contramão desta expectativa, uma vez que a estratégia de dom Pedro I envolveu um programa de centralização do poder político e revanchismo em relação às bandeiras levantadas pelos pernambucanos em anos de luta por autonomia e descentralização⁵⁹⁸.

A reação a este processo de centralização política eclodiu na Revolução de 1817 também conhecida por Revolução dos Padres, por conta da influência deles no Seminário de Olinda e, poste-

riormente, na Confederação do Equador, fortemente influenciada pela Revolução do Porto, conhecida pelos avanços do constitucionalismo português.

O governo imperial retaliou o Estado com o fracionamento de parte do seu território; Pernambuco mutilado, por determinação real, amargou forte repressão política sobre expressivos intelectuais, sacerdotes e comerciantes. Precipitaram-se os acontecimentos que levaram frei Caneca à nova prisão e condenação à morte. Em 13 de janeiro de 1825 foi arcabuzado em paredão por trás do Forte das Cinco Pontas, transformando-se em mártir pernambucano, na defesa dos ideais democráticos.

Esse processo contra o mais popular membro da Ordem Carmelita baseou-se em seu suposto afastamento das práticas religiosas e transformou-se em uma peça penal histórica, da criminalização do sacerdócio crítico e de uma teologia social. Nas acusações ao sacerdote, os seus textos foram considerados “escritos incendiários” das massas, tornando-se uma “ameaça” para a estabilização do regime imperial. A doutrina política que levou o governo do império do Brasil a este resultado é fundamentada na excessiva defesa do Estado e de suas instituições contra ideias que décadas depois foram a base para a fundação da república no país. A historiadora Socorro Ferraz em seu livro “Frei Caneca: Acusação e Defesa” disponibilizou peças do referido processo, e destacou:

O projeto vitorioso do Sudeste em relação ao modelo de nação, não trouxe mudanças qualitativas ao País como um todo e muito menos à região Nordeste. A elite pernambucana, que marchou unânime na Revolução Republicana de 1817, enganada pelo canto da sereia, dividiu-se em 1824; parte se aliou ao poder central por se identificar com o conservadorismo da Independência. O projeto de nação, confundido naquele momento com o projeto de classe dominante, incrementou a economia de exportação e defendeu no seu limite a escravidão⁵⁹⁹.

No final do século XIX, a relação entre Igreja e Estado também propiciou um “protestantismo de imigração”⁶⁰⁰, como resultado da celebração do tratado de Comércio e Navegação entre o império português e a Inglaterra, quando foi garantida, entre outras concessões, a permissão de cultos anglicanos para os membros da comunidade inglesa, apesar de não ser permitido o proselitismo e os espaços litúrgicos não poderem ter características de templos religiosos.

No início do século XX deu-se o fenômeno do “protestantismo de missão”⁶⁰¹, reflexo das profundas transformações urbanas pelas quais o Brasil passou. O surgimento das massas de trabalhadores oriundas da industrialização nacional contribuiu para a presença de missionários enviados por igre-

jas com sede nos EUA. Surgiram então as comunidades batistas, congregacionais e presbiterianas e, em menor proporção, luteranas e metodistas.

A crise econômica de 1929 aprofundou as contradições dos donos do latifúndio, fazendo surgir novos processos de produção e com eles o avanço dos direitos dos trabalhadores.

No campo, os trabalhadores sem terra e sem direitos sociais passaram a organizar-se em sindicatos de trabalhadores rurais. A Igreja Católica se dividiu na interpretação da doutrina social da Igreja: parte dela uniu-se politicamente aos trabalhadores rurais, reforçando sua opção pela sindicalização e conscientização deles; outro grupo permaneceu associado ao poder local e fortaleceu o coronelismo, assumindo politicamente um projeto conservador.

Essa aliança com o poder político central garantiu a manutenção do controle dos espaços do sagrado e do poder religioso do voto. As diversas escolas de orientação católica na capital e no interior do estado formaram, ideológica e politicamente, gerações motivadas para a manutenção da tradição, da família e da propriedade privada.

A chamada “Revolução de 1930”, que levou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, gerou importante mudança, não apenas no plano econômico, político e social do Brasil, mas também na relação entre o Estado e a Igreja Católica. Esta instituição, que tinha perdido considerável poder de influência perante o Estado durante a Primeira República (a exemplo da instituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às prefeituras, o fim do ensino religioso nas escolas públicas e o não pagamento do salário do clero por parte do Estado), viu na ascensão de Vargas um real espaço para redefinir a sua situação dentro da sociedade brasileira, de sua articulação com as novas classes sociais emergentes (classes médias urbanas, o operariado industrial, o mundo estudantil, a baixa oficialidade do Exército etc.), e, principalmente, com o Estado.

O ano de 1930 foi o momento de reintegração da Igreja no Estado brasileiro. Com Vargas, a Igreja voltou a ter, de fato, lugar importante junto ao Estado e à sociedade brasileira. Mas, essa reaproximação não foi um processo fácil. Foi necessário muita parcimônia e pressão política por parte da Igreja, seguindo orientação de dom Sebastião Leme de intensificar a presença da Igreja para além dos muros da instituição, para convencer os líderes da “Revolução” sobre as relevantes contribuições e legitimação que o aparato religioso poderia dar ao novo regime.

Getúlio Vargas, rapidamente, percebeu que teria na Igreja Católica, religião da maioria dos brasileiros, uma forte aliada para a manutenção de seu governo. O Estado precisava manter o espírito cristão, e Getúlio Vargas precisava ser visto como Pai da nação em uma perspectiva cristã. A Igreja pregava a ética cristã, valorizando a família, transmitindo uma moral de bom comportamento,

de trabalho como símbolo de dignidade e a obediência ao Estado, que era a ordem vigente; competindo a ela, a regeneração moral da sociedade ⁶⁰².

A Igreja serviu ao Estado, durante esse período, como um organismo com o objetivo de harmonizar os conflitos entre o capital e o trabalho, favorecendo a “modernização” industrial do país, criando uma legislação de proteção ao trabalho, mas amarrando as organizações operárias ao Estado. Tanto o governo quanto a Igreja tinham um objetivo comum durante esse período: conquistar o apoio das massas populares, especialmente, da classe trabalhadora brasileira, impedindo que esta se inclinasse para a esquerda. A relação entre a Igreja e o governo Vargas foi, portanto, via de mão dupla, onde cada um cedeu um pouco de si, mas obteve vantagem mútua.

Para legitimar o governo provisório, a Igreja realizou também várias demandas com Getúlio Vargas. No geral, o pleito eclesiástico era para reconquistar o prestígio e o poder que fora tirado pelo Estado com a implantação do regime republicano no final do século XIX. Mas, no geral, o aspecto mais reivindicado dizia respeito à educação, ou seja, a questão da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. Para que as suas demandas fossem atendidas pelo governo provisório, a Igreja arquitetou grandes mobilizações de massas, verdadeiras demonstrações de força, visando influenciar Getúlio Vargas.

No ano de 1931, Vargas então cedeu à Igreja e baixou alguns decretos que esperava agradar a maioria da população católica do país. No mês de abril, por exemplo, instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas públicas. Em outubro de 1931, Vargas inaugurou o Cristo Redentor do Corcovado, na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, com a presença de 45 bispos vindos de diversas partes do Brasil. Além disso, o governo reconheceu Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil. Getúlio Vargas não outorgou à Igreja Católica o título de religião oficial, mas, sem dúvida, esta passou a ser a religião oficiosa de seu governo, em um regime de concordata informal ⁶⁰³.

A Igreja conseguiu grande prestígio entre os círculos de poder em meados de 1932, quando esta instituição começou a se preparar para os trabalhos da Assembleia Constituinte e decidiu ter papel ativo na Constituição de 1934. Dom Leme rejeitou a ideia da criação de um partido católico. A solução então foi a Liga Eleitoral Católica (LEC), uma instituição suprapartidária, cuja finalidade era assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte.

Durante os anos de 1932 e 1933, a Igreja claramente percebeu que esse seria o momento de

montar um *lobby* político e de incorporar as suas reivindicações (especialmente a questão do ensino religioso e do casamento religioso com efeitos civis) ao texto constitucional. As eleições de 1933 acabaram por levar à Assembleia Constituinte dezenas de candidatos recomendados pela Liga Eleitoral Católica (LEC). A Carta Magna, promulgada em julho de 1934, representou uma vitória da posição católica muito mais ampla do que se podia esperar.

Apesar do prestígio (re)conquistado durante os primeiros anos do governo Vargas, especialmente, após a Constituição de 1934, a Igreja não conseguiu manter a força com a instalação da ditadura do Estado Novo no país, em novembro de 1937. No Estado Novo, o poder da Igreja junto ao governo diminuiu significativamente. Durante o Estado Novo, assim como outras entidades que tiveram as suas atribuições diminuídas, a Igreja foi obrigada a adequar-se aos novos tempos, à situação de fato, de insegurança jurídica, imposta, de resto a toda a nação.

O Estado Novo eliminou as demandas católicas da Constituição de 1934, exceto a que se referia ao ensino religioso, que foi mantida, mas diminuída em seu alcance. Desapareceu o nome de Deus do preâmbulo da Constituição, a faculdade de se prestar assistência religiosa às Forças Armadas, silenciou-se sobre a representação diplomática na Santa Sé, reintroduziu o princípio da secularização dos cemitérios, entre outras questões.

Apesar da situação, algumas vezes incômoda, imposta por Getúlio Vargas à Igreja nunca houve entre eles choque de maior importância. Portanto, apesar das diferenças, ambos auxiliaram-se mutuamente, dentro do respeito das funções de cada um. Assim, pode-se dizer que embora tenha havido entraves em alguns momentos, o Estado e a Igreja perceberam que andar juntos naquele contexto ajudaria a combater o que ambos viam como principal ameaça política e espiritual, o comunismo ateu, que ameaçava os planos governamentais e os princípios cristãos.

O LONGO CAMINHO DA LIBERDADE RELIGIOSA

No marco constitucional, a independência do Brasil, com a Constituição de 1824 outorgada por dom Pedro I, reafirmou a Igreja Católica como religião oficial do império. E, pela primeira vez, foi determinado que ninguém poderia ser preso por motivos religiosos desde que respeitasse a religião do Estado e não ofendesse a moral pública⁶⁰⁴. O surgimento dos grandes centros urbanos, heterogêneos, e de acordos comerciais internacionais com países de predominância religiosa protestante, como a Inglaterra, impulsionaram o diálogo ecumênico.

Trata-se do primeiro passo da legislação na

construção da liberdade religiosa, o que não representou significativo avanço social uma vez que, na prática, as diversas formas de repressão aos cultos das religiões de raízes africanas continuaram associadas aos 300 anos de cultura escravagista.

A Constituição Republicana de 1891 surgiu em um novo horizonte jurídico: a separação da Igreja do Estado. O dispositivo legal garantia a liberdade religiosa e a livre associação dos grupos religiosos. Conquistou-se aí uma liberdade formal mantida nas próximas constituições.

A Constituição de 1934 cria um princípio da “colaboração recíproca” entre o Estado e a religião. Esta janela permitiu a consolidação da manutenção de recursos para os hospitais, escolas e outros equipamentos que foram mantidos na posse das respectivas igrejas tradicionais, como instituições beneficentes.

Em particular, a Constituição outorgada de 1967, artigo 9, II, garante o princípio da laicidade do Estado e limita o princípio da “colaboração recíproca” inserido nas constituições de 1934 e 1946. E no artigo 30, parágrafo único, e 153, parágrafo 8, impõe restrições ao direito à liberdade de crença, harmonizando-se com a já mencionada doutrina da segurança nacional.

A AÇÃO CATÓLICA E O SEU OLHAR PARA O NORDESTE

Na década de 50 a Igreja Católica passou internacionalmente por uma verdadeira revolução silenciosa reconhecendo a participação do leigo em espaços políticos e sociais, integrando uma ideia de reforma social e a criação da Ação Católica.

No Brasil, sob coordenação de Alceu Amoroso Lima, as pastorais sociais assumiram sua identidade especializada: JOC – Juventude Operária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica, JAC – Juventude Agrária Católica, JUC – Juventude Universitária Católica, JIC – Juventude Independente Católica.

Em 1952, o então padre Helder Câmara apresentou ao pró-secretário do Estado, monsenhor Giovanni Montini, posteriormente eleito papa Paulo VI, a proposta de criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tornou-se o primeiro secretário da CNBB, fundada em 14 de outubro de 1952 no Palácio São Joaquim, sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Entre 1952 e 1964 ocupou esta posição onde exercera inegável liderança, criando consensos e definindo posições que servirão de legado para sua futura experiência à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, como sugerem Nelson Piletti e Walter Praxedes:

Simultaneamente à preparação da instalação da CNBB foram se definindo na atuação de dom Hélder Câmara as duas marcas que imprimiria à Igreja do Brasil a partir dos anos

50: atuação conjunta do episcopado nacional e reavaliação da colaboração entre Igreja e Estado [...]. Essa habilidosa iniciativa foi muito importante para ele, pois, foi a partir dela que dom Hélder pôde crescer e desenvolver-se com seu espírito de liderança carismática ⁶⁰⁵.

Dom Helder tornou-se arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro em 2 de abril de 1955, onde atuou intensamente por nove anos. Seus primeiros passos como bispo foram totalmente dedicados ao trabalho com as pastorais sociais da Igreja, fundando o Banco da Providência e a Cruzada de São Sebastião, que atuavam no acolhimento e atendimento aos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Ele atuava diretamente na Ação Católica que integrava a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC (Juventude Universitária Católica).

Em 1955, dom Helder, esteve profundamente empenhado na organização do 36º Congresso Eucarístico Internacional que teve lugar em julho daquele ano na cidade do Rio de Janeiro. Marco fundamental na história do catolicismo brasileiro, o evento veio a ser, para o novo prelado, um ponto de inflexão no seu engajamento no mundo, ponto de partida para a sua adesão a uma nova visão sobre a sociedade e para a sua igreja:

A conversão de 1955, por ocasião do Congresso Eucarístico internacional é bem conhecida e foi relatada muitas vezes. Não é preciso repetir o que já foi bem escrito e comentado. Essa foi a sua conversão aos pobres. Foi então que dom Helder começou a descobrir outro mundo e passou a distanciar-se cada vez mais de seu projeto anterior. Isso ocorreu de tal forma que a convivência com dom Jaime se tornava cada vez mais difícil e o cardeal acabou solicitando a sua saída da arquidiocese. A mesma mística que ele dedicou ao poder da Igreja agora ele consagrava no serviço aos pobres. Essa conversão foi se desenvolvendo progressivamente. Helder não compreendeu tudo de uma vez. Mas seus olhos estavam abertos e ele começava a ver o mundo de outro ponto de vista e isso foi o começo de um novo processo que ele percorreu em etapas. Após descobrir a miséria das favelas e a necessidade de fazer alguma coisa – por isso idealizou a Cruzada São Sebastião – dom Helder percebeu pouco a pouco a complexidade do problema e a que ponto a pobreza estava relacionada à estrutura da sociedade. Nisso a evolução da Ação Católica, a preparação do Concílio Vaticano II, a personalidade de João XXIII, a influência do padre Gautier e do padre Lebret, dos bispos do Pacto das Catacumbas em Roma, do cardeal Lecaro e a evidência escandalosa da opressão dos pobres pelos detentores do poder marcaram as etapas de um processo progressivo

e decisivo que chegou a seu termo nos anos 70⁶⁰⁶.

Foi durante o 36º Congresso Eucarístico no Rio de Janeiro em 1955 que se realizou a primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, entre os dias 25 julho e 4 de agosto. A reunião deu lugar ao Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), instituição permanente, com sede em Bogotá (Colômbia), representando os bispos do continente e da qual dom Helder Câmara ocupou a segunda vice-presidência de 1958 a 1963 e a presidência, de 1963 a 1965.

Ambas as instituições, a CNBB e o CELAM, foram posteriormente decisivas na implementação e assimilação das resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965), de Medellín (1968) e de Puebla (1979) no Brasil e em Pernambuco:

Uma inovação-chave foi a criação, em 1952, da CNBB, uma das primeiras conferências episcopais modernas do mundo e uma das fundações do progressismo católico brasileiro. Dom Hélder, outros bispos do Nordeste, sua terra natal, e um pequeno grupo de padres e voluntários leigos dominaram a CNBB durante o período em que ele ocupou o cargo de secretário-geral (1952 – 64). A CNBB serviu de defensora da igreja em nível nacional e internacional, promoveu assembleias bianuais (e mais tardes anuais) e levantou numerosos problemas da igreja, inclusive o da necessidade de estabelecer estratégias pastorais e políticas nacionais. Mais importante, defendeu o nacionalismo econômico como caminho para o progresso social. Dom Hélder também ajudou a fundar o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), inaugurado depois do Congresso Eucarístico Internacional de 1955. Na II assembleia geral do Celam em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos elaboraram uma declaração na qual clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e violência na América Latina. Essa declaração lançou a teologia da libertação e a Igreja progressista no continente. Medellín marcou o começo da conhecida “década gloriosa” de inovações na Igreja Latino-Americana ⁶⁰⁷.

Em 22 e 26 de maio de 1956, em Campina Grande, Paraíba, ocorre o Encontro dos Bispos do Nordeste. Neste encontro, o governo do presidente Juscelino Kubitschek ratificou o compromisso com as reformas sociais e assumiu a necessidade de uma opção pelos mais necessitados. Poucas semanas depois, o presidente incorporou algumas recomendações dos bispos e lança a ‘Operação Nordeste’, que é o protótipo da Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Na década de 60, os Estados Unidos da Améri-

ca amplificam sua influência no Nordeste através da Aliança para o Progresso, que visava financiar programas sociais e dotar a educação de diretrizes anticomunistas; James N. Green, em seu livro “Apesar de Você” traz um importante registro sobre o envio de americanos em massa por meio dos “corpos de paz”:

Jovens universitários e católicos engajados

Pouco depois do famoso discurso de posse em janeiro de 1961, no qual pediu aos cidadãos que servissem ao seu país de forma altruísta, Kennedy assinou o Decreto Executivo n-10924, que estabelecia os Corpos da Paz. Uma verba de 30 milhões de dólares, aprovada pelo Congresso para o primeiro ano do programa, espalhou centenas de jovens norte-americanos por todo o mundo em experiências que plasmaram suas vidas. O comunismo seria derrotado, pelo menos em parte pela boa vontade voluntarista e fervente idealismo dos embaixadores juvenis do país, que ofereciam assistência a países “atrasados” rumo à modernização e ao desenvolvimento.[...] O entusiasmo dos intelectuais de tendências liberais que criaram a **Aliança para o progresso** também encontrou eco em transformações da Igreja Católica norte-americana, em grande parte decide a uma convocação de voluntários leigos, feita pela Comissão Pontifícia de Roma, em 1960, para trabalhar com os muitos milhões de latino-americanos para os quais não havia sacerdotes. Muitos ativistas católicos norte-americanos envolvidos em questões de direito civil e justiça social se orientaram para as obras missionárias na América Latina. A preocupação genuína com os pobres e necessitados se uniu ao anticomunismo dos católicos e ao termo que o socialismo ateu pudesse conquistar o “quintal” dos Estados Unidos. Em 1961, em uma conferência das principais ordens religiosas norte-americanas, o Vaticano propôs que cada comunidade religiosa de homens ou mulheres enviasse pelo menos 10% de seus membros à América Latina até o fim da década. No mesmo espírito idealista dos Corpos de Paz, milhares de católicos se tornaram “voluntários do papa” e seguiram para o continente latino-americano a fim de trabalhar em projetos sociais como desenvolvimento comunitário, saúde e educação, entre outros ⁶⁰⁸.

Os reflexos dessa política foram tratados no caderno especial sobre o IBAD, em que foi demonstrada a forte relação do financiamento americano para grupos conservadores nas eleições de 1962 contra o governador Miguel Arraes de Alencar. Revelaram-se na CPI do IBAD documentos do fi-

nanciamento de intelectuais, artistas e também de sacerdotes e suas obras sociais.

Em 4 de setembro de 1962, chegou ao Recife o padre Romain Zufferey ⁶⁰⁹. Sua vinda para a arquidiocese foi recomendada pelo arcebispo dom Carlos Coelho, com o objetivo de construir uma presença qualificada da Igreja no meio operário para se contrapor à ‘infiltração’ comunista.

É neste mesmo ano que a Ação Católica Operária é formalmente instituída no Brasil, trazendo a sua marca de emancipação do trabalhador, fortalecendo as organizações sindicais no campo e na cidade.

No contexto internacional, sob a condução do papa João XXIII ⁶¹⁰, a Santa Sé convocou o Concílio Vaticano II, com o propósito de atualizar a Igreja Católica para os desafios da modernidade. Em 1962, o Concílio Ecumênico mudou definitivamente a face da Igreja, introduzindo em sua pauta de reflexão e em sua atuação religiosa temas e valores pouco defendidos e até há pouco tempo hostilizados por alguns setores do catolicismo, tais como a democracia, a tolerância, o ecumenismo, a liberdade religiosa, a liberdade de consciência.

Nas reuniões e debates que se seguiram, os bispos progressistas discutiam os caminhos e os métodos que propiciassem a afirmação de uma Igreja despojada de riquezas e de ostentações, mais coerente, portanto, com os votos de pobreza e de solidariedade aos desfavorecidos aos quais ela deveria estar, pela mensagem do Evangelho, naturalmente vinculada.

Personalidade carismática e agregadora, hábil negociador, dom Helder Câmara – já internacionalmente identificado com as causas sociais – teve intensa participação durante o Concílio e foi um dos principais articuladores do Pacto das Catacumbas ⁶¹¹, um documento assinado em 16 de novembro de 1965 por 42 bispos de 25 países, representando os cinco continentes, composto de treze itens nos quais os signatários comprometeram-se a colocar os pobres no centro do seu ministério pastoral ⁶¹², a levar uma vida de pobreza e a se abster de todos os privilégios e ostentações do poder ⁶¹³.

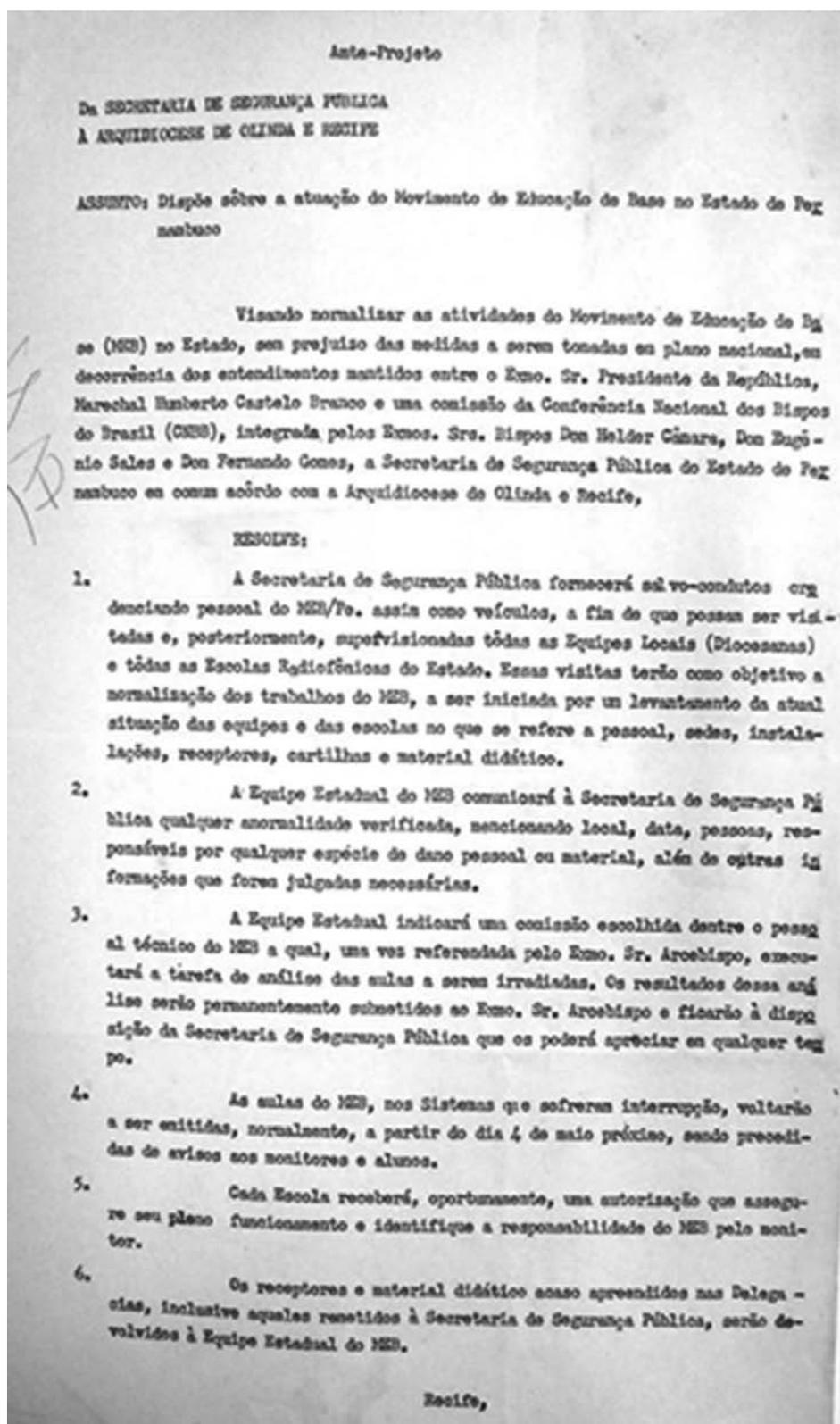
O pensamento social da Igreja marca um amplo arco de iniciativas no Nordeste como a criação do MEB – Movimento de Educação de Base, um dos mais importantes movimentos de alfabetização na história rural do Brasil, a exemplo do que vinha sendo realizado na Colômbia e iniciado no Rio Grande do Norte.

A sua metodologia orientou a difusão de conhecimentos e ideias, através de aulas transmitidas pelas rádios diocesanas e recebidas nas comunidades rurais pelos aparelhos de rádios de pilha. O conteúdo buscou conscientizar os trabalhadores de seus direitos básicos, promoveu a sindicalização e contribuiu para a conscientização política utilizando o método Paulo Freire.

No governo militar, o MEB passou a ser moni-

torado, os recursos foram sendo reduzidos e suas atividades controladas. No prontuário institucional da Delegacia de Ordem Política e Econômica - DOPS, encontra-se o ofício da Secretaria de

Segurança Pública de Pernambuco endereçada à Arquidiocese de Olinda e Recife, anunciando uma série de medidas para o 'funcionamento' do movimento.



FONTE: Prontuário Funcional do DOPS PE - registra ofícios recebidos e expedidos do DOPS

PRIMEIRAS TENSÕES ENTRE ESTADO E DOM HELDER EM PERNAMBUCO

Os momentos iniciais de dom Helder na condução da Arquidiocese de Olinda e Recife pareciam de acomodação ao regime militar. Contudo, em suas orações ao Espírito Santo em maio de 1964⁶¹⁴, já se vislumbra sinais de dúvida quanto ao regime que acabara de se instalar:

Dá-nos, ESPÍRITO SANTO, o DOM DO CONSELHO. A hora é tão extremada. Os espíritos se acham tão tensos. É tão grande a radicalização. Cada um tem sua parcela de verdade, mas fala como se, do outro lado, só houvesse erro e maldade. Não é fácil conduzir a uma atitude geral de humildade, levando cada um admitir que todos erramos, cada um a seu modo e em dose diversa⁶¹⁵.

Percebe-se na leitura da prece acima, a perplexidade de quem é frequentemente pressionado a tomar decisões imediatas, “sem tempo para consulta, dependendo, quase sempre, o acerto ou o erro, da resposta a ser dada na hora, da atitude a assumir no instante mesmo!”, como ele desabafava, em tom de angústia à “Família Messejanense”. Pedia luz ao Espírito Santo para dizer um não, um basta, na hora certa, sem parecer “má vontade, propósito de sabotar”. E finaliza sua prece: “Ilumina-nos por dentro. Guia-nos sem pedir licença. Assume a direção. Comanda. Amém”.

Poucos meses depois, em agosto de 1964, durante conversa de duas horas com o general Antônio Carlos Murici⁶¹⁶, “conversa leal, com ponderações sérias e argumentos nada fáceis de responder”, em certo momento dom Helder Câmara disse:

Vocês estão superados. Enquanto se arrastam na busca de possíveis conspiradores de ontem, não estão acompanhando, dentro da própria casa, as marchas e contramarchas dos conspiradores de hoje.[...]

General: quem fala é seu Bispo. Um homem que cada vez mais deseja não ter nem sombra de travo no coração. Aceite este aviso fraterno: o tempo está correndo contra a Revolução. Ela venceu depressa demais. A sinceridade do anticomunismo de muitos militares foi envolvida, alargada, tornada irresistível pelo anticomunismo de homens de empresa que só queriam defender o próprio interesse...

Hoje são os mesmos, os mesmíssimos que jogam militares contra militares, numa insensibilidade de quem não tem a mais leve consideração pelo país, pelo bem comum, desde que os privilégios fiquem a salvo⁶¹⁷.

A convivência entre a Igreja no Nordeste e os novos governantes não tardaria a se deteriorar. Em reunião realizada na Casa de Retiros, em Beberibe, no Recife, nos dias 12 a 14 de julho de 1966, os bispos da regional Nordeste emitiram uma Declaração da Comissão Episcopal do Nordeste II⁶¹⁸, sobre as condições do subdesenvolvimento da região, o que provocou reação agressiva dos militares, com repercussão na mídia local e a “interferência do IV Exército”:

O *Jornal do Commercio* do Recife, nas edições de 16 e 24 de junho de 1966, investiu, injuriosamente, contra os bispos do NE II, apontando, sem nenhuma base, como subversiva, a declaração deles, decorrente de um encontro em Beberibe. Houve troca de cartas entre o arcebispo de Recife e o *Jornal do Commercio*, tendo sido possível chegar-se a um acordo honroso. Mesmo assim, outros órgãos da Empresa *Jornal do Commercio* repetem, de vez em quando, os insultos de que se desculparam, alegando, privadamente, a direção da Empresa que se trata de interferência do IV Exército.

A Presidência da República logo interveio no conflito. Em visita ao Recife, em 14 de agosto de 1966, o então presidente da República, general Humberto Alencar Castelo Branco, convidou o arcebispo para um encontro na sede do governo do estado de Pernambuco. O presidente e o arcebispo conversaram por quase uma hora em clima de grande cordialidade, deixando o primeiro bem claro aos militares não admitir a continuação dos equívocos e provocações que vinham surgindo entre o IV Exército e a Igreja, na pessoa de dom Helder Câmara e demais bispos do Nordeste. Completou o recado: “só muita insensatez pode fazer esquecer que jamais um governo, por mais forte que se julgue, leva a melhor numa luta contra a Igreja”⁶¹⁹.

No entanto, as igrejas continuavam sendo monitoradas pelo governo, e mesmo as de bairro, continuavam dando apoio aos estudantes e movimentos populares. Um informe⁶²⁰ da 2ª Seção do Exército/Pernambuco, mostra que a matriz de São Paulo, no bairro de Jardim São Paulo – Recife, era monitorada. Segundo relato de dois informantes, nela foi realizado um congresso com estudantes e religiosos com temas que se opunham ao governo da época e incitavam à rebeldia e à anarquia.

De sua parte, dom Helder manteve as suas posições. Por exemplo, em entrevista à Revista *Confirmado*, de Buenos Aires, em 1969, ao ser perguntado pelo jornalista sobre o risco de esquecer os valores eternos e sobrenaturais para resolver os problemas cotidianos, respondeu:

Onde não existe perigo? Claro que existe o risco de esquecer os valores eternos e sobrenaturais por um excesso de preocupação com os valores terrenos, como existe o problema do excesso exposto: de pregar uma religião alie-

nada, dando razão a Marx por apresentar uma religião ópio para o Povo ⁶²¹.

A tensão entre os militares e o arcebispo progressivamente virou a regra, passou a ser permanente. Multiplicavam-se os incidentes.

Tão logo foi decretado o AI-5, dom Helder Câmara teve encontro cordial com o general Alfredo Souto Malan, que substituíra o general Rafael de Souza Aguiar no comando do IV Exército, e combinaram superar ou minimizar todos os incidentes que pudessem ser superados. Mesmo assim, já na semana seguinte, o mesmo general Malan interpelou o consultor jurídico da 7ª Região Militar para saber como enquadrar na Lei de Segurança Nacional o arcebispo de Olinda e Recife e o de João Pessoa, dom José Maria Pires, sendo aconselhado a conversar antes de qualquer medida a ser tomada, com o presidente da República.

Dom Helder Câmara não se intimidou. Deu continuidade ao seu trabalho em defesa da liberdade e da democracia, apoiando, inclusive, as manifestações estudantis contra os efeitos do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como “AI das Universidades”, que estabeleceu de maneira sumária a punição de professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino acusados de subversão ao regime militar.

Em depoimento oral à CEMVDHC, em 9 de dezembro de 2013, Sylvia Montarroyos relatou como dom Helder a ajudou a sair de Pernambuco, como a abrigou no mosteiro de Olinda e a levou escondida no jipe que levava o andor de Nossa Senhora, para a cidade de João Pessoa.

Nessa oportunidade ela saiu do Brasil e foi para Paris, lá pediu asilo a ONU. Ricardo Zarattini também recebeu abrigo das freiras do Colégio das Doroteias. Lá ficou escondido durante 20 dias num sótão. Em maio de 1969, conseguiu ajuda para sair de Recife e ir para São Paulo ⁶²².

O prontuário de dom Helder Câmara no DOPS de Pernambuco é um documento ilustrativo de sua ação militante. Lá se encontram registrados pronunciamentos e denúncias de dom Helder, às quais pessoas que se sentiam atacadas respondiam com interpelações judiciais, a exemplo do discurso que pronunciou na cidade de Carpina no encerramento do 1º Encontro das Federações dos Trabalhadores Rurais, sob o título “Conversa clara faz bons amigos”.

Um advogado de Pernambuco, sentindo-se atingido, interpelou o arcebispo judicialmente. Dom Helder compareceu ao Tribunal de Justiça para sua defesa. Na ocasião, assim se expressou:

[...] Permita-me V. Excia, que transcreva, na íntegra, o trecho em que aludo a advogados no citado Discurso de Carpina, o que me dará oportunidade, após, de tecer os comentários que a interpelação judicial admite:

‘Permita-me que vos alerte para um segundo cancro que nos rói por dentro. Os trabalhadores precisam de Advogados. Mas devem repelir, como traidores, Advogados dos Sindicatos Trabalhadores que recebem dinheiro dos Patrões para fazer os Trabalhadores aceitarem acordos injustos e imorais. Se os Trabalhadores abrirem os olhos, acabarão descobrindo que, ao lado de Advogados honestos e dignos, há Rábulas se enriquecendo à custa de lágrimas, suor e sangue dos Trabalhadores. Não me cabe ir mais longe. Mas, com a responsabilidade de Pastor, trairia a minha Gente se não denunciasses exploradores vestidos de Advogados, recebendo das duas partes, endossando contratos que são injustiças que atraem a maldição de Deus.’

Diante destas palavras, várias das mais expressivas figuras de nosso Foro, sentiram-se muito à vontade entre ‘os Advogados honestos e dignos’ a que tive o cuidado de aludir e apressaram-se em aplaudir o alerta contra ‘exploradores vestidos de Advogados’, ‘que se enriquecem à custa de lágrimas, suor e sangue dos Trabalhadores’.

[...] Depois, meus Amigos, pensei em vocês! Pensei, sobretudo, naqueles a quem empresto a voz. Se eu não fosse ao Juiz e ao Tribunal, guardariam a impressão dolorosa de que eu me acovardava diante dos Poderosos. Quis deixar bem claro que para defender as verdades que sustento, estou disposto a enfrentar julgamentos, prisão, e a própria morte se entrar nos planos de Deus que eu dê minha vida por vocês ⁶²³.

Em outro pronunciamento que intitulou “Exame de Admissão”, quando recebeu o título de Cidadão Pernambucano ⁶²⁴, em 25 de setembro de 1967 na Assembleia Legislativa de Pernambuco, indagou do público presente o que pensariam os abolicionistas de ontem – Nabuco, Castro Alves e até a princesa Isabel – se vissem a situação dos trabalhadores da agroindústria de Pernambuco. Como reagiriam diante de salários, tantas vezes sonegados. E finalizou: “Urge completar a Abolição”. Na ocasião rememorou episódios libertários e a sede democrática dos pernambucanos. E deu sua “Palavra final de agradecimento e esperança”:

Percebestes, sem dúvida, meus Concidadãos, o que se esconde de amor por detrás de alertas que soam, por vezes, difíceis de ouvir.

Quando há agarramento excessivo aos anéis, importa lembrar que se pode criar o perigo de perder não apenas os dedos, mas as mãos e os próprios braços.

Notastes, certamente, que se sou exigente com a democracia é porque nela confio e aflige-me ver como estão perdendo terreno democracias em que os ricos se tornam sempre mais ricos e os pobres se tornam sempre mais pobres.

[...] Como estais sentindo, fica-me a esperança de levar o título, que me obrigará a dedicar-me ainda mais a este Nordeste querido onde nasci e, particularmente, a esta Gleba pernambucana com cujo destino a Providência fundiu para sempre o meu destino ⁶²⁵.

No intento de conter pronunciamentos e ações considerados ofensivos à imagem do governo brasileiro, que incomodavam e repercutiam nacional e internacionalmente, foi sugerido o afastamento do arcebispo Helder Câmara da sua “área de atuação”, tentando assim reduzir o avanço “da subversão que [ele] desenvolve, de modo sub-reptício”; embora considerassem ser difícil eliminar tal propagação “das distorções e deformações do Evangelho”.

Protocolo sigiloso sobre o assunto, datado de 13 de abril de 1970, foi remetido pelo coronel Octávio Aguiar de Medeiros, à época assistente-secretário do chefe do gabinete militar da Presidência da República, ao chefe do SNI, pouco tempo depois presidente da República, contendo cartão manuscrito do oficial E2 do IV Exército, sem assinatura e dirigida ao “amigo Figueiredo”.

SECRETO

Prezado Figueiredo

Com grande abraço

Aí vai um exemplar do *Diário da Noite*, jornal do Recife, o qual retrata fielmente a atuação subversiva que se desenrola na igreja católica, sob a direção de dom Helder Câmara. Sua leitura dispensa comentários e serve como amostra das distorções e deformações do evangelho, com toda gama de consequências no campo psicossocial desta área nordestina.

Servindo no Recife há quase cinco anos, dos quais dois como E2/IV Ex., posso afirmar com segurança que **toda a subversão desta área tem origem no clero, capitaneado, de modo particular, por dom Helder Câmara.** Sua atuação tem sido contida dentro de nossas possibilidades. Entretanto, como prelado e com trânsito livre em quase todas as áreas, **a subversão que desenvolve, de modo sub-reptício, poderia ser, se não eliminada, pelo menos reduzida, caso fosse ele removido desta área.**

E julgando que você possa cooperar nesse sen-

tido que ora lhe escrevo este pequeno e rápido bilhete.

Continuo aqui como seu amigo ⁶²⁶. (Grifo nosso)

O DISTANCIAMENTO ENTRE OS MILITARES E DOM HELDER CÂMARA

A sua posição firme contra a perseguição, prisão, torturas e morte de trabalhadores e presos políticos, rendia, como retaliação, ameaças constantes à sua vida e de seus colaboradores mais próximos. E foram tais ameaças que se concretizaram no trucidamento de padre Antônio Henrique Pereira Neto, em 27 de maio de 1969, relatado em publicação apresentada por esta Comissão, onde foi ressaltado o caráter político de seu suplício e assassinato.

O assassinato do padre Henrique teve como alvo atingir dom Helder Câmara, como destaca padre José Ernani Pinheiro ⁶²⁷.

[...] O bárbaro trucidamento do Padre Antônio Henrique Pereira Neto foi o fato que mais o atingiu pessoalmente, o fato mais expressivo da perseguição perversa tanto a ele como à Igreja de Olinda e Recife. O Padre Antônio Henrique tinha sido formado na escola do seu Pastor. Também era fruto da renovação da Igreja, em pleno Concílio Vaticano II ⁶²⁸.

A censura contra o bispo era acobertada pela Lei de Segurança Nacional. Silenciada a imprensa no país, o prestígio e reconhecimento internacional de dom Helder lhe permitia encontrar ocasionalmente outros espaços e públicos para sua luta contra as frequentes violações de direitos humanos que ocorriam no país. Por sua vez, o regime procurava criar a imagem de uma igreja contaminada por um grupo de bispos inimigos do sistema. Como destaca Paulo Cesar Gomes:

[...] O discurso da comunidade de informações evidencia o que estava em questão entre os militares, ao construir a imagem de alguns bispos, também chamados de “bispos esquerdistas”, como adversários do Estado. De modo geral os analistas se colocavam em posição de superioridade moral com relação aos bispos. Para eles, era evidente a aproximação de determinada ala da Igreja das ideias comunistas, principalmente quando defendiam os direitos humanos ⁶²⁹.

Ao mesmo tempo – Kenneth P. Serbin nos assinala – o regime se esforça para estabelecer a colaboração ou mesmo uma aliança política entre a cúpula da Igreja católica e da ditadura militar através de reuniões, relatórios e informações. Este processo foi denominado de Comissão Bipartite:

A Bipartite tocou em outros assuntos cruciais para a identidade religiosa e os interesses institucionais da Igreja. Em relação a alguns deles, os dois lados concordavam com facilidade. Um era o anticomunismo. Nos anos 70, a igreja se aliou à esquerda na luta pela democracia e teólogos de libertação, e bispos radicais abraçaram o socialismo como solução para os males sociais e econômicos do Brasil. Mas como o caso de dom Fernando demonstra, mesmo alguns progressistas se opunham fervorosamente ao comunismo. No encontro final da Bipartite, em agosto de 1974, o grupo religioso quis saber os motivos da decisão do governo Geisel de romper com Formosa e restabelecer vínculos com a China Comunista. O general Muricy explicou que o enorme tamanho da China e sua afiliação ao conselho de Segurança das Nações Unidas tornaram o reconhecimento diplomático inevitável. O Brasil, porém, não aceitaria a ideologia da China ‘a atitude do Brasil visava a abertura de novos mercados comerciais, dentro de um sadio pragmatismo’, observou o professor Padilha. Embora não se opusesse as relações com a China, dom Avelar não deixou de perceber a ironia. Em um fórum no qual o grupo da situação com tanta frequência alegara infiltração comunista na igreja, ele inverteu os papéis: como a nova política se enquadrava com a preocupação do regime em relação à guerra revolucionária no Brasil? A única resposta que Padilha pôde esboçar é que o Brasil continua vigilante contra o comunismo ⁶³⁰.

É no cenário internacional que o silêncio de dom Helder é quebrado. Sua estatura moral e intelectual, sua circulação, sobretudo nos meios religiosos europeus, seus contatos com a imprensa mundial colocavam-no em posição estratégica para divulgar as suas ideias e denúncias. A proximidade do arcebispo de Olinda e Recife com o papa Paulo VI, tornava-o também um interlocutor frequente do Vaticano que esperava dele respostas cada vez mais difíceis para a definição de uma posição da Igreja no contexto político e social brasileiro.

O reconhecimento cardinalício seria verossímil e mesmo natural naquelas circunstâncias. A vezes a tal possibilidade, as ameaças contra dom Helder se multiplicaram: cogitou-se, por exemplo, de seu afastamento do Recife e até mesmo da retirada de seu passaporte:

Dom Hélder tinha agora acesso privilegiado ao papa. Tanto o governo quanto a oposição tentaram cortear-lo para que ele apoiasse suas respectivas causas políticas. Em 1965, por exemplo, o embaixador do Brasil no Vaticano, Henrique de Souza Gomes, advertiu polidamente ao arcebispo que os exilados brasilei-

ros em Paris esperavam explorar seu nome. Quando dom Hélder se mostrou ainda menos cooperativo com o regime, surgiram rumores sobre as pressões diplomáticas para removê-lo de Recife. Provavelmente, o governo já trabalhara contra a nomeação de dom Hélder para cardeal. Durante o Vaticano II outros bispos, porém, davam a entender que ele logo se juntaria ao mais exclusivo grupo da Igreja. De acordo com Raimundo Caramuru de Barros, assistente de dom Hélder nos anos 60, um dos embaixadores do Brasil na Santa Sé “vangloriava-se” de ter trabalhado com sucesso contra a promoção. Os burocratas do Vaticano também estavam cautelosos quanto a promoção de um bispo tão crítico do poder de Roma como dom Hélder. O mais importante crítico do regime no exterior. Para deter dom Hélder, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, propôs ao presidente Médici que o governo revogasse o passaporte especial do arcebispo ⁶³¹.

A medida de cassar o passaporte foi negada pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, que a vetou, temendo a má repercussão e o desgaste do governo:

O ministro das relações exteriores Mário Gibson Barbosa, vetou a medida, como sendo ilegal. Argumentou que a medida seria um tiro pela culatra e acabaria fortalecendo a posição de dom Hélder. Em consequência, disse a Médici, era melhor permitir aos bispos que agissem livremente para que não fossem criados mártires. Foi um sábio conselho, mas obviamente ignorado, desde que o regime e seus aliados continuavam a atacar. Em outro episódio, os opositores do dom Hélder alegaram que os comunistas sustentavam financeiramente suas viagens. O governo provavelmente investigou-as ⁶³².

Para se contrapor aos canais abertos que dom Helder Câmara tinha na Europa, a ditadura promoveu campanha de difamação buscando relatos e informes produzidos por padres ditos inimigos do arcebispo. Nessa fase, o foco era desmoralizá-lo em sua capacidade de gestor eclesiástico, mostrá-lo como uma pessoa rebelde e sem compromisso com a espiritualidade cristã:

Um perfil detalhado sobre dom Hélder, feito pelo Dops-GB, revelava as estratégias da campanha de difamação movida pelo regime contra ele. O clero conservador não colaborava com o Dops-GB contra os progressistas porque também temia a repressão e tinha uma opinião negativa sobre a polícia. Segundo O Estado de S. Paulo, porém o documento de dom Hélder foi escrito pelo padre conservador

Álvaro Negromonte e descoberto entre seus pertences após sua morte em 1964. A evidência, no entanto, sugere que a polícia produziu o documento consultando clérigos inimigos de dom Hélder, segurou-o durante anos e depois deixou vazar. O tom íntimo e o conteúdo bem informado do relatório aludem às realizações de dom Hélder antes do golpe e indicam que seus autores receberam ajuda de gente do interior da Igreja que pertencia ao grupo conservador de clérigos que apoiavam dom Jaime. Com o carimbo do “segreto”, o documento continha uma anotação não de autoria, mas sim de “apreciação do Pe. Negromonte”. Tinha também as iniciais “D.J.”, sugerindo que o próprio dom Jaime, que, por ciúmes profissionais, ajudara a forçar a partida de dom Hélder do Rio de Janeiro para o Nordeste em 1964, também dera sua opinião⁶³³.

Documento confidencial, datado de 18 de agosto de 1970, memorando 806 634 do SNI, registra a carta do Núncio Apostólico do Brasil, dom Umberto Mozzoni, respondendo a consulta realizada sobre documentos atribuídos ao monsenhor Álvaro Negromonte. Neste comunicado de dom Mozzoni responde simplesmente que não seria possível atestar a autenticidade do documento e que desconhecia parentes ou herdeiros do monsenhor Negromonte.

A escolha parecia clara: ou sucumbir à pressão dos generais ou resistir, utilizando-se dos meios que lhes eram disponíveis. Neste contexto, um dos embates mais dramáticos enfrentados por dom Helder foi seu desentendimento com o general Antônio Carlos Muricy, em razão de convite para celebrar uma missa em comemoração ao segundo aniversário da “Revolução”.

[...] Logo depois do golpe, tropas invadiram a residência do arcebispo, porque ele dera refúgio à irmã do governador deposto Miguel Arraes. Oficiais do Exército no Recife queriam romper com o bispo, mas Muricy conseguiu contê-los e manteve as relações cordiais com seu amigo. Os dois trabalharam para evitar conflito entre a Igreja e o Exército, mas Muricy também começou a ter divergências com dom Hélder quanto a prisão de militantes católicos e a algumas declarações públicas do bispo. Em 1966, a amizade entre eles teve um final abrupto. Em 31 de março, no segundo aniversário da Revolução, os dois se confrontaram. A liderança militar, inclusive Muricy, pressionou dom Hélder a rezar uma missa em ação de graças para as tropas. Porém, os amigos e seguidores do bispo o persuadiram a não realizar a cerimônia. Ele alegou motivo de consciência e recusou formalmente o convite, por considerar o evento relacionado à campanha eleitoral e, assim, sobretudo político, não religioso. Muri-

cy ficou perplexo. Por mera coincidência, uma bomba colocada por esquerdistas explodiu do lado de fora da casa do comandante do IV Exército, general Setúbal Portugal, com quem Muricy se encontrara. Uma outra foi detonada em um posto do correio. No total foram 9 explosões no dia 31 de março. Ao aparecer num programa de televisão para comemorar a Revolução, o general Muricy denunciou esses primeiros ataques terroristas contra o regime. Terminou criticando a recusa de dom Hélder a celebrar a missa. Embora dom Hélder não tivesse nada a ver com as explosões, Muricy fez a ligação entre o terrorismo e o protesto moral do arcebispo⁶³⁵.

A REAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA CONTRA A TORTURA

Em 16 de dezembro de 1969, um grupo de 61 eminentes católicos belgas, franceses e italianos apresentou à Comissão Pontifícia de Justiça e Paz – organismo criado pelo papa Paulo VI, em janeiro de 1967, sediado em Roma, com representantes de todos os continentes – um documento em inglês, de dezoito páginas, intitulado “Terror in Brazil: A dossier”⁶³⁶, baseado em informações providas do Brasil, com o pedido de que fosse encaminhado urgentemente ao papa.

O documento apresentava uma cronologia dos eventos ocorridos no país desde o golpe civil-militar de 1964, publicava a declaração de prisioneiras políticas encarceradas na Ilha das Flores (Rio de Janeiro) e informava sobre a oposição da Igreja Católica às políticas do regime. O prefácio, assinado pelo historiador Michel de Certeau, jesuíta francês, esclarecia que a documentação contida no relatório era apenas um esboço da violência política generalizada⁶³⁷.

O dossiê foi igualmente publicado no número de dezembro de 1969 da revista mensal francesa *Croissance de Jeunes Nations*, com o título *Livre noir: Terreur et torture au Brésil* (“Livro negro: Terror e tortura no Brasil”). Continha onze documentos separados. Dois diziam respeito ao assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, ocorrido na cidade do Recife, em maio daquele ano. Três documentos adicionais, assinados pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, falavam no número crescente de padres e freiras católicos, além de leigos, vítimas da ação repressiva do governo.

A Comissão Pontifícia de Justiça e Paz transmitiu o dossiê diretamente ao papa Paulo VI. Cinco dias após a sua recepção, houve encontro entre dom Helder Câmara e Paulo VI em Roma. Após a reunião, dom Helder comentou à imprensa que o papa lhe declarara: “Lemos a documentação enviada pelo senhor sobre a tortura no Brasil [...] a Igreja não tolerará mais o conhecimento de atroci-

dades e torturas num país que se diz cristão”. No final de março de 1970, em um discurso na basílica de São Pedro durante a semana da Páscoa o papa Paulo VI fez uma intervenção em favor de prisioneiros políticos que estavam sendo torturados na América Latina ⁶³⁸.

Em outubro do mesmo ano, em Roma, por ocasião de reunião com dom Aloísio Lorscheider, então secretário-geral da CNBB, o papa Paulo VI voltou a tocar no mesmo assunto. Na ocasião, fez pronunciamento a respeito da tortura, pedindo uma grande reflexão da sociedade, pois as crescentes denúncias de graves violações de direitos humanos na América Latina eram fatos que chocavam pela sua singularidade, sua gravidade e sua repetição ⁶³⁹.

Os militares presumiam que a luta contra o comunismo era um ponto pacífico que lhes permitiriam uma possível aliança com a Igreja Católica. Não suportavam a ideia de que um de seus bispos pudesse questioná-los internacionalmente. Crítico reincidente, dom Helder Câmara teve o seu comportamento interpretado como alta traição aos princípios defendidos pelo o golpe civil-militar no Brasil ⁶⁴⁰. Consagrou-se assim a tese de que os religiosos que lançavam ataques contra o regime seriam tratados como inimigos do Estado e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Kenneth Serbin assim caracteriza aquele momento:

Em maio de 1970, [D. Helder] denunciou a prática de tortura no Brasil em uma grande reunião em Paris. Esse e outros pronunciamentos levaram os furiosos generais a considerá-lo um traidor. O governo desencadeou uma grande campanha de difamação contra Dom Hélder e fez arranjos, afinal bem-sucedidos, para que não ganhasse o prêmio Nobel da Paz. Proibiu, em seguida, que seu nome aparecesse nos meios de comunicação de massa. Muitos moderados e até conservadores foram afetados pela repressão. Por exemplo, o DOI-CODI de Belo Horizonte torturou até a morte Aldo de Sá Brito de Souza Neto, membro da ALN e sobrinho-neto de dom Jaime suspeito de envolvimento no sequestro do embaixador suíço, preso depois de roubar um banco. Aldo era filho de um general, como todos os seus irmãos, frequentaram o Colégio Santo Inácio no Rio ⁶⁴¹.

O general Sylvio Frota, ministro do Exército do governo Geisel, registra em seu livro de memórias, a pressão que dom Helder Câmara exercia sobre o regime militar, quando denunciava, no plano internacional, a existência de tortura e de presos políticos no Brasil:

Esta campanha vinha se exercendo, no exterior, em virulência sempre crescente. Em 1969, o bispo brasileiro dom Hélder Câmara

iniciou-se, na França, com a publicação de seu livro *Livre Noir – Terreur et torture au Brésil* [sic], dando, desta maneira, incentivo à Anistia Internacional para tomar a frente desse movimento de descrédito e difamações de nosso país. Durante os anos seguintes, por inspiração e apoio daquela organização, difundiram-se, na Europa e na América, publicações ostensivas e clandestinas sobre a tortura e o tratamento dos presos políticos no Brasil ⁶⁴².

Uma das táticas utilizadas para diminuir o impacto de tais ações e denúncias de fatos era buscar denegrir a imagem dos exilados brasileiros. Um exemplo disso foi o Relatório elaborado pelo governo brasileiro, em junho de 1970, para responder à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso 1684.

Como contribuição a este documento o Ministério da Justiça preparou um texto, encaminhado ao presidente da República através do Ofício nº 564-B, de 25 de março de 1971, pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid ⁶⁴³.

No título de seu primeiro capítulo, os seus autores propõem uma expressiva e simples identificação das motivações que levaram os opositores do regime a elegerem a campanha internacional de denúncias de torturas e violências perpetradas pelo regime militar como uma ação de combate: “O Malogro do Comunismo, Complexo de Frustração e Ação de Terroristas”.

O roteiro é conhecido. O Brasil antes de 64 vivia um clima insurrecional, incentivado ou mesmo planejado pelos que então detinham o poder. No Nordeste, por exemplo, o governador Miguel Arraes teria, supostamente, organizado milícias comunistas que se colocariam ao lado dos trabalhadores do campo contra os proprietários de terra. O presidente da República, João Goulart, tornara-se, se não cúmplice, pelo menos leniente com movimentos de revoltosos dentro das próprias Forças Armadas, como no caso dos movimentos dos sargentos ⁶⁴⁴. Por sua vez, Leonel Brizola discursava abertamente contra a ordem constitucional. Nos meios intelectuais, a adesão dos professores e alunos as ideias críticas contra as instituições eram alimentadas por uma pletera de publicações esquerdistas.

As forças armadas com o apoio de setores expressivos da sociedade teriam se levantado e conduzido uma sublevação armada em defesa da democracia: “E as Forças Armadas confraternizando-se com o povo, põem abaixo o governo de João Goulart. Triunfa a Revolução Democrática de 31 de março de 1964 sem derramamento de sangue”.

O documento sustenta que as forças derrotadas teriam reagido de duas maneiras: por um lado, com a instalação de guerrilhas no continente (cita a presença de Che Guevara na Bolívia); e, por outro lado, com a campanha de denúncias contra o

regime, acusando-o da prática de violências e de tortura contra os seus adversários.

De par de tais operações inicia-se a campanha difamatória contra o Brasil. Ela se desenvolve sistematicamente, acusando o Brasil de: a) manter presos políticos; b) promover o genocídio de índios; c) perseguir prelados e sacerdotes. d) submeter os presos ao regime de torturas. Estas injúrias se espalham facilmente, porque os comunistas, infiltrados nas agências noticiosas e nos mais diferentes meios de comunicação⁶⁴⁵.

Em sua defesa, o regime se declara isento de preconceitos na sua luta contra a “subversão”, não distinguindo “ricos e pobres, sacerdotes e leigos”. “A ninguém é lícito invocar privilégios ou franquias para incitar a desordem”, diz o documento. A Igreja Católica mantinha tradicionalmente uma “situação especial” no país e a grande maioria dos religiosos estariam alheios a esses conflitos, mantendo-se, portanto, sob a proteção do Estado:

[...] O Brasil é a maior nação católica do mundo. Possui cerca de duzentos e cinquenta bispos e milhares de padres. Nenhum bispo está sendo processado. Os padres (ou melhor, os seminaristas) são em pequeno número, não atingidos a vinte. A Igreja Católica goza de situação especial e mantém as melhores relações com o Estado. Como se pode falar, pois, de perseguição religiosa? O Governo, no combate à subversão, não distingue ricos e pobres, sacerdotes e leigos, intelectuais e elementos da subversão. Estes são processados e julgados pela justiça competente sem distinção de cor, raça ou confissão religiosa. Em suma: há amigos e inimigos do Brasil. A lei é igual para todos. A ninguém é lícito invocar privilégios ou franquias para incitar a desordem, estimular a luta de classes, promoverem greves ou subverter o país⁶⁴⁶.

As denúncias da prática de tortura passam a ser objeto de análise do Ministério da Justiça. Em uma das seções de seu documento – “A questão das torturas” –, identifica Miguel Arraes como articulador de uma cadeia de difusão dessas informações contra o regime que o documento identifica ao “Brasil”:

Como base de apoio, a “Frente Brasileira de Informações”, com escritório em Argel, dirigido pelo comunista Miguel Arraes, organizou uma rede de “Comitês de Solidariedade”, espalhados em vários países, destinados a difundir toda e qualquer notícia capaz de desfigurar o Brasil, além de patrocinar atividades culturais altamente denegridoras de nosso país⁶⁴⁷.

Em outro texto, a “Análise Circunstanciada de Várias Acusações”, encontra-se a notificação nº 1684, capítulo 1, assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, onde se lê (na página setenta e seguintes):

[...] o assassinato de Pe. Henrique recebeu especial destaque da imprensa da França, Itália, Bélgica e Alemanha. Várias mensagens de órgãos e pessoas estrangeiras reconhecidas como comunistas à Arquidiocese e foram publicadas pela imprensa [...] **“represálias” do governo contra D. Helder na pessoa do sacerdote assassinado.** A imprensa parisiense, no entanto, se destacou na cobertura do fato notadamente os jornais de esquerda e ligados ao PCF. A notícia mais importante foi o “APELO EM FAVOR DO BRASIL” com a assinatura de quase quarenta intelectuais e grande quantidade de assinaturas de desconhecidos. A redação deste apelo conduz o problema para a faixa da calúnia e difamação contra o Brasil: “O assassinato de Pe. Antônio Henrique Pereira Neto, assistente da Juventude Católica do Recife, revela brutalmente à opinião mundial a violência dos grupos ocultos que procuram mostrar ao povo brasileiro toda esperança de libertação⁶⁴⁸.”

A preocupação do regime era, sobretudo, a de impedir notícias ou denúncias que caracterizassem o assassinato do padre Henrique como uma ação do regime militar contra dom Helder Câmara. Neste sentido, o Relatório Buzaid simplesmente afirma que “a verdade sobre a morte do indigitado sacerdote está apresentada, em inquérito presidido por um juiz competente [Aloísio Xavier] e imparcial que já transita na justiça civil para julgamento dos implicados” (fls. 98). O inquérito apontava o estudante Rogério Matos como autor confesso do crime entre outros envolvidos e caracterizava o trucidamento do padre como de motivação comum.

A esta versão oficial da época, contrapõe-se a argumentação do padre José Ernani Pinheiro:

Como esquecer a coincidência de, poucas horas antes do que ocorreu a Cândido Melo, ter sido alvejado o Juvenato Dom Vital (local em que trabalhava o padre Antonio Henrique), havendo os assaltantes – segundo depoimento de duas testemunhas citadas no Relatório da Comissão Judiciária – (parte final do item V), disparado suas armas, aos gritos de CCC (versão do Ku-Klux-Kan) Como esquecer que, segundo o mesmo Relatório, no mesmo item, foi o CCC quem ameaçou o padre Henrique pelo telefone?⁶⁴⁹

Além de tentar desmenti-lo, o regime por meio de vários porta-vozes procurava construir verda-

deira caricatura de dom Helder, alinhavando uma feira de calúnias e insultos, assim caracterizados por um dos observadores do período ⁶⁵⁰:

Ambição de glória e poder [...] como as obras materiais no campo social dão glória fácil, orientou-se para elas. Realiza-as com verbas do governo e com dinheiro tirado dos ricos por processos demagógicos. Como precisa de verbas, é amigo de quem as pode dar (seja quem for). O que explica sua fidelidade ao governo do dia [...] Daí ser cortejador de todos os governos [...] para atingir o episcopado, infiltrou-se à confiança do cardeal dom Jaime, chegando a fazer voto de obediência a S. Emília.; tornou-se amigo íntimo do núncio [dom Carlos] Chiarlo e do atual mau-caráter. Não cumpre compromissos, com inaceitável facilidade. Capelão da escola de Ana Néri, no Rio, não cumpria os deveres da capelania, mas recebia integralmente os vencimentos. Em face dos problemas difíceis ou controvertidos, raro se define, ou se define dos dois lados conforme as circunstâncias [...] Não tem amigos, tem interesses, se estes o pedem, abandona os melhores amigos de ontem (assim como foi com o Carlos Lacerda), deixa-os em dificuldades desde que se saia bem, tanto que os que o conhecem dizem que se faz com os amigos o que fazemos com as laranjas: chupamos o caldo e jogamos fora o bagaço. O que fez com o cardeal Jaime é notório, insinuou-se à confiança dele, que o fez seu bispo “auxiliar”, mas logo entrou em oposição ao homem que devia “auxiliar”, com uma campanha de desgaste em que dom Jaime aparecia como “reacionário”, a ponto de chamar as pessoas que iam trabalhar com o Sr. cardeal para afastá-las dele [...] terminou numa manobra em Roma, conseguindo afastar dom Jaime da presidência da Conferência dos Bispos do Brasil, em favor do cardeal Mota ⁶⁵¹.

Por vezes, buscava-se desqualificá-lo, apontando-o como uma espécie de populista religioso que usava a pobreza como mecanismo para ganhar espaço e poder, ao mesmo tempo em que o acusavam de irresponsabilidade no uso do dinheiro que administrava:

Explora a pobreza que ampara, como um troféu [...] desbarata os dinheiros que recebe e dos quais jamais prestou contas a ninguém), desvia verbas para fins estranhos, e não tem mãos a medir gastos, embora seja pessoalmente pobre (a fim de poder colher com isso novas glórias) [...] assim tem movimentado enormes verbas públicas, os dinheiros vultosos do Congresso Eucarístico Internacional, do que nunca prestou contas, e os do Banco

da Providência. Esse relatório era gravemente incorreto em pelo menos um ponto. A Igreja havia publicado um relatório financeiro no Congresso eucarístico, chefiado por dom Helder. Um ano depois com data de 1969, o perfil montado pelo Dops apareceu em O Estado de S. Paulo, que participava da campanha contra o arcebispo ⁶⁵².

As perseguições e o monitoramento à Igreja progressista foram estendidos até o governo Figueiredo, mas de forma mais atenuada:

[...] em março de 1974 o presidente Geisel tinha requisitado um amplo relatório com informações secretas sobre a igreja e a subversão. Esse relatório foi preparado pelo CISA. Em 1977 dom Ivo denunciou o fato de que as forças de segurança estavam investigando as finanças da Igreja e os antecedentes de cada bispo e cada padre. A administração Figueiredo também investigou as finanças da Igreja. Na realidade, a repressão já disseminada contra a Igreja e os processos instaurados contra bispos e ativistas leigos em tribunais militares tornaram desnecessário um inquérito maior durante os anos Médici. Os agentes do Rio, no entanto, continuaram a suprir os serviços de informações com relatórios sobre o clero progressista ⁶⁵³.

A AÇÃO DIPLOMÁTICA CONTRA DOM HELDER CÂMARA: DOCUMENTOS SECRETOS DO ITAMARATY

De acordo com a determinação de seu criador, Alfred Nobel, o Prêmio Nobel da Paz deverá distinguir “a pessoa que tivesse feito a maior, ou melhor, ação pela fraternidade entre as nações, pela abolição e redução dos esforços de guerra e pela manutenção e promoção de tratados de paz”. Desde 1901, quando foi instituído, o prêmio foi outorgado a uma gama bastante diversa de personalidades e instituições, desde aquelas que participaram da resolução a um conflito determinado, governantes ou negociadores; de organizações que promovam a solidariedade entre os povos e indivíduos, a exemplo da Cruz Vermelha; como também por homens ou mulheres excepcionais, cujas vidas, ações e testemunhos tenham contribuído para a convivência pacífica e fraterna entre os homens.

Esses últimos pressupostos eram plenamente atendidos por dom Helder Câmara, cuja biografia, personalidade e alcance de sua missão, eram atestados pelos inúmeros apoios e indicações que recebeu a sua candidatura para o Prêmio de 1970, inclusive do laureado de 1968, René Cassin ⁶⁵⁴.

No Brasil, a reação do regime foi diferente. O ex-diplomata Vasco Mariz ⁶⁵⁵ descreve em detalhes as primeiras iniciativas para impedir que dom Hel-

der Câmara recebesse o Nobel da Paz de 1970.

Naquela oportunidade, Vasco Mariz era chefe do Departamento Cultural do Itamaraty, ainda no Rio de Janeiro, e teria sido convocado para uma reunião com o secretário-geral do Itamaraty, Jorge de Carvalho e Silva. Nesta reunião, Mariz recebeu a informação de que dom Helder havia sido indicado ao Prêmio Nobel da Paz por vários movimentos e entidades religiosas e que era o favorito.

Em ato contínuo a sua missão era de convocar uma reunião no Itamaraty com os embaixadores dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia) e comunicar o desconforto do governo brasileiro com a questão. O encontro teve lugar na Sala dos Índios do Palácio Itamaraty, onde foi solicitado: “a título excepcional, que intervissem junto à Fundação Nobel para evitar a escolha”⁶⁵⁶. Segundo seu relato, dias depois todos os embaixadores retornaram lamentando que seus respectivos governos não interferiam “em temas do Nobel e não podiam fazer exceção naquela oportunidade”⁶⁵⁷.

Vasco Mariz encaminhou a resposta negativa dos embaixadores ao secretário-geral do Itamaraty. Porém, registrou:

[...] soube depois por Alarico Silveira, então chefe do Serviço de Informações do Itamaraty [...] que assistiu dias depois a uma reunião no Palácio do Planalto, em Brasília, que o assunto teve depois lances dramáticos. Foram convocados os presidentes e diretores de todas empresas escandinavas no Brasil, como Volvo, a Scania Vabis, a Ericson, a Facit, a Nokia e outras menores, e lhes foi solicitado que intervissem na Fundação Nobel para evitar a concessão do Prêmio Nobel a dom Helder Câmara. Todos lamentaram não poder intervir no caso até o oficial general que presidia a reunião deu um murro na mesa e anunciou: se os senhores não intervierem com firmeza e Dom Helder chegar a receber o prêmio Nobel da Paz, então as suas empresas no Brasil não poderão remeter um centavo de lucros para as respectivas matrizes. Naquela época do general Médici, o governo tinha meios de adotar tão grave atitude⁶⁵⁸.

Mariz ainda recorda que segundo Alarico Silveira, o general Juracy Magalhães, embaixador do Brasil em Washington, ministro da Justiça e ministro das Relações Exteriores do governo Castelo Branco, protestou contra esta ameaça, na condição de presidente da Erickson no Brasil⁶⁵⁹.

Ao mesmo tempo, mobilizou-se o embaixador do Brasil em Oslo, Jayme de Souza Gomes, para que ele monitorasse e informasse o governo brasileiro sobre a candidatura do arcebispo.

Ora, em 1970, o Prêmio Nobel da Paz foi atribuído ao professor norte-americano Norman Bor-

laug – especialista em fisiologia das plantas, também conhecido como o “pai da revolução verde” –, porque seu trabalho proporcionou inovações tecnológicas responsáveis por aumentos de produtividade nunca antes atingidos no cultivo de grãos alimentícios, sobretudo na Índia⁶⁶⁰.

Telegrama da Embaixada em Oslo nº 26.032, datado de 11 de dezembro de 1970, do embaixador Jayme de Souza Gomes, informa o governo brasileiro sobre reações contra o resultado do Prêmio Nobel da Paz, denegado a D. Helder, onde se menciona:

[...] para culminar a entrada da sala solenidades Universidade Oslo onde realizou cerimônia houve farta distribuição de panfletos [...] Mencionando o Conselho Norueguês da Paz nos quais pergunta. “Porque Comissão Nobel teve medo apoiar Bispo Helder Câmara sua luta contra o Fascismo em favor Justiça Social Brasil”⁶⁶¹.

A mensagem indica que esta manifestação já seria uma estratégia para favorecer a indicação de dom Helder para o ano seguinte. Em outro telegrama (Telegrama da Embaixada de Oslo nº 27.910, de 30 de dezembro de 1970), o embaixador manifesta seu pessimismo quanto a outra possível candidatura favorecida pelo regime brasileiro:

[...] Procurei sondar não somente senhor Tore Munck como também outros elementos minhas relações igualmente suscetíveis influenciar membros Comissão Nobel. Entretanto minha impressão pessoal após ter lidado mais de meio ano tão delicado problema é que Irmãos Villas Boas possuem reduzidas possibilidades êxito por ser sua obra caráter regional não vinculada diretamente paz internacional⁶⁶².

O telegrama supramencionado termina com uma mensagem reveladora:

ESVAZIAMENTO ESTE ANO (1970) CANDIDATURA HELDER CAMARA OBEDECEU BEM URDIDO PLANO EXECUTADO MAIOR CAUTELA SEM QUALQUER GESTÃO OFICIAL OU ENVOLVIMENTO EXBAIXADA DIRETA OU INDIRETAMENTE. ÊXITO SE DEVE CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIALÍSSIMAS LIGADAS PROTEÇÃO CAPITAIS ESTRANGEIROS AMEAÇADOS CASO ESQUERDIZAÇÃO BRASIL E FATOS LIGADOS A VIDA PREGRESSA CANDIDATO HABILMENTE EXPLORADOS INCISIVA POLÊMICA JORNALISTICA [SIC].

Outro telegrama da embaixada comunica ao governo brasileiro que o presidente do Partido De-

mocrata Cristão de Hamburgo, Dietrich Rollmann, apresentou a candidatura do arcebispo brasileiro de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, ao Prêmio Nobel da Paz em 1971 ⁶⁶³.

Confirmada a candidatura de dom Helder Câmara, a embaixada em Oslo encaminha às autoridades brasileiras o “Relatório confidencial do Parlamento” da Noruega pela Correspondência Especial nº 55, 640, 91 (77) – Prêmio Nobel da Paz de 1970. Relatório confidencial do Parlamento da Noruega ⁶⁶⁴:

[...] Referência ao telegrama secreto nº 101/70. Conforme foi prometido nos telegramas secretos 79/70 e 92/70, envio em anexo, em idioma norueguês, fotocópias do extenso relatório confidencial, composto de 61 fls., impressas e que me foi enviado pelo Senhor Tore Munck, Diretor do Grupo Industrial SverreMunck, de Bergen, Diretor da “Munck do Brasil S/A” e do matutino desta Capital, de orientação independente, “Morgensposten” ⁶⁶⁵.

Vale aqui lembrar que o Comitê Norueguês do Prêmio Nobel é composto de cinco membros indicados pelo Parlamento da Noruega.

No texto citado o nome de dom Helder parece ocupar lugar de maior proeminência (dez páginas do Relatório) do que os nomes de outros também fortes candidatos, como o brasileiro professor Josué de Castro (duas páginas) e o do professor Norman Ernest Borlaug (duas páginas). Na mesma Correspondência Especial nº 55, o embaixador Jayme de Souza Gomes sublinha dois aspectos levantados pelo relator da candidatura de dom Helder, o professor Jakob Sverdrup:

a) os fervorosos encômios à personalidade e à obra de dom Helder Câmara e b) as críticas ao atual – governo brasileiro. Basta a citação de certos trechos do relato sobre dom Helder Câmara, para que se tenha a confirmação de tais asseverações.

E cita extensivamente o relatório:

[...] A sua mensagem de não violência, na América Latina de hoje, pode ser considerada como tendo importância para a conservação da paz, porque representa uma alternativa realística ao aumento do terrorismo e dos movimentos guerrilheiros. A sua coragem pessoal é indiscutível. Ele possui prestígio e importância, o que faz com que a sua mensagem seja ouvida, tanto no Brasil, como fora do território nacional. (O Sunday Times, de 17 de maio, fala nele como sendo o homem de maior influência na América Latina, depois de Fidel Castro). Deve-se mencionar, também, que Câmara, não representa apenas ele próprio, mas,

ao mesmo tempo uma grande e importante corrente da Igreja Católica da América Latina. [...].

No “Relatório Confidencial do Parlamento da Noruega” ⁶⁶⁶, enumeram-se as razões – atributos pessoais e alcance de seu trabalho – que recomendariam a indicação de dom Helder Câmara ao Prêmio Nobel:

[...] 1) A posição de liderança de Helder Câmara dentro da Igreja, ao mesmo tempo em que ele atua de maneira importante na luta pela obtenção de reformas sociais; 2) É protagonista importante para a não-violência. 3) Obteve sempre maior importância internacional, como se verifica pelo papel por ele desempenhado durante o Segundo Concílio do Vaticano e por seu comparecimento a várias conferências internacionais. Segundo os autores suecos da proposta, a concessão do Prêmio da Paz a Dom Helder seria de importância inestimável numa situação onde a atividade de Helder Câmara, de modo geral, é censurada e combatida pela Igreja conservadora e pelas autoridades do Brasil ⁶⁶⁷.

O “Relatório Confidencial do Parlamento da Noruega” destaca igualmente a importância e a extensão do programa educativo através de emissoras de rádio (Movimento de Educação de Base) que dom Helder coordenara e que em 1963 já alcançara a divulgação em 7.500 emissoras de rádio, com 180.000 alunos inscritos.

Em 1963, já havia 7.500 rádios e 180.000 alunos inscritos. O programa contava com a subvenção do Estado e a bênção da Igreja, mas tomou, aos poucos, um rumo que despertou reação das autoridades e criou dissensão dentro da Igreja. A elaboração do programa demonstra bem a filosofia de Câmara. O ensino era apenas um meio para tornar os alunos membros cientes e ativos da sociedade ⁶⁶⁸.

Finalmente, no seu parecer, o Jakob Sverdrup salienta também o papel do arcebispo em divulgar e denunciar para o mundo, governantes e organizações internacionais o quadro dramático de exploração, fome e miséria (desprovidas, portanto, de seus mínimos direitos) em que viviam populações inteiras no território brasileiro, assim como em imensas porções do planeta.

Em telegrama da embaixada de Oslo (nº 2.765), de 1º de fevereiro, o embaixador Jayme de Souza Gomes informa de sua iniciativa junto ao embaixador da Grã-Bretanha com o objetivo de consultá-lo sobre possível apoio do governo britânico à candidatura dos irmãos Villas Boas ao Prêmio Nobel da Paz; uma vez que eles haviam sido indicados pela

Survival International, organização não governamental de apoio aos povos indígenas, sediada na Inglaterra. A consulta teria se revelado infrutífera: a avaliação do diplomata inglês era a de que tal pleito não teria sucesso.

Em outra tentativa (Telegrama Oslo nº 4.152 – Prêmio Nobel), a embaixada passa a reunir dados para visita de um jornalista norueguês ao Brasil com o objetivo de divulgar o trabalho dos irmãos Villas Boas.

A visita do jornalista Norueguês volta a ser assunto no Telegrama nº 98 à embaixada em Londres – Prêmio Nobel, onde o embaixador sublinha o caráter secreto da sua atuação junto ao jornalista, a ser escolhido por “cuidadosa seleção”.

O telegrama nº 95 (de setembro de 1971) – em que se trata da visita do jornalista e acrescenta a notícia sobre a inauguração de nova fábrica da Munk do Brasil –, revela a apreensão do embaixador pelo fato de o jornalista selecionado, Audun Tjomslund, ter perguntado, em almoço com Tore Munck, se teria autorização para visitar outros locais não programados. Revela também preocupação correlata: o banqueiro Sjur Lindebraekke, diretor do Conselho de Administração do “Bergens Privat bank” era membro da Comissão Nobel e não poderia ser comprometido por nenhum vazamento de notícia que dissesse respeito a dom Helder ou a qualquer ação envolvendo a sua candidatura.

No mesmo telegrama, o embaixador Jayme de Souza Gomes acrescenta mais um elemento na trama de interesses empresariais implicados na campanha contra dom Helder: cita a “colaboração desinteressada” de Ruy Mesquita (diretor do *Jornal O Estado de São Paulo*) que teria oferecido uma passagem aérea à disposição do jornalista norueguês, e que estaria “empenhado em contribuir para neutralizar a candidatura do arcebispo brasileiro”.

Todas estas iniciativas não foram suficientes para tornar viável a candidatura dos irmãos Villas Boas. E na comunicação do embaixador à Secretaria de Estado das Relações Exteriores em Telegrama nº 6599 – irmãos Villas Boas e dom Helder Câmara, leem-se:

[...] Parlamento Norueguês [...] aceitou registro inscrição 32 candidatos prêmio paz 1971 dentre os quais Willy Brant, Helder Camara e Orlando Cláudio Villas Boas. Dos candidatos inscritos 21 foram eliminados inclusive Villas Boas. Brant e Camara fazem parte 11 semifinalistas [...] ⁶⁶⁹.

A informação é retransmitida à Embaixada do Brasil em Londres pelo Telegrama nº 170 ⁶⁷⁰.

A eliminação dos irmãos Villas Boas e a classificação de dom Helder Câmara na lista dos semifinalistas representaram um alerta ao governo brasileiro e levou o embaixador Jayme de Souza Gomes a continuar e a aprofundar suas sondagens. Em

“Correspondência Especial da Embaixada em Oslo nº 122 – sobre Prêmio Nobel da Paz 1971; Reunião da Comissão Parlamentar; Seleção de candidatos,” o diplomata relata parte desses esforços:

[...] Tentando situar a posição dos dois candidatos que, no momento, parecem reunir maiores probabilidades de êxito, ou seja, o Chanceler Willy Brandt e o Arcebispo dom Helder Câmara, igualmente procurei, sondadas as fontes informativas, determinar as causas do insucesso da candidatura Villas-Boas por tratar-se de personalidades brasileiras, cuja obra meritória é por todos nós louvada e aos quais se referiu a Secretaria de Estado em seus despachos-telegráficos

9. Dom Helder Câmara

[...] procurarei retratar o conceito, que goza o Arcebispo brasileiro aos olhos da Comissão Nobel: a) sua obra em favor dos necessitados e contra os Governos de força; b) suas publicações e prédicas de caráter francamente esquerdistante; c) ter concorrido para a pacificação das massas oprimidas ou menos favorecidas pela fortuna; d) ter contribuído para a união entre católicos e protestantes, na campanha de melhores condições sociais da humanidade; e) seu prestígio junto ao Papa Paulo VI. A esse respeito seria oportuno realçar o que publicou recentemente o órgão oficioso do Vaticano, “L’Osservatore Romano”, o qual considerou dom Helder Câmara como “um homem de Deus, um homem de Cristo, um homem dos pobres, como São Francisco de Assis” ⁶⁷¹.

A comunicação do embaixador em Oslo procura também alinhar aspectos que julgava negativos e que enfraqueceriam a candidatura de dom Helder Câmara:

[...] Enfraqueceram a posição de dom Helder Câmara, no conceito da Comissão Nobel, os seguintes pontos essenciais: a) polêmica jornalística travada em 1970 sobre a sua personalidade e obra e suas anteriores vinculações aos regimes políticos de direita; b) receio de que sua influência crescente, em virtude da outorga do Prêmio da Paz, possa concorrer para a implantação de um governo de extrema esquerda no Brasil, a exemplo do que aconteceu recentemente no Chile e, assim, ameaçar os capitais estrangeiros, pela expropriação ou “estatização”, obviamente pôr em risco os investimentos noruegueses. É no Brasil que a Noruega possui a maior soma de capitais investidos no exterior; c) crítica à escassa base de cultura econômica em seus ataques à política atual do governo brasileiro ⁶⁷².

No seu monitoramento da candidatura de dom Helder ao Nobel da Paz, assim como das repercussões de suas ações na Europa, o embaixador não deixa de registrar (Correspondência Especial da Embaixada em Oslo, nº 231, de 28 de maio de 1971) que dom Helder Câmara havia proferido apelo aos alemães do oeste e leste “para derrubarem as barreiras que separam os seus países”⁶⁷³.

Ao trabalho junto aos membros do Comitê Norueguês do Prêmio Nobel, e a articulação de empresários contra a candidatura de dom Helder, ajuntam-se então uma tarefa de comunicação: a divulgação de traços negativos na biografia política e intelectual do arcebispo.

Na Correspondência Especial da Embaixada (Oslo nº 231 – Prêmio Nobel da Paz de 1971), o embaixador Souza Gomes chama a atenção para o contato havido entre o “Senhor Tore Albert Munck, presidente da Munck do Brasil S.A.” e o embaixador brasileiro em Londres, Roberto Campos, de onde surgiria a ideia de se utilizar monografia de um frade dominicano belga, Felix Andrew Morlion – *The Political Dialectic of Dom Helder Câmara* – como um instrumento na campanha contra a candidatura de dom Helder Câmara.

Na mesma correspondência, Jayme de Souza Gomes deixa claro que a ação contra a candidatura de dom Helder para aquele Prêmio Nobel de 1971 deveria privilegiar os aspectos econômicos e sociais, tendo-se em consideração os altos investimentos noruegueses no Brasil. O documento informa também que dos cinco membros do comitê julgador dois seriam parlamentares particularmente sensíveis a essa abordagem da questão.

[...] Qualquer, entretanto, que seja o efeito provocado pela difusão do estudo sobre dom Helder Câmara, esta Embaixada deseja realçar, com o maior sigilo, que o programa de ação contra a candidatura do Arcebispo de Olinda e Recife deve concentrar-se, este ano, no seu aspecto econômico-social. De fato, o Brasil é o país estrangeiro em que a Noruega investiu maiores capitais, tendo o governo Norueguês dado garantia política à aplicação de parte desses capitais através do projeto Borregaard⁶⁷⁴. Deve-se considerar, ainda, que dois membros da Comissão Nobel são parlamentares que votaram a favor dessa garantia e, ter, por fim, em vista que é ponto pacífico a defesa desses capitais investidos no Brasil. Desse modo se torna claro que, uma personalidade brasileira esquerdizante que ataca substancialmente o regime capitalista, caso se projete universalmente através da obtenção do Prêmio Nobel da Paz, só poderá concorrer para a formação de um ambiente político-social que venha a pôr em risco os capitais estrangeiros, entre os quais se encontram os noruegueses⁶⁷⁵.

A monografia *The Political Dialectic of Dom Helder Câmara*, de autoria de Felix A. Morlion procura descrever um suposto novo tipo de “movimento anticapitalista” que teria em dom Helder Câmara um dos seus principais representantes: “É basicamente diferente do Movimento Marxista e Maoísta uma vez que não tem traços materialistas, mas, ao contrário, consiste em canalizar ação política em energias e sentimento profundamente cristãos”.

Morlion tentou fazer um exame extenso de discursos, entrevistas e escritos de dom Helder, nos quais ele identifica uma combinação de elementos analíticos (referentes à divisão de trabalho internacional e às estruturas sociais e políticas prevalentes), conteúdos de denúncia (da pobreza, da exploração, da opressão) e um forte apelo retórico e emocional direcionado a uma convocação de tomada de posição ideológica contra as injustiças. Embora admita que o prelado brasileiro também denunciasse os “regimes totalitários”, afirma ter encontrado na maioria dessas manifestações um forte viés anticapitalista.

Apesar de fazer parte do conjunto de ações de oposição à candidatura de dom Helder Câmara, a personalidade, se não as ideias de Felix Andrew Morlion, não teria convencido nem o nosso embaixador em Oslo.

Em julho de 1971, atendendo a um pedido de informação diligentemente enviado por ele, a embaixada do Vaticano responde que Felix Andre Morlion nega a existência da monografia sobre dom Helder. Além do mais, o frade dominicano não “desfruta de bom conceito em esferas responsáveis pelo Vaticano”, sendo considerado “imaturro”.

De nacionalidade Belga, durante a Segunda Guerra Mundial foi para os EUA apresentando-se como emissário da Santa Sé, o que não era verdade. Ainda é citado, no referido documento, que Morlion recebeu de importantes organizações “vultosas subvenções” para criação do Pro Deo⁶⁷⁶, organismo que não conseguiu reconhecimento oficial da Igreja Católica⁶⁷⁷. Ainda sobre Felix Andrew Morlion, o Telegrama da Embaixada do Vaticano nº 24425 reporta a Oslo que ele teria negado a existência da monografia sobre dom Helder Câmara. “Mas que a mesma foi por ele redigida, com cópias em número restrito e de circulação sigilosa”⁶⁷⁸.

Finalmente, a Correspondência Especial da Embaixada de Oslo, nº 565, de 2 de fevereiro de 1971, traz o anúncio da escolha de Willy Brandt como o laureado daquele ano para o Prêmio Nobel da Paz e traz anexadas matérias de jornais locais que repercutem a notícia.

Na sua comunicação, a embaixada subdivide as notícias em quatro categorias:

[...] a) os puramente noticiosos; b) os favoráveis ao Chanceler Alemão; c) os favoráveis ao Arcebispo brasileiro e d) os que provocaram uma polêmica bastante forte, na qual se viram incluídos dom Helder Câmara, a Comissão Nobel e personalidades industriais noruegueses com interesses econômicos no Brasil ⁶⁷⁹.

O embaixador apresenta como exitosa a campanha de divulgação do passado integralista de dom Helder. Além disso, diante do propósito do governo brasileiro de impedir aquela candidatura, grupos econômicos noruegueses, que tinham especial interesse em manter boas relações com o regime militar, também teriam se empenhado em derrotá-la.

Registra-se no mesmo documento uma entrevista do padre dominicano Hallvard Rieber-Mohn ao jornal *Morgenbladet*, do dia seguinte ao anúncio do Nobel, na qual ele declara:

[...] que os interesses econômicos noruegueses tiveram uma certa influência na decisão, já que o Cardeal Câmara, que era favorito ao Prêmio, nem desta vez o ganhou. Assim, – e pela primeira vez desde que se iniciou a campanha de “neutralização” da candidatura Helder Câmara – foi levantado o “ponto sensível” através do qual todo esse esforço se baseou, ou seja, o eventual risco de expropriação, nacionalização ou estatização que correriam os capitais estrangeiros no Brasil no caso da vitória do Arcebispo brasileiro ⁶⁸⁰.

No último parágrafo do documento o embaixador declara que mesmo derrotado a polêmica acerca do Nobel só ajudava a candidatura de dom Helder para o próximo ano. Ele argumenta que o chileno Pablo Neruda foi candidato por dez anos até receber o Prêmio Nobel de literatura e que não seria diferente com o arcebispo brasileiro.

O embaixador Jayme de Souza Gomes parecia estar consciente dos riscos políticos incorridos pelo governo brasileiro em se empenhar com tal afincado na perseguição ao arcebispo. Em um documento confidencial (Correspondência Especial da Embaixada de Oslo nº 605, de 29 de dezembro de 1971), ele revela sua preocupação com um artigo publicado no periódico “KirkeogKultur”, (Igreja e Cultura) intitulado: “A agitação contra dom Helder Câmara”, de autoria do senhor Henry Notaker e do padre reverendo Hallvard Rieber-Mohn:

[...] foram os dois únicos autores que tocaram nos fundamentais argumentos usados na campanha de esvaziamento da candidatura de dom Helder, no Brasil e em Oslo, como poder-se-á verificar da simples leitura do artigo citado, que remeto [...] todos os parágrafos do Senhor Notaker relevam conhecimento profundo das

manobras e das personalidades envolvidas na referida campanha, e apenas a Embaixada do Brasil em Oslo foi feliz e “milagrosamente” poupada, isto é, não foi sequer envolvida nos acontecimentos, o que, aliás, não ocorreu com o Embaixador da Alemanha, neste país, vítima de injustas acusações na concessão do Prêmio Nobel deste ano ⁶⁸¹.

O mesmo documento menciona uma referência feita pelos autores do mencionado artigo, sobre a distribuição de 700.000 exemplares da revista “O Cruzeiro”; que na verdade teriam sido 25.000, segundo o embaixador. Naquele número da revista – parte da campanha de difamação ao arcebispo – constava uma entrevista do então conhecido jornalista David Nasser que apresentava dom Helder como ex-fascista e adepto do uso da violência na resolução dos conflitos sociais.

Entre as comunicações, há registro de que o embaixador Jayme de Souza Gomes ressalta a necessidade de tornar mais reservado o papel que a embaixada exerceu na campanha contra dom Helder. A Correspondência Especial da Embaixada de Oslo nº 122, por exemplo, relata o quadro de indicações para o Nobel em 1972 e anuncia novamente dom Helder Câmara como favorito. Mas, desta vez, descreve como discreta a participação da embaixada para não causar nenhum embaraço diplomático ⁶⁸². No entanto, no ano de 1972, o Prêmio Nobel da Paz não teria laureado ⁶⁸³.

No ano seguinte, John W. Gran, bispo de Oslo, escreve para dom Helder informando-lhe sobre questionamentos que haviam sido formulados por um membro do Conselho do Comitê Nobel diante do apoio da Conferência Episcopal Escandinava ao seu nome para o Nobel de 1973.

É importante ressaltar os dois pontos que a carta destaca. Segundo o bispo John Gran, alguns membros do Comitê Nobel queriam saber a posição de dom Helder a propósito da atividade de guerrilha e, mais precisamente sobre a guerrilha urbana. Além, teriam eles perguntado, o que ele pensava sobre o controle de natalidade.

Reproduzimos aqui na íntegra a tradução da carta de John W. Gran ⁶⁸⁴:

Excelência:

Vos escrevo sobre a questão do Prêmio Nobel da Paz.

Fui demandado, da parte de um membro do Conselho do Comitê Nobel aqui em Oslo, de obter duas informações sobre vossa pessoa. Pois, sabeis bem que vosso nome figura já há alguns anos entre os candidatos sérios. Desta forma, a Conferência Episcopal Escandinava propôs vosso nome de uma maneira formal e pública no mês de setembro de 1972 para o prêmio de 1973.

Em resumo, trata-se de esclarecer uma dúvida que alguns membros do comitê colocaram sobre estas duas questões, a saber:

Da atividade de guerrilha em geral, e da urbana em particular;

Do controle de natalidade.

Mais precisamente procura-se saber se vós haveis feito declarações públicas sobre estas duas questões, em qualquer sentido. Aparentemente, alguém conseguiu lhes passar a ideia de que vós teríeis feito pronunciamentos em favor de certas formas de atividade de guerrilha em certos casos. Permito-me a duvidar disto.

No que concerne ao controle de natalidade, igualmente chegou-se à impressão de que vós vos teríeis pronunciado contra toda forma de tal controle, defendendo o crescimento desenfreado das populações em todos os lugares. Permito-me a duvidar disto também.

Em todo caso, no lugar de fazer uma investigação profusa, eu preferi vos colocar as duas questões diretamente, com toda simplicidade. Vós poderíeis facilmente responder indicando em quais dos vossos escritos eu poderei ler vosso pensamento sobre as duas questões (é suficiente referir-se à questão a ou questão b).

Penso que vós não vos lembreis de mim, mas nos encontramos durante o Concílio, foi durante a última sessão, eu creio, em uma reunião ecumênica em um apartamento não muito longe do Castelo de Santo Ângelo. Os detalhes me escapam.

Penso que será muito bom se o Prêmio Nobel vos for concedido. Para vós, Excelência, será talvez a cruz do Senhor.

Permita-me vos felicitar por vosso 64º aniversário em alguns dias.

Fraternalmente vosso no Senhor,

+ John W. Gran

Bispo de Oslo

Em 17 de outubro de 1973, dom Helder escreve carta de agradecimento ao amigo Francisco Moorem⁶⁸⁵, idealizador do grupo “Ação Dom Helder Câmara”. Este grupo tinha o propósito de fortalecer a sua candidatura ao Nobel da Paz. Dom Helder solicita-lhe que não continuassem com a campanha em favor de seu nome pelo Prêmio Nobel. Ressalta a importância dos apoios que obteve e da

exitosa campanha que fortaleceu grupos católicos e de outras igrejas em favor de seu nome, mas pensava que era chegada a hora de parar. Entendia que seu trabalho já estava contemplado no Nobel de Martin Luther King.

Naquele exato momento em que escrevia aquela carta, acrescentava, cinco colaboradores dele estavam desaparecidos; e ele mesmo poderia vir a ser acusado a qualquer instante de que a Operação Esperança, ou outra atividade sua, estivesse ligada a subversão ou a grupos terroristas.

A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Entre as inúmeras medidas desenvolvidas por dom Helder, provavelmente as que dizem respeito de forma mais direta a sua luta em defesa dos direitos humanos foram as pastorais sociais dedicadas à formação e à informação de diferentes segmentos da população: a Pastoral Familiar, a Pastoral dos Jovens do Meio Popular, a Pastoral dos Presidiários, a Pastoral das Prostitutas entre outras. Vale também destacar o estímulo e a cobertura dada à Ação Católica Operária, organização extremamente atuante em seu meio, com sede no Recife e que, além de suas próprias atividades, abrigou reuniões e encontros de outras entidades da sociedade civil.

Durante o episcopado de dom Helder Câmara, incentivou-se a formação de novos padres, abrangendo dioceses de Pernambuco e de outros estados do Nordeste, bem como colaboradores de pastorais e pessoas interessadas em teologia, com enfoques em temas atualizados e discutidos no Concílio, através do ITER (Instituto de Teologia do Recife).

Com uma nova metodologia, funcionando praticamente como uma faculdade, o instituto oferecia aos seminaristas a oportunidade de viver em comunidades da periferia, de frequentar diferentes ambientes e especialmente, de desejar uma nova forma de ser Igreja.

Uma iniciativa de grande amplitude e repercussão foi a criação da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Olinda e Recife, instituída nos moldes da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz.

Essa iniciativa foi decorrente da necessidade de atender as pessoas que estavam presas ou procuradas pela repressão militar bem como apoiar seus familiares por pertencerem às pastorais sociais. Além disso, o drama da falta de habitação dos mais pobres causava as chamadas “invasões” atraindo a repressão policial. A Comissão de Justiça e Paz também passou a prestar auxílio e solidariedade material e jurídica a esses desassistidos.

A CJP da AOR concentrou-se assim em dois problemas, ambos relativos à repressão: no âmbito político – a prisão, tortura e morte de militantes políticos, por parte de forças militares; e no âmbito social – atendimento àqueles que, na sua luta por habitação, eram vítimas da violência da Polícia Civil.

Vale ressaltar que a cobertura da Igreja, tanto em nível nacional e até internacional, possibilitou inúmeras ações por parte da arquidiocese. A CJP tinha um quadro de advogados da própria Comissão e contou também com estagiários e voluntários da área jurídica. Dom Helder dizia que a CJP era “o braço político da Arquidiocese”. O trabalho do Departamento Jurídico da CJP se desenvolveu na área de habitação até a constituição das Zonas de ZEIS (Zonas de Interesse Social) e sua institucionalização no PREZEIS⁶⁸⁶ junto à Prefeitura do Recife.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA: PRISÕES DE SEUS DIRIGENTES

A Ação Católica Operária como já mencionado anteriormente, possuía na figura pastoral de padre Romano Zufferey, de naturalidade suíça, uma direção protagonista na defesa da classe operária do estado de Pernambuco. Apoiada por Reginaldo Veloso e Henri Cossart em sua linha política de integração na produção por parte dos militantes, passou a representar uma constante preocupação para os órgãos de controle político.

A ACO publicou três importantes obras: Nordeste – Desenvolvimento sem Justiça; Nordeste – O Homem Proibido; e Manoel do Ó – 100 anos de suor e sangue.

Estes textos formaram um núcleo de reflexões dos problemas que a classe trabalhadora viveu, associado aos desafios da relação capital trabalho analisados sempre a partir da ótica da Teologia da Libertação.

Diante do golpe civil-militar de 1964, a sede do movimento representou um símbolo de solidariedade aos perseguidos e na organização da luta popular, movimentado por pessoas de todas as gerações com o mesmo propósito de organizar a resistência democrática. A resposta não tardou a chegar por meio de pressões arbitrárias e inquéritos policiais.

Segundo registro do livro Confidencial de Hiram Fernandes, monsenhor Marcelo Carvalheira, que era assessor de dom Helder Câmara, foi preso em 11 de novembro de 1969 no Rio Grande do Sul, quando esteve num curso para professores que trabalham no magistério sacerdotal. Foi transferido para o DOPS de São Paulo, que naquele momento, estava sob o comando do delegado Sergio Fleury. Como o Tribunal Militar não decretou sua prisão preventiva, o religioso foi solto após ficar 51 dias privado de liberdade. Foi levado até Porto Alegre, e de lá pôde voltar para a cidade do Recife.

Em 11 de outubro de 1970, a casa onde residia o ex-padre Henri Cossart é cercada por agentes da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco, em poucos minutos foi invadida sem ordem judicial alguma. Hiram Fernandes⁶⁸⁷ em seu livro Confidencial relatou que os agentes liberaram proposadamente a trabalhadora doméstica, e

passaram a segui-la; a senhora localizou o sacerdote para avisá-lo, mas já era tarde.

A estratégia dos policiais deu certo, logo depois que a doméstica encontrou o padre na igreja da Madalena, localizada no bairro do mesmo nome, o encontro passou a ser cercado pelos agentes fortemente armados, que invadiram a igreja aos gritos à procura do padre Henri. Preso foi levado para a Delegacia Auxiliar, nas dependências da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Pernambuco, passou por interrogatório realizado pelo delegado José Oliveira Silvestre e liberado no dia 13 de outubro de 1970.

Em depoimento prestado para a CEMVDHC, no dia 1º de agosto de 2014 o padre Reginaldo Veloso declarou:

[...] eu estava preparando aquela dita folhazinha que por volta de onze e meia da manhã, tava datilografando lá pelo tema da.... eu tava datilografando pra depois passar pelo mimeógrafo a álcool. Tirava umas 200 umas 300 folhas. Aí chegou de repente uns senhores à paisana, se dizendo da polícia, e dizendo que eu estava detido e revistando toda a igreja pra ver se encontravam alguns dos exemplares desses documentos. Eles já tinham passado na ACO (Ação Católica Operária), já tinham detido padre Romano, vasculhado tudo e daí eles foram pra lá. Foram doutor Silvestre, Miranda e mais uns dois que eu esqueci o nome. Eles chegaram numa Veraneio, daí me botaram no carro e me levaram até minha casa no Córrego do Jenipapo. Lá, em minha casa, de novo vasculharam tudo e encheram dois sacos com livros, apostilas e outras coisas que achavam ser subversão. Imagine, até um livro de Erick Fromm sobre Marx e a psicologia.

A freira Margarida Serpa Cossart, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, afastou-se em setembro de 1973 da vida religiosa e no ano seguinte casou-se com o também licenciado do sacerdócio, padre Henri Cossart. Ambos contaram com a licença da Igreja (Cúria Romana). A celebração foi realizada por dom Helder, que abençoou o matrimônio. O casal passou a ter forte atuação na vida de dedicação à causa da propagação da Teologia da Libertação, principalmente entre os operários e presos políticos.

Em 26 de abril de 1975 a sua residência foi cercada por volta das 2 horas da madrugada, estando na casa Henri, sua esposa e um hóspede, Carlúcio Castanha de Souza. O cerco foi promovido por uma operação conjunta da SSP-PE com o DOICODI do IV Exército, Polícia Federal e outros órgãos como registrou Hiram Fernandes⁶⁸⁸. Os três foram levados presos sob forte repressão policial, e ressalte-se que Margarida estava nos primeiros meses de gravidez.

A prisão durou o dia inteiro, para ela e seu marido, Carlúcio permaneceu por mais alguns dias preso. Na saída, o casal foi obrigado a assinar um termo em que declaravam que não tinham sofrido maus-tratos. O arcebispo de João Pessoa, acompanhado de dois amigos do casal decidiram ir almoçar na casa de Margarida e Henri e, ao chegarem, foram detidos para averiguação. Quando se deram conta de que estavam com o bispo, alegaram que haviam recebido uma denúncia de que “[...] a casa abrigava maconheiros e por isto estavam investigando”.

A PERSEGUIÇÃO AO PADRE ROMAIN ZUFFEREY (PADRE ROMANO): A TENTATIVA DE EXPULSÃO (1977)

Em 7 de julho de 1977, chegou a intimação da Polícia Federal agora dirigida ao padre Romano. Era o início de um processo de intimidação contra o trabalho pastoral da ACO. O documento continha apenas o local e hora: “[...] na Superintendência da Polícia Regional da Polícia Federal em Pernambuco com o objetivo de tomar ciência de sua notificação da instalação de um inquérito [...]”, às 11h.

Segundo o biógrafo Manuel Carlos Chaparro⁶⁸⁹, o documento que levou ao processo de expulsão do padre Romano teria sido resultado de “[...] um despacho assinado por Fernando B. Falcão, na condição de Assessor Especial do Ministro da Justiça”, de um panfleto sobre o 1º de maio. O conteúdo do “documento”, continha ideias marxistas e, portanto, uma “prova” da atividade política do padre Romano, devendo ser aplicado a expulsão.

Em 7 de junho de 1977, o ministro da Justiça determinou através de portaria o “inquérito competente para efeito de expulsão do território nacional do estrangeiro Romain Zufferey”⁶⁹⁰.

Depois de apresentar-se no dia 11 de junho,

acompanhado de Roberto Arrais – militante de ACO, devido ao clima pesado a que foi submetido procurou imediatamente informar sobre o mesmo a dom Helder e dom Lamartine. O movimento operário encontrou-se em grave ameaça diante da possibilidade de expulsão do seu assessor espiritual. Tratou-se de conseguir um defensor que ajudasse na construção de uma defesa jurídica para o processo.

O advogado Eduardo Chaves Pandolfi, conhecido pela sua atuação no MDB, habilitou-se para a defesa do padre Romano (inquérito nº10/77) e, rapidamente, a estratégia da defesa começa a ganhar força. O processo contra o dirigente da ACO tornou-se conhecido da população recifense, de forma a ganhar a opinião pública contra o ato arbitrário.

Pandolfi considerou como ponto central da defesa derrubar a acusação de comunista – e associar o padre ao trabalho pastoral, marcado pelos ensinamentos dos evangelhos e “dos valores da solidariedade, da fraternidade, do amor ao próximo”⁶⁹¹.

No interrogatório, dias depois, o padre Romano conseguiu responder ao delegado Aldinor de Oliveira Luz todas as indagações conforme orientação da defesa. Em cinco dias, dr. Pandolfi juntou ao processo a sua peça de defesa, contendo 27 páginas datilografadas. Foram contestadas ponto a ponto todas as acusações, e amplamente divulgadas.

O jornal *Diário de Pernambuco* publicou o seu inteiro teor em 24 de julho de 1977, demonstrou-se com isso o tamanho interesse dos setores da imprensa e da população pelo desfecho do processo.

A Informação nº 625⁶⁹², do SNI, tratou do inquérito, instaurado sobre o padre Romain, em seu conteúdo: matérias de jornais, peças do processo inquisitório como a defesa formulada pelo advogado Pandolfi, foram anexadas provando o controle da comunidade de informações sobre o caso.

Advogado apresenta defesa de sacerdote

O advogado Eduardo Furtado de Sá, que defende o padre Vito Miracapillo, apresentou a primeira defesa em audiência pública realizada no Palácio da Justiça, na tarde de ontem, 23 de julho.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

O advogado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Furtado alega que o padre Vito Miracapillo não é responsável pelo episódio ocorrido em 1976, pois ele estava em viagem de trabalho no momento em que ocorreu o episódio.

Advogado apresenta defesa de sacerdote. Diário de Pernambuco, Recife, p. A-20, 24 jul. 1977.

Cartas de solidariedade e manifestações de apoio surgiram de vários lugares do Brasil e do mundo católico. E em 2 de outubro de 1977, o inquérito foi suspenso.

A EXPULSÃO DE VITO MIRACAPILLO (1980)

A pequena cidade de Ribeirão, localizada na Zona da Mata Sul do estado de Pernambuco, na época com uma população de 60 mil habitantes, tornou-se palco de um dos capítulos do conflito e perseguição do governo ditatorial a um sacerdote no estado. Trata-se da expulsão do padre Vito Miracapillo, vigário da segunda maior paróquia da cidade e alinhado com a Teologia da Libertação.

Este padre chegou a Ribeirão em janeiro de

1976, aos 29 anos. Seu trabalho pastoral estava integrado com a direção da Diocese de Palmares coordenado pelo bispo dom Acácio Rodrigues Alves, um dos grandes aliados de dom Helder na CNBB.

A visita do Papa João Paulo II ao Brasil, incluiu no seu roteiro passagem pelo Recife, dois meses antes do início do processo de expulsão. Karol Wojtyla recebeu os trabalhadores do campo com a presença de padre Vito e dois de seus paroquianos de Ribeirão, trabalhadores do estado, que entregariam documentos ao pontífice sobre os conflitos de terra na Usina Caxangá, localizada em Ribeirão, bem como documentos provando que a direção da referida usina proibiu o sacerdote Miracapillo de celebrar missa aos trabalhadores.

Em 30 de agosto de 1980, Pe Vito recebeu uma

programação de festejos da cidade e os dias e horários da realização de duas missas de ação de graças: uma no domingo 7, e uma na quinta-feira, 11 de setembro, esta última data do aniversário da emancipação política do município de Ribeirão.

No mesmo dia, padre Vito responde ao prefeito e à Câmara de Vereadores por meio de ofício circular, com os seguintes termos:

Ofício-Circular nº 1, 30 de agosto de 1980

Ao prezado Prefeito Salomão Correia Brasil

À distinta Câmara Municipal

Tendo recebido o convite para as solenidades da “Semana da Pátria”, faço cientes os Excelentíssimos senhores de que não será celebrada a Missa em Ação de Graças no dia 7 e no dia 11, na forma e no horário anunciados. Isto por vários motivos, entre os quais a “não efetiva independência do povo”, reduzido à condição de pedinte e desamparo em seus direitos.

Atenciosamente,

Pe Vito Miracapillo

Vigário ⁶⁹³.

O prefeito e o presidente da Câmara de Vereadores, Amaury Moraes de Oliveira, sentiram-se ultrajados. Depois de uma rápida reunião, dirigiram-se ao cartório da cidade para o registro de firma do ofício do padre, enviando cópia ao governador do estado e ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O caso repercutiu no plenário da Assembleia Legislativa quando ocorreu no dia 5 de setembro a manifestação pública do deputado estadual Severino Cavalcanti, patrocinador do processo de expulsão do padre Vito.

Criou-se um ambiente favorável à aprovação de um requerimento solicitando que a Assembleia formalizasse o pedido de expulsão ao Ministério da Justiça, o mesmo requerimento foi aprovado com o quórum de 22 votos a favor e 11 votos contra.

A polêmica toma conta do Estado através da imprensa, artigos e matérias de jornais locais e nacionais. Passou a discutir a “desobediência” do padre e com isso aflorou os temas relativos ao conflito no campo. O governo militar entendeu rapidamente que a recusa em celebrar a missa tratava-se de uma negativa ilegal e que escondia as atividades subversivas do padre Vito.

O processo administrativo de expulsão do padre Vito foi precedido por inquérito administrativo, instaurado por determinação do ministro da Justiça em 24 de setembro de 1980 e conduzido

pelo delegado da Polícia Federal Agildo Soares, da Superintendência Regional em Pernambuco ⁶⁹⁴.

O inquérito para efeito de expulsão nº 25/80, colecionou, em rápida investigação, documentos e depoimentos que buscou provar as atividades políticas do padre Vito, e concluiu nestes termos:

É notório o cunho político que se reveste as missas e outros atos litúrgicos celebrados pelo Padre VITO MIRACAPILLO, não se considerando sua ingerência em negócios outros, por natureza públicos valendo-se de constantes contatos com elementos de ideologias contrárias ao regime e sabidamente comunistas [...], bem como com políticos de partidos de oposição.

Isto posto, e por tudo o que se contém nestes autos, mais o que vem sendo exteriorizado por grande parcela do povo de Pernambuco, mormente do Município de Ribeirão, e ainda propalado em outros Estados da Federação, o que feriu sensivelmente o que temos de mais sagrado, o nosso sentimento de brasilidade independência, sou de opinião, S.M.J., de que o alienígena VITO MIRACAPILLO infringiu frontalmente o Art. 106 “caput” da Lei nº 6.815/80, sujeito portanto às penas do Art. 124, IX daquele Diploma, devendo ser expulso do território brasileiro.

É o Relatório.

Recife, 08 de outubro de 1980.

Bel. Agildo Soares – Delegado da Polícia Federal ⁶⁹⁵.

A reação jurídica da Comissão de Justiça e Paz, por meio da defesa do advogado Pedro Eurico de Barros, pautou-se em demonstrar o trabalho sacerdotal realizado na comunidade e declarou: “[...] como sacerdote, sempre se pautou na missão e ação evangélica da Igreja Católica, buscando a construção do bem comum, exercendo jamais atividade de natureza política ou atentatória à consecução dos objetivos nacionais, expressos na Lei de Segurança Nacional” ⁶⁹⁶.

A investigação criminal para municiar a expulsão do padre Vito, foi objeto de Tese de Doutorado em Direito de Maria Pia S. L. G. Dalledone, denominada: O padre e a pátria ⁶⁹⁷, afirmou:

A Investigação local até tentou dar contornos mais claros à atuação político-subversiva de Miracapillo, de modo a afastar de vez o argumento da atuação religiosa. Denunciaram uma suposta organização criada pelo padre, o CIAC – Comunidade de Integração e Ação Católica. Sobre ela foram inquiridas todas as

testemunhas, mas apenas o servidor da Previdência Social José Tenório Lima afirmou ter alguma informação: teria ouvido falar sobre uma reunião em que ela seria criada, pelo cidadão João Bosco, com orientação do padre Vito. Contudo, tanto João Tenório como as demais testemunhas, incluindo o prefeito Salomão e o ex-delegado da CIRA Carlos Eduardo, declararam não saber se a organização de fato existia. A organização foi pressuposta pelos investigadores de polícia e foi negada pelo padre Vito e seu advogado. Na falta de mais elementos, foi omitida pelo delegado nas conclusões de seu relatório final. O problema, assim, voltava a convergir para os limites da atuação pastoral da igreja progressista.

A Polícia Federal encaminhou o inquérito administrativo para o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que deu andamento ao processo ressaltando dois dispositivos, para a expulsão: a vedação da atividade política ao estrangeiro, em sintonia com o relatório do delegado, e a proibição da atividade nociva à convivência do país, à segurança nacional ou à ordem pública (art. 64, cc. art. 70, Lei nº 6.815/80. E por último, opinou pela expulsão ressaltando ser Miracapillo pessoa nociva ao país.

Os elementos jurídicos formais foram providenciados e coube ao presidente João Figueiredo em 15 de outubro de 1980, editar o decreto de expulsão de Vito Miracapillo fundamentado nos artigos 64 e 70 do Estatuto do Estrangeiro.

Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 65 da Lei nº 6.715 de 19 de agosto de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 34.019, de 1980, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar

do território brasileiro, na conformidade dos artigos 64 e 70 da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, VITO MIRACAPILLO, de nacionalidade italiana, filho de Carmine Miracapillo e de Sabina Antolini, nascido em Andria, Itália, aos 15 de abril de 1947, que reside no Estado de Pernambuco.

Brasília, 15 de outubro de 1980; 159º da Independência e 92º da República ⁶⁹⁸.

A primeira medida de sua contestação deu-se por quatro *habeas corpus*: dr. Ernesto Villa-Verde de Carvalho, advogado atuante em Brasília, em 17 de outubro de 1980, recebendo o número HC nº 58.409-8; Jorge Alfredo Lomba Mirândola, protocolou em 21 de outubro, recebendo o número HC 58.411-0; Sidney Costa, foi o responsável pelo terceiro, impetrado em 23 de outubro, recebendo o

número HC nº 58.438-1 e, por fim, o quarto *habeas corpus* impetrado por telex por Jorge Santos Buchabqui em 24 de outubro, recebendo o número HC nº 58.443-8.

O padre conseguiu algum tempo para sua defesa uma vez que o *habeas corpus* suspendeu os efeitos do decreto de expulsão. Estruturou-se nova batalha jurídica, a corte maior do país teria a oportunidade de garantir o contraditório e a ampla defesa, negados ao advogado Pedro Eurico na primeira fase de investigação, que se insurgiu da prática tanto nos jornais quanto nos autos do processo administrativo.

O relatório do delegado não levou em consideração e nem atacou qualquer ponto da defesa e muito menos ouviu pessoas que defendessem o padre em suas práticas pastorais, ao contrário, a peça é repleta de trechos dos que acusavam o sacerdote de atividade política, principalmente a direção da Usina Caxangá.

O julgamento no Supremo Tribunal de Justiça ocorreu em 30 de outubro de 1980, Dalledone, analisando o julgamento concluiu:

[...] se nos jornais a crise entre igreja e Estado era o centro das atenções, no STF este tema apareceu apenas incidentalmente, de passagem. Da mesma forma, se no inquérito administrativo produzido em Ribeirão a crise entre trabalhadores e usineiros era o problema central e o motivo para a condenação da atuação de Miracapillo, no STF este tema foi apagado, engolido por um conceito geral não definido de atividade política. A razão para a redução foi a competência constitucional da Corte, associada a uma teoria que lhe limitava a jurisdição na temática de soberania nacional. O resultado prático foi um limite da defesa de Miracapillo, que lhe custou a permanência no Brasil ⁶⁹⁹.

Formou-se maioria em dois pontos fundamentais contra o paciente: o primeiro entendimento do caráter político da declaração sobre a independência e o segundo ponto era a discricionariedade da competência do Poder Executivo para expulsão de estrangeiros. Em geral os ministros entenderam Miracapillo como subversivo e, portanto, entraram no julgamento com a sentença já formatada. Chegou a ser defendido pelo ministro Carlos Thompson Flores a importância da legislação brasileira no caso do padre, por prevê a Lei o procedimento administrativo ou mesmo o pedido de reconsideração, como prova do avanço do sistema jurídico.

Trata-se da primeira decisão do STF baseado no Estatuto do Estrangeiro, uma legislação que, apesar de aprovada posteriormente à Lei de Anistia, municiou o Executivo de amplos poderes para agir no marco da doutrina da segurança nacional. Hoje incompatível com a legislação internacional

dos tratados de direitos humanos que o Brasil é signatário.

AS IGREJAS PROTESTANTES, O DIÁLOGO ECUMÊNICO: A CONFERÊNCIA DO NORDESTE

O ano de 1910, marca no panorama mundial o primeiro esforço do diálogo ecumênico entre as igrejas protestantes, com a realização da Conferência Mundial de Missões, na cidade de Edimburgo, na Escócia.

Neste encontro, o diálogo internacional integrou esforços visando promover aproximações com realidades culturais distintas, e, quatro anos depois, aconteceu o Congresso sobre a Obra Cristã na América Latina, resultado da necessidade de uma agenda missionária para o continente, o que não tinha ocorrido na Conferência Mundial.

Movimentos ecumênicos cresceram no interior das igrejas na mesma proporção que o mundo assistia as duas guerras mundiais, e fortaleceu a necessidade de um organismo internacional capaz de contribuir na reconstrução dos países destruídos pelas guerras e sinalizar com projetos ecumênicos e de filosofia da justiça e igualdade ⁷⁰⁰.

A guerra fria também foi objeto da disputa entre segmentos das igrejas protestantes com a criação do Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC) e tendo como um de seus principais líderes, Carl McIntire, que esteve no Brasil participando de congressos e encontros com líderes protestantes brasileiros divulgando mensagem anticomunista e anti-ecumênica. E entre os seus discípulos estava o professor do Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), no Recife. Entre as atividades docentes, uma em particular era de perseguir qualquer pessoa que estivesse interessada em manter qualquer vínculo com o Conselho Mundial de Igrejas ⁷⁰¹.

Em 1950, o pastor Israel Gueiros deixa o Seminário Presbiteriano do Norte e também se afasta da Igreja Presbiteriana do Brasil, e passou a organizar e representar uma igreja local denominada Igreja Presbiteriana Fundamentalista, arregimentando descontentes contrários à filiação da Igreja Presbiteriana ao Conselho Mundial de Igrejas, o que seria uma forma de implementar no Brasil um modernismo teológico ⁷⁰².

A entidade mais expressiva do movimento ecumênico no Brasil foi criada em 1934, a Confederação Evangélica Brasileira, formada inicialmente pelas Igrejas Congregacional, Metodista, Presbiteriana do Brasil (IPB), Presbiteriana Independente (IPI) e Luterana (atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana – IECLB).

Nos anos iniciais do Conselho Mundial de Igrejas, as primeiras assembleias são pautadas por temas que indicam a necessidade de maior atenção dos delegados representantes das igrejas para os graves problemas sociais do mundo. E, na sua

segunda reunião mundial, em 1954 na cidade de Evaston nos EUA, o tema foi “Jesus Cristo, a Esperança para o Mundo”, um apelo para que as comunidades religiosas se envolvessem nas causas e defesa da justiça e das liberdades fundamentais e um maior engajamento político.

Um desdobramento importante desse encontro foi promovido pelo teólogo e missionário americano Millard Richard Shall, membro da IPB. Sob sua liderança e determinação é criada em 1955 a Comissão Igreja e Sociedade que um ano depois passa a ser parte da CEB e institucionaliza-se o setor de Responsabilidade Social da Igreja.

Esse departamento dentro da CEB foi responsável por quatro encontros nacionais históricos: em 1955, ‘A responsabilidade social da Igreja’; em 1957, ‘A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil’; em 1960, ‘A presença da Igreja na evolução da nacionalidade’; e em 1962, ‘Cristo e o processo revolucionário brasileiro’.

Todos estes encontros difundiram o chamado Evangelho Social no Brasil, que dialogou plenamente com o movimento da Igreja Católica diante do Concílio Vaticano II. Esse pensamento protestante tinha uma dinâmica nos movimentos de juventude das igrejas que foi captada na Tese de Doutorado em Filosofia de Rubens Alves, intitulada Uma teologia da esperança humana ⁷⁰³.

O mesmo pensamento fundamentou um artigo do pastor Jaime Wright, membro da Igreja Presbiteriana dos EUA, que era missionário no Brasil, denominado: Expectativas na América Latina, em 1961 no jornal Presbiteriano.

Neste texto, Wright apresenta uma avaliação política e econômica do quadro social porque passava a América Latina e descreve como quase certa a revolução na América Latina, diante da falta de perspectivas.

Os dois documentos refletem um olhar crítico da crise social, e servem para as igrejas entenderem o Nordeste e o fortalecimento da Sudene, sendo seu expoente o economista Celso Furtado.

O Recife sedia em julho de 1962 a Conferência do Nordeste, segundo Joanildo Burity ⁷⁰⁴ “é notável não é que falassem em revolução, mas que eles falassem em revolução”. O relatório da Conferência registrou 167 delegados de 17 estados, representando 14 correntes protestantes, e delegados de 5 igrejas dos Estados Unidos, México e Uruguai ⁷⁰⁵.

Um dos organizadores e líderes locais da Conferência do Nordeste foi o pastor João Dias de Araújo, atuando no apoio a Francisco Julião e nas Ligas Camponesas, e participou ativamente da campanha do prefeito do Recife, Miguel Arraes, para governador do estado de Pernambuco nas eleições de 1962.

No período de 22 a 29 de julho de 1962, os jornais locais: *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Última Hora* noticiaram os temas e entrevistas sobre a Conferência, aflorando também

o confronto teológico sobre a “infiltração comunista”. A notícia de capa do jornal *Última Hora* de 23 de julho de 1962, destacou em primeira página o início da Conferência do Nordeste prestigiada em sua abertura com as autoridades locais, entre as quais estavam o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, e o representante do prefeito Miguel Arraes, Luiz Portela.

Outra personalidade emblemática na Conferência do Nordeste foi o bispo Edmundo Scherrill (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil). Em sua palestra destacou: “precisamos de uma ordem social que se coadune com os ensinamentos evangélicos e que a Igreja deve infiltrar-se entre as classes mais novas – as classes revolucionárias”⁷⁰⁶.

Neste mesmo periódico, a matéria destacou o convite do bispo Scherrill, para os estudos sobre a vida brasileira em uma atividade no Teatro de Santa Isabel, enquanto acontecia a Conferência do Nordeste. E na noite de 26 de julho de 1962 foi apresentada a peça “Julgamento em Novo Sol”, produzida pelo Teatro de Cultura Popular.



Figura – Salão de reuniões da Conferência do Nordeste. Fonte, VILELA, op. cit., p. 113.

Reproduzimos o único registro do Salão Nobre do Colégio Agnes Erskine, preparado para receber grande parte dos palestrantes da Conferência do Nordeste. No centro do púlpito como também no painel, é possível observar a marca produzida pelo artista gráfico e designer Claudius Ceccon. Nele a palavra ‘cristo’ tem um destaque nas letras C e T em fonte branca no fundo vermelho, uma aproximação com a simbologia comunista, segundo denunciou um membro da Igreja Presbiteriana Fundamentalista, presbítero Ebenezer Furtado Gueiros, no jornal *Diário de Pernambuco*, domingo, 29 de julho de 1962.

Declara Ebenezer Furtado Gueiros⁷⁰⁷:

A infiltração na citada Conferência é evidente a começar do cartaz de propaganda de 95x65 cms em fundo vermelho, com uma cruz inclinada, tangida por um vendaval do qual sobressai uma foice. Contém os seguintes dizeres: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Se o C da palavra Cristo se juntar

em sentido horizontal com o T da mesma palavra, teremos a conhecida e estilizada figura da foice e do martelo. Este cartaz foi afixado aos milhares pelas ruas da cidade.

Depois do golpe de 1964, o aparato da polícia política foi acionado pelo pastor Israel Furtado Gueiros junto à Secretaria de Segurança Pública apontando Gerson Maciel Neto como um extremista.

Em decorrência dessa denúncia Gerson se apresentou à polícia em 29 de abril de 1964: “[...] como advogado, bancário, professor universitário e membro da Igreja Batista de Santo Amaro no Recife, além de assessor jurídico do Movimento de Cultura Popular”⁷⁰⁸.

Seu depoimento foi anexado em ofício nº 895, de 17 de julho de 1964, onde constam declarações do pastor Israel Gueiros apontando Gerson como uma das pessoas que participou da Conferência do Nordeste e que em suas intervenções teria defendido uma revolução socialista.

O mesmo destino teve o pastor João Dias do Nascimento, denunciado por Israel Gueiros, ao Seminário Presbiteriano do Norte em Recife. O historiador Marcio Ananias, em seu livro, *Discursos e Práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil Durante as Décadas de 1960 e 1970*, registra que o Seminário formou uma comissão composta pelo reitor Paul Pierson, pelo deão Áureo Bispo dos Santos e o professor Thomas Foley, além do presbítero Torquato Santos⁷⁰⁹.

A supracitada comissão foi recebida, em 6 de abril, em audiência pelo coronel Silvío de Melo Cahú, que assumira o posto de comandante da Polícia Militar de Pernambuco logo após o golpe de 1964, para relatar as ações administrativas do seminário.

Em 7 de abril, o pastor João Dias, os membros da comissão acompanhados ainda do diretor presidente do Seminário foram à Secretaria de Segurança Pública e são recebidos pelo secretário, o coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira, e neste momento forneceram cópia dos jornais com a acusação do pastor Israel Gueiros e textos com conteúdo desenvolvidos pelo professor João Campos, entre outros documentos de sua autoria, permitindo o fechamento da investigação na Secretaria e consequentemente no IV Exército.

O monitoramento contra João Dias permaneceu, uma prova disso é a investigação sobre o próprio Seminário Teológico do Norte, conforme publicado por Vilela:

[...] é um informe secreto – datado de 28 de outubro de 1965, e distribuído para o Ceni-mar, IV Exército, SNI-ARE e Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – trazia

em anexo um documento intitulado: Ação esquerdista entre evangélicos presbiterianos, porém, sem nenhuma identificação⁷¹⁰.

O documento apontou um quadro de infiltração no seminário em que o professor João Dias é descrito como líder dos esquerdistas, apresentou detalhes da sua vida pastoral como o de ter difundido na igreja ideias marxistas, inclusive na Escola Dominical da Igreja Presbiteriana da Boa Vista. E que seria um defensor de Miguel Arraes.

Vilela analisa também documentação em anexo ao informe secreto citado em que constam documentos e informações oriundas da própria igreja IPB, demonstrando alto nível de colaboração de setores da Igreja e as acusações contra o pastor João Dias.

A prisão, tortura e expulsão do pastor e missionário Frederick Birten Morris

O movimento ecumênico internacional era constituído de clérigos protestantes motivados para atuação em projetos sociais. Ao Recife chega o pastor Frederick Morris, com sua família, para trabalhar na Igreja Metodista, priorizando o centro comunitário do bairro de Caixa D'Água, em Olinda, em 1970. Integrou-se rapidamente à vida ecumênica da cidade fazendo parte da Equipe Fraternal⁷¹¹, entidade que congregou, entre outros, católicos, presbiterianos, metodistas, exercendo atuação ecumênica importante para estreitar o diálogo entre as igrejas.

Na vida secular, Morris trabalhou como correspondente da revista Times no Nordeste e da Agência de Notícias Associated Press. Em 1972, lecionava no Programa de Mestrado em Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1973, afastado das atividades pastorais da Igreja, passou a trabalhar em uma fábrica, a Concreto Blocos do Nordeste, na cidade de Camaragibe.

As perseguições, prisões e o seu conhecimento da luta política e do movimento popular o aproximou do PC do B e de seus dirigentes políticos. O cerco se fecha, e ao sair de sua residência com Alanir Cardoso, militante comunista, ambos são presos, por volta das 10h da manhã de 30 de setembro de 1974 e imediatamente levados à sede do IV Exército no centro do Recife, onde funcionava o DOI-CODI.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade⁷¹² registra este episódio e transcreve o seu depoimento:

Fui jogado de um lado a outro por uns três a cinco homens que gritavam insultos e começavam a golpear-me. [...] Daí, eu disse, “Eu sou cidadão dos EUA. Que quero ver meu cônsul”. A resposta a esta foi o primeiro chute nos testículos, que me colocou no chão. Logo me le-

vantaram e continuaram a gritar até que recebi outro chute, que produziu o mesmo resultado do primeiro.

As torturas continuaram com aplicações de choque e golpes seguidamente durante o dia inteiro, e entre os seus torturadores revelou-se Luiz Miranda Filho, que em certo momento levantou o capuz e mostrou o seu rosto para intimidá-lo. Continuando o seu depoimento acrescentou um fato importante para o desfecho do seu sequestro:

Assim passei a noite, sem poder dormir, [...] no terceiro dia, na quarta-feira de noite, o major Maia, chefe da sala de tortura, chegou na minha cela e disse que eles estavam pensando que talvez eu não era mau como pensavam e que talvez eu era agente da CIA. Se eu confessasse ser agente da CIA, eles poderiam me “reabilitar” e eu poderia reassumir minha vida como antes. [...] Este processo continuou por quatro dias e noites.

A incomunicabilidade de Morris foi quebrada em 3 de outubro de 1974, ao receber a visita do cônsul dos Estados Unidos em Recife, Richard Brown. Este contato foi em outra unidade militar, no quartel de comunicações em Jaboatão. Nesta oportunidade mostra ao diplomata todas as marcas da tortura. Em seguida volta para o IV Exército, onde ficou preso até 14 de outubro. No dia seguinte é levado para o quartel em Olinda, onde ficou 24 horas. Ainda escoltado, é lavado para a sua residência, onde recolheu objetos pessoais e seguiu para a sede da Polícia Federal. Pela manhã do dia 16 de outubro, recebeu o seu documento de expulsão do Brasil, assinado pelo presidente da República, general Ernesto Geisel.

O caso Morris é emblemático, seja pelas torturas sofridas que são graves violações à dignidade humana, se destacando também por uma total arbitrariedade no processo de expulsão, uma vez que possuía filho brasileiro dependente, contrariando o Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que regulamentou a situação do estrangeiro no Brasil.

O pastor Fred Morris, no exterior, não se cala, suas denúncias de tortura e prisão de seu companheiro Alanir Cardoso, repercutiram como pressão política internacional fundamental para que este fosse solto e não assassinado como outros presos políticos que ficaram incomunicáveis.

A Revista Times, datada de 18 de novembro de 1974, com o título: Brasil – Tortura Estilo Brasileiro, publicou um artigo de Fred Morris, na qual o mesmo relatou as torturas acima transcritas na sua íntegra. No prontuário de Luiz Martins Miranda Filho⁷¹³, existe uma cópia do artigo em tela traduzido para o português. No fim do texto, consta que a revista foi livremente vendida, em língua inglesa, nas bancas de jornais e revistas do centro da

cidade de São Paulo – Capital.

Sobre Fred Morris, a Igreja Metodista recentemente voltou atrás em seu silêncio institucional, através do bispo presidente do seu Colégio Episcopal. Oficialmente foi anexado aos autos do processo de anistia política, o pedido de desculpas da igreja reconhecendo a gravidade dos fatos e a conivência com o regime autoritário, em 2008, em decorrência da sessão pública da Comissão Nacional da Anistia que o reconheceu anistiado político no Brasil.

A PERSEGUIÇÃO ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

A CEMVDHC realizou audiência pública sobre as perseguições contra as religiões de matriz africana na Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 28 de novembro de 2016, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – dentro da programação do mês da consciência negra. Obteve depoimentos e recebeu documentos que contribuíram para o registro das graves violações de direitos humanos praticados pela ditadura militar, conforme determinou a Lei nº 14.688, de 1º de julho de 2012.

Na audiência supracitada foram entregues por Pai Ivo de Xambá, o artigo: Breve História da Repressão às Religiões Africanas em Pernambuco, de Hildo Leal da Rosa. O artigo analisou com profundidade o quadro de perseguições sofridas pelas religiões afro-brasileiras em Pernambuco.

Destacou Rosa, que as crenças ancestrais dos negros foram reprimidas por serem consideradas pagãs pela Igreja Católica, entendimento associado ao preconceito racial e de classe.

[...] o saber que se gesta sobre essas religiões esteve diretamente envolvido com o saber médico-psiquiátrico da equipe de Ulisses Pernambucano de Mello e do Serviço de Assistência aos Psicopatas, e que durante o governo de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937) conseguiu entrar em acordo com a polícia para poder estudar essas religiões. Um saber médico que normatizava e legitimava as “autênticas” e “legítimas” casas de culto que eram “dignas” de serem estudadas. A intrincada rede de poder que se forma nesse momento entre os praticantes marcará a história dos terreiros e sua inserção no espaço político da cidade. Em segundo lugar, por oposição ao governo de Cavalcanti, a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945) moverá acirrada perseguição policial a todas as formas religiosas consideradas indistintamente como Catim-bó⁷¹⁴.

A proteção aos terreiros contra o governo de Agamenon surgiu da saúde pública de Pernambu-

co: houve um trabalho de identificação e cadastramento de alguns terreiros onde se praticava a religião afro, pela Assistência a Psicopatas, do Serviço de Higiene Mental, dirigido pelo doutor Ulisses Pernambucano, o que permitia o funcionamento dos espaços de culto que estavam sendo pesquisados.

O Serviço de Higiene Mental estabeleceu com diversos pais e mães de santo uma rede de “colaboradores” nos seus estudos sobre as religiões afro-descendentes. É nesse sentido que serão criticados pelo governo de Agamenon Magalhães, acusados de comunistas, por exemplo. A quase totalidade das casas deixou de funcionar nesse período, ou o fez precariamente ou às escondidas⁷¹⁵.

O Estado Novo promoveu uma série de perseguições às religiões afro-brasileiras. A política sistemática de higienização dos espaços urbanos representou, em Recife, a eliminação dos terreiros do centro da cidade e sua expulsão para a periferia.

Essa dinâmica de eugenia urbanística associou-se a uma plataforma de “modernização” das ruas e dos espaços do centro da capital, e “desafricanizar” sintetizava uma nova onda de perseguição aos terreiros pela polícia, como destacou Valéria Gomes Costa em seu texto – Recife: Lugar da Vigilância ou Cidade de Estratégias do Povo-de-Santo, onde a autora demonstrou como a rede de solidariedade aos terreiros funcionou.

Agentes que frequentavam os cultos, ou mesmo parentes e simpatizantes, impediram muitas ações policiais, até mesmo por influência de políticos, soltando sacerdotes indiciados por bruxaria.

Para não serem atingidos, os espaços sagrados eram disfarçados em agremiações carnavalescas ou de outras finalidades, como destacou Valéria Gomes “[...] as estratégias para escapar das perseguições policiais, seus inúmeros disfarces e camuflagens impossibilitaram uma precisão da quantificação dos terreiros e possivelmente o registro da existência destes no centro do Recife”⁷¹⁶.

Valéria Costa destacou a permanência no centro do Recife da casa das Tias do Terço, também conhecida como Espaço Badia:

[...] que foi dirigido por Maria de Lourdes da Silva, a Badia, sucessora das “Tias” Viviana Rodrigues Braga (1867-1966), a Sinhá, e Emília Duarte Rodrigues (1870- 1968), a Yayá. Localizada no Pátio do Terço no bairro de São José, foi uma das casas de culto afro-brasileiro mais antigas do Recife. A zeladora de santo Badia, nascida (1915) e criada naquele local, dizia ter nascido e crescido no santo, ou seja, na religião dos orixás. Isso nos leva a conjecturar que a casa das Tias do Terço era um espaço de culto afro-brasileiro dos mais antigos da

cidade, não tendo se deslocado com as pressões da repressão policial dos anos 1930, pois há indícios de que se continuava a ter atividades religiosas ali, disfarçadas com a reunião da Sociedade de São Bartolomeu, até o início dos anos 1990, quando Badia veio a falecer (1991).

A pesquisadora Maria do Carmo Brandão relacionou 51 terreiros, localizados nas diferentes zonas administrativas da cidade, e criou uma cartografia da exclusão dos terreiros dos bairros do centro do Recife⁷¹⁷. Maria do Carmo destacou uma matéria do *Diário de Pernambuco* datada de 13 de fevereiro de 1938, como um dos poucos registros da atuação da política do Estado, ação essa que fechou vários terreiros pela Secretaria de Segurança Pública, como pode-se observar no próprio jornal uma foto com vários objetos sagrados apreendidos nos terreiros, sobre o pretexto de terem sido encontrados numa ação policial contra “a exploração da boa-fé dos incautos”, que nada mais era que a campanha contra os terreiros, fornecendo clara evidência da intolerância religiosa no Recife.



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 13 fev. 1938.

Nas pesquisas da CEMVDHC no acervo da APEJE, localizou-se Prontuário 29638⁷¹⁸, contendo entre outros documentos, um ofício da Secretaria de Segurança Pública – gabinete do secretário, datado de 4 de novembro de 1938. Em seu conteúdo, destacou-se uma sistematização de medidas tomadas pelo secretário de Segurança Pública que em seus itens **d** e **f** traduzem a natureza policial das perseguições:

d) Baixo espiritismo.

Determinou a Secretaria, e essa providência foi imediatamente executada, a mais enérgica repressão ao baixo espiritismo, tendo sido fechados [inúmeros] centros [clandestinos] e, por portaria de 18 de abril, [foram cassadas as licenças] de 27 que não estavam cumprindo as determinações da Polícia.

f) As seitas africanas e a prática das chamadas [ciências] herméticas.

As seitas africanas, a princípio em pequeno número, tiveram nos últimos tempos, grande desenvolvimento nesta Capital. Para isto contribuíram a transigência da autoridade e a influência da propaganda de certos meios [intelectuais], visando esta, na subtileza da sua interferência, a formação, entre os indivíduos de cor das camadas populares, de um proselitismo nefasto a nossa cultura, e portanto, propício às ideias dissolventes da nossa civilização. Por outro lado, a [atividade] de [tais] seitas, revivendo formas rudes e exóticas de veneração que se dizia religiosa, permitia toda sorte de exploração da gente inculta, [afetando], sensivelmente, a moral, a saúde e o [sossego] público.

O seu funcionamento era sujeito a um regime de observação da Assistência a [Psicopatas], licenciamento e fiscalização permanente da polícia, cautelas próprias de [atividades] perniciosas. Os chamados gabinetes de [ciências] herméticas eram também uma modalidade de exploração da credulidade pública, pela [sugestão] de falsos poderes [físicos].

[Atendendo] a que toda forma de deturpação do senso moral deve ser [repelida] como proteção aos incapazes de fugir ao domínio da [corrupção] e às razões de ordem constitucional expressas nas considerações da portaria nº 193, de 22 de janeiro do corrente, [proibiu] a Secretaria de Segurança essas práticas [corruptas] em todo o Estado, cassando as licenças expedidas.

O governo militar institucionalizou, como já descrito, a doutrina de segurança nacional, limitando a liberdade religiosa e de imprensa. Estes aspectos são decisivos para a pouca informação sobre os terreiros pela mídia: suas atividades religiosas, e sobre os seus sacerdotes. O culto afro sobreviveu ao preconceito camuflando, em alguns casos, suas atividades em manifestações carnavalescas.

A repressão, entre outros fatores, controlou os toques, e como vimos o Estado registrou os sacerdotes conforme demonstrado nos registros da Federação dos Cultos Afro-Brasileiros, determinação da Lei 1166 de 10 de setembro de 1951 “quaisquer toques extraordinários só poderão ser realizados mediante prévia autorização da Delegacia de Costumes”, submetendo assim ao poder do Estado a definição da data e horário de culto às entidades da religião afro e administração do calendário de festas religiosas.

Restrições impostas aos Povos Tradicionais de Terreiro, dissimuladas pela ideia aparente de con-

trole e equilíbrio proposta pelo regime. O padrão de registro permaneceu durante toda ditadura, associando os terreiros ao culto espírita, em conformidade com o demonstrado no formulário (Imagem 1).

Conforme se evidencia na licença (Imagem 2), a Secretaria de Segurança Pública elaborou e arquivou prontuários (Imagem 3), onde registrou Severina Paraíso como responsável pelo Centro Espírita Santa Bárbara. Ela era a mulher que estava à frente da Casa – sujeita a responder pelas omissões ou excessos que contrariassem o estabelecido. Segundo o documento evidenciado.

Fazia-se necessária a obtenção de licença para funcionamento do culto afro-brasileiro, por meio de requerimento, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado – estando a mesma encarregada de esclarecer, conceder ou suspender o assentimento. Manifesto na ilustração (Imagem 4).

A licença deliberada pela Secretaria de Segurança Pública, durante o governo militar, compreendia os toques extraordinários nos quais os afro-brasileiros eram enquadrados; interferindo no funcionamento dos centros. O registro demonstra como se deu a limitação aos cultos afro-brasileiros (Imagem 5).

Atualmente, a intolerância religiosa aos toques dos terreiros permaneceu: ardilosa, contemporânea. Documentos entregues à CEMVDHC na oportunidade da audiência pública temática demonstraram a intolerância religiosa em relação aos seus rituais sagrados e ameaças contra Ilê Asé Sangô Ayra Ibona, em Pirapama, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, conforme relatou mãe Valda. A manutenção da opressão nos dias atuais guardou forte relação com o controle dos toques e uma perseguição dirigida aos religiosos de matriz africana.

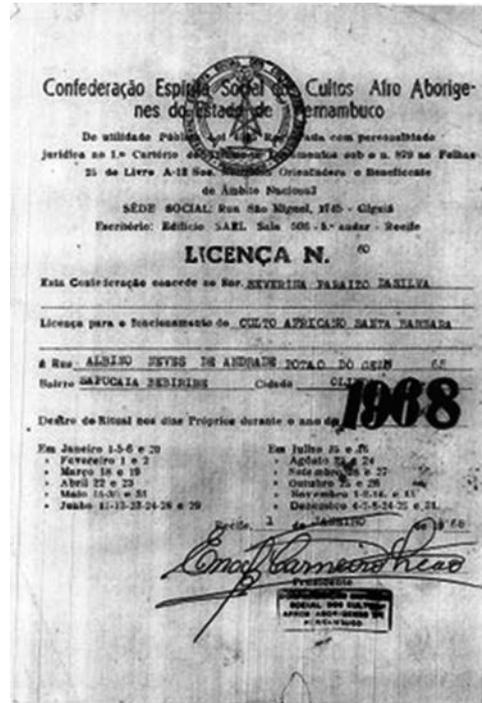


Imagem 2 - Fonte: Memorial Severina Paraíso



Imagem 3- Fonte: Memorial Severina Paraíso



Imagem 1 - Fonte: Memorial Severina Paraíso



Imagem 4 - Fonte: Memorial Severina Paraíso



Imagem 5 - Fonte: Memorial Severina Paraíso

RECOMENDAÇÕES

- Fortalecer políticas de reconhecimento e valorização das religiões afro-brasileiras como reparação ao preconceito e às discriminações sofridas ao longo de séculos de escravidão e de perseguições.
- Fortalecer iniciativa de Lei que vise substituir o Estatuto do Estrangeiro – por tornar-se hoje incompatível com a legislação internacional dos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte.

FONTES DOCUMENTAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 31876	Prontuário – Centro de informações	Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS) – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP-PE)	SSP-PE pede informação sobre a “Casa do Povo”, de propriedade do Mosteiro de São Bento de Olinda, onde dom Helder fazia reuniões. Pedido de informação sobre acordos culturais entre a Secretaria de Educação de Pernambuco e governo russo.
APEJE: DOPS – PE, nº 1828 D Fundo 29774	Prontuário – Igreja Católica do Jardim S. Paulo	DOPS – SSP-PE	Informe sobre o Congresso de religiosos e estudantes na Matriz de São Paulo, sediada no bairro de Jardim São Paulo, em Recife.
APEJE: DOPS – PE, nº 1761 D Fundo 1551	Prontuário – Instituto de Formação para o Desenvolvimento	DOPS – SSP-PE	Informações, recortes de jornais, encaminhamentos, carta circular.
APEJE: DOPS – PE, nº 24 Fundo 29624	Prontuário – Liga Anti-clerical	DOPS – SSP-PE	Panfletos
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 29775	Prontuário – Pedido de busca, informação e encaminhamento	DOPS – SSP-PE	Informação sobre reuniões suspeitas com a participação de “padres, freiras e bispos” na cidade de Palmares e arredores.
APEJE: DOPS – PE, Prontuário sem nº Fundo 28560	Prontuário – Ofícios expedidos 1965 (parte)	DOPS – SSP-PE	Ofício nº 50/65 solicitando as fichas corridas do padre Paulo Crespo e do padre Mello. Contém ainda documentos sobre a Fábrica Othon e relação dos operários residentes na Vila Operária da Fábrica da Macaxeira.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_66951_74	Encam. nº 52/74 DSI/MJ Instituto de Teologia do Recife (ITER)	Ministério da Justiça	Informa que os alunos do ITER continuam seguindo as orientações do Padre Joseph Comblin.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_87110_75	Atividade de grupos religiosos	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Sobre atividade de grupos religiosos
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_SEC_23582_70	Memo 0303/SI – Gab Atuação subversiva da igreja católica em Pernambuco	SNI	Recortes de jornais relatando “ações subversivas” do clero sob o comando de dom Hélder Câmara. Contém documento manuscrito do IV Exército, com assinatura não identificada, mas legível, sugerindo o afastamento de dom Hélder, dirigido ao Gabinete Militar.
Arquivo Nacional de Brasília: ASP_ ACE_4290_80	Of. 293/70 Info 250/SNI/SP	DOPS de São Paulo	Encaminha ao Chefe do SNI relatório de Inquérito Policial da ALN. Participação dos dominicanos em movimentos subversivos. IP: Incluídos os padres dominicanos e não dominicanos. Cita qualificação e registro de prisão de quinze religiosos.
Arquivo Nacional de Brasília: ASP_ ACE_4325_80	Info 328/30/75 Ligação Igreja Católica com subversivos.	SNI	APML – Histórico de Manoel Conceição, desde a prisão em Fortaleza (janeiro de 1972 a maio 1975) até nova prisão em São Paulo (27 de outubro 1975). Pag 8 consta doc do setor de análise de 6/11/75.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_ DFANBSB_AAJ_IPM_0806_d	Convento dos dominicanos	Ministério da Marinha e Centro de Informações do Exército (CIE)	Relata prisão dos frades Frei Tito, Frei Fernando, Frei Ivo e outros.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_8996_80	Apreciação especial	SNI	Atuação da Igreja Católica nos movimentos grevistas e reivindicatórios.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_107522_77	Informação nº 625	SNI	Inquérito instaurado sobre o Padre Romain Monsier Zufferey.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_539_79	Informação nº 057	SNI – Agência Recife	Infiltração comunista nos diversos setores de atividade.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1026_80	Informação nº 171	SNI – Agência Recife	Sobre atividades da Ação Católica Operária (ACO)
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1296_80	Informação nº 119	SNI – Agência Recife	Sobre o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES)
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1296_80_MF_ALT_1	Pedido para atualização de dados	SNI	Referente a Fernando Ferreira da Silva.

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1334_80	Informação – Reuniões em apoio ao movimento dos trabalhadores na lavoura canavieira	SNI	Sobre a Comissão Pastoral da Terra, Arquidiocese de Olinda e Recife e outros.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1372_80	Relatório especial de informação nº 119	SNI – Agência Recife	Movimento dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_1372_80_MF_ALT_1 e ARE_ ACE_1372_80_MF_ALT_2	Pedido para correção de dados	SNI	Sobre Manoel Silva Teodósio Neto e Alexandre Kruse Grande Arruda.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_2204_81	Informação nº 636/119/ARE/77 e Ofício nº 1511	IV Exército	Informação sobre encontro “Vigília de solidariedade ao padre Romain Monsier Zufferey”. Cita os assassinatos do padre Antônio Henrique e outros. Contém documentos da Ação Católica e outros movimentos da Igreja; Carta de apoio do Diretório Central dos estudantes da UFPE à Arquidiocese de Olinda e Recife.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_2822_81	Informação nº 43519	SNI	Ação Católica Operária.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_2997_81	Informação nº 285	SNI – Agência Recife	Atividades da Convergência Socialista (CS) e da Ação Católica Operária.
Arquivo Nacional de Brasília: ARE_ ACE_3620_82_001 e ARE_ ACE_3620_82_002	Encaminhamento nº 08/750/ARE/82	SNI – Agência Recife	Sobre dom Helder Pessoa Câmara.
Arquivo Nacional de Brasília: ASP_ ACE_8787_81	Informação nº 757	SNI	Sobre Ação Católica Operária.
Arquivo Nacional de Brasília: BR_ AN_ BSB_VAZ_117_0020	Informação nº 137	Ministério da Aeronáutica	Sobre Ação Católica Operária.
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ ACE_53513_73	Informação nº 046/16/ARE/ 1973	Serviço Nacional de Informações (SNI)	Informação sobre a prisão de João Francisco de Souza, pessoa ligada a dom Helder Câmara. Anexo: Boletim Arquidiocesano nº 231, Recife, e Denúncia de dom Helder sob o título “Por que mais uma denúncia e mais um protesto?”. Cópia Telex n R032/16/UU 01 092200: Sobre prisões efetuadas pelo DOI IV Exército por ocasião das investigações sobre o suposto Congresso da VPR em Paulista, na ocasião foram mortos seis militantes e presas mais sete pessoas (Caso da Granja de São Bento).

Identificação da Fonte Documental	Título do Documento	Órgão Produtor do Documento	Informações Relevantes
Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_55112_73	Informação nº 216 /S-102-S3-CIE.	Centro de Informações da Aeronáutica (CIE)	Boletim Arquidiocese, Carta de dom Helder enviada ao IV Exército. Relato episódio da Granja São Bento, prisões, cartas dom Helder Câmara, João Francisco de Souza (Funcionário da Arquidiocese). Informação sobre a queda do aparelho da VPR, resultando na morte de seis militantes e a prisão de João Francisco de Souza (8/01/73), apontado como tendo ligações com os mortos. Crítica à atitude de dom Helder ao realizar denúncias sobre a prisão do João Francisco, que divulgou através de boletim arquidiocesano, distribuído nas paróquias, acusando as Forças Armadas de arbitrariedade. Anexos: - Denúncia de dom Helder sob o título "Por que mais uma denúncia e mais um protesto?" - Carta de dom Helder enviada ao comandante do IV Exército, na qual relata prisão de João Francisco e solicita informações sobre ele.

FONTES TESTEMUNHAIS DE INVESTIGAÇÃO

Identificação da Fonte Oral (Local e Data)	Deponente (s)	Assunto em Pauta
Sessão reservada, em junho 2012.	Dom Fernando Saburido	Repressão à Igreja Católica.
Sessão pública, Auditório do Banco Central do Brasil, Recife, em 31 de julho de 2012.	Jorge Tasso de Souza.	O assassinato do Padre Henrique.
Sessão pública, Auditório da OAB-PE, Recife, em 16 de agosto de 2012.	Pe. Ernanne Pinheiro	O assassinato do Padre Henrique.
Sessão pública, Auditório do Banco Central do Brasil, Recife, em 20 de setembro de 2012.	José Ferreira dos Anjos (vulgo "Major Ferreira")	O assassinato do Padre Henrique.
Sessão reservada, a pedido do deponente, sala de reunião da Secretaria da Controladoria-Geral do Estado, Recife, em 08 de novembro de 2012.	Geraldo Guidotti	O assassinato do Padre Henrique.
Sessão pública da CEMVDHC, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, na Assembleia Legislativa de PE, em 28 de novembro de 2016.	Mãe Verônica, Mãe Elza, Pai Adão, Josebias dos Santos	Perseguições contra as religiões de matriz africana

NOTAS - CAPÍTULO 15

593 A respeito da Doutrina de Segurança Nacional conferir: COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. VALDÉS, Jorge A. Tapia. El terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. **Revista Nueva Sociedad**. México: Nueva Imagen, 1980. ARRIAGADA HERRERA, Genaro. **El pensamiento político de los militares**: Estudios sobre Chile, Argentina, Brasil y Uruguay. Santiago: Aconcagua, 1986. ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

594 Ver imagens no volume 1 deste Relatório – Fontes Iconográficas – p. 34-35.

595 VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970**: diálogos entre religião e política. Recife: Editora da UFPE, 2015, p. 27.

596 BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira**: religiosidade e mudança social. Petrópolis, RJ: Vozes; Koinonia, 2003, p. 100.

597 MELLO, Comendador Antônio Joaquim de Mello. **Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. Recife: Typographia Mercantil, 1875.

598 BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec; FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.

599 FERRAZ, Socorro. **Frei Caneca**: acusação e defesa. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000, p. 8.

600 Idem, p. 28.

601 Idem.

602 BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 4. t. 3. O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.

603 Idem.

604 ORO, Ari Pedro; BEM, Daniel F. de. **A Discriminação contra as religiões afro-brasileiras**: ontem e hoje. Revista Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 44, pp. 301-318, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>. Acesso em: 1.1.2017.

605 PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara**: entre o poder e a profecia. São Paulo: Ática, 1997, p. 194.

606 COMBLIN, José. Espiritualidade de Dom Helder.

In: MONTENEGRO, Antonio Torres; SOARES, Edla de Araújo Lira; TEDESCO, Alcides Restelli (Orgs.). **Dom Helder, peregrino da utopia**: caminhos da educação e da política. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2002, pp. 37-38.

607 SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 98.

608 GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos – 1964 a 1985. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

609 CHAPARRO, Manuel Carlos. **Padre Romano**: profeta da libertação operária – a saudade que impulsiona. São Paulo: Hucitec, 2006.

610 Seu papado durou pouco menos de cinco anos: entre 28 de outubro de 1958 e 30 de junho de 1963, data de seu falecimento.

611 Assim denominado porque teve origem em uma série de reuniões e de celebrações nas Catacumbas de Roma.

612 Notadamente no seu item 8: Daremos tudo o que for necessário de nosso tempo, reflexão, coração, meios, etc., ao serviço apostólico e pastoral das pessoas e dos grupos laboriosos e economicamente fracos e subdesenvolvidos, sem que isso prejudique as outras pessoas e grupos da diocese. Ampararemos os leigos, religiosos, diáconos ou sacerdotes que o Senhor chama a evangelizarem os pobres e os operários compartilhando a vida operária e o trabalho. Cf. Lc 4,18s; Mc 6,4; Mt 11,4s; At 18,3s; 20,33-35; 1Cor 4,12 e 9,1-27.

613 Como está exposto nos seus três primeiros itens: 1) *Procuraremos viver segundo o modo ordinário da nossa população, no que concerne à habitação, à alimentação, aos meios de locomoção e a tudo que daí se segue. Cf. Mt 5,3; 6,33s; 8,20.* 2) *Para sempre renunciaremos à aparência e à realidade da riqueza, especialmente no traje (fazendas ricas, cores berrantes), nas insígnias de matéria preciosa (devem esses signos ser, com efeito, evangélicos). Cf. Mc 6,9; Mt 10,9s; At 3,6. Nem ouro nem prata.* 3) Não possuiremos nem imóveis, nem móveis, nem conta em banco, etc., em nosso próprio nome; e, se for preciso possuir, poremos tudo no nome da diocese, ou das obras sociais ou caritativas. Cf. Mt 6,19-21; Lc 12,33s.

614 Cf. 16ª Circular, datada do Recife, em 11/12.5.64. In: ROCHA, Zildo (Org.). **Dom Helder Câmara**: Circulares Interconciliares. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/Instituto Dom Helder Camara, 2009, v. II, t. I, p. 53. As circulares foram editadas em 13 volumes pela Companhia Editora de Pernambuco (a última circular publicada é datada 24/25 de janeiro de 1970) e divididas em “Circulares Conciliares” – as escritas em Roma por ocasião das sessões do Concílio Vaticano II; “Circulares Inter-conciliares” – escritas na arquidiocese

- de Olinda e Recife, a partir de 12 de abril de 1964; e “Circulares Pós-conciliares”, as escritas após o Concílio Vaticano II.
- 615 Idem, p. 53. 16ª Circular, datada do Recife, em 11/12.5.64.
- 616 Militar de destaque nas Forças Armadas foi um dos articuladores do golpe de 1964.
- 617 Dom Helder Câmara – Circulares Interconciliares, p. 200. 66ª Circular, datada do Recife, em 4/5.8.64.
- 618 Documento escrito pelos três secretários das Regionais – dom José de Medeiros Delgado, Nordeste I; dom Helder Câmara, Nordeste II; e dom Eugênio Araújo Sales, Nordeste III.
- 619 Conferir: Cadernos da Memória e Verdade, volume IV, **Prêmio Nobel da Paz**: a atuação da ditadura militar brasileira contra a dicação de dom Helder Câmara. In: www.cepedocumento.com.br.
- 620 Fonte: Arquivo Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Informe nº 36/68 da 2ª seção do Exército / Pernambuco.
- 621 623ª Circular, Recife, 6/7.12.1969. In: ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Orgs.). **Dom Helder Câmara**: Circulares Pós-Conciliares, op. cit., v. IV, t. IV, p. 271/277. Resposta 10.
- 622 DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini**: a paixão Revolucionária. São Paulo: Ícone, 2006.
- 623 ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Orgs.). **Dom Helder Câmara**: Circulares Pós-Conciliares, op. cit., v. IV, t. I, pp. 375-380 e ainda APEJE/ DOPS, Prontuário Individual Dom Helder Câmara, nº 16.906 B. In: <http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>, pp. 39-41 e 42-43.
- 624 296ª Circular, escrita na cidade de Natal e datada de 14/15.9.1967. In: ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Orgs.). **Dom Helder Câmara**: Circulares Pós-Conciliares, op. cit., v. IV, t. I, pp. 92/99. Ver também prontuário cit. pp. 51/54. E, também, a notícia do Jornal do Commercio de 26/6/1967, mesmo documento, p. 229.
- 625 Prontuário Individual Dom Helder Câmara, nº 16.906 B. Disponível em: <<http://www.acervocepe.com.br/comissao-verdade.html>>. Publicado em: 2 abr. 2014. Acesso em: 19 jan. 2017.
- 626 Arquivo Nacional de Brasília – AC_ACE_SEC_23582_70.
- 627 Padre José Ernanne Pinheiro, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como secretário executivo do Centro Nacional de Fé e Política (CEFEP). Trabalhou 19 anos na arquidiocese de Olinda e Recife (1967-1986), com Dom Helder Camara, onde exerceu os cargos de Vigário Episcopal dos Leigos, coordenador da pastoral, diretor do Instituto de Teologia do Recife (ITER).
- 628 PINHEIRO, Pe. José Ernanne. **Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e bispo da Santa Igreja – Seu Legado Profético**, p. 3. Disponível: <http://www.cefep.org.br/news/dom-helder-camara-e-seu-legado-profetico>. Acesso 28 dez. 2016.
- 629 GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- 630 SERBIN, op. cit., p. 305.
- 631 Idem, p. 171.
- 632 Idem, p. 172.
- 633 Idem, p. 114.
- 634 Memorando nº 806/SI-Gab, de 18 de agosto de 1970, do SNI. O documento na íntegra pode ser acessado no Arquivo Nacional, sob a seguinte base de dados: AC_ACE_69955_73_001
- 635 SERBIN, op. cit., p. 155.
- 636 “Terror no Brasil: um dossiê”. O ativista norte-americano Ralph Della Cava, então professor de história do Brasil na City University de Nova York em Queens, coordenou a preparação do dossiê “Terror in Brazil: A dossier”, que documentava as violações aos direitos humanos em curso no Brasil. Além de entregue ao papa Paulo VI, esse dossiê foi também distribuído na Conferência da Latin American Studies Associations (LASA) [Associação de Estados Latino-Americanos], realizada entre os dias 16 e 18 de abril de 1970, em Washington, nos Estados Unidos.
- 637 GREEN, op. cit., p. 221.
- 638 Idem, p. 222-223.
- 639 GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 308.
- 640 Ver relevante publicação sobre o conceito doutrinário sobre Governo Civil-Militar na literatura sobre Justiça de Transição, em: FILHO, José Carlos Moreira da Silva. **Justiça de Transição da Ditadura Civil-Militar ao Debate Justransicional**: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- 641 SERBIN, op. cit. p. 108.

- 642 FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 219.
- 643 Arquivo Nacional – BR_RJANRIO_TT_O_MCP_AVU_0068_d001, e também, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro sobre o número 117DL01_01, de 25 de março de 1971.
- 644 A rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais, sobretudo da Aeronáutica e da Marinha, em 12 de setembro de 1963, em Brasília, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo (prevista pela Constituição de 1946).
- 645 Cf. Arquivo Nacional BR_AN_RIO_TT_O_MCP_AVU_64, p. 7.
- 646 Idem, p. 28-29.
- 647 Idem, p. 4.
- 648 Arquivo Nacional BR_AN_RIO_TT_O_MCP_AVU_64p. 70.
- 649 PINHEIRO, op. cit., p. 6.
- 650 Idem, p. 75.
- 651 SERBIN, op. cit., p. 115.
- 652 Idem, p. 116.
- 653 Idem, p. 117.
- 654 PILETTI; PRAXEDES, op. cit., p. 10.
- 655 MARIZ, Vasco. **Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2013, p. 82.
- 656 Idem, p. 82.
- 657 Idem, p. 82.
- 658 Idem, p. 83.
- 659 Idem, p. 83. Diante da gravidade do relato publicado em sua obra, a Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara entrou em contato com Vasco Mariz que confirmou as informações de seu livro.
- 660 Idem, p. 11.
- 661 ITAMARATY. Telegrama da Embaixada em Oslo nº 26.032, datado de 11 de dezembro de 1970.
- 662 Idem.
- 663 ITAMARATY. Telegrama da Embaixada em Oslo, de nº 09, de 26 de janeiro de 1971.
- 664 ITAMARATY. Telegrama da Embaixada, em Oslo nº 55 – Prêmio Nobel da Paz de 1970. Relatório Confidencial do Parlamento da Noruega, de 27 de janeiro de 1971.
- 665 Uma Correspondência datada de 9 de setembro de 1996, de Jon Sletbak (Anexo III), produtor senior da NRK-TV, para o historiador Walter Praxedes, registra uma sondagem sobre o tema do Nobel da Paz para dom Helder Câmara trazendo informações com base em documentos diplomáticos e depoimentos de fontes jornalísticas que foram adquiridos pela empresa de TV da Noruega, com vistas à realização de um documentário. Jon Sletbak deixa claro que uma de suas fontes informava que, “o ex-diretor da Munch do Brasil S.A, naquele tempo um dos maiores industriais da Noruega no exterior, disse que o proprietário, Sr. Tore Munch, foi chamado a São Paulo e perguntado sobre o que ele poderia fazer como norueguês para evitar que dom Helder obtivesse o Prêmio”. Outra fonte de Sletbank, o ex-cônsul geral da Noruega em São Paulo que chegou a afirmar que a totalidade dos industriais estrangeiros foram mobilizados pelo dinamarquês Henning Boilesen para contribuírem financeiramente com a Operação Bandeirantes – OBAN. Esta cota em dinheiro que os empresários disponibilizavam tinha como fundamento a luta contra o comunismo. [...] todos os industriais estrangeiros, incluídos os provenientes dos países nórdicos, foram chamados anteriormente pelo dinamarquês Sr. Henning Boilesen, presidente da ULTRAGAS, para contribuir pecuniariamente para luta contra o comunismo travada por Boilesen (isto é, OBAN). O Sr. Abreu Sodré confirmou isso em uma entrevista a mim, na qual ele ataca vigorosamente dom Helder. Esta informação foi confirmada por Sletbank através de um contato realizado com Niels Boilesen, e mais que teria seu irmão Henning visitado o Instituto Nobel para pressionar o Comitê contra uma possível premiação de dom Helder ao Nobel. Segundo relata, “os industriais nórdicos ficaram apreensivos que a crescente influência de Dom Helder pudesse iniciar um regime político de ultra esquerda no Brasil, considerando o que acontecera recentemente no Chile. Isso, aos seus olhos, seria uma ameaça ao capital investido no Brasil”.
- 666 ITAMARATY. Telegrama da Embaixada, em Oslo nº 55 – Prêmio Nobel da Paz de 1970. Relatório Confidencial do Parlamento da Noruega, de 27 de janeiro de 1971.
- 667 Idem, p. XI.
- 668 Idem, p. XIV.
- 669 ITAMARATY. Telegrama nº 6599 – Prêmio Nobel da Paz. Irmãos Villas-Boas e dom Helder Câmara, de 11 de março de 1971.
- 670 ITAMARATY. Telegrama à embaixada em Londres nº 170 (12/03/1971).

- 671 ITAMARATY. Especial da embaixada em Oslo nº 122 – sobre Prêmio Nobel da Paz 1971. Reunião da Comissão Parlamentar. Seleção de candidatos, p. 2-4.
- 672 Idem, p. 5.
- 673 Idem, p. 231.
- 674 Borregaard ASA é uma empresa multinacional norueguesa reunindo, sobretudo indústrias químicas.
- 675 Correspondência Especial da Embaixada em Oslo nº 231 (25/05/1971).
- 676 Trata-se de um “Istituto di Studi Superiori Pro Deo”, uma instituição de ensino com sede em Roma. Já não existe.
- 677 O retorno das solicitações de informação da Embaixada em Oslo veio através do Vaticano, encaminhado para o governo militar pelo Telegrama nº 48, de 6 de julho de 1971.
- 678 Telegrama da Embaixada do Vaticano nº 24.425 (29/07/1971).
- 679 Idem, p. 5.
- 680 Ibid., p. 7.
- 681 ITAMARATY. Correspondência Especial da Embaixada em Oslo nº 605 (29/12/1971) p. 3.
- 682 ITAMARATY, Correspondência Especial da Embaixada em Oslo nº 122 (12/03/1971).
- 683 Até então, o Prêmio Nobel da Paz não havia sido outorgado a ninguém em 18 ocasiões, geralmente em anos ou períodos de grandes conflitos, como, por exemplo, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. O ano de 1972 – no auge da Guerra do Vietnã – seria o décimo nono ano sem o Prêmio.
- 684 Tradução nossa.
- 685 Carta de dom Helder Câmara a Francisco Mooren, em 17 de outubro de 1973. Documento do IDHEC/CEDOHC.
- 686 RECIFE. LEI Nº 16.113/95 – Recife – dispõe sobre o plano de regularização das zonas especiais de interesse social- prezeis e dá outras providências. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1995/1611/16113/lei-ordinaria-n-16113-1995-dispoe-sobre-o-plano-de-regularizacao-das-zonas-especiais-de-interesse-social-prezeis-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 25 de jun. 2015.
- 687 FERNANDES, Hiram. **Confidencial**: documentos da ditadura militar. Recife: Cepe, 2013, p. 759.
- 688 Idem, p. 918.
- 689 CHAPARRO, op cit., p. 110.
- 690 Idem, p. 112.
- 691 Idem, p. 119.
- 692 Arquivo Nacional de Brasília: AC_ACE_107522_77
- 693 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus*, nº 58.411, p. 35.
- 694 Idem, p. 57.
- 695 Idem, p. 60.
- 696 BRASIL. Razões de defesa no inquérito de expulsão nº 25/80. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 58.411, p. 43.
- 697 DALLEDONE, Maria Pia dos Santos Lima Guerra. **O Padre e a Pátria**: direito, transição política e o Supremo Tribunal Federal na Expulsão de Vito Miracapillo (1980). Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- 698 BRASIL. Decreto de expulsão. In: Brasil. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* nº 58.411, p. 6.
- 699 DALLEDONE, op. cit.
- 700 OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, p. 125.
- 701 VILELA, op cit., p. 48.
- 702 Idem, p. 50.
- 703 Idem, p. 59.
- 704 BURITY, Joanildo. **Fé na Revolução**: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro 1962-1964: Novos Diálogos, 2011.
- 705 BITTENCOURT FILHO, op. cit. p. 312.
- 706 BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. A Conferência do Nordeste por meio dos jornais. **Revista Labirinto**, Universidade Federal de Rondônia – Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário, Rondônia, v. 24, n. 1, jan–jun, 2016, p. 481.
- 707 BRASIL. Hemeroteca Nacional. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=Confer%-C3%AAncia%20do%20Nordeste. Acesso em: 1.01.2017.

708 VILELA, op. cit., p. 195.

709 Idem, p. 197-198.

710 Idem, p. 212.

711 Idem, p. 313.

712 BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: v. II, textos temáticos. Brasília, 2014, p. 191.

713 SSP/DOPS/APEJE, Prontuário nº 27057.

714 GUILLEN, Isabel Cristina M. **Combatendo o Catimbó**: Repressão às religiões Afro-descendentes no Recife dos anos 1930. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/4.-Combatendo-o-Catimb%C3%B3-repress%C3%A3o-%C3%A0s-religi%C3%B5es-afro-d.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

715 Idem.

716 COSTA, Valéria Gomes. **Recife**: Lugar da Vigilância ou Cidade de Estratégias do Povo-de-Santo. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/5.-RecifeLugar-da-Vigil%C3%A2ncia-ou-cidade-de-estrat%C3%A9gias.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

717 BRANDÃO, Maria do Carmo. *A localização dos Xangós na Cidade do Recife*. In: CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, n. 11 (1988). Disponível em: <www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/459/248>. Acesso em: 12 dez. 2016.

718 SSP/DOPS/APEJE, Prontuário 29638 – Decretos da Delegacia Auxiliar de Pernambuco.

Conheci Odias em meados da década de 60. Estávamos na Universidade. Como jovens que éramos, preocupados e buscando entender as dificuldades e limitações por que passava a universidade brasileira, dando cede nos sug- James na política estudantil pernambucana. Afinidades políticas fizeram com que muitas fossem as vezes em que nos encontramos do mesmo lado, enfrentan- do problemas comuns, nas assembleias estudantis, nas ruas, nos comícios re- lacerados, nas passeatas, no Congresso da Uru em 67 etc. Mas nossas preocu- ções não paravam aí. Avançavam para uma crítica radical de toda uma estru- tura social, política e econômica, destinada a perpetuar a injustiça, a ex- ploração, a miséria da imensa maioria dos brasileiros, em benefício de uns poucos que, dominando política e economicamente a sociedade, não hesitavam no não hesitaram em 64, em desfechar profundos golpes nas mínimas conqui- tas de liberdade e justiça. Em

Em fins de 67, a repressão policial desencadeada sobre vários corpa- rheiros do movimento estudantil pernambucano, levou a que Odias para não ser preso abandonasse seu curso na Escola de Agronomia e passasse a viver na clandestinidade, privado daquilo que era sua aspiração profissional (o curso de Agronomia) e também do direito à liberdade, causa pela qual conti- nuou lutando, até que em inícios de 71 morreu heroicamente em decorrência de brutais torturas sofridas nas dependências da Delegacia de Segurança Social (DSS), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Se- cretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP).

Vítima de circunstâncias semelhantes, apenas um pouco mais tarde (fins de 68), vi-se também obrigado a abandonar a Universidade e viver clandesti- namente, até ser preso em novembro de 1970 na interior do Estado de Paraná. Transferido para o Recife na primeira quinzena de janeiro de 1971, foi le- vado para a mesma Delegacia de Segurança Social, onde cerca de vinte dias/ depois iria viver um dos acontecimentos mais dolorosos de sua vida.

No dia 30 de janeiro de 1971, fui acordado cedo por uma grande movi- mentação. Desde a noite anterior, eu notara um movimento anormal de carros e viaturas saindo e chegando. Por volta das 7 (sete) horas da manhã, Odi- jas passou diante da cela onde me encontrava, conduzido por policiais que o colocaram em uma cela vizinha. Ele estava de calção de banho, camisa e descalço. Os policiais saíram e então começamos a conversar até aproxima- mente 11 (onze) horas, quando, com a chegada do delegado Silvestre, iniciou- se o processo de

Al- pouco te sul, um também - uma ser DSS e nel (p malmen - ser de cheps aparv

de, pelo fim da exploração, opressão política e econômica do Brasil, cer- fileiras em prol da denúncia, apuração e punição dos responsáveis por as- sinatos e torturas ocorridos nos últimos quatorze anos de ditadura milita- A anistia ampla, geral e irrestrita, com apuração dos crimes e puni- dos culpados, é no momento o objetivo em torno do qual se devem congrega- dos os brasileiros que lutam contra a ditadura e por uma sociedade nova, não sejam a opressão política e econômica a forma de dominação de uma po- sobre a maioria da sociedade brasileira.

Itamaracá, 27 de

PARTE V

RESPONSABILIZAÇÃO
CONCLUSÃO
RECOMENDAÇÕES

RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS DE GRAVES VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

IMPLANTAÇÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL E DE MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS DE REPRESSÃO

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) PRESIDENTES DA REPÚBLICA	
Período	Nomes
1964 a 1967	Humberto de Alencar Castello Branco (marechal do exército)
1967 a 1969	Arthur da Costa e Silva (marechal do exército)
De agosto a 30 outubro de 1969	Aurélio de Lyra Tavares (general do exército – integrou a Junta Militar durante a doença do presidente)
De agosto a 30 outubro de 1969	Augusto Hamann Radermaker Grunewald (almirante de esquadra – integrou a Junta Militar durante a doença do presidente)
De agosto a 30 outubro de 1969	Márcio de Souza e Mello (marechal do ar - integrou a Junta Militar durante a doença do presidente)
1969 a 1974	Emílio Garrastazu Medici (general do exército)
1974 a 1979	Ernesto Beckmann Geisel (general do exército)
1979 a 1985	João Batista de Oliveira Figueiredo (general do exército)

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) MINISTROS DAS FORÇAS ARMADAS, CHEFES DO SNI E DAS SEGUNDAS SEÇÕES DAS UNIDADES MILITARES	
MINISTROS DA GUERRA/EXÉRCITO	
Período	Nomes
abril de 1964 a junho de 1966	Arthur da Costa e Silva (marechal do Exército)
julho de 1966 a março de 1967	Adhemar de Queirós (marechal do Exército)
março de 1967 a outubro de 1969	Aurélio de Lyra Tavares (general de Exército)
novembro de 1969 a março de 1974	Orlando Beckmann Geisel (general de Exército)
março de 1974 a maio de 1974	Vicente de Paulo Dale Coutinho (general de Exército)
maio de 1974 a outubro de 1977	Sylvio Couto Coelho da Frota (general de Exército)
outubro de 1977 a março de 1979	Fernando Belfort Bethlem (general de Exército)
março de 1979 a março de 1985	Walter Pires de Carvalho e Albuquerque (general de Exército)

MINISTROS DA MARINHA	
Período	Nomes
abril de 1964	Augusto Hamann Rademaker Grünewald (almirante)
abril de 1964 a janeiro de 1965	Ernesto de Melo Batista (vice-almirante)
janeiro a dezembro de 1965	Paulo Bosísio (almirante)
dezembro de 1965 a março de 1967	Zilmar Campos de Araripe Macedo (almirante de esquadra)
outubro de 1969 a março de 1974	Adalberto de Barros Nunes (almirante de esquadra)
março de 1974 a março de 1979	Geraldo Azevedo Henning (almirante de esquadra)
março de 1979 a março de 1984	Maximiano Eduardo da Silva Fonseca (almirante de esquadra)
março de 1984 a março de 1985	Alfredo Karam (almirante de esquadra)
MINISTROS DA AERONÁUTICA	
Período	Nomes
abril de 1964	Francisco de Assis Corrêa de Mello (tenente-brigadeiro)
abril a dezembro de 1964	Nelson Freire Lavenère Wanderley (major-brigadeiro)
dezembro de 1964 a janeiro de 1965	Márcio de Souza e Mello (major-brigadeiro)
abril de 1965 a março de 1967	Eduardo Gomes (marechal-do-ar)
março de 1967 a novembro de 1971	Márcio de Souza e Mello (marechal-do-ar)
novembro de 1971 a março de 1979	Joelmir Campos de Araripe Macedo (tenente-brigadeiro)
março de 1979 a março de 1985	Délio Jardim de Mattos (tenente-brigadeiro)
MINISTROS DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES/MINISTROS DA JUSTIÇA	
Período	Nomes
abril de 1964	Luís Antônio da Gama e Silva
abril de 1964 a outubro de 1965	Milton Campos
outubro de 1965 a outubro de 1965	Luís Viana Filho
outubro de 1965 a janeiro de 1966	Juracy Magalhães
janeiro de 1966 a junho de 1966	Mem de Azambuja Sá
junho de 1966 a julho de 1966	Luís Viana Filho
julho de 1966 a março de 1967	Carlos Medeiros Silva
março de 1967 a outubro de 1969	Luís Antônio da Gama e Silva
outubro de 1969 a março de 1974	Alfredo Buzaid
março de 1974 a março de 1979	Armando Falcão
março de 1979 a janeiro de 1980	Petrônio Portela Nunes
janeiro de 1980 a janeiro de 1980	Golbery do Couto e Silva
janeiro de 1980 a março de 1985	Ibrahim Abi-Ackel

CHEFES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI)	
Período	Nomes
junho de 1964 a março de 1967	Golbery do Couto e Silva
março de 1967 e abril de 1969	Emilio Garrastazu Médici
abril de 1969 a outubro de 1974	Carlos Alberto da Fontoura
março de 1974 a junho de 1978	João Baptista de Oliveira Figueiredo
junho de 1978 a março de 1985	Octávio Aguiar de Medeiros
CHEFES DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO (CIE)	
Período	Nomes
1968 e 1969	Adyr Fiuza de Castro (general de Brigada)
novembro de 1969 a março de 1974	Milton Tavares de Souza (general de Exército)
março de 1974 a fevereiro de 1976	Confúcio Danton de Paula Avelino (general de Brigada)
fevereiro de 1976 a outubro de 1977	Antônio da Silva Campos (general de Divisão)
outubro de 1977 a março de 1979	Edison Boscacci Guedes (general de Exército)
março de 1979 a novembro de 1981	Geraldo de Araújo Ferreira Braga (general de Divisão)
novembro de 1981 e novembro de 1983	Mário Orlando Ribeiro Sampaio (general de Divisão)
novembro de 1983 a março de 1985	Iris Lustosa de Oliveira (general de Exército)
CHEFES DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA (CENIMAR)	
Período	Nomes
abril de 1964 e novembro de 1965	Roberto Ferreira Teixeira de Freitas (contra-almirante)
setembro de 1966 a fevereiro de 1967	Álvaro de Rezende Rocha (almirante de esquadra)
junho de 1967 e abril de 1968	Roberto Ferreira Teixeira de Freitas (contra-almirante)
abril de 1968 a maio de 1971	Fernando Pessoa da Rocha Paranhos (capitão de mar e guerra)
maio de 1971 a março de 1973	Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto (contra-almirante)
agosto de 1974 a janeiro de 1975	Dilmar de Vasconcelos Rosa (contra-almirante)
agosto de 1975, 1977 e 1978	Carlos Eduardo Jordão Montenegro (capitão de mar e guerra)
dezembro de 1978 a fevereiro de 1979	Odilon Lima Cardoso (contra-almirante)
março de 1979 a fevereiro de 1980	Renato de Miranda Monteiro (almirante de esquadra)
fevereiro de 1980 a fevereiro de 1983	Luiz Augusto Paraguassu de Sá (contra-almirante)
fevereiro de 1983 a janeiro de 1984	Antônio Frederico Motta Arentz (contra-almirante)
abril de 1984 a março de 1987	Sérgio Tavares Doherty (vice-almirante)

CHEFES DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA (CISA)	
Período	Nomes
julho de 1968 a março de 1970	João Paulo Moreira Burnier (brigadeiro do ar)
março de 1970 a dezembro de 1971	Carlos Afonso Dellamora (tenente-brigadeiro do ar)
dezembro 1971 a março de 1979	Newton Vassalo da Silva (major-brigadeiro do ar)
março de 1979 a agosto de 1982	Luís Felipe Carneiro de Lacerda Netto (tenente-brigadeiro do ar)
agosto de 1982 a fevereiro de 1985	Dilson Lyra Branco Verçosa (major-brigadeiro do ar)

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	
GOVERNADORES DE PERNAMBUCO	
Período	Nomes
abril de 1964 a janeiro de 1967	Paulo Pessoa Guerra
janeiro de 1967 a março de 1971	Nilo de Souza Coelho
março de 1971 a março de 1975	Eraldo Gueiros leite
março de 1975 a março de 1979	José Francisco de Moura Cavalcanti
março de 1979 a maio de 1982	Marco Antonio Maciel
maio de 1982 a março de 1983	José Muniz Ramos

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	
SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
Período	Nomes
2 de março de 1964 a 26 de maio de 1964	Ivan Ruy Andrade de Oliveira
27 de maio de 1964 a 25 de dezembro de 1965	Manoel Paz de Lima
25 de dezembro de 1965 a 4 de fevereiro de 1966	Sylvio de Melo Cahú (interino)
5 de fevereiro de 1966 a 24 de maio de 1966	Sylvio Ferreira da Silva
25 de maio de 1966 a 25 de agosto de 1966	Viriato Medeiros
25 de agosto de 1966 a 31 de agosto de 1966	Carlos Antonio Hecksher
31 de agosto de 1966 a 31 de janeiro de 1967	Gabriel Aguiar
1 de fevereiro de 1967 a 17 de fevereiro de 1967	Clóvis Vanderlei Filho (interino)
17 de fevereiro de 1967 a 18 de setembro de 1969	Antonio Adeodato Mont'Alverne
19 de setembro 1969 a 1 de agosto de 1970	Gastão Barbosa Fernandez

Período	Nomes
1 de agosto de 1970 a 15 de março de 1971	Armando Hermes Ribeiro Samico
16 de março de 1971 a 15 de março de 1975	Egmont Bastos Gonçalves
16 de março de 1975 a 29 de março de 1976	Rui Ayres Lobo
29 de março de 1976 a 15 de fevereiro de 1978	Rinaldo Albuquerque Cisneiros
16 de fevereiro de 1978 a 22 de fevereiro de 1983	Sérgio Higino dos Santos Filho
23 de fevereiro de 1983 a 26 de abril de 1983	Manoel Enildo Lins
30 de abril de 1983 a 19 de março de 1984	Sérgio Higino dos Santos Filho
19 de março de 1984 a 1 de julho de 1985	Carlos Moura de Moraes Veras

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) CORONÉIS, COMANDANTES GERAIS DA POLÍCIA MILITAR DE PE	
Período	Nomes
1964 a 1966	Sylvio de Melo Cahu
1966	Jesus Jardim de Sá
1966 a 1967	Carlos Antonio Hecksher
1967 a 1969	Clóvis Wanderley Filho
1969 a 1971	Gabriel Antonio Duarte Ribeiro
1971 a 1973	Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto
1973	Expedito de Queiroz
1973 a 1975	Noaldo Alves Silva
1975 a 1979	Carlos Sérgio Torres
1979 a 1983	João Luiz Barcellos Lessa de Azevedo

DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985) OFICIAIS CHEFES DA 2ª.SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DA PMPE*	
Período	Nomes
março de 1966 a março de 1967	Pitágoras Pacheco Duque
março de 1967 a fevereiro de 1969	Expedito de Queiroz
fevereiro de 1969 a agosto de 1969	Pitágoras Pacheco Duque
agosto de 1969 a junho de 1971	José Vitorino Toscano Barreto
junho de 1971 a junho de 1972	Ariston Silva

Período	Nomes
junho de 1972 a maio de 1973	José Mariano Bezerra
julho de 1974 a janeiro de 1975	Alfredo Agostinho dos Santos
janeiro de 1975 a março de 1975	Adilson Alves Wanderley
março de 1975 (chefe adjunto)	Valdecy Lopes da Silva
agosto de 1979	Absolon Ramos de Oliveira
agosto de 1979 a janeiro de 1980	Iberlúcio Inácio de Oliveira
janeiro de 1980 a janeiro de 1981	Absolon Ramos de Oliveira
abril de 1983 a fevereiro de 1984	Olinto de Melo Viana
fevereiro de 1984 a janeiro de 1985	Otimar Barros Xavier
janeiro de 1985 a abril de 1985	Péricles Lemos Maertins
abril de 1985 a julho de 1985	Hélio Neptuno de Oliveira Melo
julho de 1985 a outubro de 1985	Luiz Carlos Barreto
outubro de 1985 a setembro de 1985	Henivaldo Severo Gomes

* Tendo a CEMVDHC, por decisão de seu pleno, através do ofício nº 33/2015, de 28/04/2015, solicitado ao comandante militar do Nordeste, general do Exército Luiz Narvaz Pafiadache, os nomes completos dos agentes públicos que chefiaram o antigo IV Exército (atual Comando Militar do Nordeste), a 7ª Região Militar, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) em Pernambuco, durante o período compreendido entre 1964 e 1985, não foi atendido.

Esse pedido foi reiterado ao ministro de estado da Defesa do Brasil, Exmo. Sr. Raul Jungmann, por ofício nº 53/2016, datado de 21/06/2016, que até o término das atividades da CEMVDHC, também não foi atendido.

GESTORES DAS ESTRUTURAS VIOLADORAS DE DIREITOS HUMANOS *

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS/FONTES
Adyr Fiuza de Castro	General de Brigada; chefe do DOI-CODI do I Exército, de 1972 a 1974.	Vítimas de desaparecimento: Umberto Câmara (1973), Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier (1974). (CNV, 2014, p. 856)
Argus Lima	General; comandante do IV Exército, de 1976 a 1979.	(CNV, 2014, p. 858)
Augusto Fernandes Maia	Coronel do Exército; chefe do DOI-CODI do IV Exército, de maio de 1974 ao início de 1975.	Desaparecimento de Ruy Frazão Soares, em Petrolina-PE (27/05/1974). (CNV, 2014, p. 858 e 883)
Bento José Bandeira de Mello	General de Divisão; chefe do Estado-Maior do IV Exército, de agosto de 1971 a agosto de 1972.	(CNV, 2014, p. 859)
Carlos Alberto Cabral Ribeiro	General do Exército; comandante da 7ª Região Militar, em 1973.	Época do Massacre São Bento, no Recife. (CNV, 2014, p. 860)
Confúcio Danton de Paula Avelino	General de Brigada; chefe do CODI do IV Exército, em Recife, 1971 e 1972	Período em que essa unidade esteve associada a casos de detenção ilegal e desaparecimentos forçados. (CNV, 2014, p. 852 e 861)
Ênio de Albuquerque Lacerda	Tenente-Coronel do Exército; comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971.	Período da morte sob tortura de Severino Viana Colou. (CNV, 2014, p. 862 e 889)
Everaldo José da Silva	General de Brigada; chefe do Estado-Maior do IV Exército, no Recife, de agosto de 1972 a outubro de 1973.	(CNV, 2014, p. 862)
João de Alvarenga Soutto Mayor	General de brigada; chefe do Estado-Maior do IV Exército de janeiro de 1971 a agosto de 1971	(CNV, 2014, p.866)
Hélio Ibiapina Lima	General de Brigada	Presidiu o IPM instaurado em abril de 1964, para “apurar ações subversivas na área do IV Exército”, no Recife, cuja jurisdição abarcava a região Nordeste. (CNV, 2014, p. 895)
Olinto Ferraz	Coronel da Polícia Militar de Pernambuco e diretor da Casa de Detenção do Recife.	Época da morte de Amaro Luiz de Carvalho (22/08/1971). (CNV, 2014, p. 871)

* Pessoas citadas nas fontes referidas:

- a) Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório Final – Vol. I, Tomo 2. Brasília, 2014. Identificadas na presente listagem como CNV.
- b) Jornal “Em Tempo”, edição semanal de 08/14 de maio de 1979, anexado ao documento do Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_1086. Identificadas na presente listagem como “Em Tempo”.
- c) Depoimentos prestados à CEMVDHC.

**AUTORIA DIRETA DE CONDUTAS QUE OCASIONARAM AS
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS ****

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Álvaro da Costa Lima	Delegado auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco nos anos de 1951/1958 e 1964/1966	Depoimento de Silvia Montarroyos a CEMVDHC em 09/12/2013
André Leite Pereira Filho	Coronel do Exército; atuou no DOI-CODI do II Exército (1971-1977)	Identificado como responsável pela Casa de Itapevi, centro clandestino de tortura e morte, em São Paulo. Vítimas relacionadas: João Massena Melo e Hiram de Lima Pereira. (CNV, 2014, p. 877)
Antônio Cúrcio Neto	Coronel do Exército; chefe da 2ª Seção (de informação) do Estado-Maior do IV Exército, no Recife; desempenhou função de direção no DOI-CODI do IV Exército. (abril de 1973 a maio de 1974)	Apontado em depoimentos prestados à CEMVDHC pelo ex-presos político, José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior como responsável por seu sequestro (08/1973); e pelo jornalista, Carlos Garcia, por sua detenção (1973). No período de sua gestão foram mortos sob tortura, no DOI-CODI do Recife, Manoel Aleixo da Silva, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos Novaes da Mata Machado. (CNV, 2014, p. 878) Segundo José Emilson em depoimento a CEMVDHC em 6/12/2012, Cúrcio Neto “também participava de tortura, era o chefe do DOI, onde eu fui torturado por Fleury”
Antônio Dácio Franco Amaral	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo	Acusado de emitir laudo necroscópico fraudulento, no caso de José Milton Barbosa (1971). (CNV, 2014, p. 879)
Antônio Waneir Pinheiro Lima (também identificado como Camarão)	Soldado do Exército que atuou na Casa da Morte, em Petrópolis – RJ.	Participou em casos de detenção ilegal, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver sendo um deles Mariano Joaquim da Silva. (CNV, 2014, p. 880)
Armando Canger Rodrigues	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo	Acusado de emitir laudo necroscópico fraudulento. Casos de Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura (1973). (CNV, 2014, p. 881)
Artur Falcão de Dizeu	Policial civil que serviu no DOPS-PE	Carcereiro responsável pela custódia de Anatólia de Souza Melo Alves, quando de sua morte, sob tortura, em 1973. (CNV, 2014, p. 882)
Ary Pereira de Carvalho	Coronel do Exército; serviu na 1ª Divisão de Infantaria da Vila Militar, no Rio de Janeiro (1969 e 1970)	Encarregado da condução de inquéritos policiais militares (IPM) nos quais ocorreram interrogatórios violentos e mortes por tortura. Entre vários, o de Severino Viana Colou. (CNV, 2014, p. 882)

** Pessoas citadas nas fontes referidas:

- a) Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório Final – Vol. I, Tomo 2. Brasília, 2014. Identificadas na presente listagem como CNV.
- b) Jornal “Em Tempo”, edição semanal de 08/14 de maio de 1979, anexado ao documento do Arquivo Nacional de Brasília: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_ 1086. Identificadas na presente listagem como “Em Tempo”.
- c) Depoimentos prestados à CEMVDHC.

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Audir Santos Maciel	Coronel do Exército; comandou o DOI-CODI do II Exército (1974-1976)	Período em que foram executadas prisões ilegais, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. Entre os desaparecidos estão João Massena Melo e David Capistrano da Costa. (CNV, 2014, p. 883)
Carlos Alberto Augusto (também identificado como Carlinhos Metralha e Carteira Preta)	Delegado de Polícia serviu no DOPS de São Paulo, integrou a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury	Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Entre as vítimas: Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Eudaldo Gomes, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e Edgard de Aquino Duarte (1973). (CNV, 2014, p. 884)
Carlos Alberto Bravo Câmara	Coronel; comandante da base aérea no Recife	Depoimento de Marcelo Mário Melo a CEMVDHC em 6/12/2012 Depoimento de Carlos Alberto Soares a CEMVDHC em 6/12/2012
Carlos Alberto Brilhante Ustra	Coronel do Exército; comandou o DOI-CODI do II Exército (1970-1974)	Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver. Entre as vítimas está Luiz José da Cunha. (CNV, 2014, p. 884/885)
Carlos de Brito	Delegado de Polícia; atuou no DOPS de Pernambuco (1971-1972)	Identificado por testemunhas, entre elas o ex-preso político Mário Miranda de Albuquerque, como um dos torturadores e executores do estudante Odijas Carvalho de Souza. (CNV, 2014, p. 885) Depoimento de Luís Alves Neto a CEMVDHC em 27/11/2012 afirma que Carlos de Brito “se assume como torturador, me ameaça”. Depoimento de Francisco de Assis a CEMVDHC em 6/12/2012 informa que foi ele “quem iniciou o meu processo de tortura”
Cláudio Antônio Guerra	Delegado de Polícia do estado de Espírito Santo, onde serviu no DOPS.	Teve participação em casos de execução, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver. Cláudio Guerra declarou em depoimento à CNV e à CEMVDHC que a Usina Cambahyba, por ele identificada, era local onde foram incinerados corpos de presos políticos levados da Casa da Morte, em Petrópolis - RJ. Entre as vítimas estão David Capistrano da Costa e João Massena Melo. (CNV, 2014, p. 886) Depoimento de Maria do Rosário Collier a CEMVDHC em 30/08/2012 o identificou “como torturador”
Darcy Ursmar Villocq Vianna	Coronel do Exército; comandante da Companhia de Motomecanização da 7ª Região Militar, no Recife, em 1964.	Participou da tortura de Gregório Bezerra, que se encontrava sob sua custódia. (CNV, 2014, p. 887)
Décio Caldas Costa Moreira	Capitão da Marinha	Depoimento de Marcelo Mário Melo a CEMVDHC em 6/12/2012 quando disse: “Esse cara deu telefone em mim, pancada de telefone e cutelada”

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Edmundo Brito de Lima	Investigador do DOPS-PE em 1971	Acusado de torturador (Informação do jornal Em Tempo)
Edsel Magnotti	Delegado de Polícia; serviu no DOPS-SP	Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Entre outras vítimas está Edgard de Aquino Duarte. (CNV, 2014, p. 888)
Egmont Bastos	Secretário de Segurança Pública de Pernambuco em 1974	Realizou repressão a camponeses na Zona da Mata de Pernambuco (Informação do jornal Em Tempo)
Ênio de Albuquerque Lacerda	Tenente-Coronel do Exército; comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército do Rio de Janeiro, de maio de 1968 a julho de 1971.	Período da morte sob tortura de Severino Viana Colou. (CNV, 2014, p. 862 e 889)
Ênio Pimentel da Silveira	Coronel do Exército; serviu no DOI-CODI do II Exército de 1974 a 1976.	Teve participação em casos de tortura, execução e desaparecimentos forçados. Entre outras vítimas, Luiz José da Cunha. (CNV, 2014, p. 890)
Fausto Venâncio		Depoimento de Francisco e Assis a CEMVDHC em 6/12/2012 em que informou: “Era um dos mais fortes dos torturadores”
Félix Freire Dias (também identificado como doutor Magro ou doutor Magno)	Ex-cabo do Exército foi agente do CIE e atuou na Casa de Petrópolis	Segundo depoimento de Marival Chaves à CNV, ele teve participação em casos de execução, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáver. Vítima: David Capistrano. (CNV, 2014, p. 891/892)
Harry Shibata	Médico-legista e diretor do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo	Teve registro profissional cassado em 1980. Acusado de emitir laudos necroscópicos fraudulentos. Casos de Luiz José da Cunha, Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura. (CNV, 2014, p. 895)
Haydn Prates Saraiva	Investigador de Polícia	Atuou em interrogatórios de presos políticos na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, em missões conjuntas com o delegado Cláudio Guerra. Vítima: João Lucas Alves. (CNV, 2014, p. 895)
Hilton Fernandes da Silva	Policia civil serviu no DOPS-PE.	Teve participação na tortura e morte de Anatólia de Souza Melo Alves, em 1973. (CNV, 2014, p. 896)
Hugo Caetano Coelho de Almeida	Coronel do Exército; era Major do IV Exército e servia no Recife em 1964.	Nas manifestações que se seguiram ao golpe militar em 01/04/1964, atirou contra manifestantes, tendo participação direta na morte dos estudantes Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Barros. (CNV, 2014, p. 896)
Humberto Serrano de Souza	Investigador de polícia; serviu na Polícia Civil de Pernambuco	Teve participação no caso da detenção ilegal, tortura e execução do padre Antônio Henrique Pereira Neto, em 1969. (CNV, 2014, p. 897) Conferir, na biografia do padre Henrique, a sua implicação referida nas alegações finais do Ministério Público do Estado de Pernambuco, através do promotor público José Ivens Peixoto.
Ivaldo Nicodemos Vieira	Investigador do DOPS-PE em 1971	Acusado de torturador (Informação do jornal Em Tempo)

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Ivanildo Nemésio	Investigador do DOPS-PE a partir de 1971	(Informação do jornal Em Tempo)
Jair Romeu	Auxiliar de necropsia do IML-SP	Teve participação em caso de laudo necroscópico fraudulento e ocultação de cadáver. Entre outras vítimas, José Milton Barbosa. (CNV, 2014, p. 898/899)
João Henrique Ferreira de Carvalho (também identificado como Jota)	Médico. Atuou no DOI-CODI do II Exército a partir de 1962.	Atuou como informante, colaborou para a prática de tortura, execuções e desaparecimentos forçados. Entre as vítimas estão Luiz José da Cunha e Antônio Bem Cardoso. (CNV, 2014, p. 901)
João Lucena Leal	Delegado da Polícia Federal em Fortaleza.	José Calistrato Cardoso Filho, na audiência de apresentação da lista dos casos em 10/10/2012, e em depoimento prestado a CEMVDHC em 13/12/2012, confirmou seu relato sobre as circunstâncias de morte de Antônio Bem Cardoso e a indicação de autoria do delegado João Lucena Leal. (CNV, 2014, p. 901)
João Pinto Pacca	General de Brigada; chefe do DOI-CODI do I Exército (de maio a setembro de 1971)	Teve participação em casos de tortura e execução. Entre as vítimas, José Raimundo da Costa. (CNV, 2014, p. 901/902)
Jonas Fontinelle (também identificado como Jonas Gomes Fontenelle)	Chefe de Gabinete da SSP-PE (1972); atuou no DOI-CODI do IV Exército	Teve participação em casos de tortura e desaparecimento forçado. Foi signatário, juntamente com o delegado do DOPS-PE, Reivaldo Oliveira Acioly, de documento enviado ao ministro do STM, Armando Perdigão, em que se registrou a falsa fuga de Ezequias Bezerra da Rocha; omitiu também informações sobre a localização do corpo da vítima. (CNV, 2014, p. 903) Em depoimento de José Calistrato a CEMVDHC em 6/12/2012 era conhecido como “Dr. André”, delegado da Polícia Federal de Brasília [...] “era o chefe da tortura do DOI-CODI, e que passou mais de dois meses torturando”
Jorge Francisco Inácio	Policia civil de Pernambuco. Serviu no DOPS-PE.	Autor do disparo de arma de fogo que matou Manoel Aleixo; lavrou alto de resistência em que oficializou a versão de que teria reagido à agressão da vítima no momento da detenção (CNV, 2014, p. 903)
Jorge Tavares	Envolvido com o CCC e com atuação no DOPS-PE	Foi acusado de participar da tortura e assassinato do Pe. Henrique Pereira Neto, em 1969. (Informação do jornal Em Tempo)
José Anselmo dos Santos (também identificado como Cabo Anselmo)	Marinheiro e agente infiltrado em organizações de oposição ao regime militar.	Teve participação em casos de detenções ilegais, tortura, execução e desaparecimento forçado. Entre as vítimas: Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Eudaldo Gomes, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e Edgard de Aquino Duarte (1973). (CNV, 2014, p. 903/904) (jornal Em Tempo) Depoimento de Sônia Beltrão a CEMVDHC em 14/03/2013: “Eu fui torturada pelo Cabo Anselmo” Depoimento de Romildo Maranhão a CEMVDHC em 14/03/2013: “Anselmo era o ‘paulista’ que esteve em sua casa e “que andava com Miranda e torturou violentamente muita gente”.

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
José Bartolomeu Lemos Gibson	Promotor de Justiça; exerceu cargo em comissão no Departamento de Investigações da SSP-PE (1969)	Teve participação no caso da detenção ilegal, tortura e execução do padre Antônio Henrique Pereira Neto. (CNV, 2014, p. 904) (Jornal Em Tempo) Alguns depoimentos prestados à CEMVDHC, inclusive o do padre José Ernanni, o denunciam como envolvido no caso do padre Henrique. Conferir neste Relatório Final da CEMVDHC, na biografia do padre Henrique, a sua implicação referida nas alegações finais do Ministério Público do Estado de Pernambuco, através do promotor público José Ivens Peixoto.
José Brant Teixeira	Tenente-Coronel do Exército Esteve vinculado ao CIE (1971-1979), quando passou a prestar serviço ao SNI.	Chefe da equipe do CIE que atuava na Casa da Morte, no Rio de Janeiro. Entre as vítimas: David Capistrano da Costa. (CNV, 2014, p. 904/905)
José de Oliveira Silvestre	Delegado de Polícia. Atuou no DOPS-PE.	Teve participação em casos de tortura e execução. Vítimas: Odijas Carvalho de Souza e Raimundo Gonçalves de Figueiredo (1971). (CNV, 2014, p. 908) (Informação do jornal Em Tempo) Consta também: - dos Depoimentos a CEMVDHC de Jorge Tasso em 31/07/2012; de José Ferreira dos Anjos em 20/09/2012; e de Lylia Guedes em 18/10/2012.
José Ferreira dos Anjos		Elemento do CCC no Estado de Pernambuco desde 1968. (Informação do jornal Em Tempo)
José Henrique da Fonseca	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo	Acusado de emitir laudo necroscópico fraudulento e de ocultação de cadáver. Entre outros, o caso de José Milton Barbosa. (CNV, 2014, p. 907)
José Timóteo	Policial do DOPS-PE	Consta que assassinou camponeses no Engenho Matapurima, no município de Escada-PE, em 06/11/1972 (Informação do jornal Em Tempo)
Josecir Cuoco	Delegado da Polícia Federal Atuou no DOPS-SP	Chefiou a equipe de interrogatório e teve participação em casos de tortura e execução. Entre as vítimas, Edgard de Aquino Duarte. (CNV, 2014, p. 902/903)
Luís Martins de Miranda Filho	Agente da Polícia Civil; atuou no DOI-CODI do IV Exército	Teve participação em casos de tortura. Vítimas relacionadas: Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes (1970); Manoel Lisboa (1973); Frederick Morris (1974). (CNV, 2014, p. 911/912) (Informação do jornal Em Tempo) Consta também: - de Depoimentos a CEMVDHC: - de Lylia Guedes em 18/10/2012 “era o Fleury pernambucano, conhecido pelas suas atrocidades”; - de Francisco e Assis em 6/12/2012 “a primeira coisa que Miranda disse ao entrar na sala ‘Amarra os ovos dele’, ele tinha uma certa obsessão por essa coisa e porrada nos ovos, nas coxas, e eu acredito que isso aí foi o que matou Odijas”; - de Aluísio Gonçalves da Costa em 20/11/2014, “Miranda para amedrontar Pedro Eugênio chegou mais ou menos onze horas/meia noite e falou pra Pedro Eugênio: ‘Você não quer falar, você abra o bico porque se não eu lhe mato, boto dentro de um saco e joga no ri. Você não sabe o que eu fiz com Odijas?’”; - de Alberto Vinícius em 18/10/2012 - e de Luís Alves Neto em 27/11/2012

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Luiz Soares de Souza Rocha	Delegado de Polícia; superintendente de policiamento civil de Minas Gerais; lotado na Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte, em 1971.	Teve participação em casos de tortura e execução. Entre as vítimas: João Lucas Alves (1969). (CNV, 2014, p. 913)
Marcos Alexandre Cavalcanti		Depoimento de Edval Nunes da Silva a CEMVHDC em 16/05/2013: "agia de acordo com o Coronel Gabriel Duarte Ribeiro"
Mezini	Coronel do Exército; chefe da 2ª Seção do Estado-Maior do IV Exército	Responsável pela prisão e tortura de Frederick Morris. (Informação do jornal Em Tempo)
Moacir Sales	Delegado de Ordem Econômica em 1964; diretor do DOPS-PE	Era chefe da equipe que sequestrou em 1969 o Pe. Antônio Henrique Pereira Neto. (Informação do jornal Em Tempo)
Newton Jerônimo Gibson Duarte Rodrigues	Vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Pernambuco, no final da década de 1960, ainda estudante.	Teve participação no caso da detenção ilegal, tortura e execução do padre Antônio Henrique Pereira Neto. (CNV, 2014, p. 916)
Ney Armando de Mello Meziat	Coronel do Exército; chefe da 2ª Seção do IV Exército. Atuou no DOI-CODI.	Teve participação na tortura de Frederick Morris, em 1974. (CNV, 2014, p. 916)
Orlando José Bastos Brandão	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo	Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento, no caso de Luiz José da Cunha (CNV, 2014, p. 918)
Pedro Vieira	Policia do DOPS-PE	Responsável pelo assassinato de camponeses no Engenho Matapiruma, Escada-PE, em 06/11/1972. (Informação do jornal Em Tempo)
Redivaldo Oliveira Acioly	Delegado da Polícia Civil de Pernambuco; diretor do DOPS-PE.	Teve participação em casos de tortura e desaparecimento forçado. Foi signatário, juntamente com Chefe de Gabinete da SSP-PE, Jonas Fontinelli, de documento enviado ao ministro do STM, Armando Perdigão, em que se registrou a falsa fuga de Ezequias Bezerra da Rocha, omitiu também informações sobre a localização do corpo da vítima. (CNV, 2014, p. 922) Depoimento de Jorge Tasso a CEMVDHC em 31/07/2012
Rivel Gomes da Rocha	Investigador da Polícia Civil de Pernambuco	Teve participação no caso da detenção ilegal, tortura e execução do padre Antônio Henrique Pereira Neto. (CNV, 2014, p. 923) Conferir, na biografia do padre Henrique, a sua implicação referida nas alegações finais do Ministério Público do Estado de Pernambuco, através do promotor público José Ivens Peixoto.
Roberto Blanco dos Santos	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro	Teve participação na emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, nos casos de Fernando Augusto da Fonseca e José Bartolomeu Rodrigues de Souza. (CNV, 2014, p. 924)

NOME:	CARGO/ INSTITUIÇÃO	CIRCUNSTÂNCIAS
Rogério Matos do Nascimento	Vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em Pernambuco, no final da década de 1960, ainda estudante.	Teve participação no caso da detenção ilegal, tortura e execução do padre Antônio Henrique Pereira Neto. (CNV, 2014, p. 924) Toxicôlogo, informante do DOPS-PE, envolvido na morte do Pe. Henrique. (Informação do jornal Em Tempo)
Rubens Pedro Macuco Janini	Médico-legista do Instituto Médico Legal (IML) do Rio de Janeiro	Teve participação na emissão de laudo necroscópico fraudulento, no caso de Severino Viana Colou. (CNV, 2014, p. 926)
Sebastião dos Santos	Policial do DOPS-PE	Responsável pelo assassinato de camponeses no Engenho Matapiruma, Escada-PE, em 06/11/1972. (Informação do jornal Em Tempo)
Sérgio Fernando Paranhos Fleury	Delegado de Polícia de São Paulo. Serviu no DOPS-SP e foi nomeado diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais em 1977.	Teve participação em casos de detenções ilegais, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Entre as vítimas: Soledad Barret Viedma, Pauline Reichstul, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Eudaldo Gomes, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e Edgard de Aquino Duarte (1973). (CNV, 2014, p. 929) Depoimento de Edmilson Vitorino a CEMVDHC em 6/12/2012: "Fleury comandou a minha tortura com pau de arara"
Severino Pereira da Silva	Investigador do DOPS-PE em 1971	Torturador (Informação do jornal Em Tempo)
Thacyr Omar Menezes Sia	Policial civil; serviu no DOPS de Minas Gerais	Teve participação no caso de tortura e execução de João Lucas Alves, em 1969. (CNV, 2014, p. 929)

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara foi criada em junho de 2012 e todos os integrantes que dela participaram tinham a consciência do que estavam tentando documentar e das dificuldades que enfrentariam para alcançar seus objetivos tendo como norma essencial a fidelidade à verdade. E tanto quanto a fidelidade à verdade, a consciência de que o âmbito de sua atuação, o poder que lhes foi confiado, se cingia às normas da lei que a instituiu. Esta comissão foi instalada com objetivo determinado e definido em lei. E esse objetivo foi seguido com o discernimento de divulgar apenas aquilo que pudesse ser comprovado.

A comissão apurou os fatos e divulgou documentos oficiais e testemunhos de personagens que participaram dos episódios relatados. Detenções ilegais, desaparecimentos forçados, torturas, execuções e ocultação de cadáveres foram ações comprovadas pelo estado de Pernambuco. Lamenta a comissão é que a “verdade oficial”, durante tanto tempo divulgada, tenha sido uma farsa montada e, por isso mesmo, tenha permitido que versões conflitantes fossem difundidas e muitas delas, talvez jamais possam vir a ser esclarecidas, tanto pelo decurso do tempo, como pela morte de muitas das pessoas envolvidas.

A subtração criminosa que durante anos se fez em relação aos arquivos do serviço público brasileiro e as marcas da transição tal como ocorreu neste país tornaram-se impedimentos, algumas vezes, insuperáveis. Lamentavelmente, essas investigações agora concretizadas pela comissão à procura da verdade demoraram a ser iniciadas. Perdeu-se muito tempo e não se tem a menor dúvida, que se perderam muitas informações pelos descaminhos da vida, perderam-se rastros que podiam levar a conclusões efetivas e mais concretas sobre o que ocorreu neste país e que todos esperam nunca mais venha a se repetir.

Tenha-se a certeza que a verdade que chegou ao conhecimento desta comissão está sendo divul-

gada dentro dos limites determinados pela lei que a instituiu. A CEMVDHC entregou aos familiares de alguns mortos - certidões de Retificação de Assentamento do Registro Civil de Óbitos, nos quais ficaram provadas as causas de mortes por lesões por atos de tortura, não por suicídios ou mortes naturais por doenças, como afirmavam as versões oficiais. Procedeu também a devida retificação do Registro Público. Para outras vítimas, publiciza no seu acervo documental as cópias tanatoscópicas que indicam as mortes “não naturais” das vítimas.

A CEMVDHC procurou recuperar e preservar uma memória histórica, - informação armazenada no seu Banco de Dados -, construído com o objetivo do acesso rápido e ampla difusão, para evitar inevitáveis processos de exclusão e/ou ocultamento de fatos. Esse importante conjunto documental que ela deixa para a posteridade poderá servir de embasamento para pesquisadores usarem em estudos correlatos como artigos, livros, dissertações de mestrado e/ou defesa de teses de doutorado, ou para continuidade das investigações junto ao Ministério Público Federal e Estadual. Os documentos digitais estarão acessíveis no site da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) e no próprio site da comissão; os documentos físicos serão entregues para guarda perene no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano do Estado de Pernambuco, e, posteriormente, ao Memorial da Democracia.

Os que, naquele ido 31 de março de 1964, depuseram o presidente da República afrontando a ordem constitucional, tinham, no mínimo, a obrigação de saber que com aquele gesto estavam desencadeando um processo que poderia gerar fatos como os que foram descritos neste relatório, deplorados por todos. As práticas da repressão, as graves violações de direitos humanos praticados pelo governo militar atingiram homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos e se constituem crimes contra a humanidade. O que se viveu nesse país, naquele tempo, não deve ser esquecido.

A CEMVDHC, ao tomar por base o reconhecimento da memória e da verdade como direito humano da cidadania e dever do Estado, deixa claro em seu Relatório Final haver considerado tanto os recursos públicos, como o efetivo de pessoas que atuaram com condutas ilícitas no interior da administração do Estado de Pernambuco com a finalidade de promover ações criminosas. Também esclarece que o Estado de Pernambuco, através da Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos, reconheceu a responsabilidade civil em razão de atos ilícitos praticados por seus agentes durante o período de exceção indenizando as suas vítimas.

Como a CEMVDHC não tem caráter judicante, explicita neste relatório as razões que entende suficientes à formação de seu convencimento sobre cada caso exposto neste Relatório.

A CEMVDHC RECOMENDA:

1. Ao Governo do Estado de Pernambuco

Garantir:

- que a Justiça de Transição, entendida como ação institucional com vistas a restaurar a memória, a verdade e a efetivação da Justiça, seja transformada em política de estado;
- a implantação de um programa de política pública contra a intolerância de qualquer natureza;
- a preservação dos arquivos públicos estaduais do período da ditadura, especialmente os acervos documentais dos Institutos de Criminalística (IC), de Identificação Tavares Buril (IITB) e Medicina Legal (IML), que podem suscitar novas pesquisas;
- a criação do Memorial da Democracia de Pernambuco, para onde deve ser encaminhado todo o acervo documental e de multimídia sistematizado pela CEMVDHC, conforme determina o artigo 11 da Lei nº 14.688/2012.

Promover:

- os valores democráticos, de cidadania e direitos humanos nas redes de ensino de nível fundamental, médio e superior;
- a dignidade na estrutura e no atendimento dado aos reeducandos e custodiados;
- a autonomia da Polícia Técnico-Científica, do ponto de vista administrativo em relação à Polícia Civil;
- o atendimento médico e psicossocial às vítimas das graves violações de direitos humanos;
- gestões junto à Prefeitura da Cidade do Recife no sentido de:

Instalar:

- busto em homenagem a Gregório Bezerra, a ser fixado na Praça de Casa Forte ou suas imediações, local onde fora brutalmente torturado;
- monumento no Cemitério da Várzea, para que fique assim marcado o lugar onde foram enterrados clandestinamente presos políticos.

Reconstruir:

- a Torre de Iluminação Cinética na Praça da Torre, a qual foi projetada e construída pelo artista plástico Abelardo da Hora em 1961 e destruída pela repressão em 1964.

Promover:

- a alteração de nomes de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas que se refiram a agentes públicos ou particulares que notoriamente tenham tido participação direta com a prática de graves violações de direitos humanos no período ditatorial previsto na Lei nº 14.688/2012.

Fortalecer:

- a Defensoria Pública;
- as ouvidorias externas no sistema carcerário e no atendimento de crianças e adolescentes;

- os mecanismos de prevenção e de combate à tortura;
 - a iniciativa de Lei que vise substituir o Estatuto do Estrangeiro – por tornar-se hoje incompatível com a legislação internacional dos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte.

Apoiar:

- a criação de um “Centro de Memória Política dos Trabalhadores Urbanos do Estado de Pernambuco”, com o objetivo geral de recuperar, preservar e divulgar a História dos Trabalhadores Urbanos em seus múltiplos aspectos e dimensões, propiciando aos trabalhadores, e pesquisadores um espaço permanente aberto para o aprofundamento dos estudos e discussão sobre as lutas sociais travadas em Pernambuco ao longo dos anos;
- a revogação da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 – Lei de Segurança Nacional - por se tratar de legislação que mantém em plena vigência uma doutrina autoritária e anti-democrática de segurança nacional;
- o movimento de extinção da justiça militar no estado;
- o princípio de desmilitarização das polícias militares, com a criação de um órgão abrangente com função de polícia repressiva e judiciária.

Ingressar:

- no Supremo Tribunal Federal, por meio da Procuradoria Geral do Estado, tendo por base a figura do Amicus Curie, na ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (Federal), esclarecendo porque a Lei de Anistia de 1979 não pode alcançar aqueles que torturaram e mataram, por motivos político-ideológicos, homens e mulheres e até menores que se posicionaram contra da ditadura.

Adotar:

- providências para assegurar a proteção das terras do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão - PE, e apoiar a criação de um centro de memória que reúna documentos e imagens da luta dos trabalhadores rurais de Pernambuco, no mesmo local;

2. Ao Ministério Público

Identificar:

- a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos com sua entrega aos familiares;

Adotar:

- medidas judiciais necessárias à retificação dos atestados de óbito de todos os casos de vítimas ainda em andamento pericial. Para tanto a Comissão encaminha a esse órgão os resultados obtidos na pesquisa e investigação realizada, esperando que essa autoridade possa dar continuidade à apuração do crime em sua completude;

Continuar:

- os procedimentos administrativos e/ou judiciais, a fim de concluir processos investigativos complementares para identificação dos agentes públicos e privados responsáveis pelos atos apontados no presente Relatório, que atentam contra os direitos e a dignidade da pessoa humana, com aplicação da consequente Legislação Penal e Civil;
- as investigações das responsabilidades dos agentes do Estado envolvidos em operações com infiltrados e suas responsabilidades no extermínio de militantes;
- a instituição de políticas públicas eficazes de prevenção e de combate ao crime de tortura.
- as investigações em outros estados:
 - * no Rio de Janeiro, a continuidade das ações de identificação das ossadas depositadas no ossuário do Cemitério Ricardo Albuquerque; a desapropriação da Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes e que seja erguido nos seus domínios um monumento em homenagem às possíveis vítimas incineradas no forno da referida usina pelos agentes da ditadura brasileira.
 - * em São Paulo, prosseguir as identificações das ossadas na vala do Cemitério de Perus onde poderão estar os restos mortais de Eduardo Collier, Fernando Santa Cruz, Paulo Stuart Wright e Umberto Câmara Neto.

A CEMVDHC tem a certeza da possibilidade de novas descobertas se for dado prosseguimento aos fatos apurados e não concluídos por necessidade de perícias específicas. Para tanto, entrega toda sua documentação armazenada em uma base de dados com a finalidade de fundamento para futuras investigações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Coord.). **Da memória à ação: um kit de ferramentas para memorialização em sociedades pós-conflito**. Brasília, DF: Comissão de Anistia, 2012.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Oito de Março, 2005.
- _____. Sindicalismo Rural em Pernambuco nos 60: lutas e repressão. Recife, *Clio*, n. 22.
- ABREU, Alzira Alves de et al. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- ACIOLI, Alexandre. **Papa-Figo: Resistência da imprensa alternativa em Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4386478>>. Acesso em: 29 jan. 2017.
- AFFONSO, Almino. **1964: na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart**. São Paulo: Imprensa Oficial.
- AGOSTINHO, Santo. Livro XI: O Homem e o Tempo. In: **Confissões**. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife: da frente ao golpe – Ideologias políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.
- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina de 1800 a 1940. In: MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flávio de Sá. COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. (Orgs). **História das Prisões no Brasil**. Volume I, Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- ALENCAR, José Almino de. 1964 e a “Questão Militar”. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 2, n. 3, 2015.
- ALENCAR, Francisco Duarte de. **Dom José Lamartine: o Pastor do Silêncio**. São Paulo, Paulinas, 1994.
- ALVES, Márcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ALVES, Roque de Brito. **Habeas corpus perante o Superior Tribunal federal: 1967-1968**. Recife: CEPE, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais do Nordeste (1957/1964)**. Texto para discussão do grupo “Movimentos Sociais no Campo”. PIPSA, Rio de Janeiro, abr. 1980.
- ANDRADE, Cleriston. **Minha verdade sobre a ditadura em 64 charges**. Recife: Fundarpe, 2016.
- ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: entre a teoria e a prática uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.
- ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida (Coord.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife, Cepe, 1995.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARRIAGADA HERRERA, Genaro. **El pensamiento político de los militares: Estudios sobre Chile, Argentina, Brasil y Uruguay**. Santiago: Aconcagua, 1986.

- ASSUMPÇÃO, Júlia Melaragno. Tortura e violência sexual durante a ditadura militar: uma análise de jurisprudência internacional. **Revista Liberdades**, n. 21, jan.-abr., 2016.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de. Democracia e exclusão: o comunismo como símbolo da desordem no governo Dutra (1946-1950). **Textos de História**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, v. 2, n. 4, 1994.
- BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.
- BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Linceu, 2010.
- BARCELLOS, Caco. O Globo Repórter sobre a vala de Perus. In: TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** 2. ed. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. A Conferência do Nordeste por meio dos jornais. **Revista Labirinto**, Universidade Federal de Rondônia – Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário, Rondônia, v. 24, n. 1, jan-jun, 2016.
- BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e Negociações no Campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. 2013. 241 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República: de 1961 a 1967**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 4. t. 3. O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitee: FAPESP; Recife, PE: UFPE, 2006.
- BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. Latin America between the Second World War and the Cold War: Some Reflections on the 1945–8 Conjecture, **Journal of Latin American Studies**, v. 20, n. 1, p. 167-189, Cambridge University Press, 1988.
- BEZERRA, Gregório. **Eu, Gregório Bezerra, Acuso!** Recife, 1967.
- _____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BITTENCOURT FILHO, José. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. Petrópolis, RJ: Vozes; Koinonia, 2003.
- BLACK, Jan Knippers. **A penetração dos Estados Unidos no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009.
- BORBA, Marco Aurélio. **Cabo Anselmo: a luta armada ferida por dentro**. Global: 1981.
- BORBA, Sabrina Maia Cavalcanti. **Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular e a contribuição do Diário de Pernambuco**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
- BRANCO, Ângelo Castelo. **Provocações da memória**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2009, p. 39.
- BRANDÃO, Maria do Carmo. A localização dos Xangós na Cidade do Recife. In: **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 11 (1988). Disponível em: <www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/459/248>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- BRASIL. Ato Institucional, 9 de abril de 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 9 abr. 1964, Seção 1.
- BRASIL. **Relatório [da Comissão Nacional da Verdade]: mortos e desaparecidos políticos**. v. 3. Brasília: CNV, 2014.
- BRASILEIRO, Dimas; MENDONÇA, Dianyse. Educação popular e reforma universitária: Paulo Freire e a criação do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962-1964). In: **Estudos Universitários: Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco**, v. 24/25, n. 5/6, p. 31-32, dez. 2004/2009.
- BRITTO, Jomard Muniz. **Contradições do homem brasileiro**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1964.
- BURITY, Joanildo. **Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro 1962-1964: Novos Diálogos**, 2011.
- CABRAL, Reinaldo, LAPA, Ronaldo. **Desaparecidos Políticos: prisões, seqüestros, assassinatos**. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela

- Anistia, 1979..
- CAMARA, Dom Helder. **Utopias Peregrinas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais - procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano I, n. 3, jan. 2009.
- CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência**: a polícia da era Vargas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- CARDOSO, Tom. O cofre do Dr. Rui: como a Var-Palmares de Dilma Rousseff realizou o maior assalto da luta armada brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão Política no Campo – Brasil: 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a Ideologia da Segurança Nacional. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- CARVALHO, José Murilo. **Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: UFRJ/Relume Dumará, 1996.
- CARVALHO, Mario Cesar. Céu & inferno de Gilberto Freyre. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2000.
- CAVALCANTI, Geane Bezerra. Trajetória de Luta: as Associações de Bairro e Conselhos de Moradores da cidade do Recife (1955-1985). **I Encontro Nacional de História Política**, Fortaleza, UECE, 2015.
- CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 2008.
- _____. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo. v. 2. 2. ed. Recife: CEPE, 2008.
- _____. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina. v. 4. 2. ed. Recife: CEPE, 2008, p. 194.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada**. Recife: CEPE, 2009.
- CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964-1984)**: os bastidores das sucessões presidenciais. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Padre Romano**: profeta da libertação operária – a saudade que impulsiona. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922-1974)**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- COELHO, Fernando. **Direita, volver**: o golpe de 1964 em Pernambuco. Recife: Bagaço, 2004.
- COELHO, Germano. **MCP: história do Movimento de Cultura Popular**. Recife: CEPE, 2012.
- COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **José Genoíno**: escolhas políticas. São Paulo: 2007.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 11-19, 2001.
- COMBLIN, José. Espiritualidade de Dom Helder. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; SOARES, Edla de Araújo Lira; TEDESCO, Alcides Restelli (Orgs.). **Dom Helder, peregrino da utopia**: caminhos da educação e da política. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2002.
- _____. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA. **Dossiê ditadura**: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2009.
- COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA. **IBAD**: interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil. Cadernos da Memória e Verdade. v. 5. Recife, 2016.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v. 3. Brasília: CNV, 2014.
- CORTEZ, Marcius. As oligarquias culturais e os palhaços da burguesia. In: **Estudos Universitários**: Revista de Cultura da Universidade Federal de Pernambuco, v. 24/25, n. 5/6, p. 31-32, dez. 2004/2009, p. 31.
- COSTA, Evaldo; OLIVEIRA, Gilson (Orgs.). **Palavra de Jornalista**: Memória Viva da Imprensa de Pernambuco. Recife: Comunigraf, 2006.
- COSTA. Valéria Gomes. **Recife**: Lugar da

- Vigilância ou Cidade de Estratégias do Povo-de-Santo. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/5.-RecifeLugar-da-Vigil%C3%A2ncia-ou-cidade-de-estrat%C3%A9gias.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- CRUVINEL, Tereza. **Cristina Tavares**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 91.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas, 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática, 1992.
- DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.
- DALLEDONE, Maria Pia dos Santos Lima Guerra. **O Padre e a Pátria: direito, transição política e o Supremo Tribunal Federal na Expulsão de Vito Miracapillo (1980)**. Tese (Doutorado em Direito) Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- DANTAS, Audálio. **As duas guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DANTAS, Rodrigo César de Araújo. **Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco: ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962)**. 2015. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- DEL ROIO, José Luiz. **Zarattini: a paixão Revolucionária**. São Paulo: Ícone, 2006.
- DIXON, John; SCHEURELL, Robert. **Social Welfare in Latin America**, Routledge Revival, N. York, 1990.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- DUTRA, Eloy. **IBAD: sigla da corrupção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- FERNANDES, Hiram. **Confidencial: documentos da ditadura militar**. Recife: CEPE, 2013.
- FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes, **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 35-49, fev. 1985.
- FERRAZ, Socorro. **Frei Caneca: acusação e defesa**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000.
- FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Conflitos Trabalhistas nas Terras do Açúcar**. Recife, **Revista Crítica Histórica**, n. 5, jul. 2012.
- FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, v. 2, n. 3, 1997.
- FERREIRA, Rafael Leite. **O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- _____. Rafael Leite. Paulo Roberto Pinto, o Jeremias: outro cabra marcado para morrer. **História e-História**, v. 14, 2014.
- FILHO, José Carlos Moreira da Silva. **Justiça de Transição da ditadura civil-militar ao debate Justransicional: direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCISCO, Julião. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2013.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.
- FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário: 1964/1974 – a resistência à ditadura, 1964/1971**. v. 1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- FREIRE, Eliana Oliveira Lima. Uma história social do movimento de resistência à ditadura militar de Casa Amarela – Recife – PE – 1964-1985. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005.
- FREIRE, Homero. **Confissões do Tempo Anterior**. Recife: FUNDARPE, 1986.
- _____. **Oposição no Brasil, Hoje**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FROTA, Sylvio. **Ideais traídos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. In: **Obra Autobiográfica**. Tomo II. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: Ed.

- Universitária da UFPE, 2013.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo**. São Paulo: SENAC, 2002.
- GORENDER, Jacob. 64: o fracasso das esquerdas. **Movimento**, São Paulo, n. 299, mar. 1981.
- _____. **Combate nas trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GREEN, James N. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, 2009.
- GT SINDICAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO. **Até chegar no Zé**. Recife: Recife Gráfica Editora, 1988.
- GUERRA, Cláudio. **Marinheiro só**. Natal, RN: O baú de Macau - Editora e Artes, 2011.
- GUILLEN, Isabel Cristina M. **Combatendo o Catimbó: Repressão às religiões Afro-descendentes no Recife dos anos 1930**. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/4.-Combatendo-o-Catimb%C3%B3-repress%C3%A3o-%C3%A0s-religi%C3%B5es-afro-d.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- IGREJA NOVA. **I Jornada Teológica do Recife: Igreja do Vaticano II ao Terceiro Milênio – Avanço ou retrocesso? – Recife**: Ed. Universitária da UFPE, [1998].
- JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Ed. Massangana, 1990.
- JORGE, Fernando. **Cale a Boca, Jornalista!: o ódio e fúria dos mandões contra a imprensa brasileira**. ed. 5. São Paulo: Novo Século, 2008, p. 108; 157-158.
- JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. São Paulo: global editora, 1980.
- JOSUÉ, Sindulfo Correia. **Oitenta anos de luta pela vida**. Recife: s/d, 1982. Texto mimeografado, gentilmente cedido por Roberto Arrais.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LAVAREDA, José Antônio. **Partidos no pós-guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.
- Lei de Acesso à Informação. Disponível em: BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Distrito Federal, DF, 18 nov. 2011, Seção 1 - Edição Extra.
- LEITE, Ronildo Maia. **Os Vulcões de Abril: história das eleições no Recife**. Recife: Bagaço, 2002.
- LEITE, Sebastião Uchoa. **Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica**. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 4, set. 1965.
- LIMA, Carlito. **Confissões de um capitão: memórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LIMA, Eduardo Martins de. **Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998)**. São Paulo: Annablume Editora, 2004.
- LIMEIRA, Anna Luiza; ALVES, GILZONEIDE. **SUDENE: nós bem que tentamos**. Recife: Inojosa Editores, 1992.
- LINS, Aline Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo de. **A Imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX**. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luís. **A Censura na Imprensa**. São Luís: Rede Alcar, 2006.
- LOOPOLDI, Maria Antonieta P. **O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54)**. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- LUZ FILHO, Fábio. **O cooperativismo e os**

- latifúndios.** São Paulo: Editora Unitas, 1931.
- MAIA, Carlos Leite. **50 anos da AIP:** Associação da Imprensa de Pernambuco. Recife: Massangana, 1982.
- MACHADO, Otávio Luiz (Org.). **Aspectos da História dos jovens em Recife pós anos 1960.** Frutal-MG: Editora Prospectiva, 2013.
- MARIZ, Vasco. **Nos bastidores da diplomacia:** memórias diplomáticas. Brasília: FUNAG, 2013.
- MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Reginaldo. (Org.). **Dom Helder Camara – Circulares conciliares:** de 13/14 de outubro de 1962 a março de 1964. v. I. Tomo I. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares conciliares:** de 12 de setembro a 22/23 de novembro de 1964. v. I. Tomo II. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares conciliares:** de 10/11 de setembro a 7/8 de dezembro de 1965. v. I. Tomo III. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- MARQUES, Nadejda. **Born Subversive:** A memoir of survival. Canadá, Trafford: 2008.
- MELLO, Comendador Antônio Joaquim de Mello. **Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.** Recife: Typographia Mercantil, 1875.
- MELO, Marcelo Mário de. **David Capistrano:** entre teias e tocaias. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.
- MIRACAPILLO, Vito. **O Caso Miracapillo:** conflito entre o Estado e a Igreja no Brasil. Recife: Nordestal/Comunicarte, 1985.
- MIRANDA, Nilmário. **Dos Filhos deste solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar:** a responsabilidade do Estado. 2ª Ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008
- MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo.** Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Boitempo Editorial, 1999.
- MONTARROYOS, Sylvia de. **Réquiem por Tatiana – missa em si menor:** memórias de um tempo de guerra e de uma descida aos infernos. Recife: Cepe, 2013.
- MONTEIRO, Maria Alexandra da Silva. **Ação Católica Operária:** fé e luta em tempos difíceis no Nordeste do Brasil. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. SOARES, Elda; TEDESCO, Alcides. (Orgs.). **Dom Helder, peregrino da utopia:** caminhos da educação e da política. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes:** Lutas e Autocríticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil.** Brasília: IATTERMUND, 1997.
- MOTA, Urariano. **Soledad no Recife.** São Paulo, Boitempo: 2009.
- MOTTA, Aricildes de Moraes. (Coord.). **31 de março:** o movimento revolucionário e sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. 15 vols.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- _____. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008.
- MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa:** a política externa do governo Dutra. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990.
- NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI):** o Estado de Pernambuco vigiado. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- NICOLAU, Jairo. Participação Eleitoral: Evidências sobre o Caso Brasileiro. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, set. 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-1964. In: _____. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964:** visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. **Pluralismo e novas identidades no cristianismo brasileiro.**

2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a “vitória simbólica” dos vencidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fev. 2011.
- OLIVEIRA, Sheila Borges de. O rádio na Região Metropolitana do Recife: do jornalismo à evangelização. **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011.
- ONU. **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**, S/2004/616, 24 ago. 2004.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**, S/2004/616, 24 ago. 2004.
- ORO, Ari Pedro; BEM, Daniel F. de. **A Discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje**. Revista Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 44, p. 301-318, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>. Acesso em: 1.01.2017.
- PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve**. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PANDOLFI, Dulce. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Editora Massangana, 1984.
- PILETTI, Nélon; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Câmara: entre o poder e a profecia**. São Paulo: Ática, 1997.
- PINHEIRO, Pe. José Ernanne. **Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e bispo da Santa Igreja - Seu Legado Profético**. Disponível: <<http://www.cefep.org.br/news/dom-helder-camara-e-seu-legado-profetico>>. Acesso 28 dez. 2016.
- PONTUAL, Virginia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: Ed. da UFPE, 2001.
- PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. O tal de natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 745-766, set.-dez. 2016.
- PORTELLA, Eduardo. **Política Externa e Povo Livre**. São Paulo: Fulgor, 1963.
- RAINHO, Luís Flávio; BARGAS; Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)**. v. 1. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.
- REIS, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1985.
- Relatório do Jornalista Hiram de Lima Pereira**. Disponível em: <<http://www.hirampereira.com/relatorio-do-jornalista-hiram-pereira>>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- RIBEIRO, Octávio. **Por que eu traí: confissões do cabo Anselmo**. São Paulo, Global: 1984.
- ROCHA E SILVA, Simone Tenório. **Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)**. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ROCHA, Zildo (Org.). **Dom Helder Camara – Circulares Interconciliares**: de 11/12 de abril a 9/10 de setembro de 1964. v. II. Tomo I. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- _____. **Dom Helder Camara – Circulares Interconciliares**: de 23/24 de novembro de 1964 a 17/18 de abril de 1965. v. II. Tomo II. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- _____. **Dom Helder Camara – Circulares Interconciliares**: de 18/19 de abril a 31 de agosto/1 de setembro de 1965. v. II. Tomo III. Recife: IDHeC; CEPE, 2009.
- _____; SIGAL, Daniel (Orgs.). **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 9/10 de dezembro de 1965 a 30/31 de maio de 1966. vol. III. Tomo I. Recife: IDHeC; CEPE, 2012.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 31 de maio/1º de junho de 1966 a 26/27 de dezembro de 1966. vol. III. Tomo II. Recife: IDHeC; CEPE, 2012.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 31 de dezembro/1º de janeiro de 1967 a 29/30 de julho de 1967. vol. III. Tomo III. Recife: IDHeC; CEPE, 2012.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 5/6 de agosto de 1967 a 13/14 de fevereiro de 1968. vol. IV. Tomo I. Recife: IDHeC; CEPE, 2014.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 25/26 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968. vol. IV. Tomo II. Recife: IDHeC; CEPE, 2014.
- _____; _____. **Dom Helder Camara – Circulares Pós-Conciliares**: de 31 de dezembro de 1968/1º de janeiro de 1969 a 4/5 de julho de 1969.

vol. IV. Tomo III. Recife: IDHeC; CEPE, 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. v. 10. t. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTIAGO, Vandek. **Pernambuco em chamas**: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964. Recife: Cepe, 2016.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **UFPE: Instituição, Gestão, Política e seus Bastidores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SANTOS, José Anselmo dos. **Cabo Anselmo**: minha verdade. São Paulo, Matrix: 2015.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **HQs de humor no Brasil**: variações da visão cômica dos quadrinhos brasileiros (1864-2014). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIKKINK, Kathryn; WALLING, Carrie Booth. The impacts of human rights trials in Latin America. **Journal of Peace Research**, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore, v. 44, n. 4.

SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. **O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964)**: patrimonialismo populista e modernização científica. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Hélio. **1964**: golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

SILVA, José Rodrigo de Araújo. **“Colônia de Férias de Olinda”**: Presos políticos e aparelhos de repressão em Pernambuco (1964). 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa,

2013.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Pernambuco e Paraíba: tendências atuais do sindicalismo no Nordeste: modernização conservadora ou mobilização social. In: CEDEC. **Sindicatos em uma época de crise**. Petrópolis, RJ: Vozes/CEDEC, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. **Para uma história da Sociologia em Pernambuco**: a Pós-Graduação (1963-2004). Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sergio Paranhos Fleury. São Paulo: 2000.

_____. **Eu, cabo Anselmo**: depoimento a Percival de Souza. São Paulo, Globo: 1999.

TAVARES, Cristina; MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

TELES, Janaína (Org.). **Mortos e desaparecidos políticos**: reparação ou impunidade? 2. ed. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TÉRCIO, Jason. **Segredo de Estado**: o desaparecimento de Rubens Paiva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

VALDÉS, Jorge A. Tapia. El terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono

Sur. **Revista Nueva Sociedad**. México: Nueva Imagen, 1980.

VERAS, Dimas Brasileiro. O Professor Universitário como um Educador: as contribuições de Paulo Freire 1950/1960. **ANPUH** – XXVIII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

_____. **Sociabilidades letradas no Recife**: a Revista Estudos Universitários (1962-1964). 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como sua memória**: a história de Lia, Maria do Carmo Brito.

Rio de Janeiro, Record: 2003.

VIEIRA, José Carlos. **Entrevista com Geneton Moraes Neto**: Fazer jornalismo é produzir memória. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e_arte/2013/02/02/interna_diversao_arte,347449/entrevista-com-geneton-moraes-neto-fazer-jornalismo-e-produzir-memoria.shtml>. Publicado em: 2 fev. 2013. Acesso em: 19 mai. 2016.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970**: diálogos entre religião e política. Recife: Editora da UFPE, 2015.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. Rio de Janeiro, Record, 1988.

ANEXOS

ANEXO I

RELAÇÃO DE PROCESSOS DA COMISSÃO ESPECIAL DE EX-PRESOS POLÍTICOS

Processos de indenização de vítimas da repressão em Pernambuco, requeridos por si ou por terceiros, ao Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), através da Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos (Lei Estadual nº11.773/00), que reconheceu a responsabilidade civil do Estado em razão de atos ilícitos praticados por seus agentes durante o período de exceção.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
ABDIAS BASTOS LÊ	512/01	ABDIAS BASTOS LÊ	Decisão em 09/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00
ABDIAS PINHEIRO DA SILVA	283/01	ABDIAS PINHEIRO DA SILVA	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00
ABELARDO ANDRADE CAMINHA BARROS	048/01	ABELARDO ANDRADE CAMINHA BARROS	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 25.000,00
ABELARDO GERMANO DA HORA	252/00	ABELARDO GERMANO DA HORA	Decisão em 25/01/2001, Valor: R\$ 27.000,00
ABISSAIR VILANOVA REGO	014/01	ABISSAIR VILANOVA REGO	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00
ADALBERTO XAVIER DE PAULA	491/01	EDITE XAVIER DE OLIVEIRA	Valor da indenização: R\$ 26.000,00
ADEMÁRIO RENAUX LEITE	273/00	ADEMÁRIO RENAUX LEITE	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 28.500,00
ADERICO ALVES DE VASCONCELOS	325/01	ADERICO ALVES DE VASCONCELOS	Valor da indenização: R\$ 17.000,00
AIRTON CORRÊA DE ARAÚJO	121/01	AIRTON CORRÊA DE ARAÚJO	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 22.000,00
AIRTON DE ALBUQUERQUE QUEIROZ	509/01	AIRTON DE ALBUQUERQUE QUEIROZ	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 22.000,00
ALANIR CARDOSO	423/01	ALANIR CARDOSO	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 30.000,00
ALBANO FERREIRA DA CRUZ	026/01	ALBANO FERREIRA DA CRUZ	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 28.000,00
ALBÉRGIO JOSÉ MARIA FARIAS	405/01	ALBÉRGIO JOSÉ MARIA FARIAS	Decisão em 21/05/2001. Valor: R\$ 29.000,00
ALBERTO VINÍCIUS MELO DO NASCIMENTO	118/01	ALBERTO VINÍCIUS MELO DO NASCIMENTO	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 29.000,00
ALDROVANDI TORREÃO MARQUES	477/01	NADEGE CÂMARA MARQUES E OUTROS	Valor da indenização: R\$ 23.000,00
ALONSO VERISSIMO DA SILVA	402/01	VALDENICE BEZERRA DA SILVA	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 27.500,00
ALOYSIO GONÇALVES DA COSTA	500/01	ALOYSIO GONÇALVES DA COSTA	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 27.000,00
ALUISIO DE OLIVEIRA LINS	198/01	ALUISIO DE OLIVEIRA LINS	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 23.000,00
ALUIZIO VALÉRIO DA SILVA	248/01	ALUIZIO VALÉRIO DA SILVA	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 28.000,00
AMARO BEZERRA DA SILVA	195/01	AMARO BEZERRA DA SILVA	Decisão em 07/01/2001. Valor: R\$ 26.000,00
AMARO DOMINGOS DE SOUZA	241/01	AMARO DOMINGOS DE SOUZA	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 27.000,00
AMARO FELIX PEREIRA	249/01	ELENILDA MARIA PEREIRA	Decisão em 15/07/2003. Valor: R\$ 30.000,00.
AMARO FERNANDES DA SILVA	256/00	AMARO FERNANDES DA SILVA	Decisão em 25/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
AMARO FERREIRA COSTA	199/01	AMARO FERREIRA COSTA	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
AMARO LUIZ DE CARVALHO	053/01	LUIZ DE CARVALHO	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
AMARO RODRIGUES COSTA	008/01	AMARO RODRIGUES COSTA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
AMAURI CAVALCANTI CAMINHA	355/01	AMAURI CAVALCANTI CAMINHA	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
AMAURI LINS DE MELO	492/01	AMAURI LINS DE MELO	Decisão em 22/10/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ	375/01	ANA MARIA SANTOS ROLEMBERG CÔRTEZ	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
ANA RITA DE CASTRO ALMEIDA	395/01	ANA RITA DE CASTRO ALMEIDA	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
ANANIAS FLORÊNCIO DE LIMA BARROS	182/01	MARCOS SEVERINO DE LIMA BARROS	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 27.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
ANATÁLIA DE MELO ALVES	168/01	LUIZ ALVES NETO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ANDERSON LOPES ARAÚJO	187/00	ANDERSON LOPES ARAÚJO	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ANDREIA SERRA AZUL DA FONSECA	286/01	ANDREIA SERRA AZUL DA FONSECA	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 20.000,00.
ANIBAL DE OLIVEIRA VALENÇA	117/01	ANIBAL DE OLIVEIRA VALENÇA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
ANÍBAL SOARES BARBOSA	489/01	CLAUDETE LIMA SOARES	Decisão em 20/05/2003. Valor: R\$ 29.000,00.
ANTONIO ALVES DIAS	480/01	ANTONIO ALVES DIAS	Decisão em 18/06/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
ANTÔNIO AVERTANO BARRETO DA ROCHA	184/01	ANTÔNIO AVERTANO BARRETO DA ROCHA	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ANTONIO BATISTA DA SILVA	260/00	MARIA LÚCIA BATISTA DA SILVA	Decisão em 07/01/2003. Valor: R\$ 22.500,00.
ANTONIO BATISTA DE OLIVEIRA	206/01	CLEIDE OLIVEIRA TORRES	Decisão em 21/05/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
ANTONIO CLAUDINO DA SILVA FILHO	213/01	ANTONIO CLAUDINO DA SILVA FILHO	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
ANTONIO ESPERIDIÃO NETO	442/01	ANTONIO ESPERIDIÃO NETO	Decisão em 21/05/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
ANTONIO FERNANDES	425/01	ZENILDA FERNANDES DA SILVA E OUTROS	Decisão em 21/01/2003 Valor: R\$ 29.000,00.
ANTONIO FERREIRA DA COSTA NETO	400/01	ANTONIO FERREIRA DA COSTA NETO	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
ANTONIO FERREIRA DE LIMA	255/00	ANATILDE DUARTE DE LIMA	Decisão em 19/02/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
ANTONIO GERALDO DE SOUZA LEÃO	120/01	ANTONIO GERALDO DE SOUZA LEÃO	Decisão em 07/01/2003. Valor: R\$ 20.000,00.
ANTONIO GOMES SOARES	347/01	ANTONIO GOMES SOARES	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 24.000,00.
ANTONIO GUEDES DE QUEIROZ	265/01	TEREZINHA GUEDES DE QUEIROZ	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
ANTONIO HENRIQUE PEREIRA NETO	211/01	ISAÍRAS PEREIRA DA SILVA	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS	494/01	ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
ANTONIO LEITE FALCÃO	344/01	ANTONIO LEITE FALCÃO	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 22.000,00.
ARDIGAM DE ALMEIDA FERREIRA	116/01	ARDIGAM DE ALMEIDA FERREIRA	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
ARLINDO FELIPE DA SILVA	272/00	ARLINDO FELIPE DA SILVA	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ARNALDO GOMES DA CUNHA	516/01	ARNALDO GOMES DA CUNHA	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
AROLDO ANDRADE DE MORAIS	119/01	AROLDO ANDRADE DE MORAIS	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
ARSÊNIO MARTINS GOMES	141/01	MARIA LUIZA DE GODOY BENÉ (VIÚVA)	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
ARTUR GERALDO BONFIM DE PAULA	370/01	ARTUR GERALDO BONFIM DE PAULA	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
ATHOS DE VASCONCELOS COSTA	229/00	ATHOS DE VASCONCELOS COSTA	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
AUGUSTO AÉCIO MENDES DUARTE	490/01	AUGUSTO AÉCIO MENDES DUARTE	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 27.600,00.
AUREA SANTOS DA SILVA	444/01	EDILEUZA DSNTOS DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
AYBIRE FERREIRA DE SÁ	228/00	AYBIRE FERREIRA DE SÁ	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
BARTOLOMEU MENDES CUNHA	164/01	BARTOLOMEU MENDES CUNHA	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
BEATRIZ DA SILVA FONSECA	301/01	BEATRIZ DA SILVA FONSECA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
BELMIRO DO NASCIMENTO FERREIRA	013/01	BELMIRO DO NASCIMENTO FERREIRA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
BIANOR DA SILVA TEODÓSIO	136/01	MARTA REGUEIRA TEODÓSIO (FILHA)	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
CÂNDIDO PINTO DE MELO	263/01	CÂNDIDO PINTO DE MELO	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
CARLOS ALBERTO SOARES	122/01	CARLOS ALBERTO SOARES	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
CARLOS ALEXANDRE LAPA DE AGUIAR	341/01	CARLOS ALEXANDRE LAPA DE AGUIAR	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
CARLOS ELISIO DE FARIA NEVES	181/01	CARLOS ELISIO DE FARIA NEVES	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 16.000,00.
CARLOS FERNANDO DA SILVA	027/01	CARLOS FERNANDO DA SILVA	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
CARLÚCIO DE SOUZA CASTANHA JUNIOR	352/01	CARLÚCIO DE SOUZA CASTANHA JUNIOR	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
CARMÉLIO FERREIRA DE ANDRADE	398/01	CARMÉLIO FERREIRA DE ANDRADE	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
CARMEM DE CASTRO CHAVES	508/00	CARMEM CASTRO CHAVES	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
CARMEM ZEFERINO DA SILVA	302/01	CARMEM ZEFERINO DA SILVA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
CÉLIA MARIA LEITE COSTA	379/01	CÉLIA MARIA LEITE COSTA	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
CELRO RODRIGUES DA SILVA	251/01	CELRO RODRIGUES DA SILVA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
CÍCERO GOMES DA SILVA	227/00	CÍCERO GOMES DA SILVA	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
CÍCERO JOSÉ DE SOUZA	563/01	CÍCERO JOSÉ DE SOUZA	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 3.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
CIRO MONTEIRO CAVALCANTI	067/01	CIRO MONTEIRO CAVALCANTI	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 21.000,00.
CLÁUDIO LIMEIRA DA COSTA	310/01	ODON PORTO DE ALMEIDA	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 22.500,00.
CLAÚDIO ROBERTO MARQUES GURGEL	124/01	CLAÚDIO ROBERTO MARQUES GURGEL	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
CLETO DA COSTA CAMPELO NETO	232/00	CLETO DA COSTA CAMPELO NETO	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
CLEUSA MARIA PAIM AGUIAR	125/01	CLEUSA MARIA PAIM AGUIAR	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
CLÓVIS ASSUNÇÃO DE MELO	367/01	CLÓVIS ASSUNÇÃO DE MELO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
CUSTÓDIO FEITOZA AMORIM	228/01	CUSTÓDIO FEITOZA AMORIM	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
DANIEL LIMA SANTIAGO	357/01-A	DANIEL LIMA SANTIAGO	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 17.500,00.
DARCY LEITE DE OLIVEIRA	495/01	DARCY LEITE DE OLIVEIRA	Decisão em 26/11/2002. Valor: R\$ 14.000,00.
DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO	275/01	HAÍDE BENETTI DE PAULA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
DÉLIO MENDES DA FONSECA E SILVA FILHO	126/01	DÉLIO MENDES DA FONSECA E SILVA FILHO	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 16.000,00.
DELZUITE DA COSTA SILVA	4609/07	DELZUITE DA COSTA SILVA	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.
DENIS JATOBÁ AGRA	453/01	CAROLINA DE MEDEIROS AGRA E OUTROS	Valor da indenização: R\$ 27.000,00.
DENISSON LUIZ CERQUEIRA MENESES	497/01	CLYMENE MALTA FERREIRA MENEZES	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
DEOLINDO MELLO DE MOURA	377/01-A	CLÉA MORAES DE MOURA	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
DINALDO ALMEIDA COUTINHO	274/01	DINALDO ALMEIDA COUTINHO	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
DJALMA DUTRA DE BARROS	358/01	WEIDNEN DUTRA DE BARROS	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 19.000,00.
DJALMA MACHADO MOTA	015/01	DJALMA MACHADO MOTA	Valor da indenização: R\$ 27.500,00.
DULCE CHAVES PANDOLFI	373/01	DULCE CHAVES PANDOLFI	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
EDGAR JOSÉ DE BARROS	191/01	EDGAR JOSÉ DE BARROS	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
EDIL DA SILVA ALVES	193/01	EDIL DA SILVA ALVES	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
EDILSON FREIRE MACIEL	028/01	EDILSON FREIRE MACIEL	Decisão em 22/01/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
EDILSON ROMARIZ MACHADO	030/01	EDILSON ROMARIZ MACHADO	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
EDINALDO MIRANDA DE OLIVEIRA	086/00	EMÍLIA BEZERRA DE MIRANDA E OUTROS	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
EDIVAL FREITAS DA SILVA	158/01	EDIVAL FREITAS DA SILVA	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
EDIVAL NUNES DA SILVA CAJÁ	507/01	EDIVAL NUNES DA SILVA CAJÁ	Valor: R\$ 25.000,00.
EDMILSON FREIRE MACIEL	029/01	EDMILSON FREIRE MACIEL	Decisão em 08/02/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
EDMILSON VITORINO DE LIMA	333/01	EDMILSON VITORINO DE LIMA	Decisão em 19/02/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
EDNA SANTOS BARROS	334/01	EDNA SANTOS BARROS	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
EDSON DE SOUZA CARVALHO MIRANDA	245/01	EDSON DE SOUZA CARVALHO MIRANDA	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
EDSON EZEQUIEL DE SOUZA	127/01	EDSON EZEQUIEL DE SOUZA	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
EDSON PEREIRA DA SILVA	051/01	MARIA JOSÉ DA SILVA	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 25.500,00.
EDUARDO MAIA FREESE DE CARVALHO	330/01	EDUARDO MAIA FREESE DE CARVALHO	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
EDUARDO MARTINS DE LIMA	439/01	MARIA JOSÉ MAFRA DE LIMA	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
EDUARDO MENEZES BORGES	016/01	EDUARDO MENEZES BORGES	Decisão em 22/02/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
EDVALDO MARQUES DE SOUZA	259/00	EDVALDO MARQUES DE SOUZA	Decisão em 25/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
EDVALDO RATIS	242/01	EDVALDO RATIS	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
ELENALDO CELSO TEIXEIRA	423/01	ELENALDO CELSO TEIXEIRA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
ELIAS DA COSTA LIMA	159/01	ELIAS DA COSTA LIMA	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
ELIAS FERREIRA DA SILVA	451/01-A	ELIAS FERREIRA DA SILVA	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
ELIAS RAMOS RODRIGUES	147/01	ELIAS RAMOS RODRIGUES	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
ELIPHAS LEVI	208/01	ELIPHAS LEVI	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
ELZIR AMORIM DE MORAIS	207/01	ELZIR AMORIM DE MORAIS	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
EMILTON REGINALDO T. CAVALCANTI	031/01	EMILTON REGINALDO T. CAVALCANTI	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
ENILDO GALVÃO CARNEIRO	161/01	ENILDO GALVÃO CARNEIRO	Decisão em 21/01/2002. Valor: R\$ 24.000,00.
ENOCH MENDES SARAIVA	307/01	ENOCH MENDES SARAIVA	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
ERICO DONELES	128/01	ERICO DONELES	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
ERIDAN MOREIRA MAGALHÃES	417/01	ERIDAN MOREIRA MAGALHÃES	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
ERIVAL MENDES VIEIRA	390/01	ERIVAL MENDES VIEIRA	Decisão em 21/05/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
ERNESTO PAULINO DA COSTA	409/01	ERNESTO PAULINO DA COSTA	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
EUCLIDES DE BARROS XAVIER	200/00	EUCLIDES DE BARROS XAVIER	Decisão em 01/08/2008. Valor: R\$ 30.000,00.
EVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA	413/01	EVALDO LOPES GONÇALVES DA SILVA	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA	427/01	EDNALDO BEZERRA DA ROCHA	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
FABIANO ADALBERTO DE ALMEIDA LEITE	384/01	FABIANO ADALBERTO DE ALMEIDA LEITE	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
FÁTIMA ELIZABETH FERREIRA DA FONSECA	284/01	FÁTIMA ELIZABETH FERREIRA DA FONSECA	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
FAUSTO DE LIMA NOGUEIRA	234/01	FAUSTO DE LIMA NOGUEIRA	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
FERNANDA GOMES DE MATOS	167/01	FERNANDA GOMES DE MATOS	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
FERNANDO AUGUSTO MENDONÇA FILHO	264/01	FERNANDO AUGUSTO MENDONÇA FILHO	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
FERNANDO BARBOSA DA SILVA	479/01	FERNANDO BARBOSA DA SILVA	Decisão em 28/05/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
FERNANDO JUAREZ RAMOS	229/01	FERNANDO JUAREZ RAMOS	Valor da indenização: R\$ 24.000,00.
FERNANDO LOUREIRO MARINHO	224/01	FERNANDO LOUREIRO MARINHO	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
FERNANDO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA	426/01	FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
FERNANDO SOARES DA SILVA	230/01	FERNANDO SOARES DA SILVA	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
FLÁVIO GOMES BARBOSA	070/01	FLÁVIO GOMES BARBOSA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
FLORENTINO ALCANTARA DE MORAIS	166/01	FLORENTINO ALCANTARA DE MORAIS	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
FRANCISCO CLÓVIS MARQUES DO VALE	017/01	FRANCISCO CLOVIS MARQUES DO VALE	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO	130/01	FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
FRANCISCO DE ASSIS CLAUDINO	068/01	FRANCISCO DE ASSIS CLAUDINO	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
FRANCISCO FERNANDES MAIA	250/01	FRANCISCO FERNANDES MAIA	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.
FRANCISCO HONORATO DA COSTA	083/01	IVAN DE OLIVEIRA COSTA	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
FRANCISCO JULIÃO ARRUDA DE PAULA	087/01	ALEXINA LINS CRESPO DE PAULA (VIÚVA)	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
FRANCISCO MACHADO MOTA	257/00	FRANCISCO MACHADO MOTA	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
FRANCISCO PASCOAL DE OLIVEIRA	382/01	MAURA RIBEIRO DOS SANTOS	Valor da indenização: R\$ 7.000,00.
FRANCISCO PEIXOTO DE CARVALHO	069/01	FRANCISCO PEIXOTO DE CARVALHO	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	486/01	MARIA BABOSA DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 23.000,00.
FRANCISCO SOBREIRA DE MOURA NETO	212/01	PEDRO SOBREIRA DE MOURA FILHO	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES	391/01	FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
FRANCISCO DAS CHAGAS DIAS MONTEIRO	290/01	FRANCISCO DAS CHAGAS DIAS MONTEIRO	Decisão em 15/01/2001. Valor: R\$ 29.500,00.
FREDERICK BIRTE MORRIS	353/01	FREDERICK BIRTE MORRIS	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
GABRIEL BARBOSA FARIAS DE PAULA	303/01	IREMAR JOSÉ BATISTA DE PAULA	Decisão em 07/01/2003. Valor: R\$ 27.500,00.
GABRIEL VELOSO DE MELO	216/01	GABRIEL VELOSO DE MELO	Valor da indenização: R\$ 22.000,00.
GENIVALDA MELO DA SILVA	392/01	GENIVALDA MELO DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
GERALDINA DE LIMA SANTOS	523/01	GERALDINA DE LIMA SANTOS	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.
GERALDO CASSIMIRO DE LIMA ALBUQUERQUE	362/01	GERALDO CASSIMIRO DE LIMA ALBUQUERQUE	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
GERALDO MAGELA DO NASCIMENTO	345/01	GERALDO MAGELA DO NASCIMENTO	Decisão em 14/01/2003. Valor: R\$ 29.000,00.
GERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA	470/01	GERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA	Decisão em 29/10/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
GILVAN CAVALCANTI DE MELO	455/01	GILVAN CAVALCANTI DE MELO	Decisão em 28/05/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
GILVAN PIO HAMZI	163/01	GILVAN PIO HAMZI	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 23.000,00.
GIOVANI BARONI	351/01	GIOVANI BARONI	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 28.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
GIVALDO GUALBERTO DA SILVA	503/01	GIVALDO GUALBERTO DA SILVA	Decisão em 30/07/2003. Valor: R\$ 18.000,00.
GLAUCO ALMEIDA GONÇALVES	513/01	GLAUCO ALMEIDA GONÇALVES	Valor da indenização: R\$ 14.000,00.
GRAZIELA DE MOURA CAVALCANTI DE MELO	433/01	GRAZIELA DE MOURA CAVALCANTI	Valor da indenização: R\$ 29.000,00.
GREGÓRIO LOURENÇO BEZERRA	273/01	JURANDIR BEZERRA	Decisão em 05/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
GRIVALDO TENÓRIO	071/01	ANTENOR CARLOS FREDERICO TENÓRIO (FILHO)	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
GUILHERBALDO MARQUES MACIEIRA	300/01	GUILHERBALDO MARQUES MACIEIRA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
GUILHERMINA BEZERRA DA ROCHA	270/01	EVA BEZERRA AZEVEDO E OUTROS	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
HAROLDO CÍCERO DE MORAIS	250/00	HAROLDO CÍCERO DE MORAIS	Decisão em 25/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
HELENA LUIS PESSOA	252/01	HELENA LUIS PESSOA	Decisão em 26/06/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
HELENA MOTA QUINTELA	407/01	FELIPE QUINTELLA LEITE	Valor da indenização: R\$ 22.000,00.
HELENA SERRA AZUL MONTEIRO	289/01	HELENA SERRA AZUL MONTEIRO	Decisão em 15/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
HENRI ALBERT COSSART	316/01	HENRI ALBERT COSSART	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
HENRIQUE ROBERTO RAMIRES PINHEIRO DA SILVA	223/01	HENRIQUE ROBERTO RAMIRES PINHEIRO DA SILVA	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 27.500,00.
HERCÍLIO SÉRGIO DE MELO	088/01	VÂNIA LÚCIA XIMENES	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
HÉRCULES SIDNEI PIRES LIBERAL	457/01	HÉRCULES SIDNEI PIRES LIBERAL	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
HIRAM FERNANDES DE MENEZES LIMA	032/01	HIRAM FERNANDES DE MENEZES LIMA	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
HUGO CORTEZ CROCIA BARROS	410/01	HUGO CORTEZ CROCIA BARROS	Decisão em 26/04/2002. Valor: R\$ 23.000,00.
IBERÉ BAPTISTA DA COSTA	272/01	IBERÉ BAPTISTA DA COSTA	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
INÁCIO JOSÉ DOS SANTOS	271/01	INÁCIO JOSÉ DOS SANTOS	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
IRACEMA SERRA AZUL DA FONSECA	288/01	IRACEMA SERRA AZUL DA FONSECA	Decisão em 15/01/2002. Valor: R\$ 24.000,00.
ISANUSIS DE CASTRO CARDOSO	131/01	ISANUSIS DE CASTRO CARDOSO	Decisão em 21/05/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
ISRAEL TRAVASSOS DE ARRUDA	519/01	JOSÉ TRAVASSOS DE ARRUDA E OUTROS	Valor da indenização: R\$ 17.000,00.
IVALDEVAN DE ARAPUJO CALHEIROS	082/01	IVALDEVAN DE ARAPUJO CALHEIROS	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
IVAN ROCHA AGUIAR	043/01 e 045/01	MOLDÁVIA DE AGUIAR CAVALCANTI E OUTROS	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
IVANILDO SAMPAIO XAVIER	102/01	IVANILDO SAMPAIO XAVIER	Decisão em 09/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
IVO CARNEIRO VALENÇA	246/01	DULCE DE OLIVEIRA VALENÇA	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JAIR BORIN	354/01	JAIR BORIN	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JARBAS PEREIRA MARQUES	253/01	TÉRCIA MARIA RODRIGUES MENDES	Decisão em 09/04/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOACIR DA SILVA CASTRO	251/00	JOACIR DA SILVA CASTRO	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
JOÃO ALFREDO DOS ANJOS	045/01	JOÃO ALFREDO DOS ANJOS	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
JOÃO ALVES FARIAS	244/01	JOÃO ALVES FARIAS	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOÃO ALVES GONDIM NETO	183/01	JOÃO ALVES GONDIM NETO	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
JOÃO AMARO DA SILVA	077/01	JOÃO AMARO DA SILVA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
JOÃO BARBOSA DE VASCONCELOS	510/01	ADERITA GOMES DE VASCONCELOS	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
JOÃO BATISTA DOS SANTOS	374/01	JOÃO BATISTA DOS SANTOS	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
JOÃO BOSCO LEITE FALCÃO	133/01	JOÃO BOSCO LEITE FALCÃO	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
JOÃO BOSCO ROLEMBERG CORTES	376/01	JOÃO BOSCO ROLEMBERG CORTES	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOÃO DE LIMA NETO	475/01	JOÃO DE LIMA NETO	Valor da indenização: R\$ 17.000,00.
JOÃO FRANCISCO DA SILVA	281/01	JOÃO FRANCISCO DA SILVA	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOÃO FRANCISCO DE CARVALHO	438/01	PEDRO PAULO DE HOLANDA CARVALHO	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
JOÃO GUERREIRO DE OLIVEIRA	011/01	MARIA DIVA PEDROSA DE OLIVEIRA	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO	445/01	JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
JOÃO VIRGÍNIO DA SILVA	363/01	JOSÉ VIRGÍNIO DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
JOÃO ZEFERINO DA SILVA	199/00	JOÃO ZEFERINO DA SILVA	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JOAQUIM ANDRADE PINHEIRO	389/01	JOAQUIM ANDRADE PINHEIRO	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
JOAQUIM CAMILO DE SANTANA	279/01	OZANA CARLOS DE SANTANA	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
JONAS CELSO MAIA DE BRITO	386/01	JONAS CELSO MAIA DE BRITO	Decisão em 21/02/2003. Valor: R\$ 20.000,00.
JONAS JOSÉ DE ALBUQUERQUE BARROS	502/01 e 033/09	MARISA HELIONORA DE ALBUQUERQUE BARROS	Decisão em 27/08/2009. Valor: R\$ 30.000,00.
JORGE ALVES DA SILVA	294/01	JORGE ALVES DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 22.500,00.
JOSÉ ADEILDO RAMOS	185/01	JOSÉ ADEILDO RAMOS	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ ALMINO DE ALENCAR ARRAES	084/01	JOSÉ ALMINO DE ALENCAR ARRAES	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
JOSÉ ÁLVARO LIMA FILHO	262/01	DENISE FERREIRA LIMA	Valor da indenização: R\$ 23.000,00.
JOSÉ AMARO CORREIA	233/01	JOSÉ AMARO CORREIA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JOSÉ AMARO DA SILVA	194/01	JOSÉ AMARO DA SILVA FILHO	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
JOSÉ ANACLETO DE LIRA	073/01	JOSÉ ANACLETO DE LIRA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
JOSÉ ARNALDO AMARAL	216/01	JOSÉ ARNALDO AMARAL	Decisão em 26/06/2001. Valor: R\$ 9.000,00.
JOSÉ CALISTRATO CARDOSO FILHO	132/01	JOSÉ CALISTRATO CARDOSO FILHO	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
JOSÉ CARDOSO DA SILVA	499/01	ROBERTO CARDOSO	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
JOSÉ CARLOS DE ABREU PRATA	145/01 e 210/01	MARINA LOPEZ PRATA	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
JOSÉ CARLOS MOREIRA DE MELO	364/00	JOSÉ CARLOS MOREIRA DE MELO	Decisão em 12/03/20012. Valor: R\$ 27.000,00.
JOSÉ COSTA NEVES	237/00	JOSÉ COSTA NEVES	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
JOSÉ DE BRITO GALVÃO	309/01	IVANICE DE BRITO GALVÃO	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
JOSÉ DE OLIVEIRA TORRES	275/01	JOSÉ DE OLIVEIRA TORRES	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
JOSÉ ELIDIO DO NASCIMENTO	230/00	ROZETE SILVADO NASCIMENTO E OUTROS	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ EMILSON RIBEIRO DA SILVA	101/01	JOSÉ EMILSON RIBEIRO DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 29.000,00.
JOSÉ ERNANE DE SOUZA VAREJÃO	093/01	JOSÉ ERNANE DE SOUZA VAREJÃO	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 23.000,00.
JOSÉ FERNANDES SANTOS DE MENEZES	033/01	JOSÉ FERNANDES SANTOS DE MENEZES	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA	383/01	SEVERINO JOSÉ DE SOUZA	Decisão em 22/10/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ GOMES DE LIMA	034/01	JOSÉ GOMES DE LIMA	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 22.000,00.
JOSÉ GUEDES DE ANDRADE	162/01	JOSÉ GUEDES DE ANDRADE	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ HAMILTON SUAREZ CLARO	450/01	JOSÉ HAMILTON SUAREZ CLARO	Decisão em 15/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA FILHO	430/01	JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA FILHO	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
JOSÉ HONÓRIO DA SILVA	459/01	JOSÉ HONÓRIO DA SILVA	Decisão em 26/02/2003. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ HUGO DE MORAIS VAZ	273/01	JOSÉ HUGO DE MORAIS VAZ	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
JOSÉ IVANILDO ALVES MACHADO	074/01	JOSÉ IVANILDO ALVES MACHADO	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
JOSÉ JORDÃO DOS ANJOS	261/01 e 232/01	ELVIRA MACIEL DOS SANTOS E SEVERINA ALVES DE OLIVEIRA	Decisão em 19/02/2003. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ LEITE FALCÃO	133/01	JOSÉ LEITE FALCÃO	Decisão em 26/06/2001. Valor: R\$ 19.000,00.
JOSÉ LEITE FILHO	284/00	ADEMARY RENAUX DUARTE LEITE	Decisão em 19/02/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
JOSÉ LINS PEREIRA	075/01	JOSÉ LINS PEREIRA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 21.000,00.
JOSÉ LOPES DE ALBUQUERQUE	356/01	LUZINETE FARIA DE ALBUQUERQUE	Valor da indenização: R\$ 29.000,00.
JOSÉ LUCIANO CORREIA DE CERQUEIRA	515/01	JOSÉ LUCIANO CORREIA DE CERQUEIRA	Valor da indenização: R\$ 24.000,00.
JOSÉ MACHADO BEZERRA	235/01	JOSÉ MACHADO BEZERRA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
JOSÉ MANOEL DA SILVA	340/01	AURO VLADEMIR DA SILVA MELO E OUTROS	Decisão em 22/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ MARCIONILO DE B. LINS FILHO	317/01	JOSÉ MARCIONILO DE B. LINS FILHO	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ MARIA DA SILVA	072/01	JOSÉ MARIA DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 24.000,00.
JOSÉ MARIA WANDERLEY LINS	278/01	MARISE WANDERLEY BASTOS	Valor da indenização: R\$ 10.000,00.
JOSÉ MATIAS LOPES	276/01	JOSÉ MATIAS LOPES	Valor da indenização: R\$ 17.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
JOSÉ MAURÍLIO SERAPIÃO DA CRUZ	184/00 e 184/00-A	JOSÉ MAURÍLIO SERAPIÃO DA CRUZ	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
JOSÉ MOREIRA LEMOS NETO	406/01	JOSÉ MOREIRA LEMOS NETO	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
JOSÉ MOURA E FONTES	094/01	JOSÉ MOURA E FONTES	Decisão em 05/06/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ NAPOLEÃO DA SILVA	498/01	JOSÉ NAPOLEÃO DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 25.000,00
JOSÉ NIVALDO BARBOSA DE SOUZA JUNIOR	472/01	JOSÉ NIVALDO BARBOSA DE SOUZA JUNIOR	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
JOSÉ OSVALDO GOMES	388/01	ESMERALDA MENDES DA SILVA GOMES	Decisão em 29/10/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
JOSÉ OTO DE OLIVEIRA	103/01	JOSÉ OTO DE OLIVEIRA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSE PEDRO DA SILVA	076/01	JOSE PEDRO DA SILVA	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ REGINALDO VELOSO DE ARAÚJO	399/01	JOSÉ REGINALDO VELOSO DE ARAÚJO	Valor da indenização: R\$ 21.000,00.
JOSÉ ROMUALDO FILHO	267/01	JOSÉ ROMUALDO FILHO	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JOSÉ SOBREIRA DE FRANÇA	165/01	FREDERICO SOBREIRA FRANÇA DE MORAIS	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
JOSÉ TARCIZO MOREIRA	022/01	JOSÉ TARCIZO MOREIRA	Decisão em 23/04/2003. Valor: R\$ 10.000,00.
JOSÉ UDALRICO DOS SANTOS	447/00	JOSÉ UDALRICO DOS SANTOS	Decisão em 18/03/2003. Valor: R\$ 21.000,00.
JOSÉ VALTER DE OLIVEIRA	452/01	JOSÉ VALTER DE OLIVEIRA	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 22.000,00.
JOSEFA LÚCIA DE ANDRADE	372/01	JOSEFA LÚCIA DE ANDRADE	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JOVENILDO PINHEIRO DE SOUZA	276/00	JOVENILDO PINHEIRO DE SOUZA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JUARÉS JOSÉ GOMES	049/01	JUARÉS JOSÉ GOMES	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JUAREZ FERNANDO DA SILVA ROCHA	393/01	JUAREZ FERNANDO DA SILVA ROCHA	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
JUDAS TADEU DE LIRA GABRIEL	416/01	JUDAS TADEU DE LIRA GABRIEL	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
JÚLIO LEOCARDIO TAVARES DAS CHAGAS	209/00	JÚLIO LEOCARDIO TAVARES DAS CHAGAS	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JÚLIO SANTANA	240/01	ARTUR SANTANA DA SILVA	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
JURANDIR BEZERRA	226/01	JURANDIR BEZERRA	Decisão em 15/01/2002. Valor: R\$ 20.000,00.
JURANDIR FERREIRA DA SILVA	286/00	JURANDIR FERREIRA DA SILVA	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
KARL MARX DE ALMEIDA GONÇALVES	428/01	KARL MARX DE ALMEIDA GONÇALVES	Decisão em 23/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
KARL MARX GUIMARÃES COELHO	279/01	KARL MARX GUIMARÃES COELHO	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
LAÉRCIO FERREIRA DE FRANÇA	062/01	LAÉRCIO FERREIRA DE FRANÇA	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 19.000,00.
LAURINDO JOÃO DA SILVA	359/01	LAURINDO JOÃO DA SILVA	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 24.000,00.
LECI DE MOURA MACIEL	249/02	LECI DE MOURA MACIEL	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
LÊDA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	396/01	LÊDA MARIA DE OLIVEIRA LIMA	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
LÉIA EMÍLIA DE MOURA LUSTOSA	258/01	LÉIA EMÍLIA DE MOURA LUSTOSA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
LENIN DE ALMEIDA GONÇALVES	429/01	LENIN DE ALMEIDA GONÇALVES	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
LENIRA DA SILVA DE LIMA	522/01	LENIRA DA SILVA DE LIMA	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.
LENIRA MARIA DE CARVALHO	315/01	LENIRA MARIA DE CARVALHO	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 22.500,00.
LENISIA LEITE SOBESLAVSKY	206/01	LENISIA LEITE SOBESLAVSKY	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
LENITO CÂNCIO DE FRANÇA	4431/01-A	LENITO CÂNCIO DE FRANÇA	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
LEONARDO MÁRIO DE AGUIAR BARRETO	277/01	ERALDA DOS SANTOS BARRETO	Decisão em 19/02/2003. Valor: R\$ 29.000,00.
LILIA MARIA GONDIM LEITÃO	421/01	LILIA MARIA GONDIM LEITÃO	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
LUCIANO DE ALMEIDA	078/01	LUCIANO DE ALMEIDA	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
LUCIANO ROBERTO ROSAS DE SIQUEIRA	371/01	LUCIANO ROBERTO ROSA DE SERQUEIRA	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
LUIZ ALVES NETO	135/01	LUIZ ALVES NETO	Valor da indenização: R\$ 29.000,00.
LUIZ ANTONIO DA SILVA	009/01	LUIZ ANTONIO DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
LUIZ CARLOS DE ALMEIDA GONÇALVES	511/01	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA GONÇALVES	Valor da indenização: R\$ 21.000,00.
LUIZ ERNESTO SERRA AZUL DA FONSECA	285/01	LUIZ ERNESTO SERRA AZUL DA FONSECA	Decisão em 29/10/2002. Valor: R\$ 19.000,00.
LUIZ FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO	524/00	LUIZ FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO	Valor da indenização: R\$ 27.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
LUIZ GOMES CORREIA ARRUDA	377/01	LUIZ GOMES CORREIA ARRUDA	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
LUIZ GONZAGA LOPES PESSOA	506/01	LUIZ GONZAGA LOPES PESSOA	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
LUIZ SERAFIM DOS SANTOS	277/01	NOEMIA PEREIRA DA SILVA	Decisão em 25/07/2003. Valor: R\$ 28.000,00.
LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI	434/01	LYLIA DA SILVA GUEDES GALETTI	Decisão em 28/05/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
MANOEL ALBANY THOMAZ	079/01	MARIA INALDA DA SILVA THOMAZ	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
MANOEL ANTONIO DA SILVA	468/01	NEEMIZIA FERREIRA DA SILVA	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 28.500,00.
MANOEL DA SILVA TEODÓSIO NETO	147/01	NAÍDE REGUEIRA TEODÓSIO	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
MANOEL DIAS FONSECA NETO	287/01	MANOEL DIAS DA FONSECA NETO	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
MANOEL GONÇALO FERREIRA	456/01	MANOEL GONÇALO FERREIRA	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
MANOEL JOSÉ RODRIGUES	469/01	ALAÍDE MARIA DA SILVA E OUTROS	Valor da indenização: R\$ 15.000,00.
MANOEL VICENTE DA SILVA	432/01	MARCOS VICENTE DA SILVA	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 23.000,00.
MANUEL MESSIAS DA SILVA	061/01	MANUEL MESSIAS DA SILVA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
MANUEL TERTULIANO ARRUDA DE PAULA	361/01	MARIA JOSÉ CARVALHO DE PAULA	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
MARCELLO NOGUEIRA DA SILVA	514/01	MARCELLO NOGUEIRA DA SILVA	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
MARCELO CORDEIRO	225/01	MARCELO CORDEIRO	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
MARCELO MÁRIO MELO	170/01	MARCELO MÁRIO MELO	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
MARCELO SÉRGIO MARTINS MESEL	205/01	MARCELO SÉRGIO MARTINS MESEL	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
MARGARIDA SERPA COSSART	298/01	MARGARIDA SERPA COSSART	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
MARIA ADOZINDA MONTEIRO DA COSTA	465/01	MARIA ADOZINDA MONTEIRO DA COSTA	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
MARIA ALAÉCEIA MORAIS E SILVA	424/01-A	MARIA ALAÉCEIA MORAIS E SILVA	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 20.000,00.
MARIA APARECIDA DOS SANTOS	010/01	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Decisão em 19/06/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA	274/01	MARIA AUGUSTA DE OLIVEIRA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
MARIA BETÂNIA CORREIA LIRA	239/01	MARIA BETÂNIA CORREIA LIRA	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
MARIA CELESTE VIDAL BASTOS	259/01	MÁRCIA MARIA VIDAL NEVES	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
MARIA CRISTINA DE CASTRO	144/01	MARIA CRISTINA DE CASTRO	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
MARIA DA CONCEIÇÃO CORREIA LIRA	220/01	LORENA CORREIA LIRA DE LIMA	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
MARIA DE LOURDES DA SILVA	278/01	MARIA DE LOURDES DA SILVA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
MARIA DO CARMO AGRA CARDOSO DE AZEVEDO	137/01	MARIA DO CARMO AGRA CARDOSO DE AZEVEDO	Decisão em 19/09/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
MARIA DO CARMO SILVA	329/01	MARIA DO CARMO SILVA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 22.500,00.
MARIA DO CARMO THOMAZ	247/00	MARIA DO CARMO THOMAZ	Decisão em 25/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
MARIA DO SOCORRO DE MAGALHÃES	137/01	MARIA DO SOCORRO DE MAGALHÃES	Decisão em 05/11/2002. Valor: R\$ 22.500,00.
MARIA INALDA DA SILVA THOMAZ	035/01	MARIA INALDA DA SILVA THOMAZ*	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
MARIA INÊS MOREIRA DE MELO	401/01	MARIA INÊS MOREIRA DE MELO	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 26.500,00.
MARIA JOSÉ CARVALHO DE PAULA	360/01	MARIA JOSÉ CARVALHO DE PAULA	Decisão em 22/01/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
MARIA LENITA AGRA CARDOSO	140/01	MARIA LENITA AGRA CARDOSO	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
MARIA LUZINETE DE LIMA	418/01	MARIA LUZINETE DE LIMA	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 21.000,00.
MARIA QUINTELA DE ALMEIDA	460/01	MARIA QUINTELA DE ALMEIDA	Decisão em 26/02/2003. Valor: R\$ 28.000,00.
MARIA SALETE DAMASCENO WEYNE	461/01	MARIA SALETE DAMASCENO WEYNE	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 11.000,00.
MARIA TEREZA LEMOS VILAÇA	342/01	MARIA TEREZA LEMOS VILAÇA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO	142/01	MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
MARIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE	440/01	MARIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
MARISE BORÉM PIMENTA HOFFMAN	411/01	MARISE BORÉM PIMENTA HOFFMAN	Decisão em 09/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
MARTINHO LEAL CAMPOS	323/01	MARTINHO LEAL CAMPOS	Decisão em 04/06/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
MAURÍCIO ANÍSIO DE ARAÚJO	042/01	MAURÍCIO ANÍSIO DE ARAÚJO	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
MAURÍCIO DE FIGUEIREDO FORMIGA	055/01	MAURÍCIO DE FIGUEIREDO FORMIGA	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 27.500,00.
MELÂNIA DE ALMEIDA ARAÚJO	319/01	MELÂNIA DE ALMEIDA ARAÚJO	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
MÉRCIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA	253/00	MÉRCIA DE ALBUQUERQUE FERREIRA	Decisão em 25/01/2001. Valor: R\$ 28.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
MERY MEDEIROS DA SILVA	260/01	MERY MEDEIRO DA SILVA	Decisão em 26/06/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
MILTON COELHO DA GRAÇA	303/01	MILTON COELHO DA GRAÇA	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
MILTON EMILIO DOS SANTOS	215/01	MILTON EMILIO DOS SANTOS	Valor da indenização: R\$ 24.000,00.
MOACYR CORTÊS	437/01	MOACYR CORTÊS	Valor da indenização: R\$ 29.000,00.
MOZART DE ALMEIDA ARAÚJO	387/01	MOZART DE ALMEIDA ARAÚJO	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
MUCIO SOUTO MAIOR PESSOA	412/01	MUCIO SOUTO MAIOR PESSOA	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 20.000,00.
NADJA MIRANDA ALBUQUERQUE	476/01	NADJA MIRANDA ALBUQUERQUE	Valor da indenização: R\$ 20.000,00.
NAÍDE REGUEIRA TEODÓSIO	146/01	NAÍDE REGUEIRA TEODÓSIO	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
NANCY MANGABEIRA UNGER	238/01	NANCY MANGABEIRA UNGER	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
NATANAEL DE SOUZA LIMA	493/01	NATANAEL DE SOUZA LIMA	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 21.000,00.
NEWTON VIEIRA DE VASCONCELOS	308/01	NEWTON VIEIRA DE VASCONCELOS	Decisão em 26/03/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
NILSON LUSTOSA E SILVA	185/00	NILSON LUSTOSA E SILVA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
NILTON ALVES DA SILVA	050/01	NILTON ALVES DA SILVA	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 22.000,00.
NORTON DE MORAES SARNENTO FILHO	496/01	NORTON DE MORAES SARNENTO FILHO	Decisão em 07/01/2003. Valor: R\$ 29.000,00.
ODIJAS CARVALHO DE SOUZA	385/01	MARIA YVONE LOUREIRO RIBEIRO	Decisão em 15/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ODON PORTO DE ALMEIDA	148/01	ODON PORTO DE ALMEIDA	Decisão em 24/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
OSCAR BANDEIRA COUTINHO NETO	190/01	OSCAR BANDEIRA COUTINHO NETO	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 23.000,00.
OSCAR DOS SANTOS SENA	348/01	NEUSA ROMA DE SENA	Decisão: 19/02/2003. Valor: R\$ 26.000,00.
OSVALDO CABRAL DE LIRA	205/00	VALMIR CABRAL DE LIRA (FILHO)	Decisão em 11/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
OTÁVIO AMÂNCIO DE LIMA	243/01	OTÁVIO AMÂNCIO DE LIMA	Decisão em 03/12/2002. Valor: R\$ 26.500,00.
OTÁVIO JOSÉ DO NASCIMENTO	160/01	MARIA CORREIA DOS SANTOS	Decisão em 19/02/2003. Valor: R\$ 27.000,00.
OZANA CARLOS DE SANTANA	467/01	JOSÉ CAMILO DE SANTANA	Valor da indenização: R\$ 19.000,00.
PAULO ALBERTO ALMEIDA LIRA	044/01	PAULO ALBERTO ALMEIDA LIRA	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
PAULO BARROS DOS SANTOS	312/01	PAULO BARROS DOS SANTOS	Valor da indenização: R\$ 23.000,00.
PAULO BEZERRA JUNIOR	318/01	PAULO BEZERRA JUNIOR	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
PAULO FENELON DE BARROS	047/01	PAULO FENELON DE BARROS	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
PAULO FERNANDO MAGALHÃES DOS SANTOS	311/01	PAULO FERNANDO MAGALHÃES DOS SANTOS	Valor da indenização: R\$ 22.000,00.
PAULO GOMES DA SILVA	046/01	PAULO GOMES DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 27.000,00.
PAULO GUILHERME MOREIRA DE MELO	408/01	PAULO GUELLERME MOREIRA DE MELO	Valor da indenização: R\$ 18.000,00.
PAULO MARCOS DE BARROS E SOUZA	218/01	PAULO MARCOS DE BARROS E SOUZA	Decisão em 22/05/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
PAULO PONTES DA SILVA	056/01	PAULO PONTES DA SILVA	Decisão em 08/03/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
PAULO ROBERTO BARBOSA BRUSCKY	449/01	PAULO ROBERTO BARBOSA BRUSCKY	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
PAULO ROBERTO PRONTUÁRIO GUIMARÃES	381/01	PABLO DE VARGAS GUIMARÃES	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
PAULO RODRIGUES DO NASCIMENTO	054/01	PAULO RODRIGUES DO NASCIMENTO	Decisão em 17/04/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
PAULO SANTOS CARNEIRO	462/01	PAULO SANTOS CARNEIRO	Decisão em 24/09/2002. Valor: R\$ 22.000,00.
PEDRO ANTÔNIO DO NASCIMENTO	149/01	JOSÉ ANDRADE DO NASCIMENTO	Decisão em 31/07/2001. Valor: R\$ 22.000,00.
PEDRO BEZERRA DA SILVA	197/01	PEDRO BEZERRA DA SILVA	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 29.000,00.
PEDRO COUTINHO DE ALMEIDA	306/01	PEDRO COUTINHO DE ALMEIDA	Decisão em 05/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
PEDRO JOSÉ DA SILVA	305/01	PEDRO JOSÉ DA SILVA	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 21.000,00.
PEDRO MAKOVSKI CLEMACHUK	280/00	PEDRO MAKOVSKI CLEMACHUK	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
PERLY CIPRIANO	414/00	PERLY CIPRIANO	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
PERY THADEU OLIVEIRA FALCON	214/01	PERY THADEU OLIVEIRA FALCON	Decisão em 21/08/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
POTIGUARA GOMES DA SILVA	322/01	POTIGUARA GOMES DA SILVA	Decisão em 16/04/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
RAIMUNDO ALVES QUINTAL	150/01	RAIMUNDO ALVES QUINTAL	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 22.000,00.
RAIMUNDO CORREIA DE OLIVEIRA	021/01	RAIMUNDO CORREIA DE OLIVEIRA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
RAIMUNDO OSWALD CAVALCANTE BARROSO	346/01	RAIMUNDO OSWALD CAVALCANTE BARROSO	Decisão em 19/02/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
RAMIRES MARANHÃO DO VALE	4364/01	RAMIRES MARANHÃO DO VALE	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
REGINALDO GONÇALVES DE LIMA	080/01	RUTH FILGUEIRAS DE LIMA	Valor da indenização: R\$ 26.000,00.
REINALDO TRAVASSOS DE ARRUDA	517/01	REINALDO TRAVASSOS DE ARRUDA	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
RENATO GOMES DA SILVA	299/01	RICARDO THOMAS DA SILVA JUNIOR	Valor da indenização: R\$ 25.500,00.
RHOLINE SONDE CAVALCANTE SILVA	186/01	MARIA DE FÁTIMA VILAR TORRES	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
RICARDO ZARATTINI FILHO	304/01	RICARDO ZARATTINI FILHO	Decisão em 03/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
RILDO JOSÉ MENDES DE FREITAS	380/01	RILDO JOSÉ MENDES DE FREITAS	Decisão em 25/06/2002. Valor: R\$ 26.000,00.
RINALDO RUY DE CARVALHO LIMA	435/01	RINALDO RUY DE CARVALHO LIMA	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 27.000,00.
RIVADÁVIA BRAZ DE OLIVEIRA	139/01	ALICE IÊDA DE OLIVEIRA	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ROMERO DOS SANTOS E SILVA	349/01	ROMERO DOS SANTOS E SILVA	Decisão em 22/01/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
ROMILDO MARANHÃO DO VALE	314/01	ROMILDO MARANHÃO DO VALE	Decisão em 14/08/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
RÔMULO RAIMUNDO MARANHÃO DO VALE	400/01	RÔMULO RAIMUNDO MARANHÃO DO VALE	Valor da indenização: R\$ 23.000,00.
RONALDO MARQUES GUIMARÃES	368/01	RONALDO MARQUES GUIMARÃES	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ROQUE SANTOS DE CARVALHO	293/01	ROQUE SANTOS DE CARVALHO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
ROSA MARIA BARROS DOS SANTOS	151/01	ROSA MARIA BARROS DOS SANTOS	Decisão em 26/06/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ROSALVO MARINHO DE MELO	326/01	ROSALVO MARINHO DE MELO	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
RUBENS MANOEL DE LEMOS	466/01	ISOLDA MARIA CARNEIRO DE MELO	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
RUY FRAZÃO SOARES	410/01	HENRIQUE RUI DE MORAES SOARES	Decisão em 12/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
SAMUEL FIRMINO DE OLIVEIRA	282/00	SAMUEL FIRMINO DE OLIVEIRA	Decisão em 22/01/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
SANDINO DE ALBUQUERQUE FERREIRA	281/00	SANDINO DE ALBUQUERQUE FERREIRA	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
SANDOVAL DA SILVA FERREIRA	474/00	ANGELITA DANTAS FIRMINO FERREIRA	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
SEBASTIÃO CHAGAS DA SILVA	085/01	SEBASTIÃO CHAGAS DA SILVA	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
SEBASTIÃO CIRILO ARRUDA DE PAULA	526/01	DJALMA NARCISO DE PAULA	Decisão em 20/05/2003. Valor: R\$ 17.000,00.
SEBASTIÃO GOMES COUTINHO	052/01	SEBASTIÃO GOMES COUTINHO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
SÉDOFAS FERREIRA DE ALBUQUERQUE	134/01	LUÍZA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
SELMA BANDEIRA MENDES	369/01	ALEXANDRINA BANDEIRA MENDES	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 28.000,00.
SÉRGIO MURILO SANTA CRUZ SILVA	394/01	SÉRGIO MURILO SANTA CRUZ SILVA	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
SEVERINO CORREIA DE LIMA	446/01	MARIA JOSÉ MENDONÇA DE LIMA	Valor da indenização: R\$ 2.000,00.
SEVERINO DE LIMA CORREIA	521/01	SEVERINO DE LIMA CORREIA	Decisão em 18/02/2011. Valor: R\$ 30.000,00.
SEVERINO DE SOUZA FERRAZ	366/01	DJANIRA LINS FERRAZ (FILHA)	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 28.000,00.
SEVERINO GOMES DA SILVA	404/01	SEVERINO GOMES DA SILVA	Decisão em 19/02/2003. Valor: R\$ 26.000,00.
SEVERINO QUIRINO DE MIRANDA	081/01	SEVERINO QUIRINO DE MIRANDA	Decisão em 03/04/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
SILVIA LÚCIA VIANA MONTARROYOS	187/01	SILVIA LÚCIA VIANA MONTARROYOS	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
SIMÃO VICENTE DO NASCIMENTO	254/00	SIMÃO VICENTE DO NASCIMENTO	Decisão em 20/03/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
SÓCRATES DA SILVA ACIOLI	332/01	SÓCRATES DA SILVA ACIOLI	Decisão em 31/07/2003. Valor: R\$ 16.000,00.
SOLANGE ALMEIDA DE SOUZA	422/01	MARIANA DE SOUZA GABRIEL	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
SOLEDAD BARRET VIEDMA	837/07	NASAINDY BARRET DE ARAÚJO	Valor da indenização: R\$ 30.000,00.
SOLON PEREIRA DE ARAÚJO	324/01	GENHA CAROLINA REGO DE ARAÚJO PINTO	Decisão em 07/01/2003. Valor: R\$ 29.000,00.
SÔNIA MARIA DE ARRUDA BELTRÃO	313/01	SÔNIA MARIA DE ARRUDA BELTRÃO	Decisão em 12/11/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
SÔNIA MONTENEGRO	464/01	SÔNIA MONTENEGRO	Decisão em 19/03/2002. Valor: R\$ 30.000,00.
TARZAN DE CASTRO	217/01	TARZAN DE CASTRO	Decisão em 24/07/2001. Valor: R\$ 26.000,00.
TEREZA CRISTINA ALBUQUERQUE	152/01	TEREZA CRISTINA ALBUQUERQUE	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 20.000,00.
TIBIRIÇA DE MELO E SILVA	488/01	TIBIRIÇA DE MELO E SILVA	Decisão em 22/10/2002. Valor: R\$ 24.000,00.
UBIRACI SILVA BARBOSA	138/01	MARIA DA NATIVIDADE DE FERRAZ BARBOSA	Decisão em 15/01/2001. Valor: R\$ 30.000,00.
ULRICH HOFFMAN	473/01	ULRICH HOFFMAN	Decisão em 15/10/2002. Valor: R\$ 29.000,00.
VALDIR DE ARAÚJO DANTAS	419/01	VALDIR DE ARAÚJO DANTAS	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
VALDIR PEIXOTO FERREIRA	283/01	VALDIR PEIXOTO FERREIRA	Decisão em 01/02/2001. Valor: R\$ 30.000,00.

NOME (VÍTIMA)	Nº	NOME (REQUERENTE/FAMILIAR)	INFORMAÇÕES DO PROCESSO
VALMIR COSTA	415/01	VALDIR COSTA	Valor da indenização: R\$ 28.000,00.
VANILDO BARBOSA DA SILVA	128/01	VANILDO BARBOSA DA SILVA	Decisão em 18/06/2002. Valor: R\$ 25.000,00.
VÂNIA MEDEIROS MACIAS	478/01	VÂNIA MEDEIROS MACIAS	Valor da indenização: R\$ 10.000,00.
VERA LUCIA STRINGUINI	153/01	VERA LUCIA STRINGUINI	Decisão em 08/05/2001. Valor: R\$ 27.000,00.
VERA REGINA PAULA BARONI	343/01	VERA REGINA PAULA BARONI	Decisão em 17/07/2001. Valor: R\$ 24.000,00.
VICENTE POMPEU DA SILVA	613/01	VICENTE POMPEU DA SILVA	Valor da indenização: R\$ 25.000,00.
WALTER COLAÇO RODRIGUES	441/01	WALTER COLAÇO RODRIGUES	Valor da indenização: R\$ 19.000,00.
WALTER DA ROCHA ARAÚJO	269/01	WALTER DA ROCHA ARAÚJO	Decisão em 10/07/2001. Valor: R\$ 16.000,00.
WILSON ALVES DE OLIVEIRA	231/01	WILSON ALVES DE OLIVEIRA	Decisão em 15/05/2001. Valor: R\$ 25.000,00.
WILSON CARVALHO DA SILVA	012/01	WILSON CARVALHO DA SILVA	Decisão em 24/0/2001. Valor: R\$ 28.500,00.
YARA CECY FALCON LINS	378/01	YARA CECY FALCON LINS	Decisão em 23/04/2002. Valor: R\$ 29.000,00.

ANEXO II

RESUMO DAS ATAS DE REUNIÕES DA CEMVHC (2012-2016)

Resumo das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas pela CEMVDHC, de junho de 2012, quando foi criada, até dezembro de 2016, quando foi extinta.

2012	
JUNHO/2012	
DATA DA REUNIÃO	DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS
04.06.2012	<p>1- Solicitação de documentos ao Governo do Estado para subsidiar os trabalhos da Comissão, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">- Livros dos cemitérios do Recife e outros municípios – com dados relevantes da causa morte dos mortos e desaparecidos com respectivos nomes bem como do médico legista; Mapear os servidores que trabalhavam no cemitério; relação dos nomes dos mortos e desaparecidos e dos presos à época.- Levantar: a Estrutura do Estado nos períodos que a Lei prevê incidência da Comissão (1937-1985).- Organograma (PM; Polícia Civil; Bombeiro Militar; IPT – Instituto de Política Técnica; IML; Instituto Tavares Buril); Diário Oficial da época – Identificando agentes importantes nas promoções (conseguir fotos da época – agentes e dos perseguidos pelo estado)- No Arquivo Público – Dossiê dos Partidos e Organizações (PCBR; ALN; APML; PCR; Trotskistas; Ligas Camponesas; Associação dos Amigos da União Soviética, PCB);Arquivos das Universidades (organograma – repartições/nomes dos reitores/chefe dos departamentos);- Lista dos alunos punidos pelo Decreto 477 e outros; Lista dos carros oficiais dos órgãos do Estado; viaturas da polícia; e os usados pelos órgãos de inteligência.- Representação: Entrevista do conselheiro Pedro Eurico na TV Tribuna com José Paulo Cavalcanti/CNV.- Debate da conselheira Nadja Brayner, na Faculdade de Direito do Recife, em 06.06.2012, às 19h00.
06.06.2012	<ul style="list-style-type: none">- Deliberou-se o início dos primeiros trabalhos, sendo o 1º a ser analisado o caso do Pe. Henrique, por ser um caso emblemático. De pronto o conselheiro Pedro Eurico, marcou audiência com a Assessoria do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido, em 14 de junho, às 10h 30min, no Palácio dos Manguinhos.- Definiu-se que os próximos trabalhos a serem apreciados seriam casos de Fernando Santa Cruz, David Capistrano e Eduardo Collier.
14.06.2012	<ul style="list-style-type: none">- Presença do então procurador geral do Estado, Aguinaldo Fenelon, que entregou a Comissão cópia do processo, que apurou o assassinato do Pe. Antônio Henrique. Entre as cópias está uma denúncia oferecida em 1988 pelo ex-procurador-geral de Justiça, Telga Araújo, contra policiais da extinta Dops. São 13 volumes.
19.06.2012	Definição das atribuições dos membros e subcomissões
28.06.2012	<ul style="list-style-type: none">- Ratificação dos trabalhos das subcomissões, definidas em primária e secundária e sua metodologia definidas em 3 eixos como: Subcomissão de pesquisa; Subcomissão de sistematização e Subcomissão das audiências públicas.

JULHO/2012	
03.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com UFPE para trabalho em parceria com docentes e CEMVDHC. - Articulação com comissão da Anistia/MJ para vinda de Paulo Abrão, para celebração de Acordo de Cooperação Recíproca. - Articulação para visita de José Paulo Cavalcanti/CNMV. - Articulação com Arcebispo de Olinda e Recife, referente acervo documental sobre a morte do Pe. Henrique
10.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Por unanimidade, Marcelo Santa Cruz, representa o Estado de PE, na solenidade da Câmara Federal, na sede do Conselho Federal da OAB em 21.08.2012, por indicação do presidente da OAB/PE, Henrique Mariano. - Encaminhar à CNV, conforme contato, rol de palavras chaves com pedido de desclassificação dos arquivos/documentos a serem solicitados ao governo Norte americano: <ul style="list-style-type: none"> 1- Albertino José de Oliveira, 2- Ivan Rocha Aguiar, 3- Jonas José Albuquerque Barros, 4- Antônio Henrique Pereira Neto (Padre), 5- João Lucas Alves, 6- João Roberto Borges de Souza, 7- Severino Viana Colon, 8- Amaro Luís de Carvalho, 9- José Milton Barbosa, 10- Odijas Carvalho de Souza, 11- Raimundo Gonçalves Figueiredo, 12- Fernando Augusto Valente da Fonseca, 13- João Mendes Araújo, 14- José Bartolomeu Rodrigues de Souza, 15- José Inocêncio Pereira, 16- Lourdes Maria Wanderley Pontes, 17- Miriam Lopes Verbena, 18- Almir Custódio de Lima, 19- Anátalia de Souza Alves Melo, 20- Gildo Macedo Lacerda, 21- Jarbas Pereira Marques, 22- José Manoel da Silva, 23- Luís José da Cunha, 24- Manoel Aleixo da Silva, 25- Manoel Lisboa de Moura, 26- Pauline Philipe Reichstul, 27 - Ranúsia Alves Rodrigues, 28- Soledad Barret Viedma, 29- Edgar de Aquino Duarte, 30- Eduardo Collier Filho, 31- Ezequias Bezerra da Rocha, 32- Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, 33- João Massena Melo, 34- Mariano Joaquim da Silva, 35- Miguel Pereira dos Santos, 36- Ramires Maranhão do Vale, Pernambuco, 37- Miguel Arraes de Alencar, 38- Gregório Bezerra, 39- Josué de Castro, 40- Pelópidas Silveira, 41- José Ferreira dos Anjos (Major da Polícia Militar de Pernambuco), Guararapes, 42- Marcelo Cavaleira, 43- Paulo Cavalcanti, 44- Mércia Albuquerque, 45- Paulo Henrique Maciel, 46- Boris Trindade, 47- Rui Antunes, 48- Cândido Pinto de Melo, 49- Roque de Brito Alves, 50- Antônio de Brito Alves, 51- Aliança Anti-Comunista Brasileira – AAB, 52- Comando de Caça aos Comunistas – CCC, 53- Frente Anti-Comunista – FAC, 54- Movimento Anti-Comunista – MAC, 55- Cruzada de Mocrática Feminina, CMF, 56- Associação dos Amigos da União Soviética, 57- Associação dos Amigos de Cuba, AAC, 58- Centro Cultural Monteiro Lobato, CCML, 59- Reverendo Fred Morris. - Realizar em 31.08.2012, a 1ª Sessão pública da CEMVDH para ouvida do sr. Jorge Tasso de Souza, sobre o caso do Pe. Henrique Pereira Neto. - Deliberação pela reunião conjunta com CNV e CEMVDH. - Aprovação das indicações para provimento de cargos comissionados, à luz da Lei nº 14.688 de 2012.
12.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação para imprensa relação dos mortos desaparecidos em PE, com objetivo de estimular a sociedade civil e prestar testemunho e/ou informações a subsidiar os trabalhos da CEMVDHC a ser apresentada pela comissionada Socorro Ferraz. - CEMVDHC convidará entidades de Direitos Humanos e familiares para contribuírem na interação da sociedade civil com CEMVDHC;
17.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Visita à CEMVDHC do advogado José Paulo Cavalcanti Filho/CNV, para entrega do acervo documental referente ao assassinato de Pe. Henrique. - Nadja Brayner registra entrega de documentos do extintos DOPS, feitos pela servidora Marcília Gama, do Arquivo Público a título de colaboração. - Manoel Moraes, apresenta vasta documentação fornecida pelas famílias, sobre os desaparecidos políticos Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier. - Deliberado, em sessão pública em 09.08.2012, na FUNDAJ/Casa Forte, da ouvida da genitora Elzita Santa Cruz, relatoria de Manoel Moraes. - aprovação do provimento.
19.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Visita da Casa Civil, Argentina Picci e Iracema Menezes, para esclarecimentos sobre os pleitos da CEMVDHC, referente à previsão orçamentária logística, etc.
23.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião com Socorro Ferraz e membros da subcomissão de sistematização para finalização da relação dos mortos e desaparecidos, à luz da Lei. 14.688 de 1.07.2012 e tornada pública para imprensa. - discussão conjunta com a SEJUDH sobre o Memorial da Democracia
30.07.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista à TV Jornal, programa Ponto de Vista, pelo membro Henrique Mariano, sobre sessão pública referente ao caso Pe. Henrique Mariano. - Visita feita pelo relator Manoel Moraes à viúva de Cândido, em busca de documentos.

AGOSTO/2012	
03.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão e avaliação da relação nominal dos mortos, desaparecidos, vítimas e torturados políticos do período previsto na Lei n. 14.688, de 1º de julho de 2012, que será apresentada pela comissão Socorro Ferraz. - discussão sobre planejamento estratégico.
06.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de Paulo Abrão e Marcelo Torelly. O 1º proferiu palestra com o tema: “Desenvolvimento Histórico da Justiça de Transição no Brasil e a 3ª Fase da Anistia”; o 2º visitante, palestrou sobre o tema: “O papel das Comissões Especiais de Reparação, memória e Verdade, nos Processos de Justiça transacional”. Participaram destas palestras vários representantes da sociedade civil e do governo do Estado além de representantes do governo Federal. - Assinatura com a presença de todos, do Termo de Cooperação Recíproca, com Comissão da Anistia. - Audiência com governador Eduardo Campos, juntamente com os visitantes acima. - Reafirmação do compromisso deste (Eduardo Campos), na construção em Pernambuco do Memorial da Democracia.
09.08.2012	Reunião extraordinária na SEJUDH, para encaminhamentos acerca das sessões públicas, a começar pelas sessões do Pe. José Hernani e Rosalina Santa Cruz, em 16.08.2012.
09.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Relator Roberto Franca, avalia minuta de Termo de Cessão de Direitos de Utilização de Imagem, voz e etc. - Aprovação final dos 51 (cinquenta e um) nomes de mortos e desaparecidos, entregues por Socorro Ferraz na reunião do dia 17.07.2012, para publicização na mídia. A saber: Mortos Políticos: 1- Albertino José de Oliveira, 2- Almir Custódio de Lima, 3- Adauto Freire da Cruz, 4- Amaro Luiz de Carvalho, 5- Anália de Souza Alves Melo, 6- Antonio Henrique Pereira Neto, 7- Antônio Bem Cardoso, 8- Djalma Gonçalves Raposo, 9- Emanuel Bezerra dos Santos, 10- Eudaldo Gomes da Silva, 11- Evaldo Luiz Ferreira de Souza, 12- Gildo Macedo Lacerda, 13- Ivan Rocha Aguiar, 14- Jarbas Pereira Marques, 15- Jonas José Albuquerque Barros, 16- João Lucas Alves, 17- João Roberto Borges de Souza, 18- João Mendes Araújo, 19- José Raimundo da Costa, 20- José Milton Barbosa, 21- José Bartolomeu Rodrigues de Souza, 23- José Carlos Novaes da Matta Machado, 24- José Inocência Pereira, 25- José Manoel da Silva, 26- Lourdes Maria Wanderley Pontes, 27- Luís José da Cunha, 28- Manoel Aleixo da Silva, 29- Manoel Lisboa Moura, 30- Mariano Joaquim do Nascimento, 31- Miguel Pereira dos Santos, 32- Míriam Lopes Verbena, 33- Odijas Carvalho de Souza, 34- Ranússia Alves Rodrigues, 35- Raimundo Gonçalves Figueiredo, 36- Ramirez Maranhão do Vale, 37- Severino Viana Colon, 38- Soledad Barret Viedma. Desaparecidos Políticos: 39- Amaro Félix Pereira, 40- Antônio Ferreira Pinto, 41- David Capistrano da Costa, 42- Edgard de Aquino Duarte, 43- Eduardo Collier Filho, 44- Ezequias Bezerra da Rocha, 45- Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, 46- Hiran de Lima Pereira, 47- Humberto Albuquerque Câmara Neto, 48- João Massena Melo, 49- José Raimundo da Costa, 50- Luís Almeida Araújo, 51- Ruy Frazão e Tânia Miranda. - Oficiar à Auditoria Militar de PE, requerendo cópias de todas as ações judiciais, julgados com base na Lei de Segurança Nacional, entre os anos de 1967 e 1982, bem com o ao que antecede a este período (1964 a 1967), que trata sobre delito de subversão.
23.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar fluxo de material para digitalização dos documentos dos casos de Eduardo Collier, Fernando Santa Cruz e Rui Fazão. - Discussões logísticas, própria da comissão, acerca do Relatório final da CEMVDHC.
28.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Definição para ouvida do major Ferreira, em 20.09.2012. - discussão para finalização do Planejamento Estratégico da CEMVDHC. - Deliberado pela inclusão do nome de Luiz Almeida Araújo, na relação dos mortos e desaparecidos
28.08.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Subcomissão de sistematização, faz relato as visitas nos dias 21 e 22/08/2012 ao DOPS, expondo sobre os trabalhos de pesquisa, conforme consta registrado no 1º Relatório elaborado pela subcomissão. - Registrada a visita feita à FETAPE, com localização de material dos anos 80, sobre violência a trabalhadores do campo. - Definição para pesquisas no Arquivo Público e Ministério Público Federal, cujos nomes a serem pesquisados foram os de João Leonardo da Silva Rocha (Zeca Careca).

SETEMBRO/2012	
04.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da sessão pública dos casos de Eduardo Collier e Fernando Santa Cruz, e os testemunhos de Marcelo Santa Cruz, Rosalina Santa Cruz e Maria do Rosário Collier. - Avaliação da missa histórica em 27.08.2012, com os traslado dos restos mortais de D. Helder, D. Lamartine e Pe. Henrique para Olinda. - Avaliação sobre o reconhecimento da Igreja Católica/Dom Fernando Saburido reconhecendo a importância dos trabalhos da CEMVDHC. - Reunião de planejamento dia 13.09.2012. - Conclusão da lista dos mortos e desaparecidos, acrescentando os nomes de Luiz Gonzaga dos Santos e Fernando Augusto da Fonseca.
11.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de deliberações logísticas junto à Casa Civil, conforme ofícios n°s: 033/2012, 038/2012, 039/2012, 045/2012, 050/2012. - Informes sobre continuidade das pesquisas junto ao DOPS, FETAPE. - Reunião com SEPLAG sobre plano de trabalho. - Participação de assessores em Congresso Nacional de Arquivologia, de 01 a 05/10/2012 em Salvador/BA. - Discussão sobre publicação do caderno bimestral da CEMVDHC, contendo discussão do governador Eduardo Campos e demais informes/tópicos sobre a criação da CEMVDHC e publicação através da Cepe. - Definição para digitalização de toda documentação objeto de pesquisa.
13.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamentos para ouvida do sr. José Ferreira dos Anjos, em 20.09.2012. - Deliberação pelos comissionado s e assessores, para formulação de quesitos para sessão pública do dia 20.09.2012 (José Ferreira dos Anjos) - Aprovação de parecer, formulado pelo comissionado Gilberto Marques, sobre carta anônima encaminhada CEMVDHC, cópia incorporada a ata.
18.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamentos de ordem administrativa em conjunto com Casa Civil dentre outros pontos.
25.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da sessão pública, no Banco Central, dia 20.09.2012, com depoimento do sr. José Ferreira dos Anjos. - Informe e apresentação da perícia técnica da Polícia Federal produzida no Rio de Janeiro, referente ao depoimento de Cláudio Guerra, prestado à CNV. - Deliberação pela visita de pesquisadores ao Arquivo Nacional/BRASÍLIA, para pesquisa dos relatórios do SNI; - Deliberação para formato/distribuição das relatorias. Ex.: ALN. PCB, UNE, APML, PCBR, PCR, LIGAS CAMPONESAS, etc. - Deliberação por participação em programa de Geraldo Freire com o ex-Major Ferreira, em 27.09.2012. - Deliberação para solicitação à SDS rol de PM's com funções no DOI-CODI durante o regime militar.
25.09.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberações operacionais e contratação de pessoal de apoio (Samara, Ana Cecilia e Ewerton) - Discussão sobre sessão do dia 10.10.2012, na Faculdade de Direito do Recife. - Entrega de relatórios das sub-coordenadorias de sistematização e audiências públicas, acerca da sessão do dia 20.09.2012
OUTUBRO/2012	
02.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão sobre novo espaço logístico. - Deliberação pela ouvida de Paulo Henrique Maciel, dia 16/10, então advogado de Cândido Pinto. - Deliberação sobre audiência pública, referente ao caso de Odijas Carvalho, com testemunho de Cláudio Gurge, Roberto Vinícius e Lylia Guedes, em 18.10.2012. - Deliberações para sessões sobre os casos de Pe. Henrique, com participação do Pe. Orlando e Rogério. - Deliberações pelas ouvidas em sessões públicas de ex-presos políticos: Custódio Amorim, José Nivaldo, Leonardo Cavalcanti, Marcelo Mário Melo e Francisco Assis. - Deliberação para ouvida de Luiz de Melo Alves e José Adeildo, referentes ao caso de Anália Alves e - Deliberação pela ouvida de José Nivaldo e Ricardo Zaratini, referente ao caso Capivara.

09.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Palestra do comissionado Manoel Moraes, em XXI Seminário Regional de Direitos Humanos, dia 09.10.2012, na UFPE. - Reunião com SEPLAG, dia 15/10/2012, com equipe técnica para elaboração de planejamento estratégico da CEMVDHC. - Deliberação sobre sessão pública na Faculdade de Direito, dia 10.10.2012, para divulgação da relação dos mortos e desaparecidos em PE. - Deliberações para desdobramentos da sessão com participação das subcomissões. - Deliberação para convite da sra. Joana Melo, na ouvida reservada de Paulo Henrique Maciel, dia 16.10.2012. - Deliberação, pelas ouvidas de Maria Cristina Castro, Lylia Guedes e Alberto Vinícius, sobre o caso de Odijas Carvalho, dia 18.10.2012. - Deliberação pelas ouvidas de Pe. Orlando da Cunha Lima e Rogério Matos do Nascimento, sobre o caso de Pe. Henrique, dia 08.11.2012.
09.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação sobre as discussões da reunião anterior. - Retorno sobre participação de Arquivologia em Encontro na Bahia das assessoras Vera Acioli e Valéria Santos, conforme relatório apresentado. - Deliberação pela viagem de Manoel Moraes e Lília Gondim, à Vitória/ES, com CNV para ouvida do então Delegado Cláudio Guerra. - Visita de Rafael Leite, ao MPF com dra. Carolina Gusmão para tratar do caso da Granja São Bento.
11.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da sessão pública na Faculdade de Direito, em 10.10.2012. - Discussões logísticas vinculadas às subcomissões - Informe ratificando inclusão do nome de Manoel Aleixo.
16.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno da reunião com SEPLAG e informe sobre próxima. - Discussão sobre estrutura e conteúdo da publicação dos 03 (três) cadernos da CEMVDHC. - Articulação com a CEPE para resolver sobre digitalização dos documentos. - Discussões operacionais/logísticas de procedimentos documentais, sob responsabilidade da sra. Rute Coutinho e sobre o novo espaço. - Deliberação pela articulação com CNV/Nadine, sobre retificação do atestado de Vladimir Herzog, e ser parâmetro para Pernambuco. - Retorno sobre trabalhos realizados no DOPS, documento em anexo.
23.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Visita do ex-secretário de Direitos Humanos, Rodrigo Pellegrino, para entrega espontânea de documentação referente ao ex-delegado de Polícia de Defraudações, Ordolito Azevedo, para análise e catalogação da CEMVDHC. - Todos os membros reverenciaram ao visitante encaminhamento sobre este assunto.
30.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Visitas dos convidados Marcelo Santa Cruz, advogado Frederico Barbosa e Edinaldo Paes de Vasconcelos, para prestarem seus depoimentos, este último irmão de Ezequias Bezerra da Rocha. - Deliberado para contato com comando da PMPE solicitando cópia do Informe nº 32 datado de 28.04.1969 relativo ao caso Ezequias. - Informes de Fernando Vasconcelos, sobre o encontro em João Pessoa. - Informe sobre recebimento de segunda carta anônima sobre o escândalo da “Mandioca”, deliberando-se pela elaboração de parecer sendo feito pelo comissionado Gilberto Marques. - Informe sobre visita do comissionado Pedro Eurico ao sr. Geraldo Guidotti, para tratar do depoimento do mesmo à CEMDHC, EM 08.11.2012, na sede da controladoria do Estado. - Deliberações para tratar do pedido de retificação no atestado de óbito de Odijas Carvalho. - Deliberado pela viagem de membros da Comissão a Maceió, à sra. Maria Ivone de Souza Loureiro, para viabilização de procuração para o fiel procedimento do pedido de retificação.
30.10.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamentos sobre reunião de planejamento com SEPLAG, em 1.11.2012. - Encaminhamentos sobre transferência de arquivos/processos de reparação da SEJUDH, para novo espaço e segurança para guarda dos processos. - Encaminhamentos operacionais para Casa Civil, sobre viagens e sessões públicas. - Encaminhamento operacional para sessão pública, dia 08.11.12 para ouvida de Geraldo Guidotti.
NOVEMBRO/2012	
06.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno da viagem de Pedro Eurico e fechamento para sessão com Geraldo Guidotti, dia 08.11.2012, às 14h00, na sede da Controladoria, em sessão reservada. - Discussão acerca da participação da CEMVDHC na FLIPORTO, a convite da sra. Rosa Bezerra, coordenadora, de 15 a 18.11.2012.

06.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Desdobramentos da reunião de planejamento com SEPLAG. - Deliberação pela participação da CEMVDHC na FLIPORTO, no dia 18.11.2012, com exposição, palestra, etc. - Deliberação pelos locais para realização das sessões.
08.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Registro de presença dos membros da CEMVDHC na sessão de Geraldo Guidotti, realizada na Controladoria do Estado.
13.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Desdobramentos sobre contato com Audálio Dantas, sobre sua vinda a Recife e o lançamento do seu livro, em 10.12.2012, na Livraria Cultura. - Desdobramento da carta enviada pelo desembargador Aquino Reis, confirmando que se pronunciará sobre o caso de Odijas, através de material escrito. - Desdobramento das visitas de alguns membros da Comissão à SDS, ao Comando da Polícia Militar para tratar de questões relativas aos documentos/arquivo do período de 1975 a 1988. - Sugestão do comissionado Pedro Eurico para as oitivas de Helton, Jazon, Aranã, Clidenor e Glauco, todas em 2012. - Ainda, a título de sugestão surgiram outros nomes: Marcelo Mário Melo, Chico Assis, Leonardo Cavalcanti e coronel José Siqueira. - A comissionada Socorro Ferraz sugere a ouvida de Ricardo Zaratini e Custódio Amorim. - O comissionado Manoel Moraes sugere para a ouvida dos senhores Cláudio Guerra, Marivaldo e Perli Cipriano, em 08 e 10/01/2013. - Projeções de visitas aos: TJPE, UBE. - Presença no lançamento do livro de Antonio Campos, sobre a Operação Condor - Confirmada palestra do comissionado Manoel Moraes, na UFPB, sobre Justiça e Transição.
13.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Confirmado participação da CEMVDHC na FLIPORTO, na tenda da UBE, 18.011.2012. - Deliberações para as sessões dos meses de novembro e dezembro/2012, sob a responsabilidade da subcomissão competente.
20.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na Exposição “Reparação, Memorial da Democracia”, em 20.11.2012, no Museu do Estado. - Visita ao presidente em exercício Fernando Eduardo Ferreira do TJPE em 22.11.2012, para tratar do processo de Cândido Pinto. - Participação no lançamento do livro “Onde Está o meu Filho”, sobre o desaparecimento de Fernando Santa Cruz, no dia 22.11.2012, no Museu do Estado.
20.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Ratificações das datas das próximas sessões - Informe sobre mudança da CEMVDHC para JPON.
29.11.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliações das atividades ocorridas até esta data (representações e sessões públicas). - Deliberações para distribuição das relatorias, etc.
DEZEMBRO/2012	
04.12.2012	<ul style="list-style-type: none"> - Discussões sobre visita à Casa Civil; mudanças da CEMVDHC para novo espaço; orçamento, etc.
2013	
JANEIRO/2013	
DATA DA REUNIÃO	DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS
08.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Recepção ao novo membro da CEMVDHC José Áureo Bradley, em substituição ao comissionado Pedro Eurico, que deixa para assumir Secretaria de Juventude. - Retomada das discussões sobre o planejamento elaborado junto com a SEPLAG. - Discussão sobre critérios para distribuição das relatorias. - Discussão sobre laudo do IML que trata caso Anátalia como homicídio e não suicídio. Constatado erro no nome da mesma, a Comissão solicita correção junto ao IML. - Solicitar perícia tanatoscópica do caso Anátalia. - Viabilização da ouvida do professor Genival Veloso de França, da Paraíba. - Informe do Seminário Internacional sobre memória e verdade, organizado pelas Comissões Nacional da Anistia e da Verdade, por meio de convênio.

10.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do estudo feito por Vera Acioli e Valéria Santos, sobre a Estrutura da Repressão em PE. - Distribuição provisória das relatorias temáticas, documento arquivado. - O comissionado Manoel Moraes, em função do convênio firmado com Comissão de Anistia/Ministério da Justiça, disponibilizará um pesquisador para CEMVDHC para suprir as buscas dos mais de 70.000 processos no Arquivo Público Nacional e na Capital Federal. - Encaminhamentos sobre o Seminário Internacional, com proposta de apresentação de painel temático, convidados, etc.
14.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Definições sobre o monitoramento do plano operativo da CEMVDHC. - Deliberação sobre publicação de Caderno Temático e sua periodicidade. - Deliberado por criação de Conselho Editorial para apreciar as publicações da Comissão e formada pelos Comissionados Socorro Ferraz e Manoel Moraes. - Deliberação pela ouvida de Madalena Prata, dia 22/01/2013, Cláudio Guerra dia 29/01/2013 - Deliberado pela participação de Manoel Moraes, em evento na Paraíba, para evento em homenagem a Manoel Matos, pelos 4 anos de seu assassinato.
17.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Desdobramento do contato com Abelardo da Hora, sobre cadernos periódicos da CEMVDHC. - Retorno do IC com correção no laudo do caso Anatólia. - Representação da CEMVDHC por Nadja Brainer, no congresso da UNE em 18.01.2013, na UFPE. - Confirmado encontro com CNV/Coordenador Cláudio Fontelles. - Confirmado encontro com Antonio Campos e Ricardo Ximenes, dia 21.01.2013, na SEJUDH - Lançamento do livro de Antonio Montenegro, em parceria com a CEMVDHC, o qual reúne entrevistas.
22.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão na FUNDAJ/Casa Forte para ouvida de Maria Madalena Prata Machado, viúva de José Carlos Mata Machado, das 09h30 às 13h04.
24.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da sessão de Madalena Prata e deliberação por se articular com a Arquidiocese de São Paulo, para obter cópia do depoimento desta prestado em SP. - Encaminhamentos para ouvida do então delegado Jorge Tasso - Encaminhamento para ouvida de Roberto Monte, sob a coordenação de Henrique Mariano, Manoel Moraes e Nadja Brayner - Encaminhamento para solicitar à SDS escolta, para Cláudio Guerra, por ocasião da sua ouvida.
29.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno em Ofício nº096/2013-DPR/EMLURB trazendo confirmação do sepultamento de Anatólia Melo Alves, no Cemitério de Santo Amaro, em 1973. - Participação da CEMVDHC no evento organizado pela OAB/PE pelos 10 anos da morte de Mércia Albuquerque. - Discussão para as ouvidas de Amparo Araújo e Edval Nunes Cajá - Deliberado por se contatar com comando da PM/PE para se obter informes acerca do local de atuação em 1971 os tenentes à época, José Carlos Acâmpora de Paula Machado e Luiz Carlos Barreiro.
31.01.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão reservada para ouvida do ex-delegado de Polícia/ES, Cláudio Guerra, autor do livro "Memória de uma Guerra Suja", acompanhado do secretário de Direitos Humanos Perly Cipriano
FEVEREIRO/2013	
05.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em homenagem aos 104 anos de D. Helder Câmara, dia 07/02/2013. - Deliberação por mudança de data de audiência de Ricardo Zaratini para 18/04/2013. - Deliberação para realização de audiência de Marival Chaves. - Deliberação pelo fechamento da composição do Conselho Científico e Editorial, contando com vários nomes da UFPB, UFPE e UFRPE, tais como: Antonio Torres, Giuseppe Tosi, Tânia Bacelar, Marcília Gama, dentre outros. - Deliberação pela apresentação do 1º caderno periódico em 24/03/2013.
07.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Ampla avaliação e relatos das comemorações ao centenário de D. Helder Câmara, seus legados.
14.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação por entrevista à imprensa sobre o caso Anatólia, com a presença do seu viúvo. - Participação no lançamento do Projeto da SEJUDH, Clínica do Testemunho de PE, em 20/02/2013. - Participação no XXII Encontro Regional da Amatra 6, de 13 a 17/03/2013. - Redefinições para as próximas sessões de Cajá, Amparo, Clidenor e agentes do antigo DOPS.

19.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação por envio de expediente ao CREMEPE, desta feita, solicitando cópia do processo administrativo disciplinar sobre o médico da PMPE que assinou o óbito de Odijas Carvalho. - Visita à CEMVDHC de representantes da Comissão da Verdade Rubens Paiva/SP, dos membros Jorge Atílio e Anivaldo Padilha, para tratar dos laços de cooperação entre as partes e troca de experiências. - Participação da CEMVDHC na reunião da CNV e todas as comissões estaduais.
21.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação por se marcar reunião de trabalho com reitor da UFPE e confirmada para 26.02.2013. - Deliberação por participação permanente da CEMVDHC no projeto Clínica do Testemunho, nas pessoas de Nadja Brayner e Joelma Gusmão. - Deliberado pela viagem do comissionado Gilberto Marques à PB, para ouvida de Genival Veloso.
26.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação pelo envio para publicação em Diário Oficial, sobre as relatorias dos casos. - Deliberação por participação da CEMVDHC na 67ª Caravana da Anistia, em 08.03.2013 a convite da comissão da Anistia, em Brasília, na pessoa da assessora Lilia Gondim.
28.02.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação por viagem do comissionado Roberto Franca à PB, para encontro com perito e legista Genival Veloso de França. - Deliberação por envio de expediente ao IML e IC, solicitando informes sobre a Granja S. Bento e sobre o caso Anatólia.
MARÇO/2013	
05.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberações para entrega ao relator Roberto Franca de expediente do CREMEPE, sobre o caso Odijas, com cópia do processo administrativo disciplinar acerca do ex-tenente Edinaldo Paes de Vasconcelos, que assinou atestado de óbito de Odijas. - Deliberado pela entrega à Nadja Brayner do expediente de nº 232/2013 da EMLURB acerca do local do sepultamento de Anatólia. - Deliberado pelo envio de expediente à UPE, solicitando exame de DNA, por ocasião da exumação dos restos de Anatólia. - Deliberado por envio de expediente ao desembargador aposentado Aquino de Farias, com extrato de depoimento relacionado ao caso Odijas. - Deliberado pelo envio de expedientes aos cemitérios de Santos Amaro bem como o da Várzea, solicitando informes sobre os casos de Odijas e Anatólia, respectivamente.
07.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão especial para vasta discussão acerca do caso conhecido como escândalo da mandioca, que culminou com a morte de então procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. - Deliberado à unanimidade pela transferência da CEMVDHC nas dependências da Casa Civil, sito à Rua Confederação do Equador, em data a ser definida com Argentina Pichhi. - Deliberado pela articulação dos comissionados com a autarquia da Fundaj para fins de convênios. - Deliberado para Manoel Moraes, Rafael Leite e Jacqueline Araújo, discutirem com Débora Falabella sobre o aperfeiçoamento da Fanpage.
12.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela articulação com presidente da ALEPE, Guilherme Uchoa e Raquel Lyra, para apresentar cópia da proposta de alteração na Lei Estadual nº 14.688/2012, enviada ao governador, com vistas a incluir todos os membros da Comissão, em viagem, receber diárias bem como os depoentes de outros Estados. Já com retorno da recepção positiva por parte daquela casa. - Deliberado pela ouvida do deputado federal Pedro Eugenio, em dia sugerido por ele próprio.
14.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro de reunião ordinária na Fundaj/Casa Forte, para ouvida de pessoas sobre o desaparecimento e morte de militantes do PCBR. - Deliberação pelo envio à Casa Civil, para publicação no Diário Oficial do Estado, a lista de mortos e desaparecidos bem como dos relatores Nadja Brayner e Roberto Franca, sobre os casos de Ramires Maranhão do Valle, Ranússia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima e outros.
19.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado para o limite de 3 depoentes por audiência. - Deliberado, em função do retorno da UPE para realização de DNA nos restos mortais de Anatólia, que Lilia Gondim, entre em contato com familiares da mesma, sobre a viabilidade de tal feito, que custa R\$ 5.000,00. - Deliberado pelo apoio da CEMVDHC ao Projeto do Instituto Abelardo da Hora, cuja obra fora retirada da via pública após golpe militar em 1964. - Deliberado pela formalização do pleito ao prefeito Geraldo Júlio.

21.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela participação da CEMVDHC, na 44º Conselho Estadual de Entidades Gerais, da SINTEPE. - Deliberado pela viagem de Lilia Gondim e Nadja Brayner, a Vitória/ES participarem da cerimônia de criação da Comissão da Verdade daquele Estado, em 25.03.2013. - Deliberado para solicitação de agenda de trabalho, com o governador Eduardo Campos, através de José Áureo e outros, para tratar do aniversário de 1 ano da CEMVDHC dentre outros.
26.03.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado que Nadja Brayner e Lilia Gondim, articulação com família de Anália, para verificarem sobre levar restos mortais da mesma para outro legista. - Deliberado pela participação de Henrique Mariano e Humberto Vieira no Seminário “Marcas da Memória”, na Faculdade Maurício de Nassau, em 01.04.2013
ABRIL/2013	
02.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de representante da SNDH/PR Gilney Viana, coordenador do projeto “Direito à memória à Verdade”, para apresentação/resultado de pesquisa sobre a violência no campo, à época da transição do regime militar, entre 1979-1989, resultando com identificação de 74 trabalhadores assassinados em PE. - Deliberações quanto à realização da sessão pública do dia 04/04/2013, na ADUFEPE. - Deliberado por unanimidade pela ouvida do médico legista Pedro França, em dia e hora a serem confirmados.
04.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária na ADUFEPE para ouvida de Jurandir Bezerra, sobre o caso de Gregório Bezerra, bem como sobre os casos dos militantes Maria de Lourdes Wanderley Pontes, Fernando Augusto Fonseca e José Bartolomeu de Souza.
09.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação por envio de expediente à CDH da Câmara dos Deputados, na pessoa de Luiza Erundina solicitando apoio para acesso ao arquivo/documentação referente à CPI do IBAD. - Deliberado por oficiar o Ministério da Justiça/PR solicitando cópia do acervo referente a Pe. Henrique.
11.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência Pública, sobre as mortes dos militantes da ALN, Antonio Cardoso João Mendes de Araújo e Luiz José da Cunha, no Museu do Estado. - Realizado ouvida/depoimento de Amparo Araújo, militante da ALN, sobre o desaparecimento do seu irmão Luiz, em 1971. - Ato contínuo realizou-se a ouvida/depoimento de Ivan Seixas, militante do MRT.
16.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária para questões operacionais/logísticas do novo espaço.
18.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública na ADUFEPE, para ouvida de Ricardo Zarattini Filho, militante do PCR e prestar informes sobre as mortes dos militantes: Amaro Carvalho/Capivara; Amaro Felix, Manoel Lisboa, Albertino de Oliveira, José Inocêncio Pereira e Aduino Freire da Cruz.
23.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão/deliberações para preparação do Seminário Internacional e questões logísticas/operacionais sobre o novo espaço da CEMVDHC. - Visita ao governador Eduardo Campos/Tadeu Alencar, para apresentação de Caderno da comissão, pela passagem de 1 ano da mesma.
25.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado por envio de ofício ao secretário executivo da Sejudh, agradecendo a hospitalidade durante este período em que lá esteve a Comissão. - Deliberado por envio de expediente a Comissão da Verdade da Paraíba, para estabelecer data de reunião de trabalho em parceria.
30.04.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Retorno da viagem da assessora Joelma Gusmão, ao RS para pesquisas nos arquivos oficiais daquele Estado com apoio do pesquisador Enrique Pedros, de quem recebeu para CEMVDHC 4 volumes de livros de sua autoria. - Deliberado pela participação da CEMVDHC aos eventos de implantação da Comissão da memória e Verdade dos Correios/PE, em 02/05/2013 na OAB/PE, bem como do programa da Rede Brasil, canal 14, em 10/05, para falar sobre os trabalhos da Comissão. - Deliberado pelos presentes que os temas a serem abordados pela CEMVDHC, no Internacional serão o período Jango (relativos a PE), bem como seja apresentado vídeo sobre D. Helder. - Deliberado a viagem de Lilia Gondim a Brasília (arquivo público) para pesquisas com vistas a subsidiar os trabalhos da CEMVDHC.

MAIO/2013	
02.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão exclusiva para apresentação ao coordenador geral da CEMVDHC, acerca do andamento das relatorias. - Entrevista do coordenador geral ao <i>Jornal do Commercio</i>, jornalista Airton Maciel.
07.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão específica para reunião conjunta com membros da Comissão Estadual da Memória e Verdade da Paraíba e assinatura do Acordo de Cooperação Técnica. - Deliberado pela participação da CEMVDHC em palestra na FMGR/Jaboatão, em 10.05.2013
09.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado por envio de expediente à Casa Civil/Tadeu Alencar acerca da programação do 1º aniversário da CEMVDHC.
14.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo envio de expediente ao comando da PM/PE, sobre ouvida dos militares Luiz Carlos Barreto e José Carlos Acâmpora de Paula Machado, em 23.05.2013. - Visita de Izairas P. Padovan, para entrega de livro sobre Pe. Henrique à CEMVDHC.
16.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência pública na ADUFEPE para ouvida de José Nivaldo Barbosa de Souza e Edval Nunes da Silva (Cajá).
21.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão acerca dos documentos inéditos, antes de caráter confidencial acerca dos casos de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho, com a presença de representante de familiares dos respectivos militantes. - Deliberado pela participação da CEMVDHC no encontro, dia 27/05 em BRASÍLIA, realizado pela CNV/PR.
23.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela presença da CEMVDHC no Cinema S. Luiz, do filme “A Mesa Vermelha”. - Retorno da UPE/reitor Carlos Calado, liberando realização de exame de DNA, nos restos mortais de Anátalia Alves. - Deliberações logísticas/operacionais acerca das relatorias.
28.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo convite à Fundação Getúlio Vargas/RJ, pela liberação da historiadora e pesquisadora Dulce Chaves Pandolfi, a visitar a CEMVDHC. - Deliberado pelo envio de expediente à Casa Civil, para finalizar processo de edição do 1º Caderno da Verdade. - Deliberado pelo envio de expediente ao IML sobre caso Ezequias e Anátalia.
30.05.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado por questão organizacional que todo acervo recebido, devem ser entregues à subcomissão de pesquisa e copiando-os se necessários para os demais membros sob protocolo. - Deliberado pelo envio à CNV/Cláudio Fontelles remessa de laudo do ILM/PE, sobre caso Anátalia. - Deliberado à unanimidade pelo convite para ouvida de Anibal Valença, em local e data a serem marcados.
JUNHO/2013	
04.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública, na UFPE, para ouvida de Cristina Capistrano, filha de David Capistrano, bem como de Aníbal de Oliveira Valença.
06.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelas modificações sugeridas no projeto de propaganda institucional do colegiado. - Deliberado pela viagem do comissionado Manoel Moraes, à BRASÍLIA/Justiça Militar, para tratar das pendências daquela instituição para com a CEMVDHC. - Deliberado pelo adiamento do convite à Dulce Pandolfi, a fim de que todos possam ler o depoimento da mesma feito na Comissão da Verdade/RJ. - Deliberado pela marcação de agenda de trabalho com SDS para discutirem acerca de Termo de Cooperação entre CEMVDHC/SDS.
11.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado que a coordenação juntamente com o comissionado Henrique Mariano, participarão da reunião com SDS em 13/06
13.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberação favorável por meios legítimos ao pleito da Sejudh/Secretaria de Articulação Internacional - por meio de Amparo Araújo, sobre a proposta do governo da Argentina, uma vídeo-conferência para entrevistas com Judiciário daquele país e violadores de direitos que estejam em Pernambuco. - Deliberações com prazos de 15 dias para relatores apresentarem resumos de seus casos. - Deliberado pela discussão quanto à metodologia/modelo dos trabalhos dentro do plano diretor. - Deliberado pela representação da CEMVDHC/Lilia Gondim, em Sessão na Câmara dos Deputados, sobre o filme: “A Mesa Vermelha”.

18.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela ouvida da sra. Dulce Pandolfi, em local, dia e hora a serem marcados. - Deliberado pela participação de Manoel Moraes e Henrique Mariano, na audiência com ministra Eleonora Menicucci, dia 25.06.2013, às 18:00h em Brasília. - Deliberado que a CEMVDHC/ Socorro Ferraz e Rafael Leite, participarão de reunião com UFPE para tratar do Seminário Internacional.
20.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela recepção à pesquisadora norte-americana Rachel Gottfried-Clancy, da Universidade da Califórnia, para pesquisa acerca dos trabalhos das Comissões da Verdade. - Deliberado que a CEMVDHC se pronunciará sobre matéria veiculada no jornal <i>Diário de São Paulo</i>, onde se refere a Ricardo Zaratini, como terrorista da bomba do aeroporto do Guararapes.
27.06.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado à unanimidade, para solicitar cópia do depoimento de Eleonora Menicucci, prestado à Comissão de S. Paulo. - Deliberado à unanimidade pelo depoimento de Zezinho do Araguaia, em local, data e hora a serem definidos. - Deliberado e confirmado que depoimento de Marival Chaves será dia 11.07.2013, às 09h00 na Fundaj.
JULHO/2013	
02.07.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado que o 1º ano da CEMVDHC será celebrado em 18/07/2013, no CECON, conforme acordado com a Casa Civil. - Deliberado pelos presentes quanto à metodologia/modelo a ser seguido pela CEMVDHC será à do livro “Brasil Nunca Mais”, com as devidas adaptações. - Deliberado que toda demanda acerca da Fanpag deverá ser discutido no coletivo da CEMVDHC. - Deliberado que Tereza Cristina Wanderley neves, substituirá o então assessor Samuel Cavalheira. - Deliberado pelos presentes pelo adiamento da ouvida do sr. Marival Chaves.
04.07.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado à unanimidade que a CEMVDHC solicitará informe junto à CNV, acerca do tipo/metodologia no Relatório final da CNV. - Deliberado à unanimidade que pela participação da CEMVDHC no FIG, será deflagrada uma campanha com material gráfico.
09.07.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Visita da empresa BELGA/BR-ARROWPLAN-Business Intelligence and Strategy, na pessoa do senhor Paulo Coelho, com proposta de divulgação via rede mundial de computadores dos trabalhos da Comissão. Unanimemente ficou acordado que Manoel Mores e Joelma Gusmão, continuarão articulando com a empresa, para contatos adicionais e posterior decisão pelo grupo. - Relato da articulação de Lilia Gondim com a FUNDARPE, onde ficou definido o dia 27/07 para participação da Comissão, na Câmara Municipal de Garanhuns. - Registro da doação pela ALEPE/Guilherme Uchoa, da coleção “Perfil Parlamentar no Século XX”.
18.07.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Adiamento para 23/07/2013 do plano estratégico. - Feito avaliação da cerimônia com o governador Eduardo Campos, sobre entrega do Relatório Preliminar da Comissão. - Deliberado pela parceria com SEJUDH para a comemoração de aniversário da Lei de Anistia no Brasil, no dia 29/08/2013, no fórum do Recife. - Visita do advogado André Caúla Reis, apresentando atestado médico sobre a impossibilidade do seu genitor em comparecer para depor, entregando, na ocasião pronunciamento por escrito do então desembargador Aquino C. Reis, entregue ao relator do caso Roberto Franca. - Registro do Ofício nº 1063/2013 do MPF de Petrópolis solicitando cópias do resultado das investigações sobre o caso David Capistrano, com o fito de instruir o IC - nº 1.30.007.000166/2013-13. Não há registro da deliberação do colegiado.
23.07.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela reformulação das perguntas aos depoentes e prioridade dos questionamentos serão dos relatores. - Deliberado pela inclusão em Ata do Editorial do JC de 22.07.2013 que enaltece os trabalhos do Colegiado. - Registro do comissionado Manoel Moraes, da sessão realizada na ADUFEPE quando do evento da SBPC, onde se ouviriam depoentes s/ a Guerrilha do Araguaia. - Deliberado pelos presentes pela formulação de denúncia junto ao CNJ contra o STM pela omissão aos vários pleitos do colegiado. - Deliberado pelo envio de expediente ao Itamaraty com material sobre os casos de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho.

AGOSTO/2013

06.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado formulação de convite à Lilia Gondim, pelo MJ/Paulo Abrão, para a 72ª. Caravana da Anistia a acontecer em Curitiba em agosto. Não há registro de deliberação positiva ou não. - Convite para posse do membro da Comissão Fernando Araújo, na presidência do Instituto dos Advogados de Pernambuco, em 08.08.2013. - Registro do falecimento de Leonardo Cavalcanti, à unanimidade foi aprovado voto de pesar. - Registro do recebimento de expediente enviado pelo Sr. Petrucio R. Tobias Granja da AMEPE sugerindo oitiva do então desembargador Edgar Sobreira. Deliberado pela resposta ao mesmo de que tal ato já foi encaminhado. - Registro de demandas surgidas através da Fanpage. Uma do Sr. Cláudio Gonçalves de Lima que comunica a existência do caso de suplentes de vereadores em Garanhuns, cassados em 1963. E que ata com registro de cassações se encontra naquela casa. Inexiste registro de encaminhamento. - Registro da demanda do senhor Edilson Marinho da Silva sugerindo que o colegiado faça gestão junto ao governador Eduardo Campos, para que este desconsidere do decreto-lei 20.910/1932 e apenas respeite a Lei Estadual 11.817/2000 que favorece a revisão de punições a policiais. Inexiste encaminhamento por parte do colegiado.
08.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da comissionada Nadja Brayner sobre articulação com a Comissão da Paraíba para realização de ação conjunta e que segundo Sr. Porfírio, não há impedimento para tal feito. - Registra ainda sobre contato com Luiz Alves, viúvo de Anatólia, para tratar sobre o exame de DNA e que segundo ele, tudo está em andamento. - Por unanimidade foi aprovada a sugestão do comissionado Humberto Vieira, para seja feito contato com Prefeitura Municipal do Recife/Geraldo Júlio a fim de se construir um monumento na praça do Parnamirim, um busto de Pe. Henrique. - Registro do comissionado Henrique Mariano, sobre sua viagem a BRASÍLIA para participar de evento custeado pela CVJ e Conselho Federal da OAB. - Deliberado pelo reiteramento do expediente enviado à CNV acerca do acervo documental de Mércia Albuquerque. - Deliberado pelos ajustes na redistribuição das relatorias, sem perder de vista o teor da Resolução nº 01, publicada no Diário Oficial do Estado.
13.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro do sucesso da audiência com a Fundaj/professor Fernando Freire acerca da parceria e apoio à Comissão. - Registro da epístola enviada por Débora Brito, culminando c/ voto de reconhecimento/aplausos de formam unânime à mesma pelos serviços prestados. - Registro de envio do expediente 343/2013 - CEMVDHC, ao MPF/RJ - Petrópolis que versa sobre o caso David Capistrano. - Registro de Lilia Gondim e Rafael Leite, sobre análise documento pesquisados no Arquivo Nacional. - Deliberado que o colegiado manterá contato com a Comissão dos Correios previamente, para obter mais informes e posteriormente definir os encaminhamentos que trata sobre o artefato. - Deliberado que a oitiva de Leonardo Greco será feita em conjunto com a do irmão Orlando.
15.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado à unanimidade a elaboração de Resolução disciplinando toda e qualquer movimentação dos documentos da Comissão, com fito da sua guarda e conservação segura. - Deliberado pela reestruturação das assessorias. - Deliberado também que doravante que cada subcomissão terá um sub-coordenador. - Deliberado ainda, que doravante, participarão das sessões: assessores, coordenador e sub-coordenadores, demais integrantes somente quando convocados. - Deliberado que as reuniões do pleno da assessoria acontecerão a cada 15 dias conforme novo calendário. - Convite de Pery Falcon à Lilia Gondim para solenidade de posse da Comissão da Verdade em SSA/BA, em 20.08.2013. Não aparece deliberação do colegiado, neste quesito.
20.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo adiamento das discussões sobre o planejamento estratégico, bem sobre a metodologia dos relatórios parcial e final. - Deliberado pelas viagens dos comissionados: Nadja Brayner e Roberto Franca a João Pessoa, em 27 do corrente, para tratativas da audiência pública conjunta a realizar-se em 03/09/2013. - Sugerido a participação dos comissionados nos eventos promovidos pelo comitê da Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco, entre os dias 23/08 e 03/09/2013, com as presenças de Rubens Paiva, Adriano Diogo e Luiza Erundina.
22.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela participação da CEMVDHC na solenidade pela data de falecimento do então Arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara. - Deliberado pela participação da CEMVDHC no evento da semana Paulo Wright, em Florianópolis/SC.

29.08.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Participação da CEMVDHC no evento sobre a anistia no Brasil, organizado pelo NAP, bem como no evento do MPPE, na 2ª Companhia de Guardas, além de participar ainda no evento promovido pelo Comitê Estadual da Memória, Verdade e Justiça. - Participação no lançamento do livro de Enildo Pessoa. - Deliberado pela apresentação na CEMVDHC, em 12.09.2013, do documentário sobre Hiran Pereira.
SETEMBRO/2013	
03.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Viagem de membros da CEMVDHC a João Pessoa/PB, para reunião conjunta com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba, CEVPMB, para ampliar a discussão sobre o caso do estudante Luiz Alberto de Sá e Benevides (Bebeto). - Esta sessão foi presidida por Paulo Giovani Antonio Nunes e Fernando Coelho, que conduziram a ouvida dos depoentes.
10.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registra retorno do expediente da Secretaria de Segurança Pública/SP, dando conta da impossibilidade de atendimento ao pleito da CEMVDHC para o afastamento do delegado de Polícia Carlos Alberto Augusto, pelas razões expedidas. - Deliberado acerca do andamento para celebração de convênio com Faculdade Damas Cristãs, ficando o comissionado Manoel Moraes, encarregado pelo encaminhamento de elaboração do mesmo. - Deliberado também pela recepção da jornalista alemã, sra. Fremberg, sob a coordenação de Jaqueline Araújo, bem como de informar a Anistia Internacional na Alemanha da decisão da CEMVDHC na recepção à mesma, na qualidade de estagiária. - Deliberado que os comissionados Socorro Ferraz, Humberto Vieira e Vera Acioli, irão participar da reunião com a CEPE para discutir sobre a digitalização dos documentos. - Deliberado pela participação da CEMVDHC na sessão organizada pela ALEPE em homenagem a Manuel Lisboa, no dia 10.09.2013.
12.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro das visitas de Leila Jinkings e Sidney Pires, jornalistas e autores do DVD-Documentário sobre a vida família de Hiran de Lima Pereira. - Deliberado pela participação de Fernando Coelho, em palestra na Faculdade Salesiana do Nordeste, no dia 16.09.2013 sobre os trabalhos da CEMVDHC. - Deliberado pelas participações em audiência pública da Paraíba, dia 19.09.2013, bem como pela participação nas sessões da CNV com todas as comissões, sendo designado que Socorro Ferraz representará o colegiado. - Deliberado ainda, pela participação de Lilia Gondim, na 73ª Caravana da Anistia em BRASÍLIA/DF em 09.09.2013. - Registrado o pedido da estudante da Faculdade Maurício de Nassau, Janaína Catanho Soares, que pede autorização para acesso ao acervo sobre David Capistrano em razão da sua monografia tratar do tema. Deliberado pela liberação, ficando a comissionada Socorro Ferraz, receberá a estudante. - Deliberado pela aceitação do pleito apresentado pelos estudantes da Faculdade Joaquim Nabuco, Vanessa Costa e Pedro Mariano, sobre produção de documentário acerca da Ditadura Militar, ficando Lilia Gondim para atender aos estudantes. - Deliberado pelas participações de Fernando Coelho e Socorro Ferraz, no debate realizado pelo Centro de Filosofia da UFPE, no dia 25.09.2013. - Deliberado por sugestão de Henrique Mariano pelas ouvidas de irmão Orlando e de Leonardo Greco para o dia 22.09.2013 na FUNDAJ.
17.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela participação da CEMVDHC no evento da CNV, nos dias 29 e 30.09.2013, em SP e todas as comissões. - Deliberado pela participação da CEMVDHC no evento da SEJUDH denominado "Trilhas da Anistia", com data não informada.
19.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre a questão da condução coercitiva de pessoas, após ampla discussão, ficou deliberado que o assunto será objeto de consulta aos órgãos competentes. Ponto este aprovado à unanimidade. - Deliberado pela participação da CEMVDHC no evento da SEJUDH dia 20.09.2013, com familiares e vítimas da Ditadura, para discutir sobre edificações de monumentos em memória dos anistiados políticos e mortos. - Deliberado pelo apoio solidário à deputada Luiz Erundina, por haver sido proibida de visitar a sede do então DOI-CODI-SP. - Registrado a visita da gerente geral da Casa Civil/Fabiola Meirelles, que apresentou cópia de uma página do Diário Oficial do Estado onde está publicado o valor do crédito suplementar para CEMVDHC na ordem de R\$ 700.000,00.

24.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da presença da sra. Lélia Maria Pinto, irmã do ex-militante do PORT Paulo Roberto Pinto - o Jeremias - assassinado em Itambé nos anos 60, no então Engenho Oriente. Registrado ainda, a presença, nesta sessão da sra. Alda Barros Barbosa da Silva, viúva do então promotor de Justiça, Murilo Barbosa da Silva. - Deliberado que o caso Jeremias, será analisado pela relatoria do campo, posteriormente. - Deliberado por unanimidade pelo registro de voto pelos 40 anos do falecimento de Josué de Castro.
26.09.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da apresentação da lista dos Mortos e Desaparecidos, a qual fará parte da próxima publicação da CEMVDHC/Volume II. - Deliberado pelo deferimento do pedido da estudante Janaína Catanho Soares, para entrevistar os membros da CEMVDHC, sob a coordenação do comissionado Manoel Moraes.
OUTUBRO/2013	
03.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão para ouvida dos jornalistas Samarone Lima e Carlos Garcia, nesta data, na Fundaj/Apipucos, cujos resultados dos depoimentos encontram-se no acervo da CEMVDHC.
08.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da viagem da Assessora Lilia Gondim à CNV, onde, como resultado desta 1ª viagem, trouxe cópias de documentos daquela CNV num total de 26.675 folhas digitalizadas. - Confirmado por Nadja Brayner a ouvida de Pedro Eugênio no próximo dia 18/10/2013 na Fundaj de Apipucos. - Registro dos comissionados Roberto Franca e Áureo Bradley, da reunião com as demais comissões em 29 e 30/09/2013/SP.
10.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da reunião com a PCR/prefeito Geraldo Júlio e Luciano Siqueira, com o fito de discutir e entregar pedido de reivindicações em favor da memória e da história de Pernambuco, referente ao período de 1964-1985.
15.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pela aquisição de HD externo, o qual ficará conectado à Casa Civil e acessível à todos os assessores/membros para fins de pesquisa.
18.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão para retomada de audiência pública em continuidade às análises dos casos de Eudaldo Gomes, Evaldo Ferreira de Souza, José Manoel da Silva, Pauline Reichstul e Soledad Barret, mortos no episódio da Chácara de S. Bento, com a fala da sra. Guanaira Rodrigues do Amaral, enquanto depoente, ocasião em que esta fez entrega de CD à CEMVDH com depoimento da advogada Mércia Albuquerque, sobre o dito caso. Ainda nesta sessão fora ouvido o sr. Alfredo Lopes Ferreira Filho, cujo teor dos depoimentos está no acervo da CEMVDHC.
22.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada para retomada às análises do caso de Pe. Antonio Henrique Pereira Neto, com a ouvida do irmão Orlando Cunha Lima, cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC.
24.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença do professor Antonio Montenegro da UFPE, que fez ampla apresentação do Projeto Memórias em PE, do período de 31 de março de 1964 a 31 de março de 2014: Marcas da Memória em PE, culminando com convite à CEMVDHC a se integrar ao dito projeto, ficando decidido que posteriormente dar-se-ia uma resposta. - Registrado a presença do presidente do APEJE e assessoria, para discutirem com a CEMVDHC a relação de parceria futura. - Registrado contato com Rodrigo Molina da PMR para tratar do andamento da colocação do busto de Gregório na Praça de Casa Forte, bem como da placa na Ponte da Torre com o nome de Cândido Pinto.
29.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado por atender ao pleito da CNV por meio de Ofício nº 601/2013, tendo como referência o volume II dos Cadernos da Memória e Verdade. - Deliberado por atender ao pleito do ISER - Instituto de Estudos da Religião, que enviou um questionário ficando trabalho a cargo do assessor Rafael Leite e envio posterior. - Deliberado pela solicitação de escolta/segurança para o depoente Jorge Barret Viedma. - Acordado pelo pleno que a ouvida de Manoel Messias dar-se-á junto à do Ximenes.
30.10.2013	<ul style="list-style-type: none"> - Visita da sra. Maria Lucila Bezerra, viúva de Ednaldo Oliveira, que se fará presente em solenidade no dia 07.11.2013, para entrega de dossiê acerca dos fatos que desmentem a versão dos fatos do Aeroporto dos Guararapes em 1966. - Deliberações/discussões acerca do depoimento do jornalista Aluizio Falcão no dia 05.11.2013. - Deliberado pelos organizadores do Seminário Internacional, MJ e Casa Civil/PE, que este somente acontecerá em 2014, frente às dificuldades materiais.

NOVEMBRO/2013	
05.11.2013	- Sessão realizada ouvida do jornalista Aluizio Leite Falcão, cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC.
07.11.2013	- Visita da jornalista/pesquisadora Clarice Hoffman, para apresentação de projeto intitulado "Obscuro fichário dos Artistas Mundanos". - Discussões operacionais acerca da sessão reservada do depoente Jorge Barret, em 14.11.2013. - Deliberado pela participação de Socorro Ferraz, no seminário sobre os 50 anos do golpe de 1964, dia 14.11.2013. - Deliberado pela participação de Nadja Brayner no Seminário Direitos Humanos e Segurança Pública, em 06.12.2013.
12.11.2013	- Sessão destinada ao fechamento dos detalhes para ouvida de Jorge Barret.
14.11.2013	- Sessão para ouvida do depoente Jorge Barret Viedma, da VPR, que igualmente militou com ex-membros do caso da Granja de S. Bento, cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC. - Registrado a presença do MPF, que tem colaborado com a CEMVDHC.
19.11.2013	- Sessão para ouvida do depoimento do desembargador Edgar Sobreira Moura, sobre a repressão dirigida aos magistrados, Ministério Público, procuradores e outros agentes do Estado, à época da ditadura (1964-1985), cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC.
22.11.2013	- Deliberações para ajustes do calendário de audiências/eventos. - Deliberação organizacional para ouvida de Sílvia Montarroyos, em 09.12.2013, bem como que o lançamento do seu livro será dia 05/12/2013 no Museu do Estado. - Deliberado que em 04/12/2013, será feita entrega do laudo tanatoscópico de Ezequias a seus familiares e imprensa. - Deliberado à unanimidade, que a CEMVDHC, proporá ao governador Eduardo Campos, envio de mensagem à ALEPE, a elaboração de Lei específica para pedido de desculpas à sociedade e familiares das vítimas pelos crimes praticados pelo Estado.
26.11.2013	- Registrada a presença da SEJUDH/Irageu Fonseca e APEJE/ Pedro Moura, para discussão sobre o Projeto do Memorial da Democracia, ficando definido que em ato contínuo, será marcada reunião com UNICAP, onde Socorro Ferraz representará CEMVDHC. - Deliberado que a reunião de trabalho com a CN/Rodrigo Lentz, será dia 09/12/2013. - Deliberado que sobre o Projeto Marcas da Memória, o comissionado Manoel Moraes, fará a intermediação com professor Antonio Montenegro.
28.11.2013	- Sessão para ouvida do psicanalista Othon Bastos, sobre a repressão sofrida por militantes políticos, à época da ditadura, 1964-1985, cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC.
DEZEMBRO/2013	
03.12.2013	- Sessão ordinária com a presença de Ednaldo Bezerra da Rocha, para entrega de cópia do laudo tanatoscópico sobre a morte do seu irmão Ezequias Bezerra, com participação inclusive, da imprensa.
05.12.2013	- Deliberado pela Casa Civil/Tadeu Alencar que ato de entrega formal de documentos aos familiares das vítimas do caso da bomba no Aeroporto dos Guararapes, será dia 10.12.2013.
09.12.2013	- Sessão para ouvida de Sylvia Montarroyos, cujo teor do depoimento se encontra no acervo da CEMVDHC.
10.12.2013	- Sessão na sede do Palácio do Governo do Estado, com a presença do governador Eduardo Campos, secretários de Estado e municipais, além do prefeito Geraldo Júlio e representantes da sociedade civil, para cumprimento do dever legítimo, esclarecer a todos as inverdades produzidas à época sobre o caso Odijas Carvalho e do atentado ao Aeroporto dos Guararapes, cujo teor de documentos sobre este ato se encontra no acervo da CEMVDHC.
11.12.2013	- Sessão para ouvida do advogado Euvânio Jatobá, acerca do caso Mirian Verbena e Luiz Sá e Benevides.

12.12.2013	- Sessão para dar continuidade às análises do caso do “Massacre da Granja S. Bento” com a ouvida de Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio e José de Moura e Fontes.
17.12.2013	- Sessão de audiência pública para oitiva de Milton Coelho da Graça, jornalista na década de 1960 e Iara Lobo de Figueiredo, filha do ex-militante político Raimundo Gonçalves/Raimundinho, morto em 1971.
19.12.2013	- Sessão pública para oitiva de Genivalda Melo da Silva, viúva de José Manoel da Silva, morto no episódio da Granja S. Bento/Igarassu.
2014	
JANEIRO/2014	
DATA DA SESSÃO/ REUNIÃO	DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS
07.01.2014	- Por unanimidade, deliberou-se pela prorrogação do tempo de trabalho da CEMVDHC para finalização dos seus trabalhos, amparados por Lei e que seja por mais 2 (dois) anos. Também deliberou-se que ao final dos trabalhos todo o acervo da Comissão será destinado ao Memorial da Democracia. - Deliberado pela gestão junto à SSPARA SP para ouvida do Delegado Metralha naquele Estado. - Deliberado que a conclusão dos trabalhos referente ao caso Pe. Henrique, será entregue a dom Saburido, em 27.05.2014 e que o mesmo fará parte da publicação do Caderno da Memória e Verdade, vol. 3.
14.01.2014	- Sessão para discussão do Planejamento Estratégico, ficando acordado que esta será retomada dia 16.01.104. - Deliberado pelo presidente da comissão para envio de ofícios à CNV solicitando: Cópia do depoimento de Inês Etiene Romeu, sobrevivente da “Casa da Morte”; b) cópia do relatório do GT sobre os fatos do Araguaia; c) levantar endereço do cabo Anselmo bem como tenente coronel do Exército Paulo Malhães.
14.01.2014	- Visita dos representantes da C.A. /MJ Rosana Cavalheiro Cruz e Bruno Scalco Franke, para discutirem sobre o Seminário Internacional. - Deliberado pelos presentes pela ouvida do advogado Flávio Cesário Regis de Carvalho, que enviou carta à CEMVDHC, para ser ouvido sobre o atentado à bomba no Aeroporto dos Guararapes, 1966.
16.01.2014	- À unanimidade deferida pela oitiva do advogado Flávio Régis de Carvalho, atendendo ao pedido deste, para falar sobre a bomba no Aeroporto dos Guararapes/1966 onde vitimou o seu genitor. - Deliberado pela participação do comissionado Manoel Moraes, dia 20.02.2014, no ato de protesto no Rio de Janeiro, pelos 40 anos do sequestro, tortura e assassinato de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier.
21.01.2014	- Deliberado pela participação da CEMVDHC no I Encontro de Estudos sobre o Carnaval e Repressão em Pernambuco, dia 15.02.2014. - Discussões várias, sem deliberações.
23.01.2014	- Visita de Rita de Cássia Araújo e Eliane Moury Fernandes, da Fundaj para discutirem sobre o Seminário Internacional e acordado que o assunto será discutido igualmente com a UFPE. - Deliberado pelo envio de ofício a familiares de Anália Alves no RN, comunicando que a CEMVDHC receberá os restos mortais da mesma para o Recife. Não informado data nesta Ata. - Deliberado que a discussão sobre o Planejamento Estratégico fica adiado para o dia 28.01.2014.
28.01.2014	- Deliberado por se articular com a Casa Civil/Tadeu Alencar para discutirem sobre o Seminário Internacional. - Deliberados vários itens a partir da discussão e conclusão do Planejamento Estratégico e relatorias, como se observa em arquivo físico da CEMVDHC.
30.01.2014	- À unanimidade, aprovado o envio de expediente à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro solicitando a remessa da documentação existente sobre os casos de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier para CEMVDHC. - Decidido cancelar a ouvida do Sr. Arlindo Felipe da Silva, tendo em vista o seu falecimento.

FEVEREIRO/2014	
04.02.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Presença do fotógrafo Diego Di Niglio e do jornalista Samarone Lima, para falar do Projeto “Marcas da Memória”. - Deliberado pela realização de uma “Mesa Redonda” no dia 13.03.2014/FUNDAJ, com as presenças de vários jornalistas, isto a partir de articulação de Fernando Coelho com o profissional de jornalismo Juracy Andrade. - Sugestão de Socorro Ferraz pelas ouvidas do jornalista Alexandrino Rocha e o economista Edire Peres. - Ainda à unanimidade foi aprovado que a entrega do acervo de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier às famílias no dia 18/02/2014, na OAB/PE.
05.02.2014	- Sessão extraordinária para discutir a programação do “Congresso Internacional sobre os 50 anos do Golpe de 1964”.
13.02.2014	- Sessão especial para ouvida do advogado Flávio Régis, filho do jornalista Edson Regis, morto no atentado da bomba ao Aeroporto do Recife.
13.02.2014	- Reunião com várias discussões e adiamentos de decisões.
17.02.2014	- Sessão extraordinária onde se discutiu vastamente sobre a reunião da AJD - Associação dos Juizes para a Democracia, a partir da fala do comissionado Manoel Moraes.
18.02.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão formal para entrega dos documentos aos familiares de Fernando Santa Cruz, desaparecido durante a ditadura militar. Com apresentação em data show pelo relator Manoel Moraes, fazendo um resumo da história dos militantes Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier. - Nesta sessão esteve presentes a genitora de Fernando, Marcelo Santa Cruz, Tadeu Alencar e Pedro Henrique Alves.
20.02.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão aberta com lida de mensagem de Clarice Hoffman, que trata do projeto “O Obscuro Fichário dos Artistas Mundanos”, entregue a Socorro Ferraz para apreciação e posterior encaminhamento. - Registrado a presença nesta sessão do professor de Relações Internacionais da Faculdade Damas, cujo objetivo foi a entrega de uma versão em português do documento “Relatório Especial sobre a Promoção da Verdade, Justiça, Reparação e Garantias de Não Repetição de Pablo de Greiff”. Os presentes, à unanimidade, acataram a ideia de pedir aval ao Pablo Greiff, para publicação do citado documento através da CEPE. - Deliberado que a ouvida de Pedro Eugênio será no dia 28.03.2014, em local ainda não definido.
25.02.2014	- Afora discussões operacionais, ficou deliberado que Nadja Brayner e Lilia Gondim representarão a CEMVDHC no Seminário “50 anos da Ditadura Militar no Brasil”, em João Pessoa/PB em 11/03/2014.
MARÇO/2014	
06.03.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Rediscutido acerca da ouvida do delegado Carlos Alberto Augusto/Metralha, ficando a Secretaria da CEMVDHC encarregada de viabilizar os procedimentos práticos para sua realização. - Deliberado que todos os membros da CEMVDHC participarão do Seminário Internacional “50 anos do golpes e a Nova Justiça de Transição no Brasil”, de 10 a 14/03/2014 na Unicap.
20.03.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o convite e aceito pela CEMVDHC, da CJP da CNBB e Comissão da Anistia do MJ para participar do Seminário Regional Memória e Compromisso, dias 4 e 5/03/2014 no Recife. - Registrado convite e igualmente aceito pela CEMVDHC em participar do III Fórum do Pensamento Crítico, de 24 a 28/03/2014 em SSA/BA. - Deliberado que a CEMVDHC participará da audiência pública que acontece no RJ/CNV, em 25/03/2014 sobre “Violações de Direitos”, ocorridas na chamada “Casa da Morte” em Petrópolis/RJ. - Confirmada a participação da CEMVDHC na exibição do documentário produzido por Tuca Siqueira, intitulado “A mesa vermelha”, em Sergipe, no próximo dia 1º de abril/2014. - Também confirmada a participação da CEMVDHC no evento da Unicap de 18 a 21/04/2014, com apoio da Revista Humanitas, como tema a vida do Pe. Henrique. - A CEMVDHC também fará palestra na cidade de Belo Jardim, no dia 28/03/2014, para falar sobre o Golpe de 1964.
25.03.2014	- Comunicado que o delegado Carlos Alberto Augusto, não compõe mais os quadros daquele órgão tendo em vista ter se aposentado.
28.03.2014	- Sessão para ouvida do ex-militante político e deputado federal Pedro Eugênio, cujo teor do depoimento em sua íntegra, se encontra nos acervos da CEMVDHC.

ABRIL /2014	
02.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária para avaliação da CEMVDHC sobre a participação de seus membros nas solenidades sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil. - Nadja Brayner fala de sua representação na CNV/RJ na sessão em que foi ouvido o Sr. Paulo Malhães. - Deliberado à unanimidade para envio de Ofício à CNV e CV/RJ solicitando cópia do depoimento em questão. - Registro da participação de José Áureo na cerimônia da ex-secretária de Direitos Humanos, Laura Gomes e deputada na ALEPE. - Ampla discussão sobre a programação dos 50 anos do Golpe Militar na UFPE, vez que muitos participaram ativamente no mesmo. - Apresentado pedido de Nadja Brayner, para convocação do Sr. Paulo Machado, responsável pela prisão do deputado Pedro Eugênio, o assunto será objeto de pauta na próxima reunião.
03.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária em continuidade à participação nos eventos sobre os 50 anos do Golpe Militar no Brasil. - Socorro Ferraz registra a solenidade em Belo Jardim, onde teve um público de aproximadamente 300 pessoas jovens da Faculdade e ávidos por informes sobre o tema. Por sugestão e acatado à unanimidade, a CEMVDHC elaborará uma programação sobre o tema para ser difundido junto às escolas de nível médio e superior do Estado. - Registrado a visita do Sr. Benedito de Queiroz Alcântara, membro da Comissão da Verdade do Amapá, bem como da CNJP da CNBB, momento em que faz amplo registro sobre a criação da Comissão da Verdade, criada por força de Lei, a de nº 1.756/2013. - Deliberado pelo pleno pela aceitação do convite da Câmara de Vereadores de Garanhuns, para evento onde os vereadores cassados em 1964, terão seus cargos simbolicamente devolvidos, no dia 11/04/2014. - Registrado e pleito do Sr. João Passos Júnior para que o colegiado ouça o dr. Paulo Max, cuja mãe fora violentada e torturada pela ditadura em 1964. Acatado o pleito, ficando a assessora Lilia Gondim de tentar os primeiros contatos. - Participação da CEMVDHC/Nadja Brayner e Tereza Wanderley para participarem do evento da CV/CUT, dia 15/04 em SP. - Deliberado que Manoel Moraes, Nadja Brayner e Rafael Leite, responderão ao questionário enviado pela CV/CUT referente às mortes de sindicalistas a partir de 1964.
08.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião ordinária com registro inicial do Ofício nº 017/2014 da Fundaj informando que a sra. Júlia Kumi e Kaneyasu, enviando cópia de portaria nº 70, onde institui o GT na organização dos eventos referentes aos 50 anos do Golpe Militar em 1964. Deste participam Nadja Brayner, Manoel Moraes e Rafael Leite. - Registrado e convidado a todos para celebração para recordar os 50 anos de chegada de D. Helder a Recife, dia 12.04.2014. - Deliberado pelo envio de ofício ao MPF e MPPE com resultado do processo de modificação do registro de morte de Odijas Carvalho.
10.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária, foi lida e comentado laudo pericial solicitado ao Instituto de Criminalística /PE, sobre o caso da “Chacina da Granja de S. Bento”. Feito isto, o pleno deliberou pela solicitação de laudo pericial complementar, dos laudos tanatoscópicos de todos os mortos em poder do colegiado. - Registrado o recebimento da carta enviada pela UFRPE/”Carta da Rural”, como resultante do seminário realizado por aquela instituição de 01 a 4/04/2014 onde traz vários compromissos assumidos. - Registrado e lido para o colegiado o decreto estadual nº 40.594 de 03.04.2014, que trata da prorrogação do prazo de funcionamento da CEMVDHC por mais 2 anos.
15.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião ordinária onde o membro Manoel Moraes iniciou procedendo com a entrega ao colegiado da cópia da ata da sessão da Câmara de Garanhuns, onde assinala a cassação dos vereadores daquele município pela ditadura militar em 1964. Documento histórico e repassado à assessora Lilia Gondim, para os fins cabíveis. - À unanimidade, após vasta discussão o relatório que versa sobre o caso do Pe. Henrique, foi aprovado, o qual segue para a Cepe para os procedimentos de praxe à confecção do Volume II dos Cadernos. - Apresentado ao colegiado por Nadja Brayner o pleito do sr. Ednaldo Bezerra da Rocha, onde solicita providências para a retificação do registro de óbito de Ezequias Bezerra, a exemplo da realizada para o caso de Odijas. Após análise, o pleno decidiu que isto somente ocorrerá mediante renúncia dos advogados da família no caso ou através de substabelecimento por procuração. - Registrado o recebimento de mensagem por e-mail da CNV, em resposta ao pedido da CEMVDHC informando que todo o depoimento do Sr. Pedro Malhães está disponível na página CNV, em vídeo. - Deliberado que a CEMVDHC fará palestra no Colégio BJ, dia 26.04.2014, para apresentação dos trabalhos realizados pelo colegiado.

22.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária iniciando-se com a apresentação da sra. Fremberg, funcionária da Anistia Internacional em Berlim/Alemanha, que atuará na qualidade voluntária não remunerada junto à CEMVDHC. - Registrado por Henrique Mariano, a necessidade de redefinição reorganização e planejamento estratégico dos trabalhos da CEMVDHC para os próximos 2 anos. - À unanimidade, ficou decidido que os últimos 06 (seis) meses serão exclusivos para elaboração do Relatório Final, para isto Socorro Ferraz fará contatos com José Almino, para troca de experiência sobre o assunto. - Registrado o pedido do deputado Pedro Eugênio, para lhe enviar cópia do ofício expedido para o presidente da Câmara, o que de pronto ficou a secretaria da CEMVDHC de viabilizar. - Registrado ainda que o deputado mencionado sugere a ouvida do coronel do Exército Adalberto Vieira de Souza/RJ, cassado pela ditadura, atualmente com 92 anos, ficando deliberado que Nadja Brayner fará este contato com o militar. - À unanimidade foi aprovado o pedido de Roberto Franca, para nova convocação ao coronel da Polícia Militar/PE, Machado, vez que este fora citado nominalmente pelo deputado Pedro Eugenio em depoimento deste último. - À unanimidade foi aprovado o teor do pedido constante do Ofício nº 178/2014-CA de 17.04.2014 da diretora da substituta da Comissão da Anistia, Larissa Nacif Fonseca, onde solicita o afastamento de Manoel Moraes entre os dias 23 e 25/04 para reunião na CNA/GT sobre o Araguaia e de sessões de julgamento de requerimentos da anistia. - À unanimidade, após discussão ficou decidido que no que tange ao caso Pe. Henrique, o relator Henrique Mariano fará a revisão final do relatório.
24.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registro de convite da OAB/PE para evento dia 28/04/2014, para homenagem a alguns juristas que tiveram destaque á época da ditadura militar. Neste caso sem deliberação final. - Apresentado convite feito pelos senhores Gemma Celigueta e José Luiz Ruiz para participar do curso “Costuyendo La Paz, Derechos Humanos y Cooperación Internacional, no período de 30 de junho a 4 de julho/2014, em Barcelona/Espanha. Nada deliberado.
29.04.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado sobre o requerimento nº 10050/2014 de autoria dos deputados Luiza Erundina e Pedro Eugênio onde eles solicitam à presidência da Câmara Federal cópias dos autos do processo da CPI do IBAD/1962. - Registrado convite da Cepe para lançamento do livro D. Helder Câmara - Circulares Pós-Conciliares, Vol. IV em 13.05.2014 na Unicap. - Registrado convite da Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira, através do Ofício nº 25/2014, para Manoel Moraes, em 05.05.2014, proferir palestra naquela instituição. - Registrado ainda o convite da DIGNITATIS-RENAP, a acontecer no período de 1 a 04/05/2014 no CCLF. - Registrado alguns entraves para recepcionar a sra. Sara, na qualidade de estagiária, somente dar-se-á, mediante resposta ao Ofício nº 482/2014 de 13.12.2013, enviado pela CEMVDHC à Anistia Internacional da Alemanha, o que até então não aconteceu.
MAIO /2014	
08.05.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo colegiado a aprovação do Orçamento para 2014, com base no Decreto 40.594 de 03.04.2014, que versa sobre a prorrogação da CEMVDHC pelo período de mais 2 anos. - Deliberado ainda pelo colegiado do envio de Ofício à Casa civil, para as providências de praxe no que tange à suplementação orçamentária. - Deliberado que Henrique Mariano, fará a interlocução entre o coronel José Carlos Alcântara Machado, a fim de viabilizar encontro com a CEMVDHC/oitiva. - Deliberado pelo pleno que a CEMVDHC se fará presente no Encontro do dia 19 do corrente, promovido pela CNV, ocasião onde este Colegiado responderá ao Ofício Circular nº 01 de 25.04.2014, solicitando informes acerca dos trabalhos da CEMVDHC. - Deliberado que as assessoras Teresa Wanderley e Lilia Gondim, viajarão à BRASÍLIA, em julho próximo com o objetivo de visitar o STM e obter cópias documentos referentes a AP, conforme informado pela Comissão da Verdade da UNB/BRASÍLIA.
13.05.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo acatamento ao pleito de Marcelo Santa Cruz para que a CEMVDHC recepcione a pesquisadora Belga Gisele Lecker, no segundo semestre. - Deliberado que a assessora Vera Acioli, na próxima reunião apresentará “boneca” do Vol.II dos Cadernos de Memória e Verdade, que versará sobre o assassinato do Pe. Henrique. - Deliberado pelo pleno que Nadja Brayner e Tereza Wanderley darão atenção ao pleito de Sarah Pedon, estudante de jornalismo, para subsidiar seu documentário acerca da luta das mulheres pernambucanas e outras regiões do NE. - Oficializado a data e local da oitiva do sr. Carlos Augusto/Metralha, que se dará no dia 26.05.2014, na CV/SP, cujo assunto da oitiva será a morte de Jeremias. - Deliberado que Socorro Ferraz e Manoel Moraes terão contato informal com o coronel da PMPE (reformado) José Carlos Alcântara de Paula Machado.

27.05.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária realizada na Capela São José dos Manguinhos da Arquidiocese de Olinda e Recife, sito à Av. Rui Barbosa. Participaram desta além dos membros da CEMVDHC, D. Fernando Saburido, o prefeito do Recife, Geraldo Julio e José Paulo Cavalcanti/CNV. Objeto principal desta sessão foi tratar sobre o assassinato do Pe. Henrique, onde concluiu-se: “o assassinato do Pe. Henrique foi eminentemente político. Entregue ao arcebispo uma versão do Relatório Oficial, bem como o prontuário de D. Helder Câmara. - Foi anunciado pelo arcebispo D. Fernando Saburido, a reinstalação/resgate da CJP, criada por D. Helder Câmara em 1968, que teve como papel defender presos políticos. Para presidir esta Comissão, o arcebispo nomeou bispo emérito de Palmares, D. Genival Saraiva de França para assumir a função de vigário Geral da AOR. - O Arcebispo anunciou ainda, o início do processo de beatificação de D. Helder Câmara.
29.05.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão que teve lugar na ALEPE, cujo objeto foi devolver simbolicamente o mandato de deputado federal à Gregório Bezerra, cassado na ditadura Getúlio Vargas. Esta sessão foi presidida pelo deputado Tony Gel, contando com a presença da deputada federal Luciana Santos. - Contou ainda com a presença do filho de Gregório Bezerra, Jurandir Bezerra, representando a família e recebendo o título e fez discurso de encerramento após descrição do testemunho do comissionado Gilberto Marques, cujo teor em sua íntegra se encontra registrado em ata e no acervo da CEMVDHC.
JUNHO /2014	
03.06.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado e lido o ATO N° 2671 de 27.05.2014, reconduzindo todos os membros ao novo mandato de 2 anos. - Registrado e lido igualmente para os presentes os comunicados de Clarisse Hoffman, agradecendo o apoio do Colegiado por ocasião da apresentação do seu projeto Obscuro fichário dos Artistas Mundanos, o qual acabou sendo selecionado entre os 18 mil apresentados. - Registrado o envio pela CNV da versão digital do “perfil” que será utilizado na produção do Vol. II do Relatório daquele Colegiado, em 19.05.2014. - Registrado por José Áureo e Manoel Moraes como se deu o encontro na UFPE com o coronel José Carlos Acâmpora Machado, e que este fora filmado e gravado com a sua permissão. - Registrado a necessidade de se retomar o evento com diversos jornalista para a chamada “Mesa Redonda”, ficando estabelecido que seja no dia 17.07.2014, na Fundaj, ficando para tanto designados os assessores competentes para as providências de praxe.
10.06.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado e amplamente discutido sobre visita às novas instalações da CEMVDHC, contando esta com a presença da Casa Civil/Iracema Menezes para as tratativas finais.
17.06.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o envio de e-mail do STM comunicando que o Colegiado está liberado para iniciar pesquisas no acervo junto à Corte Militar. Nesta sessão, o pleno deliberou que Gilberto Marques, Rafael Leite e Tereza Wanderley, farão a visita àquele Órgão para a pesquisa em questão. - Registrado sobre a visita de Rosa Cardoso, no próximo dia 18/06/2014, no Sindicato dos Bancários, onde Nadja Brayner, Socorro Ferraz e Rafael Leite participarão. - Reconfirmado a realização da “Mesa Redonda”, onde o grupo de jornalistas será ouvido em um único grupo de 08, em 17.07.2014 na Fundaj. - À unanimidade, ficou deliberado que será formulado convite à historiadora Marcília Gama, para falar/depór acerca do ocorrido na APEJE envolvendo um delegado de polícia aposentado.
19.06.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Joelma Gusmão sobre a articulação com o STM acerca da pesquisa. Registrado por Nadja Brayner que Rosa Cardoso se dispõe a acompanhar os pesquisadores nesta ação/Brasília. - Registrado também que a viagem de Manoel Moraes e Henrique Mariano, pode não acontecer, tendo em vista as dificuldades financeiras do Estado, para liberação de passagens e diárias. Deliberou-se que Henrique Mariano tentará passagem pela OAB/PE e Socorro Ferraz pela UFPE. - Registrado como se deu a reunião com Rosa Cardoso em 18.06.2014, conforme informado anteriormente. - Discutidos pontos sobre as novas instalações.

JULHO /2014

01.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - O comissionado Henrique Mariano fez amplo relato atualizado sobre o planejamento estratégico da Comissão, no que tange às relatorias. - Para melhor atender às exigências de algumas relatorias, serão convocados o perito Pedro França e o coronel Clidenor Moura de Lima. - À unanimidade, ficou deliberado, em atenção ao pleito do deputado Pedro Eugênio, o material solicitado relativo à CPI do IBAD será entregue solenemente em dia e hora posteriormente marcados. - O coordenador da Comissão/Fernando Coelho, faz leitura de mensagem via e-mail encaminhado à Universidade de Barcelona, justificando a não participação da CEMVDHC no Seminário sobre Direitos Humanos de 30/06 a 04/07/2014.
03.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrados informes (sem detalhamento) tais como: andamento do pedido junto ao Instituto de Criminalística; junto ao INCRA referente à pesquisa. - Registro feito por Manoel, sobre o depoimento do senhor Dagoberto A. da Costa. - Registro ainda sobre a aprovação pela ONU de Relatório seu traduzido pelo Colegiado com intermédio de Professor da Faculdade Damas e que ONU autorizou a divulgação desse documento. - Registrado por Nadja Brayner sobre reunião do GT no sindicato dos Bancários. - Registrado ainda por esta, que Roberto Arrais possui original de livro de Gregório Bezerra, “Eu Acuso”. Colegiado envidará esforços para viabilizar sua publicação. - Registrado por Fernando Coelho, sobre a palestra proferida por este na UFPE sobre os 50 anos do Golpe. - Registrado fala de Henrique Mariano, sobre decisão do TRF acerca do caso da bomba do Riocentro. - Decidido pelos presentes que solenidade para recepção do material da CPI do IBAD poderá ser no próximo dia 18.07.2014. Local não informado. - À unanimidade, aprovado que a CEMVDHC solicite cópia dos documentos enviados pelos Estados Unidos da América ao Brasil.
10.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por José Áureo Bradley sobre a conversa com o Coronel Machado, acerca do ex-militante Rui Frazão. Concluiu que nada novo foi acrescido. - Registro de reunião com Sejudh sobre os 400 processos referentes à reparação às vítimas/familiares da repressão. - Retomada pelo pleno sobre a “Mesa Redonda” com jornalistas, marcada para 17.07.2014/Fundaj. - Informado por Nadja Brayner, que a partir do contato com Pedro Eugênio, a recepção do acervo da CPI do IBAD será em Brasília no dia 06.08.2014.
15.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado e lido a resposta da TV Jornal, assinada por Patrícia Pereira Nunes, ao Ofício nº 294/2013 da CEMVDHC, sobre a inexistência de arquivo que versem sobre Gregório Bezerra, tendo em vista o lapso de tempo. - Registrado o e-mail do STM, confirmando a audiência do Colegiado com a ministra-presidente Maria Elizabete Rocha, para 04.08.2014, em Brasília. Registrado por Nadja Brayner e Gilberto Marques, acerca dos contatos que ambos fizeram com o Coronel Adalberto Vieira/Nadja e Edvaldo Mota Cruz/Gilberto e que ambos se dispõem a depor para o Colegiado. - Registrado ainda por Nadja acerca da reunião do CT 13-CV dos Bancários. - Ratificado realização da “Mesa Redonda” com jornalistas vitimados pela repressão será dia 17.07.2014, na Fundaj.
22.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Nadja Brayner sobre retomada de contato com Pedro Eugênio, podendo a solenidade de entrega dos documentos, agora, ser em 06.08.2014/ BRASÍLIA. - Ela sugere ainda, uma “Mesa Redonda” com advogados de presos políticos. Colegiado pede sugestões para posterior decisão. - À Unanimidade, deliberou-se o novo calendário de reuniões do Colegiado, que serão às terças e quintas feiras no CECON. - Discutido/avaliado sobre a “Mesa Redonda” com jornalistas. - Sugestão de Fernando Coelho pela continuidade da realização de outra “Mesa Redonda” com outros profissionais da mesma área, tais como: Ricardo Noblat, Ricardo Carvalho, Ivan Maurício, Letícia Lins, Helena Beltrão e Jodeval Duarte. Alexandrino Rocha, em separado.

29.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Por unanimidade o colegiado discutiu e aprovou como serão desenvolvidos os conteúdos das relatorias tópicas, temáticas. - Planejamento e desenvolvimento das reuniões que acontecerem em BRASÍLIA/STM, CNV e Câmara dos Deputados, dias 04, 05 e 06/08/2014, onde receberão cópias dos documentos da CPI do IBAD.
31.07.2014	<ul style="list-style-type: none"> - À unanimidade o pleno decidiu e aprovou o lançamento do livro do professor Roque Brito Alves, no dia 21.08.2014, no TJPE. - Registrado por Nadja Brayner sobre a continuidade da reunião da CV dos Bancários, dia 22.08.2014. - Manoel Moraes apresentou pauta a ser discutida na CNV, o que foi aprovado à unanimidade. - Registrado o convite enviado pela Câmara dos Vereadores do Recife, para homenagem pelos 90 anos do escultor Abelardo da Hora, dia 08.08.2014, às 10h00.
AGOSTO /2014	
08.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de membros da Comissão na homenagem ao escultor Abelardo da Hora, na Câmara dos Vereadores do Recife.
12.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o Ofício nº 267/2014-CA de BRASÍLIA - Paulo Abrão Pires, em que solicita liberação de Manoel Moraes para participar de evento no dia 20.08.2014 em Brasília. Pleito aprovado à unanimidade. - Registrado o Ofício nº 43/2014, da EREM/Santos Dumont pela liberação de Manoel Moraes e Lilia Gondim para participarem de evento naquele estabelecimento, no dia 27/08/2014, das 08 às 12h00. Pleito aprovado à unanimidade. - Registrado o Ofício nº 578/2014-PR-STM enviado à MM Juíza-Auditora da 7ª CJM, sobre levantamento de processos arquivados no Juízo de 1808 a 1990, Henrique Mariano informa que o expediente consta da pauta do Colegiado no STM. - Registrado por Fernando Coelho pedido do jornalista Leandro Melito, da Rádio Nacional/RJ, solicitando cópia do processo da CPI do IBAD. Deliberado que somente após decodificação e leitura o material poderá ocorrer sua liberação para a imprensa. - Registrado por Henrique Mariano, sobre a viagem a Brasília com outros membros da Comissão, no período de 04 a 06/08/2014 ocasião em que visitaram o STM, CNV, MRE, SNDH e a Câmara dos Deputados, ocasião em que receberam CD contendo o teor da CPI do IBAD. - Desdobramento: À unanimidade deliberou por convidar a ministra-presidente do STM para o lançamento do livro de Roque Brito Alves, na UFPE e não mais no TJPE; o Relatório Preliminar da CEMVDHC será entregue à CNV; visita da CNV ao Recife às instalações do então DOI-CODI
19.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Pronunciamento do coordenador da Comissão Fernando Coelho pela morte trágica do governando Eduardo Campos, criador da CEMVDHC, o que foi acompanhado pela fala dos demais presentes. - Fernando Coelho lê Ofício nº 037/2014-FDR assinado pela diretora Luciana Grassano Gouveia de Melo, enviado exemplar do documento “Conhecendo o Arquivo Homeroteca da FDR, que trata do espaço inaugurado em 11.08.2014. - Leitura da programação da pós graduação em História da UFPE, na Conferência de abertura do semestre de 2014 consta de palestra sobre Ditadura, Universidade e Modernização, do Professor Rodrigo Patto, da UFMG, dia 26.08.2014, às 14h00, na UFPE. - Registrado o convite das Centrais Sindicais - Regional – PE, sobre o Ato unitário dos crimes da ditadura contra a classe trabalhadora, dia 22/08/2014, no sindicato dos bancários. - Registrado por Lilia, Tereza e Rafael o desdobramento da viagem que fizeram à BRASÍLIA, visitando o MRE, STM e Arquivo Nacional. - Sugerido por Manoel Moraes, e acatado à unanimidade, uma sessão especial para entrega ao IDH do acervo encontrado no MRE/Itamaraty, que versa sobre a interferência daquele órgão para impedir que D. Helder recebesse o Prêmio Nobel da Paz.
21.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado e lido por Fernando Coelho e-mail enviado pelo gabinete da ministra Maria Elizabete, da impossibilidade desta comparecer ao lançamento do livro de Roque de Brito Alves. - Por sugestão de José Áureo, a próxima reunião (26/08) seja com o médico legista Cláudio Duarte a fim de programar sua oitiva. - Registrado o recebimento de ofício enviado por Heloísa Maria Murgel Starling/CNV onde solicita cópia de documento sobre violações de direitos humanos nas dependências do DOPS e DOI-CODI. - Registrado por Fernando Coelho o convite recebido do conselho Federal da OAB para conceder entrevista para documentário sobre o advogado José Cavalcanti Neves, em 28/08/2014.

26.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pedido do IDHEC solicitando cópia do material colhido junto ao Itamaraty. - Registrado convite da CEV/PR sobre “Operação Condor”, que acontecerá dias 01 e 2/09/2014. - Registrado ainda convite de Marcília Gama, para lançamento do seu livro, “A Construção do estado de exceção no Brasil”, no dia 03/09/2014, no Paço Alfândega. - Registrado a presença Cláudio Duarte, para depoimento, cujo teor de sua oitiva foi gravado e se encontra em acervo da CEMVDHC.
28.08.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Henrique Mariano os atos sobre os 35 anos da Anistia no Brasil, a serem realizados pelo Tortura Nunca Mais e APAP, nesta data, na Praça Pe. Henrique e Casa da Cultura, às 15h00 e 16h00, respectivamente. - Registrado por Nadja Brayner que Paulo Moraes/SEJUDH informou sobre as dependências do “Memorial da Democracia”, será no prédio do antigo DOPS. Socorro Ferraz pediu cautela. - Registrado a análise de Nadja Brayner acerca de toda a programação do evento da CV dos Bancários, onde enaltece como ponto relevante o dia 22/08. - À unanimidade, ficou deliberado que a CEMVDHC deve responder à CNV/Heloisa Maria M. Starling de que o material por ela solicitado já fora enviado diretamente para a CNV. - À unanimidade, o pleno deliberou por acatar o pedido do IMA-Instituto Miguel Arraes, enviando-lhe cópia do prontuário do então governado Miguel Arraes de Alencar. - Registrado por Henrique Mariano, sobre sua participação em evento (Conferência de Advogados) no RN, representando a CEMVDHC. Também participaram Filipe Santa Cruz e João Santa Cruz. Na ocasião muito se falou no caso do Fernando Santa Cruz. - Manoel Moraes registra que o IC/PE não possui condições técnicas para informar, por meio da foto enviada, se o cadáver é de Fernando Santa Cruz. À unanimidade, ficou deliberado que casos dessa natureza devem ser enviados à CNV com todo o dossiê disponível.
SETEMBRO /2014	
02.09.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada a presença do perito criminal José Zito Albino Pimentel/SDS, que versou sobre a reconstituição do “Massacre da Granja de S.Bento”, expondo para os presentes que os trabalhos desejados pelo Colegiado podem ser estendidos a outros casos de mortos e desaparecidos. - Registrado por Nadja Brayner a disponibilidade do coronel Adalberto Vieira de Souza/RJ, em prestar depoimento no Recife no dia 23.09.2014. Informou ainda que esta viagem será sem ônus para o estado de Pernambuco. - Ainda informou sobre o convite de Paulo Moraes/Sejudh para participar do Seminário de combate à tortura em PE, dia 08/09, no TCE, sem nada deliberado. - Socorro Ferraz informa sobre a reunião que teve com a diretora da UFPE/Luciana Grassano, para tratar da reabertura do ano letivo dia 17/09, além do lançamento do livro do professor Roque de Brito Alves.
02.09.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Henrique Mariano sobre a programação do IMA para o dia 15/09, com a participação de Fernando Coelho, ocasião em que falarão sobre a Lei da Anistia. - À unanimidade, foi aprovado o pedido de Manoel Moraes para que seja enviado ofício ao MPF/RJ solicitando o resultado da perícia acerca da suposta incineração de alguns militantes políticos, ocorridas em Campos/RJ. - Discutido pelo Colegiado os laudos enviados pelo IC/PE através dos expedientes de nºs 1239 e 10.090/2014 de 22 e 27.08.2014, os quais foram repassados às subcomissões. - Discutido ainda pelo colegiado o teor do ofício enviado pelo INCRA/PE/SR, sob o nº 1208/2014-03/G/E, de 25.08.2014, com informes sobre a Granja São Bento.
16.09.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença de Ricardo Leitão/presidente da Cepe com o objetivo de discutir os pontos de interesse da CEMVDHC que contarão com o apoio daquele órgão. - Registrado por Humberto Vieira o parecer favorável de nº 005786-86.2014.8.17.0001 que versa sobre a retificação do Registro Civil de Óbito de Anália Souza Alves. Dito parecer foi assinado pela promotora de Justiça Mônica Erline de S. Leão da 15ª Junta.
23.09.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença da gerente financeira e administrativa Fabíola Meireles/Casa Civil que prestou esclarecimentos acerca da situação orçamentária e financeira para o exercício 2014. - Registrado ainda a presença de Maíra Fisher/SEPLAG para tratar do planejamento estratégico da CEMVDHC.

OUTUBRO/2014	
	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a visita da CNV nos dias 13, 14 e 15/10/2014 ao antigo DOPS e DOI-CODI com deliberações para as providências dessa visita. - Registrado por Manoel Moraes sobre a visita à Granja S. Bento com a presença do perito/SDS.
09.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Definida com os presentes a agenda de trabalho da CNV e CEMVDHC para o período de 13 a 15/10/2014. - À unanimidade, ficou deliberado que em havendo novo depoimento do então desembargador Aquino de Farias Reis, na presença da CNV, que este seja incorporado sobre o caso ao já prestado à CEMVDHC. - Registrado por Manoel Moraes sobre o material que o Itamaraty está enviando à CEMVDHC contendo 05 (cinco) volumes.
15.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada no Teatro do Brum/CECON para a ouvida do tenente coronel da Polícia Militar de Pernambuco, Joaquim Gonçalves Vilarinho, bem como o coronel reformado José Carlos Acâmpora de P. Machado, cujo teor dos depoimentos está em poder da CEMVDHC. - Registrado e apresentado ao Colegiado a equipe de pesquisadores/CNV. - Registrado o convite da SEJUDH para participação da CEMVDHC no 45º Seminário Regional de Direitos Humanos, em 17/10/2014, ficando Roberto Franca designado para representar a Comissão.
21.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o convite da Academia Paraibana de Letras para evento cultural dia 29/10/2014 no Centro João Pessoa, onde também será homenageado o pernambucano Abelardo da Hora, ficando o Fernando Coelho de representar a CEMVDHC. - Este registra ainda, o recebimento do Ofício nº 03 DDH/SHUM BRAS/DF, 10.10.2014, enviando CD com cópias de processos tramitados na CIDH, contendo diversos arquivos dos 1.684 casos de tortura. Informado no mesmo documento que os arquivos relativos aos casos de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho não foram localizados. - Registrado e solicitado as providências devidas à equipe, para a sessão pública no próximo dia 30/10/2014, na OAB com o advogado Modesto da Silveira no auditório da OAB/PE. - Deliberado pelo pleno que uma vez encerrada a questão do caso Odijas de Carvalho, a cópia do processo de retificação do mesmo, pode ser publicado no site da CEPE.
23.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Manoel Mores sobre a disposição do professor de História da Universidade de Maringá/PR, Walter Praxades, em entregar para a CEMVDHC diversos documentos que versam sobre D. Helder Câmara. Deliberado que a Secretaria deve encaminhar ofício de agradecimento.
28.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Redefinidas datas para a “Mesa Redonda” com jornalistas dias 16 e 17/12/2014, na Fundaj. - À unanimidade, deliberou-se pelo apoio institucional ao projeto de Clarice Hofmman. - Aprovado pelo Colegiado o novo termo de referência das audiências públicas no que tange às gravações e despesas operacionais.
30.10.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Audiência pública na sede da OAB/PE para ouvida do advogado Antonio Modesto da Silveira. - Registrado a presença do Sr. João Lucas Alves, que fez entrega ao depoente de um livro que fala da história do seu irmão, José Lucas Alves, militante assassinado à época da repressão. - Registrado na sessão a presença da médica Marta Teodósio, ex-militante política. - Por solicitação do comissionado Gilberto Marques, e deferido pelos presentes, a fala da supracitada médica passou a ser considerado oficial, passando então a ser cumprido todo o rito para um depoimento.
NOVEMBRO /2014	
04.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Humberto Vieira a sentença determinando a retificação do registro de óbito de Anátalia Alves de Souza bem como da desistência da interposição de recurso. Aguardar a posição do Ministério Público e do trânsito em julgado para então divulgar junto à imprensa. - Registrado o recebimento do Ofício 3090/2014 da CNA solicitando documentos do acervo da CEMVDHC; repassado para análise de Vera Acioli.

07.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Manoel Moraes esclarece pontos sobre a próxima sessão do colegiado no dia 11/11 na OAB/PE juntamente com a CNA. - Registrado pelo supracitado a visita do artista plástico Diego Di Niglio que vem tratar do projeto fotográfico “Marcas da Memória”, em Pernambuco, nos anos do golpe militar, sessão esta marcada para o dia 25/11/2014. - Registrado o pedido da CV/AL para encontro com CEMVDHC sendo este pleito acatado e marcado o dia 18/11/2014.
11.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública, na sede da OAB/PE, realizada com a presença da CNA, que apresentou relatório com informes sobre os pernambucanos mortos e desaparecidos, bem como de não pernambucanos mortos e desaparecidos entre 1964-1985. - Rita Sipahi fez vasto relato sobre os propósitos da CNA com órgão integrante do sistema nacional de Justiça e Transição, bem como dos trabalhos desenvolvidos tais como: Marcas da Memória, Caravanas da Anistia e o Memorial da Anistia e ainda das “Clínicas do Testemunho” existente em todo o território nacional. - CNA/Rita formalizou pedido de desculpas por apenas apresentar informes sobre 10 (dez) dos 51 nomes apresentados pela CEMVDHC.
13.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Fernando Araújo sobre a publicação da Revista Argumento do TRD 5, Ano III Edição 8, com reportagem sobre a Justiça e reparação por danos morais a Gregório Bezerra. - Registrado por Socorro Ferraz que um aluno de doutorado de História teve acesso ao “Diário de Mércia Albuquerque”, em poder de Roberto Monte. - Deliberado à unanimidade, que a comissão deve enviar ofício a Roberto Monte, sobre ida de pesquisador desta Comissão para obter mais informes. Caso este se recuse, será acionado o MPF. - Com a abertura do acervo do Vaticano à Argentina do período da ditadura para conhecimento de todos daquele país, Áureo Bradley sugere que a Comissão dê igual passo em relação a D. Helder Câmara, que não recebeu o Prêmio Nobel da Paz, por questão política. Proposta aprovada à unanimidade a partir de contato com D. Fernando Saburido. - Nadja Brayner confirma realização de audiência pública no próximo dia 20/11 no Sindsep, para ouvida de Aluizio e Célia Carreiro serão ouvidos. Ela informa que Jacirema será ouvida em separado.
18.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada com a visita da Comissão da Verdade de Alagoas para troca de experiências e iniciar os trabalhos de cooperação.
20.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada no Sindsep para ouvida de Aloysio Gonçalves da Costa, sobre as mortes de Luiz Alberto de Sá Benevides e Miriam Lopes Verbena, cujo teor do depoimento se encontra gravado no acervo da CEMVDHC. - Registrado a ausência da segunda depoente Célia Carrero, por questões pessoais.
25.11.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença do fotógrafo Diego Di Niglio para falar sobre o seu projeto “Marcas da Memória” e de seus propósitos e para o qual pleiteia ajuda da Comissão. Esta por sua vez ficou de analisar e dar retorno. - Registrado por Manoel Moraes sobre o recebimento de mais documentos do Itamaraty acerca da questão de D. Helder/Prêmio Nobel da Paz, que não lhe foi concedido. - Registrado por Roberto Franca que o pedido de retificação do registro de óbito de Ezequias da Rocha, em curso e finalizando. - Registrado e lido por Fernando Araújo os expedientes recebidos da Casa Civil CI N° 70/2014 que trata da questão orçamentária.
DEZEMBRO /2014	
02.12.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado e lido o teor da carta enviada por Élio Gaspari, que versa sobre matéria publicada na Folha de S. Paulo, a respeito do assassinato da morte de Ezequias. - Registrado por Socorro Ferraz do contato feito por Plínio Sales, técnico da Sudene, preso à época da ditadura, se mostrando disposto a depor para a CEMVDHC. - Registrado por Roberto Franca da impossibilidade da presença da viúva de Leonardo Cavalcanti, para entrega de documentos relativos ao seu companheiro.

04.12.2014	<ul style="list-style-type: none"> -Nadja Brayner registra os contatos feitos com: Célia Carrero e Antonio Soares (Help) e André Monteiro. - Humberto Vieira apresenta para o colegiado a cópia da sentença de retificação do registro de óbito de Anátalia Melo Alves, constando que esta morreu por estrangulamento. - Analisado pelo pleno o Orçamento para 2015. - Entregue à Lilia, para os fins devidos pen-drive entregue por Élio Gaspari, com informes sobre o caso Ezequias Bezerra. - Registrado para os presentes da dificuldade da Casa Civil, por contenção de despesa, em liberar passagens aéreas para os jornalistas/convidados a fazerem parte da “Mesa Redonda”. - Deliberado pelo pleno, pela tomada de depoimento de Marcília Gama, bem como convidar Élio Gaspari para o mesmo fim.
16.12.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública para ouvida dos jornalistas Clériston de Andrade, Jodeval Duarte, Ricardo Leitão e Ricardo Noblat, que atuaram à época da Ditadura Militar e cujo teor dos depoimentos se encontra em poder da CEMVDHC
17.12.2014	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública para ouvida dos jornalistas: Helena Beltrão, Ivan Maurício e Lailson de Holanda Cavalcanti, que atuaram à época da Ditadura Militar e cujo teor dos depoimentos se encontra em poder da CEMVDHC.
2015	
JANEIRO/2015	
DATA DA SESSÃO/ REUNIÃO	DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS
15.01.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Discutido sobre audiência com Secretário da Casa Civil, Antonio Figueira, os pontos a serem discutidos de ordem operacional e orçamentária. - Registrado por José Áureo o desconforto da família de Olinto Ferraz, citado no Relatório da CNV como sendo torturador. Deliberado por aguardar pronunciamento formal da família. - Registrado o mesmo desconforto da família Schwambach, que teve o nome da família citado em depoimento de do jornalista Ivan Maurício, que membro de sua família hospedaria o senhor Fleury em sua residência. - Proposto por Socorro Ferraz a realização de um Seminário interno, para tratar especificamente do IBAD. Proposta acatada pelos presentes, em data a ser definida.
20.01.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de audiência com o Secretário da Casa Civil, para discutir os pontos constantes do Of.02/2015-CEMVDHC. - Secretário se comprometeu em atender os pontos ali discutidos e propôs reunião com a CEMVDHC a cada dois meses.
22.01.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Manoel Moraes, convite recebido para participar do IXIDEJUST-Internacionalização do Direito e Justiça de Transição, em São Paulo, dia 26 e 27/03/2015. Nada deliberado. - Discutido pelo colegiado sobre o Relatório Final. - Deliberado que Socorro Ferraz, fará contato com José Almino, para solicitar apoio para elaboração do Relatório Final.
27.01.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do OFÍCIO 104/2015-PRPE/CGF, onde solicita uma série de informes acerca da CEMVDHC. Ficando os Relatores incumbidos de responder. - Registrado e lido para os presentes sobre a demanda da Casa Civil, para necessidade de licitação para serviços de gravação das audiências públicas. Sendo de pronto respondido e entregue para o fiel encaminhamento àquela Casa. - Registrado por Socorro Ferraz, que a sra. Ophélia Cavalcanti, viúva de Paula Cavalcanti, fora anistiada pela CNA. - Registrado por Fernando Araújo, sobre a reunião com Fabíola Meireles, para tratar de questões de interesse da CEMVDHC. - Apresentado por Manoel Moraes em Datashow o Relatório da CNV. - Aprovado pelos presentes o formato/esboço para o sumário do Relatório Final da CEMVDHC.

29.01.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Roberto Franca, sobre andamento da petição para retificação de óbito de Ezequias está pronta, restando o ajuizamento. - Registrado por Manoel Moraes, sobre o Encontro Internacional de entidades de Direitos Humanos, de 04 a 06/02/2015, em Brasília. E que este será transmitido via internet. - Registrado por R. Franca, sobre a celebração feita pelo IDHEC pelos 106 anos de D. Helder Câmara. - À unanimidade, foi acatado a proposta de Nadja Brayner, para realização de uma 3ª. Mesa Redonda, desta feita com Divani Carvalho, Homero Fonseca, Josenildo Tenório e Alexandrino Rocha além da ouvida de Boris Trindade, em separado. - Aprovado pelo colegiado para que se volte a ouvir o Coronel Acampora Machado, por sugestão de Manoel Moraes. - Por sugestão de Socorro Ferraz, e acatada à unanimidade pelos presentes, será feita uma sessão para ouvir ex-servidores da Sudene em audiência pública. Tais como: Francisco de Oliveira, José Expedito e Regina Mendes Prata, Franh Swenson, Clemente rosas, Wrich Hoffmann, Abelardo Caminha, Alberto Baltar, Theodelina Amado, Otto Rolim e Pedro Mota. - Por sugestão de Nadja Brayner, e acolhida, a CEMVDHC deve buscar ouvir professores, alunos e funcionários cassados das universidades de PE.
FEVEREIRO/2015	
03.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a mudança de mudança do Secretário de Direitos Humanos de Pernambuco, Paulo Moraes, e feito votos de agradecimento pelo apoio à CEMVDHC, em sua gestão. - Confirmado por Socorro Ferraz, que José Almino, aceitou bem o convite para ajudar na elaboração do Relatório Final da Comissão. - Confirmado a ouvida de Marcília Gama e definido que a data será em 05.02.2015. - Deliberado que Socorro Ferraz coordenada a divisão dos trabalhos de decodificação dos depoimentos prestados à Comissão, e sendo distribuídos entre os assessores, sendo que estes apresentarão o resultado em 03.03.2015. - Registrado pontos logísticos de dificuldades bem como da visita do então Comissionado Pedro Eurico de Barros.
06.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão para ouvida de Marcília Gama, que falou sobre o sistema de repressão em PE, cujo teor se encontra no acervo da CEMVDHC.
10.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Ordem do dia com informes gerais/logísticos pontuais e com Casa Civil/Marcelo Canuto. - Registrado por Nadja Brayner solicitação de audiência com a Secretária Laura Gomes, para as tratativas dos Processos dos Anistiados, dispostos naquela Pasta. - Entregue pelo Comissionado Henrique Mariano petição para ajuizamento sobre a retificação de registro de óbito de Ezequias Bezerra. - Registrado a presença do MPF, nas pessoas de Carolina Furtado e Luciano Rolim, com o fito de troca de experiências e informações a partir dos acervos existentes. Deliberado pelo pleno que Manoel Moraes será a ponte entre as partes.
19.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária com Secretaria da Casa Civil, para as tratativas de pontos meramente de cunho administrativo, conforme ofício 02/2015 da CEMVDHC enviado à Casa Civil, com pontos a serem discutidos e deliberados. - O Secretário Executivo Marcelo Canuto, comprometeu-se em resolver todos pontos nesta discutidos.
24.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo presidente da sessão sobre o ofício 0022-SMDHC/CMV-SP, enviado por Tereza Cristina Lajolo, propondo colaboração mútua entre as duas Comissões. - Registrado por Socorro Ferraz, expediente enviado por Diego Niglio, referente ao apoio da Comissão ao seu Projeto "Marcas da memória". - Registrado por Lilia Gondim sobre agenda de trabalho com novo Presidente da Fundarpe. - Proposto por Socorro Ferraz a ouvida do ex-militante Clodomir Moraes, em 19/03/2015, como repassado a subcomissão para as tratativas. - Ampla discussão acerca da divulgação ou não dos prontuários de ex-militantes em sua amplitude. Sendo este ponto postergado. - Deliberado que a CEMVDHC aguardará até 26/03 retorno da Casa Civil, para então voltarem a se manifestar.

26.02.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Roberto Franca, reunião agendada com Vice-Prefeito Luciano Siqueira, para 06.03.2015, para tratativas referentes às homenagens a Abelardo da Hora, Padre Henrique e Gregório Bezerra. - Registrado retorno parcial da Casa Civil, através de Marcelo Canuto, sobre o Orçamento da Comissão, contrato com CEPE e revisor José Almino. - Discutido sobre pendências, ainda com Casa Civil, bem como da substituição do motorista Fabiano.
MARÇO /2015	
03.03.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Roberto Franca informa alteração da data da reunião com Luciano Siqueira. Nova data será agendada. - Registrado convite da CNA para comemoração, no dia 10/03. Nadja Brayner e Rosalina Santa Cruz, serão homenageadas. - Deliberado, atendendo a convite, pela participação do Assessor Rafael Leite, em encontro “Encontro da Memória Política dos Trabalhadores” dias 13 e 14/03 em SP. - Deliberado que o Secretário Geral da comissão representará a CEMVDHC na exposição “Vozes da Defesa” que acontecerá no Foyer do Museu, na sede do STM. - Registrado por Rafael Leite, que no Relatório Final da CNV, Olinto não aparece como sendo torturador e sim como responsável pelo controle da estrutura da repressão.
05.03.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Confirmado Sessão em Palácio com Governador, com familiares de Anátalia Alves, dia 09/03/2015. - Registrado sobre documentação recebida da Comissão Nacional de Anistia (CNA), repassada ao Comissionado Henrique Mariano, para os fins devidos. - Deliberado à unanimidade que o senhor Jerônimo Gibson deve ser convocado para ser ouvido. - Informado da impossibilidade de trazer para o ouvia o senhor Clodomir Moraes, podendo isto ocorrer na Bahia, com apoio da Governadoria do Governo da SSA. - Deliberado que a CEMVDHC discutirá com Casa Civil, sobre qual forma de pagamento a ser feito ao Revisor e Sistematizador José Almino.
12.03.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença do Sistematizador da José Almino, que passou a fazer amplo relato de sua experiência. Após apresentação todos os membros fizeram uso da palavra.
24.03.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na sede da Sejudh, na Av. Cruz Cabugá, com o Secretário Pedro Eurico, Laura Gomes, Secretária Executiva da mesma Pasta, e Pedro Moura do APEJE, encontro versou sobre comemoração dos “Dia Internacional do Direito à Verdade”, bem como para entrega por aquela Secretaria à CEMVDHC de todo o acervo relativos aos processos (472) de anistiados políticos de PE, os quais serão digitalizados pela CEPE
26.03.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a participação de Manoel Moraes, na 89ª Caravana da Anistia em BH, no período de 23 a 28/03/2015. - Registrado o convite do jornalista Rui Sarinho, para a CEMVDHC fazer pronunciamento na rádio estatal. - Registrado por Roberto Franca que a Sejudh, através de Laura Gomes, deu conta de que a ALEPE aprovou 2 emendas da monta de R\$ 200.000,00 para construção do “Memorial da Democracia”. Designados Roberto Franca e Nadja Brayner farão contato com Sejudh/Clodoaldo Silva para melhor se inteirarem. - Deliberado que Nadja Brayner, Socorro Ferraz e Manoel Moraes, representarão a Comissão no debata da UFPE, em 31/03/2015 sobre “O Direito à Verdade...” - Deliberado que Henrique Mariano representará a Comissão em Palestra no Colégio Sygismundo Gonçalves/Olinda. - Registro da reunião com PCR/Luciano Siqueira, em 31.03.2015, para tratar das homenagens ao Padre Henrique, Abelardo da Hora, Cândido Pinto e Gregório Bezerra.

ABRIL /2015	
07.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Manoel Moraes, sobre participação na 89ª Caravana da Anistia e que naquela ocasião fez entrevista com o ex-presos político Marcos Burle, que deu relevantes informes sobre os casos de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier. - Registrado por Manoel Moraes, sobre participação na IX Reunião do grupo IDEJUST nos dias 26 e 27/03 na USP. - Registrado por Roberto Franca sobre reunião com Luciano Siqueira/PCR e que este se prontificou em atender todas as demandas da CEMVDHC, no que tange às homenagens propostas. - À unanimidade, aprovado que a CEMVDHC recepcionará ex-integrante da Comissão da Verdade e Reconciliação do Perú, entre os dias 22 e 24/03/2015. Socorro Ferraz fará intermediação. - Registrado sobre o Encontro com as Comissões Estaduais, no Rio de Janeiro entre os dias 16 e 17/03/2015. Deste participarão Manoel Moraes, Lilia Gondim e Rafael Leite.
09.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada a presença do Secretário Executivo de Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife, Paulo Moraes, com minuta de Decreto para criação de um Comitê Municipal de Políticas para a Memória e a Verdade. - Apresentado pelo secretário citado, a proposta de colocação de placas e bustos em lugares estratégicos de Pe. Henrique, Abelardo da Hora, Cândido Pinto e Gregório Bezerra. Ficando o Secretário Paulo Moraes de enviar à Comissão uma lista com nomes dos lugares com nomes dos protagonistas do golpe militar. Registrado pelo pleno das dificuldades legais, políticas etc. para tal mudança. - Deliberado pelo envio de expediente ao ITB solicitando cópia das impressões digitais de Umberto Câmara Neto. - Registrado a presença de Renata Santa Cruz Coelho/UNICAP, que apresentou resumo de pesquisa sobre o papel da comissão. Deliberado que a mesma pode ter acesso via CEPE e colegiado à disposição.
14.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado que Humberto Vieira terá agenda com o Secretário Pedro Eurico, para discutir sobre a verba orçamentária destinada à CEMVDHC. - Deliberado com base na Lei 14.688/2012, por se restringir o acesso a novos pesquisadores no âmbito da CEMVDHC. - Deliberado que o comissionado José Áureo representará a Comissão nas comemorações de centenário de Pelópidas Silveira, feita pelo Governo do Estado. - Deliberado que Roberto Franca representará a CEMVDHC no evento do IDHEC, referente aos 10 anos do Projeto “O Cidadão do Amanhã”, dia 24/04/2015.
23.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Humberto Vieira acerca da reunião com o Secretário Pedro Eurico bem como com a Presidente do TRT/PE-Gisane Barbosa, em 14.04.2015, onde trataram das instalações do Memorial da Democracia, com proposta do comissionado para instalação do mesmo no já existente Memorial da Justiça do Trabalho/PE. - Registrado pela desembargadora Gisane Barbosa da inviabilidade de integrar o Memorial da Democracia do Estado, ao do TRT/PE. Ficando então, o colegiado de buscar outro espaço. - Deliberado à unanimidade pelo envio de expediente à Secretaria de Defesa Social (SDS), Comando Militar do NE e PF, requerendo os nomes dos agentes que chefiavam as ações em tais órgãos à época da ditadura. - Registrado por Humberto Vieira, sobre manifestação do MPARA PE acerca da retificação em registro de óbito de Ezequias Bezerra da Rocha, despachado pela Juíza Paula Malta, determinando a intimação do Estado/Procurador Geral, a tomar ciência dos termos da ação. - Registrado pela comissionada Nadja Brayner, que o Secretário Executivo de Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife, Paulo Moraes, que recolocação da placa em homenagem a Cândido Pinto de Melo seja dia 04/05/2015. Aprovado à unanimidade. - Registrado a discussão acerca das mudanças das Relatorias Temáticas, proposta por Nadja Brayner, bem como os nomes das 05 primeiras relatorias.

28.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado à unanimidade de que as reuniões para deliberações sobre as relatorias individuais, dar-se-ão do final de abril ao final de maio, sendo a primeira, no 30/04, sobre o Prêmio Nobel de dom Helder. - Registrado por Lilia Gondim, sobre convite da Procuradora Carolina Furtado, para que a CEMVDHC participe, na qualidade de expositor, do evento no dia 18/05 sobre “Direitos do Cidadão”. Deliberando-se pelas participações de Fernando Coelho e Manoel Moraes. - À unanimidade, foi aprovado o texto do Convênio de Cooperação Técnica entre a Fundarpe e a CEMVDHC. - Registrado sobre disponibilidade do jornalista Marcelo Godoy em lançar seu livro “A Casa da Vovó” em Recife, conforme sugestões de datas a serem enviadas pela CEMVDHC.
30.04.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Nadja Brayner, que está confirmado pela Prefeitura da Cidade do Recife, através de Paulo Moraes, que a afixação da placa em homenagem a Cândido Pinto, será dia 04/05 na Ponte da Torre. - À unanimidade foram aprovadas as alterações e redistribuições das relatorias individuais e temáticas.
MAIO /2015	
05.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Socorro Ferraz a disposição dos ex-servidores da Sudene em prestarem depoimentos em audiência pública, em data a ser marcada. - Comunicado ao colegiado pelo presidente desta sessão, sobre despacho exarado pela Casa Civil, acerca do decurso de prazo do TR que versa sobre contratação de empresa para gravações, transcrições das audiências da CEMVDHC. - A Casa Civil questiona a necessidade da realização de sessões no interior do Estado. Assim, ficou deliberado à unanimidade que será readequado o TR para realização de sessões somente em Recife e Olinda. - Comunicado ao Colegiado que recebeu do ITB cópia da ficha datiloscópica de Umberto Câmara Neto. Tal instrumento, por sugestão do comissionado Manoel Moraes, será encaminhado à CV/RJ, para a solução do caso, o que foi acatado unanimemente. - Discutido e aprovado pelo colegiado as audiências das relatorias individuais, bem como das audiências públicas.
07.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por José Áureo o recebimento de cópia em CD do Relatório Final da CNV, enviado por José Paulo Cavalcanti Filho. - Registrado o pleito do senhor Eduardo Ceasa, solicitando informes sobre o antigo dirigente do DOI/CODI Antonio Curcio Neto. Designado Jacqueline Araújo para responder. - Registrado por Manoel Moraes sobre convite para reunião conjunta com Fórum de Trabalhadores por Verdade Justiça e Reparação, em São Paulo, no dia 11.06.2015. Designado Nadja Brayner a participar do dito evento. Antes, porém, será avaliado o Relatório de Rafael Leite, para análise da viabilidade da participação da CEMVDHC neste ato. - Proposto por Nadja Brayner modificações na pauta de audiências públicas programadas, após exposição de motivos a sugestão foi acatada pelos presentes, ficando a proponente de apresentar nova proposta consolidada. - O comissionado Manoel Moraes fez vasta explanação acerca da vida de D. Helder, bem como sobre o fato de o mesmo não haver recebido o Prêmio Nobel da Paz, por ingerência direta do Governo Brasileiro à época da ditadura. Após este momento, deliberou-se que o documento final será publicado como um exemplar dos “Cadernos da Memória e Verdade”.
12.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o envio por meio de Of.86/2015 do senhor André Saboia Martins/CNV acervo temporário da estrutura organizacional da dita Comissão. - A comissionada Socorro Ferraz registra o contato com universidade espanhola que trabalha em pesquisa acerca de problemas ligados aos direitos humanos no Brasil. - Deliberado que os prontuários serão disponibilizados somente após elaboração de nota introdutória e apreciação do Pleno. - Deliberado que para reunião com Casa Civil, dia 14/05/2015, estão sendo elencados alguns pontos a serem abordados no que concerne ao orçamento do colegiado. - Sobre convocação do ex-agente da repressão senhor Aquino de Farias Reis, ligado ao caso Odijas Carvalho, o relator Roberto Franca aguarda a disponibilização de agente da SDS para intimar o dito senhor. - Deliberado pelo Pleno que os assessores Rafael Leite, Lilia Gondim, Tereza Neves, Joelma Gusmão e Zélia Pereira, devem apresenta na próxima reunião (14.05.2015) relatório conjunto informando o quantitativo de depoimentos já decodificados e os que faltam.

14.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na Fundaj para vasta apresentação por parte de Manoel Moraes sobre o Relatório que trata do episódio da vida de dom Helder Câmara no que tange ao Prêmio Nobel da Paz e consequente debate pelo Pleno. - Por fim, foi firmado o Convênio entre a CEMVDHC e a Fundarpe, na pessoa de sua Presidente a Sra. Márcia Souto.
18.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Participação da CEMVDHC na “Audiência Pública Memória e Verdade”, promovida pelo MPF/PE, sob o comando da Procuradora da República Carolina Gusmão Furtado Coelho, esta informa do objeto desta sessão é subsidiar a conservação da memória das violações de direitos humanos à época da ditadura civil-militar. - Discutido ainda acerca da alteração da denominação de logradouros, vias, praças, etc. que se refiram a agentes públicos e particulares que tenham tido envolvimento com a prática de violações dos direitos humanos, conforme recomendação da CEMVDHC.
22.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada no Sindsep para audiência pública para ouvida de Alanir Cardoso do PC do B/PE, versando este depoimento sobre a morte e ocultação do cadáver do estudante da UFPE Ruy Frazão, bem com o acerca da chacina da Granja S. Bento e da APML - Ação Popular Marxista-Leninista.
28.05.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo comissionado Manoel Moraes, do contato feito com a CV/RJ e que esta informa que o seu Relatório final traz expressão referência a atuação do coronel Clidenor, e que a CV/RJ enviará cópia à CEMVDHC. Sugere inclusive seja feita audiência conjunta para interrogar o ex-agente público. - Registrado por Socorro Ferraz, sobre ato na ALEPE em comemoração ao centenário de Paulo Cavalcanti. - Registrado que por questões alheias à vontade da CEMVDHC, esta não participará do Fórum de Trabalhadores por Verdade, Justiça e Reparação em SP. Deliberado pelo envio de Ofício justificando. - Registrado o teor do OF.002-SSCI.2/CMNE-Comando Militar do Nordeste, comunicando a impossibilidade de atender ao pleito do Colegiado, contido OF.33/0015-CEMVDHC, por entenderem a inexistência de base legal para o Colegiado diligencia em esfera da Administração Federal. - Registrado e lido o Ofício 3072/2015-MR/PE enviando cópia de mídia magnética da Ação Penal nº 0011580.69.2012.4.03.6181 com depoimento de Carlos Alberto Augusto/Metralha. - Registrado o recebimento do Ofício 437/2015 da PCR/Paulo Moraes, com envio de CD contendo o nome de praças e logradouros públicos com nomes de pessoas que apoiaram o período ditatorial no Brasil e Pernambuco. - Registrado o recebimento do OFÍCIO nº347/05 do DIVAC-IITB em resposta ao Ofício 31/2015-CEMVDHC contendo cópias fotostáticas do Livro de Registro Geral de Fernando Augusto Santa Cruz e Eduardo Collier Filho. - Registrado mensagem enviada por José Almino, contendo proposta preliminar para os trabalhos futuros.
JUNHO /2015	
02.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Roberto Franca, sobre a tramitação na ALEPE de 02 emendas parlamentares em favor da CEMVDHC, segundo Pedro Eurico. Ficando o 1º de levantar mais informes acerca do Tema. - Entregue por Nadja Brayner, cópia de pronunciamento do Vereador Marcelo Santa Cruz, sobre a audiência pública realizada no MPF/PE. - Registrado por Manoel Moraes, a posse de Paulo Rubem Santiago, na qualidade de Presidente da FUNDAJ. - Registrado novo remanejamento do grupo que estava habilitado em fazer as decodificações/transcrições das audiências públicas. Ficando esta atribuição, doravante sob a responsabilidade exclusiva da assessora Lilia Gondim.
04.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão ordinária alusiva exclusivamente para questões de logísticas e operacional da CEMVDHC, sob o comando de Manoel Moraes, tendo esta iniciado com vários registros de pendências por para do servidor Geraldo Cisneiros.

09.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Joelma Gusmão, confirma sessão pública dia 23/07/2015, com a viúva de Gildo Lacerda. - Apresentado por socorro Ferraz, proposta financeira apresentada por José Almino e documento com sugestões deste para elaboração de cronograma de execução do Relatório Final da Comissão. - Deliberado por envio de expediente ao senhor Marcos Olinto, informando que o Colegiado ainda trabalha sobre a questão, inexistindo, por enquanto uma conclusão, sobre a ocorrência imputabilidade de Olinto S. Ferraz. - Deliberado que Socorro Ferraz, fará diligências em resposta ao pleito do senhor Marcos Antonio Moreira do Rego, para busca de informações quanto à violação de direitos humanos ao seu genitor José Menezes do Rego Lima/PCB. - Registrado evento na OAB/PE em 09/07/2015, em favor de Orphélia e Paulo Cavalcanti, sem deliberação de quem participará. - Registrado pedido de voto de aplausos para José Nivaldo Jr. e Arthur Carvalho, eleitos para a APL, o que consignado à unanimidade. - Registrado proposta de Socorro Ferraz, para que próxima reunião do pleno seja dedicada ao trabalho de normatização do Relatório Final, o que foi aprovado à unanimidade.
11.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado convite do PC do B/Alanir Cardoso, para homenagem a Luciana Santos, que assumiu presidência nacional do Partido. - Registrado por Socorro Ferraz, acerca do andamento do of.3.173/2013-GAB./PR que trata do desaparecimento de Albertino José de Farias. - À unanimidade, decidido pelo Pleno que modelo do Relatório sobre mortos desaparecidos, será o da CNV.
16.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 253/2015 Civil/DPU-PE, da Defensora Federal Tarcila Lopes, dando prazo de 15 dias para Comissão informar sobre o andamento do processo administrativo de anistia da senhora Margarida Oliveira Silva, designando Manoel Moraes, para reunir as informações. - Registrado o recebimento do Ofício 986/2015-SDS-GAB Alessandro Carvalho, informando os nomes e cargos dos agentes da repressão nos da ditadura e como se deu a montagem da estrutura administrativa da Pasta, em resposta ao Ofício 32/2015-CEMVDHC.
18.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Discutido amplamente sobre a redação dos relatórios parciais das relatorias. - Procedido com a avaliação da reunião com o Secretário da Casa Civil.
26.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Nadja Brayner, sobre andamento das tratativas com a CEPE para os trabalhos conjuntos e que já podem ser encaminhados para início das transcrições conforme acordado entre as partes. - Deliberado pelo pleno que os comissionados devem assinar as atas anteriores, a fim de que as divulgações das mesmas não se dê faltando assinaturas. - Confirmado realização da sessão para homenagem a Ofélia e Paulo Cavalcanti, dia 09.07.2015 na sede da OAB/PE com presença da CNV. - Registrado sobre próximos passos acerca do IBAD e do Relatório sobre Prêmio Nóbel a dom Helder Câmara.
30.06.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado vasta discussão sobre andamento dos trabalhos das várias Relatorias. - Registrado discussão sobre questão orçamentária, para subsidiar a reunião com a Casa Civil, dia 01.07.2015.
JULHO /2015	
02.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado recebimento do ofício 4073/2015- da Procuradora Mona Lisa Duarte, dando prazo de 20 dias para a CEMVDHC enviar informações do caso João Mendes Araújo, bem como cópia do depoimento de José Calistrato Filho, deliberado que Manoel Moraes, responderá ao dito expediente. - Registrado por Fernando Araújo, minuciosamente, os desdobramentos da reunião com a Casa Civil, sobre questões orçamentárias e contratações. - Trava ampla discussão sobre adesão ou não ao Manifesto por Memória Justiça e Reparação, resultado do encontro de diversas entidades conforme relacionadas nesta Ata. Após leitura do dito documento, este fora aprovado com ressalva ao item 6 do mesmo documento, que versa sobre a instituição de um fundo/indenizações a titulo de reparação a trabalhadores/organizações sindicais etc. Tal item foi votado contrariamente pelos comissionados Henrique Mariano e Gilberto Marques, uma vez que tal assunto somente pode ocorrer por força de lei federal. - Discutido ainda, sobre a audiência da APML e homenagens a Ofélia e Paulo Cavalcanti.

07.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado recebimento do OF.68/2015/DIRCA-CA-MJ, informando da impossibilidade de Paulo Abrão comparecer às homenagens prestadas a Ofélia e Paulo Cavalcanti. - Registrado e apresentado Lia Marques ao grupo, se propondo a prestar serviços ao Colegiado na qualidade de voluntária, o que foi aprovado pelo Pleno. - Registrado pelo comissionado Roberto Franca acerca da reunião com a Secretaria de Defesa Social acerca de uma prestação de serviços periciais e serviços de inteligência policial. Ficando este de retornar posteriormente.
09.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na sede da OAB/PE em parceria com a Comissão Nacional de Anistia (CNA) para entrega de Diploma de Anistia a Ofélia Cavalcanti bem como prestar homenagem ao humanista Paulo Cavalcanti, autor do livro “O caso conto como o caso foi”, pelo seu centenário, conforme consta nas gravações no acervo da CEMVDHC.
14.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 376/2015/Caruaru do Procurador da República Luiz Antonio Miranda Amorim Silva, informando da tramitação naquela cidade, procedimento investigatório criminal para apurar possíveis crimes contra Luis Alberto Andrade de Sá Benevides e Miriam Lopes Verbena, no período da ditadura. Este solicita, no prazo de 15 dias, cópias de documentos ou informação sobre a morte do casal. - Registrado o recebimento do Ofício 052/2015-CEV/RJ/ de Rosa Maria Cardoso da Cunha, onde solicita para que ouvida de Clidenor de Moura Lima, ex-chefe do SNI, se dê em Recife. - Registrado o recebimento do Of.1173/2015-SDS comunicando da impossibilidade de cessão do servidor Douglas José de Santana Barros, mas se propõe a colaborar em serviços pontuais de inteligência.
21.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Manoel Moraes, o pedido do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, através de Amparo Araújo, o pleito do senhor Jair Krischke, para que seja entregue ao Grupo de Estudos do Uruguai depoimento do senhor Jorge Barret. Ficou deliberado que tal entrega dar-se-á mediante autorização do depoente. - Deliberado pelo envio do Ofício 063/2015 convocando o senhor Clidenor de Moura Lima, ex-agente da repressão. - Deliberado à unanimidade pelo atendimento ao pleito da CV/RJ através do Ofício CEV/RJ 061/2015 cópia do depoimento da senhora Maria Madalena Prata Soares. - Deliberado que o Cabo Anselmo, somente será reconvocado para depor, após Manoel Moraes, conseguir o endereço do indigitado.
23.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da sessão pública para ouvida de Oldack Miranda e Mariluce Moura, acerca dos assassinatos de José Carlos Novaes da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda/APML.
28.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por José Áureo, o recebimento de 02 cartas que lhe foi entregue na última sessão. Ambas dirigidas a Gildo Lacerda, a primeira por Tessa Moura Lacerda e a outra por Nara Lacerda Ferreira. Ficou deliberado que a subcomissão de pesquisa encaminhar para os fins devidos. - Registrado o recebimento do Ofício 091/2015-RGI-Cartório Geral de Imóveis/Abreu e Lima, em resposta ao Ofício 042/2015-CEMVDHC acerca do Loteamento/Sítio de S.Bento. - Registrado por Socorro Ferraz, que o senhor Clidenor de Moura Lima, aceitou receber alguns membros da Comissão, no dia 29.07.2015, em local e horário previamente definidos. - Reiterado os termos da deliberação anterior, que as transcrições do material da Comissão serão de competência de Lília Gondim. - Deliberado pelo Pleno, que devem expedir ofício para Jorge de Tasso, Pedro França e Edvaldo Cruz, para que participem de audiência no Cecon no próximo dia 20/08/2015, quando serão discutidos sobre as mortes de José Carlos da Matta Machado e Gildo Macedo Lacerda.
30.07.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 77/2015-DIRCA-CNA/MJ, convidando Manoel Moraes a participar de sessão especial em 14.08.2015/DF. - Registrado por Humberto Vieira, acerca da desistência de Clidenor de Moura Lima, em prestar depoimento à CEMVDHC, por orientação de seu advogado.
AGOSTO /2015	
04.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a discussão com o Pleno acerca do Orçamento complementar para o período agosto/ dezembro de 2015 a partir da orientação da Casa Civil. - Deliberado pela não necessidade da reconstituição do caso do “Massacre da Granja de S. Bento”, mas fica assegurada uma visita técnica àquele local. - Registrado por Lília Gondim, o trabalho de levantamento do “Massacre” supra citado. A proposta, aprovada pelo Pleno, passa a integrar as discussões vindouras sobre o assunto. - Retomado a discussão sobre a ouvida dos ex-servidores da Sudene. - Registrado por Nadja Brayner que audiência sobre o Movimento de Cultura Popular (MCP) será dia 25.08.2015, com depoimentos de convidados de PE.

06.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a definição do cronograma com datas para as próximas audiências envolvendo a prisão de professores e estudantes e a influência política nestes setores. - Discutido ainda sobre a sessão do MCP (ou repressão nos meios culturais): o formato deve ser melhor discutido, embora já definidos os nomes de Jomar Muniz de Brito, Leda Alves e Silk Weber para esta sessão. - Definido que o formato para a sessão sobre a Sudene terá concepção da Autarquia, o seu desmonte pós golpe bem sua redemocratização/1985. Cogitados vários nomes a saber posteriormente.
11.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a resposta ao OF.075/2015-CEMVDHC, através de e-mail do editor Paulo Tadeu da Editora Matrix, responsável pela editoração do Livro sobre Cabo Anselmo, onde informa que para obtenção de toda e qualquer informação sobre o Cabo, deve ser feito contato com seu advogado em SP. - Registrado por Nadja Brayner, sobre o andamento para o exame de DNA nos restos mortais de Anátalia Alves. - Registrado por Humberto Vieira, sobre o original de Certidão obtida junto ao 1º Serviço Notarial e Registral/Paulista, referente à Granja de S. Bento, onde figura como titular o senhor Paulo Siqueira Campos, desde 1943. - Deliberado pelo envio de Ofício ao Procurador Geral do Estado, solicitando providências para a condução coercitiva do Coronel Clidenor de M. Lima, uma vez que este não atendeu às convocações da CEMVDHC para depor.
14.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião ordinária com a presença do escritor José Almino, cujo objeto de sua presença é discutir a metodologia e a estruturação do Relatório Final, o qual deverá ser apresentado em junho/2016. - Vera Acioli fez ampla apresentação do acervo da Comissão, sendo posteriormente entregue ao visitante/José Almino cópia de todos os documentos. - Definido que o colegiado trabalhará na próxima sessão, especificamente para elaboração de um sumário do Relatório Final a ser entregue posteriormente ao senhor José Almino, em 28/08/2015, em sessão que este terá assento.
18.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Humberto Vieira, o teor do requerimento de Marcos Olinto N. de Sousa e a resposta que lhe foi enviada via Ofício 79/2015. - Humberto Vieira apresentou ainda cópia da petição da PGEG, constante dos autos da ação ordinária nº 0007632-07.2015.8.17.0001, 11ª Vara de Família, onde familiares de Ezequias Bezerra da Rocha pede a retificação do seu atestado de óbito. Fato que obteve o interesse da PGE, onde de pronto pede a intimação dos atos subsequentes. - Deliberado à unanimidade, ao pedido de Homero Fonseca onde pede acesso ao depoimento do jornalista Carlos Garcia. Deliberado ainda, por atender igual pleito do jornalista Samaroni Lima, para ter acesso ao depoimento de Madalena Prata, ambos prestados à CEMVDHC. - Registrado sobre a discussão em torno das sugestões deixadas pelo senhor José Almino, referente ao Relatório Final da Comissão.
20.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão para ouvida dos senhores: Jorge Tasso, Pedro França e Edvaldo Cruz, marcadas para esta data. O que não aconteceu, tendo em vista, nenhum dos convocados compareceu à sessão como acordado previamente. Fato este que levou o Pleno a solicitar à PGE que os mesmos sejam convocados coercitivamente para deporem. - Registrado ampla discussão acerca do sumário do Relatório Final apresentado pela assessora Vera Acioli.
25.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentado ao Pleno, pela assessora Vera Acioli, sumário do Relatório Final, amplamente discutido e ajustado, o qual deve ser apresentado ao senhor José Almino, em 25/09. - Deliberado que a sessão pública dos ex-servidores da Sudene, deve acontecer em 24/09/2015.
27.08.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo envio do Ofício 82/2015 à PGE solicitando por medida coercitiva a convocação do senhor Pedro França para depor na Comissão. - Deliberado que Socorro Ferraz contate a Casa Civil, sobre a possibilidade de se trazer depoentes de outros Estados na sessão da Sudene, fornecendo-lhes passagens áreas e hospedagens. - Travou-se ampla discussão com os relatores sobre o andamento de suas relatorias.

SETEMBRO /2015

<p>01.09.2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento de 07 (sete) Ofícios do MPF/PE, todos de autoria do Procurador Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Jr. solicitando informes acerca dos casos de ex-militantes investigados pela Comissão. - Solicita ainda, informes sobre os nomes de logradouros, vias de transportes, edifícios, etc. que se refiram a agentes públicos, particulares que tenham tido comprometimento com a violação dos direitos humanos e em que estágio se encontra o dito trabalho para a sua possível alteração, dentre outros, como consta em Ata. - Registrado pelo comissionado Henrique Mariano, sobre as palestras que fará nos dias 04/09 e 09/09, na Escola Estadual Sigismundo Gonçalves/Olinda e Faculdade de Alagoas/CESMAC, a pedido da CV-AL, respectivamente. - Registrado por Manoel Moraes, o qual foi positivo a palestra da Assessora Lilia Gondim, na UNINASSAU. - À unanimidade, foi aprovada a proposta de Humberto Vieira, para que, com o apoio do MPF/PE intime para prestar depoimento naquele Órgão juntamente com a Comissão as pessoas de Clidenor Lima, Pedro França, Aquino Farias, Edvaldo Cruz e Cel/PM Barreto. - Também à unanimidade, foi aprovado a proposta do Comissionado Manoel Moraes, para igual procedimento junto ao MPF/PE solicitando ao Comando Militar do Nordeste, os nomes e postos de agentes públicos que chefiaram o antigo IV Exército, DOI-CODI. - Discutido pelo Pleno, sobre o andamento das audiências dos ex-servidores da Sudene, do MCP.
<p>03.09.2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Manoel Moraes, sobre a Resolução nº 2, publicada no DOU, que regulamenta a realização da 12ª CNDH. Deliberado que a Comissão fará contato com o Sec. Pedro Eurico, de modo a pedir apoio para a realização da Conferência Estadual. - Registrado ainda por Manoel Moraes, o pleito da sra. Rosa Barros – CV/RJ solicitando cópia do depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra. Que, feito as recomendações à Subcomissão de Audiências, deliberou-se pela autorização. - Registrado também sobre o espetáculo “Soledad”, no Teatro Hermilo Borba Filho, em 04.09.2015, em homenagem a ex-militante política Soledad Barret, morta na conhecida chacinada granja de S. Bento, em 1973. - Deliberado que sobre a documentação confidencial do então SNI, enviado à Brasília, através do Informe nº 546/19/ABR/1983, encontrada pela assessora Lilia Gondim, sobre Humberto Albuquerque Câmara Neto, aluno de medicina da UFPE, dada a importância do assunto, esta será objeto de apreciação posteriormente. - Deliberado que o assessor Rafael Leite, responderá ao ofício 5147/2015/PRPE/1º OTC(PR-PE-36542/2015, solicitando informes sobre o procedimento quanto aos nomes de logradouros, ruas, etc. com nomes de agentes públicos ou não que tenham tido a prática de violações dos direitos humanos. - À unanimidade registrada voto de aplauso para Socorro Ferraz e Lilia Gondim, por haverem conseguido as passagens aéreas e hospedagens para a ouvida de ex-servidores da Sudene, uma vez que por meio da Casa Civil isto não foi possível.
<p>08.09.2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Roberto Franca da sua participação no Centro Manoel Lisboa, pela passagem dos 42 anos do assassinato do mesmo. - Registrado por Socorro Ferraz, que a contratação de José Almino, para apoio na redação do Relatório Final, está concluída, conforme cópia do extrato publicado no D.O.E. - Deliberado pelo Pleno pela realização de audiência dos parlamentares cassados em Pernambuco a saber: Dorany Sampaio, Maurílio Ferreira Lima, Egydio Ferreira Lima e Waldemar Borges.
<p>10.09.2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Henrique Mariano, sobre o envio ao pleno, via e-mail, proposta sobre o Planejamento Estratégico do Colegiado, como previsto no Sumário do Relatório Final. - Registrado por Manoel Moraes, do contato com José Almino, sobre o Relatório D. Helder Câmara, que trata sobre o Prêmio Nobel da Paz. - Ele registra ainda acerca das investigações que vem realizando em torno da VPR bem como da infiltração do conhecido Cabo Anselmo. - Repassado aos presentes, cópia da minuta, para análise com retorno posterior do Orçamento da Comissão para 2016. - À unanimidade, deliberado que a Assessoria de Imprensa ofertará o tratamento devido e necessário, para divulgação do material encontrado pelos pesquisadores sobre Humberto Albuquerque Câmara Neto, tendo em vista a sua autenticidade.

15.09.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento de 06 (seis) ofícios (todos em poder da Secretaria da Comissão) oriundos do MPF/PE, tendo como signatário dos mesmos o Procurador Alfredo Carlos Gonzaga Falcão Jr., solicitando cópia de documentos relativos aos casos de Anália Alves, Soledad Barret, Pauline Reichstul, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Marques, Jarbas Marques e José da Silva, além de Pe. Henrique Pereira, Djalma Raposo, Jonas Barros, Ivan Rocha, Odijas Carvalho. O pleno deliberou por responder ao MPF/PE da impossibilidade de atender a todos tendo em vista o andamento dos trabalhos referentes aos casos, à exceção do caso Pe. Henrique, por estar em estado bastante adiantado. - Aprovado pelo Pleno, a proposta do Relatório Administrativo, elaborado pelo coordenador Fernando Araújo, que fará parte do Sumário do Relatório Final da Comissão. - Aprovado pelo Pleno a proposta de Orçamento da comissão para 2016.
17.09.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento dos expedientes da C.C. 223/2015 acompanhado do Ofício Circular nº 017/2015, que trata do contingenciamento de despesas no âmbito do Estado. - Registrado a presença dos peritos criminais/SDS-I.C. que prestarão serviços à Comissão, sendo eles.: José Zito Pimentel e Carlos André de Albuquerque Alvim, conforme Ofício 1.193/2015, da lavra do Gestor do I.C. Elbson Cavalcanti de Amorim. Com a palavra, foi repassado como se dará o trabalho junto ao Colegiado.
22.09.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença do ex-secretário de Justiça e Direitos Humanos Rodrigo Pellegrino, ocasião em que lhe foi devolvido toda a documentação e um CD com transcrição, que pertenceram ao seu genitor Ordolito Azevedo. - Deliberado pelos procedimentos quanto a audiência pública dos ex-servidores da Sudene a acontecer no próximo dia 24/09/2015. - À unanimidade deliberou-se que o Relator do caso Rui Frazão fará introdução e transcrição de toda a sentença do Juízo da 1ª. Vara da Justiça Federal/PE, por ser este o melhor resumo da história do ex-militante político.
24.09.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na FUNDAJ para audiência pública para a ouvida de ex-servidores da Sudene, demitidos da autarquia por motivação política no período da ditadura. Prestaram depoimento: Francisco de Oliveira, Clemente Rosas Ribeiro e Adalberto Arruda. Foram ouvidos ainda; Ulrich Hofmann, Plínio Soares e Délio Mendes, cuja integra dos depoimentos se encontram no acervo da CEMVDHC e em Ata.
25.09.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado pelo Pleno que o Secretário Geral da Comissão acompanhado do Comissário Manoel Moraes agendem uma visita ao Procurador Pedro Jorge Costa-MPF/PE para tratarem das várias demandas oriundas daquele Órgão. - Sessão destinada a apresentação da minuta do Sumário do Relatório Final, ao colaborador José Almino, para análise e sugestões e/ou considerações bem como sobre o Relatório “Dom Helder Câmara- Prêmio Nobel da Paz”, tendo este último sido aprovado e liberado para publicação pela CEPE como volume 4.
OUTUBRO /2015	
01.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Deliberado que Nadja Brayner e Lilia Gondim, representarão o Colegiado na Aula-Debate da CDH Dom Helder Câmara da UFPE, em 10/10/2015. - Registrado a publicação no <i>Jornal do Commercio</i> sobre o documentário Orestes, sendo este o 2º longa do senhor Rodrigo Siqueira e em exibição no cinema da FUNDAJ. Ante a importância do documentário, foi aprovado à unanimidade que a assessoria de imprensa da Comissão solicite uma cópia do mesmo à FUNDAJ, bem como a informação de quem pertence os direitos autorais do documentário. - Registrado por Manoel Moraes sobre a visita que foi feita ao Sítio de S. Bento, juntamente com Humberto Vieira, Lilia Gondim, Teresa Wanderley, Joelma Gusmão, Rafael Leite e dos peritos do IC/SDS. - Registrado a discussão sobre o desdobramento das próximas audiências já pré-definidas.

06.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 4564/2015 da PGE/Procurador Henrique Luiz de Lucena Moura, solicitando cópia do Ofício 072/2015-CEMVDHC, em que trata da possível ouvida do perito criminal aposentado Pedro de França Gomes. - Registrado por Nadja Brayner, acerca da audiência pública no dia 22/10/2015, sobre a violação a direitos humanos nos meios acadêmicos durante a ditadura, que será no campus da UFPE/ADUFEPE. - Aprovado por definitivo, a minuta da Resolução que trata sobre o tombamento e tramitação de processos no âmbito da Comissão. - Registrado ampla discussão sobre a proposta encaminhada pelo colaborador José Almino, a partir das contribuições recebidas do Colegiado sobre o Relatório Final-parte I- que versa sobre a criação da Comissão.
08.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado, lido e discutido o teor dos Ofícios sob os nºs 5970/2015- PMR/Palmares, 5924/2015-PRPE de autoria dos Procuradores Luiz vivente Medeiros e Alfredo Carlos Gonzaga Falcão, solicitando informes sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Colegiado. Ficou deliberado que estes e os demais Ofícios recebidos sejam levados para a audiência com o Procurador-Chefe em 20/10/2015. - Retomada a discussão sobre o Relatório Final – capítulo I, a partir da sistematização do colaborador José Almino.
13.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Presidente da sessão informa que esta reunião será exclusivamente para discutir as questões administrativa, pendentes e/ou em andamento.
15.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 336/2015-DPU-PE reiterando os termos do Ofício 444/2015-DPU, sendo informado pelo Secretário Geral da comissão que tal expediente já fora respondido por meio do 108/2015-CEMVDHC. - Registrado por Lília Gondim acerca dos avanços obtidos sobre a pesquisa que vem sendo realizada junto ao IC/SDS/PE. - Retomado a análise do Sumário do Relatório final.
22.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na UFPE/ADUFEPE, para ouvida de pessoas que possam contribuir no esclarecimento das graves violações de Direitos Humanos nos Meios Estudantis, Acadêmicos e culturais, no período da ditadura militar, foram ouvidos: Leda Alves, Jomard Muniz, Argentina Rosas, Lúcia Moreira, Geraldo Menucci, cuja íntegra desta sessão se encontra no acervo da CEMVDHC.
27.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão destinada à questões operacionais/administrativas, uma vez que grande parte do Colegiado se encontra na elaboração dos seus trabalhos/relatorias - Registrado a presença de Manoel Moraes e Gilberto Marques na Câmara dos Vereadores do Recife, na homenagem ao 75º aniversário do Pe. Antonio Henrique. - Registrado por Humberto Vieira, que a PGE ajuizou o pedido de condução coercitiva do senhor Pedro de França Gomes, para depor para o Pleno.
29.10.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo Presidente da Sessão Henrique Mariano, que a reunião será de cunho exclusivamente administrativo. Esclareceu que os demais membros do Colegiado estavam dando seguimento às pesquisas e redação de suas relatorias. - Registrado sobre a entrega de uma cópia da Ata de 20/08/2015 devidamente assinada fora entregue ao Procurador Henrique Lucena, para atender ao pleito do MM Juízo da Comarca do Paulista, em que trata da questão da ouvida do senhor Pedro França.

NOVEMBRO /2015

03.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Participação da CEMVDHC, representada por Manoel Moraes, na celebração sobre “O Dia da consciência Negra”, dia 30/11, a convite da Secretaria de Ação Social e Juventude/PE. - Participação da CEMVDHC, representada por Rafael Leite, no II Encontro Nacional da Memória Política dos Trabalhadores/SP de 13 a 15/11/2015. - Registrado o pedido de apoio do jornalista Samarone Lima, para republicação do livro “A História de Zé”, o que foi acatado pelos presentes e será encaminhado pedido à CEPE. - Manoel Moraes trouxe à tona questões sobre o depoimento prestado pelo “Major Curió”, à MM Juíza da Vara de Brasília, que cuida do caso. Este afirma que guerrilheiros teriam sido queimados conforme relatado em seu livro “MATA”. A fim de bem concluir os trabalhos da Comissão, fica Manoel Moraes responsável por conseguir acesso a tal depoimento e dirimir dúvidas. - Manoel Moraes informa ainda que a CV/SC detém documento de que Stuart teria sido assassinado em SP e não em Recife. Este ficou de diligenciar acerca dos fatos. - Determinado pelo Pleno que na sessão do dia 12/11/2015, os relatores deverão apresentar as minutas de suas Relatorias para apreciação e aprovação. - Deliberado que a Comissão se reunirá com o colaborador José Almino nos dias 11 e 12/11/2015.
05.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Informado que esta sessão seria de cunho exclusivo aos assuntos administrativos. - Informado também que os demais membros estavam dando seguimentos às pesquisas e redação de suas relatorias individuais e temáticas. - Registrado e apresentado o texto produzido por Fernando Coelho, que integrará o Vo 1.4do Caderno Memória e Verdade, sobre D. Helder Câmara a ser encaminhado à CEPE.
10.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Informado que esta sessão seria de cunho exclusivo aos assuntos administrativos pendentes de resolução e/ou encaminhamentos. - Participação da CEMVDHC/Roberto Franca à homenagem aos 50 anos de assinatura do documento intitulado “Pacto das Catacumbas”, na Igreja das Fronteiras, dia 15/11/2015. - Participação da CEMVDHC/Manoel Moraes, na 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos de Caruaru, dia 14/11/2015.
12.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Roberto Franca lembra convite do IDHEC para a solenidade dos 50 anos do “Pacto das Catacumbas”. - Manoel Moraes lembra que estará em Caruaru para a Convenção de Direitos Humanos. - Fernando Coelho entrega ao Secretário Geral a “boneca” do Vol. III do Caderno da Memória e Verdade, e que este pede algumas correções de cunho gráfico, ficando isto a cargo de Manoel Moraes e Rafael Leite. - Registrado a presença do colaborador José Almino, como previsto, que fez suas considerações sobre a estratégia para a elaboração do Relatório Final, ficando este de enviar ao colegiado documento contendo recomendações a fim de que sua colaboração possa lograr de êxito. - Roberto Franca fez leitura da minuta do relatório sobre o caso Odijas Carvalho. - Nadja Brayner fez o mesmo em relação ao caso de Anátalia Alves. O pleno após ouvida e feitas as devidas ponderações, aprovou à unanimidade o formato dos trabalhos.
17.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do OF.6781/2015-PR/PE do Procurador Rafael Ribeiro N. Filho, solicitando documentos, atualizados sobre o caso Ezequias Bezerra da Rocha. - Registrado ainda, o recebimento do Ofício 6814/2015-MPF/PRPE enviado por Patrícia Gonçalves A. Tesch, dando conta de que o pleito da Comissão para a ouvida de Clidenor Moura, Luiz Carlos Barreto e Pedro França, fora arquivado, tendo a Comissão 10 dias para recorrer da decisão. - Tomada de depoimento do senhor Pedro de França Gomes, que se apresentou ao Colegiado, sem a necessidade da medida coercitiva. Sua oitiva foi gravada e se encontra em poder da Comissão.
19.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por José Áureo Bradley, que nesta sessão o colegiado reunir-se-ia em separado tendo em vista a necessidade de adiantar os trabalhos de escrituração de suas respectivas relatorias individuais e temáticas.
24.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão pública para ouvida de parlamentares cassados no período da ditadura, a saber: Dorany Sampaio, Luiz Andrade Lima, Maurilio Ferreira Lima e Waldemar Borges Filho, cujos depoimentos se encontram no acervo da Comissão e Ata.

26.11.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo Pres. da Sessão José Áureo Bradley, que a reunião será de cunho exclusivamente administrativo. Esclareceu que os demais membros do Colegiado estavam dando seguimento às pesquisas e redação de suas relatorias. - Registrado por ele/José Áureo, o recebimento do Ofício nº 2015.20126.004675 da 2ª.Vara do TJ/ Capital da lavra de José Anchieta, contendo em anexo a este Ofício cópia de decisão constante nos autos do processo de Odijas Carvalho, como resultado da demanda da CEMVDHC ao PM/PE, através do Ofício 478/2015 que versa sobre a retificação na certidão de óbito de Odijas Carvalho. - Registrado o recebimento do Ofício 6559/2015 da lavra do Procurador Pedro Jorge Costa, em resposta ao Ofício 54(67)/2015 da Comissão, que foram encaminhados ao MPF/PE para providências. - Registrado o recebimento do Ofício 110/2015-DIRCA/MJ formalizando a participação de Manoel Moraes nas reuniões da CNA no período de 14 a 16/12/2015.
DEZEMBRO/2015	
01.12.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o convite para participação da Comissão na sessão solene pelos 70 anos do APEJE, ficando Manoel Moraes de representar a mesma. - Discutido sobre o lançamento do “Caderno da memória e Verdade-Vol. 4, sobre D. Helder Câmara. - Discutido pelo colegiado sobre as audiências públicas do Campo e do Movimento Estudantil. Ficando deliberado que neste ano, apenas a audiência do Movimento Estudantil, acontecerá, programada para 15/12/2015. - À unanimidade, deliberado pelo Colegiado que deve ser feita uma convocação ao Coronel Clidenor Lima, por força coercitiva, para o mês de fevereiro/2016.
03.12.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo presidente da Sessão José Áureo Bradley, que a reunião será de cunho exclusivamente administrativo. Esclareceu que os demais membros do Colegiado estavam dando seguimento às pesquisas e redação de suas relatorias - Registrado por Nadja Brayner, sobre a viagem a Caruaru e São Caetano, juntamente com Roberto Franca e Lilia Gondim, para busca de informações sobre as mortes de Mirian Verbena e Luiz Alberto Benevides e que lograram êxito. - Registrado o recebimento do convite da SDS para participar dia 04/12/2015 da solenidade comemorativa ao Dia nacional do perito Criminal. Roberto Franca e Nadja Brayner, representarão o Colegiado. - Registrado a agenda de trabalho neste 04/12/2015, com Dom Fernando Saburido, a fim de tratar do lançamento do “Caderno da memória e Verdade, Vol. III, sobre D. Helder Câmara.
10.12.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Registro das várias atividades do Colegiado, em função do dia Internacional dos direitos Humanos, com participações em eventos e entrevistas nos vários meios de comunicação tais como: <i>Jornal do Comercio, Folha de Pernambuco e Diários Associados</i>, conforme registro no acervo da Comissão.
15.12.2015	<ul style="list-style-type: none"> - Sessão realizada na ADUFEPE para audiência pública, para prestarem depoimentos os ex-estudantes, todos vítimas da ditadura: Abdias Vilar de Carvalho, Carmen de Castro Chaves, João Bosco Tenório, José Arnóbio Pereira, José de Moura e Maria Martha H. da Silva, cuja integra dos depoimentos se encontram no acervo da CEMVDHC.

2016

JANEIRO/2016

DATA DA SESSÃO/ REUNIÃO	DELIBERAÇÕES/ENCAMINHAMENTOS
07.01.2016	<ul style="list-style-type: none">- Registrado pelo comissionado Henrique Mariano o seu encontro com Flávio Regis, no Palácio do Campo das Princesas, onde este último falou da sua insatisfação com o posicionamento do colegiado acerca do episódio da bomba no Aeroporto, cujo genitor fora vítima. Isto posto, o Colegiado definiu posicionar-se sobre o assunto.- Registrado o sucesso do lançamento do IV Caderno da Verdade, que teve como tema Central o Prêmio Nobel da Paz, negado à d. Helder Câmara.- Registrado o reconhecimento que deve ser feito à CEPE/Ricardo Leitão, pelo empenho na execução dos trabalhos e qualidade.- Registrado a deliberação para que sejam encaminhados alguns exemplares da Revista à Fundação Nobel.- Registrado e deliberado pelo envio do mesmo Caderno à várias bibliotecas do País, por sugestão da comissionada Socorro Ferraz, que ficou de demandar para a Secretaria os endereços.- Registrado a discussão sobre o Centenário de Miguel Arraes, e que o Colegiado deve fazer recomendação de Lei Federal incluído o nome do governador no Livro dos heróis da Pátria.- Registrado pela deliberação de que a CEMVDHC fará sua última Audiência, com o tema do “Campo”, tendo Socorro Ferraz como Relatora, que de pronto iniciou a sugestão de nomes a serem ouvidos.
12.01.2016	<ul style="list-style-type: none">- Registrado o convite da Sejudh ao comissionado Manoel Moraes, para compor o Grupo de Trabalhos responsável pela discussão do Sistema Estadual de Proteção à Pessoa-SEPP.- Registrado pela comissionada Socorro Ferraz, os nomes das pessoas que deporão na audiência do dia 16.02.2016, na Fundaj/Casa Forte. Estando confirmado: Antonio Montenegro, Socorro Abreu e Lima, e Christine Rufino.- Registrado ampla discussão acerca do dossiê do IBAD/IPES, ficando deliberado que Manoel Moraes e Nadja Brayner farão a leitura do dito documento.- Registrado por Henrique Mariano, sobre a oportunidade de a CEMVDHC explorar de forma pioneira o tema IBAD/IPES e a atuação de Miguel Arraes, que teve papel fundamental na denúncia do esquema de corrupção no Congresso Nacional.- Registrado por Manoel Moraes a exibição do vídeo do Linha Direta Justiça, produzido pela TV Globo, que versa sobre a atuação do José Anselmo (Cabo Anselmo), agente infiltrado nas forças de repressão do Governo, tendo ele contribuído para a captura de guerrilheiros e opositores da esquerda armada, bem como na Chacina ocorrida na Granja São Bento, em Abreu e Lima, em 1973.
19.01.2016	<ul style="list-style-type: none">- Registrado as presenças dos historiadores Antonio Montenegro, Socorro Abreu e Lima, Christine Dabat e Regina Beatriz, que colaboraram com estudos que servirão de base para a sessão pública do dia 16.02.2016, sobre relatoria temática “Violações de Direitos Humanos no Campo”.- Registrado por Fernando Coelho, o interesse de a CEMVDHC realizar visita ao Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão.- Registrado por Antonio Montenegro a exibição do documentário “Brasil, the troubled land 1964”, que mostra a luta pela terra em PE e a atuação das Ligas Camponesas, registrado por Fernando Coelho, que toda a produção desta sessão servirá de suporte ao Relatório Final da CEMVDHC.
21.01.2016	<ul style="list-style-type: none">- Registrado por Nadja Brayner, que Lilia Gondim localizou documentos com denúncia de José Henrique de Souza filho, que trata da prisão do mesmo em Palmares. Que este cita os nomes dos militantes Fernando Sandália, Luiz Benevides além de fazer referência a Anátalia Alves bem como sobre ameaças de morte relacionadas a Fernando Santa Cruz, dentre outros informes, que levou ao Colegiado a decidir tentar localizar o denunciante José Henrique de Souza Filho e Flávio Guilherme da Fonseca, Capitão da PM.- Registrado por Vera Acioli sobre o recebimento de 80 exemplares do Caderno IV-Prêmio Nobel da Paz, sendo deliberado que a CEMVDHC solicitará reedição de mais 100 unidades.

26.01.2016	- Sessão para ouvida de depoimentos do perito criminal José Zito Pimentel, sobre o caso da Granja de S. Bento, cujo conteúdo do depoimento se encontra em poder da CEMVDHC.
28.01.2016	- Registrado por Manoel Moraes a leitura do laudo técnico elaborado pelo perito Zito sobre os assassinatos na Granja S. Bento. - Registrado por Manoel Moraes, a sugestão de que o Laudo Técnico seja entregue em solenemente, ao Instituto de Perícias técnicas de Pernambuco, o que foi de pronto acatado pelos presentes. - Registrado a análise de Manoel Moraes e Nadja Brayner, sobre os depoimentos de Gilberto Prata, Gildo Lacerda e Madalena Prata. - Registrado o encaminhamento para ouvida de Marival Chaves, em Recife ou no Espírito Santo, em consonância com a sugestão de Manoel Moraes. - Registrado e acatado pelos presentes, a realizar uma segunda ouvida do jornalista Ivan Maurício, por solicitação de Nadja Brayner. - Registrado por Humberto Vieira, o andamento do processo que trata do caso de Ezequias Bezerra, e que segundo, pelo que ouviu da juíza responsável, este caso será findo, ainda na gestão da Comissão. - Registrado pelo Secretário Geral da Comissão o recebimento dos ofícios do MPF/PE, Procuradoria do Cabo de Santo Agostinho, da lavra da Procuradora Andreia W. Soares Carneiros, sob os números 26/2016 e 335/2016, de 22.01.2016, solicitando informe sobre os casos de José Inocêncio Barreto/Severino Fernandes da Silva e Amaro Felix Pereira, cujas respostas serão preparadas pela assessora Vera Acioli.
FEVEREIRO/2016	
02.02.2016	- Registrado sugestão do Coordenador Geral Fernando Coelho, para que o nome de Miguel Arraes seja incluso no livro Heróis da Pátria. Sugestão acatada e registrado a sugestão para envio de ofício ao Governador Paulo Câmara, fazendo a proposta. - Registrado por deliberação do Colegiado, que o Caderno do IBAD, Vol.V, terá 5 (cinco) partes, ficando assim definido os relatores : Manoel Moraes, Humberto Vieira, Fernando Coelho, Nadja Brayner e Socorro Ferraz. - Registrado por Nadja Brayner, sobre novo depoimento do jornalista Ivan Maurício, nesta data (02/02/2016), no CECON. - Registrado com anuência de todos, que as reuniões dos dias 04 e 11/02/2016, serão utilizados pelo Colegiado e Assessores, para pesquisa e coletas de documentos, para subsidiar os relatórios parciais e final
16.02.2016	- Registrado por Nadja Brayner e Fernando Araújo sobre incidente com Pedro França, instado pelo MP PE por não haver atendido ao chamado da CEMVDHC, caso esclarecido. - Registrado por Manoel Moraes, que o laudo técnico sobre a Granja S. Bento, na SDS está marcado para o dia 25.02.2016. - Registrado sugestão do Comissionado Roberto Franca, para que os relatores organizem a relação bibliográfica de todos os livros consultados pelo colegiado e Assessores, a fim de facilitar futuras pesquisas dos futuros leitores do Relatório Final. O que foi acatado à unanimidade. - Registrado balanço dos trabalhos das Relatorias, concluindo-se que a que está mais distante da realidade trata da Estrutura da Repressão em Pernambuco, ficando deliberado que na reunião do dia 18/02/2016, este ponto será a prioridade da reunião.
23.02.2016	- Sessão para informes gerais encaminhamentos. - Manoel Moraes fala do adiamento da reunião com SDS sobre a granja de S. Bento, sem nova data. - Registrado a positividade do Palácio referente a iniciativa do colegiado em tornar o nome de Miguel Arraes a figurar em livro de bronze. - Registrado a retomada da discussão sobre o Relatório Final, com o suporte do senhor José Almino. - Deliberado à unanimidade, que até o dia 16/03/2016 todas as biografias deverão estar concluídas, as quais devem ser repassadas ao consultor José Almino já no dia 17/03.
25.02.2016	- Sessão para informes gerais e encaminhamentos. - Registrado o convite do IDHEC para missa em 28/02 em celebração aos 107 anos de D. Helder Câmara. - Registrado a presença dos peritos da SDS/PE José Zito Pimentel, Elbson Cavalcanti e João César Ferreira, para discutirem acerca da elaboração dos laudos periciais alusivos a diversos casos de mortos e desaparecidos investigados pelo Pleno. - Registrado a discussão e análise do sumário do Relatório Final da Comissão, passando por novas propostas e retorno posterior.

MARÇO/2016

01.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Socorro Ferraz, sobre articulação com o historiador Grimaldo Carneiro Zacariades, da UFBA, que detém instrumentos com título Ditadura Militar na BA e que este acena em disponibilizar cópia do acervo do então SNI/PE para a Comissão. - Registrado a entrega por Socorro Ferraz ao Secretário um exemplar do livro “1971 – 45 Anos Depois”, de autoria de José Expedito Prata; - Registrado a presença da Comissão/Nadja Brayner na missa em celebração aos 107 anos de d. Helder Câmara. - Registrado o manifesto da Chefia do Governador informando que o Governo prepara evento para assinatura de Projeto de Lei cujo objeto é incluir o nome de Miguel Arraes no Livro dos Heróis da Pátria. - Registrado a retomada da discussão acerca do sumário do Relatório Final, ocasião em que novas propostas foram encaminhadas. - À unanimidade, ficou deliberado que esta é a última versão do dito Sumário, exceto em havendo proposta plenamente fundamentada.
03.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Socorro Ferraz, que ainda não logrou êxito a tentativa de falar com a Profa. Giselda da UFRPE, para tratar da cópia dos arquivos do SNF/PE. - Registrado por José Áureo Bradley da agenda de trabalho que teve com o Secretário Pedro Eurico, onde trataram de questões administrativas da Comissão no que concerne a edificação do Memorial da Democracia, previsto na Lei. 14.688/2012, - Registrado o recebimento do Ofício 315/2016-7ª CJM/PE-Justiça Militar Federal/PE comunicando que continuam com a pesquisa de papéis e documentos sobre a chamada “Chacina do Sítio de São Bento”. - Registrado o recebimento de novos 04 (quatro) Ofícios do MPF/PE, tais como: 911/2016; 919/2016; 921/2016 e 936/2016, todos respondidos pelos Ofícios da CEMVDHC nºs- 027/2016; 026/2016; 028/2016 e 025/2016, respectivamente. - Registrado ainda a discussão sobre o conteúdo do Vol. 5 do Caderno Memória e Verdade.
08.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Socorro Ferraz, que José Almino enviou a minuta do Relatório Final, e tão logo conclua sua apreciação compartilhará com os demais. - Retomada a discussão sobre o Roteiro da 2ª parte do Relatório Final, conforme apresentação feita por Vera Acioli ao colegiado. - À unanimidade, fica deliberado que o Coordenador da Comissão manterá contato com o governador para pedir prorrogação de prazo até dezembro/2016 para entrega do Relatório final.
17.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 05146/2016 do Deputado Vinícius Labanca, informando da proposição nº 1751/2016 da Deputada Tereza Leitão, sobre homenagem dos 15 anos da Comissão de Direitos Humanos D. Helder Câmara da UFPE. - Registrado o recebimento de mais 02 Ofícios do MPF/PE quais sejam: 1460/2016 e 1467/2016; os quais foram respondidos pela Comissão com os Ofícios 035/2016 e 036/2016 respectivamente. - Registrado em Ata as deliberações acerca dos Relatórios concluídos que depois apreciado e aprovado deliberou-se pelo encaminhamento ao consultor José Almino. Tendo esta sessão se iniciado com a leitura do Secretário Henrique Mariano do caso Cândido Pinto. - Registrado a leitura por Humberto Vieira, do Relatório referente à morte de Raimundo Gonçalves de Figueiredo. - Registrado que os demais comissionados não dispuseram das partes que lhes cabem, ficando então para a próxima sessão.
22.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado convite do Secretário de Direitos Humanos Paulo Moraes, convidando a Comissão para sessão solene dia 31/03/2016, no gabinete do Prefeito Geraldo Júlio, às 09h00 quando este assinará atos relativos à problemática dos Direitos Humanos, quando também farão homenagem ao Pe. Henrique e Gregório Bezerra. O que foi recebido com prazer pelos membros da Comissão. - Registrado por Nadja Brayner dos contatos feitos com o senhor Plínio Duque, no intuito de obter com este, cópia do processo sobre o atentado contra Cândido Pinto. Com o mesmo objetivo, fez contato com o advogado Paulo Henrique Maciel, com o qual marcará agenda de trabalho. - Registrado por Nadja Brayner, sobre tese desenvolvida pela estudante Flaviana Aguiar, que versa sobre o CCC – Comando de Caça aos Comunistas. - Registrado por Lilia Gondim sobre a tomada de novo depoimento de Jose Moura Fontes, para corrigir algumas imperfeições nas gravações anteriores. - Registrado por Socorro Ferraz comunica o falecimento da senhora Maria Ceailles, em Fortaleza/CE ela falaria em sessão pública do Campo. - Retomada a discussão e com ressalvas de alguns presentes, sobre a retirada de nomes de pessoas de monumentos públicos, devendo este ponto aparecer como recomendação no Relatório Final. - Deliberado pelo Pleno após ampla exposição de Manoel Moraes, que o caso Paulo Stuart Wright será transformado em Relatoria, ficando o mesmo Manoel Moraes como relator do caso em epígrafe. - À unanimidade, foi aprovado o texto produzido por Fernando Coelho, para apresentação no Volume V do Caderno da Memória e Verdade.

31.03.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da reunião ocorrida em Palácio com membros da Comissão, do Chefe de Gabinete daquela Casa/João Campos e do Secretário Executivo Marcelo Canuto. A reunião teve como objeto 03 pontos, a saber: Confecção do Vol.V do Caderno Memória e Verdade - CPI do IBAD; a denúncia e depoimento de Miguel Arraes e a prorrogação do prazo de encerramentos dos trabalhos da Comissão. - Registrado ainda o reconhecimento por parte do Governo as proposições do Colegiado e informaram do andamento do Projeto do Memorial da Democracia. - Registrado também, que o Governador recebeu com tranquilidade a ideia de colocar o nome de Miguel Arraes no Livro da Pátria, de pronto incumbindo o deputado Tadeu Alencar para articular com líderes de outros partidos para dar maior dimensão à iniciativa. - Registrado a sugestão do Secretário Executivo Marcelo Canuto, para que o Caderno do IBAD seja lançado em Palácio, por ocasião da assinatura do Projeto de Lei sobre Arraes como Herói nacional.
ABRIL/2016	
05.04.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Nadja Brayner e Lilia Gondim, sobre a representação da Comissão no evento da CNA no período de 01 a 04/04/2015, bem como da visita que fizeram ao Arquivo Nacional. - Registrado sobre os pontos a serem elencados para a exposição de motivos sobre a prorrogação de prazo da Comissão para 31/12/2016, tais como: o atraso nas transcrições; a não conclusão das relatorias referentes aos 51 casos analisados pelo colegiado; a pendência de laudos periciais no IC/PE; depoimentos pendentes, sobretudo o da Relatoria do Campo; etc.
07.04.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício 1122/2016-PRPE-EV, do Procurador da República Edson Virginio Cavalcante Jr., informando da abertura do IC N° 1.2.000.002213/2015 com vistas a apurar os fatos sobre o assassinato de Jonas José de Albuquerque e Ivan Rocha Aguiar em 1964. Dito expediente fora respondido com Ofício 042/2016 da Comissão. - Registrado o convite da CEPE para o lançamento do livro de crônicas de D. Helder, “ Meus queridos Amigos”. - Registrado sobre a articulação através de Socorro Ferraz, para a visita à Fazenda Galileia, em dia e hora a serem marcados. - Registrado e lido minuta do Ofício n° 043/2016 a ser enviado ao governador, que versa sobre a prorrogação de prazo.
14.04.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo Presidente da Sessão que esta destinar-se-ia exclusivamente a análise de documentos e fotografias que irão compor o Vol. V do Caderno da Memória e Verdade, cujo tema é: CPI do IBAD e com as devidas considerações dos presentes.
MAIO/2016	
05.05.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada a necessidade da retomada de articulação com a Casa Civil, para rediscussão sobre o Memorial da Democracia, o mais breve possível. - Deliberado pelo colegiado sobre o prazo de 05 dias corridos para que os sub-relatores enviem seus relatórios às relatorias, com igual prazo para eventuais considerações. - Deliberado novo prazo para apresentação dos relatórios individuais, ficando estabelecido o dia 02/06/2016. - Deliberado que o Secretário Geral, Henrique Mariano, apresentará planilha atualizada das relatorias na próxima sessão. - Deliberado que Socorro Ferraz, na próxima sessão apresentará, data, local e hora para a próxima audiência pública do Campo. - Deliberado que o colegiado apresentará recomendações/sugestões no Relatório Final para melhorias da população do Engenho Galileia.
17.05.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do expediente da DINTEL/PCPE em resposta ao Ofício 15/2016-CEMVDHC. - Registrado a entrega para fins de digitalização, por Humberto Vieira, o arquivo/extrato da sentença de retificação do atestado de óbito de Ezequias Bezerra. - Registrado por Humberto Vieira, do contato com Palácio/Marcelo Canuto, para tratar da proposta de prorrogação de prazo da CEMVDHC. Se encontra na ALEPE para posteriormente ser sancionada pelo governador do Estado, Paulo Câmara. - Registrado por Socorro Ferraz, mensagem do consultor José Almino, que fala sobre o andamento dos trabalhos da Comissão e os pontos que carecem de melhoramento. - Registrada a participação da CEMVDHC/Manoel Moraes, no “Concerto para Manoel Lisboa”, no Teatro Santa Isabel. - Deliberado pela convocação do ex-agente da repressão José Henrique de Souza Filho, ficando Henrique Mariano de articular.

JUNHO/2016

02.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o agradecimento do Presidente da Sessão o empenho em tornar possível o prazo de vigência de Comissão em especial, ao governo que entendeu a necessidade. - Registrado o recebimento do Ofício nº 243/2016/COREG-NA, enviando resposta ao Ofício nº 47/2016-CEMVDHC que solicita cópia digitalizada referente ao período da ditadura militar. Repassado ao Assessor Rafael, para os fins devidos. - Registrado a necessidade, segundo Nadja Brayner, dos comissionários começarem a se reunir em pequenos grupos, para analisar o andamento dos trabalhos. O que foi acatado pelos presentes. - Registrados informes por Humberto Vieira, sobre o andamento da alteração no atestado de óbito de Ezequias Bezerra. - Registrado por Humberto Vieira e acatado pelos presentes, que o novo prazo para entrega das Relatorias Individuais é o dia 30.06.2016 e as Relatorias Temáticas 30.08.2016. - Registrada a deliberação do Pleno o orçamento complementar para a Comissão referente ao período de prorrogação. - Deliberado pelos presentes sobre a importância do Assessor Rafael Leite participar em SP do IV Seminário Internacional do Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos. - Deliberado pelo Pleno para envio de expediente ao Ministro Raul Jungman, pedindo informações da atuação do DOI-CODI.
08.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o desdobramento da reunião conjunta com a Secretaria de governo, onde o Coordenador Geral fez agradecimento ao Secretário Antônio Figueira, pelo empenho em tornar possível a prorrogação do prazo dos trabalhos do Colegiado. - Registrado que o lançamento do Caderno sobre o IBAD será dia 20.07.2016, com assinatura do Projeto de Lei reconhecendo o Governador Miguel Arraes como herói da pátria. - Registrado que o Colegiado terá uma reunião com a direção da APEJE e CEPE, para discutirem sobre a destinação do acervo da CEMVDHC. - Registrado sobre a necessidade de prorrogação do contrato da CEPE com consultor José Almino, em consonância com a prorrogação de prazo para finalização. - Registrado o interesse do Secretário sobre a ideia de se fazer o tombamento do Engenho Galileia, solicitando que o pleno lhe envie mais informes sobre a área a ser tombada. Para isto foi designado que a Profª Socorro Ferraz viabilizará estes informes. - Registrado sobre o pedido de autorização para continuidade das transcrições das audiências, o que ficou autorizado a reiterar junto a Gerencia Geral da Casa Civil, tudo em conformidade com o limite orçamentário.
14.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado as presenças do Presidente da CEPE Ricardo Leitão e o Diretor da APEJE, Evaldo Costa, para alinhamento da reunião com Secretário da Casa Civil, Antonio Figueira, e tratar da criação do “Memorial da Democracia”, bem como do acervo da CEMVDHC, após conclusão dos seus trabalhos. - Registrado o recebimento do Ofício 474/2016, 4º OCC/PRPE, assinado pela Procuradora Silvia Regina P. Lopes, em resposta ao Ofício 92/2016 da CEMVDHC, que versa sobre atos de improbidade administrativa e desobediência praticado por Pedro França, Clidenor de Moura e Luiz C. Barreto. - Registrado o recebimento do Ofício 2816/2016-PR/PE, do Procurador Edson Virgínio Cavalcante Jr., solicitando mais informes para continuar com a investigação da morte de Anátalia Alves.
16.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrados informes gerais. - Registrado o Procedimento Preparatório-PP recebido pelo Colegiado referente a improbidade administrativa. - Registrado a presença do Perito Zito Pimental, para tratativas de pontos relativos aos Processos. - Registrado o pedido de afastamento da colaboradora Nivea Melo, por questões pessoais, ocasião em que foi feito reconhecimento pelos presentes dos seus bons préstimos. - Registrado que nesta ocasião o Colegiado indicou a ex-servidora da Sejudh Lia Marques, para ocupar o cargo, uma vez que esta conhece a estrutura da Comissão. - Registrado a vinda do consultor José Almino, em 07.07.2016.
21.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a formalização do evento para colocação do busto do Pe. Henrique, pela PCR e CEMVDH, no dia 28/06/2016, na Praça do Parnamirim. - Registrado a confirmação da reunião em 07/07/2016, com a presença do consultor José Almino, no período de 06 a 08/07/2016. - Registrado a disponibilidade de Ricardo Leitão, em solicitar para a CEMVDHC, junto a Roberto Monte, vice-reitor da UFRN, cópia do acervo político da Advogada Mércia Albuquerque. - Registrado a deliberação de enviar à Casa Civil, as delimitações do Engenho Galileia, como prometido, para as providências acordadas em reunião. - Registrado reunião com IC em 29/06/2016, para definir a elaboração de laudos. Relatores devem entregar elementos aos peritos.

30.06.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado sobre a matéria publicada no <i>Diario de Pernambuco</i> enaltecendo a iniciativa da parceria da CEMVDHC com a PCR para criação e inauguração da homenagem ao Pe. Antonio Henrique. - Registrado o convite da CEPE para o lançamento dos 3 livros sobre: Armando Monteiro Filho, Carlos Garcia e Pelópidas Silveira, no dia 05/07/2016. - Registrado por Nadja Brayner, sobre a reunião Socorro Ferraz e Manoel Moraes, com a SDS, para discutirem sobre a produção de laudos periciais. - Registrado que os relatores farão entrega de suas relatorias, no dia 07.07.2016, na reunião que contará com a presença do consultor José Almino de Alencar. - Registrado e confirmado para os presentes de que a sessão com Almeri B. Mello, será dia 14.07.2016, na Fundaj, às 09h00. - Definido que a sessão do colegiado, prevista para 05.07.2016, será descentralizada, com o fito de que seus relatores acelerem o processo de suas relatorias individuais e temáticas.
JULHO/2016	
07.07.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado sobre a inauguração do busto do Pe. Henrique, no dia 28.06.2016, na Praça do Parnamirim, bem como discurso de Amparo Araújo, representando o comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco e igualmente da Prefeitura da Cidade de Recife/Geraldo Júlio, que enaltecem os trabalhos da CEMVDHC. - Registrado por Manoel Moraes, sobre a anistia concedida a Margarida Maria Alves, pela CNA. - Registrado ainda por Fernando Araújo sobre a reunião, no dia 06.07.2016, em Palácio, com Marcelo Canuto, para tratar do lançamento do Caderno do IBAD. - Registrado a presença do consultor José Almino, que discorreu sobre a produção do Colegiado, para a elaboração do Relatório Final, tecendo algumas considerações/sugestões.
14.07.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registro da Sessão pública na Fundaj/Casa Forte, para ouvida do Professor Almeri Bezerra de Mello, que fez amplas colocações acerca de sua vida pregressa enquanto exilado na Argélia, na década de 1970.
21.07.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado momento de pesar pelo falecimento de Hélio Mariano, irmão do comissionado Henrique Mariano. - Registrado o pedido de afastamento do assessor Geraldo Cisneiros, por questões pessoais. - Registrado pela comissionada Nadja Brayner, que gravou depoimento sobre os militantes Ezequias Bezerra e Anátalia Alves, para o Projeto do fotógrafo Diogo Di Niglio. - Registrado ainda por ela, sobre o pleito do fotógrafo que solicita outros materiais da Comissão. Unanimemente o pleito foi liberado. - Registrado pelo comissionado Manoel Moraes, que a jornalista Denise Assis está produzindo uma matéria sobre a CPI do IBAD, que será capa da revista Brasileiros, em agosto. - Registrado ainda por ele, que o MPF/Marlon Weichert, está produzindo um site onde reunirá o acervo de todas as comissões da verdade cridas no País. - Registrado e apresentado por este/Manoel Moraes, minuta/proposta do Termo de Cooperação Técnica, oferecida pelo MPF, o qual deve ser encaminhado à Casa Civil/Marcelo Canuto, para providências cabíveis. - Registrado também que o comissionado Manoel Moraes, conseguiu localizar a cópia do processo do Padre Vitor Miracapillo e que as despesas para copiar o material serão rateadas pelo Colegiado, o que foi aprovado. - Registrado pela comissionada Socorro Ferraz, sobre o recebimento da carta de Herbert de Souza/Betinho, para Ricardo Zaratini, que trata sobre o atentado no Aeroporto dos Guararapes, em 1966. - Registrado pelo comissionado Henrique Mariano, sobre o pleito do cineasta Leonildo Cruz, que solicita uma reunião com o Colegiado. Pleito acatado, o mesmo participa da próxima reunião. - Registrada a informação de Socorro Ferraz, o nome das pessoas que irão depor na audiência sobre o "Campo". São eles: Severino Domingos, Paulo Assis, Anacleto Julião, Martinho Campos, Tereza Vilaça, Tereza Vilaça, Alves Dias, João Alfredo e Ainda Bezerra.

28.07.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Ofício nº 3761/2016-MPF, do Procurador da República Rafael Ribeiro Nogueira Filho, onde solicita informes dos casos de José Inocêncio Barreto e Severino Fernandes da Silva, deliberando para a assessora Vera Acioli providenciar a resposta. - Registrado também o recebimento do Ofício nº 126/2016 da Casa Civil, solicitando devolução de 02 salas da CEMVDHC o que foi de pronto observado pelo Colegiado pela não possibilidade neste momento. - Registrado sobre a nomeação de Paulo Abrão, para o cargo de Conselheiro Interamericano de Direitos Humanos, deliberando-se pelo envio de um ofício parabenizando-o em nome da CEMVDHC. - Registrado sobre os trabalhos das relatorias individuais, que em vista das dificuldades foi dado novo prazo aos relatores para a conclusão dos trabalhos, 28.07.2016. - Registrado a presença do jornalista e historiador Cleonildo Cruz, para breve exposição sobre a produção do seu livro e do filme, para os quais ele pede apoio da CEMVDHC, ficando de pronto deliberado que será feita uma apresentação para o colegiado no dia 26.08.2016
AGOSTO/2016	
04.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Humberto Vieira, que o processo judicial de Ezequias Bezerra, para retificação de sua certidão de óbito, foi reiniciado, estando com MP/PE para os procedimentos. - Registrado convite da OAB/PE para homenagem a ser prestada à CEMVDHC, pelos relevantes serviços desta, no Spettus Derby, dia 09.08.2016. - Registrado sobre publicação de Portaria exonerando Geraldo Cisneiros e nomeando Enauri Galvão, para o mesmo cargo. - Registrado sobre andamento do Pregão Eletrônico, junto à Casa Civil, para contratação da empresa que fará transcrição do acervo do jornalista Samarone Lima doado à CEMVDHC. - Registrado que a minuta do Convênio de Cooperação Técnica com o MPF se encontra na Casa Civil/Marcelo Canuto, aguardando apreciação. - Registrado a liberação para pedido de passagem aérea para a senhora Ainda Bezerra, depor na audiência do campo, no dia 18.08.2016. - Registrada a visita de Gerard Panthier e sua esposa, Fátima Panthier, responsáveis pela publicação do Caderno sobre D. Helder Câmara, na França, em francês. - Registrado por Socorro Ferraz, os principais aspectos da audiência do Campo, neste dia 18.08.2016, no SINDSEP. - Registrado em Ata, os 09(nove) nomes dos depoentes nesta Audiência. - Registrado que para Rildete Rodrigues e Tereza Vilaça, serão enviados ofícios pedindo seus depoimentos por escrito ou em áudio.
11.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada por Manoel Moraes, fala sobre a posse de Paulo Abrão, para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. - Registrado por Nadja Brayner, sobre pedido de Antonio Montenegro, referente a pessoas que estão sendo objeto de estudo pela Comissão. - Registrado pelo colegiado um balanço das Relatorias individuais e seus respectivos prazos.
18.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado sobre a realização da Audiência Pública para oitiva de 08 (oito) pessoas ligadas ao Movimento do Campo, vítimas da ditadura militar ou que tomaram conhecimentos sobre violações de direitos humanos no campo. Prestaram depoimento: Anacleto Julião, Aída Bezerra, Antônio Alves Dias, José Joaquim da Silva, José Paulo de Assis e Martinho Leal de Campos. - Registrado em Ata que estes depoimentos servirão de base para composição do Relatório Final da Comissão. - Registrado e consignado em Ata, que Profª Socorro Ferraz, produziu uma Nota Técnica, sobre as ocorrências de violações dos direitos humanos contra camponeses e militantes políticos, na zona rural, em Pernambuco, no período da ditadura militar. - Registrado a entrega de livros, DVDs pelo depoente Anacleto Julião, para o Colegiado, sendo estes entregues à Assessora Lilia Gondim, para os fins devidos.

23.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado informe por Manoel Moraes, sobre visita realizada em Olinda, juntamente com peritos do IC/PE, no último dia 15/08, onde foi morto o militante político João Mendes de Araújo. - Registrado ainda por Manoel Moraes o recebimento de um livro de Márcio Ananias Ferreira, sobre “Discursos e Práticas da Igreja Presbiteriano do Brasil- Diálogos entre Religião e Política”, entre os anos de 1960/1970. - Registrada a presença de Socorro Ferraz no lançamento do Álbum sobre a vida e a obra de Abelardo da Hora, na livraria Jaqueira, em 20/08/2016. - Registrados os votos de parabéns do Vereador Jayme Asfora à CEMVDHC pela justa homenagem recebida. - Registrado voto de pesar pelo falecimento do jornalista Geneton de Moraes Neto, por sugestão de Nadja Brayner e acolhido à unanimidade. - Registrada pelos presentes análise da audiência pública do Campo. Feitas as considerações, concluiu-se que a mesma gozou de bom êxito. - Registrado que o lançamento do filme do jornalista Cleonildo sobre a “Anistia no Brasil-1979”, ocorrerá dia 26/08, no Teatro do Rio Mar, às 19h00.
25.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o e-mail de Antonio Campos ao Colegiado, falando acerca de sua iniciativa sobre a Operação Condor, ao tempo em que solicita uma reunião com o Colegiado para falar sobre o assunto. - Registrado que o lançamento do documentário do jornalista Cleonildo foi adiado para o dia 09 ou 16/09/2016. - Registrado sobre a chegada dos depoentes da audiência do Campo: Vera Paiva e Pe. Aleixo. - Registrado sobre as tratativas para o lançamento do Caderno sobre o IBAD. - Registrado a chegada do Consultor José Almino, para discutir o andamento dos trabalhos sobre as Relatorias individuais. - Registrado o apelo do Consultor José Almino para que os Relatores deem mais velocidade nas suas redações, tendo em vista a exiguidade do tempo para a conclusão dos trabalhos.
26.08.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado ato de lançamento do Caderno sobre o IBAD e sobre a homenagem prestada ao ex-Governador Miguel Arraes, no Salão das Bandeiras, nesta data. - Registrado que o Secretário Henrique Mariano, falou em substituição ao Coordenador Geral representando o Colegiado. - Registrado o apoio que a CEMVDHC recebeu de Luiza Erundina e Pedro Eugênio, para a edição do Caderno em questão. - Registrado, a homenagem feita ao ex-Deputado Rubens Paiva, por intermédio de sua filha, Vera Paiva. - Registrado a homenagens prestada ao ex-vice-presidente da República Pedro Aleixo, através do seu filho o Pe. Aleixo, bem como ao ex-deputado Federal Pedro Eugênio, in memória, por intermédio de familiares. - Registrado as presenças de José Almino de Alencar, Carlos Siqueira/PSB, Tadeu Alencar e o Governador Paulo Câmara, que fizeram uso da palavra para encerramento das atividades.
SETEMBRO/2016	
01.09.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado sobre o evento realizado pela Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça, sobre os 37 anos da Lei da Anistia, ocorrido no dia 23/08/2016, no Centro cultural Rossini Couto. - Registrado as presenças de Socorro Ferraz e Nadja Brayner na cerimônia realizada pela Câmara Municipal de Olinda, pelo dia considerado “O dia do Desaparecido Político”, ocasião em que foram entregues diplomas de certificação a alguns familiares. - Registrado a visita do advogado Antonio Campos, que falou sobre o seu livro intitulado “Operação Condor no Brasil”. - Registrado o encaminhamento do ofício a ser encaminhado à CEPE, estabelecendo o formato, número de páginas, volumes e prazos de entrega e devolução do Relatório Final da CEMVDHC. - Registrada a avaliação sobre a solenidade de lançamento do Caderno do IBAD bem como da assinatura do Projeto de Lei que busca colocar Arraes no livro dos heróis da Pátria.

08.09.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do telegrama de Silvio Costa Filho, parabenizando o Colegiado pelo lançamento do Volume V do Caderno da Memória e Verdade, no Palácio do Campo das Princesas. - Registrado o recebimento da cópia (e-mail) da Nota Pública do Movimento Por Verdade, Memória, Justiça e Reparação, protestando pela exoneração de vários membros da CNA, incluindo o Membro Manoel Moraes. - Registrado que igual posição tomará a CEMVDHC, a ser encaminhada a vários órgãos e parceiros da sociedade civil. - Registrada a presença de Anacleto Julião, que falou para os presentes sobre a ideia de tombamento do engenho Galileia. - Registrado e deliberado que a CEMVDHC proporá ao governo do Estado por intermédio da Casa Civil, para que seja declarado local de memória. - Registrada a discussão sobre o prazo final de entrega para as relatorias individuais, ficando definido que o prazo final para a entrega é o dia 15.09.2016. - Registrado o pedido da assessora Vera Acioli para que todos os membros, assessores que tiverem textos, artigos pronunciados em eventos, que seja encaminhado para incluir no Relatório Final, sugestão acatada pelos presentes à unanimidade.
15.09.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo membro Manoel Moraes a leitura da denúncia feita pelo MPF/PE, dirigida ao Juiz Federal da 1ª Vara do Júri, contra Beatriz Martins, conhecida por Miúda, e Ovídio Carneiro de Almeida, conhecido como “Jota”, ambos acusados de matarem Arnaldo Rocha, Francisco Penteadado e Francisco Okama, em 1973. - Registrado pelo membro Manoel Moraes, sobre a importância deste fato, que abre espaço para novas investigações, inclusive do Cabo Anselmo, com a chacina da Granja São Bento. - Registrada pelo membro Humberto Vieira a solicitação sobre a nova decisão no processo de retificação do registro de óbito de Ezequias Bezerra da Rocha, para retificação do local de falecimento, sepultamento e nome de identificação dos médicos legistas que atestaram o óbito. - Registrado o recebimento de ofício de Carlos Siqueira/PSB Nacional, parabenizando o Colegiado pelos trabalhos desenvolvidos pelo Colegiado. - Registrada a leitura a minuta da Nota Pública em favor do Membro Manoel Moraes e demais membros da CNA, pelo afastamento da dita Comissão. - Registrado que a Nota supracitada deve ser encaminhada para várias autoridades, inclusive o Deputado Federal Wadhi Nemer Damous Filho. - Registrada a leitura na íntegra, através do secretário da sessão, do relatório individual, produzido pelo Membro Gilberto Marques, sobre o caso Luiz Gonzaga dos Santos. - Registrada a ponderação do Membro Humberto Vieira e Nadja Brayner, em não se buscar ouvir o depoimento do Cel. Santa Cruz e tampouco localizar um antigo Sítio em Chã de Mirueira. - Registrado em comum acordo com os presentes que o assessor Rafael Leite retomará os contatos junto à SDS/IC para cobrar/acompanhar laudos periciais solicitados pelo Colegiado, além fazer gestão junto à Emlurb, para ter acesso a informes sobre o Cemitério da Várzea e Santo Amaro. - Registro sobre a não entrega de algumas Relatorias Individuais, ficando estas para o próximo dia 29/09, durante a sessão ordinária.
29.09.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Socorro Ferraz sua participação no evento “Dia do Desaparecido Político” realizado pela Câmara dos Vereadores de Olinda, ocasião em que foram entregues diplomas a serem concedidos aos familiares dos seguintes militantes desaparecidos: Almir Custódio de Lima; David Capistrano da Costa, Hiran Lima Pereira, Mariano Joaquim da Silva, Miguel Pereira dos Santos, Umberto Albuquerque Câmara Neto, Ranúzia Alves Rodrigues, Eduardo Collier Filho, Edgard Aquino Duarte, Ezequias Bezerra da Rocha, Fernando Augusto de Santa Cruz, Luiz Almeida Araújo, Ramires Maranhão do Vale, Rui Frazão Soares, Manoel Aleixo da Silva e Amaro Felix Pereira. - Registrado o recebimento do Convite da Fundaj para a exposição sobre Josué de Castro -70 anos do lançamento do seu livro “Geografia da Fome”, em 30 do corrente. - Registrado o recebimento do ofício nº 5382/2016-PR/PE-EV, informando que foi aberto o IC nº 1.26.000.002217/2015-87 com o fito de apurar as circunstâncias da morte de Luiz Gonzaga dos Santos, razão que os leva a solicitar informes sobre a conclusão do caso pelo colegiado, no prazo de 10 dias. - Registrado que o pleno deve responder ao Procurador, por ofício, que o relatório sobre o caso se encontra em andamento. - Registrado pelo membro Roberto Franca sobre o interesse do IDHEC em comercializar os Cadernos sobre D. Helder Câmara e Pe. Antonio Henrique, tendo em vista a demanda do público. Ficando deliberado pelos presentes que o assunto será levado à CEPE sobre o interesse ou não da comercialização dos mesmos. - Registrado por Socorro Ferraz sobre informe de Ricardo Zaratini, comunicando que teve ganho de causa na ação movida contra o <i>Diario de Pernambuco</i> que o acusava de ser responsável por soltar a bomba no Aeroporto dos Guararapes em 1966. Tal conquista muito se deve à documentação recebida da Comissão através do então Governador Eduardo Campos, decisiva para a vitória da causa. - Registradas as presenças de Anacleto Julião, Marcília Gama e Zito da Galileia, que falaram amplamente sobre o Projeto de Centro de Referência das Ligas Camponesas de Galileia. - Registrado sobre o convite da OAB/PE para missa de Ação de Graças, em favor dos 90 anos da Conselheira Nair Andrade dos Santos, no dia 30/09/2016, na Ordem Terceira de São Francisco, às 19h30.

OUTUBRO/2016

<p>06.10.2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pelo Coordenador Geral, Fernando de Vasconcellos Coelho, as homenagens prestadas à memória do Centenário de Ulysses Guimarães, então Presidente da última Constituinte com quem manteve boa relação ao longo da sua vida pública. - Registrado por Rafael Leite o não recebimento de retorno da Emlurb ao nosso ofício 096/2016, embora haja sido feito vários contatos solicitando retorno. - Registrado que o Contrato para transcrições dos trabalhos feitos por Samarone Lima ainda se encontra pendente na Casa Civil para assinatura. - Registrado o recebimento dos ofícios 5558 e 5560, ambos do MPF/PE, onde são solicitadas informações sobre os casos de Raimundo Gonçalves de Figueiredo e Amaro Luiz de Carvalho, sendo deliberado que a Secretaria reunirá informes com Vera Acioli para responder ao pleito. - Registrado sobre o convite da UFPE para participação da CEMVDHC no II Congresso Nacional de Direitos Humanos e Cultura e Paz, da UFPE. Ficando acordado que Manoel Moraes e Socorro Ferraz participarão do evento que acontecerá nos dias 19 e 20 do corrente. - Registrado o recebimento, pela colaboradora Ruth Coutinho, de ligação do MPF/PE sobre disponibilização do depoimento de Pedro França e Clidenor Lima. - Registrada a proposta de Fernando Araújo em se apresentar para o Governo do Estado a ideia de formar uma Comissão para tratar do “Memorial da Democracia”, conforme previsto no art. 11 da Lei 14.688/2012. - Registrado, que após ampla discussão o Colegiado decidiu que a matéria supracitada deve figurar entre as recomendações no Relatório Final.
<p>13.10.2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada a ausência de <i>quorum</i> e que esta sessão será de caráter ordinário e não deliberativo. - Registrado em ata voto de pesar pelo falecimento de Lincolm Santa Cruz, a pedido da comissionada Nadja Brayner. - Registrado o compromisso do assessor Rafael Leite ir até o MPF/PE pegar uma cópia dos depoimentos de Clidenor Lima e Pedro França. - Registrado por Henrique Mariano a necessidade de se incluir no Relatório Final que o exame de DNA nos restos mortais tidos como de Anatólia deixou de ser realizado por razões alheias à vontade do Colegiado. - Registrado com os presentes a análise dos vários relatórios individuais que foram entregues. - Registrado que em vista da ausência de alguns, o assunto supracitado será retomado na próxima reunião, no dia 20/10/2016.
<p>20.10.2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado a presença de Manoel Moraes no II Congresso de Direitos Humanos da UFPE, ocasião em que foi prestado homenagem ao Pe. Aloisio Fragoso pelos serviços prestados à causa dos Direitos Humanos. - Registrado sobre a finalização do processo para transcrição das entrevistas feitas pelo jornalista Samarone Lima. - Registrado e acordado que a assessora Joelma Gusmão será a via de contato com a Empresa usina de Filmes/Sr. Erik. - Registrado e acordado que ainda Joelma Gusmão prestará ajuda a assessora Lilia Gondim nas transcrições dos últimos depoimentos colhidos pela CEMVDHC. - Registrado o recebimento do expediente enviado pela juíza da 7ª Circunscrição Judiciária Militar/Dra. Flávia Ximenes, em resposta ao Ofício nº 113/2016 da CEMVDHC, informando da não localização dos autos do Inquérito da chamada “Chacina da Granja de São Bento”. - Registrado a solicitação do senhor Fábio Chagas, para ter acesso aos depoimentos prestados à Comissão sobre Pauline Reichstul. Ficando acordado que os trabalhos se encontram em andamento e por ocasião da finalização o mesmo será disponibilizado para todos. - Registrado o recebimento do comunicado via e-mail da saída da senhora Suzana Pastore da assessoria Regional da República, sendo sua substituta a senhora Marisa Viegas e Silva. Esta pede retorno à Casa Civil/Marcelo Canuto, sobre a assinatura do Termo de Cooperação Técnica para criação do Centro de Documentação Digital. Ficando acordado que o Comissionado Manoel Moraes dará retorno à dita assessora. - Registrado a discussão sobre o Relatório que trata do militante político Luiz Gonzaga dos Santos cuja Relatoria coube a Gilberto Marques. - Registrado pela assessora Vera Acioli sobre o andamento das tratativas com a CEPE em torno da publicação do Relatório. - Registrado após acordado com os presentes que a reunião com o consultor José Almino será no dia 27/10/2016, nos horários da manhã e tarde, cujos pontos principais são as Relatorias envolvendo os militantes da APML, VPR, PCBR e PCR.

27.10.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o desdobramento desta reunião com o consultor e sistematizador José Almino, que iniciou sua fala sobre os trabalhos que ele desenvolveu sobre as Relatorias Individuais, levando em conta as áreas políticas: APML, VPR, PCRB e PCR, avaliando minuciosamente o material recebido, fazendo observações e sugestões para os relatores envolvidos. - Registrado os desdobramentos do 2º bloco das discussões que culminou com a informação de que a Relatoria referente a APML está concluída, enquanto que a VPR sofrerá alguns ajustes; a do PCBR falta conclusão da narrativa do episódio do Grajaú e Bento Ribeiro. Já a que trata sobre a PCR está finalizada, enquanto o bloco que trata do PCB ficou deliberado que este tema será rediscutido na próxima vinda do colaborador José Almino, em novembro, em data a ser definida. - Registrado a fala da assessora Vera Acioli, que fez balanço sobre a montagem do Relatório Final. - Registrado ainda pela assessora, que tão somente a 1ª. Parte do Relatório Final está concluída, razão que a levou a uma roda de negociação com a CEPE, para a entrega da minuta do Relatório Final, como acordado para o dia 10.11.2016.
NOVEMBRO/2016	
03.11.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado o recebimento do Of.6171/2016 da PR-PE da lavra da Procuradora Silvia Lopes, que trata do IC 1.26000.001870/2015-29 referente a ocorrências do homicídio de João Mendes de Araújo, militante da ALN. Anexado a este o Ofício nº 439/16 da PF/PE com o Ofício nº 205/2016 referente a prontuário do dito militante. - Discorrida ampla discussão sobre a 1ª parte do Relatório Final. - Feita homenagem a Roberto Franca, que, convidado pelo Governador, assumirá a Gestão da FUNASE.
10.11.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrada formalmente a nomeação de Vera Acioli como membro da CEMVDHC, através do Ato nº 3881 em 05.11.2016, em substituição a Roberto Franca, nomeado para a FUNASE, atendendo convite do governador. - Registrada ainda a nomeação de Ana Cecília Lima, através do Ato nº 3947 em 10.11.2016, em substituição a agora Membro do Colegiado, Vera Acioli. - Registrada a entrega ao Colegiado do Mandado de Retificação do Registro Civil de Ezequias Bezerra da Rocha. - Registrado pelo Membro Manoel Moraes sobre a sessão pública da ALEPE acerca das perseguições aos cultos de raízes africanas durante a ditadura militar. O Membro Manoel Moraes, participará. - Registrada a necessidade de alguém acompanhar os desdobramentos da transcrição do trabalho de Samarone, sendo indicada a assessora Joelma Gusmão, o que foi acatado pelos presentes. - Registrado pelos presentes os desdobramentos dos trabalhos das Relatorias Individuais, registrando inclusive que a VPR falta a revisão de José Almino. PCBR, faltando finalização pela assessora Vera Acioli. PCB, faltando a bibliografia de Hiran Pereira, por Socorro Ferraz. Registrado que a APML está finalizado.
17.11.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado pela assessora Ana Cecília o desdobramento junto ao Cartório sobre a retificação do atestado de óbito de Ezequias Bezerra. - Registradas as considerações acerca da Relatoria Individual sobre Luiz Gonzaga, da competência de Gilberto Marques, na qualidade de relator. Após ajustes, o Relatório foi aprovado com os devidos acréscimos introduzidos pelo sub-relator Humberto Vieira. - Registrado o recebimento das Relatorias individuais referentes aos ex-militantes do PCB, cuja finalização fora feita por Socorro Ferraz. - Registrada a sugestão de Socorro Ferraz para que o grupo escolha um dia só para tratar das recomendações a serem propostas. - Registrada a discussão sobre a Estrutura da Repressão em Pernambuco, cuja minuta do texto foi encaminhada para todos. - Registrado o pedido de Socorro Ferraz para proceder com algumas alterações, o que foi deferido à unanimidade.

24.11.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado que, por deliberação unânime, a reunião do dia 15.12.2016, será na SEPLAG, com a presença do consultor José Almino, ocasião em que será feito a apresentação do Banco de Dados por Vera Acioli. - Registrada por Nadja Brayner a sessão solene que acontecerá no dia 28.11.2016, na ALEPE, sobre a violência perpetrada pela ditadura militar contra os cultos de origem afro-brasileiros. - Registrado ainda por ela que convidará familiares de Ezequias Bezerra, para, na próxima reunião, receberem da CEMVDHC a certidão de óbito do ex-militante político devidamente retificada. - Registrado por Lilia Gondim acerca da exibição do filme sobre Hiram Pereira, que acontecerá no dia 05.12.2016, no cinema São Luiz. - Registradas pelo presidente da Sessão/Fernando Coelho e outros membros as homenagens feitas em favor de Modesto da Silveira, falecido recentemente. - Registrado o reinício da discussão sobre os trabalhos Estrutura da Repressão e Financiamento, após apreciação do pedido de vista de Socorro Ferraz, cujos ajustes foram aprovados pelos presentes. - Registrado que Vera Acioli fica com a incumbência de encaminhar a todos os membros a minuta da versão final do texto. - Registrado, a pedido de Gilberto Marques, que o exame de DNA nos restos mortais de Anatólia Alves deixou de ser realizado por razões alheias à vontade da CEMVDHC.
DEZEMBRO/2016	
01.12.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Joelma Gusmão sobre a conclusão dos trabalhos de transcrições das fitas e CDs do jornalista Samarone Lima. Ela registra ainda da dificuldade da realização dos trabalhos, em função precária qualidade dos áudios. - Registrado por Nadja Brayner que em 09.12.2016, às 19h00 na Câmara Municipal de Olinda, será entregue ao Coordenador Geral Fernando Vasconcellos Coelho, a comenda “Defensor dos Direitos Humanos”, juntamente com outros. - Registradas as presenças de Ednaldo Bezerra e outros familiares, para receberem das mãos do Coordenador Geral a certidão de óbito devidamente retificada do ex-militante político Ezequias Bezerra. - Registrado que vários membros do Colegiado que conheceram/conviveram com Ezequias, fizeram uso da palavra para reverenciar o mesmo. - Registrado por Vera Acioli o nivelamento da fase atual dos trabalhos sobre o Relatório Final. - Registrado acerca da importância da permanência de Lilia Gondim, no CECON, para conclusão/ finalização dos trabalhos, após 31.12.2016, ficando deliberado que a CEMVDHC encaminhará pleito à Casa Civil, Secretário Antonio Figueira.
06.12.2016	<ul style="list-style-type: none"> - Registrado por Nadja Brayner o acordado com Tereza Wanderley, para proceder com levantamento dos nomes dos ex-militantes políticos que foram presos em Pernambuco ou em outros Estados, junto aos processos dos Anistiados Políticos, oriundos da Sejudh. - Registrado que, em função do tempo, o ponto de pauta sobre as recomendações para o Relatório Final fica postergado para o dia 15.12.2016, em sessão a ser realizada na SEPLAG. - Registrado e confirmado a presença do Sistematizador José Almino nesta reunião do dia 15.12.2016, na SEPLAG.

ANEXO III

RELAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E RESERVADAS REALIZADAS PELA CEMVDHC

Relação das audiências realizadas pela CEMVDHC, em sessões públicas e reservadas, constando os nomes dos depoentes, quando e onde foram ouvidos e assuntos tratados.

DATA	DEPOENTES	PAUTA	LOCAL
06/2012	Reunião com o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Saburido	Repressão à Igreja Católica	Palácio Episcopal
07/2012	Jorge Tasso	Repressão geral	1ª conversa reservada
31/07/2012	Jorge Tasso	Repressão geral	OAB
08/2012	Recepção de dossiê	Fernando Santa Cruz	CEMVDHC sede
06/08/2012		Comissão Nacional de Anistia	
09/08/2012	Rogério Matos	Pe. Henrique Pereira Neto	1ª conversa reservada
14/08/2012	José Ferreira dos Anjos	Cândido Pinto	Reservada
16/08/2012	Pe. José Ernani	Pe. Henrique Pereira Neto	OAB
23/08/2012	Sylvia Montarroios	PORT	Sede CEMVDHC
30/08/2012	Elzita e Marcelo Santa Cruz; Rosalina Leite; Rosário Collier	Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier	OAB
10/09/2012	CNV	Assinatura de Convênio entre CEMVDHC e CNV	OAB
20/09/2012	José Ferreira dos Anjos	Cândido Pinto	Banco Central
05/10/2012	Urariano Mota	Granja São Bento	Sede CEMVDHC (SEJUDH-PE)
10/10/2012	Lançamento da Lista de Mortos e Desaparecidos		Faculdade de Direito do Recife
18/10/2012	Tarzan de Castro; Lylia Guedes Galleti; Alberto Vinicius do Nascimento; Cristina Uslenghi Rizzi	Odijas Carvalho	Banco Central
30/10/2012	Marcelo Santa Cruz; Frederico Barbosa; Ednaldo Bezerra	Ezequias Bezerra da Rocha	Sede CEMVDHC
06/11/2012	Rodrigo Pelegrino	Recepção dossiê Delegado Ordolito Azevedo	Sede CEMVDHC
08/11/2012	Geraldo Guidotti		Controladoria Estadual
22/11/2012	Rogério Matos	Pe. Henrique Pereira Neto	CEMVDHC sede
22/11/2012	Presidente do Tribunal de Justiça	Cândido Pinto	Tribunal de Justiça

DATA	DEPOENTES	PAUTA	LOCAL
27/11/2012	Luiz Alves; José Adeildo; Edmilson Vitorino	Anatália Alves	Tribunal de Contas do Estado
06/12/2012	Ex-presos políticos (I): Marcelo Mário Melo; Francisco de Assis; Pedro Bezerra	Repressão geral	FUNDAJ - Derby
13/12/2012	Ex-presos políticos (II): Carlos Alberto Soares; José Calistrato; José Emilson Barbosa	Repressão geral	Auditório da Faculdade Maurício de Nassau
22/01/2013	Madalena Prata Soares	APML e José Carlos da M. Machado	FUNDAJ
31/01/2013	Cláudio Guerra	Repressão; Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier	FUNDAJ
14/03/2013	Ex-militantes PCBR (I): Ednaldo Bezerra; Romildo Maranhão do Valle; Sonia Beltrão; Sonia Coutinho; Rildete Petersen	Pça. Sentinela; Miriam Verbena; Luís Alberto Benevides; Ezequias Bezerra	FUNDAJ
04/04/2013	Ex-militantes PCBR (II): Paulo Pontes; Tereza Wanderley; Theodomiro Santos	Lourdes Maria Pontes; José Bartolomeu; Fernando Augusto da Fonseca	ADUFEPE
11/04/2013	Amparo Araujo; Ivan Seixas	ALN; Cemitério PERUS	Auditório MEPE
18/04/2013	Ricardo Zarattini	Partido Comunista Revolucionário (PCR)	ADUFEPE
16/05/2013	José Nivaldo Barbosa de Souza Júnior; Edval Nunes da Silva (Cajá)	PCR	ADUFEPE
04/06/2013	Cristina Capistrano; Aníbal Valença	PCB	Centro de Educação - UFPE
25/06/2013	Prof. EOM -USP	APML	Brasília
17/07/2013	Genoíno Neto	Araguaia	Brasília - Gabinete do Deputado
17/07/2013	Miquelis Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia)	Araguaia	Brasília
27/07/2013	Ivan Rodrigues; Padre Gabriel Hofstede; Margarida Cardoso	Golpe de 1964	Câmara Garanhuns
03/09/2013	Antonio Soares (Help); Sonia Benevides	PCBR	OAB - PB
24/09/2013	Irmã de Jeremias	Jeremias	FUNDAJ
03/10/2013	Jornalistas I: Samarone Lima; Carlos Garcia	Órgãos de Comunicação	FUNDAJ
18/10/2013	Alfredo Ferreira; Guanáira Amaral	Granja São Bento	FUNDAJ
22/10/2013	Ir. Marista Orlando Cunha Lima	Pe. Henrique Pereira Neto	MPF
05/11/2013	Aluisio Falcão	Imprensa	SINDSEP
14/11/2013	Jorge Barrett	Granja São Bento	FUNDAJ
19/11/2013	Edgard Sobreira	Órgãos da Justiça; Jeremias	SINDSEP
21/11/2013	Abelardo da Hora; Manoel Messias da Silva	Meio cultural	OAB

DATA	DEPOENTES	PAUTA	LOCAL
28/11/2013	Othon Coelho Bastos Filho	Repressão Geral; Ximenes	SINDSEP
09/12/2013	Silvia Montarroyos	Repressão geral; PORT	ADUFEPE
10/12/2013	Ato com Governador; Ricardo Zarattini	Aeroporto e Odijas	Palácio Campo das Princesas
11/12/2013	Euvânio Jatobá	Ezequias Bezerra; Miriam Verbena; Luís Alberto Benevides	CEMVDHC
12/12/2013	José de Moura e Fontes; Sonja Lócio	Granja São Bento	MPF
17/12/2013	Milton Coelho; Yara Lobo	Raimundo	ADUFEPE
19/12/2013	Genivalda Melo da Silva	Granja São Bento	ADUFEPE
23/01/2014	Maria do Carmo Brito; Shizuo Osawa	VPR	Ouvida Extra (resid)
27/01/2014	Alberto Duarte (Betinho)	APML	Ministério da Justiça (Brasília)
13/02/2014	Flávio Régis	P/solicitação	MPF
18/02/2014	Entrega dossiê digitalizado aos familiares	Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier	Auditório OAB
13/03/2014	Aluisio Palmar	VPR	Ouvida extra (Hotel)
28/03/2014	Pedro Eugênio	Ezequias Bezerra; Miriam Verbena; Luís Alberto Benevides	ADUFEPE
27/05/2014	Entrega relatório caso Pe. Antonio Henrique	Pe Antonio Henrique PRONTUÁRIO Neto	Igreja São José dos Manguinhos
27/06/2014	Dagoberto Alves Costa (Beto do Araguaia)	Araguaia	Ouvida Extra (resid)
17/07/2014	Jornalistas II: Nagib Jorge Neto; Juraci da Costa Andrade; Ivanildo Sampaio; Antônio Portela; Carlos Garcia.	Repressão aos órgãos de comunicação	FUNDAJ
26/08/2014	Cláudio Duarte	POLOP; POC; Saúde	Sede CEMVDHC
17/09/2014	Ailton Rodrigues de Andrade (Galego)	Granja São Bento	Sítio São Bento (Abreu e Lima)
13/10/2014	Ten.Cel. Ex. Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto; Cel. PM. José Carlos Acâmpora de Paula Machado	Agentes da repressão	CECOM
14/10/2014	Edval Nunes da Silva (Cajá); Lilia Maria Pinto Gondim; José Adeildo; Alanir Cardoso; José Adeildo Ramos; Marcelo Mesel	Visita DOI CODI	HGE - IV EXERCITO
	José Lucas Alves	João Lucas Alves	Ouvida extra
30/10/2014	Modesto da Silveira; Marta Teodósio	Severino Colou; João Lucas; Família Teodósio	OAB
20/11/2014	Aluísio Gonçalves Costa	Miriam Verbena; Luís Alberto Benevides; Ezequias Bezerra	SINDSEP
16/12/2014	Jornalistas III: Ricardo Noblat; Jodeval.Duarte; Ricardo Leitão; Clériston de Andrade	Repressão aos órgãos de comunicação	FUNDAJ

DATA	DEPOENTES	PAUTA	LOCAL
17/12/2014	Jornalistas IV: Helena Beltrão; Ivan Maurício; Lailson Cavalcanti	Repressão aos órgãos de comunicação	FUNDAJ
21/05/2015	Alanir Cardoso	PCdoB; Rui Frazão	SINDSEP
28/05/2015	Antônio Alves Dias		Residência do depoente
varias datas	Dona Nenên; Paulo	Granja São Bento	Ouvidas extras (Sítio S Bento)
23/07/2015	Oldack Miranda; Mariluce de Souza Moura	Gildo Lacerda; José Carlos Mata Machado	SINDSEP
20/08/2015	Pedro França; Edvaldo Cruz; Jorge Tasso (convocados não compareceram)	Repressão	CECON Sala Fernando de Noronha
08/09/2015	Patrícia Alves Dias	Granja São Bento	CEMVDHC
24/09/2015	Francisco de Oliveira; Ulrich Hoffman; Clemente Rosas; Délio Mendes; Plínio Soares; Adalberto Arruda	Sudene	FUNDAJ
22/10/2015	Leda Alves; Jomard Muniz; Argentina Rosas; Lucia Moreira; Geraldo Menucci	Cultura; Movimento de Cultura Popular; Movimento de Educação de Base; Teatro Popular do Nordeste; Teatro de Amadores.	ADUFEPE
17/11/2015	Pedro de França Gomes	Médico Legista Granja São Bento; Anátalia Alves	CECON
19/11/2015	Dorany Sampaio; Maurílio F Lima; Waldemar Borges; Luiz de A Lima	Parlamentares	FUNDAJ
01/12/2015	Karl Marx e Lenin de Almeida Gonçalves	Granja São Bento	CECON
15/12/2015	Carmem Chaves; Abdias Villar; José Moura e Fontes; Martha Silva; João Bosco Tenório; José Arnóbio Pereira	Movimento estudantil	ADUFEPE
19/01/2016	Professores da UFPE: Antonio Montenegro; Christine Paulette Yves Rufino Dabat; Maria do Socorro de Abreu e Lima	Campo	Sala do Conselho - FUNDAJ
22/01/2016	Glauco de Almeida Gonçalves	Granja São Bento	CECON
02/02/2016	Ivan Maurício Monteiro dos Santos	Repressão geral	CECON
23/05/2016	José Henrique de Souza Filho	PCBR e PCR	CECON
	Puranci P. de Araújo	Granja São Bento	CECON
18/08/2016	Martinho Leal de Campos; José Paulo de Assis; José Joaquim da Silva (Zito da Galiléia); Severino (Djalma) Soares de Santana; José Joaquim Camilo de Santana; Aída Bezerra; Anacleto Julião; Antonio Alves Dias	Campo	Auditório SINDSEP
28/11/2016	Edvaldo Ramos; José Amaro Santos da Silva; Pai de Xambá; Mãe Verônica, Mãe Elza; Pai Adão; Josebias Santos	Religião Afro	ALEPE

ANEXO IV

INVENTÁRIO DO ACERVO FÍSICO DA CEMVDHC

A Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC) entregou ao Arquivo Público Jordão Emerenciano, de Pernambuco (APEJE), um arquivo deslizante (composto por três estantes sobre trilhos, com prateleiras e suportes para pastas suspensas, confeccionado em aço) para guarda dos documentos físicos, CDs e DVDS, abaixo relacionados, e um HD externo (1 TB da marca Toshiba), contendo todo o acervo digital.

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
Certificado de Honra ao Mérito	Concedido pela Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara da UFPE à CEMVDHC, em 10/12/2015.	1
Homenagem do Clube dos Advogados do Brasil	Placa concedida à CEMVDHC em 09/08/2016	1
Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade	CD encadernado em moldura de papelão	1
Processos de Indenização (listagem ANEXO 1 deste Relatório Final)	Caixas contendo os processos de indenização às vítimas da repressão em Pernambuco – Comissão Especial de expresos políticos (Originais)	34 cx.
Cadernos da Memória e Verdade Vol. I	A criação da CEMVDHC	3
Cadernos da Memória e Verdade Vol. II	<i>Padre Antônio Henrique Pereira da Silva</i>	3
Caderno da Memória e Verdade Vol. III	<i>Habeas Corpus Perante o Superior Tribunal Militar (Roque de Brito Alves)</i>	3
Cadernos da Memória e Verdade Vol. IV	<i>Prêmio Nobel da Paz: a atuação da ditadura militar brasileira contra a indicação de Dom Helder Câmara</i>	3
Cadernos da Memória e Verdade Vol. V	<i>IBAD: Interferência do capital estrangeiro nas eleições do Brasil</i>	3
Prontuário Miguel Arraes	Publicação da CEPE	3
Prontuário Dom Helder Câmara	Publicação da CEPE	3
Prontuário Pe. Henrique Pereira da Silva Neto	Publicação da CEPE	3
Prontuário Gregório Bezerra	Publicação da CEPE	3
Massacre da Granja São Bento	Publicação da CEPE	3
Partido PCBR (Prontuários)	Publicação da CEPE - Volume 1 e 2	6
Partido ALN (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Partido AP e APML (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Ligas camponesas (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Partido PCB (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Partido PCR (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Ativista de Direita (Prontuários)	Publicação da CEPE	3
Operação Cacau (Documento do Ministério do Exército)	Publicação da CEPE:	2
Revista da CEPE comemorativa sobre os 100 anos de Paulo Cavalcanti.	Publicação da CEPE	1

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
Coleção Fernando Santa Cruz	Cópia da coleção doada por Marcelo Santa Cruz, contendo documentos reunidos pela família sobre Fernando Santa Cruz, em três volumes.	1
Coleção CPI do IBAD	Cópia do dossiê da CPI do IBAD, entregue à CEMVDHC pela Câmara dos Deputados, em 7 volumes.	1
Atos da Revolução	Cópia do livro <i>Atos da Revolução</i> do APEJE, em 2 volumes.	1
Coleção Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco: Perfil Parlamentar do século XX	Volumes de 1 a 22: 1. Agamenon Magalhães; 2. Andrade Lima Filho; 3. Antonio Solto Filho; 4. Barreto Guimarães; 5. Carlos de Lima Cavalcanti; 6. David Capistrano; 7. Estácio Coimbra; 8. Francisco Julião; 9. Gilberto Osório; 10. João Cleofas; 11. Joaquim de Andrade Falcão; 12. José Francisco; 13. Mário Melo; 14. Nilo Coelho; 15. Nilo Pereira; 16. Orlando Parahym; 17. Osvaldo Lima Filho; 12. Paulo Cavalcanti; 19. Paulo Guerra; 20. Pereira da Costa; 21. Ruy Ayres Bello; 22. Walfrêdo Siqueira.	1
<i>Réquiem por Tatiana</i>	Livro de Sylvia Montarroyos	1
<i>Lei de Anistia em debate</i>	Livro da Câmara dos Deputados	1
<i>Parlamento Mutilado: Deputados federais cassados pela Ditadura de 1964</i>	Livro da Câmara dos Deputados, autores: Débora Bithiah de Azevedo e Márcio Nuno Robah.	1
<i>A Hora do Lobo</i>	Livro de Amílcar Lobo, Ed. Vozes.	1
<i>Padre Henrique – dissimulações do Regime Militar de 64</i>	Livro	1
<i>Chile, Bolívia e Uruguai.</i>	Atas da Primeira Sessão do Tribunal Russell II- Editora UFPB. (Livro)	1
<i>Contra revolução na América Latina: subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas.</i>	Tribunal Russell II - Editora UFPB. (Livro)	1
<i>As multinacionais na América Latina.</i>	Tribunal Russell II - Editora UFPB. (Livro)	1
<i>Brasil, violação dos direitos humanos.</i>	Tribunal Russell II - Editora UFPB. (Livro)	1
<i>Marcadas a ferro-violência contra a mulher, uma visão interdisciplinar.</i>	Livro organizado por: Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira	1
<i>Moradores de Engenho.</i>	Livro de Christine Rufino Dabat	1
<i>Construindo o Sindicalismo Rural - lutas, partidos, projetos.</i>	Livro de Maria do Socorro de Abreu e Lima	1
<i>O mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos-Nordeste.</i>	Livro de Christine Rufino Dabat e Maria do Socorro de Abreu e Lima	1
<i>Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores</i>	Livro doado pela CUT e Arquivo Nacional (3ª Semana Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos)	1
<i>Cambão - A face oculta do Brasil</i>	Livro de Francisco Julião. Doação feita por Anacleto Julião.	1
<i>Até quarta, Isabela</i>	Livro de Francisco Julião. Doação feita por Anacleto Julião.	1
<i>Constituinte e outros temas</i>	Publicação da Câmara dos Deputados, de 1982, com discurso pronunciado pelo então deputado Fernando Coelho. (Livro)	1
Homenagem póstuma a Agamenon Magalhães	Publicação da Câmara dos Deputados, de 1977, com discursos pronunciados pelos então deputados Fernando Coelho, Inocêncio Oliveira e Marco Maciel. (Livro)	1
Prix Nobel de La paix L'implication de La ditactura militaire brésilienne contre La nomination de Dom Helder Camara	Tradução do Caderno da Memória e Verdade vol. VI da CEMVDHC para o francês, publicação da revista DIAL. (Livro)	1

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
<i>Relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT</i>	Livro doado pela CUT e Arquivo Nacional (3ª Semana Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos)	1
<i>O Golpe Militar contra os Trabalhadores e as Trabalhadoras. Sindicalistas mortos e desaparecidos durante a ditadura militar e a transição civil no Brasil: 1964-1988</i>	Livro doado pela CUT e Arquivo Nacional (3ª Semana Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos)	1
<i>Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores</i>	Livro doado pela CUT e Arquivo Nacional (3ª Semana Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos)	1
<i>1971: 45 anos depois</i>	Livro de José Expedito Prata	1
<i>Revista Anistia Política e Justiça de Transição</i>	Do Ministério da Justiça	1
Ofício nº 472/2013 da CEMVDHC a Ednaldo Bezerra da Rocha	Encaminhamento de documentação. Anexo: Documentos IML (Laudo Tanatoscópico e Ofício de remoção do cadáver) sobre Ezequias Bezerra da Rocha.	1
Ofício nº 444/2013 da CEMVDHC à Maria Lucila Bezerra (viúva de Edinaldo Miranda)	Encaminhamento de documentação. Anexos: Documentos encontrados no APERJ e no Arquivo Nacional de Brasília sobre a Bomba no Aeroporto dos Guararapes.	1
Ofício nº 445/2013 da CEMVDHC a Ricardo Zarattini	Encaminhamento de documentação. Anexos: Documentos encontrados no APERJ e no Arquivo Nacional de sobre a Bomba no Aeroporto dos Guararapes.	1
Perícia Tanatoscópica - IML de Albertino José da Silva.	Documento do APEJE	1
Laudo Tanatoscópico – IML de Albertino José da Silva	Documento do APEJE	1
Laudo Tanatoscópico – IML de Identidade desconhecida	Documento do APEJE sobre Ezequias Bezerra da Rocha	1
Retificação da Certidão de óbito de Odijas Carvalho de Souza	Processo de retificação de assentamento do Registro Civil de Óbito de Odijas Carvalho de Souza	1
Retificação da Certidão de óbito de Anália Melo Alves.	Processo de retificação de assentamento do Registro Civil de Óbito de Anália Melo Alves.	1
Retificação da Certidão de óbito de Ezequias Bezerra da Rocha	Documento sobre Retificação da Certidão de óbito de Ezequias Bezerra da Rocha, com sentença.	1
Pasta Laudo Pericial 0864 A3.2014/ Of. 1239.2014/ Laudo Pericial + Laudos Tanatoscópicos / Granja São Bento.	<ul style="list-style-type: none"> - Cópia e original do Laudo Pericial do IML: exame em local de ocorrência (Chácara São Bento.) - Ofício Recebido Nº1239/2014: documentos (devolve) - Ofício Recebido 10090/2014 - Documento do IML de Pernambuco sobre Evaldo Luiz Ferreira - Documento do Instituto de Polícia Técnica sobre: perícia em local de ocorrência - Evaldo Luiz Ferreira de Souza. - Documento do IML de Pernambuco sobre Pauline Philippe Reichstul. - Documento do Instituto de Polícia Técnica sobre: perícia em local de ocorrência – Pauline Philippe Reichstul. - Documento do IML de Pernambuco sobre Eudaldo Gomes da Silva. - Documento do Instituto de Polícia Técnica sobre: perícia em local de ocorrência - Eudaldo Gomes da Silva. - Documento do IML de Pernambuco sobre Soledad Barret Viedma. - Documento do Instituto de Polícia Técnica sobre: perícia em local de ocorrência – Soledad Barret Viedma. - Documento do IML de Pernambuco sobre Jarbas Pereira Marques. - Documento do IML de Pernambuco sobre José Manuel da Silva. - Documento do Instituto de Polícia Técnica sobre: perícia em local de ocorrência - José Manuel da Silva. 	1

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
Laudo pericial nº1891.3-2014	Laudo elaborado a pedido da CEMVDHC pelo IC, sobre o caso da Granja São Bento	1
Laudo pericial nº2077.3-2013	Laudo elaborado a pedido da CEMVDHC pelo IC, sobre o caso da Granja São Bento Contém dois livros anexados - A e B	1
Documentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)	- Caso 2.577 (presos políticos) - Caso 1684 (vários casos de tortura) - Caso 1772 (vários casos de tortura) - Caso 1789 (Paul Stuart Wright) - Caso 1844 (Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho) - Nota de Resposta da CIDH	1
Cópia de parte do processo encaminhado ao Ministério da Justiça em nome de Mariluce de Sá Leitão Câmara	Pelo desaparecimento Umberto de Albuquerque Câmara Neto	1
Coleção de documentos encaminhados pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Caso Padre Henrique)	Volumes: 1 a 12	1
Doações de Maria Ofélia de Figueiredo Cavalcanti para a CEMVDHC.	- Exemplares dos jornais: Jornal Voz da Unidade; Folha do Povo; Diário de Pernambuco; A noite ilustrada; Diário da Manhã; Diário Esportivo; Jornal Pequeno; Jornal do Commercio; Folha de Pernambuco; Careta; Shimmy, a revista da vida moderna; Norte Proletário; O Fuzão; A Hora. - Textos Datilografados: Carta a Clóvis Melo escrita por Paulo Cavalcanti; História do PCB pernambucano (Clóvis Melo); Monografia apresentada para a conclusão do curso de pós-graduação em História do Brasil da Universidade Católica de Pernambuco pelo aluno Jarbas de Holanda Beltrão; Pasta Classificatória com Boletins Informativos do Gabinete do Vereador Paulo Cavalcanti; Dossiê de Guri. - Acervo Fotográfico: fotos diversas.	1
Cópias de documentos sobre Inês Ettiene	Ação de Inês Ettiene denunciando a existência de uma casa de tortura em Petrópolis, de propriedade de Mario Ladders. Entre os documentos existe atestado médico, termos de declarações, carta anônima a OAB/RJ, recortes de jornais.	1
Documento: Memorial Edson Régis	Registro da Imprensa	1
Documento escrito por Alberto Vinicius sobre morte de Odijas Carvalho	Entregue em audiência pública	1
Documentos do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico. (documentos originais)	Pasta 1: - Ofício 475/69: exame em local de ocorrência (caso nº 124) prédio "Dom Vital" situado na rua do Giriquiti, nº 48- Boa Vista. - Ofício 534/69: Exame relatório (caso nº118), exame do local onde foi ferido Cândido Pinto. - Ofício 883/71: Exame em Local de Ocorrência (caso nº 354) relatório da morte de Amaro Luiz de Carvalho. - Ofício 850/69: Exame local de ocorrência (caso nº265) explosão de petardo ocorrida no interior do Colégio Estadual de Pernambuco. - Ofício 703/69: Exame relatório (caso nº 186) morte de Manoel Ferreira da Silva. - Ofício 616/72: Exame local de Homicídio (caso nº247) duplo homicídio em terreno baldio da Avenida Armindo Moura-Piedade. - Ofício 135/73: Exame em local de Homicídio (caso nº55) morte de Guilherme Ramos. - Ofício 231/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº9) em decorrência da morte do soldado Ederlindo Ávila Duarte Filho. - Ofício 326/73: Exame em local de Homicídio (caso nº068) morte de Joel Felix Santana. - Ofício 601/73: Exame em local de Suicídio (caso nº 181) identidade desconhecida.	1

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
<p>Documentos do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico. (documentos originais)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ofício 1344/73: Exame em local de Homicídio (caso nº 557) morte de Jacó José da Silva. - Ofício 1435/73: Exame em local de Homicídio (caso nº 692) morte de Artur Oscar. - Ofício 358/74: Exame em local de Homicídio (caso nº 106) cadáver de identidade desconhecida encontrado na orla da Praia do Paiva. - Ofício 73/75: Exame em local de Ocorrência (caso nº 713) restos de ossada humana encontrados na Granja São Miguel- São Lourenço da Mata. - Ofício 252/75: Exame em local de Ocorrência (caso nº 10) restos de ossada humana encontrada no Engenho Joaquim- Jaboatão. - Ofício 548/75: Exame em local de Ocorrência (caso nº 378) restos de ossada humana encontrados perto do Campo de Instruções do Quartel do 14º Batalhão- Vila de Socorro-Jaboatão. - Ofício 1003/78: Exame em local de Homicídio (caso nº 342) morte de Miguel Arcanjo da Silva. - Ofício 1009/78: Exame em local de Homicídio (caso nº 353) morte de indivíduo com identidade desconhecida no Engenho Brilhante- Cabo de Santo Agostinho. - Ofício 436/69: Perícia em local de Ocorrência (caso nº114) material subversivo apreendido no apartamento nº 604, bloco B do Edifício Daniel Rodrigues, Avenida Manoel Borba,nº 371- Boa Vista. Residentes: Tanya Nobre de Medeiros, Vanya Nobre de Medeiros, Tereza Maria Dantas Vilar, Maria Zélia de Souza, Ligia Maria Vilar Campos. 	<p>1</p>
<p>Documentos do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico. (documentos originais)</p>	<p>Pasta 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ofício 860/69: exame em local de Ocorrência (caso nº 265) explosão ocorrida no interior do Colégio Estadual de Pernambuco. - Ofício 460/71: exame em local de Ocorrência (caso nº 162) no gabinete do Presidente do D.A da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco. - Aparelho Subversivo: -Ofício 1036/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº415) rua Manoel Moreira, transversal à Avenida Caxangá. - Ofício 1155/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº434/79) imóvel nº 9, rua Aprígio Alves, próximo a Praça da Paz- Afogados. - Ofício 300/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº101-a) onde foi estourado um “aparelho subversivo” rua Bom Jardim-Mangueira. - Ofício 361/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº103-A) onde foi estourado um “aparelho subversivo” no Loteamento Borrvalho- Córrego da Areia- São Lourenço da Mata. - Ofício 1185/73: Exame em local de Ocorrência (caso nº8555) aparelho comunista localizado na Avenida Central- Tejipió. - Sobre Pd. Henrique: -Ofício 680/69: Perícia em Local de Ocorrência para averiguar movimento suspeito na casa do indiciado Rogério Matos do Nascimento no mesmo dia da morte do Padre Antonio Henrique. - Ofício 428/71: Perícia em Local de Ocorrência (caso nº 145) ossos humanos encontrados na rua Gervásio Pires, em frente ao número 170- Boa Vista. - Ofício 1165/71: Exame em local de homicídio (caso nº 419) morte violenta de Amaro Francisco da Silva ou José Amaro da Silva ocorrida no raio Oeste da Casa de Detenção do Recife- São José. - Ofício 792/71: Exame em local de homicídio (caso nº 344) morte violenta de Manoel Ramos de Oliveira na Casa de Detenção do Recife- São José. - Ofício 1023/72: Exame em local de morte (caso nº 420/72) morte de pessoa conhecida apenas por “Antonio Capivara” cujo cadáver foi encontrado na Avenida Dantas Barreto, São José- Recife. 	<p>1</p>

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO/CONTEÚDO	UNID.
Documentos do Instituto de Criminalística Prof. Armando Samico. (documentos originais)	<p>- Ofício 31/75: Exame em Local de Ocorrência (caso nº 632/74) restos mortais humanos encontrados em Chã da Cova da Onça, Paulista.</p> <p>- Ofício 183/69: Relatório do exame pericial procedido no interior do Quartel do Sétimo Regimento de Obuzes (7º R.O) em Olinda, local onde foi atingido o Tenente José Roberto Aymar Pessôa.</p> <p>- Ofício 233/69: Laudo Pericial de Reconstituição de Intendência-7ºRM onde foi acusado o soldado Marcos Antonio dos Santos de assassinar o menor Suetônio Selmo de Vasconcelos.</p> <p>- Ofício 63/69: relatório sobre ocorrência verificada na Universidade Federal Rural de Pernambuco.</p> <p>Pasta 3</p> <p>- Aparelho Subversivo em Chã de Mirueira: Ofício 158/73 (10/01/1973)- Perícia em Local de Ocorrência, com ilustração fotográfica.</p> <p>- Aparelho Subversivo Granja de São Bento, em Paulista: Ofício 172/73 (10/01/1973) - Exame em Local de Ocorrência, com ilustração fotográfica, inspeções médico legais nos corpos das vítimas e perícias tanatoscópicas.</p>	1
Dossiê sobre David Capistrano	Cópia doada por Cristina Capistrano em audiência realizada pela CEMVDHC em 04/06/2013.	1
Documentos entregues por Anacleto Julião	<p>- Volume da publicação <i>O Berro</i>, de agosto de 2015, sob o título <i>Um país e mil Juliões</i>.</p> <p>- Abaixo-assinado solicitando à CEMVDHC que recomende em seu relatório final o apoio ao Memorial das Ligas Camponesas do Brasil Francisco Julião.</p> <p>- Cópia da publicação <i>Centro de Referência das Ligas Camponesas Galileia</i>.</p>	1
2º Júri Caso Padre Henrique	Volumes 1 a 13	1
Pasta Gilberto Prata/ Documentos de Madalena Prata/ Relação de Documentos da 2ª Seção	Cópias de documentos doadas por Madalena Prata à CEMVDHC.	1

CD/DVD	CONTEÚDO
DVDs	Roque de Brito Alves - Habeas Corpus perante o Supremo Tribunal Militar.
DVD	Prontuário N°27556 - IPM Rural- 4º Exército - Ministério da Guerra (1964-1684)
DVD	Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco.
DVD	Jerônimo Duarte - Caso Padre Henrique
DVD	Presos Políticos CDR
DVD	Trabalhadores Rurais CDR.
DVD	EMFA Brasília.
CD	Arquivo Nacional MJ
DVD	CPI IBAD
DVD	Dossiê: Granja São Bento
CD	Material Cisa: Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier
CD	Matapiruma: partes 1, 2 e 3.
CD	Processos do Engenho Matapiruna - Escada 1970/1973
DVD	Acervo FASCO: lista dos mortos e desaparecidos.
DVD	<p>- Direito à Memória e a Verdade</p> <p>- Direitos Humanos - Imagens dos Brasil</p> <p>- Luta, substantivo feminino.</p>

CD/DVD	CONTEÚDO
DVD	Entrevista Marcelo Mário de Melo: 09.09.11
DVD	Entrevista Marcelo Mário de Melo: 16.09.11 - Partes 1 e 2
DVD	Dossiê Henrique Mariano - Procuradoria Geral.
DVD	Gregório Bezerra: Feito de Ferro e Flor.
DVD	Documentos de Gregório Bezerra
DVD	Documentário "A mesa vermelha" - Movimento Tortura Nunca Mais e Projeto Marcas da Memória.
DVD	Processos Padre Henrique - Arquivo Procuradoria Geral (13 volumes)
DVD	- Atos da Revolução: volumes 1 e 2 - Atos da Revolução: Aeronáutica - João Roberto Borges de Souza
DVD	- Madalena Prata
DVD	Coleção Marcelo Santa Cruz
CD	Documentos do Arquivo Nacional de Brasília sobre Araguaia. Pesquisados e entregues por Thaís Moraes
DVD	CPI IBAD (Original)
DVD	Comissão Internacional de Direitos Humanos:- Caso2577 (presos políticos) - Caso 1684 (vários casos de torutra) - Caso 1772 (vários casos de tortura) - Caso 1789 (Paul Stuart Wright) - Caso 1844 (Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo CollierFilho) - Nota da CIDH
DVD	Arquivos Dom Helder Câmara - Ministério das Relações Exteriores.
CD	Documentos CNV: - Marival do Canto - Fichas Funcionais DOI IV Exército: Justo Moss Simões dos Reis; Jorge Pessoa Cavandish; Hugo Caetano Coelho de Almeida; Confúcio Danton de Paula Avelino; Bismarck Baracuhy Amâncio Ramalho. - Paulo Malhães - Cláudio Antônio Guerra.
DVD	Coleção "Marcas da Memória", com 40 DVDs: Abelardo da Hora; Adalberto Arruda; Alanir Cardoso; Amparo Araújo; Aníbal Valença; Antonio de Campos; Aybirê de Sá; Carlos Alberto Soares; Carmen de Castro Chaves; Délio Mendes; Edival Nunes da Silva; Fernando Barbosa; Fernando Barros Costa; Francisco de Assis da Rocha Filho; Iberê Baptista da Costa; Jarbas Araújo; Jefferson Barros Costa; Jesualdo Cavalcanti Barros; Jomard Muniz de Britto; José Antônio de Magalhães; José Maria da Silva; José Nascimento de Franca; José Otto; Josefa Lúcia de Andrade Siqueira; Juarez José Gomes; Lilia Godim; Lourdes da Silva; Luciano Siqueira; Luiz Anastácio Momesso; Manuel Messias da Silva; Marcelo Mário de Melo; Marcos Antonio de Paiva Igreja; Maria Lenise de Sá; Otacílio de Paiva; Reginaldo Furtado; Sebastião Miguel Durval; Selma Montarroyos; Severino Vicente da Silva; Socorro Ferraz; Teresa Costa Rêgo.
CD	Doação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Documentos Históricos de Pernambuco: - Explosão no Aeroporto de Guararapes. - Diretório Escola de Engenharia. - Avião da Aerolineas Argentinas no Aeroporto de Guararapes. - Processo Morte de Renato Pereira (Nome original Evaldo Luiz Ferreira de Souza) - Processo morte de Anátalia Souza de Melo. - Processo morte de Adatao Tavares da Silva. - Ocorrência com o automóvel do cônsul suíço. - Aparelho Comunista em Maria Farinha. - Diretório Faculdade de Educação - Aparelho Comunista em Mustardinha. - Arma apreendida em aparelho comunista. - Ocorrência na Avenida Caxangá envolvendo uma Kombi. - Identificação em nome de Ana Maria Nunes. - Morte Padre Antonio Henrique Pereira Neto. - Informações sobre os documentos de PE.

DVD	Arquivos CNV (todos militares) Fichas funcionais DOI IV Exército: - Bismarck Baracuchy Amâncio Ramalho. - Confúcio Danton de Paula Avelino - Hugo Caetano Coelho de Almeida - Jorge Pessoa Cavendish - Justo Moss Simões dos Reis.
DVD	Itamaraty Dom Helder (D. Helder novos documentos Praxedes): Telegramas, correspondências e Nobel.
DVDs	Coleção com 3 Documentos dos Estados Unidos
DVD	Documentário: Paulo Cavalcanti Obs.: Doado pela família
CD	Documentos do Arquivo Nacional sobre José Anselmo dos Santos (Cabo Anselmo)
DVD	Coleção "Repressão e Resistência na Paraíba: Compartilhando memórias", com 11 DVDs: 1. Flávio Tavares e Fernando Moura; 2. Simão Almeida e José Emilson Ribeiro; 3. Vilma Batista de Almeida e Elisa Mineiros; 4. José Adeildo Ramos e Samuel Firmino de Oliveira; 5. José Calistrato Cardoso Filho e Maria de Lourdes Meira; 6. Jader Nunes de Oliveira e Rubens Pinto Lyra; 7. Zezita Matos e Fernando Teixeira; 8. Maria Salette Van der Pöel e Ana Rita Castro de Almeida; 9. Elizabeth Teixeira; 10. Agassiz Amorim de Almeida e Ariosvaldo da Silva Diniz; 11. Jomard Muniz de Brito e Carlos Aranha
DVD	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina: - Audiência Pública: Mulheres - Sessão Especial: Paulo Wright - Audiência Pública: Paulo Wright
DVD	Sessão reservada sobre possível existência de um cemitério clandestino no município de Escada.
DVD	-Gregório Bezerra I - Gregório Bezerra II
DVD	Apresentação do Livro: Marinheiro Só
DVD	Retratção Política: José Manoel da Silva "Vive". Toritama-PE.
DVD	José Manoel da Silva
DVD	Depoimentos e material entregues em 18/10 sobre a Granja São Bento
DVD	José Manoel: Um herói não reconhecido. FVIP- DCS-PE
DVD	Homenagem a Paulo Cavalcanti (100 anos)- 09/07/15
DVD	Dossiê José Raimundo da Costa (Comissão da Verdade RJ)
DVD	"1ª CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora" Doado pela CUT e Arquivo Nacional 2 Documentários
DVD	CUT – Pela Base Doado pela CUT e Arquivo Nacional (Documentário)
DVD	Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Coleção Arquivos e o direito a memória e a verdade (3ª Semana Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos). Doado pela CUT e Arquivo Nacional.

Este livro foi composto com as fontes Minion Pro, corpo 9,10 e 11. E Gill Sans MT 14/20.
O papel utilizado para o miolo foi o Offset 90g/m² e para a capa supremo 250g/m².
Impresso no parque gráfico da Companhia Editora de Pernambuco - Cepe.



COMISSÃO ESTADUAL DA
MEMÓRIA
E VERDADE
DOM HELDER CÂMARA

Apoio

Cepe
COMPANHIA EDITORA DE
PERNAMBUCO



SECRETARIA
DA CASA CIVIL

GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

JUNTOS, FAZEMOS MAIS.